



REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL

DIÁRIO DO CONGRESSO NACIONAL

ANO LXXV SUP. A AO Nº 18, QUINTA-FEIRA, 7 DE MAIO DE 2020

ATAS DE COMISSÃO PERMANENTE DO CONGRESSO NACIONAL

BRASÍLIA - DF



COMPOSIÇÃO DA MESA DO CONGRESSO NACIONAL

Senador Davi Alcolumbre (DEM-AP)

Presidente

Deputado Marcos Pereira (REPUBLICANOS-SP)

1º Vice-Presidente

Senador Lasier Martins (PODEMOS-RS)

2º Vice-Presidente

Deputada Soraya Santos (PL-RJ)

1ª Secretária

Senador Eduardo Gomes (MDB-TO)

2º Secretário

Deputado Fábio Faria (PSD-RN)

3º Secretário

Senador Luis Carlos Heinze (PP-RS)

4º Secretário

COMPOSIÇÃO DA MESA DO SENADO FEDERAL

Senador Davi Alcolumbre (DEM-AP)

Presidente

Senador Antonio Anastasia (PSD-MG)

1º Vice-Presidente

Senador Lasier Martins (PODEMOS-RS)

2º Vice-Presidente

Senador Sérgio Petecão (PSD-AC)

1º Secretário

Senador Eduardo Gomes (MDB-TO)

2º Secretário

Senador Flávio Bolsonaro (REPUBLICANOS-RJ)

3º Secretário

Senador Luis Carlos Heinze (PP-RS)

4º Secretário

SUPLENTE DE SECRETÁRIO

1º - Senador Marcos do Val (PODEMOS-ES)

2º - Senador Weverton (PDT-MA)

3º - Senador Jaques Wagner (PT-BA)

4ª - Senadora Leila Barros (PSB-DF)

COMPOSIÇÃO DA MESA DA CÂMARA DOS DEPUTADOS

Deputado Rodrigo Maia (DEM-RJ)

Presidente

Deputado Marcos Pereira (REPUBLIC-SP)

1º Vice-Presidente

Deputado Luciano Bivar (PSL-PE)

2º Vice-Presidente

Deputado Soraya Santos (PL-RJ)

1º Secretário

Deputado Mário Heringer (PDT-MG)

2º Secretário

Deputado Fábio Faria (PSD-RN)

3º Secretário

Deputado André Fufuca (PP-MA)

4º Secretário

SUPLENTE DE SECRETÁRIO

1º - Deputado Rafael Motta (PSB-RN)

2º - Deputado Geovania de Sá (PSDB-SC)

3º - Deputado Isnaldo Bulhões Jr. (MDB-AL)

4º - Deputado Assis Carvalho (PT-PI)



Publicado sob a responsabilidade da Presidência do Senado Federal (Art. 48, RISF)

Luiz Fernando Bandeira de Mello Filho

Secretário-Geral da Mesa do Senado Federal

Roberta Lys de Moura Rocha

Diretora da Secretaria de Atas e Diários

Patricia Gomes de Carvalho Carneiro

Coordenadora de Elaboração de Diários

Mardem José de Oliveira Júnior

Coordenador de Registros e Textos Legislativos de Plenários

Ilana Trombka

Diretora-Geral do Senado Federal

Quesia de Farias Cunha

Diretora da Secretaria de Registro e Redação Parlamentar

Alessandro Pereira de Albuquerque

Diretor da Secretaria de Tecnologia da Informação - Prodasen



ELABORADO PELA SECRETARIA-GERAL DA MESA DO SENADO FEDERAL
SECRETARIA DE ATAS E DIÁRIOS

CONGRESSO NACIONAL

SUMÁRIO

1 – ATAS DE COMISSÃO PERMANENTE DO CONGRESSO NACIONAL

1.1 – ATAS DA COMISSÃO MISTA DE PLANOS, ORÇAMENTOS PÚBLICOS E FISCALIZAÇÃO

Ata da 5ª Reunião, Extraordinária, realizada no dia 14 de agosto de 2019	5
Ata da 5ª Reunião, Ordinária, realizada no dia 27 de agosto de 2019	30
Ata da 6ª Reunião, Ordinária, realizada no dia 3 de setembro de 2019	97
Ata da 7ª Reunião, Ordinária, realizada no dia 10 de setembro de 2019	140
Ata da 6ª Reunião, de Audiência Pública, realizada no dia 12 de setembro de 2019	162
Ata da 8ª Reunião, Ordinária, realizada no dia 17 de setembro de 2019	214
Ata da 7ª Reunião, de Audiência Pública, realizada no dia 19 de setembro de 2019	231
Ata da 9ª Reunião, Ordinária, realizada no dia 24 de setembro de 2019	294
Ata da 8ª Reunião, de Audiência Pública, realizada no dia 25 de setembro de 2019	299
Ata da 10ª Reunião, Ordinária, realizada no dia 1º de outubro de 2019	353
Ata da 11ª Reunião, Ordinária, realizada no dia 8 de outubro de 2019	373
Ata da 12ª Reunião, Ordinária, realizada nos dias 15 e 16 de outubro de 2019	400
Ata da 9ª Reunião, de Audiência Pública, realizada no dia 15 de outubro de 2019	427
Ata da 13ª Reunião, Ordinária, realizada no dia 22 de outubro de 2019	465
Ata da 10ª Reunião, de Audiência Pública, realizada no dia 23 de outubro de 2019	502
Ata da 11ª Reunião, de Audiência Pública, realizada no dia 31 de outubro de 2019	553
Ata da 12ª Reunião, de Audiência Pública, realizada no dia 5 de novembro de 2019	593
Ata da 14ª Reunião, Ordinária, realizada no dia 5 de novembro de 2019	615
Ata da 13ª Reunião, de Audiência Pública, realizada no dia 7 de novembro de 2019	616



Ata da 15ª Reunião, Ordinária, realizada nos dias 19 e 20 de novembro de 2019	641
Ata da 2ª Reunião Conjunta, de Audiência Pública, realizada no dia 20 de novembro de 2019 (realizada em conjunto com a Comissão de Finanças e Tributação - CFT; de Desenvolvimento Econômico, Indústria, Comércio e Serviços - CDEICS; de Fiscalização Financeira e Controle - CFFC, da Câmara dos Deputados; de Assuntos Econômicos – CAE e de Transparência, Governança, Fiscalização e Controle e Defesa do Consumidor – CTFC, do Senado Federal.)	677
Ata da 14ª Reunião, de Audiência Pública, realizada no dia 28 de novembro de 2019	702
Ata da 16ª Reunião, Ordinária, realizada no dia 3 de dezembro de 2019	723
Ata da 6ª Reunião, Extraordinária, realizada no dia 4 de dezembro de 2019	733
Ata da 17ª Reunião, Ordinária, realizada nos dias 10, 11 e 17 de dezembro de 2019	775





CONGRESSO NACIONAL
Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização

ATA DA QUINTA REUNIÃO EXTRAORDINÁRIA, DA 1ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA, DA 56ª LEGISLATURA, DA COMISSÃO MISTA DE PLANOS, ORÇAMENTOS PÚBLICOS E FISCALIZAÇÃO, REALIZADA NO DIA 14 DE AGOSTO DE 2019.

Ata Retificada

Aos quatorze dias do mês de agosto do ano de dois mil e dezenove, foi convocada extraordinariamente a Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização, no Anexo II, plenário 02 da Câmara dos Deputados, com o objetivo de apreciar as matérias constantes da Pauta. Foi registrado o comparecimento dos membros: - **Deputados titulares:** Aluisio Mendes, André Figueiredo, Cacá Leão, Carlos Henrique Gaguim, Celso Sabino, Dagoberto Nogueira, Domingos Neto, Edmilson Rodrigues, Felipe Francischini, Filipe Barros, Gonzaga Patriota, Gurgel, Hildo Rocha, Hiran Gonçalves, Jhonatan de Jesus, Josimar Maranhãozinho, Lucas Gonzalez, Luciano Ducci, Lucio Mosquini, Márcio Marinho, Marreca Filho, Misael Varella, Nivaldo Albuquerque, Paulo Azi e Vander Loubet; - **Senadores titulares:** Angelo Coronel, Kátia Abreu, Marcelo Castro e Wellington Fagundes; - **Deputados suplentes:** Adolfo Viana, Alexis Fonteyne, Bohn Gass, Dra. Soraya Manato, Fred Costa, Gilberto Abramo, Hercílio Coelho Diniz, Júnior Mano, Juscelino Filho, Leônidas Cristino, Nelson Pellegrino, Pedro Augusto Bezerra, Rodrigo Coelho e Zé Carlos; e - **Senadores Suplentes:** Mecias de Jesus e Soraya Thronicke. Foi registrado o comparecimento dos parlamentares não integrantes da Comissão, Deputados Claudio Cajado, Delegado Pablo e Eli Borges. Foi registrada a ausência dos membros titulares: - **Deputados:** Beto Faro, Genecias Noronha, Vicentinho Júnior, Orlando Silva e Zeca Dirceu; e - **Senadores:** Elmano Férrer, Flávio Bolsonaro, Izalci Lucas, Jean Paul Prates, Luiz do Carmo, Vanderlan Cardoso e Veneziano Vital do Rêgo. **ABERTURA:** às quatorze horas e cinquenta e cinco minutos, do dia quatorze de agosto de 2019, e havendo número regimental conforme estabelecido no art. 134 da Resolução nº 1, de 2006, do Congresso Nacional, os trabalhos foram abertos pelo Primeiro Vice-Presidente, Deputado Dagoberto Nogueira (PDT/MS), no exercício da Presidência conforme dispõe o caput do art. 14 da Resolução nº 1/2006, do Congresso Nacional. **AVISO.** Questão de Ordem apresentada na 4ª reunião deliberativa extraordinária da Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização, realizada nos dias 7 e 8 de agosto de 2019. O Presidente em exercício, informou que tratava-se de Questão de Ordem apresentada pelo Deputado Claudio Cajado, amparada no Art. 50 do Regimento Comum do Congresso Nacional, na qual solicitou um posicionamento desta Presidência ou do Plenário da CMO, quanto ao pedido formulado pelo partido NOVO para que houvesse DISCUSSÃO e ENCAMINHAMENTO prévios à votação dos Destaques apresentados ao PLN 05/2019 – LDO 2020, na 4ª reunião deliberativa extraordinária, realizada nos dias 7 e 8 de agosto de 2019. O autor da presente Questão de Ordem argumentou que a DISCUSSÃO e o ENCAMINHAMENTO de votação, nos termos do Art. 49 do Regimento Comum do Congresso Nacional, como pretendia o Partido NOVO, não se aplica a destaques; e, ao finalizar a leitura do Art. 50 da mesma norma, o parlamentar defendeu que o dispositivo não admite essa possibilidade. Diante dessas colocações, a Presidência da CMO entendeu prudente receber a referida Questão de Ordem para análise e posterior decisão. É o breve relatório. Passando-se ao exame da Questão de Ordem apresentada pelo nobre Deputado Claudio Cajado, buscou-se, nos diversos atos normativos que regem a Comissão Mista de Orçamento, os dispositivos que poderiam dirimir possíveis dúvidas quanto aos questionamentos levantados. Na Seção V do Regimento Comum do Congresso Nacional, que trata do processamento da votação, verificou-se que o Art. 49 caput dispõe sobre o encaminhamento da votação relativa à matéria principal, sem fazer qualquer menção a





CONGRESSO NACIONAL
Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização

requerimento de destaques, como se observa na transcrição: “Art. 49. *Encerrada a discussão, passar-se-á, imediatamente, à votação da matéria, podendo encaminhá-la 4 (quatro) Senadores e 4 (quatro) Deputados, de preferência de partidos diferentes, pelo prazo de 5 (cinco) minutos cada um*” (o grifo é nosso). Na mesma Seção, o Art. 50 disciplina a apresentação de requerimentos de preferência e de destaque, sem contudo permitir a sua discussão e encaminhamento, conforme expressa a seguinte redação: “Art. 50. Os requerimentos de preferência e de **destaque**, que deverão ser apresentados até ser anunciada a votação da matéria, só poderão ser formulados por Líder, **não serão discutidos e não terão encaminhada sua votação**” (o grifo é nosso). Apurou-se ainda que o Art. 59, § 3º, do Regulamento Interno da CMO, estabelece que possam falar sobre os destaques apenas o relator da matéria e o autor do destaque ou da emenda. Segue o texto: “Art. 59...§ 3º Somente poderão falar sobre os destaques, pelo prazo improrrogável de três minutos cada um, o autor do destaque ou da emenda e o Relator da matéria”. Diante do exposto, o Presidente em exercício informou que o Presidente da CMO concluiu que DISCUSSÃO e ENCAMINHAMENTO de votação de destaques não encontram amparo regimental que os justifiquem. Nesse sentido, e nos termos do Art. 15, VII, da Resolução n.º 1/2006 do Congresso Nacional, o Presidente em exercício, informou também, que o Presidente da CMO julgou procedentes os questionamentos apresentados pelo Deputado Claudio Cajado e **DEFIRIU** a presente Questão de Ordem, reforçando mais uma vez o entendimento de que não cabem DISCUSSÃO e ENCAMINHAMENTO de votação de Destaques. EXPEDIENTES. O Presidente em exercício declarou como lidos os expedientes recebidos pela Comissão, de 07 a 14 de agosto de 2019, tendo em vista que essas informações encontram-se publicadas na página da CMO na internet. Às 15h13min, o Presidente em exercício anunciou que havia sido atingido o *quórum* regimental para deliberação nas duas Casas do Congresso Nacional, e passou a apreciação da Ata da 4ª Reunião Extraordinária, realizada nos dias 07 e 08 de agosto de 2019. O Presidente em exercício consultou o Plenário sobre a dispensa da leitura da ata e houve concordância. Em votação, a Ata foi **aprovada** nas representações da Câmara dos Deputados e do Senado Federal. **ORDEM DO DIA.** O Presidente em exercício informou que na Reunião do Colegiado de Representantes das Lideranças Partidárias com assento na CMO, realizada naquele dia, 14 de agosto, houve acordo, apenas, para apreciação das seguintes matérias constantes da Pauta: Item 01. Relatório apresentado pelo **Aviso nº 09/2019-CN**, Item 02. **Requerimento nº 10/2019-CMO**, e o Item 03. **Requerimento nº 11/2019-CMO**. Em seguida, o Presidente em exercício iniciou a apreciação da PAUTA. Item 01. Relatório apresentado ao **Aviso nº 09/2019-CN**, que “Encaminha Avisos1551/2018-TCU e 267/2019-TCU na origem, com decisões nos autos do processo TC 015.621/2018-9: a cópia do despacho proferido em 19/12/2018 e do Acórdão 214/2019, que tratam de Auditoria nas obras de duplicação da rodovia BR-116/BA”. Relator: Deputado Carlos Henrique Gaguim. Não foram apresentadas emendas ao Projeto de Decreto Legislativo. Voto: no sentido de que a Comissão tome conhecimento da matéria, e exclua do Anexo VI da Lei nº 13.808, de 15.01.2019, nos termos do Decreto Legislativo, o Programa de Trabalho 26.782.2075.13X7.0029/2014 – Adequação de Trecho Rodoviário na BR-116/BA – Contratação integrada dos projetos básico e executivo de engenharia e execução das obras de duplicação, implantação de vias laterais, adequação de capacidade, restauração com melhoramentos e obras-de-arte especiais na Rodovia BR-116/BA, Lote 05 – Contrato SR-05/00878/2014 – Departamento de Infraestrutura de Transporte DNIT.O autor apresentou o Relatório. Discutiram a matéria os Deputados Paulo Azi (DEM/BA), Cacá Leão (PP/BA), Márcio Marinho (PRB/BA), Lucio Mosquini (MDB/RO), Dra. Soraya Manato (PSL/ES), Eli Borges (SOLIDARIEDADE/TO), Edmilson Rodrigues (PSOL/PA) e o Senador Angelo Coronel (PSD/BA). Em votação, o Relatório foi **aprovado** nas representações da Câmara dos Deputados e do Senado Federal. Item 02. Apreciação do **Requerimento nº 10/2019-CMO**, que “Requer a realização de Audiência Pública com a presença do General da reserva Carlos Alberto dos Santos Cruz, ex-ministro da Secretaria de Governo, para prestar esclarecimentos neste órgão técnico acerca do emprego dos recursos públicos por parte do





CONGRESSO NACIONAL
Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização

atual governo.” Autores: Deputados Beto Faro, Bohn Gass, Nelson Pellegrino, Vander Loubet, Zé Carlos e Zeca Dirceu. O Deputado Bohn Gass (PT/RS) apresentou o Requerimento. Em atendimento à solicitação do Deputado Bohn Gass, formulada na aprovação desta Ata, seguem na íntegra a sua participação nesta 5ª Reunião Extraordinária, realizada no dia 14.08.2019, conforme registros taquigráficos: **“O SR. BOHN GASS** (PT - RS) - Obrigado, Presidente Dagoberto. Colegas Deputados e Senadores, eu, na reunião que nós tivemos na sala da Comissão, já havia falado que não é possível nós naturalizarmos as falas dos integrantes do Governo. É óbvio que não é possível nós naturalizarmos as falas do Presidente, mas não é disso que se está falando neste momento. Estou falando, neste caso, de manifestação do ex-Ministro da Secretaria de Governo. Apesar de já não integrar hoje o Governo, ele falou, ainda na época em que integrava o Governo, no primeiro semestre, que viu gastança exagerada, recursos injustificáveis que iam pelo ralo, enfim, fez várias afirmações. Então, não é possível que esta Comissão não faça nada a respeito disso. Esta é a Comissão de Orçamento, que preza para que recursos estejam na Bahia, a fim de que possam ser aplicados na conclusão da duplicação da BR-116, como nós acabamos de votar; estejam nas universidades; estejam nos postos de saúde, para compra de remédios, que estão sendo cortados pelo Governo; estejam na agricultura, que tem menos subsídio nos seus financiamentos para produzir comida neste País. Os recursos estão faltando em todos os lugares, e um integrante do Governo está dizendo que existe gastança e que ele viu dinheiro indo para o ralo. Quer dizer, é necessário que ele venha a esta Comissão dar esclarecimentos. A partir do momento em que ele fez essa afirmação, ele deve saber por que ralo escoaram os recursos, para onde foram e que recursos eram esses? São questões que precisam ser esclarecidas à sociedade. Então, eu quero reforçar o pedido de que aprovemos a vinda aqui do general. É um convite, obviamente, porque ele é ex-Ministro da Secretaria de Governo. Mas, como integrou o Governo, nós endereçamos a ele este convite. Portanto, eu gostaria da aprovação dos nobres pares para este requerimento. **O SR. BOHN GASS** (PT - RS) - Sr. Presidente, gostaria de dar uma informação correta. O nobre Deputado leu *“nos 6 anos”*. Não foi isso que disse o Ministro. O que o Ministro diz é: *“nesses meus 6 meses...”* Peço que se retifique, por favor. **O SR. BOHN GASS** (PT - RS) - Então, mudou 100% o contexto. Está retificado. **O SR. BOHN GASS** (PT - RS) - V.Exa. falou *“nos 6 anos”*. Aí você vociferou contra o PT, porque você só sabe falar isso. **O SR. BOHN GASS** (PT - RS) - V.Exa. falou contra o Governo anterior, que era do PT. **O SR. BOHN GASS** (PT - RS) - Mudou o contexto. V.Exas. acham que 6 meses é a mesma coisa que 6 anos? Ele falou do seu Governo. Então, mudou o contexto, colega Deputado! **O SR. BOHN GASS** (PT - RS) - Mudou o contexto. Se eu digo que isso aconteceu nos últimos 6 meses, estou dizendo que aconteceu no Governo Bolsonaro. Se eu falo 6 anos, Deputado, é porque aconteceu em outros Governos. Então, o contexto mudou. Mas eu não quero entrar nessa polarização, porque ela já está posta. **O SR. BOHN GASS** (PT - RS) - Eu preciso dizer isso. Eu sou um cara que gosta de respeitar bem o Regimento. Eu só quis que isso fosse retificado porque mudou o contexto. Se eu tivesse condições de justificar mais este tema... Eu fiquei preocupado, Deputado, porque V.Exa. colocou que isso seria uma preocupação da Oposição. Eu fiquei preocupado com isso. Se um governante diz que foi jogado dinheiro no ralo, a preocupação com o dinheiro público é da Oposição, ou deveria ser primeiro da Situação? Devia ser sua! Um Deputado da Situação devia dizer: *“Meu Governo*





CONGRESSO NACIONAL
Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização

está colocando dinheiro no ralo!" O gabinete do Ministro é o mais próximo de Bolsonaro, e ele é do seu Governo, e confirmou que foi dinheiro para o ralo. Eu estou preocupado, porque está faltando dinheiro nos postos de saúde, está faltando dinheiro para os agricultores, está faltando dinheiro para criar empregos, está faltando dinheiro nos hospitais. Nossos jovens estão sem a possibilidade de se manter nas universidades. Eu estou preocupado. Este é o convite generoso que eu posso fazer, porque não posso fazer política com ódio. Eu tenho que fazer política com respeito. Eu quero sempre tratá-lo desta forma. Quero lembrar que a preocupação com o dinheiro público não deve ser apenas da Oposição, mas também da Situação. Peço que, junto conosco, aprovelem o pedido para que ele explique para onde foi o dinheiro que deveria ir para a realização de obras importantes. **O SR. BOHN GASS** (PT - RS) - Sr. Presidente, aqui não se faz favor a ninguém. Que haja transparência! **O SR. BOHN GASS** (PT - RS) - Se a maioria dos Deputados que votaram contra... **O SR. BOHN GASS** (PT - RS) - Sr. Presidente, isto aqui é importante. Nós viemos de uma Comissão. Na Comissão, foi solicitado para mim. Vai entrar o quinto ponto aqui, porque houve um acordo para que fosse realizado. **O SR. BOHN GASS** (PT - RS) - Esta Casa se cumpre em função dos acordos. Se agora V.Exas. querem votar, eu tenho todo o respeito. Votem e derrubem. É um direito de V.Exas. desrespeitarem o acordo que nós fizemos. V.Exas. votaram, derrubem. Eu peço. Sou eu que estou pedindo que seja contado, porque derrubaram o acordo. **O SR. BOHN GASS** (PT - RS) - Mas fique registrado que a maioria votou, derrubou pelo voto o acordo que foi feito. É muito importante este detalhe do acordo, o que nós falamos. **O SR. BOHN GASS** (PT - RS) - Como diz o gaúcho no Rio Grande do Sul, é o tal do fio do bigode. O acordo é importante. Portanto, quero que isso fique registrado. Nós fizemos um acordo, e o derrubaram aqui. V.Exa., que preside a Mesa, vai resolver como quiser." Fizeram encaminhamento da matéria os Deputados Felipe Francischini (PSL/PR), Edmilson Rodrigues (PSOL/PA) e o Senador Angelo Coronel (PSD/BA). Em votação, o Requerimento foi **aprovado** na representação da Câmara dos Deputados, com votos contrários dos Deputados Felipe Francischini (PSL/PR), Gurgel (PSL/RJ) e Cacá Leão (PP/BA). Em votação, na representação do Senado Federal foi **aprovado**. Item 03. Apreciação do **Requerimento nº 11/2019-CMO**, que "Requer a realização de audiência pública com o tema: "Reestruturação da Secretaria Especial da Receita Federal". Autor: Deputado Edmilson Rodrigues. O autor apresentou o Requerimento. Fez encaminhamento da matéria o Deputado Felipe Francischini (PSL/PR). Em votação, o Requerimento foi **aprovado** nas representações da Câmara dos Deputados e do Senado Federal. Item 04. Apreciação do **Requerimento nº 12/2019-CMO**, que "Requer a convocação do Excelentíssimo Senhor Luiz Henrique Mandetta, Ministro de Estado da Saúde, para prestar esclarecimentos na Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização/CMO sobre a liberação de emendas objetivando à aprovação da Proposta de Emenda à Constituição – PEC que promove a Reforma da Previdência." Autores: Deputados Beto Faro, Bohn Gass, Nelson Pellegrino, Zé Carlos e Zeca Dirceu. O Presidente em exercício comunicou que a matéria não seria apreciada, pois havia acordo do Colegiado de Representantes das Lideranças Partidárias com assento na CMO, no sentido de aguardar até a vinda do Ministro nesta Comissão, em setembro, quando participará de reunião de audiência pública. **ENCERRAMENTO:** em virtude do início da Ordem do Dia no Plenário da Câmara dos Deputados, o Presidente em exercício encerrou os trabalhos às quinze horas e cinquenta e cinco minutos, do dia quatorze de agosto de 2019. Para constar, eu, Walbinson Tavares de Araujo, Secretário Executivo, lavrei a presente Ata, que, após a sua aprovação, será assinada pelo Primeiro Vice-Presidente da Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização do Congresso Nacional e encaminhada para publicação no Diário do





CONGRESSO NACIONAL
Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização

Congresso Nacional. Os trabalhos foram gravados e, depois de traduzidos, integrarão esta Ata.
Deputado Dagoberto Nogueira, Primeiro Vice-Presidente no exercício da Presidência.
XXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXX

Em 14.08.2019

O SR. PRESIDENTE (Dagoberto Nogueira. PDT - MS) - Declaro iniciada a 5ª Reunião Extraordinária da Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização, destinada à apreciação das matérias constantes na pauta.

"Questão de ordem apresentada na 4ª Reunião Deliberativa Extraordinária da Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização, realizada no dia 8 de agosto de 2019.

(...)

Trata-se de questão de ordem apresentada pelo Deputado Claudio Cajado, amparada no art. 50 do Regimento Comum do Congresso Nacional, na qual solicita um posicionamento desta Presidência ou do Plenário da CMO quanto ao pedido formulado pelo Partido Novo para que houvesse discussão e encaminhamento prévios à votação dos destaques apresentados ao PLN 5/2019 — LDO 2020, na 4ª Reunião Deliberativa Extraordinária, realizada no dia 8 de agosto de 2019.

O autor da presente questão de ordem argumenta que a discussão e o encaminhamento de votação, nos termos do art. 49 Regimento Comum do Congresso Nacional, como pretendia o Partido Novo, não se aplica a destaques; e, ao finalizar a leitura do art. 50 da mesma norma, o Parlamentar defende que o dispositivo não admite essa possibilidade.

Diante dessas colocações, esta Presidência entendeu prudente receber a referida questão de ordem para análise e posterior decisão. É o breve relatório.

Análise

Passando-se ao exame da questão de ordem apresentada pelo nobre Deputado Claudio Cajado, buscou-se, nos diversos atos normativos que regem a Comissão Mista de Orçamento, os dispositivos que poderiam dirimir possíveis dúvidas quanto aos questionamentos levantados.

Na Seção V do Regimento Comum do Congresso Nacional, que trata o processamento da votação, verificou-se que o art. 49, *caput*, dispõe sobre o





CONGRESSO NACIONAL
Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização

encaminhamento da votação relativa à matéria principal, sem fazer qualquer menção a requerimento de destaque, como se observa na transcrição abaixo:

'Art. 49. Encerrada a discussão, passar-se-á, imediatamente, à votação da matéria, podendo encaminhá-la 4 (quatro) Senadores e 4 (quatro) Deputados, de preferência de partidos diferentes, pelo prazo de 5 (cinco) minutos cada um' (o grifo é nosso).

Na mesma Seção, o art. 50 disciplina a apresentação de requerimentos de preferência e destaque, sem contudo permitir a sua discussão e encaminhamento, conforme expressa a seguinte redação:

'Art. 50. Os requerimentos de preferência e de destaque, que deverão ser apresentados até ser anunciada a votação da matéria, só poderão ser formulados por Líder, não serão discutidos e não terão encaminhada sua votação' (o grifo é nosso).

Apurou-se ainda que o art. 59, § 3º, do Regulamento Interno da CMO, estabelece que poderão falar sobre os destaques apenas o Relator da matéria e o autor do destaque ou da emenda. Segue o texto:

'Art.

59.....
.....
.....

§ 3º Somente poderão falar sobre os destaques, pelo prazo improrrogável de três minutos cada um, o autor do destaque ou da emenda e o Relator da matéria.'

Decisão

Diante do exposto, concluo que a discussão e encaminhamento de votação de destaques não encontram um amparo regimental que os justifiquem.

Nesse sentido, nos termos do art. 15, VII, da Resolução nº 1/2006 do Congresso Nacional, julgo procedentes os questionamentos apresentados pelo Deputado Claudio Cajado e defiro a presente questão de ordem, reforçando mais uma vez o entendimento de que não cabem discussão e encaminhamento de votação de destaques."

Expediente.





CONGRESSO NACIONAL
Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização

Declaro como lidos os expedientes recebidos pela Comissão até a presente data, tendo em vista que essas informações se encontram publicadas na página da CMO na Internet. *(Pausa.)*

Nós estamos aguardando o quórum, porque vamos para a fase de apreciação das matérias, e não há quórum Senado — estão faltando dois Senadores ainda.

Eu peço aos membros desta Comissão que aqui permaneçam até que os dois Senadores cheguem à Comissão. A assessoria já os chamou. Eles estão a caminho.

(Pausa prolongada.)

O SR. PRESIDENTE (Dagoberto Nogueira. PDT - MS) - Havendo quórum para deliberar e havendo concordância do Plenário, proponho a dispensa da leitura da ata, por ter sido distribuída antecipadamente. Caso haja alguma retificação, peço aos Srs. Parlamentares que se manifestem.

Coloco em votação a ata da 4ª Reunião Extraordinária, realizada nos dias 7 e 8 de agosto de 2019.

A ata está em votação na representação da Câmara dos Deputados.

Os Srs. Deputados que a aprovarem permaneçam como se encontram. *(Pausa.)*

Aprovada.

A ata está em votação na representação do Senado Federal.

Os Srs. Senadores que a aprovam permaneçam como se encontram. *(Pausa.)*

Aprovada.

Ordem do Dia.

Eu queria esclarecer aos membros que não participaram da reunião dos Líderes que nós fizemos antes desta reunião que houve um acordo para votarmos todos esses itens, com exceção do requerimento do Ministro Mandetta. Depois, quando chegarmos a ele, eu vou dar a explicação.

Vamos começar pelo item 1.

Item 1. Apreciação do relatório apresentado ao Aviso nº 9/2019, que trata da auditoria nas obras de duplicação da rodovia BR-116, na Bahia.

Relator: Deputado Carlos Henrique Gaguim.

Durante o prazo regimental, não foram apresentadas emendas ao projeto de decreto legislativo.





CONGRESSO NACIONAL
Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização

Voto: propõe a exclusão do Anexo VI da Lei nº 13.808, de 15.1.2019 — LOA 2019, nos termos do decreto legislativo, do Programa de Trabalho 26.782.2075.13X7.0029/2014 — Adequação de Trecho Rodoviário na BR-116/BA — Contratação integrada dos projetos básico e executivo de engenharia e execução das obras de duplicação, implantação de vias laterais, adequação de capacidade, restauração com melhoramentos e obras de arte especiais na Rodovia BR-116/BA, Lote 05 — Contrato SR-05/00878/2014 — Departamento de Infraestrutura de Transporte — DNIT.

O Relator está com a palavra para a apresentação do relatório.

O SR. CARLOS HENRIQUE GAGUIM (DEM - TO) - Sr. Presidente, conforme foi mencionado, nós entendemos que está tudo dentro dos parâmetros legais.

Esse é o nosso voto, conforme está expresso.

O SR. PRESIDENTE (Dagoberto Nogueira. PDT - MS) - O relatório está em discussão.

O SR. PAULO AZI (DEM - BA) - Presidente...

O SR. PRESIDENTE (Dagoberto Nogueira. PDT - MS) - Pois não, Deputado Paulo Azi.

O SR. PAULO AZI (DEM - BA) - Sr. Presidente, quero, primeiro, parabenizar o nobre Deputado Carlos Henrique Gaguim pelo relatório que acaba de proferir nesta Comissão.

Essa é uma obra fundamental para a Bahia. É uma obra ansiada há muitos anos, que prevê a duplicação de trecho da BR-116, no trecho de Feira de Santana até a divisa com o Estado de Pernambuco, melhorando as condições de tráfego.

Essa obra foi objeto de alguns questionamentos de ordem técnica pelo Tribunal de Contas da União, e esta Casa, no ano passado, em uma avaliação que considero não muito correta, mas ao mesmo tempo preventiva, suspendeu a obra em praticamente toda a execução da BR-116, sendo que o questionamento do TCU se referia a uma pequena parte, a um pequeno trecho dessa duplicação.

O TCU reviu a sua posição, efetivamente afirmando que apenas um pequeno trecho estava sob avaliação, para que as divergências entre aquilo que foi apontado pela sua equipe técnica e a do DNIT fossem superadas, e disse que isso não impedia que os outros trechos da obra fossem retomados.





CONGRESSO NACIONAL
Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização

O Deputado Gaguim, em boa hora, acolheu esse novo acórdão do TCU e submete a esta Comissão este parecer, que entendo ser de fundamental importância para a Bahia, porque, repito, traz melhoramentos para uma rodovia que é essencial para o nosso desenvolvimento, além de melhorar as condições de segurança para todos aqueles que trafegam nessa importante rodovia federal.

Por isso, peço aqui o apoio dos nobres colegas para aprovação do relatório do querido Deputado Gaguim.

Eu agradeço a V.Exa.

O SR. PRESIDENTE (Dagoberto Nogueira. PDT - MS) - Pois não.

Tem a palavra o Senador Angelo Coronel.

O SR. ANGELO CORONEL (PSD - BA) - Presidente, queria parabenizar o Deputado Gaguim por ser do Tocantins e ter se preocupado com essa obra que corta 54 cidades do Estado da Bahia, uma obra muito importante, como bem salientou o Deputado Paulo Azi.

Nós temos que fazer algo no Congresso Nacional, porque, muitas vezes, o TCU embarga uma obra, passa muito tempo para essa obra ser retomada, e o prejuízo se eleva. Então, nós temos que ver de que maneira o Congresso Nacional pode acabar com essa farra da paralisação de obras. Tem que haver fiscalização na hora do contrato, porque parar uma obra depois que ela está contratada é prejuízo para os cofres públicos.

O SR. PRESIDENTE (Dagoberto Nogueira. PDT - MS) - Tem a palavra o Deputado Cacá Leão.

O SR. CACÁ LEÃO (Bloco/PP - BA) - Sr. Presidente, queria agradecer e render minhas homenagens ao Deputado Gaguim.

Deputado Gaguim, V.Exa. não tem ideia, não tem noção da importância do gesto e da presteza com que V.Exa. apresenta seu relatório e do bem que V.Exa. está fazendo à Bahia e aos baianos. A Região Metropolitana de Feira de Santana tem nessa obra um sonho antigo, porque é uma ligação rodoviária que passa por processo de burocracia que nós vivemos, talvez, nos últimos 15 anos, com uma sobreposição de concessões à VIABAHIA, que presta serviços na rodovia, e, aliás, não tem prestado um bom serviço aos baianos.

Nós ficamos muito felizes de conseguir hoje votar e aprovar aqui este relatório que vai destravar uma obra tão importante, como eu falei, para a Bahia e para os





CONGRESSO NACIONAL
Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização

baianos. Então, Deputado Gaguim, eu queria render, em nome da Bahia e dos baianos, homenagens e agradecimentos a V.Exa.

O SR. PRESIDENTE (Dagoberto Nogueira. PDT - MS) - Tem a palavra o Deputado Márcio Marinho.

O SR. MÁRCIO MARINHO (PRB - BA) - Sr. Presidente, Deputado Dagoberto, eu queria também me somar aos meus conterrâneos, aos baianos, e parabenizar o Deputado Gaguim pela iniciativa deste relatório favorável ao Estado da Bahia, tendo em vista a importância, Deputado Gaguim, que tem a BR-116 para o desenvolvimento econômico do nosso Estado.

Todos os Deputados, principalmente os baianos, que rodam no Estado da Bahia veem a importância que tem a BR-116 para o desenvolvimento do nosso Estado. Nós não podemos, de forma alguma, deixar que uma área tão importante, geograficamente falando, para o Estado da Bahia, seja prejudicada, uma vez que, como disse aqui o Senador Angelo Coronel, todas as avaliações e questionamentos deveriam ser feitos antes de a obra ser iniciada, haja vista que, se a obra é iniciada e para, até aquilo que foi investido acaba se deteriorando, e o custo é maior para os cofres da União.

Portanto, quero aqui dizer que o PRB encaminha o voto favorável a este relatório e pede o apoio dos pares para que nós possamos aprovar o relatório do nosso amigo Deputado Gaguim, que, com sensibilidade, atende aos anseios do Estado da Bahia.

O SR. PRESIDENTE (Dagoberto Nogueira. PDT - MS) - Há mais algum Deputado que queira discutir? (*Pausa.*)

Tem a palavra o Deputado Lucio Mosquini.

O SR. LUCIO MOSQUINI (Bloco/MDB - RO) - Sr. Presidente, eu quero parabenizar o Deputado Carlos Gaguim por este relatório e dizer que ele está no caminho certo. Acho até que esta Casa tem que tomar medidas urgentes, urgentíssimas, com relação a paralisações de obras. Não existe coisa mais bonita do que paralisar uma obra. É fantástico! Até parece que está impregnada no gestor público a ideia de que ele tem que paralisar obras. Há piadas que dizem que Juscelino Kubitschek só construiu Brasília porque na época não havia Tribunal de Contas. Aliás, ninguém aqui está sendo contra qualquer tipo de fiscalização, mas o que não pode, Sr. Presidente, como providência necessária, urgente e urgentíssima,





CONGRESSO NACIONAL
Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização

é paralisar a obra. Que peguem o que está errado, tentem averiguar se realmente existe irregularidade e vejam o que pode ser feito.

Eu já deixo como sugestão aqui que se façam termos de ajuste de contrato, Deputado Cacá Leão. Este é um tema que nós temos que normatizar nesta Casa: o termo de ajuste de contratos — não é de conduta, é de contrato. Uma obra que está há 2 anos, 3 anos sendo executada, não pode ser totalmente paralisada, como, por exemplo, está paralisada a obra do VLT de Cuiabá. A obra já está parada há 6 anos, 7 anos, atrapalhando o trânsito. Eu não sou do Mato Grosso, mas posso relatar isso aqui.

No meu Estado, Sr. Presidente, existe uma obra a ser realizada com recursos públicos federais cuja licitação o TCU paralisou há 1 ano. No dia 8 de agosto, fez 1 ano que o Tribunal de Contas paralisou uma obra em Rolim de Moura, em Rondônia — a paralisação já faz 1 ano, Sr. Presidente, 1 ano! —, sem que o Tribunal de Contas dê uma decisão. A licitação está lá parada, com o dinheiro na conta, há mais de 1 ano, esperando que o Tribunal de Contas dê uma decisão.

Deputado Carlos Gaguim, parabéns pelo seu relatório!

Nós orientamos favoravelmente ao relatório do Deputado Carlos Gaguim.

O SR. PRESIDENTE (Dagoberto Nogueira. PDT - MS) - Há mais algum Deputado que queira discutir? (*Pausa.*)

Tem a palavra a Deputada Dra. Soraya Manato.

A SRA. DRA. SORAYA MANATO (PSL - ES) - Boa tarde a todos.

Sr. Presidente, eu acho que essas paralisações de obras em BRs viraram coisa comum no Brasil. Nós, no Espírito Santo, passamos por esse mesmo problema na BR-101. O contrato foi assinado há 6 anos. Eles deveriam ter feito 170 quilômetros, mas só fizeram 20 quilômetros até agora, e só 15 trafegáveis. Então, eu acho que isso virou coisa comum no Brasil, e nós precisamos tomar providências mais sérias sobre isso, porque são obras grandes, de valores vultosos.

Muito obrigada a todos.

O SR. PRESIDENTE (Dagoberto Nogueira. PDT - MS) - Pois não, Deputada Dra. Soraya.

Como disse o Deputado Lúcio, essa é uma obra com vários trechos, e, por causa de um único trecho com problemas, param-se todos os demais. É um abuso mesmo, e nós vamos ter que tomar providências quanto a isso.





CONGRESSO NACIONAL
Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização

Tem a palavra o Deputado Eli Borges.

O SR. ELI BORGES (SOLIDARIEDADE - TO) - Sr. Presidente, eu sou do Tocantins e acompanho de perto a luta do Deputado Gaguim, que também é do meu Estado. Lá nós temos o exemplo da Ponte de Xambioá, que liga o Tocantins ao Estado do Pará. Interromperam a obra por 2 anos. Resultado: perderam-se 70 milhões de reais, e o que está lá vai se deteriorando.

É um negócio horrível no Brasil esse "xeretamento" dos órgãos de controle e do Judiciário sem responsabilidade, diga-se de passagem. É como se estivessem fazendo um favor ao Brasil e à comunidade que vai receber o benefício, quando promovem um "xeretamento" irresponsável sem data, às vezes, sem limite de prazo, e muitas vezes se prova o contrário.

Eu quero me somar à preocupação de todos. Vou participar mais da Comissão agora, porque era suplente e acabo de virar titular. Acho que este é um assunto que esta Comissão, que une a Câmara dos Deputados e o Senado Federal, deve trazer à baila de maneira muito forte, inclusive fazendo convocações, para mudar essa cultura de se pararem obras no Brasil. Isso é horrível para o País e é horrível para aqueles que precisam desses benefícios.

No caso dessa ponte, foram perdidos 70 milhões de reais, a obra foi prejudicada, sem falar no que se vai gastar depois para repor aquilo que se deteriorou com o tempo. Não é fácil, Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Dagoberto Nogueira. PDT - MS) - Muito bem, Deputado.

O SR. CARLOS HENRIQUE GAGUIM (DEM - TO) - Eu só quero agradecer aos nobres pares as palavras. Vamos fazer com que esta Comissão possa pegar todas as obras paradas para acelerar a solução dos impasses, a fim de que o País volte a crescer.

O SR. EDMILSON RODRIGUES (PSOL - PA) - Sr. Presidente, eu quero fazer uma sugestão.

O SR. PRESIDENTE (Dagoberto Nogueira. PDT - MS) - Pois não.

O SR. EDMILSON RODRIGUES (PSOL - PA) - Quero parabenizar o Deputado Gaguim. Parece até que virou aqui candidato a Governador da Bahia. Os baianos estão tão agradecidos!

Brincadeira à parte, quero dizer que, no caso do TCU, trata-se de um órgão que tem autonomia, é verdade — é uma autarquia —, mas é subordinado, é órgão





CONGRESSO NACIONAL
Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização

auxiliar do Congresso Nacional e da Câmara dos Deputados, em particular. Eu queria, então, sugerir — vou pensar melhor, e talvez outros Deputados pudessem se somar a mim nesse esforço — que formatemos não uma audiência ou um seminário, mas algo em que nós possamos sugar do TCU os seus procedimentos e, ao mesmo tempo, debater as possibilidades para que tomemos iniciativa de quiçá formular procedimentos que evitem prejuízos ao Erário, como aqui foi citado, e todos nós sabemos que acontecem.

Hoje ainda, na Comissão da Amazônia, a Caixa Econômica estava convocada para dar explicações. Conversando com a assessoria, eu pedi informação sobre dois projetos. Veja, Deputado Dagoberto Nogueira, os dois são da década de 90, quando eu fui Prefeito em Belém. No final do meu mandato, os recursos foram depositados, e mais de 100 casas foram construídas, das 800 previstas, numa área alagada. Hoje, aquela obra que custava X está custando 5 vezes mais. A contrapartida da Prefeitura já é maior do que o investimento federal inicial ou o financiamento federal — nesse caso, era Orçamento da União. Aí se torna inviável a obra.

Então, realmente, quem tem interesse em paralisar obras? Nem sei se as empreiteiras têm, porque, se se alarga o cronograma e ela consegue negociar aditivos, existe uma lógica em favor, digamos, do lucro. Mas, mesmo assim, isso não garante que seja um *plus* no lucro, porque também aumentam os preços do cimento, do asfalto, da pedra, da areia, de tudo — e da mão de obra também.

Então, essa é uma preocupação justa. E eu creio que, pela importância da CMO, nós deveríamos criar, apesar de que aqui vivermos na pressa, um momento para um debate profundo realmente. Não se trata de cobrar, esfaquear, enfim, fazer qualquer perversidade contra qualquer instituição. Trata-se de chamá-la para, numa relação de respeito, de parceria, mostrarmos que há problemas que têm que ser solucionados. Auditorias têm que ser feitas. O dinheiro público não pode ser desviado pela corrupção. Mas também não se pode, no afã de combater a corrupção, perder recursos ou tornar as obras mais caras, o que também acaba sendo um desvio de recursos indevido.

Obrigado pela oportunidade.

O SR. PRESIDENTE (Dagoberto Nogueira. PDT - MS) - Deputado Edmilson Rodrigues, eu vou conversar com o Senador Marcelo Castro, o nosso Presidente, assim que nós sairmos daqui. Eu acho que tem que haver uma audiência para





CONGRESSO NACIONAL
Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização

discutir isso e, inclusive, fixar prazos. Esse pessoal tem que ter prazo para tudo. Se nós temos prazo para tudo, por que eles não têm prazo para se manifestar, para julgar e para fazer tudo isso? Então, nós temos que estabelecer prazos. Se eles não cumprirem os prazos, automaticamente fica aprovado. Senão, quando se vai julgar, existe coisa que está há 10 anos, 15 anos para ser julgada. Aí vão atrás de documentos, mas não se acham mais esses documentos. V.Exa. tem razão na sua explanação.

Como não há mais nenhum Deputado que queira discutir a matéria, coloco-a em votação.

Os Srs. Deputados que a aprovam permaneçam como se encontram. *(Pausa.)*

Aprovada.

Em votação na representação do Senado Federal.

Os Srs. Senadores que a aprovam permaneçam como se encontram. *(Pausa.)*

Aprovada a matéria, que tem caráter terminativo. A Comissão aguardará o prazo para interposição de recurso perante a Mesa do Congresso Nacional.

Item 2. Requerimento nº 10/2019-CMO, que requer a realização de audiência pública com a presença do General da reserva Carlos Alberto dos Santos Cruz, ex-Ministro da Secretaria de Governo, para prestar esclarecimento neste órgão técnico acerca do emprego dos recursos públicos por parte do atual Governo.

Autores: Deputados Beto Faro, Bohn Gass, Nelson Pellegrino, Vander Loubet, Zé Carlos e Zeca Dirceu.

Tem a palavra um dos autores do requerimento, o Deputado Bohn Gass.

O SR. BOHN GASS (PT - RS) - Obrigado, Presidente Dagoberto.

Colegas Deputados e Senadores, eu, na reunião que nós tivemos na sala da Comissão, já havia falado que não é possível nós naturalizarmos as falas dos integrantes do Governo. É óbvio que não é possível nós naturalizarmos as falas do Presidente, mas não é disso que se está falando neste momento. Estou falando, neste caso, de manifestação do ex-Ministro da Secretaria de Governo. Apesar de já não integrar hoje o Governo, ele falou, ainda na época em que integrava o Governo, no primeiro semestre, que viu gastança exagerada, recursos injustificáveis que iam pelo ralo, enfim, fez várias afirmações. Então, não é possível que esta Comissão não faça nada a respeito disso. Esta é a Comissão de Orçamento, que preza para que recursos estejam na Bahia, a fim de que possam ser aplicados na conclusão da





CONGRESSO NACIONAL
Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização

duplicação da BR-116, como nós acabamos de votar; estejam nas universidades; estejam nos postos de saúde, para compra de remédios, que estão sendo cortados pelo Governo; estejam na agricultura, que tem menos subsídio nos seus financiamentos para produzir comida neste País.

Os recursos estão faltando em todos os lugares, e um integrante do Governo está dizendo que existe ganância e que ele viu dinheiro indo para o ralo. Quer dizer, é necessário que ele venha a esta Comissão dar esclarecimentos. A partir do momento em que ele fez essa afirmação, ele deve saber por que ralo escoaram os recursos, para onde foram e que recursos eram esses? São questões que precisam ser esclarecidas à sociedade.

Então, eu quero reforçar o pedido de que aprovemos a vinda aqui do general. É um convite, obviamente, porque ele é ex-Ministro da Secretaria de Governo. Mas, como integrou o Governo, nós endereçamos a ele este convite.

Portanto, eu gostaria da aprovação dos nobres pares para este requerimento.

O SR. PRESIDENTE (Dagoberto Nogueira. PDT - MS) - Pois não, Deputado Bohn Gass.

Podem fazer o encaminhamento até dois membros de cada Casa.

Tem a palavra o Deputado Felipe Francischini.

O SR. FELIPE FRANCISCHINI (PSL - PR) - Sr. Presidente, Srs. Deputados da Comissão Mista de Orçamento, primeiramente, gostaria de dizer que estamos discutindo a realização de uma audiência pública com a presença do General da reserva Carlos Alberto Santos Cruz, ex-Ministro da Secretaria de Governo, para prestar esclarecimentos neste órgão técnico acerca do emprego dos recursos públicos por parte do atual Governo.

Eu quero dizer uma coisa, Sr. Presidente. Eu não sou melhor do que ninguém e também não sou pior do que ninguém nesta Casa Legislativa, mas eu vejo como republicano o importante papel que a Oposição desempenha no mundo inteiro, em qualquer governo, em qualquer democracia. A Oposição é importante porque ela mostra, muitas vezes, os erros que o governo pode estar cometendo, assim como fez a Oposição à Presidente Dilma, ao Presidente Lula e ao Presidente Michel Temer e como faz agora também a Oposição ao Presidente Bolsonaro. Eu já vi muitos posicionamentos da Oposição que mudam posições do Governo para melhor. Mas eu sei também que existem, dentro da Oposição, assim como existem





CONGRESSO NACIONAL
Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização

também dentro da base do Governo, Deputados que têm coerência, que têm consciência, que são tranquilos, que sabem exercer o seu papel e alguns poucos que acabam extrapolando esses limites. Não estou falando sobre os autores do requerimento, porque eu nem sei quem são.

O que eu quero dizer é que, na minha visão, às 4 horas da tarde de uma quarta-feira, na Comissão Mista de Orçamento do Congresso Nacional, uma Comissão importantíssima para discutirmos assuntos de Estado, termos que deliberar um requerimento como este sobre vinda à Comissão de um ex-Ministro porque deu uma entrevistinha e falou algumas coisas que não têm conexão nenhuma, nem mostram se são do atual Governo ou dos passados, foge ao papel de oposição consciente.

Na minha visão, todo mundo é falho. Todo mundo tem erros e tem acertos, no mundo inteiro. O Presidente Bolsonaro também não foge a essa regra. Eu, por exemplo, critico uma decisão de antes de ontem que eu li nos jornais, pela qual foi vetado um projeto de lei muito importante que limitava o poder do Supremo Tribunal Federal. Quando uma lei é aprovada neste Congresso, e uma ação direta de inconstitucionalidade chega à Suprema Corte, um Ministro, monocraticamente — ou seja, sozinho —, concede uma liminar, suspende a vigência da lei, e ela nunca vai ao Plenário, fica engavetada em algum lugar. Isso vilipendia o Parlamento brasileiro. Isso foi vetado, e eu critico esse veto. Essa é uma crítica construtiva ao Governo, que não devia ter vetado.

Agora, eu não vejo nenhum motivo de estamos discutindo este requerimento nesta tarde. O que o ex-Ministro falou nessa entrevista? *"Nesses meus seis anos de governo, o que vi de dinheiro público desperdiçado e dinheiro jogado no ralo é impressionante."* Ele não diz se fio no atual Governo ou no passado.

Eu pedi para a minha assessoria fazer uma rápida pesquisa sobre gastos desnecessários, gastos fúteis ou inúteis de vários Governos que já passaram pelo Brasil, e vi apenas uma notícia. Não vou nem citar qual era o Governo. Foi em 2016. Foi uma notícia do *Globo.com*: *"Gasto do governo com cafezinho é maior do que o orçamento inteiro do Ministério da Igualdade Racial"*. Foram gastos nesse ano 81,4 milhões de reais com cafezinho para a Esplanada dos Ministérios.





CONGRESSO NACIONAL
Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização

Então, na minha visão, não acrescenta nada trazer o ex-Ministro aqui — até porque eu acredito que ele não virá —, porque não sabemos se essa declaração dele se refere ao atual Governo ou aos Governos passados.

No bojo do requerimento também vejo a fundamentação. Qual é a fundamentação do requerimento? Diz aqui: *"(...) a importância que se reveste o uso do dinheiro público e a necessidade de melhoria da eficiência dos gastos* — e eu quero saber quem pode falar de eficiência dos gastos aqui, por tudo o que passamos no Brasil —, *"mormente nesta quadra em que nossa economia apresenta níveis estratosféricos de desemprego"* — e sabemos como foi a construção histórica dessa relação de desemprego no Brasil —, *"os investimentos não se realizam"* — também sabemos para onde foram muitos investimentos e o dinheiro público brasileiro —, *"os direitos sociais são vilipendiados"* — e eu tenho uma visão um pouco diferente de direito social; na minha visão, direito social é, primeiro, ter trabalho, ter emprego, coisa a que hoje muitos brasileiros não têm acesso, então sabemos que muitos não podem falar dessa questão porque passaram pelo Governo e não fizeram nada quanto a isso — *"e a dívida pública assume proporções alarmantes (...)"*. Nós sabemos quem jogou os juros para 16% na época em que governou.

Então, Sr. Presidente, eu sei que lá dentro foi feito um acordo para se aprovar este requerimento. Quero apenas dizer que, assim como eu admiro muitos membros da Oposição, inclusive V.Exa., que faz um trabalho republicano nesta Comissão, eu também vejo — com esta minha fala, é claro que eu vou ser mal compreendido, e alguns vão ficar bravos e vão virar a cara para mim — que a Oposição, em qualquer governo, em qualquer momento histórico do mundo, em qualquer democracia, ou até em qualquer autoritarismo, é importante. Mas, no Brasil, o que eu vejo nos meus eleitores, no pessoal com o qual eu converso no Paraná, principalmente, é que a Oposição poderia ter mais credibilidade se focasse em assuntos realmente importantes, em assuntos republicanos, assuntos de Estado, e não em birras e declaraçõezinhas. Essa é apenas uma dica que eu deixo aqui. Sei que não vou ser seguido, mas vou dizer mais uma vez que admiro muito os membros da Oposição, assim como repudio a atitude de muitos que só querem causar desgastes necessários, sem fundamentação técnica nem jurídica.





CONGRESSO NACIONAL
Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização

O SR. PRESIDENTE (Dagoberto Nogueira. PDT - MS) - Tem a palavra o Senador Angelo Coronel.

O SR. ANGELO CORONEL (PSD - BA) - Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, quando um ex-Ministro de uma Secretaria tão importante como a Secretaria de Governo, considerado o braço direito de qualquer presidente, vem a público dizer que muitos recursos são jogados pelo ralo, eu acho bastante salutar que ele venha a esta Casa explicar de que Governo se trata — se é o atual Governo, do qual ele fez parte, ou se se trata do Governo passado —, para não pairarem dúvidas de que Governo cometeu esses impropérios ou o desmando de deixar dinheiro público escorrer pelos ralos da República.

Esta Casa tem a função não digo de corregedora, mas de fiscalizadora dos atos do Poder Executivo. Evidentemente, esta Comissão, a CMO, deveria se ater a outras matérias. O fato é que, quando se fala em dinheiro, fala-se em orçamento. Como dinheiro foi jogado ao ralo, cabe a esta Comissão solicitar a vinda do Ministro.

Eu quero encaminhar pela aprovação, para que ele abra essa caixa-preta do Governo do qual ele fez parte e do Governo passado.

O SR. PRESIDENTE (Dagoberto Nogueira. PDT - MS) - Pois não, Senador Angelo.

O SR. BOHN GASS (PT - RS) - Sr. Presidente, gostaria de dar uma informação correta.

O nobre Deputado leu *"nos 6 anos"*. Não foi isso que disse o Ministro. O que o Ministro diz é: *"nesses meus 6 meses..."* Peço que se retifique, por favor.

O SR. FELIPE FRANCISCHINI (PSL - PR) - Está retificado, Deputado. Mas isso não muda o contexto. Ao dizer *"nesses meus 6 meses"*, ele pode ter visto o que foi feito para trás ou durante o Governo atual.

O SR. BOHN GASS (PT - RS) - Então, mudou 100% o contexto. Está retificado.

O SR. FELIPE FRANCISCHINI (PSL - PR) - Está retificado, mas não muda o contexto.

O SR. BOHN GASS (PT - RS) - V.Exa. falou *"nos 6 anos"*. Aí você vociferou contra o PT, porque você só sabe falar isso.

O SR. FELIPE FRANCISCHINI (PSL - PR) - Eu não citei o PT, Deputado. V.Exa. está muito constrangido.





CONGRESSO NACIONAL
Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização

O SR. BOHN GASS (PT - RS) - V.Exa. falou contra o Governo anterior, que era do PT.

O SR. PRESIDENTE (Dagoberto Nogueira. PDT - MS) - Chame o homem, e acabe com essa celeuma.

O SR. BOHN GASS (PT - RS) - Mudou o contexto. V.Exas. acham que 6 meses é a mesma coisa que 6 anos? Ele falou do seu Governo. Então, mudou o contexto, colega Deputado!

O SR. FELIPE FRANCISCHINI (PSL - PR) - Deputado, eu já retifiquei.

O SR. PRESIDENTE (Dagoberto Nogueira. PDT - MS) - Deputado Bohn Gass, já foi esclarecido.

O SR. FELIPE FRANCISCHINI (PSL - PR) - Eu já retifiquei. Vamos chamar um professor de português aqui para explicar que não muda o contexto dizer 6 meses ou 6 anos.

O SR. BOHN GASS (PT - RS) - Mudou o contexto. Se eu digo que isso aconteceu nos últimos 6 meses, estou dizendo que aconteceu no Governo Bolsonaro. Se eu falo 6 anos, Deputado, é porque aconteceu em outros Governos. Então, o contexto mudou. Mas eu não quero entrar nessa polarização, porque ela já está posta.

O SR. PRESIDENTE (Dagoberto Nogueira. PDT - MS) - Acho que já está esclarecido.

O SR. BOHN GASS (PT - RS) - Eu preciso dizer isso. Eu sou um cara que gosta de respeitar bem o Regimento. Eu só quis que isso fosse retificado porque mudou o contexto. Se eu tivesse condições de justificar mais este tema...

Eu fiquei preocupado, Deputado, porque V.Exa. colocou que isso seria uma preocupação da Oposição. Eu fiquei preocupado com isso. Se um governante diz que foi jogado dinheiro no ralo, a preocupação com o dinheiro público é da Oposição, ou deveria ser primeiro da Situação? Devia ser sua! Um Deputado da Situação devia dizer: *"Meu Governo está colocando dinheiro no ralo!"* O gabinete do Ministro é o mais próximo de Bolsonaro, e ele é do seu Governo, e confirmou que foi dinheiro para o ralo.

Eu estou preocupado, porque está faltando dinheiro nos postos de saúde, está faltando dinheiro para os agricultores, está faltando dinheiro para criar empregos,





CONGRESSO NACIONAL
Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização

está faltando dinheiro nos hospitais. Nossos jovens estão sem a possibilidade de se manter nas universidades. Eu estou preocupado.

Este é o convite generoso que eu posso fazer, porque não posso fazer política com ódio. Eu tenho que fazer política com respeito. Eu quero sempre tratá-lo desta forma.

Quero lembrar que a preocupação com o dinheiro público não deve ser apenas da Oposição, mas também da Situação. Peço que, junto conosco, aprovelem o pedido para que ele explique para onde foi o dinheiro que deveria ir para a realização de obras importantes.

O SR. PRESIDENTE (Dagoberto Nogueira. PDT - MS) - Tem a palavra o Deputado Edmilson Rodrigues.

O SR. EDMILSON RODRIGUES (PSOL - PA) - Sr. Presidente, quero manifestar meu apoio e dizer que não se trata de um ex-Ministro qualquer. Realmente, um Ministro de Governo é alguém que despacha 24 horas. Se o Presidente se mantiver acordado, não tem como não estar acompanhando os fatos. Todas as questões mais importantes passam por esse Ministro.

Eu acho que deve haver um debate aqui com o ex-Ministro, diante da preparação que um general tem. Aliás, ele foi desrespeitosamente demitido, sem muita explicação, talvez nem para ele nem para a sociedade.

Eu não acho que este tem de ser o espaço para ódio, mas para debate. Já que ele foi uma autoridade e continua a sê-lo, como general da reserva, e fez uma afirmação que pode ter acontecido num momento passional por causa da demissão. Ele vai dizer: *"Desculpem-me. Eu estava acabrunhado e falei coisas indevidas. Peço desculpa"*. Faz uma autocrítica, coisa que é muito difícil ouvir de alguém do Governo, mas quem sabe alguém que foi do Governo tenha a coragem de fazê-lo, se assim achar necessário.

Se ele realmente não desmente o que disse, é necessário que se explique. Ele tem que explicar sobre os 6 meses de que ele falou: *"Nestes meus 6 meses, o que vi de dinheiro desperdiçado e de dinheiro jogado no ralo é impressionante"*.

Viu-se que, para pagar o voto de Deputados que votaram na reforma da Previdência, o Governo mandou um PLN para cá querendo retirar 1 bilhão da educação, quando sabemos que a crise da educação brasileira já é grande. As Prefeituras não têm como construir nem manter creche para a educação





CONGRESSO NACIONAL
Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização

fundamental ou conceder reajuste para professor. Portanto, é injustificável que o dinheiro vá pelo ralo, como disse o ex-Ministro.

Vamos ouvi-lo.

O SR. PRESIDENTE (Dagoberto Nogueira. PDT - MS) - Encerrada a discussão.

O Requerimento nº 10, de 2019, está em votação na representação da Câmara dos Deputados.

Os Srs. Deputados que o aprovam permaneçam como se encontram. *(Pausa.)*

Aprovado, com os votos contra dos Deputados Felipe Francischini, Cacá Leão, Paulo Azi e Gurgel.

Em votação na representação do Senado Federal.

Os Senadores que o aprovam permaneçam como se encontram. *(Pausa.)*

Aprovado.

Tem a palavra o Deputado Felipe Francischini.

O SR. FELIPE FRANCISCHINI (PSL - PR) - Sr. Presidente, eu acredito que, na representação da Câmara, ganhou o voto "não". Peço que conste isso.

Não vou pedir verificação nominal, para não obstruir os trabalhos da Comissão.

O SR. PRESIDENTE (Dagoberto Nogueira. PDT - MS) - Não foi, Deputado. Nós tínhamos mais Deputados.

O SR. FELIPE FRANCISCHINI (PSL - PR) - Eu, o Deputado Cacá Leão, o Deputado Gurgel, o Deputado Paulo Azi. Deixe. Eu não vou pedir nominal, para não estragar a Comissão.

O SR. PRESIDENTE (Dagoberto Nogueira. PDT - MS) - Nós temos aqui mais de 20 Deputados.

O SR. BOHN GASS (PT - RS) - Sr. Presidente, aqui não se faz favor a ninguém. Que haja transparência!

O SR. PRESIDENTE (Dagoberto Nogueira. PDT - MS) - Não é isso, Deputado.

O SR. BOHN GASS (PT - RS) - Se a maioria dos Deputados que votaram contra...

O SR. PRESIDENTE (Dagoberto Nogueira. PDT - MS) - Tenho o registro de mais de 20 Deputados, Deputado Bohn Gass.





CONGRESSO NACIONAL
Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização

O SR. BOHN GASS (PT - RS) - Sr. Presidente, isto aqui é importante. Nós viemos de uma Comissão. Na Comissão, foi solicitado para mim. Vai entrar o quinto ponto aqui, porque houve um acordo para que fosse realizado.

O SR. PRESIDENTE (Dagoberto Nogueira. PDT - MS) - Está certo, Deputado.

O SR. BOHN GASS (PT - RS) - Esta Casa se cumpre em função dos acordos.

Se agora V.Exas. querem votar, eu tenho todo o respeito. Votem e derrubem. É um direito de V.Exas. desrespeitarem o acordo que nós fizemos. V.Exas. votaram, derrubem. Eu peço. Sou eu que estou pedindo que seja contado, porque derrubaram o acordo.

O SR. PRESIDENTE (Dagoberto Nogueira. PDT - MS) - Deputado Bohn Gass, eu tenho 30 Deputados registrados. Eu vou dar sequência. Foi votado e aprovado.

O SR. BOHN GASS (PT - RS) - Mas fique registrado que a maioria votou, derrubou pelo voto o acordo que foi feito. É muito importante este detalhe do acordo, o que nós falamos.

O SR. PRESIDENTE (Dagoberto Nogueira. PDT - MS) - Mas não derrubou pelo voto.

O SR. BOHN GASS (PT - RS) - Como diz o gaúcho no Rio Grande do Sul, é o tal do fio do bigode. O acordo é importante.

Portanto, quero que isso fique registrado. Nós fizemos um acordo, e o derrubaram aqui. V.Exa., que preside a Mesa, vai resolver como quiser.

O SR. PRESIDENTE (Dagoberto Nogueira. PDT - MS) - Só aqui eu já tenho mais de oito Deputados. Esquece. Eu tenho 30 registrados, Deputado Bohn Gass. Foi aprovado.

Item 3. Apreciação do Requerimento nº 11, de 2019, que requer a realização de audiência pública com o tema: *Reestruturação da Secretaria Especial da Receita Federal*. Autor: Deputado Edmilson Rodrigues.

Tem a palavra o autor do requerimento.

O SR. EDMILSON RODRIGUES (PSOL - PA) - Sr. Presidente, há acordo, mas é importante que se deem explicações bem breves.

Nós sabemos que há 10 regiões fiscais e 10 superintendências no País. Um comitê interno — nem tenho certeza de que é uma questão de governo porque, entre o Governo realmente não há um debate mais aprofundado — propôs a extinção de várias superintendências.





CONGRESSO NACIONAL
Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização

Não se trata de uma questão apenas do Pará. No Pará, os 17 Deputados e os 3 Senadores assinaram um documento contra. Não é contra o Governo, portanto. É contra a extinção da superintendência lá. Olhem lá: no Pará, Belém; no Ceará, Fortaleza; na Bahia, Salvador vai perder a superintendência; Belo Horizonte e Curitiba também perderão.

Eu sei que o País é muito diverso e que alguém de Curitiba se desloca por estradas de excelente padrão até Porto Alegre, por exemplo, mas não acontece o mesmo em relação à Bahia, nem em relação a Belém. A superintendência na Amazônia, Deputado Dagoberto, que representa a Amazônia Legal, em torno de 60% do território do Brasil, e a superintendência no Pará é que dá conta de todo o trabalho para mais de 20 milhões de habitantes da região, em Estados de difícil acesso. Imaginem o que é se deslocar de Belém para Brasília, o que isso representa para os escritórios de advocacia, para o cidadão que tem um problema fiscal para resolver. Imaginem o que isso representa para uma micro ou uma pequena empresa.

O que isso significa para as grandes empresas? A grande empresa tem grandes bancas de advocacia, tem capital, tem condições de movimentação, mas também aumenta a despesa se ela tiver que pagar a um escritório em Brasília, por exemplo, em vez de usar os recursos regionais.

Trata-se, realmente, de uma medida que, se se debate toda a mudança estrutural, não necessariamente, por princípio, deve ser rejeitada. Em tese, pode ser que a extinção de alguma superintendência até se justifique. No caso do Pará e da Amazônia, eu creio que seria muito duro e criaria grandes dificuldades para os cidadãos em geral, para as pessoas físicas, as pessoas jurídicas e, em particular, para as empresas, além de colocar, digamos, em xeque uma instituição tão importante do Estado brasileiro, reconhecidamente de excelência: a Receita Federal. Alguém pode até dizer: *"Eu não quero que meu filho estude"*, mas ninguém pode dizer que o Brasil se sustenta sem arrecadação.

Nas fronteiras, o trabalho da Receita Federal é realmente algo complexo, feito com excelência, porque tem quadros de carreira de alto nível. Isso, porém, não significa que tudo seja perfeito. A economia que se faria com a extinção desta superintendência também seria tão pequena, que realmente não se justificaria fazê-





CONGRESSO NACIONAL
Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização

lo. Eu acho até que, se tiver que ser feita alguma mudança, que se faça com um debate mais profundo.

Neste momento, acho que é importante debatermos a questão aqui, para ver se conseguimos suspender esta ação e se abrimos o debate, a fim de analisar exatamente as mudanças necessárias e viáveis.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Dagoberto Nogueira. PDT - MS) - O Deputado Felipe Francischini pediu a palavra para encaminhar, mas, como se inicia a Ordem do Dia, peço a S.Exa. que seja bem rápido. Do contrário, não poderemos votar. Lembro que houve acordo.

O item 4 fica prejudicado, porque trata da convocação do Ministro Mandetta. No entanto, como S.Exa. virá na primeira semana de setembro, foi feito o acordo para aguardarmos até esta data.

O SR. FELIPE FRANCISCHINI (PSL - PR) - Apenas 1 minuto, contado no relógio, Sr. Presidente.

Quero parabenizar o Deputado Edmilson Rodrigues. É de muita importância debatermos o tema da Receita, averiguarmos quais locais têm que ser transferidos e quais não. Eu não sou bairrista, mas em Curitiba querem transferir, ao que sei, para Porto Alegre. Em Foz do Iguaçu, no Paraná, há uma entrada muito grande de contrabando. Portanto, eu vejo que é importante discutirmos esta questão. Esta audiência pública vem em bom momento.

Sou pela aprovação do requerimento.

Sr. Presidente, quero retificar que eu disse 6 anos, mas está escrito "6 meses".

O apresentador Danilo Gentili exibiu a série *Politicamente incorreto* — recomendo a todos que assistam a ela. Em determinado episódio, ele interpreta um Deputado Federal e tem que explicar para os amigos o que é vírgula.

O que o Ministro disse? Eu vou explicar vírgula, assim como fez Gentili na série. "*Nesses meus 6 anos de Governo*" — vírgula —, "*o que vi de dinheiro desperdiçado e dinheiro jogado no ralo é impressionante.*"

Como sabemos, quem está nos 6 primeiros meses de Governo está executando o Orçamento do ano anterior. Portanto, não se trata do Orçamento feito pelo Governo. Os contratos em vigência provavelmente também são do Governo anterior.





CONGRESSO NACIONAL
Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização

Eu não vou entrar no mérito se foi no Governo atual ou no Governo anterior. Quero apenas dizer que eu falei 6 anos, mas estava escrito 6 meses. A vírgula deixa claro que o contexto do que eu falei não muda.

O SR. PRESIDENTE (Dagoberto Nogueira. PDT - MS) - Em discussão.
(Pausa.)

Está encerrada a discussão.

O Requerimento nº 11 está em votação na representação da Câmara dos Deputados.

Os Srs. Deputados que o aprovam permaneçam como se encontram. (Pausa.)

Aprovado.

Em votação na representação do Senado Federal.

Os Srs. Senadores que o aprovam permaneçam como se encontram. (Pausa.)

Aprovado.

Como eu disse anteriormente, o outro item foi retirado porque trata da convocação do Ministro Mandetta. Como existe compromisso regimental de o Ministro vir ao Congresso Nacional prestar conta de suas ações, ele virá no início de setembro.

O SR. EFRAIM FILHO (DEM - PB) - É em setembro, Sr. Presidente, sem previsão de data definida.

O SR. PRESIDENTE (Dagoberto Nogueira. PDT - MS) - É, no início de setembro.

O SR. EFRAIM FILHO (DEM - PB) - Quando se fala "início", vai até o dia 30, não é?

O SR. PRESIDENTE (Dagoberto Nogueira. PDT - MS) - Isso.

Ele disse que, quando vier fazer a prestação de suas contas, vai responder ao que os requerentes queriam.

O SR. EFRAIM FILHO (DEM - PB) - O mês de setembro vai até o dia 30. Não há previsão de data. Quero apenas que isso fique registrado.

O SR. PRESIDENTE (Dagoberto Nogueira. PDT - MS) - Pois não, Deputado.
Declaro encerrada a reunião.





CONGRESSO NACIONAL
Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização

ATA DA QUINTA REUNIÃO ORDINÁRIA, DA 1ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA, DA 56ª
LEGISLATURA, DA COMISSÃO MISTA DE PLANOS, ORÇAMENTOS PÚBLICOS E FISCALIZAÇÃO,
REALIZADA NO DIA 27 DE AGOSTO DE 2019.

Aos vinte e sete dias do mês de agosto do ano de dois mil e dezenove, foi convocada ordinariamente a Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização, no Anexo II, plenário 04 da Câmara dos Deputados, com o objetivo de apreciar as matérias constantes da Pauta. Foi registrado o comparecimento dos membros: - **Deputados titulares:** Aluísio Mendes, André Figueiredo, Cacá Leão, Carlos Henrique Gaguim, Celso Sabino, Dagoberto Nogueira, Edmilson Rodrigues, Felipe Francischini, Filipe Barros, Gonzaga Patriota, Gurgel, Hildo Rocha, Hiran Gonçalves, João Roma, Lucas Gonzalez, Luciano Ducci, Márcio Marinho, Marreca Filho, Misael Varela, Nivaldo Albuquerque, Orlando Silva, Paulo Azi e Rodrigo de Castro; - **Senadores titulares:** Elmano Férrer, Flávio Bolsonaro, Jean Paul Prates, Luiz do Carmo, Marcelo Castro e Wellington Fagundes; - **Deputados suplentes:** Adolfo Viana, Aureo Ribeiro, Bohn Gass, Dra. Soraya Manato, Evandro Roman, Fred Costa, João Carlos Bacelar, Joice Hasselmann, Júnior Mano, Juscelino Filho, Marcelo Nilo, Nelson Pellegrino, Pedro Augusto Bezerra e Rodrigo Coelho; e - **Senadores Suplentes:** Carlos Viana, Eduardo Gomes e Soraya Thronicke. Foi registrado o comparecimento dos parlamentares não integrantes da Comissão, Deputados Charles Evangelista, Claudio Cajado, David Soares e Evair Vieira de Melo. Foi registrada a ausência dos membros titulares: - **Deputados:** Beto Faro, Domingos Neto, Genecias Noronha, Josimar Maranhãozinho, Lucio Mosquini, Vander Loubet, Vicentinho Júnior e Zeca Dirceu; e - **Senadores:** Angelo Coronel, Izalci Lucas, Kátia Abreu, Vanderlan Cardoso e Veneziano Vital do Rêgo. **ABERTURA:** às quatorze horas e cinquenta e sete minutos, do dia vinte e sete de agosto de 2019, o Presidente, Senador Marcelo Castro (MDB/PI) abriu a reunião e suspendeu em seguida. Às 15h35min, o Presidente reabriu os trabalhos declarou como lidos os expedientes recebidos pela Comissão, de 14 a 27 de agosto de 2019, tendo em vista que essas informações encontram-se publicadas na página da CMO na internet. Em seguida, o Presidente passou a apreciação da Ata da 5ª Reunião Extraordinária, realizada no dia 14 de agosto de 2019. Em votação, a Ata foi **aprovada** com retificação, nas representações da Câmara dos Deputados e do Senado Federal. **ORDEM DO DIA.** PAUTA. Item 01. Nos termos do *parágrafo único, do art. 110 da Resolução nº 1/2006, do Congresso Nacional*, o Presidente anunciou a apreciação do Relatório apresentado à **Medida Provisória nº 880/2019-CN**, que “Abre crédito extraordinário, em favor do Ministério da Defesa, no valor de R\$ 223.853.000,00 (duzentos e vinte e três milhões, oitocentos e cinquenta e três mil reais), para os fins que especifica.” Relator: Deputado Hiran Gonçalves. Não foram apresentadas emendas. Voto: pela aprovação da Medida Provisória, na forma proposta pelo Poder Executivo. O Relator, sugeriu, adicionalmente, o encaminhamento da indicação apresentada de forma conjunta por parte desta Comissão ao Poder Executivo, no sentido de serem reforçados os equipamentos públicos do Estado e de serem tomadas medidas objetivas para o aquecimento da economia local. Em votação, o Relatório foi **aprovado**, na representação da Câmara dos Deputados com voto contrário do Deputado Nelson Pellegrino (PT/BA). O Deputado Nelson Pellegrino (PT/BA), Vice-Líder do PT na Câmara dos Deputados, solicitou **verificação de votação**, com o apoio dos Deputados Dagoberto Nogueira (PDT/MS), Edmilson Rodrigues (PSOL/PA) e Orlando Silva (PCdoB/SP), conforme estabelece o *art. 136 da Resolução nº 1/2006-CN*, tendo sido **concedida** pelo Presidente. Entretanto, caiu o apoio. Em votação, o Relatório foi **aprovado** na representação do Senado Federal. Apreciação do Requerimento de Inversão de Pauta, nos termos do *art. 175, inciso IV, do Regimento Interno do Senado Federal*, no sentido de apreciar como item 02 da Pauta o Relatório apresentado ao **Projeto de Lei nº 18/2019-CN**. Autor:





CONGRESSO NACIONAL
Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização

Deputado Claudio Cajado, Representante da Liderança do Governo na CMO. Em votação, o Requerimento foi **aprovado**. QUESTÃO DE ORDEM. Às 16h38min, o Deputado Claudio Cajado (PP/BA), Representante da Liderança do Governo na CMO, levantou Questão de Ordem solicitando o encerramento da discussão do Relatório ao **Projeto de Lei nº 18/2019-CN**, conforme estabelece o art. 276, *Parágrafo único, do Regimento Interno do Senado Federal*. O Presidente informou que não tomaria nenhuma decisão naquele momento. Logo após, iniciou-se apreciação do Requerimento de Retirada de Pauta, nos termos do art. 235, *inciso III, alínea d, item 7, do Regimento Interno do Senado Federal*, no sentido de retirar da Pauta o Relatório apresentado ao **Projeto de Lei nº 18/2019-CN**. Autor: Deputado Nelson Pellegrino (PT/BA), Vice-Líder do PT na Câmara dos Deputados. Em votação, o Requerimento foi **rejeitado**. Item 03. Apreciação do Relatório apresentado ao **Projeto de Lei nº 18/2019-CN**, que “Abre aos Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social da União, em favor de diversos órgãos do Poder Executivo, crédito suplementar no valor de R\$ 3.041.594.744,00 (três bilhões, quarenta e um milhões, quinhentos e noventa e quatro mil, setecentos e quarenta e quatro reais), para reforço de dotações constantes da Lei Orçamentária vigente”. Relator: Senador Eduardo Gomes. Foram apresentadas 250 emendas. Voto: pela aprovação do Projeto de Lei, na forma do Substitutivo apresentado, que incorpora 02 emendas de relator. Quanto às 250 emendas apresentadas, o Relator indicou para inadmissibilidade as emendas de nºs 39, 42, 43, 44, 88, 153, 207 e 223; e ofereceu voto pela rejeição das demais emendas. Em conformidade com o disposto no § 2º do Art.146, da Resolução nº1/2006-CN, o Presidente declarou **inadmitidas** as emendas de nºs 39, 42, 43, 44, 88, 153, 207 e 223, indicadas pelo relator no seu voto. Foram apresentados 21 destaques. Em seguida, foi apresentado Requerimento de Adiamento de Votação da Matéria, nos termos do art. 40, *do Regimento Comum do Congresso Nacional*, no sentido de adiar a votação do Relatório apresentado ao **Projeto de Lei nº 18/2019-CN**. Autor: Deputado Ivan Valente (PSOL/SP), Líder do PSOL na Câmara dos Deputados, subscrito pelo Deputado Edmilson Rodrigues (PSOL/PA). Em votação, o Requerimento foi **rejeitado**. Em continuidade, o Presidente submeteu o Relatório ao Plenário para votação, na representação da Câmara dos Deputados, ressalvados os destaques. O Deputado Nelson Pellegrino (PT/BA), Vice-Líder do PT na Câmara dos Deputados, solicitou **verificação de votação**, com o apoio dos Deputados Dagoberto Nogueira (PDT/MS) e Lucas Gonzalez (NOVO/MG), conforme estabelece o art. 136 da Resolução nº 1/2006-CN, tendo sido **concedida** pelo Presidente. Encerrada a votação nominal, o Presidente proclamou o resultado da votação, às 17h42min: total de votos SIM: 21, total de votos NÃO: 4; total de VOTANTES: 25. O Presidente **confirmou a aprovação** do Relatório na representação da Câmara dos Deputados, com votos contrários dos Deputados Dagoberto Nogueira (PDT/MS), Lucas Gonzalez (NOVO/MG), Bohn Gass (PT/RS) e Nelson Pellegrino (PT/BA), ressalvados os destaques. Em votação na representação do Senado Federal, foi **aprovado**, ressalvados os destaques. Apreciação dos 21 destaques apresentados. 1. Proposta do Presidente para votação em globo dos destaques, por tipo de voto do Relator. Em votação, a Proposta foi **aprovada**. 2. Destaques com voto do Relator pela **rejeição**: 01 ao 21. Em votação em globo, as matérias objetos dos destaques foram **rejeitadas** na representação da Câmara dos Deputados, com votos contrários dos Deputados Bohn Gass (PT/RS) e Nelson Pellegrino (PT/BA). Não foram apreciadas na representação do Senado Federal, conforme dispõe o § 1º do art.43, *do Regimento Comum*. **ENCERRAMENTO**: nada mais havendo a tratar, o Presidente encerrou os trabalhos às dezessete horas e cinquenta e oito minutos, do dia vinte e sete de agosto de 2019. Para constar, eu, Maria do Socorro de L. Dantas, Secretária Executiva Substituta, lavrei a presente Ata, que, após a sua aprovação, será assinada pelo Presidente da Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização do Congresso Nacional e encaminhada para publicação no Diário do Congresso Nacional. Os trabalhos foram gravados e, depois de traduzidos, integrarão esta Ata. **Senador Marcelo Castro, Presidente.**
XXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXX





CONGRESSO NACIONAL
Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização

Em 27.08.2019

O SR. PRESIDENTE (Marcelo Castro. MDB - PI) - Há quórum regimental para a abertura dos trabalhos.

Declaro iniciada a 5ª Reunião Ordinária da Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização, destinada à apreciação das matérias constantes da pauta.

Suspendo a presente reunião e convoco a sua continuação para se realizar após a reunião de Líderes que está transcorrendo aqui na Comissão Mista.

Em seguida, nós retornaremos às nossas atividades.

(A reunião é suspensa.)

O SR. PRESIDENTE (Marcelo Castro. MDB - PI) - Declaro reiniciada a 5ª Reunião Ordinária da Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização, destinada à apreciação das matérias constantes da pauta.

Expediente.

Declaro como lidos os expedientes recebidos pela Comissão até a presente data, tendo em vista que essas informações se encontram publicadas na página da CMO, na Internet.

Apreciação da Ata.

Havendo concordância do Plenário, proponho a dispensa da leitura da ata, por ter sido distribuída antecipadamente.

O SR. ALUISIO MENDES (PODE - MA) - Peço a dispensa da leitura da ata, Sr. Presidente.

O SR. NELSON PELLEGRINO (PT - BA) - Não, Presidente, queremos que se faça a leitura da ata. Vamos fazer a leitura da ata. Queremos a leitura, Presidente, para termos dimensão do conteúdo da ata, a fim de saber se ela reflete realmente os nossos trabalhos. Então, nós queremos que ela seja lida. Isso é muito importante para sabermos se todas as observações do Deputado Paulo Azi, por exemplo, foram incluídas. Trata-se de um Deputado muito preocupado. O Deputado Claudio Cajado também sempre faz intervenções muito importantes. Então, nós gostaríamos que houvesse a leitura da ata.

O SR. CLAUDIO CAJADO (Bloco/PP - BA) - Pela ordem, Sr. Presidente. V.Exa. me permite?





CONGRESSO NACIONAL
Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização

O SR. PRESIDENTE (Marcelo Castro. MDB - PI) - Pois não, Deputado Claudio Cajado.

O SR. CLAUDIO CAJADO (Bloco/PP - BA) - Nós conversamos, na reunião do Colégio de Líderes, a respeito da alteração da Resolução nº 1. Com relação aos demais itens da pauta, nós não chegamos a apresentar, na reunião, proposta de acordo. Conversei com o Líder Nelson Pellegrino, e S.Exa. disse que não há acordo sobre um item da pauta, para o qual eu, inclusive, estou pedindo inversão, o PLN 18. Então, estou aqui anunciando que a Oposição vai usar de todas as formas para obstruir esta sessão. Portanto, seria melhor que nós já votássemos a inversão da pauta e sustentássemos a sessão para este item e os demais, porque, se os deixarmos para o final, fico com receio de que a Ordem do Dia se inicie na Câmara ou no Senado.

Amanhã, como nós teremos sessão do Congresso Nacional, seria de bom alvitre que nós votássemos a pauta hoje, para irmos para a sessão congressional amanhã com os itens da pauta já aprovados.

O SR. NELSON PELLEGRINO (PT - BA) - Pela ordem, Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Marcelo Castro. MDB - PI) - Pois não, Deputado Nelson Pellegrino.

O SR. NELSON PELLEGRINO (PT - BA) - Primeiro, pela última leitura que eu fiz do painel, nós não temos quórum para a votação. Temos até quórum para iniciar a sessão, mas não temos quórum para votação.

Segundo, regimentalmente, há um número necessário para pedir inversão de pauta. Não sei se o Deputado Cajado recolheu as assinaturas. Eu queria que a Mesa informasse se há requerimento de inversão de pauta na mesa e se ele conta com as assinaturas regimentais.

Evidentemente, como bem observou o Relator Cacá Leão, depois da leitura, discussão e votação da ata, poderemos apreciar, se eventualmente o requerimento estiver na mesa, se eventualmente ele tiver as assinaturas regimentais e se, eventualmente, houver quórum, o pedido de inversão do Deputado Claudio Cajado, Vice-Líder do Governo.

O SR. PRESIDENTE (Marcelo Castro. MDB - PI) - Pois não.

Tem a palavra o Deputado Cacá Leão para a leitura da ata.





CONGRESSO NACIONAL
Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização

O SR. NELSON PELLEGRINO (PT - BA) - Leia de forma bem audível, por favor, Excelência.

O SR. CACÁ LEÃO (Bloco/PP - BA) - Eu só sei ler desse jeito. Fui alfabetizado dessa forma, Deputado Pellegrino. *(Risos.)*

Passo a ler a ata:

Ata da Quinta Reunião Extraordinária, da 1ª Sessão Legislativa Ordinária, da 56ª Legislatura, da Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização, realizada no dia 14 de agosto de 2019.

Aos quatorze dias do mês de agosto do ano de dois mil e dezenove, foi convocada extraordinariamente a Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização, no Anexo II, plenário 02 da Câmara dos Deputados, com o objetivo de apreciar as matérias constantes da pauta. Foi registrado o comparecimento dos membros: — Deputados titulares: Aluisio Mendes, André Figueiredo, Cacá Leão, Carlos Henrique Gaguim, Celso Sabino, Dagoberto Nogueira, Domingos Neto, Edmilson Rodrigues, Felipe Francischini, Filipe Barros, Gonzaga Patriota, Gurgel, Hildo Rocha, Hiran Gonçalves, Jhonatan de Jesus, Josimar Maranhãozinho, Lucas Gonzalez, Luciano Ducci, Lucio Mosquini, Márcio Marinho, Marreca Filho, Misael Varella, Nivaldo Albuquerque, Paulo Azi e Vander Loubet; — Senadores titulares: Angelo Coronel, Kátia Abreu, Marcelo Castro e Wellington Fagundes; — Deputados suplentes: Adolfo Viana, Alexis Fonteyne, Bohn Gass, Dra. Soraya Manato, Fred Costa, Gilberto Abramo, Hercílio Coelho Diniz, Júnior Mano, Juscelino Filho, Leônidas Cristino, Nelson Pellegrino, Pedro Augusto Bezerra, Rodrigo Coelho e Zé Carlos; e — Senadores suplentes: Mecias de Jesus e Soraya Thronicke. Foi registrado o comparecimento dos Parlamentares não integrantes da Comissão, Deputados Claudio Cajado, Delegado Pablo e Eli Borges. Foi registrada a ausência dos membros titulares: — Deputados: Beto Faro, Genecias Noronha, Vicentinho Júnior, Orlando Silva e Zeca Dirceu; e — Senadores: Elmano Férrer, Flávio Bolsonaro, Izalci Lucas, Jean Paul Prates, Luiz do Carmo, Vanderlan Cardoso e Veneziano Vital do Rêgo. Abertura: às quatorze horas e cinquenta e cinco minutos do dia quatorze de agosto de 2019 e havendo número regimental, conforme estabelecido no art. 134 da Resolução nº 1, de 2006, do Congresso Nacional, os trabalhos foram abertos pelo Primeiro Vice-Presidente, Deputado Dagoberto Nogueira (PDT/MS), no exercício da Presidência, conforme dispõe o caput do art. 14 da Resolução nº 1/2006, do Congresso Nacional. Aviso. Questão de Ordem apresentada na 4ª reunião deliberativa extraordinária da Comissão





CONGRESSO NACIONAL
Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização

Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização, realizada nos dias 7 e 8 de agosto de 2019. O Presidente em exercício informou que se tratava de Questão de Ordem apresentada pelo Deputado Claudio Cajado, amparada no Art. 50 do Regimento Comum do Congresso Nacional, na qual solicitou um posicionamento desta Presidência ou do Plenário da CMO quanto ao pedido formulado pelo Partido Novo para que houvesse discussão e encaminhamento prévios à votação dos destaques apresentados ao PLN 05/2019 — LDO 2020, na 4ª reunião deliberativa extraordinária, realizada nos dias 7 e 8 de agosto de 2019. O autor da presente Questão de Ordem argumentou que a discussão e o encaminhamento de votação, nos termos do Art. 49 do Regimento Comum do Congresso Nacional, como pretendia o Partido Novo, não se aplica a destaques; e, ao finalizar a leitura do art. 50 da mesma norma...

O SR. BOHN GASS (PT - RS) - Presidente, questão de ordem.

O SR. CACÁ LEÃO (Bloco/PP - BA) - ...o Parlamentar defendeu que o dispositivo não admite essa possibilidade."

O SR. BOHN GASS (PT - RS) - Ele pode ler com pressa, mas não desse jeito.

O SR. CACÁ LEÃO (Bloco/PP - BA) -

Diante dessas colocações, a Presidência da CMO entendeu prudente receber a referida Questão de Ordem para análise e posterior decisão. É o breve relatório. Passando-se ao exame da Questão de Ordem apresentada pelo nobre Deputado Claudio Cajado, buscou-se, nos diversos atos normativos que regem a Comissão Mista de Orçamento, os dispositivos que poderiam dirimir possíveis dúvidas quanto aos questionamentos levantados. Na Seção V do Regimento Comum do Congresso Nacional, que trata do processamento da votação, verificou-se que...

O SR. BOHN GASS (PT - RS) - Sr. Presidente, temos tanta pressa para passar o PLN 18?

O SR. PRESIDENTE (Marcelo Castro. MDB - PI) - Por favor, peço licença ao Plenário.

O SR. BOHN GASS (PT - RS) - Presidente, tenho uma questão de ordem.

O SR. CACÁ LEÃO (Bloco/PP - BA) -

"... o Art. 49 caput dispõe sobre o encaminhamento da votação relativa à matéria principal..."

O SR. BOHN GASS (PT - RS) - Posso falar?

O SR. CACÁ LEÃO (Bloco/PP - BA) -





CONGRESSO NACIONAL
Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização

“... sem fazer qualquer menção a requerimento de destaques, como se observa na transcrição...”

O SR. PRESIDENTE (Marcelo Castro. MDB - PI) - S.Exa. está lendo a ata, Deputado Bohn Gass.

O SR. BOHN GASS (PT - RS) - Será que o Governo tem tanta pressa com o PLN 18?

O SR. PRESIDENTE (Marcelo Castro. MDB - PI) - Não...

O SR. CACÁ LEÃO (Bloco/PP - BA) -

“Art. 49. Encerrada a discussão, passar-se-á, imediatamente, à votação da matéria, podendo encaminhá-la 4 (quatro) Senadores e 4 (quatro) Deputados, de preferência de partidos diferentes, pelo prazo de 5 (cinco) minutos cada um’ (o grifo é nosso). Na mesma Seção, o Art. 50 disciplina...”

O SR. BOHN GASS (PT - RS) - Ele não está lendo. Ninguém está entendendo o que ele está lendo.

O SR. CACÁ LEÃO (Bloco/PP - BA) -

“... a apresentação de requerimentos de preferência e de destaque, sem contudo permitir a sua discussão e encaminhamento, conforme expressa a seguinte redação: ‘Art. 50. Os requerimentos de preferência e de destaque, que deverão ser apresentados até ser anunciada a votação da matéria, só poderão ser formulados por Líder, não serão discutidos e não terão encaminhada sua votação’ (o grifo é nosso). Apurou-se ainda que o Art. 59, § 3º...”

(Intervenções fora do microfone.)

(Desligamento automático do microfone.)

O SR. NELSON PELLEGRINO (PT - BA) - Presidente, pela ordem!

O SR. BOHN GASS (PT - RS) - Essa pressa toda é para aprovar o PLN 18?

O SR. NELSON PELLEGRINO (PT - BA) - Presidente, pela ordem.

O SR. BOHN GASS (PT - RS) - Essa pressa toda é para aprovar o PLN 18?

O SR. CACÁ LEÃO (Bloco/PP - BA) -

“...sobre os destaques, pelo prazo improrrogável de três minutos cada um, o autor do destaque ou da emenda e o Relator da matéria”.

(Desligamento automático do microfone.)

O SR. CACÁ LEÃO (Bloco/PP - BA) -

“...o Presidente em exercício informou que o Presidente da CMO concluiu que discussão e encaminhamento de votação de destaques não encontram amparo regimental que os justifiquem. Nesse sentido, e nos termos do Art. 15, VII, da





CONGRESSO NACIONAL
Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização

Resolução nº 1/2006 do Congresso Nacional, o Presidente em exercício informou também que o Presidente da CMO julgou procedentes os questionamentos apresentados pelo Deputado Claudio Cajado e deferiu a presente Questão de Ordem, reforçando mais uma vez o entendimento de que não cabem discussão e encaminhamento de votação de destaques. Expedientes. O Presidente em exercício declarou como lidos os expedientes recebidos pela Comissão, de 07 a 14 de agosto de 2019, tendo em vista que essas informações encontram-se publicadas na página da CMO na Internet. Às 15h13min, o Presidente em exercício anunciou que havia sido atingido o quórum regimental para deliberação nas duas Casas do Congresso Nacional e passou à apreciação da Ata da 4ª Reunião Extraordinária, realizada nos dias 07 e 08 de agosto de 2019. O Presidente em exercício consultou o Plenário sobre a dispensa da leitura da ata e houve concordância. Em votação, a Ata foi aprovada nas representações da Câmara dos Deputados e do Senado Federal. Ordem do Dia. O Presidente em exercício informou que na Reunião do Colegiado de Representantes das Lideranças Partidárias com assento na CMO, realizada naquele dia, 14 de agosto, houve acordo, apenas, para apreciação das seguintes matérias constantes da Pauta: Item 01. Relatório apresentado pelo Aviso nº 09/2019-CN, Item 02. Requerimento nº 10/2019-CMO, e o Item 03. Requerimento nº 11/2019-CMO. Em seguida, o Presidente em exercício iniciou a apreciação da pauta. Item 01. Relatório apresentado ao Aviso nº 09/2019-CN, que “Encaminha Avisos 1551/2018-TCU e 267/2019-TCU na origem, com decisões nos autos do processo TC 015.621/2018-9: a cópia do despacho proferido em 19/12/2018 e do Acórdão 214/2019, que tratam de Auditoria nas obras de duplicação da rodovia BR-116/BA”. Relator: Deputado Carlos Henrique Gaguim. Não foram apresentadas emendas ao Projeto de Decreto Legislativo. Voto: no sentido de que a Comissão tome conhecimento da matéria e exclua do Anexo VI da Lei nº 13.808, de 15.01.2019, nos termos do Decreto Legislativo, o Programa de Trabalho 26.782.2075.13X7.0029/2014 — Adequação de Trecho Rodoviário na BR-116/BA — Contratação integrada dos projetos básico e executivo de engenharia e execução das obras de duplicação, implantação de vias laterais, adequação de capacidade, restauração com melhoramentos e obras de arte especiais na Rodovia BR-116/BA, Lote 05 — Contrato SR-05/00878/2014 — Departamento de Infraestrutura de Transportes DNIT. O autor apresentou o Relatório. Discutiram a matéria os Deputados Paulo Azi (DEM/BA), Cacá Leão (PP/BA), Márcio Marinho (PRB/BA), Lucio Mosquini (MDB/RO), Dra. Soraya Manato (PSL/ES), Eli Borges





CONGRESSO NACIONAL
Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização

(SOLIDARIEDADE/TO), Edmilson Rodrigues (PSOL/PA) e o Senador Angelo Coronel (PSD/BA). Em votação, o Relatório foi aprovado nas representações da Câmara dos Deputados e do Senado Federal. Item 02. Apreciação do Requerimento nº 10/2019-CMO, que 'Requer a realização de Audiência Pública com a presença do General da reserva Carlos Alberto dos Santos Cruz, ex-ministro da Secretaria de Governo, para prestar esclarecimentos neste órgão técnico acerca do emprego dos recursos públicos por parte do atual governo.' Autores: Deputados Beto Faro, Bohn Gass, Nelson Pellegrino, Vander Loubet, Zé Carlos e Zeca Dirceu. O Deputado Bohn Gass (PT/RS) apresentou o Requerimento. Fizeram encaminhamento da matéria os Deputados Felipe Francischini (PSL/PR), Edmilson Rodrigues (PSOL/PA) e o Senador Angelo Coronel (PSD/BA). Em votação, o Requerimento foi aprovado na representação da Câmara dos Deputados, com votos contrários dos Deputados Felipe Francischini (PSL/PR), Gurgel (PSL/RJ)..."

(Intervenção fora do microfone.)

O SR. CACÁ LEÃO (Bloco/PP - BA) - Se V.Exa. não foi alfabetizado, não é culpa minha.

"(...) e Felipe Francischini (PSL/PR). Em votação, o Requerimento foi aprovado nas representações da Câmara dos Deputados e do Senado Federal. Item 04. Apreciação do Requerimento nº 12/2019-CMO, que 'Requer a convocação do Excelentíssimo Senhor Luiz Henrique Mandetta, Ministro de Estado da Saúde, para prestar esclarecimentos na Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização/CMO sobre a liberação de emendas objetivando à aprovação da Proposta de Emenda à Constituição — PEC que promove a Reforma da Previdência.' Autores: Deputados Beto Faro, Bohn Gass, Nelson Pellegrino, Zé Carlos e Zeca Dirceu. O Presidente em exercício comunicou que a matéria não seria apreciada, pois havia acordo do Colegiado de Representantes das Lideranças Partidárias com assento na CMO, no sentido de aguardar até a vinda do Ministro nesta Comissão, em setembro, quando participará de reunião de audiência pública. Encerramento: em virtude do início da Ordem do Dia no Plenário da Câmara dos Deputados, o Presidente em exercício encerrou os trabalhos às quinze horas e cinquenta e cinco minutos, do dia quatorze de agosto de 2019. Para constar, eu, Walbinson Tavares de Araujo, Secretário Executivo, lavrei a presente Ata, que, após a sua aprovação, será assinada pelo Primeiro Vice-Presidente da Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização do Congresso Nacional e encaminhada para publicação no Diário do





CONGRESSO NACIONAL
Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização

Congresso Nacional. Os trabalhos foram gravados e, depois de traduzidos, integrarão esta Ata. Deputado Dagoberto Nogueira, Primeiro Vice-Presidente no exercício da Presidência.”

O SR. PRESIDENTE (Marcelo Castro. MDB - PI) - De hoje em diante, o Deputado Cacá Leão está designado o leitor oficial de ata.

O SR. ORLANDO SILVA (PCdoB - SP) - E o nome dele não é Enéas, viu, Presidente? *(Risos.)*

O SR. PRESIDENTE (Marcelo Castro. MDB - PI) - O Deputado Bohn Gass está com a palavra para discutir a ata.

Vou fazer uma observação. V.Exa. terá o prazo de 3 minutos, e a discussão da ata se refere somente aos pontos que necessitam ser retificados.

O requerimento de retificação da ata é oral e despachado pelo Presidente. Então, V.Exa. diz com o que não concorda na ata, onde ela deve ser retificada, e nós iremos concordar, evidentemente.

O SR. BOHN GASS (PT - RS) - Presidente, colegas Deputados e Senadores, eu tenho, sim, observação a fazer sobre o debate em relação à educação, mas esse tema... O fato de nós agirmos açodadamente e não fazermos o debate profundo aqui vai, mais uma vez, desmoralizar a Câmara em relação ao Senado.

O Senado agiu corretamente, quando restabeleceu algo que nós votamos para alterar em relação ao trabalho aos domingos, com dupla remuneração, e havendo disposição em acordo coletivo ou dissídio. Fora isso, ninguém poderia trabalhar aos domingos. Mas os Deputados concordaram, em sua maioria, em aprovar que no domingo se pudesse trabalhar, para compensar depois, no interesse do patrão, sem receber pagamento dobrado. Graças à sabedoria ou à percepção do Senado, lá se anulou essa votação, que inclusive era relativa à CLT, matéria trabalhista. Então, esse ponto foi importante.

Hoje, o Relator da PEC da reforma da Previdência, no Senado, acaba de apresentar alteração do texto aprovado aqui. A Câmara dos Deputados permitiu que as pessoas fossem aposentadas com menos de 1 salário mínimo.

Eu já vou entrar no tema. Pode ficar tranquilo, Senador Marcelo Castro. Como a leitura foi muito rápida, e eu não pude ouvir tudo, eu preciso ver... Talvez isso estivesse lá. O Deputado Cacá leu muito rápido.





CONGRESSO NACIONAL
Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização

Então, o que aconteceu? O Senado corrigiu o texto, para que o BPC não tenha o engessamento que nós Deputados aprovamos e, em segundo lugar, que as pessoas possam, na sua aposentadoria, ter a pensão de 1 salário mínimo ao menos. Os Deputados nem isso deram ao povo. Então, parabéns ao Senado, mais uma vez.

Por isso que nós não podemos fazer as coisas açodadamente. Nós temos que debater, como eu quero debater esta ata. E eu quero que V.Exa., nobre Presidente Marcelo Castro, verifique por que o debate que nós fizemos sobre os cortes da educação que o Governo Bolsonaro faz, que o Ministro Weintraub faz, não está devidamente registrado a ata. E eu fiz as observações na sessão passada, inclusive fiz o relato da audiência com o Weintraub, na qual V.Exa. esteve junto. Ele repassou os compromissos ao Ministro da Fazenda. Ele disse que vai repor os contingenciamentos, mas depende da liberação do recurso pelo Ministro Paulo Guedes. Isso não está na ata, Presidente. Eu falei isso aqui. A ata precisa contemplar integralmente esse aspecto, para que nós possamos...

Deputado Nelson Pellegrino, eu achei muito importante V.Exa. ter pedido a leitura da ata, porque nós não podemos votar absolutamente nada aqui, muito menos o PLN 18, que é a liberação de recursos para serem repassados aos Parlamentares, pelo acordo feito com o Governo, em função da votação da reforma da Previdência.

O SR. PRESIDENTE (Marcelo Castro. MDB - PI) - Muito bem, Deputado.

Deputado Nelson Pellegrino, levante o ponto da ata que merece ser retificado, e nós daremos seguimento à reunião.

O SR. NELSON PELLEGRINO (PT - BA) - Presidente, eu preciso ter a palavra. Eu estava aqui, e V.Exa. me negou, enquanto o Deputado Cacá Leão estava...

O SR. PRESIDENTE (Marcelo Castro. MDB - PI) - Eu não neguei a palavra a V.Exa. O Deputado Cacá Leão já estava lendo a ata...

O SR. NELSON PELLEGRINO (PT - BA) - Sim, Presidente, mas eu pedi uma questão de ordem justamente...

O SR. PRESIDENTE (Marcelo Castro. MDB - PI) - ...e V.Exa. pediu uma questão de ordem enquanto S.Exa. estava lendo.

O SR. NELSON PELLEGRINO (PT - BA) - Isso! Na minha discussão, eu vou abordar o que eu ia abordar na minha questão de ordem, que V.Exa., infelizmente... Acho que não queria interromper o Deputado Cacá Leão...





CONGRESSO NACIONAL
Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização

O SR. PRESIDENTE (Marcelo Castro. MDB - PI) - V.Exa. pode fazer a questão de ordem na hora que quiser.

O SR. NELSON PELLEGRINO (PT - BA) - ...que estava tão rápido que fez com que eu perdesse até o raciocínio, com a rapidez que ele estava lendo. Então, queria discutir a ata justamente por isso.

Tenho a palavra, Sr. Presidente, para discutir?

O SR. PRESIDENTE (Marcelo Castro. MDB - PI) - V.Exa. quer o tempo para discutir a ata?

O SR. NELSON PELLEGRINO (PT - BA) - Isso! Claro!

O SR. PRESIDENTE (Marcelo Castro. MDB - PI) - Contem o tempo.

O SR. NELSON PELLEGRINO (PT - BA) - Sr. Presidente, a primeira coisa que eu queria falar é que, para discutir a ata, eu tinha que entender a ata, porque o Deputado Cacá Leão leu tão rápido que até a Senadora ali estava reclamando que não estava tendo condições de entender a ata.

Como é que eu posso discutir uma ata que o Deputado Cacá Leão leu de forma telegráfica — para usar um termo da época dele, inclusive —, leu de forma tão rápida? Eu confesso que o Deputado Cacá Leão leu numa rapidez tamanha que eu estou com dificuldade, inclusive, até de entender o que ele leu, para fazer as minhas observações. Eu ia até propor, Presidente, que o Deputado lesse de novo, porque realmente eu não tenho condições... Como é que eu vou discutir uma ata...

(Intervenção fora do microfone.)

O SR. NELSON PELLEGRINO (PT - BA) - S.Exa. já se propôs a ler.

A minha proposta é que o Deputado Cacá Leão leia de novo, como se diz em castelhano, *despacio. Habla despacio para que nosotros podamos entender*. Tome uma aguinha de vez em quando, entendeu? Eu sei que V.Exa. é um rapaz novo, está cheio de gás e fez o relatório da nossa LDO.

Eu sei que o Deputado Claudio Cajado, que eu não vejo aqui — onde está o Deputado Claudio Cajado? —, está ávido para votar o PLN 18, mas não sei por quê. Deve ter alguma razão de Estado para isso. Mas acho que só ele está com essa pressa, com essa agonia. Acho que, talvez, os outros não estejam. É um PLN que tira 500 milhões de reais da educação. Acho que ninguém tem condições de defender esse projeto em seu Estado.

O SR. EDMILSON RODRIGUES (PSOL - PA) - São 926 milhões de reais.





CONGRESSO NACIONAL
Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização

O SR. NELSON PELLEGRINO (PT - BA) - Pior ainda, já aumentou. O Deputado Edmilson Rodrigues disse que esse valor é de quase 1 bilhão de reais, para tirar da educação, num País que está na situação que está o nosso.

Aliás, Deputado Claudio Cajado, quero informar V.Exa. que os vigilantes da Universidade Federal da Bahia paralisaram as atividades por tempo indeterminado, por falta de pagamento. E foi feito um acordo aqui, na relação do PLN 4, Deputada Joice, no sentido de que não ia faltar dinheiro para as universidades federais. Olhe o acordo do PLN 4 já sendo descumprido. Os reitores estão reclamando, porque a situação está difícil. Hoje, os vigilantes da Universidade Federal da Bahia pararam por tempo indeterminado por falta de pagamento.

Eu conheço o Prof. João Carlos há 30 anos e sei que ele não é de dar calote em ninguém. Se ele não pagou é porque não tem dinheiro. Então, já começamos a ter problema.

Não sei se o programa Minha Casa, Minha Vida foi retomado. Não sei se a transposição... porque eu soube que as águas da Paraíba foram fechadas.

Há algum Parlamentar da Paraíba aqui?

(Intervenção fora do microfone.)

O SR. NELSON PELLEGRINO (PT - BA) - Sim, claro! V.Exa. realmente fez uma colocação muito procedente. Todos somos Paraíba. Então, se todos somos Paraíba, todos temos que ser solidários a este...

O SR. PRESIDENTE (Marcelo Castro. MDB - PI) - Encerrado o tempo de V.Exa.

O SR. NELSON PELLEGRINO (PT - BA) - Espere aí, Presidente! Calma!

O SR. PRESIDENTE (Marcelo Castro. MDB - PI) - Está encerrado.

Tem a palavra o Deputado Orlando Silva.

O SR. ORLANDO SILVA (PCdoB - SP) - Presidente, primeiro, eu queria cumprimentá-lo.

O SR. PRESIDENTE (Marcelo Castro. MDB - PI) - Deputado, nós estamos aqui discutindo a ata.

O SR. ORLANDO SILVA (PCdoB - SP) - Sim, eu pedi para discutir a ata, Presidente.





CONGRESSO NACIONAL
Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização

O SR. PRESIDENTE (Marcelo Castro. MDB - PI) - Regimentalmente, o Parlamentar só deve falar numa discussão de ata para abordar um ponto do qual discorde e ache que deva ser modificado.

O SR. NELSON PELLEGRINO (PT - BA) - Seria assim se tivéssemos entendido a ata, Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Marcelo Castro. MDB - PI) - Foi como o Deputado Bohn Gass fez. Só que ele usou 3 minutos, quando poderia ter usado 3 segundos. Nesse tempo, ele teria feito a observação dele.

O SR. NELSON PELLEGRINO (PT - BA) - O Deputado Cacá Leão poderia ter usado 5 minutos para ler e usou 1 minuto.

(Intervenções simultâneas ininteligíveis.)

O SR. PRESIDENTE (Marcelo Castro. MDB - PI) - V.Exa. está com a palavra.

O SR. ORLANDO SILVA (PCdoB - SP) - Eu agradeço, Sr. Presidente.

Nos termos feitos pelo Deputado Bohn Gass, vou usar os meus 3 segundos finais para pontuar a minha preocupação.

Na verdade, Sr. Presidente, eu quero fazer um registro para V.Exa. — e aproveito a presença da Líder Joice Hasselmann —, porque houve um debate muito longo acerca do PLN 4/19. Quando ele foi votado, Deputada Joice, houve um debate muito longo, e se chegou a um entendimento. Agora voltamos à mesma discussão.

Eu sei que aqui está havendo uma obstrução, uma obstrução política. Entretanto, o Deputado Cacá Leão, no exercício do direito dele, fez a leitura da ata, e ninguém entendeu nada do que ele estava lendo. É parte do processo político. Está tudo compreendido.

O SR. PRESIDENTE (Marcelo Castro. MDB - PI) - Eu entendi tudo.

O SR. ORLANDO SILVA (PCdoB - SP) - Deputada Joice, eu considero que não é razoável seguirmos votando crédito suplementar sem que tenhamos uma resposta adequada a respeito de um acordo firmado nesta Casa.

As bolsas do CNPq estão na iminência de pararem de ser pagas. Recursos deveriam ter sido destinados às universidades e ao Minha Casa, Minha Vida. A senhora intermediou uma conversa com o Ministro e nada produziu do ponto de vista do desbloqueio desses recursos.

Sr. Presidente, eu não vou usar os 3 minutos, mas quero deixar registrado, com toda a franqueza que V.Exa. me permite, que não é adequado nós seguirmos





CONGRESSO NACIONAL
Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização

votando créditos suplementares aqui, sendo que o Governo não cumpre o que foi pactuado. A palavra da Deputada Joice, a Líder do Governo, foi empenhada na Comissão, foi empenhada no Plenário, e todos nós atuamos para que fosse feita aquela autorização, para estabilizar as contas públicas. Eu acho que não é adequado que nós façamos a votação de novos créditos, porque é um desrespeito ao Parlamento. Eu me sinto desrespeitado como membro desta Comissão, porque não foi executado aquilo foi pactuado.

O SR. PRESIDENTE (Marcelo Castro. MDB - PI) - Muito bem.

O SR. ORLANDO SILVA (PCdoB - SP) - Eu queria que V.Exa. registrasse, Presidente, que essa é a nossa preocupação, independentemente do jogo político que está sendo feito aqui nesta Comissão. Acho que isso não é adequado para o Parlamento como instituição.

Muito obrigado.

A SRA. JOICE HASSELMANN (PSL - SP) - Sr. Presidente, eu gostaria de fazer uso da palavra.

O SR. PRESIDENTE (Marcelo Castro. MDB - PI) - Vamos colocar a ata em votação na representação da Câmara dos Deputados.

Os Srs. Parlamentares que a aprovam permaneçam como se encontram.
(Pausa.)

Em votação no Senado Federal.

Os Srs. Senadores que a aprovam permaneçam como se acham. (Pausa.)

Aprovada.

O SR. BOHN GASS (PT - RS) - Sr. Presidente, tenho uma questão de ordem.

O SR. PRESIDENTE (Marcelo Castro. MDB - PI) - Pois não.

Para uma questão de ordem, tem a palavra o Deputado Bohn Gass.

O SR. BOHN GASS (PT - RS) - Sobre a questão que eu observei, V.Exa. vai dar anuência para...

O SR. PRESIDENTE (Marcelo Castro. MDB - PI) - É claro! O que V.Exa. observou está nas notas taquigráficas. A ata, evidentemente, é um resumo de tudo o que aconteceu.

O SR. BOHN GASS (PT - RS) - Isso eu sei, mas, pela relevância do tema, eu gostaria que isso estivesse registrado na ata.

O SR. PRESIDENTE (Marcelo Castro. MDB - PI) - Pois não. Com certeza!





CONGRESSO NACIONAL
Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização

O SR. BOHN GASS (PT - RS) - Obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Marcelo Castro. MDB - PI) - Ordem do Dia.

O SR. NELSON PELLEGRINO (PT - BA) - Peço a palavra pela ordem, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Marcelo Castro. MDB - PI) - Requerimento de inversão de pauta.

O SR. NELSON PELLEGRINO (PT - BA) - Sr. Presidente, peço a palavra pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (Marcelo Castro. MDB - PI) - Ordem do Dia.

Item 1. De acordo com o parágrafo único do art. 110 da Resolução nº 1, de 2006, será apreciado o relatório apresentado à Medida Provisória nº 880, de 2019, do Congresso Nacional, que abre crédito extraordinário em favor do Ministério da Defesa no valor de 223.853.000 reais para os fins que especifica. Relator: Deputado Hiran Gonçalves.

Voto: pela aprovação da medida provisória, nos termos propostos pelo Poder Executivo. À medida provisória não foram apresentadas emendas. O Relator, ainda, sugere encaminhamento da indicação anexa, de forma conjunta, por parte desta Comissão, ao Poder Executivo, no sentido de serem reforçados os equipamentos públicos do Estado e de serem tomadas medidas objetivas para o aquecimento da economia local.

O Relator está com a palavra, para a apresentação do seu relatório.

O SR. HIRAN GONÇALVES (Bloco/PP - RR) - Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sras. e Srs. Senadores, vou diretamente ao voto.

"Voto, diante do exposto, pela aprovação da Medida Provisória nº 880, de 2019, de 30 de abril de 2019, que abre crédito extraordinário em favor do Ministério da Defesa, no valor de R\$223.853.000,00, para os fins que especifica, na forma proposta pelo Poder Executivo.

Nesse momento, sugiro, adicionalmente, o encaminhamento da indicação anexa, de forma conjunta, por parte desta Comissão, ao Poder Executivo, no sentido de serem reforçados os equipamentos públicos do Estado e de serem tomadas medidas objetivas para o aquecimento da economia local."

Sr. Presidente, eu fiz essa indicação anexa porque, desde 2016, está havendo essa imigração desenfreada, que já é de domínio público no nosso País.





CONGRESSO NACIONAL
Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização

Ao organizarmos essa Operação Acolhida, que tem sido desenvolvida pelo Ministério da Defesa, nós criamos um modelo de acolhimento galgado na construção de abrigos, com a organização de uma recepção extremamente eficiente dos imigrantes. Apesar de ser bem organizada, como eu disse, a Operação termina sendo uma faca de dois gumes, pois estimula a imigração para o nosso País, Deputada Joice Hasselmann. Dessa forma, nós precisamos mudar o modelo.

No nosso Estado, nós já temos cerca de 15% a 20% de imigrantes venezuelanos vagando pelas ruas de Boa Vista e de todos os demais Municípios do Estado de Roraima. Quando nós vamos ver em que foram gastos os 223 milhões de reais, Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sras. e Srs. Senadores, percebemos que esse recurso está sendo executado, em sua maior parte, fora do nosso Estado. A maioria dos recursos necessários para desenvolver a Operação Acolhida está sendo gasta fora de Roraima, que tem ficado apenas com ônus de resolver as demandas sociais, no âmbito da saúde, da educação, da segurança. Pasmem, senhores: hoje já nasce mais venezuelanos do que roraimenses nas maternidades de Boa Vista. Além disso, nós tivemos um incremento muito grande na criminalidade e a nossa estrutura de saúde não consegue suprir a necessidade das demandas dessas pessoas que vivem em situação de absoluta vulnerabilidade. No nosso Estado, Sr. Presidente, se um prédio público ou privado estiver em reforma, os venezuelanos o invadem e o ocupam. Essa situação é muito grave.

Deputada Joice, nós precisamos mudar esse modelo. Nós precisamos gastar esses recursos com interiorização. Nós temos que tirar venezuelanos de Roraima. O processo de interiorização é desproporcional: às vezes, nós conseguimos tirar 600 pessoas, 700 pessoas do Estado em 1 mês, e chegam 650 pessoas em 1 dia. Essa conta não fecha.

Eu quero deixar consignada essa solicitação, a fim de que seja feita essa indicação ao Governo Federal, para que nós possamos mudar esse modelo o mais rápido possível. Inclusive, já discuti isso na Secretaria de Governo — SEGOV. A situação demanda uma discussão mais ampla com os Ministérios envolvidos no acolhimento, para que nós possamos tirá-los o mais rápido possível, com todos os pré-requisitos exigidos — é óbvio — em questão de imigração, salvaguardando o interesse e a dignidade das pessoas.





CONGRESSO NACIONAL
Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização

Roraima não consegue mais suportar essa crise, que ainda não foi encarada com a devida eficiência pelo nosso Governo.

Sr. Presidente, muito obrigado.

Obrigado, Sras. e Srs. Deputados.

O SR. NELSON PELLEGRINO (PT - BA) - Sr. Presidente, pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (Marcelo Castro. MDB - PI) - Nós agradecemos o relatório de V.Exa., Deputado Hiran Gonçalves.

Em discussão a matéria.

Tem a palavra o Deputado Bohn Gass, para discutir a matéria. *(Pausa.)*

O SR. NELSON PELLEGRINO (PT - BA) - Sr. Presidente, primeiro, eu queria saber o seguinte: para mim, não ficou claro...

O SR. PRESIDENTE (Marcelo Castro. MDB - PI) - V.Exa. tem o direito de pedir a palavra para discutir a matéria, Deputado.

O SR. NELSON PELLEGRINO (PT - BA) - Eu não entendi, no relatório do Deputado Hiran Gonçalves, à qual matéria ele se refere.

O SR. PRESIDENTE (Marcelo Castro. MDB - PI) - Mas a discussão é para isso!

O SR. NELSON PELLEGRINO (PT - BA) - Não! Ele precisa esclarecer. Foi dada a palavra a ele a fim de que dissesse para que vai servir o crédito. Eu preciso saber. Nós podemos até concordar, mas como vou discutir uma matéria sem saber o conteúdo dela? Essa matéria chegou agora, há 24 horas. Ela não estava à disposição da Comissão com antecedência. Ela chegou agora, e o Deputado já está apresentando o relatório dele.

O SR. PRESIDENTE (Marcelo Castro. MDB - PI) - V.Exa. está pedindo a palavra para discutir a matéria?

O SR. NELSON PELLEGRINO (PT - BA) - Não, eu quero saber qual é o conteúdo dela.

O SR. PRESIDENTE (Marcelo Castro. MDB - PI) - Já foi publicado. Já foi lido. Pelo amor de Deus!

O SR. NELSON PELLEGRINO (PT - BA) - Ele apenas fez comentários sobre o tema.

O SR. PRESIDENTE (Marcelo Castro. MDB - PI) - Eu vou passar a palavra ao Deputado Bohn Gass, para discutir a matéria.





CONGRESSO NACIONAL
Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização

O SR. BOHN GASS (PT - RS) - O Deputado Nelson Pellegrino está com toda a razão.

Eu quero chamar a atenção deste colegiado, dos colegas Deputados e Senadores que estão aqui e dos assistentes. É muito grave o que está acontecendo, Sr. Presidente. Nós recebemos a convocação para a reunião de hoje, e não está constando esta medida provisória. Esta medida provisória não está prevista para hoje. O Governo tem pressa porque...

O SR. PRESIDENTE (Marcelo Castro. MDB - PI) - Art. 110, parágrafo único, da Resolução nº 1, de 2006:

Art. 110 (...)

Parágrafo único. A inclusão de relatório de medida provisória na ordem do dia da CMO será automática e sua apreciação terá precedência sobre as demais matérias em tramitação.

O SR. BOHN GASS (PT - RS) - Então, refaço a minha observação: a medida provisória não está na Ordem do Dia da nossa convocação. Ela está entrando por força do Regimento, porque está caducando.

Então, que fique bem claro que não fomos convocados para o debate dessa matéria hoje!

O SR. PRESIDENTE (Marcelo Castro. MDB - PI) - Por que não está contando o tempo? *(Pausa.)*

O SR. BOHN GASS (PT - RS) - Em segundo lugar, se o Governo não conseguiu fazer essa articulação para votar antes, isso mostra exatamente a grande problemática que o Governo tem até com a sua base.

Na semana passada, nós estávamos presentes para votar na sessão do Congresso, e o Governo — a base do Governo — não concordou em votar. Nós estávamos fazendo obstrução, porque o Governo está cortando dinheiro da saúde e da educação. Nós vamos encerrar o ano, nobres Deputados, sem recursos para as pesquisas, para os nossos estudantes. Faltam 330 milhões de reais para bolsas neste ano. Nós estamos reivindicando ao Governo que faça um PLN e mande-o para cá — são 330 milhões de reais —, para os nossos filhos, para os jovens estudantes do País poderem fazer suas pesquisas. O Governo não está mandando. Então, nós estamos fazendo obstrução por uma razão justa, para haver dinheiro para a educação.





CONGRESSO NACIONAL
Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização

Todos nós sabemos por que, de fato, a sessão do Congresso caiu na semana passada. Há uma insegurança de Deputados e Senadores — principalmente de Deputados — a respeito do efetivo pagamento do compromisso que o Governo assumiu para que os Deputados votassem a "deforma" da Previdência.

Hoje, felizmente, o Senado já está corrigindo o trecho referente ao BPC. Se fosse pela votação feita aqui, os pobres deste País... O Governo está pagando para tirar um direito do pobre. No caso de acúmulo de benefício e pensão, as pessoas iriam se aposentar com menos de um salário mínimo. O Senado está corrigindo isso. E, para isso, os Deputados precisam da liberação desse recurso, de uma forma não republicana. É para todos? Não, é para aquele que votou com o Governo. Essa foi a razão da obstrução na semana passada.

Agora nós temos um novo projeto aqui, que entrou só por força do Regimento.

O que eu quero dizer, Deputados e Senadores? O País não pode chegar ao fim do ano sem os nossos estudantes concluírem as aulas. Deputado Dagoberto, V.Exa. lutou muito por isso quando fizemos o debate sobre o PLN 4/19. O Governo assumiu o compromisso. Faltam 330 milhões de reais para as bolsas. Ontem eu estive com representantes das universidades do Rio Grande do Sul em uma audiência pública. A Frente Parlamentar desta Casa estava representada pela Deputada Margarida Salomão. Estiveram presentes todos os institutos federais tecnológicos e todas as universidades do Rio Grande do Sul. Todos foram unânicos: não vão conseguir concluir as atividades neste ano.

Deputado Claudio Cajado, eu quero até fazer referência ao esforço que V.Exa. fez para que dialogássemos com o Weintraub, que é o Ministro da Educação. Mas o que disse o Weintraub? *"Eu até vou repor os recursos, se a Fazenda me repassar"*.

Deputado Nelson Pellegrino, V.Exa. tem razão em fazer esses questionamentos. Esta Casa não pode votar absolutamente nada, até que o Ministro Paulo Guedes — quero dizer isso de forma bem clara, em alto e bom som, pois é a nossa opinião — diga a esta Casa o que será feito com cada universidade, com cada instituto federal tecnológico, com os 330 milhões de reais que faltam para as bolsas de pesquisa, que serão interrompidas, interrompidas! Nós podemos concordar com isso? É claro que não! É claro que não! Nós precisamos dizer isso ao Paulo Guedes, Ministro da Economia, já que o Weintraub não consegue dar essa garantia, porque ele só faz debate e discurso ideológico. É até vergonhoso, assim





CONGRESSO NACIONAL
Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização

como é vergonhosa a forma como o Governo expõe o Brasil ao mundo, infelizmente, quando se trata do tema Amazônia. Nós precisamos exigir que o Paulo Guedes diga se vai haver ou não vai haver o pagamento às nossas universidades.

Eu não vou descansar! Falarei em todas as sessões possíveis, inclusive na sessão do Congresso amanhã e nas reuniões da CMO: primeiro, tem que haver a garantia plena de que ocorrerão os pagamentos até o final do ano.

Ontem, os reitores me perguntaram: *"Mas, Bohn Gass, o Governo não está discutindo 2020?"* O Governo não está reunido para discutir o Orçamento de 2020, porque nem para este ano consegue concluir o pagamento. Imaginem a tragédia para organizar uma educação, sendo que a educação é a coisa mais importante do País!

Eu quero concluir a minha fala, Sr. Presidente, para ficar rigidamente restrito ao meu tempo — sei que V.Exa. não vai permitir que eu fale um segundo a mais, porque nós estamos em obstrução —, dizendo que nós precisamos dos 330 milhões de reais para as pesquisas dos nossos estudantes não serem encerradas. Nós precisamos da garantia do Paulo Guedes de que nenhuma universidade e nenhum instituto federal deixará de funcionar neste ano. Com isso, nós poderemos dar sequência ao debate sobre esses temas, inclusive sobre este projeto da ajuda humanitária que precisa ser feita em Roraima, em função da situação internacional. É óbvio que é importante que se faça, mas ela entrou, de fato, por exigência apenas regimental. O que eu quero é assegurar o dinheiro da educação.

O SR. NELSON PELLEGRINO (PT - BA) - Peço a palavra para discutir, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Marcelo Castro. MDB - PI) - Tem a palavra o Deputado Edmilson Rodrigues, para discutir a matéria.

O SR. EDMILSON RODRIGUES (PSOL - PA) - Sr. Presidente, eu sou sensível aos argumentos do Deputado Hiran.

Sou amazônida, de uma região que faz fronteira com países que enfrentam crises profundas e têm fronteira com a França, ou melhor, com a "França", entre aspas — é triste ver, em pleno século XXI, a França manter uma colônia em plena Amazônia Internacional, como é o caso da Guiana Francesa, onde há uma luta daquele povo pela sua independência, o que nós oficialmente conseguimos em 1822. Países africanos em geral, em 1975, 1976, também conseguiram se libertar





CONGRESSO NACIONAL
Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização

do domínio português. No entanto, a França mantém colônias. Aquela região é complexa. A Venezuela, em crise, realmente tem gerado problemas para o nosso País, particularmente para o Estado fronteiriço.

Entretanto, há uma grande contradição, Deputado Hiran. O que V.Exa. propõe é um reforço de 13 bilhões, 379 milhões, 410 mil, não é isso? (*Pausa.*)

São 13 milhões? Exato. Então, veja só! É mais contraditório ainda.

Estou esperando a assinatura do meu Líder, o Deputado Ivan Valente, para propor a retirada do PLN 18/19 de pauta. Apresentarei uma questão de ordem e justificarei isso. No entanto, eu quero antecipar o argumento: ferindo o art. 144 da Resolução nº 1, de 2006, o Relator simplesmente abusa do seu poder e estabelece cortes na área da defesa na ordem de 300 milhões de reais. Nós estamos aqui discutindo sobre a destinação de mais recursos para a defesa, para ajudar a sanar a situação da crise humanitária que tem provocado o aumento da imigração para o Brasil, particularmente através do Estado de Roraima, mas, ao mesmo tempo, o Relator do PLN 18/19 simplesmente desconhece a Resolução nº 1, cujo art. 144 diz:

Art. 144. Os Relatores somente poderão apresentar emendas à programação da despesa com a finalidade de:

I - corrigir erros e omissões de ordem técnica ou legal;

II - recompor, total ou parcialmente, dotações canceladas, limitada a recomposição ao montante originalmente proposto no projeto;

III - atender às especificações dos Pareceres Preliminares.

Parágrafo único. É vedada a apresentação de emendas que tenham por objetivo a inclusão de programação nova, bem como o acréscimo de valores a programações constantes dos projetos, ressalvado o disposto no inciso I do caput e nos Pareceres Preliminares.

Isso está claro no texto da Emenda nº 1 e no texto da Emenda nº 2. Deputado Hiran, veja só: corta 69 milhões do Comando da Aeronáutica; corta 10 milhões do Cargueiro Tático Militar de 10 a 20 toneladas (Projeto KC-390); corta 5 milhões do Sistema de Defesa Estratégico, do Comando do Exército; corta 15 milhões da implantação do Projeto Guarani Nacional, do Comando do Exército; e corta 51 milhões do Comando da Marinha. Que história é essa? Que desrespeito é esse?

A Emenda nº 2 corta mais 79 milhões do Comando da Aeronáutica; corta 5 milhões do Comando do Exército; corta mais 15 milhões do Comando do Exército,





CONGRESSO NACIONAL
Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização

do Projeto Guarani; e corta 51 milhões do Comando da Marinha. É inadmissível! Há normas, há resoluções a cumprir.

Nós estivemos agora na reunião de Líderes debatendo mudanças na resolução. Ela não está sendo obedecida, e não permitiremos que isso passe. Nós sabemos que o Supremo Tribunal tem defendido a tese de que, em assuntos *interna corporis*, eles não interferem. No entanto, isso aqui é de interesse nacional, porque está claro que o Governo tenta pagar com recursos de áreas fundamentais, como segurança, defesa, educação, ciência e tecnologia, emendas que só envergonham este Congresso...

O SR. PRESIDENTE (Marcelo Castro. MDB - PI) - Conclua, Deputado!

O SR. EDMILSON RODRIGUES (PSOL - PA) - Eu vou concluir.

Este Governo tem criminalizado a política no País. As pessoas dizem: "*Mas vocês não têm direito a emendas?*"

O SR. PRESIDENTE (Marcelo Castro. MDB - PI) - Deputado, por favor!

O SR. EDMILSON RODRIGUES (PSOL - PA) - Eu concluo com este raciocínio.

O SR. PRESIDENTE (Marcelo Castro. MDB - PI) - Não quero ser descortês, mas V.Exa. está tratando de um assunto que não é pertinente.

O SR. EDMILSON RODRIGUES (PSOL - PA) - É pertinente!

O SR. PRESIDENTE (Marcelo Castro. MDB - PI) - Não, nós estamos discutindo a medida provisória.

O SR. EDMILSON RODRIGUES (PSOL - PA) - Nós estamos querendo dotar com 13 milhões, retirando de outra ponta...

(O microfone é desligado.)

O SR. PRESIDENTE (Marcelo Castro. MDB - PI) - Desculpe-me. Eu exigi de todos o cumprimento do tempo. Vou exigir de V.Exa. também.

Com a palavra o nobre Deputado Nelson Pellegrino.

O SR. NELSON PELLEGRINO (PT - BA) - Sr. Presidente, acabo de ler aqui que o Ministro Marcos Pontes, que todo o mundo aqui conhece, o astronauta, disse que o orçamento dele foi para o mundo da lua. Ele está dizendo que só tem dinheiro para pagar as bolsas do CNPq até o dia 31 de agosto. Essa foi uma declaração do Ministro do Governo Jair Bolsonaro, minha Líder Joice Hasselmann.





CONGRESSO NACIONAL
Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização

A SRA. JOICE HASSELMANN (PSL - SP) - Estou aguardando a minha vez de falar.

O SR. NELSON PELLEGRINO (PT - BA) - V.Exa. ficou até um pouquinho vermelhinha com essa declaração.

O Ministro do Governo Bolsonaro disse que não tem dinheiro para pagar bolsas de estudo, só tem dinheiro para pagá-las até o final do mês e não sabe como vai pagá-las em setembro. As universidades estão parando por falta de recursos, a transposição do Rio São Francisco para o Nordeste está parada por falta de recursos, o Programa Minha Casa, Minha Vida está parado por falta de recursos.

Com o PLN 4/19, nós fizemos aqui um gesto. Para o Governo não pedalar, aprovamos o PLN 4/19, e o Governo não cumpriu o mínimo que foi acordado. E toda vez é isto: toda vez em que se vai votar um projeto aqui, o Governo diz que vai cumprir, que vai resolver, mas vai empurrando, vai empurrando. Esse negócio parece a linha do horizonte, que vai ficando para mais adiante. A crise continua. O Governo não pode tratar as universidades, a ciência e a tecnologia, a transposição do Rio São Francisco, o Minha Casa, Minha Vida com solavancos. É isso o que está acontecendo: há um solavanco, retira-se um dinheirinho, dá-se um pouquinho ali. Nenhuma administração funciona desse jeito, sem solução de continuidade, sem horizonte.

Volto a dizer: os vigilantes da Universidade Federal da Bahia estão em greve por tempo indeterminado por falta de pagamento. A segurança da universidade está em risco. Conheço o Prof. João Carlos e sua equipe e sei da responsabilidade que todos têm. Um reitor me disse — vou poupá-lo — que o Governo deveria dar 8 milhões de reais e dá 2 milhões, ou seja, já está começando a fazer pedaladas, já está começando a não pagar as coisas. Todos estão correndo risco de ser incluídos na Lei de Responsabilidade Fiscal.

A SRA. JOICE HASSELMANN (PSL - SP) - Deputado Pellegrino, dê-me um aparte para eu trazer algumas informações, se possível.

O SR. NELSON PELLEGRINO (PT - BA) - Pois não.

A SRA. JOICE HASSELMANN (PSL - SP) - Vamos lá! Vou falar só em relação aos pontos que nós negociamos aqui no PLN 4/19.

A portaria do Minha Casa, Minha Vida foi feita e publicada. Não havia sido encaminhado o orçamento, o dinheiro para a execução. Foi uma primeira parcela de





CONGRESSO NACIONAL
Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização

trezentos e tantos milhões. Na semana passada, o Paulo Guedes liberou mais 500 milhões de reais, que devem estar rodando agora, a partir desta semana. Isso foi liberado agora, de sexta para sábado. Então, nós já vamos ter o incremento disso.

Em relação à transposição, nós combinamos 580 milhões de reais. Salvo engano, foi isso. Mais de 200 milhões de reais já foram encaminhados, já foram liberados para a transposição.

Em relação às bolsas do CNPq, esse é o ponto em que está o maior travamento. Na semana passada, eu conversei com o Semeghini, que é o responsável específico pela área de bolsas. Nós estamos costurando uma solução, para vermos como é que vamos fazer, porque o cobertor é curto. V.Exas. sabem que houve uma queda de arrecadação e que havia dinheiro que deveria entrar no pacote do Governo, mas não entrou até este momento. Houve um atraso na entrada de dividendos que nós esperávamos já para o início deste mês, que não entraram até agora; porém, vão entrar até setembro.

Nós fizemos um acordo para ser cumprido até o final do ano, não foi para ser cumprido em 1 mês. E o acordo, na medida do possível, no estica e puxa, está sendo cumprido.

Então, eu peço aos senhores que tenham paciência, para que o prazo que nós compactuamos seja, de fato, o prazo de execução desse acordo...

O SR. ORLANDO SILVA (PCdoB - SP) - Mas a bolsa é paga mensalmente, Líder. A bolsa do CNPq é paga mensalmente.

A SRA. JOICE HASSELMANN (PSL - SP) - Eu entendo, Deputado Orlando, meu comunista preferido. O que eu estou dizendo é que nós fizemos um pacote. Desse pacote, todas as ações, à exceção das bolsas — no caso delas, eu pedi um cronograma de desembolso —, já foram iniciadas. Nós estamos com essa expectativa de receber, nesses últimos dias de agosto e início de setembro, um valor considerável, para dar prosseguimento ao acordo até o final do ano. Não foi um acordo para ser resolvido em 1 mês.

O SR. NELSON PELLEGRINO (PT - BA) - Eu até ouço a explicação de V.Exa., mas digo que não estou satisfeito, porque não foi isso o que nós acordamos.

A SRA. JOICE HASSELMANN (PSL - SP) - Foi sim, Deputado. Foi sim.

O SR. NELSON PELLEGRINO (PT - BA) - Não, nós acordamos que não haveria solução de continuidade, e está havendo.





CONGRESSO NACIONAL
Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização

O SR. EDMILSON RODRIGUES (PSOL - PA) - Sr. Presidente, V.Exa. cortou a minha palavra, e o debate sobre a medida provisória não está sendo feito.

O SR. NELSON PELLEGRINO (PT - BA) - Espere aí! Primeiro, eu quero restabelecer a minha palavra.

O SR. EDMILSON RODRIGUES (PSOL - PA) - Dá-se tempo ao Governo, para explicar por que não cumpre o que deveria cumprir.

O SR. NELSON PELLEGRINO (PT - BA) - Eu dei um aparte à Deputada dentro do meu tempo. Não há problema. Mas agora eu quero restabelecer a minha palavra.

O SR. PRESIDENTE (Marcelo Castro. MDB - PI) - Ela fez um aparte. Aliás, ele ofereceu um aparte.

O SR. NELSON PELLEGRINO (PT - BA) - Pois é. E ela usou a palavra. Agora eu preciso que V.Exa. me dê a compensação do tempo — não em relação ao aparte da Deputada Joice Hasselmann, mas em relação à pequena interrupção feita aqui.

Deputada, eu quero dizer a V.Exa. que não estou satisfeito, porque nós combinamos que não haveria solução de continuidade, e está havendo. Parou o Minha Casa, Minha Vida; estão parando as pesquisas; as universidades estão parando; a transposição parou também. O acordo era que não haveria solução de continuidade. Se isso ia ser cumprido em 6 meses, era outra discussão. O problema é que essa parte do acordo, que é essencial, não está sendo cumprida, porque está havendo solução de continuidade. As coisas estão parando; a área de ciência e tecnologia está parando; o Minha Casa, Minha Vida parou; a transposição parou; as universidades estão com um grave problema. E o Ministro quer discutir até sobre palito de fósforo. Ele não é Ministro para isso. A autonomia da universidade existe. Há uma dotação. Ele tem que repassar essa dotação. O Ministro quer discutir sobre palito de fósforo nas universidades. Isso não existe. Em vez de ficar perdendo tempo fazendo aqueles vídeos questionáveis dele, ele deveria administrar melhor o Ministério dele, inclusive dentro da competência.

Então, nós não estamos satisfeitos. Essa é a primeira questão.

Além disso, chama a nossa atenção o Governo dizer que não tem dinheiro para nada e mandar para esta Casa o PLN 18/19, para realocar 3 bilhões de reais. Nós precisamos saber para que são esses 3 bilhões de reais.





CONGRESSO NACIONAL
Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização

O Presidente, que fala tanto de defesa, que fala tanto que é militar, está cortando 370 milhões de reais das Forças Armadas, de projetos estratégicos. Eu já fui Presidente da Comissão de Relações Exteriores e de Defesa Nacional desta Casa e sei a importância que esses projetos todos têm. Eu não vou nem detalhá-los, por causa do meu tempo. Mas ele está cortando 370 milhões de reais da defesa, de projetos estratégicos para o Brasil, que estão sendo comprometidos com esse corte. O Governo podia inclusive pegar esse dinheiro e botar na educação. Não está botando na educação, está botando num Ministério aí, no qual não sei como vai ser utilizado esse dinheiro.

O Governo precisa ter coerência no discurso. Um governo que não tem dinheiro não manda para cá um PLN para remanejar 3 bilhões de reais, tirando da defesa, tirando 900 milhões da educação, tirando de projetos estratégicos. E não sabemos para onde isso vai. Talvez seja para emendas. Está certo: então, se o Governo tem dinheiro para emendas, tem que ter dinheiro também para educação, para saúde, para ciência e tecnologia, para o Minha Casa, Minha Vida e para a transposição do São Francisco.

O SR. PRESIDENTE (Marcelo Castro. MDB - PI) - A discussão está encerrada.

O relatório está em votação na Câmara dos Deputados.

O SR. EDMILSON RODRIGUES (PSOL - PA) - Sr. Presidente, peço a palavra para fazer a orientação.

O SR. PRESIDENTE (Marcelo Castro. MDB - PI) - Os Srs. Parlamentares que estiverem de acordo permaneçam como se acham.

O SR. NELSON PELLEGRINO (PT - BA) - Voto contra e peço verificação.

O SR. PRESIDENTE (Marcelo Castro. MDB - PI) - Aprovada.

A matéria está em votação no Senado Federal.

O SR. NELSON PELLEGRINO (PT - BA) - Na Câmara! Eu votei contra e pedi verificação.

V.Exa. tem que conceder a verificação na Câmara primeiro, para depois passar ao Senado.

O SR. PRESIDENTE (Marcelo Castro. MDB - PI) - Os Srs. Senadores que estiverem de acordo permaneçam como se acham.

O SR. NELSON PELLEGRINO (PT - BA) - Eu votei contra e pedi verificação.

O SR. PRESIDENTE (Marcelo Castro. MDB - PI) - Aprovada.





CONGRESSO NACIONAL
Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização

O SR. CLAUDIO CAJADO (Bloco/PP - BA) - Há apoio para a verificação?

O SR. NELSON PELLEGRINO (PT - BA) - Há apoio.

O SR. EDMILSON RODRIGUES (PSOL - PA) - O PSOL pede...

O SR. NELSON PELLEGRINO (PT - BA) - Nós temos aqui PT, PDT, PSOL.

O SR. PRESIDENTE (Marcelo Castro. MDB - PI) - V.Exa. pediu verificação?

O SR. NELSON PELLEGRINO (PT - BA) - Pedi verificação.

O SR. PRESIDENTE (Marcelo Castro. MDB - PI) - Desculpe, eu entendi que V.Exa. tinha dito que tinha votado contrariamente.

O SR. NELSON PELLEGRINO (PT - BA) - Votei contrariamente e, em seguida, pedi verificação, com o apoio do PCdoB, do PDT e do PSOL.

O SR. PRESIDENTE (Marcelo Castro. MDB - PI) - Tudo bem.

V.Exa. tem que dar os nomes. V.Exa. tem que ter mais quatro apoiadores.

O SR. ORLANDO SILVA (PCdoB - SP) - O PCdoB apoia, Sr. Presidente.

O SR. NELSON PELLEGRINO (PT - BA) - Eu, o Deputado Bohn Gass, o Deputado Orlando, o Deputado Dagoberto e o Deputado Edmilson Rodrigues. São cinco Deputados.

O SR. PRESIDENTE (Marcelo Castro. MDB - PI) - Então, vamos à votação.

O SR. NELSON PELLEGRINO (PT - BA) - Além disso, sou Vice-Líder e estou pedindo também como Vice-Líder. Mas há os apoios. Eu sou Vice-Líder e tenho os apoios necessários.

O SR. PRESIDENTE (Marcelo Castro. MDB - PI) - Então, vamos à verificação de votação.

O SR. CLAUDIO CAJADO (Bloco/PP - BA) - Sr. Presidente, está sendo transmitida esta sessão? O povo de Roraima precisa ver o que está acontecendo aqui.

O SR. NELSON PELLEGRINO (PT - BA) - O povo de Roraima, o povo da educação, da saúde, da ciência e tecnologia, do Minha Casa, Minha Vida, da transposição do São Francisco, o Ministro da Defesa.

O SR. CLAUDIO CAJADO (Bloco/PP - BA) - Acho que essa discussão sobre a ajuda humanitária é fundamental. A Oposição poderia descobrir outra matéria para obstruir, não essa, que é tão fundamental para as pessoas.





CONGRESSO NACIONAL
Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização

O SR. NELSON PELLEGRINO (PT - BA) - Eu disse que estava querendo discutir. Se V.Exa. retirar o PLN 18/19 da pauta, nós aceitamos votar esta medida provisória. Se V.Exa. está preocupado com o povo de Roraima, quero fazer um apelo a V.Exa.: retire o PLN 18/19 da pauta, e nós votamos.

O SR. PRESIDENTE (Marcelo Castro. MDB - PI) - Estou abrindo o painel para a votação nominal.

O SR. NELSON PELLEGRINO (PT - BA) - Nós estamos dispostos a votar essa MP.

O SR. EDMILSON RODRIGUES (PSOL - PA) - Quero orientar. Dê-me 1 minuto para orientar pelo PSOL.

O SR. PRESIDENTE (Marcelo Castro. MDB - PI) - Não, é votação nominal.

O SR. EDMILSON RODRIGUES (PSOL - PA) - É orientação partidária.

O SR. DAGOBERTO NOGUEIRA (PDT - MS) - Sr. Presidente, o Líder do PDT me pediu para que nós ficássemos no PLN 18/19. Eu sinto muito, mas neste eu não tenho...

O SR. CLAUDIO CAJADO (Bloco/PP - BA) - Sr. Presidente, a orientação do voto é "sim".

O SR. PRESIDENTE (Marcelo Castro. MDB - PI) - Então, o Deputado Dagoberto está retirando o apoioamento.

O SR. CLAUDIO CAJADO (Bloco/PP - BA) - Caiu o apoioamento.

O SR. BOHN GASS (PT - RS) - Quantos precisam apoiar?

O SR. PRESIDENTE (Marcelo Castro. MDB - PI) - Quatro.

Está faltando um.

O SR. CLAUDIO CAJADO (Bloco/PP - BA) - Não há apoioamento, Presidente.

Encerre a votação.

O SR. PRESIDENTE (Marcelo Castro. MDB - PI) - Encerrada a votação.

Vamos para a votação no Senado.

Os Srs. Senadores que aprovam a matéria permaneçam como se acham.

(Pausa.)

Aprovada.

O SR. CLAUDIO CAJADO (Bloco/PP - BA) - Obrigado, Deputado Dagoberto. O povo de Roraima não se esquecerá de V.Exa.





CONGRESSO NACIONAL
Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização

O SR. PRESIDENTE (Marcelo Castro. MDB - PI) - Há requerimento sobre a mesa.

"Requeiro, nos termos regimentais, a inversão da pauta, para que o PLN seja o item 2 da pauta."

O SR. BOHN GASS (PT - RS) - Sr. Presidente, eu quero falar contra o requerimento.

O SR. PRESIDENTE (Marcelo Castro. MDB - PI) - Em votação.

O SR. NELSON PELLEGRINO (PT - BA) - Sr. Presidente, temos que discutir.

O SR. PRESIDENTE (Marcelo Castro. MDB - PI) - Falarão dois Deputados e dois Senadores. Um falará a favor e um falará contra.

Para falar contra, tem a palavra o Deputado Bohn Gass. Em seguida, falará o Deputado Cacá Leão, a favor.

Com a palavra o Deputado Bohn Gass.

O SR. BOHN GASS (PT - RS) - Colegas Deputados, aqui se trata da alteração... *(Pausa.)*

Tenho quantos minutos, Sr. Presidente?

O SR. PRESIDENTE (Marcelo Castro. MDB - PI) - V.Exa. tem 2 minutos.

O SR. BOHN GASS (PT - RS) - Regimentalmente, não é só isso, Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Marcelo Castro. MDB - PI) - Diz o art. 41 do Regimento Comum:

Art. 41. O requerimento apresentado em sessão conjunta não admitirá discussão, podendo ter sua votação encaminhada por 2 (dois) membros de cada Casa, de preferência um favorável e um contrário, pelo prazo máximo de 5 (cinco) minutos cada um.

A Presidência, de maneira muito liberal, está concedendo 2 minutos.

O SR. BOHN GASS (PT - RS) - Conceda 3 minutos, Sr. Presidente, que é uma prática da Casa.

O SR. PRESIDENTE (Marcelo Castro. MDB - PI) - V.Exa. tem 3 minutos.

O SR. BOHN GASS (PT - RS) - Sr. Presidente, vou falar sobre o tema central da política do País neste momento, além do tema das queimadas, que, infelizmente, teve o apoio indireto do Governo, que não agiu. Inclusive, fiz essa denúncia hoje na Câmara. O Ministério Público Federal avisou ao IBAMA que aconteceria o





CONGRESSO NACIONAL
Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização

"dia do fogo". O IBAMA não respondeu logo, mas 2 dias depois o fogo respondeu, porque não havia reforço da Polícia Militar do Pará nem da Força Nacional.

Eu disse hoje que o Moro vai ter que vir à Câmara para dar explicações, porque o Moro queria usar a Força Nacional para reprimir as Margaridas, que estavam aqui lutando pelo plantio de comida, e as mulheres indígenas que estavam aqui lutando pela preservação da Amazônia; mas, para reprimir os destruidores da Amazônia, o Governo não a usou, mesmo tendo sido avisado.

Então, um dos temas centrais do Brasil hoje é a queimada na Amazônia.

O segundo tema mais importante na atual conjuntura é o que nós vamos apreciar aqui: retiraram dos trabalhadores o direito à aposentadoria. As pessoas não vão se aposentar ou vão se aposentar mal. E os Deputados sabiam disso quando votaram. Um colega Deputado até disse que foi retirado um direito, que precisavam do voto dele, não iam mais ter o voto e, então, precisavam compensar. E a compensação era liberar emendas.

O Governo, no PLN 18/19, está liberando 3 bilhões de reais, que são para emendas, sim! Desse valor — pasmem! —, 1 bilhão e 115 milhões, além dos 6 bilhões já retirados com o contingenciamento, são de um corte na educação.

Deputados, Senadores, nós vamos aceitar que universidades do Norte, do Nordeste, do Sul e do Centro-Oeste do País não concluam o ano? Nós vamos permitir que não sejam alocados os 330 milhões de reais que deveriam ter sido alocados? Estamos pedindo à Liderança do Governo que nos diga como é que vai ser. Vai mandar um PLN? Nós precisamos de um PLN. Este nós vamos votar! São 330 milhões de reais para bolsas, para os nossos jovens alunos não deixarem de concluir seus estudos neste ano.

Neste momento, nós estamos aqui autorizando a retirada de recursos da educação, em decorrência do processo de votação da reforma da Previdência. Nós não podemos concordar com isso.

Por isso, eu sou contra a alteração da pauta neste momento.

O SR. PRESIDENTE (Marcelo Castro. MDB - PI) - Tem a palavra o Deputado Cacá Leão, para encaminhar.

O SR. CACÁ LEÃO (Bloco/PP - BA) - A favor, Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Marcelo Castro. MDB - PI) - Não havendo quem queira encaminhar no Senado Federal...





CONGRESSO NACIONAL
Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização

O SR. BOHN GASS (PT - RS) - Não, Sr. Presidente! Falta o debate dos Senadores. Há Senadores inscritos. Os Senadores também podem se inscrever, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Marcelo Castro. MDB - PI) - Podem, sim. (*Pausa.*)

O SR. JEAN PAUL PRATES (PT - RN) - Senhores, eu estou tentando entender isto aqui: o Governo fez um acordo para liberar 1 bilhão de reais e agora está retirando 1 bilhão de reais, ou seja, está retirando o valor que deu? Então, ficou no zero a zero a brincadeira?

O SR. NELSON PELLEGRINO (PT - BA) - No zero a zero, não, porque nós já estávamos perdendo antes.

O SR. JEAN PAUL PRATES (PT - RN) - Em relação à educação, V.Exas. conversaram e fizeram um acordo no dia da votação do PLN 4/19. O Governo deu 1 bilhão... Aliás, acenou com 1 bilhão, não deu 1 bilhão, e agora tirou esse 1 bilhão? É isso?

Por isso, não saiu o dinheiro. Nos outros, saiu um pouquinho, mas neste não saiu nada, porque já estava programado que iria tirar de novo. Deu e tirou! Isso sem falar nos 6 bilhões de reais que estão contingenciados. Então, a educação, de fato, está no cadafalso, pelo que se imagina.

E o Ministro da Educação declarou — declarou, pois ele gosta de falar! — que os 926 milhões de reais oriundos de cortes na educação foram para pagar emendas. Nós poderíamos ter o direito de saber melhor como foi isso, como é que aconteceu essa troca, porque o acordo conosco era entregar 1 bilhão para pagar.

Enfim, essa era a colocação que eu queria fazer. É por isso que há obstrução. É preciso explicar para as pessoas por que nós estamos obstruindo. Fica parecendo que estamos aqui só fazendo oposição por oposição. Não é, não! Nós estamos brigando por dinheiro para a educação. Isso é muito sério.

O SR. PRESIDENTE (Marcelo Castro. MDB - PI) - Ainda cabe a palavra a um Senador, para encaminhar favoravelmente.

O SR. NELSON PELLEGRINO (PT - BA) - Não, Sr. Presidente. Eu pedi um aparte aqui. Ele me deu o aparte.

O SR. JEAN PAUL PRATES (PT - RN) - Eu concedi o aparte.

O SR. PRESIDENTE (Marcelo Castro. MDB - PI) - Encerrou o tempo.





CONGRESSO NACIONAL
Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização

O SR. NELSON PELLEGRINO (PT - BA) - Não encerrou, não. Faltava 1 minuto e meio ainda.

Eu queria que V.Exa. restabelecesse o tempo.

O SR. JEAN PAUL PRATES (PT - RN) - Recupere o meu 1 minuto.

O SR. NELSON PELLEGRINO (PT - BA) - Sr. Presidente, tudo bem que V.Exa. queira aprovar, mas vamos respeitar o Regimento. V.Exa. tem que ser democrático nesse sentido.

Faltava 1 minuto e meio quando eu pedi um aparte ao Senador Jean Paul.

O SR. PRESIDENTE (Marcelo Castro. MDB - PI) - Eu não ouvi isso.

O SR. NELSON PELLEGRINO (PT - BA) - Então, permita-me restabelecer a fala. Faltava 1 minuto e meio.

O SR. PRESIDENTE (Marcelo Castro. MDB - PI) - V.Exa. tem 1 minuto.

O SR. NELSON PELLEGRINO (PT - BA) - V.Exa. tem sido democrático.

O SR. PRESIDENTE (Marcelo Castro. MDB - PI) - Está tudo tranquilo, Deputado. Eu não ouvi, Deputado.

O SR. NELSON PELLEGRINO (PT - BA) - É porque V.Exa. não tem visão lateral.

O SR. PRESIDENTE (Marcelo Castro. MDB - PI) - Quando eu olhei, o tempo estava zerado.

O SR. NELSON PELLEGRINO (PT - BA) - Zerou depois. Faltava 1 minuto e meio. Senão eu não teria pedido a palavra.

O SR. PRESIDENTE (Marcelo Castro. MDB - PI) - V.Exa. tem a palavra.

O SR. NELSON PELLEGRINO (PT - BA) - Sr. Presidente, eu quero agradecer ao Senador Jean Paul o aparte, porque é importante, na condição de Líder do partido na Câmara, deixar bem claro que não somos contra essa MP que foi aprovada. O nosso problema é outro: nós somos contra a votação desse PLN 18/19. Isso é verdade.

O Governo diz que não tem dinheiro para a educação, não tem dinheiro para a transposição, não tem dinheiro para ciência e tecnologia, não tem dinheiro para o Minha Casa, Minha Vida, mas manda para esta Casa um projeto tirando 960 milhões de reais da educação para poder pagar emenda. Aliás, foi um festival de pedaladas, porque se abriu o cadastramento dos Ministérios sem previsão orçamentária. Essa medida provisória é para regularizar as irregularidades cometidas lá, porque se abriu





CONGRESSO NACIONAL
Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização

o cadastro dos Ministérios — foi uma farra de cadastramentos — sem previsão orçamentária. Para não pedalar, o Governo agora manda esse PLN 18/19, a fim de regularizar aquela situação passada da farra das emendas para aprovar a reforma da Previdência.

Nós não podemos ser favoráveis a isso. Não tenho nada contra aqueles que receberam as emendas, contra os Municípios, mas temos que ter coerência: se não há dinheiro para a educação, para ciência e tecnologia, para o Minha Casa, Minha Vida e para a transposição, temos que colocar essa questão como prioridade. Não vamos aceitar que peguem 3 bilhões de reais, quando não há sequer 1 bilhão de reais para a educação.

O SR. PRESIDENTE (Marcelo Castro. MDB - PI) - Tem a palavra a Senadora Soraya Thronicke, para falar favoravelmente ao requerimento.

A SRA. SORAYA THRONICKE (PSL - MS) - Sr. Presidente, eu encaminho positivamente.

A questão é de urgência. Está muito bem explicado. Não dá para colocar como argumento, neste momento, com a situação de Roraima, a saúde, a ciência e tecnologia. Realmente, é necessário.

Quem está em Roraima sabe...

O SR. BOHN GASS (PT - RS) - Não é mais o projeto de Roraima. Agora já é outro projeto.

A SRA. SORAYA THRONICKE (PSL - MS) - Perdão... *(Risos.)*

O SR. BOHN GASS (PT - RS) - O projeto de Roraima, nós já votamos.

O SR. PRESIDENTE (Marcelo Castro. MDB - PI) - Está tudo junto aqui.

O SR. BOHN GASS (PT - RS) - Não está tudo junto, não. Agora é o PLN 18/19, Presidente. Não está tudo junto, não. O de Roraima já foi.

O SR. NELSON PELLEGRINO (PT - BA) - Tudo bem. Deixem a Senadora falar. Pelo amor de Deus!

O SR. PRESIDENTE (Marcelo Castro. MDB - PI) - É claro.

A SRA. SORAYA THRONICKE (PSL - MS) - Roraima ainda está na discussão. É o crédito de Roraima também. Então, pronto! É isso! Está na frente de todos.

O SR. BOHN GASS (PT - RS) - Sr. Presidente, tenho só uma dúvida...

O SR. PRESIDENTE (Marcelo Castro. MDB - PI) - Em votação o requerimento na Câmara dos Deputados.





CONGRESSO NACIONAL
Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização

Os Srs. Parlamentares que o aprovam permaneçam como se encontram.

O SR. NELSON PELLEGRINO (PT - BA) - Voto contrariamente.

Peço verificação.

O SR. PRESIDENTE (Marcelo Castro. MDB - PI) - V.Exa. tem apoio?

O SR. NELSON PELLEGRINO (PT - BA) - Pergunto ao Deputado Dagoberto se ele apoia.

O SR. DAGOBERTO NOGUEIRA (PDT - MS) - Sr. Presidente, pelo PDT.

(Intervenções fora do microfone.)

O SR. DAGOBERTO NOGUEIRA (PDT - MS) - É só inversão de pauta? Desculpem-me.

Eu tenho compromisso é com o projeto.

O SR. PRESIDENTE (Marcelo Castro. MDB - PI) - Deputado Nelson Pellegrino. *(Pausa.)*

Não há apoio.

Em votação na Câmara dos Deputados.

Os Srs. Deputados que o aprovam permaneçam como se acham. *(Pausa.)*

Aprovado.

Em votação na representação do Senado Federal.

Os Srs. Senadores que o aprovam permaneçam como se encontram. *(Pausa.)*

Aprovado.

Vamos ao PLN 18/19.

O SR. CLAUDIO CAJADO (Bloco/PP - BA) - Presidente, pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (Marcelo Castro. MDB - PI) - Com a palavra o Deputado Claudio Cajado.

O SR. EDMILSON RODRIGUES (PSOL - PA) - Presidente, há requerimento meu de adiamento.

O SR. CLAUDIO CAJADO (Bloco/PP - BA) - Eu queria levantar uma questão de ordem que nunca foi levantada nesta Casa. É matéria de um artigo do Regimento Interno do Senado Federal. Refiro-me ao art. 276, que prevê que qualquer Líder pode pedir o encerramento da discussão, e que o Plenário vote.

Eu admito que esse PLN 18 mereceria um debate, que nós gostaríamos de fazer aqui. Porém, está claro que o intuito não é debater, mas obstruir. Eu propus que fosse feita a discussão. Seriam pelo menos dez oradores que nós ouviríamos





CONGRESSO NACIONAL
Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização

com toda a parcimônia. Mas percebo que nós vamos esgotar uma discussão sem necessidade.

Dessa forma, sugiro que levemos essa discussão ao plenário do Congresso e, aqui, possamos encerrar a discussão e votar o projeto. No encaminhamento, cada um dos partidos pode encaminhar de acordo com a regra regimental de 1 minuto.

O SR. BOHN GASS (PT - RS) - Presidente, para contraditar.

O SR. EDMILSON RODRIGUES (PSOL - PA) - Pela ordem, Presidente. Há um requerimento meu de adiamento.

O SR. CLAUDIO CAJADO (Bloco/PP - BA) - Eu levanto essa questão de ordem. V.Exa. aquiescendo, nós submeteremos a matéria à votação do Plenário, que é soberano para deliberar.

O SR. BOHN GASS (PT - RS) - Presidente, para contraditar. Eu tenho o direito de contestar.

O SR. PRESIDENTE (Marcelo Castro. MDB - PI) - Não vou tomar nenhuma decisão agora.

Há ainda dois requerimentos sobre a mesa. Já votamos um, e anunciamos que vai ser invertida a pauta.

Agora, há um requerimento de autoria do Deputado Nelson Pellegrino.

Requeiro, nos termos do art. 235, inciso III, alínea "d", item 7, do Regimento Interno do Senado Federal, a retirada de pauta da votação da matéria na Ordem do Dia do PLN 18/2019-CN.

Comissão, 27 de agosto de 2019.

Requerimento do Deputado Nelson Pellegrino para encaminhamento, dois contra e dois a favor, por 3 minutos. São um contra e um a favor na Câmara, e um contra e um a favor no Senado.

Com a palavra o Deputado Nelson Pellegrino.

V.Exa. dispõe de 3 minutos.

O SR. NELSON PELLEGRINO (PT - BA) - Presidente, volto a justificar o porquê desse requerimento.

Nós aprovamos aqui, por ampla maioria, com um quórum que eu nunca tinha visto nos 20 anos que estou nesta Casa, em termos de unanimidade, o PLN 4. Fizemos um acordo com o Governo. Esse acordo passou pelo Presidente do Congresso Nacional, pelo Presidente da Câmara, pela Líder do Governo, e V.Exa.





CONGRESSO NACIONAL
Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização

também o chancelou, foi avalista. Pelo acordo, não faltariam recursos para a educação, para a ciência e tecnologia, para a transposição do Rio São Francisco, para o Minha Casa, Minha Vida. Mas, pelo relato da Líder do Governo, Deputada Joice Hasselmann, o acordo não está sendo cumprido a contento. Fica muito assim, deu uma parte, deu outra.

Mas, no final do ano, não pode haver solução de continuidade, Líder. Esse é o problema principal. Mesmo com todas as modificações na lei trabalhista que foram implantadas na Casa, não se pode deixar de pagar salário todo mês, não se pode deixar de pagar encargos. Se fôssemos seguir essa lógica de V.Exa., poderíamos esperar dezembro para pagar tudo. Não podemos. V.Exa. sabe muito bem que obra tem que ser administrada, tem que ter fluxo, tanto o Minha Casa, Minha Vida, quanto a transposição. As universidades precisam pagar salário todo mês, encargos, despesas. Então, isso não pode acontecer.

O fim do ano é para cumprir o acordo. Não é para cumpri-lo, é o prazo para o cumprimento. Há uma diferença semântica aí essencial. Uma coisa é o fim do ano, aí você deixa para pagar tudo no fim do ano; outra coisa é o prazo final. O acordo é esse, mas ele tem de ser cumprido mês a mês, sem solução de continuidade. É disso o que nós estamos aqui reclamando.

Então, o Governo manda o PLN 18, que retira 960 milhões de reais da educação e 370 milhões de reais de projetos estratégicos da defesa. Retira-se dinheiro de várias áreas estratégicas para o desenvolvimento do País.

O Governo diz que não tem 1 bilhão de reais para cumprir um acordo com a educação e com as outras áreas. Se formos quantificar, o acordo que nós fizemos em relação ao PLN 4 se aproxima desses 3 bilhões de reais que o Governo manda por meio do PLN 18 aqui para a Casa, sem nenhuma explicação. Até agora, eu não vi nenhuma Liderança defender o PLN 18.

Eu até queria que a Liderança do Governo justificasse à Comissão Mista de Orçamento e ao País o porquê desse PLN, quais são as justificativas para este PLN. Eu até agora não ouvi nenhuma argumentação, não ouvi nenhuma voz que justificasse o porquê desse PLN.

Então, se não há justificativa, é porque não há defesa, é algo indefensável. Então, nós não podemos ser favoráveis a matéria como essa.





CONGRESSO NACIONAL
Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização

O SR. PRESIDENTE (Marcelo Castro. MDB - PI) - Tem a palavra o Deputado Cacá Leão, para encaminhar favoravelmente.

O SR. CACÁ LEÃO (Bloco/PP - BA) - Contra, Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Marcelo Castro. MDB - PI) - Na representação do Senado, alguém quer discutir? (*Pausa.*)

Não havendo quem queira discutir, vamos colocar...

O SR. JEAN PAUL PRATES (PT - RN) - Contra, 1 minutinho. Peço a palavra só para repisar meu argumento.

O meu argumento trata do jogo de ilusões desta situação. Eu fico espantado, porque sou novo na Casa. Então, acho isso interessante. Nós fizemos um acordo, por meio do qual haveria 1 bilhão de reais para a educação, efetivamente, e estamos tirando 960 milhões de reais. Restou um saldo de 40 milhões de reais. Isso não é possível, não é aceitável. O outro Ministério, que não mencionamos aqui, mas vale a pena fazê-lo, até pela *performance* — e elogio a *performance* do Ministro Tarcísio de Freitas; sou da Oposição, mas elogio e interajo muito bem com ele —, teve um corte absurdo, abissal: 757 milhões de reais, sem qualquer suplementação também. Na área de defesa aconteceu outro jogo de ilusões: subiu de 78 milhões de reais para 841 milhões de reais, mas depois houve o corte.

Então, é um jogo de lá e cá em cima de uma ilusão inicial. Parece uma miragem o primeiro acordo. E agora, efetivamente, vem o corte. Então, não dá para levar adiante. Para completar, temos a declaração do Ministro, que eu mencionei aqui, dizendo que isso foi exatamente para pagar emendas. O que quer dizer pagar emendas e que tipo de negociação foi feita aqui?

Obrigado, Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Marcelo Castro. MDB - PI) - Não havendo mais quem queira discutir, em votação o requerimento de retirada de pauta, de autoria do Deputado Nelson Pellegrino.

Em votação na Câmara dos Deputados.

O SR. NELSON PELLEGRINO (PT - BA) - Vou votar contra, Presidente, e quero pedir verificação.

O SR. PRESIDENTE (Marcelo Castro. MDB - PI) - Os Srs. Parlamentares que reprovam o requerimento permaneçam como se encontram.

O SR. NELSON PELLEGRINO (PT - BA) - Verificação, Presidente.





CONGRESSO NACIONAL
Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização

O SR. PRESIDENTE (Marcelo Castro. MDB - PI) - Com qual apoioimento?

O SR. NELSON PELLEGRINO (PT - BA) - Eu sou Líder. Portanto, represento quatro Parlamentares. Peço o apoioimento do PSOL. Assim, nós completamos cinco, conforme o quórum regimental. Eu sou Líder, represento um décimo. Portanto, há quatro Parlamentares titulares. Eu represento os Parlamentares, como Vice-Líder, mais o apoioimento do Líder do PSOL.

O SR. ALUISIO MENDES (PODE - MA) - Sr. Presidente, o Regimento exige a presença do Parlamentar. O Líder não pode representar os Parlamentares para apoioimento.

O SR. NELSON PELLEGRINO (PT - BA) - Pode! É regimental! Pode ler, Deputado, o art. 136 da Resolução nº 1. Eu, como Líder, represento quatro Parlamentares e, com o apoioimento, são cinco. Há número regimental para fazer a verificação.

O SR. PRESIDENTE (Marcelo Castro. MDB - PI) - V.Exa. diga quais são os seus apoioimentos.

O SR. NELSON PELLEGRINO (PT - BA) - Os quatro da minha bancada mais...

O SR. CACÁ LEÃO (Bloco/PP - BA) - Três!

O SR. NELSON PELLEGRINO (PT - BA) - São quatro! E o Deputado Dagoberto, que tinha se comprometido.

O SR. FELIPE FRANCISCHINI (PSL - PR) - Sr. Presidente, em virtude da inversão, não houve a prejudicialidade do requerimento de retirada de pauta?

O SR. NELSON PELLEGRINO (PT - BA) - Nós somos quatro.

O SR. PRESIDENTE (Marcelo Castro. MDB - PI) - Requerimento de retirada de pauta.

O SR. NELSON PELLEGRINO (PT - BA) - Sr. Presidente, pode verificar, nós somos quatro titulares.

O SR. FELIPE FRANCISCHINI (PSL - PR) - Em virtude da inversão, não houve a prejudicialidade?

O SR. NELSON PELLEGRINO (PT - BA) - Nós somos quatro titulares na Comissão. Pode verificar!

O SR. PRESIDENTE (Marcelo Castro. MDB - PI) - Temos aqui o Deputado Vander Loubet, o Deputado Zeca Dirceu e o Deputado Beto Faro.





CONGRESSO NACIONAL
Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização

O SR. NELSON PELLEGRINO (PT - BA) - Nós somos quatro. Podemos verificar!

O SR. PRESIDENTE (Marcelo Castro. MDB - PI) - São três!

O SR. NELSON PELLEGRINO (PT - BA) - Mas eu represento regimentalmente.

O SR. PRESIDENTE (Marcelo Castro. MDB - PI) - São três.

(Intervenções fora do microfone.)

O SR. NELSON PELLEGRINO (PT - BA) - Eu sou Vice-Líder designado e, como suplente, posso votar. Se o titular não estiver presente na reunião, como suplente, eu posso votar.

O SR. ALUISIO MENDES (PODE - MA) - Sr. Presidente, não representa o voto. Ele representa, mas não pode votar.

O SR. NELSON PELLEGRINO (PT - BA) - A verificação é em cima do número. Eu represento quatro Parlamentares nesta Comissão. Regimentalmente, posso fazer a verificação. Nós somos quatro titulares.

O SR. ALUISIO MENDES (PODE - MA) - Deputado, a bancada tem só três representantes titulares.

O SR. PRESIDENTE (Marcelo Castro. MDB - PI) - Nós precisamos ganhar tempo. Eu vou dizer quais são os titulares do PT na Comissão: Deputado Vander Loubet, Deputado Zeca Dirceu, Deputado Beto Faro. Ponto final!

Qual é o outro titular aqui?

O SR. NELSON PELLEGRINO (PT - BA) - Eu sou!

O SR. PRESIDENTE (Marcelo Castro. MDB - PI) - Não, V.Exa. é suplente!

Como não há apoio, aprovado na Câmara dos Deputados.

Submeto a matéria à representação do Senado Federal.

Os Srs. Senadores contrários à matéria permaneçam como se acham. *(Pausa.)*

Rejeitado o requerimento.

Na Câmara dos Deputados, foi rejeitado o requerimento.

O SR. NELSON PELLEGRINO (PT - BA) - Eu só queria testar, Deputado Rodrigo.

O SR. PRESIDENTE (Marcelo Castro. MDB - PI) - Item 3. Apreciação do relatório apresentado ao Projeto de Lei nº 18/2019, do Congresso Nacional, que abre aos Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social da União, em favor de diversos





CONGRESSO NACIONAL
Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização

órgãos do Poder Executivo, crédito suplementar no valor de R\$3.041.594.744,00, para reforço de dotações constantes da Lei Orçamentária vigente.

Relator: Senador Eduardo Gomes.

Concedo a palavra ao Senador Eduardo Gomes.

O SR. EDMILSON RODRIGUES (PSOL - PA) - Presidente, meu requerimento é de adiamento. Retirada de pauta é uma coisa, adiamento é outra.

O SR. PRESIDENTE (Marcelo Castro. MDB - PI) - Matéria vencida.

O SR. EDMILSON RODRIGUES (PSOL - PA) - Sr. Presidente, a matéria não está vencida. São duas coisas diferentes.

O SR. NELSON PELLEGRINO (PT - BA) - Uma coisa é retirada, outra coisa é adiamento de votação. É regimental o pedido.

O SR. PRESIDENTE (Marcelo Castro. MDB - PI) - O de adiamento foi rejeitado.

O SR. NELSON PELLEGRINO (PT - BA) - Mas o meu é de retirada!

O SR. PRESIDENTE (Marcelo Castro. MDB - PI) - Vi agora que não é de autoria de V.Exa., mas do Deputado Ivan Valente.

O SR. NELSON PELLEGRINO (PT - BA) - Isso.

O SR. EDMILSON RODRIGUES (PSOL - PA) - É meu Líder, do PSOL. Eu sou representante do PSOL aqui.

O SR. PRESIDENTE (Marcelo Castro. MDB - PI) - V.Exa. está pedindo adiamento de votação.

O SR. NELSON PELLEGRINO (PT - BA) - Isso.

O SR. PRESIDENTE (Marcelo Castro. MDB - PI) - Nós não chegamos na votação. Agora vai ser apresentado o relatório, que vai ser lido e depois discutido. Quando chegar a votação, vamos submeter o requerimento de V.Exa. à deliberação do Plenário.

Com a palavra o Relator, Senador Eduardo Gomes.

O SR. EDUARDO GOMES (MDB - TO) - Sr. Presidente, Srs. Senadores e Senadoras, Srs. Deputados e Deputadas, passo diretamente ao relatório do PLN 18, de maneira sucinta.

O SR. BOHN GASS (PT - RS) - Sr. Presidente, questão de ordem.

Pela importância do tema, acredito que o Relator deveria apresentá-lo integralmente, e não só o voto.





CONGRESSO NACIONAL
Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização

O SR. CLAUDIO CAJADO (Bloco/PP - BA) - Está disponibilizado o relatório.

O SR. BOHN GASS (PT - RS) - O relatório tem alterações, Cajado.

O SR. CLAUDIO CAJADO (Bloco/PP - BA) - Sim, mas o Relator vai dizer agora quais são.

O SR. EDUARDO GOMES (MDB - TO) - O relatório está disponível desde sexta-feira na Secretaria da Comissão. A leitura do relatório será na íntegra. Eu fiz um voto sucinto e vou fazer considerações ao final do relatório que podem deixar clara nossa intenção nessa relatoria.

"1. Relatório

O Presidente da República, por meio da Mensagem nº 334, de 2019, na origem, submete à apreciação do Congresso Nacional o Projeto de Lei nº 18, de 2019-CN (PLN 18/2019). O propósito, conforme sua ementa, é o de abrir 'aos Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social da União, em favor de diversos órgãos do Poder Executivo, crédito suplementar no valor de R\$3.041.594.744,00, para reforço de dotações constantes na Lei Orçamentária vigente'.

Ao PLN 18/2019 foram apresentadas, no prazo regulamentar, 250 emendas.

2. Análise

O projeto de lei em exame e as emendas a ele propostas devem ser analisados à luz das normas de Direito Financeiro e de processo legislativo. Em particular, devem ser observados dispositivos da Lei nº 4.320, de 1964, da Lei de Diretrizes Orçamentárias para 2019 (LDO 2019, Lei nº 13.707, de 2018) e da Resolução nº 1, de 2006-CN.

A abertura de créditos suplementares, a teor do disposto no art. 43 da Lei nº 4.320/64, depende da existência de recursos disponíveis. Dentre tais recursos, autoriza a lei, no § 1º, inciso III, do mesmo artigo, que sejam utilizados aqueles 'resultantes de anulação parcial ou total de dotações orçamentárias'. Nesse ponto, então, vai bem o PLN 18/2019 ao valer-se na íntegra de recursos oriundos do cancelamento de dotações.

No que tange às diretrizes orçamentárias vigentes, está o projeto de lei adequado às disposições da LDO 2019. Em primeiro lugar, restringe-se apenas a um tipo de crédito adicional — suplementar, no caso — como exige o art. 46, § 1º, da LDO 2019. No mais, a teor do que dispõe o § 4º do mesmo artigo, o projeto é acompanhado de justificativa sobre a aderência à meta de resultado primário para





CONGRESSO NACIONAL
Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização

2019. De fato, no item 4 da Exposição de Motivos nº 00230/2019 ME, informa-se 'que as alterações decorrentes da abertura deste crédito não afetam a obtenção da meta de resultado primário fixada para o corrente exercício, uma vez que se referem a remanejamento entre despesas primárias discricionárias'. Além disso, declara-se que 'a presente alteração orçamentária está de acordo com o § 5º do art. 107 do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias — ADCT, (...) tendo em vista que não amplia as dotações orçamentárias sujeitas aos limites das despesas primárias estabelecidos para o corrente exercício'.

Os cancelamentos de dotações propostos no PLN 18/2019 visam atender justamente às exigências impostas pelas metas fiscais e pelo teto constitucional do gasto público. Além das questões fiscais, a mencionada exposição de motivos destaca que programações objeto de cancelamento não sofrerão prejuízo na sua execução, já que advêm de bloqueio efetivado nos termos dos §§ 7º a 12 do art. 1º do Decreto nº 9.711, de 15 de fevereiro de 2019”.

Em relação à Resolução nº 1, de 2006-CN, seus dispositivos importam, mormente, no que diz respeito ao exame das emendas apresentadas. Em especial, essas proposições legislativas devem ser, em primeiro lugar, submetidas a análise de admissibilidade tendo como parâmetro o art. 109 da referida norma. No âmbito do processo legiferante acerca do PLN 18/2019, propomos a inadmissão das emendas 39, 42, 43, 44, 88, 153, 207 e 223.

Finalmente, em que pese a adequação das demais emendas às normas regimentais, acreditamos que, no mérito, elas não se mostrem pertinentes. No mais, apresentamos duas emendas de relator de sorte a corrigir o projeto de lei conforme solicitação do próprio Poder Executivo, que indicou outras prioridades de gasto diferente daquelas indicadas inicialmente.

3. Voto

Em razão do exposto,

- a) propomos que as emendas 39, 42, 43, 44, 88, 153, 207 e 223 sejam declaradas inadmitidas;
- b) votamos pela rejeição das demais emendas apresentadas, à exceção das emendas de relator;
- c) votamos pela aprovação das emendas de relator;





CONGRESSO NACIONAL
Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização

d) votamos pela aprovação do Projeto de Lei nº 18, de 2019-CN, na forma do substitutivo anexo."

Esse é o relatório, Sr. Presidente.

Guardo tempo para as considerações, assim que o debate for formado.

O SR. PRESIDENTE (Marcelo Castro. MDB - PI) - O prazo para apresentação de destaques está iniciado e será finalizado ao término da discussão, conforme estabelece o inciso I do art. 60 do Regulamento Interno da CMO.

Em conformidade com o disposto no § 2º do art. 146 da Resolução nº 1, de 2006, do Congresso Nacional, declaro inadmitidas as Emendas de nºs 39, 42, 43, 44, 88, 153, 207 e 223, indicadas pelo Relator no voto.

O relatório está em discussão.

O Deputado Edmilson Rodrigues tem a palavra para discutir.

O SR. EDMILSON RODRIGUES (PSOL - PA) - Quantos minutos, Sr. Presidente?

O SR. PRESIDENTE (Marcelo Castro. MDB - PI) - Cinco minutos.

O SR. CLAUDIO CAJADO (Bloco/PP - BA) - Presidente, questão de ordem. Foi apresentado um requerimento para encerramento da discussão?

O SR. PRESIDENTE (Marcelo Castro. MDB - PI) - Não.

O SR. CLAUDIO CAJADO (Bloco/PP - BA) - De acordo com o art. 276 do Regimento Interno do Senado Federal.

O SR. PRESIDENTE (Marcelo Castro. MDB - PI) - Concedo a palavra ao Deputado Edmilson Rodrigues. S.Exa. dispõe de 5 minutos.

O SR. EDMILSON RODRIGUES (PSOL - PA) - Sr. Presidente, nós aprovamos o Orçamento Geral da União anualmente. Considera-se um avanço que Deputados e Senadores possam apresentar emendas de bancada, para favorecer os Estados, e emendas individuais. Isso estabelece um certo — digamos — protagonismo dos Parlamentares. Avançou-se para constituir as emendas impositivas, ou seja, o Poder Executivo, em vez de apenas orientar, autorizar, é obrigado a cumprir aquilo que determinam as emendas impositivas. Tudo isso, Presidente, é aprovado, como foi aprovado o orçamento de 2019, no último dia útil de dezembro. É lícito. Não é crime nenhum que um Deputado apresente uma emenda para apoiar um grupo cultural, uma universidade ou uma Prefeitura.





CONGRESSO NACIONAL
Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização

Por que nós somos contra esse PLN 18? Porque o Governo, por fora do Orçamento, quer agora legitimar um crime contra áreas estratégicas, aprofundando a crise social do País. Por que eu digo que é um crime? Porque isso aqui não é uma negociação. É fruto de uma negociada criminosa. Para aprovar o fim dos direitos da aposentadoria ou impor muitas dificuldades para um trabalhador se aposentar, o Governo negociou o pagamento de propina, como um Senador aqui já expressou. Está na imprensa. É para pagar emendas, só que não são as emendas legitimadas em dezembro, mas as emendas negociadas em troca de votos em favor da reforma da Previdência.

Por que eu digo que é criminoso? Desculpem-me a força da expressão. Observem: segundo órgãos especializados e conforme a imprensa divulga, o investimento da construção civil tem o pior nível em 70 anos, e temos quase 14 milhões de desempregados. Nós estamos aqui determinando a retirada de 756 milhões, 957 mil e 795 reais do Ministério da Infraestrutura. Prometeu-se, num acordo aqui, 1 bilhão de reais para o Minha Casa, Minha Vida, quando se necessitava de quase 4 bilhões de reais. Não se cumpriu 1 bilhão de reais e ainda se retira quase 800 milhões de reais. Estão brincando com a cara do povo. Como é que se vai gerar emprego sem investimento público?

Para a educação, na origem, nós temos 1 bilhão e 156 milhões de reais, mas é verdade que há uma suplementação 230 milhões de reais, ou seja, estão roubando da educação brasileira 926 bilhões de reais. Isso é brincadeira com o povo! O reitor da Universidade Federal do Pará disse: *"Em setembro não teremos mais recursos para manter a universidade"*. Isso é comum a todas as universidades brasileiras, porque já são mais de 6 bilhões de reais de corte. E aí o Governo, para destruir o sistema de seguridade social, faz uma negociata e, agora, quer que a legitimemos, porque ele não tem como pagar sem a legitimação, sem a aprovação do Congresso Nacional desta autorização criminosa contra a educação, contra a segurança, contra a geração de emprego, contra a infraestrutura.

Sabem quanto estão tirando do Ministério da Ciência, Tecnologia, Inovações e Comunicações? O que eu mais ouço é que, sem o aumento da produtividade, sem investimento em inovação, não teremos como avançar na geração de empregos. Isso é verdade? Pode-se discutir, mas a verdade é que se retira aqui 30 milhões e 862 mil reais, e o Deputado Hiran clamando por 13 milhões para garantir — na





CONGRESSO NACIONAL
Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização

verdade, remediar, porque não tem solução em curto prazo —, o problema da imigração em Roraima; 13 milhões!

E nós estamos aqui discutindo — e talvez se aprove — um roubo que só da educação foi de 926 milhões de reais. Como educador, como professor da Universidade Federal Rural da Amazônia e como professor da área técnica do Estado do Pará, eu me nego a aceitar que o Congresso Nacional cometa esse crime contra o nosso povo.

O SR. PRESIDENTE (Marcelo Castro. MDB - PI) - Para discutir a matéria, concedo a palavra ao próximo inscrito, o Senador Carlos Viana.

O SR. CARLOS VIANA (PSD - MG) - Boa tarde, Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sras. e Srs. Senadores presentes.

Pelo PSD, queremos discutir sobre essa questão do projeto. Até muito pouco tempo, enquanto a atual Oposição era Governo, as decisões nesta Casa passavam pelo endividamento. Não havia dinheiro, e o discurso fácil de se proteger o trabalhador endividava o País. Hoje, nós temos uma situação em que a nossa dívida-PIB está em 83%, se nós calcularmos tudo, caminhando para um colapso neste ano mesmo. E não é porque o atual Governo — e aqui não o defendo, porque não estamos na base do Governo — criou essa situação. Nós brasileiros herdamos isso de uma situação de muitos anos até de irresponsabilidade fiscal. Endividava-se o País e se criavam vários projetos inclusive fora das pautas necessárias.

Nós, em Minas Gerais, que temos o maior número de universidades federais, sabemos que boa parte das obras não estão ligadas diretamente ao ensino, à educação e à qualidade; estão ligadas a um dinheiro que vinha de uma forma sem controle. Hoje, nós temos aqui a responsabilidade de tomar uma decisão, e estamos sendo cobrados por isso.

Não é fácil cortar nas questões que dizem respeito à educação e à seguridade social. Não é simples, mas os trabalhadores que estão nos assistindo, que vivem do salário, Deputado Cacá, sabem muito bem o que acontece quando o endividamento toma conta de uma família, quando o salário acaba, quando o dinheiro começa a faltar. É um desastre! O que é preciso fazer? Ter responsabilidade nas decisões.

O que está aqui, o que o nobre Senador Eduardo Gomes está colocando é exatamente aquilo que nós já deveríamos estar fazendo há muitos anos no Brasil: ter responsabilidade fiscal. Se nós não temos o dinheiro; se ele não pode vir por





CONGRESSO NACIONAL
Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização

endividamento, porque vigora hoje a Lei do Teto de Gastos, que fez com que a inflação caísse, com que o País conseguisse controlar o orçamento; se nós hoje temos que escolher melhor a forma como vamos gastar o dinheiro dos trabalhadores, então que tenhamos a responsabilidade de gastar sem endividar o País!

Nós precisamos, além desta questão, Senador Eduardo Gomes, discutir a questão dos fundos do Brasil. Há fundos hoje cuja legislação não nos permite melhorar a educação, por exemplo. Há fundos que têm dinheiro em caixa, mas ele não pode ser usado pelos Ministros. A violência está aí, clamando por recursos, e nós temos um fundo penitenciário, por exemplo, com 1,5 bilhão de reais que nós não podemos usar para que a Guarda Nacional invista num grande projeto de segurança no Nordeste e em todo o País. Nós temos que rever isso.

Hoje, responsabilidade fiscal tem que ser a marca desta Comissão do Orçamento. Eu sei que é difícil. Volto a dizer: não é simples, mas nós temos essa responsabilidade. E, se nós agora não pensarmos exatamente no que podemos fazer neste ano, para que, no ano que vem, possamos começar pelo menos a analisar o tema com um pouco mais de alívio, vamos continuar jogando o País num buraco fiscal do qual não sairemos, e vamos manter 13 milhões de desempregados.

Portanto, Sr. Presidente, o nosso parecer é favorável, a nossa visão é muito positiva. Apesar da decisão difícil, encaminhamos e elogiamos o relatório do Senador Eduardo Gomes para que o País possa ter responsabilidade fiscal nas decisões.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Marcelo Castro. MDB - PI) - Muito bem, Senador.

O próximo inscrito é o Deputado Cacá Leão.

O SR. CACÁ LEÃO (Bloco/PP - BA) - Sr. Presidente, quero parabenizar o Senador Eduardo Gomes pelo brilhante relatório e dizer que somos favoráveis à matéria.

O SR. PRESIDENTE (Marcelo Castro. MDB - PI) - Em seguida, tem a palavra o Deputado Claudio Cajado.

O SR. CLAUDIO CAJADO (Bloco/PP - BA) - Sr. Presidente, votamos de acordo com o parecer do Relator.





CONGRESSO NACIONAL
Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização

O SR. PRESIDENTE (Marcelo Castro. MDB - PI) - Concedo a palavra ao Deputado Aluisio Mendes.

O SR. ALUISIO MENDES (PODE - MA) - Sr. Presidente, parabenizando o relatório do Senador, somos favoráveis ao relatório.

O SR. PRESIDENTE (Marcelo Castro. MDB - PI) - Tem a palavra o Deputado Misael Varella.

O SR. MISAEL VARELLA (PSD - MG) - Sr. Presidente, nós seguimos o brilhante Relator, o Senador Eduardo Gomes. Somos favoráveis.

O SR. PRESIDENTE (Marcelo Castro. MDB - PI) - Concedo a palavra ao Deputado Bohn Gass.

O SR. BOHN GASS (PT - RS) - Sr. Presidente, primeiro, eu preciso fazer um esforço grande para rebater os argumentos dos meus colegas Deputados. Os argumentos foram tão profícuos que eu realmente fiquei preocupado.

Por que os nobres Deputados não defendem e concordam em tirar recursos da educação? Eu quero ver como será meu Estado se os jovens não puderem mais estudar, se não houver mais bolsas para a educação. Isso que é debate nesta Casa. Não é não ter discussão.

Eu gostei: os nobres Senador assumiram que nós estamos com dificuldade. Todo o discurso fiscal que o Governo fez... Eu quero fazer este debate, eu concordo com a insistência, mas eu não vim aqui dizer que voto a favor só porque há um truque regimental para daqui a pouco ser pedido o encerramento da discussão.

Deputado Cajado, eu quero discussão. V.Exa. pediu discussão. O que V.Exas. estão fazendo não é discussão. V.Exas. estão fazendo um truque regimental para não ter discussão. Eu repito: Deputado Cajado, esse é um truque regimental para não ter discussão, e V.Exa. pediu discussão. Eu quero fazer discussão, porque ou vocês defendem que se corte dinheiro de uma área estratégica... E aí eu preciso dialogar com o Relator. Outro dia, debatendo o tema, vi que o Governo retirou 1 bilhão e 115 milhões de reais da educação e destinou para o Ministério da Defesa. E um Deputado me disse: "*Bohn Gass, mas é muito importante o Ministério da Defesa*". Agora, o Relator, dos 841 milhões de reais, retirou 370 milhões de reais da defesa.

O nobre Relator disse que isso veio a pedido do Governo mas, na verdade, não disse como veio esse pedido do Governo. Eu estou curioso — fiquei com uma pulga





CONGRESSO NACIONAL
Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização

atrás da orelha — para saber que pedido do Governo foi esse, porque eu suspeito que o Governo tenha feito um cálculo, no atendimento das demandas dos Deputados para votar a reforma da Previdência, para retirar direitos do povo trabalhador, e, no Ministério da Defesa, que é tão estratégico, para nós termos segurança, o Governo não conseguiu atender a esses Deputados e colocou no desenvolvimento regional.

Vamos fazer esse debate! Por que o Governo pediu essa alteração? Eu quero fazer um debate sobre o regime fiscal, porque o Governo, quando deu o golpe com o Temer, e depois o Bolsonaro só piorou essa situação, disse que, se nós aprovássemos a Emenda Constitucional nº 95, Deputada Joice Hasselmann, os problemas do Brasil estariam resolvidos. Mentiram! Eles só aumentaram. Aí veio a reforma trabalhista, com a qual o Governo gastou dinheiro para pagar mentiras na mídia. Disse que ia gerar emprego, que a economia iria crescer, que iríamos ter estabilidade jurídica. Nem estabilidade jurídica, nem emprego, nem crescimento econômico tivemos. Mentiram! Quanto à terceirização, disseram que ela iria gerar emprego e haveria crescimento econômico. Não gerou. Disseram que a reforma da Previdência iria gerar emprego e estabilidade econômica. Não gerou. Agora, veio a liberdade econômica para fazer o povo trabalhar aos domingos, sem ter remuneração, porque isso iria gerar emprego. Mas onde vai gerar emprego? Vocês estão se enganando e enganando o povo brasileiro. A economia está estagnada, o Brasil está mal, não cresce, enquanto o desemprego continua aumentando. *"Ah, problemas de Governos passados."* Por favor, o golpe é que provocou esse descrédito da nossa economia.

O que estamos discutindo agora é a retirada de dinheiro da educação, inclusive a retirada de 380 milhões de reais para a aquisição de equipamentos importantes para a Aeronáutica e para a Marinha. Os Deputados viram isso? Concordam com isso? Eu não posso acreditar que concordem com isso.

Nós temos uma posição muito clara. Eu tenho vários requerimentos. Lamento não terem sido aceitas as emendas que eu propus, para também não tirar do Estado do Rio Grande do Sul mais de 90 milhões de reais de obras e das universidades. Eu não quero isso para o meu povo.

O SR. PRESIDENTE (Marcelo Castro. MDB - PI) - Concedo a palavra ao Senador Luiz do Carmo.





CONGRESSO NACIONAL
Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização

O SR. LUIZ DO CARMO (MDB - GO) - Sr. Presidente, estou de acordo com o parecer do Relator.

O SR. PRESIDENTE (Marcelo Castro. MDB - PI) - Concedo a palavra à Senadora Soraya Thronicke.

A SRA. SORAYA THRONICKE (PSL - MS) - Sr. Presidente, estou de acordo com o parecer do Relator.

O SR. PRESIDENTE (Marcelo Castro. MDB - PI) - Concedo a palavra ao Senador Jean-Paul Prates.

O SR. JEAN PAUL PRATES (PT - RN) - Abro mão, Sr. Presidente. Terei que sair.

O SR. PRESIDENTE (Marcelo Castro. MDB - PI) - Com a palavra o Deputado Nelson Pellegrino.

O SR. NELSON PELLEGRINO (PT - BA) - Sr. Presidente, como o Deputado Bohn Gass, eu ouvi atentamente o pronunciamento de V.Exa. Com todo o respeito que tenho por V.Exa. e pelo Senado Federal, V.Exa. fala em responsabilidade fiscal, mas não justifica por que o Governo está doando 3 bilhões de reais através desse PLN. Nós sabemos por que ele está fazendo isso — nós sabemos! Aliás, aqui no Congresso há um ditado popular que diz que o bobinho ficou na 10ª suplência. Todo mundo aqui tem muita experiência. V.Exa. já pode ter sido Governador, Deputado, Vereador, como todos nós aqui.

Então, primeiro, sobre a responsabilidade ou não responsabilidade fiscal, precisamos fazer esse debate, porque o que ampliou enormemente a crise política e a crise econômica do Brasil foram as pautas-bombas votadas aqui, no Governo da Presidente Dilma, de forma irresponsável; foi a não aprovação do pacote de ajuste fiscal, apresentado a esta Casa e rejeitado. Isso é que agravou a crise econômica, acentuada com a crise política.

De lá para cá, nós tivemos Michel Temer com a Emenda Constitucional nº 95, de 2016. Não só eu, Deputado Nelson Pelegrino, mas também o Presidente da Câmara Deputado Rodrigo Maia já manifestou que, se a Emenda Constitucional nº 95 não for revista, o Governo vai entrar em colapso. Por quê? Qual é o objetivo dessa emenda? Fazer economia para pagar dívida de banqueiro.

A Emenda Constitucional nº 95 estabelece que a despesa só pode crescer com a variação da inflação. Todos nós sabemos que, nos 2 anos em que está em vigor, a





CONGRESSO NACIONAL
Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização

inflação já foi comida. Daqui por diante é o dilema do que cortar. Agora, Senador, sempre cortando não para investir em saúde, em educação, em infraestrutura, mas para pagar dívida. E isso é um erro, porque no mundo inteiro esse tipo de política está na contramão. Se não há crescimento, a dívida em relação ao PIB só vai aumentar. Só se diminui a relação entre dívida e PIB com responsabilidade fiscal e crescimento econômico. E crescimento econômico não acontece sem o Estado fomentar, investir, induzir. É esse o problema. Nós não temos como o Estado induzir nem fomentar. Isso para fazer um diálogo respeitoso com V.Exa. em relação à responsabilidade fiscal ou não.

Agora não estamos aqui nem discutindo responsabilidade fiscal. A medida que está sendo votada, o PLN 18, de 2019, não tem nada a ver com responsabilidade fiscal, porque vai remanejar recursos do orçamento de uma área para outra menos nobre. Nós sabemos muito bem a que esse recurso que está sendo remanejado servirá: pagar as emendas que foram negociadas na reforma da Previdência. Essa é a verdade. Nós temos que deixar isso claro aqui.

Portanto, ninguém me venha dizer que aqui nós estamos votando responsabilidade fiscal. Nós estamos sendo irresponsáveis do ponto de vista fiscal com esse PLN 18, porque estamos tirando dinheiro da saúde, da educação e de áreas importantes, como a defesa inclusive, porque todos esses projetos da defesa geram emprego, ciência e tecnologia, dotação orçamentária, economia no País, para regularizar a abertura do orçamento para se fazer cadastro, e bilhões foram cadastrados, sem previsão orçamentária. Foi feita uma pedalada — aliás, uma megapedalada — sem nenhuma previsão orçamentária. Agora, para tentar cobrir o saldo do cheque sem fundo que foi dado, é preciso votar esse PLN. Então, é isso que nós estamos discutindo aqui, Senador, com todo o respeito.

Nós estamos dizendo que, enquanto não se cumprir o acordo do PLN 4, não podemos votar nenhum tipo de remanejamento. Esta Comissão não está sendo responsável do ponto de vista fiscal, porque essa responsabilidade não significa só bater despesa com receita, não. É como se faz a receita e como se gasta a despesa. Nós estamos trocando despesas nobres por despesas não nobres, ou menos nobres, porque, no final das contas, nos Municípios que foram contemplados evidentemente vai haver algum tipo de distribuição.





CONGRESSO NACIONAL
Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização

Nós estamos fazendo uma política que não é a boa política. É a velha política, que o Presidente disse que não faria. Então, vamos deixar bem claro que esse PLN 18 é para viabilizar a velha política.

O SR. PRESIDENTE (Marcelo Castro. MDB - PI) - Tem a palavra o Deputado Dagoberto Nogueira, que está inscrito.

O SR. DAGOBERTO NOGUEIRA (PDT - MS) - Presidente, V.Exa. me permite falar daqui mesmo?

O SR. PRESIDENTE (Marcelo Castro. MDB - PI) - É claro, nobre Vice-Presidente!

O SR. DAGOBERTO NOGUEIRA (PDT - MS) - Sr. Presidente, eu quero só retomar alguns pontos que acho que são importantes nesta Comissão.

Foi levantada pelo Deputado Pellegrino a questão nossa da Oposição de termos, em vários momentos, colaborado com o Governo, para demonstrar que também não queríamos cometer nenhuma irresponsabilidade que afetasse a própria responsabilidade fiscal. Quando veio o PLN 4, nós votamos, não fizemos obstrução, não criamos problema, até porque atendia vários programas sociais. Nós deixamos que fosse votado, e o Governo conseguiu essa aprovação. Veio a LDO na mesma situação. E nós da Oposição não pedimos a abertura de um novo painel no dia seguinte, que poderíamos ter pedido; não pedimos verificação, porque havia um compromisso de resolver esse problema da educação, principalmente do PDT, porque isso é simbólico no partido.

Eu quero aqui ressaltar o Deputado Claudio Cajado, Líder do Governo nesta Comissão, que marcou uma audiência para conversarmos com o Ministro, a fim de que tivéssemos a certeza de que seriam restabelecidos os valores, para que não faltassem recursos para as universidades federais, muito menos para a educação. Estiveram na audiência vários Deputados, o Presidente, o próprio Deputado Claudio Cajado e outros colegas. E o que me deixou muito inseguro foi a fala do Ministro. O Ministro da Educação, ao invés de tentar arrumar ou fazer qualquer justificativa, começou a reunião agredindo as universidades, agredindo os reitores que estavam ali, dizendo que a universidade no Brasil é um negócio maluco. Ele falou coisas muito graves, que eu não quero repetir, porque era uma reunião fechada. Eu saí de lá muito mais convencido de que esse Ministro não faria qualquer esforço para resolver o problema da educação nem brigaria por ela.





CONGRESSO NACIONAL
Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização

Agora, chega esse outro projeto, que vem tirar mais dinheiro da educação, na ordem de 1 bilhão e 100 mil reais.

Eu quero dizer que nós do PDT fizemos o que era possível para colaborar com o Governo, para haver responsabilidade com o País e responsabilidade fiscal, mas infelizmente não estamos percebendo vontade por parte do Governo de resolver principalmente esse problema da educação.

Por essas razões, Sr. Presidente, o PDT não tem outra forma de votar senão contra esse projeto. E, sobre a nominal, eu já antecipadamente vou dizer que nós vamos pedir que a votação seja nominal.

O SR. PRESIDENTE (Marcelo Castro. MDB - PI) - A discussão e o prazo para apresentação de destaques estão encerrados.

O SR. LUCAS GONZALEZ (NOVO - MG) - Presidente, eu havia me inscrito para discutir.

O SR. PRESIDENTE (Marcelo Castro. MDB - PI) - V.Exa. tem a palavra.

O SR. LUCAS GONZALEZ (NOVO - MG) - Obrigado.

Eu serei breve. Tenho acompanhado o discurso dos meus colegas na Comissão Mista de Orçamento. Acompanhei bem de perto esse redirecionamento das verbas públicas e tenho me perguntado, de fato, o porquê desse redirecionamento. Eu não concordo, o NOVO não concorda com parte desse redirecionamento, em especial por ser mineiro — e aqui nós temos a presença do Senador Carlos Viana. Nós sabemos que Minas Gerais, nos últimos anos, tem sido completamente esquecida nas obras de infraestrutura.

Neste último fim de semana eu estive na região do Vale do Aço, onde a BR-381 é uma das que mais mata pessoas neste País. Já são 40 anos prorrogando as obras na BR-381, e não dá para concordar com a retirada de quase 800 milhões de reais do orçamento da infraestrutura. Se o Brasil quer crescer, quer gerar riqueza, nós precisamos investir em infraestrutura. Não há como gerarmos crescimento e riqueza no Brasil sem investimento em infraestrutura.

Então, o NOVO vai se posicionar contra esse PLN e também vai reiterar a votação nominal, não para fazer obstrução, mas porque acreditamos que uma votação, no que tange a orçamento no Brasil, não pode ser simbólica. Nós fizemos esse mesmo pedido de votação nominal quando da votação do fundo eleitoral, não para obstruir, mas, de novo, porque acreditamos que esta Comissão é tão





CONGRESSO NACIONAL
Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização

responsável que a votação precisa ser nominal, para que nós possamos, de fato, ter a profundidade necessária do que nós estamos votando.

Parece-me, Sr. Presidente — é a minha sensação aqui, e acho que sou o mais jovem ou um dos mais jovens —, que estamos lidando com orçamento de fim de semana, de férias dos outros. Não! Nós estamos lidando com o orçamento total do Brasil de 1 trilhão 480 bilhões de reais. Tem que ter estudo, tem que ter cálculo, tem que ter relevância, tem que ter profundidade, menos "achômetro" e mais estudo. É o que eu pedi, é o que eu continuo pedindo aqui na Comissão de Orçamento.

Nós vamos encaminhar "não" a essa votação e "sim" para a votação nominal.

O SR. PRESIDENTE (Marcelo Castro. MDB - PI) - A discussão e o prazo de apresentação de destaques estão finalmente encerrados. Foram apresentados 21 destaques.

O relatório está em votação na representação da Câmara dos Deputados, ressaltados os destaques. *(Pausa.)*

O SR. EDMILSON RODRIGUES (PSOL - PA) - Sr. Presidente, há o meu requerimento de adiamento de votação.

O SR. PRESIDENTE (Marcelo Castro. MDB - PI) - Desculpe-me, Deputado. Eu havia me esquecido.

Passo a ler o requerimento:

Sr. Presidente, requeiro, nos termos do art. 40 do Regimento Comum, o adiamento da votação do PLN 18, constante da Ordem do Dia.

Deputado Ivan Valente, Líder do PSOL.

Assinado pelo Deputado Edmilson Rodrigues.

Encaminhamento de requerimento: um a favor e um contra, por 3 minutos.

Com a palavra o Deputado Edmilson Rodrigues.

O SR. EDMILSON RODRIGUES (PSOL - PA) - Sr. Presidente, vou aqui elencar outros temas. Nós estamos vivendo uma crise socioambiental. São comunidades indígenas vendo a floresta ser dizimada, um verdadeiro genocídio. O desmatamento é encoberto com a posterior queimada, e não adianta tergiversar: os incêndios na Amazônia são criminosos. O dia 10, o "dia do fogo", está registrado materialmente. Está registrada a intenção do crime de dezenas de madeireiros, de agronegociistas, de criminosos ambientais, de genocidas, dizendo que estavam





CONGRESSO NACIONAL
Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização

desmatando para mostrar o seu apoio à posição do Presidente de flexibilizar a legislação ambiental. A imprensa mundial publicou isso.

No momento em que o Governo diz que não tem um centavo para fiscalizar, além de desautorizar os fiscais do IBAMA e apoiar os madeireiros e os desmatadores — diz que não tem como fiscalizar —, corta só do Ministério do Meio Ambiente 24 milhões e 589 mil reais.

E novamente eu lembro que o Deputado Hiran apelou aqui por 13 milhões de reais, e nós votamos a favor da medida provisória para ajudar o Estado de Roraima a enfrentar a imigração — 13 milhões de reais! No entanto, só da política ambiental, roubam-se quase 24 milhões e 600 mil reais; da educação, quase 1 bilhão de reais; da infraestrutura...

Há divergências oceânicas entre o NOVO e o PSOL, mas nisso aí eu o parabeno pela coerência. Está acima de ideologia. Nós não podemos admitir que, numa situação de crise econômica, de falta de recursos financeiros, de baixo investimento, de altíssimo desemprego, déficit brutal orçamentário e financeiro, nós aqui aprovemos uma irresponsabilidade para, segundo Ministros, pagar propina pela votação a favor da reforma da Previdência. Não são palavras só minhas, são também minhas.

Nós não podemos legitimar esse crime. Quem é a favor do Brasil não pode ajudar a paralisar as universidades e a educação básica do País, porque retiram quase 1 bilhão de reais da educação, quase 800 milhões de reais da infraestrutura, tiram recursos da ciência e tecnologia, da área ambiental, inclusive da área de segurança. Como aqui eu argumentei, num verdadeiro desrespeito ao art. 144 da Resolução nº 1, o Relator apresenta emendas que retiram 300 e tantos milhões de reais da Força Nacional de Segurança, do Exército, da Marinha e da Aeronáutica.

Então, realmente, não dá, Presidente, para aceitar que se vote isso. Por isso, eu peço o adiamento de votação e o apoio aos Deputados e Senadores.

O SR. PRESIDENTE (Marcelo Castro. MDB - PI) - Com a palavra o Deputado Aluisio Mendes, para falar contra o requerimento.

O SR. ALUISIO MENDES (PODE - MA) - Presidente, eu encaminho contra o requerimento.





CONGRESSO NACIONAL
Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização

O SR. PRESIDENTE (Marcelo Castro. MDB - PI) - Não havendo mais encaminhamentos, o relatório está em votação na representação da Câmara dos Deputados, ressalvados os destaques.

Os Srs. Deputados que o aprovam permaneçam como se acham. *(Pausa.)*

O SR. NELSON PELLEGRINO (PT - BA) - Contra! Verificação, Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Marcelo Castro. MDB - PI) - Justifique a verificação.

O SR. EDMILSON RODRIGUES (PSOL - PA) - Verificação conjunta, Presidente.

O SR. NELSON PELLEGRINO (PT - BA) - O PT tem três Parlamentares, o apoio do Deputado Dagoberto, o apoio do Deputado Edmilson...

(Intervenção fora do microfone.)

O SR. NELSON PELLEGRINO (PT - BA) - Mas já é o mérito na Comissão agora.

O SR. ALUISIO MENDES (PODE - MA) - Não, é o requerimento.

(Intervenções fora do microfone.)

O SR. NELSON PELLEGRINO (PT - BA) - Não, ele anunciou que era o mérito do relatório.

O SR. ALUISIO MENDES (PODE - MA) - Requerimento de adiamento.

O SR. PRESIDENTE (Marcelo Castro. MDB - PI) - Adiamento.

O SR. NELSON PELLEGRINO (PT - BA) - O Presidente anunciou que era a votação do parecer.

O SR. PRESIDENTE (Marcelo Castro. MDB - PI) - Não, é o requerimento.

O SR. NELSON PELLEGRINO (PT - BA) - É o requerimento ou o relatório?

O SR. PRESIDENTE (Marcelo Castro. MDB - PI) - É o requerimento.

O SR. NELSON PELLEGRINO (PT - BA) - V.Exa. anunciou que era o relatório. Então, tudo bem. Voto contra, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Marcelo Castro. MDB - PI) - Em votação na Câmara dos Deputados.

Os Srs. Deputados que o aprovam permaneçam como se acham. *(Pausa.)*

Aprovado.

O requerimento está em votação na representação do Senado Federal.

O SR. CELSO SABINO (PSDB - PA) - Contra o requerimento.





CONGRESSO NACIONAL
Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização

O SR. CLAUDIO CAJADO (Bloco/PP - BA) - Aprovado quer dizer rejeitando o requerimento, não é, Presidente?

(Intervenções fora do microfone.)

O SR. NELSON PELLEGRINO (PT - BA) - Não, o Presidente já proclamou que foi aprovado.

O SR. CLAUDIO CAJADO (Bloco/PP - BA) - Aprovada a rejeição.

O SR. PRESIDENTE (Marcelo Castro. MDB - PI) - Vou começar tudo de novo.

O SR. NELSON PELLEGRINO (PT - BA) - O Presidente proclamou que foi aprovado o requerimento. Vamos prosseguir na pauta.

O SR. CLAUDIO CAJADO (Bloco/PP - BA) - Aprovada a rejeição do requerimento.

O SR. PRESIDENTE (Marcelo Castro. MDB - PI) - O requerimento...

O SR. CLAUDIO CAJADO (Bloco/PP - BA) - Aprovada a rejeição do requerimento.

O SR. NELSON PELLEGRINO (PT - BA) - Vou pedir o VAR!

O SR. PRESIDENTE (Marcelo Castro. MDB - PI) - Temos que ir para o VAR.
(Risos.)

O SR. NELSON PELLEGRINO (PT - BA) - Vou pedir o VAR. V.Exa. proclamou que estava aprovado...

O SR. PRESIDENTE (Marcelo Castro. MDB - PI) - O requerimento está em votação na Câmara dos Deputados.

O SR. EDMILSON RODRIGUES (PSOL - PA) - Sr. Presidente, convenhamos, é matéria vencida.

O SR. PRESIDENTE (Marcelo Castro. MDB - PI) - Os Srs. Parlamentares que votam contrário ao requerimento permaneçam como se acham. *(Pausa.)*

Rejeitado o requerimento.

O SR. NELSON PELLEGRINO (PT - BA) - Ninguém levantou a mão, Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Marcelo Castro. MDB - PI) - O requerimento está em votação na representação do Senado Federal.

Os Srs. Parlamentares que rejeitam o requerimento permaneçam como se acham.

Aprovado.





CONGRESSO NACIONAL
Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização

O SR. ALUISIO MENDES (PODE - MA) - Rejeitado.

O SR. PRESIDENTE (Marcelo Castro. MDB - PI) - Rejeitado. *(Risos.)*

O SR. NELSON PELLEGRINO (PT - BA) - Vou pedir o VAR, Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Marcelo Castro. MDB - PI) - Aqui a gente só faz aprovar, nunca rejeita. *(Risos.)*

O relatório está em votação na representação da Câmara dos Deputados, ressaltados os destaques.

Os Srs. Deputados que o aprovam permaneçam como se encontram. *(Pausa.)*

O SR. NELSON PELLEGRINO (PT - BA) - Contra. Verificação, Presidente.

O SR. DAGOBERTO NOGUEIRA (PDT - MS) - Verificação, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Marcelo Castro. MDB - PI) - Verificação concedida.

Vamos para o painel. Votação nominal.

Por favor, eu peço que se abra o painel. *(Pausa.)*

O SR. NELSON PELLEGRINO (PT - BA) - Vamos embora! Deu problema no sistema. Vamos embora. Deixemos para amanhã.

(Pausa prolongada.)

O SR. PRESIDENTE (Marcelo Castro. MDB - PI) - Eu peço que se abra o painel para ter início a votação. *(Pausa.)*

O SR. NELSON PELLEGRINO (PT - BA) - Presidente, eu acho que o painel está quebrado. Vamos deixar a votação para amanhã, por segurança. Vai começar a Ordem do Dia. O painel está com problema, Presidente. Vamos encerrar a reunião e V.Exa. convoca outra para amanhã.

O SR. PRESIDENTE (Marcelo Castro. MDB - PI) - O painel está aberto. Vamos iniciar a votação.

(Pausa prolongada.)

O SR. PRESIDENTE (Marcelo Castro. MDB - PI) - Deputado Nelson Pellegrino, V.Exa. tem que votar. *(Risos.)*

Quem requereu é obrigado a votar. O voto será contado a favor. V.Exa. precisa votar ou "sim" ou "não" ou "abstenção", mas tem que votar. *(Pausa.)*

Vou encerrar a votação. *(Pausa.)*

Ainda falta alguém votar?

O SR. NELSON PELLEGRINO (PT - BA) - Presidente, espere um pouco, o pessoal ainda está chegando.





CONGRESSO NACIONAL
Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização

O SR. PRESIDENTE (Marcelo Castro. MDB - PI) - Encerrada a votação.
(Pausa.)

(Intervenção fora do microfone.)

O SR. PRESIDENTE (Marcelo Castro. MDB - PI) - Pois não. Não encerrem ainda. Esperem um pouco. (Pausa.)

Está encerrada a votação. Podem abrir o painel. (Pausa.)

Resultado: 21 votos a favor; 4 votos "não", nenhuma abstenção.

Aprovado na Câmara dos Deputados.

O relatório vai à votação na representação do Senado Federal.

Os Srs. Parlamentares que o aprovam permaneçam como se encontram.
(Pausa.)

Aprovado. (Palmas.)

Apreciação dos destaques.

Srs. Parlamentares, o art. 139, § 2º, da Resolução nº 1, de 2006, do Congresso Nacional, estabelece: "*Não será aceita solicitação para votação em separado de destaque, após a aprovação de requerimento para a votação em globo dos destaques*".

Sendo assim, solicito autorização do Plenário para proceder à votação em globo dos destaques, por tipo de voto do Relator.

A proposta para votação em globo dos destaques, por tipo de voto do Relator, está em votação na representação da Câmara dos Deputados.

O SR. BOHN GASS (PT - RS) - Peço a palavra para discutir, Sr. Presidente.

O SR. NELSON PELLEGRINO (PT - BA) - Peço a palavra para encaminhar.

O SR. BOHN GASS (PT - RS) - Eu quero me contrapor à votação em globo.

O SR. NELSON PELLEGRINO (PT - BA) - Esse requerimento é de votação em globo, Presidente?

O SR. PRESIDENTE (Marcelo Castro. MDB - PI) - Não há discussão nem há encaminhamento.

O SR. NELSON PELLEGRINO (PT - BA) - Esse requerimento é para quê?

O SR. PRESIDENTE (Marcelo Castro. MDB - PI) - Os Srs. Deputados que a aprovam permaneçam como se acham. (Pausa.)

Aprovada.

A proposta vai para votação na representação do Senado Federal.





CONGRESSO NACIONAL
Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização

Os Srs. Senadores que a aprovam permaneçam como se encontram. *(Pausa.)*

Aprovada.

O SR. BOHN GASS (PT - RS) - Sr. Presidente, tenho só uma questão de ordem e uma pergunta.

É uma informação regimental. Quando há encaminhamento para votação em globo, há uma possibilidade regimental para orientação. Nós não pudemos fazê-la, e eu gostaria de ter feito esse contraponto. *(Pausa.)*

O SR. PRESIDENTE (Marcelo Castro. MDB - PI) - O Regimento não prevê, Deputado, infelizmente.

O SR. BOHN GASS (PT - RS) - Não, mas, ao menos nesse caso, pode haver orientação de bancada.

O SR. NELSON PELLEGRINO (PT - BA) - Os destaques vão ser votados sem orientação de bancada? Existe orientação de bancada.

O SR. CLAUDIO CAJADO (Bloco/PP - BA) - Sr. Presidente, dê 1 minuto ao PT.

O SR. NELSON PELLEGRINO (PT - BA) - Há orientação de bancada.

O SR. PRESIDENTE (Marcelo Castro. MDB - PI) - A votação é em globo. Por que querem orientação de bancada?

O SR. NELSON PELLEGRINO (PT - BA) - Sim, mas vamos votar.

O SR. DOMINGOS SÁVIO (PSDB - MG) - Isso é matéria vencida já.

O SR. PRESIDENTE (Marcelo Castro. MDB - PI) - Vou dar 1 minuto para V.Exa. Não é previsto no Regimento...

O SR. BOHN GASS (PT - RS) - Não, eu não quero. Se não for regimental, eu não quero.

A minha interpretação regimental é que, antes do encaminhamento, ninguém do Plenário pode se manifestar. E eu queria ter direito a uma orientação da bancada.

Então, ao menos, uma orientação precisava ter sido feita antes da votação.

O SR. NELSON PELLEGRINO (PT - BA) - Presidente, o fato de ter sido feita a reunião em globo não quer dizer que não vão ser votados os destaques. E se vai haver votação de destaques, você tem que ter pelo menos a orientação da bancada. É óbvio isso, não é?

A matéria está sendo votada. Se há votação, tem que haver orientação de bancada. O fato de se ter reunido dez destaques em um não quer dizer que se





CONGRESSO NACIONAL
Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização

esteja votando o destaque, quer dizer que se está votando em globo. Tem que haver orientação no mesmo sentido.

O SR. ALUISIO MENDES (PODE - MA) - Presidente, nós vamos votar os destaques, e haverá orientação. Nós estamos votando o requerimento de votação em globo, não os destaques.

O SR. PRESIDENTE (Marcelo Castro. MDB - PI) - Nós não estamos votando o destaque. Esse é o requerimento de votação em globo. É diferente. Para os destaques, vai haver orientação.

O SR. NELSON PELLEGRINO (PT - BA) - É votação do mesmo jeito.

O SR. PRESIDENTE (Marcelo Castro. MDB - PI) - Destaques com o voto do Relator pela aprovação integral.

O SR. NELSON PELLEGRINO (PT - BA) - Sr. Presidente, só para eu saber, o que nós estamos votando agora? Estamos votando o requerimento ou estamos votando os destaques?

O SR. BOHN GASS (PT - RS) - Questão de ordem, Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Marcelo Castro. MDB - PI) - Nós votamos o requerimento para votação em globo.

O SR. NELSON PELLEGRINO (PT - BA) - Agora nós estamos votando os destaques globalmente. Então, tem que haver orientação.

O SR. PRESIDENTE (Marcelo Castro. MDB - PI) - Agora nós vamos ouvir o parecer do Relator.

O SR. NELSON PELLEGRINO (PT - BA) - Sim, depois haverá orientação.

O SR. PRESIDENTE (Marcelo Castro. MDB - PI) - É claro.

O SR. BOHN GASS (PT - RS) - Sr. Presidente, posso falar nesse 1 minuto que V.Exa. me concedeu?

O SR. PRESIDENTE (Marcelo Castro. MDB - PI) - Pois não, nobre Deputado Bohn Gass. Com imenso prazer.

O SR. BOHN GASS (PT - RS) - Eu queria deixar bem explícito para todo o Plenário por que eu tenho contrariedade à votação em globo.

Eu tenho vários destaques aqui sobre esse projeto. No Rio Grande do Sul, retiram dinheiro das universidades, recursos de obras fundamentais do Estado.

O SR. PRESIDENTE (Marcelo Castro. MDB - PI) - Coloquem o tempo de 1 minuto, por favor.





CONGRESSO NACIONAL
Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização

O SR. BOHN GASS (PT - RS) - Isso. Eu vou ficar só nesse 1 minuto.

Só quero deixar claro o prejuízo do debate pelo fato de não eu ter orientado, por eu não ter podido explicitar ponto por ponto. É em globo. Eu queria poder explicitar. É isso o que eu queria dizer, apenas isso.

Então, regimentalmente, eu quero sugerir a V.Exa., pela condução e pelo bem dos trabalhos, que, nesses casos, seja dada a possibilidade de orientação para quem quiser fazê-la. Eu sei que a base do Governo quer votar rápido, que eles têm pressa e querem votar para resolver esse negócio e ter o dinheiro liberado nas contas, para pagar o que votaram nesse desserviço que foi feito na Previdência.

Mas nós que temos preocupação realmente com o País e com a democracia, para não se tirar dinheiro da Previdência, queríamos ter orientado e ficamos no prejuízo. Então, quero sugerir que, nas próximas vezes, possa haver, nesses casos, ao menos 1 minuto de orientação de bancada, para esclarecer. Deixo apenas essa sugestão a V.Exa.

Eu terei o prejuízo de não poder defender os cortes que o Governo faz para o meu Estado e para a educação no País. Essa oportunidade foi me tirada neste momento, infelizmente.

O SR. PRESIDENTE (Marcelo Castro. MDB - PI) - Com a palavra o Relator, o Senador Eduardo Gomes.

O SR. EDUARDO GOMES (MDB - TO) - Sr. Presidente, primeiro, quero agradecer a votação do relatório, do seu texto principal. Segundo, quero agradecer a compreensão das diversas Lideranças do Senado e da Câmara dos Deputados, esta Casa que aprecio tanto, onde tive a oportunidade, aqui mesmo nesta Comissão, de participar durante três mandatos, na bancada das oposições — e deixo isto bem claro —, tendo o equilibrado e bom Líder Nelson Pellegrino em diversas batalhas.

Quero deixar claro que a votação em destaque é a interpretação, expressa no relatório, com relação a todas as emendas, independentemente da sua área, do seu teor e da sua importância.

Ocorre que eu queria fazer, meu querido Deputado Cacá Leão, Relator da LDO, algumas observações que achei pertinentes durante todo o debate, respeitando a posição de cada um. Primeiro, quero ressaltar a minha posição de mais absoluto compromisso com a educação e com a ciência e a tecnologia, historicamente defendida aqui nesta Casa. Tive a oportunidade de ser Presidente da





CONGRESSO NACIONAL
Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização

Comissão de Ciência e Tecnologia, tive a oportunidade de ser Relator do Orçamento e tive a oportunidade de fazer recomposições durante o Governo do Partido dos Trabalhadores, nos seus diversos momentos de consolidação de base de governo e de consolidação de avanço de políticas econômicas e políticas.

Sr. Presidente, ao final, eu vou reforçar o agradecimento. Mas quero dizer que a condução desse relatório se deu por conta de mudança de política, de o Governo está trabalhando um Orçamento aprovado numa outra situação. Eu preciso confiar e sei que há muitos Parlamentares, Deputados e Senadores, que confiam nessa travessia de composição de governo e de novo rumo, para que o ensino não perca recurso, para que a educação não perca recurso e para que discutamos, nesta Comissão também, que, se parou o Minha Casa, Minha Vida, se parou o recurso da educação, se há uma tentativa de equilíbrio econômico e de retomada do desenvolvimento do País — está aqui a Líder do Governo, a quem agradeço a confiança do relatório —, a mudança virá de maneira consistente e palatina.

Esse debate é importante para democracia. Mas nós precisamos valorizar esta Casa. Não adianta buscar rumor em pagamento de emenda, porque o que eu mais escuto nesta Comissão é a consolidação das emendas impositivas, e esse debate está sendo feito de maneira aberta. Nós estamos passando por uma travessia de discussão, de composição do Orçamento nesta Casa, nos vários momentos e em vários governos.

Eu tenho certeza de que vão manter por mim o respeito que eu mantive nesses 12 anos de oposição ao PT, trabalhando aqui num partido de Oposição e construindo o que acabei colhendo nos vários cargos que esta Casa me possibilitou galgar internamente, como o de 1º Secretário e tantos outros.

Portanto, renovo aqui a minha gratidão, Sr. Presidente, e recomendo a rejeição das emendas, mas neste contexto: um contexto de travessia e de composição de um governo que tem 7 meses de exercício fiscal e que está buscando equilibrar o País.

O SR. PRESIDENTE (Marcelo Castro. MDB - PI) - Vamos aos destaques com o voto do Relator pela rejeição.

O SR. BOHN GASS (PT - RS) - Posso encaminhar?

O SR. PRESIDENTE (Marcelo Castro. MDB - PI) - Pode encaminhar, por 1 minuto.





CONGRESSO NACIONAL
Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização

O SR. BOHN GASS (PT - RS) - Sr. Presidente, com a permissão do nosso Líder, nós queremos encaminhar contrariamente, porque esta é uma oportunidade que nós teríamos agora para repor o recurso que sai da educação.

Eu quero deixar isto claro: os Deputados e Senadores que forem votar agora vão tirar 1 bilhão e 115 milhões de reais da educação. É isso que está no PLN 18 e que será repassado para os Ministérios onde os Deputados que votaram com o Governo...

Então, não se trata, Senador, das emendas impositivas. Aliás, se olharmos o tema dos debates das emendas, eu queria dizer que eu sou contra emenda, que faço a maior participação social no que for possível, sobre as emendas. Todas as emendas deveriam ir direto para os Municípios.

Mas aqui nós não estamos falando das emendas impositivas, nós estamos falando dos extras que estão sendo liberados para quem votou para tirar a aposentadoria do povo. É disso que nós falando.

Eu queria salvar dinheiro para a educação. Infelizmente, vão perder a aposentadoria e ainda vão ter um dinheirinho para agradar quem votou com o Governo nessa ponta.

O SR. PRESIDENTE (Marcelo Castro. MDB - PI) - Em votação em globo, o voto do Relator pela rejeição dos destaques na representação da Câmara dos Deputados.

Os Srs. Deputados que aprovam o relatório pela rejeição dos destaques permaneçam como se encontram. *(Pausa.)*

Aprovado o relatório do Relator e rejeitados os destaques, com os votos contrários do Deputado Bohn Gass e do Deputado Nelson Pellegrino.

Os destaques foram rejeitados. Como já foram rejeitados, não vão ao Senado, não serão apreciados na representação do Senado, conforme estabelece o § 1º do art. 43 do Regimento Comum.

A matéria vai ao Congresso Nacional.

Vou encerrar a nossa sessão e os nossos trabalhos.

O SR. CLAUDIO CAJADO (Bloco/PP - BA) - Sr. Presidente, só um minuto. Antes de V.Exa. concluir, eu só queria registrar que o Governo ouviu, calado, a discussão da matéria e transferirá essa discussão para o Congresso Nacional, como dito inicialmente.





CONGRESSO NACIONAL
Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização

Mas eu deixo claro que não se estão tirando recursos ou fazendo corte da educação, estão se remanejando dotações orçamentárias que, ao longo desse segundo semestre, serão repostas.

Portanto, quero deixar claro e divulgado que o Governo está fazendo o remanejamento orçamentário de acordo com a sua necessidade e a efetivação da receita.

(Intervenções simultâneas ininteligíveis.)

O SR. PRESIDENTE (Marcelo Castro. MDB - PI) - Está com a palavra o nobre Senador Eduardo Gomes.

O SR. CARLOS HENRIQUE GAGUIM (DEM - TO) - Sr. Presidente, antes, porém, só quero deixar registrado...

O SR. PRESIDENTE (Marcelo Castro. MDB - PI) - Tem a palavra o Deputado Carlos Henrique Gaguim, com a condescendência do Senador Eduardo Gomes.

O SR. CARLOS HENRIQUE GAGUIM (DEM - TO) - Quero deixar registrado que nós, eu e o Senador Eduardo Gomes, tivemos o privilégio, junto ao Presidente da República, de implantar a UFT do Norte, a primeira universidade federal do norte do Tocantins. Este foi um trabalho nosso, do Senador e meu.

Então, quero deixar registrado aqui que nós sempre lutamos pela educação no nosso País.

O SR. PRESIDENTE (Marcelo Castro. MDB - PI) - Tem a palavra o Senador Eduardo Gomes.

O SR. EDUARDO GOMES (MDB - TO) - Sr. Presidente, quero apenas fazer um esclarecimento ao Deputado Bohn Gass, agradecer pelo debate e fazer uma justiça temporal ao debate que foi feito aqui.

Nem eu nem V.Exa. votamos a reforma da Previdência. Eu não posso responder por recompensa antecipada de um assunto que eu não votei.

Um abraço.

O SR. BOHN GASS (PT - RS) - Sr. Presidente, eu quero, inclusive, dizer ao Senador...

O SR. PRESIDENTE (Marcelo Castro. MDB - PI) - O Deputado Bohn Gass tem a palavra.





CONGRESSO NACIONAL
Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização

O SR. BOHN GASS (PT - RS) - Eu elogiei o Senador porque, no Senado, eles até tiraram parte das crueldades que os Deputados cometeram. Poderiam ter tirado todas as crueldades. Infelizmente não fizeram isso, mas está bem.

Eu só quero dizer ao Deputado Cajado que nós deveríamos ter feito o debate aqui na CMO. Eu quero lamentar...

(Tumulto no plenário.)

O SR. BOHN GASS (PT - RS) - Sr. Presidente, a seção não está encerrada ainda. Eu quero falar e gostaria de ser ouvido.

O SR. PRESIDENTE (Marcelo Castro. MDB - PI) - Por favor, eu peço silêncio.

O SR. BOHN GASS (PT - RS) - O Deputado Cajado fez uma manifestação ao final, e eu queria que ele tivesse falado durante o tempo de discussão, porque aqui é o lugar do debate.

Eu não iria fazer esse registro até pelo respeito que eu tenho a V.Exa. Mas o Deputado fez um registro. Então, eu estou apenas, neste meu tempo, fazendo um registro.

Quero lamentar que o Governo não tenha feito o debate aqui porque ele quer levar o projeto ao Senado e fazer uma patrolada rápida para aprová-lo.

Nós queríamos que os argumentos ficassem expostos porque está escrito, aqui no PLN 18, R\$ 1.156.538.536,00. Eles não estão remanejando, estão cancelando. Eu preciso deixar bem claro isso porque o próprio Ministro, neste caso, vai tratar comigo. Eu até pediria para a Consultoria da Casa nos dar a designação correta. Aqui não se está remanejando, aqui está havendo um cancelamento, ou seja, um corte.

Precisamos deixar bem claro isso, porque estão cancelando recursos.

O SR. CLAUDIO CAJADO (Bloco/PP - BA) - Só há corte das emendas de bancada.

O SR. BOHN GASS (PT - RS) - Eu quero lamentar, porque o Governo não fez o debate conosco, o Governo fugiu do debate porque tinha um acordo já pré-selado para votar a Previdência, de que também nunca queria fazer o debate, para tirar direitos. E agora há a recompensa, tirando dinheiro da educação para liberar emendas. Isso realmente é lamentável.

Nós, que queríamos fazer o debate aqui, vamos também aceitar o desafio e vamos debater no Senado.





CONGRESSO NACIONAL
Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização

O SR. CLAUDIO CAJADO (Bloco/PP - BA) - V.Exa. concorda, então, para continuarmos o debate, em suspendermos a sessão e remarcá-la para amanhã ou para quinta-feira pela manhã? Eu adoraria debater com V.Exa.

O SR. BOHN GASS (PT - RS) - Eu gostaria de ter a confirmação se realmente o Governo vai...

O SR. CLAUDIO CAJADO (Bloco/PP - BA) - Mas V.Exa. aceita suspender a sessão?

O SR. BOHN GASS (PT - RS) - Não, a suspensão da sessão, não.

O SR. CLAUDIO CAJADO (Bloco/PP - BA) - Então, V.Exa. não quer debater.

O SR. BOHN GASS (PT - RS) - Mas, na hora da inscrição, V.Exa. não se inscreveu para debater?

O SR. CLAUDIO CAJADO (Bloco/PP - BA) - V.Exa. vai numa postura e desfaz da outra.

O SR. BOHN GASS (PT - RS) - Não, a sessão pode ser marcada para amanhã, para debate. Se quiserem, podem fazer isso.

O SR. PRESIDENTE (Marcelo Castro. MDB - PI) - Começou a Ordem do Dia. Então, vamos encerrar a nossa sessão.

O SR. BOHN GASS (PT - RS) - Sr. Presidente, só para encerrar, eu queria que o Governo desse — a Deputada Joice e o Deputado Cajado estão aqui — 330 milhões de reais num PLN, que são necessários para se resolver o problema das bolsas, e o compromisso de que nenhuma universidade ou instituto federal ficasse em aberto.

Nós estamos aguardando o Governo dar essa informação.

O SR. PRESIDENTE (Marcelo Castro. MDB - PI) - Agradeço o Deputado Bohn Gass.

Declaro encerrada a presente sessão.





CONGRESSO NACIONAL
Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização

ATA DA SEXTA REUNIÃO ORDINÁRIA, DA 1ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA, DA 56ª
LEGISLATURA, DA COMISSÃO MISTA DE PLANOS, ORÇAMENTOS PÚBLICOS E FISCALIZAÇÃO,
REALIZADA NO DIA 03 DE SETEMBRO DE 2019.

Aos três dias do mês de setembro do ano de dois mil e dezenove, foi convocada ordinariamente a Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização, no Anexo II, plenário 04 da Câmara dos Deputados, com o objetivo de apreciar as matérias constantes da Pauta. Foi registrado o comparecimento dos membros: - **Deputados titulares:** Aluisio Mendes, André Figueiredo, Cacá Leão, Carlos Henrique Gaguim, Dagoberto Nogueira, Domingos Neto, Edmilson Rodrigues, Felipe Francischini, Filipe Barros, Genecias Noronha, Gonzaga Patriota, Gurgel, Hildo Rocha, Hiran Gonçalves, João Roma, Josimar Maranhãozinho, Lucas Gonzalez, Lucio Mosquini, Márcio Marinho, Marreca Filho, Misael Varella, Nivaldo Albuquerque, Paulo Azi, Rodrigo de Castro, Vander Loubet e Vicentinho Júnior; - **Senadores titulares:** Angelo Coronel, Elmano Férrer, Flávio Bolsonaro, Izalci Lucas, Kátia Abreu, Luiz do Carmo, Marcelo Castro, Vanderlan Cardoso e Veneziano Vital do Rêgo; - **Deputados suplentes:** Adolfo Viana, Alexis Fonteyne, Alice Portugal, Aureo Ribeiro, Bohn Gass, Dra. Soraya Manato, Fred Costa, Hercílio Coelho Diniz, Joice Hasselmann, Júnior Mano, Juscelino Filho, Marcelo Nilo, Nelson Pellegrino, Ricardo Teobaldo, Rodrigo Coelho e Weliton Prado; e - **Senadores Suplentes:** Oriovisto Guimarães e Soraya Thronicke. Foi registrado o comparecimento dos parlamentares não integrantes da Comissão, Deputados Charles Evangelista, Christiane de Souza Yared, Claudio Cajado, Eduardo Cury, Pinheirinho e Vinicius Poit. Foi registrada a ausência dos membros titulares: - **Deputados:** Beto Faro, Celso Sabino, Luciano Ducci, Orlando Silva e Zeca Dirceu; e - **Senadores:** Jean Paul Prates e Wellington Fagundes. **ABERTURA:** às quatorze horas e cinquenta e cinco minutos, do dia três de setembro de 2019, havendo número regimental para deliberação nas duas Casas do Congresso Nacional, os trabalhos foram abertos pelo Presidente, Senador Marcelo Castro. **EXPEDIENTES.** O Presidente declarou como lidos os expedientes recebidos pela Comissão, de 27 de agosto a 03 de setembro de 2019, tendo em vista que essas informações encontram-se publicadas na página da CMO na internet. Em seguida, foi submetida à apreciação a Ata da 5ª Reunião Ordinária, realizada no dia 27 de agosto de 2019. Em votação, a Ata foi **aprovada**. **ORDEM DO DIA.** PAUTA. Item 01. Relatório apresentado ao **Projeto de Lei nº 11/2019-CN**, que “Abre ao Orçamento Fiscal da União, em favor das Justiças Federal e Eleitoral, crédito especial no valor de R\$ 3.665.000,00 (três milhões, seiscentos e sessenta e cinco mil reais), para os fins que especifica.” Relator: Senador Veneziano Vital do Rêgo. Foram apresentadas 03 emendas. Voto: pela aprovação do Projeto de Lei, na forma proposta pelo Poder Executivo, com indicação pela inadmissibilidade das emendas de nºs 02 e 03 e pela rejeição da emenda nº 01. O relator apresentou o Relatório. O Presidente declarou **inadmitidas** as emendas de nºs 02 e 03. Em votação, o Relatório foi **aprovado**. Item 02. Relatório apresentado ao **Projeto de Lei nº 12/2019-CN**, que “Abre ao Orçamento Fiscal da União, em favor das Justiças Federal e Eleitoral, crédito suplementar no valor de R\$ 13.379.410,00 (treze milhões, trezentos e setenta e nove mil, quatrocentos e dez reais), para reforço de dotações constantes da Lei Orçamentária vigente.” Relator: Deputado Júnior Mano. Não foram apresentadas emendas. Voto: pela aprovação do Projeto de Lei, na forma proposta pelo Poder Executivo. O Relator apresentou o Relatório. Discutiram a matéria os Deputados Nelson Pellegrino, Bohn Gass, Alice Portugal, Claudio Cajado e o Senador Izalci Lucas. Em votação, o Relatório foi **aprovado**. Item 03. Relatório apresentado ao **Projeto de Lei nº 16/2019-CN**, que “Abre aos Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social da União, em favor de diversos órgãos do Poder Executivo Federal e de operações Oficiais de Crédito, crédito





CONGRESSO NACIONAL
Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização

suplementar no valor de R\$ 178.229.045,00 (cento e setenta e oito milhões, duzentos e vinte e nove mil, quarenta e cinco reais), para reforço de dotações constantes da Lei Orçamentária vigente”. Relator: Senador Oriovisto Guimarães. Não foram apresentadas emendas. Voto: pela aprovação do Projeto de Lei, na forma proposta pelo Poder Executivo. Foi apresentado Requerimento de Retirada de Pauta, nos termos do art. 235, inciso III, alínea d, item 7, do Regimento Interno do Senado Federal, no sentido de retirar da pauta o Relatório apresentado ao **Projeto de Lei nº 16/2019-CN**, de autoria do Deputado Nelson Pellegrino (PT/BA), Vice-Líder do PT na Câmara dos Deputados; e Requerimento de Adiamento de Votação da supracitada matéria, nos termos do art. 40, do Regimento Comum do Congresso Nacional, do mesmo autor. O Deputado Claudio Cajado manifestou-se sobre a necessidade de votação do Relatório, e o Deputado Nelson Pellegrino retirou os requerimentos. O Relator apresentou o Relatório. Em votação, o Relatório foi **aprovado**. Item 04. Relatório apresentado ao **Ofício nº 29/2015-CN**, que “Encaminha, em cumprimento à Lei nº 12.396/11, art. 6º, o Relatório de Atividades da Autoridade Pública Olímpica, referente ao 1º semestre de 2015”, e ao **Ofício nº 5/2016-CN**, que “Encaminha, em cumprimento à Lei nº 12.396/11, art. 6º, Relatório de Atividades da Autoridade Pública Olímpica, referente ao 2º semestre de 2015”. Relatora: Senadora Kátia Abreu. Voto: no sentido de que a Comissão tome conhecimento das matérias; e envie os processados ao arquivo. Ausente a Relatora, foi designado o Deputado Cacá Leão como relator *ad hoc*, que apresentou o Relatório. Em votação, o Relatório foi **aprovado**. Item 05. Relatório apresentado ao **Ofício nº 03/2017-CN**, que “Encaminha, em cumprimento à Lei nº 12.396/11, art. 6º, Relatório de Atividades da Autoridade Pública Olímpica, referente aos 1º e 2º semestres de 2016”. Relatora: Senadora Kátia Abreu. Voto: no sentido de que esta Comissão: I. tome conhecimento da matéria. II. Solicite ao Ministro de Estado da Cidadania, com fulcro no art. 3º, inc. II, da Resolução nº 1/2006 do Congresso Nacional, as seguintes informações relativas aos Jogos Olímpicos e Paralímpicos RIO2016 (nos dois primeiros itens, preferencialmente em planilha eletrônica ou banco de dados): a) evolução da Matriz de Responsabilidades (cláusula terceira, inc. IV, do Protocolo de Intenções anexo à Lei nº 12.396, de 21 de março de 2011), desde sua criação até seu encerramento, indicando todos os empreendimentos nela inseridos (ainda que tenham sido posteriormente retirados), especificando objeto, entidade responsável, valor estimado, valor aplicado, condição atual da obra ou serviço, e data da inclusão e eventual exclusão da Matriz; b) inventário do legado (art. 1º da Lei nº 13.474, de 23 de agosto de 2017) em termos de infraestruturas e recursos disponíveis decorrentes dos Jogos, especificando objeto, condição atual da obra ou equipamento, valor estimado para eventual conclusão ou aproveitamento, e descrição da utilização hoje concretamente dada à obra ou equipamento; e c) cópia dos estudos de avaliação de eficiência, efetividade e impacto dos Jogos, tendo por objeto a totalidade ou partes do empreendimento, que tenham sido realizados pelo Governo Federal ou, quando de terceiros, de que o Governo Federal tenha conhecimento. III. quando do recebimento das informações mencionadas no inciso II acima, disponibilize em sua página na internet o seu conteúdo integral para utilização pelo Congresso Nacional e pela sociedade em geral; e IV. envie o processado ao arquivo. Ausente a Relatora, foi designado o Deputado Cacá Leão como relator *ad hoc*, que apresentou o Relatório. Em votação, o Relatório foi **aprovado**. Item 06. **Requerimento nº 13/2019-CMO**, que “Requer nos termos dos arts. 50, caput, e 58, § 2º, III, da Constituição Federal e dos arts. 90, III, 397, § 1º e 400-A, do Regimento Interno do Senado Federal, a convocação do Exmo. Sr. Ministro de Estado da Educação, Abraham Weintraub, para que compareça a esta Comissão, a fim de prestar informações sobre os últimos cortes e contingenciamentos do Orçamento de 2019 destinados à Educação. Autor: Senador Alessandro Vieira. Ausente o autor, subscreveram o Requerimento os Deputados Alice Portugal, Bohn Gass e Edmilson Rodrigues. A Deputada Alice Portugal apresentou o Requerimento e concordou que o termo “convocado” fosse substituído por “convidado”. Discutiram o Requerimento os Deputados Cacá Leão, Claudio Cajado, Paulo Azi, Edmilson Rodrigues, Bohn Gass, Filipe Barros, Márcio Marinho e Vicentinho Júnior. Em votação, o Requerimento foi **rejeitado**.





CONGRESSO NACIONAL
Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização

na representação da Câmara dos Deputados. Não foi apreciado na representação do Senado Federal, conforme dispõe o § 1º do art.43, do Regimento Comum. Item 07. **Requerimento nº 14/2019-CMO**, que “Requer a inclusão da Sra. Lunda Botelho na audiência pública no âmbito da Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização para debater a importância da realização do CENSO em 2020.”, conforme Requerimento nº 07/2019-CMO, aprovado em 21/05/2019. Autor: Deputado Orlando Silva. Ausente o autor, subscreveram o Requerimento os Deputados Alice Portugal, Bohn Gass e Edmilson Rodrigues. O Deputado Bohn Gass apresentou a matéria. Não houve discussão. Em votação, o Requerimento foi **aprovado**. ENCERRAMENTO: nada mais havendo a tratar, o Presidente encerrou os trabalhos às dezesseis horas e trinta e dois minutos. Para constar, eu, Walbinson Tavares de Araujo, Secretário Executivo, lavrei a presente Ata, que, após a sua aprovação, será assinada pelo Presidente da Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização do Congresso Nacional e encaminhada para publicação no Diário do Congresso Nacional. Os trabalhos foram gravados e, depois de traduzidos, integrarão esta Ata. **Senador Marcelo Castro, Presidente.** xxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxx

Em 03.09.2019

O SR. PRESIDENTE (Marcelo Castro. MDB - PI) - Há quórum o regimental para a abertura dos trabalhos.

Declaro iniciada a 6ª Reunião Ordinária da Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização, destinada à apreciação das matérias constantes da pauta.

Há quórum para deliberação nas representações das duas Casas do Congresso Nacional.

Expediente.

Declaro como lidos os expedientes recebidos pela Comissão até a presente data, tendo em vista que essas informações encontram-se publicadas na página CMO na Internet.

Apreciação da ata.

Havendo concordância do Plenário, proponho a dispensa da leitura da ata por ter sido distribuída antecipadamente. Caso haja alguma retificação, peço aos Srs. e Sras. Parlamentares que se manifestem. *(Pausa.)*

Coloco em votação a Ata da 5ª Reunião Ordinária, realizada no dia 27 de agosto de 2019.

A ata está em votação na representação da Câmara dos Deputados.

Os Srs. Deputados e as Sras. Deputadas que a aprovam permaneçam como se acham. *(Pausa.)*

Aprovada.





CONGRESSO NACIONAL
Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização

A ata está em votação da representação do Senado Federal.

Os Srs. Senadores e as Sras. Senadoras que a aprovam permaneçam como se acham. (*Pausa.*)

Aprovada.

Ordem do Dia.

Item 1. Apreciação do relatório apresentado ao Projeto de Lei nº 11, de 2019, da Presidência da República, que abre ao Orçamento Fiscal da União, em favor das Justiças Federal e Eleitoral, crédito especial no valor de 3 milhões e 665 mil reais, para os fins que especifica.

Relator: Senador Veneziano Vital do Rêgo.

Ao projeto foram apresentadas três emendas.

Voto: pela aprovação do Projeto de Lei, na forma proposta pelo Poder Executivo.

Quanto às emendas apresentadas, o Relator indicou pela inadmissibilidade as Emendas nºs 2 e 3 e ofereceu voto pela rejeição da Emenda nº 1.

O prazo de destaques está iniciado e será finalizado ao término da discussão, conforme estabelece o inciso I do art. 60 do Regimento Interno da CMO.

O Relator está com a palavra para a apresentação do seu relatório.

O SR. VENEZIANO VITAL DO RÊGO (PSB - PB) - Sr. Presidente, meus cumprimentos. Boa tarde. Primeiro, agradeço a V.Exa. a confiança ao designar-me a missão de relatar essa proposta ao Congresso Nacional.

Perguntaria a V.Exa., obviamente indagando o nosso colegiado de Senhoras e Senhores Parlamentares, se eu poderia ir direto à análise, para encurtar a apresentação, já que V.Exa. mencionou e detalhou em ementa do que se trata.

"2. Análise.

Do exame da proposição, entendemos que a proposta está formulada em conformidade com o disposto na Constituição Federal, na Lei nº 4.320, de 1964, na Lei Complementar nº 101, de 2000 (LRF), na Lei nº 13.707, de 14 de agosto de 2018 (LDO 2019) e na Lei nº 13.249, de 13 de janeiro de 2016 (PPA 2016/2019).

A proposição encontra-se articulada na modalidade apropriada de crédito adicional, isto é, crédito especial, uma vez que objetiva incluir programações na Lei Orçamentária vigente — Lei Orçamentária de 2019.





CONGRESSO NACIONAL
Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização

Conforme assinalado na Exposição de Motivos, de conhecimento das Sras. Parlamentares e dos Srs. Parlamentares, a aprovação do crédito é neutra do ponto de vista da obtenção da meta de resultado primário, além de não interferir no limite de gasto primário estabelecido pela Emenda Constitucional nº 95, de 2016, porque, embora novas programações de natureza primária estejam sendo criadas, a origem de recursos para seu atendimento é a anulação de gastos de igual natureza.

Avaliamos ainda que o projeto está redigido em conformidade com os princípios e regras de técnica legislativa, mormente no que se refere à observância da Lei Complementar nº 95, de 1998.

Vale salientar, Sr. Presidente, que a análise dos cancelamentos presentes no crédito indica que não são oferecidas programações de execução obrigatória decorrentes da aprovação de emendas individuais e de bancadas estaduais.

No que se refere ao mérito, o exame das programações a serem criadas, em conjunto com as informações fornecidas na Exposição de Motivos, leva ao entendimento de que o crédito em geral é conveniente e oportuno.

A Emenda nº 1 pretende cancelar a aplicação de recursos na construção de cartório eleitoral em Ribeirão Claro – PR e na instalação de cartório eleitoral em Camaragibe – PE e, por outra via, evitar redução equivalente na ação “Julgamento das Causas e Gestão Administrativa na Justiça Eleitoral”. Ocorre que a proposta apenas remaneja recursos no âmbito da Justiça Eleitoral. Em que pese a preocupação revelada pelo nobre autor da emenda com o custo das construções no setor público, ao nosso sentir, tal remanejamento de recursos insere-se no contexto do mérito administrativo, sem que existam consequências fiscais negativas. Portanto, propomos a rejeição da Emenda nº 1.

Em relação às Emendas nºs 2 e 3, que pretendem alocar mais 2 milhões de reais na ação “Implantação de Sistema de Energia Solar na Justiça Federal da 1ª Região”, para implantação de usinas de energia solar nas seções judiciárias de Teresina-PI e Uberaba-MG, com cancelamento de mais 2 milhões de reais da ação “Construção do Edifício Sede do Tribunal Regional Federal da 1ª Região”, há óbice constitucional e legal à sua admissão.

Note-se que já consta do projeto o cancelamento de 2 milhões de reais na mesma ação. Caso a emenda viesse a ser acolhida, o cancelamento totalizaria 4





CONGRESSO NACIONAL
Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização

milhões de reais. Portanto, o valor total do crédito seria majorado em 2 milhões de reais.

De acordo com o art. 63, inciso I, da Constituição Federal, não será admitido aumento da despesa prevista nos projetos de iniciativa exclusiva do Presidente da República. Por sua vez, a Resolução nº 1, de 2006-CN, em seu art. 109, inciso IV, determina que as emendas em crédito adicional não serão admitidas quando ocasionarem aumento no valor original do projeto, salvo para corrigir erros e omissões de ordem técnica ou legal.

Entendemos que a administração pública deve aproveitar o potencial da energia solar, o que, em médio e longo prazos, gerará economias para o Estado. Contudo, nesta oportunidade, diante do comando constitucional e legal, não resta alternativa a não ser inadmitir as Emendas nºs 2 e 3.

Por isso, nos termos do art. 146, § 1º, da Resolução nº 1, de 2006, indico, em demonstrativo anexo, as Emendas nºs 2 e 3 para serem declaradas inadmitidas pelo Presidente da CMO.

3. Voto

Diante do exposto e considerando a constitucionalidade, juridicidade e mérito da matéria, votamos pela aprovação do Projeto de Lei nº 11, de 2019, na forma apresentada pelo Poder Executivo.

O SR. PRESIDENTE (Marcelo Castro. MDB - PI) - Agradecendo ao Senador Veneziano Vital do Rêgo pelo brilhante relatório, em conformidade com o disposto no § 2º do art. 146 da Resolução nº 1, de 2006, do Congresso Nacional, declaro inadmitidas as Emendas nºs 2 e 3 indicadas pelo Relator no seu voto.

O relatório está em discussão. *(Pausa.)*

A discussão e o prazo para a apresentação de destaques estão encerrados.

O relatório está em votação na representação da Câmara dos Deputados.

Os Srs. Deputados e as Sras. Deputadas que o aprovam permaneçam como se encontram. *(Pausa.)*

Aprovado.

O relatório está em votação na representação do Senado Federal.

Os Srs. Senadores e as Sras. Senadoras que o aprovam permaneçam como se encontram. *(Pausa.)*

Aprovado.





CONGRESSO NACIONAL
Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização

O relatório está aprovado.

A matéria vai ao Congresso Nacional.

Item 2. Apreciação do relatório apresentado ao Projeto de Lei nº 12, de 2019, do Congresso Nacional, que abre ao orçamento fiscal da União, em favor da Justiça Federal e Eleitoral, crédito suplementar no valor de 13 milhões, 379 mil, 410 reais para reforço de dotações constantes da lei orçamentária vigente. Relator: Deputado Júnior Mano.

Ao projeto não foram apresentadas emendas.

Voto.

Pela aprovação do projeto de lei, nos termos propostos pelo Poder Executivo.

O Relator está com a palavra para a apresentação do seu relatório.

O SR. JÚNIOR MANO (PL - CE) - Sr. Presidente, colegas Deputados, irei direto ao voto.

"A presente proposição se acha articulada à modalidade apropriada de crédito adicional, isto é, crédito suplementar, por objetivo reforço de dotação já constante da Lei Orçamentária em vigor (Lei nº 13.808, de 15 de janeiro de 2019) e ser formulada de acordo com que determina o art. 43 da Lei nº 13.707, de 14 de agosto de 2018 (LDO/2019).

Do exame da proposição, verificamos que a iniciativa do Poder Executivo não contraria dispositivos constitucionais e demais normas legais pertinentes à matéria.

Diante do exposto, somos pela aprovação do PLN 12, de 2019, na forma proposta pelo Poder Executivo.

O SR. PRESIDENTE (Marcelo Castro. MDB - PI) - O relatório está em discussão. *(Pausa.)*

A discussão está encerrada.

O SR. NELSON PELLEGRINO (PT - BA) - Sr. Presidente, peço a palavra para discutir.

Primeiro, boa tarde a V.Exa. e a todos.

Em que pese o Presidente desta Comissão ser homem de muito prestígio, nosso Senador Marcelo Castro, a nossa Comissão está cada vez mais desprestigiada. Até em nossa tradicional sala não nos reunimos mais. Ou seja, perdemos a importância para a reforma tributária, Deputado Cacá Leão.





CONGRESSO NACIONAL
Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização

Eu queria, mais uma vez, Sr. Presidente repetir uma ladainha. Eu sei que V.Exa. é uma pessoa religiosa, de tradição católica, lá de São Raimundo Nonato, discípulo de São Raimundo Nonato, e sabe que na missa tinha a velha ladainha — não existe a velha ladainha? Então, vou repetir a minha ladainha aqui hoje, Presidente: o Governo não cumpriu o acordo do PLN 4. As bolsas de estudo foram cortadas, não tem dinheiro para pagar bolsa de estudo agora em setembro, Presidente. O programa Minha Casa, Minha Vida, como o nosso Senador lembra aqui, está parado.

O povo do Nordeste anseia pela transposição, Senador. Embora V.Exa. seja de Brasília, sua origem é o Nordeste. E posso dizer que Minas Gerais é também Nordeste, ainda mais se V.Exa. for do norte de Minas, que está até na CODEVASF, Senador Izalci. Minas está na CODEVASF, porque está no Nordeste também. O norte de Minas está na CODEVASF.

Portanto, repito: não tem dinheiro para a transposição do Rio São Francisco. A educação é só corte. Eu já disse que esse Ministro deveria se chamar, em vez de Abraham Weintraub, Abraham "vem-e-trava" a educação; mas, na verdade, é Abraham "vem-e-corta" a educação. O homem só faz cortar! Ele não faz outra coisa! Não tinha aquele filme intitulado "Eduardo Mãos de Tesoura"? Esse Ministro é o Abraham "Mão de Tesoura"... Esse Ministro só faz cortar. *(Risos.)*

Não deem risada, não, porque isso é sério...

Não podemos votar nada nesta Comissão, Presidente.

Esse Governo precisa respeitar esta Comissão e este Parlamento. Acordo é para ser cumprido.

Lá no Piauí, em São Raimundo Nonato, acordo é como fio de bigode: tem que fazer e tem que cumprir. Eu aprendi isso na minha juventude, andando em São Raimundo Nonato. É ou não é?

Esse Governo não cumpre acordo, Presidente. Nós não podemos, de forma nenhuma, aceitar que a educação brasileira continue sendo garroteada. O Ministro da Educação só faz cortar recursos para a educação. Vim agora em um avião com o presidente da ANDIFES, que está preocupadíssimo. Semana passada, enfrentamos uma greve de vigilantes, porque há 10 meses não se pagava a empresa. E não é porque o reitor é caloteiro, não; pelo contrário, é homem sério. Isso está ocorrendo porque o Ministério não está repassando recursos para as universidades e para os





CONGRESSO NACIONAL
Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização

institutos federais de educação tecnológica — refiro-me a recursos para custeio, o que é pior; nem é para investimento, é recurso para custeio.

No CNPq, o Dr. Nicolelis, um dos maiores cientistas do mundo, está denunciando que vamos ter fuga de cérebros do Brasil. O Ministério acaba de cortar recursos para ciência e tecnologia, para bolsas de estudo. São mais de 60 mil bolsas que estão sendo cortadas e contingenciadas. O programa Minha Casa, Minha Vida está parado; a transposição do Rio São Francisco está parada, Presidente.

Eu pergunto a V.Exa. o que esta Comissão de Orçamento, este Parlamento e este Congresso vão fazer diante dessa quebra de palavra? Eu não vejo mais a Deputada Joice Hasselmann aqui...

(Intervenção fora do microfone.)

O SR. NELSON PELLEGRINO (PT - BA) - Não, o Deputado Cajado, não. Acho que V.Exa. está sendo injusto. O Deputado Cajado é Líder do Governo desde a época de Fernando Henrique Cardoso, passando por Lula, por Dilma, por Temer e, agora, por Bolsonaro. *(Risos.)*

Os Líderes passam, e o Deputado Cajado e o nosso ex-Senador Romero Jucá ficam.

Aliás, há uma célebre frase de um Deputado que disse: *"Não tenho culpa se os governos mudam; eu permaneço na mesma posição"*.

Eu não vejo nem a Deputada Joice Hasselmann aqui. Semana passada, eu fiz essa pergunta, e ela ficou toda vermelha, toda corada, porque ela sabe muito bem que o acordo não foi cumprido. E nós não podemos aceitar isso como se fosse uma coisa normal...

A Amazônia e o País pegando fogo, e o Presidente aí tocando lira... Lembra-me até um personagem histórico de Roma. Roma pegando fogo e o imperador Nero tocando lira. E eu me refiro também ao embaixador, porque tem outra história meio cabeluda de um rapaz que diz que sabe fritar hambúrguer, mas se refere ao um lugar onde não se frita hambúrguer. Enfim, é uma confusão que ninguém sabe esclarecer.

Segundo o Deputado Cajado, é "Bolso-Nero"? Eu não falei isso. Mas eu acho que V.Exa. me deu uma luz.

Então, Sr. Presidente, não podemos aceitar isso.





CONGRESSO NACIONAL
Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização

Eu quero dizer que nós estamos em obstrução. Enquanto o Governo não cumprir o PLN 4, a nossa disposição é de não aprovar nada nesta Casa.

O SR. CLAUDIO CAJADO (Bloco/PP - BA) - Pela ordem, Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Marcelo Castro. MDB - PI) - Eu queria falar antes de V.Exa. o seguinte: na reunião passada, eu assisti à Deputada Joice Hasselmann — não tenho aqui a procuração dela — dizendo que já estava encaminhada a questão do Minha Casa, Minha Vida...

O SR. NELSON PELLEGRINO (PT - BA) - Tudo gerúndio, Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Marcelo Castro. MDB - PI) - ...da universidade e da transposição do Rio São Francisco. Enfim, ela disse que todos os aspectos legais já tinham sido providenciados e que estava faltando só o financeiro, que iria ser aportado agora em setembro. Foi o que ela falou aqui.

E, quando nós fomos para o Plenário do Congresso Nacional, ela veio falar comigo muito sorridente, muito contente...

O SR. NELSON PELLEGRINO (PT - BA) - Como sempre...

O SR. PRESIDENTE (Marcelo Castro. MDB - PI) - Estou transmitindo aqui o que ela me passou. É evidente que a responsabilidade é dela. E ela disse também que o único item que estava faltando era o relativo às bolsas do CNPq, cujo valor era 330 milhões e sobre o qual ela havia declarado aqui que ainda não tinha encontrado uma solução, disse ela que já tinha encontrado a solução.

Então, a Deputada Joice Hasselmann não está aqui, mas vejo alguns Líderes e Vice-Líderes do Governo — e eu não os estou provocando.

Vou passar agora a palavra ao Deputado Bohn Gass, que pediu para discutir a matéria.

O SR. BOHN GASS (PT - RS) - Sim, Presidente, colegas Deputados e Senadores, eu estou na mesma linha do Deputado Nelson Pellegrino. Aliás, quero lembrar o que ocorreu na nossa reunião quarta-feira passada: nós estávamos aqui obstruindo, obstruindo; querendo garantias para não haver cortes e o Governo garantir o recurso, no caso específico, para o CNPq; e todos tinham pressa porque teria sessão do Congresso. Aí, nós fomos para a sessão do Congresso e qual foi o resultado? A sessão do Congresso sequer apreciou os vetos, sequer conseguiu apreciar os vetos...





CONGRESSO NACIONAL
Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização

E, num certo momento, éramos nós, da Oposição, Deputado Pellegrino, fazendo a obstrução. Porém, passados alguns momentos, a base do Governo começou a fazer obstrução... E aí eu fiquei na dúvida: por que a base do Governo faria obstrução? Haveria uma explicação lógica sobre isso? Por que a base do Governo faz obstrução? Seria o assunto do PLN 18, que não garante a liberação de recursos por causa do tema da votação da Previdência? O povo está começando a reclamar! O povo está vendo que quem ia se aposentar não vai mais se aposentar; que quem ia se aposentar por 1.700 vai se aposentar por 1.200...

Então, eu não sei o que está havendo. Eu não sei por que a base do Governo fez obstrução. Realmente, não tenho explicação. Agora, o que é preocupante é que — e essa é uma insistência que nós vamos fazer aqui agora — nós não podemos votar sem ter a garantia do Governo! E digo isso porque o Governo fala que vai repassar os 330 milhões, mas ele não diz quando.

E eu, pessoalmente, perguntei à Líder do Governo, a Deputada Joice Hasselmann, como é que vai ser: o Governo vai mandar um PLN? Quando é que vai mandar? Não nos foi dada essa garantia.

Então, enquanto nós não tivermos a garantia de que os 84 mil estudantes bolsistas do CNPq não encerrarão suas pesquisas... A gravidade do tema é a seguinte: eles estarão interrompendo pesquisas, pesquisas que não vão ser concluídas este ano. Bom, o Brasil, realmente, quer ficar no atraso?! É isso?! Então, que não concluamos as pesquisas! Mas nós não queremos o atraso do Brasil.

O "Bolso-Nero" — aliás, o Bolsonaro —, que está caindo rapidamente nas pesquisas, nas duas pesquisas que saíram nesse final de semana, talvez não queira o avanço do Brasil, porque ele está destruindo e autorizando, inclusive, indiretamente, as queimadas. E também lá se está destruindo pesquisa. Mas nós queremos o avanço do Brasil. Portanto, nós queremos exigir aqui 330 milhões. Quando virão?

E mais do que isso, para eu concluir a minha fala, Presidente: sexta-feira o Governo divulgou o Projeto de Lei Orçamentária Anual — PLOA para o ano que vem, 2020. Não sei se os nobres colegas Deputados já localizaram, mas o Ministério da Educação — MEC, que tinha autorizado 23 bilhões para o ano de 2019 — 23 bilhões —, coloca no Orçamento agora, para o ano de 2020, 15,74 bilhões de reais... É claro que, com as emendas parlamentares, pode-se chegar a 17 bilhões de reais.





CONGRESSO NACIONAL
Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização

E faço referência a esse tema e também ao tema relativo à CAPES — Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior. Estamos falando de formação para pesquisa, doutorado, mestrado. Cerca de 11 mil bolsas já sumiram. A notícia do final de semana é que não haverá mais 5 mil e 600 pesquisas. Portanto, 16 mil pesquisas não existirão este ano na CAPES. E o orçamento da CAPES, que é de 4,13 bilhões de reais, vai ter uma redução de 2,10 bilhões de reais para o orçamento do ano que vem. Para as unidades universidades federais, o orçamento caiu de 6,7 bilhões de reais para 4,4 bilhões de reais.

Sr. Presidente, eu quero falar agora da Emenda Constitucional nº 95, porque, no momento em que nós reduzimos o orçamento, os gastos para o orçamento seguinte terão o seu total apenas corrigido pela inflação. Nós aprovamos isso na Emenda Constitucional.

E não haverá reação, porque o próprio Paulo Guedes veio aqui dizer que precisaria fazer as reformas, porque não precisaria mais usar tanto a regra de ouro, que este ano foi de 248 bilhões de reais. Indago se V.Exas. chegaram a olhar o quanto vai ser a regra de ouro para o ano que vem. Vai ser 367 bilhões de reais, o que representa um terço de um trilhão, que é o valor que ele quer economizar tirando a aposentadoria do povo! Trata-se de um terço, que são 367 bilhões de reais.

Não é possível que venhamos votar essa matéria aqui. Anteriormente, votamos açodadamente a matéria e não fizemos o debate. Na última vez, os Deputados se inscreveram para dizer "*Voto com o Governo*", mas não se fez debate nenhum.

Portanto, eu quero fazer o debate nesta Comissão. Fizemos uma reunião com tanta pressa, foram para a sessão do Congresso, e o Congresso sequer vetou. Isso é um triplo de desprezo a esta Comissão!

Portanto, para valorizar a Comissão, vamos cobrar do Governo, para que este recurso seja posto e não haja esses cortes tão fortes para o Orçamento da PLOA — Projeto de Lei Orçamentária Anual, de 2020.

O SR. PRESIDENTE (Marcelo Castro. MDB - PI) - Com a palavra a nobre Deputada Alice Portugal.

A SRA. ALICE PORTUGAL (PCdoB - BA) - Nobre Presidente, Senador Marcelo Castro, Sras. e Srs. Deputadas, Senadores, primeiro, gostaria de dizer que o sou suplente desta Comissão. Quem tem feito a representação do PCdoB aqui é o





CONGRESSO NACIONAL
Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização

Deputado Orlando Silva, que vai estar ausente nos próximos dias, em razão do nascimento de seu bebê. Portanto, S.Exa. dará assistência ao novo brasileiro que chega.

O SR. NELSON PELLEGRINO (PT - BA) - Isso é muito justo.

A SRA. ALICE PORTUGAL (PCdoB - BA) - V.Exas. podem ver que o Deputado Orlando Silva gosta muito de criança.

Eu gostaria de dizer, portanto, que neste momento a discussão do Orçamento, mais do que nunca, ganha relevo no Brasil. E quero dizer que essa discussão ganha um relevo estratégico, porque este Parlamento tem buscado se afirmar e se colocar para a sociedade, especialmente garantindo grandes unidades em relação à pauta democrática, à preservação da democracia.

Dividimo-nos em pautas econômicas, mas temos combatido um certo fundamentalismo econômico, político, especialmente no campo da democracia.

Parece-me que, neste momento, Senador Marcelo, esta Comissão precisa — e essa é minha observação, apesar de não estar aqui no cotidiano — que se faça uma imersão sobre a estratégia do Governo, do Poder Executivo, para a peça orçamentária.

Há esses cortes que foram aqui mencionados pelo Deputado Nelson Pelegrino, que mostrou a fratura exposta do diagnóstico orçamentário — assim como fez o Deputado Bohn Gass. Na verdade, esse orçamento precisa ser mitigado por esta Comissão. Nós vamos mergulhar de que altura? E nós vamos mergulhar em que profundidade? Senador Marcelo, a realidade é duríssima.

Aqui, hoje, às 4 horas e 30 minutos, eu vou acompanhar os reitores em uma reunião com Presidente da Casa. A Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior — CAPES, Fundação vinculada ao Ministério da Educação, anunciou, no dia 2 de setembro, o corte de 5.613 bolsas de mestrado, doutorado e pós-doutorado, bolsas que estavam previstas para os 4 meses restantes do ano.

Segundo a CAPES, foram preservadas as bolsas para a formação de professores em educação básica. Mas a própria educação básica, Deputado Nelson, já sofreu um corte de 30%, e o FUNDEB — Fundação Nacional de Desenvolvimento da Educação está, neste momento, ameaçado de acabar.





CONGRESSO NACIONAL
Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização

As bolsas cortadas seriam ofertadas de setembro a dezembro. No entanto, nós não temos garantia dos 3 bilhões e 300 milhões de reais que nós teríamos necessidade para chegar com a mínima dignidade ao final do ano em vigência.

Infelizmente, isso faz com que a Associação Nacional de Pós-Graduandos — ANPG e diversas Associações de Pós-Graduandos repudiem o anúncio feito pelo Ministério da Educação, porque se cortou pela metade o orçamento da CAPES para 2020, e os valores caíram de 4,2 bilhões de reais para 2,2 bilhões de reais, além desse acintoso bloqueio de mais de 5.600 bolsas da instituição. Já chegam, portanto, a 11.800 bolsas cortadas em menos de 6 meses.

Quer dizer, nós estamos diante de um impacto gigantesco em relação à pós-graduação e às universidades, que tiveram as suas verbas cortadas, com a tentativa de sinonímia de contingenciamento.

E, ainda assim, vamos discutir de maneira natural a peça orçamentária?...

Eu acredito que seja necessário um debate de fôlego com o Poder Executivo. De fato, seria importante que a Líder do Governo se fizesse presente. Temos presentes aqui o Líder e também Vice-Líder no Congresso Nacional, que é o Deputado Cajado. Mas eu penso, francamente, que não se vai ter, Deputado Cacá Leão, a possibilidade de abrir um *campus* do Instituto Federal em Jaguaquara de novo, porque não se tem como mantê-lo. Nem a reitora eleita para o Instituto Federal da Bahia foi nomeada — mais uma absurda intervenção do Ministro.

Nós vamos obstruir a votação e as votações, porque o cenário é nebuloso, a situação é preocupante e o futuro é incerto.

Por isso, torna-se necessária uma ação política, coletiva deste Parlamento e desta respeitosa Comissão, para que o Orçamento possa ser votado, não como um cheque em branco, mas como uma peça realista e que vá ao amparo das necessidades nacionais.

É assim que penso, Sr. Presidente.

Por isso, estamos também em obstrução como elemento de comportamento para o PCdoB nesta tarde.

O SR. PRESIDENTE (Marcelo Castro. MDB - PI) - Não havendo mais quem queira discutir a matéria...

Tem a palavra o Senador Izalci Lucas, para discutir a matéria, por até 5 minutos.





CONGRESSO NACIONAL
Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização

O SR. IZALCI LUCAS (PSDB - DF) - Sr. Presidente, informo a todos que participei ontem de uma reunião da Liderança com o Executivo. Como testemunhei aqui o acordo que foi feito, tive a oportunidade de cobrar, na referida reunião, com a presença do General Ramos e, inclusive, da Deputada Joice, o cumprimento deste acordo.

A posição do General que assumiu recentemente o Ministério é a de que eles vão achar uma alternativa para isso.

Quanto à questão do orçamento, tenho de lembrar que quem aprovou o orçamento para as bolsas na área da educação, assim como o orçamento, de modo geral, foi esta Comissão. Nós já o aprovamos. Esse limite até setembro foi aprovado por esta Comissão. Nós não aprovamos recursos suficientes para pagar as bolsas até o fim do ano.

Então, eu não tenho nenhuma dúvida de que o Governo vai cumprir esse acordo. Ontem fiz questão de cobrar do Governo essa posição e, inclusive, marquei uma reunião, para a próxima quinta-feira, no Senado, com as Comissões de Educação, de Ciência e Tecnologia e Finanças e Tributação, exatamente com o pessoal do CNPq.

Quanto às bolsas, está sendo feito um ajuste na CAPES. Estão sendo cortadas aquelas que não foram ainda implementadas. Não se trata de corte de bolsa, apenas não foram dadas novas bolsas porque está sendo feito um ajuste.

O recurso público tem de ser, de fato, muito bem aplicado. Não dá para pegar recurso público e soltá-lo, tal como fizeram nos últimos anos. Os escândalos do PROUNI, do FIES e dessas bolsas estão aí e serão apurados.

O Governo está fazendo um esforço para retomar essa questão. Mas eu quero aqui ressaltar que a Deputada Joice estava na reunião, e nós cobramos o cumprimento do acordo juntos. Com certeza, o Governo terá de cumpri-lo, até porque aqui no Parlamento o que vale é a palavra, e nós não podemos realmente fugir disso.

Temos o desafio do orçamento do ano que vem. Nós aprovamos a Emenda Constitucional nº 95, do Teto de Gastos, na perspectiva da aprovação da reforma da Previdência no Governo Temer. Não foi aprovada a reforma da Previdência, mas foi aprovado o teto e, agora, vêm as consequências.





CONGRESSO NACIONAL
Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização

A reforma da Previdência, que será aprovada agora no Senado, só terá reflexo em 2020 ou em 2021. Portanto, o orçamento de 2020 vai ser muito mais apertado. Mas eu espero, no acordo, ser o Relator na área da educação, e nós vamos ter de buscar uma alternativa para isso. Nós aqui vamos encontrar essa alternativa, para realmente melhorarmos a qualidade na educação. Mas queremos garantir que o recurso público seja mais bem aproveitado. Não dá para fazer como foi feito nos últimos anos: o gasto do dinheiro público sem nenhum critério, sem nenhuma organização. Nós vamos retomar e organizar essa questão.

Eu só queria dizer aos nossos colegas que nós — eu, inclusive, agora como Vice-Líder do Governo no Senado — estamos cobrando o acordo feito aqui. Nós não abrimos mão realmente das bolsas do CNPq. Eu mesmo estou promovendo, na quinta-feira, uma audiência no Senado.

Era isso, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Marcelo Castro. MDB - PI) - Com a palavra o nobre Deputado Claudio Cajado, por até 5 minutos.

O SR. CLAUDIO CAJADO (Bloco/PP - BA) - Presidente, gostei da disciplina de V.Exa. comigo. Os demais falaram por mais tempo, mas cumprirei rigorosamente o desejo de V.Exa.

Presidente, eu só queria aqui dizer três coisas. Primeiro: o Governo do Presidente Bolsonaro tem a nítida noção de cumprir a lei de responsabilidade fiscal. O que está acontecendo é uma brutal falta de recursos em determinadas áreas, em função de a receita não ter se efetivado. Quem acompanha o orçamento e a receita pelos *sites* oficiais do Governo sabe que estamos tendo problemas de receita. Porém, a partir deste mês, a perspectiva começa a melhorar.

Nós já temos uma previsão do Banco Central de crescimento do PIB de mais de 2% acima do que estava previsto. Nós estamos com uma expectativa, para este mês de setembro — e aí eu quero chamar a atenção do Deputado Bohn Gass e do Deputado Nelson Pellegrino —, de que vão se efetivar receitas provenientes de instituições financeiras. Chegando esses recursos, o contingenciamento será feito em áreas como a da educação.

Existe, de fato, o acordo. Nós agradecemos muito o entendimento que as Oposições tiveram naquele momento em que votamos o PLN 4. Porém, nós não podemos descontingenciar o orçamento sem que a receita se efetive. Esta





CONGRESSO NACIONAL
Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização

compreensão não é ideológica, não é uma compreensão de vontade, mas de expectativa de que as coisas aconteçam de fato.

Então, já votamos um PLN e há mais dois para serem votados — é isso que eu quero deixar como uma solicitação nossa. Nós estamos aqui querendo votar recursos para moradias e agentes da Polícia Rodoviária Federal, para o Ministério do Meio Ambiente, para a Justiça Federal e a Justiça Eleitoral, inclusive a do Ceará — terra do Relator, Deputado Domingos Neto.

Esses PLNs — e aí, Deputado Pellegrino, eu peço que V.Exa. compreenda — são importantes para determinadas áreas. Nós vamos deixar de votar recursos para beneficiar o TRF da Primeira Região? Penso que não. Vamos deixar de dar suporte à Polícia Rodoviária Federal, ao Ministério do Meio Ambiente, que está sendo extremamente demandado neste momento? E esses recursos estão sendo suplementados para dar recursos aos funcionários, aos servidores públicos.

Portanto, eu queria que V.Exas. entendessem que o Governo não fugirá do acordo feito. Eu aqui falo pela Líder, Deputada Joice Hasselmann. Nós estamos conversando permanentemente com alguns Ministérios. Estive hoje pela manhã, às 11h30min, com o Ministro da Educação, Abraham, e ele me afirmou que existe, por parte do Ministério da Economia, a informação de que neste mês de setembro será descontingenciada mais uma parte dos recursos para o Ministério da Educação.

Dentre os quatro pontos do acordo nós estamos cumprindo, o único que está efetivamente em aberto porque esgotou o orçamento são as bolsas do CNPq porque virá um projeto de lei complementar. Nós estamos insistindo nisso.

Este acordo foi feito pela Liderança do Governo, mas é um compromisso de todos os Congressistas que votaram unanimemente. Então, ninguém pense aqui que nós estamos jogando para a plateia. Pelo contrário, nós estamos demonstrando responsabilidade. Isso deveria ser motivo de aplauso porque o descontingenciamento ocorrerá.

Nós fizemos uma reunião com o Ministro da Educação, há algumas semanas; e isso foi dito e reafirmado hoje. Eu peço que nós prossigamos com a pauta sem obstrução, até porque obstruir esses projetos que estão incluídos na pauta de hoje eu penso que é prejudicar servidores públicos e Ministérios que têm prioridades. A Nação espera que essas prioridades sejam solucionadas.

Portanto, eu faço esse apelo, Sr. Presidente.





CONGRESSO NACIONAL
Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Marcelo Castro. MDB - PI) - Agradecendo as palavras do Deputado Claudio Cajado, eu quero dizer que nós todos aqui da Comissão esperamos efetivamente que esse compromisso seja realizado. Por quê? Porque houve uma negociação típica do Parlamento, republicana, defendendo aquilo que nós julgamos que seria mais importante no momento para o País, que era a continuidade do Programa Minha Casa, Minha Vida. Todos sabem da relevância disso para a Nação brasileira, sobretudo para as classes mais carentes e necessitadas. As universidades federais são uma preocupação de todos, assim como a transposição do Rio São Francisco, pela importância que isso tem para o Nordeste, sobretudo no Nordeste Setentrional, e as bolsas do CNPq.

Então, houve uma negociação que levou a uma experiência única no Parlamento. Eu estou aqui há mais de 20 anos, e essa foi a primeira vez que eu vi se votar uma matéria com 460 Parlamentares presentes, todos votando "sim", sem uma abstenção, sem um "não", com 61 Senadores presentes, todos votando "sim", sem uma abstenção, sem um "não". É evidente que, sobre uma unanimidade como essa que foi alcançada, não podem — não devem, pelo menos — depois as pessoas achar que não fizeram um papel de construção de uma pauta importante para o País.

Eu não sou avalista de ninguém, mas participei do entendimento, e todos nós esperamos que isso seja cumprido, até porque é evidente — todos nós sabemos — que, no Parlamento, o que vale é a palavra dada, é a palavra empenhada. Se isso não for cumprido, ficam difíceis negociações, compromissos futuros. Isso é elementar aqui e alhures.

Então, diante disso, declaro encerrada a discussão.

O relatório está em votação na representação da Câmara dos Deputados.

Os Srs. Parlamentares que o aprovam permaneçam como se acham. *(Pausa.)*

Aprovado.

O relatório está em votação na representação do Senado Federal.

Os Srs. Parlamentares que o aprovam permaneçam como se encontram.
(Pausa.)

Aprovado.

O relatório está aprovado. A matéria vai ao Congresso Nacional.





CONGRESSO NACIONAL
Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização

Item 3. Apreciação do relatório apresentado ao Projeto de Lei nº 16, de 2019, do Congresso Nacional, que abre aos Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social da União, em favor de diversos órgãos do Poder Executivo federal e de operações oficiais de crédito, crédito suplementar no valor de R\$178.229.045,00, para reforço de dotações constantes da Lei Orçamentária vigente. Relator: Senador Oriovisto Guimarães. Ao projeto não foram apresentadas emendas. Voto: pela aprovação do projeto de lei nos termos propostos pelo Poder Executivo.

Há sobre a mesa um requerimento de autoria do nobre Deputado Nelson Pellegrino:

Sr. Presidente, requeiro, nos termos do art. 235, inciso III, alínea "d", 7, do Regimento Interno do Senado Federal, a retirada de pauta da votação da matéria da Ordem do Dia do PLN 16.

Há um outro, também do Deputado Nelson Pellegrino, de adiamento de votação.

Então, vou botar em votação...

O SR. CLAUDIO CAJADO (Bloco/PP - BA) - Sr. Presidente, pela ordem.

Eu faria um apelo ao Deputado Bolsonaro...ao Deputado Pellegrino. *(Risos.)*

O SR. NELSON PELLEGRINO (PT - BA) - O Bolsonaro já não é mais Deputado, não.

O SR. PRESIDENTE (Marcelo Castro. MDB - PI) - Ele pode entender como uma provocação. *(Risos.)*

O SR. NELSON PELLEGRINO (PT - BA) - Eu acho até que V.Exa. devia fazer um apelo a ele para botar recurso na educação, na saúde, na ciência e tecnologia, nas bolsas, no Minha Casa, Minha Vida, na transposição. Tem que fazer esse apelo a ele.

O SR. CLAUDIO CAJADO (Bloco/PP - BA) - Sr. Presidente, eu queria fazer um apelo ao Deputado Nelson Pellegrino porque esse PLN prevê recursos para fiscalização e controle das barragens, num momento em que nós estamos vivenciando gravíssimos acidentes com a Vale. Eu acho que deixarmos de votar recursos para quem vai fazer essa fiscalização, esse controle, das barragens do País é temerário!

Nós estamos prevendo aqui, com esse PLN, atendimento de despesa de ajuda de custos para moradia dos agentes públicos da Polícia Rodoviária Federal.





CONGRESSO NACIONAL
Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização

O SR. ORIOVISTO GUIMARÃES (PODEMOS - PR) - E coletes para a Polícia Federal.

O SR. CLAUDIO CAJADO (Bloco/PP - BA) - E coletes para a Polícia Federal.

O SR. BOHN GASS (PT - RS) - Sr. Presidente, para contraditar.

O SR. CLAUDIO CAJADO (Bloco/PP - BA) - Nós temos aqui, para o Ministério do Desenvolvimento Regional, para a CODEVASF, recurso para recuperação hidroambiental. Nós temos, para o Ministério da Cidadania, recurso para o Bolsa Família.

Então, eu faço um apelo para que, se tiverem de obstruir, persigam um projeto que possa ter algum impacto diretamente no Governo, já que V.Exas. agem como Oposição, mas não para as pessoas e para a sociedade, que precisam desses recursos.

Portanto, Deputado Pellegrino, eu acho legítima a postura das Oposições e de V.Exa., como Líder aqui do Partido dos Trabalhadores, mas eu faria um apelo, porque esse PLN é importante, pelos programas a que ele vai servir. V.Exa. estava criticando o Governo por não fazer determinadas ações, por falta de recursos e dotações orçamentárias, que estão contingenciadas, mas quando nós fazemos uma suplementação para ações importantes, obstrui?!

Então, eu disse e repito que o Governo, neste mês de setembro, irá cumprir o descontingenciamento do Ministério de Educação. Estive, inclusive, conversando com o Ministro hoje sobre programas importantes — a Deputada Alice Portugal está aqui — de formação de professores pela CAPES. Nós estamos também com o problema, e o Ministro está preocupado e irá desenvolver os esforços necessários para que não haja nenhum tipo de problema para a continuidade do programa.

Portanto, o Governo não está parado, mas nós estamos com problema de receita. Neste mês de setembro, temos a expectativa dos recursos que chegarão das instituições financeiras.

Então, eu queria apenas reiterar que obstruir um PLN como este — não sei se V.Exa. viu todas as ações — penso que é extremamente prejudicial às ações que o Governo se propõe a fazer, principalmente neste momento em que nós estamos enfrentando questões ambientais graves. Esses recursos serão necessários para enfrentar essas situações.

O SR. NELSON PELLEGRINO (PT - BA) - Sr. Presidente, pela ordem.





CONGRESSO NACIONAL
Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização

O SR. PRESIDENTE (Marcelo Castro. MDB - PI) - Nós precisamos chamar aqui o feito à ordem. Estamos em encaminhamento de votação. Pode falar um a favor, um contra, na Câmara; um a favor, um contra, na representação do Senado.

O SR. NELSON PELLEGRINO (PT - BA) - Sr. Presidente, como autor do requerimento, quero me manifestar.

O SR. PRESIDENTE (Marcelo Castro. MDB - PI) - Vou desconsiderar a fala do Deputado Claudio Cajado, porque foi um apelo que ele fez de retirada. Agora vamos abrir a palavra para um falar a favor do requerimento e outro, contra.

O SR. NELSON PELLEGRINO (PT - BA) - Sr. Presidente, quero falar pela ordem, inclusive diante da fala do Deputado Claudio Cajado.

Vou retirar o requerimento, porque a matéria é relevante. (*Palmas.*)

Espero que esse gesto da Oposição seja acompanhado por um gesto do Governo de encaminhar a esta Casa um PLN suplementando recursos para as bolsas.

O SR. CLAUDIO CAJADO (Bloco/PP - BA) - Do CNPq.

O SR. NELSON PELLEGRINO (PT - BA) - Do CNPq.

A SRA. ALICE PORTUGAL (PCdoB - BA) - Já houve apalavramento.

O SR. NELSON PELLEGRINO (PT - BA) - Espero que esse gesto seja acompanhado por um gesto do Governo de encaminhar a esta Casa um PLN suplementando recursos para as bolsas do CNPq, além de liberar os recursos que foram acordados na votação do PLN 4.

O SR. PRESIDENTE (Marcelo Castro. MDB - PI) - Isso se chama reciprocidade.

O SR. CLAUDIO CAJADO (Bloco/PP - BA) - Eu agradeço, Sr. Presidente. Eu agradeço sinceramente. Sei que o Deputado Nelson Pellegrino faz isso com toda a responsabilidade que o mandato lhe impõe, mas estamos trabalhando nesse sentido.

Penso que a minha palavra sempre foi séria e honrada. Se estou dizendo que estamos desenvolvendo esforços é porque estamos, tenho certeza. Saírei daqui para ter uma reunião diretamente com a Líder do Governo, Deputada Joice Hasselmann, para pontuarmos esta semana exclusivamente essa questão, principalmente da bolsa do CNPq.





CONGRESSO NACIONAL
Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização

O SR. BOHN GASS (PT - RS) - Sr. Presidente, gostaria de colocar só uma frase.

O SR. PRESIDENTE (Marcelo Castro. MDB - PI) - Pois não.

O SR. BOHN GASS (PT - RS) - Eu não concordo. Não pode passar assim esse argumento que o Deputado Claudio Cajado levantou de que agora o elemento é importante, de que os recursos são importantes, de que a Oposição está impedindo que o recurso possa ser liberado para áreas importantes. Não é que a Oposição esteja impedindo, é que o Governo não está fazendo. Esse argumento não podemos aceitar — preciso fazer este registro —, porque o Governo tem como resolver isso muito rapidamente: é só dar a segurança de que não vai faltar dinheiro. Eu não posso aceitar este argumento: *"Agora o tema é importante. Escolha outro tema para fazer obstrução"*. Nós já fizemos do PLN 18, já fizemos outras vezes para demarcar... até que o Governo, que é o responsável por mandar o recurso, mande.

O SR. PRESIDENTE (Marcelo Castro. MDB - PI) - Tudo bem.

Com a palavra o Relator, o Senador Oriovisto Guimarães, para a leitura do seu Relatório.

O SR. ORIOVISTO GUIMARÃES (PODEMOS - PR) - Sr. Presidente, Sras. e Srs. Parlamentares, o meu trabalho já foi bastante simplificado pela discussão inicial. O Deputado Claudio Cajado já explicou grande parte do que trata o projeto, mas vou rapidamente resumi-lo, para que todos tenham ciência.

O PLN 16/2019 abre crédito suplementar para os Orçamentos Fiscal, da Seguridade Social da União — Lei nº 13.808, de 15 de janeiro de 2019 —, em favor de diversos órgãos do Poder Executivo e de Operações Oficiais de Crédito, no valor de R\$178.229.045,00, conforme demonstrado num longo relato que aqui faço e que vou resumir.

Para a Presidência da República há uma destinação de 200 mil reais para ajuda de custo ou auxílio-moradia.

Para o Ministério da Justiça e Segurança Pública, para o Departamento da Polícia Rodoviária Federal, há ajuda de custo ou auxílio-moradia a agentes públicos no valor de 792 mil reais.

Para o Departamento de Polícia Federal, há destinação para aquisição de coletes, armamentos e demais equipamentos de uso individual dos policiais, decorrente de concurso público para provimento de cargos de delegado, perito





CONGRESSO NACIONAL
Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização

criminal federal e agente escrivão da Polícia Federal, no valor de 2,1 milhões de reais.

Para o Ministério de Minas e Energia, há destinação de recursos para contratação de consultoria para auxiliar a fiscalização e controle dos empreendimentos com barragens de rejeito, a intensificação da ação fiscalizatória em âmbito nacional — 7,1 milhões de reais —, bem como para o atendimento de despesas com a ajuda de custo de moradia ou auxílio-moradia no valor de 415 mil reais.

Para a Controladoria-Geral da União, há destinação de recursos para a conclusão da obra do edifício-sede da Controladoria Regional da União no Estado do Maranhão no valor de 761 mil reais.

Para o Ministério do Meio Ambiente, há destinação de recursos para o atendimento de despesas com a ajuda de custo de moradia ou auxílio-moradia a agentes públicos, no valor de 350 mil reais.

Para o Ministério da Defesa, para o Comando da Aeronáutica, há destinação de recursos para a aquisição de duas aeronaves Phenom 100EV, em substituição às aeronaves U-35A do 6º ETA (Ala 1), e suporte logístico inicial de 27 milhões de reais. E para o Fundo Naval, há destinação de recursos para a manutenção preventiva e corretiva dos motores dos navios e aeronaves envolvidos nas operações de Controle de Área Marítima e de Patrulha Naval, em prol do adequado estado de prontidão operativa desses meios navais, no valor de 2 milhões de reais.

Para o Ministério do Desenvolvimento Regional, para a Companhia de Desenvolvimento dos Vales do São Francisco e do Parnaíba — CODEVASF, há destinação de recursos no valor de 60 mil reais mais 519 mil reais. E para a Companhia Brasileira de Trens Urbanos — CBTU, para o pagamento de juros e encargos de dívida, há destinação de recursos no valor de 1,3 milhões de reais.

Para o Ministério da Cidadania, para a administração direta, há destinação de recursos para o pagamento da cota anual à Unidade Técnica do Programa IBERBIBLIOTECAS, no valor de 250 mil de reais; para a correção do Cadastro Único, no valor de 3,6 milhões de reais; para o atendimento a atletas olímpicos e paralímpicos que se candidatarem e cumprirem critérios para concessão de Bolsa Atleta em 2019; para a retomada de editais de bolsas voltadas atletas não olímpicos e paralímpicos, no valor de 49 milhões de reais; para a Fundação Biblioteca





CONGRESSO NACIONAL
Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização

Nacional, há destinação de recursos para a difusão do acervo, sensibilização da comunidade com oferta de produtos culturais de qualidade, no valor de 546 mil reais.

Para as Operações Oficiais de Crédito, atendimento de despesas com financiamento de infraestrutura turística nacional e garantia da execução de políticas públicas no âmbito do Fundo Geral de Turismo FUNGETUR — Ministério do Turismo, há destinação de recursos no valor de 80 milhões reais.

Cabe ressaltar que o pleito em referência será viabilizado, mediante projeto de lei, à conta de superávit financeiro apurado no balanço patrimonial do exercício de 2018, relativo a recursos próprios não financeiros, e financeiros, no valor de 81 milhões de reais; e de anulação de dotações orçamentárias, em conformidade com o art. 43, § 1º, incisos I e III, da Lei nº 4.320, de 17 de março de 1964, no valor de 96,9 milhões de reais.

De acordo com a Exposição de Motivos nº 197, de 2019, do Ministério da Economia, que acompanha o projeto de lei em exame, a propósito do que dispõe o art. 46, da Lei nº 13.707, de 14 de agosto de 2018, Lei de Diretrizes Orçamentárias, os créditos não afetam a obtenção da meta de resultado primário fixada para o corrente exercício.

Dito isso, Sr. Presidente, passo à análise que basicamente é a seguinte. "Inicialmente, vale consignar que o PLN em exame não possui vícios de inconstitucionalidade, quer no que se refere a sua iniciativa, exercida com fundamento no art. 84, XXIII, da Constituição Federal, quer em relação a aspectos materiais.

A proposição em exame abre crédito suplementar, utilizando como origem de recursos a anulação de dotações autorizadas previamente e a utilização de superávit financeiro apurado no balanço patrimonial do exercício de 2018. Nesses termos, encontra respaldo no disposto no art. 43, § 1º, I e III, da Lei n.º 4.320, de 1964.

Conforme assinalado na Exposição de Motivos, a aprovação do crédito é neutra do ponto de vista da obtenção de meta de resultado primário fixada na LDO, além de não interferir no limite de gasto primário do Poder Executivo estabelecido na Emenda Constitucional nº 95, de 2016, (Novo Regime Fiscal).





CONGRESSO NACIONAL
Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização

Avaliamos ainda que o projeto está redigido em conformidade com os princípios e regras de boa técnica legislativa, mormente no que se refere à observância da Lei Complementar nº 95, de 1998.

No que se refere ao mérito, todas as suplementações solicitadas são notoriamente oportunas e necessárias, como esclarecido na Exposição de Motivos.

Voto

Diante do exposto, somos pela aprovação do PLN nº 16, de 2019-CN, na forma proposta pelo Poder Executivo."

É isso, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Marcelo Castro. MDB - PI) - Agradecendo ao Senador Oriovisto, pomos, então, o brilhante relatório em discussão. *(Pausa.)*

A discussão está encerrada.

Em votação na representação da Câmara dos Deputados.

Os Srs. e as Sras. Parlamentares que o aprovam permaneça como se acham. *(Pausa.)*

Aprovado.

Em votação na representação do Senado Federal.

Os Srs. Senadoras e as Sras. Senadoras que o aprovam permaneçam como se encontram. *(Pausa.)*

Aprovado.

O relatório está aprovado. A matéria vai ao Congresso Nacional.

Agora vamos à apreciação do relatório apresentado o próximo item.

Item 4. Ofício (CN) nº 29, de 2015, que encaminha, em cumprimento à Lei nº 12.396, de 2011, art. 6º, o Relatório de Atividades da Autoridade Pública Olímpica referente ao 1º semestre de 2015 e ao Ofício (CN) nº 5, de 2016, da Autoridade Pública Olímpica — APO, que encaminha, em cumprimento à Lei nº 12.396/11, art. 6º, Relatório de Atividades da Autoridade Pública Olímpica referente ao 2º semestre de 2015. Relatora: Senadora Kátia Abreu. Voto: pelo conhecimento da matéria e envio para arquivo.

A Relatora não está presente, mas designou como seu substituto o Deputado Cacá Leão, que está com a palavra, então, para a leitura do seu relatório.

O SR. CACÁ LEÃO (Bloco/PP - BA) - Sr. Presidente, agradeço a V.Exa.





CONGRESSO NACIONAL
Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização

Agradeço também à Senadora Kátia Abreu a nobre missão de ler um relatório apresentado pela distinta Senadora.

Eu queria dizer que, em homenagem ao Deputado Nelson Pellegrino, que reclamou tanto da minha leitura da ata na reunião anterior, vou ler devagar, pausadamente, para que possa ser entendido e compreendido.

O SR. NELSON PELLEGRINO (PT - BA) - Se V.Exa. me permite um aparte, a menina da Taquigrafia foi me procurar porque, na sessão passada, um Senador havia pedido a dispensa, antes de eu pedir a verificação. Ela não lembrava quem ele era nem eu. Isso é um problema, porque está prejudicando as pobres taquígrafas aqui.

O SR. CACÁ LEÃO (Bloco/PP - BA) - Eu vou ler devagar, em homenagem ao Deputado Nelson Pellegrino, o relatório.

Peço licença aos nobres colegas para ir direto ao voto, já que o relatório está publicado, como manda o nosso Regimento Interno.

"Voto

Pelo exposto, em especial dado que o acompanhamento de providências perdeu o objeto pela conclusão dos jogos e a avaliação deve ser feita à vista dos relatórios do período final do evento, voto no sentido de que esta Comissão:

I - tome conhecimento dos Ofícios (CN) nº 29, de 2015 e nº 5, de 2016, que encaminham ao Congresso Nacional, em cumprimento ao art. 6º da Lei nº 12.396, de 2011, o Relatório de Atividades da Autoridade Pública Olímpica referentes, respectivamente, ao 1º semestre de 2015 e ao 2º semestre de 2015;

II - envie os processados ao arquivo."

Esse é o Relatório da Senadora Kátia Abreu, nobre Presidente Senador Marcelo Castro.

O SR. PRESIDENTE (Marcelo Castro. MDB - PI) - O Relatório está em discussão. *(Pausa.)*

Está encerrada a discussão.

Vamos colocá-lo em votação na representação da Câmara dos Deputados.

Os Srs. Parlamentares que o aprovam permaneçam como se acham. *(Pausa.)*

Aprovado.

Em votação na representação do Senado Federal. O Srs. Senadores que o aprovam permaneçam como se encontram. *(Pausa.)*





CONGRESSO NACIONAL
Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização

Aprovado.

Aprovadas as matérias em caráter terminativo. As matérias aguardarão interposição de recurso perante a Mesa do Congresso Nacional.

Agora vamos à apreciação do relatório relativo ao próximo item.

Item 5. Ofício nº 03/2017-CN, que encaminha em cumprimento à Lei 12.396, de 2011, art. 6º, Relatório de Atividades da Autoridade Pública Olímpica referente aos 1º e 2º semestres de 2016. Relatora: Senadora Kátia Abreu. Voto: pelo conhecimento da matéria

A Relatora não está presente.

Passo a palavra, então, ao Deputado Cacá Leão, que está substituindo a Senadora Kátia Abreu.

O SR. CACÁ LEÃO (Bloco/PP - BA) - Isso muito me honra, Sr. Presidente.

Eu peço novamente licença aos meus pares para ir direto ao voto.

"Voto

Pelo exposto, em especial dado que o simples relato de providências de natureza operacional não tem eficácia para fins de controle e formulação de políticas, devendo ser feito um esforço especial de avaliação global do evento, voto no sentido de que esta Comissão:

I - tome conhecimento do Ofício (CN) nº 3, de 2017, que encaminha ao Congresso Nacional, em cumprimento ao artigo 6º da Lei nº 12.396, de 2011, o Relatório de Atividades da Autoridade Pública Olímpica referente ao 1º e ao 2º semestres 2016;

II - solicite ao Ministério de Estado da Cidadania, com fulcro no artigo 3º, inciso II, da Resolução nº 1, de 2006 do Congresso Nacional, as seguintes informações relativas aos Jogos Olímpicos e Paralímpicos Rio 2016, nos dois primeiros itens, preferencialmente em planilha eletrônica o banco de dados;

a) evolução da Matriz de Responsabilidades (cláusula terceira, inciso IV, do Protocolo de Intenções anexo à Lei nº 12.396, de 21 de março de 2011), desde sua criação até o seu encerramento, indicando todos os empreendimentos nela inseridos, ainda que tenham sido posteriormente retirados, especificando objeto, entidade responsável, valor estimado, valor aplicado, condição atual da obra ou serviço, e data da inclusão e eventual exclusão na Matriz;





CONGRESSO NACIONAL
Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização

b) inventário do legado (art. 1º da Lei nº 13.474, de 23 de agosto 2017) em termos de infraestruturas e recursos disponíveis decorrentes dos Jogos, especificando objeto, condição atual da obra ou equipamento, valor estimado para eventual conclusão ou aproveitamento, descrição da utilização hoje concretamente dada à obra ou equipamento;

c) cópia dos estudos de avaliação de eficiência, efetividade e impacto dos Jogos, tendo por objeto a totalidade ou partes do empreendimento, que tenham sido realizados pelo Governo Federal ou, quando de terceiros, de que o Governo Federal tenha conhecimento.

III - quando do recebimento das informações mencionadas no inciso II acima, disponibilize em sua página na Internet o seu conteúdo integral para utilização pelo Congresso Nacional e pela sociedade em geral;

IV - envie o processado ao arquivo."

Esse é o Relatório da Senadora Kátia Abreu.

O SR. PRESIDENTE (Marcelo Castro. MDB - PI) - O relatório está em discussão. *(Pausa.)*

Está encerrada a discussão.

Em votação na Câmara dos Deputados.

Os Srs. Parlamentares que o aprovam permaneçam como se acham. *(Pausa.)*

Aprovado.

O relatório está em votação na representação do Senado Federal.

Os Srs. Senadores que o aprovam permaneçam como se encontram. *(Pausa.)*

Aprovado.

Aprovada a matéria em caráter terminativo.

A matéria aguardará interposição de recursos perante a Mesa do Congresso Nacional.

Item 6. Apreciação do Requerimento nº 13, de 2019, da CMO, que solicita a convocação do Exmo. Sr. Ministro de Estado da Educação, Abraham Weintraub, para prestar informações sobre os últimos cortes e contingenciamentos do Orçamento de 2019 destinado à educação. Autor: Senador Alessandro Vieira. Subscrito pela Deputada Alice Portugal.

Concedo a palavra a uma das autoras do requerimento, a Deputada Alice Portugal.





CONGRESSO NACIONAL
Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização

A SRA. ALICE PORTUGAL (PCdoB - BA) - Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sras. e Srs. Senadores, parece-me algo já manifesto nas diversas falas e nas preocupações de caráter suprapartidário desta Comissão e deste Parlamento trazer o Ministro para esclarecer as perspectivas de sairmos dessa crise e os motivos do corte. Por que os cortes são tão mais expressivos na educação, na pesquisa e na inovação?

V.Exas. sabem que sou oriunda dessa matriz. Infelizmente nós estamos quase perdendo as esperanças. Junto com o Presidente Rodrigo Maia, a ANDIFES e a direção de várias universidades vamos tratar dessa circunstância. A inteligência no Brasil está sob risco. Noventa por cento das pesquisas no País são realizadas no território das universidades federais.

Então, a vinda do Sr. Ministro é algo que me parece indispensável neste momento de formatação do Orçamento. Por isso, fiz a subscrição do Requerimento nº 13, de 2019, do Senador Alessandro Vieira, e peço vênua a esta Comissão para que realizemos essa ouvida do Sr. Ministro da Educação. Quem sabe nesta que não é a Comissão temática da educação, onde as emoções afloram, possamos ouvir do Ministro, de viva voz, quais são as perspectivas de solução, até para que a finalização da peça orçamentária ocorra sob esse diapasão?

Assim, eu solicito a aprovação do requerimento.

O SR. PRESIDENTE (Marcelo Castro. MDB - PI) - Pois não, Deputada.

Com a palavra o próximo inscrito, o Deputado Cacá Leão, para discussão da matéria.

O SR. CACÁ LEÃO (Bloco/PP - BA) - Sr. Presidente, agradeço a V.Exa. a oportunidade de discutir a matéria.

Eu também tenho algumas divergências quanto à política adotada pela Educação, mas não posso deixar de salientar toda a presteza e toda a determinação do Ministro Abraham Weintraub de ouvir e dialogar. Ele, inclusive, estava neste Congresso Nacional na semana passada, se não me engano na Comissão de Finanças e Tributação. Hoje ele estava presente de novo, na Comissão de Finanças e Tributação, também fazendo essa discussão e apresentando inclusive um programa. E, acompanhado por outros Deputados e Senadores, eu tive a oportunidade de comparecer ao Ministério da Educação para conhecer o Programa





CONGRESSO NACIONAL
Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização

Future-se, que, acho, vem dar um novo caminho à educação, principalmente na questão das nossas universidades e institutos federais.

Nós temos realizado essa discussão ao longo do tempo. O Ministro já se colocou à disposição desta Comissão de Orçamento diversas vezes e recebeu Deputados seja da base do Governo, seja da Oposição. O Deputado Bohn Gass inclusive me relatou que esteve, há pouco tempo, no Ministério da Educação para acompanhar os reitores em audiência apresentada pelo Ministro Abraham, solicitada por nós e marcada pelo Deputado Claudio Cajado.

Então, não vejo necessidade de um requerimento de convocação do Ministro, até porque acho que foge à tônica desta Comissão. Esse não é o caminho, não é o tom, nem é o diálogo que sempre adotamos aqui.

Eu já me posicionei e me posiciono contrariamente a esse requerimento. Tenho certeza absoluta de que o Ministro terá, e tem, toda a disponibilidade e boa vontade para receber os Parlamentares, para dialogar, para vir e fazer os esclarecimentos necessários, sem que precisemos partir para um requerimento extremo, que acho que não é e não faz parte da praxe utilizada nesta Comissão.

Então, de antemão coloco-me contrário a este requerimento. Entendo que há realmente algumas dificuldades ainda nesse encaminhamento, mas sou testemunha do esforço que o Ministro Abraham tem feito ao longo do tempo. Ele assumiu o Ministério apenas no mês de abril, se não me falta a memória, e já veio diversas vezes tanto à Câmara quanto ao Senado. Tenho certeza absoluta de que ele não irá se furtar, como não se tem furtado, a vir aqui ou a receber Parlamentares, como tem feito ao longo da sua gestão no Ministério da Educação.

Portanto, acho que não há necessidade deste requerimento. Ele foge, como disse anteriormente, à praxe utilizada nesta Comissão. Nós não temos a intenção de apresentar qualquer tipo de requerimento de convocação, até porque os Ministros têm uma pauta que eles vêm, por livre e espontânea vontade, apresentar e fazer o diálogo que se faz necessário entre as partes.

Conhecendo o Ministro Abraham como o conheço, tenho a certeza absoluta de que ele não se furtará a vir fazer esse diálogo no momento oportuno, como não tem se furtado a receber os Parlamentares, seja com pautas individuais, seja com pautas coletivas, que são a pauta de todos, como é a questão do contingenciamento e dos cortes feitos às universidades, o que se tem feito e, graças a Deus, tem-se resolvido,





CONGRESSO NACIONAL
Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização

mesmo com toda a dificuldade de recurso. Todo mês nós batemos na pauta de que as coisas vão parar, de que as coisas vão acontecer, mas, graças a Deus, elas não têm parado. Temos, com diálogo e convicção, conseguido fazer essa discussão.

É com esse sentimento que eu me coloco contrário a esse requerimento de convocação do Ministro da Educação Abraham Weintraub.

O SR. PRESIDENTE (Marcelo Castro. MDB - PI) - O segundo inscrito para falar é o Deputado Claudio Cajado, a quem concedo a palavra.

O SR. CLAUDIO CAJADO (Bloco/PP - BA) - Sr. Presidente, quero apenas corroborar as colocações do Deputado Cacá Leão. Penso que, se o Ministro vier neste momento, vai falar mais do mesmo, já que tivemos uma audiência com vários representantes das Oposições.

O Ministro foi claro ao dizer que, em havendo o descontingenciamento, continuará liberando recursos para sua área, tanto para universidades, quanto para diversas outras áreas. Temos aí alguns problemas de ordem financeira no pagamento do FNDE e de outros órgãos, mas isso será equacionado, eu não tenho dúvida.

Penso que, neste momento, esta Comissão já teve a oportunidade de discutir esse assunto de forma ampla — de forma ampla! O Ministro reuniu no seu Ministério todos os assessores da área para dar explicações aos Parlamentares que lá estavam. Nós tivemos essa boa vontade. Inclusive, esse requerimento nem era para estar pautado! Se nós fizemos o diálogo diretamente com o Ministro, que se propôs a nos receber já no dia seguinte, e agora colocamos um requerimento, para que houve então aquela conversação anteriormente? Isso não tem sentido! Então, nós realizamos aquela audiência para termos celeridade na obtenção das informações.

Então, eu penso que o Ministro não se coloca, de forma frontal, em atitude de não comparecer. Pelo contrário! Ele já esteve duas vezes na Comissão de Educação — duas vezes!

Além disso, eu penso que esta Comissão de Orçamento, e quero expor de forma muito clara, não deve ficar convocando Ministro de Estado. Não é essa a missão desta Comissão! O nosso objetivo aqui é discutir matérias congressuais. Convocação de Ministro é da competência das Comissões Permanentes temáticas de cada área, senão nós vamos convocar toda semana um Ministro para explicar





CONGRESSO NACIONAL
Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização

determinadas demandas não afetas a esta Comissão, mas, sim, às Comissões Permanentes temáticas.

A SRA. ALICE PORTUGAL (PCdoB - BA) - O tema é o Orçamento, não é a ortografia do Ministro.

O SR. CLAUDIO CAJADO (Bloco/PP - BA) - Então eu penso que nós podemos muito bem estabelecer, se for o caso de convidá-lo, uma data depois deste mês de setembro. Se estão sendo colocadas as questões do contingenciamento, da restrição da receita, da efetivação que deverá ocorrer este mês, ele virá falar mais do mesmo!

Desculpe-me, mas isso é enxugar gelo, e, sinceramente, não se presta a que otimizemos o nosso trabalho, muito menos o trabalho da Comissão como um todo.

Assim, o Governo pede e orienta contra o requerimento.

O SR. PRESIDENTE (Marcelo Castro. MDB - PI) - Com a palavra o nobre Deputado Paulo Azi.

O SR. PAULO AZI (DEM - BA) - Sr. Presidente, primeiro eu gostaria de salientar que é legítima a iniciativa da Deputada Alice Portugal, até pela oposição ao atual Governo que a nobre Deputada exerce nesta Casa.

Eu prefiro me alinhar às palavras do Deputado Cacá Leão. Veja V.Exa. que o Ministro Abraham praticamente toda semana está nesta Casa. E ele não só tem estado presente a esta Casa, Sr. Presidente, mas também tem se demonstrado um Ministro aberto ao Parlamento. Vários são os Parlamentares que, ao solicitarem audiência com o Ministro, são por ele recebidos, com toda a sua equipe, para debater o tema da educação, para discutir problemas e buscar soluções.

E é claro que não é só o Ministério da Educação que enfrenta contingenciamento. Em toda a Esplanada dos Ministérios, os Ministros têm tido dificuldades orçamentárias, em razão do aperto por que as contas públicas do País passam. Mas é claro que o Ministério da Educação, pela sensibilidade relativa à sua atuação, sempre tem uma ressonância muito maior no âmbito da sociedade. Eu não conheço, até este presente momento, nenhuma universidade ou nenhum instituto federal que tenha paralisado as suas atividades. Não conheço nenhuma universidade no País que tenha conta de luz cortada, que tenha conta de água cortada, por falta de recursos públicos.





CONGRESSO NACIONAL
Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização

Se a Deputada Alice Portugal porventura conhecer, por favor, poderá me informar. Agora, eu acho que a posição que o Deputado Claudio Cajado, Líder do Governo nesta Comissão, colocou é muito pertinente. Vamos deixar o mês de setembro prosseguir, e, quando outubro chegar, se as dificuldades orçamentárias persistirem, nós poderemos...

O SR. PRESIDENTE (Marcelo Castro. MDB - PI) - Quando outubro chegar pega bem.

O SR. PAULO AZI (DEM - BA) - Não é, Presidente? Aí nós poderemos fazer uma solicitação de convite ao Ministro, que, tenho certeza, não terá nenhuma dificuldade de vir a esta Casa debater no âmbito desta Comissão ou de qualquer outra, como, aliás, ele tem feito ao longo da sua gestão à frente do Ministério da Educação.

A SRA. ALICE PORTUGAL (PCdoB - BA) - Senador Marcelo, fui citada e foi-me solicitada uma resposta. Se eu sabia de alguma universidade que teve problemas no funcionamento causados pelos cortes.

O SR. PRESIDENTE (Marcelo Castro. MDB - PI) - V.Exa. está com a palavra.

A SRA. ALICE PORTUGAL (PCdoB - BA) - *Para economizar, a UFBA — a nossa universidade — irá funcionar em horário especial. Universidade Federal do Rio Grande do Sul reduz período de funcionamento. Com corte de 15 milhões, Universidade Federal do Acre reduz serviço de limpeza e funcionamento. Universidade Federal de Alagoas reduz horário de funcionamento no período do recesso acadêmico, mas continua agora. Universidades federais reduzem atividades e ameaçam parar no segundo semestre.*

Eu quero dizer, Deputado Paulo Azi, na verdade, que a nossa opinião aqui não é radicalizada. Eu estou aqui colocando um requerimento, que foi redigido pelo Senador Alessandro Vieira, como elemento crucial para impedir uma grande crise no âmbito da educação superior, técnica e tecnológica do Brasil.

Há crise na pesquisa, crise na pós-graduação, crise nas bolsas de estudo, crise na assistência estudantil, crise no funcionamento administrativo, no custeio. Agora, ameaçam a União Nacional dos Estudantes para inviabilizar o movimento estudantil. Então, isso gerará uma crise sem precedentes, e V.Exa. sabe que eu conheço essa área.





CONGRESSO NACIONAL
Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização

Então, é somente isso. A crise já chegou, e a tendência é piorar. O que é que custa? Se não quiser convocar, convide! O requerimento não é meu. Eu apus assinatura, convide. Outubro é tarde! Outubro é tarde! A peça orçamentária está sendo construída.

Então, Srs. Deputados, Srs. Senadores, eu acho que é uma questão de responsabilidade da CMO ouvir o Sr. Ministro. Ultimamente, são tons de gaita e guarda-chuva aberto dentro do Ministério da Educação, num deboche à educação brasileira.

Perdoem-me a incisividade, mas eu acho que é uma questão de responsabilidade suprapartidária, porque isso vai bater na porta de todo o mundo.

Obrigada.

O SR. PRESIDENTE (Marcelo Castro. MDB - PI) - Eu peço a suspensão da inscrição enquanto pergunto ao Líder do Governo se a proposta da nobre Deputado Alice Portugal, de substituir convocação por convite, poderia vingar.

O SR. CLAUDIO CAJADO (Bloco/PP - BA) - Não, Sr. Presidente, até porque...

A SRA. ALICE PORTUGAL (PCdoB - BA) - É falta de educação não convidar (*ininteligível*). (*Risos.*)

O SR. CLAUDIO CAJADO (Bloco/PP - BA) - Eu justifico por que não. É uma incoerência do requerimento convidar o Ministro da Educação se a matéria é orçamentária. Tem que ser convidado o Secretário Nacional do Planejamento. Nem coerência o requerimento tem.

O SR. PRESIDENTE (Marcelo Castro. MDB - PI) - Vamos seguir com as inscrições para discussão da matéria.

Com a palavra o Deputado Edmilson Rodrigues.

O SR. EDMILSON RODRIGUES (PSOL - PA) - Eu gostaria, se possível, de subscrever o projeto para manter a coerência.

Eu estou em meu segundo mandato e me lembro do Ministro Cid Gomes em reunião geral no plenário desta Câmara. Eu me lembro do Ministro da Justiça. Eu me lembro do Ministro Joaquim Levy aqui nesta Comissão tendo que explicar por que propunha o corte no seguro-defeso, com as Medidas Provisórias 664 e 665.

Sendo do PSOL, de oposição programática e de esquerda ao Governo, mas ao mesmo tempo por ser de esquerda, eu não queria me somar aos golpistas, que são ávidos em combater muitas vezes o que é justo, proteger injustos e acobertar





CONGRESSO NACIONAL
Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização

injustiças. Eu não estou aqui personalizando essa afirmação, mas quero dizer que houve um acordo para a aprovação do PLN 4, não foi? Por uma questão de coerência, nós tínhamos que honrar o acordo. E, já que houve aquiescência para fazer um convite a uma autoridade, conversemos. *"Ministro, por que não foi cumprido o acordo? Por que, em vez de cumprir o acordo de 1 milhão de reais mantido na educação, tirou-se esse 1 milhão e ampliou-se para mais 1 milhão, praticamente?"* Aliás, com a conivência desta Casa. Desculpem-me a expressão forte, mas houve conivência desta Casa, que aprovou aquele PLN 18 na semana passada, para que o Governo cumpra o seu compromisso.

(Não identificado) - O Plenário ainda não...

O SR. EDMILSON RODRIGUES (PSOL - PA) - O Plenário ainda não, mas aqui nesta Comissão, para que o Governo cumpra a sua promessa de pagar propina pela votação em favor da reforma criminosa da Previdência Social... Desculpe-me se alguém se sentiu ofendido.

A verdade é que já chega a 8 bilhões de reais o corte na área da educação. Parece-me que o projeto de orçamento para o ano que vem vai manter cortes na educação. É bom que se diga que até o mês de agosto havia mais ou menos 50% de despesas efetivamente executadas. É possível que nós concluamos este ano com execução real muito abaixo dos recursos efetivamente aprovados em dezembro do ano passado, que se configuraram no Orçamento de 2019.

Então, se a CMO, que vai discutir o Orçamento de 2020, não se acha no direito de conversar com o Ministro de forma respeitosa, como se sempre faz...

"Ministro, por que o senhor mantém cortes na educação?"

Aliás, vamos chamar o Ministro da Ciência e Tecnologia e outros para explicarem por que houve um corte de 50% nas bolsas da CAPES e um corte em torno de 20% nas bolsas do CNPq. Então, nada disso tem a ver conosco? Ora, esta é a Comissão Mista de Orçamento, e nós temos a obrigação de defender aqui o interesse público. E não é possível que não seja interesse público a paralisação da ciência, da tecnologia e da educação.

A Universidade Federal do Pará em setembro não terá como manter suas principais atividades. Isso ocorre de maneira geral em todo o País, apesar do questionamento do Deputado Paulo Azi sobre água, luz, sei lá o quê... É claro que,





CONGRESSO NACIONAL
Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização

se está havendo cortes em algumas áreas, tudo faz falta: manutenção, compra de equipamentos, manutenção de equipamentos, além de energia, Internet.

Então, realmente, a situação é muito — muito, muito! — dolorosa para quem acredita na educação e para quem dedica a sua vida à produção do conhecimento científico e à educação de jovens e adultos. Por uma questão de coerência, nós temos que convidar o Ministro — já não é mais nem convocação — e conversar com ele: *"Olha, tenha a nossa solidariedade, já que não é o senhor que decide"*. Como é que o Ministro da Educação não decide, mas manifesta apoio?

E eu concluo o meu pronunciamento. Nós fomos chantageados, porque o Ministro várias vezes repetiu isto em entrevistas: *"Se for aprovada a reforma da Previdência, nós poderemos descontingenciar"*. E o que nós temos é notícia, cotidiana, de corte sobre corte.

Então, há uma crise, um processo recessivo se instalando, para o qual não podemos fechar os olhos. Não podemos deixar de ver isso. Agora, quais são as prioridades do Governo? O Governo tem que assumir. Como é que se discute o sistema da dívida? Paga-se ao dia quase 3 bilhões de reais com juros de serviço da dívida, ainda que não se pague isso, porque nós estamos tendo um déficit. A rigor, acresce-se esse valor à dívida, endividando ainda mais o País.

O SR. PRESIDENTE (Marcelo Castro. MDB - PI) - Deputado, conclua seu pronunciamento, por favor.

O SR. EDMILSON RODRIGUES (PSOL - PA) - Então, por que não se enfrenta essa espiral insustentável do sistema da dívida? Por que não se faz auditoria? Por que não se corta em áreas que não sejam tão estratégicas quanto à educação? Então, se não é obrigação desta Comissão debater isso, eu não sei mais o que é obrigação da CMO.

Vamos aprovar o convite, pessoal! E o debate será, naturalmente, respeitoso, porque é obrigação nossa respeitar as autoridades, mesmo na diferença.

Obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Marcelo Castro. MDB - PI) - Concedo a palavra ao próximo orador inscrito, o Deputado Bohn Gass.

O SR. BOHN GASS (PT - RS) - Sr. Presidente, eu quero, primeiro, saber se o Ministro deve vir ou não a esta Comissão. O Deputado Claudio Cajado levantou a questão que o Ministro viria às comissões temáticas. Esta é uma comissão temática,





CONGRESSO NACIONAL
Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização

sim, do orçamento. E nós queremos falar sobre o Orçamento. Nós poderíamos falar com o Ministro Weintraub sobre vários outros pontos. Por exemplo, o Future-se já foi, inclusive, debatido. De fato, seria mais atinente à Comissão da Educação. Mas nós também poderíamos debater esse tema aqui. Eu tenho as minhas discordâncias, porque ele vai tirar dinheiro público — dinheiro público! — e privatizar a educação. Esse é o grande debate que o Ministro da Educação está fazendo, que o Governo está fazendo. Eles estão privatizando a educação.

Poderíamos, por exemplo, falar que eles são interventores. A Deputada Alice Portugal citou exemplos aqui de Estados que tiveram eleições nas universidades, mas não se respeitou a vontade manifesta pelo voto da comunidade escolar, dos professores, dos servidores, dos alunos e da comunidade que está em volta de uma universidade ou de um instituto federal. Eu vou dar o exemplo concreto da Universidade Federal da Fronteira Sul, com unidades no Paraná e em Santa Catarina, no Rio Grande do Sul.

O SR. VICENTINHO JÚNIOR (PL - TO) - Deputado Bohn Gass, permita-me tirar uma dúvida?

O SR. BOHN GASS (PT - RS) - Pois não.

O SR. VICENTINHO JÚNIOR (PL - TO) - Sr. Presidente, começou agora a Ordem do Dia no plenário. Como é que fica, nós podemos... Há efeitos administrativos aos Parlamentares. Como é que fica essa questão?

O SR. PRESIDENTE (Marcelo Castro. MDB - PI) - Bom, com o início da Ordem do Dia, resta-nos...

O SR. BOHN GASS (PT - RS) - Eu só quero concluir, Presidente, o meu pronunciamento. Só que a regra da Comissão aqui...

O SR. PRESIDENTE (Marcelo Castro. MDB - PI) - Conclua seu pensamento, para podermos encerrar.

O SR. BOHN GASS (PT - RS) - Eu só gostaria que isso nos fosse informado. Quando há votações na Câmara dos Deputados, em sendo uma Comissão Mista, ela tem que continuar as votações aqui. Eu só gostaria que a assessoria me confirmasse qual é a modalidade que é usada aqui, Presidente.

Frente à questão de ordem, segure o meu tempo aqui. Quando há sessão — e aqui é uma Comissão Mista —, qual é a prática a ser adotada?





CONGRESSO NACIONAL
Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização

O SR. PRESIDENTE (Marcelo Castro. MDB - PI) - Deputado Bohn Gass, por favor. Foi-nos informado que a reunião era ordinária. Aí, criou-se a dúvida. E a assessoria está verificando aqui se é ordinária ou se é extraordinária. Se for extraordinária, nós continuaremos. Se for ordinária, nós somos obrigados a encerrar.

O SR. BOHN GASS (PT - RS) - Ótimo.

Vou concluir a questão. A Universidade Federal da Fronteira Sul, que existe no Paraná, no Rio Grande do Sul e em Santa Catarina, fez eleição para reitor. A universidade inclusive tem um regimento com regras para o segundo turno. Os dois mais votados fazem uma eleição de segundo turno na comunidade escolar. Obviamente, o mais votado seria o designado reitor.

Nós tivemos uma situação tão atípica que o cidadão que ficou em terceiro lugar, que sequer foi para o segundo turno — e houve mobilização para o segundo turno —, passou a ser o reitor. Isso é uma intervenção. Eu acho que a deve tratar desses assuntos sim, mas não é objeto direto da Comissão. Agora, o objeto temático desta Comissão são os valores, o Orçamento.

E aqui nós temos um corte na CAPES. E a CAPES, neste fim de semana... Eu repito este número: este ano já foram canceladas 11 mil bolsas. Neste fim de semana foram anunciadas mais 5.600 bolsas cortadas, 16 mil bolsas. Não é possível que a Comissão Mista do Orçamento, que trata desses temas, não convoque o Ministro para explicar isso.

Ou nós não queremos a formação acadêmica de mestres, de doutores? No MEC nós temos uma redução, comparativamente a 2014, de 51%. Sobre a CAPES eu já falei. Eu posso falar das universidades federais: comparativamente a 2014, uma queda de 39%. Eu quero insistir aqui, este Congresso, contra a nossa vontade, votou a Emenda Constitucional nº 95. Se nós reduzirmos o Orçamento, nos orçamentos subsequentes — mesmo que a economia tivesse uma reação, não há nenhuma política do Governo para que a economia tenha uma reação e saia da estagnação — o Governo não tem como gastar, porque a emenda constitucional congela os valores apenas o reajuste inflacionário. Então, é muito grave. Nós precisamos falar com o Ministro sobre esse tema.

Então, eu quero reforçar essa ideia. Defendo, sim, a convocação. Se o autor concorda e solicita a transferência para convite, eu estou de pleno acordo com isso. E é importante e tem que ser rápido, e não para outubro. Jogar para outubro é





CONGRESSO NACIONAL
Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização

querer que as universidades parem, que os institutos federais parem, que as pesquisas parem. E eu não quero parar a educação do País. Então, jogar para outubro é não querer que haja efetividade do ensino neste ano.

O SR. PRESIDENTE (Marcelo Castro. MDB - PI) - Com a palavra o nobre Deputado Filipe Barros.

O SR. FILIPE BARROS (PSL - PR) - Sr. Presidente, colegas Deputados e Deputadas, eu poderia neste momento falar de contingenciamentos no Ministério da Educação em Governos passados, do sucateamento das universidades em Governos passados, mas isso é fato público e notório, Líder Joice Hasselmann. Então, eu gostaria de ressaltar aqui que o Ministro da Educação esteve no Plenário da Câmara dos Deputados prestando esclarecimentos, fato que não acontecia nesta Casa há muitos anos.

Eu gostaria de relembrar que o Ministro da Educação já esteve inúmeras vezes na Comissão de Educação. Na semana passada, ele estava na Casa prestando esclarecimentos.

O SR. CACÁ LEÃO (Bloco/PP - BA) - Hoje!

O SR. FILIPE BARROS (PSL - PR) - O Deputado Cacá Leão me lembra que o Ministro estava hoje nesta Casa, na Comissão de Finanças e Tributação. Então, o Ministro da Educação tem tido um relacionamento republicano com esta Casa, sempre se colocando à disposição para qualquer tipo de esclarecimento.

Aliás, ele já convidou inúmeros Deputados, até da Oposição, para irem até o Ministério da Educação quando tiverem eventualmente dúvidas, sugestões, críticas. Então, para não me alongar muito, porque essa matéria já foi discutida, eu acho que já temos que ir para o voto. Eu gostaria de deixar isto registrado, porque a pessoa que nos está acompanhando pela Internet e vê o discurso da Oposição acha que o Ministro da Educação não faz questão de vir a esta Casa. Pelo contrário, toda semana o Ministro da Educação está aqui na Câmara dos Deputados.

Então, Sr. Presidente, o PSL vai encaminhar o voto contrário a essa convocação, porque, na nossa visão, é mais uma chicana da Oposição. Eventualmente, eles podem ir à Comissão de Educação, que é a Comissão temática própria para esses fins.

Então, o PSL vai orientar o voto "não".





CONGRESSO NACIONAL
Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização

O SR. CACÁ LEÃO (Bloco/PP - BA) - Presidente, peço a palavra só para retirar o requerimento que eu havia apresentado.

O SR. PRESIDENTE (Marcelo Castro. MDB - PI) - Com a palavra o nobre Deputado Márcio Marinho.

O SR. MÁRCIO MARINHO (REPUBLICANOS - BA) - Sr. Presidente, Senador Marcelo Castro, eu também, desde já, quero aqui, de forma gentil, respeitar o posicionamento do Senador Alessandro Vieira e da Deputada Alice Portugal, que fazem o papel que a Oposição tem que fazer. Já foi colocado aqui pelos colegas que me antecederam que em nenhum momento o Ministro causou óbice em vir a qualquer Comissão. É evidente que nós precisamos fazer o Brasil andar. E toda vez que o Ministro vem aqui a esta Casa, lógico, atendendo com todo o respeito a convocação ou a convite, de certo modo muita coisa para no Ministério. E já foi colocado aqui que ele não tem nenhuma dificuldade em responder aos questionamentos da Oposição.

O Deputado Cacá Leão já disse aqui que hoje mesmo o Ministro estava nesta Casa. Eu tenho certeza de que os questionamentos que a Oposição quer fazer ao convocá-lo a esta Comissão serão os mesmos questionamentos feitos hoje pela manhã.

Então, eu quero aqui encaminhar o voto contrário do meu partido, Republicanos, à vinda do Ministro a esta Comissão.

O SR. PRESIDENTE (Marcelo Castro. MDB - PI) - Com a palavra o nobre Deputado Vicentinho Júnior.

O SR. VICENTINHO JÚNIOR (PL - TO) - Sr. Presidente, colegas Parlamentares, boa tarde.

Eu queria apenas reforçar, primeiro, o respeito que esta Comissão e que este Parlamentar têm pelos colegas que me antecederam, no caso, o Deputado Edmilson, a Deputada Alice Portugal, pois aqui ninguém tem dúvida do conhecimento profundo que ela tem com relação à pauta da educação. Aliás, a educação tem que ser e sempre será o eixo basilar de toda sociedade organizada. Os membros desta Comissão não se furtam ao compromisso e à responsabilidade de discutir o orçamento necessário a ser aplicado ainda neste ano vigente, em 2019, para o Ministério da Educação, além do planejamento das PLOAS para o ano de 2020.





CONGRESSO NACIONAL
Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização

Aqui, já pela terceira vez nesta Comissão Mista de Orçamento durante os meus mandatos, eu vi, muitas vezes, convites serem feitos, convocações serem feitas. E, mais do que a narrativa da Oposição ou da base de Governo, deve haver a narrativa do bom senso. Esta é uma Comissão que, diferente de outras da Casa, só anda, aprova e dá os resultados que o Brasil merece em cima de bom senso, Deputado Claudio Cajado.

Vi agora há pouco o Deputado Nelson Pellegrino se convencendo a partir dos argumentos de um Líder do Governo. Usou-se o bom senso. E o bom senso e o bom tom dizem que, quando se vai tratar de uma questão de orçamento... E o Ministro da pasta, que está há menos de 8 meses à frente do Ministério da Educação, pede a compreensão e o crédito de, pelo menos, 1 mês a mais para que ele possa, depois de colocar a sua gestão em ordem, com a equipe de trabalho no dia a dia alinhada, entendendo por que assumiu e sabendo o que tem que fazer... Eu acho que nada mais justo, Deputada Joice, do que dar crédito ao nosso Ministro da Educação.

Agora, após o mês de setembro, façamos o convite devido para que ele venha aqui explicar quais foram os avanços da educação no mês de setembro, porque, se formos olhar o número de ameaças que foram levantadas na imprensa, o número de suspeitas que pairaram sobre o Ministério dele... Em Tocantins, por exemplo, há 3 meses, levantou-se a discussão de que os institutos e a faculdade federal iriam fechar na semana seguinte em decorrência dos ajustes orçamentários que o Ministério fez. Virou um temor, professores indo às ruas; alunos indo às portas dos Parlamentares nos cobrar responsabilidade, como se fossemos nós os culpados pela falta de orçamento hoje por gestões do passado. Não! O que nós todos queremos é que o Ministério ande, caminhe e que a educação sempre seja esse eixo que leva o Brasil à frente.

Então, é justo que nós possamos aqui hoje dar não uma derrota a esse requerimento, mas a oportunidade de o Ministro da Educação praticar no mês de setembro o crédito que ele quer ter para mostrar que agora a casa está em ordem, agora os contingenciamentos, os cortes — prefiro dizer que são reajustamentos orçamentários — foram feitos de maneira a se respeitar a realidade por que o Brasil passa, a se respeitarem os alunos e professores da educação do Brasil adentro, para que a coisa ande.





CONGRESSO NACIONAL
Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização

Então, é justo, como aqui dito pelo Deputado Claudio Cajado, que possamos dar esse crédito ao Ministro, que é merecedor, até porque, em todas as outras Comissões que tratam de temas específicos, a não ser a do orçamento, sempre se fez presente. A quem tem crédito dá-se o crédito.

O SR. PRESIDENTE (Marcelo Castro. MDB - PI) - Encerrada a discussão.

Os autores do requerimento não se acham presentes.

O requerimento fica retirado de pauta.

O SR. BOHN GASS (PT - RS) - Não, Presidente.

Eu vou subscrever o requerimento, então.

O SR. PRESIDENTE (Marcelo Castro. MDB - PI) - O Deputado Bohn Gass subscreverá o requerimento. *(Pausa.)*

O requerimento está subscrito pelo Deputado Bohn Gass.

Então, vamos colocá-lo em votação na representação da Câmara dos Deputados.

Os Srs. Deputados que o aprovam permaneçam como se encontram. *(Pausa.)*

Rejeitado o requerimento na Câmara dos Deputados.

Requerimento nº 7.

Apreciação do Requerimento nº 14, de 2019, da CMO...

O SR. NELSON PELLEGRINO (PT - BA) - Está prejudicado, Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Marcelo Castro. MDB - PI) - Por quê?

Requerimento nº 14/2019: *"Requer a inclusão da Sra. Lunda Botelho na audiência pública no âmbito da Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização para debater a importância da realização do CENSO em 2020"*, conforme Requerimento nº 7, de 2019, aprovado em 21/5/2019.

Autor: Deputado Orlando Silva. Também está ausente.

O SR. BOHN GASS (PT - RS) - Sr. Presidente, se eu puder subscrever... Eu queria justificar e pedir ao Deputado Cacá Leão e aos colegas aqui acordo para inclusão de uma senhora no debate, apenas.

Você sabe que o Censo está sendo debatido. Vai ter uma audiência pública sobre isso.

É importante que possamos debater o assunto, porque vão ser cortados recursos importantes para os nossos Municípios.

É apenas a inclusão de mais um nome.





CONGRESSO NACIONAL
Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização

O SR. PRESIDENTE (Marcelo Castro. MDB - PI) - V.Exa., então, subscreve o requerimento?

O SR. BOHN GASS (PT - RS) - Eu o subscrevo. Só peço atenção para poder...

O SR. PRESIDENTE (Marcelo Castro. MDB - PI) - Em discussão o requerimento. *(Pausa.)*

Encerrada a discussão.

Em votação na Câmara dos Deputados.

Os Srs. Deputados que o aprovam permaneçam como se acham. *(Pausa.)*

Aprovado.

Em votação no Senado Federal.

Os Srs. Senadores que o aprovam permaneçam como se encontram. *(Pausa.)*

Aprovado.

O SR. CLAUDIO CAJADO (Bloco/PP - BA) - Sr. Presidente, apenas para retribuir a atenção das Oposições com os PLNs, o Governo vota com V.Exa.

O SR. PRESIDENTE (Marcelo Castro. MDB - PI) - Esse é o verdadeiro espírito da CMO.

O SR. BOHN GASS (PT - RS) - Um dia vai ser a votação principal com o Governo votando conosco. *(Risos.)*

O SR. PRESIDENTE (Marcelo Castro. MDB - PI) - Nada mais havendo a tratar, declaro encerrada a reunião.





CONGRESSO NACIONAL
Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização

ATA DA SÉTIMA REUNIÃO ORDINÁRIA, DA 1ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA, DA 56ª
LEGISLATURA, DA COMISSÃO MISTA DE PLANOS, ORÇAMENTOS PÚBLICOS E FISCALIZAÇÃO,
REALIZADA NO DIA 10 DE SETEMBRO DE 2019.

Aos dez dias do mês de setembro do ano de dois mil e dezenove, foi convocada ordinariamente a Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização, no Anexo II, plenário 04 da Câmara dos Deputados, com o objetivo de apreciar as matérias constantes da Pauta. Foi registrado o comparecimento dos membros: - **Deputados titulares:** Aluisio Mendes, André Figueiredo, Beto Faro, Cacá Leão, Carlos Henrique Gaguim, Dagoberto Nogueira, Domingos Neto, Edmilson Rodrigues, Felipe Francischini, Filipe Barros, Gonzaga Patriota, Hildo Rocha, João Roma, Josimar Maranhãozinho, Luciano Ducci, Márcio Marinho, Misael Varella, Paulo Azi, Rodrigo de Castro, Vander Loubet e Vicentinho Júnior; - **Senadores titulares:** Angelo Coronel, Flávio Bolsonaro, Izalci Lucas, Kátia Abreu, Luiz do Carmo e Marcelo Castro; - **Deputados suplentes:** Alexis Fonteyne, Bohn Gass, Dra. Soraya Manato, Fred Costa, Hercílio Coelho Diniz, João Carlos Bacelar, Júnior Mano, Juscelino Filho, Leônidas Cristino, Marcelo Nilo, Nelson Pellegrino, Rodrigo Coelho e Zé Carlos; e - **Senador Suplente:** Soraya Thronicke. Foi registrado o comparecimento dos parlamentares não integrantes da Comissão, Deputados Alencar Santana Braga, Charles Evangelista e Domingos Sávio. Foi registrada a ausência dos membros titulares: - **Deputados:** Celso Sabino, Genécias Noronha, Gurgel, Hiran Gonçalves, Lucas Gonzalez, Lucio Mosquini, Marreca Filho, Nivaldo Albuquerque, Orlando Silva e Zeca Dirceu; e - **Senadores:** Elmano Férrer, Jean Paul Prates, Vanderlan Cardoso, Veneziano Vital do Rêgo e Wellington Fagundes.

ABERTURA: às quinze horas, do dia dez de setembro de 2019, havendo número regimental, os trabalhos foram abertos pelo Presidente, Senador Marcelo Castro. **EXPEDIENTES.** O Presidente declarou como lidos os expedientes recebidos pela Comissão, de 03 a 10 de setembro de 2019, tendo em vista que essas informações encontram-se publicadas na página da CMO na internet. Em continuidade, o Presidente anunciou, a seguinte ordem de escolha das Relatorias Setoriais à Lei Orçamentária Anual para 2020: 1ª escolha, caberá ao Senado Federal – Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil – MDB/PP/PRB, com indicação do Senador Eduardo Gomes, pelo MDB. 2ª escolha caberá à Câmara dos Deputados – Bloco PSL, PP, PSD, MDB, PR, PRB, DEM, PSDB, PTB, PSC, PMN, com indicação do Deputado Felipe Francischini, pelo PSL, para Infraestrutura. 3ª escolha caberá à Câmara dos Deputados – Bloco PSL, PP, PSD, MDB, PR, PRB, DEM, PSDB, PTB, PSC, PMN, com indicação do Deputado Nivaldo Albuquerque, para Saúde. 4ª escolha, caberá ao Senado Federal – Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL, com indicação do Senador Izalci Lucas, pelo PSDB. 5ª escolha, caberá à Câmara dos Deputados – Bloco PSL, PP, PSD, MDB, PR, PRB, DEM, PSDB, PTB, PSC, PMN, com indicação do PL para Agricultura. 6ª escolha, caberá à Câmara dos Deputados – Bloco PSL, PP, PSD, MDB, PR, PRB, DEM, PSDB, PTB, PSC, PMN, com indicação do Deputado Hildo Rocha, pelo MDB. 7ª escolha, caberá ao Senado Federal – Bloco Parlamentar Senado Independente PDT/REDE/PPS/PSB, com indicação da Senadora Kátia Abreu, pelo PDT, para Turismo. 8ª escolha, caberá à Câmara dos Deputados – Bloco PSL, PP, PSD, MDB, PR, PRB, DEM, PSDB, PTB, PSC, PMN, com indicação do Deputado Marx Beltrão, pelo PSD. 9ª escolha, caberá à Câmara dos Deputados – Bloco PDT, PODE, SOLIDARIEDADE, PCdoB, PROS, AVANTE, PV, DC, com indicação do Deputado André Figueiredo, pelo PDT, para Ciência e Tecnologia. 10ª escolha, caberá ao Senado Federal – PSD, com indicação do Senador Angelo Coronel. 11ª escolha, caberá à Câmara dos Deputados – PT, com indicação do Deputado Nelson Pellegrino, para Economia ou Segurança Pública. 12ª escolha, caberá à Câmara dos Deputados – Bloco PSL, PP, PSD, MDB, PR, PRB, DEM, PSDB, PTB, PSC, PMN, com indicação do Deputado Márcio





CONGRESSO NACIONAL
Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização

Marinho, pelo PRB, para Minas e Energia. 13ª escolha, caberá ao Senado Federal – Bloco Parlamentar da Resistência Democrática PT/PROS. 14ª escolha, caberá à Câmara dos Deputados – Bloco PDT, PODE, SOLIDARIEDADE, PCdoB, PROS, AVANTE, PV, DC, com indicação do Deputado Aluisio Mendes, pelo PODE, para Segurança Pública. 15ª escolha, caberá ao Senado Federal – Bloco Parlamentar Vanguarda DEM/PR/PSC; e 16ª escolha, caberá à Câmara dos Deputados – PSB, com indicação do Deputado Luciano Ducci. E diante destas informações, o Presidente solicitou às Lideranças Partidárias que entrem em acordo e finalizem as indicações. Às 15h15min, o Presidente anunciou que havia sido atingido o *quórum* regimental para deliberação nas duas Casas do Congresso Nacional. Em seguida, foi submetida à apreciação a Ata da 6ª Reunião Ordinária, realizada no dia 03 de setembro de 2019. Em votação, a Ata foi **aprovada**. ORDEM DO DIA. Proposta de inversão de pauta, nos termos do art. 34, Parágrafo único *do Regimento Comum*, no sentido de apreciar inicialmente o item 04 – **Requerimento nº 15/2019-CMO** e o item 06 – **Requerimento nº 17/2019-CMO**, constantes da Pauta. Autor: Senador Marcelo Castro, Presidente da CMO. A Proposta foi **aprovada**. PAUTA. Item 04. **Requerimento nº 15/2019-CMO**, que “Requer a realização de Audiência Pública desta Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização, para debater a necessidade urgente de recomposição dos quadros das Instituições das Carreiras de Ciência e Tecnologia e seus orçamentos.” Autor: Senador Izalci Lucas. O autor apresentou o Requerimento. Não houve discussão. Em votação, o Requerimento foi **aprovado**. Item 06. **Requerimento nº 17/2019-CMO**, que “Requer a realização de Audiência Pública na Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização, a fim de debater o impacto da Ciência e da Tecnologia na economia do país.” Autor: Senador Izalci Lucas. O autor apresentou o Requerimento. Não houve discussão. Em votação, o Requerimento foi **aprovado**. Item 01. Relatório apresentado ao **Projeto de Lei nº 13/2019-CN**, que “Abre aos Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social da União, em favor de diversos órgãos do Poder Executivo, crédito suplementar nº valor de R\$ 39.088.048,00 (trinta e nove milhões, oitenta e oito mil e quarenta e oito reais), para reforço de dotações constantes da Lei Orçamentária vigente.” Relator: Deputado João Carlos Bacelar. Não foram apresentadas emendas. Voto: pela aprovação do Projeto de Lei, na forma do Substitutivo apresentado, que incorpora 01 emenda de relator. O relator apresentou o Relatório. Não houve discussão. Em votação, o Relatório foi **aprovado**. Item 02. Relatório apresentado ao **Projeto de Lei nº 15/2019-CN**, que “Abre ao Orçamento de Investimento crédito suplementar no valor de R\$ 1.822.892.800,00 (um bilhão, oitocentos e vinte e dois milhões, oitocentos e noventa e dois mil e oitocentos reais), em favor da empresa Petróleo Brasileiro S.A. - Petrobras, para os fins que especifica”. Relator: Deputado Luciano Ducci. Não foram apresentadas emendas. Voto: pela aprovação do Projeto de Lei, na forma proposta pelo Poder Executivo. O relator apresentou o Relatório. Discutiram a matéria os Deputados Nelson Pellegrino e Carlos Henrique Gaguim. Em votação, o Relatório foi **aprovado**. Item 03. Relatório apresentado ao **Projeto de Lei nº 17/2019-CN**, que “Abre ao Orçamento Fiscal da União, em favor da Controladoria-Geral da União e dos Ministérios da Infraestrutura e do Desenvolvimento Regional, crédito especial no valor de R\$ 12.574.000,00 (doze milhões, quinhentos e setenta e quatro mil reais), para os fins que especifica”. Relator: Senador Elmano Férrer. Foi apresentada 01 emenda. Voto: pela aprovação do Projeto de Lei, na forma proposta pelo Poder Executivo, e pela rejeição da emenda apresentada. Ausente o relator, foi designada a Senadora Kátia Abreu como relatora *ad hoc*, que apresentou o Relatório. Não houve discussão. Em votação, o Relatório foi **aprovado**. Item 05. **Requerimento nº 16/2019-CMO**, que “Requer a inclusão de convidados para participarem da audiência pública derivada do Requerimento 9/2019 CMO, com o objetivo de debater o financiamento e o retorno do investimento em ações relacionadas à Primeira Infância.” Autor: Deputado Felipe Francischini. Ausente o autor, subscreveu o Requerimento a Senadora Soraya Thronicke, que apresentou a matéria e substituiu o convidado Mário Luís Gurgel de Souza, por Júlia Alves Marinho Rodrigues, da Consultoria de Orçamento da Câmara dos Deputados. Não houve discussão. Em votação, o Requerimento





CONGRESSO NACIONAL
Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização

Alterado foi **aprovado**. ENCERRAMENTO: nada mais havendo a tratar, o Presidente encerrou os trabalhos às quinze horas e quarenta e sete minutos. Para constar, eu, Walbinson Tavares de Araujo, Secretário Executivo, lavrei a presente Ata, que, após a sua aprovação, será assinada pelo Presidente da Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização do Congresso Nacional e encaminhada para publicação no Diário do Congresso Nacional. Os trabalhos foram gravados e, depois de traduzidos, integrarão esta Ata. **Senador Marcelo Castro, Presidente.**
XXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXX

Em 10.09.2019

O SR. PRESIDENTE (Marcelo Castro. MDB - PI) - Há quórum regimental para a abertura dos trabalhos.

Declaro iniciada a 7ª Reunião Ordinária da Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização, destinada à apreciação das matérias constantes da pauta.

Aviso.

Informo a realização da reunião de audiência pública na próxima quinta-feira, dia 12, às 10 horas, convocada com a finalidade de debater a reestruturação da Secretaria Especial da Receita Federal, em virtude do Requerimento nº 11, de 2019-CMO, de autoria do Deputado Edmilson Rodrigues, aprovado na 5ª Reunião Extraordinária, em 14 de agosto de 2019.

Expediente.

Declaro lidos os expedientes recebidos pela Comissão até a presente data, tendo em vista que essas informações encontram-se publicadas na página da CMO na Internet. *(Pausa.)*

O SR. DOMINGOS SÁVIO (PSDB - MG) - Sr. Presidente, tenho só uma questão de ordem.

O SR. PRESIDENTE (Marcelo Castro. MDB - PI) - Pois não, Deputado Domingos Sávio.

O SR. DOMINGOS SÁVIO (PSDB - MG) - Sr. Presidente, em consideração a todos, como é uma situação nova, em que temos a expectativa de que o acordo se cumpra, embora os meus pares nesta Comissão já tenham me pedido para entrar, de imediato, em processo de obstrução, eu vou pedir a compreensão dos colegas do PSDB para que não entremos em obstrução de imediato.





CONGRESSO NACIONAL
Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização

Se não houver, ainda hoje, entendimento com o Bloco, respeitando o que foi acordado com o PSDB, eu já estou informando que estaremos em obstrução permanente aqui e em sessões do Congresso, até que o acordado com o PSDB seja respeitado.

Essa é uma posição tirada na bancada, que eu estou apenas comunicando. Mas faço um apelo à bancada no sentido de que, na sessão que se inicia agora, não entremos de imediato com o *kit* obstrução.

Apenas comunico que eu tenho a expectativa de que seja cumprido o acordo firmado, que possibilitou definição de Relator da LDO e Relator da LOA e que previa uma sub-relatoria para o PSDB na Câmara. Se ele não for cumprido, entendemos que o PSDB tem que manifestar sua discordância com os processos de condução que estão ocorrendo nesta nossa Comissão.

Era só isso, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Marcelo Castro. MDB - PI) - Muito bem, Deputado Domingos Sávio. Está dado o seu recado.

Passo a palavra ao nobre Senador Izalci Lucas.

O SR. IZALCI LUCAS (PSDB - DF) - Sr. Presidente, eu quero agradecer ao Deputado Domingos pela compreensão, mas ocorre que eu tenho dois itens na pauta que são de fundamental importância, que são duas audiências públicas.

Nós estamos acompanhando o que está acontecendo no País com relação a ciência, tecnologia e inovação. Essas questões já foram, de certa forma, discutidas nas Comissões de Ciência e Tecnologia e de Educação, onde, em toda discussão, há unanimidade, todo mundo reconhece a importância de ciência e tecnologia. O único lugar onde falta realmente um maior reconhecimento disso é na Comissão Mista de Orçamento.

Então, eu pediria a V.Exa. que, logo que tivéssemos condições, votássemos o item 4 e o item 6, que são sobre duas audiências públicas. Uma das audiências trata dos quadros das instituições das carreiras de ciência e tecnologia, que estão defasados. Nós estamos com 80% dos pesquisadores já na idade de se aposentar. Se eles se aposentarem, acaba a ciência no Brasil.

Também queremos discutir aqui na Comissão Mista de Orçamento — este é o motivo da audiência pública do requerimento constante do item 6 —, o impacto da ciência e tecnologia no desenvolvimento econômico. Aqui nós só falamos de cortes





CONGRESSO NACIONAL
Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização

no Orçamento. Já faz uns 3 anos que eu participo desta Comissão. E em todas as reuniões, só se fala em cortes no Orçamento. Eu quero propor que, com a ciência e da tecnologia, possamos começar a discutir o aumento da arrecadação através do desenvolvimento econômico.

Eu sei que aqui só funciona com acordo. Então, eu gostaria muito que, mesmo que a data fosse definida depois, pudéssemos aprovar esses dois requerimentos. Inclusive, eu vim vermelho hoje em homenagem ao Deputado Pellegrino, que sabe da importância da ciência, tecnologia e inovação.

Portanto, eu quero pedir aqui o apoio de todos os pares.

O SR. NELSON PELLEGRINO (PT - BA) - Sr. Presidente, eu estou entendendo que o Senador Izalci está pedindo inversão de pauta. É isso?

O SR. IZALCI LUCAS (PSDB - DF) - É isso.

O SR. NELSON PELLEGRINO (PT - BA) - Nós concordamos com a inversão de pauta pedida pelo Senador Izalci.

O SR. PRESIDENTE (Marcelo Castro. MDB - PI) - Nós estamos aguardando quórum para a deliberação. Está faltando um Senador.

O SR. ALUISIO MENDES (PSC - MA) - Mais uma vez o Senado está deixando de cumprir seu papel aqui, Senador Izalci. (*Risos.*)

O SR. IZALCI LUCAS (PSDB - DF) - Está havendo discussão da Previdência lá no plenário. Talvez seja isso.

O SR. ALUISIO MENDES (PSC - MA) - Sr. Presidente, pela ordem. Eu peço a oportunidade para fazer um apelo aqui ao Blocão, até endossando as palavras do Deputado Domingos Sávio com relação a um acordo entre eles.

Realmente eu não conheço, aqui nesta Casa, acordo em que se acorde com maior e não se acorde com menor. Acho que essa conversa é necessária até para que não se obstrua o trabalho desta Comissão, que é tão importante para o País e para esta Casa.

Portanto, eu faço aqui um apelo aos partidos do Blocão para que, o mais rápido possível, sentem-se e acordem entre eles, para que possamos evoluir positivamente com nosso trabalho aqui na CMO.

O SR. PRESIDENTE (Marcelo Castro. MDB - PI) - Sábias e prudentes palavras, Deputado.





CONGRESSO NACIONAL
Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização

Esta Comissão aqui, todos sabem, só funciona no acordo. E é assim que devemos manter esse espírito, que já vem de muitos anos.

Tem a palavra o Deputado Nelson Pellegrino.

O SR. NELSON PELLEGRINO (PT - BA) - Sr. Presidente, só quero comunicar algo a V.Exa.

Eu sei que nós estamos ainda fazendo a coleta de informação dos partidos e blocos sobre suas preferências. Nós temos direito, na Câmara, ao décimo primeiro pedido e queremos estabelecer duas prioridades aqui. A nossa primeira prioridade seria a relatoria da Economia. E, se algum partido que estiver antes do PT fizer esse pedido, a nossa segunda prioridade é a Justiça e Segurança Pública.

Portanto, se alguém pedir Economia na frente, nós queremos Justiça e Segurança Pública.

O SR. PRESIDENTE (Marcelo Castro. MDB - PI) - Enquanto nós esperamos a chegada do próximo Senador, eu poderia ir passando aos senhores e às senhoras o que já está mais ou menos indicado. Não há nada definido. São os nomes que foram falados para as relatorias setoriais, que são 16.

Eu gostaria de comunicar a V.Exas., para irmos recapitulando...

O SR. ALUISIO MENDES (PSC - MA) - Sr. Presidente, peça silêncio, porque, aqui atrás, não estamos conseguindo ouvir nada do que V.Exa. está falando.

O SR. PRESIDENTE (Marcelo Castro. MDB - PI) - Eu quero pedir um pouco de silêncio, por favor.

A primeira escolha para as relatorias setoriais cabe ao MDB do Senado, e seria indicado o Senador Eduardo Gomes.

A segunda e a terceira escolhas recaem sobre o Bloção da Câmara dos Deputados. Segundo o Deputado Cacá Leão, a segunda escolha seria a Infraestrutura e iria para o PSL.

O SR. DOMINGOS SÁVIO (PSDB - MG) - Presidente, só uma questão de ordem.

Com todo respeito ao Deputado Cacá Leão, ele não é o Líder do Bloção. Eu estou sendo franco, porque não cabe a ele dizer quais são as indicações do Bloção.

O SR. PRESIDENTE (Marcelo Castro. MDB - PI) - Não é ele que está dizendo, não. Ele só está...





CONGRESSO NACIONAL
Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização

O SR. DOMINGOS SÁVIO (PSDB - MG) - Eu estou acrescentando isso para que conste na ata, porque, senão, fica parecendo que o Bloção indicou o partido A, B ou C.

O Líder do Bloção é o Deputado Elmar. Eu acabei de conversar com ele, assim como Deputado Carlos Henrique Gaguim também conversou, e nós entendemos que a indicação, regimentalmente, deve ser feita pelo Líder do Bloção.

O SR. PRESIDENTE (Marcelo Castro. MDB - PI) - Sem nenhuma dúvida. A indicação vai ser comunicada oficialmente pelo Líder Elmar Nascimento. É assim que vai constar.

Eu estou tratando aqui só dos nomes que já foram ventilados, para se ter uma ideia. Não há nada definido.

O SR. DOMINGOS SÁVIO (PSDB - MG) - Então, V.Exa. acrescente que o Deputado Domingos Sávio acrescentou o nome do Deputado Rodrigo de Castro para ser a primeira escolha do Bloção.

O SR. PRESIDENTE (Marcelo Castro. MDB - PI) - Perfeito.

O SR. NELSON PELLEGRINO (PT - BA) - Sr. Presidente, só para entender, V.Exa. disse que o primeiro pedido seria do MDB do Senado, para a Infraestrutura.

O SR. PRESIDENTE (Marcelo Castro. MDB - PI) - Quanto a isso, não há dúvida. Quer dizer, que isso cabe ao MDB do Senado não há dúvida.

O SR. NELSON PELLEGRINO (PT - BA) - Sim. Mas o Bloção teria direito aos segundo e terceiro pedidos. É isso?

O SR. PRESIDENTE (Marcelo Castro. MDB - PI) - É.

O SR. NELSON PELLEGRINO (PT - BA) - Mas eles já indicaram?

O SR. PRESIDENTE (Marcelo Castro. MDB - PI) - Não, ninguém indicou ninguém, não. Isso aqui não está valendo. Esses são apenas os nomes que foram ventilados, para se ter uma ideia.

O SR. NELSON PELLEGRINO (PT - BA) - É claro. Eu só queria entender.

O SR. PRESIDENTE (Marcelo Castro. MDB - PI) - Então, a segunda e a terceira escolhas seriam do Bloção da Câmara.

Eu peço silêncio, por favor. Deputados, por obséquio, façam silêncio.

(O Sr. Presidente faz soar as campainhas.)

O SR. PRESIDENTE (Marcelo Castro. MDB - PI) - Eu agradeço.





CONGRESSO NACIONAL
Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização

A segunda e a terceira escolhas recaem sobre o Bloco da Câmara. Os nomes ventilados aqui foram: Infraestrutura para o PSL, que seria o Deputado Francisco Francischini; e Saúde para o PP, que seria o Deputado Nivaldo Albuquerque.

A quarta escolha recairia sobre o Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL, do Senado, e caberia ao PSDB, com o Senador Izalci Lucas.

A quinta e a sexta escolhas recaem novamente sobre o Bloco. Não está definido ainda, mais a quinta escolha provavelmente caberia ao PL, que ficaria, provavelmente, com a Agricultura. A sexta escolha é do MDB, com o Deputado Hildo Rocha. Mas não está escolhida ainda a área.

A sétima escolha, que foi a única unanimidade que houve aqui, cabe ao Bloco PDT/REDE/PPS/PSB, do Senado, com a Senadora Kátia Abreu para o Turismo.

A oitava escolha caberia ao Bloco e recairia sobre o PSD. O Deputado Marx Beltrão seria o indicado, mas ainda não está definida para qual relatoria.

A nona escolha seria do Bloco Parlamentar PDT/PODE/SOLIDARIEDADE/PCdoB/PROS/AVANTE/PV/DC, da Câmara, e caberia ao PDT. A área seria Ciência e Tecnologia, e o indicado é o Deputado André Figueiredo.

A décima escolha caberia ao Senado, e seria o Senador Angelo Coronel. Ainda não está definida a área.

A 11ª escolha seria do PT da Câmara. E o Deputado Nelson Pellegrino propõe, se couber, a Economia. Senão, a outra opção seria Segurança Pública.

A 12ª escolha cairia também na Câmara, ao Bloco novamente. Aí seria o PRB, na pessoa do Deputado Márcio Marinho. A sugestão seria Minas e Energia.

A 13ª escolha caberia ao Senado Federal, ao Bloco PT/PROS. Ainda estão indefinidos a relatoria e o indicado.

A 14ª escolha seria da Câmara, do Bloco PDT/PODE/SOLIDARIEDADE/PCdoB/PROS/AVANTE/PV/DC. A indicação seria do Podemos, com o Deputado Aluisio Mendes, que está solicitando a Segurança Pública.

A 15ª escolha caberia ao Senado Federal, ao Bloco DEM/PR/PSC, que não tem ainda sugestão da pessoa nem da área temática.

A 16ª escolha seria do PSB da Câmara, com o nobre Deputado Luciano Ducci, que ainda não...





CONGRESSO NACIONAL
Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização

O SR. NELSON PELLEGRINO (PT - BA) - Sr. Presidente, e o PT no Senado?

O SR. PRESIDENTE (Marcelo Castro. MDB - PI) - Eu falei. O Bloco PT/PROS fica com a 13ª escolha.

O SR. NELSON PELLEGRINO (PT - BA) - Como?

O SR. PRESIDENTE (Marcelo Castro. MDB - PI) - O PT e o PROS do Senado, que formam um bloco parlamentar...

O SR. NELSON PELLEGRINO (PT - BA) - É porque eu entendi "PP".

O SR. PRESIDENTE (Marcelo Castro. MDB - PI) - Não, eu falei "PT".

O SR. NELSON PELLEGRINO (PT - BA) - Entendi. O PT/PROS fica com a 13ª escolha.

O SR. PRESIDENTE (Marcelo Castro. MDB - PI) - Então, V.Exas. fiquem com esses nomes aí. Vamos preencher os pontos que estão vazios e procurar entrar num entendimento, num acordo, para livrar o Presidente do constrangimento de arbitrar quem seriam os relatores setoriais.

Havendo quórum para deliberação, vamos à apreciação da ata.

Havendo concordância do Plenário, proponho a dispensa da leitura da ata, por ela ter sido distribuída antecipadamente.

Caso haja alguma retificação, peço aos Srs. Parlamentares que se manifestem.
(Pausa.)

Coloco em votação a ata da 6ª Reunião Ordinária, realizada no dia 3 de setembro de 2019.

A ata está em votação na representação da Câmara dos Deputados.

Os Srs. e Sras. Deputados que a aprovam permaneçam com se acham.
(Pausa.)

A ata está em votação na representação do Senado Federal.

As Sras. e os Srs. Senadores que a aprovam permaneçam como se acham.
(Pausa.)

Aprovada. (Pausa.)

Para a Ordem do Dia, o Senador Izalci Lucas propõe inversão de pauta.

O SR. IZALCI LUCAS (PSDB - DF) - São os itens 4 e 6.

O SR. PRESIDENTE (Marcelo Castro. MDB - PI) - O item 4 é o Requerimento nº 15.





CONGRESSO NACIONAL
Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização

Eu pergunto a V.Exas. se estariam de acordo com essa inversão. Os itens 4 e 6 da pauta são dois requerimentos de autoria do Senador Izalci Lucas. Se V.Exas. estiverem de acordo, nós os colocamos em votação de imediato. *(Pausa.)*

Não havendo manifestação em contrário, vou entender que houve concordância.

Item 4. Apreciação do Requerimento nº 15, de 2019-CMO, que requer a realização de audiência pública desta Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização, para debater a necessidade urgente de recomposição dos quadros das Instituições das carreiras de ciência e tecnologia e seus orçamentos. Autor: Senador Izalci Lucas.

Com a palavra o autor do requerimento.

O SR. IZALCI LUCAS (PSDB - DF) - Sr. Presidente, eu gostaria muito de pedir aos nobres colegas que não só aprovassem esse requerimento como também participassem da audiência.

Eu fui Presidente da Frente Parlamentar por diversos anos, que é uma frente suprapartidária e onde conseguimos avançar bem. Tudo o que se discute na Comissão de Educação, Ciência e Tecnologia é unanimidade: todo mundo é favorável, todo mundo sabe que não há desenvolvimento sem investimento em ciência e tecnologia.

Mas a Comissão que precisa ser sensibilizada é esta aqui. Então, os nossos colegas precisam nos ajudar e entender que nós temos que aprovar aqui o impedimento do contingenciamento da área de ciência e tecnologia. Nós temos um orçamento menor do que o de 15 anos atrás, temos problemas seríssimos com os bolsistas, temos muitas dificuldades nessa área.

Os países desenvolvidos conseguiram se desenvolver através de investimentos em ciência e tecnologia. Portanto, essas duas audiências, uma que fala do impacto da ciência e tecnologia no desenvolvimento econômico e outra, dos quadros dos institutos de pesquisa, são fundamentais para o País.

Eu gostaria de pedir o apoio dos colegas e também a presença de todos nas audiências, quando forem marcadas as datas. Evidentemente, gostaríamos que o Governo também mandasse representantes. Por exemplo, o Ministro Paulo Guedes está aqui de plantão 24 horas, na Câmara e no Senado, para discutir a Previdência. Por que o Governo não faz a mesma coisa quando se discute ciência, tecnologia e





CONGRESSO NACIONAL
Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização

educação? Temos que fazer isso também, porque esses temas são muito mais importantes do que qualquer outro.

Esta é a sensibilização que queremos fazer: que o Governo entenda que a área de ciência e tecnologia é importante e que os membros da Comissão também nos ajudem a fortalecer essa área, que é importante para o País.

Portanto, peço o apoio dos queridos pares.

O SR. PRESIDENTE (Marcelo Castro. MDB - PI) - O requerimento está em discussão. *(Pausa.)*

Não havendo quem queira discuti-lo, ele está em votação na representação da Câmara dos Deputados.

Os Srs. e as Sras. Parlamentares que o aprovam permaneçam como se acham. *(Pausa.)*

Aprovado.

Em votação na representação do Senado Federal.

As Srs. e os Srs. Senadores que o aprovam permaneçam como se encontram. *(Pausa.)*

Aprovado.

Vamos ao segundo requerimento de autoria do Senador Izalci Lucas.

Item 6. Apreciação do Requerimento nº 17, de 2019-CMO, que requer a realização de audiência pública na Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização, a fim de debater o impacto da ciência e da tecnologia na economia do País. Autor: Senador Izalci Lucas.

Com a palavra o autor do requerimento.

O SR. IZALCI LUCAS (PSDB - DF) - Sr. Presidente, da mesma forma, o objetivo é mostrar a importância e o impacto econômico dessa área de ciência e tecnologia, o que ela pode realmente melhorar no País.

Além do convite ao Governo — que espero que mande, realmente, pessoas que possam decidir —, estamos trazendo o Horácio Lafer, que é do Conselho de Administração da Klabin e está representando os empresários; o Luiz, que é da Academia Brasileira de Ciências; e o Antônio José Roque, que é do Centro Nacional de Pesquisa em Energia e Materiais e chefe do projeto de construção do acelerador Sirius.





CONGRESSO NACIONAL
Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização

Faço inclusive uma sugestão para que todos conheçam o acelerador Sirius, que fica em Campinas. Eu tive o privilégio de lá estar. Foi feito um investimento de em torno de 1,8 bilhão de reais, e estão faltando 250 milhões de reais para a conclusão. Esse é o acelerador mais moderno do mundo. O Brasil está na fronteira do conhecimento.

Nós vimos, agora na televisão, a informação do acordo da Lava-Jato de que seriam 250 milhões de reais para o Ministério da Ciência e Tecnologia. Em princípio, parte desse recurso iria para o acelerador, mas agora estão dizendo que irá pagar as bolsas do CNPq. Acho que temos que discutir novamente isso. Sei que é importante e que nós vamos cumprir o acordo do CNPq, mas não podemos deixar sem recurso esse projeto, que vai ser muito bom para o País. É por isso que eu acho importante a presença dos nossos Deputados e Senadores nesta audiência pública, para entenderem a importância dos investimentos que precisam ser implementados no Brasil.

Portanto, eu também gostaria de pedir apoio para a aprovação deste requerimento de audiência pública.

O SR. PRESIDENTE (Marcelo Castro. MDB - PI) - O requerimento está em discussão. *(Pausa.)*

Não havendo quem queira discuti-lo, submeto-o a votação na representação da Câmara dos Deputados.

Os Srs. Parlamentares que o aprovam permaneçam como se acham. *(Pausa.)*

Aprovado.

Submeto o requerimento a apreciação na representação do Senado Federal.

As Sras. e os Srs. Senadores que o aprovam permaneçam como se encontram. *(Pausa.)*

Aprovado.

Vamos voltar à pauta normal da Ordem do Dia.

Item 1. Apreciação do relatório apresentado ao Projeto de Lei nº 13, de 2019-CN, que abre aos Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social da União, em favor de diversos órgãos do Poder Executivo, crédito suplementar no valor de R\$39.088.048,00 (trinta e nove milhões, oitenta e oito mil e quarenta e oito reais), para reforço de dotações constantes da Lei Orçamentária vigente. Relator: Deputado João Carlos Bacelar.





CONGRESSO NACIONAL
Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização

Ao projeto não foram apresentadas emendas.

Voto: pela aprovação do projeto de lei, na forma do substitutivo apresentado, que incorpora uma emenda do Relator.

O prazo para destaque está iniciado e será finalizado ao término da discussão, conforme estabelece o inciso I do art. 60 do Regimento Interno da CMO.

O Relator está com a palavra, para apresentação do seu relatório.

O SR. JOÃO CARLOS BACELAR (PL - BA) - Sr. Presidente, Senador Marcelo Castro, Sras. e Srs. Senadores e Deputados, passo à leitura do relatório.

"II. Análise

Do exame do projeto, verifica-se que a iniciativa do Poder Executivo não contraria dispositivos constitucionais e preceitos legais pertinentes à matéria.

Com efeito, encontram-se satisfeitas as disposições constitucionais do art.167, incisos V e VI, que vedam a abertura de crédito suplementar sem prévia autorização legal e sem indicação dos recursos correspondentes, bem como a transposição, o remanejamento ou a transferência de recursos de uma categoria de programação para outra, sem prévia autorização legislativa.

Sob a ótica legal, também se encontram plenamente atendidas as disposições do art. 43 da Lei nº 4.320, de 17 de março de 1964, e as previstas no Plano Plurianual vigente (PPA 2016-2019).

Da mesma forma, há perfeita conformação do projeto com as disposições constantes da LDO 2019, em especial quanto às prescrições do art. 46. Restringe-se a um único tipo de crédito adicional, e a exposição de motivos esclarece que a realização das despesas objeto desses créditos não afeta a obtenção do resultado primário anual.

Verificamos que os remanejamentos constantes do presente crédito decorrem de indicações constantes do Sistema de Indicação Legislativa Orçamentária — SILOR, que consistem em transferir valores de dotações decorrentes de emendas individuais para programações constantes do Orçamento corrente, visando o saneamento dos impedimentos à execução de emendas individuais, com fundamento no art. 166, § 14, da Constituição.

Cumpramos esclarecer que as indicações efetuadas pelo Congresso Nacional estão sendo atendidas não só por meio desse projeto de lei de crédito especial como também pelo projeto de lei de crédito especial (PLN 14/18), por créditos





CONGRESSO NACIONAL
Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização

suplementares abertos diretamente pelos Poderes (especialmente no caso dos remanejamentos de valores entre emendas do mesmo autor) ou, ainda, diretamente no SIAFI ou no SIOP pelas unidades orçamentárias, nos termos de autorizações da LDO ou LOA, nos casos de alteração da natureza de despesas (GND) ou de modalidade de aplicação (MA) na mesma programação.

II.1 Ajustes técnicos

As Emendas nºs 20280006, 28800015 e 37460004 apresentam inadequada utilização de identificador de uso (IU). Segunda determina o art. 6º, § 11, inciso VII e VIII, da LDO 2019, programações computáveis na aplicação mínima da manutenção e do desenvolvimento do ensino e de ações e serviços públicos de saúde devem ser classificadas, respectivamente, como IU 8 e IU 6. Desta forma, as citadas programações devem ser ajustadas.

Também foram verificados equívocos na alocação de recursos para a programação da ação *'2E89-Incremento Temporário ao Custeio dos Serviços de Atenção Básica de Saúde para o Cumprimento de Metas'* e *'2E90-Incremento Temporário ao Custeio dos Serviço de Assistência Hospitalar e Ambulatorial para Cumprimento de Metas'*. Tais ações têm por fundamento o § 5º do art. 40 da LDO para 2019, segundo o qual emendas parlamentares que adicionarem recursos a transferências automáticas e regulares a serem realizadas pela União e entes federativo sejam executadas, em conformidade com atos a serem editado pelos Ministros de Estado, como acréscimo ao valor financeiro dos tetos transferidos à rede do Sistema Único de Saúde — SUS.

Por sua vez, a Portaria MS nº 395, de 2019, que regulamentou o citado dispositivo da LDO, prevê:

(...).

Dessa forma, por se tratar de transferência de custeio realizada fundo a fundo, não é cabível a utilização de GND 4 ou a modalidade de aplicação não compatível com repasses dessa natureza (como os propostos nos códigos 50 ou 71).

Propõe-se, com base no art. 144, I, da Resolução nº 1, de 2006-CN, os necessários ajustes (...) na forma da Emenda nº 1.

Este é o voto, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Marcelo Castro. MDB - PI) - O relatório está em discussão. (*Pausa.*)





CONGRESSO NACIONAL
Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização

Não havendo quem queira discuti-lo, está encerrada a discussão.

O relatório está em votação na representação da Câmara dos Deputados.

Os Srs. Deputados e as Sras. Deputadas que o aprovam permaneçam como se acham. *(Pausa.)*

Aprovado.

O relatório está em votação na representação do Senado Federal.

As Sras. e os Srs. Senadores que o aprovam permaneçam como se encontram. *(Pausa.)*

Aprovado o relatório.

A matéria vai ao Congresso Nacional.

Passa-se ao item 2 da pauta.

O SR. NELSON PELLEGRINO (PT - BA) - Pela ordem, Sr. Presidente. Antes, V.Exa. pode anunciar o item.

O SR. PRESIDENTE (Marcelo Castro. MDB - PI) - Próximo item.

Item 2. Apreciação do relatório apresentado ao Projeto de Lei nº 15, de 2019-CN, que abre ao orçamento de investimento crédito suplementar no valor R\$1.822.892.800,00 (um bilhão, oitocentos e vinte e dois milhões, oitocentos e noventa e dois mil e oitocentos reais), em favor da empresa Petróleo Brasileiro S.A. — PETROBRAS, para os fins que especifica. Relator: Deputado Luciano Ducci.

Ao projeto não foram apresentadas emendas.

Voto: pela aprovação do projeto de lei na forma proposta pelo Executivo.

O Relator está com a palavra, para apresentação do seu relatório.

O SR. LUCIANO DUCCI (PSB - PR) - Sr. Presidente, Sras. e Srs. Senadores, Sras. e Srs. Deputados, passo a ler o parecer.

"I - Relatório

Nos termos do art. 61 da Constituição Federal, o Presidente da República, por intermédio da Mensagem nº 301, de 2019, submeteu à apreciação do Congresso Nacional o Projeto de Lei nº 15, de 2019-CN, que abre orçamento de investimento, crédito suplementar no valor de R\$1.822.892.800,00, em favor da empresa Petróleo Brasileiro S.A. — PETROBRAS, para atender à programação constante do Anexo I.

Conforme a Exposição de Motivos (EM) nº 00170/2019, do Ministro de Estado da Economia, o crédito proposto tem por finalidade adequar as dotações orçamentárias dos projetos/atividades de ações constantes do orçamento de





CONGRESSO NACIONAL
Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização

investimento da PETROBRAS S.A., de modo a assegurar seu desempenho operacional e a consecução dos empreendimentos prioritários fixados no seu plano estratégico para 2019.

Serão suplementadas dotações orçamentárias para atender as manutenções programadas nas plataformas das Bacias de Campos e do Espírito Santo. Também está prevista a troca (...), devido à ocorrência do fenômeno denominado 'Stress Corrosion Cracking (SCC-CO2)', que diminui a vida útil dos dutos de produção e injeção de gás e que exige a troca dos equipamentos em horizonte mais curto ao previsto originalmente.

O crédito ainda atende a inclusão de novos projetos para redução da emissão de CO2 e adequação do teor de óleos e graxas (TOG) na Bacia de Campos, com o objetivo do atendimento às normas ambientais expedidas pelo IBAMA.

É importante ressaltar que o crédito decorre de solicitação da empresa (PETROBRAS S.A.) confirmada pelo respectivo Ministério supervisor, o qual afirma que a programação objeto de cancelamento não sofrerá prejuízo em sua execução, uma vez que os remanejamentos foram decididos com base em projeções de dispêndios até o final do presente exercício, cumprindo, plenamente, o § 3º do art. 46 da Lei de Diretrizes Orçamentárias — LDO 2019.

Com relação ao impacto sobre o resultado primário, cabe destacar que a LDO 2019 dispõe, no art. 2º, a exigência de que a elaboração e a aprovação da LOA devem ser compatíveis com a meta de resultado primário para o setor público, consolidado não financeiro para o Orçamento Fiscal e da Seguridade Social, e para o Programa de Dispêndio Global das Estatais. No entanto, o § 1º do art. 2º determina que as empresas dos grupos PETROBRAS e TELEBRAS não serão consideradas no cálculo da meta do resultado primário. Dessa maneira, consideramos atendido o dispositivo legal já mencionado.

Ressalta-se ainda que as empresas estatais federais não dependentes não estão sujeitas ao disposto no art. 107 do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias.

No prazo regimental, não foram apresentadas emendas ao projeto de lei em exame.

É o relatório.

II - Voto do Relator.





CONGRESSO NACIONAL
Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização

Do exame do projeto de crédito suplementar, verificamos que a iniciativa não contraria os dispositivos constitucionais e os preceitos legais pertinentes, em particular no que diz respeito à sua compatibilidade com as disposições da LDO 2019 (Lei nº 13.707 de 14 de agosto de 2018) e do Plano Plurianual para o período de 2016 a 2019 — PPA (Lei nº 13.249, de 13 de janeiro de 2016), e à sua conformidade com a Lei Orçamentária para o exercício de 2019 — LOA 2019 (Lei nº 13.808, de 15 de janeiro de 2019).

Diante do exposto, somos pela aprovação do Projeto de Lei nº 15, de 2019-CN, na forma proposta pelo Poder Executivo."

Esse é o voto, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Marcelo Castro. MDB - PI) - O relatório está em discussão.

Para discutir, concedo a palavra ao Deputado Nelson Pellegrino.

O SR. NELSON PELLEGRINO (PT - BA) - Sr. Presidente, na verdade, eu tinha a intenção de retirar esse PLN de pauta por um motivo muito simples: a PETROBRAS acaba de anunciar que vai desativar o seu escritório em Salvador. Isso vai representar a perda de 3 mil postos de trabalho na cidade. São quase 2 mil terceirizados, fora o pessoal diretamente contratado, que vai ser remanejado para outros Estados. Isso vai ter impacto no ISS da cidade e no ICMS do Estado.

A PETROBRAS está anunciando que vai se retirar do Nordeste, e V.Exa. é um Senador do Piauí. Na próxima segunda-feira, haverá uma reunião dos Governadores do Nordeste no Rio Grande do Norte. E a nossa intenção é, inclusive, debater com os Governadores sobre esse tema, pois a PETROBRAS está num processo de saída do Nordeste.

Além de fechar o escritório de Salvador, a empresa anuncia que vai vender a Refinaria Landulpho Alves, que foi a primeira refinaria nacional e é a segunda em capacidade, só perdendo para a Refinaria de Paulínia, em São Paulo; vai vender a Refinaria Abreu e Lima, em Pernambuco; vai vender a refinaria no Rio Grande do Norte, que é menor, mas fabrica QAV; e vai vender os campos terrestres. Enfim, ela vai encerrar suas atividades do Nordeste.

Neste momento, nós estamos numa luta para impedir o fechamento da Fábrica de Fertilizantes Nitrogenados — FAFEN na Bahia, localizada no Polo Petroquímico de Camaçari, e da FAFEN de Laranjeiras, em Sergipe. O fechamento dessas duas





CONGRESSO NACIONAL
Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização

unidades terá repercussões realmente graves, porque a FAFEN da Bahia, além de produzir da amônia, que é fundamental para oito empresas do polo petroquímico, fabrica também outros subprodutos. Por isso, das vinte empresas do polo petroquímico, oito poderão também fechar suas portas se a FAFEN da Bahia fechar.

O caso de Sergipe é muito mais dramático. Na Bahia, nós temos o polo petroquímico, nós temos a Ford, nós temos todo um parque industrial muito maior do que o de Sergipe. Portanto, a FAFEN daquele Estado tem um peso muito maior, e o seu fechamento não só terá implicação para a própria fábrica como também para todas as misturadoras que estão no seu entorno, que já anunciam que vão fechar as portas porque ficarão sem ureia, um produto fundamental que também é por ela fabricado.

Então, acho que esse é um descompromisso do Governo Bolsonaro com a PETROBRAS, com o papel estratégico que ela cumpre para o País, para o desenvolvimento do Nordeste, para o desenvolvimento da região.

No caso da FAFEN, na administração anterior, do Michel Temer, o Sr. Pedro Parente disse que ela não fazia parte do nicho de negócios da PETROBRAS, com o que discordamos. Aliás, as empresas estatais têm uma razão de ser, elas existem como estatais para fazer o fomento do desenvolvimento econômico, têm o papel de cumprir determinadas atividades que a iniciativa privada não quer cumprir.

Portanto, discordamos do fechamento da FAFEN e estamos lutando contra isso. No caso, uma solução menos pior seria o arrendamento da unidade tanto da Bahia quanto de Sergipe. Mas isso ainda não está resolvido. E nós estamos lutando contra esse fechamento porque isso vai trazer prejuízos gravíssimos a empregos, à economia de Salvador e de todo o Estado da Bahia.

Também discordamos da venda da Refinaria Landulpho Alves, da Refinaria de Abreu e Lima e também da unidade do Rio Grande do Norte, porque a PETROBRAS e qualquer outra empresa de petróleo gigante são empresas que têm que ser verticalizadas, empresas do poço ao posto: fazem a prospecção; tiram o petróleo do subsolo ou da plataforma marítima; refinam o petróleo com seus derivados todos; fazem a distribuição através de uma distribuidora própria; e têm o posto como bandeira de ponta.

No Governo Lula, a PETROBRAS nem era só uma empresa de petróleo, havia passado a ser uma empresa de energia, investindo em biodiesel, inclusive com um





CONGRESSO NACIONAL
Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização

projeto importantíssimo na Região Nordeste. E, desde o início do Governo Temer, iniciou-se um processo de desmonte da PETROBRAS que, agora, segue de forma acelerada no Governo do Presidente Bolsonaro. É criminoso esse processo de desmonte da PETROBRAS, com prejuízos gravíssimos à economia do Brasil, principalmente à economia do Nordeste.

Portanto, a nossa intenção era retirar esse projeto de pauta, em protesto contra essa posição, que é da Direção da PETROBRAS, mas que tem uma orientação clara do Governo Bolsonaro.

O SR. PRESIDENTE (Marcelo Castro. MDB - PI) - Para discutir a matéria, concedo a palavra ao Deputado Carlos Henrique Gaguim.

O SR. CARLOS HENRIQUE GAGUIM (DEM - TO) - Sr. Presidente, eu gostaria de parabenizar o nosso Relator e, como Vice-Líder do Governo e coordenador do DEM, dizer que somos favoráveis a esse projeto, que é importante para a empresa e para o País.

Portanto, quero parabenizar o nosso Relator.

Votamos pela aprovação.

O SR. PRESIDENTE (Marcelo Castro. MDB - PI) - O projeto continua em discussão. *(Pausa.)*

Não havendo mais quem queira discuti-lo, declaro encerrada a discussão.

O relatório está em votação na representação da Câmara dos Deputados.

Os Srs. Parlamentares que o aprovam permaneçam como se acham. *(Pausa.)*

O relatório está em votação na representação do Senado Federal.

Os Srs. Parlamentares que o aprovam permaneçam como se encontram. *(Pausa.)*

O relatório foi aprovado.

A matéria vai ao Congresso Nacional.

Item 3 da pauta. Apreciação do relatório apresentado ao Projeto de Lei nº 17, de 2019-CN, que abre ao Orçamento Fiscal da União, em favor da Controladoria-Geral da União e dos Ministérios da Infraestrutura e do Desenvolvimento Regional, crédito especial no valor de R\$12.574.000,00, (doze milhões e quinhentos e setenta e quatro mil reais), para os fins que especifica. Relator: Senador Elmano Ferrer.

Voto: pela aprovação do projeto de lei, na forma proposta pelo Executivo.

Foi apresentada uma emenda, à qual o Relator ofereceu voto pela rejeição.





CONGRESSO NACIONAL
Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização

O prazo de destaque está iniciado e será finalizado ao término da discussão, conforme estabelece o inciso I do art. 60 do Regimento Interno da CMO.

Como o Relator está ausente, estamos, com consentimento prévio, nomeando Relatora ad hoc a ilustre Senadora Kátia Abreu. S.Exa. está com a palavra, para apresentar o relatório.

A SRA. KÁTIA ABREU (PDT - TO) - Obrigada, Sr. Presidente. Vamos ao relatório.

"1 Relatório

O Presidente da República, por meio da Mensagem nº 332, de 2019, na origem, submete à apreciação do Congresso Nacional o Projeto de Lei nº 17, de 2019-CN (PLN17/19). O propósito, conforme sua ementa, é o de abrir '*ao Orçamento Fiscal da União, em favor da Controladoria-Geral da União e dos Ministérios da Infraestrutura e do Desenvolvimento Regional, crédito especial no valor de R\$ 12.574.000,00, para os fins que especifica*'. No prazo regulamentar, foi apresentada apenas uma emenda ao projeto de lei.

2 Análise.

(...).

A abertura de créditos especiais, a teor do disposto no art. 43 da Lei nº 4.320, de 1964, depende da existência de recursos disponíveis. Dentre tais recursos, autoriza a lei (...) que sejam utilizados aqueles '*resultantes de anulação parcial ou total de dotações orçamentária*'. Neste ponto, então, vai bem o PLN 17/19 ao se valer, na íntegra, de recursos oriundos do cancelamento de dotações.

Em relação às diretrizes orçamentárias vigentes, está o projeto de lei adequado às disposições da LDO 2019. (...).

No que tange à Resolução nº 1, de 2006-CN, os seus dispositivos importam, mormente, no que diz respeito ao exame da emenda apresentada. (...). No âmbito do processo legislativo acerca do PLN 17/19, entendemos que a emenda possa ser considerada admitida. Finalmente, em que pese a sua adequação às normas regimentais, acreditamos que ela não deva ser aprovada. Isso porque, se aprovada, ela tiraria boa parte dos recursos destinados a uma política pública de habitação em nível nacional (conforme a proposta do Executivo), podendo beneficiar vários Municípios do País, para focar em um Município apenas.

3 Voto





CONGRESSO NACIONAL
Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização

Em razão do exposto, votamos pela rejeição da emenda apresentada e pela aprovação do Projeto de Lei nº 17, de 2009-CN, na forma apresentada pelo Poder Executivo."

O SR. PRESIDENTE (Marcelo Castro. MDB - PI) - Agradecemos à Senadora Kátia Abreu.

O relatório está em discussão. *(Pausa.)*

Não havendo quem queira discuti-lo, a discussão está encerrada.

Submeto o relatório a votação na representação da Câmara dos Deputados.

Os Srs. Parlamentares que o aprovam permaneçam como se acham *(Pausa.)*

Aprovado.

Submeto o relatório a votação na representação do Senado Federal.

As Sras. e os Srs. Senadores que o aprovam permaneçam como se encontram. *(Pausa.)*

O relatório está aprovado.

A matéria vai ao Congresso Nacional.

Passa-se ao último item da pauta.

Item 5. Apreciação do Requerimento nº 16, de 2019-CMO, que requer a inclusão de convidados para participarem da audiência pública derivada do Requerimento nº 9, de 2019-CMO, com o objetivo de debater o financiamento e o retorno do investimento em ações relacionadas à primeira infância. Autor: Deputado Felipe Francischini, subscrito pela Senadora Soraya Thronicke.

Com a palavra a subscritora do requerimento, Senadora Soraya Thronicke.

A SRA. SORAYA THRONICKE (PSL - MS) - Sr. Presidente, diz o requerimento:

Senhor Presidente,

Requeremos a Vossa Excelência a inclusão dos convidados abaixo relacionados para participarem da reunião de audiência pública derivada do requerimento 9/2019 CMO, com o objetivo de debater a destinação de recursos a ações diretamente direcionadas ou indiretamente relacionadas com a Primeira Infância e as previsões de retorno sobre o investimento realizado pelo Estado a longo prazo:

- Naércio Menezes Filho, economista e professor do INSPER e da USP;

- Sra. Júlia, consultora da Câmara dos Deputados.





CONGRESSO NACIONAL
Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização

Justificação

Considerando a dificuldade de agenda dos membros outrora convidados para a audiência pública em que se discutirá os investimentos para a primeira infância e sua inclusão no PPA, sugerimos os convidados acima nomeados para que sejam convidados e possam trazer seu conhecimento e experiência para o debate sobre tema tão importante ao futuro do país, que é a Primeira Infância.

Muito obrigada.

O SR. PRESIDENTE (Marcelo Castro. MDB - PI) - O requerimento da Senadora Soraya Thronicke está em discussão. *(Pausa.)*

Não havendo quem queira discuti-lo, está encerrada a discussão.

Submeto o requerimento a votação na representação da Câmara dos Deputados.

Os Srs. Parlamentares que o aprovam permaneçam como se acham. *(Pausa.)*

Aprovado.

Submeto o requerimento a votação na representação do Senado Federal.

Os Srs. e Sras. Senadores que o aprovam permaneçam como se encontram. *(Pausa.)*

Aprovado.

O requerimento foi aprovado.

Declaro encerrada esta reunião, lembrando que teremos audiência pública na quinta-feira, às 10 horas da manhã.





CONGRESSO NACIONAL
Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização

ATA DA SEXTA REUNIÃO DE AUDIÊNCIA PÚBLICA, DA 1ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA, DA 56ª
LEGISLATURA, DA COMISSÃO MISTA DE PLANOS, ORÇAMENTOS PÚBLICOS E FISCALIZAÇÃO,
REALIZADA EM 12 DE SETEMBRO DE 2019.

Aos doze dias do mês de setembro do ano de dois mil e dezenove, reuniu-se a Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização, no plenário 2, do Anexo II da Câmara dos Deputados. Os trabalhos foram conduzidos pelo Deputado Edmilson Rodrigues, Membro da Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização – CMO e autor do **Requerimento nº 11/2019-CMO**. Esta reunião foi convocada com a finalidade de debater a Reestruturação da Secretaria Especial da Receita Federal, e foi proposto os seguintes convidados para o debate: Presidente da Federação Nacional do Fisco Estadual e Distrital - FENAFISCO, Sr. Charles Johnson da Silva Alcantara; Representante do Instituto de Justiça Fiscal, Sr. Dão Real Pereira dos Santos; Presidente da Associação Nacional dos Auditores Fiscais da Receita Federal do Brasil - ANFIP, Sr. Décio Bruno Lopes; Deputada Estadual do Pará, Professora Nilce Pinheiro; Secretário da Receita Federal, Sr. Marcos Cintra Cavalcante; e o Ministro da Economia, Sr. Pauto Guedes. Esta reunião foi realizada em atendimento ao **Requerimento nº 11/2019-CMO**, de autoria do Deputado Edmilson Rodrigues, aprovado na 5ª Reunião Extraordinária da CMO, realizada em 14.08.2019. Foi registrado o comparecimento dos membros: - **Deputados titulares:** Carlos Henrique Gaguim, Edmilson Rodrigues, Gonzaga Patriota, João Roma e Lucas Gonzalez; e - **Deputados suplentes:** Aureo Ribeiro, Fred Costa, João Carlos Bacelar, Rodrigo Coelho e Weliton Prado. Foi registrado o comparecimento dos parlamentares não integrantes da Comissão, Deputados Boca Aberta, Célio Moura, Delegado Pablo, Liziane Bayer e Vermelho. **ABERTURA:** às dez horas e vinte e dois minutos, o Presidente em exercício, Deputado Edmilson Rodrigues declarou iniciada a reunião e convidou para compor a Mesa de trabalhos os seguintes Palestrantes: Presidente da Federação Nacional do Fisco Estadual e Distrital - FENAFISCO, Sr. Charles Johnson da Silva Alcantara; Vice-Presidente Executivo da Associação Nacional dos Auditores Fiscais da Receita Federal do Brasil - ANFIP, Sr. Márcio Humberto Gheller; Deputada Estadual do Pará, Professora Nilce Pinheiro; Presidente do SINDIFISCO Nacional, Sr. Kleber Cabral; e o Coordenador-Geral de Planejamento, Organização e Avaliação Institucional da Receita Federal do Brasil, Sr. Jaime David Durra. Em seguida, o Presidente em exercício citou normas para o melhor ordenamento dos trabalhos e como autor do **Requerimento nº 11/2019-CMO**, teceu considerações gerais sobre o tema. Em prosseguimento, foi iniciada a apresentação dos palestrantes, e foi utilizado projetor de multimídia. E assim, foi concedida a palavra a Deputada Estadual do Pará, Professora Nilce Pinheiro; ao Representante da Receita Federal do Brasil, Sr. Jaime Durra; ao Presidente da FENAFISCO, Sr. Charles Alcantara; ao Vice-Presidente Executivo ANFIP, Sr. Márcio Humberto Gheller; e ao Presidente do SINDIFISCO Nacional, Sr. Kleber Cabral, que discorreram sobre o tema Reestruturação da Secretaria Especial da Receita Federal. Encerrada as apresentações, e não havendo parlamentares inscritos para o debate, o Presidente em exercício concedeu a palavra, para breves pronunciamentos, aos seguintes participantes: Vice-Presidente do SINDIFISCO Nacional no Pará, Sr. Iranilson Brasil; Representante da Associação dos Auditores Fiscais da Receita na Área Aduaneira, Sr. Henrique Mattar; Membro do Instituto de Justiça Fiscal – IJF, Sra. Josete Vignolle; Representante do SINDIFISCO Nacional no Espírito Santo, Sr. Adriano Corrêa; Delegado Sindical do SINDIFISCO Nacional no Rio Grande do Norte, Sr. Henrique Freitas; e ao Delegado Sindical do SINDIFISCO Nacional no Paraná, Sr. Celso José F. de Oliveira. Finalizando, o Presidente em exercício passou a palavra a todos os Palestrantes, que fizeram considerações finais e concluíram a exposição. **ENCERRAMENTO:** nada mais havendo a tratar, o Presidente em exercício, Deputado Edmilson Rodrigues agradeceu o comparecimento dos convidados e dos demais presentes e encerrou a reunião.





CONGRESSO NACIONAL
Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização

Os trabalhos foram finalizados às doze horas e cinquenta e sete minutos. Para constar, eu, Walbinson Tavares de Araujo, Secretário Executivo, lavrei a presente Ata, que, após a sua aprovação, será assinada pelo Presidente em exercício da Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização do Congresso Nacional e encaminhada para publicação no Diário do Congresso Nacional. Os trabalhos foram gravados e, depois de traduzidos, integrarão esta Ata. **Deputado Edmilson Rodrigues, no exercício da Presidência.**

Em 12.09.2019

O SR. PRESIDENTE (Edmilson Rodrigues. PSOL - PA) - Bom dia a todos e a todas.

Declaro iniciada a 6ª Reunião de Audiência Pública de 2019 da Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização, convocada com a finalidade de debater a reestruturação da Secretaria Especial da Receita Federal, em virtude do Requerimento nº 11, de 2019, da CMO, de minha autoria, aprovado na 5ª Reunião Extraordinária, em 14 de agosto de 2019.

Neste momento, convido para compor a Mesa o Presidente da Federação Nacional do Fisco Estadual e Distrital — FENAFISCO, o Sr. Charles Alcântara (*palmas*); o Vice-Presidente Executivo da Associação Nacional dos Auditores Fiscais da Receita Federal do Brasil — ANFIP, o Sr. Márcio Humberto Gheller, aqui desde cedo (*palmas*); a Deputada Estadual do Pará Nilse Pinheiro, que tem participado dos debates acerca da reestruturação no Pará e em todo o Brasil (*palmas*); o Presidente do SINDIFISCO Nacional, o Sr. Kleber Cabral (*palmas*); e o Coordenador-Geral de Planejamento, Organização e Avaliação Institucional da Receita Federal, o Dr. Jaime Durra, devido à exoneração do Sr. Marcos Cintra (*palmas*). Muito obrigado a todos pela presença.

Para melhor ordenamento dos trabalhos, comunico que, de acordo com o estabelecido no art. 93, inciso II, combinado com o art. 89, inciso I, do Regimento Interno do Senado Federal, os palestrantes disporão de 10 minutos, prorrogáveis, para sua exposição. De acordo com o art. 94, § 2º, do Regimento Interno do Senado Federal, os membros da Comissão poderão, terminada a apresentação, interpelar os oradores exclusivamente sobre a exposição.

Conforme estipulado no art. 94, §§ 2º e 3º, do Regimento Interno do Senado Federal, combinado com art. 256, § 5º, do Regimento Interno da Câmara dos Deputados, os Srs. Parlamentares inscritos para interpelar os expositores poderão





CONGRESSO NACIONAL
Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização

fazê-lo estritamente sobre o assunto da exposição, pelo prazo de 3 minutos, tendo os interpelados igual tempo para responder, facultadas a réplica e a tréplica, pelo prazo de 3 minutos. Informo, ainda, que as apresentações dos expositores estão disponíveis na página da Comissão e que a lista de inscrições para o debate está aberta.

Como podem ver, estou bem disciplinado, seguindo o roteiro.

Eu acho que os senhores convidados têm um leque rico de visões acerca do tema. Portanto, não vou usar muito tempo para justificar o requerimento, aprovado, surpreendentemente, por unanimidade, pelo Governo e pela Oposição, o que mostra que este debate não pode ser ideologizado.

Hoje, em entrevista que concedi à *Radio Câmara* e depois à *TV Câmara* sobre o tema, eu falava das preocupações e da necessidade de debatermos acerca da reestruturação de um órgão tão estratégico para o Estado brasileiro, uma instituição de Estado que cumpre uma função realmente estratégica, imprescindível para a preservação dos interesses nacionais, se considerarmos que pelo menos 70% da arrecadação nacional é concretamente viabilizada pelo trabalho desta instituição, formada por servidores de carreira de Estado, todos concursados, submetidos a concurso e a formação permanente de alto nível para atuarem numa área de grande complexidade.

Eu dizia que a reestruturação tem que considerar que somos um país muito grande. Só o Arquipélago do Marajó, o maior arquipélago fluvial do planeta, no meu Estado, é maior que Portugal. Então, tratamos de um país de dimensões continentais. Uma vez, houve um problema na Amazônia, não esta crise atual de desmatamento e incêndios, mas algo parecido a conflito de terra. Lembro-me do que disse um jornalista: *"Meu chefe me mandou para Manaus"*. Não conseguia nem entender como iria para Manaus, àquela altura, de barco, quando levava 4 ou 5 dias, e, de avião, mais tempo, às vezes, do que para chegar a Brasília. Trata-se de uma região complexa, da mesma forma que as regiões como um todo, em cada Estado, que têm suas especificidades.

Nós estamos falando de uma Federação que tem entes com autonomia, que deve ser respeitada. O pacto federativo tem que ser respeitado, mas, acima de tudo, o direito do cidadão, o direito das pessoas físicas e das pessoas jurídicas, porque uma grande empresa pode sonegar e manter um escritório ou uma banca de





CONGRESSO NACIONAL
Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização

advogados de altíssimo nível bem remunerada e, certamente, fugir às malhas do Fisco. No entanto, uma pequena empresa da Amazônia, que, tendo que resolver os problemas da sua empresa alocada em Belém ou Santarém, como manterá um escritório aqui em Brasília, por exemplo?

Eu sei que esta reestruturação tem como tese o período atual. Eu sou doutor em geografia, muito inspirado em Milton Santos, que definiu o período atual como período técnico-científico e informacional. Isso é inquestionável. No entanto, recentemente, eu fui a Santarém, onde não há conflitos entre taxistas e a turma dos aplicativos. Sabem por que não há esse tipo de conflito na terceira mais importante cidade paraense, uma das mais importantes da Amazônia, que representa a Amazônia Legal em 60% do território nacional? Por um motivo simples: não existe Uber. A dificuldade de acesso à rede mundial de computadores é enorme. Eu estou falando da Capital do oeste do Pará. Então, mesmo em Belém, há bairros... Nós temos em Belém 39 ilhas, com a menor parte da população, mas que representam dois terços da área territorial da capital, e em nenhuma delas se consegue acessar o celular ou o computador. Então, não conhecer essa realidade concreta é desconsiderar que qualquer mudança não pode fechar os olhos a um país que tem uma costa atlântica monumental, mas também tem aproximadamente 16 mil quilômetros de fronteira seca.

Quando se fala: *“Tráfico de armas, de drogas. Olha a Tríplice Fronteira: Peru, Colômbia e Brasil! É necessária a presença das Forças Armadas!”* É, mas é necessária também a presença da Receita Federal. Como de vez em quando ouvimos: *“Ah, apreendeu-se um contêiner cheio de cocaína recentemente”*. Por que foi apreendido? Cães da Polícia Federal, da polícia portuária é que detectaram, mas também havia o fiscal, os auditores-fiscais, os profissionais de carreira do Fisco.

Eu não sou contra, por princípio, qualquer reestruturação de qualquer órgão de Estado. Mas creio que a transparência e o debate democrático são de fundamental importância. O respeito à diversidade regional e cultural do País é de fundamental importância, porque qualquer mudança terá consequências. E consequências que impliquem no aumento de sonegação, em riscos à arrecadação, em riscos ao comércio exterior, num país que cada vez mais precisa da produção de divisas, e uma série de outros fatores, tudo isso realmente merece ser discutido.





CONGRESSO NACIONAL
Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização

Por isso, nós fizemos esta proposta, para respeitosamente debatermos com o Ministro Paulo Guedes e com o Secretário da Receita Federal. Não foi possível ter todos os convidados aqui presentes, mas a Mesa é de alto nível, e eu creio que o debate vai trazer uma contribuição importante. O Brasil está nos acompanhando, através das redes de comunicação da Câmara, e nós teremos um relatório do que for tratado. Certamente, os debates que aqui se fazem internamente são necessários para o País.

Inclusive, acabei de receber do Márcio a proposta *Reforma Tributária Solidária* — e eu participei do lançamento dela. Não tem como ser feito esse debate sem se considerar a importância de um órgão que, há 50 anos, foi se aperfeiçoando e que ainda precisa avançar nesse aperfeiçoamento, se reestruturar e se fortalecer. Mas não se pode jogar uma bomba naquilo que foi construído com uma cultura administrativa, que a Constituição consolidou, no art. 37, inciso XXII, afirmando ser esse um órgão de excelência, e, para ser de excelência, tem que ser um órgão de Estado.

Podemos até ter professores temporários ou médicos temporários. Aliás, há uma verdadeira crise, porque a maior parte dos hospitais têm plantonistas que não têm qualquer vínculo com a Prefeitura, o Estado e, às vezes, até com o próprio hospital. Mas não podemos ter plantonistas que não sejam funcionários de carreira na Receita Federal. E esta é a diferença: a qualidade desse órgão, que eu, como professor, quero aqui publicamente reconhecer.

Quero dizer estou sempre aberto ao debate, mas que o debate seja feito.

Muito obrigado pela presença de todos e de todas.

Quero, então, se me permitem, apesar de haver uma ordem aqui, passar a palavra à única mulher presente na Mesa, a Deputada Professora Nilse, para ter início com seus 10 minutos, mas com uma certa flexibilidade. É claro que, se tivermos tempo no final para debatermos, ficará ainda mais rico o debate.

Se V.Exa. tem eslaides para apresentar, fique à vontade.

A SRA. NILSE PINHEIRO - Bom dia a todos, bom dia a todas. Eu me chamo Professora Nilse e preciso ter um cuidado muito grande, porque professor fala muito. Vou tentar otimizar esses 10 minutos aqui.





CONGRESSO NACIONAL
Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização

Primeiramente, desejo fazer uma saudação muito especial ao nobre Deputado Federal Edmilson Rodrigues, do nosso querido Estado do Pará. Ao mesmo tempo, quero parabenizá-lo pela realização desta audiência pública.

Quero cumprimentar a Mesa; quero cumprimentar o Charles Alcântara, com quem já tive a oportunidade de conversar bastante; quero cumprimentar o Márcio Humberto, da ANFIP — é um prazer enorme e uma honra poder compartilhar esta Mesa com o senhor; quero cumprimentar o Kleber Cabral, do Sindicato Nacional, com quem também tive essa honra, e sei que podemos interagir e dar nossa contribuição. Mas também quero cumprimentar o Jaime Durra. Quando estive aqui na semana passada, já tivemos um diálogo, e sei de sua árdua missão, novamente, para dar esclarecimentos neste momento em que vivenciamos uma crise nacional. Mas quero, sobretudo, cumprimentar todos os presentes, os que nos assistem pela TV, os que nos assistem pelas redes sociais, além de todos os que atenderam e este chamado, que vão deixar aqui uma grande contribuição — a sociedade civil e os auditores-fiscais. Tenho certeza de que são de todo o Brasil.

Eu vou iniciar esta fala pela semana passada, quando nós estivemos aqui. Na ocasião, tratamos justamente da reestruturação da Receita Federal, e é importante que avancemos nesse diálogo neste momento.

(Segue-se exibição de imagens.)

Nós estivemos aqui para defender a permanência da Superintendência na nossa região. Justificamos essa defesa por estarmos imbuídos dessa luta. Também contamos com a presença de vários auditores, diversas autoridades e Deputados também do Paraná. Vemos que foi importante a luta que nós iniciamos no nosso Estado, através de audiências públicas, chamando a sociedade civil, mas também as autoridades de lá. Nós trouxemos até aqui um debate, e o Paraná esteve presente.

Dada a importância do assunto, hoje nós estamos aqui para ampliá-lo. Hoje eu quero me somar aos senhores na atual circunstância em que nos encontramos. Eu quero falar, justamente, porque vejo o que hoje acontece no Estado do Pará e o que está acontecendo com as regiões do Brasil. Essa redução das superintendências é apenas um efeito, mas precisamos saber a causa. E essa causa reflete-se num efeito, sem dúvida nenhuma.





CONGRESSO NACIONAL
Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização

Aqui está: *Momento crítico na Receita representa a oportunidade de correção de rumos*. É por isso que eu estou aqui, para ter a oportunidade de, juntamente com os senhores, fazer essa reflexão.

Eu não sou auditora fiscal, sou Deputada Estadual, mas eu sou contribuinte; por sinal, também sou empresária. Então, sou contribuinte e estou vindo conversar com os senhores, dada a importância que a Receita Federal tem no meu Estado, na minha Região Norte.

Quero aproveitar esta oportunidade e transmitir para os senhores — não sou eu que falo — que hoje, no cenário, a Receita Federal está na mídia. Eu quero aqui puxar por uma mídia positiva, e não uma mídia negativa. Apresento aqui os elementos da crise que são divulgados nos jornais há 3 anos. Os senhores sabem, e eu vou só ressaltá-los. Os senhores conhecem essa crise, porque vivenciam isso.

Primeiro, greve por remuneração que afeta a impessoalidade. Vamos refletir sobre isso. A própria OAB posicionou-se nesta matéria: *Princípio da moralidade: a OAB de São Paulo também emite parecer contra bônus de eficiência de auditores*. Nós entendemos — eu também entendo assim — que os senhores merecem ganhar o que ganha um juiz, o que ganha um servidor do Legislativo. Não podemos fazer como o vendedor de remédio, que ganha sobre aquilo que vende, como se fosse uma comissão apenas. Nós sabemos que isso causou uma crise na Receita Federal, segundo nosso conhecimento, porque não foram inseridos os aposentados. Isso já causa uma crise na Receita e visivelmente na mídia.

A outra matéria é: *Receita Federal investiga secretamente 134 agentes públicos, mostra documento*. Essa é uma visão de justiceiro. Não é esse o papel da Receita. Eu estou falando aqui não como alguém da Receita Federal, mas como alguém que dá importância a esse órgão.

E aqui vemos mais uma situação, que é de desconsideração pelos contribuintes. E aí eu reporto o que está acontecendo no Estado do Pará. Temos cinco regiões no País, mas parece que o Pará foi esquecido, a Região Norte foi esquecida. Pela sua própria dimensão, ela foi esquecida.

Ainda nesse quesito da crise, primeira sinalização dela: greve por remuneração que ameaça os contribuintes e em prejuízo dos aposentados. Já falei disso. No próximo, segunda sinalização de crise: os três Poderes levantam-se contra a Receita Federal. Isso é o que nós vivenciamos, tanto no Poder Executivo, como no





CONGRESSO NACIONAL
Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização

Poder Legislativo, quanto no Poder Judiciário. Os senhores vivenciam isso, sabem disso. Eu não estou falando nada de diferente, mas isso me chamou a atenção como contribuinte, como cidadã e, sobretudo, como Parlamentar. Por isso, eu trouxe essa reflexão para os senhores.

Eu trouxe algo que também é do conhecimento dos senhores: a Nota COPES. Eu coloquei aqui três pontos que eu gostaria de ressaltar. Eles são do conhecimento de todos, mas é bom colocarmos isso, porque sabemos que já existem penalizações por conta de obediência, por conta de atendimento a uma situação. Então, temos aqui: *"Trata a presente Nota de apresentar resultado de trabalho desenvolvido pela Equipe Especial de Programação de Combate a Fraudes Tributárias — EPP Fraude, instituída (...) para identificação de indícios de crimes contra a ordem tributária, corrupção e lavagem ou ocultação de bens, direitos e valores envolvendo agentes públicos"*.

Não sou contra, mas eu estou me colocando aqui como contribuinte. A gente abre uma empresa, como é o meu caso — e eu não sou contra isso, repito —, mas eu entendo que não é o papel precípua da Receita Federal a criminalização ou agir como justiceira. Eu penso nisso como um desvio de finalidade. Depois, quem discordar, pode se dirigir a mim. Eu estou me colocando aqui como contribuinte, defendendo também os interesses do meu Estado. Então, esse desvio de finalidade, como eu entendi e que coloquei aqui para reflexão, os senhores bem conhecem.

A terceira situação de crise é a desestruturação com centralização do poder. Essa mudança, de certa forma, é burocrática, e não houve audiências públicas. Lá na minha região ninguém foi consultado. A primeira audiência pública que nós fizemos foi chamada pelo Parlamento.

O que eu entendo? Como é que se faz essa centralização? Eu posso dizer para os senhores que na região, durante toda a campanha, o que nós vivenciamos era menos Brasília e mais Brasil. Não é isso o que eu estou vendo. Na minha região toda, que é de fronteira, a aduana tem grande importância, e ela vem para a Região Centro-Oeste, virando-se de costas para lá. Hoje todos os olhos estão voltados para a Região Amazônica. Mas eu vejo hoje a Receita Federal virando-se de costas para lá. Aqui eu não estou dizendo que a culpa é dos senhores, a culpa é nossa. Precisamos refletir sobre isso, para que possamos aproveitar este momento de crise





CONGRESSO NACIONAL
Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização

e tomar novos rumos. Ao tomarmos novos rumos, eu sei que vai ser resolvido o problema da Região Norte, o problema da minha cidade.

Na semana passada, também foi apresentada a questão do Paraná.

É importante colocar ainda a situação de ameaça que nós vivenciamos hoje. Eu não poderia deixar de trazê-la aqui.

Quebrando a tradição, foi nomeado um secretário fora dos quadros da Receita Federal. Espero que esse erro seja corrigido agora. Então, cai o secretário — é assim que se fala, não é? —, e esse mesmo secretário acaba de emitir uma portaria do conselho consultivo de especialistas sobre reforma tributária, no qual os senhores também foram esquecidos — gente, foram esquecidos! Eu não sou contra esse conselho, ele é bem interessante, mas os senhores foram esquecidos.

Sabemos que há estudos em curso sobre a autarquização da Receita Federal, e isso é ruim. Nós sabemos que isso é ruim!

Há outra questão. Já não é de hoje que se fala em segregar a aduana da Receita. Esse tema voltou aos bastidores. É importante trazermos essa reflexão neste momento de tomada de novos rumos.

Depois, está hoje nos jornais — os senhores já devem ter lido isso, porque eu já li — a proposta do fatiamento da Receita Federal em arrecadação e fiscalização. Eu tenho certeza de que precisamos discutir essa questão, colocar isso em pauta.

A outra questão diz respeito à ESAF — Escola Superior de Administração Fazendária. Ela foi extinta, e os seus servidores terão que encontrar outro órgão para continuar trabalhando.

Trago agora que as ameaças já estão na mídia. Hoje a Receita Federal está nas páginas dos jornais, no cenário. Então, precisamos, neste momento, fazer essa reflexão.

Eu quero aproveitar esta honrosa Mesa e a presença dos senhores aqui para me posicionar. Eu não sou contra! Mas eu também quero apoiar os senhores, porque eu sei que, resolvendo o problema da Receita Federal, eu vou resolver o problema da Região Norte.

Vejam que as ameaças já estão na mídia. Já falei isso para os senhores. Há continuidade das ameaças: *Mudanças no Fisco podem separar fiscalização da arrecadação*. Esse é o cenário que vivenciamos.





CONGRESSO NACIONAL
Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização

Voltando à discussão da Amazônia, eu já falei na semana passada — e os senhores sabem disso, a Mesa vai tratar desse assunto — sobre a reestruturação, que se virou de costas para a Região Amazônica, mas 42% do território nacional está lá. Nós não temos condições de tratar disso pelo 0800, tratar pelos processos. Eu sou contra isso!

Encerrando, eu trago aqui algumas contribuições, encaminhamentos tirados das nossas audiências públicas.

Primeira, uma reflexão interna de retomada de rumos em busca de um papel republicano. Eu estou falando aqui de uma Receita Federal republicana.

Segunda, como encaminhamento das nossas audiências: respeito, consideração, orientação, buscar ouvir o contribuinte na questão de melhoria do atendimento. Não podemos virar as costas para o contribuinte. É preciso fazer uma modernização, fazer essa mudança, mas nós não podemos virar as costas para o contribuinte.

Terceira, retornar ao seu papel de autoridade tributária — porque esse é o papel precípua — e fugir do desvio policalesco, não se deixando sucumbir às tarefas que seriam de outros órgãos. Vamos pensar nisso, porque isso é motivo de crise também.

Quarta, defender a valorização compatível com sua categoria de Estado, fugindo de casuísmos remuneratórios. Trata-se daquilo que eu falei no início. Aqui eu estou tentando me colocar juntamente com os senhores, porque eu sei que essa questão de tirar a autonomia, de virar uma autarquia — eu espero que isso até seja comentado aqui pela Mesa —, mas não se pode tirar a autoridade do auditor-fiscal, não se pode tirar a autoridade do superintendente, do delegado, e ser o gerente de uma autarquia. A gente sabe bem como essas coisas funcionam.

As considerações finais são estas: reforma da administração tributária reclama seu fortalecimento, com melhoria para o cidadão e não redução de sua capacidade de atendimento. O que nós alegamos para reduzir de dez para cinco? São cinco DAS? Eu quero entender isso. O que isso vai ter de redução de custos? Eu sei do prejuízo que nós vamos ter, e os senhores reconhecem muito mais esse prejuízo.

A reforma não se baseia em eficiência para o contribuinte ou melhorias reais para a sociedade.





CONGRESSO NACIONAL
Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização

Aposentadoria de servidores não pode ser escusa para redução dos serviços da administração tributária — dever de realizar concursos públicos —, atividade essencial. Nós falamos isso aqui, na semana passada.

A crise fiscal não obsta o tratamento diferenciado de financiamento da Receita Federal, como determinam os arts. 37, XXII, e 167, IV, da Constituição Federal.

O padrão do Fisco Global é experiência a ser seguida. Vamos seguir, vamos analisar, vamos refletir.

O federalismo exige descentralidade, desconcentração do poder e regionalização das funções da União.

Fisco forte, cidadania garantida.

É desta forma que eu entendo e é dessa forma que eu quero. Eu não quero chegar aqui e defender o retorno da superintendência para minha região, tão afetada, sobretudo a questão aduaneira da Região Norte, porque nós dependemos disso.

O tempo é muito exíguo para fazermos nossa exposição. Eu sei que os debatedores também vão falar aqui, mas o que eu estou colocando é uma contribuição cidadã. Eu falo aqui como contribuinte e também como pessoa que respeita o auditor-fiscal, respeita a Receita Federal. Eu não estou contra. Eu conheço inúmeros cidadãos, inúmeros empresários que não estão contra a Receita, porque o seu fim principal é dar sua contribuição para o desenvolvimento, sobretudo, da Região Norte. Foi por isso que Deputados, Governadores, o Governador Hélder Barbalho, os Senadores e tantos outros se posicionaram, dizendo: *"Vamos pensar, vamos refletir; está no cenário, mas não está resolvendo nada"*.

Presidente, eu quero agradecer a oportunidade que me foi dada e me coloco à disposição de todos. Nós estamos, hoje, discutindo a reforma tributária. Faço um apelo ao Ministro — que, infelizmente, hoje não está presente —, no sentido de que a superintendência retorne. Eu fiz esse apelo na semana passada e faço-o novamente: que a superintendência retorne para a Região Norte, sobretudo, neste momento em que se está debatendo a reforma tributária. Nós já estamos atingindo sem resolver a questão da reforma. Então, eu faço o apelo para que retorne, à minha região, a superintendência; que retorne o superintendente que foi destituído há meses e que possamos realmente ter uma Receita Federal republicana. É dessa forma que eu me manifesto.





CONGRESSO NACIONAL
Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização

Muito obrigado e um bom dia. *(Palmas.)*

O SR. PRESIDENTE (Edmilson Rodrigues. PSOL - PA) - Agradeço à Deputada Nilse Pinheiro a contribuição.

Eu acho que eu cometi uma falha, pois, além de auditor-fiscal, o Coordenador-Geral de Planejamento, representando aqui a instituição, talvez merecesse ter falado no início. Então, eu peço desculpas e lhe passo a palavra, Dr. Jaime Durra.

O SR. JAIME DURRA - Obrigado. Agradeço pela oportunidade.

Vou começar com uma pequena apresentação sobre a reestruturação. Peço desculpas a quem esteve aqui na semana passada, na CFT, porque é a mesma apresentação. Vou repetir aqui os argumentos.

(Segue-se exibição de imagens.)

Para começar, gostaria de falar por que estamos fazendo essa reestruturação na Receita.

Hoje estamos enfrentando três problemas graves. Primeiro, o orçamentário. Este gráfico mostra a evolução do orçamento da Receita Federal em termos nominais. Na linha amarela seria o mesmo valor anual corrigido pela inflação. Podemos ver que nos últimos anos temos mantido o valor nominal, gerando uma perda real grande, de mais ou menos 30% nos últimos 10 anos. Temos ainda um problema adicional na LOA prevista para o ano que vem: teremos um corte de 30% em relação a este ano. Os nossos problemas orçamentários, mantendo-se a situação atual, devem ser agravados, apesar de sabermos que a Constituição — art. 37, inciso XXII — determina serem prioritários os recursos para a administração tributária. Mas na prática não temos isso.

Outro problema que também temos enfrentado nos últimos anos, de forma cada vez mais forte, é o da diminuição de servidores dentro da Receita. Este gráfico também mostra uma redução de cerca de 25% em todas as carreiras, seja auditor, analista ou administrativo da Receita. Nos últimos 10 anos houve uma perda de mais ou menos 25%. Agravado a isso, 25% do quadro da Receita já recebe abono de permanência, estando esses servidores aptos a se aposentar a qualquer momento, e provavelmente não teremos concursos públicos nos próximos anos, conforme já foi divulgado. O último problema que temos enfrentado foi a novidade que veio no início do ano: o corte bem substancial dentro da estrutura de funções equivalente a 22% do número de funções dentro da Receita.





CONGRESSO NACIONAL
Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização

Para enfrentar isso tudo, passamos a procurar alguma alternativa.

Este é o mapa estratégico da Secretaria da Receita Federal. Como os senhores sabem, temos uma missão institucional. A nossa missão é exercer a administração tributária e aduaneira com justiça fiscal e respeito ao cidadão, em benefício da sociedade. A nossa pergunta é: apesar do corte de funções e da redução de recursos financeiros e humanos, como fazer para que a RFB continue a executar sua missão?

Na verdade, a reestruturação veio para tentar resolver esses problemas, ou pelo menos minimizá-los, e eles vêm crescendo nos últimos anos. Não é uma ideia extremamente nova, mas que já vinha sendo gerida e pensada nos últimos anos, no sentido de uma mudança na estrutura da Receita. Especificamente em alguns pontos já tínhamos verificado que determinados aspectos da estrutura atual já estavam defasados. Falamos de uma estrutura que tem mais de 50 anos. Então, é natural que se pense numa melhoria dessa estrutura, principalmente devido a novas tecnologias que nos permitem fazer com que o trabalho seja executado de forma diferente da que era executado há 50 anos.

Baseado nisso, esse projeto de reestruturação da Receita tem três pilares principais. O primeiro deles trata da especialização e regionalização do trabalho; o segundo, da redução da quantidade de níveis hierárquicos; e o terceiro, da racionalização das unidades. É uma solução que tenta eliminar alguns custos, cortar funções. Inclusive, há uma determinação de governo de cortar níveis hierárquicos dentro de nossa estrutura. Essa nova forma de trabalho é a especialização e a regionalização do trabalho.

Detalhando esse ponto especificamente, nós podemos dizer, de maneira mais simplificada, que na estrutura atual nós temos 94 delegacias da Receita Federal espalhadas pelo Brasil, que trabalham de forma não especializada. O que significa isso? Significa que essas unidades executam todas as atividades de administração tributária e fiscalização, por exemplo. Então, o que acontece? Todas as atividades de gestão do crédito tributário, cobrança, garantia, crédito *sub judice*, tudo isso é executado em todas as 94 delegacias da Receita. E cada uma tem uma jurisdição própria, ou seja, cada delegacia cuida daquele Município onde está localizada e de alguns Municípios ao redor dela. Então, um contribuinte de determinado Município





CONGRESSO NACIONAL
Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização

tem uma jurisdição, ou seja, todos os seus pedidos na Receita vão ser tratados por aquela delegacia.

Quando nós olhamos isso de maneira global, o Brasil inteiro, nós conseguimos identificar que determinadas unidades têm mais servidores em relação à sua demanda se comparadas com outras. Então, cada unidade tem um quantitativo de servidores e tem uma demanda de acordo com aquela população que é atendida naquele Município, o que gera, na verdade, uma falta de padronização. Em alguns lugares, nós temos mais dificuldade de ter servidor e temos demandas maiores. Então, de repente, um pedido de compensação, por exemplo, pode demorar muito mais tempo do que em outra unidade.

Além disso, quando nós trabalhamos com jurisdição, com uma delegacia trabalhando somente com os contribuintes jurisdicionados por ela, às vezes nós podemos pensar que estamos deixando de otimizar a nossa capacidade de trabalho. Se eu olho uma determinada atividade de forma regional e não localizada naquela delegacia, posso, por exemplo, numa atividade de cobrança, escolher um valor maior, que vai dar um resultado melhor para o Estado, ao invés de uma cobrança de um valor menor. Eu estou falando isso de maneira bem simplista. Não estou dizendo que a Receita só trabalha cobrando o maior valor. É só um exemplo. Quando eu regionalizo o meu trabalho, eu passo a ter uma efetividade, um retorno maior para o Estado em relação àquele trabalho local.

O que está sendo proposto nessa nova estrutura é exatamente a especialização de delegacias e de equipes. Nós vamos ter a especialização do trabalho e a jurisdição regional. E essa especialização do trabalho também ajuda no sentido de aumentar a produtividade dos servidores. Quando eu tenho uma delegacia que faz todas as atividades, às vezes, por falta de gente, determinados auditores-fiscais, por exemplo, vão ter que conhecer várias atividades, matérias, compensações, diferentes tributos, atividades diferentes, e volta e meia vão ter que parar para estudar, porque são muitas assuntos diferentes que têm que ser conhecidos. Quando nós especializamos o trabalho e geramos uma atividade mais específica para aqueles servidores, obviamente eles vão conhecer mais aquilo e vão ter um melhor desempenho, melhorando, no geral, o resultado entregue pela Receita Federal como um todo.





CONGRESSO NACIONAL
Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização

Outro ponto que também merece destaque — este é o meu último eslaide — é exatamente o que está causando maior impacto aqui, que é a diminuição do número de superintendências. Essa diminuição do número de superintendências é algo que vem junto com a especialização. Quando criamos delegacias especializadas, essas delegacias vão ter uma área de atuação compatível com aquela especialização. Não adianta eu criar áreas muito pequenas, porque eu não vou conseguir especializar o trabalho. É mais ou menos o que é hoje, quando, com dez regiões fiscais, a especialização do trabalho é limitada. Quando nós aumentamos o tamanho de cada uma das regiões fiscais, quando nós aumentamos o número de contribuintes atendidos por elas, nós vamos ter uma capacidade melhor de especialização.

Eu quero deixar bem claro aqui — nós já falamos sobre isso na semana passada, mas é um ponto importante — que as superintendências não são unidades de atendimento. Então, em nenhum momento, quando nós reduzimos de dez para cinco regiões fiscais e de dez para cinco superintendências, nós estamos falando em afetar o atendimento à população, ao contribuinte, à sociedade daquela região. A superintendência é uma unidade que faz controle, direciona. Ela não é uma unidade de atendimento.

Para os senhores terem uma ideia, na nova 1ª Região Fiscal, que vai ser uma região centro-norte — a superintendência será em Brasília —, nós vamos ter apenas duas delegacias especializadas em fiscalização: uma, em Goiânia, e a outra, em Manaus, na Região Norte. Em relação à administração tributária, nós vamos ter também somente duas delegacias especializadas: uma, em Brasília, e a outra, em Belém. Então, das quatro delegacias principais da Receita nessa região, duas vão estar na Região Norte. Então, a Região Norte não está sendo esquecida. É que, pelo número de contribuintes, pelo total de empresas, pelo total de arrecadação, ao tentar fazer uma divisão mais ou menos parecida entre essas regiões, nós optamos por uma região maior, mas no total há uma certa equidade em relação ao tamanho dessas regiões.

Era isso. Agradeço a oportunidade. (*Palmas.*)

O SR. PRESIDENTE (Edmilson Rodrigues. PSOL - PA) - Agradeço ao Sr. Jaime Durra a contribuição.

Passo a palavra ao Sr. Charles Alcântara, Presidente da FENAFISCO.





CONGRESSO NACIONAL
Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização

O SR. CHARLES JOHNSON DA SILVA ALCÂNTARA - Bom dia a todos e a todas.

Sr. Presidente, Deputado Federal Edmilson Rodrigues, companheiro paraense — aliás, há três paraenses na Mesa —; Deputada Nilse Pinheiro; colega e Presidente do SINDIFISCO Nacional, Kleber Cabral; Sr. Jaime Durra; e Sr. Márcio Gheller, da ANFIP. Vou começar pelo ponto que o nobre representante da Receita Federal, Jaime Durra, terminou. Eu fiquei com uma impressão ao final da exposição em relação ao ponto específico da Amazônia, em que, das quatro unidades da Receita Federal, duas estão na Região Norte. Vejam que, das quatro unidades da Receita Federal na 1ª Região, duas estão na Região Norte, as outras duas estão no Centro-Oeste. Isso me ocorreu agora, Sr. Jaime Durra, com todo o respeito. Parece aquele lema inverso do ocupar a Amazônia para desenvolver, para integrar. Parece-me que a Receita Federal está propondo desocupar a Amazônia para, talvez, subdesenvolvê-la, para retirar a presença do Estado, numa região que ocupa mais de 40% do território brasileiro.

Mas eu não vim falar disso, Deputada Nilse, desse aspecto meramente regional, embora ele seja muito importante. Vejam o que disse o nosso colega Durra. A reestruturação da Receita Federal — e eu não vou me atrever, eu não integro os quadros da Receita Federal; então, terei bastante prudência para fazer essa avaliação, porque eu não participei, evidentemente, nem me caberia participar, desse debate interno na Receita Federal — atendeu, em primeiro plano, como disse o Sr. Durra, à restrição orçamentária, ao tamanho do orçamento da Receita Federal. O senhor nos trouxe números importantes, dando conta de que, nos últimos 10 anos, a Receita Federal teve uma queda de 30% no seu orçamento, e que somente no ano que vem serão 30% — num ano só!

Eu tenho dados — e o senhor pode confirmar ou negar — de que há necessidade, de acordo com o planejamento anual da Receita Federal, para 2020, de 4 bilhões de reais para a Receita funcionar adequadamente. E essa teria sido a proposta que saiu do órgão de orçamento para 2020, de 4 bilhões de reais, Deputado. Pois, dentro do Governo, essa estimativa de orçamento para o ano que vem da Receita caiu de 4 bilhões de reais para 1,8 bilhão de reais.

O que isso significa? E nós estamos na Comissão certa, na Comissão Mista de Orçamento, que discute o orçamento da República para o ano que vem. Isso





CONGRESSO NACIONAL
Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização

significa dizer, e o Brasil precisa saber, que a Receita Federal do Brasil, pelo orçamento proposto pelo próprio Governo, está inviabilizada no ano que vem para funcionar com atividades minimamente básicas. Eu diria o seguinte, Márcio e Deputada Nilse: se os maiores sonegadores do País se reunissem num clube, numa associação — se bem que eu acho que se reúnem —, e lhes fosse atribuída a responsabilidade de propor um orçamento para a Receita Federal do Brasil, repito, se os maiores sonegadores do País fossem convidados a propor um orçamento para a Receita Federal do Brasil, eles não seriam, talvez, tão escassos, tão cruéis para com a Receita Federal do Brasil como o próprio Governo está sendo. Nem mesmo os sonegadores, talvez, teriam a ousadia de propor menos da metade do que o próprio órgão diz que é necessário para atuar.

Nós exercemos uma função pública que é a única função pública do Estado brasileiro que pode e deve constituir o capital como devedor. Nós constituímos o capital como devedor e vivemos numa sociedade capitalista. É o nosso papel dizer quando o capitalista deixa de pagar adequada e corretamente os seus impostos e os seus tributos. Cabe à administração tributária inscrever, constituir, lançar o crédito contra esse capitalista. Simplesmente é esse o papel da administração tributária, grosso modo.

Vejam que não é por acaso. A Deputada Nilse já falou sobre os dispositivos do art. 37, XXII, da Constituição, e o Sr. Durra também tratou do mesmo dispositivo. Parece-me que a Constituição é algo tão banal, tão trivial, tão sem importância que chegamos a dizer que, apesar de haver esse dispositivo, o art. 37, XXII, da Constituição, que diz que as administrações tributárias terão recursos prioritários para desenvolver as suas atividades, apesar disso, e isso pouco importa, é um dispositivo de somenos importância. Vamos propor um orçamento que inviabilize a Receita Federal. Desse ponto de vista, esse orçamento da Receita Federal para 2020 é anticonstitucional, porque ele sequer observa o que a Constituição diz. Essa atividade, não é porque os seus servidores são mais bonitos ou mais importantes, mas porque ela é vital para o Estado. Os sonegadores do Brasil devem estar em festa com o orçamento da Receita Federal para 2020. Isso é muito grave. Cabe a esta Casa, cabe a esta Comissão Mista do Orçamento discutir o orçamento de 2020 para a Receita Federal. Isso é muito importante.





CONGRESSO NACIONAL
Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização

Segundo o que chegou ao meu conhecimento, o que está proposto para 2020 recupera "malemá" — assim dizem os caboclos do Pará — a inflação, considerado o primeiro orçamento da chamada Super-Receita, de 2008, que é o primeiro ano de orçamento depois da fusão realizada com os fiscais da Previdência.

Aliás, faço a observação de que a junção da Receita Federal com a Previdência, que gerou a Receita Federal do Brasil, não foi um somatório de estruturas, de receitas e de recursos. Não foi um somatório. Ela atendeu a essa mesma diretriz da tal racionalidade administrativa, mas os resultados, 10 anos depois, Deputado Edmilson, mostram que a atividade, especialmente a da fiscalização previdenciária, sofreu uma grave degradação, um enfraquecimento.

Houve um desmonte, não é, Márcio? Havia cerca de 4 mil fiscais da Previdência para combater a sonegação previdenciária. Hoje, pelo que sei, 10 anos depois, há em torno de 400. Do contingente que havia antes da fusão, existe hoje 10%, para combater a sonegação previdenciária, que é grave no Brasil. Este foi o resultado: não houve soma, apenas foram juntadas as estruturas. Racionalizou-se e se diminuiu a ação do Estado numa área fundamental. E está aí a reforma da Previdência, cujo mote é este: não há recurso para a Previdência. O mesmo vai acontecer. Aliás, é o que está acontecendo.

Agora eu quero deixar um alerta. A nossa responsabilidade como auditores-fiscais é muito grande. Apesar de não ser auditor-fiscal da Receita Federal do Brasil — sou auditor-fiscal da receita estadual do Pará —, eu me sinto legitimado a falar como cidadão, acima de tudo, sobre o que está acontecendo com a Receita Federal do Brasil.

Vocês sabem do que acontece na Receita Federal do Brasil, que já foi, num passado não tão distante, uma referência de excelência, de organização e de eficiência. Vocês sabem disso. As receitas estaduais se espelharam muito na tradição, na capacidade e na excelência da Receita Federal do Brasil. As receitas estaduais, nos últimos 10 anos, foram se estruturando mais, foram se valorizando mais e, em alguns lugares, têm desempenhos excelentes. E nós assistimos, com muita tristeza, a esse processo de desmonte que acontece na Receita Federal do Brasil. Esse processo atende a interesses, infelizmente interesses que estão hoje comandando a economia no Brasil.





CONGRESSO NACIONAL
Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização

É disso que nós estamos falando. Isso é muito grave. A sociedade vai padecer. Vai faltar recurso para a saúde, recurso para a educação, para a segurança. É claro que vai, se nós não cuidarmos de estruturar a Receita, de valorizar a Receita Federal do Brasil. E as estaduais tendem a sofrer na sequência se não fizermos nada agora!

À guisa de conclusão, Deputado Federal Edmilson — aqui há muitos agentes, muitos auditores da Receita Federal do Brasil e das receitas estaduais —, quero deixar esse recado como presidente de uma entidade sindical, a Federação Nacional do Fisco Estadual. Nós também precisamos refletir muito sobre o nosso papel, sobre a nossa responsabilidade, até mesmo como sindicalistas. Precisamos fazer uma reflexão. E eu declaro a vocês que me assumo como um crítico austero do corporativismo como método de ação. Sou um crítico austero, repito, do corporativismo como método de ação. Ele é burro. É burro! Vejam, nós precisamos discutir sobre o corporativismo. Isso não significa negar as pautas corporativas. É diferente. As pautas corporativas — melhores salários, melhores condições de trabalho — precisam ser submetidas ao crivo da legitimidade, da legalidade e do interesse público. Toda pauta corporativa precisa ser legítima, precisa ser legal e precisa atender ao interesse público.

A aprovação em concurso público e o exercício de uma função pública em si não fazem do agente público um merecedor da estima e do respeito da sociedade. Vou repetir: a aprovação em concurso público e o exercício de uma função pública não fazem do agente público, por si só, merecedor do respeito e da estima da sociedade.

O agente público não é dono da função pública. Ele é em um portador temporário e precário dessa função pública e ele precisa honrá-la. Muitas vezes, o corporativismo cego nos impede — por ser cego, é claro — de enxergar o óbvio, a forma como a sociedade nos vê. Como ela nos vê?

A autonomia das administrações tributárias é importante, é fundamental não porque é boa para o agente público. Não! Ela interessa porque é boa para a sociedade, para que a administração tributária se submeta exclusivamente ao império da lei e não aos agentes políticos de ocasião, dos governantes de plantão. A administração tributária tem que ser autônoma não para proteger a má conduta profissional. A autonomia não pode servir de escudo, de biombo para proteger o





CONGRESSO NACIONAL
Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização

mau agente público, o que age à margem da lei, o que prevarica. Não! A autonomia é importante para garantir que o órgão se submeta única e exclusivamente ao império da lei.

Fico muito triste ao ver agentes públicos importantes cometendo desvios, abusos, e as suas entidades corporativas os protegem. Não é isso que a sociedade espera de nós. Não é isso! Eu acho que, no âmbito das administrações tributárias, isso vale para a Receita Federal e vale para as receitas estaduais ou municipais. Esse é um debate que nós temos que fazer, principalmente no sindicalismo.

Muito obrigado. (*Palmas.*)

O SR. PRESIDENTE (Edmilson Rodrigues. PSOL - PA) - Muito obrigado, meu querido Charles Alcântara. Com microfone sem fio, nem precisou se arredar, como dizemos lá em Belém.

Eu reconheço aqui um lapso meu. Recebi no meu escritório em Belém uma equipe grande de servidores de carreira da Receita, entre os quais estava o meu querido amigo Sérgio Pinto. Foi daí que surgiu a ideia da realização deste debate. Eu queria então agradecer ao Sérgio e à companheirada que nos procurou no Pará. Depois outras lideranças também nos acompanharam e nos ajudaram a formular a proposta.

Anuncio a presença de Iranilson Brasil, Vice-Presidente do SINDIFISCO Nacional, que é do Pará; Artur Henrique Mattar, da ABAFIA — Associação Brasileira de Auditores Fiscais Aduaneiros; Josete Vignolle, do Instituto Justiça Fiscal; Adriano Corrêa, representante do SINDIFISCO no Espírito Santo; Henrique Freitas, delegado sindical do SINDIFISCO Nacional, que é do Rio Grande do Norte; Celso José de Oliveira, delegado sindical do SINDIFISCO Nacional, que é do Paraná. Então, aqui estamos bem representados regionalmente.

Para dar continuidade às palestras, tem a palavra o querido Márcio Humberto Gheller, Vice-Presidente-Executivo da ANFIP.

O SR. MÁRCIO HUMBERTO GHELLER - Bom dia a todos.

Ilustríssimo Sr. Deputado Edmilson Rodrigues, que preside esta audiência pública da Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização, ao cumprimentá-lo, eu cumprimento as demais autoridades presentes, as senhoras e os senhores.





CONGRESSO NACIONAL
Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização

Eu represento a ANFIP, uma entidade que completa, no ano que vem, 70 anos de existência. Só a título de comparação, lembro que a Receita Federal completou 50 anos no dia 20 de novembro de 2018. É uma grande honra para a nossa associação participar da discussão sobre o tema *Reforma da estrutura da Receita Federal do Brasil*, especialmente porque — este meu bóton identifica isso —, nos últimos 25 anos, eu tenho participado de inúmeras reformas administrativas. Trocamos de Ministério, trocamos o nome do cargo, trocamos as funções, trocamos as atribuições. Faz parte. É do jogo.

O que temos percebido — isto pode ser dito com tranquilidade neste encontro de Parlamentares — é que as reformas têm sido feitas muito mais por necessidade premente do órgão de continuar funcionando do que por critério racional, planejado, com boas técnicas de gestão, boas técnicas que qualquer aluno de Administração perceberia.

Eu me explico. A Secretaria da Receita Federal contava com 23.430 servidores em exercício em 2017. Nos últimos 2 anos, segundo o Ministro, *"nas nossas contas, 40% dos funcionários públicos devem se aposentar nos próximos 5 anos. Não precisa demitir, basta desacelerar as entradas"*. Essas são palavras dele. O Ministro ainda afirmou que os Governos anteriores contrataram servidores públicos em excesso. *"Por causa do inchaço da máquina pública, o Governo optará por não realizar concursos públicos nos próximos anos."* Essas também são palavras dele. Ele não disse por quanto tempo os processos seletivos ficarão suspensos.

Senhoras e senhores, ocorre que não se consegue atender público sem servidores, sem servidores comprometidos, sem servidores capacitados e, o mais importante, sem servidores impessoais.

Como está previsto na Constituição, o serviço público é o que materializa o Estado de Direito e é o que materializa a ideia republicana de igualdade e de liberdade. É um neutro. E é nessa ideia que se apoia a identidade coletiva de uma nação.

O serviço público é um imperativo em todas as democracias modernas. Historicamente, o serviço público, o jurídico pelo menos, teve início na França, no final do século XIX e início do século XX. No entanto, pode se buscar a primeira noção na Grécia Antiga, onde o serviço era prestado pelos detentores de grandes fortunas, por imposição honrosa e não pelo poder organizado do Estado. Quem





CONGRESSO NACIONAL
Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização

trouxe a expressão "servidor público" foi Rousseau. Mas, em nossa opinião, o serviço público tem o seu fortalecimento e a sua globalização promovidos por Napoleão Bonaparte, após a Revolução Francesa. É uma conquista moderna.

Os primeiros serviços públicos no Brasil foram criados em 1808. Foram responsáveis pelo desenvolvimento das ferrovias, pela criação de redes de água, pela criação de redes de energia, pela criação da telefonia em todo o território. Isso foi feito porque era necessário. Era preciso desenvolver a colônia.

Eu me permito discordar da opinião do Ministro da Economia quando ele afirma que parte da culpa pelos "desvios", pela "roubalheira" — aspinhas em ambas as palavras — que atingiu o País nos últimos anos é dos funcionários públicos. Disse ele que *"a categoria responsável por tomar conta das coisas públicas não cumpriu seu papel. O funcionalismo público não é culpado, mas também não é inocente"*. Nada mais equivocado em relação a brasileiros que, em todas as suas ações, são vinculados à lei e às normas, feitas pelo Legislativo! Insisto: não é dado ao servidor público fazer o que ele quer. Ele é vinculado. Celso, você sabe disso. O servidor público é vinculado!

Legalidade, moralidade, impessoalidade, publicidade e eficiência dizem muito para o servidor público. Outro aspecto muito importante é o treinamento. Treinar servidores é fundamental, até para atender à Constituição. Diz o art. 5º, inciso XXXIII, da Constituição que *"todos têm direito a receber dos órgãos públicos informações de seu interesse particular (...)"*. Esse é um direito do cidadão. Alguém tem que prestar esse serviço. E diz o inciso XXXIV do mesmo artigo que são a todos assegurados, independentemente do pagamento de taxas, o direito de petição aos poderes públicos e a obtenção de certidões.

Então, senhores, senhoras, Parlamentares, para que continue funcionando, para que continue arrecadando, para que atenda bem ao cidadão, é necessário se dimensionar corretamente o serviço público prestado pela Receita Federal do Brasil. Talvez o enxugamento das regiões fiscais neste momento seja um paliativo válido, mas não esqueçamos — atenção, senhores — que o excesso de remédio pode matar o doente.

Não se pode esquecer que o Estado é permanente. No nosso País, há 27 Unidades da Federação e 210 milhões de habitantes. Contribuintes ou não, todos merecem ser atendidos por um serviço público de qualidade.





CONGRESSO NACIONAL
Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização

Muito obrigado. (*Palmas.*)

O SR. PRESIDENTE (Edmilson Rodrigues. PSOL - PA) - Muito obrigado, Márcio, pela contribuição.

Vamos ouvir o nosso último convidado, Kleber Cabral, que é Presidente do SINDIFISCO Nacional.

O SR. KLEBER CABRAL - Bom dia a todos.

Primeiramente, agradeço ao Deputado Edmilson Rodrigues o convite para compormos esta Mesa. Cumprimento todos os seus integrantes. Agradeço aos vários auditores-fiscais que estão prestigiando esta audiência pública.

Eu vim preparado para falar sobre regionalização da Receita, mas antes, diante de alguns fatos que foram apresentados pela Deputada Professora Nilse, não tenho como deixar de fazer alguns apontamentos, porque pode ter dado a impressão de que a crise pela qual passa a Receita Federal e toda essa pressão que os auditores vêm sofrendo dos poderes decorrem de algum tipo de extrapolação das nossas funções, de algum tipo de abuso, da atuação de justiceiros, em desacordo com a legislação. E o que nós vemos é justamente o contrário. Se, hoje, a Receita Federal está muito pressionada pelos poderosos, isso ocorre justamente porque os auditores vêm atuando de forma republicana. Ninguém está acima da lei. E eu pergunto: que País é este, em que altas autoridades públicas não podem ser fiscalizadas?

Dois colegas nossos de Vitória estão afastados por decisão do Ministro Alexandre de Moraes naquele inquérito das *fake news*, um inquérito sigiloso, inédito, muito polêmico. Nesse âmbito, foram também suspensas as fiscalizações de 133 contribuintes, agentes públicos de alto relevo, selecionados com base em critérios que estão expostos na referenciada Nota COPES 48.

É preciso fazer uma distinção importante, a de que a atividade de seleção da Receita não é secreta. Os contribuintes não são obrigados a saber, mas as pessoas e as empresas não são selecionadas por sorteio. Imaginem a ineficiência da Receita Federal se ela sortearse as pessoas para serem fiscalizadas. Existem parâmetros técnicos, objetivos e impessoais que buscam a melhor eficiência do órgão. A partir desses parâmetros é que as pessoas e as empresas são selecionadas. Essa é uma das muitas frentes em que a Receita passou a atuar de forma independente e não por provocação do Ministério Público. É por isso que nos incomodamos muito quando vemos um Ministro do Supremo acusar a Receita de ser órgão de





CONGRESSO NACIONAL
Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização

pistolagem do Ministério Público ou coisas desse gênero. Esse trabalho não tem nada a ver com o Ministério Público, não tem nada a ver com a Operação Lava-Jato. Esse trabalho foi iniciado de maneira elogiável e exclusiva dentro da Receita Federal.

A Nota COPES 48 obedece aos tratados internacionais de que o Brasil é signatário. O Brasil assinou a Convenção das Nações Unidas contra a Corrupção e está vinculado às recomendações do GAFI, que é o Grupo de Ação Financeira, vinculado à OCDE. Uma das recomendações do GAFI, que devem ser cumpridas pelos Estados-Partes, é sobre as pessoas politicamente expostas. As pessoas politicamente expostas são detentoras de cargos de alto relevo e, por estarem na administração de recursos públicos, estão potencialmente mais sujeitas ao cometimento dos crimes de corrupção e lavagem de dinheiro. Esse é o conceito de pessoas politicamente expostas. E existe a obrigação de as administrações tributárias e os órgãos de inteligência financeira — era o COAF — terem maior vigilância sobre as movimentações dessas pessoas. Então, a Nota COPES 48, quando colocou os parâmetros para a seleção de agentes públicos, não fez nada mais do que dar cumprimento ao tratado internacional de que a Receita era parte, para que houvesse maior vigilância sobre essas pessoas politicamente expostas. Isso está de acordo com a legislação internacional.

Estou dizendo isso para que fique claro que não existe nenhum justiceiro. Os dois colegas de Vitória estavam cumprindo suas funções. Amanhã, faz 30 dias que eles foram afastados. Suas carteiras funcionais foram recolhidas, assim como seus *notebooks*, seus *tokens*. Estão sendo defendidos pelo nosso sindicato, sem nenhum apoio institucional da Receita. É preciso frisar isso. O sindicato é que está patrocinando e custeando a defesa desses auditores. Há outros auditores que estão sendo ouvidos também no bojo desse inquérito policial.

É preciso frisar igualmente o seguinte: é óbvio que a Receita tem o papel primordial da arrecadação e do combate à sonegação, mas também o de combate aos crimes financeiros conexos aos crimes de sonegação. Existe um estudo da Escola Superior do Ministério Público da União que buscou verificar quais eram os órgãos-fonte responsáveis por abertura de inquérito policial sobre corrupção. A Receita Federal, depois do Tribunal de Contas, é o principal órgão, mesmo não tendo o combate à corrupção como sua missão precípua, porque a Receita Federal,





CONGRESSO NACIONAL
Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização

de fato, é fonte de informações. As operações e a integração entre os órgãos demonstraram que a Receita Federal é que faz o *follow the money*, o siga o dinheiro. Ela acaba tendo então, de fato, dentro dessa integração de órgãos, um fundamental papel no combate à corrupção e à lavagem de dinheiro.

O combate à lavagem de dinheiro está expressamente estabelecido, desde 1999, como competência da Receita Federal. A Receita Federal faz parte da ENCCLA — Estratégia Nacional de Combate à Corrupção e à Lavagem de Dinheiro. Ela tem assento no ENCCLA há mais de 14 anos. A Receita tem um laboratório contra lavagem de dinheiro, que foi criado justamente para tratar da mineração de dados, de grandes dados.

Então, é muito estranho quando vemos, dentro do Congresso Nacional, pessoas com a visão de que a Receita estaria extrapolando ao atuar nessas áreas. Ela deveria estar sendo elogiada por atuar nessas áreas de combate à corrupção e à lavagem de dinheiro. A integração com outros órgãos é fundamental. E percebemos que as críticas em relação à Receita Federal estão tendo muito poder agora. Vimos pessoas importantes dando este tipo de depoimento: "*A Receita Federal passou a ter muito poder*". Ficamos nos perguntando quando se deu isso, que lei foi essa, que ato foi esse que, de repente, fez a Receita Federal ter muito poder. Na verdade, a Receita Federal passou a incomodar pessoas poderosas, e essas pessoas poderosas estão reagindo.

Felizmente, essa crise tem trazido para nós auditores e Receita Federal um esclarecimento e um apoio da imprensa e da opinião pública em relação a esses assuntos. Na tramitação da MP 870, quando se tentou colocar aquela emenda da mordaza, que impedia a atuação da Receita Federal relativamente a outros crimes financeiros e a comunicação ao Ministério Público, nós fizemos um trabalho muito intenso, o sindicato e a nossa base de auditores, junto à imprensa, junto à opinião pública, junto aos movimentos sociais que têm reconhecido o trabalho no combate à corrupção, tivemos um apoio expressivo e vencemos aquela batalha. Vocês lembram que havia ali uma situação quase já definida, e aí desistiram, aquele texto foi retirado da MP 870. Esse não é um assunto resolvido, pode voltar a qualquer momento, mas se deve frisar que, apesar da crise, apesar desses ataques, a Receita Federal e os auditores têm ganhado o reconhecimento da opinião pública, da imprensa e, esperamos, do Parlamento em relação ao nosso trabalho.





CONGRESSO NACIONAL
Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização

Abordo agora o assunto principal da nossa Mesa. Eu quero frisar que o sindicato tem uma preocupação permanente com respeito às atribuições dos auditores-fiscais. Na Receita, nós temos uma situação pendente, que nos incomoda de longa data: concentração de poder decisório nos cargos comissionados, nas mãos dos chefes. As competências dos auditores estão dispostas em lei, mas, por normas infralegais, pelo Regimento Interno da Receita e outras normas, essas competências dos auditores foram transferidas para os chefes. Esse é o pano de fundo principal das nossas preocupações quanto ao processo de regionalização da Receita. Existe uma transferência indevida de atribuições dos auditores para os cargos comissionados. A nossa preocupação é de que esse processo de regionalização possa agravar essa concentração do poder decisório.

Isso não é culpa do Jaime, que está aqui ao meu lado, mas preciso dizer que esse processo não está sendo promovido de maneira transparente. O sindicato já tentou participar muitas vezes. Formalmente já requisitamos a participação nos debates, e não temos sido ouvidos. Percebemos que não tem havido espaço para participação do sindicato nem dos auditores da ponta, cada um nas suas bases. A administração tem sido hermética, não tem mantido diálogo. Então, não temos opção, a não ser a de nos contrapor ao processo de regionalização que, de fato, não conhecemos bem, a não ser por algumas apresentações de Power Point, de que acabamos tendo conhecimento pelo Notes, pelas redes sociais.

A Receita Federal é um órgão grande e complexo, ela é um transatlântico. Então, vemos com muito receio essas medidas que podem, de certa forma, fazer com que um transatlântico dê um cavalo de pau. De fato, não vai funcionar.

É preciso frisar também que, a nosso ver, a redução do número de superintendências não é o foco principal. Como eu disse, as superintendências, na nossa visão, compõem uma estrutura que tem sobrado na atualidade, na forma de trabalhar da Receita atualmente. Ela tem muitos sistemas espelhados, é uma área-meio, não faz atendimento ao público, faz uma atividade de suporte, uma atividade-meio. Existem lá espelhamentos, duplicidades, que, a nosso ver, podem ser resolvidos. Há esta questão, então, a de que vão ser dez, vão ser cinco, vão ser três, ou a de que não vai haver nenhuma.

Em outros órgãos, por exemplo, como o de fiscalização previdenciária — o Márcio está aqui —, havia gerências regionais, estaduais, havia menor





CONGRESSO NACIONAL
Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização

verticalização. Este é o problema que vemos na Receita: uma enorme verticalização. Então, nós queremos um processo de regionalização que reduza essa quantidade de níveis hierárquicos que temos na Receita.

Falo agora sobre a especialização. Embora não estejamos participando da discussão, vemos algumas virtudes ali. A questão da especialização é uma delas. De fato, nós não temos especialistas em todos os lugares, especialistas sobre todos os assuntos em todos os locais do País. Então, faz sentido criar equipes especiais em relação a determinados assuntos. Essa é uma coisa que pode ser boa, mas, como eu disse, sem poder participar do processo, estamos aqui opinando apenas sobre questões mais teóricas.

Esse processo todo está sendo posto num contexto de asfixia orçamentária. Essa é a questão mais grave que vemos. É claro que, diante de um fato consumado, a administração tenha que se organizar. Não há concurso, há aposentadorias, não há dinheiro, mas ela também pode lutar para que haja concurso, para que tenha recursos. Quanto à aposentadoria, não, deixe as pessoas se aposentarem. Mas ela precisa ter recursos.

Ela pode fazer valer a previsão contida no art. 37, XXII, da Constituição, a de que as administrações tributárias devem ter prioridade na distribuição orçamentária. Que país do mundo enfrenta uma crise fiscal economizando dinheiro do seu órgão arrecadador? Todos os países que vivenciaram e enfrentaram crises fiscais mantiveram a sua máquina arrecadadora funcionando a todo vapor. Estamos vendo aqui no Brasil justamente o contrário. Não existe nação desenvolvida sem uma administração forte.

Nós precisamos muito do apoio dos Parlamentares, do apoio da Comissão Mista de Orçamento para que possamos reverter esse quadro de inanição a que está sendo submetida a Receita Federal.

Obrigado. (*Palmas.*)

O SR. PRESIDENTE (Edmilson Rodrigues. PSOL - PA) - Muito obrigado, Kleber.

Talvez não tenham percebido, mas alguns Deputados marcaram presença. Alguns se sentaram, mas se retiraram. Não há Parlamentares inscritos.

Eu gostaria, na condição de Presidente, evocar uma reflexão complementar. Aqui foi dito que essa proposta de reestruturação tem como base a racionalização





CONGRESSO NACIONAL
Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização

de recursos ou, dado o que o Kleber acabou de falar, a asfixia orçamentária. Aliás, Jaime Durra, mesmo representando aqui a Secretaria Especial da Receita Federal, trouxe dados importantes a respeito dessa asfixia. Fez referência à perda quantitativa, que influencia a capacidade em termos qualitativos da instituição, quando não há previsão de concursos, quando a previsão de aposentadorias, como o Márcio fez aqui referência, é de 40% em 5 anos, sem que haja novos ingressos mediante concurso e a necessária preparação. Menciono ainda a extinção de instituições importantes do Estado, já com uma longa experiência na formação técnica dos funcionários nas diversas áreas, inclusive na área do Fisco.

A questão que eu levanto para reflexão é se não estamos considerando aqui, talvez, o maior exemplo de que a galinha dos ovos de ouro está sendo asfixiada e morta. E, se há perda de arrecadação, como um órgão que consome tão pouco, 4 bilhões, é obrigado a viver com apenas 1,8 bilhão? Uso aqui os dados que certamente serão consolidados na aprovação da LOA, o que, portanto, virará lei em 2020.

Essa lei, aliás, pode até não ser cumprida, porque há uma ideia também de desvinculação total, não só no caso da educação e da saúde. Segundo as manchetes de anteontem, o Orçamento pode ser uma grande DRU, uma Desvinculação de Receitas da União praticamente completa, com exceção das despesas financeiras, o que pode implicar que, na prática, o valor seja menor que o de 1 bilhão e 800 milhões, com riscos sérios, aqui apontados.

Eu sei que mesmo quem porventura esteja num cargo administrativo que, em tese, é de confiança, mas é de carreira, também compartilha essa preocupação. Eu me refiro, com todo o respeito, a Jaime Durra — eu lhe agradeço a presença —, que está aqui oficialmente representando a instituição e não os sindicatos.

Então, pergunto se essa racionalização não é a mais irracional racionalização.

Foi dito algo aqui pela Deputada Nilse, e o Kleber fez questão de refletir sobre isso, mas o Charles, sem tocar em questões específicas, levantou uma reflexão importante acerca do papel das instituições do Estado e dos agentes, dos servidores públicos. Qualquer categoria, em tese, pode abusar do poder.

Numa escola, eu já tive um colega maravilhoso, assim, no convívio. Era brincalhão. Eu gostava quando chegava a hora do recreio, porque eu podia conversar com ele. A conversa era relaxante. Mas, de repente, eu, como presidente





CONGRESSO NACIONAL
Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização

da associação, não pude defendê-lo, porque ele abusou do poder. As mães das meninas que foram assediadas não gostariam que o sindicato defendesse um professor que estava sendo demitido exatamente por ter abusado de poder.

É claro que há também, por exemplo, policiais que cometem abusos. Eventualmente, integrante da carreira do Fisco, nas várias instâncias e níveis, também pode cometê-los. Eu acho legal que possamos, numa rodada, fazer uma reflexão. Quando o Supremo entra, há um risco para a autonomia das instituições. Essa autonomia das carreiras de Estado precisa existir.

Eu era Deputado Estadual. A ex-Deputada Simone Morgado, que é auditora no Estado do Pará, o Charles, que àquela altura era presidente do sindicato estadual, e outros companheiros tiveram um papel importante nos avanços que o Estado do Pará alcançou após consolidar o Fisco estadual como carreira de Estado, com autonomia. Nós que acompanhamos esse processo ao longo da história sabemos quantos delegados eram nomeados politicamente. Na polícia, um analfabeto na área, sem qualquer formação jurídica, sem qualquer compreensão do sistema de segurança, de repente era delegado! Até bem recentemente alguém era nomeado delegado de polícia no Município tal, às vezes um Município importante. Da mesma forma, existia gente de fora da carreira trabalhando em análise e auditando empresas. Isso é algo bem recente. Aliás, a nossa República é muito nova. Quando se fala em 50 anos de Receita, fala-se numa história bem recente. E é muito recente a Constituição. Após a promulgação da Constituição, houve alguns avanços.

Então, eu acho legal que possamos saber, Kleber — quero lhe agradecer a contribuição —, quais são os limites, porque, quando um Ministro determina algo, o risco é de que isso vire, em breve, uma jurisprudência e se passe a criminalizar o combate à corrupção.

O *Intercept Brasil* está aí denunciando todos os dias abuso de poder. Não podemos também fechar os olhos.

Antes de eu vir para cá — vocês viram que atrasei um pouco —, estava havendo este debate em outra Comissão: *"Mantém-se ou não a audiência sobre a Amazônia, já que o Ministro Marcos Pontes teve um problema de saúde e foi internado?"* Eu tive que pedir a palavra, porque eu era proponente da outra audiência ali, e um Deputado falou antes de mim e tentou repetir este velho discurso: *"Ah, na Alemanha, na Europa, desmataram tudo! Então, como é que tem*





CONGRESSO NACIONAL
Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização

moral para vir criticar o desmatamento na Amazônia?" Aí você, às vezes, tenta tapar o sol com a peneira, não é?

Eu tenho o maior carinho e respeito, tenho me somado a essa luta em favor do fortalecimento da Receita Federal e do Fisco em todas as esferas. Tive a oportunidade de ser Prefeito de Belém e de implantar um sistema e abrir concurso para funcionários de carreira no nível municipal, o que até então não tínhamos.

É isso. Eu creio que as questões principais que eu queria provocar estão aqui.

Antes da fala final dos membros da Mesa, algumas pessoas teriam interesse em se manifestar. Normalmente, pelo Regimento, são os Parlamentares. Eu vou permitir que haja um grau de informalidade. Vamos estabelecer aqui um tempo curto, até porque a representação dos que compõem a Mesa é bem legítima. O prazo poderia ser de 2 minutos, 3 minutos, com prorrogação. Vou seguir a ordem dos representantes que foram citados há pouco.

Tem a palavra então Iranilson Brasil.

O SR. IRANILSON BRASIL - Eu queria saudar o Deputado pela iniciativa, que atendeu ao pedido da Amazônia. É um dos nossos melhores representantes no Congresso Nacional. Sabe das necessidades do nosso povo e trouxe essa questão importante para a Amazônia.

Agradeço à Deputada Professora Nilse, que, como professora, trouxe dúvidas e não chegou aqui nos atacando, não chegou aqui cobrando. Normalmente poderíamos esperar algo dela como empresária, como representante dos contribuintes, mas veio aqui nos convidar à reflexão.

Eu queria agradecer a presença dos demais representantes da nossa categoria que estão na Mesa. Todos os conhecemos: o companheiro Charles Alcântara, que é também do Fisco do Pará; o companheiro Gheller, da ANFIP; o Presidente do SINDIFISCO; o representante do Governo, que tem uma tarefa árdua, e pareceu que nem tinha tanta convicção.

Entrando na discussão mesmo, eu queria primeiro defender a Amazônia contra o que colocou o Presidente do SINDIFISCO. Na verdade, essa concentração de poder, essa centralização até por atividades específicas dentro da administração tributária, colocando delegacias no Sul do País por tipo de empresa, ela ficou toda concentrada no Sul, esse poder. Os empresários da Amazônia, quando tiverem que





CONGRESSO NACIONAL
Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização

fazer essa discussão, terão problemas. Teriam que ter uma banca lá no final ou fazer a tentativa pelo 0800.

Então, eu acho que isso deveria ser mais discutido. Nós temos que ter coragem de ouvir a população. Então, mais audiências públicas!

Eu queria fazer uma pergunta ao Kleber Cabral, porque ele não falou a respeito das remunerações, um dos temas que a professora abordou. Ele não respondeu essa questão da professora.

Professora, já que a senhora veio nos ajudar, eu queria lhe perguntar o que a senhora pensa sobre a autarquização. O que a senhora pensa sobre nomeação de secretário de fora da categoria? O que a senhora pensa sobre aquele comitê que foi eleito para discutir especificamente sobre tributos e não chamou os auditores? O que a senhora pensa sobre a alteração da ESAF? Eu queria ouvi-la sobre isso.

Eram essas as perguntas que eu queria fazer.

O SR. PRESIDENTE (Edmilson Rodrigues. PSOL - PA) - Obrigado, Iranilson. Eu lhe agradeço também por estar na comissão que se reuniu comigo em Belém.

Tem a palavra Henrique Mattar, da ABAFIA.

O SR. ARTUR HENRIQUE MATTAR - Bom dia a todos.

Eu estou aqui representando a associação dos auditores-fiscais na área aduaneira. A nossa associação tem 97 anos de existência. Ela existia antes da Receita. Era dos agentes fiscais.

Nós estamos nessa luta porque, nessa regionalização, no nosso entender, a área aduaneira é uma das mais atingidas e uma das que mais vai ficar prejudicada.

Menciono essa insegurança jurídica dentro do despacho de importação. O auditor vai liberar uma mercadoria que ele não viu, que está em outra região. Isso está trazendo uma insegurança jurídica. A Receita diz: *"Ah, não há problema, porque o responsável é quem está na conferência"*. A coisa não é bem por aí. Quando ela sai para o Ministério Público, para o TCU, estamos vendo o que está acontecendo.

Nesse sentido, eu queria perguntar à Receita Federal se houve uma discussão com a baixa gerência, com a categoria como um todo. Porque o que nós temos escutado nos bastidores é que isso foi feito em nível de cúpula, sem discussão nenhuma com a base e sem escutar os anseios da nossa classe.





CONGRESSO NACIONAL
Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização

O SR. PRESIDENTE (Edmilson Rodrigues. PSOL - PA) - Muito obrigado, Henrique, pela contribuição.

Com a palavra a Sra. Josete Vignolle, do Instituto Justiça Fiscal.

A SRA. JOSETE VIGNOLLE - Bom dia a todos e a todas. Hoje faço-me de porta-voz do colega Dão Real, do Instituto Justiça Fiscal. Eu também sou membro fundadora do Instituto Justiça Fiscal.

O SR. PRESIDENTE (Edmilson Rodrigues. PSOL - PA) - Posso dialogar contigo?

A SRA. JOSETE VIGNOLLE - Pois não.

O SR. PRESIDENTE (Edmilson Rodrigues. PSOL - PA) - Realmente, oficialmente foi convidado o Dão Real, e até nós fizemos contato com a Secretaria Especial, no sentido de garantir a sua presença. Não foi possível, a tempo pelo menos, ainda mais com a exoneração do Secretário.

Então, registro essa informação, que eu não dei no início. De qualquer forma, eu agradeço.

A SRA. JOSETE VIGNOLLE - Posso até esclarecer isso, Deputado Edmilson Rodrigues. Dão Real solicitou à administração a sua participação neste evento, tão logo recebeu o convite, e teve a participação negada pela administração. A administração entendeu que o tema desta palestra não implicava em ganho ou perda de arrecadação e negou a participação do colega.

Lembro que Dão Real é fundador do Instituto Justiça Fiscal de Porto Alegre e figura em duas ou três edições como o mais votado da nossa lista tríplice para Secretário da Receita Federal. Nós entendemos que a grande mudança da Receita Federal passa por isso também, por esse tratamento que é dado aos auditores fiscais. E eu me permito agora ler um texto, uma carta que ele mandou, que eu acho que vai contribuir muito com a reflexão que nós estamos fazendo aqui:

Meus Caros amigos

Infelizmente minha participação neste importante evento não foi autorizada pela RFB.

É importante reafirmar aqui que o IJF é organização da sociedade civil que se dedica a promover o aperfeiçoamento do sistema fiscal, aqui compreendido tanto o sistema tributário como o sistema de gastos públicos.

Em relação ao sistema tributário, não há como se pensar em uma política





CONGRESSO NACIONAL
Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização

tributária mais justa sem tratar da administração tributária. Assim, o que acontece com a administração tributária é extremamente relevante. A administração tributária, em todos os níveis da federação, deve estar ajustada para poder aplicar uma política tributária progressiva. Importante ressaltar que uma política tributária progressiva, que cobre mais tributos dos mais ricos do que dos mais pobres, que efetivamente tribute as altas rendas e as altas riquezas, requer uma administração tributária complexa e altamente eficiente. Não se cobram tributos dos mais poderosos com uma estrutura enfraquecida e precarizada. O aperfeiçoamento da administração tributária é desejável, mas deve obedecer a premissas que levem em conta qual seria o modelo ideal de tributação para construir o Estado Social que a Constituição prevê. Não se pode modificar a administração tributária em função apenas de critérios econômicos, para reduzir os custos, sem levar em conta sua eficácia em relação à justa aplicação da política tributária e aduaneira.

Nicolas Kaldor já dizia que o fortalecimento da Administração Tributária — AT interessa muito mais às classes mais pobres, já que aos ricos, quanto menos preparada estiver a máquina fiscal, mais brechas terão para evadir-se de pagar impostos. Por outro lado, quando modificamos a administração tributária pensando apenas nas questões de custos, reduzindo sua capacidade operacional e sua capilaridade, criam-se restrições importantes ao aperfeiçoamento das políticas tributárias. Ou seja, o como acaba determinando o quê. Não haverá como construir um sistema progressivo de tributação se não houver estrutura administrativa adequada à sua implementação efetiva.

Tratar de reformular a administração tributária antes de aprofundar os debates sobre como deverá ser o sistema tributário, considerando que há diversas propostas em disputa, desde propostas apenas simplificadoras até propostas progressivas que ampliam a tributação dos mais ricos, significa definir preferências por modelos de tributação mais simplificados, ainda que muito mais regressivos.

Além disso, é uma temeridade modificar uma estrutura que levou mais 50 anos para ser constituída e que somente agora começa a apresentar





CONGRESSO NACIONAL
Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização

resultados decorrentes de uma maior integração entre as diversas áreas de atuação, tributos internos, previdência e aduana, sem estudos que demonstrem quais os ganhos em termos de eficiência, que extrapole ao simplista objetivo de redução de custos operacionais. A dinâmica complexa da economia moderna exige aperfeiçoamentos da AT, no sentido de aumentar sua complexidade operacional e não no sentido de simplificar. Também a integração cada vez maior de todos os controles em torno do CPF dos contribuintes exige uma proximidade muito maior da RFB com os cidadãos. Quanto mais próximo das pessoas estiver a RFB, mais eficiente serão os controles. Não raro, as pessoas têm suas contas bancárias bloqueadas por problemas cadastrais integrados ao CPF. Assim, a tendência deveria ser de uma maior capilaridade dos postos de atendimento e não o contrário.

Infelizmente não pudemos participar desta importante audiência pública. Mas é importante deixar registrado que a modificação da organização estrutural da AT não é assunto que deva ficar restrito aos gabinetes técnicos das casas, mas deve ser debatido com a sociedade pois pode condicionar a maneira como o sistema tributário será aplicado. Pode inclusive determinar a impossibilidade de construir um sistema tributário mais justo e que respeite a capacidade contributiva dos cidadãos.

De Porto Alegre,

Dão real, do Instituto Justiça Fiscal.

O SR. PRESIDENTE (Edmilson Rodrigues. PSOL - PA) - Obrigado, Josete.

Deixo a minha solidariedade ao Dão Real. Infelizmente não pudemos contar com a presença física dele, mas foi bem representado aqui. Ele estaria na mesa, o que daria um outro *status*. Eu peço desculpa, por vergonha alheia.

Vamos chamar o Adriano Corrêa, de Vitória, no Espírito Santo, uma cidade portuária que tão necessita da atividade da Receita.

O SR. ADRIANO CORRÊA - Bom dia, Deputado Edmilson Rodrigues. É com muita satisfação que nós viemos do querido Espírito Santo.

Eu cumprimento toda a Mesa, a Profa. Nilse, o meu amigo Charles, o Gheller, da ANFIP, o Kleber Cabral, do SINDIFISCO, e o Jaime, da Receita Federal.





CONGRESSO NACIONAL
Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização

Eu venho com uma incumbência pessoal, a de te dar um abraço da Brice Bragato, nossa companheira de jornada e de lutas lá no Espírito Santo.

Quero dizer que a iniciativa de V.Exa. não poderia ter sido mais feliz e oportuna. Eu acho que, nos mais de 50 anos da Receita Federal, nós vivemos o momento mais crítico de ataques à autonomia do órgão, das carreiras, dos auditores e da fiscalização em geral. Então, este momento de debate público, esta audiência, é fundamental para que possamos construir algumas saídas nesse momento em que a Receita vive uma insegurança jurídica muito grande.

Gostaria de elogiar a Profa. Nilse pela brilhante explanação, teve uma capacidade de síntese e foi abrangente ao mesmo tempo.

A senhora tocou em um ponto que eu gostaria de reforçar, porque compartilho muito da sua visão de gestão da remuneração. Nós somos de carreira de Estado e vivemos um momento também de muita insegurança jurídica devido a uma parcela da nossa remuneração, que é salário, que veio travestida de gratificação, cujo objetivo era quebrar a paridade entre ativos e aposentados. Agora a carreira como um todo corre o risco de ter essa gratificação questionada pelo Tribunal de Contas da União por questões jurídicas e de constitucionalidade. Trata-se de um ponto que dividiu toda a carreira. Há 3 anos a carreira vive essa insegurança e dividida. Eu acho que é o momento também para a categoria como um todo repensar, porque acabou entregando o direito constitucional da paridade.

Quero reforçar as palavras da colega Josete. O Dão Real, na verdade, foi vetado sem justificativa plausível. Ele é uma referência na categoria, é um dos colegas que mais profundamente conhecem a área aduaneira, foi eleito três vezes na lista tríplice da categoria, sendo duas em primeiro lugar. Ele é uma figura respeitadíssima e está fazendo falta nesta audiência. Mas isso também demonstra o caráter antidemocrático da cúpula da instituição.

Nós somos do Espírito Santo, e o Kleber já mencionou o caso dos dois colegas que foram afastados. A cúpula da Receita não deu nenhuma assistência. Não fosse o sindicato garantir a segurança jurídica, a assistência dos advogados, a mobilização da categoria, os colegas hoje estariam naufragando, a ver navios e sem qualquer tipo de solidariedade. É nesse momento que nós sentimos a relevância e a necessária existência da entidade sindical. Mas é uma pena, porque a cúpula





CONGRESSO NACIONAL
Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização

também poderia ter agido em defesa dos colegas que foram afastados pelo simples fato de estarem cumprindo o dever legal de fiscalizar.

Antes de encerrar, quero falar da queda do Secretário. Não poderia deixar de mencionar a queda do Secretário. Todos os jornais ontem deram como motivação a ideia de recriação da CPMF por parte do Secretário, que há 30 anos tem como pauta o imposto único. Mas hoje diversos articulistas já questionam essa versão. Na verdade, nós não poderíamos deixar de mencionar que a Receita Federal está sob ataque do Poder Legislativo, do Poder Judiciário e do Poder Executivo. Está clara a tentativa de intervenção direta dos Poderes: a notícia da tentativa de nomeação do inspetor do Porto de Itaguaí, do delegado da Barra da Tijuca, da suspensão das 133 fiscalizações de agentes públicos. Enfim, é um processo muito claro de tentativa de intervenção no órgão.

Quero lembrar que, em 1999, através do PLP 77, o então Secretário Everardo Maciel, de fora da carreira, tentou transformar a Receita em autarquia, que significa a transferência da competência dos auditores de constituir o crédito tributário para o órgão. Essa tentativa foi barrada com muita mobilização da categoria, e agora, de novo, decorridos mais de 20 anos, voltamos com a ameaça sobre as nossas cabeças. Inclusive, um dos nomes cotados para assumir a Receita Federal é de uma árdua defensora desse modelo de autarquia.

Então, a categoria e a sociedade como um todo devem olhar isso, porque isso demonstra claramente a politização do órgão, de um órgão de Estado. Precisamos ter clareza do que está em jogo.

Muito obrigado. (*Palmas.*)

O SR. PRESIDENTE (Edmilson Rodrigues. PSOL - PA) - Muito obrigado, Adriano.

Vou ler um artigo que a minha assessoria acaba de me passar e depois quero ouvir a opinião dos senhores.

O grande risco agora é o governo querer aproveitar que tirou o Cintra e tirar outros integrantes da Receita Federal, técnicos de carreira, por pressões políticas. O temor vem das declarações de Bolsonaro de que sua família era perseguida pela Receita e da tentativa de interferência na chefia do órgão no Rio, especialmente no porto de Itaguaí.





CONGRESSO NACIONAL
Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização

Em qualquer órgão pode haver reestruturação. Isso é natural. O que não pode acontecer é troca de servidores em postos estratégicos apenas para atender a determinação política.

Míriam Leitão.

Aliás, ela tem grandes concordâncias com esse enxugamento da máquina do Estado, mas, neste caso, parece perceber que a CPMF realmente é apenas a estampa de uma crise e divergências também na área econômica, particularmente nessas propostas até hoje não enviadas para cá de reforma tributária por parte do Executivo, o que é uma grande contradição. Nós temos duas propostas, uma do Senado e outra da Câmara, e o Executivo não consegue ter uma proposta. Eu espero que não se aproveite dessa crise para fazer uma proposta de reforma ainda mais regressiva.

A Josete disse alguma coisa, lendo a carta do Dão, quanto à questão da capilaridade. Eu acho que é um tema muito importante, talvez um dos temas centrais aqui. Democracia fiscal e capilaridade são um direito do cidadão.

Ontem eu fiz uma referência à Brice Bragato. Lembrei-me dela num debate sobre o projeto de mineração em terra indígena. Eu recebi um livro das mãos dela sobre a história da sua família. Eu dizia que há ucranianos, alemães e italianos aqui no Brasil que falam dialetos que não são mais falados nos seus países de origem. E as pessoas dizem: *"Olha, eu sou da colônia italiana"*. Tu és de origem italiana também, não és, Josete? Essa pluralidade é tão bonita. Se alguém diz: *"Eu sou munduruku"*, isso vira um inferno. *(Risos.)*

É meio inexplicável que os povos originários virem chacota, quando dizem: *"Olha, eu sou tembé tenetehara"*. Agora mesmo a Defensoria Pública conseguiu uma vitória no Pará para que os indígenas tenham o direito de usar sua etnia, de colocar o nome, se quiserem. *"Eu sou João Tuyra Tenetehara"*. Aí um escrivão qualquer num cartório diz: *"Não, não aceito"*. Mas ninguém impede que se chegue lá e diga: *"Eu sou Temer"*. Olha que o cara é árabe, poderia ser até um palestino, mas não sofre o preconceito que os japoneses sofreram no período da Segunda Guerra — fiz doutorado na USP e vi que hoje os japoneses são sinônimo de gente estudiosa, inteligente, disciplinada. Mas contra negro e indígena realmente isso é muito forte.





CONGRESSO NACIONAL
Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização

Aí eu usei a imagem da nossa querida Brice Bragato, que é uma lutadora do povo. Há alguns meses eu não a vejo.

Então, vamos dar sequência. Peço desculpa por ter me empolgado.

Ainda vamos ouvir o Henrique Freitas, do Rio Grande do Norte.

O SR. HENRIQUE FREITAS - Primeiro, eu gostaria de parabenizar o Deputado por esta importante audiência pública.

Quando começo a falar, eu gosto sempre de lembrar o que é a Receita Federal, porque, às vezes, as pessoas se esquecem disso. A Receita Federal é responsável pelo comércio exterior e nossas aduanas. Isso é o quê? A entrada e a saída de mercadoria do País. Com isso nós protegemos a economia nacional, quando evitamos o contrabando, por exemplo. Eu lembro que este ano foram apreendidas, só no Porto de Natal, 14 toneladas de cocaína com destino à Europa. O valor dessa mercadoria na Europa é de mais de 5 bilhões de reais. A Receita Federal arrecada 67% do bolo tributário nacional. Então, só existe Bolsa Família, só existem programas sociais porque existe a arrecadação administrada pela Receita Federal. O órgão também dá sustentação à maioria das Prefeituras deste País, que vivem basicamente do Fundo de Participação dos Municípios.

Dentro dessa linha, nós temos que ter um entendimento. Nós vimos agora, por exemplo, a discussão sobre o Governo apoiar mandato para o Presidente do Banco Central, inclusive com o apoio desta Casa, enquanto na Receita nós vimos o inverso. Ontem foi exonerado um secretário que defendia o imposto único, que é praticamente o fim da Receita Federal, e que não é da casa. Então, eu conclamo esta Casa para começar a discutir mandato para o Secretário da Receita Federal, e que ele seja um auditor fiscal.

Preocupa-me também ver a discussão sobre uma reforma tributária em que nós vemos diversos segmentos, mas não os auditores fiscais. Cadê os auditores fiscais nessa discussão? Os *experts* nessa matéria somos nós. Nós entendemos de tributação. Então, primeiro temos que defender hoje uma Receita Federal independente, uma Receita Federal comandada pelos auditores fiscais, para que justamente não haja interferência política dentro da Receita Federal.

Então, talvez seja a hora de iniciarmos essa discussão. Precisamos ter um Secretário da casa. Isso é muito importante e precisa ser defendido não só por nós





CONGRESSO NACIONAL
Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização

auditores. Não é questão de corporativismo, isso é o melhor para a sociedade brasileira.

Volto a lembrar que 67% da arrecadação do bolo tributário nacional somos nós que fazemos. É muito, e a nossa importância dentro deste País é muito grande. Nós estamos em uma crise fiscal sem precedentes. Então, qualquer mexida na estrutura da Receita tem que ser muito bem pensada, porque pode refletir na arrecadação. Se já está faltando dinheiro, pode faltar mais.

E o que nos surpreende hoje no jornal? Além da queda do Secretário, fala-se em dividir a Receita em duas, em três. Fala-se em autarquização da Receita. Pessoal, vamos parar de brincadeira. Isso não é brincadeira, não. Pode-se parar o País por falta de dinheiro para dar sustentação a tudo que se tem hoje, como as aposentadorias.

Então, a importância da Receita é muito grande. Numa área em que já mudou o Secretário, em que já caiu o Subsecretário, caiu o Subsecretário Especial, eu acho que está na hora de pararmos. Eu não vou nem discutir o mérito da reestruturação, mas ela não pode ser feita de forma açodada, de forma precipitada. Vamos fazer um debate e vamos procurar um modelo. Se é para mudar, que seja melhor para o País. Mas, trocando Secretário, dizendo que vai trocar toda a cúpula da Receita... Eu acho que está na hora de termos calma, está na hora de pensarmos um pouco mais, darmos uma parada e refletir o que realmente precisamos e o que o País precisa.

Além disso, temos que colocar na discussão e lembrar que temos uma dívida ativa da União hoje de 2 trilhões. O que leva a isso? Então, se vamos falar de reforma tributária, temos que primeiro discutir como se cria uma dívida de 2 trilhões. Se mudar o tributo, vai continuar a ter sonegação, vai continuar a ter dívida ativa. Nós temos que primeiro diminuir essa dívida ativa, e isso só diminui melhorando a cobrança e melhorando as condições de fiscalização. Não adianta o auditor-fiscal fazer um auto de infração e depois não ter instrumentos de cobrança.

Eu me preocupo porque o que se está discutindo agora é o contrário. O auditor-fiscal está hoje com medo de trabalhar. Nós temos que ter cuidado com isso. É claro que, se houver desvios, eles têm que ser combatidos, mas um órgão não pode ser achincalhado também de uma maneira grave.

Então, eu só quero conclamar esta Casa a refletir, e eu acho que é hora de ela pensar em estabelecer mandato para o Secretário da Receita Federal e que ele seja





CONGRESSO NACIONAL
Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização

um auditor-fiscal. Chegou este momento. Não podemos deixar que pessoas de fora venham querer interferir ou querer trazer modelos que estudam em academia, sem um debate e sem realmente conhecer o que é a Receita Federal, que é uma instituição muito complexa, responsável por 67% — eu gosto muito de bater nessa tecla — de tudo que se arrecada neste País, responsável pelos programas sociais, responsável pelas aposentadorias que são pagas tanto no serviço público federal como no INSS.

Portanto, tenham cuidado, Deputados, quando forem mexer na Receita Federal.

Mais uma vez conclamo esta Casa para que estabeleça um mandato para o Secretário da Receita e para que ele seja um auditor-fiscal.

Obrigado. (*Palmas.*)

O SR. PRESIDENTE (Edmilson Rodrigues. PSOL - PA) - Obrigado, Henrique Freitas. Eu tenho plena concordância.

Se eu fosse da categoria, iria defender uma operação padrão, para que, antes que seja tarde demais, a turma aprenda na prática a importância da Receita. Mas como eu sou professor, cabe a mim convencer os professores a reagir aos cortes e à destruição do sistema de educação e das universidades.

Vamos ouvir a última participação, do Celso José de Oliveira, do Paraná.

Depois darei a palavra à Mesa, para fecharmos a nossa reunião.

O SR. CELSO JOSÉ FERREIRA DE OLIVEIRA - Boa tarde a todos.

Quero cumprimentar o Deputado Edmilson Rodrigues pela iniciativa e por atender ao chamado dos combativos colegas da Receita Federal do Pará.

Quero cumprimentar o meu amigo Charles Alcântara, da FENAFISCO; o meu amigo Márcio Gheller, da ANFIP; a Deputada Nilse.

Parabéns também por ser essa lutadora que a senhora é.

Quero cumprimentar o colega Kleber Cabral, Presidente do SINDIFISCO, e o colega Jaime Durra mais uma vez, pois na semana passada esteve conosco para fazer esse debate. Ele ficou com essa difícil incumbência, e está se saindo bem.

Eu queria falar a respeito da reestruturação, não do ponto de vista do mérito, mas especialmente do ponto de vista da forma. Não se conhece nenhuma instituição, e ainda mais uma instituição que tem o tamanho da Receita Federal, a capilaridade da Receita Federal, a importância da Receita Federal, não se conhece





CONGRESSO NACIONAL
Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização

nenhuma instituição que tenha promovido mudanças sem que houvesse envolvimento de toda a instituição.

Eu me lembro de que, na década de 90, havia a moda — eu digo moda porque há moda sempre na administração, na gestão — e veio o ciclo da reengenharia, depois do *rightsizing*, do *downsizing*. Todas as instituições que procuraram passar por processos de mudança procuraram envolver a instituição em sua completude.

Até mesmo a Receita, pouco tempo atrás, pensava seu modelo de gestão como um modelo baseado no BSC — Balance Score Card. A linguagem que se dizia era que haveria necessidade de alinhamento completo da instituição. Sem isso não é possível promover-se mudança.

Na contramão de tudo isso, faz-se ou pretende-se fazer uma reestruturação num órgão dessa importância sem que, no entanto, ninguém tenha noção daquilo que está sendo proposto.

Parece que alguns poucos que se dizem — os apelidos correm na instituição — os intocáveis ou os iluminados, de repente, descobriram a pedra filosofal e estão pretendendo transformar a administração tributária sem que haja discussão sequer com a sua própria casa.

Gostaria de lembrar que a Receita foi criada no contexto de reforma administrativa do Ministério da Fazenda. Essa reforma durou cerca de 7 anos. Havia o olhar externo, porque foi dirigida pela Fundação Getúlio Vargas. Havia participação das pessoas da própria instituição. Pensou-se nos processos. "*Ah, primeiro vamos promover a alteração do Imposto de Renda*". Havia publicações que saíam para que as pessoas tivessem o entendimento daquilo que estava acontecendo com as mudanças no Imposto de Renda.

Havia uma preocupação legislativa, e nesse período grandes diplomas legais foram postos em marcha. Hoje, nós temos a legislação do IPI, do imposto sobre o consumo, feito nesse período. Temos o próprio Código Tributário Nacional, feito nesse período. O Decreto-Lei nº 3.766, de 1966, que trata do imposto de importação, também feito nesse período.

Culminou essa realização de reforma com a criação da Receita, em 1968.

Vejam quanto tempo se pensou para criar essa estrutura, que, ao contrário dos que facilmente dizem que está ultrapassada, foi muito bem pensada. Como disse o colega Dão Real, ela agora começa a produzir efeitos, e não defeitos!





CONGRESSO NACIONAL
Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização

Então, sob esse aspecto, eu gostaria que o colega Jaime Durra pudesse nos dizer, em nome da Receita, de que maneira será possível promover — desculpa a expressão! — um verdadeiro cavalo de pau, em termos de administração tributária, sem que haja o envolvimento da própria casa, dos próprios auditores, dos sindicatos, seja o nosso SINDIFISCO, seja o SINDIRECEITA? De que jeito isso pode funcionar?

Mais uma vez, deixo essa pergunta para o Jaime Durra.

Gostaria de parabenizar a iniciativa de todos! Vejo que as categorias representativas do Fisco Estadual, do Fisco Nacional, dos representantes do povo, a Deputada Profa. Nilse e o nosso Deputado Edmilson, estão todos preocupados não com pautas corporativas, mas estão preocupados fundamentalmente com o povo, que tem direitos, cada um dos cidadãos, e direito fundamental a uma boa administração tributária. E uma boa administração tributária jamais se fará sem a participação do próprio povo.

Muito obrigado. (*Palmas.*)

O SR. PRESIDENTE (Edmilson Rodrigues. PSOL - PA) - Muito obrigado, Celso.

Então, pessoal, eu estou muito feliz, apesar de não termos na Mesa a composição originalmente pensada.

O SR. CLEBER MAGALHÃES - Deputado, eu poderia...

O SR. PRESIDENTE (Edmilson Rodrigues. PSOL - PA) - Eu vou lhe dar a palavra antes de finalizar os trabalhos.

O SR. CLEBER MAGALHÃES - Obrigado.

Meu nome é Cleber Magalhães e sou auditor-fiscal do Rio de Janeiro.

Agradeço novamente aos senhores a oportunidade de trabalharmos um pouquinho sobre o que está acontecendo na Receita Federal do Brasil.

Eu tenho uma vida de historiador. A minha primeira formação é de historiador, e eu sempre lembro o que era fundamental para a existência de um Estado Nacional. Um Estado Nacional sempre se baseou em duas instituições: uma arrecadatória e uma repressora, para que os cidadãos, ou os súditos, fossem obrigados a pagar os seus tributos. Sempre que se tenta modificar de alguma forma o Estado, esses dois elementos são fundamentais. Então, não se pode brincar nem com o órgão arrecadador, nem com o órgão opressor.





CONGRESSO NACIONAL
Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização

O que eu vejo já há alguns anos na Receita Federal? Infelizmente, nós estamos brincando com o órgão arrecadador. Infelizmente, sempre as questões que são trazidas para nós auditores-fiscais dão a entender que o órgão está em decadência. Como já foi falado aqui, sem um órgão que cuide das suas finanças, o País não tem condições de sobreviver. Mesmo as coisas mais básicas, como a colocação das políticas públicas em ação, dependem da Receita Federal.

Para fazer uma modificação dessa amplitude que se pretende fazer com a Receita Federal, a sociedade tem que ser trazida para conversar. Não se pode propor nada de cima para baixo. Não se pode propor nada sem que aquelas pessoas que conhecem a Casa possam dar opinião.

Eu estou há mais de 20 anos na Receita Federal. Já tive cargos de chefia, já estive do outro lado. Atualmente sou sindicalista, e, em nenhum momento, a nenhum de nós foi aberta a palavra do que fazer; em nenhum momento, os políticos, que são aqueles que têm a obrigação de dar a diretriz para o País, foram chamados a conversar. Isso pode ser horrível.

Há um colega que fala para nós: *"Essa mudança da Receita Federal tem tudo para não dar certo!"*. Mas isso não pode acontecer, porque a arrecadação não pode cair mais do que já está. São pessoas que vão morrer de fome se a coisa der errado.

Para que fazer essa mudança de afogadilho? Por que não estudar? Por que não esperar mais 1 ano? Por que não esperar mais 2 anos? Por que não trazer os políticos para conversarem sobre isso? Por que não trazer a sociedade para conversar? Para que essa pressa?

Então, eu louvo muito, eu agradeço muito a todos os senhores por fazerem esse debate, por trazer o povo para participar desse debate, porque o risco de fazer uma modificação que prejudique, e muito, a nossa sociedade é muito grande.

Muito obrigado. (*Palmas.*)

O SR. PRESIDENTE (Edmilson Rodrigues. PSOL - PA) - Obrigado pela sua colaboração.

Então, eu só queria, como forma de agradecimento, passar a palavra para as considerações finais aos que nos honraram aqui atendendo ao nosso convite.

Vamos agora da esquerda para a direita.

Márcio, a palavra é sua.





CONGRESSO NACIONAL
Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização

O SR. MÁRCIO HUMBERTO GHELLER - Deputado Edmilson, demais presentes — valorosos presentes, porque, mesmo depois das 12 horas, continuam aqui porque acreditam na ideia —, como consideração final, eu gostaria de dizer que o Estado é permanente. Nós não podemos perder isso de vista. Nós não podemos perder de vista que o Estado precisa funcionar. E nós não podemos esquecer os dois princípios que norteiam o art. 37 da Constituição da República: a supremacia dos interesses públicos e a indisponibilidade dos interesses públicos. Não podemos transformar o nosso País em um paraíso fiscal. A Receita Federal precisa ser fortalecida, o País precisa funcionar e precisar arrecadar mais.

Muito obrigado. *(Palmas.)*

O SR. PRESIDENTE (Edmilson Rodrigues. PSOL - PA) - Eu queria ter essa capacidade de síntese. *(Risos.)*

Com a palavra o Sr. Charles Alcântara.

O SR. CHARLES JOHNSON DA SILVA ALCÂNTARA - Mais uma vez eu quero agradecer, especialmente ao Deputado Federal Edmilson Rodrigues, pela audiência e pelo convite honroso. Também agradeço à Deputada Nilse Pinheiro, ao Kleber Cabral, ao Durra, ao Gheller. Muito obrigado. Foi um dia importante de debate e de reflexão sobre um tema tão fundamental para o País.

Embora a FENAFISCO já o tenha feito por escrito — e o Kleber sabe disso —, eu quero aqui me solidarizar, de público, com os dois auditores da Receita Federal do Brasil, do Espírito Santo, que absurda e violentamente foram afastados do exercício regular de suas funções públicas. Isso é muitíssimo grave, e a gente tem que deixar isso registrado.

Eu quero me solidarizar também com o companheiro Dão Real, tão bem representado pela Josete aqui. O Dão Real, sabe bem a Josete, fez falta aqui neste momento, nesta audiência. Ele é um grande companheiro, Deputado Edmilson, do Instituto Justiça Fiscal, que é parceiro da reforma tributária solidária, esse instituto tão importante para o País.

E eu quero, se me permitem, neste minuto final, mais uma vez deixar claro que eu não tenho condições e elementos para avaliar como se deu essa discussão interna de reestruturação da Receita Federal do Brasil. Realmente, eu não tenho elementos. Agora, é claro que é um tema que nos interessa e nos afeta a todos como cidadãos brasileiros e cidadãs brasileiras.





CONGRESSO NACIONAL
Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização

Agora, sim, permitam-me falar um pouco como amazônida, dessa região do País tão fundamental, que está sob fogo cerrado no sentido literal do termo. Não me parece razoável qualquer processo de reestruturação... Ficou claro que ele está condicionado pela limitação, pela grave limitação orçamentária. Não me parece minimamente razoável que a Receita Federal, que é do Brasil — porque a Receita Federal é do Brasil, é do País... O Brasil é uma República Federativa. Nós temos 27 Unidades: 26 Estados e 1 Distrito Federal e também 5.570 Municípios. Não me parece razoável que a Receita resolva, por exemplo, dizer que não são necessárias 10 superintendências. Parece-me que elas não são tão importantes assim, pelo que eu entendi, é isso? Vão reduzi-las para cinco superintendências regionais. O País tem cinco regiões, mas a Região Norte não terá uma superintendência? Isso não me parece razoável nesta República Federativa do Brasil com cinco regiões!

Nós como amazônidas não nos conformamos com isso! Não nos conformamos! Não podemos aceitar, Deputada Nilse! (*Palmas.*)

Não é possível aceitar isso, entendeu? Se elas não são importantes, então elas não deveriam existir. Se for necessário existirem cinco, então tem que haver uma em cada região. Eu sei que parece um raciocínio simplório, mas ele dialoga com a realidade do País, porque a Receita Federal, como outros órgãos, também revela a importância e a presença do Estado brasileiro numa função tão fundamental! Se as superintendências, de fato, não são unidades de atendimento, elas são unidades articuladoras da presença do órgão em determinada região, articuladoras dos Estados. Mas também é verdade que estão sendo extintas agências que prestam atendimento. Está sendo reduzida a presença, a participação da Receita Federal do Brasil no Brasil. Isso não é aceitável por limitações orçamentárias!

Termino fazendo mais uma vez uma advertência. Nós estamos na Comissão Mista de Orçamento. Aqui estão presentes as duas Casas: Câmara e Senado. Já chegou a proposta de Lei Orçamentária Anual para 2020, do Governo Federal.

Senhores e senhoras, alerta: a Receita Federal chegou aqui com uma proposta de orçamento de menos da metade do que o próprio órgão considera necessário para que funcione no ano que vem! Chegou com uma proposta, um valor, uma estimativa, repito, de menos da metade daquilo que o próprio órgão diz que é necessário para atuar! E ainda há tempo de enfrentar isto.





CONGRESSO NACIONAL
Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização

Então, é isso, é essa a mensagem que eu deixo como auditor fiscal da Receita do Estado do Pará, como Presidente da Federação Nacional do Fisco dos Estados e do Distrito Federal, mas, acima de tudo, como cidadão brasileiro e amazônida.

Muito obrigado! (*Palmas.*)

O SR. PRESIDENTE (Edmilson Rodrigues. PSOL - PA) - Muito obrigado, Charles.

Profa. Nilse Pinheiro, Deputada Estadual, a palavra é sua.

A SRA. NILSE PINHEIRO - Mais uma vez, eu quero agradecer imensamente a V.Exa. e parabenizá-lo. Também quero parabenizar todos que ficaram até este momento aqui conosco, dada a importância do debate, dada a importância da audiência.

Como eu fui citada, gostaria de me reportar ao que o Kleber mencionou na sua fala. Por eu ter falado muito rápido, talvez eu não tenha me feito entender. Eu quero deixar muito claro que eu não sou contra a Lava-Jato. A colocação que eu fiz aqui, que depois já tive a completude do Henrique, é sobre a principal e precípua razão da Receita Federal do Brasil. Então, o que reporte é que sou solidária aos dois auditores afastados. Sou solidária, sim, porque cumpriram uma determinação. Mas cumpriram uma determinação de que eu ainda tenho dúvidas. E foi por isso que eu fiz as minhas colocações e disse: Eu estou colocando a minha opinião, eu estou aqui pronta a ouvi-los, mas ainda tenho dúvidas sobre essa nota. Tenho dúvida, sim. Tanto tenho dúvida que os dois colegas foram afastados.

Então, eu quero aqui dizer que não sou contra, mas eu gostaria de ressaltar que, no meu entendimento, houve desvio de finalidade. Houve a investigação criminal em vez da busca da infração.

Eu estou falando isso porque também, de acordo com o GAFI, responsabiliza-se o Brasil no combate à lavagem de dinheiro nos órgãos responsáveis, que são Ministério Público Federal e Polícia Federal. Esse é o meu entendimento. Talvez precise entender melhor essa nota. Mas sei que alguém foi penalizado, ou o será, se continuar. Agora não, porque já foi dada uma paralisação nesse quesito.

Mas, voltando ao que o Iranilson falou, ele me fez uma questão sobre a autarquização. Na verdade, a autarquização é o que eu vim defender. Eu não vim defender apenas a Região Norte na questão da Receita Federal. Eu não vim para levar, novamente, para a Região Norte. Eu não vim fazer apenas essa defesa. Mas





CONGRESSO NACIONAL
Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização

eu vim fazer a defesa da Receita Federal do Brasil, como já foi colocado aqui. A ideia aqui é defender a autonomia da Receita Federal, porque defendendo a autonomia da Receita Federal vai ser resolvida, sim, a nossa dificuldade, o que já foi muito bem colocado aqui pelo Alcântara. Foi muito bem colocado! Eu não vou repetir, porque ele falou o necessário em relação à Região Norte e em relação às cinco regiões do nosso Brasil.

Então, a minha defesa aqui é da importância de nós termos um Secretário que seja da Receita Federal, conforme o Henrique também colocou. Quando colocamos as situações ali, nós dissemos que esse mesmo secretário acabou de emitir uma portaria do Conselho Consultivo, composto por especialistas, sobre a reforma tributária, em que, mais uma vez, a Receita foi esquecida. Dissemos aqui que precisamos coletivizar a discussão! Precisamos buscar o comprometimento e o protagonismo da Receita Federal diante de uma desestruturação, ou no quesito da reestruturação. Eu também não sou contra a reestruturação, mas não posso entender por que não são consultados aqueles que já foram mencionados aqui. Então, a minha defesa aqui é de uma Receita Federal legítima!

Eu quero abordar a questão da autarquização, de que o Iranilson falou aqui. Sabemos que existem estudos muito recentes sobre a autarquização da Receita Federal do Brasil. E nós sabemos que isso é muito ruim, todos nós. Mesmo o leigo sabe que isso é ruim para a Receita Federal, porque a autoridade, hoje distribuída a todos os auditores fiscais, vai ficar centralizada na mão de gerente de autarquia, o que acarreta riscos para a Justiça Fiscal.

A razão precípua da Receita Federal é promover recursos para o Estado, orientar e garantir recursos dos contribuintes. E já foi dito aqui que 60% de toda a arrecadação no País são feitos pela Receita Federal.

Quero agradecer a oportunidade de estar aqui nesta manhã, porque saio daqui gratificada pelas inúmeras contribuições feitas. Eu cheguei aqui ainda muito como leiga, mas como contribuinte, e saio agraciada pela contribuição que estou levando. Sinto-me ainda mais comprometida, mais comprometida ainda.

Quero aqui encerrar a minha fala, nessas considerações finais, conclamando a todos, como já fizeram o Henrique e o Adriano, a chamar a unidade de todas as forças democráticas e republicanas da Receita Federal do Brasil.

Assim eu encerro minhas palavras.





CONGRESSO NACIONAL
Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização

Muito obrigada. (*Palmas.*)

O SR. PRESIDENTE (Edmilson Rodrigues. PSOL - PA) - Obrigado, Deputada Nilse.

Kleber Cabral, a palavra é sua.

O SR. KLEBER CABRAL - Respondo ao colega Iranilson sobre a questão da especialização.

Entendo que é importante termos equipes regionais especializadas, como a Receita já tem em algumas áreas, a exemplo da área de seleção. Mas isso é diferente — e quanto a isso acho que estamos alinhados — da definição das unidades das delegacias especiais de fiscalização, arrecadação e de repressão, sobre as quais, como disse no início, não está havendo discussão e não está havendo a transparência necessária. Onde é que estão os estudos de impacto que demonstram que a unidade deve ficar ali ou acolá?

Pegando a área de maiores contribuintes, por exemplo, temos a COMAC, que distribuiu o que passaram a chamar de "carteira", como se os contribuintes fossem clientes bancários — agora há esse linguajar na Receita. Então, há a carteira dos grandes contribuintes. Aí dividiram nas cinco regiões fiscais. Uma região ficou com a área de serviços; a outra, com a área de comércio; a outra, com a área de indústria. Parece-me que ficou uma DEMAC de infraestrutura na Bahia. Não vemos um estudo de impacto que justifique esse tipo de situação. Se existe esse estudo, não lhe foi dado publicidade. Não conhecemos.

Nessa questão estamos alinhados, no sentido de que falta muito debate para que possamos compreender isso.

A Deputada Nilse Pinheiro colocou a questão da nossa remuneração, que antes era de subsídio e passou a ser de bônus. De fato, isso trouxe uma grande divisão na nossa categoria, é verdade, preponderantemente porque ofendeu o princípio da paridade, prejudicando aposentados e pensionistas. Inclusive, estamos sofrendo risco por uma atuação do TCU em que está sendo questionada a natureza do bônus.

É curioso que, mesmo a Lei nº 13.464 tendo trazido reajuste e reestruturação para vários cargos, fruto dos acordos salariais feitos ainda no Governo Dilma, em 2016, o TCU tenha escolhido a nossa gratificação para dizer que ela não cumpria os preceitos da Lei de Responsabilidade Fiscal; a dos outros não tem problema, mas a





CONGRESSO NACIONAL
Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização

nossa foi escolhida. Vale mencionar que é o mesmo Ministro que determinou à Receita Federal a entrega dos nomes e matrículas dos auditores que ousaram fiscalizar altas autoridades da República nos últimos 5 anos e que também acessaram os dados. Estamos a nos perguntar: desde quando cabe ao TCU uma atividade correicional? Qual é a justificativa do TCU? Se for auditar a Receita para fins de contas, para verificar como está sendo despendido o orçamento da Receita, isso está dentro do seu papel, mas auditar, fiscalizar a atividade-fim dos órgãos é algo que salta aos olhos. Na nossa leitura, é uma medida nitidamente intimidatória.

Quero parabenizar a participação de todos os colegas auditores fiscais, em especial a participação do Henrique, que colocou com muita propriedade a importância que a Receita Federal tem para o País e enalteceu o nosso desejo de que tenhamos no comando da casa um auditor fiscal de carreira. Na Polícia Federal, o chefe da casa é um delegado da polícia; no Ministério Público, é um Procurador da República; na AGU, é um advogado público de carreira; no Itamaraty, é um diplomata; na Defensoria Pública, é um Defensor Público. Na Receita Federal, ao longo do período, já tivemos, sim, secretários de fora, mas foram principalmente pessoas da carreira. Nos últimos 16 anos foram auditores de carreira.

Isso é importante não para nós auditores, mas para o País. A Receita Federal é um órgão altamente complexo, e é vital para o funcionamento do Estado. É importante que não haja ingerência política, porque há enormes interesses, dado o fato de que a Receita arrecada 1,5 trilhão por ano, evidentemente. Em razão de tudo isso, ter um auditor fiscal no comando da casa é um ativo valiosíssimo para a sociedade.

Muito obrigado. (*Palmas.*)

O SR. PRESIDENTE (Edmilson Rodrigues. PSOL - PA) - Obrigado, Kleber.

Por fim, vamos ouvir o Jaime Durra, que aqui representa a Secretaria Especial da Receita Federal.

O SR. JAIME DURRA - Vários assuntos foram tratados aqui. Mas, como representante da Receita, para falar da reestruturação, vou me ater apenas a esse assunto.

Finalizando aqui com alguma informação adicional, tenho a dizer que a base da reestruturação, a ideia principal, o assunto principal dela é a regionalização, a especialização do trabalho.





CONGRESSO NACIONAL
Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização

Só para deixar claro, não se trata de uma ideia que surgiu no início do ano, de maneira açodada, e está sendo trabalhada somente este ano. Não! Na verdade, é uma ideia que já vem amadurecendo dentro da Casa há um bom tempo. Nós temos várias iniciativas de regionalização e até de nacionalização de algumas atividades, e todas elas com muito sucesso. Temos as delegacias de julgamento, com um trabalho em âmbito nacional, especializadas por tema. Há também as áreas de análise de pedido de isenção de taxista deficiente físico, de adicional de Marinha Mercante, de seleção de contribuintes, como foi mencionado, que são feitas de maneira regional ou nacional. E todas elas apresentam resultados positivos. Essa ideia de especializar as atividades já vêm há algum tempo e decorre de administrativos de sucesso dentro da Casa.

O que foi disponibilizado? Nós temos até uma página na Intranet, onde divulgamos notícias sobre a reestruturação. Nós já temos bastantes coisas lá. E só não temos mais porque há realmente situações que não estão 100% fechadas. Embora já tenhamos um modelo muito bem amadurecido, nós temos pequenos detalhes que ainda não estão 100% fechados. Temos divulgado aquilo que já está definido e que é possível divulgar. Mas ainda existem coisas que podem mudar, que foram ditas por alto, sem detalhe. Na medida em que tivermos essas informações fechadas, nós as divulgaremos.

Em geral, todas essas discussões foram feitas com o núcleo estratégico, principalmente com os subsecretários. Houve reuniões com os coordenadores gerais e com coordenadores, que têm tratado o tema com as respectivas equipes. Até que nível essas discussões foram feitas, em cada uma das áreas, isso dependeu da atuação de cada um, de como eles quiseram fazer essa definição, consultando ou não, mais ou menos, representantes dessas áreas.

Eu acho que era isso o que eu tinha a dizer.

Agradeço a oportunidade.

Muito obrigado. (*Palmas.*)

O SR. PRESIDENTE (Edmilson Rodrigues. PSOL - PA) - Kleber, agradeço a sua presença.

Eu gostaria de agradecer a presença de todos os convidados, da convidada, dos demais Parlamentares, do público em geral, dos que de algum modo participaram aqui.





CONGRESSO NACIONAL
Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização

Eu saio feliz com o debate e ao mesmo tempo preocupado, porque qualquer mudança drástica em instituições que durante décadas foram constituindo suas estruturas pode trazer riscos.

Eu queria concluir pedindo ao Jaime que, se for possível, reforce o apelo amazônida. Sei que o Jaime é um profissional de carreira que tem sensibilidade para com a totalidade do Brasil. Quando ele mostrou o mapa, vimos algo realmente assustador. A Amazônia, enquanto Região Norte, já é muito representativa; enquanto Amazônia Legal, inclui Tocantins, Mato Grosso e parte do Maranhão e já se torna mais da metade do território nacional, e quando se cria a nova primeira região, inclui-se Brasília, Goiás, Mato Grosso, Mato Grosso do Sul.

A região de menor densidade técnica, de menor capilaridade, é a região que vai se tornar mais dispersa e menos capilar, sem a presença de uma Superintendência que possa articular isso. Se se soma a isso o esvaziamento do Banco Central na Amazônia, que perdeu quase 90% dos seus quadros e vai fechar as portas em Belém, e de outras instituições, isso se torna um drama.

Nós somos apenas fornecedores de riquezas. Para os senhores terem uma ideia, Parauapebas tem superado São Paulo em termos de exportação. Como uma cidade com 200 mil habitantes pode ser a maior exportadora, produzir tantas dívidas do Brasil, mais do que São Paulo?

Em todo o caso, a Lei Kandir nos oprime, impõem-nos perdas enormes. Algumas autoridades reagem. O Ministério Público reagiu a essa reforma, a meu ver feita de forma errada no mérito e no método, sem transparência, sem debates democráticos. Eu espero que consigamos ainda mudar isso.

Gostaria de concluir dizendo que, no que se relaciona ao Orçamento, à reforma tributária e a outras reformas, podem contar conosco no sentido de fortalecer a Receita; podem contar com este mero Deputado, mas de uma bancada aguerrida, que está disposta a colaborar. Nós não somos os únicos. Nós vamos contar com uns 130 Deputados, com quem se pode dialogar e ter compromisso. É claro que muitos poderão vir, mas isso depende da pressão também. Deve haver a presença dos senhores no debate orçamentário, para termos a sensibilidade de recompor as asas dessa galinha, a fim de que os ovos de ouro não sejam definitivamente reduzidos a nada. Os senhores também cumprem um papel fundamental.





CONGRESSO NACIONAL
Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização

Eu queria agradecer a presença de todos, das diferentes regiões e Estados, que estão dando a sua contribuição.

Vamos à luta!

Um abraço. (*Palmas.*)

Declaro encerrada a reunião.





CONGRESSO NACIONAL
Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização

ATA DA OITAVA REUNIÃO ORDINÁRIA, DA 1ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA, DA 56ª
LEGISLATURA, DA COMISSÃO MISTA DE PLANOS, ORÇAMENTOS PÚBLICOS E FISCALIZAÇÃO,
REALIZADA NO DIA 17 DE SETEMBRO DE 2019.

Aos dezessete dias do mês de setembro do ano de dois mil e dezenove, foi convocada ordinariamente a Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização, no Anexo II, plenário 04 da Câmara dos Deputados, com o objetivo de apreciar as matérias constantes da Pauta. Foi registrado o comparecimento dos membros: - **Deputados titulares:** André Figueiredo, Cacá Leão, Carlos Henrique Gaguim, Dagoberto Nogueira, Domingos Neto, Edmilson Rodrigues, Felipe Francischini, Filipe Barros, Genecias Noronha, Gonzaga Patriota, Hildo Rocha, Hiran Gonçalves, Lucas Gonzalez, Luciano Ducci, Lucio Mosquini, Marreca Filho, Misael Varella, Paulo Azi, Rodrigo de Castro e Vander Loubet; - **Senadores titulares:** Angelo Coronel, Elmano Férrer, Luiz do Carmo, Marcelo Castro e Wellington Fagundes; - **Deputados suplentes:** Alexis Fonteyne, Bohn Gass, Dra. Soraya Manato, Gilberto Abramo, Hercílio Coelho Diniz, João Carlos Bacelar, Marcelo Nilo, Marx Beltrão, Rodrigo Coelho, Weliton Prado e Zé Carlos; e - **Senador Suplente:** Oriovisto Guimarães. Foi registrado o comparecimento dos parlamentares não integrantes da Comissão, Deputados Charles Evangelista e Claudio Cajado. Foi registrada a ausência dos membros titulares: - **Deputados:** Aluisio Mendes, Beto Faro, Celso Sabino, Gurgel, João Roma, Josimar Maranhãozinho, Márcio Marinho, Nivaldo Albuquerque, Orlando Silva, Vicentinho Júnior e Zeca Dirceu; e - **Senadores:** Flávio Bolsonaro, Izalci Lucas, Jean Paul Prates, Kátia Abreu, Vanderlan Cardoso e Veneziano Vital do Rêgo. **ABERTURA:** às quatorze horas e cinquenta e dois minutos, do dia dezessete de setembro de 2019, e havendo número regimental para deliberação nas duas Casas do Congresso Nacional, os trabalhos foram abertos pelo Presidente, Senador Marcelo Castro. **EXPEDIENTES.** O Presidente declarou como lidos os expedientes recebidos pela Comissão, de 10 a 17 de setembro de 2019, tendo em vista que essas informações encontram-se publicadas na página da CMO na internet. Em seguida, foram submetidas à apreciação as Atas das seguintes reuniões: 7ª Reunião Ordinária, realizada no dia 10 de setembro de 2019; e 6ª Reunião de Audiência Pública, realizada no dia 12 de setembro de 2019. Em votação, as Atas foram **aprovadas**. **ORDEM DO DIA.** Proposta de inversão de pauta, nos termos do art. 34, Parágrafo único do *Regimento Comum*, no sentido de apreciar inicialmente o item 02 – Relatório apresentado ao **Projeto de Lei nº 19/2019-CN**, constante da Pauta. Autor: Senador Marcelo Castro, Presidente da CMO. A Proposta foi **aprovada**. **PAUTA.** Item 02. Relatório apresentado ao **Projeto de Lei nº 19/2019-CN**, que “Abre aos Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social da União, em favor dos Ministérios da Justiça e Segurança Pública, da Saúde e do Desenvolvimento Regional, crédito suplementar no valor de R\$ 177.171.361,00 (cento e setenta e sete milhões, cento e setenta e um mil, trezentos e sessenta e um reais), para reforço de dotações constantes da Lei Orçamentária vigente”. Relator: Deputado Marx Beltrão. Não foram apresentadas emendas. Voto: pela aprovação do Projeto de Lei, na forma proposta pelo Poder Executivo. O relator apresentou o Relatório. Discutiu a matéria o Deputado Edmilson Rodrigues. Em votação, o Relatório foi **aprovado**. Item 01. Relatório apresentado ao **Projeto de Lei nº 14/2019-CN**, que “Abre aos Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social da União, em favor de diversos órgãos do Poder Executivo, crédito especial no valor de R\$ 31.528.136,00 (trinta e um milhões, quinhentos e vinte e oito mil, cento e trinta e seis reais), para os fins que especifica.” Relator: Deputado Lucas Gonzalez. Foram apresentadas 04 emendas. Voto: pela aprovação do Projeto de Lei, na forma do Substitutivo apresentado, que incorpora 02 emendas de relator. Quanto às 04 emendas apresentadas, o relator indicou para inadmissibilidade as emendas de nºs 01 a 04. O relator apresentou o Relatório. O Presidente





CONGRESSO NACIONAL
Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização

[illegible]

Em 17.09.2019

O SR. PRESIDENTE (Marcelo Castro. MDB - PI) - Há quórum regimental para a abertura dos trabalhos.

Declaro iniciada a 8ª Reunião Ordinária da Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização, destinada à apreciação das matérias constantes da pauta.

Há quórum para deliberação nas representações das duas Casas do Congresso Nacional.

Informo a realização de reunião de audiência pública na próxima quinta-feira, dia 19, às 10h, convocada com a finalidade de debater o financiamento e o retorno do investimento em ações relacionadas à primeira infância, em virtude da aprovação dos Requerimentos nºs 9 e 16, de 2019, na CMO.





CONGRESSO NACIONAL
Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização

Expediente.

Declaro como lidos os expedientes recebidos pela Comissão até a presente data, tendo em vista que essas informações encontram-se publicadas na página da CMO na Internet.

Apreciação das atas.

Havendo concordância do Plenário, proponho... *(Risos.)*

Havendo discordância do Plenário, proponho a dispensa da leitura das atas por terem sido distribuídas antecipadamente, ou então o Deputado Cacá Leão irá lê-las.

Caso haja retificação, peço aos Srs. Parlamentares que se manifestem. *(Pausa.)*

Coloco em votação as Atas da 7ª Reunião, realizada no dia 10 de setembro de 2019, e da 6ª Reunião, de audiência pública, realizada em 12 de setembro de 2019.

As atas estão em votação na representação da Câmara dos Deputados.

Os Srs. Deputados que as aprovam permaneçam como se acham. *(Pausa.)*

As atas estão em votação na representação do Senado Federal.

As Sras. e os Srs. Senadores que as aprovam permaneçam como se encontram. *(Pausa.)*

Aprovadas as atas.

Ordem do Dia.

Item 1. Projeto de Lei (CN) nº 14/2019, da Presidência da República, que abre aos Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social da União, em favor de diversos órgãos do Poder Executivo, crédito especial no valor de R\$31.528.136,00, para os fins que especifica. Relator: Deputado Lucas Gonzalez. Voto: pela aprovação do projeto de lei, na forma do substitutivo apresentado, que incorpora duas emendas de Relator. Quanto às quatro emendas apresentadas, o Relator indicou todas para inadmissibilidade.

O prazo para apresentação de destaques está iniciado e será finalizado ao término da discussão, conforme estabelece o inciso I do art. 60 do Regulamento Interno da CMO.

O Relator está com a palavra, para apresentação do relatório.

O SR. CACÁ LEÃO (Bloco/PP - BA) - Presidente, peço a palavra pela ordem.





CONGRESSO NACIONAL
Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização

O Deputado Lucas Gonzalez foi ao plenário dar presença. Se nós pudermos fazer uma inversão de pauta, de modo que primeiro leia o seu relatório o Deputado Marx Beltrão, que já se encontra aqui, depois o Deputado poderá ler o seu relatório.

O SR. PRESIDENTE (Marcelo Castro. MDB - PI) - Submeto à representação da Câmara a solicitação de inversão da pauta. *(Pausa.)*

Aprovada na Câmara.

Submeto a votação no Senado Federal. *(Pausa.)*

Aprovada.

Então, vamos ao item 3 da pauta.

Item 2. Projeto de Lei (CN) nº 19/2019, da Presidência da República, que abre aos Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social da União, em favor dos Ministérios da Justiça e Segurança Pública, da Saúde e do Desenvolvimento Regional, crédito suplementar no valor de R\$177.171.361,00, para reforço de dotações constantes da Lei Orçamentária vigente. Relator: Deputado Marx Beltrão. Voto: pela aprovação do projeto de lei, na forma proposta pelo Poder Executivo. Ao projeto não foram apresentadas emendas.

O Relator está com a palavra, para a apresentação do relatório.

O SR. MARX BELTRÃO (PSD - AL) - Cumprimento o Sr. Presidente, Senador Marcelo Castro, e os colegas Deputados.

Permita-me, Sr. Presidente, ir direto à análise, para que nós possamos adiantar um pouco.

"II. Análise

Do exame do projeto, verifica-se que a iniciativa do Poder Executivo não contraria dispositivos constitucionais e preceitos legais pertinentes à matéria.

Com efeito, encontram-se satisfeitas as disposições constitucionais do art. 167, incisos V e VI, que vedam a abertura de crédito suplementar sem prévia autorização legal e sem indicação dos recursos correspondentes, bem como a transposição, o remanejamento ou a transferência de recursos de uma categoria de programação para outra, sem prévia autorização legislativa.

A proposta atende ainda o § 5º do art. 107 do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias, incluído pela Emenda Constitucional nº 95, de 15 de dezembro de 2016, pois não amplia os limites das despesas primárias no exercício.





CONGRESSO NACIONAL
Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização

Sob a ótica legal, também se encontram plenamente atendidas as disposições do art. 43 da Lei nº 4.320, de 17 de março de 1964, e as previstas no Plano Plurianual vigente.

Da mesma forma, há perfeita conformação do projeto com as disposições constantes da LDO 2019, em especial quanto às prescrições do art. 46. Restringe-se a um único tipo de crédito adicional, e a exposição de motivos esclarece que a realização das despesas objeto desses créditos não afeta a obtenção do resultado primário anual.

Portanto, diante do exposto, votamos pela aprovação do Projeto de Lei nº 19, de 2019-CN, na forma encaminhada pelo Poder Executivo."

Gostaria apenas, Sr. Presidente, de dizer que a proposta objetiva o remanejamento de dotações orçamentárias incluídas ou acrescidas em decorrência de emendas de bancada estadual de execução obrigatória, atendendo às solicitações de diversos Coordenadores de bancada, entre eles o Deputado Fabio Reis, Coordenador da bancada de Sergipe, com recursos do Ministério da Justiça e Segurança Pública; o Deputado Rafael Motta, Coordenador da bancada do Rio Grande do Norte, com recursos do Ministério do Desenvolvimento Regional; e, com recursos do Ministério da Saúde, o Deputado Da Vitoria, Coordenador da bancada do Espírito Santo, e também o Deputado que fala a V.Exas., Deputado Marx Beltrão, Coordenador da bancada de Alagoas. O remanejamento dessas dotações vai fazer com que a saúde pública de Alagoas, com relação ao piso de atenção básica, possa receber de forma impositiva, em comum acordo com toda a bancada, cerca de 56 milhões de reais.

Chamo a atenção para que todos os colegas aqui possam ajudar nesse sentido os Coordenadores dessas bancadas, porque, no caso de Alagoas, essa emenda vai resolver de forma periódica todo o problema da saúde de atenção básica dos Municípios do Estado.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Marcelo Castro. MDB - PI) - O relatório está em discussão.

Tem a palavra o Deputado Edmilson Rodrigues.

O SR. EDMILSON RODRIGUES (PSOL - PA) - Eu me inscrevi, Presidente, para manifestar o meu apoio, mostrando que isso não é uma política de Governo,





CONGRESSO NACIONAL
Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização

ainda que haja uma legislação a ser questionada, particularmente a que estabelece um teto de gastos, bem como uma certa cegueira em relação a um sistema da dívida que se tornou um torniquete, inviabilizando o desenvolvimento do nosso País.

Em todo caso, considerando que são leis legitimamente aprovadas aqui, essa autorização é necessária, particularmente porque os recursos estão direcionados às áreas de segurança, saúde e infraestrutura. Portanto, eles implicarão direitos fundamentais da nossa população, implicarão particularmente políticas necessárias voltadas para a paz social e para a redução dos índices de violência e, portanto, para uma política de segurança, além de que, quando qualquer Estado investe em infraestrutura social, ele cria empregos. Nós precisamos gerar empregos e superar essa mácula. Nossa economia é portentosa, mas, por conta desse radicalismo liberal fora de qualquer controle que está se implantando no Brasil, não só por responsabilidade de um Governo realmente xiita...

Desculpem-me os xiitas pela ofensa. *(Risos.)*

É preferível falar que, como a escola que enreda e determina essa ideologia no Brasil é a escola que formou o nosso Ministro da Economia, a Universidade de Chicago, essa política chicagona está realmente destruindo o País.

Então, parabéns ao relatório. Aprovemo-lo, porque é necessário.

Obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Marcelo Castro. MDB - PI) - Essa é nova! Eu conhecia os Chicago Boys. *(Risos.)*

O relatório continua em discussão. *(Pausa.)*

Não havendo mais quem queira discuti-lo, está encerrada a discussão.

Em votação o relatório, na representação da Câmara dos Deputados.

Os Srs. Parlamentares que o aprovam permaneçam como se acham. *(Pausa.)*

Aprovado.

Em votação o relatório, na representação do Senado Federal.

As Sras. e os Srs. Senadores que o aprovam permaneçam como se encontram. *(Pausa.)*

Aprovado.

A matéria vai ao Congresso Nacional.

Item 1. Projeto de Lei (CN) nº 14/2019, da Presidência da República, que abre aos Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social da União, em favor de diversos





CONGRESSO NACIONAL
Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização

órgãos do Poder Executivo, crédito especial no valor de R\$31.528.136,00, para os fins que especifica. Relator: Deputado Lucas Gonzalez. Voto: pela aprovação do projeto de lei, na forma do substitutivo apresentado, que incorpora duas emendas de Relator. Quanto às quatro emendas apresentadas, o Relator indicou todas para inadmissibilidade.

O prazo para apresentação de destaques está iniciado e será finalizado ao término da discussão, conforme estabelece o inciso I do art. 60 do Regimento Interno da CMO.

O Relator, Deputado Lucas Gonzalez, está com a palavra, para apresentação do seu relatório.

O SR. LUCAS GONZALEZ (NOVO - MG) - Presidente, obrigado.

Boa tarde a todos.

Farei a leitura do relatório.

"(...) a proposta objetiva o remanejamento das dotações orçamentárias incluídas ou acrescidas em decorrência de emendas individuais, com vista à criação de novas programações, em atendimento à indicação do Poder Legislativo ao Poder Executivo, por meio da Mensagem nº 31, do Congresso Nacional, de 11 de junho de 2019.

Informa que os recursos necessários à abertura do crédito decorrem da anulação de dotações orçamentárias relativas a emendas individuais, em conformidade com o art. 43, § 1º, inciso III, da Lei nº 4.320, de 17 de março de 1964, obedecidas as prescrições do art. 167 inciso V, da Constituição.

(...) as alterações decorrentes da abertura deste crédito não afetam a obtenção da meta de resultado primário fixada para o exercício corrente, uma vez que se referem a remanejamento entre despesas primárias discricionárias (...).

Acrescenta que a alteração orçamentária proposta está de acordo com o art. 107, § 5º, do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias — ADCT, pois não amplia os limites das despesas primárias estabelecidas para o corrente exercício."

Eu peço permissão para pular minha análise, Presidente. É possível?

(Intervenção fora do microfone.)

O SR. LUCAS GONZALEZ (NOVO - MG) - "Diante do exposto, voto pela indicação de inadmissibilidade para as Emendas nºs 1 a 4, do Senador Chico Rodrigues; aprovação das Emendas de Relator nºs 1 e 2; e aprovação do Projeto de





CONGRESSO NACIONAL
Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização

Lei nº 14, de 2019-CN, com os ajustes técnicos implementados por meio das emendas de Relator nº 1 e 2, na forma do substitutivo, que compreende as alterações decorrentes das citadas emendas."

O SR. PRESIDENTE (Marcelo Castro. MDB - PI) - Em conformidade com o disposto no § 2º do art. 146 da Resolução do Congresso Nacional de 2006, declaro inadmitidas as Emendas nºs 1 a 4, indicadas pelo Relator no seu voto.

O relatório do Deputado Lucas Gonzalez está em discussão. *(Pausa.)*

Com a palavra o Deputado Bohn Gass.

O SR. BOHN GASS (PT - RS) - Sr. Presidente, quero saudar V.Exa., os colegas Deputados e também os Senadores da nossa reunião da CMO.

Eu quero aproveitar apenas para fazer um registro de duas preocupações às quais eu acredito que esta Comissão deve se dedicar fortemente.

A primeira — e eu já falei sobre isso na tribuna da Câmara, em sessão, na semana passada — é a proposta que está sendo construída e que viria a ser apresentada pelo Senador Flávio Bolsonaro como alteração constitucional, o que ficou consignado como orçamento de base zero.

O que seria orçamento de base zero? Seria um orçamento que não mais teria as referências constitucionais, ou seja, o percentual que é exigido para a educação, a vinculação que é exigida constitucionalmente para a saúde, as rubricas constitucionalmente garantidas para áreas fundamentais. Eu cito as duas: educação e saúde.

Se a Constituição for alterada, qual será a consequência concreta? O Governo hoje não repassa os recursos que estão na Constituição, que estão em lei. Imagine se não estiverem em lei, como ficarão ao total arbítrio, concentrados na mão do Executivo, que poderá jogar, enfim, por interesses de corporações ou outras áreas, a seu bel-prazer, e não ao interesse republicano que está na Constituição.

Então, eu queria fazer este registro para os colegas da Comissão: que fiquemos muito atentos a esta possibilidade, porque ela tem que ver com o tema orçamentário.

Em segundo lugar, Presidente, eu fiquei preocupadíssimo com a notícia veiculada ontem na imprensa de que o Governo Bolsonaro, por meio do Ministro Paulo Guedes, anunciou que nem o salário mínimo teria reajuste pela inflação. Só reajustar apenas pela inflação já é um atentado.





CONGRESSO NACIONAL
Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização

Em 2003, quando Lula assumiu o Governo, e depois, com a Presidenta Dilma, nós reajustamos o salário mínimo acima da inflação. Se não tivesse sido reajustado acima da inflação, o salário mínimo, Deputado Cacá, seria hoje 573 reais. Seria 573 reais, e não 998 reais! Imaginem se agora nem pela inflação ele for reajustado! Nós teremos um congelamento absoluto do salário. Isso vai ferir ainda mais a economia, que vai ficar desativada; vai ferir ainda mais o poder aquisitivo das pessoas. Não haverá consumo, o comércio não vai vender, a indústria não vai produzir, e isso vai gerar mais desemprego.

Então, eu queria, Presidente, aproveitando esta oportunidade, chamar a atenção para estes dois temas que têm que ver com as finanças e com a vida do povo brasileiro. Nem o orçamento base zero, nem o salário mínimo sem reajuste.

Quero aproveitar para dizer — e concluo com isso — que tenho um projeto de lei tramitando na Casa exatamente para reajustar o salário mínimo acima da inflação, a fim de dar poder de ganho, poder aquisitivo ao trabalhador e, com isso, reativar a economia, que está muito estagnada neste momento.

Obrigado, Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Marcelo Castro. MDB - PI) - Depois falará o Deputado Cacá Leão.

Agora, tem a palavra o nobre Deputado Edmilson Rodrigues.

O SR. EDMILSON RODRIGUES (PSOL - PA) - Gostaria de concordar o Deputado Bohn Gass e informar que certamente a análise do projeto dele levará em conta que existe um projeto de iniciativa da bancada do PSOL no mesmo sentido: de que o salário mínimo continue a merecer uma política de valorização.

O cálculo que a assessoria do Deputado Bohn Gass fez estabelece que o salário mínimo, consideradas as regras antigas, com a recomposição apenas inflacionária, estaria em mais de 570 reais, segundo eu ouvi. Conforme o cálculo da nossa assessoria, estaria hoje em 476 reais.

Mesmo que alcançasse um pouco mais de 500 reais, seria um valor baixo. Qualquer Prefeito sabe, qualquer cidadão sabe, qualquer Governador sabe que a maioria dos nossos 5.570 Municípios sobrevive dos repasses federais obrigatórios. Não há como algumas cidades na Amazônia ou do Nordeste cobrarem IPTU — sem querer ofender —, porque, às vezes, a cidade toda é realmente uma grande área comparável a uma favela, dadas as condições de moradia. Vai-se cobrar IPTU do





CONGRESSO NACIONAL
Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização

pobre que mora num barraco? Vai-se cobrar ISS, se não há um escritório grande de Direito, de Contabilidade, de serviços de informática. É difícil!

Então, o salário mínimo, bem como os benefícios previdenciários, como nós argumentamos no debate na Casa durante a reforma da Previdência, são fundamentais para a economia da maioria de mais de 3.500 Municípios brasileiros, a maioria dos Municípios.

Então, realmente, desvalorizar, tirar o poder de compra do salário mínimo, num País em que 5 pessoas — há 2 anos, eram 6 pessoas — detêm uma riqueza superior ao que mais da metade da população pobre brasileira consegue "acumular"? Vejam, não são 5% das pessoas, mas 5 pessoas! Então, somando-se as rendas de 105 milhões ou 107 milhões pessoas não se alcança o que o dono das cervejarias, o Lemann, o Safra e outros três empresários conseguem reter da riqueza socialmente produzida. Querem fazer isso neste País, tão brutalmente desigual.

A nossa assessoria mostrou que, quando se fala nos 20% mais ricos do Brasil, nós dizemos: *"são os muito ricos"*. O Governo usa esse argumento. Guedes veio aqui e usou esse argumento. Depois nós fomos ver de forma mais precisa, Senador Marcelo, e sabe qual é a média da renda dos 20% mais ricos do Brasil? Seria de 1.600 reais. Como, isso? Isso acontece porque, mesmo entre os 20% mais ricos, há uma minoria que concentra muita riqueza e uma grande massa miserável, mostrando as desigualdades neste País. Isso nos obriga a pensar uma reforma tributária em que realmente os que têm muito dinheiro possam colaborar, porque hoje é o pobre trabalhador que está sustentando a economia do País. Isso é inadmissível.

Faço um apelo ao Deputado Pedro Paulo, que é um jovem Deputado, muito educado, um cavalheiro, apesar de termos divergência. Não há nem como cogitar uma política de redução do poder de compra do salário mínimo. Nós queremos, sim, recompor o seu poder de compra com a inflação e garantir ganhos reais, como vinha sendo feito nos últimos tempos.

Talvez tenha havido uma coincidência — para quem não quiser elogiar o Lula — e o Lula tenha pegado um período virtuoso da economia mundial, em que a China crescia a 13%, a Índia crescia a 9,5%, a Venezuela chegou a alcançar 17% num ano. Este é realmente outro momento, em que há uma crise mundial, há recessão





CONGRESSO NACIONAL
Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização

nacional da economia. No entanto, não é tirando do pobre, que ganha um salário mínimo, ou tirando o poder de compra que nós vamos resolver o problema da economia. Ao contrário, vamos destruir a economia nacional, destruindo o local onde a vida se realiza, onde os serviços...

Hoje — concluo com isso, Sr. Presidente — eu vi uma foto de incêndio — nem sei onde era, porque eu estava em reunião, mas não era na Amazônia — na casa de um Prefeito e, me parece, numa Câmara de Vereadores — vou até procurar novamente —, que foi incendiada pelo povo revoltado. Sabem por quê? O camarada nem sabe que são Deputados e Senadores que estão votando aqui certas coisas que prejudicam a vida dele; nem sabe que veio uma medida provisória do Guedes e do Bolsonaro destruindo a sua dignidade. O Prefeito, independentemente do partido a que pertença, acaba tendo que explicar por que está faltando remédio na unidade de saúde, por que não há merenda escolar na escola, por que há obras paradas.

Então, vamos desideologizar e dizer: não se toca no poder de compra do trabalhador que vive do salário mínimo. Essa é minha opinião. Espero que aqui nós consigamos realmente, nesse aspecto, fazer um grande consenso da Casa do Povo.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Marcelo Castro. MDB - PI) - Muito bem, Sr. Deputado.

Tem a palavra o nobre Deputado Cacá Leão.

O SR. CACÁ LEÃO (Bloco/PP - BA) - Sr. Presidente, agradeço a oportunidade de falar.

Quero aproveitar a presença do meu amigo, que é o Líder do Governo nesta Comissão, para esclarecer um assunto que foi falado.

Fui procurado por diversos órgãos de imprensa nesse último final de semana para tratar sobre uma possível mudança que nós fizemos no texto da LDO e que traria um aumento de 30 milhões de reais ao Fundo Partidário.

Eu respondi aos jornalistas que não tinha acesso ao texto. Por estar no fim de semana, eu não queria incomodar o pessoal da assessoria. Mas hoje pela manhã nós fizemos a averiguação. Os jornalistas haviam dito que o Governo havia afirmado que esse aumento havia sido feito no PLOA por causa de uma palavra que havia sido incluída por nós no texto da LDO. Na verdade, entretanto, essa palavra já veio no texto.





CONGRESSO NACIONAL
Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização

Eu queria fazer um questionamento ao Governo. Mesmo que nós havéssemos feito essa alteração na discussão sobre aumento, inclusive do Fundo Partidário, já que o Governo obedeceu ao que está escrito na LDO nesse aspecto, o que ainda não foi nem aprovado no plenário — nós a aprovamos aqui, nesta Comissão, mas ainda não foi aprovada no plenário —, eu queria saber o porquê de ele não ter obedecido ao texto que estava escrito na LDO em que nós colocamos que os recursos para a educação não poderiam ser menores do que os destinados à área este ano e ter feito uma diminuição de quase 45% no orçamento da educação. Assim como nós dispusemos, também, que o orçamento da saúde não poderia ser menor do que foi neste ano, e ele fez uma diminuição de quase 20% nos recursos da saúde. Assim como nós, também, colocamos a impossibilidade de contingenciamento para a ciência e tecnologia.

Então, o Governo obedece ao orçamento no que diz respeito à política, mas é contrário a ele no que diz respeito à saúde, à educação? Esse é o questionamento que eu deixo no ar, para que o Governo se pronuncie.

Quem fez essas *fake news*... Aproveito a presença do Senador Angelo Coronel, que é Presidente da CPMI das Fake News e que, até há pouco, estava aqui conosco. Faço esse questionamento, para que o Governo esclareça por que ele tem tanta atenção à política, mas deixa a desejar na questão dos recursos para a educação, para a saúde, para a ciência e tecnologia e para outras áreas tão importantes do nosso Orçamento Federal.

O SR. PRESIDENTE (Marcelo Castro. MDB - PI) - O Governo estaria fazendo uma interpretação seletiva do texto de V.Exa. da LDO.

A discussão e o prazo para apresentação de destaques estão encerrados.

O relatório está em votação na representação da Câmara dos Deputados.

As Sras. e os Srs. Deputados que o aprovam permaneçam como se acham.

(Pausa.)

Aprovado.

O relatório está em votação na representação do Senado Federal.

Os Srs. e as Sras. Senadoras que o aprovam permaneçam como se encontram. (Pausa.)

O relatório está aprovado.

A matéria vai o Congresso Nacional.





CONGRESSO NACIONAL
Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização

Item 3. Requerimento nº 18/2019, que requer a inclusão de convidados para participarem da audiência pública derivada do Requerimento nº 9/2019 CMO, com o objetivo de debater o financiamento e o retorno do investimento em ações relacionadas à Primeira Infância. Autores: Deputado Alexis Fonteyne e Deputado Lucas Gonzalez.

Concedo a palavra ao autor do requerimento.

O SR. LUCAS GONZALEZ (NOVO - MG) - Presidente, eu acabei de subscrever o requerimento do meu colega de partido Deputado Alexis Fonteyne, apenas para incluir na audiência que já teremos os nomes que estão constando do requerimento.

Haverá uma audiência. Acho que já está até marcada. Então, eu queria apenas incluir um convite para tratar desse tema tão importante que é a primeira infância.

Obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Marcelo Castro. MDB - PI) - Com certeza.

O requerimento está em discussão. *(Pausa.)*

O requerimento está em votação na representação da Câmara dos Deputados.

Os Srs. Parlamentares que o aprovam permaneçam como se acham. *(Pausa.)*

Em votação na representação do Senado.

Os Srs. Parlamentares que o aprovam permaneçam como se encontram. *(Pausa.)*

Está aprovado o requerimento.

Item 4. Requerimento nº 19/2019, que requer seja convidado o Sr. Marcos Cintra, ex-Secretário da Receita Federal, para falar sobre as tratativas para a criação de novo imposto sobre movimentações financeiras no âmbito do Ministério da Economia durante sua gestão e sobre as razões de sua exoneração. Autores: Deputados Edmilson Rodrigues e Ivan Valente.

Com a palavra o autor do requerimento.

O SR. EDMILSON RODRIGUES (PSOL - PA) - Presidente, tenho divergências com o ex-Deputado e ex-Secretário Marcos Cintra. Contudo, reconheço que é realmente alguém extremamente preparado em termos acadêmicos. Ninguém sai impune estudando em Harvard, é bom que se diga. O ex-Secretário é economista formado por Harvard, tem dois mestrados em Harvard e doutorado em Economia em Harvard. Foi Deputado, foi Vereador.





CONGRESSO NACIONAL
Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização

Eu não sou economista, mas acompanho e leio. Dois nomes sempre foram referência no debate sobre o imposto único. Um é exatamente o Marcos Cintra; o outro é Ives Gandra Martins, o pai, importante jurista brasileiro.

Eu fiquei em dúvida se realmente ele estaria defendendo uma proposta de recriação da CPMF. Depois, fui entender que, a rigor, a proposta que se debatia no Governo...

É ainda muito necessária a realização desse debate, porque tem tudo a ver com algo que é muito forte no discurso geral aqui: a necessidade de se desonerarem as folhas e a necessidade de se reduzirem as contribuições sobre o lucro líquido.

No argumento do Cintra, nos debates internos, pelas informações que temos, da Claudia Safatle, do *Valor Econômico*, só há uma forma, se não se quer aumentar cargas tributárias: recriar a CPMF — Contribuição Provisória sobre Movimentação Financeira, de modo a reduzir, por exemplo, os custos da folha de pagamento.

Então, ele ter sido demitido nos deixou indagações. Tendo em vista a sua contribuição importante ao debate sobre reforma tributária, com a experiência que tem, com a formação que tem, eu creio que a sua presença como convidado...

Eu apresentei esse requerimento junto com Deputado Ivan já na tarde do dia 13. No dia 13, se vocês se atentaram para isso, verão que Adriana Fernandes, de *O Estado de S.Paulo*, escreveu um artigo em que diz: "*Para o ex-Secretário da Receita, sem o imposto sobre movimentação financeira, Guedes não terá como cumprir a promessa de desonerar a folha de pagamento das empresas*".

Então, é importante ouvirmos o ex-Secretário e Professor Marcos Cintra como convidado, se, naturalmente, ele se dispuser a vir. Eu creio que convidá-lo é importante, porque vai enriquecer os debates sobre temas relevantes que ainda estão vigendo. Nem sequer recebemos a proposta do Executivo para a reforma tributária. Há duas propostas em tramitação: uma no Senado e outra na Câmara. Então, o debate se faz necessário de forma profunda.

Eu falo isso com toda tranquilidade, porque o PSOL tem propostas bastante diferentes da que ele apresenta. Nós propomos imposto sobre grandes fortunas, taxação de lucros e dividendos e outros mecanismos sobre os muito ricos, exatamente para viabilizar a redução da folha de pagamento e até evitar alguns





CONGRESSO NACIONAL
Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização

impostos outros que hoje acabam sendo importantes para a arrecadação financeira do nosso País.

Por conta disso, não cabe a ideia de que estaria defasado o requerimento. Eu o apresentei exatamente depois da notícia de que Cintra foi demitido, como um convite, como V.Exas. podem observar, pela importância que tem o intelectual, Professor e ex-Secretário. Ele tem muito a contribuir conosco.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Marcelo Castro. MDB - PI) - Continua em discussão o requerimento.

O Deputado Claudio Cajado com a palavra.

O SR. CLAUDIO CAJADO (Bloco/PP - BA) - Presidente, o Deputado Cacá Leão pediu mais cedo a preferência. Depois eu falo.

O SR. PRESIDENTE (Marcelo Castro. MDB - PI) - Eu estava seguindo a ordem.

O SR. CLAUDIO CAJADO (Bloco/PP - BA) - Eu sei. Eu estou fazendo esse gesto até por causa da fala anterior dele.

O SR. PRESIDENTE (Marcelo Castro. MDB - PI) - Essa amabilidade baiana...

O SR. CACÁ LEÃO (Bloco/PP - BA) - Trate-me bem. *(Risos.)*

Presidente, agradeço a gentileza do Deputado Claudio Cajado.

Assusta-me, às vezes, ver o PSOL querer discutir nesta Comissão a criação do imposto único. Eu acho que o requerimento do Deputado Edmilson e do Deputado Ivan Valente é inoportuno, até porque o Sr. Marcos Cintra não faz mais parte do Governo. Então, acho que seria muito melhor o PSOL propor uma audiência para discutir a criação do imposto único e levar o Sr. Marcos Cintra como convidado à Comissão da Reforma Tributária.

Eu não discordo, não, ouviu, Deputado Edmilson? Eu não faço parte do coro. Eu acho que criar mais impostos realmente é um absurdo, mas não discordo da criação do imposto único, não, e gostaria de ver esse debate sendo feito na Comissão da Reforma Tributária, que é o campo mais oportuno para fazer essa discussão, e não esta CMO.

É por isso que eu sou contrário, infelizmente, ao requerimento do meu amigo Deputado Edmilson Rodrigues.





CONGRESSO NACIONAL
Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização

O SR. EDMILSON RODRIGUES (PSOL - PA) - Posso dialogar com o Deputado Cacá Leão?

O SR. PRESIDENTE (Marcelo Castro. MDB - PI) - Pode, sim. Com a palavra V.Exa.

O SR. EDMILSON RODRIGUES (PSOL - PA) - Quem sabe não reformulamos o requerimento? Como eu disse no final, a nossa posição...

O SR. CACÁ LEÃO (Bloco/PP - BA) - Vamos fazer essa audiência na Comissão da Reforma Tributária, e não aqui na CMO?

O SR. EDMILSON RODRIGUES (PSOL - PA) - Mas pode ser aqui. Por que não prestigiar o Dr. Marcos Cintra? Só porque ele não está mais no Governo?

O que é importante é que nós estamos debatendo a reforma tributária, e uma pessoa importante da República, que já foi Deputado, foi exonerada com a desculpa de que era sua a defesa do imposto sobre operações financeiras, quando, a rigor, isso havia sido anunciado pelo Ministro.

É bom que se diga, por uma questão de respeito a nós: o Governo não diz o que quer. Cada dia é uma opinião. Nós temos uma. Eu fui da Comissão cujo Relator foi o Deputado Haully. O Senado está fazendo um esforço. Podemos divergir do que está sendo debatido, mas pelo menos nós temos propostas concretas.

Por que não ouvir a voz de um acadêmico, ex-Deputado e ex-Ministro, até para saber realmente qual foi o fato e ter uma visão crítica sobre ele? Se necessário, podemos mudar um pouco a ementa, mas fazer uma audiência para... Na verdade, eu coloco "*(...) movimentações financeiras (...) durante sua gestão e sobre as razões de sua exoneração*". É claro que ele vai explicar as razões de sua exoneração.

Eu não vejo por que alguém ser contra isso, ouviu, Deputado? Vamos ver...

O SR. CACÁ LEÃO (Bloco/PP - BA) - Presidente e Deputado Edmilson, se nós formos debater aqui o caso de todos os demitidos pelo Governo nesses 8 meses, não vai haver tempo para votarmos nada, nem o Orçamento.

O SR. EDMILSON RODRIGUES (PSOL - PA) - Não estamos propondo isso para todos, não; só para o Marcos Cintra mesmo.

O SR. PRESIDENTE (Marcelo Castro. MDB - PI) - Vamos ao próximo inscrito, o Deputado Claudio Cajado.

O SR. CLAUDIO CAJADO (Bloco/PP - BA) - Presidente, quero só dizer que a tese que está prosperando na Comissão é a de que essas audiências públicas não





CONGRESSO NACIONAL
Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização

devem tomar a pauta da nossa Comissão e, sim, a das Comissões Permanentes, onde se lida com fatos concretos. No caso da reforma tributária, há uma Comissão a ser criada para debater essa questão.

A Comissão de Orçamento tem que se debruçar sobre as suas pautas, com as quais nós já temos muito trabalho, que são os projetos de suplementação; o Orçamento, que nós queremos votar; a definição da discussão dos relatórios setoriais, etc.

Portanto, o Governo orienta contra o requerimento, não no mérito, mas com base na preliminar de que esta não é a Comissão adequada para se fazer esse debate.

O SR. PRESIDENTE (Marcelo Castro. MDB - PI) - Não havendo mais quem queira discutir, o requerimento está em votação, na representação da Câmara dos Deputados.

Os Srs. Parlamentares que o aprovam permaneçam como se acham. *(Pausa.)*

Rejeitado o requerimento.

O Senador Oriovisto Guimarães, que é o Relator do PPA, hoje, na reunião prévia dos Líderes da CMO propôs que o prazo de emendamento do PPA pudesse coincidir com o prazo da LOA, e todos os presentes que estavam lá, inclusive o corpo técnico da CMO, foram favoráveis a essa modificação. Para isso, nós precisamos fazer um ofício ao Presidente Davi Alcolumbre, a fim de que ele possa adequar esse prazo.

Então, para ver se o Plenário está de acordo com o que foi discutido na reunião de Líderes, submeto a modificação à votação.

Aqueles que concordam permaneçam como se encontram. *(Pausa.)*

Aprovada essa modificação proposta pelo Senador Oriovisto Guimarães.

Declaro encerrada esta reunião.





CONGRESSO NACIONAL
Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização

ATA DA SÉTIMA REUNIÃO DE AUDIÊNCIA PÚBLICA, DA 1ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA, DA 56ª
LEGISLATURA, DA COMISSÃO MISTA DE PLANOS, ORÇAMENTOS PÚBLICOS E FISCALIZAÇÃO,
REALIZADA EM 19 DE SETEMBRO DE 2019.

Aos dezenove dias do mês de setembro do ano de dois mil e dezenove, reuniu-se a Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização, no plenário 2, do Anexo II da Câmara dos Deputados, sob a Presidência da Deputada Dra. Soraya Manato. A reunião foi realizada em atendimento ao **Requerimento n.º 09/2019-CMO**, de autoria dos Deputados Felipe Francischini e Hiran Gonçalves, aprovado na 3ª Reunião Ordinária da CMO, realizada em 25.06.2019; e alterado pelos **Requerimentos de n.ºs 16 e 18/2019-CMO**, com a finalidade de debater o financiamento e o retorno do investimento em ações relacionadas à Primeira Infância. Foram sugeridos os seguintes convidados: Ministro de Estado da Cidadania, Sr. Osmar Terra; Professor Associado de Economia da Universidade de Rice, Sr. Flávio Cunha; Secretário da Secretaria de Avaliação de Políticas Públicas, Planejamento, Energia e Loteria, Sr. Alexandre Manoel Angelo da Silva; Representante da ONG Contas Abertas; Representante do Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada – IPEA; Economista e Professor do Instituto de Ensino e Pesquisa - Insper e da USP, Sr. Naércio Menezes Filho; Consultora de Orçamento da Câmara dos Deputados, Sra. Júlia Alves Marinho Rodrigues; e a ex-Presidente do Conanda, Fundadora do Instituto Fazendo História, e atual Representante da Fundação Bernard Van Leer no Brasil, Sra. Claudia Vidigal. Foi registrado o comparecimento dos membros: - **Deputados titulares:** Felipe Francischini, Gurgel, Lucas Gonzalez e Misael Varella; - **Deputados suplentes:** Aureo Ribeiro, Dra. Soraya Manato, Fred Costa, Rodrigo Coelho e Weliton Prado; e - **Senadora Suplente:** Daniella Ribeiro. Foi registrado o comparecimento dos parlamentares não integrantes da Comissão, Deputados Carmen Zanotto, Charles Evangelista, Delegado Pablo, Dr. Zacharias Calil, Dulce Miranda, Eli Borges, Evair Vieira de Melo, Greyce Elias, Leandre, Paula Belmonte, Paulo Teixeira e Ricardo Barros. **ABERTURA:** às dez horas um minuto, a Presidente em exercício, Deputada Dra. Soraya Manato, declarou iniciada a reunião e convidou os palestrantes para comporem a Mesa de trabalhos. Logo após, anunciou a presença do Sr. Rudson Marcos, Juiz de Direito da Escola de Magistratura de Santa Catarina e comunicou normas para o melhor ordenamento dos trabalhos. Foi aberta a lista de inscrições para o debate e foi iniciada a apresentação dos expositores, que utilizaram projetor de multimídia. E assim, foram ouvidos os seguintes Palestrantes: Sr. Osmar Terra, Ministro de Estado da Cidadania; Sr. Naércio Menezes Filho, Economista e Professor do Instituto de Ensino e Pesquisa – Insper e da USP; Sr. Alexandre Fineas Lima e Souza, Coordenador-Geral de Políticas Sociais e Transversais da SECAP, do Ministério da Economia; Sra. Claudia Vidigal, ex-Presidente do Conanda, Fundadora do Instituto Fazendo História, e atual Representante da Fundação Bernard Van Leer no Brasil; e a Sra. Júlia Alves Marinho Rodrigues, Consultora de Orçamento da Câmara dos Deputados, que discorreram sobre o tema “o financiamento e o retorno do investimento em ações relacionadas à Primeira Infância”. Encerrada a apresentação, foi iniciado o debate. Fizeram uso da palavra os Deputados Leandre, Presidente da Frente Parlamentar da Primeira Infância; Carmen Zanotto, Eli Borges, Paula Belmonte e Dra. Soraya Manato. Finalizando, a Presidente em exercício passou a palavra aos palestrantes, que responderam aos questionamentos e fizeram considerações finais, concluindo a exposição. **ENCERRAMENTO:** nada mais havendo a tratar, a Presidente em exercício agradeceu o comparecimento dos convidados, dos parlamentares e dos demais presentes e encerrou a reunião. Os trabalhos foram finalizados às treze horas e doze minutos. Para constar, eu, Walbinson Tavares de Araujo, Secretário Executivo, lavrei a presente Ata, que, após a sua aprovação, será assinada pela Presidente em exercício da Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização do Congresso Nacional e encaminhada para publicação no Diário do Congresso Nacional. Os trabalhos





CONGRESSO NACIONAL
Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização

foram gravados e, depois de traduzidos, integrarão esta Ata. Deputada Dra. Soraya Manato, no exercício da Presidência.

XXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXX

Em 19.09.2019

A SRA. PRESIDENTE (Dra. Soraya Manato. PSL - ES) - Declaro iniciada 7ª Reunião de Audiência Pública de 2019 da Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização.

Esta reunião foi convocada com a finalidade de debater o financiamento e o retorno do investimento em ações relacionadas à primeira infância, em virtude da aprovação dos Requerimentos nºs 9, 16 e 18, de 2019, da CMO, de autoria do Deputado Felipe Francischini, a pedido da Deputada Leandre.

Neste momento convido para compor a Mesa o Sr. Osmar Terra, Ministro de Estado da Cidadania; o Sr. Alexandre Fineas Lima e Sousa, Coordenador-Geral de Políticas Sociais e Transversais da SECAP; o Sr. Naercio Menezes Filho, Economista e Professor do INSPER e da USP; a Sra. Júlia Alves Marinho Rodrigues, Consultora de Orçamento da Câmara dos Deputados; a Sra. Claudia de Freitas Vidigal, ex-Presidente do CONANDA, fundadora do Instituto Fazendo História e atual representante da Fundação Bernard Van Leer no Brasil.

Anuncio a presença do Sr. Rudson Marcos, Juiz de Direito e Diretor-Geral da Escola Superior da Magistratura de Santa Catarina.

Informo, ainda, que o Sr. Flávio Cunha, Professor Associado de Economia da Universidade de Rice; o Sr. Victorino Ribeiro Coelho, Presidente da ONG Contas Abertas, e o Sr. Carlos von Doellinger, Presidente do Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada — IPEA, encaminharam *e-mails* justificando a ausência.

Para melhor ordenamento dos trabalhos, comunico que, de acordo com o estabelecido no art. 398, inciso X, do Regimento Interno do Senado Federal, o Ministro disporá de 30 minutos para fazer a sua exposição. Em seguida, será aberta a fase de interpeção, na qual o Ministro só poderá ser aparteado desde que o permita, conforme prescrito pelo art. 398, inciso IX, do Regimento Interno do Senado Federal. Após o Ministro, farão uso da palavra, se assim o quiserem, os demais componentes da Mesa, pelo prazo de 5 minutos.

De acordo com o art. 398, inciso X, do Regimento Interno do Senado Federal, os Srs. Parlamentares inscritos para interpelar o expositor poderão fazê-lo





CONGRESSO NACIONAL
Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização

estritamente sobre o assunto da exposição, pelo prazo de 5 minutos, tendo o interpelado igual tempo para responder, facultadas a réplica e a tréplica pelo prazo de 2 minutos.

A lista de inscrição para o debate está aberta.

Passo a palavra ao Sr. Osmar Terra, Ministro de Estado da Cidadania.

O SR. MINISTRO OSMAR TERRA - Eu queria agradecer o convite da Comissão Mista de Orçamento e agradecer à Presidente em exercício, a Deputada Soraya Manato.

Quero cumprimentar meus colegas Deputados e Deputadas: a Deputada Leandre, Presidente da Frente Parlamentar Mista da Primeira Infância; o Deputado Ricardo Barros, nosso ex-Ministro da Saúde; a Deputada Carmen Zanotto, minha querida parceira de longa data; o Deputado Zacharias Calil, grande aquisição do Parlamento brasileiro neste novo mandato; o Deputado Aureo Ribeiro.

Quero cumprimentar também todos os componentes da Mesa, a Claudia Vidigal, nossa parceira de longa data; o Naercio Menezes e, enfim, todos os que estão aqui.

Vou tentar ser breve e vou pedir desculpas antecipadas a quem já assistiu a essa exposição, porque eu acrescento algumas coisas, mas eu a repito. A turma da Frente Parlamentar já não aguenta mais me ouvir. Mas, para quem não viu, eu acho que é importante pontuar alguns conceitos que baseiam a política pública na área da primeira infância.

(Segue-se exibição de imagens.)

A primeira coisa que quero dizer é que tanto a primeira infância quanto os programas de capacitação e a educação de maneira geral são o único caminho para diminuir desigualdades e para diminuir a pobreza. Transferência de renda não diminui pobreza. Nós temos grandes programas de transferência de renda. Aliás, o Brasil é um dos países do mundo que mais tem programas de transferência de renda. O Bolsa Família é o menor deles. Há programas muito maiores que o Bolsa Família que ajudaram a diminuir a pobreza, como a aposentadoria do trabalhador rural, que não é uma aposentadoria na prática, mas é uma transferência de renda. Cento e dez bilhões de reais por ano vão para as famílias, para os aposentados rurais, em grande maioria pobres, enquanto eles só arrecadam 8 bilhões de reais. Ou seja, gastam-se 110 bilhões de reais e arrecadam-se 8 bilhões. Para mim isso é





CONGRESSO NACIONAL
Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização

um programa de transferência de renda. Isso foi criado em 1994. Em 1996, criou-se o Benefício de Prestação Continuada — BPC, para as pessoas de famílias mais pobres que ainda têm um problema de deficiência física ou mental. Isso representa 60 bilhões de reais por ano, enquanto o Bolsa Família representa 30 bilhões de reais.

Nenhum desses programas resolve sozinho o problema da pobreza. Juntos eles melhoram a situação das pessoas, mas não acabam com a pobreza nem transferem as pessoas numa situação de pobreza para uma situação de não pobreza. A experiência é essa. No próprio Bolsa Família, se os senhores virem a curva do programa, verão que só aumenta o número de famílias, não diminui. Ele trabalha com a pobreza extrema, a fronteira da pobreza extrema.

Para quem não conhece o Bolsa Família em detalhe, ele é aquele programa que tem que garantir que as pessoas possam, pelo menos, repor as calorias que consomem a cada dia. Essa é a fronteira da pobreza com a miséria, ou com a pobreza extrema. Ele atende às famílias que têm uma renda individual entre 170 e 80 reais *per capita*. Então, essa renda *per capita* mensal da família exige uma complementação. O Bolsa Família é uma complementação. Ele atinge hoje 13 milhões e 800 mil famílias no Brasil. O número dessas famílias chegou a 16 milhões, quase 17 milhões. Nós conseguimos passar um pente-fino, e agora ele está em 13 milhões e 800 mil. Chegamos a terminar a fila. Agora está voltando a fila de novo, em razão da nossa dificuldade orçamentária, mas ele está atendendo às necessidades da grande maioria, 95%, das pessoas que estão nessa fronteira. E nós estamos trabalhando para que a fila não dure 2 ou 3 meses. Ela já chegou a durar 1 ou 2 anos no passado.

Mas eu quero dizer que existem as condições para essas famílias — elas têm que manter a criança na escola, têm que manter a frequência, têm que ter a carteira da vacinação —, mas isso ajuda a melhorar, mas não resolve o problema da pobreza.

Faço uma saudação ao Deputado Darcísio Perondi.

Nós nos debruçamos em acrescentar aos programas de transferência de renda duas ações que, estas sim, apostamos que vão nos ajudar a diminuir a desigualdade e diminuir a pobreza. Eles são o Criança Feliz — vou explicar aos senhores a lógica, a base dele e mostrar as evidências que existem em relação a isso — e o Programa





CONGRESSO NACIONAL
Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização

Progredir, de geração de emprego e renda. Nós estamos focalizando agora, no Ministério, um público específico, que são os jovens do Bolsa Família entre 18 anos e 29 anos que nem trabalham nem estudam. Há 4 milhões e 600 mil jovens entre 18 e 29 anos nas famílias do Bolsa Família que não trabalham nem estudam. Isso é uma tragédia. Isso é uma tragédia para eles, porque anula qualquer possibilidade de um futuro melhor, e para a família também, porque eles são a esperança da família de progredir mais rápido e sair da pobreza. Esses programas são vinculados basicamente à área da educação. Depois, lá pelo meio da exposição, eu vou falar disso.

O nosso Programa Criança Feliz é um programa da área social, mas poderia ser da educação, poderia ser da saúde. Ele é intersetorial. Em 4 de setembro, foi anunciado o Prêmio WISE Awards, da Cúpula Mundial de Inovação para a Educação. O prêmio é dado pela Fundação Catar, do Emirado do Catar, e é o maior prêmio que existe, no maior evento que existe — ele ocorre de 2 em 2 anos — sobre inovação em educação. Nós concorremos com 130 países, com 482 projetos de programas públicos e conseguimos ganhar. O prêmio vai ser entregue agora em novembro, dias 18 e 19, no Emirado do Catar.

Eu vou explicar primeiro a base do programa e depois como estamos colocando esse programa em prática, para mostrar a possibilidade de impacto dele.

Vou trabalhar um pouquinho sobre conceitos científicos. Eu sou médico de formação, e esse é um assunto ao qual sempre me dediquei, basicamente a área da neurociência, que hoje tem um acúmulo de pesquisas muito grande, principalmente de meados da década de 90 para cá, que mostram que o início da vida tem um impacto enorme no restante da vida.

Até o Estatuto da Criança e do Adolescente, nós não conhecíamos isso. O Estatuto foi um avanço enorme, mas nós não conhecíamos o impacto da primeira infância, o que acontece realmente nos primeiros meses e anos de vida. E agora nós conhecemos e estamos conhecendo cada vez mais. Esse período da vida está se iluminando cada vez mais.

Então, foi isso que nos levou a ter uma política pública para a área da primeira infância, acrescentando ao ECA o Marco Legal da Primeira Infância, que foi uma construção coletiva na Câmara e no Senado. Nós conseguimos aprovar em tempo





CONGRESSO NACIONAL
Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização

recorde. Em menos de 1 ano, nós aprovamos na Câmara e no Senado por unanimidade, coisa muito rara, e a lei passou a vigorar em 8 de março de 2016.

Qual é o conceito básico? *"A formação inicial dos sistemas vivos estabelece os condicionantes para o funcionamento de cada aspecto do organismo, seja interno ou externo, através de toda a vida"*. O que ele está dizendo? Que qualquer forma viva tem potencial genético de desenvolver as condicionantes de sobrevivência, as funções que lhe permitam sobreviver, muito cedo. As formas vivas que não desenvolvem componentes e funções que ajudam a sobreviver muito cedo tendem a não sobreviver ou a ter uma dificuldade maior de sobrevivência.

Então, o processo todo de evolução das espécies leva a que um cavalinho quando nasce já saia caminhando, que ninguém precise ensiná-lo a caminhar, já saia mamando, que ninguém o ensine a mamar. Ele já tem os componentes básicos para sobreviver. A espécie humana não é diferente, mas a espécie humana tem um tempo maior para organizar funções, porque o cérebro é muito mais complexo do que o de qualquer outro mamífero. Então, o ser humano precisa de um período.

Esse período de organização das competências básicas, das funções básicas, ocorre nos primeiros mil dias de vida. Então, é um processo que ocorre muito rápido no começo da vida, e depois vai diminuindo a intensidade. Isso acontece basicamente no cérebro. O que é cérebro? O cérebro, na verdade, falando em linguagem mais funcional, é um comando de sobrevivência. Quanto mais sofisticado o cérebro, em melhores condições aquele ser sobrevive.

Então, o cérebro humano tem uma capacidade enorme, um potencial enorme em relação ao de qualquer outra espécie. Mas ele também tem que se desenvolver muito cedo nas suas funções básicas. A criança, quando começa a ser gerada, é um ET, não tem noção do que é calor, do que é frio, do que é cor, do que é sabor, da visão, da audição, do afeto, do vínculo, do apego. Tudo isso são funções que têm que acontecer muito cedo, até para desenvolver a parte cognitiva depois. O cognitivo vem depois do desenvolvimento dos componentes socioemocionais, que acontecem muito cedo, lá nos primeiros 18 meses de vida. Todos eles têm um potencial genético, mas dependem do estímulo do meio para se organizar.

Todos os seres humanos organizam a visão nos primeiros 6 meses. Uma criança que nasce com catarata congênita não organiza a visão, não recebe a informação do meio, não consegue enxergar. Então, ela não recebe as formas, as





CONGRESSO NACIONAL
Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização

cores, os movimentos, as imagens. E o que acontece? Se ela não operar e corrigir a catarata nos primeiros 6 meses, depois do sétimo mês em diante não adianta mais corrigir; estará cega para sempre. O programa genético é para organizar a visão nesses primeiros 6 meses, organizar a audição no primeiro ano e meio, 2 anos. Se não organizar ali, não adianta. Não adianta fazer implante coclear para a criança ouvir depois dos 2 anos de idade. Ela vai ouvir um barulhão, não vai se adaptar. O período crítico para desenvolver a audição e definir as variedades de sons, a associação de sons, é o primeiro ano de vida. Também a capacidade de dar e receber afeto, de se vincular a outra pessoa e de, com isso, ter segurança emocional para explorar o mundo acontece nos primeiros 18 meses de vida. Depois, não se organiza mais. Uma criança que é maltratada, negligenciada, abusada nos primeiros 18 meses de vida vai ter problema para o resto da vida, vai ser um adulto problemático, vai ser um adulto potencialmente violento, vai ter uma série de componentes que vão marcar para sempre a sua vida.

Isso tudo, essa programação, tem uma base física, que é a organização das redes neuronais pelo estímulo do meio e pelo programa genético. Isso aqui é um neurônio, que é uma célula muito especial que recebe e transmite sinais. O que o cérebro faz na verdade? Recebe a informação do meio, através de sinais visuais, auditivos, de cheiro, processa esses sinais, compara com arquivos, que chamamos de memória, e dá uma resposta àquele estímulo, que pode ser um movimento do corpo, pode ser até um comportamento complexo. Mas sempre, basicamente, é uma resposta de sobrevivência, de entender o meio, perceber o que está acontecendo no meio, para agir de forma a sobreviver em melhores condições.

Os neurônios transmitem, através desses cabos, os axônios, sinais elétricos que se transformam em sinais químicos nesse ponto de contato aqui. É o que chamamos de sinapse.

Aqui, nesse ponto de contato, vem um sinal elétrico e libera substâncias químicas. Vejam que eles não se encostam. Os neurônios não encostam uns nos outros. Eles têm uma distância. É uma distância muito pequenininha, mas há uma distância ali. Então, o sinal elétrico não passa direto. Ele chega aqui.

Ele chega nesta ponta aqui. Essa é a ponta. Ele libera essas bolas azuis, que liberam essas bolinhas menores, que se encaixam no burquinho que é do tamanho delas. Quando o burquinho não é do tamanho delas, elas batem e voltam. Elas se





CONGRESSO NACIONAL
Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização

encaixam nesse burquinho. Quando elas se encaixam nesse burquinho, disparam um sinal no neurônio seguinte. Então, eles estão sempre sinalizando uns para os outros e trabalhando em rede. Conforme a região do cérebro, eles têm uma função diferente. A visão é aqui atrás. Se tivermos uma lesão aqui, tomar uma pancada aqui, nós podemos estar com o olho normal, a retina normal, tudo normal, mas ficaremos cegos, porque aqui é processada a visão. A audição é mais para cá. A fala um pouco mais para baixo. O comando do movimento de um lado do corpo é aqui. Quando tem um derrame aqui, para o lado oposto. Quando tem um derrame aqui, para o outro lado. Então o cérebro se especializa por região, se especializa por substâncias químicas e pelo tipo de sinalização.

Esse aqui para mim é o diagrama, é a parte esquemática mais importante para entendermos o que na verdade acontece no início da vida e o que acontece por toda a vida. Quando vem um sinal aqui, ele vem muito forte. Vamos imaginar um sinal intenso. A emoção, por exemplo, potencializa os sinais elétricos. Há uma área da emoção que potencializa a atividade elétrica.

Vamos imaginar que vem um sinal do neurônio para cá. Esse sinal chega aqui muito forte. Ele vai liberar uma quantidade grande de bolinhas. O neurônio de baixo vai formar um monte de burquinhos rapidamente para receber aquelas bolinhas. Mas ele esgota, ele tem um limite. Quando esgota a capacidade de ele receber as bolinhas e o sinal continua intenso, vai formar um novo ramo, em minutos. Isso se organiza muito rápido e sinaliza aqui. Esgotou aqui e o sinal continua intenso, forma um outro ramo. Isso tudo acontece em poucos minutos, e se forma uma pequena rede que não existia antes. Essa rede vai ficar para sempre. Depois dos 80 anos, 90 anos, começa a diminuir muito. Com Alzheimer, por exemplo, ela é destruída. Mas essa rede vai ficar. O que significa isso? Quando passar um sinal de novo, um sinal elétrico aqui nessa rede específica, ele vai evocar a informação que a originou. A isso nós chamamos de memória.

Nós somos as nossas memórias. Sem as memórias, não somos nada, não vamos entender nada do que está acontecendo, não vamos saber quem nós somos, onde estamos. Todos os seres, e mais ainda os seres humanos, precisam da memória para se orientar no mundo, para entender o mundo onde eles vão viver. Esse processo aqui é muito intenso nos primeiros mil dias de vida, depois ele diminui de intensidade. Ele não acaba. Nós vamos formar memória a vida inteira,





CONGRESSO NACIONAL
Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização

mas a intensidade maior, a quantidade maior de informações para serem captadas ocorre no início para aquele ser poder se orientar no mundo.

Há uma interação entre genética e ambiente que funciona o tempo inteiro.

Isso é uma animação mostrando dentro do útero os neurônios se organizando. Os sinais elétricos são essas faisquinhas brancas. Podem ver que estão se formando novos braços dos neurônios. Vão-se formando as redes numa velocidade incrível, são milhões de conexões por minuto no início da vida.

Esse cérebro aqui é o cérebro do embrião, que está num processo intenso de formação. A mãe nem sabe que está grávida ainda, e esse processo já está acontecendo. Ele começa na segunda semana, e praticamente o número de neurônios se organiza até a vigésima segunda semana de vida intrauterina. Então, são 20 semanas decisivas na vida de qualquer ser humano.

Aqui foi o problema, por exemplo, do zika vírus. O zika entra na placenta e não deixa esse processo acontecer. Então, ele dá os quadros neurológicos, principalmente microcefalia. Agora nós criamos uma pensão especial. O Presidente Bolsonaro assinou uma pensão especial substituindo o BPC para as crianças com zika. Esse é outro assunto sobre o qual depois nós vamos falar.

Isso aqui é um cérebro de uma criança recém-nascida. Aqui são os neurônios. Aqui são as conexões. Vejam que há poucas conexões no início. Com o estímulo do meio, a criança vai ouvindo sons, vai vendo imagens, vai vendo rostos, ela vai formando uma rede. Com 1 ano ela já tem uma rede enorme. Não aumentou o número de neurônios, mas aumentou muito a rede de conexões do cérebro. As memórias dela estão em número muito grande.

Aqui é uma curiosidade importante de entendermos também. Na puberdade diminui o número de conexões. O cérebro faz uma curva.

Isso aqui é uma tomografia com emissão de pósitrons que pega, a cada região do cérebro, a intensidade de atividade dos neurônios. Então, tem uma cor diferente.

Aqui é o nascimento: zero. Aqui mostra como cresce rápido: 3 anos de idade, 5 anos, 6 anos, depois vai diminuindo. O que acontece? Até os 3 anos de idade, 4 anos, 5 anos os neurônios formam uma quantidade de redes. Tudo que é informação forma redes, vai formando redes, formando, formando, só que uma parte delas não é muito estimulada. O sinal não é constante. Em resumo, não é importante. O que é importante está sempre se repetindo. O que acontece? A partir





CONGRESSO NACIONAL
Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização

da puberdade, dos 9 anos de idade, o cérebro começa a deletar as informações que não são muito usadas, para ele poder ser mais eficiente, não ficar uma confusão muito grande para tomar decisão. Então, ele se especializa para ser mais eficiente. Um adulto de 19 anos tem a metade das conexões que tem uma criança de 3 anos. Isso é para ter uma ideia da importância que tem esse período da vida. Isso nunca mais vai acontecer. Essa intensidade de captação de informações nunca mais vai se repetir ao longo da vida. Esse é o período mais importante.

Este é o desenvolvimento o cérebro.

Esse sujeito aqui é John Bowlby. Para mim, foi a maior sacada. Ele foi o responsável pela maior descoberta em relação a esse desenvolvimento. Observando mamíferos, viu que o bebezinho mamífero — o cachorrinho pequeno, o pato, até aves também — tende a ficar perto do adulto enquanto são pequenos, enquanto estão criando condições de sobreviver. Eles precisam da proteção e do atendimento do adulto para poder sobreviver e melhores condições de vida. Ele então estudou esse comportamento em várias espécies e no ser humano.

Enfim, ele tem todo um trabalho, mostrando, a cada semana, como vai se desenvolvendo essa relação do bebê com uma pessoa que cuida do bebê. É uma relação em que se organiza inclusive a capacidade de dar e receber afeto. Isso começa muito cedo no cérebro humano. Ele chama esse período de "apego", *attachment*. As crianças têm uma base, elas não vão muito longe, elas ficam olhando onde está o adulto, até os 2, 3 anos de idade, principalmente até os 2 anos. Ela corre, mas fica cuidando, ela não ultrapassa um raio de 60 metros em média do adulto. Ela está sempre procurando, porque é o adulto que a protege, é o adulto que dá comida, quando ela está com fome, que dá água, quando ela está com sede, que atende quando ela está com dor, que atende quando ela está com xixi na fralda, que atende quando ela está com cocô na fralda. É o adulto que a protege, é aquela pessoa. Em geral, é a mãe, mas pode ser um cuidador também ou um pai. O mais frequente é a mãe.

Ela tende a manter uma proximidade, ela transforma esse adulto na base segura dela e, quando esse adulto responde bem a ela, atende-a nas suas necessidades, ela se sente segura para explorar o mundo. E, a partir daí, ela começa, pela curiosidade, que é um programa genético também, a explorar e aprender o mundo. Aí, começa o desenvolvimento da parte cognitiva. Até então é





CONGRESSO NACIONAL
Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização

uma relação basicamente socioemocional com o adulto, e ela sofre muito quando se separa desse adulto. Ela tem o sofrimento da separação.

Este eslaide nos mostra que as crianças nascem também geneticamente programados para a emoção. Ninguém ensina emoção para a criança. A criança se comunica antes de falar; nos 3, 4, 5 meses de vida, ela já se comunica emocionalmente com o adulto que a protege, que a cuida. Ela tem um programa para perceber a emoção no rosto do adulto: ela olha e percebe e ela percebe sentindo a emoção que o adulto está sentindo. É o olhar sustentado da criança. A criança está sempre procurando os olhos da pessoa que cuida dela. Ela percebe a emoção como? Na expressão do rosto, no tom da voz e no gesto.

Esta foto aqui é uma experiência que inclusive viralizou na Internet, alguns de vocês já devem ter visto. É uma criança olhando para a mãe e vendo a mãe cantar; a mãe estava cantando uma canção triste. Mas a criança não fica triste por causa da canção, ela não entende nada que a mãe está falando, ela fica triste por causa da expressão do rosto da mãe que está interpretando a canção. Ela acompanha, ela sente o que a mãe está sentindo. Vamos lá.

(Exibição de vídeo.)

O SR. MINISTRO OSMAR TERRA - Essa sintonia é extraordinariamente importante para desenvolver a parte do apego e a parte socioemocional da criança. E isso acontece nos primeiros 18 meses, depois, a programação genética já não faz esse processo funcionar tão rápido.

Aqui nós vemos um jogo de espelhos.

Kandel, que ganhou o Prêmio Nobel de Medicina em 2000, fala uma coisa importante, foi ele que descobriu como se forma a memória de longo prazo, aquilo que eu expliquei antes: "*O detalhamento da formação da rede de neurônios do cérebro é dependente de interações específicas (...) com o meio ambiente*". O meio ambiente aqui se supõe o adulto junto. "*A influência do ambiente no cérebro muda com a idade(...). Profundos efeitos ocorrem nas fases iniciais de desenvolvimento pós-natal.*"

Essa é uma descoberta fantástica. O processo educacional todo depende disso. As crianças já chegam à escola sabendo mais ou menos, tendo mais facilidade de aprender, dependendo do estímulo e da organização que tem o cérebro dela no início da vida.





CONGRESSO NACIONAL
Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização

As vias cerebrais que afetam a capacidade de ler e escrever, o comportamento e a saúde se organizam muito cedo no cérebro humano. Depois, não se organizam mais, eu quero dizer isso para vocês também, ou se organizam com muita dificuldade. Então, há o período certo para cada coisa.

A parte de cognição é importante entender. Aqui é quando a criança é gerada — é menos 9: são 9 meses antes de ela nascer. Aqui é o nascimento. Aqui são os 12 meses do primeiro ano. Aqui é com 1 ano de idade. Estas são as curvas de funções de linguagem e cognitivas.

Vejam só: as funções e a linguagem já estão organizadas aqui, antes de nascer já estão começando a se organizar. Elas têm um pico aos 3, 4 meses de idade. Esta curva aqui, um pouquinho mais adiante, mostra a parte auditiva aos 8 meses. Depois, ela vai diminuindo com a idade, dos 12 meses aos 6 anos — 1, 2, 3, 4, 5, 6 anos.

A mãe que lê contos para a criança no primeiro ano de vida, mesmo que a criança aparentemente não esteja entendendo, está fazendo com que a criança forme memória de um vocabulário muito rico. A mãe de classe média, que tem um vocabulário por si só já muito rico, faz essa criança desenvolver a memória e um vocabulário extraordinário; enquanto que a mãe pobre, que não tem um livro para ler em casa para a criança, que, às vezes, é analfabeta ou com pouca escolaridade, fará com que o vocabulário da criança seja mais limitado.

As crianças nascem com o mesmo potencial, seja numa família rica, seja numa família pobre, mas elas vão se desenvolver de forma desigual pelo estímulo que elas vão receber do meio. E há um período crítico em que nós temos que intervir, senão vai haver uma desigualdade. Ela já chega à escola em desigualdade. Aos 4 anos, uma criança de classe média tem um vocabulário 20, 30, 40 vezes maior do que uma criança de uma família pobre. E isso faz toda a diferença na escola. Ela vai entender melhor o que o professor fala, o professor vai entender melhor o que ela fala e a outra vai ter mais dificuldade.

Esta aqui é a parte cognitiva. As associações cognitivas de deduções, do raciocínio lógico estão no auge aos 5 anos de idade. Tudo está acontecendo muito cedo, e não é na escola, não é na escola que isso acontece. Nós temos que trabalhar antes. Se nós estamos querendo desenvolver o ser humano, as





CONGRESSO NACIONAL
Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização

competências humanas, nós temos que trabalhar desde o útero para que essa criança tenha um desempenho melhor na vida.

Heckman, economista que recebeu o Prêmio Nobel de 2000, mediu isso do ponto de vista econômico. E ele mostra que, considerando as despesas em educação, assistência social, crime, sistema prisional e os ganhos salariais, para cada dólar investido, em programa de primeira infância, voltam 7.16 dólares até a idade de 27 anos. Na verdade, economizam-se 7.16 dólares, para cada 1 dólar, economizam-se 7 e até aos 40 anos se economizam 12 dólares. Isso é para dizer o seguinte: não existe nenhum programa social que tenha esse resultado. O maior impacto na área social para diminuir repetência, para diminuir problemas de assistência social, para diminuir a violência vem dos programas de primeira infância.

Esta aqui é a curva que ele faz do custo-benefício. O benefício é muito alto, se os programas começam antes da pré-escola. Depois, vai diminuindo com o tempo. Os investimentos em política pública vão tendo um retorno menor.

Comportamento. Este aqui é um filme sobre comportamento. Eu não vou passá-lo, porque é muito longo, são 10 minutos, não vou tomar mais tempo. É um filme que mostra os estudos do Richard Tremblay, um professor de Montreal que acompanha mil crianças que nasceram em Montreal há mais de 30 anos. Ele mostra em que período da vida o comportamento é mais alterado, inclusive ele localiza bem o surgimento do comportamento violento, quando é que ele surge. Ninguém fica violento na idade adulta. Já é possível prever um adulto com comportamento violento observando as crianças.

Isso aqui também é para desmistificar algumas fábulas que temos, porque, às vezes, perdemos um tempão acreditando naquilo e, depois, vemos que, na prática, as coisas são diferentes.

Rousseau, no período do Iluminismo, das mudanças que originaram a Revolução Francesa, todos os conceitos da Revolução Francesa, cunhou a ideia de que o ser humano é um bom selvagem: ele nasce puro e bom e esse mundo cruel, desigual vai transformando-o num ser violento, num ser egoísta. Na verdade, todos os seres humanos nascem egoístas. O egoísmo é um componente básico de sobrevivência. Quando a criança está no colo, estabelecendo o seu apego com o adulto, 1 ano, 1 ano e meio, você a coloca no chão para brincar com as outras, ela acha que tudo é dela, ela toma brinquedo dos outros. Os brinquedos são dela. É o





CONGRESSO NACIONAL
Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização

"egoísmo" — entre aspas — de sobrevivência, só que as outras crianças também acham que é delas. E aí quebram o pau, não é?

O ser humano é mais agressivo, no ciclo de vida, entre 1 e 4 anos de idade, quando há quantidade maior de agressões que um ser humano faz contra outro ser humano, só que isso não dá Boletim de Ocorrência, porque o soquinho não tem tanta força, se fosse na idade adulta, seria uma chacina.

Então, este é um filmezinho que mostra isso. O componente de agressividade, de egoísmo, está presente desde o início da vida. Não existe o bom selvagem.

(Exibição de vídeo.)

O SR. MINISTRO OSMAR TERRA - Quem trabalha ou já trabalhou e acompanhou crianças em creches sabe que isso é a coisa mais frequente que existe.

Negligenciar uma criança é, às vezes, tão grave quanto maltratá-la. Ao não atendê-la nas suas necessidades, a criança não entende nada. Ela começa a sentir fome e aí começa a chorar, e existem mães que, por ignorância, dizem que não podem acostumar mal a criança, que ela tem que aprender os horários dela, e aí o estresse na criança começa a subir.

O estresse se organiza muito cedo em nós, toda a quantidade de hormônios que o estresse libera, a forma como encaramos uma situação difícil, não se organiza na idade adulta, mas, sim, na primeira infância, e essa organização leva, nos primeiros 2 anos de vida, a um fenômeno chamado estresse tóxico. Os hormônios do estresse sobem muito rapidamente. O cortisol, que é um dos hormônios, lesiona o cérebro nesse período. Quando o cérebro está formando as suas conexões, principalmente do sistema do apego, o cortisol lesiona, ele destrói os neurônios, se mantido alto por muito tempo.

A criança nasce bem, não tem doença nenhuma, não tem problema genético nenhum e, aos 2 anos de idade, ela já tem lesões cerebrais pelo estresse permanente que ela vive, pela negligência, pelo abuso, pela violência de quem dela cuida. Quando ela chega na adolescência, podem aparecer depressão, ansiedade, pensamento suicida. Nós estamos inclusive no Setembro Amarelo, mês de prevenção ao suicídio. Está aumentando muito o número de suicídios de jovens, e aí vem droga, vem um monte de coisa junto. Mas é importante lembrar que esse potencial se organiza muito cedo. Como consequência, podem aparecer também a





CONGRESSO NACIONAL
Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização

síndrome de estresse pós-traumático, agressão, impulsividade, delinquência, abuso de substâncias. Essa é uma pesquisa do Martin Teicher, publicada na *Scientific American*, em 2002.

Esta é a curva de Tremblay. Ele acompanha mil crianças — que agora já estão com 30 anos, já são adultos — e mostra que, no início da vida, há quatro segmentos: há um grupo, que é muito pouco agressivo, mas é agressivo. Entre 1 e 3 anos há um pico pequeno. Aqui, é a quantidade de agressões num dia. É uma quantidade menor, que vai diminuindo. É o contrário, é a civilização. Os limites que a família bota na criança é que vão diminuindo a agressividade dela. Não são a família e a civilização que a tornam violenta.

Aqui é um segundo grupo um pouco mais agressivo. Aqui também são 10 anos, 15 anos, 20 anos, 30 anos.

Há um outro grupo aqui. Os senhores podem ver que aqui começa a aparecer uma curva. Trata-se do período da adolescência, a puberdade, com os hormônios já explodindo, e as mudanças corporais. Isso altera o comportamento. O adolescente tem um comportamento que nós chamamos de...

O psiquiatra argentino Maurício Knobel criou um termo: a síndrome da adolescência normal. Os adolescentes todos têm um comportamento alterado. Eles mudam de humor de hora em hora, ficam agressivos e tal, por causa dessas flutuações hormonais. Isso leva a uma impulsividade e a uma agressividade maiores.

Então, há uma curva de aumento da agressividade aqui que diminui, mas não diminui tanto na idade adulta.

Há 4% dessas crianças — é em qualquer grupo que esse percentual acontece — que têm um comportamento muito agressivo com 1, 2, 3 anos de idade. Depois há um pico na adolescência e uma agressividade muito maior na idade adulta.

É possível detectar, por probabilidades, quem vai ter um comportamento mais agressivo na idade adulta. Se cuidarmos bem, intervirmos aqui, reduzimos muito a agressividade futura dessa criança. Os maiores programas de prevenção de violência têm que ter dentro deles programas de primeira infância, de cuidados na primeira infância.

Nós falamos muito em violência, que estão reduzindo o número de homicídios e tal. Esta curva aqui corresponde a 13 anos de idade. Aqui é 45 anos, 25 anos, 18





CONGRESSO NACIONAL
Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização

anos, entre 18 e 24. Essa curva do crime — esse aqui é crime violento — é universal e atemporal. O Quetelet que foi o primeiro que fez, no século XIX, fez exatamente essa curva. Essa é a curva do *crime rate* do Canadá e dos Estados Unidos. É mais ou menos a mesma coisa em qualquer lugar do mundo. Os jovens é que são mais violentos. Os jovens é que morrem e que matam mais. Isso não é um acontecimento de uma época. No mundo todo é assim.

É claro que, quando um país cuida melhor, tem menos problemas sociais, tem mais acompanhamento e também tem penas mais severas — as penas funcionam nesse negócio —, o percentual fica com essa curva, mas ela é menorzinha em relação a outros países.

Eu estou terminando. Aqui é quando a cuidadora é abusiva. A pessoa cuida mal da criança, não dá bola para a criança, não a atende em suas necessidades. É uma criança pobre. Ela pode não ter brinquedo eletrônico — a criança rica tem —, mas, se tiver uma pessoa que cuide com carinho dela, ela suprirá essa parte emocional bem. Ela ajuda a criança a desenvolver melhor essa parte emocional. A criança rica pode ter todos os brinquedos do mundo, mas se tiver uma pessoa a maltratando não adianta nada.

A cuidadora abusiva não somente deixa de brincar e interagir menos com a sua criança, mas também induz a um estado traumático e negativo durador. Assim que acontece o estresse tóxico, porque ela não acalma a criança, não proporciona consolo interativo, seus estados emocionais intensamente negativos duram por longo período de tempo. Tais estados também são acompanhados de severas alterações na bioquímica do cérebro imaturo, especialmente nas áreas associadas com o desenvolvimento das competências interpessoais.

Esta é uma das maiores tragédias do mundo contemporâneo: as crianças da Romênia. Essas crianças foram vítimas de um ditador chamado Nicolae Ceausescu, que acreditava que, para desenvolver a Romênia, deveria aumentar a população. Então, ele cobrava e exigia que as famílias tivessem cinco filhos, pelo menos. Ele acompanhava inclusive no posto de saúde, se a mulher estava ou não menstruando, por que não engravidava. Era nesse nível. Assim, nasceram muitas crianças. Mas os pais tinham que trabalhar ou morriam, e os orfanatos ficavam lotados. Criaram creches e orfanatos gigantescos, lotados de crianças.





CONGRESSO NACIONAL
Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização

Eles não entendiam a interação do adulto com a criança. Eles achavam que inteligência e que a parte emocional era genética e não precisava ter nenhum cuidado especial. Então, eles largavam as crianças em cima de camas desses lugares desde pequeninhos, não interagiam com as crianças, não as pegavam no colo, não as olhavam nos olhos. Havia poucos cuidadores também para o número de crianças. Quando morreu o Nicolae Ceausescu — ele morreu por uma revolta popular — abre-se o regime. Era um regime socialista lá na Romênia.

Então, entram os Médicos Sem Fronteiras, que fazem o primeiro registro dessas crianças. Eles relatam que quando entraram nos orfanatos as crianças ficavam todas em silêncio. Eles nunca haviam visto isso: todas as crianças em silêncio, fazendo movimentos repetitivos, como se fossem autistas. Isso é uma tragédia, porque essas crianças, no período mais importante de organização das suas competências, foram privadas, tiveram uma profunda privação de estímulos. E isso tem um resultado.

Este aqui é um adolescente que teve cuidados na primeira infância e esse aqui é um adolescente órfão da Romênia. Vocês podem ver que o estresse traumático, o estresse tóxico destruiu áreas inteiras do cérebro, principalmente essas áreas que são associativas entre a parte racional e a parte emocional, que comanda o controle de impulsos. Essa criança tem menos atividade cerebral do que a outra. O que está em vermelho e amarelo é o que tem mais atividade. Se fizer o exame nas outras, vai dar um resultado muito parecido.

O Canadá tenta adotar crianças da Romênia e faz um programa de adoção. O Charles Nelson, que esteve recentemente aqui no Brasil, um grande pesquisador de Harvard, fez esses estudos, que mostram que a criança nascida no Canadá tem um Quociente de Inteligência — QI 108, em média, nos primeiros anos de vida. O escore de linguagem que eles estabelecem lá é 106, e 13% das crianças têm comportamento alterado, são mais agressivas.

As crianças adotadas da Romênia precocemente quase repetem o padrão canadense: elas têm 99, têm um QI 99 e são menos agressivas inclusive do que as crianças do Canadá. As crianças da Romênia adotadas maiores têm um QI menor, têm um escore de linguagem bem menor e 43% têm comportamento alterado, comportamento agressivo e violento.





CONGRESSO NACIONAL
Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização

O padrão de estresse que teremos ao longo da vida é organizado na primeira infância. Nesta imagem vê-se que não é só dar o leite para a criança, mas olhar nos olhos da criança, conversar com ela naquele momento, falar baixinho, falar o manhês, no qual a voz fica mais fininha e a criança sabe que está falando com ela. Quando a mãe está falando fininho, imitando a criança, a criança sabe que a mãe está falando com ela. Isso aqui produz um desenvolvimento enorme.

Esta aqui foi a nossa primeira turma da Frente Parlamentar da Primeira Infância. O Marco Legal é a Lei nº 13.257, de 2016. Nós criamos em cima disso o programa Criança Feliz, que é hoje o maior programa do mundo de visita domiciliar. Por isso que nós estamos ganhando prêmio do Catar. Esse é o que tem maior escala no mundo. O Criança Feliz acompanha criança de 0 a 6 anos em casa. Toda a semana o visitador vai a casa daquela criança oferecendo instrumentos para que os pais estimulem o desenvolvimento cognitivo, emocional e psicossocial dos filhos.

Por que é importante ir a casa? Porque na casa se tem noção do ambiente daquela criança, se é um ambiente estressante, se é um ambiente violento. Inclusive, essa visita ajuda a reduzir violência doméstica.

Esse é o maior programa em escala do mundo. Nós estamos chegando a 765 mil pessoas atendidas dentro do programa: 640 mil são crianças, 125 mil são gestantes, todas do Bolsa Família ou do BPC, o Benefício de Prestação Continuada para as famílias mais pobres que têm deficiência mental ou física.

Os beneficiários do Bolsa Família são crianças de 0 a 3 anos — fazemos a visita até os 3 anos —, que recebem visitas domiciliares semanais. Já temos 25 mil visitadores e monitores hoje acompanhando essas crianças. As crianças beneficiárias do BPC têm acompanhamento até os 6 anos. Há crianças afastadas do convívio familiar, crianças institucionalizadas. Uma meta que estamos querendo cumprir dentro do Governo é acabar com a institucionalização de crianças. Vamos ter lares adotivos para todas. Hoje, temos em torno de 9 mil crianças institucionalizadas no Brasil. Queremos, no máximo em 2 anos, não ter mais nenhuma criança institucionalizada, pois sabemos da importância dessa relação com a família e com o cuidador.

Há crianças atendidas por microcefalia. Estamos criando Centros Dia, também acompanhando com o programa.





CONGRESSO NACIONAL
Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização

Visitas domiciliares. Quando começamos o programa, de todos os programas sociais, o Sistema Único de Assistência Social — SUAS fazia uma média de 2 milhões de visitas domiciliares por ano no Brasil. Vejam que só neste programa aqui nós já chegamos a 20 milhões de visitas domiciliares. E estamos tendo, imaginem, 750 mil por semana, já dá 3 milhões de visitas por mês. Esse é um outro fator: é o Estado indo à casa das pessoas, ajudando aquelas pessoas a cuidar, a desenvolver, a estimular melhor seus filhos, e ligando aquela família com todos os programas sociais que há naquele Município.

Os profissionais são capacitados e com atuação intersetorial. Seguimos um protocolo da UNICEF e da Organização Mundial de Saúde para isso. Os visitantes têm que ter uma ligação com a comunidade. Eles avaliam o ambiente familiar, identificam fatores que podem comprometer o desenvolvimento integral da criança e orientam sobre cuidados essenciais nos primeiros anos de vida. Além disso, os visitantes estabelecem o vínculo entre as famílias e os serviços existem no Município.

Estes são os Municípios: 2.620 Municípios aderiram ao programa, praticamente a metade dos Municípios brasileiros. Mas os maiores aderiram, os que têm mais população. Então, a maior parte da população já está dentro do programa, potencialmente dentro do programa porque há Municípios que têm lá 5 mil crianças que podem entrar no programa e têm 2 mil sendo atendidas. Agora estamos abrindo uma nova etapa para inclusão.

Este aqui é o recurso gasto com o programa. O programa foi criado em 2016. Em 2017 começaram as visitas, ao custo de 207 milhões. Em 2018, foram 256 milhões. Em 2019, o custo vai ser de 377 milhões.

Nós estamos propondo terminar este ano de 2019 com 1 milhão de famílias atendidas em casa. E, no final do ano que vem, 2 milhões de famílias atendidas em casa. O total de famílias do Bolsa Família e do BPC, de crianças que se enquadram no programa, do BPC e do Bolsa Família, são 3 milhões e 200 mil. Então, queremos fazer uma progressão. Estamos com 1 milhão. Vamos para 2 milhões no ano que vem. E, até o final do Governo, queremos chegar nos 3 milhões e 200 mil. Talvez não chegue nisso, por vários motivos. Não é simples se chegar em todas ao mesmo tempo.





CONGRESSO NACIONAL
Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização

Agora é isto aqui que eu quero pedir para a Comissão de Orçamento. Agora vem o chapéu aqui. Nós precisamos de 1 bilhão e 190 milhões de reais, mas só temos previstos 517 milhões. Então, precisamos ter uma previsão orçamentária maior.

Por que eu acho importante isso aqui? Porque está havendo um discurso contra o programa dizendo o seguinte: *"Não, o dinheiro tem que ser para o Sistema Único de Assistência Social. Não se pode tirar dinheiro do programa do SUAS para colocar no Criança Feliz, porque nós estamos usando a rede do SUAS, que chega mais rápido em todos os Municípios"*. Isso não é verdadeiro porque são orçamentos separados. Se o SUAS não está tendo pagamento adequado temos que fazer com que se libere o orçamento. O orçamento do SUAS é de 3 bilhões. É um orçamento diferente deste orçamento aqui. Este aqui é um *plus*. Então, não se pode dizer: *"Não, não está vindo dinheiro para um programa, vamos cortar o outro"*. Esse é um raciocínio que surgiu na última conferência de assistência social, na qual mandaram acabar com o programa Criança Feliz. Quando as decisões são muito esdrúxulas, não precisamos respeitá-las. Não respeitamos, e o programa continuou.

Nós precisamos ter essa diferença aqui. Precisamos que os nossos Deputados e Deputadas da primeira infância entrem com emendas para corrigir essa diferença aqui, bem como que a Comissão as aprove.

Aqui é só para os senhores terem uma ideia do que é o WISE Awards. WISE — World Innovation Summit for Education: é a cúpula mundial de inovação na educação. Vou passar um vídeo de 1 minutinho.

(Exibição de vídeo.)

O SR. MINISTRO OSMAR TERRA - A Ely é a nossa Coordenadora, a nossa Secretária Nacional de Promoção do Desenvolvimento Humano.

(Exibição de vídeo.)

O SR. MINISTRO OSMAR TERRA - Na verdade, o programa é de educação da família, e não da criança.

(Exibição de vídeo.)

O SR. MINISTRO OSMAR TERRA - Os visitantes criam um vínculo extraordinário com as famílias. *(Palmas.)*

(Segue-se exibição de imagens.)





CONGRESSO NACIONAL
Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização

Essa frase aqui, para mim, é muito importante. As crianças nascem e todas têm o mesmo potencial, um potencial muito semelhante. O que vai fazer a diferença é o que acontece com elas a partir do momento em que nascem, principalmente na primeira infância. Isso vai diferenciá-las para sempre, criar a desigualdade, criar a pobreza, a incapacidade de sair da pobreza no futuro.

Era isso o que eu tinha a dizer.

Muito obrigado. *(Palmas.)*

A SRA. PRESIDENTE (Dra. Soraya Manato. PSL - ES) - Quero parabenizar o Ministro Osmar Terra por mais uma vez nos fornecer e nos favorecer com essa palestra brilhante, tão engrandecedora e emocionante.

Antes de passar para o próximo expositor, eu queria registrar a presença da Deputada Federal Leandre, da Deputada Carmen Zanotto, do Deputado Dr. Zacharias Calil, do Deputado Aureo Ribeiro, da Deputada Dulce Miranda, do Deputado Lucas Gonzalez, da Deputada Soraya Santos, do Deputado Darcísio Perondi, do Deputado Misael Varella e da nossa Senadora Daniella Ribeiro.

O próximo expositor será o Sr. Naercio Menezes Filho, Economista e Professor do Insper e da USP. No princípio, ele ficou meio revoltado com os 5 minutos que eu lhe dei aqui, mas já o liberei.

V.Sa. tem a palavra. *(Pausa.)*

O SR. NAERCIO AQUINO MENEZES FILHO - Muito obrigado pelo convite. É um prazer e uma honra estar aqui na Comissão.

Meu nome é Naercio. Eu sou professor de Economia do Insper, da USP e da Academia Brasileira de Ciências. Quero parabenizar o Ministro pela brilhante apresentação. Acho que ele já deixou claro muitos aspectos importantes da primeira infância. Eu só vou complementar com alguns outros resultados, que acho que são importantes para dar um quadro geral da primeira infância no Brasil.

(Segue-se exibição de imagens.)

Primeiro vou resgatar um pouco a história do investimento em educação, o que nós não fizemos no passado. Ao longo do século XX, os senhores podem ver aqui que a taxa de analfabetismo, por exemplo, sempre foi bem mais alta no Brasil do que em outros países do mundo. Em 1950, havia 50% de analfabetos em comparação com um número bem menor de analfabetos na Espanha, na Argentina e nos Estados Unidos. Isso gerou imensos problemas, os quais enfrentamos até





CONGRESSO NACIONAL
Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização

hoje. O fato de não termos colocado todas as crianças na escola ao longo do século XX causou prejuízos muito grandes.

Mas a educação melhorou bastante desde 1992. Como os senhores devem saber, um jovem de 22 anos, em 1992, tinha só 6 anos de estudo, ou seja, o equivalente ao ensino fundamental, primeiro ciclo. Hoje em dia, ele tem 11 anos de estudo, no ensino médio. Então, houve um grande avanço educacional no Brasil nos últimos 20 anos, o que reverteu um pouco o atraso histórico que tivemos em educação. No entanto, não houve aumento de produtividade.

Nesse gráfico, nós vemos o Brasil em azul. Aqui, no eixo horizontal, temos os anos de estudo e, no eixo vertical, a produtividade. Nós dobramos a produtividade, de 1965 a 1980, que foi a época do milagre econômico, sem investir em educação. De 1980 a 2010, como eu mostrei, a educação melhorou muito, mas a produtividade não aumentou. A produtividade da economia hoje continua a mesma que tínhamos 30 anos atrás. Se olharmos a Coreia, que está em vermelho no gráfico, verificaremos que aquele país foi aumentando a educação e a produtividade ao longo do tempo.

A grande questão que se coloca é esta: se nós avançamos tanto em termos de acesso à educação, por que a produtividade da nossa economia está parada há 30 anos? Sem melhorar a produtividade, não é possível haver crescimento econômico no longo prazo, não é possível melhorar a vida das pessoas ao longo das gerações. O país vai ficar estagnado. E é o que tem acontecido há mais ou menos 30 anos.

Quais as razões disso? Primeiro, o aprendizado dos alunos é muito baixo. Se olharmos o PISA, que é um exame internacional que avalia alunos do mundo inteiro aos 15 anos de idade, vemos que 70% dos jovens no Brasil têm um desempenho abaixo do básico. O Brasil está em verde, no gráfico. Se formos comparar, no México a taxa é de 60%; no Chile é de 50%. Mas, nos países da OCDE, somente 20% dos jovens têm desempenho abaixo do básico. Nos países como Coreia, França e Canadá, o valor é mais próximo de 10%. Portanto, esse é um grande problema. Os nossos jovens aprendem muito pouco na escola. Na verdade, isso acontece tanto nas escolas públicas como nas privadas. Setenta por cento abaixo do básico é um número muito elevado.





CONGRESSO NACIONAL
Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização

Além disso, como foi falado, temos uma alta porcentagem de jovens que não estudam nem trabalham. Atualmente, em torno de 17% dos nossos jovens de 14 a 24 anos nem estudam nem trabalham.

Para complementar, eu queria só mostrar o estudo que eu fiz do PISA, sobre o desempenho dos jovens ao longo da prova do PISA. A prova do PISA foi feita em computador e foi possível acompanhar, ao longo da prova, o desempenho de todos os alunos de todos os países. Nós fizemos isso, e o resultado é impressionante. Enquanto Finlândia e Coreia acertam entre 50% e 60% ao longo de toda a prova — aqui o eixo é ao longo da prova —, os brasileiros vão diminuindo a taxa de acerto ao longo da prova. Depois há um intervalo, melhora um pouco, e depois cai novamente. Isso reflete uma falta de persistência, de garra e de resiliência por parte dos alunos brasileiros.

Se olharmos esse outro gráfico, veremos que ele também mostra isso. Esta é a porcentagem de alunos que não abre a questão. Começa com zero no começo da prova. Quando todos abrem, o número vai aumentando rapidamente. Na metade da prova, 60% dos alunos nem abrem a prova para fazer, não abrem a questão. Portanto, o nosso desempenho péssimo no PISA parece estar refletindo o fato de que os alunos nem tentam responder às questões. Eles vão desistindo da prova, à medida que o tempo vai passando. No gráfico, há um *break*. A porcentagem diminui, depois vai aumentando novamente.

Um amigo meu sugeriu que se façam mais *breaks (risos)*, assim a prova vai melhorando ao longo do tempo.

Esta figura e a que apresentei sobre o PISA mostram que parecer haver um problema grave de aprendizado, e parece que esse problema pode estar relacionado com a falta de resiliência, de garra para ir até o fim da prova.

No Brasil, o que tem acontecido? Os gastos com educação têm aumentado muito — os gastos no ensino fundamental triplicaram e no ensino médio também triplicaram —, o que foi importante para colocar os alunos na escola, mas a proficiência não melhorou. Melhorou no quinto ano, quando houve aumento de aprendizado dos alunos. No nono ano, houve um aumento menor, mas, no terceiro ano do ensino médio, a proficiência está parada. Então, apesar de termos gastado mais por aluno, o aprendizado não está melhorando.





CONGRESSO NACIONAL
Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização

E todas essas questões, a meu ver, baixo aprendizado, baixa persistência e baixa proficiência, têm a ver com o desenvolvimento infantil. Como foi muito bem colocado pelo Ministro, os problemas na infância acabam gerando problemas de desenvolvimento e dificuldades de aprendizagem, que vão se acumulando ao longo da vida. Então, é muito importante atacar essa questão da primeira infância, para que seja possível resolver esses problemas.

Na verdade, como princípio, nós deveríamos ter igualdade de oportunidades. Todas as crianças que nascem no Brasil deveriam ter as mesmas oportunidades, não importando onde elas nascessem, de que cor, de que raça, de que região são. Todas deveriam poder atingir seus sonhos e suas metas. Isso não acontece porque desde a primeira infância o tratamento é bastante diferenciado em todas as regiões, dependendo da situação da família.

Isso já foi falado pelo Ministro, não vou repetir.

Eu queria só falar um pouco da Loteria da Vida. São dados de Pelotas. Há acompanhamento das crianças desde o nascimento até os 22 anos de idade. Nós vemos que, dessas crianças, 28% das nascidas em 1993 nasceram de mães com baixa escolaridade; e de 8%, as mães tinham o ensino superior. Portanto, é a loteria da vida, porque não é mérito, não é nada: é sorte ou azar. Você pode nascer, e sua mãe ter ensino superior; ou você pode nascer, e sua mãe ser analfabeta. Se houvesse igualdade de oportunidades, o fato de você ter nascido e sua mãe ser analfabeta ou ter ensino superior não deveria importar para o seu desenvolvimento emocional, seu aprendizado e suas chances na vida. Mas no Brasil, como não há igualdade de oportunidades, isso é completamente relevante.

Nós vemos, por exemplo, que as mães com ensino superior faziam mais exames pré-natais do que as analfabetas, fumavam menos do que as analfabetas. Isso começa já na gestação. Depois, aos 15 anos, dos filhos de mães com ensino superior, só 18% repetiam o ano; dos filhos de mães analfabetos, 81% repetiam o ano. E, se formos olhar quem está na faculdade, isso é mais impressionante. Os que tiveram sorte de nascer de mães com ensino superior, metade já estava na faculdade aos 18 anos, ao passo que, dos que nasceram de mães analfabetas, só 2% estavam na faculdade. É uma diferença enorme de perspectivas na vida, porque as condições iniciais eram muito diferentes, e o Brasil é um país extremamente





CONGRESSO NACIONAL
Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização

rígido, com pouca mobilidade intergeracional e pouca mobilidade de renda. As diferenças iniciais têm um impacto muito forte para o resto da vida.

Se olharmos a situação atual, no Brasil, temos 5% de pessoas na pobreza extrema; no Nordeste, 11%. Mas, nos domicílios com crianças, no Nordeste, 22% está na pobreza extrema atualmente. De crianças de 0 a 6 anos, 22% delas moram em domicílio de famílias extremamente pobres na Região Nordeste; na Região Norte, 16% e, no Brasil por inteiro, 12%.

Essas crianças dessas famílias de renda familiar *per capita* de até 100 reais dificilmente vão ter condições de atingir seus objetivos na vida, se não houver programas como o programa de visitação, programas bem-sucedidos que atenuem essas diferenças que existem hoje em dia.

Essa pobreza é não extrema, a pobreza de renda de até 400 reais por mês. Vemos, por exemplo, que no Maranhão 70% das famílias têm renda de até 400 reais *per capita* por mês. Os níveis de pobreza ainda são bastante elevados, e isso vai ter consequências muito grandes daqui para frente.

Para terminar, falamos do saneamento básico, que é uma coisa básica. Cerca de 39% das crianças moram em domicílios que não têm esgotamento sanitário por rede coletora; 22% têm ao menos uma inadequação nas condições de moradia, ou paredes externas com materiais não duráveis, ou adensamento excessivo. Enfim, 58% das crianças moram em domicílios que têm pelo menos uma restrição grave: ou não têm acesso a programas de proteção social, ou as condições de moradia são inadequadas, ou não têm saneamento. Basicamente, metade das crianças está nesses domicílios com pelo menos uma inadequação grave.

Quando vemos a importância da primeira infância para o futuro, se metade das crianças está numa situação inadequada, ficamos pensando como vai ser o futuro dessas crianças.

Esse gráfico representa dados que variam muito entre as regiões. No Norte e no Nordeste, é bem forte, com índices de 36% e 24%, respectivamente.

Passamos à conclusão.

Cometemos um erro histórico na educação, não termos investido na educação ao longo do séc. XX. Isso tornou a sociedade extremamente desigual, com baixa mobilidade, alta criminalidade e alto índice de pobreza. Recentemente, melhoramos o acesso à educação, mas não houve efeito na produtividade. E isso parece refletir





CONGRESSO NACIONAL
Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização

em baixas habilidades socioemocionais e no aprendizado na educação. E muito disso decorre da falta de investimento na primeira infância. É um reflexo da situação da pobreza, que ainda é muito alta no Brasil, e afeta o desenvolvimento infantil. É necessário melhorar o desenvolvimento das crianças, para que tenhamos aumento da persistência desses jovens, da garra, da qualidade do aprendizado, e eles possam se inserir no mercado de trabalho formal e ganhar dinheiro e aumentar a mobilidade de renda no Brasil, que é muito baixa.

Obrigado. (*Palmas.*)

A SRA. PRESIDENTE (Dra. Soraya Manato. PSL - ES) - Quero agradecer ao Sr. Naercio Aquino Menezes Filho a fantástica exposição.

Agora, para fazer uso da palavra, vou chamar o Sr. Alexandre Fineas Lima e Sousa, Coordenador-Geral de Políticas Sociais e Transversais, da SECAP.

O SR. ALEXANDRE FINEAS LIMA E SOUSA - Bom dia a todos!

Eu gostaria de agradecer a presença nesta ilustre Comissão. Agradecer à Exma. Sra. Deputada, a qual cumprimento, e também agradeço a todos os demais Parlamentares.

Vou tratar de um assunto que, na verdade, é como todas as políticas públicas do Governo, dentro do período de 2020 a 2023, vão ser estruturadas. É como se pensássemos qual seria o regimento para o funcionamento dessas políticas.

(*Segue-se exibição de imagens.*)

O que pretendemos com o Plano Plurianual para esses anos de 2020 a 2023? Nosso lema é planejar, priorizar e alcançar.

Para quem não conhece a organização do nosso Ministério da Economia, lembro que nós estamos dentro da Secretaria Especial de Fazenda; somos a Secretaria de Avaliação, Planejamento, Energia e Loteria; temos mais quatro Subsecretarias. A Subsecretaria à qual eu pertencço é a Subsecretaria de Planejamento Governamental. E temos outras duas Subsecretarias, que são Subsecretarias de Avaliação.

Uma grande vantagem que nós temos nesse período é que o planejamento já surge dentro dessa caixinha de avaliação. Nós vamos fazer um planejamento já pensando em como vamos avaliar bem as políticas.

Estes são os fundamentos legais que estão presentes na Constituição sobre o Plano Plurianual.





CONGRESSO NACIONAL
Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização

O § 1º do art. 165 diz:

Art. 165.....

§ 1º A lei que instituir o plano plurianual estabelecerá, de forma regionalizada, as diretrizes, objetivos e metas da administração pública federal para as despesas de capital e outras delas decorrentes e para as relativas aos programas de duração continuada.

Então, na verdade, englobamos praticamente todas as despesas, com exceção daquelas despesas financeiras.

No processo de elaboração, reparem que temos um tiro curto para fazer todo o processo. Começamos em janeiro já com a reestruturação do Ministério da Economia. Em fevereiro, fizemos uma oficina, convocando especialistas nacionais para pensar quais seriam as diretrizes. E essas diretrizes foram baseadas no plano de Governo e também nos discursos dos Ministros.

Em março, fizemos apresentações na ENAP — Escola Nacional de Administração Pública sobre a metodologia, que foi apresentada em áreas técnicas, inclusive para o IPEA — Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada. Participou também o BNDES — Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social nesse nosso processo.

Em maio, começamos as oficinas. Fizemos mil horas de trabalho. Essas mil horas foram divididas em 54 oficinas na ENAP. Disponibilizamos também um curso de EaD. Diversas pessoas de qualquer parte do País tiveram acesso à nossa metodologia.

Em junho foi disponibilizado o nosso Manual Técnico do Plano Plurianual e também foi feita uma participação eletrônica pelo Wikilegis, com mais de 2 mil participações.

Em junho, julho e agosto tivemos essa fase qualitativa e quantitativa, fase em que os Ministérios inserem dentro do SIOP — Sistema Integrado de Planejamento e Orçamento todo o debate que foi feito nessas 54 oficinas e mais as oficinas internas ministeriais.

Em agosto, enviamos essa minuta de Exposição de Motivos, a Minuta do Projeto de Lei, junto com a Mensagem Presidencial.





CONGRESSO NACIONAL
Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização

A metodologia, a nossa regra de convívio, digamos, dentro do PPA, baseou-se em algumas críticas e observações que foram feitas nos PPAs anteriores. Trouxe algumas delas feitas pelo TCU.

No PPA 2012-2015 — vou ler rapidamente —, houve:

Elevado índice de falhas na apuração de resultados relativos às metas; fragilidade no modelo de PPA, bem como dos atributos definidos para o plano; falta de regionalização das programações do PPA; má formulação de indicadores e metas, que não medem aquilo que foi proposto; representação inadequada, pelos programas, das necessidades do país; inefetividade do PPA como instrumento de planejamento das organizações governamentais; dificuldade de coordenação entre planos e entre órgãos centrais e setoriais.

Quando chegamos ao PPA de 2016-2019, vemos que tentaram superar essas críticas, e outras foram apresentadas, como as *"falhas na confiabilidade e qualidade de parcela significativa das informações e desempenho (...) referentes às metas previstas no Plano Plurianual; ausência de divulgação dos parâmetros anuais utilizados pelos órgãos responsáveis para acompanhar, qualificar e prestar contas sobre o andamento das metas quadrienais definidas no PPA"*.

Esse conjunto de críticas, nós o incorporamos na nossa metodologia, em como vamos fazer o PPA para esses próximos 4 anos. Baseados nisso, pensamos em quatro pilares fundamentais para o nosso PPA.

Simplicidade metodológica.

O PPA anterior tinha 54 programas temáticos, 304 objetivos, 542 indicadores, 1.136 metas, 3.101 iniciativas. Agora o que temos? Doze diretrizes, 15 temas, entre 60 e 70 programas, objetivos, metas e indicadores. Com essa simplificação, no fundo, o que fizemos? Para responder, aproveito a palestra do Ministro. Nós separamos a caixinha de cada planejamento dentro do Governo para permitir que cada caixinha dessas pudesse ter a sua potencialidade explorada e que se pudesse fazer a comunicação de uma com a outra e criássemos essa questão da rede. Temos uma explicação brilhante, falando sobre como as redes neurais funcionam. No fundo, o que fizemos foi dividir e dizer: cada nível de planejamento vai ter a sua especificidade, vai ser separado. O que acontecia com esses 54 programas nesse PPA anterior? Cinquenta e quatro programas temáticos, 34 objetivos, 542





CONGRESSO NACIONAL
Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização

indicadores, 1.136 metas, 3.101 iniciativas. O que acontecia é que o PPA pretendia ser tanto um planejamento de 4 anos como um planejamento institucional. O que fizemos foi exatamente separar essas coisas, deixar cada qual no seu lugar. Realismo fiscal.

É o primeiro PPA feito sob a égide da Emenda Constitucional nº 95, que criou o teto de gastos. Foi uma realidade que trouxemos para o PPA. Os PPAs anteriores tinham uma tendência: quando se previa uma receita para o PPA, vários programas podiam se encaixar. Aqui não, aqui entregamos o envelope inicial, uma realidade fiscal, uma realidade orçamentária, para que fosse construído o PPA.

Integração do planejamento e avaliação.

Como falei anteriormente, a nossa Subsecretaria é de avaliação e planejamento, portanto já saímos com esse DNA marcado. O planejamento já vem com a ótica de avaliação, para que o nosso ciclo orçamentário possa realmente ser completo. Nesse ambiente de escassez de recursos — como vimos, há pouco, há um programa de primeira infância extremamente relevante, mas com poucos recursos —, podemos, via avaliação, realocar as prioridades do Governo, as prioridades de Nação.

Visão Estratégica e Foco em Resultados.

Este é o quarto pilar. Quando chegamos ao começo deste ano, reparamos que as pessoas que nos passaram o bastão estavam ainda nessa ótica de tentar fazer um PPA que desse conta de muita coisa. O que percebemos é que, dada a nossa sinergia de organização, poderíamos fazer um PPA que tivesse visão estratégica e foco no resultado, um PPA mais enxuto, mas que nada perdesse, em que essa simplicidade não se revelasse algo simplório. Não, é algo extremamente denso, que dá uma visão de médio prazo, até um pouco mais, para que os planejamentos estratégicos ficassem acoplados. Vou explicar mais à frente.

Aqui está a nossa visão geral da metodologia. Como expliquei, fizemos uma separação de como as dimensões estratégicas vão ser estruturadas dentro do PPA. Temos, lá em cima, três dimensões: dimensão estratégica, dimensão tática e dimensão operacional. Essa estrutura das dimensões do PPA faz com que lá em cima tenhamos os eixos estratégicos, que serão a conexão com o planejamento de longo prazo — de 12 anos, 15 anos, 16 anos —, que, inclusive, ainda vai ser regulamentado. A partir desses eixos estratégicos, temos diretrizes do PPA, como se





CONGRESSO NACIONAL
Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização

fossem metas de governo para os 4 anos. Descendo as diretrizes, temos temas; dos temas, temos os programas.

Aqui já entramos na dimensão tática. O programa é o grande elo entre a dimensão estratégica, de médio e longo prazo, e a dimensão operacional. Vamos ficar com esse PPA mais estratégico, enxuto, para que ele dê condição de que o orçamento, o planejamento estratégico institucional, consiga dar conta da realidade que queremos mudar ao final do PPA.

São 13 diretrizes, 15 temas, 66 programas.

Na estrutura do nosso PL, temos 5 capítulos.

O primeiro fala *Do Planejamento Governamental e do Plano Plurianual*. Aqui trazemos alguns conceitos, porque ainda não temos uma lei de finanças que estabeleça como o PPA tem que ser estruturado. A cada novo PPA temos, digamos, a possibilidade de alteração. A nossa expectativa é que nosso PPA agora consiga dar um pouco de luz a essa discussão e consigamos regulamentar o dispositivo constitucional que fala sobre o PPA. Portanto, trazemos alguns conceitos que podem ser que até extrapolem o âmbito do PPA, mas, na verdade, são conceitos que faltam dentro do ordenamento jurídico.

Capítulo II, *Da Estrutura da Organização do Plano Plurianual*; neste ponto, refletimos mais ou menos aquela transparência anteriormente apresentada.

O Capítulo III, *Da Integração com o Orçamento*, foi um grande desafio que tínhamos: exatamente para fazer com que o Planejamento e o Orçamento conversassem entre si.

O Capítulo IV fala *Da Governança do Plano Plurianual* e o Capítulo V, *Das Disposições Gerais*.

Apresento essa imagem para que se entenda como essas caixinhas vão se comunicar entre si. Como eu falei, fizemos essa separação. Aqui está uma área cognitiva, ali está uma área de visão, lá está uma área auditiva. Separamos essas áreas, mas elas são conectadas entre si.

Temos um planejamento governamental e um planejamento ministerial, na ótica do PPA. Como mostrei anteriormente, dentro desse planejamento governamental há eixos, diretrizes, temas; e há os programas. Esses programas fazem elo com o orçamento.





CONGRESSO NACIONAL
Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização

OSU é uma sigla que usamos para Orçamento de Subsídios da União. Esse foi um trabalho que a Secretaria anterior, da qual surgiu a Secretaria de que faço parte, formulou, apresentando todos os subsídios da União — gastos tributários, benefícios creditícios e financeiros. Todos eles estão dentro do PPA neste ano. Vocês vão ter oportunidade de ver que, em cada programa, há uma linha, há um espaço de gastos, recursos não orçamentários, que também fazem parte, são recursos que ajudam a financiar as políticas públicas. Isso tem que ser levado em consideração.

Este é o Planejamento Estratégico Institucional. Na visão estratégica ministerial, ele traça a missão, a visão e os valores do Ministério, que são divididos em objetivos diferentes, dentro do Ministério. O PPA anterior pegava parte desses objetivos e colocava aqui dentro. Nós separamos, deixamos isso no nível gerencial, para dar mais flexibilidade à gestão, inclusive para traçar projetos que possam ser, com o tempo, modificados com uma velocidade mais rápida.

Uma das vantagens que podemos encontrar no PPA 2020-2023 foi a estruturação dos programas por meio do modelo lógico. No fundo, o que isso quer dizer? A apresentação do Ministro é a possibilidade de olhar para a realidade, de pensar quais são as causas críticas ou quais são as evidências daquela realidade ou daquele problema — no caso, o desenvolvimento da primeira infância — e o que temos que fazer para modificar essa realidade. Construimos o PPA dessa forma, olhando para causas críticas, para um problema, e traçando um objetivo, o resultado a que se quer chegar. Acreditamos que, com esse resultado, podemos gerar impactos na sociedade.

Por isso, temos no DNA o planejamento junto com a avaliação, porque, quando utilizamos esse modelo lógico, no fundo estamos dizendo o seguinte: *"Olha, eu acredito que isso aconteça, mas, quando começar a rodar, está acontecendo? Por que não aconteceu?"* Esse modelo lógico nos permite avaliar as políticas públicas, avaliar melhor os programas.

Tento explicar melhor. Há causas críticas, temos um recurso, dentro da realidade fiscal que temos. Realmente, muitos programas decaem em quantidade de recursos nos próximos 4 anos, por conta da realidade fiscal que temos. Aqui pensamos nas ações que esses recursos podem financiar, que vão gerar produtos, com seus resultados intermediários. Esse núcleo é exatamente o núcleo do Planejamento Estratégico Institucional. O Ministério olha para o objetivo, olha para a





CONGRESSO NACIONAL
Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização

meta do PPA e constrói todo o planejamento estratégico institucional de tal forma que tais produtos possam gerar esse resultado final com os impactos esperados da política.

Nesta imagem, para finalizar, um grande instrumento de implementação que o PPA já está prevendo é exatamente o Contrato de Desempenho. Vejam que coisa interessante que abrimos como possibilidade para esses próximos 4 anos! Aqui podemos imaginar que, quando encaminhamos o PPA para o Congresso Nacional, está havendo uma pactuação do Congresso com o Poder Executivo, da sociedade com o Poder Executivo. E quais são os elementos pactuados? Eixos, diretrizes, temas, e os programas — dentro do programa, está a ação.

No entanto, como pactuamos o desempenho? Eu acho que esta é uma grande questão para trazermos para este Parlamento. Como os Ministros pactuam com os órgãos? Ou como os órgãos e os Ministros pactuam com os entes federativos? Em outras palavras, como o meu Planejamento Estratégico Institucional dos Ministérios é contratado em relação ao desempenho?

O nosso PPA, no art. 12 da proposta, traz a possibilidade do Contrato de Desempenho. Eu sei que está sendo discutida nesta Casa a regulamentação, se eu não me engano, do art. 37, § 8º, da Constituição, que trata da autonomia da gestão orçamentária e financeira, que pode ser ampliada por meio do Contrato de Desempenho, mediante metas estabelecidas.

Com isso, queremos apenas mostrar para vocês a possibilidade que há neste PPA de conseguirmos criar um grande instrumento de implementação para o nosso Plano Plurianual.

Era o que tinha a dizer.

Agradeço a todos. Obrigado! (*Palmas.*)

A SRA. PRESIDENTE (Dra. Soraya Manato. PSL - ES) - Obrigada, Sr. Alexandre.

Vamos passar agora a palavra para a Sra. Claudia Vidigal, ex-Presidente do CONANDA — Conselho Nacional dos Direitos da Criança e do Adolescente, fundadora do Instituto Fazendo História, atual representante da Fundação Bernard van Leer no Brasil.

A SRA. CLAUDIA VIDIGAL - Muito obrigada, Deputada. Agradeço a todos a presença.





CONGRESSO NACIONAL
Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização

A senhora me apresentou um pouquinho, e eu gostaria de me apresentar um pouco mais. Eu gostaria de iniciar lembrando a importância de a sociedade também participar nesse processo.

Eu represento aqui a Rede Nacional da Primeira Infância também, faço parte dessa Rede. É uma Rede com mais de 200 organizações que trabalham com a primeira infância. É um orgulho poder estar aqui também pela Rede.

Neste momento, eu represento a Fundação van Leer. A Fundação Bernard van Leer é uma fundação holandesa que existe há 70 anos, e há 50 anos atua com a missão de investir na primeira infância ao redor do mundo. E essa missão só se fortalece nos últimos anos.

(Segue-se exibição de imagens.)

Eu falava que a missão da van Leer só se fortalece nos últimos anos, conforme os argumentos que já foram trazidos na apresentação do Ministro e na apresentação do Naercio. Realmente, são argumentos científicos, argumentos indiscutíveis, mas também argumentos humanos e argumentos outros tantos. O que eu queria trazer são outros argumentos, além dos que já foram apresentados.

Hoje, se fôssemos sistematizar a conversa que tivemos aqui, o argumento científico de toda a apresentação do Ministro é que os primeiros mil dias de vida são quando o cérebro se desenvolve e a maioria das sinapses ocorrem. Investir em cuidadores para que ofereçam ambientes seguros, responsivos e estimulantes é assegurar um bom começo.

A Fundação Bernard van Leer tem como missão um bom começo para todos. O que vamos buscar aqui como argumento científico é isto: se queremos começar direito, começamos pelo começo. Quanto mais cedo, melhor.

Depois temos o argumento econômico. Há diversas pesquisas. O Naercio trouxe uma apresentação brilhante, falando mais do eixo de educação. Enfim, o argumento econômico tem um ponto principal: investir nos primeiros anos de vida traz o retorno mais alto, mais duradouro e mais eficiente do que em qualquer outro momento do ciclo de vida. Estou correta, Naercio? Este seria o argumento econômico.

O argumento da equidade, que também já apareceu e aparece em muitos estudos científicos — eles se misturam, como vemos, o econômico também é científico, o científico da neurociência também é econômico —, é que o investimento





CONGRESSO NACIONAL
Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização

no começo da vida evita o surgimento de grandes desigualdades logo no começo da vida. Que as crianças cheguem à escola no mesmo patamar. Como exemplo, colocamos o número de palavras faladas, conforme o Ministro já mencionou. Esse número é muito diferente em relação a uma criança de classe média e a uma criança mais vulnerável. Como resultado, as crianças pobres se beneficiam mais com as intervenções na primeira infância, o dobro. Estudo da UNICEF comprovou que 1 bilhão de dólares investido em crianças mais pobres, mais vulneráveis, reverte duplamente, se comparado com o investido na classe média. De fato, precisamos investir nas crianças pequenas e nas mais vulneráveis, se queremos um resultado mais eficiente, de fato.

Por fim, há os benefícios de curto, médio e longo prazos, que já foram apresentados hoje aqui. Não vou repetir. Vou pular alguns aspectos, pois acho que deles já falamos bastante. Irei para outros com que talvez eu possa ainda complementar.

Esta imagem, o Ministro a apresentou também. Mostra o cérebro de uma criança recém-nascida, depois no primeiro mês, aos 9 meses, aos 2 anos e adulto. De 2 anos até a idade adulta, podemos ver que há uma diferença bastante pequena. O que acontece é que a grande maioria dos caminhos já foram trilhados naqueles primeiros 2 anos, e eles tendem a se repetir. É como se estivéssemos em um gramado no campo de futebol. No começo, é só um gramadinho, não faz diferença por onde se vai andando; tem o lado ruim, o lado bom, e todas as coisas vão acontecendo. Contudo, com o tempo, com aquele emaranhado de possibilidades, as trilhas mais usadas é que vão se fixando, e as menos usadas vão sendo deixadas de lado. Ou seja, o cérebro vai criando uma arquitetura de trilhas que ele vai acessar com mais facilidade, que podem ser trilhas boas ou trilhas ruins. É uma arquitetura que favorece um tipo de comportamento, um tipo de atitude no mundo, que realmente é construído nesse início da vida.

Nesta imagem se vê uma trilha de comportamentos que vão se repetindo, pela ansiedade, egoísmo, impulsividade. Se vivenciarmos essas experiências muitas vezes, como a falta de responsividade e a apatia, são essas trilhas que vão sendo acionadas depois com maior facilidade. Contudo, podemos também fortalecer as outras trilhas, como as de autoconfiança, empatia e autocontrole.





CONGRESSO NACIONAL
Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização

De fato, nesses primeiros 2 anos de vida, nós não só estamos construindo todas as conexões, mas também estamos construindo as trilhas, os caminhos que vão ser acessados com maior facilidade. Por isso, a importância do cuidado com a primeira infância.

É claro, nós não vamos ser deterministas e achar que isso nunca poderá ser alterado. Isso pode ser alterado, mas é como construir uma trilha num campo de futebol, com grama baixinha, ou no meio de uma floresta. Depois, quando a floresta já está crescida, dá mais trabalho, exige mais esforço e, portanto, mais investimento também. Então, se queremos fazer direito, precisamos começar pelo começo.

Nós já sabemos que os bebês precisam de interação emocional e social, precisam de ambientes seguros e estimulantes, precisam de nutrição adequada. Para isso, temos uma gama de serviços. Por que nós falamos da intersetorialidade o tempo todo na primeira infância? Porque, de fato, a criança não precisa só do leite materno, não precisa só da vacinação, não precisa só da creche, não precisa só da cidade como um ambiente favorável. Ela precisa de uma composição de oportunidades para o seu desenvolvimento, que é intersetorial por si só. Por isso, a tentativa e busca pela intersetorialidade, o que não é algo fácil. É algo que costuma ocorrer muito mais no território mesmo, quando o agente de saúde pode encaminhar para um outro serviço de educação, quando dentro da creche nós temos um olhar mais atento para a questão da vacinação, que inclusive é um ponto de atenção. Como aumentarmos os índices de vacinação que estão caindo? A intersetorialidade está aí para isso. Às vezes, é na creche ou em uma frequência em algum outro serviço que vamos encaminhar para outra demanda. Portanto, essa intersetorialidade é fundamental.

Daí a dificuldade de se pensar o orçamento da primeira infância. Pouquíssimos países no mundo conseguiram construir um orçamento de primeira infância. É muito difícil realmente determinar onde está o orçamento da primeira infância dentro do SUS ou dentro da educação.

Nós temos como pinçar algumas coisas dessas e olhar com mais atenção para isso. Basta vermos o art. 227 da Constituição Federal, que coloca a criança como prioridade absoluta.

Como podemos planejar todas as políticas da nossa Nação, como projeto de País, de Nação, a partir do art. 227, com ênfase especial nesses conhecimentos que





CONGRESSO NACIONAL
Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização

estamos adquirindo? Por exemplo, se pensarmos na saúde, nós temos políticas direcionadas à primeira infância, ao aleitamento materno, ao banco de leite, às questões da vacinação. Essas todas são as políticas que temos de priorizar dentro do SUS, por exemplo. E com a nutrição ocorre a mesma coisa. Cito também a questão das creches, de que vamos falar um pouquinho agora.

Vamos pensar num bebê chorando, porque a fralda dele precisa ser trocada. Ele está com fome, está cansado, está assustado, porque ninguém vem ajudá-lo. Essa experiência vai trilhando a experiência, o caminho ruim. Vamos pensar num outro bebê que está rindo, está satisfeito, está brincando, está participando do mundo atentamente e conseguindo brincar com os coleguinhas. Tudo isso vai criando as trilhas mais favoráveis. Isso não quer dizer que não há uma diferença genética que possa constituir-los. Não é que todo mundo é igual a uma tábua branca, em que nós estabelecemos as políticas a partir dessa tábua branca. Há diferenças, sim, mas até que lugar cada um pode atingir? Nós não estamos pensando em criar todos idênticos a partir das possibilidades, mas, sim, que cada um possa atingir o seu pleno potencial.

Essencialmente, o que as crianças precisam é de cuidadores que sejam receptivos, responsivos, e de interação emocional, como nós falamos. Quem são esses cuidadores primordialmente? Nós sabemos quem são os cuidadores primordialmente. Nós falamos que são os pais, e sabemos que as mães estão mais à frente. Mas esta também é uma questão para pensarmos: os pais poderiam estar cada vez mais presentes. São com os pais que a maioria das crianças pequenas — refiro-me aos primeiros mil dias, até os 3 anos de idade, no comecinho da vida mesmo — passa a maior parte do seu tempo. O investimento na primeira infância deve facilitar e complementar o trabalho dos pais. O nosso trabalho é ajudar o trabalho deles o ser melhor.

Para definir como investir nesse processo, é importante identificar o que pode dificultar esse trabalho. Se olharmos para a primeira infância e entendermos que a nossa função é colaborar com os pais para melhor exercerem sua função, começaremos a ter um norte sobre quais são as políticas públicas e investimento que podemos fazer para que cada criança atinja seu pleno potencial.

Os pais podem não saber o que têm de fazer, por exemplo. Muitas vezes eles não têm esse conhecimento. Eles precisam se conscientizar da importância desse





CONGRESSO NACIONAL
Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização

começo da vida, precisam saber um pouco mais sobre os cuidados relacionados à saúde e à nutrição, mas também dar mais amor, mais carinho, chances de brincar, explorar. Precisa ler com os bebês, cantar, conversar. Isso é o que a Criança Feliz buscar fazer, e não apenas ensinar o que precisa ser feito, mas em alguns momentos ajudar essa família a identificar o valor do que ela tem ali, fazê-la entender a importância daquelas histórias que ela tem para contar, daquela musiquinha que ela gosta de cantar. Muitas vezes, uma família muito simples não entende esse valor e acha que o valor vai estar ali, quando a criança for para a creche ou para a escola. Ela não percebe a importância dessa interação.

Um visitador que bate na casa, valoriza, testemunha aquele cuidado e ajuda essa mãe a entender a importância dos seus atos, que têm um valor inestimável para experiência dessa dupla mãe e filho.

Eu estou terminando.

Ser pai e ser mãe é difícil. Os pais podem estar estressados e com pouco tempo. Eu pus ali a falta de tempo como um fator bastante determinante que impede uma mãe e um pai de bem cuidar dos seus filhos. É fato. É falta de tempo porque ela tem de cuidar dos trabalhos domésticos, ou ela trabalha fora de casa, ou ela precisa trabalhar fora de casa, mas, ao mesmo tempo, não há creche e não sabe como faz. Então, deixa com o irmão mais velho. Vejam, nós estamos colocando todos em situação de risco.

Então, há falta de tempo da mãe. Como nós criamos estratégias para que essa mãe tenha mais tempo? Há diversas, a creche é uma delas.

É claro que a creche é um direito da criança também, mas é um direito da família. É importante que a mãe possa ter parceiros no cuidado do filho, para que ela não se sinta cada vez mais isolada na sua casa e, com isso, acabe entrando num lugar de depressão, de falta de interatividade. Aí, sim, haverá um problema de saúde mental que vai impedi-la de cuidar bem do seu filho.

Então, há a questão do tempo, a questão do conhecimento e, por fim, não menos importante e talvez mais relevante para essa nossa conversa, a falta de serviços básicos.

Nós estamos falando dos postos de saúde, nós estamos falando de CRAS, nós estamos de CREAS, nós estamos falando da Criança Feliz chegando a mais





CONGRESSO NACIONAL
Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização

famílias, com programa de visitação. E é claro, como não falar das creches. É essencial, toda criança tem o direito à educação de qualidade.

Nós sabemos que a cobertura nacional está em cerca de 30%. Há números divergentes, mas ela é próxima a 30%. Esta é a nossa realidade. Nós já colocamos a meta de 50%. Nós já não atingimos a meta de 50%. Nós sabemos quão difícil é atingir esta meta, e não desistimos.

Precisamos continuar seguindo, para que tenhamos mais creches e maior cobertura, mas também e simultaneamente investir em outros programas enquanto essas famílias não têm a possibilidade de ter seus filhos nas creches. Então, não é uma coisa ou outra. É uma coisa e outra.

Assegurar, dentro do FUNDEB, o recurso necessário para que sejam abertas vagas com qualidade é fundamental. Existe um fundo. Como nós trabalhamos dentro deste fundo, dentro do FUNDEB, para ampliar o orçamento de primeira infância?

Na verdade, devemos fazer um orçamento realista que olhe para o valor de cada vaga e tenha um valor que seja real. Enquanto nós colocarmos o valor de cada vaga muito baixo, muitos Municípios acabarão desistindo de abrir essa vaga. *"Bom, é tão baixo, que deixa eu esperar um pouco essa criança crescer que ela entra na educação formal e é melhor"* ou, o que pode ser pior: *"Vamos abrir vagas ruins mesmo, vamos fazer creche bem ruim, mas nós temos pelo menos um lugar"*.

Isso pode causar na verdade um resultado reverso. Nós sabemos que a política das creches de má qualidade pode causar um resultado reverso.

Então, vou terminar, apresentando, em uma frase só, três casos, ao redor de mundo, de investimentos simples na primeira infância, mas que trouxeram resultado bastante eficiente.

Este primeiro é um estudo global, cujas estimativas apontam que a eliminação da desnutrição infantil em um país faz com que haja o crescimento de 1 a 2 pontos percentuais no PIB, simples assim. Vamos trabalhar para eliminar a desnutrição. É claro que não é um dado específico, é uma estimativa. Mas é uma estimativa feita com base em estudos científicos.

O segundo estudo de caso vem da Índia. Cada 100 dólares gastos em um programa de desparasitação pré-escolar e fortificação de ferro aumentava 2,7 anos





CONGRESSO NACIONAL
Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização

de tempo de permanência na escola, ou seja, matar parasita e dar ferro para as crianças fazia com que elas ficassem até 3 anos a mais na escola — 100 dólares.

Este é um exemplo de como os investimentos no desenvolvimento de primeira infância podem levar a benefícios que não são quantificáveis imediatamente. Nós não estamos falando só de matar o parasita. Então, é muito difícil ainda quantificar todos os benefícios que o investimento na primeira infância faz. Nós estamos falando aqui que matávamos parasitas e ganhávamos mais tempo de vida escolar.

Eu acredito que ainda há muitos benefícios que o Naercio vai descobrir daqui a pouco nas pesquisas dele e vai apresentar os gráficos que mostram, quando investimos em primeira infância, como isso pode ser de fato revertido. Coisas que nós ainda nem imaginamos hoje, ou imaginamos, mas não temos dados científicos.

Por fim, o estudo da Jamaica — acho que muitos aqui já o conhecem — é importante, porque nele se baseia o Criança Feliz. Nesse estudo, visitadoras acompanharam famílias muito vulneráveis. Eles puderam comparar longitudinalmente o grupo que recebia as visitas e o grupo que não recebia as visitas. Então, eles tinham dois grupos: um que recebia visitas e um que não recebia visitas, ambos bastante vulneráveis.

O grupo que recebeu visitas teve resultados ainda bastante importantes depois de 20 anos. Um dos principais deles é este: as crianças extremamente desfavorecidas que foram tratadas pelo programa de visita familiar tinham 25% mais renda como adultos do que as que não receberam o programa. Percebem? Quem foi visitado ganhava 25% a mais.

Isso não quer dizer que a criança do Criança Feliz vai receber 25% a mais. Essa é só uma evidência de um estudo que nos mostra que isso dá certo, traz resultado. Vamos tentar aproveitar essa experiência e pensar em como nós a ampliamos, como nós aprendemos?

Acho que nós ainda estamos aprendendo muito no Criança Feliz, mas nos baseamos em estudos que já foram bem-sucedidos.

Por fim, eu só queria trazer aqui o caso de Boa Vista, para fechar mesmo, que parte da perspectiva de uma estratégia da Fundação Bernard van Leer, onde eu trabalho, a Urban95. Nós sabemos que a criança vive e está no território e nós mudamos a vida da criança mesmo quando mudamos ali onde ela está: o território, a cidade. E nós sabemos também que as cidades e os territórios no Brasil muitas





CONGRESSO NACIONAL
Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização

vezes dependem do orçamento público federal. Então, as coisas não estão desvinculadas.

Em Boa Vista, o que vem acontecendo é que a primeira infância é priorizada em todas as políticas. Ela é priorizada na hora em que nós pensamos nos abrigos para ônibus, onde nós vamos colocá-los. Se nós temos dinheiro para 150 abrigos de ônibus, mas precisávamos de 300, onde serão os 150 primeiros? Onde há mais crianças pequenas e gestantes, próximos aos postos de saúde, próximos às creches, próximos às unidades aonde as crianças mais circulam.

E não só. Vamos pensar em mobilidade; como faremos assentos preferenciais, como vamos garantir, em todos os lugares, os assentos preferenciais; como faremos o Criança Feliz acontecer, cada vez com mais qualidade; lá existe o programa Família que Acolhe, que são grupos de mães. Então, há uma série de intervenções que vão acontecendo na cidade.

A Prefeita Teresa Surita costuma dizer que é porque ela está buscando ser a capital da primeira infância. Está buscando não, ela está conseguindo.

Com vontade política e com realmente um bom manejo de dados para definir as prioridades, tanto as evidências científicas das crianças pequenas, de onde elas estão, quanto a vulnerabilidade fazem a diferença para a construção da política.

É um caso bem-sucedido que eu convido também os colegas a conhecerem.

Era isso que eu tinha a tratar. Agradeço mais uma vez pela oportunidade e me coloco à disposição para continuar o debate. (*Palmas.*)

A SRA. PRESIDENTE (Dra. Soraya Manato. PSL - ES) - Obrigada, Claudia. Sua exposição foi fantástica.

Antes de passar a palavra à próxima oradora, quero registrar a presença da Deputada Paula Belmonte.

Concedo a palavra agora para a Sra. Júlia Alves Marinho Rodrigues.

A SRA. JÚLIA ALVES MARINHO RODRIGUES - Bom dia a todos. Eu trabalho aqui na Câmara dos Deputados na Consultoria de Orçamento e já venho assessorando a Comissão e as Deputadas na Frente Parlamentar no estudo deste tema.

Para começar, eu acho que há o reconhecimento de que é muito difícil nós conseguirmos ter olhares específicos a partir das leis orçamentárias. Nós temos uma linguagem própria, todo mundo que está na CMO sabe disso. Às vezes é uma





CONGRESSO NACIONAL
Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização

linguagem árida, difícil. É um desafio quando nós tentamos mudar um pouco essa lógica e extrair quanto é gasto com pessoa, com a deficiência, com idosos, com mulheres, com a igualdade racial, é um desafio permanente.

(Segue-se exibição de imagens.)

No caso da questão da criança, do adolescente e da primeira infância, nós já temos um acúmulo. Eu acho que nós temos que valorizar todo o esforço que vem sendo feito pelo Poder Executivo, desde o final dos anos 90 e nos anos 2000, de tentar enxergar e construir uma metodologia para a apuração do Orçamento Criança. Uma parceira do IPEA com o UNICEF, com o Ministério do Planejamento, com o INESC e também com a equipe de consultores do Senado Federal possibilitou que, entre 2002 e 2016, nós tivéssemos um orçamento temático, um orçamento que apurava quanto a União estava gastando com os programas e ações destinados às crianças.

Então, nós temos já um acúmulo que nós podemos aproveitar também para apurar o montante gasto em relação à primeira infância. Muito em função desse esforço federal, nós temos várias experiências também nos Estados e Municípios, que estão desenvolvendo seus mecanismos próprios de apuração e de verificação. Aqui no DF, há uma parceria muito grande do Tribunal de Justiça; no Paraná, o Tribunal de Contas da União também está acompanhando, e são experiências bem interessantes para nós também nos apropriarmos delas para avançar.

Acho que temos que reconhecer o avanço que foi o Marco Legal da Primeira Infância contar com a previsão de que a União deverá informar à sociedade, não só ao Congresso, a soma dos recursos aplicados anualmente no conjunto dos programas e serviços para a primeira infância. Infelizmente, nós, aqui no Congresso, ainda não recebemos nenhuma informação do Poder Executivo sobre esse montante de recursos, mas acho que é um processo que pode ser construído e que pode ser aprimorado.

Eu também gostaria de valorizar e de destacar o esforço que foi feito pela Rede Nacional da Primeira Infância de fazer um levantamento, em 2014, associado ao Plano Nacional. Eles têm um observatório e divulgaram o Orçamento da primeira infância. Então, é mais um acúmulo em que nós podemos nos inspirar também para avançar nesse caminho.





CONGRESSO NACIONAL
Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização

A minha apresentação vai ser bem rápida, eu acho que todo mundo já está bem cansado. Para o futuro, o que nós temos? Nós temos também mais um avanço. O Fineas está aqui ao meu lado e pode também falar um pouco sobre isto, se achar necessário: a explicitação no Plano Plurianual e na Lei Orçamentária Anual do programa voltado para a primeira infância. Então, nós temos agora um programa específico no Orçamento, na LOA e no PPA com este olhar para essa parcela da população. Eu acho que este é um avanço bem importante. É o Programa 5024, se alguém quiser pesquisar nos documentos. Ele tem, como o Ministro já havia colocado mais cedo, uma previsão de 524 milhões para o próximo ano, e depois um conjunto de 1 bilhão de reais para os 3 anos seguintes.

O que nós achamos que pode ser uma contribuição do Congresso também para o aprimoramento do programa é discutir a compatibilização dos valores orçamentários que foram previstos, com as metas, porque nós temos uma meta ambiciosa de chegar a 3 milhões de crianças ao final do plano, só que os valores orçamentários são decrescentes. Então, eu acho que é uma questão que se coloca aí para a Comissão, para a Frente, a de como nós compatibilizamos uma ampliação expressiva da meta, com recursos que, de partida, já estão diminuindo. O Orçamento previsto para os anos de 2021, 2022 e 2023 é de 380 milhões, claramente inferior, tanto ao Orçamento de 2019 quanto ao valor previsto para 2020.

Outra possibilidade também que se abre aqui para o aperfeiçoamento do programa é que, no momento, nós contamos apenas com ações do Ministério da Cidadania, e, como foi reforçado pelo Ministro e por vários outros expositores, nós precisamos de uma atuação integrada de vários Ministérios, como Saúde, Educação, Justiça e Direitos Humanos. Então, este também é um desafio que está colocado aqui para o Congresso Nacional, para o Relator do PPA. O Dalmo está aqui e vai nos ajudar, vai ajudar a Deputada Leandre, que é Presidente da Frente, a contribuir. Eu acho que a ideia, neste momento de discussão das leis orçamentárias, é fortalecer e contribuir para que o programa seja o mais consistente possível.

Obrigada. (*Palmas.*)

A SRA. PRESIDENTE (Dra. Soraya Manato. PSL - ES) - Obrigada, Júlia.

Eu queria registrar a presença do Deputado Eli Borges e pedir desculpas a ele.

Desculpe-me, Deputado.

Encerradas as considerações dos expositores, iniciaremos o debate.





CONGRESSO NACIONAL
Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização

A primeira inscrita é a Deputada Leandre.

A SRA. LEANDRE (PV - PR) - Muito obrigada, Sra. Presidente. Quero cumprimentar todos os que aceitaram o convite para virem participar desta importante audiência pública. Quero também agradecer a todos os que vieram trazer mais conhecimento para esta Casa.

Em especial, quero fazer um agradecimento ao Deputado Felipe Francischini, ao Deputado Hiran Gonçalves e ao Deputado Hildo Rocha, que são integrantes da Frente Parlamentar Mista da Primeira Infância, que eu tenho a honra de presidir, aqui nesta Casa, junto com a Deputada Carmen Zanotto. Eles aceitaram o desafio de trazer este tema para a CMO. Nós, que falamos sobre isso todos os dias, somos convertidos. Cada vez que nós ouvimos alguém falar, nós aprendemos muito, e nós sabemos que temos muito a aprender. Mas nós também precisamos inverter um pouco a lógica, sair um pouco da esfera do discurso, do debate e ir para a área mais efetiva.

Uma das coisas que eu sempre me preocupei foi justamente que nós temos bons modelos de boas práticas, nós temos boas políticas públicas, mas o que muitas vezes as impede de prosperar e trazer melhores resultados é justamente a falta de investimento.

Então, quando a Frente fez seu plano de trabalho, nós montamos uma estratégia pensando exatamente nisso. Nossa primeira ação foi fazer uma indicação ao Governo Federal para que, no PPA, ele contemplasse a primeira infância como uma agenda estratégica, de prioridade, de todos os Ministérios.

Essa indicação foi acompanhada com mais de 200 assinaturas dos Parlamentares que compõem a Frente e foi recebida pelo Ministro Onyx. Nós tivemos a felicidade muito grande de ver como veio o documento no sentido do compromisso que o Governo assumiu, então, com a primeira infância, sendo ela a prioridade maior do plano. Isso, com certeza, merece o nosso reconhecimento. O Governo reconhecendo isso, e é uma coisa inédita pelo menos até onde eu conheço, eu tenho certeza de que vai ser um grande passo para que nós possamos construir grandes mudanças no nosso País.

Sabemos, porém, que o PPA é só um primeiro passo. Ele só traz as nossas intenções. Nós precisamos avançar dentro da Lei de Diretrizes Orçamentárias e dentro do próprio Orçamento, construindo o gráfico orçamentário, mas também o





CONGRESSO NACIONAL
Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização

gráfico financeiro, para que as coisas que estejam previstas tenham também o recurso para serem implementadas.

Eu assistir infelizmente a só uma parte da apresentação do representante do Ministério da Economia. Quero também pedir desculpa, porque precisei me ausentar um pouquinho, mas já percebi, dentro do seu planejamento estratégico, que o senhor trouxe para cá realmente muitas possibilidades, e nós podemos fazer esse trabalho em conjunto com o Parlamento.

Quando nós trazemos, dentro da nossa estratégia da Frente Parlamentar, essa discussão para a CMO, é para que nós possamos também falar para aquelas pessoas que muitas vezes nunca tiveram a oportunidade de ter um contato maior com o tema. Não significa que a pessoa não tenha interesse e não tenha compromisso. É porque aqui dentro se discutem coisas que são muito mais técnicas do ponto de vista financeiro, orçamentário.

Vejo que, nas explicações, em especial do Prof. Naercio, com quem eu tive oportunidade de ter aula inclusive, durante a formação para o desenvolvimento da primeira infância, que é oferecida por meio do NCPI em parceria com o INSPER, com a rede nacional e com a Fundação Maria Cecília Souto Vidigal, ele consegue nos convencer de que os investimentos feitos de maneira certa e no momento oportuno são os que trazem mais retorno. Isso traz para nós, como Parlamentares, um grande compromisso e uma grande responsabilidade.

Então, nós não podemos ficar com esse recurso só na área social ou no âmbito da educação ou no âmbito da saúde. Nós precisamos migrar para a área de Orçamento. E foi isso, Professor, que nós, inspirados naquilo que o senhor nos ensinou, quisemos trazer para dentro da Comissão Mista do Orçamento.

O Ministro fala do Marco Legal da Primeira Infância. A Lei nº 13.257, de 2016, aprovada nesta Casa por unanimidade, sancionada sem veto, é considerada uma das leis mais importantes do mundo. É uma lei em que, pela primeira vez, a ciência conversa com a política. Ela está muito respaldada nos avanços científicos. É a oportunidade de nós usarmos o conhecimento feito pela ciência para dentro daquilo que nós queremos desenvolver no nosso País.

A Deputada Carmen Zanotto foi uma das autoras dessa lei, mas nós não conseguimos naquele momento colocar um orçamento mínimo para a primeira infância. Mas, se olharem lá no art. 11 § 2º, existe um dispositivo que diz que o





CONGRESSO NACIONAL
Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização

Poder Executivo tem que, por obrigação, divulgar os índices gastos com a primeira infância.

Aí começa o nosso desafio. Eu quero agradecer de coração à Júlia todo o empenho que está tendo junto com a frente nesse trabalho. É difícil nós reconhecermos ou identificarmos quais são as ações. Eu vou citar um exemplo. Eu já fui gestora de saúde, na década de 90. E até hoje, dentro da saúde, as ações que se conseguem identificar com muita clareza são em especial as ações de imunização, que são as vacinas. É claro que o maior público são as crianças, e é extremamente importante.

Entendo que nós precisamos estabelecer uma inversão de lógica. Eu não posso, por exemplo, pensar que desenvolvimento é medido pelo crescimento, peso e medida. Eu preciso estabelecer programas e metas que consigam desenvolver ou trazer algo que nós consigamos mensurar o desenvolvimento integral dessa criança. Isso, com toda a certeza, passa pela área da saúde. Não adianta nós falarmos do desempenho da criança na fase escolar, se ela tem déficit, se muitas vezes esse déficit poderia ter sido identificado lá nos primeiros 6 meses. E onde está essa criança nesse momento? Está no seio da sua família, e talvez o serviço que mais tenha contato com essa criança seja a área da saúde.

Então, aí estão os nossos desafios de construir, dentro de um orçamento, programas para que nós possamos realmente implementar isso. Talvez nós não precisemos mexer aqui na peça do Orçamento. O que nós precisamos é convencer que o próprio Ministério crie um PO — Plano Orçamentário, para que ele mostre e traga, para que no futuro nós possamos ter modelos, como se tem o CIOPS, que tem que cadastrar, tem que registrar tudo aquilo que se faz dentro dessas áreas específicas, até para que se possa comprovar ao Tribunal de Contas que se estão cumprindo essas metas.

Só para concluir, eu gostaria também de dizer que, como estratégia da Frente Parlamentar, nós não poderíamos deixar fora o Tribunal de Contas. Então, eu estou aqui trazendo essa informação de que nós já estivemos conversando com o Tribunal de Contas, com a ATRICON — Associação dos Membros dos Tribunais de Contas do Brasil, para que eles peguem o Marco Legal da Primeira Infância, fixem-se no art. 11, no § 2º e comecem também a observar, na prestação de contas dos Municípios,





CONGRESSO NACIONAL
Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização

dos Estados e da União, quanto é que está sendo apresentado como prestação de contas de investimento para a primeira infância.

Então, com certeza, essa cobrança do Tribunal de Contas virá, porque está respaldada pela lei. Cabe a nós também aqui criar todas as ferramentas e os instrumentos legislativos, executivos, para que isso possa ser cumprido.

Também existe aqui na Casa um projeto de lei de autoria da Deputada Erika Kokay, eu sou a Relatora e acho que é um projeto de lei muito estratégico, que pretende colocar, nos anexos da Lei de Responsabilidade Fiscal, também metas para o cumprimento daquilo que está estabelecido na Constituição, no Estatuto da Criança e do Adolescente e no Marco Legal. É o que nós precisamos fazer em todas as esferas de Governo da parte executiva, aquilo que tem que ser cumprido para que o Executivo possa estar de acordo com a Lei de Responsabilidade Fiscal.

Eu acho que isso é um avanço. É claro que ainda é um embrião, nós vamos ter muito para conversar, ninguém quer impor responsabilidade para ninguém. Nós queremos deixar uma marca registrada e duradoura, porque, por mais que o nosso Governo tenha boa intenção — e outros que passaram também tiveram —, nós todos aqui somos passageiros e precisamos ter o compromisso de criar políticas de Estado, para que, depois da nossa passagem, elas fiquem. Eu acho que este é o maior patrimônio que nós podemos construir se realmente cada um de nós quer mesmo que o nosso País tenha uma outra história. Nós ouvimos nas falas de todos aqui que, se queremos mudar a história, temos que começar do começo a história. Só se faz bem quando se faz bem desde o começo. A primeira infância é o alicerce para essa construção maravilhosa chamada ser humano.

Muito obrigada. Quero agradecer às mais de 20 instituições também que estão aqui presentes. Infelizmente, não vou nominá-las, mas são grandes parceiros aqui da Câmara dos Deputados, da Frente Parlamentar da Primeira Infância. Tenho certeza de que serão grandes parceiras nessa luta para buscarmos um caminho para garantir orçamento para primeira infância. Obrigada de coração.

Presidente, parabéns pelo seu trabalho junto conosco na Frente Parlamentar da Primeira Infância. *(Palmas.)*

A SRA. PRESIDENTE (Dra. Soraya Manato. PSL - ES) - Obrigada, Deputada Leandre.

Passo a palavra agora para a Deputada Carmen Zanotto.





CONGRESSO NACIONAL
Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização

A SRA. CARMEN ZANOTTO (CIDADANIA - SC) - Muito obrigada, nobre Deputada Soraya. É uma grande alegria termos V.Exa. como Parlamentar aqui, na nossa Casa, em especial na nossa Comissão de Seguridade Social e Família, na Subcomissão Permanente de Saúde e também como membro desta Comissão Mista de Orçamento.

Quero saudar todos os nossos expositores, dizer que, além de termos feito o curso junto com o Ministro Osmar Terra, na primeira turma de Harvard, tivemos um grande impacto aqui na Casa, porque eu fui Secretária em Santa Catarina, e ele, no Rio Grande do Sul. E lá ele já trabalhava com a PIM — Primeira Infância Melhor e tentava trazer para nós gestores esse novo olhar. Ele não desistiu da caminhada de Secretário de Estado e de Parlamentar nesta luta.

Com certeza, Claudia, o impacto e o compromisso da Prefeita Teresa Surita é fruto, sim, de ela ter sido da primeira turma e por ter trabalhado com o nobre Ministro Osmar Terra aqui na Casa, assim como nós, no Marco Legal da Primeira Infância. Isso vem se multiplicando, o que é muito importante.

Esta audiência pública, nesta Comissão, Júlia, Alexandre, em que teoricamente se discute a questão financeira mesmo, um mais um são dois, quanto cortou o Orçamento, quanto foi contingenciado, quanto vai aumentar. Parece, quando estamos nesta Comissão, que são apenas números, mas não são apenas números. Nós vimos, pelo nosso Prof. Naercio o quanto isso significa na vida das pessoas. Nós temos que parar de olhar apenas para os números e ver o que esses números representam para nós.

A nobre Deputada Leandre, que é nossa Presidente, já fez uma fala belíssima sobre este novo paradigma, de termos conseguido, pela Frente, junto com o Ministro, e termos inserindo esta questão no Orçamento.

Vejo com muita dificuldade conseguirmos reproduzir isso para os Municípios. Então, o papel da nossa CMO aqui, o papel do Orçamento da União é o papel de dar as diretrizes para o conjunto dos nossos Estados e Municípios com relação a isso.

Chamem do nome que quiserem o programa. O que tenho dito? Gente, não dá para continuarmos nos apegando a um passado que trouxe uma sequela grande que foi chamado, inclusive, de Programa de Primeira-Dama, de primeiro damismo. Não podemos nos apegar a isso, porque cada dia que passa nós estamos





CONGRESSO NACIONAL
Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização

condenando esse conjunto da sociedade menos favorecido a não ter as mesmas condições do que as crianças que nascem numa condição um pouco mais favorecida.

Então, é preciso haver transparência no Orçamento, clareza do Orçamento, essa conexão de rede, porque nós sabemos que nós estamos sob a égide da Emenda Constitucional nº 95. Não adianta! Olha, eu estou vivendo uma situação, quero já declarar aqui o que eu estou vivendo no meu Estado, em função da peça orçamentária da área da saúde, porque eu represento o segmento saúde — até porque sou Vice-Presidente da Subcomissão Permanente e presido a Frente Parlamentar Mista. Há uma parte do orçamento da média e alta complexidade que ficou já de livre aplicação no início do ano que vem. E uma parte do orçamento ficou numa chamada regra de ouro, algo que o senhor, Alexandre, possa nos esclarecer, algo que vai depender da liberação de um PLN para não determinar irresponsabilidade do Presidente da República, ou pedaladas, ou podemos chamar também do que quisermos.

Só que a minha pergunta vai para a Júlia: o mesmo está acontecendo no orçamento da cidadania, da assistência social? Quais são esses valores? Por quê? Porque uma coisa é uma peça orçamentária que traz um orçamento aqui, mas parte desse orçamento vai precisar, sim, de autorização do Legislativo para ser liberado. Num olhar simplista, o que significa isso? Vou dar o exemplo de Santa Catarina, que eu venho estudando, e o Wagner e o Mário têm nos ajudado nisso, inclusive nós temos essa reunião já marcada na Comissão de Seguridade Social e Família.

Para quem olha a peça, sem querer compreender, diz assim: "*Houve um corte no orçamento de Santa Catarina de 40%*". Quando você olha o orçamento da média e alta complexidade pontualmente, houve um pequeno crescimento em relação ao ano passado. Mas parte desse orçamento está lá num outro grupo, num outro item orçamentário, para que isso seja descontingenciado ou aprovado por PLN. Por isso, temos que ter a mesma leitura, para dizermos: "*Espere aí, nós crescemos no orçamento da cidadania, nós crescemos no orçamento da primeira infância*". Mas quanto disso está disponibilizado? Cem por cento a partir de janeiro do ano que vem? Ou quanto disso ainda vai estar contingenciado e precisa de PLN? Nós precisamos ter essa clareza.





CONGRESSO NACIONAL
Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização

A outra questão que precisamos ter clareza é quanto ao MEC, gente. Nós estamos falando de primeira infância, nós estamos falando de educação infantil. Nós saímos da época em que precisávamos de uma crecheira. Isso foi no passado. E esse passado, Deputada Soraya, Deputada Paula, que está aqui conosco, é um passado distante mesmo. O que eram as nossas creches de antigamente? Bastava termos um espaço para colocar aquelas crianças, não importava a qualidade daquele educador dentro daquele espaço físico ou se aquela criança passava o dia todo no caminho. A Claudia foi muito perfeita no que disse.

Claudia, você tem que sair dando palestras pelos nossos Municípios, porque a sua linguagem é uma linguagem de compreensão, porque, muitas vezes, as pessoas não compreendem a dimensão daquilo que estamos falando. Quando você compara com um campo de futebol, as linhas, e se repetem o estresse psicológico e os caminhos de agressão e de sofrimento que, com certeza, estarão impactando a vida dessas nossas crianças, vemos a necessidade da educação.

Nós precisamos que a educação, a primeira infância, seja vista na peça orçamentária não apenas como aquelas creches padrões que se construíram e que, muitas vezes, não são nem adequadas para a região onde são construídas. Nós, por exemplo, do Sul — e a minha região é a mais fria do País —, temos que esperar a medição da obra e o pagamento total daquela obra para, depois, erguer algumas janelas e muros. É impossível que nas creches as nossas crianças fiquem numa cerâmica ou fiquem em locais com aberturas no pátio, pois não tem como levá-las para o pátio, porque temos temperaturas de - 4º, de - 9º à noite, 2º, 0º de manhã. Com essas temperaturas, como é que se leva uma criança para o espaço externo?

Então, é necessária uma lógica de olhar um Brasil de norte a sul diferente e de parar de achar que tem que ser pacote com essa ou aquela nomenclatura e desenho. *"Se quer, Prefeito, é assim; se não quer, não pegue"*. E o que Prefeito faz? Pega. Sabem por quê? Porque senão vai ser acusado de não querer construir ambientes para os quais lhe foram fornecidos recursos.

Então, queria fazer um apelo ao nosso Ministério da Economia. Que busque assegurar para o Ministro da Educação recursos que também possam ser vistos na peça orçamentária para a educação infantil na lógica da primeira infância, como o Ministério da Cidadania está fazendo.





CONGRESSO NACIONAL
Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização

Nós, Deputada Soraya Santos, na saúde vamos ter que conversar também com o Ministro Mandetta — e digo nós porque somos do segmento saúde — para dentro da peça orçamentária da saúde vermos como fazer a conexão. Em épocas de recursos escassos, temos que ser muito imaginários. Meu Deus, talvez tenhamos que quebrar um paradigma. Nós temos os agentes comunitários de saúde todas as semanas nas nossas casas. Se estamos falando em escolher prioridade, e a primeira infância é prioridade, será que nós não temos que começar a discutir? E olha que nós fomos resistentes lá atrás. Essa é verdade, temos que admitir. Gostaríamos, sonhamos e imaginamos ter um visitador domiciliar qualificado na primeira infância apenas para olhar esse público. Mas, quando não se tem isso, o que é melhor ou menos pior? É não se ter nada ou se ter também, dentro da formação dos agentes comunitários de saúde, esse público alvo? Que o agente comunitário de saúde tenha, sim, um olhar para as crianças nessa faixa etária.

Eu acho que temos muito para avançar. Quero registrar que avançamos muito. Avançamos, sim, fruto — e sempre precisamos registrar isso — de uma bandeira do nosso colega Deputado, ex-Secretário de Estado do Rio Grande do Sul, lá ele iniciou, e hoje Ministro Osmar Terra, que nos contaminou no bom sentido. Osmar Terra conseguiu junto com as entidades da sociedade civil mostrar para o Parlamento e para os homens e mulheres que por aqui já passaram e que estão lá fazendo gestão municipal o quanto isso é importante. Agora, só se a diretriz nacional — e aí repito — do Ministério do Planejamento, Desenvolvimento e Gestão, quando fizer o orçamento da educação, da seguridade social e da segurança pública tiver esse olhar, porque todos estão interligados. Não dá para excluirmos um segmento do outro e fortalecermos essa rede.

Quero dizer que esta Comissão está de parabéns por ter acolhido a propositura da nossa coordenadora e Presidente da Frente Parlamentar, Deputada Leandre. Nós aqui vamos ter que correr atrás, sim, do orçamento.

Por que, Menezes, nós precisamos correr atrás do orçamento? Porque nós vamos ter dificuldades. Não adianta negarmos isso. Nós estamos tendo dificuldade. O que está sendo criado na peça orçamentária precisa vir à tona com clareza para todo mundo. Não é corte de 40%. Repito, estou dando o exemplo de Santa Catarina comparado a outros Estados, porque essa é uma pauta que acabou sendo publicizada antes de termos todo o estudo técnico. Repito, não houve corte no





CONGRESSO NACIONAL
Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização

orçamento do MEC de Santa Catarina. Houve um pequeno crescimento de 2% comparado a 2019. Mas tem, sim, na peça orçamentária um contingenciamento, para ser mais claro, um bloqueio orçamentário, para cumprir com a regra de ouro, que é a Emenda nº 95. E eu posso falar com muita propriedade, porque eu fui contrária à aprovação de Emenda Constitucional nº 95, não por achar que podemos gastar mais do que se deve, do que se arrecada, mas porque eu entendia que já tínhamos que fazer o ajuste lá atrás, melhorar o orçamento da saúde e da educação, no mínimo, antes de termos a aprovação. Mas passou e agora temos que trabalhar com isso. Nós estamos discutindo na saúde a possibilidade, assim como na educação, de flexibilizar para os segmentos que são importantes. Não adianta daqui a 6 anos ou daqui a 3 anos dizermos: *"Deveríamos ter investido na primeira infância um pouco mais"*. Sabem por quê? Porque essa geração desses menos favorecidos que nasceram em condições desiguais no nosso País já não terá mais o mesmo sucesso, o mesmo resultado e o mesmo impacto.

Então, queria que o Alexandre falasse um pouquinho sobre esse bloqueio orçamentário, tanto na saúde, quanto na assistência social, porque vai impactar diretamente também nas ações e serviços. Pergunto à Júlia como poderíamos aqui, antes mesmo de aprovarmos a peça orçamentária, não só a partir da designação das emendas de Comissões, porque eu tenho certeza de que, na Comissão de Seguridade Social e Família, nós vamos aprovar orçamento da nossa emenda para o Ministério da Cidadania e para a atenção básica, de média e de alta complexidade na saúde... Assim vai acontecer na Comissão de Defesa dos Direitos da Pessoa e na Comissão de Defesa dos Direitos das Pessoas com Deficiência e na Comissão de Defesa dos Direitos da Mulher. Nós temos essa atribuição como membro dessas Comissões.

Como podemos ainda melhorar sem depender de emendas individuais, de emendas de Comissões e de emendas de bancada esse ajuste orçamentário, melhorando, em especial, o impacto na primeira infância e na área da educação? Eu acho que hoje talvez seja a mais fragilizada do orçamento, se é que eu entendi. Por favor, peço que deem esclarecimentos nesse sentido.

Deputada Dra. Soraya Manato, perdoe-me por ter me alongado um pouquinho, mas a nossa permanência aqui desde às 9 horas da manhã mostra a importância desse tema para um conjunto de Parlamentares, compreendendo que muitos têm





CONGRESSO NACIONAL
Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização

que viajar, porque as atribuições nos Estados também não são pequenas por parte dos Parlamentares.

A SRA. PRESIDENTE (Dra. Soraya Manato. PSL - ES) - Obrigada, Deputada Carmen Zanotto. A Deputada Carmen Zanotto é uma excelente Parlamentar.

É uma honra, Deputada Carmen, ser sua colega, inspirar-me em V.Exa. e fazer parte com V.Exa. de algumas Comissões. Parabéns pela sua explanação, que foi muito lúcida. V.Exa. é uma pessoa que realmente é muito preocupada com a saúde do Brasil, com a primeira infância, com a mulher.

Muito obrigada.

Agora vou passar a palavra ao Deputado Eli Borges.

O SR. ELI BORGES (SOLIDARIEDADE - TO) - Presidente Dra. Soraya Manato, muito obrigado. Quero parabenizar os palestrantes.

Fiz questão de parar aqui nesta Comissão, mesmo não fazendo parte dela, porque considero um dos principais temas desta Câmara Federal tratar da questão das crianças. Salvo melhor juízo, quando a criança nasce, ela está 70% aberta para a vida. Ela tem uma fase cognitiva que vai de 0 a 7 anos, um tempo principal de 2 ou 3 anos. Nesse período, é muito trabalhado nela o controle emocional, a habilidade social, a linguagem, os limites e as regras que nortearão e forjarão o caráter dela para o resto da vida. O Brasil de hoje é fruto do Brasil de ontem. Nós fomos crianças no ontem. Como crianças, nós detectamos valores que nos regem para o resto da vida. Eu tenho percebido que existem pessoas que são incapazes de fazer o erro e, quando eram crianças, aprenderam que não podiam errar em certo ponto. Elas são honestas na velhice, são honestas na vida toda, porque valores vieram do tempo de infância.

Agora, quero compreender algo sobre a sociedade moderna e idealista — tenho algumas preocupações para entrar na questão orçamentária —, que está propondo modelo em que nós estamos tendo um choque que chamo de choque de confusão etária. A criança tem fases etárias até se tornar adulta. Falo disso não só num mundo racional, como é o nosso, de homens e mulheres também, como também no próprio mundo animal irracional. Entretanto, aqui nesta Câmara, está sobrando, minha querida Deputada, uma série de Parlamentares que têm uma visão distorcida da pureza da criança e das suas faixas etárias. Pegam isso e envolvem a educação. Querem criar políticas que nunca, mas nunca mesmo, vão ser coerentes





CONGRESSO NACIONAL
Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização

com a biologia, com as faixas etárias. Temos, por exemplo, uma série de exemplos nos Estados Unidos de pessoas que estão retornando a visão de respeitar tudo isso no modelo educacional, quer seja em casa, que é o berço da educação, quer seja também lá na escola.

Por esse motivo, eu queria citar alguns pontos que considero importantes no orçamento. Em que pesem os dados que vou ler aqui rapidinho, cresceu de 0,5% do PIB e foi para 0,7%, mas isso é muito pouco. Se o que eu fizer até esse período cognitivo for 70% para o resto da vida, então, essa é a grande fase do investimento, da mente fértil, da mente pura, das estradinhas que a doutora citou ali, no consciente, no subconsciente, na interação cognitiva, etc. Portanto, o investimento é muito pequeno, é extremamente pequeno. Não se valoriza criança, não se valoriza o futuro do Brasil. Não se valoriza investir nas crianças, não se valoriza o futuro do caráter do Brasil. Quando não se trabalha com a criança hoje, não se trabalha com o futuro do Brasil, preparado para a vida. Essa é uma questão que muita gente não está levando em conta. Lamento e vou entrar aqui na questão orçamentária.

Existem Deputados que estão brincando com crianças como se fossem brinquedos de ativismo e uma série de outras coisas. Estão brincando literalmente com esse ser tão puro que é a criança, ainda imaginando que se tem que trabalhar pontos como erotização infantil, ideologias, etc., quando o que elas precisam é ir para a escola.

Aprendi na Escola Dominical, minha querida Deputada Soraya, os quatro pontos do aprendizado. Aprendi isso muito cedo. O primeiro deles é que eu aprendo quando eu ouço. O segundo é que eu aprendo mais ainda quando eu ouço e falo. O terceiro é que aprendo mais ainda quando eu ouço, falo e vejo alguma coisa. E o quarto ponto é que eu aprendo muito quando eu ouço, falo, vejo alguma coisa e faço. Percebo que a criança gosta das cores, mas as nossas escolas, sobretudo as pré-escolas, ainda são muito carentes de material pedagógico, de envolvimento, de interação no sentido de propiciar à criança não só que ouça bastante, mas que também fale bastante.

Eu vou até citar um fato curioso, com todo o respeito. Muito cedo, eu fui estimulado a falar, até recebi o apelido de "grilo falante". Isso foi bom para mim, porque eu queria falar sobre tudo. Eu não sabia que iria precisar tanto disso hoje, que iria tomar tanto o tempo desta Comissão. Fui estimulado a isso. Recebi um





CONGRESSO NACIONAL
Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização

apelido, mas nunca me importei com apelido. Houve um investimento na fala, porque cresci numa família cujos pais falavam na igreja. Então, eu achava bonito e também queria falar.

Acho que está faltando hoje uma educação em que a criança possa não só ouvir, mas também possa ser levada a falar. A Psicologia, salvo melhor juízo — estou diante de quem sabe mais do que eu —, diz que o maior centro de comando do corpo é a palavra falada, emitida, verbalizada. Então, quando eu falo, acabo desenvolvendo muito mais o meu intelecto pela necessidade de superação que tenho na minha fala. Acho que está faltando essa visão, não só a de incentivar a criança a ouvir, mas a de incentivá-la também a falar mais e a ver mais.

Eu, por exemplo, nunca me esqueço de livros que li. Eu viajava nesses livros por causa das imagens. A coisa que eu mais queria nos livros eram aquelas imagens. Lembro-me de ter lido uma série de livros quando criança, mas tudo o que eu queria era ver aquelas imagens. Uma das coisas que mais ficou na minha cabeça ainda quando dessa formatação cognitiva foram exatamente aquelas imagens, que mexiam comigo, que me levavam para o mundo. Era um mundo meio irreal, mas as viagens mexiam com a minha emoção.

O ser humano é razão e emoção, em tese. Por isso, esse negócio de adotar crianças por pessoas que são só de um lado ou do outro não funciona. A mulher está mais ligada à emoção, e o homem está mais ligado à razão. Aí não vai dar certo, não se completa. Se forem dois homens adotando uma criança, vai haver mais razão. Se forem duas mulheres, haverá mais emoção. Aí é uma briga tremenda. Espero que eu não tenha arrumado problema aqui citando isso, mas foi Deus que fez assim. Isso é biologia, é ciência. Não adianta tentar de forma diferente.

Outro ponto é fazer mais. As nossas creches e as nossas escolas precisam ter mais condição para que possam dar mais à criança não apenas o ouvir — é claro que criança gosta de ouvir —, não apenas o ouvir e falar, não apenas o ouvir, falar e ver, mas o ouvir, falar, ver e também o fazer, talvez com *datashow*, com historinha, com as cores, enfim. Eu, por exemplo, não tenho nenhuma dificuldade de falar. Quando eu era criança — vou repetir —, eu era o "grilo falante", porque eu via meus pais falarem e eu queria falar também.

Então, essa questão do Brasil precisa ser rediscutida no orçamento. Se nós investirmos nas crianças, vai demorar um pouco, mas, quando elas forem adultas,





CONGRESSO NACIONAL
Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização

primeiro, o Brasil vai ter muito mais caráter por metro quadrado. É um fato lamentável não ser assim.

Eu lembro que, com 12 anos, eu vendia picolé em Porangatu. Colocaram trinta picolés em um carrinho, e eu vendi os trinta. Quando voltei, entreguei o dinheiro dos vinte. A mulher disse: "Tudo bem". Eu disse: "Não, agora tem mais dez". E ela disse assim: "Tem mais dez?" Eu disse: "A senhora colocou trinta, eu vendi vinte, mas tem os dez, eu estou pagando os dez". Ela perguntou: "Menino, onde você aprendeu isso?" "Foi minha mãe que me ensinou". Eu tinha 10 anos, 12 anos de idade. Isso foi aqui em Goiás, em Porangatu.

Por essa razão, Presidente, está faltando muito, está faltando família na vida da criança, está faltando escola, mas não escola com essas ideologias doidas — porque ninguém sabe o resultado disso — que ferem todo um processo cognitivo e etário, essa coisa louca de quem brinca com um menino como se a cabeça dele fosse uma bola para ele fazer um gol que ele imagina que é o gol correto. Isso não dá certo. Não está dando certo o mundo. Hoje nós temos uma série de casos de suicídio de crianças e de adolescentes, coisa que não havia, porque o mundo da criança é muito bonito, muito colorido. Eu não estou dizendo que a criança não tem que aprender regras.

Mas eu quero cooperar com V.Exa. no sentido de aumentarmos o orçamento, para que esses quatro itens do aprendizado sejam muito fortes nas creches e para que as escolas não sejam um local de ideólogos de gênero, de erotização infantil, mas que seja um local em que se trabalhe o cognitivo das crianças, na pureza delas. Assim, é preciso levar a criança a ouvir mais, a falar mais, a fazer mais e também a ver mais imagens, até porque isso vai ficar no subconsciente, que vai trazendo essa reação.

Termino dizendo — e eu estou muito preocupado em não dizer besteira aqui, porque não sou psicólogo — que se 70% do que eu aprendo até 7 anos vai para o resto da vida, está aí o grande momento da criança e está aí o grande momento do Brasil. Nisso está o maior investimento que o Brasil pode fazer para o seu futuro, seja o Brasil econômico, seja o Brasil social, seja o Brasil que vai ter bons índices nas escolas, seja o Brasil das descobertas científicas. A fase para se investir é essa. Se não fizermos isso agora, o futuro vai nos dizer que tivemos a oportunidade de fazer e não fizemos e que será tarde demais. Que compreendamos isso e que





CONGRESSO NACIONAL
Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização

aumentemos o percentual do PIB para investir nas crianças, sobretudo nessa fase. Se fizermos isso, eu acredito que teremos um Brasil melhor do que o que nós estamos tendo. Esse será o nosso legado, e é isso que eu quero deixar para o futuro.

Obrigado.

A SRA. PRESIDENTE (Dra. Soraya Manato. PSL - ES) - Obrigada, Deputado Eli Borges.

Passo a palavra agora à Deputada Paula Belmonte.

A SRA. PAULA BELMONTE (CIDADANIA - DF) - Bom dia a todos, apesar de ser quase 1 hora da tarde. Ninguém almoçou, então é "bom dia". Que Deus nos abençoe.

Eu fiquei muito feliz com a fala do Deputado Eli Borges, porque normalmente, quando temos essas audiências, são mulheres que falam. As pessoas pensam que falar sobre a primeira infância, falar sobre criança e adolescente é uma política café com leite, que não é uma política séria. Na realidade, eu vejo que é uma das políticas mais importantes para o Estado brasileiro. Se investirmos — eu digo que não é um custo, mas um investimento — na nossa criança e no nosso adolescente, teremos um futuro melhor para o nosso País, todos nós vamos ganhar com isso. Então, eu fico muito feliz de ver mais pessoas defendendo essa pauta. Eu proporcionei uma audiência pública lá na Comissão de Educação a respeito da primeira infância.

Nós temos aqui, como muito bem disse a Deputada Leandre, Presidente da Frente Parlamentar da Primeira Infância, um farol, que é o Ministro Osmar Terra. Ele vem trazendo um monte de marinheiros junto, para que possamos iluminar as políticas brasileiras e começar a acordar para o fato de que, através das nossas crianças, nós vamos transformar este Brasil. A Deputada Carmen Zanotto também é uma pessoa que faz parte dessa história, porque ela trouxe o marco legal, iniciou. E o mais importante é fortalecer cada vez mais essa rede do bem.

Eu acompanhei esta audiência pública desde o início. Eu não estava aqui presente, mas estava acompanhando via Internet. Nós tivemos duas outras audiências muito importantes aqui, Deputado. Uma dela foi a respeito do que V.Exa. estava trazendo: ideologia de gênero. A outra foi a respeito de um projeto de lei que está dando oportunidade de mudança de nome para as nossas crianças que são





CONGRESSO NACIONAL
Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização

adotadas. Essa é uma responsabilidade que entendo que não podemos dar para uma criança, que não tem maturidade suficiente para a mudança de nome, a critério do pai que está adotando, ainda mais em um período que é anterior à adoção definitiva. Isso é muito sério, porque nós temos que preservar a memória das nossas crianças.

Então, eu estive acompanhando essas duas audiências, às quais eu também subscrevi. E estava acompanhando também esta aqui.

Nós estamos neste momento, nesta quinta-feira, graças a Deus, trazendo à Casa a pauta da memória da nossa criança e a responsabilidade do Parlamento em cuidar dessa criança, porque este é o nosso dever: fiscalizar e proteger as crianças.

É muito importante também reconhecer que, através de determinação do STF, nós conseguimos que 1 bilhão de reais de multa da PETROBRAS fosse investido na educação infantil, que é a educação da primeira infância. Esse foi um trabalho conjunto com a própria Frente Parlamentar da Primeira Infância, mas também com a Comissão de Educação e a Frente Parlamentar da Educação. Eu faço parte das duas frentes. Sou Relatora da Comissão Especial da Primeira Infância, na Comissão de Educação, e o Deputado Idilvan Alencar fez um projeto de lei para que esse recurso fosse destinado à educação infantil. Nós estivemos com a Procuradora Raquel Dodge à época, estivemos também com o Ministro da Educação. Hoje, foi destinado 1 bilhão desse orçamento para a educação infantil. É um dinheiro que está disponível, mas precisamos ainda fazer uma fiscalização eficiente para que ele chegue às nossas crianças, porque só através de uma educação de qualidade, através de políticas de Estado, nós vamos conseguir realmente avançar nessa pauta.

Eu entrei na política com essa defesa. Sou mãe de 6 filhos, e foi este meu motivo da entrada na política: a defesa das nossas crianças e dos jovens. Antes nunca tive vida política e não tenho família na política. E o que eu percebo hoje é que muitas vezes a defesa da criança e do jovem faz parte de discurso de muitas pessoas, mas efetivamente a realização é muito pouca, inclusive, como disse aqui muito bem a Deputada Carmen Zanotto, pelos Municípios e pelos Estados.

Eu me questionava sobre por que é assim. Uma das respostas — e, infelizmente, tenho até um pouco de constrangimento em falar — é que criança não tem título de eleitor. É muito mais fácil defender uma pauta de universidade, porque





CONGRESSO NACIONAL
Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização

os jovens têm título de eleitor, do que defender uma criança, que não tem título de eleitor.

Percebemos que para o jovem ter acesso à universidade pública de qualidade é preciso investir na base. Nas regiões vulneráveis existe um filtro natural. Primeiro, passa pela qualidade da gestação, do pré-natal e da alimentação. Quando queremos uma colheita fértil, melhoramos a nossa terra. Nós temos que melhorar a nutrição das nossas crianças, o acompanhamento dessas crianças desde o pré-natal. Nós temos que dar nutrientes a essa criança para que, cada vez mais, ela se desenvolva intelectualmente. A necessidade disso é comprovada.

O Ministro Osmar Terra fala muito bem a respeito disso. Inclusive é tema do Prêmio Nobel de Economia esse investimento em alimentação na primeira infância. O ideal é que toda criança ficasse com sua família, mas infelizmente não é essa a nossa realidade hoje. As pessoas precisam trabalhar. E a política que envolve a nossa criança é muito abrangente, Deputada Soraya. Uma mãe precisa ter oportunidade de sair para trabalhar. Aliás, o déficit maior na oferta de creche é exatamente nas comunidades mais vulneráveis, e eu não vejo muitos Deputados defendendo essa pauta. Menciono até que quando a mulher começa a ter um empoderamento financeiro ela deixa de sofrer, muitas vezes, violência doméstica.

Quando falamos sobre miséria material, nós estamos falando também, infelizmente, sobre miséria de princípios e de valores. Eu conheci criança aqui no Distrito Federal cujos próprios pais, familiares dela, queimaram o seu bracinho. Toda vez que eu falo sobre isso eu me emociono. Estamos falando de crianças. Queimaram o bracinho dele com ponta de cigarro. Quando damos um ambiente seguro a essas crianças, damos também a oportunidade de elas serem simplesmente crianças!

Isso aqui não é política café com leite; isso aqui é política séria, é política de Estado. Precisamos, sim, trazer mais e mais pessoas para essa pauta e ter esse desprendimento de título de eleitor para pensarmos num Brasil do futuro, para pensarmos no que nós queremos como futuro do nosso País.

Eu tenho algumas indicações muito importantes a respeito desse assunto, para que possamos realmente estar abraçados com o Governo do Estado. Vejo que hoje o CNJ está fazendo um trabalho muito importante, trazendo esse tema para dentro do Judiciário. Eles estão com a meta de formar 23 mil pessoas no Brasil inteiro. Hoje





CONGRESSO NACIONAL
Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização

mesmo está acontecendo o seminário do Pacto Nacional pela Primeira Infância, em Manaus, ao qual eu não fui por conta desta audiência. Esse pacto traz a responsabilidade do Judiciário. Vejo que esse é um caminho corretíssimo. Nós Parlamentares estamos aqui hoje, mas daqui a 4 anos não sabemos. Com o Executivo é a mesma coisa. Mas o Judiciário é perene. Então, vamos conseguir colocar isso na nossa sociedade como tema principal. O Brasil precisa olhar a nossa criança com responsabilidade e ver que isso é um investimento. Quando investimos na primeira infância, nós economizamos lá na frente.

Esse recurso de 1 bilhão de reais e também o de duzentos e poucos milhões que foram destinados ao Programa Criança Feliz, espero que consigamos realmente fazer com que cheguem lá na ponta, porque cartilha bonita nós já temos muitas. Nós estamos precisando é que isso chegue lá na ponta, para que as nossas crianças possam ter o desenvolvimento adequado e possam simplesmente ser crianças.

É isso que eu defendo. Contem comigo aqui para o que der e vier, porque nós estamos aqui juntos na defesa das nossas crianças.

Grata.

Que Deus abençoe a cada um dos senhores!

A SRA. PRESIDENTE (Dra. Soraya Manato. PSL - ES) - Obrigada, Deputada Paula. Lindas as suas palavras.

Recentemente, na Comissão de Seguridade Social e Família, nós estávamos discutindo sobre adoção. Hoje em dia, a grande maioria das pessoas quer adotar realmente por amor, mas nós ficamos surpresos com uma Parlamentar que defendia a família que, antes de ter essa adoção efetivada, já começava a chamar a criança por outro nome. Essa Parlamentar nos afirmou que é desejo da própria criança.

Eu achei o cúmulo do absurdo, porque eu acho que uma criança não está se importando com o nome dela. Ela está se importando realmente em ter amor, em ter uma família.

A SRA. PAULA BELMONTE (CIDADANIA - DF) - Eu posso fazer um parêntese?

Isso que V.Exa. está trazendo é tão sério, que, depois daquela discussão que nós tivemos na Comissão, eu tive o cuidado, eu tive a preocupação de conversar com alguns juízes da Vara de Família e com psicólogos a respeito do assunto. Nós temos que ter muito cuidado com algumas pautas que entram aqui.





CONGRESSO NACIONAL
Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização

Nesse caso específico que V.Exa. está falando, pode acontecer, por exemplo, de uma menina de 5 anos dizer: *"Ah, eu me chamo Dorotéia e quero me chamar Serafina"*. Isso é uma coisa. Agora, pode começar a vir assim: *"Eu me chamo Dorotéia e quero me chamar João"*. Com 5 anos de idade! V.Exa. está entendendo a situação? É sério isso!

Além disso, temos que entender outra situação. Há um juiz de uma Vara da Família que, em 98% dos casos, trabalha com Direito Sistêmico. E ele diz o seguinte: *"Aqui não cabe julgamento"*. Ele consegue resolver 98% dos casos ali, na primeira instância. Cabe o quê? O reconhecimento do pai e da mãe. Todos nós aqui só estamos nesta terra porque tivemos um pai e uma mãe, independentemente de o pai ser um assassino e a mãe uma prostituta. Nós não podemos quebrar esse ciclo, e deve haver o reconhecimento disso por parte dessas crianças.

A SRA. PRESIDENTE (Dra. Soraya Manato. PSL - ES) - Com certeza!

A SRA. PAULA BELMONTE (CIDADANIA - DF) - Então, isso é muito sério! Devemos ter cuidado com a memória das crianças. Tenho certeza de que V.Exa. está nessa pauta junto conosco.

Grata, Deputada.

A SRA. PRESIDENTE (Dra. Soraya Manato. PSL - ES) - Com certeza.

O SR. ELI BORGES (SOLIDARIEDADE - TO) - Presidente, quero parabenizar a Deputada. Eu estou muito sensibilizado. Inclusive, quero acompanhar mais. Há muita coisa aqui, eu soube de uma pauta perigosa.

Um dos problemas mais sérios das crianças americanas hoje chama-se crise de identidade. Ela olha no espelho e biologicamente ela se define. Aí, vai alguém lá fora e diz: *"Não, não é o que o espelho que manda, é o que você quer ser"*. Essa crise de identidade está trazendo uma série de problemas. Podem ver os dados dos americanos, que adotaram isso mais cedo. Pelo amor de Deus, gente! Vamos entender que há uma biologia, uma faixa etária e um choque advindo de uma crise de identidade, que está deixando muita gente desnorteada.

A Câmara está cheia de gente com esses pensamentos. Não sei onde arrumaram isso.

A SRA. PRESIDENTE (Dra. Soraya Manato. PSL - ES) - É verdade, Deputado.

Agora, eu quero deixar uma pergunta no ar, principalmente para a Claudia Vidigal.





CONGRESSO NACIONAL
Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização

É o seguinte, Claudia: se nós podemos afirmar que o adulto, aquela pessoa acima dos 18 anos, é produto da família e do meio em que vive, então os pais muitas vezes são os "culpados" — entre aspas — pelos problemas que esse ser vai ter na fase adulta?

Sendo médica, vejo muitas pessoas de nível sociocultural mais alto que chegam ao consultório e falam: *"Ah, doutora, eu trouxe minha filha, que tem 12 anos, porque eu acho que ela está muito gorda"* — usam esse termo. Ou falam: *"Eu acho que ela tem uma mama muito pequena"*. Então, vão incutindo isso. Também falam: *"Eu acho que ela é uma pessoa que não se interessa por nada"*. São coisas que vejo às vezes. Esses pais falam isso sem pensar, achando que estão fazendo o melhor pelo filho — os pais sempre acham que estão fazendo o melhor —, mas estão fazendo o pior.

Então, eu quero saber se essa pessoa, que virou adulta, é produto realmente do meio em que vive e da família, dos pais que a criam?

A SRA. CLAUDIA VIDIGAL - Cada um de nós é produto de uma série de fatores. Por isso nós trouxemos a questão genética, que existe, é fato. Existe a questão familiar, é claro, de importância fundamental e gigantesca. Mas é importante nós não isolarmos essa família de um contexto social. A família também já é, muitas vezes, resultado de toda uma fragilidade num sistema que também não oferece oportunidades para mais informações, para mais serviços, para mais caminhos a fim de melhor cuidar dos seus filhos.

Então, vejam que nada existe isoladamente. Esse é um sistema composto por um componente genético, um componente familiar, um componente comunitário e um componente social. Acho que estamos falando aqui do componente maior de todos, que são as diretrizes nacionais da formação do sujeito. Mas vejam que eles são todos integrados.

Às vezes, nós buscamos uma solução simplista, como se fosse assim: *"Bom, se fizermos isso, isso e isso, vai dar certo"*. Não é assim. É a composição mesmo, não é?

A SRA. PRESIDENTE (Dra. Soraya Manato. PSL - ES) - Passo a palavra aos demais expositores, para responderem às dúvidas dos Deputados.

O SR. ALEXANDRE FINEAS LIMA E SOUSA - Em relação à pergunta da Deputada Carmen Zanotto, gostaria de dizer que faço parte de uma secretaria que





CONGRESSO NACIONAL
Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização

lida mais com a parte de planejamento. Mas, pelo conhecimento que eu tenho em relação a essa questão, trata-se de são ações condicionadas à regra de ouro, tendo sido feita uma escolha dessas ações para serem condicionadas.

Então, com o que eu posso me comprometer, Deputada? Infelizmente, não tenho tanto conhecimento. Mas posso encaminhar essa pergunta lá dentro do Ministério da Economia e tentar trazer uma resposta para a senhora sobre por que essas ações foram escolhidas em detrimento de outras. Realmente, foi feita uma escolha, e nós temos que prestar esse esclarecimento.

Em relação à questão sobre o Programa Primeira Infância em si, eu percebo que foi feito o reconhecimento aqui de o nosso PPA ter apresentado como prioridade de Governo a primeira infância. Nós temos um programa específico, com metas audaciosas, e inclusive a nossa colega aqui da Mesa já está questionando como é que vamos conseguir fazer isso. Mas vejam que, diante de um cenário fiscal que realmente é complicado, o Ministério da Economia, o Governo Federal, o Executivo ainda estão se comprometendo em fazer um grande esforço nesse sentido. Nossa meta é de termos 3 milhões de crianças beneficiadas. Essa é a nossa meta.

O que acontece é que o Ministro realmente contamina todo mundo. Eu vejo que também fui um dos contaminados com esse tema. Foi uma brilhante palestra. É realmente emocionante a forma como o Ministro expõe. Então, sou mais um contaminado.

O fato de esta audiência ter existido já fez uma movimentação no Poder Executivo. Ontem, eu estava junto com o Ministério da Cidadania e junto com o MEC levantando esta questão: por que não há ações do MEC, ou por que esse programa ficou restrito só ao Ministério da Cidadania? Bem, o que eu tenho de resposta é que realmente existe uma complicação operacional, que temos que conseguir avançar dentro do Poder Executivo em questões de execução orçamentária. Mas já há uma sinergia. Na conversa que eu tive ontem, soube que o Ministério da Educação já trabalha junto com o Ministério da Cidadania e com o Ministério da Saúde. As pessoas já estão conversando lá dentro sobre esse programa.

Eu acho que, na verdade, as coisas estão evoluindo. O Programa Criança Feliz foi criado em 2016, e o PPA tem um programa específico. Então, eu acredito que ao final desse PPA nós vamos ter uma sinergia. Todos gostaríamos de ver diversos Ministérios trabalhando dentro desse programa.





CONGRESSO NACIONAL
Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização

Queria só registrar aqui também que a Deputada Leandre me deixou uma contribuição do Ministério Público do Paraná, do Centro Marista de Defesa da Infância, que eu vou anexar aos meus documentos e levar também para o Ministério da Economia.

Eu não sei se houve outras perguntas, mas isso foi mais ou menos o que eu pude anotar aqui.

Agradeço novamente o convite. Esta brilhante audiência vai nos ajudar nesse compromisso com a primeira infância.

A SRA. JÚLIA ALVES MARINHO RODRIGUES - Deputada Carmen, só para complementar as informações, no Projeto de Lei Orçamentária para 2020, 367 bilhões de reais estão condicionados à aprovação do crédito pelo Congresso Nacional. Esses 367 bilhões foram divididos em várias ações do Poder Executivo, como pagamento de salário de servidor, aposentadoria rural, aposentadoria urbana. Há também recursos no SUAS que estão condicionados e no Programa Primeira Infância. Nesse programa, dos 570 milhões de reais previstos, 155 estão como fontes condicionadas. Mas eu acho que, além disso, nós temos que recordar a apresentação do Ministro no sentido de que esses 570 milhões não são suficientes.

O orçamento que o Ministério entende como adequado para o cumprimento dos compromissos é de 1 bilhão de reais. Então, há todo um esforço dos Deputados, dos Senadores, das bancadas e do Relator para tentar recompor esse valor. De acordo com aquela nossa conversa na semana passada, o Bolsa Família também está com uma necessidade de orçamento, está com um orçamento a menor. Então, nós temos vários desafios para o orçamento do Ministério da Cidadania para o ano de 2020.

A SRA. PRESIDENTE (Dra. Soraya Manato. PSL - ES) - Agradeço o comparecimento dos senhores convidados, dos Parlamentares e do público.

A reunião está encerrada.

Muito obrigada. (*Palmas.*)





CONGRESSO NACIONAL
Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização

ATA DA NONA REUNIÃO ORDINÁRIA, DA 1ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA, DA 56ª
LEGISLATURA, DA COMISSÃO MISTA DE PLANOS, ORÇAMENTOS PÚBLICOS E FISCALIZAÇÃO,
REALIZADA NO DIA 24 DE SETEMBRO DE 2019.

Aos vinte e quatro dias do mês de setembro do ano de dois mil e dezenove, foi convocada ordinariamente a Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização, no Anexo II, plenário 04 da Câmara dos Deputados, com o objetivo de apreciar as matérias constantes da Pauta. Foi registrado o comparecimento dos membros: - **Deputados titulares:** Aluisio Mendes, André Figueiredo, Beto Faro, Cacá Leão, Carlos Henrique Gaguim, Celso Sabino, Dagoberto Nogueira, Edmilson Rodrigues, Felipe Francischini, Gonzaga Patriota, Gurgel, Hildo Rocha, Lucas Gonzalez, Luciano Ducci, Lucio Mosquini, Misael Varella, Nivaldo Albuquerque e Vander Loubet; - **Senadores titulares:** Angelo Coronel, Elmano Férrer, Izalci Lucas, Kátia Abreu, Marcelo Castro e Vanderlan Cardoso; - **Deputados suplentes:** Bohn Gass, Delegado Waldir, Dra. Soraya Manato, Marcelo Nilo e Marx Beltrão; e - **Senadores Suplentes:** Carlos Viana, Oriovisto Guimarães e Soraya Thronicke. Foi registrado o comparecimento do parlamentar não integrante da Comissão, Deputado Charles Evangelista. Foi registrada a ausência dos membros titulares: - **Deputados:** Domingos Neto, Filipe Barros, Genécias Noronha, Hiran Gonçalves, João Roma, Josimar Maranhãozinho, Márcio Marinho, Marreca Filho, Orlando Silva, Paulo Azi, Rodrigo de Castro, Vicentinho Júnior e Zeca Dirceu; e - **Senadores:** Flávio Bolsonaro, Jean Paul Prates, Luiz do Carmo, Veneziano Vital do Rêgo e Wellington Fagundes. **ABERTURA:** às quatorze horas e cinquenta e dois minutos, e havendo número regimental para deliberação nas duas Casas do Congresso Nacional, os trabalhos foram abertos pelo Presidente, Senador Marcelo Castro. **EXPEDIENTES.** O Presidente declarou como lidos os expedientes recebidos pela Comissão, de 17 a 24 de setembro de 2019, tendo em vista que essas informações encontram-se publicadas na página da CMO na internet. Em seguida, foram submetidas à apreciação as Atas das seguintes reuniões: 8ª Reunião Ordinária, realizada no dia 17 de setembro de 2019; e 7ª Reunião de Audiência Pública, realizada no dia 19 de setembro de 2019. Em votação, as Atas foram **aprovadas**. **AVISO.** O Presidente anunciou que no dia 25 de setembro, às 14h30min, no plenário 2 da Câmara dos Deputados, seria realizada reunião de audiência pública, convocada com a finalidade de ouvir o Ministro de Estado da Economia, Senhor Paulo Roberto Nunes Guedes, que iria prestar esclarecimentos acerca da Proposta Orçamentária Anual para 2020 - **Projeto de Lei nº 22/2019-CN** – que “Estima a receita e fixa a despesa da União para o exercício financeiro de 2020”, e sobre o **Projeto de Lei nº 21/2019-CN**, que “Institui o Plano Plurianual da União para o período de 2020 a 2023”, em atendimento ao *art. 29 da Resolução nº 1/2006, do Congresso Nacional*. **ORDEM DO DIA.** O Presidente informou que na Reunião do Colegiado de Representantes das Lideranças Partidárias com assento na Comissão, realizada naquele dia, 24 de setembro, houve acordo, apenas, para apreciação dos itens 03, 04, 05, 06, 07 e 08 constantes da Pauta. Em sequência, foi iniciada a apreciação das matérias acordadas. **PAUTA.** Item 03. Relatório apresentado ao **Projeto de Lei nº 20/2019-CN**, que “Abre ao Orçamento Fiscal da União, em favor do Ministério do Desenvolvimento Regional, crédito especial no valor de R\$ 56.542.840,00 (cinquenta e seis milhões, quinhentos e quarenta e dois mil, oitocentos e quarenta reais), para os fins que especifica.” Relator: Deputado Silvio Costa Filho. Foram apresentadas 12 emendas. Voto: pela aprovação do Projeto de Lei, nos termos do Substitutivo apresentado, com indicação pela **inadmissibilidade** das emendas de nºs 01 a 11, e pela **aprovação** da emenda nº 12. Ausente o relator, foi designado o Deputado Marx Beltrão como relator *ad hoc*, que apresentou o Relatório. O Presidente declarou **inadmitidas** as emendas de nºs 01 a 11. Em votação, o Relatório foi **aprovado**. Em continuidade, o Presidente solicitou ao Plenário **autorização** para votação em globo dos itens de nºs 04, 05, 06, 07 e 08 constantes da Pauta, referentes aos Relatórios





CONGRESSO NACIONAL
Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização

apresentados aos **Avisos de nºs 10, 17 e 27/2017-CN**, e aos **Avisos de nºs 07 e 16/2018-CN**. A autorização foi **aprovada**. Em seguida, foram submetidos à apreciação do Plenário da Comissão para votação em globo, as matérias a seguir especificadas: Item 04. Relatório apresentado ao **Aviso nº 10/2017-CN**, que “Encaminha, em cumprimento à Constituição Federal de 1988, art. 71, § 4º, Relatório de Atividades do Tribunal de Contas da União, referente ao 1º trimestre de 2017”. Relator: Deputado Gurgel. Voto: no sentido que esta Comissão tome conhecimento da matéria e determine o seu arquivamento. Item 05. Relatório apresentado ao **Aviso nº 17/2017-CN**, que “Encaminha, em cumprimento à Constituição Federal de 1988, art. 71, § 4º, Relatório de Atividades do Tribunal de Contas da União, referente ao 2º trimestre do exercício de 2017”. Relator: Deputado Gurgel. Voto: no sentido que esta Comissão tome conhecimento da matéria e determine o seu arquivamento. Item 06. Relatório apresentado ao **Aviso nº 27/2017-CN**, que “Encaminha o Relatório das Atividades do Tribunal de Contas da União, referente ao 3º trimestre do exercício de 2017, em cumprimento ao disposto no § 4º do art. 71 da Constituição Federal”. Relator: Deputado Gurgel. Voto: no sentido que esta Comissão tome conhecimento da matéria e determine o seu arquivamento. Item 07. Relatório apresentado ao **Aviso nº 07/2018-CN**, que “Encaminha, em cumprimento à Constituição Federal de 1988, art. 71, § 4º, Relatório de Atividades do Tribunal de Contas da União, referente ao 4º trimestre de 2017”. Relator: Deputado Gurgel. Voto: no sentido que esta Comissão tome conhecimento da matéria e determine o seu arquivamento. Item 08. Relatório apresentado ao **Aviso nº 16/2018-CN**, que “Encaminha, em cumprimento ao disposto no § 4º do art. 71 da Constituição Federal, o Relatório das Atividades do Tribunal de Contas da União referente ao exercício de 2017”. Relator: Deputado Gurgel. Voto: no sentido que esta Comissão tome conhecimento da matéria e determine o seu arquivamento. O Relator apresentou os Relatórios. Não houve discussão. Em votação em globo, os Relatórios supracitados, foram **aprovados**. **ENCERRAMENTO**: nada mais havendo a tratar, o Presidente encerrou os trabalhos às quinze horas e dois minutos. Para constar, eu, Walbinson Tavares de Araujo, Secretário Executivo, lavrei a presente Ata, que, após a sua aprovação, será assinada pelo Presidente da Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização do Congresso Nacional e encaminhada para publicação no Diário do Congresso Nacional. Os trabalhos foram gravados e, depois de traduzidos, integrarão esta Ata. **Senador Marcelo Castro, Presidente.**

Em 24.09.2019

O SR. PRESIDENTE (Marcelo Castro. MDB - PI) - Há quórum regimental para a abertura dos trabalhos.

Declaro iniciada a 9ª Reunião Ordinária da Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização, destinada à apreciação das matérias constantes da pauta.

Há quórum para deliberação nas representações das duas Casas do Congresso Nacional.

Expediente.

Declaro como lidos os expedientes recebidos pela Comissão até a presente data, tendo em vista que essas informações encontram-se publicadas na página da CMO na Internet.





CONGRESSO NACIONAL
Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização

Apreciação das atas.

Havendo concordância do Plenário, proponho a dispensa da leitura das atas, por terem sido distribuídas antecipadamente. Caso haja alguma retificação, peço aos Srs. Parlamentares que se manifestem. *(Pausa.)*

Coloco em votação as seguintes atas: 8ª Reunião Ordinária, realizada no dia 17 de setembro de 2019, e 7ª Reunião de Audiência Pública, realizada no dia 19 de setembro de 2019.

As atas estão em votação na representação da Câmara dos Deputados.

Os Srs. Parlamentares que as aprovam permaneçam como se acham. *(Pausa.)*

Aprovadas.

Encontram-se em votação na representação do Senado Federal.

Os Srs. Parlamentares que as aprovam permaneçam como se acham. *(Pausa.)*

Aprovadas.

Peço ao serviço de som que aumente um pouco o volume. *(Pausa.)*

Por determinação do Regimento, o Ministro Paulo Guedes tem que comparecer à Câmara dos Deputados para falar sobre o PPA e sobre a LOA. Foi marcada para amanhã, às 14h30min, no Plenário 2, reunião com a presença do Ministro Paulo Guedes e sua assessoria, para nós discutirmos a LOA e o PPA. Fica convocada a reunião para amanhã, às 14h30min.

Ordem do Dia.

Comunico que, após reunião do colegiado de representantes das Lideranças partidárias com assento na Comissão, ficou acordada a votação da seguinte matéria: Projeto de Lei do Congresso Nacional nº 20, de 2019.

Apreciação do relatório apresentado ao Projeto de Lei nº 20, de 2019, do Congresso Nacional, que abre ao Orçamento Fiscal da União, em favor do Ministério do Desenvolvimento Regional, crédito especial no valor de R\$56.542.840,00, para os fins que especifica. Relator: Deputado Silvio Costa Filho. Voto: pela aprovação do projeto de lei, nos termos do substitutivo apresentado. Quanto às 12 emendas apresentadas, o Relator ofereceu voto pela aprovação da Emenda nº 12 e indicou a inadmissibilidade das demais.

O Relator está com a palavra. *(Pausa.)*

O Relator não está presente. Se o Deputado Marx Beltrão pudesse fazer a leitura do relatório, nós agradeceríamos. *(Pausa.)*





CONGRESSO NACIONAL
Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização

Com a palavra, então, o Deputado Marx Beltrão.

O SR. MARX BELTRÃO (PSD - AL) - Passo à leitura.

"Diante do exposto, manifestamo-nos pela:

1. Aprovação do Projeto de Lei nº 20, de 2019-CN, e da Emenda nº 12, na forma do substitutivo;

2. Inadmissibilidade das Emendas nºs 1, 2, 3, 4, 5, 6, 7, 8, 9, 10 e 11.

(...)

Demonstrativo 1 — Emendas que devem ser inadmitidas (art. 70, III, “a”; art. 109, § 1º; e art. 146, §1º, da Resolução nº 1/2006-CN).

Emendas a serem declaradas inadmitidas (art. 15, XI, da Resolução nº 1/2006-CN).

(...)”.

Esse é o voto.

O SR. PRESIDENTE (Marcelo Castro. MDB - PI) - O relatório está em discussão. *(Pausa.)*

Não havendo quem queira discuti-lo, a discussão está encerrada.

Em conformidade com o disposto no § 2º do art. 146 da Resolução nº 1, de 2006, do Congresso Nacional, declaro inadmitidas as Emendas nºs 1 a 11, indicadas pelo Relator no seu voto.

O relatório está em votação na Câmara dos Deputados.

Os Srs. Parlamentares que o aprovam permaneçam como se acham. *(Pausa.)*

Aprovado.

O relatório está em votação na representação do Senado Federal.

Os Srs. Senadores que o aprovam permaneçam como se encontram. *(Pausa.)*

Aprovado.

A matéria vai ao Congresso Nacional.

O outro item da pauta se refere à apreciação dos relatórios apresentados ao Aviso nº 10, de 2017, que encaminha Relatório de Atividades do TCU referentes ao 1º trimestre de 2017; Aviso nº 17, de 2017, do Congresso Nacional, referente ao 2º trimestre de 2017; Aviso nº 27, de 2017, do Congresso Nacional, referente ao 3º trimestre de 2017; Aviso nº 7, de 2018, do Congresso Nacional, referente ao 4º trimestre de 2017; Aviso nº 16, de 2018, do Congresso Nacional, referente ao exercício de 2017. Relator: Deputado Gurgel.





CONGRESSO NACIONAL
Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização

Como se trata da mesma matéria, eu pergunto aos membros se podemos discutir em globo. *(Pausa.)*

Com a palavra o Relator, para apresentar o relatório desses avisos. O Deputado Gurgel está com a palavra.

O SR. GURGEL (PSL - RJ) - Sr. Presidente, podemos votar em bloco? *(Pausa.)*

Perfeito.

Vou diretamente ao voto:

"(...) Com esses registros, observo que o TCU agiu dentro de suas competências constitucionais e legais no período em exame. Em consequência, voto no sentido de que esta Comissão tome conhecimento do Relatório de Atividades relativo ao 1º trimestre do exercício de 2017, do Tribunal de Contas da União, objeto do AVN nº 10/2017-CN, e determine o seu arquivamento (...)"

O SR. PRESIDENTE (Marcelo Castro. MDB - PI) - O relatório está em discussão.

A votação está sendo feita em globo. Estão sendo votados aqui todos os avisos. *(Pausa.)*

Não havendo quem queira discutir, está encerrada a discussão.

Os relatórios estão em votação na representação da Câmara dos Deputados.

Os Srs. Parlamentares que os aprovam permaneçam como se encontram. *(Pausa.)*

Aprovados.

Em votação na representação do Senado Federal.

Os Srs. Parlamentares que os aprovam permaneçam como se encontram. *(Pausa.)*

Aprovados.

Aprovadas as matérias em caráter terminativo. As matérias aguardarão interposição de recurso perante a Mesa do Congresso Nacional.

Nada mais havendo a tratar, declaro encerrada a nossa sessão.

Vamos ao Congresso Nacional. Amanhã, haverá audiência com o Ministro Paulo Guedes.





CONGRESSO NACIONAL
Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização

ATA DA OITAVA REUNIÃO DE AUDIÊNCIA PÚBLICA, DA 1ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA, DA 56ª
LEGISLATURA, DA COMISSÃO MISTA DE PLANOS, ORÇAMENTOS PÚBLICOS E FISCALIZAÇÃO,
REALIZADA EM 25 DE SETEMBRO DE 2019.

Aos vinte e cinco dias do mês de setembro do ano de dois mil e dezenove, reuniu-se a Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização, no plenário 2, do Anexo II da Câmara dos Deputados, sob a Presidência do Senador Marcelo Castro (MDB/PI). Esta reunião foi convocada para ouvir o Ministro de Estado da Economia, Senhor Paulo Roberto Nunes Guedes, que prestará esclarecimentos acerca da Proposta Orçamentária Anual para 2020 - **Projeto de Lei nº 22/2019-CN** – que “Estima a receita e fixa a despesa da União para o exercício financeiro de 2020”, e sobre o **Projeto de Lei nº 21/2019-CN**, que “Institui o Plano Plurianual da União para o período de 2020 a 2023”, em atendimento ao *art. 29 da Resolução nº 1/2006, do Congresso Nacional*. Foi registrado o comparecimento dos membros: - **Deputados titulares:** Aluisio Mendes, André Figueiredo, Cacá Leão, Carlos Henrique Gaguim, Dagoberto Nogueira, Domingos Neto, Edmilson Rodrigues, Felipe Francischini, Gonzaga Patriota, Gurgel, Hildo Rocha, Lucas Gonzalez, Márcio Marinho, Paulo Azi, Rodrigo de Castro, Vicentinho Júnior e Zeca Dirceu; - **Senadores titulares:** Izalci Lucas, Kátia Abreu, Luiz do Carmo e Marcelo Castro; - **Deputados suplentes:** Alice Portugal, Evandro Roman, Hercílio Coelho Diniz, João Carlos Bacelar, José Nunes, Juscelino Filho, Leônidas Cristino, Marcelo Nilo, Ronaldo Carletto e Weliton Prado; e - **Senador suplente:** Oriovisto Guimarães. Foi registrado o comparecimento dos parlamentares não integrantes da Comissão, Deputados Alencar Santana Braga, Clarissa Garotinho, Claudio Cajado, Delegado Pablo, Evair Vieira de Melo, Fred Costa, Gastão Vieira, General Peternelli, Glauber Braga, Júlio Cesar, Loester Trutis, Maria Rosas, Paulo Ramos, Pedro Cunha Lima, Professor Alcides, Rodrigo Coelho, Rodrigo Maia e Tiago Mitraud. **ABERTURA:** às quatorze horas e quarenta minutos, o Presidente, Senador Marcelo Castro declarou iniciada a reunião. Foram convidados para composição da Mesa o Ministro de Estado da Economia, Senhor Paulo Roberto Nunes Guedes; o Relator-Geral da Proposta Orçamentária Anual para 2020, Deputado Domingos Neto; o Relator do Projeto de Lei do Plano Plurianual – PPA 2020/2023, Senador Oriovisto Guimarães; o Presidente da Câmara dos Deputados, Deputado Rodrigo Maia; o Secretário Especial de Fazenda, Sr. Waldery Rodrigues Júnior; e o Secretário Especial de Fazenda Adjunto, Sr. Esteves Pedro Colnago Júnior, ambos do Ministério da Economia. Foi anunciada a presença do Presidente da Comissão de Educação da Câmara dos Deputados, Deputado Pedro Cunha Lima; do Secretário de Orçamento Federal, Sr. George Alberto de Aguiar Soares; do Procurador-Geral da Fazenda Nacional, Sr. José Levi; do Secretário de Avaliação de Políticas Públicas, Planejamento, Energia e Loteria, Sr. Alexandre Manoel; do Secretário do Tesouro Nacional Adjunto, Sr. Otavio Ladeira; e do Diretor de Programas/Fazenda, Sr. Jeferson Bittencourt. Logo após, o Presidente comunicou normas para o melhor ordenamento dos trabalhos e anunciou a abertura da lista de inscrições para o debate. Em prosseguimento, o Ministro de Estado da Economia, Senhor Paulo Roberto Nunes Guedes, e o Secretário Especial de Fazenda do Ministério da Economia, Sr. Waldery Rodrigues Júnior, discorreram sobre o tema “Proposta Orçamentária Anual para 2020 - **Projeto de Lei nº 22/2019-CN** – que “Estima a receita e fixa a despesa da União para o exercício financeiro de 2020”, e sobre o **Projeto de Lei nº 21/2019-CN**, que “Institui o Plano Plurianual da União para o período de 2020 a 2023” e fizeram uso de projetor de multimídia. A palavra foi concedida ao Presidente da Câmara dos Deputados que teceu considerações sobre o tema. Em prosseguimento, o Presidente passou a palavra ao Relator-Geral da Proposta Orçamentária Anual para 2020, Deputado Domingos Neto; ao Relator do Projeto de Lei do Plano Plurianual – PPA 2020/2023, Senador Oriovisto Guimarães; e ao Presidente da Comissão de Educação da Câmara dos Deputados, Deputado Pedro Cunha Lima, que manifestaram-se sobre o tema e





CONGRESSO NACIONAL
Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização

Anuncio também a presença do Sr. José Levi, Procurador-Geral da Fazenda Nacional; do Sr. Alexandre Manoel, Secretário de Avaliação de Políticas Públicas, Planejamento, Energia e Loteria; do Sr. Otávio Ladeira, Secretário do Tesouro Nacional Adjunto; e do Sr. Jeferson Bittencourt, Diretor de Programas da Fazenda.

Para melhor ordenamento dos trabalhos, comunico que, de acordo com o estabelecido no art. 398, incisos IX e X, do Regimento Interno do Senado Federal, o Ministro disporá de 30 minutos para fazer a sua exposição, só podendo ser apartado desde que o permita. Evidentemente, é praxe desta Comissão deixar esse tempo flexível. Se o Ministro precisar para sua exposição de um tempo maior, será concedido.

Conforme estipulado no art. 398, inciso X, do Regimento Interno do Senado Federal, os Srs. Parlamentares inscritos para interpelar o expositor poderão fazê-lo estritamente sobre o assunto da exposição, pelo prazo de 5 minutos, tendo o interpelado igual tempo para responder, facultadas a réplica e a tréplica, pelo prazo de 2 minutos.

Informo que a lista de inscrição para o debate está aberta.

Com a palavra o Ministro de Estado da Economia, Sr. Paulo Guedes.

O SR. GLAUBER BRAGA (PSOL - RJ) - Presidente, eu só pergunto a V.Exa. se os Deputados autores de requerimento na Comissão de Educação precisam se inscrever na lista geral também, ou se não há necessidade?

O SR. PRESIDENTE (Marcelo Castro. MDB - PI) - Precisam se inscrever, mas já há um acordo firmado de que nós faremos alternadamente Comissão Mista de Orçamento, Comissão de Educação, até os quatro autores de requerimento falarem.

O SR. CLAUDIO CAJADO (Bloco/PP - BA) - Presidente, pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (Marcelo Castro. MDB - PI) - Pois não, Deputado Claudio Cajado.

O SR. CLAUDIO CAJADO (Bloco/PP - BA) - Presidente, nós estamos hoje com a sequência da suspensão da sessão congressual do dia de ontem. Está previsto, a partir das 16 horas, retomarmos a sessão do Congresso, que tem pautas importantíssimas, a exemplo de PLNs e a LDO.

Portanto, eu queria ver com V.Exa. — são 14h45min — se nós faríamos um acordo de procedimento, inclusive com a Oposição presente, que penso ter interesse em estar presente, assim que for aberta a sessão do Congresso.





CONGRESSO NACIONAL
Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização

Pode ser que haja algum tipo de demora na abertura da sessão congressual, mas, abrindo pelo Presidente Davi Alcolumbre, nós iríamos imediatamente para lá e daríamos por encerrada esta audiência pública, porque nós não podemos nos ausentar, já que a votação começará pelo Senado, e a presença dos Senadores no Congresso é fundamental para dar quórum.

O SR. CARLOS HENRIQUE GAGUIM (DEM - TO) - Presidente, como Vice-Líder do Governo, concordamos com a proposta do Deputado Cajado.

O SR. PRESIDENTE (Marcelo Castro. MDB - PI) - Fica em discussão a proposta do Deputado Claudio Cajado.

O SR. GLAUBER BRAGA (PSOL - RJ) - Desculpe, Presidente. O Deputado Claudio Cajado pode repetir, por favor?

O SR. PRESIDENTE (Marcelo Castro. MDB - PI) - S.Exa. está propondo que, quando iniciar a sessão do Congresso Nacional, nós façamos o encerramento aqui da nossa audiência pública.

O SR. GLAUBER BRAGA (PSOL - RJ) - Se aqueles que estão inscritos como autores de requerimento tiverem tempo de falar, estamos de acordo, se não, é impossível.

O SR. PRESIDENTE (Marcelo Castro. MDB - PI) - Tranquilo. Não, sem dúvida. Haverá tempo suficiente.

O SR. CLAUDIO CAJADO (Bloco/PP - BA) - Não, Presidente. V.Exa. pode abrir a inscrição e encerrar dentro de 10 minutos.

O SR. PRESIDENTE (Marcelo Castro. MDB - PI) - Vamos em frente. Com a palavra o Ministro de Estado da Economia, Sr. Paulo Guedes.

O SR. MINISTRO PAULO GUEDES - Boa tarde a todos. Eu quero agradecer ao Senador Marcelo Castro, Presidente da Comissão Mista de Orçamento, ao Deputado Domingos Neto, ao Senador Oriovisto e a todos os presentes.

Eu vou ser relativamente breve. A mensagem é relativamente simples e curta. Em primeiro lugar, eu queria agradecer não só a forma como eu tenho sido recebido na Casa, como também a forma efetiva como está havendo uma colaboração entre o Congresso e o Executivo, as duas Casas e o Executivo.

Nós tivemos um bom exemplo disso na reforma da Previdência. A Câmara dos Deputados avançou com bastante velocidade. As contribuições da Câmara foram muito importantes, quando chamaram a atenção para a importância do BPC e do





CONGRESSO NACIONAL
Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização

rural, para recalibrar a trajetória de cortes, de programação de desempenho dos gastos futuros.

Da mesma forma, o Senado, quando traz agora para dentro da reforma Estados e Municípios, dá uma contribuição também decisiva para o saneamento fiscal da República Federativa do Brasil. Eu estou muito confiante nesse funcionamento em que o Executivo e o Congresso colaboram nessas pautas.

Eu quero deixar claro que a nossa pauta inicial era tentar justamente a Previdência, que era o maior buraco fiscal, com crescimento explosivo de gastos, o que ameaçava o Brasil. O nosso segundo ponto de ataque seria através do Senado, levando o pacto federativo.

Quando se lançou, na Câmara dos Deputados, a proposta do Deputado Baleia Rossi, e, depois, no Senado, a do Deputado Luiz Carlos Hauly... Eu queria deixar a mensagem de que, apesar de termos tido um acidente de percurso na Receita Federal, a nossa reforma, na verdade, está praticamente pronta e nós vamos lançá-la, trabalhando, de preferência, com uma Comissão Mista, da Câmara e do Senado. Eu acho que isso vai ser muito produtivo. A nossa reforma é conciliatória, pega pontos de uma e de outra e inova também em alguns sentidos.

Nós vamos, muito brevemente, entrar nessa Comissão Mista com a reforma tributária, mas o nosso foco hoje é justamente falar do PLOA e do PPA. Então, a primeira mensagem que eu queria deixar é uma mensagem de convicção no bom funcionamento do Congresso brasileiro para enfrentar o nosso principal problema fiscal. E o nosso principal problema fiscal foi o descontrole de gastos ao longo de 10, 20, 30, 40 anos. Os gastos estão à frente, bem à frente da capacidade de arrecadação do País há 40 anos. Por isso, nós tivemos dois surtos de hiperinflação, moratória externa, crises cambiais recorrentes. Por isso, atacamos primeiro a Previdência. Ela é o déficit mais explosivo, cresce descontroladamente e tem uma bomba demográfica dentro.

Agora nós viramos o nosso foco exatamente para o segundo maior problema. O primeiro maior problema era esse crescimento explosivo da Previdência. O segundo maior problema é venenoso também. Ele é um pouco mais lento, mas está destruindo gradualmente as finanças brasileiras, que é o crescimento das despesas obrigatórias. E isso é, de novo, um desafio importante para a nossa classe política. Eu tenho certeza, pela forma como a classe política está enfrentando todos esses





CONGRESSO NACIONAL
Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização

desafios que têm surgido, de que ela vai enfrentar esse também, que é decisivo e vai levar este Congresso para a história. Este Congresso pode ir para a história. E a razão é muito simples: o Congresso brasileiro vai retomar o controle sobre os orçamentos públicos.

O que aconteceu em 1988, quando nós fizemos a Constituição, é compreensível. Nós vínhamos de um regime político fechado, no qual os gastos foram prioritariamente para a infraestrutura, através de empresas estatais. Então, o modelo econômico durante o regime politicamente fechado, o regime militar, foi um modelo de indução de crescimento através de investimentos em empresas estatais. Tínhamos ELETROBRAS, TELEBRAS, PORTOBRAS, NUCLEBRAS. Todas as empresas investiam pesadamente, sustentando o ritmo de crescimento do País. Por outro lado, quando redemocratizamos o País, os Constituintes de 1988, com muita sabedoria, carimbaram o dinheiro na direção dos gastos sociais. O grande desafio era transformar o Estado de uma ordem politicamente fechada, um Estado que eu chamo de hobbesiano, absolutista, de poder centralizado, com tudo decidido em Brasília, para um modelo democrático, descentralizado, em que a soberania do povo exigia o atendimento das legítimas aspirações sociais numa democracia emergente — dinheiro para saúde, para educação, para saneamento —, através de uma ordem política descentralizada. Então, os Constituintes de 1988, com muita sabedoria, disseram o seguinte: *"Vamos carimbar os recursos públicos para saúde, para educação, e vamos descentralizar a execução dessas políticas sociais, programando a cada ano mais recursos para Estados e Municípios"*. É inteiramente compreensível, naquele momento histórico, essa decisão.

E por que este Congresso pode agora ir para a história? Porque agora é a hora de assumir a maturidade política da democracia brasileira. Keynes dizia que os políticos, quando falam alguma coisa, geralmente estão repetindo ideias de um economista defunto. Um economista que morreu há 30 anos dizia naturalmente, dele mesmo, uma porção de ideias de como podia ajudar aqui e ali, e os políticos ficavam décadas depois repetindo o que ele dizia. Agora nós estamos vivendo um fenômeno contrário: os economistas hoje aqui do orçamento público são escravos de Constituintes defuntos. Eles fizeram a Constituição há 30 anos — alguns já partiram do nosso convívio — e tomaram a decisão correta, naquele momento histórico, de carimbar os recursos, só que se passaram 30 anos, e essas despesas continuam





CONGRESSO NACIONAL
Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização

carimbadas e crescendo ininterruptamente. E, à medida que elas vão crescendo sem controle, elas vão esvaziando a classe política, elas vão tirando os orçamentos públicos da mão da classe política.

Hoje o Prefeito de uma cidade do interior de São Paulo não consegue mais decidir o que ele vai fazer com os recursos. Na cidade onde ele nasceu, cada família tinha 5, 6 filhos; hoje, as famílias têm um ou dois filhos. Então, onde tinha um grupo escolar com 400 crianças, no ano seguinte, saem essas crianças e entram 350; no ano seguinte, entram 300, e o Prefeito tem que trocar de uniforme 3, 4 vezes por ano para cumprir as exigências de gastos em educação. Ele tem que jogar dinheiro público fora para poder cumprir aquela exigência. Enquanto isso, está faltando ambulância para atender os mais idosos, porque aquela cidade já enriqueceu, as famílias são menores. Eram 56 milhões de jovens na escola básica, 30, 40 anos atrás; agora, são 42 milhões; daqui a 10 anos, vão ser 26, 27 milhões, e tem-se que continuar gastando cada vez mais com percentagem do PIB ali, quando está faltando dinheiro justamente para uma população que está envelhecendo. Isso na Prefeitura.

Aí, ao conversar com o Prefeito de Porto Alegre, percebe-se que o problema dele é contrário: os salários do funcionalismo estão subindo muito rápido, e ele precisa travar aqueles salários, mas ele não tem comando sobre a despesa. Ele foi eleito pelo povo para resolver o problema da cidade, mas ele não consegue segurar a despesa. Ao conversar com o Ministro Tarcísio, percebe-se que ele precisa de 60 milhões para terminar uma estrada, e tem 20 bilhões de dinheiro carimbado em fundos que não são acessíveis. Ele não consegue pegar aquele dinheiro.

Aí a Senadora Kátia Abreu, em uma visita que me fez, lúcida, preparada, disse: *"Nós tínhamos que terminar uma ferrovia que vai pegar toda a produção do Centro-Oeste e escoar lá por cima, para chegar à China mais rápido, baixando em 20%, 30% o custo. Não há dinheiro para fazer isso, mas há quatro ou cinco fundos carimbados com dinheiro para logística, mas esse dinheiro não chega lá, não se pode botar a mão"*.

O Ministro não consegue botar a mão no dinheiro, e o resultado disso é um empocamento de recursos. No ano passado, ficaram empocados 26 bilhões de reais, dinheiro que não foi usado, mesmo com a verba aprovada. Os senhores





CONGRESSO NACIONAL
Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização

aprovaram a verba, o Governo aprovou o Orçamento, e o dinheiro não foi usado, porque estava carimbado e ficou empoçado.

O pacto federativo, que é o nosso próximo desafio e que deve entrar pelo Senado, é justamente descarimbar o dinheiro, é assumir a maturidade da democracia brasileira, o protagonismo da classe política. Não têm que andar atrás de Ministro pedindo verba. Que história é essa? São os representantes da população, foram eleitos, as verbas têm que ser descentralizadas e exercidas, sem ser preciso um esforço enorme para tentar uma impositiva para cada Deputado poder ter 10 milhões ou 15 milhões de reais. Não! Há 1 trilhão e meio de reais no Governo Federal. Agora, nós temos que descarimbar esse dinheiro, nós temos que desindexar esse dinheiro, nós temos que desvincular os 280 fundos com dinheiro carimbado. Esse dinheiro não está acessível à democracia brasileira. Estão querendo usar, mas não podem usar porque ele tem uma destinação específica, que foi feita, às vezes, 30, 40, 50 anos atrás.

Ora, não existe uma tarefa mais nobre — inclusive isso será a própria reabilitação do Congresso perante a opinião pública — do que assumir esse desafio. Vamos analisar esses 280 fundos. Vamos analisar isso ao longo de 6 meses, 8 meses, 1 ano. Como é que nós vamos fazer com esses 280 fundos? Com fundos nós vamos descontinuar e devolver o dinheiro para o Orçamento discricionário. Nós poderíamos ter bilhões de reais em recursos discricionários para os Deputados levarem para a sua base eleitoral, para os Governadores e os Prefeitos levarem, mas esse dinheiro hoje está bloqueado, às vezes na conta de um Ministro, e nem ele próprio pode sacar.

Então, o desafio é fazer a avaliação desses 280 fundos, examinar a indexação dessas despesas obrigatórias que estão asfixiando a República e, consequentemente, atrofiando a atuação parlamentar. Como é que um Parlamentar vai se posicionar se 93%, 94% do Orçamento está carimbado? Como é que ele vai explicar para a população que ele foi votado, que ele quer fazer alguma coisa, mas que ele não consegue fazer porque o dinheiro já está carimbado? Controlar os orçamentos públicos é o grande desafio que pode levar este Congresso para a história.

O Congresso hoje está acuado, ele não consegue pegar o dinheiro. O dinheiro está em um cantinho pequenininho, e ele tem que se aproximar do Executivo, tem





CONGRESSO NACIONAL
Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização

que conversar, tem que se entender. Não tem que se entender! Isso é um Congresso, isso é uma República, isso tem que funcionar! Não interessa quem está no Governo, quem está na Oposição. A máquina tem que girar, os recursos têm que girar. A democracia é assim: às vezes é um, às vezes é o outro que está no poder, mas a máquina gira de qualquer jeito — e tem que girar suave.

Nós estamos fazendo a parte desse enfrentamento contando com a colaboração decisiva do Congresso. Melhor ainda é quando conversamos justamente numa Comissão Mista, porque as duas Casas estão contribuindo extraordinariamente. No caso da Previdência, isso ficou muito claro: a proposta sofreu alguns ajustes na Câmara e foi para o Senado, que trouxe os Estados e Municípios, porque nós somos uma República. No nosso pacto federativo, nós criamos o Conselho Fiscal da República. O Presidente da República está lá, o Presidente do Senado está lá, o Presidente da Câmara dos Deputados está lá, o Presidente do Tribunal de Contas da União está lá, e o Presidente do Supremo está lá, porque o Supremo foi empurrado à a constitucionalização de temas que, na verdade, são conflitos entre entes federativos. Por isso nós chamamos de pacto federativo. Como os Estados e Municípios estão sem recursos hoje, eles correm e apelam para Supremo, que, justamente com a ideia de equanimidade, dá uma decisão favorável em uma causa e, de repente, causa um rombo de 20 bilhões de reais no Orçamento da União. Na verdade, todos deveriam estar juntos no Conselho Fiscal da República, cada um sabendo exatamente a situação da Federação, dos Estados, dos Municípios e a cada 3 meses acompanhando essa execução.

Essa é a vida parlamentar saudável. Nós estamos de olho no dinheiro que vai para a saúde, que vai para a educação. Não há esse negócio de um Ministro decidir onde vai botar o dinheiro, se é no programa A, no programa B. Não! Isso é o Congresso, é supervisão do Congresso, é monitoramento do Congresso, é decisão do Congresso. Então este Congresso pode ir para a história pela coragem de enfrentar esse desafio.

Ele já enfrentou um: em 6, 7, 8 meses, ele enfrentou um desafio de quase 1 trilhão de reais que ameaçava destruir a economia brasileira. Isso no tempo dá muito mais, porque pessoas que nunca contribuíram vão entrar, há uma bomba demográfica, eu expliquei isso aqui. Então, em 10 anos, é 1 trilhão de reais — 900 e poucos bilhões de reais foram aprovados —, só que em 20 anos essa conta será de





CONGRESSO NACIONAL
Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização

3 trilhões e meio de reais, e, em 25 anos, mais de 4 trilhões de reais. O Brasil ia pegar fogo muito antes de chegar esse momento.

O Congresso teve a coragem de enfrentar o desafio, e os resultados já estão vindo: a taxa de risco do Brasil está no menor nível da história; os juros já estão começando a descer; a economia já gerou mais emprego nesses primeiros 6, 7 meses do que nos últimos 5, 6 anos; este já é o menor déficit dos últimos 5, 6 anos.

A cessão onerosa estava parada há 5 anos, e graças à atuação de vários órgãos nos ajudando — TCU, Câmara, todo mundo conversando a respeito —, está em andamento e pode sair a qualquer momento, mais 100 bilhões de reais. Desentupimos um problema que estava travando a exploração do petróleo no Brasil. Nós poderíamos ter "zerado" — entre aspas — o déficit da União, pegando os 100 bilhões de reais para nós, sem fazer acordo com o Congresso, porque precisamos da autorização do Congresso para furar o teto apenas para transferir recursos para Estados e Municípios. Se não tivéssemos que fazer essa transferência, ficássemos com 100% dos recursos, não precisaríamos vir aqui. Pegaríamos esses 100 bilhões e mais 16 a 18 bilhões da ELETROBRAS, por exemplo, e estava zerado o déficit deste ano. Mas não, estamos investindo exatamente numa construção conjunta com Estados, Municípios, todos os Poderes da União.

O SR. PRESIDENTE (Marcelo Castro. MDB - PI) - Anuncio a presença do nosso Presidente da Câmara, Rodrigo Maia, a quem eu convido para fazer parte aqui da nossa Mesa. *(Palmas.)*

O SR. CACÁ LEÃO (Bloco/PP - BA) - Agora, os problemas acabaram. *(Pausa.)*

O SR. MINISTRO PAULO GUEDES - Então, com a cessão onerosa, preferimos investir e compartilhar recursos com Estados e Municípios. Do que adianta a União estar zerada, e os Estados e os Municípios, em frangalhos financeiros, enfrentando problemas lá na frente? Preferimos construir a solução juntos. A MP do Saneamento está em andamento; o choque da energia barata quebrando dois monopólios no refino do gás e na distribuição do gás. Fizemos o acordo: MERCOSUL, União Europeia; Área de Livre Comércio na Europa, com Suíça, Noruega, Suécia; agora, livre comércio em automóveis com Argentina e México, negociando, no momento, com Canadá, Coreia, Cingapura.





CONGRESSO NACIONAL
Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização

A economia já está se movendo. Isso leva um tempo, mas ela já começou a se mover. Os resultados já estão vindo acima do esperado nas receitas, nos impostos. Agora, continuamos com o desafio do dinheiro carimbado. E esse dinheiro carimbado esvaziou as atribuições da classe política, porque um dinheiro que foi carimbado por uma geração de constituintes de 30 anos está comandando os destinos da República brasileira.

Nós hoje somos geridos — dizia o Mansueto, experiente Secretário do Tesouro nosso — por um *software*. A República Federativa do Brasil hoje é gerida por um *software*. Há um programinha que manda o dinheiro sair em determinada proporção, e 96% do dinheiro é todo carimbado, e aí ficam ali 4% do dinheiro do lado para a classe política decidir. Isso é uma inversão completa de valores! Uma democracia madura assume os orçamentos públicos. O Congresso assume a condução dos orçamentos públicos. Então, esse nosso Conselho Fiscal da República, na verdade, é um passo inicial do pacto federativo. Ele logo depois vem com contribuições conjuntas.

Eu dizia aqui: a contribuição tem sido extraordinária da Câmara dos Deputados e do Senado: já há uma emenda do Deputado Pedro Paulo que dispara gatilhos. Nós precisamos desses gatinhos. Então, coisas que nós estávamos escrevendo de um lado, de repente, nós descobrimos já também sendo produzidas pela Câmara. De outro lado, nós pensamos na desvinculação dos fundos. A Senadora Kátia Abreu já estava desvinculando três ou quatro fundos para poder acelerar o dinheiro em outra direção.

Então, nós vamos construir isso juntos. Nós vamos mandar a proposta, que já está bastante avançada. Assim que a...

O SR. CACÁ LEÃO (Bloco/PP - BA) - A Senadora Kátia Abreu chegou.

O SR. MINISTRO PAULO GUEDES - A Senadora chegou aí. Acabei de falar da senhora, Senadora.

Eu vou falar pouco. Eu falei bem. Eu falei que a senhora já está de olho na desvinculação de três ou quatro fundos. Depois faremos o que tem que ser feito lá na frente.

Eu dizia justamente o seguinte: nós juntos temos que avaliar esses 280 fundos. Nós temos que avaliar quais dessas despesas que estão carimbadas merecem seguir indexadas. Por exemplo, o salário mínimo, o Presidente já falou que esse tem





CONGRESSO NACIONAL
Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização

que seguir indexado. O.k. De repente, a educação básica. Vamos seguir com isso também. De repente, saúde preventiva, sim; sobre a outra, vamos conversar a respeito.

Então um Congresso na verdade tem que assumir o controle orçamentário da República. Esse é o nosso desafio. Nós vamos encaminhar assim que for devolvida a reforma da Previdência. A reforma da Previdência saindo do Senado, entra um pacto federativo no Senado. Isso numa arquitetura política construída pelo nosso Presidente da Câmara, pelo nosso Presidente do Senado, pela nossa equipe, pelo nosso Governo e na ideia de construir essa solução juntos.

Então eu vou passar os números agora para a nossa turma. A síntese é muito simples. Com dinheiro carimbado, o piso está carimbado e sobe sem parar, é como se nós conversássemos aqui e a cada 5 minutos o piso subisse 1 metro, mais 5 minutos, o piso sobe 1 metro. Daqui a pouco está todo mundo esmagado aqui no teto. Alguns sugerem furar o teto. Eu só diria o seguinte: furar o teto é o que nós fizemos nos últimos 40 anos. Nós furamos o teto. Nós fomos para a hiperinflação porque nós furamos o teto, nós fomos para a moratória externa porque furamos o teto, nós fomos para a recessão porque furamos o teto, nós fomos para os maiores juros do mundo e os mais elevados impostos do mundo porque nós furamos o teto. Então não está no teto a coisa, está em quebrar o piso, está em recuperar o controle sobre as despesas, desde o Prefeito, passando pelo Governador, passando pelos Deputados que têm que ter condição de assumir os orçamentos públicos, e não disputar migalhas de 3%, 4% do Orçamento ali no canto. Se teve 1 milhão, 2 milhões de votos, você tem que vir aqui dizer como é que a política pública tem que funcionar e para onde esse dinheiro tem que ir.

Então nós estamos desenhando isso há algum tempo e temos visto que essa construção é conjunta. Cada vez que conversamos com Senadores, com Prefeitos, com o TCU, com o Supremo, com o Presidente da Câmara, nós temos visto que é perfeitamente convergente isso, ao contrário dessa versão de que estamos numa crise dramática, etc. Não é isso o que eu estou vendo. O que eu estou vendo é uma democracia definindo seus limites, a demarcação de território de poderes independentes. Se alguém abusa de um lado, o outro poder vem e empurra de volta. Esses limites estão sendo definidos num regime democrático vibrante que nós temos hoje aqui e em que a participação do Congresso tem sido decisiva.





CONGRESSO NACIONAL
Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização

Então os nossos números vão entrar agora com o Secretário Waldery, Secretário Especial da Fazenda. A mensagem que fica é a seguinte: os senhores vão ver esse orçamento do ano que vem, 2020. Nós teremos uma extraordinária dificuldade. Ele vai mostrar o número para os senhores. Nós tivemos este ano o déficit previsto em torno de 138; para o ano que vem, 124. Na verdade, ele está um pouco abaixo disso, nós estamos conseguindo resultados um pouco melhores. As despesas que nós estamos programando para este ano estavam em torno de 102; para o ano que vem, estão por volta de 89 e 90, muito baixas. Então nós estamos desbloqueando, quebrando alguns pisos inteiramente constitucionais, desativando coisas que estão no nosso espaço para tomarmos esse tipo de providência, e vamos conseguir pelo menos manter o mesmo nível deste ano. Ou seja, foi um aperto este ano e, no ano que vem, teremos esse mesmo nível de aperto no Governo Federal. Nós estamos apertando o nosso próprio cinto durante o primeiro ano e agora no segundo ano. Estamos apertados nesse orçamento, mas mostrando claramente que as previsões para a frente são dramáticas — e é para todo mundo, Estados, Municípios e Governo Federal — se a classe política não recuperar o controle sobre esses orçamentos. E isso vai ser feito com esse pacto federativo. Há várias dimensões. Uma delas é a própria reforma tributária. Como é que nós arrecadamos os recursos da União? Segundo, para onde vai esse dinheiro? É o Mais Brasil, Menos Brasília. Nós vamos crescer levando os recursos aonde o povo está — saúde, educação, saneamento, lá embaixo. Quem tem poder decisório de alocar isso? É um Ministro, ou é o Congresso? É o Congresso. Então é o Congresso que tem que decidir quanto desse dinheiro desce para o setor "a", para o setor "b", para o setor "c". Nós podemos fazer as simulações iniciais, as nossas sugestões, mas o Congresso é que vai calibrar essas decisões.

E a reforma administrativa é outra dimensão nossa. Nós temos que ver que essas despesas têm crescido descontroladamente e principalmente no próprio setor público. Alguém que está entrando na força de trabalho no setor público já entra com um salário muito próximo do final da carreira. É muito comum ver um sujeito experiente, como o Mansueto, e um jovem que entrou há 5 anos, e a distância é menos de 15% entre o salário de um e do outro, o que está errado. Nós vamos perder os profissionais mais experientes, porque eles vão embora. Então nós temos que reclassificar cargos. É uma reforma importante, que também já está sendo





CONGRESSO NACIONAL
Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização

planejada. Nós vamos fazer essa parte, agora, consideramos indispensável, incontornável a ação decisiva do Congresso nesse pacto federativo, reassumindo o controle sobre os orçamentos públicos. Então nós vamos ver aqui um cenário de penúria e dificuldades, que é o cenário que o nosso secretário vai mostrar, mas eu acho que o que nós vamos ver em 1 ou 2 anos é um cenário bastante diferente, inclusive já com uma economia animada, ativada e em recuperação de crescimento.

Obrigado. (*Palmas.*)

O SR. PRESIDENTE (Marcelo Castro. MDB - PI) - Peço ao Sr. Waldery Rodrigues que espere um pouco, porque eu vou passar a palavra ao nosso Presidente da Câmara dos Deputados, porque ele tem necessidade de sair, e gostaríamos todos de ouvi-lo.

O SR. RODRIGO MAIA (DEM - RJ) - Boa tarde a todos. Eu só vim dar um abraço no Ministro e na sua equipe. Infelizmente não vou poder ficar, mas conheço um pouco o que é o Orçamento. Eu acho que todos nós que estamos na política devemos sempre refletir muito sobre a peça orçamentária do próximo ano, que, como disse o Ministro, deixa de forma clara a sinalização de que ou nós reformamos o Estado, ou nós estaremos aqui apenas validando o pagamento de pessoal e o custeio da máquina pública, sem nenhuma capacidade de investimentos. Ele falou do aumento descontrolado dos gastos públicos. Nós sabemos que isso acontece. A indexação de 80% do Orçamento nos faz economizar de um lado, e todo ano isso crescer sem o nosso controle, 30 a 40 bilhões de reais, fora a Previdência, que, antes de promulgada, cresce mais 40 a 50 bilhões de reais. Fizemos um Orçamento que atendeu à cúpula do serviço público, atendeu a poucas empresas, que conseguiram aqui quase 400 bilhões de incentivos fiscais, e nós, que representamos a população, não conseguimos atender à sociedade brasileira. São essas reformas que eu tenho certeza de que juntos defendemos, com divergências de alguns do plenário. Mas eu tenho certeza de que o objetivo final de todos é o mesmo, os que pensam de uma forma ou de outra: é que o Parlamento possa transformar o Brasil, reduzir a pobreza, reduzir a desigualdade e garantir crescimento econômico com geração de emprego.

Ministro, mais uma vez, obrigado pela presença e conte com este Presidente da Câmara, que tem muitas convergências com as suas ideias!

Obrigado. (*Palmas.*)





CONGRESSO NACIONAL
Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização

O SR. PRESIDENTE (Marcelo Castro. MDB - PI) - Agradeço a presença do Presidente da Câmara, Rodrigo Maia, e passo a palavra ao Sr. Waldery Rodrigues Júnior, Secretário Especial de Fazenda.

O SR. WALDERY RODRIGUES JÚNIOR - Obrigado, Presidente Marcelo Castro.

Boa tarde a todos e a todas. Cumprimento os Senadores e Deputados aqui presentes, senhores e senhoras. Eu vou ficar em pé porque a projeção é direta e nós vamos seguir com as informações principais associadas ao PLOA 2020 e ao PPA 2020/2023.

(Segue-se exibição de imagens.)

São cinco as premissas para a apresentação do PLOA. A primeira é a preservação dos mínimos constitucionais. Tanto saúde quanto educação foram atendidos no envio do PLOA. A segunda são as regras do PLDO, também atendidas, bem como a Emenda Constitucional nº 100, de 2019, que trouxe metas e prioridades e a impositividade. A terceira premissa adotada foi a questão da Nova Previdência, PEC 06. Nós utilizamos o formato aprovado na Câmara dos Deputados. *Grosso modo*, as simulações se mantêm com a nova versão que está em discussão no Senado. A quarta é a consideração do sistema de proteção social dos militares na forma encaminhada pelo Poder Executivo. Então, coerentemente com o PLDO, o PLOA traz alterações para os militares. A última é: sem compensação para os demais Poderes do Executivo. O que nós temos é que a compensação do Executivo para os demais Poderes cessou em 2019, cessa este ano. Em 2020, a compensação é nula.

Aqui nós temos os principais parâmetros, e eu vou me deter exatamente no que mais interessa. O PIB para o PLOA 2020 está estimado em 2,17 como taxa de crescimento. Esse é o valor que entendemos o mais adequado. Com isso, impacta o crescimento de receitas. Em seguida, nós temos indicadores de preços, inflação. Temos também a questão extremamente importante que é o preço médio de petróleo. Tem havido algumas alterações, recentemente, inclusive, mas nós estimamos um preço de 61,45 dólares para o barril de petróleo. Aqui está o valor do salário mínimo, 1.039 reais, com correção pelo INPC. Essa não é uma política do salário mínimo, temos até a data de dezembro deste ano, mas o valor está ali estabelecido. E esta é a massa salarial: um crescimento de 6,28.





CONGRESSO NACIONAL
Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização

Este gráfico é o que o Ministro Guedes coloca como o mais didático, o mais explícito com relação a qual é o mais grave problema do Orçamento da União. Esta Casa, em particular a CMO, tem em suas mãos um poder decisório tremendo para mudar essa situação. O que aqui está posto? As despesas obrigatórias com um crescimento muito elevado, partindo de um nível já elevado, mais de 1 trilhão e 300 bilhões de reais de despesas obrigatórias, amassando, comprimindo fortemente as despesas discricionárias, que aqui estão em vermelho, com valores próximos de 90 bilhões de reais. No PLOA 2020, o valor é precisamente de 89 bilhões.

Esse é o quadro que temos que mudar. Aqui mora o problema. Não é, por exemplo, na disciplina fiscal trazida pelo teto de gastos. O problema se encontra aqui. O Ministro Guedes apontou de maneira bem direta: o piso e o teto. Nós temos o piso e o teto; a despesa obrigatória é gigantesca; o que sobra é uma fatia muito pequena, algo como 4% do Orçamento de despesas discricionárias, sendo que nessas despesas discricionárias estão incluídos investimentos, que estão em seu patamar mais baixo do nível histórico — o investimento público.

O gráfico seguinte representa a mesma noção, só que em percentuais. Vou passar.

E aqui nós temos a radiografia do que vai acontecer em termos do resultado primário — despesa primária comparada com receita primária. A nossa estimativa para este ano mantém-se em 139 bilhões de reais. A meta de primário será seguida. E para os próximos anos, nós temos uma sequência de 124, 68 e 31 bilhões de déficit. O que é que isso nos traz? Traz uma sequência de 6 anos de déficit primário. Estamos vivendo o sexto ano; o sétimo ano será em 2020. Caso as reformas estruturais, uma mudança que o Poder Executivo, em diálogo com o Congresso Nacional, busca como solução para o País, e a solução mais efetiva, em termos de que o Governo central saia dessa situação deficitária...

Este é o gráfico que reflete o resultado primário. Esta linha azul é o valor zero; para cima é positivo; para baixo é negativo. O que é que nós temos? Nós temos uma síntese da gravidade fiscal. Por transparência e cautela, seguindo a diretriz do Ministro Guedes, a equipe de orçamento e fiscal traz exatamente o *status quo*, a situação atual do Orçamento do Brasil. Nós temos, em termos de percentual de PIB, o primário, em 2019, um pouco abaixo de 2% de déficit, 139 bilhões de reais, e a estimativa de déficits em anos à frente decrescente, mas ainda na área negativa.





CONGRESSO NACIONAL
Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização

O que está aqui embaixo é um tema que, *grosso modo*, sintetiza, resume a política traçada pelo Ministro Guedes. A nossa preocupação é ampla. Queremos cuidar dos fluxos primários, mas também dos fluxos patrimoniais, com privatização e desinvestimento, e dos fluxos financeiros, por exemplo, antecipando o recebimento de empréstimos feitos ao BNDES. O Governo, nesses 8 meses e meio, já antecipou o recebimento de 70 bilhões de reais que haviam sido emprestados ao BNDES, e o Banco, respeitando sua capacidade de liquidez, solvência e governança, já devolveu esses recursos à Nação, poupando um espaço fiscal que mais à frente será conseguido para políticas sociais, para políticas com alto retorno para a sociedade.

O que está em azul é o chamado resultado nominal. Aqui temos o resultado primário. Esta parte são os juros da dívida. Aqui, está o resultado nominal. E o que vemos aqui? Vemos, em 2015, uma completa catástrofe do ponto de vista fiscal, um déficit nominal, que inclui o resultado primário mais o pagamento de juros da dívida, de quase 9% do PIB. A nossa estimativa é de que, até 2022, o resultado será de déficit, ainda, mas num patamar da ordem de 5% do PIB.

Entendemos que as políticas traçadas com a nova Previdência, a reforma tributária e outras medidas estruturais, com uma completa mudança do mercado de trabalho e incentivo ao crédito privado farão o resultado primário reagir positivamente. Então, essa curva vermelha vai levantar-se, e a curva azul se levantará ainda mais, proporcionalmente à curva vermelha. Teremos um resultado primário que capta a necessidade de financiamento do setor público como um todo em muito melhor perfil.

A política fiscal e orçamentária é a coluna vertebral para todas as outras políticas. Se ela é bem tratada, se ela está sendo vista e implementada com zelo, as outras políticas podem ser colocadas e implementadas de maneira perene.

Nesta outra tabela, vou ser bem sintético com relação aos números aqui postos. O que mais nos interessa? No PLOA 2020, o total de receitas é de 1,644 trilhão de reais. Tirando as transferências, o líquido fica em 1,355 trilhão de reais. A nossa estimativa de despesa é de 1,479 trilhão de reais. Faltam, então, 124 bilhões de reais. Esse é o valor de déficit primário previsto para o próximo ano. Este ano, o déficit é de 139 bilhões de reais, uma meta que será cumprida.

E aqui nós temos outros pontos. Hoje, há um contingenciamento da ordem de 21 bilhões de reais. Sexta-feira passada, nós anunciamos — o Ministério da





CONGRESSO NACIONAL
Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização

Economia, em conjunto com a Casa Civil — o descontinenciamento de 12,5 bilhões de reais. O que nos permite chegar a esse valor é uma situação fiscal mais confortável. E há um viés de novo descontinenciamento mais à frente, quer seja por uma recuperação à margem das receitas, quer seja por um recebimento de dividendos de bancos públicos, que permite que esse descontinenciamento seja feito. À frente, o que nós temos é um valor para o ano que vem de 124 bilhões de reais.

Seguindo, nós temos uma discriminação das receitas. E vale aqui destacar três pontos, que têm também, como o Ministro Guedes apontou, uma importância muito expressiva, na realidade, essencial para o Congresso.

O que nós temos com relação à receita total para o ano que vem é 1,644 trilhão de reais. Mas notem que, por transparência e cautela, o valor que estamos colocando aqui para concessões e permissões é da ordem de 21 bilhões de reais para o ano de 2020. Nesse valor, está incluída, por exemplo, a ELETROBRAS. Se nós não tivermos a desotização da ELETROBRAS, que está em um valor de 16 bilhões de reais, aproximadamente, esse valor de 21 bilhões de reais não se realizará. Surge, então, aqui, uma oportunidade política e uma chamada ao Congresso Nacional para resolver o problema grave do orçamento primário.

Outro...

(Intervenção fora do microfone.)

O SR. WALDERY RODRIGUES JÚNIOR - Pois não.

(Intervenção fora do microfone.)

O SR. WALDERY RODRIGUES JÚNIOR - São 16,2 bilhões de reais, Senadora.

Além disso, de forma cautelosa, o que está aqui previsto para dividendos e participações é o valor de 7,8 bilhões de reais. Esse valor deverá se expressar em montante muito maior, em função de o Governo Federal estar com uma política de desinvestimento, desestatização e privatização muito mais acelerada do que está posto aqui. Portanto, nós temos elementos de: 1) atenção e zelo com o orçamento, em particular com a redução da despesa obrigatória; 2) transparência e cautela nos dados que aqui estão postos, em particular do lado da receita, quer seja receita de dividendos, quer seja receita de concessões.





CONGRESSO NACIONAL
Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização

A tabela seguinte detalha as despesas. Aqui, há um ponto fundamental, que mostra o engessamento, a rigidez do orçamento e a necessidade de os senhores e as senhoras tomarem decisões com relação a essa mudança de que a sociedade brasileira tanto precisa. Da nossa despesa total, que é de 1,479 trilhão de reais, a grande despesa é a da Previdência, no valor de 682 bilhões de reais. A segunda grande despesa primária é a de pessoal. O Ministro Guedes foi bem enfático ao dizer que precisamos ter uma reforma administrativa, uma reforma que contemple esse gasto elevado, por vezes distorcido, em termos de incentivos no gasto com pessoal. É um valor muito grande.

Quando olhamos todas as despesas obrigatórias, restam as importantíssimas despesas discricionárias, que estão no patamar de 89 bilhões de reais. O que isso quer dizer? Quer dizer que, no PLOA do ano passado, nós enviamos um total de despesas discricionárias de 102 bilhões de reais. Agora, estamos enviando um PLOA com despesas discricionárias no valor de 89 bilhões de reais. O Relator, o Deputado Domingos Neto, já nos perguntou: "*E as medidas para recomposição?*" Essas medidas estão em andamento. Mas o fato é que, comparando o valor de 89 bilhões de reais deste ano com o valor de 102 bilhões de reais do ano passado, percebemos um amassamento da ordem de 13 bilhões de reais. Como essa diminuição se procedeu? Com a redução de 75% para 69% no custeio da máquina — isso não implica comprometimento da máquina, mas aperto severo; não trabalhamos com nenhuma hipótese de *shutdown* — e, ao mesmo tempo, redução do investimento de 27 bilhões de reais para 19 bilhões de reais, o valor mais baixo da série histórica.

Esse quadro precisa ser alterado, porque a sinalização dada aqui é a de que o investimento público é muito baixo. O grande motor, o grande *drive*, o grande elemento que vai proporcionar a retomada do desenvolvimento é o investimento privado. A nossa intenção é recuperar, em conjunto com o Congresso, que é soberano em suas decisões, esse patamar de investimento público. Mas só o investimento privado é capaz de dar a resposta de que o Brasil precisa. Por exemplo, para recompor e não haver depreciação de capital em todos os modais de infraestrutura, são necessários cerca de 200 bilhões de reais.

Seguindo, nós temos o atendimento à regra de ouro. Faltam-nos 367 bilhões de reais, quando comparada a despesa de capital com o total de operações de





CONGRESSO NACIONAL
Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização

crédito. E o Ministro Guedes já disse aqui que, à medida que passa o tempo, mais difícil se torna, tecnicamente, fechar o orçamento e enviá-lo para o Congresso com obediência a todos os requisitos técnicos.

Por exemplo, no ano passado, nós enviamos um orçamento com uma condicionalidade para que esta Casa aprovasse 258 bilhões de reais em créditos complementares, um suplemento de 258 bilhões de reais. Este ano, esse número subiu mais de 100 bilhões de reais. São necessários 367 bilhões de reais. E mais: se o seu olhar atento captar — isso é bem direto —, enquanto no ano passado nós tínhamos, para o atendimento da regra de ouro, cinco itens que estavam condicionados à aprovação pelo Congresso, este ano temos muitos itens — 12. O valor é muito grande e, espalhado, afeta vários componentes.

Aqui, nós temos o teto de gastos. O total do teto de gastos, simplesmente corrigido pelo IPCA, fica em 1,454 trilhão de reais. Grosso modo, a mensagem básica que temos aqui é a de que o Poder Executivo, em 2020, não vai mais compensar a diferença com os demais Poderes. Em 2019, essa compensação foi da ordem de 3,36 bilhões de reais. Não haverá mais nenhuma compensação em 2020.

Os dois últimos eslaides desta apresentação — vou pular este — mostram exatamente como os 89 bilhões de reais de despesas discricionárias serão alocados por Ministério. Nós temos, no eslaide 16, o valor final de 89 bilhões; no eslaide 15, a alocação das verbas para cada um dos Ministérios, atendendo àquela restrição de somar 89 bilhões de reais.

É necessário que esta Casa analise com bastante atenção as medidas provisórias e outros regulamentos legais que serão enviados para os senhores e as senhoras, com relação a essa recomposição desses 89 bilhões de reais para algo próximo de 100 bilhões de reais.

Aqui encerramos esta parte. Não sei se há aí uma apresentação do PPA. Se houver, peço só que seja projetada rapidamente. São três eslaides apenas referentes ao PPA. *(Pausa.)*

O PPA é a nossa única peça orçamentária que tem uma característica plurianual; vislumbra 4 anos.

Qual é a nossa diretriz? Fazer a simplificação metodológica do PPA e trazer transparência e realismo fiscal. Esse é um diferencial deste PPA, se comparado com





CONGRESSO NACIONAL
Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização

PPAs de anos anteriores. Nós temos um realismo fiscal e um alinhamento com o planejamento estratégico dos Ministérios.

Em termos de simplificação, a primeira diretriz, nós temos a simplificação legal e a metodológica. O número de programas, objetivos, indicadores, metas e iniciativas, neste PPA, foi reduzido dramaticamente. A intenção é termos operacionalidade e realismo no PPA.

O realismo fiscal se dá pelo fato de que o que está colocado aqui tem a real possibilidade de ser efetivado. O PPA tem uma mensagem direta. Não é com financiamento do setor público, por exemplo, que conseguiremos reerguer a infraestrutura brasileira.

Esses são os investimentos prioritários. Vejam o montante que aqui está lançado. O Senador Oriovisto, que é o Relator do PPA, sabe bem como este quadro foi montado e a discussão que houve em cima dele. Nós temos o valor de 16,7 bilhões de reais. É um valor expressivo, mas muito abaixo do que precisamos.

A mensagem para o PPA, de forma realista, para um realismo fiscal direto e transparente, é que temos que buscar outros financiamentos para a infraestrutura. E, no pequeno valor que nos resta, damos uma efetiva prioridade. Em PPAs de anos anteriores, essa prioridade não era, por vezes, explicitada ou era com um número muito grande de ações. Quando tudo é prioritário, há baixíssima prioridade para as coisas importantes.

E há o alinhamento com planejamento estratégico e outro componente, que é a avaliação da política pública. Quanto menor a quantidade de recursos, mais cresce a importância de que aquela ação que foi realizada seja avaliada, para se saber se retornou o que interessa à sociedade.

São esses os pontos do PPA.

Obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Marcelo Castro. MDB - PI) - Muito bem. Agradeço a participação ao Sr. Waldery

Concedo a palavra ao Relator do orçamento, o Deputado Domingos Neto.

O SR. DOMINGOS NETO (PSD - CE) - Boa tarde a todos e a todas.

Cumprimento o nosso Presidente, o Senador Marcelo Castro, e, na pessoa dele, todos os membros da CMO.





CONGRESSO NACIONAL
Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização

Agradeço ao Senador Oriovisto, Relator do PPA; ao Deputado Cacá Leão, Relator da LDO; e ao Ministro Paulo Guedes, a quem também parablenizo pela apresentação, assim como parablenizo a sua equipe, na pessoa do Waldery e do Esteves.

Ministro, eu preparei aqui cinco perguntas acerca de temas muito importantes sobre os quais ainda pairam dúvidas. Eu queria iniciar com o discurso que o senhor fez na tarde de hoje.

Eu já tive oportunidade de ouvir muitas vezes — muitos aqui também tiveram — sobre a intenção do Governo, nas suas palavras, de desvincular, desindexar, desobrigar. Eu queria conhecer mais a fundo o que já existe de proposta sobre isso. Eu queria saber o que se vai desindexar, onde se vai desindexar, o que se vai desobrigar e como será essa desvinculação, para termos clareza, e não ser apenas uma questão superficial. Nós todos temos interesse em conhecer isso a fundo, porque, no seu discurso, empolga-nos muito essa prioridade ao Congresso nas decisões orçamentárias. Para isso, gostaríamos de conhecer mais a fundo quais seriam essas medidas, como conciliar com as novas regras fiscais, como a regra do teto de gastos, e quando o Poder Executivo pretende enviar ao Congresso essas medidas.

E aí eu faço outra pergunta também sobre prazo. Por diversas vezes, conversei com sua equipe sobre as medidas que, como V.Exa. gosta de falar, quebram o piso. Para essas nós temos urgência, para que nós possamos, já na Lei Orçamentária de 2020, aumentar o nível de despesas discricionárias, a fim de chegarmos a um patamar de investimentos acima dos 19 bilhões de reais previstos, tentando manter pelo menos o que foi previsto para 2019 e, quiçá, aumentar esse valor. Já ouvimos falar teoricamente quais seriam essas medidas. Gostaríamos, então, de saber se já existe alguma coisa mais consolidada e o prazo de envio delas ao Congresso, porque isso é fundamental para que já possamos prever isso no orçamento de 2020.

Outra questão, Ministro, é relativa à informação do Waldery sobre o aumento do número de despesas que estão condicionadas à aprovação do PLN do empréstimo para o ano que vem, para que não se quebre a regra de ouro. Essas despesas têm uma média de 27,5% das dotações condicionadas, algumas 40%, algumas menos do que isso. Por que trato disso? Explico aos pares. É evidente que, para um programa ter continuidade, ele precisa ter previsão orçamentária que lhe





CONGRESSO NACIONAL
Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização

permita funcionar, independentemente da aprovação de PLN, a fim de que se possa prever um condicionamento à aprovação para dar tempo ao Congresso de aprovar o PLN. Mas, nos benefícios previdenciários rurais, por exemplo, esse condicionamento está em 98%. Então, como é que o Governo vai conseguir garantir os benefícios rurais com um condicionamento de 98%, na medida em que, por exemplo, no benefício urbano, esse condicionamento é de apenas 1,1%? Essa é uma grande preocupação de todos nós.

Na LDO de 2019, quando o Governo já se preparava para pela primeira vez permitir um PLN para abertura de crédito, atendendo à regra de ouro, aprovou-se um dispositivo que criava um plano de revisão de despesas e receitas. E o Deputado Cacá Leão mais uma vez traz no seu relatório da LDO, no art. 110, uma redução de benefícios tributários em 0,5% nos próximos 3 anos. Para isso, qual era a previsão de encaminhamento do referido plano e quais são as medidas que estão em estudo nesse sentido?

Finalizo com uma questão mais técnica que já vinha discutindo com a sua equipe também. Como será a nova ação da "00RT"? Isso tem criado dúvidas entre nós. Ainda temos dúvida sobre como serão usados os 125 milhões de reais de despesas que eram desvinculadas em receitas da Previdência.

Por último, Ministro, menciono a dupla limitação do orçamento. Nós temos um teto de gastos e também temos uma meta. Como nós estamos buscando cada vez mais... A maior parte dos que estão aqui votou a favor da criação do teto, mas, por vezes, a meta também tem sido limitadora a menor. Então, até que ponto se pode discutir a meta para garantir que o Governo tenha recursos para fazer os investimentos necessários? Essa é uma pergunta que nós gostaríamos de fazer para entender a intenção do Governo Federal.

O SR. MINISTRO PAULO GUEDES - Obrigado pelas perguntas, Deputado Domingos Neto.

Vou falar primeiro sobre o *timing* do envio das propostas e, logo depois, sobre a especificidade das propostas.

O nosso *timing* eu havia combinado com o Presidente da Câmara e com o Presidente do Senado. Houve um momento, logo após aprovação da reforma da Previdência na Câmara, em primeiro turno, em que se entendeu que era possível que a reforma fosse aprovada em segundo turno antes das férias. Isso acontecendo,





CONGRESSO NACIONAL
Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização

o Presidente do Senado até tinha se voluntariado para dizer: *"Em vez de tirar férias, o Senado pode de repente ficar trabalhando para aprovar isso, de forma que, quando acabarem as férias, já entraremos com o pacto federativo no Senado"*. Essa era a ideia original.

Houve um desengate, em algum momento, no *timing* do processo político, de que os senhores entendem muito mais do que eu. De certa forma, nós esperamos o desenlace desse quadro com a aprovação da reforma da Previdência no Senado, o que até agora está em andamento.

A nossa ideia é o Senado entregar a aprovação da Previdência num dia, e, no outro dia, enviarmos o projeto do pacto federativo ao Congresso. Nesse intervalo, houve o que chamei de errar o passo da dança. Nós estávamos dançando mais ou menos juntos, e, de repente, ocorreu essa defasagem de tempo, e acabou entrando em discussão na Câmara dos Deputados a proposta de reforma tributária do Deputado Baleia Rossi, e o Senado começou a discutir a proposta do ex-Deputado Luiz Carlos Hauly. Nós já dissemos que vamos trabalhar com uma Comissão Mista, com todos juntos, porque eu acho que vai ser bem mais construtivo. A nossa proposta estava bastante avançada também, mas um dos pilares foi baleado. Não tem problema, vamos recompor isso. É como um pneu furado: tem que encher de novo e colocar outro pneu para rodar.

A nossa ideia era enviar essas propostas o mais rápido possível. Talvez na semana que vem já apresentamos a proposta de reforma tributária para discussão em conjunto, numa Comissão Mista do Senado e da Câmara. Se o Senado entregar logo na primeira ou segunda semana de outubro, ou seja, daqui a 3 semanas, a aprovação da reforma da Previdência, daqui a 3 semanas enviaremos a proposta de pacto federativo.

Especificamente quanto às medidas, há muita coisa que vai ser feita em conjunto, e há coisas que já são específicas. Nós falamos assim: *"Vamos desindexar!"* Mas a desindexação vai até aonde? Aí, nós começamos a fazer as primeiras simulações. Se desindexássemos tudo, o espaço decisório, vocês viram...

Coloque de novo na tela aquele gráfico com as despesas discricionárias e as outras.

Se decidíssemos ir dormir um dia no Brasil e acordar, no dia seguinte, com o Congresso funcionando da forma como funcionam os Congressos de Estados





CONGRESSO NACIONAL
Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização

Unidos, Alemanha e Inglaterra, onde não há nada indexado, a Câmara faria a análise do orçamento todo ano, ao chegar o final do ano, e diria: *"Houve inflação de 2%, 3%. Vamos reajustar os benefícios públicos. Mas este ano não vamos reajustar o salário do funcionalismo, porque, afinal de contas, ele subiu 17 anos seguidos 20% a 30% acima da inflação, está bem acima da média do Brasil. Vamos segurar isso. Mas vamos aumentar as aposentadorias mais baixas. E não vamos aumentar só no nível da inflação, não. Vamos aumentar mais do que a inflação. Vamos dar um aumento real para as aposentadorias mais baixas"*. Ora, o Congresso pode fazer isso a qualquer momento. Isso valoriza extraordinariamente o Congresso.

Hoje, não é assim! Hoje é um *software* que fica rodando. O Brasil está indo mal, está pobre, tem um PIB que caiu 3,5% dois anos seguidos, e um sujeito privilegiado que tem salário de 60 mil reais, trabalha num determinado lugar ou é diretor de uma empresa privada ou é juiz do nosso Judiciário e tem aumento real automático porque a maquininha fica girando, o *software* fica girando. O PIB cai 3,5%, há 13 milhões de brasileiros desempregados, e o salário dele sobe 6% porque a inflação foi de 6%. Por exemplo, no último ano do Governo anterior, aliás, antes do *impeachment*, a inflação chegou a 11%, e o salário de uma porção de gente privilegiada subiu 11%.

O PIB caiu 3,5%, 16 milhões de pessoas estavam desempregadas, e o salário de alguém que já é privilegiado subiu automaticamente. Ora, isso não é razoável! O Congresso poderia dizer: *"Olha, este ano não sobe o salário do funcionalismo"*. É esse poder de decisão que nós queremos devolver para a clássica política. Esse protagonismo a classe política tem que assumir.

Quando nós fizemos as primeiras simulações...

(Segue-se exibição de imagens.)

A linha azul que vocês veem ali indica que a classe política não tem controle sobre 1,272 trilhão de reais. Sobre 94% a 95% do orçamento não há o menor controle. A classe política disputava recursos que eram de 120 bilhões de reais, foram para 90 bilhões de reais e agora vão para 80 bilhões de reais. O valor está descendo. Isso vai asfixiar completamente a atuação da classe política. Daqui a pouco, ela não decide mais nada. Vai todo mundo para casa, porque já está tudo carimbado. E as decisões vão ficando irracionais. As decisões começam a ficar irracionais. Há uma recessão, 16 milhões de pessoas sendo colocadas em





CONGRESSO NACIONAL
Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização

desemprego, e os mais altos salários do funcionalismo público estão subindo 11% porque a inflação foi de 11%. Isso tira completamente a racionalidade do processo decisório político. É isso que nós queremos devolver.

Nós fizemos algumas simulações. Se tirarmos toda a indexação, na mesma hora aparecerão 37 bilhões de reais para o ano que vem. Aí alguém pode dizer: *"Mas não tira do salário mínimo"*. Aí essa liberação de recursos cai para 27 bilhões de reais. Aí outro diz: *"Não tira também da educação"*. Aí a liberação cai para 20 bilhões de reais. Tudo bem. Ainda existem 20 bilhões de reais disponíveis. Se outro disser: *"Não tira também da saúde"*. Tudo bem, a liberação cai mais um pouco. Aí vocês deixam indexado o que quiserem. Vocês podem examinar todas as rubricas.

Por isso que eu digo que é um Congresso que pode ir para a história. Da mesma forma que o Congresso em 1988 foi para história, porque ele foi lá e carimbou o dinheiro e descentralizou as verbas, nós vamos retomar o caminho que eles fizeram de descentralizar as verbas, porque o Governo Federal criou contribuições não compartilhadas. Como ele se atrapalhou, como ele começou a tropeçar em políticas equivocadas, ele acabou tendo que apelar para contribuições não compartilhadas, não dividindo recursos com Estados e Municípios.

Estados e Municípios continuaram afundando financeiramente. Hoje está todo mundo meio que em frangalhos. Exatamente nesse pacto federativo, nós vamos pegar todos esses recursos do pré-sal, que vão sair do chão, e vamos começar a distribuir cada vez mais intensamente para Estados e Municípios.

Nós vamos retomar aquele espírito de descentralização que havia lá atrás e de fortalecimento da Federação brasileira, com o dinheiro indo para onde o povo está, para saúde, educação e saneamento. O dinheiro tem que ir lá para a ponta, onde o povo vive.

Isso aumenta o protagonismo da classe política. O Deputado vem aqui, aprova a verba, aprova o orçamento e leva o recurso para a base dele. Isso desemboca numa reforma política lá na frente, com voto distrital misto, com o que vocês quiserem, dando justamente representatividade e força para o Parlamentar.

Então, nós estamos indo nessa direção. Nós vamos oferecer a proposta genérica da desindexação, mostrando as simulações. Aí vocês falam: *"Vem até aqui. Isso aqui, sim; isso aqui, não. Isso aqui, sim; isso aqui, não"*.





CONGRESSO NACIONAL
Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização

A mesma coisa vale para os fundos. Quando falamos em desvinculações, são 280 fundos. A Senadora Kátia Abreu citou o exemplo que eu tinha dado, antes de ela entrar. Ela falou: *"Olha, há quatro fundos aqui mexendo com logística, e eu gostaria de canalizar os quatro para uma coisa só"*. Então, tirem o carimbo dos quatro, recarimbem em um só, mas para ser extinto ali na frente. É melhor do que deixar os quatro esterilizados como estão hoje.

Aí vai existir outro fundo. O Governador Caiado governa um Estado do Centro-Oeste. O Governo Estadual está quebrado, não tem recursos. Ele poderia usar recursos do Fundo do Centro-Oeste. Aí há uma pergunta aos Governadores da Região. O que vocês preferem? Preferem continuar com esse Fundo em cujos recursos o Governador de um Estado quebrado não encosta, porque o dinheiro é carimbado e só sai para fim determinado, específico, bolado 30 ou 40 anos atrás?

Pode ser que o da logística tenha uso, como a Senadora descobriu, mas pode ser que o Fundo do Centro-Oeste não tenha uso. O dinheiro está parado lá, e ninguém o usa.

Pode ser que os Governadores, então, e é o natural, digam: *"Olha, pega esse dinheiro do fundo aí e joga para nós, Governos do Centro-Oeste"*. Ninguém vai meter a mão nos recursos de um Fundo que é de outro. Esses recursos não vão para o Rio Grande do Sul. Ele fica no Centro-Oeste. Mas, quem sabe, os Governadores não preferem ter acesso aos recursos diretamente?

Então, 280 fundos serão analisados pelos senhores. V.Exas. terão 1 ano ou um pouco mais, para fazer isso. Essa aprovação da descentralização de recursos, da desvinculação desses fundos, da desindexação de algumas rubricas vocês é quem decidem. Não há nada aqui que seja impositivo, sem os senhores concordarem. É uma proposta de pacto federativo. E nós estamos colocando todos no pacto.

O TCU tem que vir participar dos debates, porque o TCU tem que ajudar os TCEs. Quando quebra um Estado como Minas ou como Goiás, onde estavam os TCEs? Eles precisam praticar as mesmas regras praticadas pelo TCU.

Da mesma forma, quando um Estado investe contra a União, o Supremo tem que fazer justiça e diz: *"Bom, a União tem dinheiro. Vamos espertar essa conta na União"*. Ora, é muito mais interessante que também o Supremo esteja lá no Conselho Fiscal da República, porque ele estará acompanhando tudo, estará vendo que os recursos estão indo para todos os Estados, mas há um Estado em particular





CONGRESSO NACIONAL
Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização

cuja administração é transgressora, é irresponsável, queima dinheiro público, está fazendo a coisa errada. Então o Supremo está ali acompanhando os fatos, atualizado. Se aquele Estado recorrer ao Supremo, contra a União, o Supremo vai dizer: *"Não, eu vi que ele está agindo de forma errada"*.

Nós vamos, na verdade, colocar a República para funcionar de uma forma muito saudável. E o Congresso, eu acho, vai entrar para a história na hora que assumir esse desafio.

Eu conversei sobre isso também com alguns Ministros do Supremo. A expressão "vamos para a história" é de um deles. Um deles falou assim: *"Tem que ter muita coragem. Mas, se nós tivermos, nós vamos para história, porque nós vamos realmente transformar o Congresso Brasileiro na Casa que efetivamente representa o povo"*.

Representar o povo é controlar os orçamentos públicos. O Congresso existe para decidir para onde vão os recursos públicos. Então, você é votado, tem o voto, mas não há dinheiro sobre o qual exercer controle. Isso hoje é decidido por um *software*, porque o dinheiro está todo carimbado. Então, tem que ter coragem para dizer: *"Olha, essa decisão de carimbar os recursos 31 anos atrás foi correta, foi sensata, mas não é mais. Nós já temos maturidade. Somos uma democracia madura, sabemos discutir o orçamento, sabemos decidir no voto"*. O Governo que tem maioria decide que o recurso vai para saúde e educação. Depois, ganha outro Governo e decide que o recurso vai para defesa e educação. Em seguida, vem outro e destina o recurso para infraestrutura e transporte. Os Governos têm que se habituar com isso. Esse é o debate saudável.

O SR. PRESIDENTE (Marcelo Castro. MDB - PI) - Ministro Paulo Guedes, nós estamos preocupados com o tempo, porque há muitos inscritos. Então, eu peço um pouco mais de brevidade nas respostas.

O SR. MINISTRO PAULO GUEDES - Desculpe-me.

O SR. PRESIDENTE (Marcelo Castro. MDB - PI) - Tem a palavra o Relator do PPA, o Senador Oriovisto Guimarães.

O SR. ORIOVISTO GUIMARÃES (PODEMOS - PR) - Ministro Paulo Guedes, Presidente Marcelo Castro, Deputado Domingos Neto, Sr. Waldery Rodrigues, que nos brindou com sua explanação, vou ser breve nas perguntas e breve na minha explanação, exatamente para que o Ministro tenha mais tempo para responder.





CONGRESSO NACIONAL
Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização

Ministro, quero lhe dizer que o PPA tem me dado bastante trabalho. Já passei alguns fins de semana lendo e relendo o projeto, que imprimi e risquei, porque gosto de fazer isso e gosto de economia. Eu tentei, Ministro, sobretudo, traduzir para o bom português toda aquela linguagem metodológica de estratégia, de tática, de eixos, de planos finalísticos, etc. e tal, para passar para uma conversa que qualquer um entenda, que qualquer dona de casa entenda, porque eu acho que essa é a questão. Muitas vezes, eu sinto que meus próprios colegas não entenderam ainda a gravidade da situação que vive o País.

Eu quero dizer que se nós pegarmos os seis eixos em que o Governo vai gastar nos próximos 4 anos, os eixos institucional, social, ambiental, econômico, de infraestrutura e de estratégia de defesa, o Governo fala em gastar 6,802 trilhões de reais, quase 7 trilhões de reais. A primeira pergunta que eu me fiz foi: para onde vai esse dinheiro? Estou arredondando para 7 trilhões de reais, mas são 6,8 trilhões de reais. Mas 7 trilhões é um número fantástico! Onde o Governo vai gastar isso? Em português bem claro, vai gastar com a Previdência quase 3 trilhões de reais e vai gastar 1,5 trilhão de reais com salários. Isso já dá 4,5 trilhões de reais. Vejam que dois itens quase comem tudo o que nós vamos gastar nos próximos 4 anos — estamos pegando aqui o primeiro ano do futuro Presidente.

Olhando para isso, eu observo ainda que, em isenções tributárias, nós estamos falando de 814 bilhões de reais. E há uma tese que muita gente levanta, no sentido de que, se diminuirmos as isenções tributárias, sobrar dinheiro para cobrir o déficit. Só que nós sabemos que é impossível diminuir isso. Há contratos, há empecilhos legais que tornam isso quase impossível. Créditos de outras fontes são 676 bilhões de reais. E a coisa basicamente acaba aí.

Aí eu tive uma curiosidade, minha gente. Quanto é que o Governo vai gastar, nos próximos 4 anos, em despesas de capital? Vai gastar 135 bilhões de reais. Sabem o que significam esses 135 milhões de reais sobre os 6,8 trilhões de reais? Significam 0,20% do total.

O SR. MINISTRO PAULO GUEDES - Perfeito. Perfeito.

O SR. ORIOVISTO GUIMARÃES (PODEMOS - PR) - Ou seja, a teoria de que o Estado pode ser o motor que vai provocar o crescimento fala de um motor fundido. Esse motor se acabou.

O SR. MINISTRO PAULO GUEDES - Perfeito. Está perfeito.





CONGRESSO NACIONAL
Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização

O SR. ORIOVISTO GUIMARÃES (PODEMOS - PR) - Então, eu vejo, Ministro, que se não tivermos atitudes quase heroicas, como diz o senhor; se este Congresso realmente não avançar sobre certos tabus, sobre certos interesses corporativos, sobre certas despesas carimbadas; se o programa de privatizações não for realmente muito forte...

A realidade que nós temos mostra, primeiro, que o Governo Bolsonaro está condenado a governar, nos 4 anos do seu mandato, com déficit primário todos os anos. O último ano, que tem o déficit menorzinho, terá déficit de 31 bilhões de reais. Só o próximo Presidente, que não sabemos quem será, terá um superávit primário de 18 bilhões de reais, que também é pífio. Para os senhores terem uma pequena ideia da nossa situação, a nossa dívida interna, a dívida bruta, deve chegar, no final deste PPA, a 7,764 trilhões de reais, quando o nosso PIB estará em torno de 9 trilhões de reais. Ou seja, a nossa dívida interna vai significar 83% do valor do PIB.

Esse quadro macroeconômico todo me faz, é claro, ficar preocupadíssimo e me faz ficar pessimista. Eu sei que o Ministro da Economia tem que ser otimista, até porque ele é um fator que anima ou desanima empresários. Mas aqui, em *petit comité*, discutindo esses números, explique as razões pelas quais o senhor é otimista, por favor! (*Palmas.*)

O SR. MINISTRO PAULO GUEDES - Excelente a análise do Senador Oriovisto. Excelente análise. Ele descreveu a armadilha do baixo crescimento. Ele descreveu como a indexação desses recursos — esse dinheiro carimbado — levou a uma despesa crescente que devorou os orçamentos públicos, e hoje se gasta quase tudo do orçamento com Previdência e com o funcionalismo. E para o Governo aplicar, desses trilhões de reais que, ao longo de 4 anos, somam quase 7 trilhões de reais, sobram 19 bilhões de reais por ano para investimentos, ou seja, nada, nada. Aí o Brasil não cresce. Por isso nós tivemos que transformar o eixo e, em vez de falar que é o Governo que... Como abusaram do Governo, o Governo está quebrado. Como ele vai investir esse dinheiro? Ele quebrou. Ele agora tem que consertar as finanças. Mas nós não vamos ficar parados. Então, o que nós vamos fazer? Nós vamos liberar a infraestrutura toda para os investimentos estrangeiros e para os investimentos privados locais. Toda a fronteira do pré-sal terá novos investimentos por meio de concessões, trazendo também recursos privados, locais e internacionais, principalmente locais.





CONGRESSO NACIONAL
Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização

Nós vamos acelerar as privatizações. Por exemplo, este ano, em que estamos ainda em marcha lenta nas privatizações — nós estamos em marcha lenta! —, trouxemos aqui, mas não... Vou dar um exemplo claro: a ELETROBRAS precisa investir 14 bilhões de reais todo ano só para ficar com 33% do mercado de geração e 36% do mercado de distribuição. Ou seja, ela hoje é responsável por um terço da energia elétrica brasileira — um terço. Para ela ficar no mesmo lugar, com um terço do mercado, ela precisa investir 14 bilhões de reais todo ano. Qual é o máximo que ela consegue investir hoje? É 3,5 bilhões de reais. Então, ela está condenada a desaparecer com o passar do tempo, a não ser que nós consigamos privatizá-la. A privatização trará 10 bilhões, 15 bilhões, 20 bilhões, 30 bilhões de reais para investimentos, e aí a luz acende de novo. Do jeito que está indo, a luz vai se apagar. Por isso, nós precisamos privatizá-la.

Nós ganhamos duas vezes quando privatizamos. Primeiro, nós atraímos investimentos de fora. Muita gente diz que o Governo quer privatizar para baixar despesa e para arrecadar. Não. A primeira razão é atrair investimentos. Está provado pelo Senador Oriovisto, que se interessa por assuntos orçamentários, que o Governo furou os quatro pneus. Os Governos passados quebraram o Estado brasileiro. O Estado brasileiro quebrou, está com os quatro pneus furados, não consegue investir por anos. Agora, nós vamos ficar parados? Não. Nós vamos começar, então, a nos abrir para os investimentos privados em gás, petróleo, mineração, infraestrutura. E isso começa a empurrar a economia brasileira de novo, o que, aliás, sempre aconteceu em outros países.

A reconstrução da Alemanha e do Japão no pós-guerra, o crescimento acelerado das economias anglo-saxãs, o crescimento acelerado do Chile, aqui embaixo, tudo isso foi empurrado por investimento privado. É o caminho da prosperidade que nós dissemos. O caminho do declínio a gente conhece. Nós estamos vendo o drama dos nossos irmãos argentinos, nós estamos vendo o drama dos nossos irmãos venezuelanos, nós estamos vendo o caminho do inferno como é: primeiro, quebra-se o país; depois, começa a convulsão social, com fome e quebraadeira. Nós conhecemos esse caminho e não o queremos. Nós queremos o caminho da prosperidade. Só as privatizações que nós fizemos, que estão ainda em marcha lenta, já significaram a desalavancagem dos bancos públicos. Nós começamos a desalavancá-los, e eles devolveram a dívida para a União. Eles se





CONGRESSO NACIONAL
Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização

endividaram com a União para fazer um campeão nacional aqui, um empréstimo para Cuba e Venezuela ali. Só com a devolução desse dinheiro, nós já liberamos 30 bilhões de reais do orçamento para o ano que vem, um Bolsa Família inteiro. Então, nós queremos os recursos para a área social.

Nós queremos os recursos para a saúde, para a educação. Essa bandeira é uma bandeira brasileira. Não há nada de errado com quem propôs gastos sociais e com educação e saúde. Está tudo certo. Não tem nada errado com isso. O problema é achar que o dinheiro nasce na árvore. Ele não nasce na árvore. E achar o contrário quebra o País e o leva para o caminho da Venezuela. Então, nós precisamos recalibrar essas trajetórias, e isso é o que está sendo feito.

Eu parablenizo o Senador Oriovisto, porque a conclusão é esta mesmo: os investimentos públicos estão colapsando, estão implodindo, estão encurralados. Q ação política também vai se esterilizando, não tem como decidir agora e dizer: *"Ah, vou dar dinheiro para isso e para aquilo"*. Não! Aquilo foi encurralado, encurralado, e o dinheiro acabou. A máquina está digerindo aquilo tudo, consumindo tudo. Ela digere por si só. E aí tem se que ter a coragem política e dizer: *"Não, espera aí! Você já está ganhando"*. Descarimbar o dinheiro é o seguinte: nós vamos desindexar alguns privilégios; o salário mínimo, não. Vamos mexer só com alguns privilégios. Toda vez que se fala em atacar algum privilégio, alguém vem e põe um pobre como escudo na frente. *"Querem tirar do pobre."* Não, nós não queremos tirar nada do pobre, não. Nós sabemos de quem nós queremos tirar. Nós sabemos exatamente de quem nós vamos tirar, está certo? E a mesma coisa acontece no enfrentamento do problema tributário. Nós vamos ter que fazer um ataque forte a isso também.

Então, está perfeita a sua análise. A conclusão é exatamente essa. Eu não poderia terminar de forma melhor do que dizendo que, como nós estamos vendo, desses quase 7 trilhões de reais, 4,5 trilhões de reais — quase 5 trilhões de reais — já vão embora só com a máquina pública. O resto são atividades sociais, educação e tal. Sobrou quanto para investimento? Nada. Como é que o País vai crescer, se não tem nada para investir? E o dado mais dramático, o senhor citou. São menos de 200 bilhões de reais nos próximos 4 ou 5 anos.

O SR. ORIOVISTO GUIMARÃES (PODEMOS - PR) - São 134 bilhões de reais.





CONGRESSO NACIONAL
Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização

O SR. MINISTRO PAULO GUEDES - São 134 bilhões de reais. Sabe quanto precisamos investir este ano só para manter o parque produtivo? Precisamos investir 200 bilhões de reais. Nós vamos passar 4 ou 5 anos sem conseguir investir o necessário, digamos, só para manter a capacidade produtiva em um ano. Então, a situação do setor público é dramática — é dramática! Isso pode até alegrar a Oposição. Ela pode dar um sorriso e dizer: "*Opa, eles estão encurralados. Deixamos eles encurralados*". Realmente, queimaram tanta grana que deixaram o País encurralado. Não tem problema, é do Brasil. É isso mesmo.

A cada hora é um. Somos todos brasileiros e estamos trabalhando juntos.

O SR. ORIOVISTO GUIMARÃES (PODEMOS - PR) - Sr. Presidente, quero pedir desculpas ao Ministro e a todos os presentes.

O SR. MINISTRO PAULO GUEDES - Gostaria de anunciar que saíram os dados do Cadastro Geral de Empregados e Desempregados — CAGED, do Ministério do Trabalho, referentes à geração de empregos neste mês: 121 mil vagas. O melhor agosto desde 2013! (*Palmas.*)

O SR. ORIOVISTO GUIMARÃES (PODEMOS - PR) - Sr. Presidente, o Plenário do Senado está votando agora a indicação de Augusto Aras para a Procuradoria-Geral da República — PGR. Tenho que ir ao plenário lá para votar. Se houver nesta audiência pública outros Senadores, é importante que nós votemos.

Peço perdão ao Ministro por ter que me ausentar.

O SR. PRESIDENTE (Marcelo Castro. MDB - PI) - Esta audiência pública da CMO é conjunta com a da Comissão de Educação. Nós fizemos um acordo para, no início, os autores do requerimento poderem falar alternadamente aos membros da CMO.

Cumprindo este acordo, passo a palavra ao Deputado Pedro Cunha Lima, Presidente da Comissão de Educação.

O SR. PEDRO CUNHA LIMA (PSDB - PB) - Sr. Presidente Marcelo Castro, Deputado Domingos Neto, meus cumprimentos ao Ministro Paulo Guedes e a toda a equipe econômica do Governo, os quais parablenho por este vibrante resultado: o melhor agosto desde 2013! Isso nos traz otimismo. Nós, que queremos consertar o Brasil, que entendemos que o Brasil merece mais do que isso, celebramos, porque sabemos que é muito mais fácil quebrar um país do que consertá-lo.





CONGRESSO NACIONAL
Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização

Falando em nome da Comissão de Educação, Ministro, agradeço ao Presidente Marcelo Castro a deferência.

Por mais que compreendamos o cenário econômico, existe uma preocupação enorme de todos os que militam na área da educação para que o cenário de despesas obrigatórias, que crescem e limitam nossa margem discricionária, prejudique sobretudo algumas Pastas, entre as quais se inclui a da educação.

No PLOA 2020 — o Dr. Waldery Rodrigues me corrija se eu estiver errado —, salvo engano, já existe um valor discricionário para o Ministério da Educação menor que o previsto no PLOA 2019. Isso nos enche de preocupação, pois vivemos num país onde, pela última avaliação de alfabetização, 55% das crianças com 8 anos, o que representa mais da metade de um país nesse universo, não conseguem ler adequadamente. Nós não atingimos nem 30% das crianças mais pobres com acesso a creches.

Portanto, é importante que se compreenda quando se diz que o Brasil já investe 6% do PIB em educação. Nós precisamos entender o diagnóstico educacional em que nosso País vive e quanto se alcança *per capita* — é isso que interessa. Nós temos um desafio tremendo na formação de professores, bem como o desafio de implementação da Base Nacional Comum Curricular. Temos, igualmente, um gargalo educacional, que, na minha opinião, representa a ruína do Brasil. Não se consegue ter competitividade sem dar às pessoas o direito de ler ou de fazer uma conta básica de matemática.

Na minha visão, a economia anda no mesmo trilho que a área social: quando se investe no social, tem-se retorno econômico. Quando se educa uma nação, torna-se a nação competitiva. E por aí vai. Não existe disputa. Quando há, é uma falsa disputa, como se fossem coisas antagônicas, como aquela que se dá entre empregada e patrão.

A pergunta direta e objetiva é: existe algum cenário para reverter este quadro e, ao menos, ter uma sequência no orçamento da educação? Cito como exemplo o caso específico da CAPES, que teve o orçamento reduzido à metade. Isso, de certo modo, é consequência desta realidade, na minha visão.

Por fim, Ministro, quero trazer uma perspectiva diferente de tudo o que já foi dito aqui até então. Eu não me incomodo com despesa indexada obrigatória. Se a despesa obrigatória tiver a finalidade de combater as desigualdades sociais, pode-





CONGRESSO NACIONAL
Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização

se, na minha opinião, vincular 100% do Orçamento, mas se este vínculo tiver eficiência no combate às desigualdades sociais.

Nós podemos ter um *software*, como V.Exa. diz, mas um *software* eficiente para distribuir oportunidades e colocar dinheiro numa creche, por exemplo. É ridículo termos que dizer isto numa reunião como esta, mas nós temos o Proinfância, um programa de 2007, que, mesmo com mais de 10 anos, tem mais de 4 mil creches inacabadas. Se fossem 10 universidades, como há corporação para defender, este País pararia. Como se trata de creche, o País não para. O saldo é de 2 bilhões de reais.

Portanto, se tivéssemos um *software* que vinculasse eficiência para acabar com as desigualdades, eu não faria questão. O problema é que não é isso que acontece. Nós temos uma vinculação que perpetua as desigualdades.

Para finalizar meu raciocínio, eu tenho muito medo da ideia de devolver 100% para a política. Por quê? Esta política, Ministro, e eu lamento muito ter que dizer isto, é aquela que consegue mexer no abono salarial e na Previdência. Com dificuldade, mas conscientemente, eu votei a favor da Previdência, porque sei que cumpri minha obrigação. Mas esta política que mexe no abono salarial, Deputado Cacá Leão, não tem a capacidade de mexer, por exemplo, no auxílio-creche do Procurador da República. Eu poderia falar do auxílio-mudança que recebe um Deputado reeleito. Não faz sentido um Deputado reeleito receber auxílio-mudança — ele já está aqui em Brasília!

A PEC dos penduricalhos, coisa que eu tento fazer andar nesta Casa, acaba com o auxílio-creche, o auxílio-saúde, o auxílio-moradia, o auxílio-doença, o auxílio-livro. Há Procurador que recebe auxílio-leitura! A injustiça está aí, e não no fato de ser vinculado ou não. Esta PEC acaba com todos esses auxílios para quem recebe mais de 10 mil reais. O fato é haver um recurso que está sendo dirigido a uma camada social que não precisa deste tipo de assistência.

Desta forma, devolver 100% para a política me causa preocupação, porque a política não demonstra maturidade, pelo contrário. São os mesmos últimos 40 anos que nos fazem ter o receio de que a política, infelizmente, não tem o espírito público de combater as desigualdades.

Com base nisso, eu pergunto se há um estudo que consiga separar o que é vinculado e que cumpre alguma finalidade social relevante, como o muito que foi





CONGRESSO NACIONAL
Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização

mencionado aqui sobre a Previdência, por exemplo, e o que é vinculado e serve para perpetuar as desigualdades, mantendo esses privilégios que, infelizmente, por termos demorado tanto, não conseguimos mudar. *(Palmas.)*

O SR. MINISTRO PAULO GUEDES - Perfeito, Deputado Pedro Cunha Lima!

Os senhores são esse *software*, espero, o *software* que vincula a defesa da educação básica e desvincula o penduricalho dos privilégios do lado de lá. Este é o exame que estamos colocando aos senhores. Os senhores vão criar um *software* novo, em vez de ficarem com o *software* antigo, que perpetua as desigualdades.

É sobre isto que eu estou falando: seja Oposição, seja Governo, a Casa tem lucidez suficiente e mostrou isso quando viemos aqui com a reforma da Previdência. Alguns diziam: *"Não encostem no rural, não encostem no BPC! Isso aí não dá. Mas cortar ali pode"*.

É fundamental que haja esta interação, para o Brasil dar certo. O que nós estamos propondo é exatamente isso.

Quanto à educação, novamente nós estamos fazendo esta política. O Governo brasileiro, eu diria inadvertidamente, talvez tenha sido capturado por corporações, desde corporações com interesses privados, até corporações com interesse público. Eu tendo a confiar na maturidade de uma classe política que enfrentou tudo o que enfrentamos juntos: nós tivemos duas hiperinflações, moratória e duas recessões. E o Brasil saiu do lado de lá.

Agora muitos dizem que há uma crise, que isso ou aquilo vai fechar. O que há é uma crise de demarcação de territórios por poderes independentes. O Supremo vira e diz que estão invadindo, que o Ministério Público está sendo abusivo, está invadindo o espaço dele. O Ministério Público retruca: *"Esperem aí! Vocês é que estão querendo se proteger das impunidades"*. Esta reação é legítima, é a democracia vibrante a funcionar.

Nós estamos assistindo ao aperfeiçoamento das instituições. Não há razão nenhuma para duvidarmos de nós mesmos. Faz 30 anos que isso está sendo construído. Às vezes, vai-se para um lado; às vezes, vai-se para outro, mas todo mundo está colaborando e tentando ajudar.

Eu concordo inteiramente, Deputado, com suas observações a respeito da educação. No Brasil, acontece, em relação à educação básica, é que nós estamos com 30% dos indicadores da OECD, a Organização para a Cooperação e





CONGRESSO NACIONAL
Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização

Desenvolvimento Econômico, mas, quando chegamos ao ensino superior, são 80%. Nós gastamos muito mais com a parte de cima do que com a parte de baixo.

Como V.Exa. disse, trata-se da infância. O maior investimento que podemos fazer, em nome da igualdade e da oportunidade, é justamente nas idades mais tenras. Há estudos científicos sobre isso. O Prêmio Nobel mostra que o retorno do investimento que se faz na idade entre 0 e 3 anos é muito maior que o que se faz de 3 anos a 6 anos, que, por sua vez, é muito maior do que o de 6 anos a 12 anos, que, por sua vez, é muito maior que se faz no ensino superior. A verdade é que se pode atacar as desigualdades tendo em mira a creche e o ensino básico. É por aí que se tem que começar.

O orçamento da nossa LOA mostra como o Governo está encurralado, como os recursos foram travados. Aí se fala: *"Mas vai cair de 23 bilhões de reais para 21 bilhões de reais?"* Nós não vamos deixar isso acontecer, nós vamos ter que nos virar. Hoje, como estamos tendo uma queda de 102 bilhões de reais para 89 bilhões de reais, todo mundo caiu, e este foi um dos que caíram menos — outras rubricas caíram mais ainda. Porém, nós vamos tentar resolver isso, exatamente com a colaboração dos senhores. Nós estamos aqui para mostrar que isso pode ser reposto desindexando-se justamente os penduricalhos dos privilegiados. Vai-se lá e muda-se esta chave: acabou. Nós atendemos aos 2 bilhões de reais que faltam.

Há também os fundos capturados por corporações privadas: são 280 fundos. Imaginem quantos fundos de interesse privado não há dependurados em recursos públicos! Nós vamos lá, desativamos, desvinculamos, e já vem mais dinheiro.

Dou um exemplo de como isso acabou de acontecer agora. A multa da PETROBRAS pela Operação Lava-Jato lá fora gerou 2 bilhões e 600 milhões de reais em recursos. Esta foi a multa que a PETROBRAS teve que pagar exatamente por ser processada lá fora, num acordo que o Governo brasileiro fez com o Governo americano. A multa poderia ter sido muito maior: poderia ter sido de 5, 6 ou 8 bilhões de dólares. De repente, eles reduziram e deixaram que isso fosse pago pela PETROBRAS, para que o Governo brasileiro resolvesse. Houve até um movimento do próprio Ministério Público, que queria um pouco que os recursos fossem para lá. Aí, disputa para cá, disputa para lá, dos 2 bilhões e 600 milhões de reais, 1 bilhão de reais foi direto para a educação básica. Está aqui: 1 bilhão de reais para a educação infantil, 250 milhões de reais para o Programa Criança Feliz, 250 milhões para





CONGRESSO NACIONAL
Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização

bolsas do CNPq, 100 milhões para ações socioeducativas. O fato é que 1,6 bilhão de reais foram destinados justamente à área social e à educação.

A sensibilidade da Câmara é decisiva, independentemente de partido do Governo ou Oposição. Ela informa o processo decisório. O que estamos propondo é exatamente isso.

É até curioso eu, que sou economista, dizer que eu confio plenamente na alocação política e um político dizer que não sabe se há maturidade suficiente para isso. Vejam a beleza da democracia!

O SR. PRESIDENTE (Domingos Neto. PSD - CE) - Vamos iniciar os debates, fazendo blocos de cinco, intercalando as manifestações entre os membros da CMO e os membros da Comissão de Educação.

Tem a palavra o Deputado Claudio Cajado, primeiro membro da CMO.

O SR. CLAUDIO CAJADO (Bloco/PP - BA) - Quero cumprimentar o Sr. Presidente, o Senador Marcelo Castro, e o Ministro Paulo Guedes, em nome dos quais cumprimento toda a Mesa, os Deputados e as Deputadas, os Senadores e as Senadoras, bem como os colegas aqui presentes. Meus cumprimentos à Líder Deputada Joice Hasselmann.

Ministro, a maior demonstração da crise que estamos vivendo é a quebra da regra de ouro. Nós não iríamos quebrar uma regra prevista para investimentos, para termos que repeti-la para cobrir as despesas de custeio. Nós estamos tomando dinheiro emprestado para pagar despesas de custeio. Esta é a demonstração clara dos problemas que o Brasil enfrenta.

Eu percebo, Ministro, que no próximo ano nós vamos passar por grandes dificuldades. Eu tenho dito isso nesta Comissão. Quando votamos o teto de gastos, que é uma medida correta, era para termos votado, concomitantemente, a reforma da Previdência. A partir do momento em que votamos o teto de gastos e não votamos a reforma da Previdência, o *gap* que nós tínhamos para que estas despesas, que crescem naturalmente, vegetativamente, não crescessem não ocorreu.

Em tempo, parabeno o Senador Oriovisto Guimarães, que continua otimista. Aliás, não tem a opção de não sê-lo. S.Exa. ainda conseguiu passar, e vamos passar bem — os indicadores mostram isso. S.Exa. está fazendo um trabalho extraordinário. Aliás, eu quero dizer que, depois do número 1, o Presidente





CONGRESSO NACIONAL
Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização

Bolsonaro, temos dois grandes nomes que estão dando norte ao País: o Presidente Rodrigo Maia e S.Exa.

Na minha opinião, nós teremos um problema grave no ano que vem. Com o achatamento desse *gap*, dessa diferença, vamos sofrer uma pressão da sociedade, e nós políticos vamos pressionar o Governo. Não há outra opção. Nós vamos por um caminho: o caminho da impositividade plena do Orçamento.

Eu sou desta Comissão há anos. Sei que esta Comissão normalmente não erra. Quando estabelecemos a receita e os outros critérios, nós sempre acertamos. Isso depende de maturidade, como disse o Deputado Pedro Cunha Lima. Nós temos que atingir a maturidade. Hoje nós ainda não a alcançamos — estamos aprendendo com os erros e os acertos.

Eu penso, portanto, que o ano que vem será difícilíssimo, Ministro. Eu vejo apenas a seguinte saída, como o senhor já expressou: as concessões, as privatizações e o crescimento da economia. Se estes três fatores não ocorrerem, isolada ou concomitantemente, nós viveremos o pior dos mundos no ano que vem. Digo isso porque não podemos perder o controle fiscal. Nós estamos entre a cruz e a espada: se correremos, o bicho pega; se ficarmos, o bicho come. O Parlamento está dando esta demonstração, sem que haja o problema que houve no ano passado, ou seja, não votarmos a reforma. Nós votamos neste ano. Se não votarmos também a reforma do Estado, a reforma tributária, entre outras, acabaremos enfrentando o pior dos mundos no ano que vem.

O Relator do Orçamento, o Deputado Domingos Neto, fez algumas colocações que o Relator da LDO, o Deputado Cacá Leão, irá reiterar. Nós queremos ajudar, com o espírito público, S.Exa. e o Governo.

Eu, pessoalmente, e a Líder Joice Hasselmann, nesta Comissão, estamos vendo um ambiente extremamente difícil. Como eu sou da Bahia, onde não se come uma boa refeição sem pimenta, sugiro que coloquemos uma pitadinha, já que no ano que vem nós teremos eleições.

O SR. MINISTRO PAULO GUEDES - Perfeito, Deputado Cajado!

O SR. PRESIDENTE (Marcelo Castro. MDB - PI) - Concedo a palavra ao Ministro Paulo Guedes.

O SR. GLAUBER BRAGA (PSOL - RJ) - Ficou pactuado um bloco de cinco, Sr. Presidente.





CONGRESSO NACIONAL
Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização

O SR. PRESIDENTE (Marcelo Castro. MDB - PI) - Ministro, seria melhor sem fazer o bloco. Nós adiantaríamos mais.

Tem a palavra o Deputado Glauber Braga, um dos autores do requerimento.

O SR. GLAUBER BRAGA (PSOL - RJ) - Sr. Paulo Guedes, o Secretário apresentou aqui, nos dados, uma ampliação do Orçamento geral na comparação entre 2019 e 2020, mas, ao mesmo tempo, com o Orçamento geral sendo ampliado, nós temos, de fato, uma diminuição de 8 bilhões de reais para a educação.

Hoje, no Brasil, nós temos os institutos federais, os colégios federais e as universidades federais vivendo muitíssimas dificuldades para terminarem o ano letivo. Eu fui, nesta semana, a um instituto federal no Estado do Rio de Janeiro. Eles estão precisando, para fechar as contas, de aproximadamente 1,7 milhão de reais.

A pergunta que eu faço ao senhor é a seguinte: se o ano de 2019 já teve tal grau de estrangulamento, como ficará a educação pública brasileira no ano de 2020?

A segunda pergunta: na tentativa de desvinculação, o Governo Federal está buscando retirar dinheiro público do ensino superior para ampliar a presença do capital privado em relação à oferta de cursos na educação pública?

Eu não poderia deixar de fazer outra pergunta. O senhor falou sobre a captura de interesses privados nos espaços públicos brasileiros. O senhor desmente e nega as reportagens que saíram no UOL e no *site* Brasil de Fato, que declararam que os negócios privados do senhor tinham uma relação bilionária com o setor privado de educação? Esta é uma pergunta que tem que ser respondida pelo senhor.

Além disso, Sr. Paulo, o senhor apresentou a tese de que todos os problemas econômicos que nós vivemos hoje no Brasil têm relação direta com o descontrole nos gastos públicos de 10 anos em Governos anteriores, e diz que alguém faz uma crítica, do ponto de vista econômico, a Esquerda, porque considera que o Estado tem que ser o empregador de última instância, posição, é claro, muito diferente da defendida pelo senhor e pela sua equipe.

No entanto, Sr. Ministro Paulo Guedes, Lula venceu as eleições em 2002. Em 2003, o Governo teve superávit primário; em 2004 teve superávit primário; em 2005 teve superávit primário; em 2006 teve superávit primário; em 2007, superávit primário; em 2008, superávit primário; em 2009, superávit primário; em 2010, superávit primário; em 2011, superávit primário; em 2012, superávit primário; em





CONGRESSO NACIONAL
Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização

2013, superávit primário. Em 2014, o jogo empata, e se coloca Joaquim Levy no Ministério da Fazenda, que depois é indicado pelo senhor como Presidente do BNDES.

Com a política adotada pelo Sr. Joaquim Levy, há uma considerável diminuição dos investimentos públicos, com retração exponencial da economia e, conseqüentemente, ampliação do déficit. Desde que esta cartilha começou a ser colocada em prática pelo Governo Federal, ele só cresce.

Eu acho interessante este fato, porque os senhores falaram da necessidade de diminuir o controle obrigatório sobre algumas despesas públicas. Quem estabeleceu o maior controle foi a política econômica defendida pelos senhores quando se estabeleceu a emenda do teto, que restringe e controla os investimentos no conjunto das áreas públicas, mas não estabelece nenhum limite para o pagamento de juros e para a amortização de dívida. E eu nem estou defendendo que isso deva acontecer. Eu estou defendendo que é preciso ter, sim, a revogação do congelamento e da emenda constitucional que define que não haverá investimentos públicos nas mais variadas áreas de governo, defesa esta que é feita apenas no Brasil. Nenhum país do mundo, já que o senhor citou vários, adota a mesma medida.

Para finalizar, o senhor disse que os políticos normalmente são escravos de algum economista defunto.

O SR. MINISTRO PAULO GUEDES - John Maynard Keynes.

O SR. GLAUBER BRAGA (PSOL - RJ) - Foi ele quem disse. Eu ia dizer, complementando, mas o senhor fez uma citação e não citou o pensador e o economista.

O SR. MINISTRO PAULO GUEDES - Citei, sim.

O SR. GLAUBER BRAGA (PSOL - RJ) - Eu não ouvi. Eu pensei que o senhor tivesse dito como fala sua, mas não há problema. Este não é o problema. Que bom o senhor ter designado o autor da frase, que necessariamente não é um pensador da linha do senhor — muito pelo contrário, é bem diferente. O senhor e a sua equipe fazem uma defesa ultraliberal.

Sr. Ministro Paulo Guedes, se existe alguém que é escravo de algum economista defunto, este alguém — falo isso respeitosamente, mas com toda a firmeza que o momento exige — é o senhor e sua equipe econômica, que são





CONGRESSO NACIONAL
Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização

escravos de Milton Friedman. Nós, aqui, estamos defendendo uma política econômica que retire da pobreza milhões e milhões de brasileiros.

Termino, Senador Marcelo Castro, lembrando que o senhor fez um anúncio. O senhor, efusivamente, apresentou um dado colocando-o como se fosse o melhor da série histórica, mas surgiu outro dado. Acabou de surgir, Ministro.

O SR. FELIPE FRANCISCHINI (PSL - PR) - O tempo encerrou, Sr. Presidente.

O SR. GLAUBER BRAGA (PSOL - RJ) - Acaba de sair a última pesquisa de aprovação popular e de confiança no Governo Bolsonaro. É a pior, na série histórica brasileira.

O SR. PRESIDENTE (Marcelo Castro. MDB - PI) - Conclua, nobre Deputado.

O SR. GLAUBER BRAGA (PSOL - RJ) - Concluo, Sr. Presidente, dizendo que, na educação pública, o que vimos foi a diminuição de recursos que facilite a ampliação do setor privado.

Eu gostaria que o senhor explicasse suas relações com o setor privado, se teve, de fato, ganhos bilionários na área da educação, com seus negócios, antes de entrar para o Ministério.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Marcelo Castro. MDB - PI) - Concedo a palavra ao Deputado Cacá Leão, pela Comissão Mista de Orçamentos.

O SR. CACÁ LEÃO (Bloco/PP - BA) - Cumprimento V.Exa., Sr. Presidente, e o Deputado Domingos Neto, a quem parabenizo pela explanação e pelas perguntas. Saúdo o Ministério Paulo Guedes.

Quero falar da alegria, Ministro, de ter o senhor mais uma vez nesta Comissão. Na última vez em que aqui estive, eu disse, no início da minha fala, que V.Exa., se não foi o maior, talvez tenha sido um dos maiores financiadores da credibilidade eleitoral que o Presidente Jair Bolsonaro adquiriu ao longo do tempo, e V.Exa. precisaria ter coragem, palavra esta usada por V.Exa. algumas vezes na sua fala.

Cumprimento o Secretário Especial de Fazenda Waldery; o Subsecretário Esteves; e, por intermédio do George e da Superintendência de Orçamento, os demais técnicos da equipe econômica do Governo Federal.

Ministro, primeiro, devo dizer que eu concordo plenamente: sou completamente contrário, diferentemente do meu colega Deputado Claudio Cajado, a se furar o teto. Eu acho que furar o teto significa cometer o mesmo erro que se cometeu ao longo





CONGRESSO NACIONAL
Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização

de anos passados. É a mesma coisa que se ter uma dívida pessoal e se gastar mais do que se arrecada — o caminho é um buraco. O orçamento público tem que ser tratado desta mesma forma. Eu acho que o caminho é, parafraseando suas palavras, realmente quebrar o piso.

Como solicitou o Deputado Domingos Neto, eu queria que V.Exa. exemplificasse um pouco mais este formato e dissesse quais são as medidas de curto prazo que o Governo está adotando para quebrar o piso. Se, em 2019, a situação orçamentária já está difícil, em 2020 será realmente bastante preocupante. O Deputado Domingos Neto falou da média da diminuição orçamentária órgão a órgão, de 27,5%, mas há casos específicos, como ele também citou. Eu até brinquei com ele: mandei uma mensagem pelo WhatsApp, perguntando se ele estava copiando o que eu havia escrito no meu papel.

Há realmente casos específicos, como a questão rural, que chega a ter quase 90% de dificuldade, e as universidades, 45%. Portanto, os números são bastante assustadores, muito maiores até que esta média de 27,5%.

Eu queria lhe dizer que olho a questão da desindexação com médios olhos. Concorde, em grande parte, com o que o senhor disse, mas também concordo com a fala do Deputado Pedro Cunha Lima, que nos antecedeu. Nós precisamos olhar, e eu já disse isto, o investimento na educação, por exemplo. Neste caso, vou tratar de um tema sensível, como a questão dos recursos do FIES. Para mim, o FIES foi um bom programa, mas pessimamente executado. O FIES se transformou em negócio de dono de universidade e em negócio para se ter diploma. Hoje nós vemos um grande grupo de pessoas que, mesmo com um diploma debaixo do braço, às vezes não consegue escrever o português direito.

O FIES deveria ter tido metodologias de fiscalização para as universidades que tinham notas e méritos AA, porque, às vezes, realmente é mais barato se formar numa universidade privada do que numa universidade pública. Porém, o nível de excelência do ensino na universidade pública é realmente muito melhor.

Devo dizer que estou ansioso pela chegada do pacto federativo ao Congresso Nacional.

Queria falar um pouco, Ministro, sobre a CPMF. O senhor cita a palavra coragem. Nos últimos tempos, o assunto gerou até uma crise no Governo, que acabou na demissão do Secretário da Receita, quando se falou sobre a volta da





CONGRESSO NACIONAL
Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização

CPMF. Eu acho que ela foi muito mal explicada. Particularmente, eu acho e defendo, já conversei sobre isto com o Presidente Marcelo Castro, que aumentar imposto é inaceitável, mas substituir um imposto ruim por um imposto bom...

Eu acho que precisamos ter, sim, a coragem de discutir este assunto dentro da reforma tributária.

O SR. PRESIDENTE (Marcelo Castro. MDB - PI) - Muito bem, Deputado!

O SR. CACÁ LEÃO (Bloco/PP - BA) - Eu acho que seria o caso de diminuirmos a quantidade de dinheiro em papel e conseguirmos fazer um imposto sobre movimentação financeira, o mais fácil que há para se fiscalizar. Com este imposto, quem gasta mais paga mais do que quem gasta menos. Eu acho que faltou um pouco de coragem ao Governo para dar diretamente esta explicação.

Antes de finalizar, quero falar sobre a regra de ouro — o Deputado Domingos Neto falou a esse respeito — e sobre os 125.592.520.496,00 reais da tal fonte 00RT. Eu acho que a consultoria está arrancando o cabelo com pinça, já que não conseguimos saber o que é isso. Portanto, eu peço que esclareça para nossa turma o que quer dizer esta questão.

No mais, agradeço mais uma vez a presença de todos. Na minha opinião, precisamos acreditar no Brasil e colocá-lo para a frente. O Congresso está fazendo a sua parte: já aprovamos a reforma da Previdência, por 379 votos na Câmara dos Deputados, média muito maior do que se imaginava. Tenho certeza de que o Senado Federal vai fazer sua parte. Vamos aprovar a reforma tributária e o pacto federativo.

Espero que o Governo Federal ande na mesma velocidade do Congresso.

O SR. PRESIDENTE (Marcelo Castro. MDB - PI) - Vamos quebrar o recorde no Senado!

Agradecemos ao nobre Deputado Cacá Leão, Relator da LDO.

Passamos para a Comissão de Educação. O próximo inscrito é o Deputado Professor Israel Batista. *(Pausa.)*

Não estando presente S.Exa., tem a palavra o Deputado Ivan Valente. *(Pausa.)*

Não estando presente S.Exa., tem a palavra o Deputado Edmilson Rodrigues. *(Pausa.)*

Não estando presente S.Exa., tem a palavra o Deputado Júlio Cesar.





CONGRESSO NACIONAL
Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização

O SR. JÚLIO CESAR (PSD - PI) - Sr. Presidente, Sr. Relator, estimado Ministro, Srs. Secretários Esteves e Waldery, cara Líder, Sras. e Srs. Deputados, meus cumprimentos.

Eu fiz algumas observações, Ministro, acerca do resultado primário. O senhor mencionou o resultado de 2019 — está na LDO: 139 bilhões de reais; e o resultado de 2020, 124 bilhões de reais. Eu acompanho a arrecadação da Receita.

A arrecadação da Receita neste ano, Ministro, até o mês de agosto — o relatório saiu nesta semana —, aumentou 56 bilhões em relação a igual período do ano passado, o que representa um crescimento nominal de mais de 6 pontos percentuais e um crescimento real de mais de 2 pontos percentuais.

Além do mais, há o problema da cessão onerosa. Com a cessão onerosa, o Governo vai ficar com mais de 40 bilhões, fora o que vai devolver aos Estados. Aliás, vai devolver, no caso da PETROBRAS, uns 35 bilhões. Vai ficar com o compartilhamento com Estados e Municípios, o que dá 10,9 bilhões para cada ente.

Portanto, como é que a receita está crescendo, e este resultado não decresce na mesma proporção?

Outra coisa, Sr. Ministro, diz respeito à revisão do pacto federativo. O senhor fala muito na revisão do pacto federativo. Até agora, eu não entendi direito em que consiste a proposta do senhor. Eu apresentei a Emenda nº 3, na reforma tributária, que, na minha avaliação, é a melhor revisão do pacto federativo: é prática, é direta, ninguém vai questionar. Refiro-me ao compartilhamento da CSLL, que era o Imposto de Renda da Pessoa Jurídica em 1988. Em 1988, tiraram o IRPJ. Ficou com o nome CSLL. À época, o Imposto de Renda e o IPI, que são divididos, representavam 51% das receitas da União. Agora, mais ou menos um terço: 34%. Portanto, diminuiu a base de compartilhamento com os entes federados.

Com a CSLL, a União arrecadou, no ano passado, 78,8 bilhões, Ministro. Eu quero que apenas retorne ao critério atual de distribuição para o FPM e o FPE. Qual é? FPM, 22,5%, mais 1%, mais 1% e 1%, que está sendo aprovado aqui para o mês de setembro. FPE: 21,5%. Isso dá 46%, 35 ou 36 bilhões.

Eu olhei a capacidade do Governo. Não dá para pagar de uma vez só. Na minha emenda, meu caro Waldery, eu propus o compartilhamento em 5 anos. Eu tenho aqui a emenda, já a entreguei ao Sr. Ministro, e vou entregá-la mais uma vez.





CONGRESSO NACIONAL
Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização

Há mais uma coisa. O recurso é engessado, os entes federados não podem gastar como quiserem. A metade, 50% no mínimo, é para investir — não podem pagar a pessoal. Os outros 50% são para pagar ao Governo. Os Governadores devem à União mais de 600 bilhões. Os Prefeitos devem quase 100 bilhões. Assim, os entes federados vão pagar ao Governo. A dívida são débitos previdenciários, ou não, precatórios e débitos com os bancos oficiais do Governo: Banco do Brasil, Caixa Econômica, BNDES.

Portanto, esta emenda, Ministro, é a revisão do pacto federativo. É simples, é direta. Todo mundo vai acreditar que o pacto vai acontecer, e o senhor vai conquistar praticamente a unanimidade desta Casa, apoiando esta emenda, porque é a maior revisão do pacto federativo que o senhor pode oferecer nesta reforma tributária.

O SR. PRESIDENTE (Marcelo Castro. MDB - PI) - Passo a palavra ao nobre Deputado Paulo Ramos, pela Liderança do PDT. S.Exa. dispõe de 5 minutos.

O SR. PAULO RAMOS (PDT - RJ) - Primeiro, Sr. Presidente, registro que sou um dos poucos remanescentes da Constituinte de 1988 — sou um dos dinossauros.

Eu acompanhei, com alegria, os elogios que o Ministro da Economia fez à Constituição de 1988. Diferentemente de outros países, promulgada a Constituição, houve um esforço para o não cumprimento da Constituição. A Constituição passou pela dificuldade de ser implementada, e não foi.

A Constituição de 1988 foi sabotada, completamente sabotada. O pior é que foi sabotada pelo Presidente que estava no exercício do mandato, José Sarney, e sabotada pelo Presidente seguinte, que hoje está no Senado da República, que veio com um projeto na contramão do que dizia a Constituição, ou seja, que a Constituição não pregava o Estado mínimo. A propaganda era a seguinte: quanto menos Estado, mais saúde, mais educação, mais tudo.

Meu querido Senador Marcelo Castro, o desmonte do Estado brasileiro foi muito grande, e o discurso do desmonte continua. Tudo continua sempre não dando certo.

Ministro Paulo Guedes, eu tive dificuldades e não consegui aprovar a convocação de V.Exa. para prestar depoimento na CPI do BNDES. Não consegui sequer que o requerimento fosse apreciado. A blindagem de V.Exa. foi tão grande naquela CPI, que o requerimento nem foi colocado à votação. Eu até imaginei que





CONGRESSO NACIONAL
Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização

hoje aqui a blindagem fosse maior. O senhor já foi mais prestigiado aqui na Câmara dos Deputados, quando a Comissão ficava superlotada. O fato é que não consegui aprovar a convocação de V.Exa.

No entanto, o senhor continua insistindo no discurso, equivocado, do desmonte do Estado. O Presidente da República prestigiou seu Ministério da Economia e acabou com o Ministério do Trabalho. O Ministério do capital está privilegiado, e o Ministério do Trabalho deixou de existir. O Presidente diz: *"Quanto menos direitos, mais empregos"*. O desmonte foi feito. Agora estão apontando para o servidor público. Tem que retirar a garantia dos direitos dos servidores públicos. E como continua o desmonte? Com a insanidade e a falta de lógica!

O Brasil é produtor de petróleo, mas não refina o suficiente para abastecer o mercado interno. Tem petróleo, não refina e importa derivados. A atual política do Governo consiste na privatização das refinarias, e não na construção de mais refinarias. Não tem lógica isso!

V.Exa. falou aqui no Risco Brasil. Quem é que calcula esse risco? São as mesmas empresas que o senhor conhece muito bem, V.Exa. convive com essas pessoas: Moody's, Standard & Poor's e Fitch, as mesmas empresas que, em 2008, disseram que havia um equilíbrio com relação ao capital financeiro. Em 2008, não foi a crise: foi um golpe do capital financeiro, com reflexos em economias dependentes como a do Brasil.

Agora se fala em privatizar a ELETROBRAS. O Brasil, assim, vai se transformar num país independente também de energia elétrica? Pelo contrário! Investimento em infraestrutura tem que ter independência energética, mas o Brasil depende até da Venezuela em questões de energia elétrica.

Portanto, é o Risco Brasil, são os juros, o câmbio, a inflação e a Bolsa de Valores. Isso não tem lógica, dentro destes fundamentos da economia. Não tem salvação, não tem saída!

O Deputado Glauber Braga abordou, de passagem, a questão da dívida pública. Como o Brasil enfrenta isso? Os juros diminuem, mas os bancos estão lucrando assustadoramente. Alguns dizem: *"Mas a inflação está controlada!"* Mas não tem investimento! Dizem também: *"Mas o dólar, o câmbio, é flutuante. O mercado está nervoso, o mercado está aflito"*. Quem é esse maldito mercado? Quem se submete a ele?





CONGRESSO NACIONAL
Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização

Os Correios e Telégrafos serão privatizados. Já privatizaram quase tudo: rodovias, ferrovias, Vale do Rio Doce, telecomunicações, tudo! Foram entregando tudo! A irresponsabilidade em relação à PETROBRAS — vejam só — é sem precedentes. Por quê? Porque o Brasil precisa ter independência política, independência econômica, independência energética, independência tecnológica, mas não tem. O projeto do Governo é para afirmar uma submissão ainda muito maior. É difícil acompanhar isso.

Concluindo, Sr. Presidente, quero dizer que a discussão continua dentro da mesma base. Dizem assim: *"Mas no Congresso Nacional são os senhores que podem influir"*. Estamos aqui votando reformas que foram propostas pelo Governo. O Congresso Nacional está assumindo isso, mas é o Governo que está pagando emendas parlamentares para praticar crimes contra os trabalhadores e os aposentados.

Agora estamos discutindo outra reforma. Dizem que o Governo vai liberar as emendas impositivas. Mas vai liberar para quem? Liberar para comprar votos. Onde? Não há falta de maturidade no Congresso Nacional, porque quem determina, quem elabora, quem impõe é o Poder Executivo, mas o faz a partir de meios que não são tão republicanos assim.

Eu vejo que a proposta é a mesma. Não tem saída. A proposta é aquela que aprofunda a dependência porque, desgrazadamente, não temos um projeto nacional.

O SR. PRESIDENTE (Marcelo Castro. MDB - PI) - Concluindo este bloco, passo a palavra ao Deputado Lucas González.

O SR. LUCAS GONZALEZ (NOVO - MG) - Obrigado, Sr. Presidente. Boa tarde a todos.

Ministro Paulo Guedes, quero começar minha fala parabenizando-o por dois motivos. Primeiro, porque todo o programa de V.Exa. e de sua equipe, no meu entendimento, visa à melhoria do Brasil. As futuras gerações, como V.Exa. reiteradamente prega, serão diretamente beneficiadas pelos programas que nós queremos instalar no nosso País. Aqui eu digo, como Secretário Adjunto da Juventude na Câmara dos Deputados, como alguém que tem trabalhado com o Presidente para retomarmos este trabalho, que se existe uma geração prejudicada





CONGRESSO NACIONAL
Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização

pelo desemprego no Brasil é a geração mais jovem: 23% dos jovens entre 18 e 29 anos estão desempregados no nosso País.

Portanto, quero parabenizar V.Exa., Ministro, pelo propósito de olhar para o Brasil e pela coragem de dizer, como eu pude ouvir de V.Exa., que quer devolver ao Congresso Nacional o protagonismo, a maturidade, a responsabilidade e o controle do dinheiro público, do Orçamento.

Mais do que nunca, é a hora de nós, meus pares, assumirmos esta responsabilidade, aceitarmos este passe, este lançamento, como num jogo de futebol, e correremos para bater o pênalti.

V.Exa. está colocando a bola na marca do pênalti e está dizendo a esta Comissão Mista de Orçamentos que faça o gol.

Eu quero parabenizar de novo o Deputado Pedro Paulo pela PEC dos penduricalhos, que nós do Partido Novo já apoiamos, dentre outras propostas, para que nós possamos fazer esse gol, Ministro. Dentro dessa leitura de assumirmos esse protagonismo que V.Exa. citou, essa responsabilidade, esse controle do Orçamento, eu queria pedir a V.Exa. que repita quais medidas práticas nós precisamos aprovar neste Congresso Nacional para permitir que ele retome o controle do Orçamento brasileiro e qual a ordem de prioridade. V.Exa. citou, por exemplo, o pacto federativo. Recentemente tivemos aqui na Comissão Mista de Orçamento uma audiência pública para debater a nova Lei de Finanças Públicas. A PEC do Teto de Gastos também está tramitando na Casa, dentre outras ferramentas que, acredito eu, são todas para impedir o aumento desse chão, que é a ilustração que V.Exa. fez agora há pouco. Quais são as medidas práticas e qual é a ordem de prioridade?

Em relação à segunda pergunta, estudos do IFI — Instituição Fiscal Independente do Senado apontou que, em 2021, se nada for feito, alcançaremos o teto de gastos, e aí vamos ter que acionar os gatilhos. V.Exa. citou rapidamente os gatilhos, mas eu queria que V.Exa. aprofundasse um pouco mais essa temática, porque acionar os gatilhos gera uma economia, principalmente na questão de pessoal. Eu gostaria de saber se V.Exa. tem algum plano, se vê isso com bons olhos, se não vê com bons olhos, e quais medidas no curto prazo o Governo Federal tem tomado para impedir o alcance do teto. Segundo, gostaria de saber se é bem-vindo ou não o acionamento dos gatilhos, que são, sem dúvida, fundamentais para o





CONGRESSO NACIONAL
Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização

ajuste fiscal. Terceiro, reitero a pergunta do nosso Relator Domingos Neto: por que a previdência rural está com um condicionamento de 98% para a aprovação do PLN pelo Congresso?

Ministro, encerro a minha fala parabenizando-o de novo. Agradeço a presença de V.Exa. aqui na Comissão Mista e também a gentileza da sua equipe, que tão bem tem esclarecido aqui os fatos, os números. O Partido Novo procurou a sua equipe algum tempo atrás para esclarecer algumas questões relativas ao Orçamento que geraram dúvidas, e fomos muito bem recebidos. Parabéns pelo trabalho. E da nossa parte, da parte do Partido Novo, pode contar conosco na luta para a retomada do crescimento e dos caminhos de prosperidade no nosso País.

V.Exa. esteve em Belo Horizonte, na minha cidade, segunda feira, e participou do Fórum Liberdade e Democracia, com o tema *O caminho para a prosperidade*. Não há outro caminho a não ser a prosperidade para tirarmos o Brasil da pobreza.

O SR. PRESIDENTE (Marcelo Castro. MDB - PI) - Passo a palavra para o Ministro Paulo Guedes para que responda a esse bloco de questionamentos.

O SR. MINISTRO PAULO GUEDES - O Deputado Cajado apontou com muita propriedade um quadro — ele também foi colocado, primeiro, pelo Senador Oriovisto Guimarães e pelo nosso Secretário Especial — que mostrou que realmente a coisa está dramática.

Nós estamos nos limitando, do ponto de vista da União, a preservar a situação. Em qualquer país do mundo, diz-se: *"Este ano nós podemos gastar isso; no ano que vem, parece que será a mesma coisa"*. Inclusive, o Plano Plurianual é quase uma extensão, dizendo: *"Olha, nós estamos reduzidos a administrar isto aqui"*. Isso, naturalmente, aperta a educação, aperta os investimentos em geral.

Essa é uma situação a qual fomos levados, mas nós vamos sair dela, na hora em que começarmos a liquidar a dívida. Várias coisas já estão começando a acontecer. Quando você começa a reduzir a dívida, os juros começam a descer. Com os juros descendo, esse pagamento que, como eu dizia, fazemos aos rentistas — são gastos 360 bilhões, 380 bilhões de reais ao ano só para pagamento de juros de dívida — cai para 350 bilhões, 330 bilhões de reais. Então, vamos liberando 30 bilhões, 40 bilhões, 50 bilhões de reais todo ano, que podem ser remanejados para as áreas sociais. É o esforço que nós estamos fazendo.





CONGRESSO NACIONAL
Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização

O Deputado Glauber Rocha fala exatamente dessas verbas de educação, que são difíceis. É uma luta tentar manter...

O SR. GLAUBER BRAGA (PSOL - RJ) - Ministro, é Glauber Braga.

O SR. MINISTRO PAULO GUEDES - Glauber Braga, desculpe. Eu misturei seu nome com o do seu eminente xará.

O SR. GLAUBER BRAGA (PSOL - RJ) - Eu vou continuar chamando o senhor de Paulo Guedes, e não de Paulo Cabral.

O SR. MINISTRO PAULO GUEDES - Perfeito. Desculpe, desculpe!

Naturalmente, eu vou tratar de questões orçamentárias. Quanto às questões que ele queira fazer de cunho interrogativo a respeito das minhas finanças pessoais, eu acho que ele deve procurar outro fórum, porque já entreguei a minha situação, quando entrei, para o Comitê de Ética. Está tudo lá.

Então, eu escapo, saio dessa parte mais provocativa, mas digo que, na verdade, ajudei a fazer uma empresa que saiu do zero e hoje atende 1 milhão e 100 mil jovens no ensino básico. Chamava-se Abril Educação; hoje ela está dentro da Kroton. Eu fui a pessoa que criou os programas MBAs executivos no Brasil 20 anos, 30 anos atrás. Tudo que eu fiz antes pela educação brasileira não foi pensando que eu ia parar aqui. Se eu soubesse que eu ia perturbá-lo tanto, não tinha ajudado tanto a educação brasileira por 20 e poucos anos. Eu faço isso há mais de 20 anos. Eu criei o IBMEC, que virou o Insper, lá em São Paulo, uma escola de negócios importante. Depois, quando eu vi o Brasil começando a trazer médicos de Cuba, estimulei oito, nove, dez grandes escolas de Medicina. Juntamos tudo e criamos uma grande universidade para a formação em Medicina.

Então, eu trabalho nisso há muitos anos, sem nunca pensar em vir aqui, ao contrário. Primeiro, eu tinha fundado o banco, feito coisas desse tipo. E passei a pensar exatamente o seguinte: *"Poxa, eu não quero ganhar dinheiro com negócio de banco, eu quero ganhar dinheiro agora fazendo o bem, trazendo coisas interessantes para o País"*.

O Brasil tinha um estrangulamento enorme na área de educação. Hoje, o que é que acontece? O Brasil tinha 1 milhão e pouco universitários há 20 anos, e 90% eram do setor público. Eu estudei em escola pública, em universidade pública, e essas escolas tinham qualidade. Havia qualidade, mas não havia universalidade. Começamos a ter dificuldade de financiamento. A população foi crescendo, as





CONGRESSO NACIONAL
Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização

peças passaram a procurar as universidades, e não havia recurso público. E isso era previsível. Também não há mais recurso para a saúde. O Governo está cada vez mais apertado. Nós estamos vendo o Governo cada vez mais estrangulado. Ou trazemos investimentos privados, ou ficamos com a população deseducada e sem saúde.

Então, olhando isso de fora, sempre achei que fiz minha parte, honesta e corretamente, sempre.

O SR. GLAUBER BRAGA (PSOL - RJ) - Mas a minha pergunta é se o senhor...

O SR. MINISTRO PAULO GUEDES - Por favor, por favor, é a minha vez de falar. Por favor, é a minha vez...

O SR. PRESIDENTE (Marcelo Castro. MDB - PI) - Deputado Glauber, por favor...

O SR. MINISTRO PAULO GUEDES - Agora é a minha vez de falar.

O SR. PRESIDENTE (Marcelo Castro. MDB - PI) - V.Exa. vai ter direito à réplica.

(Intervenção fora do microfone.)

O SR. MINISTRO PAULO GUEDES - Quando o senhor falou, eu fiquei quieto. E, mais do que isso, não é caso nem de réplica. Eu não estou aqui para conversar sobre as minhas finanças pessoais.

O SR. PRESIDENTE (Marcelo Castro. MDB - PI) - Não há réplica.

O SR. MINISTRO PAULO GUEDES - Desculpe, mas eu estou aqui para conversar sobre orçamentos públicos. Então, se ele quiser fazer alguma coisa a respeito disso, eu vou conversar, depois, em outro fórum. Estou aqui para falar de finanças. Eu quero ser respeitado. *(Palmas.)*

Se você quer fazer política, quer ganhar voto, deve fazê-lo em outro lugar, não aqui.

Quanto à política econômica, falando de superávit primário, é muito bom pegar um Governo, como o senhor citou... Eu parablenzo o Presidente Lula por ter mantido um superávit primário. Ele herdou o superávit primário de alguém que o fez antes e o manteve. Depois, vimos no que é que isso virou. Aliás, isso estava ali naquela demonstração.





CONGRESSO NACIONAL
Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização

Botem aquele gráfico de novo para vermos onde é que parou a coisa, porque ele falou da parte boa. "*Houve um superávit primário! Houve um superávit primário! Houve um superávit primário!*" Ele só não falou o resto. Ele só não falou onde foi parar.

(Intervenção fora do microfone.)

O SR. MINISTRO PAULO GUEDES - Ele falou como é que se herdou. Ele herdou um superávit primário, manteve um superávit primário. Agora, vamos ver como é que isso acabou.

(Segue-se exibição de imagens.)

Está ali.

(Intervenção fora do microfone.)

O SR. MINISTRO PAULO GUEDES - Não, não, não! Eu achei interessante o seguinte: a nossa política econômica...

Você falou o seguinte: uma política econômica...

(Intervenção fora do microfone.)

O SR. MINISTRO PAULO GUEDES - Eu quero elogiar; eu faço questão de elogiar! Um Presidente entrou e manteve um superávit primário por um tempinho. Só que, depois, começou a entrar em déficit. E foi embora, e foi embora — e foi embora mesmo! Essa é a história. Você se esqueceu de contar o final, só contou o início.

(Intervenção fora do microfone.)

O SR. PRESIDENTE (Marcelo Castro. MDB - PI) - Deputado Glauber, por favor, V.Exa. é Parlamentar, sabe quais são as regras!

O SR. MINISTRO PAULO GUEDES - Então, eu quero parabenizar a geração de superávit primário e dizer que hoje nós estamos muito mal por causa do final da história, que ele não contou. Ele contou só o início. O início é bonito, é o que nós estamos tentando fazer agora, naturalmente sem o mesmo talento, sem a mesma capacidade que eles tinham, porque eles herdaram uma situação muito boa. Nós herdamos o caos.

E eu já emendo esta resposta com outra — vou para o final antes; depois volto às questões mais construtivas —, sobre o desmonte do Estado. Ainda bem que eu só estou há 8 meses no Governo, não participei do desmonte do Estado. Parece que quem desmontou a PETROBRAS, quem desmontou a ELETROBRAS, quem quebrou as empresas públicas, seus fundos de pensão, quem quebrou isso tudo foi





CONGRESSO NACIONAL
Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização

quem passou um pouco antes. Eu cheguei aqui agora. Só para deixar muito claro, o desmonte do Estado foi feito por dentro, foi implodido por dentro.

O SR. GLAUBER BRAGA (PSOL - RJ) - Mas o senhor não teve nenhuma relação com os fundos de pensão?

O SR. PRESIDENTE (Marcelo Castro. MDB - PI) - Deputado Glauber, pelo amor de Deus! Não é possível, Deputado!

O SR. MINISTRO PAULO GUEDES - Quebraram o Estado brasileiro.

(Intervenção fora do microfone.)

O SR. PRESIDENTE (Marcelo Castro. MDB - PI) - Deputado Glauber, o Ministro está com a palavra. V.Exa. tem a obrigação...

O que é isso? Pelo amor de Deus!

(Intervenções fora do microfone.)

O SR. PRESIDENTE (Marcelo Castro. MDB - PI) - Está suspensa a reunião.

(Intervenções fora do microfone.)

O SR. MINISTRO PAULO GUEDES - Faça acusação num fórum privado e será processado.

(Intervenção fora do microfone.)

O SR. MINISTRO PAULO GUEDES - Faça! Faça! Faça!

(Intervenção fora do microfone.)

O SR. MINISTRO PAULO GUEDES - Vamos ver!

(Intervenção fora do microfone.)

O SR. MINISTRO PAULO GUEDES - Nós apoiamos a Lava-Jato. Nós apoiamos a Lava-Jato.

(Intervenção fora do microfone.)

O SR. MINISTRO PAULO GUEDES - Vamos trazer a Lava-Jato.

(Intervenções fora do microfone.)

O SR. MINISTRO PAULO GUEDES - Vamos apurar isso profundamente.

(Intervenções fora do microfone.)

O SR. MINISTRO PAULO GUEDES - Isso! Nós vamos apurar isso profundamente.

O SR. PRESIDENTE (Marcelo Castro. MDB - PI) - Está encerrada a presente reunião.





CONGRESSO NACIONAL
Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização

ATA DA DÉCIMA REUNIÃO ORDINÁRIA, DA 1ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA, DA 56ª
LEGISLATURA, DA COMISSÃO MISTA DE PLANOS, ORÇAMENTOS PÚBLICOS E FISCALIZAÇÃO,
REALIZADA EM 1º DE OUTUBRO DE 2019.

Ao primeiro dia do mês de outubro do ano de dois mil e dezenove, foi convocada ordinariamente a Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização, no Anexo II, plenário 04 da Câmara dos Deputados, com o objetivo de apreciar as matérias constantes da Pauta. Foi registrado o comparecimento dos membros: - **Deputados titulares:** Aluisio Mendes, André Figueiredo, Beto Faro, Cacá Leão, Carlos Henrique Gaguim, Celso Sabino, Dagoberto Nogueira, Edmilson Rodrigues, Felipe Francischini, Genecias Noronha, Gonzaga Patriota, Gurgel, Hildo Rocha, Hiran Gonçalves, João Roma, Lucas Gonzalez, Luciano Ducci, Marreca Filho, Misael Varella, Nivaldo Albuquerque e Vicentinho Júnior; - **Senadores titulares:** Elmano Férrer, Izalci Lucas, Jean Paul Prates, Kátia Abreu, Luiz do Carmo, Marcelo Castro, Vanderlan Cardoso e Wellington Fagundes; - **Deputados suplentes:** Alexis Fonteyne, Aureo Ribeiro, Bohn Gass, Dra. Soraya Manato, Hercílio Coelho Diniz, José Nunes, Júnior Mano, Juscelino Filho, Leônidas Cristino, Nelson Pellegrino, Weliton Prado e Zé Carlos; e - **Senadores Suplentes:** Carlos Viana, Eduardo Gomes e Soraya Thronicke. Foi registrado o comparecimento dos parlamentares não integrantes da Comissão, Deputados Claudio Cajado, Evair Vieira de Melo e Rodrigo Coelho. Foi registrada a ausência dos membros titulares: - **Deputados:** Domingos Neto, Filipe Barros, Josimar Maranhãozinho, Lucio Mosquini, Márcio Marinho, Orlando Silva, Paulo Azi, Rodrigo de Castro, Vander Loubet e Zeca Dirceu; e - **Senadores:** Angelo Coronel, Flávio Bolsonaro e Veneziano Vital do Rêgo. **ABERTURA:** às quatorze horas e quarenta e dois minutos, e havendo número regimental para deliberação nas duas Casas do Congresso Nacional, os trabalhos foram abertos pelo Primeiro Vice-Presidente, Deputado Dagoberto Nogueira, no exercício da Presidência conforme dispõe o *caput* do art. 14 da Resolução nº 1/2006, do Congresso Nacional. **EXPEDIENTES.** O Presidente em exercício declarou como lidos os expedientes recebidos pela Comissão, de 24 de setembro a 1º de outubro de 2019, tendo em vista que essas informações encontram-se publicadas na página da CMO na internet. Em seguida, foram submetidas à apreciação as Atas das seguintes reuniões: 9ª Reunião Ordinária, realizada no dia 24 de setembro de 2019; e 8ª Reunião de Audiência Pública, realizada no dia 25 de setembro de 2019. Em votação, as Atas foram **aprovadas**. **ORDEM DO DIA.** PAUTA. Item 01. Relatório Preliminar com Emendas apresentado ao **Projeto de Lei nº 21/2019-CN**, que “Institui o Plano Plurianual da União para o período de 2020 a 2023.” Relator: Senador Oriovisto Guimarães. Foram apresentadas 18 emendas. Voto: pela aprovação do Relatório Preliminar com emendas ao Projeto de Lei do Plano Plurianual 2020/2023, na forma proposta pelo Relator, com indicação pela **inadmissibilidade** das emendas de nºs 11, 12, 13, 14, 15 e 16; pela **aprovação** das emendas de nºs 02, 03, 07, 10 e 17; pela **aprovação parcial** das emendas de nºs 01, 04, 05, 08 e 18, e pela **rejeição** das emendas de nºs 06 e 09. Ausente o relator, foi designado o Senador Elmano Férrer como relator *ad hoc*, que apresentou o Relatório. O Presidente em exercício declarou **inadmitidas** as emendas de nºs 11, 12, 13, 14, 15 e 16. Discutiu a matéria o Deputado Bohn Gass. Em votação, o Relatório foi **aprovado**. Item 02. Relatório apresentado ao **Projeto de Lei nº 09/2019-CN**, que “Abre ao Orçamento Fiscal da União, em favor do Ministério de Minas e Energia e de Encargos Financeiros da União, crédito especial no valor de R\$ 1.849.010.000,00 (hum bilhão, oitocentos e quarenta e nove milhões e dez mil reais), para os fins que especifica.” Relator: Deputado Gonzaga Patriota. Foram apresentadas 04 emendas. Voto: pela aprovação do Projeto de Lei, na forma do Substitutivo apresentado, com indicação pela **inadmissibilidade** da emenda nº 04, pela





CONGRESSO NACIONAL
Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização

aprovação da Emenda nº 03; e pela **rejeição** das emendas de nºs 01 e 02. O relator apresentou o Relatório com alteração do Voto, fazendo constar: “*pela aprovação do Projeto de Lei, na forma proposta pelo Poder Executivo, com indicação pela **inadmissibilidade** da emenda nº 04; e pela **rejeição** das emendas de nºs 01, 02 e 03.* O Presidente em exercício declarou **inadmitida** a emenda nº 04. Discutiram a matéria os Deputados Bohn Gass, Claudio Cajado e Edmilson Rodrigues. Em votação, o Relatório foi **aprovado** com alteração do Voto. Item 03. Relatório apresentado ao **Projeto de Lei nº 10/2019-CN**, que “Abre ao Orçamento de Investimento para 2019, em favor da empresa Petrobras Netherlands B.V., crédito especial no valor de R\$ 5.418.248.000,00 (cinco bilhões, quatrocentos e dezoito milhões, duzentos e quarenta e oito mil reais), para os fins que especifica.” Relator: Senador Oriovisto Guimarães. Não foram apresentadas emendas. Voto: pela aprovação do Projeto de Lei, na forma proposta pelo Poder Executivo. Ausente o Relator, foi designado o Senador Elmano Férrer como relator *ad hoc*, que apresentou o Relatório. Foi aberta a discussão e o Deputado Nelson Pellegrino apresentou Requerimento solicitando a retirada da matéria de Pauta, nos termos do *art. 235, inciso III, alínea d, item 7, do Regimento Interno do Senado Federal*. O Presidente em exercício indeferiu o pedido nos termos do *art. 41, parágrafo único, do Regimento Comum do Congresso Nacional*. Discutiu a matéria o Deputado Nelson Pellegrino. Em votação, o Relatório foi **aprovado**. Logo após, o Diretor da Coordenação de Fiscalização e Controle da Consultoria de Orçamento da Câmara dos Deputados, Sr. Ricardo Alberto Volpe, apresentou aos parlamentares o **Sistema Legislativo de Projetos e Obras Federais – SISPRO**, que facilita o acesso às informações orçamentárias, por unidade da federação, dos projetos e obras federais em execução; e o **Aplicativo Infoleg Orçamento**, que permite acesso, por meio de telefones móveis, à execução orçamentária das emendas individuais e de bancadas estaduais. Em seguida, o Presidente em exercício informou que a apresentação supracitada, encontrava-se na página da CMO na internet. **ENCERRAMENTO:** nada mais havendo a tratar, o Presidente em exercício encerrou os trabalhos às quinze horas e vinte e nove minutos. Para constar, eu, Walbinson Tavares de Araujo, Secretário Executivo, lavrei a presente Ata, que, após a sua aprovação, será assinada pelo Primeiro Vice-Presidente da Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização do Congresso Nacional e encaminhada para publicação no Diário do Congresso Nacional. Os trabalhos foram gravados e, depois de traduzidos, integrarão esta Ata. **Deputado Dagoberto Nogueira, Primeiro Vice-Presidente no exercício da Presidência.**
XXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXX

Em 01.10.2019

O SR. PRESIDENTE (Dagoberto Nogueira. PDT - MS) - Declaro iniciada a 10ª Reunião Ordinária da Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização, destinada à apreciação das matérias constantes da pauta.

Há quórum para deliberação nas representações das duas Casas do Congresso Nacional.

Declaro como lidos os expedientes recebidos pela Comissão até a presente data, tendo em vista que essas informações encontram-se publicadas na página da CMO na Internet.





CONGRESSO NACIONAL
Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização

Havendo concordância do Plenário, proponho a dispensa da leitura das atas, por terem sido distribuídas antecipadamente. Caso haja alguma retificação, peço aos Srs. Parlamentares que se manifestem. *(Pausa.)*

Coloco em votação as seguintes atas: da 9ª Reunião Ordinária, realizada no dia 24 de setembro de 2019, e da 8ª Reunião de Audiência Pública, realizada no dia 25 de setembro de 2019.

As atas estão em votação na representação da Câmara dos Deputados.

Os Srs. Deputados que as aprovam permaneçam como se encontram. *(Pausa.)*

Aprovadas.

As atas estão em votação na representação do Senado Federal.

Os Srs. Senadores que as aprovam permaneçam como se encontram. *(Pausa.)*

Aprovadas.

Vamos para a Ordem do Dia.

Item 1. Relatório Preliminar apresentado com emendas ao Projeto de Lei nº 21, de 2019, da Presidência da República, que institui o Plano Plurianual da União para o período de 2020 a 2023.

O Relator é o Senador Oriovisto Guimarães.

Foram apresentadas 18 emendas.

Voto: pela aprovação na forma ora apresentada. Quanto às 18 emendas apresentadas, indicou para inadmissibilidade as de nºs 11 a 16, ofereceu voto pela aprovação das emendas de nºs 2, 3, 7, 10 e 17; pela aprovação parcial das emendas de nºs 1, 4, 5, 8 e 18; e pela rejeição das emendas de nºs 6 e 9.

O prazo de destaque está iniciado e será finalizado ao término da discussão, conforme estabelece o inciso I do art. 60 do Regimento Interno da CMO.

O Relator está com a palavra, para apresentação do relatório preliminar.

O SR. ELMANO FÉRRER (PODEMOS - PI) - Sr. Presidente, Sras. e Srs. Parlamentares, o nosso Senador Oriovisto Guimarães está em viagem ao exterior e me pediu que fizesse a leitura. Como o relatório já foi disponibilizado para todos há mais de 15 dias, vou logo ao voto.

"II. Voto

Desse modo, nos termos regimentais, encaminhamos à apreciação dos nobres pares o Relatório Preliminar do Projeto de Lei do Plano Plurianual 2020-2023, ora apresentado, com o voto desta Relatoria por sua aprovação, em atenção ao art. 102,





CONGRESSO NACIONAL
Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização

combinado com o art. 105, IV e V, da Resolução nº 1, de 2006, do Congresso Nacional."

Era esse, Sr. Presidente, o voto proferido pelo nosso Senador Oriovisto Guimarães e lido por mim, por delegação.

O SR. PRESIDENTE (Dagoberto Nogueira. PDT - MS) - O relatório preliminar está em discussão.

O SR. BOHN GASS (PT - RS) - Sr. Presidente...

O SR. PRESIDENTE (Dagoberto Nogueira. PDT - MS) - Pois não.

O SR. BOHN GASS (PT - RS) - Quero só saudar os colegas. Não quero fazer grandes debates aqui.

Quero apenas fazer um registro e um agradecimento ao nobre Relator, porque eu havia apresentado ao Plano Plurianual uma emenda para que houvesse de fato nos investimentos plurianuais a priorização para educação e saúde. Nós estamos vivendo uma situação muito difícil com os cortes na educação, no ensino superior, ensino técnico, bolsas, CNPq, CAPES, enfim. Então, é para que todos os recursos da área da educação, no Plano Plurianual, sejam também considerados prioritários. Há também uma preocupação enorme com a saúde, até porque a Emenda Constitucional nº 95 congelou os recursos, e há menos recursos para os hospitais, para a saúde, para os Estados e Municípios.

Eu fiz esta emenda, que foi aceita. Eu quero destacar isso para não apenas passar. Por isso, eu pedi este minuto aqui, para fazer esse registro, porque nós queremos que, de fato, no Orçamento e no Plano Plurianual, haja essa prioridade, porque senão nós iremos ao contrário. O Governo tem sinalizado — o Paulo Guedes na última reunião na CMO — que ele pode desvincular os recursos da educação e da saúde. Se desvincularem os mínimos constitucionais para a educação e para a saúde, obviamente nós teremos menos recursos. Então, eu considero muito importante essa emenda.

Quero agradecer a incorporação da emenda que nós apresentamos.

E, obviamente, já indico o nosso voto favorável.

O SR. PRESIDENTE (Dagoberto Nogueira. PDT - MS) - Muito bem, Deputado Bohn Gass.

Há mais alguma manifestação? *(Pausa.)*

O relatório preliminar está em discussão. *(Pausa.)*





CONGRESSO NACIONAL
Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização

A discussão e o prazo para a apresentação de destaques estão encerrados.

Em conformidade com o disposto no § 2º do art. 146 da Resolução nº 1, de 2006, do Congresso Nacional, declaro inadmitidas as Emendas nºs 11 a 16, indicadas pelo Relator no seu voto.

Como não foi apresentado destaque algum, o relatório preliminar está em votação na representação da Câmara dos Deputados, ressalvados os destaques que não foram apresentados.

Os Deputados que o aprovam permaneçam como se encontram. *(Pausa.)*

Aprovado.

Em votação na representação do Senado Federal.

Os Senadores que o aprovam permaneçam como se encontram. *(Pausa.)*

Aprovado.

Item 2. Apresentação do relatório apresentado ao Projeto de Lei do Congresso Nacional nº 9, de 2019, que abre ao Orçamento Fiscal da União, em favor do Ministério de Minas e Energia e de Encargos Financeiros da União, crédito especial no valor de R\$1.849.010.000,00, para os fins que especifica.

O Relator é o Deputado Gonzaga Patriota.

Eu vou pedir só 1 minutinho, porque o Deputado Gonzaga Patriota estava entre nós, estava aqui na consultoria. Eu vou pedir para verem se ele está lá para que faça o relatório dele, para não pularmos este item. *(Pausa.)*

Tem a palavra o Deputado Gonzaga Patriota para apresentar o relatório.

Deixe-me só ler o seu voto. Está pela aprovação do projeto de lei, na forma do substitutivo. Quanto às quatro emendas apresentadas, indicou pela inadmissibilidade a de número 4, ofereceu voto, pela aprovação, para a de número 3 e, pela rejeição, para as de números 1 e 2.

O prazo de destaque está iniciado e será finalizado ao término da discussão, conforme estabelece o inciso I do art. 60 do Regulamento Interno da CMO.

O Relator está com a palavra para apresentar o seu relatório.

O SR. GONZAGA PATRIOTA (PSB - PE) - Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados da Comissão, eu peço permissão para ler o voto, até porque fora distribuído este parecer aqui já há muito tempo.

"II. Voto do Relator





CONGRESSO NACIONAL
Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização

Do exame da proposição, verifica-se que a iniciativa do Poder Executivo encontra-se articulada na modalidade apropriada de crédito adicional, isto é, crédito especial, uma vez que objetiva a alocação da programação nova, não prevista na Lei Orçamentária em vigor (Lei nº 13.808, de 15 de janeiro de 2019).

Observa-se ainda que a proposta guarda conformidade com os diversos diplomas jurídicos de regência da matéria: Constituição Federal, Lei nº 4.320, (...) de 1964, Lei nº 13.707, (...) de 2018 (LDO-2019), e Lei nº 13.249, (...) de 2016 (PPA 2016-2019).

Encontram-se particularmente satisfeitas as disposições do art. 167, incisos V e VI, da Constituição Federal, e do art. 43, § 1º, inciso III, da Lei nº 4.320, (...) de 1964.

Citados dispositivos constitucionais vedam: (i) a abertura de crédito suplementar ou especial sem prévia autorização legislativa e sem a indicação dos recursos correspondentes; e (ii) a transposição, o remanejamento ou a transferência de recursos de uma categoria de programação para outra ou de um órgão para outro, sem prévia autorização legislativa.

Por seu turno, as prescrições constantes do art. 43 da Lei nº 4.320, (...) de 1964, foram obedecidas, pois os recursos indicados para fazer face à programação incluída são provenientes de anulação de dotação orçamentária, conforme indicado no Anexo II do projeto. São objeto de cancelamento as seguintes programações: Ação 00H4 — Seguro Desemprego, no valor de R\$1.400.000.000,00 (um bilhão e quatrocentos milhões de reais); Ação 0581 — Abono Salarial, no valor de R\$449.000.000,00 (quatrocentos e quarenta e nove milhões de reais); e Ação 2000 — Administração da Unidade, no valor de R\$10.000,00 (dez mil reais).

Nesse particular, cumpre frisar que o Relatório de Avaliação de Receitas e Despesas Primárias referente ao 1º bimestre de 2019 indicou que as despesas com Abono e Seguro Desemprego em 2019 seriam menores do que o previsto para o exercício pela Lei Orçamentária — projeção essa mantida até a presente data. Tal informação, ao lado da execução orçamentária e financeira de tais programações até o momento, confirma a existência de disponibilidade de recursos em montante passível de anulação que torna viável o presente crédito especial.

As disposições pertinentes à LDO-2019, em especial as constantes de seu art. 46, restam cumpridas, considerando que o crédito:

- restringe-se a um único tipo de crédito adicional (especial) (§1º);





CONGRESSO NACIONAL
Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização

- contém, em exposição de motivos, justificativa referente à necessidade de novas dotações, asseverando que as programações objeto do cancelamento proposto não sofrerão prejuízos em sua execução (§ 3º);
- declara que as alterações decorrentes de sua abertura não afetam a obtenção do resultado primário fixado para 2018 (§ 4º), e
- se fez acompanhar de demonstrativo com informações sobre o superávit financeiro na fonte de recursos objeto de proposição (§§ 6º e 15).

No que se refere à compatibilidade da proposta com o PPA vigente, o crédito não contraria os dispositivos do Plano Plurianual 2016-2019.

Assim, as informações prestadas, ao lado da análise aqui exposta, indicam haver coerência dos termos do crédito especial em exame com as disposições da legislação orçamentária em vigor, bem assim denotam a correspondente adequação e compatibilidade com a LDO-2019 e com o PPA 2016-2019.

Quanto às emendas apresentadas, verificam-se as seguintes situações:

- as emendas 0001 a 0003 propõem cancelamento de dotações consignadas para despesas primárias obrigatórias (RP 1), sem comprovar erro ou omissão de ordem técnica ou legal que justificaria o cancelamento, e, dessa maneira, sua aprovação prejudicaria gravemente o atendimento das despesas constantes da suplementação proposta;
- a emenda 0004 contempla programação de unidade orçamentária não beneficiária do crédito — a Superintendência do Desenvolvimento do Nordeste, unidade objeto da emenda parlamentar, não consta do projeto de crédito especial submetido à apreciação do Congresso —, atraindo a hipótese de inadmissibilidade prevista pelo art. 109, inciso I, da Resolução nº 1, de 2006, do Congresso Nacional.

É o caso, portanto, de rejeição das emendas 0001 a 0003 e de inadmissão da emenda 0004.

Diante do exposto, somos pela aprovação do PLN nº 9, de 2019-CN, na forma proposta pelo Poder Executivo, rejeitando-se as emendas 0001 a 0003."

Informo ainda que o substitutivo que apresentei é de complementação.

O SR. PRESIDENTE (Dagoberto Nogueira. PDT - MS) - Sr. Relator, eu li o seu voto e vi que ele foi alterado agora. Então V.Exa. incluiu, pela rejeição, ao invés só das Emendas nºs 1 e 2, as Emendas nºs 1, 2 e 3.

O SR. GONZAGA PATRIOTA (PSB - PE) - Isso.





CONGRESSO NACIONAL
Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização

O SR. PRESIDENTE (Dagoberto Nogueira. PDT - MS) - Certo.

O relatório está em discussão.

O SR. BOHN GASS (PT - RS) - Sr. Presidente, eu quero discutir.

O SR. PRESIDENTE (Dagoberto Nogueira. PDT - MS) - Com a palavra o Deputado Bohn Gass.

O SR. BOHN GASS (PT - RS) - Sr. Presidente, eu gostaria exatamente de solicitar que fosse dada essa informação para ficar bem claro, porque, no relatório inicial que o nobre Deputado Gonzaga Patriota apresentou, ele incorporou uma emenda que nós apresentamos no sentido de que não fosse retirado nenhum recurso do FAT, que é o Fundo de Amparo ao Trabalhador, para fazer esse repasse, porque o Governo ficou com uma dúvida muito grande. E da forma como o relatório está apresentado, passou-nos a dúvida também de que não necessariamente seria para a subvenção das dívidas dos agricultores, a renegociação das dívidas, mas poderia também ser usado para pagamentos judiciais. É isso o que diz o projeto, o PLN 9, que veio para cá.

Nós conversamos em reunião, inclusive com o Deputado Cajado, que ficou de ver com o Governo. E eu gostaria até que ele pudesse se manifestar, porque nós queríamos ter certeza de que esse recurso não vai desaparecer no FAT. Na verdade, é um empréstimo que é feito para fazer a subvenção para os agricultores, para eles poderem ter tranquilidade em relação aos seus créditos, pois são agricultores do Nordeste, conforme medida provisória que nós aprovamos num outro momento. É claro que nós queríamos que isso se estendesse naquele momento também aos agricultores familiares do Sul, a outras regiões, o que não foi aceito, houve o veto. Mas neste momento nós não queremos prejudicar os trabalhadores. E não é essa a intenção, não usar o recurso do FAT; a questão é não retirar recurso do FAT e o Governo alocar outro recurso, para que não prejudique os trabalhadores do FAT e que resolva o problema dos agricultores. Foi exatamente o que nós propugnamos sobre isso.

O Deputado Gonzaga Patriota foi sensível a essa realidade. O Governo deu explicações. Então, foi importante o nosso gesto, o próprio relatório que o Relator apresentou e a nossa emenda. E eu gostaria que o Governo, então, confirmasse. Eu acho que isso é importante, porque nós fizemos um diálogo com o Governo, para





CONGRESSO NACIONAL
Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização

que a votação transcorra com tranquilidade, sem haver prejuízo efetivamente para o FAT.

Acho que é um tema importante. Por isso faço esse questionamento, porque nós queremos insistir que o Governo, ao fazer projetos dessa ordem, de fato, não acarrete nenhum prejuízo em recursos que são para seguro-desemprego, para fomentar a empregabilidade num país que tem desemprego crescente.

É nesse sentido que eu quero fazer o registro, dialogando com o Relator, que incorporou essa emenda, solicitou mais informações ao Governo. O Governo ficou de trazer essas informações, para nós termos tranquilidade para efetuar o nosso voto aqui neste momento.

O SR. PRESIDENTE (Dagoberto Nogueira. PDT - MS) - Eu passo a palavra para o Líder do Governo, o Deputado Claudio Cajado.

O SR. CLAUDIO CAJADO (Bloco/PP - BA) - Muito bem.

Primeiro, quero agradecer ao Relator, o Deputado Gonzaga Patriota, querido Deputado e amigo, pela compreensão, diante das explicações que o Governo forneceu, no sentido de poder clarear mais o voto de S.Exa.

Quanto ao que nos pede o Deputado Bohn Gass, a explicação é a seguinte: à Medida Provisória nº 842, de 2018, que nós votamos no passado, houve por parte do Sr. Presidente da República, Jair Bolsonaro, uma série de vetos. Esses vetos, na sessão congressual, foram derrubados, muitos deles. E isso fez com que o Governo tivesse que abrir esse crédito para dar sequência à decisão soberana do Congresso que derrubou os vetos presidenciais.

Então, o Governo teve essa obrigatoriedade, diante da decisão do Congresso. Repito: o Congresso votou a MP 842/18, e o Presidente, ao sancioná-la, vetou alguns itens, como, por exemplo, o que prevê a concessão de rebate para liquidação em 30 de dezembro 2019, independentemente do valor originalmente contratado, ou seja, foi estendido para o dia 30 de dezembro o prazo dessas renegociações das dívidas; contratação pelo gestor financeiro no FNE de uma nova operação de crédito. Ou seja, como se estendeu mais o prazo, obrigatoriamente o Governo teve que fazer com que houvesse um aporte de recursos — e obviamente esses recursos são do superávit. Nós estamos utilizando 2% do valor do FAT. Obviamente esses recursos poderão vir a ser utilizados ou não, como também em relação a sentenças judiciais, não existe nenhuma previsão. Mas, em consequência das operações, se





CONGRESSO NACIONAL
Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização

houver demanda, tem que estar previsto esse recurso. Nós estamos falando de recursos para os subsídios da agricultura no que se refere aos créditos para os agricultores que foram e serão renegociadas até dezembro.

Portanto, o Governo teve que fazê-lo e não está tendo nenhum prejuízo. Pelo contrário, nós estamos tratando de superávit de recursos na conta do FAT.

O SR. PRESIDENTE (Dagoberto Nogueira. PDT - MS) - Muito bem, Deputado Cajado.

O Deputado Edmilson pediu a palavra?

O SR. EDMILSON RODRIGUES (PSOL - PA) - Gostaria.

O SR. PRESIDENTE (Dagoberto Nogueira. PDT - MS) - Pois não, Deputado.

O SR. EDMILSON RODRIGUES (PSOL - PA) - Olha, eu acho muito preocupante que cotidianamente nós acessemos as notícias oficiais mostrando a situação da economia nacional, pela falta de investimentos; o desemprego, com mais de 12,6 milhões de desempregados; além do crescimento do trabalho informal e do crescimento do número de pessoas que têm vínculo, mas que trabalham uma jornada aquém do que necessitariam trabalhar para aumentar sua remuneração. Fala-se em muitos milhões de pessoas.

Então, retirar do FAT recursos para o setor de minas e energia é a meu ver muito preocupante. Parece que já tínhamos até avançado para a possibilidade de modificação do relatório do Deputado Patriota. Eu creio que nós teríamos que insistir em preservar recursos que são fundamentais para programas que também cumprem um papel importante no sentido de viabilizar a preparação, inclusive profissional, e criar, digamos, facilidade para os desempregados acessarem o sistema de emprego formal, ou até mesmo a geração de novos empreendimentos, de microempresas. Essa é a minha opinião.

Eu creio que, se fosse possível algum grau de tempo para buscar alternativas, mesmo que fossem 2% do FAT... Nós falamos aqui de um País que tem muitos milhões de desempregados e muitos empregados no setor informal, que gostariam de entrar no processo de formalização, mas muitas vezes não têm o preparo necessário por falta exatamente de investimento. Nessas condições, essa proposta a meu ver é arriscada, é preocupante.

É difícil que aproveamos aqui, mesmo sabendo que é necessário que o Governo exerça a liberdade de remanejar recursos. No entanto, remanejar tirando de áreas





CONGRESSO NACIONAL
Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização

fundamentais, considerando a situação de crise que se expressa no desemprego de milhões de pessoas, não dá para assinar embaixo.

Obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Dagoberto Nogueira. PDT - MS) - Pois não.

A discussão e o prazo para a apresentação de destaques estão encerrados.

Em conformidade com o disposto no § 2º do art. 146 da Resolução nº 1, de 2006, do Congresso Nacional, declaro inadmitida a Emenda nº 4, indicada pelo Relator no seu voto.

O relatório está em votação na representação da Câmara dos Deputados.

Os Deputados que o aprovam permaneçam como se encontram. *(Pausa.)*

Aprovado.

Em votação na representação do Senado Federal.

Os Senadores que o aprovam permaneçam como se encontram. *(Pausa.)*

Aprovado.

Antes de discutir o último item, que é o Item 3, eu queria fazer uma proposta aos Deputados. Se V.Exas. concordarem, faremos uma interrupção de 10 minutos. O nosso consultor Ricardo Volpe vai apresentar algo que é de muito interesse nosso, até para o nosso controle, o Sistema Legislativo de Projetos e Obras Federais e também o *app*. Eu acho muito importante nós interrompermos. Em 10 minutos, ele faz essa apresentação, e, em seguida, nós votamos o item 3.

V.Exas. não concordam?

O SR. NELSON PELLEGRINO (PT - BA) - Não concordo em não votar o item 3.

O SR. PRESIDENTE (Dagoberto Nogueira. PDT - MS) - Ele será votado, mas logo após a apresentação.

(Intervenção fora do microfone.)

O SR. PRESIDENTE (Dagoberto Nogueira. PDT - MS) - Eu não queria que o plenário se esvaziasse, porque é muito importante o que ele vai propor para nós. Nós vamos controlar as nossas emendas por meio dos nossos celulares. Então, eu acho que é importante nós o ouvirmos. Mas, como não há a concordância de todos, eu vou passar para o item 3.

O SR. VICENTINHO JÚNIOR (PL - TO) - Sr. Presidente, há concordância da maioria.





CONGRESSO NACIONAL
Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização

O SR. PRESIDENTE (Dagoberto Nogueira. PDT - MS) - Basta um não concordar para que eu não possa fazer.

O SR. VICENTINHO JÚNIOR (PL - TO) - O Deputado Pellegrino não concorda com outra pauta, Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Dagoberto Nogueira. PDT - MS) - Vamos votar rápido o item 3.

Item 3. Apresentação do relatório apresentado ao Projeto de Lei nº 10, de 2019, que abre ao Orçamento de Investimento para 2019, em favor da empresa PETROBRAS Netherlands B.V., crédito especial no valor de R\$5.418.248.000,00 para os fins que especifica. Relator: Senador Oriovisto Guimarães. Voto: pela aprovação do projeto de lei, na forma proposta pelo Poder Executivo.

Ao projeto não foram apresentadas emendas.

O Relator está com a palavra para a apresentação do relatório. *(Pausa.)*

O Senador Elmano Férrer vai fazer a apresentação do relatório no lugar do Relator. S.Exa. está com a palavra.

O SR. ELMANO FÉRRER (PODEMOS - PI) - Sr. Presidente, Sras. e Srs. Senadores, vamos direto ao voto.

"Diante do exposto, somos pela aprovação do PLN 10/19, do Congresso Nacional, na forma proposta pelo Poder Executivo."

É esse o voto, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Dagoberto Nogueira. PDT - MS) - O relatório está em discussão.

O SR. NELSON PELLEGRINO (PT - BA) - Presidente, peço a palavra pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (Dagoberto Nogueira. PDT - MS) - Pois não.

O SR. NELSON PELLEGRINO (PT - BA) - Vai ser votado o PLN 3?

O SR. PRESIDENTE (Dagoberto Nogueira. PDT - MS) - É o item 3, PLN 10/19. *(Pausa.)*

Deputado Nelson, a assessoria está me informando que passou o prazo, e eu não posso receber o que V.Exa. apresentou. A matéria já está em discussão. Então já passou o prazo, e eu não posso receber o que foi apresentado. Eu sinto muito.

O SR. NELSON PELLEGRINO (PT - BA) - Primeiro, eu queria discutir. Segundo, se não pode haver adiamento, vou pedir a retirada de pauta.





CONGRESSO NACIONAL
Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização

O SR. PRESIDENTE (Dagoberto Nogueira. PDT - MS) - Se V.Exa. quiser fazer algum registro, eu...

O SR. NELSON PELLEGRINO (PT - BA) - Eu quero discutir. V.Exa. mesmo anunciou que a matéria está em discussão. Portanto, eu tenho direito a falar.

Agora, se eu não posso pedir adiamento, eu vou pedir retirada de pauta.

O SR. PRESIDENTE (Dagoberto Nogueira. PDT - MS) - V.Exa. pode pedir adiamento de votação. Também não é possível pedir retirada de pauta.

O SR. NELSON PELLEGRINO (PT - BA) - Então, vou pedir adiamento de votação. Mas, primeiro, eu quero discutir, Sr. Presidente. Quero dizer quais são as razões pelas quais eu estou obstruindo esta matéria. V.Exa. vai me dar tempo para discutir?

O SR. PRESIDENTE (Dagoberto Nogueira. PDT - MS) - A matéria está em discussão.

O SR. NELSON PELLEGRINO (PT - BA) - Sr. Presidente, primeiro, a PETROBRAS — o Governo, na verdade, por meio do Ministério de Minas e Energia — está pedindo um crédito de quase 5,5 bilhões de reais, de 5 bilhões 418 milhões 248 mil reais. Em relação ao PLN, até que, em tese, nós não discutiríamos as ações que estão sendo propostas, pela importância que a PETROBRAS tem. São ações de aquisição de equipamentos, de nacionalização, ações que, como o Ministério de Minas e Energia diz na justificativa mesmo, não estavam previstas originalmente no orçamento da empresa de 2018 para 2019. Isso será utilizado para pesquisas em jazidas de gás natural, para contratos vigentes e também em um processo que ele chama de REPETRO-SPED, que é um regime aduaneiro especial.

A questão concreta é a seguinte, Sr. Presidente: o Governo Bolsonaro vem fazendo um desmonte da PETROBRAS no Nordeste.

Senador, V.Exa. é inclusive desta região, e recentemente houve no Rio Grande do Norte uma reunião de todos os Governadores do Nordeste, e a Federação Nacional dos Petroleiros, a FUP — Federação Única dos Petroleiros e a Frente Parlamentar Mista em Defesa da PETROBRAS apresentaram aos Governadores a política de desinvestimento da PETROBRAS no Nordeste. A empresa quer vender duas refinarias que existem na região, a Refinaria Landulpho Alves, na Bahia, e a Refinaria Abreu e Lima, em Pernambuco, além de uma pequena refinaria de QAV que existe no Estado do Rio Grande do Norte e da Refinaria de Manaus — REMAN.





CONGRESSO NACIONAL
Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização

Além disso, ela está propondo vender o terminal marítimo Madre de Deus, o terminal marítimo do Nordeste, que fica no Estado da Bahia, e está desativando um escritório da companhia em Salvador, o que vai gerar 3 mil desempregos. Ela vai remanejar alguns, outros serão colocados no programa de demissão voluntária, e os terceirizados serão simplesmente demitidos. A fábrica de biodiesel está fechada. E, neste momento, há um processo de hibernação. Ontem, inclusive, eu participei de uma assembleia na Fábrica de Fertilizantes Nitrogenados — FAFEN, cujas unidades de Sergipe e da Bahia a PETROBRAS colocou em hibernação, que é o nome que os tucanos dão para fechamento.

Nós estamos tentando uma audiência com a Direção da PETROBRAS, Sr. Presidente, para conversar sobre esse assunto. No dia 6, vai haver, parece-me, uma nova reunião dos Governadores do Nordeste. Nós vamos voltar a dialogar com eles.

A PETROBRAS simplesmente está se retirando do Nordeste, está retirando as suas atividades do Nordeste. Então, obstruir é a forma que nós temos para forçar a PETROBRAS a receber uma comissão de Deputados e Senadores para debater esse assunto. A PETROBRAS não pode fazer uma política de desinvestimento no Nordeste, sair das suas atividades na região, fechar unidades, e nós ficarmos aqui remanejando recursos da União para ela — na verdade, são recursos da União que estão sendo remanejados para a empresa.

Portanto, essa é a nossa disposição, e eu anunciei isso no plenário, mesmo que eventualmente não haja número para verificação, para obstrução. Na semana passada, quando houve sessão no Congresso, nós já tínhamos anunciado essa disposição em relação à PETROBRAS no que se refere a um outro crédito de 1 bilhão e 800 milhões de reais, que já passou por esta Comissão. A nossa disposição é de que a PETROBRAS não aprove nada nesta Casa. Se não houver número para rejeitar a matéria aqui ou pelo menos para impedir o seu avanço, nós vamos fazer obstrução no plenário, porque no plenário nós temos número para isso, porque não aceitamos que a PETROBRAS não sente para conversar, para negociar.

A política era a mesma no Governo Temer. Mas, quando a PETROBRAS decidiu fechar a FAFEN, pelo menos o Pedro Parente esteve aqui. Esteve na Casa o Governador da Bahia, o Governador de Sergipe, as bancadas desses dois Estados, os seis Senadores, Deputados Federais, Deputados Estaduais. Nós conversamos sobre essa questão da FAFEN, e o Governo aceitou postergar a hibernação para o





CONGRESSO NACIONAL
Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização

dia 31 de outubro. E até o final do ano nós impedimos a hibernação das duas fábricas.

Só para se ter uma ideia, fechar a FAFEN da Bahia pode colocar em risco 18 das 20 fábricas do Polo Petroquímico, porque ela produz amônia e outros subprodutos que alimentam indústrias ali. E a amônia não pode ser transportada, a não ser por dutos. Não pode ser transportada por caminhão, porque é um produto altamente tóxico. No caso de Sergipe, todas as misturadoras de fertilizantes estão fechando suas portas, com um reflexo extremamente danoso para a economia do Estado.

Nós que somos nordestinos não podemos ficar de braços cruzados vendo esse desmonte da PETROBRAS no Nordeste. E não é só no Nordeste, não. É no Norte também. A PETROBRAS está sendo desmontada nessas duas regiões. Não podemos aceitar que isso aconteça.

Então, a nossa disposição — eu já disse isso — é de obstruir. Se não tivermos condições de obstruir a votação desse crédito aqui na Comissão, nós vamos obstruir no plenário. E só vamos deixar aprovar se a direção da PETROBRAS... Já foi aprovado na Comissão de Minas e Energia um requerimento de convocação do Ministro e de convite ao Presidente da PETROBRAS, para que haja uma negociação com este Congresso.

Não podemos aceitar que a PETROBRAS seja destruída e que se encerrem suas atividades no Nordeste.

O SR. PRESIDENTE (Dagoberto Nogueira. PDT - MS) - Deputado Nelson Pellegrino, de acordo com a assessoria, o adiamento só pode ser proposto, conforme o art. 40 do Regimento Comum, por até 48 horas e por Líder. Qual é o compromisso que nós podemos assumir com V.Exa.? Apresentar o requerimento, que esta Presidência inclusive votará junto com V.Exa., para que seja realizada essa audiência pública.

O SR. NELSON PELLEGRINO (PT - BA) - V.Exa. é de Mato Grosso, mas tem sensibilidade para com a causa do Norte e do Nordeste. Hoje esse desmonte acontece no Nordeste e no Norte, mas amanhã pode ser no Centro-Oeste também.

O SR. PRESIDENTE (Dagoberto Nogueira. PDT - MS) - Muito bem.

Está encerrada a discussão.

O relatório está em votação na representação da Câmara dos Deputados.





CONGRESSO NACIONAL
Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização

Os Deputados que o aprovam permaneçam como se encontram. *(Pausa.)*

Aprovado.

O relatório está em votação na representação do Senado.

Os Senadores que o aprovam permaneçam como se encontram. *(Pausa.)*

Aprovado.

Antes de encerrar a reunião, eu peço ao Ricardo Volpe, nosso consultor, que faça sua apresentação.

Peço aos Deputados que fiquem, porque é de suma importância e de nosso interesse o que ele vai apresentar nesses 10 minutos.

O nosso consultor Ricardo Volpe está com a palavra.

O SR. RICARDO ALBERTO VOLPE - Boa tarde, senhoras e senhores.

De uma forma bem breve — não vou tomar tempo demais —, vou apresentar o sistema que fizemos. Ele foi desenvolvido junto com o Executivo, com os órgãos setoriais, com informações que até hoje o Congresso Nacional nunca teve na hora de apresentar uma emenda individual ou uma emenda de bancada.

(Segue-se exibição de imagens.)

O prazo para apresentação de emendas já está dado, de 1º a 24 de outubro.

A seguir, nós temos a cota das emendas de bancada e individuais, que dá um total de 16,2 bilhões de reais. Para que tenham uma ideia, este Orçamento veio com 19 bilhões para investimentos no orçamento fiscal da seguridade social. O Congresso tem o poder, vamos dizer assim, só com as emendas individuais e de bancada, fora as demais, de alocar 16,2 bilhões de reais. No ano passado, a alocação do Congresso foi de 20 bilhões de reais.

Este *link*, que subsidia as emendas, dá acesso ao que chamamos Banco de Projetos e Obras Federais. Por enquanto, como estamos com o PPA e o Orçamento, e houve mudanças no PPA, o banco ainda está no Access. No ano que vem, vai ser feito um sistema bem mais moderno, de forma interativa.

Esse sistema tem por finalidade dizer, sobre uma determinada obra, quanto já se fez, quanto falta, qual é a necessidade financeira em 2020 ou qual é o recurso financeiro necessário para a sua eventual finalização em 2020.

O sistema tem um filtro inicial: acima ou abaixo de 10 milhões de reais. Para uma obra com custo total acima de 10 milhões de reais, tende a ser necessária uma





CONGRESSO NACIONAL
Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização

emenda de bancada. Uma obra com custo total abaixo de 10 milhões de reais pode ser financiada por uma emenda individual.

De forma bem rápida, vamos escolher um Estado qualquer. Filtramos o Estado. Há todos os sistemas, há todas as bases. Há uma base que é o sistema da educação, da saúde, da defesa, Plataforma Mais Brasil. Então, há várias bases aí dentro. Podemos filtrar uma base específica. Vou filtrar todas, por enquanto. No Ceará, há 55 projetos com custo total acima de 10 milhões de reais. Podem ser financiados por emenda de bancada. E há informações sobre as necessidades da obra até a conclusão. Há casos em que há mais informação, em outros, menos. É o primeiro ano que estamos usando essa ferramenta.

Este é o botão "detalhar". Eu vou clicar, para detalhar aquele empreendimento. Vai dizer qual é o objeto, a justificativa e, o mais importante, a funcional-programática, aqui embaixo. É com base nessa classificação funcional-programática que vai ser feita a emenda. Então, é dessa informação que se vai extrair a informação da emenda.

O caso na tela é um empreendimento novo. Vamos pegar um em andamento bem rapidamente.

Nesse outro caso, a necessidade orçamentária para o ano que vem seria de quase 15 milhões de reais, e haveria a entrega desse produto. Mas esse não é um bom exemplo, porque é mais descentralizado.

Vamos dar outro exemplo rapidamente. Vamos pegar na Plataforma Mais Brasil, dentre as obras com custo abaixo de 10 milhões de reais, ou seja, algo que pode ser atendido por meio de emenda individual.

Vamos escolher outro ente federado. Podemos filtrar também se queremos na área da educação, na área da saúde.

No ano que vem, vamos fazer uma coisa muito mais estruturada do que neste ano.

Eu vou escolher um empreendimento na área da saúde, dentro da Plataforma Mais Brasil. Aí vem aquisição de equipamentos. Com base nisso, no Município de Arapongas, vemos o valor de 200 mil reais. O Parlamentar vai ter uma informação mostrando que com 200 mil reais ele vai comprar esse equipamento para a cidade. Então, evita que uma emenda seja apresentada e, no ano que vem — pode-se colocar na justificativa, inclusive, essas informações — caia em impedimento, por ter





CONGRESSO NACIONAL
Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização

sido colocado, porventura, um valor equivocado de financiamento para determinado projeto.

Outra mudança importante que nós fizemos na LDO, ligada a isso, é que os planos e trabalhos aprovados em 2019 não vão cair automaticamente. Vão ficar reservados na Plataforma Mais Brasil. Se uma emenda pendurar o recurso lá, segue a execução. Até o ano anterior a este ano, começaria tudo do zero. O Município teria de começar o processo do zero.

Para finalizar, nós vamos apresentar o *app*. Se V.Exas., se os assessores parlamentares, quiserem já baixar está na Apple Store e no Google Play. Com esse *app*, o Parlamentar vai receber todas as informações das movimentações das suas emendas ou mesmo daquilo que ele consultar.

Então, por favor, vamos fazer uma simulação rápida.

Eu vou pegar o ano de 2018, que é um ano fechado, por isso fica mais fácil — 2019 está em execução. Nós vamos selecionar uma Unidade da Federação e um Parlamentar.

Qualquer Unidade da Federação e um Parlamentar, Rodrigo. Aí, filtrando o Parlamentar... Opa, falhou!

Pega do Distrito Federal. Essa é uma apresentação que não está *on-line*. É melhor você pegar o Distrito Federal, porque eu tenho certeza de que tem. Esse é um módulo apresentação. Aí, vem a foto do Parlamentar, a lista das suas emendas e as informações. Se porventura o Parlamentar teve um empenho, ele recebe, no *app*, um aviso de que houve uma movimentação na sua emenda. Se ele fez uma consulta ligada ao Estado dele, se houve um pagamento, o *app* também vai dar uma movimentação. Se quiser detalhar ainda mais, entra naquela lateral que tem um relatório adicional.

O SR. VICENTINHO JÚNIOR (PL - TO) - Como se chama o *app*?

O SR. RICARDO ALBERTO VOLPE - Infoleg Orçamento. Podem entrar agora na Apple Store ou na Google Play.

É possível detalhar ainda mais. Embaixo, temos empenho ou convênio. Então, temos duas informações. É possível ver quem foi favorecido pelo empenho. Dependendo do caso, tem mais detalhes até.

(Intervenção fora do microfone.)





CONGRESSO NACIONAL
Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização

O SR. RICARDO ALBERTO VOLPE - Ele é aberto para qualquer cidadão, para qualquer pessoa que baixar esse *app*.

Vamos à outra consulta agora. Essa aí é do Parlamentar. Aí tem outro que é da emenda de bancada. Outro módulo é de emenda de bancada. Eu quero filtrar uma emenda de uma bancada, vem a bandeira da bancada e detalha as informações da execução das emendas de bancada. Então, eu tenho o módulo emenda individual, emenda de bancada, e agora vou no Orçamento da União. Aí tem um georreferenciamento, diz onde você está ou, se o cidadão quiser de outro local, ele pode clicar ou mesmo filtrar.

Então eu vou pegar uma Unidade da Federação qualquer — 2018 ou 2019, nesse caso, tanto faz, não muda muita coisa —, filtro uma cidade, dentro de um determinado ente federado, e vão vir as informações dos recursos federais, não são só de emendas, todos os recursos que aquele Município ou Estado recebeu. Aí tem condições, por meio dessa informação, de salvar uma consulta. Toda vez que movimentar empenho ou pagamento para aquele Município que salvou a consulta, o *app* vai trazer essa movimentação.

Aí vem um relatório com as informações dos recursos que foram transferidos pela União ao ente federado.

No próximo módulo, que o CENIN está bem próximo de finalizar, vai ser lançado no dia 8 pelo Presidente Rodrigo Maia, na primeira parte, vão estar as informações de emendas e execução. Na segunda parte, o gabinete também vai poder colocar um vídeo, alguma coisa, uma imagem da entrega que foi feita com aquela emenda e poderá, inclusive, compartilhar nas redes sociais. Então, poderá ser feito um vídeo daquilo que foi entregue por meio daquela emenda individual. O gabinete é que vai gerenciar essas informações. Não só isso, mas outras questões também.

O terceiro módulo, do futuro, será uma integração maior com a sociedade. A sociedade poderá agir, dentro do Orçamento da União, tendo um papel mais fiscalizador.

Então, era basicamente isso que tínhamos a apresentar para colaborar com o trabalho dos Parlamentares, nesse processo tanto de emendamento como de acompanhamento da execução das suas emendas.

A Consultoria está à disposição para qualquer dúvida.





CONGRESSO NACIONAL
Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização

O SR. PRESIDENTE (Dagoberto Nogueira. PDT - MS) - Muito bem, Ricardo. É um avanço significativo. Eu só gostaria que essa apresentação fosse colocada na página da CMO.

O SR. RICARDO ALBERTO VOLPE - Vai estar lá.

Obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Dagoberto Nogueira. PDT - MS) - Declaro encerrada esta reunião.





CONGRESSO NACIONAL
Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização

ATA DA DÉCIMA PRIMEIRA REUNIÃO ORDINÁRIA, DA 1ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA, DA 56ª
LEGISLATURA, DA COMISSÃO MISTA DE PLANOS, ORÇAMENTOS PÚBLICOS E FISCALIZAÇÃO,
REALIZADA EM 08 DE OUTUBRO DE 2019.

Aos oito dias do mês de outubro do ano de dois mil e dezenove, foi convocada ordinariamente a Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização, no Anexo II, plenário 04 da Câmara dos Deputados, com o objetivo de apreciar as matérias constantes da Pauta. Foi registrado o comparecimento dos membros: - **Deputados titulares:** Aluisio Mendes, André Figueiredo, Cacá Leão, Carlos Henrique Gaguim, Celso Sabino, Dagoberto Nogueira, Domingos Neto, Edmilson Rodrigues, Felipe Francischini, Gonzaga Patriota, Gurgel, Hildo Rocha, Hiran Gonçalves, João Roma, Lucas Gonzalez, Luciano Ducci, Márcio Marinho, Marreca Filho, Misael Varella, Paulo Azi, Rodrigo de Castro, Vander Loubet e Vicentinho Júnior; - **Senadores titulares:** Elmano Férrer, Flávio Bolsonaro, Izalci Lucas, Kátia Abreu, Luiz do Carmo, Marcelo Castro e Vanderlan Cardoso; - **Deputados suplentes:** Alexis Fonteyne, Bohn Gass, Dra. Soraya Manato, Hercílio Coelho Diniz, João Carlos Bacelar, Juscelino Filho, Leônidas Cristino, Marx Beltrão, Nelson Pellegrino, Weliton Prado e Zé Carlos; e - **Senadores Suplentes:** Alessandro Vieira, Eduardo Gomes, Orioivisto Guimarães e Soraya Thronicke. Foi registrado o comparecimento dos parlamentares não integrantes da Comissão, Deputados Bosco Costa, Domingos Sávio, Luiz Lima e Rodrigo Coelho. Foi registrada a ausência dos membros titulares: - **Deputados:** Beto Faro, Filipe Barros, Genecias Noronha, Josimar Maranhãozinho, Lucio Mosquini, Nivaldo Albuquerque, Orlando Silva e Zeca Dirceu; e - **Senadores:** Angelo Coronel, Jean Paul Prates, Veneziano Vital do Rêgo e Wellington Fagundes. **ABERTURA:** às quatorze horas e quarenta e cinco minutos, e havendo número regimental para deliberação nas duas Casas do Congresso Nacional, os trabalhos foram abertos pelo Presidente, Senador Marcelo Castro. **EXPEDIENTES.** O Presidente declarou como lidos os expedientes recebidos pela Comissão, de 1º a 08 de outubro de 2019, tendo em vista que essas informações encontram-se publicadas na página da CMO na internet. Em seguida, foi submetida à apreciação a Ata da 10ª Reunião Ordinária, realizada em 1º de outubro de 2019. Em votação, a Ata foi **aprovada**. **ORDEM DO DIA.** PAUTA. Item 01. Conforme o disposto no *art. 25 da Resolução nº 1, de 2006, do Congresso Nacional*, o Presidente submeteu à apreciação o **Relatório de Atividades nº 2/2019, do Comitê de Admissibilidade de Emendas – CAE**, que dispõe sobre as “Diretrizes e Orientações para apresentação de emendas e análise de sua admissibilidade, ao Projeto de Lei Orçamentária para 2020, **Projeto de Lei nº 22/2019-CN**, que “Estima a receita e fixa a despesa da União para o exercício financeiro de 2020”. Autor: Comitê de Admissibilidade de Emendas - CAE. Coordenador do CAE: Deputado João Carlos Bacelar. Membros do CAE: Deputados Adolfo Viana, Aluisio Mendes, Zé Carlos, Luciano Ducci, Marreca filho, e os Senadores Luiz do Carmo, Elmano Férrer e Alessandro Vieira. O Relatório foi apresentado pelo Coordenador do CAE. Discutiram a matéria os Deputados Domingos Sávio, Aluisio Mendes, Vicentinho Júnior, Carlos Henrique Gaguim e Edmilson Rodrigues. Em votação, o Relatório foi **aprovado**. Item 02. Relatório apresentado ao **Projeto de Lei nº 23/2019-CN**, que “Abre aos Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social da União, em favor dos Ministérios da Economia, da Justiça e Segurança Pública, do Desenvolvimento Regional e da Cidadania, crédito suplementar no valor de R\$ 137.832.239,00 (cento e trinta e sete milhões, oitocentos e trinta e dois mil, duzentos e trinta e nove reais), para reforço de dotações constantes da Lei Orçamentária vigente.” Relator: Deputado Dagoberto Nogueira. Foram apresentadas 04 emendas. Voto: pela aprovação do Projeto de Lei, na forma proposta pelo Poder Executivo, e com indicação pela inadmissibilidade das emendas de nºs 01, 02, 03 e 04. O relator apresentou o Relatório. O Presidente declarou **inadmitidas** as emendas de nºs 01, 02, 03 e 04. Não





CONGRESSO NACIONAL
Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização

houve discussão. Em votação, o Relatório foi **aprovado**. Item 03. **Requerimento nº 20/2019-CMO**, que “Requer a realização de audiência pública para debater a proposta de orçamento para concessão de bolsas do CNPq e CAPES referente ao orçamento de 2020.” Autor: Deputado Orlando Silva. Ausente o autor, subscreveram o Requerimento os Deputados Bohn Gass e Edmilson Rodrigues. O Deputado Bohn Gass apresentou o Requerimento. Discutiram a matéria os Deputados Edmilson Rodrigues e Nelson Pellegrino. Em votação, o Requerimento foi **aprovado**. Item 04. **Requerimento nº 21/2019-CMO**, que “Requer na Audiência Pública objeto do Requerimento nº 17/2019-CMO, destinada a debater o impacto econômico da Ciência e da Tecnologia na economia do país, seja incluído como convidado um Representante da EMBRAPA.” Autor: Senador Izalci Lucas. Ausente o autor, subscreveu o Requerimento o Senador Elmano Férrer, que apresentou a matéria. Discutiram o Requerimento o Deputado Edmilson Rodrigues e a Senadora Kátia Abreu. Em votação, o Requerimento foi **aprovado**. Requerimento para Quebra de Interstício e Inclusão na Pauta, no sentido de apreciar a **Proposta de Instrução Normativa de nº 01/2019-CMO**, a despeito do previsto no *Art. 128 da Resolução nº 01/2006-CN*, que estabelece que a apreciação dos relatórios somente poderá ocorrer após o prazo de 2 (dois) dias úteis de sua distribuição. Autor: Senador Marcelo Castro, Presidente da CMO. Em votação, o Requerimento foi **aprovado**. **EXTRAPAUTA. Proposta de Instrução Normativa nº 01/2019-CMO**, que “Estabelece, provisoriamente, as 16 (dezesseis) áreas temáticas do projeto de lei orçamentária anual, no que se refere à despesa, com fundamento na organização básica dos órgãos da Presidência da República e dos Ministérios definida na Lei nº 13.844, de 18 de junho de 2019.” Autor: Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização – CMO. Presidente da CMO: Senador Marcelo Castro. A Proposta foi apresentada pelo Presidente da CMO. Não houve discussão. Em votação, a Proposta foi **aprovada** por unanimidade. Requerimento para Quebra de Interstício e Inclusão na Pauta, no sentido de apreciar o **Requerimento nº 22/2019-CMO**, a despeito do previsto no *Art. 128 da Resolução nº 01/2006-CN*, que estabelece que a apreciação dos relatórios somente poderá ocorrer após o prazo de 2 (dois) dias úteis de sua distribuição. Autora: Senadora Kátia Abreu. Em votação, o Requerimento foi **aprovado**. **EXTRAPAUTA. Requerimento nº 22/2019-CMO**, que “Requer a realização de audiência pública, com o objetivo de discutir políticas públicas para o desenvolvimento de atividades turísticas no Brasil e seus desdobramentos no Orçamento Geral da União para 2020.” Autora: Senadora Kátia Abreu. A autora apresentou o Requerimento. Discutiram a matéria o Deputado Cacá Leão e os Senadores Vanderlan Cardoso e Elmano Férrer. Em votação, o Requerimento foi **aprovado**. **ENCERRAMENTO**: nada mais havendo a tratar, o Presidente encerrou os trabalhos às quinze horas e quarenta e quatro minutos. Para constar, eu, Walbinson Tavares de Araujo, Secretário Executivo, lavrei a presente Ata, que, após a sua aprovação, será assinada pelo Presidente da Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização do Congresso Nacional e encaminhada para publicação no Diário do Congresso Nacional. Os trabalhos foram gravados e, depois de traduzidos, integrarão esta Ata. **Senador Marcelo Castro, Presidente.**
XXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXX

Em 08.10.2019

O SR. PRESIDENTE (Marcelo Castro. MDB - PI) - Há quórum regimental para a abertura dos trabalhos.

Declaro iniciada a 11ª Reunião Ordinária da Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização, destinada à apreciação de matérias constantes da pauta.





CONGRESSO NACIONAL
Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização

Há quórum para deliberação na representação das duas Casas do Congresso Nacional.

Eu peço silêncio aos que estão assistindo à nossa reunião, por favor. Assessores, por favor, façam silêncio.

Expediente.

Declaro como lidos os expedientes recebidos pela Comissão até a presente data, tendo em vista que essas informações se encontram publicadas na página da CMO na Internet.

Apreciação da ata.

Havendo concordância do Plenário, proponho a dispensa da leitura da ata, por ter sido distribuída antecipadamente. Caso haja alguma retificação a ser feita, peço aos Srs. Parlamentares que se manifestem.

Coloco em votação a Ata da 10ª Reunião Ordinária, realizada em 1º de outubro de 2019.

A ata está em votação na representação da Câmara dos Deputados.

Os Srs. Parlamentares que a aprovam permaneçam como se acham. *(Pausa.)*

Aprovada.

A ata está em votação na representação do Senado Federal.

Os Srs. Parlamentares que a aprovam permaneçam como se encontram. *(Pausa.)*

Aprovada.

Ordem do Dia.

Item 1. Apreciação do Relatório de Atividades do Comitê de Admissibilidade de Emendas — CAE nº 2, de 2019, que dispõe sobre as diretrizes e orientações para a apresentação de emendas ao Projeto de Lei Orçamentária para 2020 e para a análise de sua admissibilidade, em razão do art. 25 da Resolução nº 1, de 2006, do Congresso Nacional. Coordenador do CAE: Deputado João Carlos Bacelar.

Antes de conceder a palavra ao Coordenador do CAE, o Deputado João Carlos Bacelar, para apresentar o seu relatório, faço aqui a observação de que o Deputado Domingos Sávio concordou com que o relatório do CAE pudesse trazer a indicação dos recursos das emendas impositivas de bancada, que correspondem a 0,8% da receita corrente líquida, e que eles fossem divididos igualmente por todos os





CONGRESSO NACIONAL
Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização

Estados brasileiros. Então, cada Estado terá direito a 1/27 desses recursos. Isso fará parte do relatório do Deputado João Carlos Bacelar no CAE.

Tem a palavra o Deputado Domingos Sávio.

O SR. DOMINGOS SÁVIO (PSDB - MG) - Obrigado, Sr. Presidente.

Eu gostaria de merecer a atenção dos colegas e de V.Exa. para fazer a minha consideração sobre este assunto. Fiz uma manifestação há poucos minutos, na reunião entre os Coordenadores, e ela acabou tendo algum desdobramento aqui neste Plenário. Então, quero agora fazê-la de forma serena, como é da minha natureza, deixando bem explícito qual é o pensamento deste Parlamentar, obviamente, cumprindo a minha missão de representar Minas Gerais.

Nesta matéria específica, eu não falo a posição partidária, mas falo como Parlamentar, uma prerrogativa da qual nós jamais podemos nos dissociar. Cada um aqui representa o seu Estado, a sua população, os seus eleitores e o Brasil como um todo. Neste aspecto existem naturalmente alguns conflitos de interesse entre os Estados federados. Mas eu quero aqui deixar claro o meu respeito a todos os demais colegas e à legitimidade da luta dos Parlamentares que vêm de Estados com menor população. Alguns Estados que têm menos de 1 milhão de habitantes têm representação de 8 Parlamentares, mas nem por isso são Estados menores. Eles são Estados com uma população menor, mas são Estados igualmente importantes em comparação com o maior Estado em população do País, o Estado de São Paulo, com 45 milhões de habitantes.

A tese que nós defendemos desde o início é que, embora concordemos que, em parte — em parte —, o Orçamento deva, sim, atender e privilegiar Estados com população menor que tenham algumas dificuldades ainda a serem superadas, também não é justo, no nosso entendimento, que se dê do Orçamento da União, que é o dinheiro do povo brasileiro... E o povo brasileiro, neste aspecto, tem obviamente o mesmo direito sobre o orçamento, até porque existe pobreza e riqueza em todas as 27 Unidades da Federação. Infelizmente, não podemos dizer que exista nem sequer um único Estado na Federação que não tenha nenhum tipo de mazela social, econômica, etc. Então, nós temos pobreza e problemas a serem resolvidos em todos os lugares.

Portanto, seguindo nosso entendimento, desde o início nós nos batemos no sentido de que não era razoável dizer que se vai destinar numa determinada ação,





CONGRESSO NACIONAL
Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização

que é a emenda parlamentar impositiva de bancada, o mesmo valor para um Estado com 45 milhões de habitantes e para um Estado com menos de 1 milhão de habitantes. Fizemos essa defesa e, dentro da reunião dos Coordenadores, nós fomos derrotados. A matéria não chegou a ser apreciada no plenário, porque a resolução ainda não foi avaliada lá. Portanto, foi feita uma deliberação interna, informal, vamos dizer assim, mas que V.Exa. conduziu muito bem, de forma democrática. Ali, de maneira informal, decidiu-se que a maioria dos Coordenadores — e é natural, porque ali havia uma maioria de representantes de Estados com menor população, Estados do Nordeste e do Norte — entendeu que o valor deveria ser distribuído de maneira igual: 1/27 para cada Unidade da Federação, não importando se ela tem menos de 1 milhão de habitantes ou se tem 22 milhões de habitantes, como Minas Gerais, que eu represento e que tem o Vale do Jequitinhonha, com um dos menores IDHs do Brasil e graves problemas sociais. Ali, só de gente muito pobre, há uma população equivalente à de três ou quatro Estados reunidos. Repito: uma população equivalente à de três ou quatro Estados brasileiros reunidos encontra-se em situação de pobreza, em determinada região de Minas. Por isso a minha luta por Minas Gerais.

Pois bem, eu aceitei a decisão, mas não aceitei que a formalizassem como votação de uma normativa da Comissão, porque a normativa pode ter caráter permanente. Fica parecendo uma deliberação consolidada. Eu concordei que se adotasse a mesma prática do ano anterior. No ano anterior, havia na LDO apenas a recomendação de que uma emenda seria impositiva. Não se tratava de valores na LDO.

Mas o relatório do CAE do ano passado — eu acompanhei isso de perto, porque eu sempre acompanho a Comissão de Orçamento — dizia que as emendas teriam valor igual para as Unidades da Federação. Com isso eu concordei. Por quê? Porque eu não fui vitorioso na minha tese. Eu sou um democrata e aceitei a vontade da maioria. Mas isso não significa que eu não poderei lutar, seja no plenário, na hora de votarmos a resolução, seja no ano que vem, para que haja uma distribuição que eu considero mais justa.

Não estou querendo que o Estado que tem menor população fique com uma quantia insignificante, não, tanto que a minha proposta era de 50% em partes iguais e, depois, 50% divididos, considerando-se IDH e população. Até admiti uma hipótese





CONGRESSO NACIONAL
Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização

de 80% em partes iguais, pela qual nenhum Estado ficaria com menos de 200 milhões de reais, portanto, bem mais até do que neste ano. Mas, infelizmente, não logrei êxito também.

Então, não tendo logrado êxito, eu me curvo à decisão da maioria do colegiado de Coordenadores, com uma condição: que seja colocado no relatório do CAE como uma medida específica para o Orçamento do ano de 2020.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Marcelo Castro. MDB - PI) - Tem a palavra o Relator, o Deputado João Carlos Bacelar.

Em seguida, vamos abrir a discussão da matéria.

O SR. CACÁ LEÃO (Bloco/PP - BA) - Sr. Presidente, peço a palavra pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (Marcelo Castro. MDB - PI) - Pois não, Deputado.

O SR. CACÁ LEÃO (Bloco/PP - BA) - O relatório do Deputado João Carlos Bacelar é bastante extenso e já está publicado. A assessoria já tem acesso a ele. Sugiro que o Deputado faça um resumo do relatório, procedendo à leitura do voto.

O Deputado é o aniversariante do dia de hoje. Então, eu acho que esta Comissão poderia poupar o meu contrerrâneo, que, aliás, apresentou um brilhante relatório preliminar, de fazer a leitura do relatório.

O SR. PRESIDENTE (Marcelo Castro. MDB - PI) - Tem a palavra o Deputado João Carlos Bacelar.

O SR. JOÃO CARLOS BACELAR (PL - BA) - Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sras. e Srs. Senadores, eu queria dizer, primeiramente, que endosso as palavras do Deputado Domingos Sávio, um Parlamentar combativo, que luta por Minas Gerais, um Estado grande com muita desigualdade, como o meu Estado, a Bahia, onde nós temos, aproximadamente, 14 milhões de habitantes e muita desigualdade. É um Estado, inclusive, que faz fronteira com Minas. Por isso sabemos qual é a realidade do norte de Minas e do entorno de Belo Horizonte, que são completamente diferentes. Em função do tamanho da população, essa desigualdade se acentua cada vez mais. Então, eu concordo com V.Exa. no mérito.

Na votação no Colégio de Líderes, dei a minha opinião individual, mas, infelizmente, fomos voto vencido. Eu acho que nós aqui fazemos a legislação para o Brasil, e essas emendas hoje são extremamente importantes, haja vista as reuniões





CONGRESSO NACIONAL
Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização

dos Governadores com cada bancada nesta semana. Nós tivemos essa reunião ontem na Bahia. Eu e os Deputados Cacá Leão e Nelson Pellegrino estávamos lá. Eu não vi o Deputado Márcio Marinho, até porque S.Exa. não está na base de apoio ao Governador.

O Governador fez um apelo para que essas emendas de bancada sejam destinadas, no máximo possível, para o Estado da Bahia, a fim de que sejam realizadas obras estruturantes, como, por exemplo, os corredores rodoviários. A Bahia, assim como Minas, Deputado Domingos, tem a segunda malha rodoviária do Brasil, perdendo apenas para o Estado de Minas. Então, imagine o custo para manter a malha existente e implantar e interligar novos corredores rodoviários em Estados como a Bahia e Minas. Nós sabemos dessa dificuldade, mas aqui estamos legislando para o Brasil. E há desigualdade no Brasil entre Estados grandes e Estados pequenos.

Infelizmente nós fomos voto vencido. E eu, um Deputado que respeita a democracia, o diálogo e a decisão da maioria, tive que acatar essa proposta no nosso relatório.

Essas são as minhas palavras, Presidente Marcelo Castro. V.Exa. é de um Estado pequeno, um Estado que também tem desigualdades gigantescas e onde praticamente todos os investimentos são oriundos de recursos de emendas de bancada. Isso faz o contraste do nosso Brasil. Eu acho que aqui nós debatemos a matéria, fizemos o diálogo, mas venceu a maioria. E a maioria que venceu tem o meu reconhecimento.

Eu quero aqui louvar a atitude de V.Exa., Deputado Domingos, que é um guerreiro, um trabalhador pelo Estado de Minas Gerais. Infelizmente, nós fomos vencidos, e eu tive que acatar o que a maioria decidiu.

Essas são as minhas palavras, Senador Marcelo Castro.

O relatório já está disponível desde a semana passada. Eu vou ler o último parágrafo. Se V.Exas. quiserem que eu leia o relatório completo, eu não terei nenhum problema em fazê-lo aqui.

O SR. EDMILSON RODRIGUES (PSOL - PA) - Hoje à noite, na festa de aniversário. *(Risos.)*

O SR. JOÃO CARLOS BACELAR (PL - BA) - Isso. E com o Pará junto.

Então, vamos lá:





CONGRESSO NACIONAL
Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização

"(...)

50. Os acréscimos de cancelamentos constantes de emenda de comissão de remanejamento deverão, nos termos do art. 45 da Resolução nº 1/2006-CN:

50.1. ser compatíveis com a competência regimental da comissão;

50.2. incidir sobre o mesmo órgão e o mesmo grupo de natureza de despesa; e

50.3. observar a compatibilidade das fontes de recursos."

Esse é o parágrafo final do relatório. Se algum Senador ou algum Deputado quiser fazer pergunta, estou aqui apto para responder. E se quiserem que eu leia o texto completo, na íntegra, também estou disponível aqui.

O SR. ALUISIO MENDES (PSC - MA) - Sr. Presidente, peço a palavra pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (Marcelo Castro. MDB - PI) - Pois não, Deputado Aluisio.

O SR. ALUISIO MENDES (PSC - MA) - Sr. Presidente, essa decisão que nós tomamos por consenso hoje de que faria parte do relatório do CAE esse dispositivo já foi implementada no relatório do Deputado João Carlos Bacelar? Pergunto porque, como foi deliberado hoje, há poucos momentos, gostaria de saber se o Deputado João Carlos Bacelar já incluiu isso no seu relatório.

O SR. PRESIDENTE (Marcelo Castro. MDB - PI) - Já estava incluído.

O SR. ALUISIO MENDES (PSC - MA) - Já estava? Então, era só essa a minha dúvida.

Muito obrigado, Presidente.

O SR. CARLOS HENRIQUE GAGUIM (DEM - TO) - Sr. Presidente...

O SR. PRESIDENTE (Marcelo Castro. MDB - PI) - Um momento.

Em discussão o relatório do Deputado João Carlos Bacelar.

O SR. CARLOS HENRIQUE GAGUIM (DEM - TO) - Sr. Presidente, peço a palavra para uma questão de ordem.

O SR. PRESIDENTE (Marcelo Castro. MDB - PI) - Tem a palavra o Deputado Vicentinho Júnior, para discutir a matéria.

O SR. CARLOS HENRIQUE GAGUIM (DEM - TO) - Eu tinha pedido primeiro.

O SR. PRESIDENTE (Marcelo Castro. MDB - PI) - Não, Deputado. V.Exa. está inscrito aqui como terceiro orador.





CONGRESSO NACIONAL
Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização

O SR. VICENTINHO JÚNIOR (PL - TO) - Sr. Presidente, caros colegas da Comissão Mista de Orçamento, pude travar este debate em muitas oportunidades, com muito respeito, com o Deputado Domingos em plenário, quando há 1 mês, eu acho, S.Exa. me forneceu uma planilha com três sugestões quanto à redistribuição desses valores aos Estados. E eu, com muito respeito, até brinquei com S.Exa., dizendo que era mais fácil ele conseguir convencimento com o seu jeito mineiro do que com essa zanga de agora. Mas, numa discussão em que os dois lados da Mesa têm razão, prevalece o bom senso, Sr. Presidente.

Eu fiz as contas com o Deputado Domingos e disse a ele: Deputado, aqui está se tirando de 18 Estados da Federação para atender 9 Estados. V.Exa. diz que a divisão orçamentária não é igualitária, que não há respeito ao tamanho da população, mas há sim.

No momento em que eu pego 15 milhões 940 mil 454 reais de emendas individuais e multiplico pelos 8 Deputados Federais do meu Tocantins, o resultado dá em torno de 100 milhões de reais. Quando eu multiplico aquele valor pelos 53 Deputados de Minas Gerais ou pelos 70 Deputados de São Paulo, vai-se para a casa de 1 bilhão e 100 milhões de reais. Então, já há, sim, respeito a essa questão das demandas orçamentárias por tamanho de população dos Estados.

Agora, o queijo e o leite que se produzem em Minas, para serem consumidos no Norte e no Nordeste, passam pelas rodovias do Tocantins, de Goiás, de Estados pequenos. O Brasil tem um tamanho continental. Não podemos olhar apenas a densidade demográfica, porque, em razão dessa prática, os Estados do Norte e do Nordeste já pagam caro. Geramos energia no Tocantins a um custo altíssimo para o consumidor, porque se incentiva o consumo no Sul e no Sudeste, esvaziavam-se os Estados do Norte e criam-se superpopulações nos Estados do Sul e do Sudeste com os incentivos que para lá vão. Se essa for a conta a ser considerada sempre, daqui a pouco teremos Estados com quase nenhuma população, porque o incentivo é para o Sul e o Sudeste, e para o Norte e o Nordeste fica a conta alta dos impactados.

Eu acho que a conta orçamentária mais democrática a ser feita é por tamanho de bancada. Inclusive, discuti isso com o Relator João Carlos Bacelar, quando S.Exa. foi fazer o relatório do CAE. Não era justo, de 27 Estados, 18 serem retirados para atender a 9. Desse modo, a conta ficava um pouco desigual na balança.





CONGRESSO NACIONAL
Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização

Então, parablenizo a Comissão, o Deputado João Carlos Bacelar, que foi grande, por mais que, às vezes, por defender a sua Bahia de forma muito democrática, entendia de forma diferente — do CAE, por duas vezes fui Coordenador —, fala por esta Comissão e por todo o Congresso Nacional. E prevaleceu o bom senso.

Respeitam-se as emendas individuais para atender às bancadas nos seus tamanhos e chegar recursos maiores aos seus Estados, mas o orçamento da União, para as bancadas fomentarem empreendimentos de infraestrutura etc., nada mais justo do que ser feito de forma igualitária, como está sendo colocado hoje no CAE. Espero que se fixe dessa forma para daqui adiante, porque, se a cada ano, como foi aqui hoje colocado e sugerido pelo Deputado Domingos Neto, tiver que ter essa discussão, não sei qual sentido ela tenha, porque, repito, não é justo esvaziar os Estados do Norte e do Nordeste nesse discurso legítimo de atender os incentivos dos Estados do Sul e do Sudeste, porque sou do Norte e sei o que lá pagamos em impactos ambientais e impactos sociais pelos incentivos que para lá vão.

Então, respeito, mas também peço esse respeito ao meu Estado do Norte.

O SR. PRESIDENTE (Marcelo Castro. MDB - PI) - Com a palavra o nobre Deputado Carlos Henrique Gaguim.

O SR. CARLOS HENRIQUE GAGUIM (DEM - TO) - Presidente, quero relemburar ao nosso Cacá que, em 2015, essas emendas impositivas não existiam. Existiam emendas de bancada. Nós conseguimos, no último minuto — o Cacá aceitou —, que viessem as emendas impositivas, com 150 milhões para cada Estado.

Eu fui o Relator dessa PEC em uma Comissão Especial. Aprovamos a divisão de 1%. Era 1% para cada Estado, dividido igualmente. Então, isso já foi votado. Foi votado na Câmara, com o nosso Presidente agora. Na Câmara houve apenas dois votos contrários. Foi a única PEC que não teve unanimidade. Foi para o Senado da República a Emenda Constitucional nº 100, aprovada pelos nobres Senadores, também a mesma coisa: unanimidade. Então, isso aqui não tem mais discussão. É essa a divisão.

Queremos parabenizar o nosso Deputado João Carlos Bacelar e dizer também que, no Senado, cada Estado tem direito a três Senadores. A divisão é essa. Na





CONGRESSO NACIONAL
Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização

Câmara, hoje São Paulo tem mais Deputados, mas no Senado há três Senadores de Tocantins, que igualmente representam o nosso povo.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Marcelo Castro. MDB - PI) - Tem a palavra o Deputado Edmilson Rodrigues.

O SR. EDMILSON RODRIGUES (PSOL - PA) - Presidente, eu vou falar pelo Pará.

Entendo o Deputado Domingos, que está cumprindo o papel dele. Temos o vídeo, tudo aqui é gravado, ele pode divulgar para a sua base em Minas Gerais, mas não tem como convencer o Brasil. Quando o Deputado João Carlos Bacelar disse que é *"a segunda maior malha rodoviária do Pará"*, eu digo: *"Não, calma lá. É o Pará que tem a maior malha rodoviária do Brasil, sem asfalto, BRs inteiras"*. E o Deputado João Carlos sabe muito bem disso, porque ele tem negócios lá no Pará.

Então, nós temos duas grandes hidroelétricas...

O SR. NELSON PELLEGRINO (PT - BA) - O negócio é fazenda...

O SR. EDMILSON RODRIGUES (PSOL - PA) - Negócios lícitos. *(Risos.)*

Presidente, eu fui brincar e o pessoal tirou o meu tempo aqui.

Quero dizer que não dá para aceitar. Vamos discutir o Brasil? Vamos levar a sério a questão federativa? Vamos fazer um novo pacto federativo?

Quem é que tem coragem de acabar com aquela porcaria, infelizmente, constitucionalizada em 2004 e aprovada no Governo Fernando Henrique, chamada Lei Kandir? O Pará tem um Município, que eu visitei nesse final de semana, com apenas 200 mil habitantes e que hoje tem a maior pauta de exportação do País. Refiro-me a Parauapebas. É maior do que São Paulo. Eu pergunto: o que fica para o Pará, para Parauapebas? Fica uma rua principal asfaltada e algumas praças, com algumas árvores, de 20 anos, no máximo! E olha-se para o lado, para as serras, e são favelas e favelas, gente chegando todos os dias, pelo maior trem do planeta, que só sai com 1,5 milhão de toneladas de ferro, todos os dias — 1,5 milhão de toneladas de ferro, todos os dias —, de Carajás para Itaqui, no Maranhão.

Então, vamos discutir a sério o Brasil. *"Assim, vamos congelar..."* Não, seria até bom congelar, mas nós vamos aprofundar as desigualdades regionais. Quer dizer que quem tem mais vai poder ter mais vias asfaltadas, mais infraestrutura, e quem tem menos continua no buraco?!





CONGRESSO NACIONAL
Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização

Se eu estou na sede de Altamira, onde está Belo Monte, e quiser ir para um Distrito de Altamira, mais distante, tenho que enfrentar avião, porque são mais de 1.000 quilômetros. Se eu quiser sair de Belém para Santarém, vou enfrentar uma embarcação média por 4 ou 5 dias ou se gasta em avião comercial, mas, se eu estiver em Santarém, como fui na semana passada, para Juruti — no mapa, é relativamente pequeno —, na fronteira com o Amazonas, tenho que ir de teco-teco. O monomotor é mais barato. Os riscos aumentam. São quase 2 horas de viagem de avião dentro de uma mesma região, a região de Tapajós, oeste do Pará.

Então, vamos discutir a sério. Não vou nem me referir aqui ao Amazonas, porque, se considerarmos só a população, eu vou dizer que o Pará tem quase 9 milhões de habitantes, mais de 4 milhões em situação de extrema pobreza, de miséria. Vamos discutir, então, o Brasil, porque há miséria em todos os Estados. Capão Redondo é um bairro de São Paulo. Sabe qual é a projeção de vida lá? É de 53, 54 anos. Em um bairro de São Paulo, as pessoas não alcançam nem de perto a expectativa de vida cantada em verso e prosa por quem queria destruir o direito à aposentadoria, por quem votou nessa reforma da Previdência.

Então, é essa a situação que nós temos que debater. É injusto querer aqui partilhar desigualmente a favor dos Estados mais bem infraestrutura e mais ricos do País.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Marcelo Castro. MDB - PI) - A discussão e o prazo para apresentação de destaques estão encerrados.

O relatório do Comitê de Admissibilidade de Emendas está em votação na representação da Câmara dos Deputados.

Os Srs. Deputados que o aprovam permaneçam como se acham. *(Pausa.)*

Aprovado.

Em votação na representação do Senado Federal.

Os Srs. Senadores que o aprovam permaneçam como se encontram. *(Pausa.)*

Aprovado.

O relatório do CAE, apresentado ao Projeto de Lei Orçamentária Anual para 2020, está aprovado.

Item 2. Apreciação do relatório apresentado ao Projeto de Lei nº 23, de 2019, do Congresso Nacional, que abre aos Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social da





CONGRESSO NACIONAL
Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização

União, em favor dos Ministérios da Economia, da Justiça e Segurança Pública, do Desenvolvimento Regional e da Cidadania, crédito suplementar no valor de R\$137.832.239,00, para reforço de dotações constantes da Lei Orçamentária vigente.

Relator: Deputado Dagoberto Nogueira.

Voto: pela aprovação do projeto de lei, na forma proposta pelo Poder Executivo. Quanto às 4 (quatro) emendas apresentadas, o Relator indicou para a inadmissibilidade as Emendas nºs 1 a 4.

O Relator está com a palavra para a apresentação do relatório.

O SR. DAGOBERTO NOGUEIRA (PDT - MS) - Sr. Presidente, como o relatório é muito extenso, se V.Exa. permitir, eu vou fazer um resumo da nossa apresentação.

"I. Relatório

(...)

a) R\$10.819.000,00 no âmbito do Ministério da Economia (...);

b) R\$118.878.014,00 no âmbito do Ministério da Justiça e Segurança Pública (...);

c) R\$8.000.000.00 no âmbito do Ministério do Desenvolvimento Regional (...)."

O SR. PRESIDENTE (Marcelo Castro. MDB - PI) - Eu peço silêncio, por favor. Há um orador falando.

O SR. DAGOBERTO NOGUEIRA (PDT - MS) - Continuo a ler:

"d) R\$135.225,00 no âmbito do Ministério da Cidadania (...).

(...)

Dentro do prazo regimental, foram apresentadas 4 (quatro) emendas ao projeto de lei em exame.

É o relatório.

II. Análise

Analisando o projeto, verificamos que a presente proposição se acha articulada na modalidade apropriada de crédito adicional, isto é, crédito suplementar, por objetivar o reforço de dotações orçamentárias já constantes na Lei Orçamentária Anual em vigor (Lei nº 3.808, de 15 de janeiro de 2019 — Lei Orçamentária Anual para 2019).





CONGRESSO NACIONAL
Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização

Verificamos também que as fontes de recursos apresentam-se viáveis e que a proposição não fere dispositivos relativos à alocação de recursos, especialmente no que se refere à Lei nº 13.707, de 14 de agosto de 2018 (Lei de Diretrizes Orçamentárias para 2019), e à Lei nº 13.808, de 2019.

Desse modo, do exame da proposição, constata-se que a iniciativa do Poder Executivo segue os princípios da boa técnica orçamentária e atende às normas constitucionais e legais pertinentes à matéria.

Análise das emendas.

As 4 (quatro) emendas apresentadas de nºs 1, 2, 3 e 4, todas de autoria do Deputado Delegado Pablo, foram submetidas à análise de admissibilidade, tendo como parâmetro o disposto pelo art. 109 da Resolução nº 1, de 2006-CN. As razões pelas quais propomos a inadmissibilidade dessas emendas são as seguintes:

Emendas nºs 1, 2 e 3: não observância do art. 109, inciso III, alínea "a".

Emenda nº 4: não observância do inciso II, alínea "a", e do inciso III, alínea "a", ambos do art. 109.

III. Voto do Relator

Diante do exposto, votamos:

a) pela aprovação do Projeto de Lei nº 23, de 2019-CN, na forma proposta pelo Poder Executivo; e

b) pela inadmissibilidade das Emendas de nºs 1, 2, 3 e 4."

Esse é o relatório, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Marcelo Castro. MDB - PI) - O relatório está em discussão. *(Pausa.)*

A discussão está encerrada.

Em conformidade com o disposto no § 2º do art. 146 da Resolução nº 1, de 2006, do Congresso Nacional, declaro inadmitidas as Emendas de nºs 1 a 4, indicadas pelo Relator em seu voto.

O relatório está em votação na representação da Câmara dos Deputados.

Os Srs. Deputados que o aprovam permaneçam como se acham. *(Pausa.)*

Aprovado.

O relatório está em votação na representação do Senado Federal.

Os Srs. Senadores que o aprovam permaneçam como se acham. *(Pausa.)*

Aprovado.





CONGRESSO NACIONAL
Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização

O relatório está aprovado.

A matéria vai ao Congresso Nacional.

Item 3. Apreciação do Requerimento nº 20, de 2019, da CMO, que requer a realização de audiência pública para debater a proposta de orçamento para concessão de bolsas do CNPq e CAPES, referente ao Orçamento de 2020.

Tem a palavra o autor, Deputado Bohn Gass.

O SR. BOHN GASS (PT - RS) - Sr. Presidente, na verdade, o autor inicial é o Deputado Orlando Silva e também pedi para ser signatário desse requerimento de realização de audiência pública, porque em vários momentos o centro do debate orçamentário para o ano que vem, em razão dos cortes e contingenciamentos, foi o tema do CNPq e da CAPES, das pesquisas na área da educação.

Então, é muito importante, no momento em que está em elaboração a proposta orçamentária, e sabemos que os recursos são insuficientes, Deputado Edmilson Rodrigues, que possamos fazer o debate agora nesta Comissão.

Portanto, peço aos nobres colegas desta Comissão que aprovem esse pedido de realização de audiência pública, em que listamos as entidades todas do setor, Governo e sociedade civil, para que os responsáveis pela área possam estar presentes, a CAPES e o CNPq, a fim de fazermos um debate bem aberto, plural, do qual as pessoas possam participar, no intuito de que esta Comissão possa se debruçar, como tem se debruçado, Senador Marcelo Castro.

De modo que faço esse registro a V.Exa., que tem acompanhado, inclusive, audiências com o Governo sobre os impasses que tivemos neste ano. Então, para evitarmos os impasses do ano que vem seria importante que nós realmente resolvêssemos isso na questão no Orçamento efetivamente, para não haver falta de recursos para as bolsas tanto do CNPq quanto da CAPES.

O SR. PRESIDENTE (Marcelo Castro. MDB - PI) - O requerimento está em discussão.

Tem a palavra o Sr. Deputado Edmilson Rodrigues.

O SR. EDMILSON RODRIGUES (PSOL - PA) - Sr. Presidente, conforme o Regimento da Comissão, se for possível subscrever, eu gostaria de fazê-lo até pela honra que tive de ter debatido o tema na Comissão de Educação. Apenas para corroborar com o Deputado Bohn Gass, refiro-me ao trabalho da alçada do Marcos Rogério Rocha Mendlovitz, Consultor de Orçamento, a quem parabeno pelo





CONGRESSO NACIONAL
Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização

esforço de síntese, em que ele compara os orçamentos das bolsas em vários anos. Vou ler que, em 2008, havia quase 300 milhões — 299 milhões e 908 mil reais. Em 2019, sem considerar os cortes, tínhamos previsto no PLOA 287 milhões, mas a proposta que está no PLOA 2020 é de apenas 157 milhões, ou seja, há um corte de 45%. Então, aqui não há ideologia. Há realmente uma preocupação com a manutenção das pesquisas, que são fundamentais para o desenvolvimento do País e para a própria soberania nacional.

Portanto, quero pedir apoio ao requerimento do Deputado Orlando Silva.

Obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Marcelo Castro. MDB - PI) - Com a palavra o nobre Deputado Nelson Pellegrino.

O SR. NELSON PELLEGRINO (PT - BA) - Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sras. e Srs. Senadores, lamento pedir a palavra mais uma vez para tratar de um tema que já virou um assunto até meio chato nesta Comissão.

Fizemos um acordo na votação do PLN 4. Esse acordo envolveu recursos para a educação, para as universidades não pararem as suas atividades e não terem solução de continuidade, para o Minha Casa, Minha Vida, para a transposição do Rio São Francisco, e que não haveria falta de recursos para pesquisa, ciência e tecnologia. O Governo não vem cumprindo esse acordo.

Acho que é em boa hora a solicitação do Deputado Bohn Gass, porque há duas situações: uma, pode ser resolvida com o descontingenciamento; a outra requer que seja enviado a esta Casa um PLN. O Governo é pródigo em envios de PLNs a esta Casa. Há alguns PLNs a serem votados no plenário. Quando chegamos ao plenário e barramos a votação dos PLNs do Governo, o pessoal fica achando ruim, porque ele tem que mandar um PLN para resolver o problema da pesquisa. Há universidade que está parando a pesquisa, comprometendo a pesquisa científica no Brasil.

Então, quero fazer um apelo a V.Exa., Sr. Presidente, que foi um dos avalistas desse acordo, para que converse com o Ministro para que ele resolva esse problema e retire esse entrave à ciência e à tecnologia no Brasil.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Marcelo Castro. MDB - PI) - O requerimento está em discussão.





CONGRESSO NACIONAL
Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização

O SR. EDMILSON RODRIGUES (PSOL - PA) - Sr. Presidente, gostaria de fazer uma retificação.

O SR. PRESIDENTE (Marcelo Castro. MDB - PI) - Pois não.

O SR. EDMILSON RODRIGUES (PSOL - PA) - Eu li na coluna ao lado aqui e vi que, na verdade, eu me referi ao número de bolsas. O corte realmente do ano passado para cá é de 45%. Mas há 2 anos o corte vem sendo de 300 mil reais para 157 mil reais, ou seja, quase 50% do número de bolsas foi cortado. Em valores, são dados diferentes, claro.

Obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Marcelo Castro. MDB - PI) - Está encerrada a discussão. O requerimento está em votação na representação da Câmara dos Deputados. Os Srs. Deputados que o aprovam permaneçam como se acham. *(Pausa.)*

Aprovado.

Está em votação na representação do Senado Federal.

Os Srs. Senadores que o aprovam permaneçam como se acham. *(Pausa.)*

Aprovado.

O SR. BOHN GASS (PT - RS) - Sr. Presidente, além de agradecer o apoio à aprovação, quero solicitar que esta audiência pública seja realizada o mais breve possível, porque ela vai estar dando subsídios para as peças orçamentárias que nós vamos estar discutindo nos próximos dias.

É apenas este registro.

O SR. PRESIDENTE (Marcelo Castro. MDB - PI) - Perfeito. Sendo assim, podemos já, se for da concordância de V.Exa., marcarmos para a próxima semana. Na outra quinta-feira, dia 17?

O SR. BOHN GASS (PT - RS) - Depois a Assessoria vai combinar com V.Exa.

O SR. PRESIDENTE (Marcelo Castro. MDB - PI) - O.k.

Item 4.

Apreciação do Requerimento nº 21, de 2019, que requer reunião de audiência pública, objeto do Requerimento nº 17, de 2019, destinada a debater o impacto econômico da ciência e da tecnologia na economia do País, com um representante da EMBRAPA.

Autores: Senador Izalci Lucas e Senador Elmano Férrer.

Com a palavra o Senador Elmano Férrer.





CONGRESSO NACIONAL
Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização

O SR. ELMANO FÉRRER (PODEMOS - PI) - Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sras. e Srs. Senadores, esse requerimento justifica-se pela importância da EMBRAPA na ciência e na tecnologia nacional. Então, em uma audiência pública a realizar-se aqui, solicitada pelo Senador Izalci — eu subscrevi esse requerimento —, nada mais importante do que incluir um representante da EMBRAPA nesta audiência pública a realizar-se proximamente aqui nesta Casa.

Então, eu peço o apoio das Sras. e Srs. Deputados e das Sras. e Srs. Senadores.

O SR. PRESIDENTE (Marcelo Castro. MDB - PI) - Muito bem. O requerimento está em discussão.

O SR. EDMILSON RODRIGUES (PSOL - PA) - Sr. Presidente...

O SR. PRESIDENTE (Marcelo Castro. MDB - PI) - Concedo a palavra ao Deputado Edmilson Rodrigues, para discutir o requerimento.

O SR. EDMILSON RODRIGUES (PSOL - PA) - Sr. Presidente, eu vou ser muito breve. Apenas quero dizer que neste ano a EMBRAPA completou 80 anos de existência. Na Amazônia, em particular, ela surgiu como Instituto de Pesquisa Ambiental da Amazônia — IPAM. Ela gerou, além da própria EMBRAPA, a moderna EMBRAPA, a Universidade Federal Rural da Amazônia, da qual tenho a honra de participar. Teve uma importância grande no fomento dos projetos, inclusive na existência e no fortalecimento da SUDAM por um grande período.

Então, realmente, eu tenho a honra de ter uma relação afetiva e de grande respeito pelo cientista que hoje coordena a EMBRAPA no Pará, Sr. Adriano Venturieri, doutor em Geografia, que foi meu aluno do curso de Agronomia na Universidade Federal Rural da Amazônia.

Realmente, não sealaria dos índices de produtividade do agronegócio e mesmo da agricultura familiar sem a EMBRAPA. Particularmente, o agronegócio deve muito à ciência e à tecnologia produzidas pela EMBRAPA. Disso não há nenhuma dúvida.

De modo que a presença da EMBRAPA é de fundamental relevância, até por considerar a importância da agricultura, não só da tecnologia em geral. A produtividade da agricultura e a produtividade em geral são fundamentais para se viabilizar um desenvolvimento econômico que implique em justiça social, em equilíbrio ecológico.





CONGRESSO NACIONAL
Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização

Acho que é a EMBRAPA é a instituição mais credenciada para participar deste debate.

Obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Marcelo Castro. MDB - PI) - Em discussão o requerimento.

O SR. ELMANO FÉRRER (PODEMOS - PI) - Queria apenas complementar o que o nobre Deputado do Pará falou aqui neste instante. Realmente, é importante a comemoração dos 80 anos da EMBRAPA, mas os Institutos Regionais do Norte, IPEAN, e do Nordeste, IPEANE, realmente já realizaram grandes trabalhos.

Sr. Presidente, citaria o trabalho realizado pela EMBRAPA no Estado de V.Exa., que é o meu Estado, para a produção de soja em baixas latitudes, ou seja, na Região do MATOPIBA, da nobre da Senadora Kátia Abreu. A introdução da soja tropical no Estado do Tocantins, no Estado do Maranhão e no Estado do Piauí deve-se ao trabalho da EMBRAPA realizado na década de 80. Portanto, foi muito oportuno o trabalho.

Agora, ressalto, Sr. Presidente, que essa empresa está morrendo. Os recursos hoje disponíveis são para pagamento de pessoal. Não há recursos para novas pesquisas, não há recursos para investimentos em laboratórios e em material para que esses laboratórios funcionem.

Chamaria a atenção para o fato de que a EMBRAPA, tão importante para o Brasil, hoje atravessa uma situação de profundas dificuldades.

O SR. PRESIDENTE (Marcelo Castro. MDB - PI) - Muito bem, Senador.

A SRA. KÁTIA ABREU (PDT - TO) - Peço a palavra para discutir, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Marcelo Castro. MDB - PI) - Pois não. Com a palavra a Senadora Kátia Abreu.

A SRA. KÁTIA ABREU (PDT - TO) - Eu gostaria de apoiar essa complementação ao requerimento do Senador Elmano Férrer e do Deputado sobre a EMBRAPA.

Quero dizer que foi divulgado hoje pela imprensa que o Governo propõe um corte de 45% no orçamento da EMBRAPA para 2020. Com isso, pesquisas correm risco.





CONGRESSO NACIONAL
Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização

Eu gostaria de deixar registrado o que a EMBRAPA significou para o Brasil desde a década de 70. Foi uma ação política, uma decisão política da maior qualidade, da maior precisão. Inclusive o Presidente da Frente Parlamentar da Agricultura já me procurou para ajudá-lo aqui na Comissão de Orçamento no que diz respeito a esse orçamento, porque, na verdade, não é gasto; na EMBRAPA, é investimento. Quanto mais investimento em inovação, mais produção no PIB.

Eu sei que há alguns zum-zuns por aí de algumas pessoas reclamando da EMBRAPA, dizendo que a EMBRAPA precisa de uma retomada, que a EMBRAPA precisa renascer.

Ora, Sr. Presidente, a EMBRAPA desempenhou e desempenha um papel excepcional, fantástico em prol da agricultura brasileira.

E, assim como todas as instituições, essa empresa precisa de reestruturação sempre, modernização sempre. Agora, é fácil atacar reduzindo os recursos todos os anos.

Então, em vez de criticarmos e tirarmos recursos, nós temos que, sim, buscar os melhores modelos, os melhores exemplos de modernização no mundo e no Brasil para ajudar a EMBRAPA, e não apenas criticar e dizer, como alguns dizem por aí, injustamente, que a EMBRAPA não é mais a mesma. Não, de fato não é, porque os recursos têm minguado bastante. A EMBRAPA está na penúria, paralisando pesquisas importantíssimas.

Eu quero só lembrar que apenas um evento deu alguns bilhões de dólares de lucro para o Brasil, que é o sequestro de nitrogênio na semente da soja. Em vez de aplicar o nitrogênio químico, a própria semente é inoculada à bactéria e aprende sozinha a sequestrar o nitrogênio do ar. Quer dizer, já estamos caminhando para esse procedimento na semente do milho.

Portanto, não posso aceitar silenciosamente que reclamem da EMBRAPA de forma pejorativa. Então, eu me alio ao Presidente da Frente Parlamentar da Agricultura, Deputado Alceu Moreira, do Rio Grande do Sul, para exigir que a nossa EMBRAPA continue ajudando o Brasil, porque o retorno é enorme.

Obrigada, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Marcelo Castro. MDB - PI) - Pois não, nobre Senadora.

A discussão está encerrada.

O requerimento está em votação na representação da Câmara dos Deputados.





CONGRESSO NACIONAL
Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização

Os Srs. Deputados que o aprovam permaneçam como se acham. *(Pausa.)*

Em votação na representação no Senado Federal.

Os Srs. Senadores que o aprovam permaneçam como se encontram. *(Pausa.)*

Aprovado.

A SRA. KÁTIA ABREU (PDT - TO) - Presidente, pela ordem.

Quando do término da votação dos requerimentos, eu gostaria de fazer um requerimento extrapauta.

Obrigada.

O SR. PRESIDENTE (Marcelo Castro. MDB - PI) - Nós já temos um extrapauta aqui.

Comunico ao Plenário que, tendo em vista acordo firmado no Colégio de Líderes, proponho a inclusão na pauta da Instrução Normativa nº 1, de 2019, da CMO.

Consulto o Plenário sobre a possibilidade de votação dessa proposição, a despeito do previsto no art. 128 da Resolução nº 1, de 2006, do Congresso Nacional, que estabelece que a apreciação dos relatórios somente poderá ocorrer após o prazo de 2 dias úteis de sua distribuição.

Em deliberação a inclusão na pauta e a dispensa do prazo de 2 dias úteis para votação da Instrução Normativa nº 1, de 2019, da CMO, nos termos do art. 128 da Resolução nº 1 do Congresso Nacional

Os Srs. Deputados que o aprovam permaneçam como se acham. *(Pausa.)*

Aprovado.

Os Srs. Senadores que o aprovam permaneçam como se acham. *(Pausa.)*

Aprovado.

Apreciação da proposta de Instrução Normativa nº 1, de 2019, da CMO, que estabelece, provisoriamente, as 16 (dezesseis) áreas temáticas do Projeto de Lei Orçamentária Anual, no qual se refere à despesa, com fundamento na organização básica dos órgãos da Presidência da República e dos Ministérios definida na Lei nº 13.844, de 18 de junho de 2019.

Com a palavra o Relator, que vai ser o mesmo da Instrução Normativa nº 1, de 2019, que estabelece, provisoriamente, as 16 (dezesseis) áreas temáticas do projeto de lei orçamentária anual no que se refere à despesa, com fundamento na





CONGRESSO NACIONAL
Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização

organização básica dos órgãos da Presidência da República e do Ministério, definida na Lei nº 13.844, de 18 de julho de 2019.

Srs. Parlamentares, o que ocorre aqui? Há o Projeto de Resolução do Congresso Nacional nº 3 para ser votado pelo Congresso Nacional — isso já faz tempo —, mas não conseguimos votá-lo. E há o prazo para encerramento das emendas de bancada, das emendas de Comissão, até o dia 24 deste mês. Portanto, nós estamos votando aqui na CMO essa instrução normativa, estabelecendo as áreas temáticas das relatorias setoriais, até que o Congresso Nacional possa votar o PRN 3. Enquanto isso, ficam estabelecidas 16 áreas temáticas, que fazem parte aqui do anexo já distribuído.

Em discussão. *(Pausa.)*

Encerrada a discussão.

Em votação na representação da Câmara dos Deputados. *(Pausa.)*

Aprovada.

Em votação na representação do Senado Federal. *(Pausa.)*

Aprovada.

A resolução foi aprovada por unanimidade nas duas Casas.

Com a palavra a Senadora Kátia Abreu, para tratar de matéria extrapauta.

A SRA. KÁTIA ABREU (PDT - TO) - Sr. Presidente, eu recebi, com muita honra e alegria, dos meus colegas membros da CMO, inclusive do Sr. Presidente, a relatoria setorial do turismo, e eu lutei muito por ela. Às vezes, as pessoas podem até achar estranho por que não agricultura e sim o turismo. Então, eu tenho estudado muito a respeito do assunto, e há tempos vejo a agricultura e o turismo como duas forças motrizes da economia brasileira.

O agronegócio está sempre precisando de apoio e de ajuda, e nós jamais deixaremos de dar esse apoio, mas alavancou muito e hoje significa demais para o País. Vai continuar representando muito para o Brasil, para todos os Estados e merece toda a nossa atenção. Por isso fiz o comentário da EMBRAPA agora há pouco. Já o turismo é outra alavanca extraordinária que venho observando e estudando ao longo do tempo. Eu gostaria muito de não fazer apenas um relatório simples, mandar tantos mil, tantos milhões, repartir aqui, repartir acolá. Por que eu gostaria de relatar o turismo com uma visão diferenciada? Para que pudéssemos encarar o turismo como o Brasil sempre encarou a agricultura, não só como





CONGRESSO NACIONAL
Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização

repassador de obrinhas de CAT, que são importantes — sinalização, CAT. Por que não aproveitamos o orçamento deste ano não só em volume de dinheiro? Eu sei que a situação está difícil. Mas espero que possamos criar alternativas nessa relatoria, como, por exemplo, primeiro, o Governo entender e colocar na agenda do Brasil o turismo. No *ranking* internacional, o Brasil coloca na sua agenda de Governo no 105º lugar o turismo no Brasil. Na sua pauta estratégica, é o 134º.

Eu sei que o Brasil tem tido muitas prioridades ao longo do ano, muito incêndio para apagar, mas acho que está na hora de o turismo entrar nessa agenda. Não estou imaginando que teremos horrores de dinheiro para isso. Não é essa a minha intenção. Eu não gostaria de fazer uma relatoria setorial direcionada só ao meu Estado ou à minha região. Eu queria fazer uma coisa mais ampla, com mais dimensão. É claro que o turismo, no meu Estado, é super, é hiperimportante, como, por exemplo, o Jalapão, que eu quero aqui citar. Portanto, gostaria de realizar uma audiência pública para debater com os especialistas a respeito do futuro do turismo no Brasil.

Portugal — todo mundo sabe o tamanho de Portugal — está com mais turistas do que o Brasil. O Uruguai, que é do tamanho do Rio Grande do Sul, mais ou menos, está com o mesmo tanto de turistas do que o Brasil. Nós estamos com muito mais turistas indo para fora do Brasil do que circulando aqui dentro. De 170 milhões de chineses que viajaram no mundo ano passado, 70 mil vieram para o Brasil. Os chineses amam turismo ecológico, eles amam a natureza. Todavia, não temos nenhuma estratégia para trazer esse turista asiático que tem um *ticket* médio elevado, isto é, acima do valor do *ticket* da América do Sul. O *ticket* que um turista da América do Sul gasta no Brasil é exatamente a metade de um *ticket* que gasta um americano, um europeu e um asiático. Então, queria debater, quando o Relator-Geral estivesse presente, esse tema no orçamento.

Como estamos já oficializando, quero convidar o Ministro do Turismo, Marcelo Álvaro Antonio e a sua equipe de planejamento a estar aqui conosco assistindo ao debate; o SEBRAE nacional, que está com um foco muito forte no turismo das micro e pequenas empresas, que são 90% de pousadas, bares, restaurantes, pontos turísticos; Renato Meirelles, proprietário da Locomotiva, uma das maiores empresas de pesquisas do País que iniciou toda a pesquisa da classe média brasileira e terminou de fazer uma mega pesquisa sobre o turismo brasileiro, a cabeça do turista





CONGRESSO NACIONAL
Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização

brasileiro, suas prioridades. Qual é o maior sonho do brasileiro, o número 1? O que o senhor acha? É viajar. O turista, não. Para o brasileiro, o maior sonho de sua vida é viajar, é fazer turismo.

Gostaria de convidar o Sr. Vinícius Lages. *(Risos.)*

Vocês também gostam de viajar, é por isso? O Relator gosta de viajar, eu também gosto de viajar.

O SR. CACÁ LEÃO (Bloco/PP - BA) - Eu brinquei aqui com o pessoal dizendo que eu queria ter dinheiro para viajar.

A SRA. KÁTIA ABREU (PDT - TO) - Não, mas, às vezes, o dinheiro não é tudo. Eu conheço pessoas, como a minha mãe, e quero aqui mencioná-la. O *e-mail* da minha mãe é *verocamalapronta.com.br*. *(Risos.)*

E minha mãe tem uma aposentadoria muito pequena. Ela é aposentada da Universidade Católica, como psicanalista, e fica no calendário procurando um jeito de viajar. Na pior das hipóteses, ela vai para o interior do Rio de Janeiro mesmo, ela mora lá e não quer nem saber. Nos pacotes tem preço para tudo. E é o que dá mais volume.

Vinícius Lages foi ex-Ministro do Turismo no Governo passado, foi Diretor Técnico e Administrativo Financeiro do SEBRAE, é especialista em gastronomia turística, ou seja, é uma pessoa que tem muito a contribuir conosco.

Quero pedir a aprovação destes quatro convidados: o Ministro Marcelo Álvaro; Carlos Melles, do SEBRAE; Renato Meirelles, da Locomotiva, e o ex-Ministro Vinícius Lages. Peço ainda que o Ministro do Turismo possa enviar a sua equipe de planejamento para participar.

Todos os Estados que acham que têm algum tipo de turismo, que venham debater, porque o meu sonho é que tenhamos um plano safra do turismo. Não ia ser legal? Com custeio, investimento, igual ao Plano Safra da Agricultura. Nós temos que ter um planejamento de crédito subvencionado ou não para o turismo brasileiro. Eu acho que é assim que nós vamos alavancar.

Nós temos ainda, Presidente, uma das maiores gastronomias que o mundo não conhece. Só nós, brasileiros, a conhecemos. Gastronomia de outros países, com todo o respeito, são famosas no mundo inteiro. Eu fico comparando.

O SR. PRESIDENTE (Marcelo Castro. MDB - PI) - Leitão à pururuca, pato no tucupi, arroz com pequi.





CONGRESSO NACIONAL
Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização

A SRA. KÁTIA ABREU (PDT - TO) - Meu Jesus, eu ia ficar o dia inteiro aqui: arroz Maria Isabel, acarajé, o chambaril do Tocantins. O que é isso! Já existem dez tipos de chambaris sendo feitos. Nós temos que casar isto: o gigante do turismo, o gigante da agricultura e o gigante da gastronomia.

Esse é o meu plano como Relatora Setorial.

O SR. PRESIDENTE (Marcelo Castro. MDB - PI) - Consulto o Plenário sobre a possibilidade de votação da proposição da Senadora Kátia Abreu, a despeito do previsto no art. 128 da Resolução nº 1, do Congresso Nacional, que estabelece que a apreciação dos relatórios somente poderá ocorrer com prazo de 4 dias úteis da sua distribuição.

Em deliberação a inclusão na pauta e a dispensa do prazo de 2 dias úteis para a inclusão na pauta.

Os Srs. Deputados que a aprovam permaneçam como se acham. *(Pausa.)*

Aprovado.

Os Srs. Senadores que a aprovam permaneçam como se acham. *(Pausa.)*

Aprovado.

Vamos colocar em discussão o Requerimento nº 22, de 2019-CN, apresentado pela Senadora Kátia Abreu.

Com a palavra o Deputado Cacá Leão para a discussão do requerimento.

O SR. CACÁ LEÃO (Bloco/PP - BA) - Presidente, a nossa Senadora Kátia Abreu faz mais uma intervenção brilhante nesta Comissão. Eu queria só pedir aqui que, quando for fazer essas discussões, ela me convide para participar também, porque eu tenho certeza absoluta, Senadora, de que, com a sua competência — V.Exa. foi Ministra da Agricultura, é a nossa informal Ministra da Economia, como a chamamos nesta Comissão, vai dar um *show* nessa relatoria do turismo —, eu vou aprender muito com V.Exa. Parabéns!

O SR. PRESIDENTE (Marcelo Castro. MDB - PI) - Eu também quero me oferecer para participar.

Com a palavra o Senador Vanderlan Cardoso.

O SR. VANDERLAN CARDOSO (PP - GO) - Ouvi aqui a Senadora falar com tanto entusiasmo do turismo, mas também das comidas lá do Tocantins. Nós já fizemos no Senado Federal um momento de degustação dos queijos artesanais. Já quero até dar uma sugestão aqui, Presidente: que a Senadora Kátia Abreu traga





CONGRESSO NACIONAL
Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização

talvez na próxima reunião, no próximo mês, os dez tipos de chambaris para experimentarmos. Eu prometo que eu vou trazer o pequi gigante que foi desenvolvido pela EMBRAPA, no Estado de Goiás.

A SRA. KÁTIA ABREU (PDT - TO) - Ah, eu achei uma ótima ideia.

O SR. VANDERLAN CARDOSO (PP - GO) - Eu quero aqui falar sobre a questão do turismo e do potencial que nós temos. Muitos são os entraves ainda do nosso País. Um deles é a Internet. Próximo à cidade de Cavalcante ou em Alto Paraíso, que recebem turistas de muitas partes do mundo, o pessoal fica um pouco alheio do mundo, porque não existe nem Internet 2G ainda.

Segundo dados, o emprego gerado no turismo custa na indústria três vezes mais. Quando viajamos é que vemos como o Brasil está ficando para trás por falta de investimentos nessa área tão importante. Eu estive há poucos dias em Cuba e pude ver ali o número de turistas que aquela ilha está recebendo. Logo, logo, vai chegar ao Brasil, se nós fizermos alguma coisa.

Estive também no Camboja. O Camboja fez um investimento maciço em qualificação de mão de obra. É comum você chegar ali, nos restaurantes, há muitos investimentos de fora, e você vê ali — viu, Senadora Kátia? — uma cambojana falando dois, três idiomas para receber italianos, holandeses, alemães.

A SRA. KÁTIA ABREU (PDT - TO) - Beleza!

O SR. VANDERLAN CARDOSO (PP - GO) - Nós precisamos aqui acordar para isso.

Então, quero parabenizá-la, Senadora. Vou fazer questão de estar aqui no dia para ouvir esses senhores que são PHDs na área do turismo.

Obrigado, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Marcelo Castro. MDB - PI) - Com a palavra o nobre Senador Elmano Férrer.

O SR. ELMANO FÉRRER (PODEMOS - PI) - Sr. Presidente, eu queria também cumprimentar a nobre Senadora Kátia Abreu pela brilhante e oportuna iniciativa. Inegavelmente, o turismo é a indústria sem chaminés. Nós temos uma diversidade que nenhum país do mundo tem, se considerarmos as regiões fisiográficas que temos. Estamos numa delas. Temos aqui, próximo, o Pantanal. Temos a Amazônia, com toda aquela diversidade. Temos o Nordeste, e nele o Piauí, terra de V.Exa., que tem a Serra da Capivara, no Município de São Raimundo





CONGRESSO NACIONAL
Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização

Nonato, onde V.Exa. nasceu, criou-se e viu o esforço da nossa professora e imortal arqueóloga, Niède Guidon. Temos o nosso Delta do Parnaíba, o único das Américas. Enfim, nós temos todas as condições, minha estimada Senadora Kátia Abreu. E o Jalapão limita-se com o Estado do Piauí. Limita-se também com o Estado do Maranhão, o Tocantins e a Bahia, formando ali aquilo que V.Exa., como Ministra da Agricultura, idealizou e criou, o nosso MATOPIBA.

Quer dizer, nós temos uma diversidade muito grande, e será uma excelente oportunidade. Lamentavelmente, nós não saímos, Sr. Presidente, há 20 anos, dos 5 a 6 milhões de pessoas que vêm e saem do Brasil. Muitos brasileiros conhecem as belezas do resto do mundo, mas não conhecem as belezas que nós temos. Podemos fazer uma pesquisa no Brasil e constataremos isso.

O SR. PRESIDENTE (Marcelo Castro. MDB - PI) - Das belezas do Brasil, falta eu conhecer só o Jalapão, viu?

O SR. ELMANO FÉRRER (PODEMOS - PI) - Só o Jalapão? Aproveite essa oportunidade, antes da realização dessa nossa audiência pública, que sei que será — viu, minha estimada Kátia? — muito concorrida. Estaremos todos aqui. Eu creio que é uma lacuna que existe neste Brasil. Mas essa decisão é, inegavelmente, Sr. Presidente, uma decisão de Governo, tanto do Governo Federal quanto dos Governos estaduais e de muitos Governos municipais, que abrigam essas belezas naturais do nosso País.

O SR. PRESIDENTE (Marcelo Castro. MDB - PI) - Muito bem, Senador.

A discussão está encerrada.

O requerimento está em votação na representação da Câmara dos Deputados

Os Srs. Deputados que o aprovam permaneçam como se acham. *(Pausa.)*

Em votação na representação do Senado Federal.

Os Srs. Senadores que o aprovam permaneçam como se encontram. *(Pausa.)*

Aprovado na Câmara dos Deputados e no Senado Federal por unanimidade.

Declaro encerrada a presente reunião.





CONGRESSO NACIONAL
Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização

ATA DA DÉCIMA SEGUNDA REUNIÃO ORDINÁRIA, DA 1ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA, DA 56ª
LEGISLATURA, DA COMISSÃO MISTA DE PLANOS, ORÇAMENTOS PÚBLICOS E FISCALIZAÇÃO,
REALIZADA NOS DIAS 15 E 16 DE OUTUBRO DE 2019.

Aos quinze e dezesseis dias do mês de outubro do ano de dois mil e dezenove, foi convocada ordinariamente a Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização, no Anexo II, plenários 04 e 02 da Câmara dos Deputados, com o objetivo de apreciar as matérias constantes da Pauta. Neste período foi registrado o comparecimento dos membros: - **Deputados titulares:** Aluisio Mendes, André Figueiredo, Carlos Henrique Gaguim, Dagoberto Nogueira, Domingos Neto, Edmilson Rodrigues, Felipe Francischini, Gonzaga Patriota, Gurgel, Hildo Rocha, Lucas Gonzalez, Luciano Ducci, Misael Varella, Vander Loubet e Vicentinho Júnior; - **Senadores titulares:** Elmano Férrer, Jean Paul Prates, Kátia Abreu, Luiz do Carmo, Marcelo Castro, Vanderlan Cardoso e Wellington Fagundes; - **Deputados suplentes:** Bohn Gass, Hercílio Coelho Diniz, Jaqueline Cassol, José Nunes, Júnior Mano, Marx Beltrão, Nelson Pellegrino, Pedro Augusto Bezerra e Zé Carlos; e – **Senadores Suplentes:** Eduardo Gomes e Soraya Thronicke. Foi registrado o comparecimento dos parlamentares não integrantes da Comissão, Deputados Domingos Sávio, José Nelto e Rodrigo Coelho. Foi registrada a ausência dos membros titulares: - **Deputados:** Beto Faro, Cacá Leão, Celso Sabino, Filipe Barros, Genecias Noronha, Hiran Gonçalves, João Roma, Josimar Maranhãozinho, Lucio Mosquini, Márcio Marinho, Marreca Filho, Nivaldo Albuquerque, Orlando Silva, Paulo Azi, Rodrigo de Castro e Zeca Dirceu; e – **Senadores:** Angelo Coronel, Flávio Bolsonaro, Izalci Lucas e Veneziano Vital do Rêgo. **ABERTURA:** às quatorze horas e cinquenta e sete minutos, do dia quinze de outubro de 2019 e havendo número regimental, os trabalhos foram abertos pelo Presidente, Senador Marcelo Castro, que anunciou a suspensão da reunião em virtude de estar ocorrendo reunião do Colegiado de Representantes das Lideranças Partidárias com assento na CMO. Às 15h25min, o Presidente reiniciou os trabalhos, e declarou como lidos os expedientes recebidos pela Comissão, de 08 a 15 de outubro de 2019, tendo em vista que essas informações encontram-se publicadas na página da CMO na internet. **AVISOS.** O Presidente comunicou que o prazo para apresentação de emendas ao **Projeto de Lei nº 22/2019-CN**, PLOA/2020 e ao **Projeto de Lei nº 21/2019-CN**, PPA 2020/2023, seria encerrado no dia 24 de outubro, quinta-feira, às 18 horas. E informou, que após aquela reunião, seria realizada reunião de audiência pública com a finalidade de debater políticas públicas para o desenvolvimento de atividades turísticas no Brasil e seus desdobramentos no Orçamento Geral da União para 2020, em atendimento ao **Requerimento nº 22/2019-CMO**, de autoria da Senadora Kátia Abreu. Em continuidade, fizeram uso da palavra os Senadores Wellington Fagundes, Luiz do Carmo e o Deputado Edmilson Rodrigues. Às 15h33min, o Presidente suspendeu os trabalhos, e convocou a continuação da reunião ordinária, para o dia seguinte, às 14h30min, no plenário 2 da Câmara dos Deputados. No dia 16 de outubro, às 14h49min, os trabalhos foram reiniciados pelo Primeiro Vice-Presidente, Deputado Dagoberto Nogueira, no exercício da Presidência conforme dispõe o *caput do art. 14 da Resolução nº 1/2006, do Congresso Nacional*. Tendo sido atingido o *quórum* para deliberação nas duas Casas do Congresso Nacional, o Presidente em exercício passou a apreciação da Ata da 11ª Reunião Ordinária, realizada em 08 de outubro de 2019. Em votação, a Ata foi **aprovada**. **ORDEM DO DIA.** PAUTA. Item 01. **Sugestões de Emendas** a serem apresentadas pela Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização, ao **Projeto de Lei nº 22/2019-CN**, que “Estima a receita e fixa a despesa da União para o exercício financeiro de 2020”- **PLOA/2020**, de acordo com o disposto no *art. 44, da Resolução nº 1/2006-CN*. Relator: Senador Luiz do Carmo. O Presidente em exercício comunicou ao Plenário que foram apresentadas





CONGRESSO NACIONAL
Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização

pelos membros da CMO 35 sugestões Emendas desta Comissão ao **Projeto de Lei nº 22/2019-CN** - PLOA/2020. O Relator apresentou o Relatório e informou que conforme acordo em Reunião do Colegiado de Representantes das Lideranças Partidárias com assento na CMO, ocorrida em 15.10.2019, foram selecionadas 04 sugestões de emendas de **Apropriação de Despesa**, sugeridas pelos Senadores Marcelo Castro e Flávio Bolsonaro, e pelos Deputados Bohn Gass, Nelson Pellegrino, Hiran Gonçalves, Zé Carlos, João Carlos Bacelar e Vicentinho Júnior. Discutiram a matéria os Senadores Wellington Fagundes e Jean Paul Prates, e os Deputados Vicentinho Júnior, Bohn Gass, Edmilson Rodrigues e Domingos Sávio. O Deputado Vicentinho Júnior apresentou sugestão de texto, ao Relator-Geral, à Parte Especial do Relatório Preliminar que será apresentado ao Projeto de Lei Orçamentária Anual para 2020, nos seguintes termos: “II – Das Emendas de Relator Com fundamento no art. 144, III, da Resolução 1/2006, do Congresso Nacional, **ficam os relatores** autorizados a apresentarem emendas para remanejamento entre as programações constantes do *Órgão Orçamentário 93000 – Programações Condicionadas à Aprovação Legislativa prevista no inciso III do art. 167 da Constituição*, e as respectivas unidades orçamentárias de cada área temática, sempre respeitando os valores das programações condicionadas.” O Deputado Carlos Henrique Gaguim manifestou concordância com o texto proposto e o Presidente em exercício informou que encaminhará a sugestão ao Relator-Geral do Orçamento. Em votação, as 04 sugestões de emendas foram **aprovadas** nas representações da Câmara dos Deputados e do Senado Federal, e são a seguir relacionadas: EMENDAS DE APROPRIAÇÃO DE DESPESA: **Emenda nº 01 – CMO**, UO: 26101, Tipo: Apropriação - Acréscimo, Localidade: Nacional, Unidade Orçamentária: Ministério da Educação, Funcional: 12.364.5013.219V.0001, Ação: 219V – Apoio ao Funcionamento das Instituições Federais de Educação Superior. Valor: R\$ 1.000.000.000 (hum bilhão de reais). **Emenda nº 02 – CMO**, UO: 36211, Tipo: Apropriação - Acréscimo, Localidade: Nacional, Unidade Orçamentária: Fundação Nacional de Saúde, Funcional: 10.512.2222.7652.0001, Ação: 7652 – Implantação de Melhorias Sanitárias Domiciliares para Prevenção e Controle de Doenças e Agravos em localidades urbanas de municípios com população até 50.000 habitantes. Valor: R\$ 200.000.000 (duzentos milhões de reais). **Emenda nº 03 – CMO**, UO: 53101, Tipo: Apropriação - Acréscimo, Localidade: Nacional, Unidade Orçamentária: Ministério do Desenvolvimento Regional, Funcional: 18.544.2221.14VI.0001, Ação: 14VI – Implantação de Infraestruturas para Segurança Hídrica. Valor: R\$ 1.000.000.000 (hum bilhão de reais). **Emenda nº 04 – CMO**, UO: 22101, Tipo: Apropriação - Acréscimo, Localidade: Nacional, Unidade Orçamentária: Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento, Funcional: 20.608.1031.20ZV.0001, Ação: 20ZV – Fomento ao Setor Agropecuário. Valor: R\$ 250.000.000 (duzentos e cinquenta milhões de reais). Item 02. **Sugestões de Emendas** a serem apresentadas pela Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização, ao **Projeto de Lei nº 21/2019-CN**, que “Institui o Plano Plurianual da União para o período de 2020 a 2023” – **PPA 2020/2023**, de acordo com o disposto no art. 44, da Resolução nº 1/2006-CN. Relator: Senador Luiz do Carmo. O Presidente em exercício comunicou ao Plenário que foram apresentadas pelos membros da CMO 08 sugestões de Emendas desta Comissão ao **Projeto de Lei nº 21/2019-CN** – PPA 2020/2023. O Relator apresentou o Relatório e informou que conforme acordo em Reunião do Colegiado de Representantes das Lideranças Partidárias com assento na CMO, ocorrida em 15.10.2019, foram selecionadas 05 sugestões de emendas, sendo 03 de **Investimento** e 02 de **Desmembramento de Programa** (Texto), sugeridas pelos Senadores Eduardo Gomes e Kátia Abreu; e pelos Deputados Hercílio Coelho Diniz e Zeca Dirceu. Discutiram a matéria os Deputados Edmilson Rodrigues e Bohn Gass. Em votação, as 05 sugestões de emendas foram **aprovadas** nas representações da Câmara dos Deputados e do Senado Federal, e são a seguir relacionadas: EMENDAS DE INVESTIMENTO: **Emenda nº 01 – CMO**, Programa: 3006 - Transporte Terrestre e Trânsito, Investimento: (novo) - Construção de Trecho Rodoviário – Divisa MATO – Entroncamento





CONGRESSO NACIONAL
Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização

dado que o turismo é um grande gerador de empregos no País e, principalmente, uma indústria que não polui, nós tratávamos, ali na Comissão, com as Lideranças sobre as emendas a serem feitas.

Quero aqui, mais uma vez, como Presidente da Frente Parlamentar Mista de Logística e Infraestrutura, colocar de público a nossa preocupação em relação às estradas brasileiras. Os recursos já se extinguíram, já acabaram, não há hoje, no DNIT, recursos para fazer a manutenção das nossas estradas brasileiras como um todo. E o nosso temor é voltarmos àquele tempo dos tapa-buraco. Eu sempre tenho dito — falei com o Presidente da República, com o Ministro da Infraestrutura e com o Ministro Paulo Guedes — que as nossas estradas troncais funcionam mais ou menos igual a um Sonrisal em que se jogam gotas d'água: derretem-se a partir do momento em que, como agora, começam as chuvas, se não tiverem a manutenção mínima necessária.

Por isso, eu quero fazer também o apelo a V.Exa. e a toda a Comissão para que possamos fazer uma reunião com o Ministro Paulo Guedes e com o Ministro da Infraestrutura, para tratar especificamente dessa emergência neste momento, já que estamos falando agora do leilão da cessão onerosa. Hoje vamos votar inclusive, no plenário do Senado, a divisão para os Municípios e Estados, mas a União terá também recursos, que nós temos que priorizar.

Esta questão da infraestrutura é fundamental para tudo: para as pessoas irem ao hospital, para as pessoas transportarem a mercadoria da zona rural e que precisam comercializar e para promover o turismo também. Mas não dá para falar em turismo se as nossas estradas, num país rodoviário como é o Brasil, não tiverem o mínimo da manutenção necessária.

Portanto, deixo aqui o registro e agradeço a V.Exa., que também é sensível ao assunto, assim como a toda a Comissão, que, lá agora, também foi muito sensível. Isso é necessário mais do que nunca, porque todos sabemos do número de acidentes que ocorrem nas nossas estradas, que matam mais do que muitas guerras. Isso também é cuidar da vida das pessoas.

Portanto, Sr. Presidente, eu quero aqui pedir, num requerimento verbal, que tenhamos essa reunião, que V.Exa. conduziria com o Relator.

O SR. PRESIDENTE (Marcelo Castro. MDB - PI) - Nós vamos suspender a reunião, para começarmos a audiência pública.





CONGRESSO NACIONAL
Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização

Informo que o prazo para a apresentação de emendas à LOA 2020 e ao PPA 2020-2023 se encerrará no dia 24 de outubro, quinta-feira, às 18 horas.

Informo ainda que, logo em seguida, será realizada audiência pública com o intuito de debater políticas públicas para o desenvolvimento de atividades turísticas no Brasil e seus desdobramentos no Orçamento-Geral da União para 2020, em virtude da aprovação do Requerimento nº 22, de 2019-CMO, de autoria da Senadora Kátia Abreu.

Agradeço a presença de todos...

O SR. EDMILSON RODRIGUES (PSOL - PA) - Sr. Presidente, antes de encerrar, quero fazer uma sugestão.

O SR. PRESIDENTE (Marcelo Castro. MDB - PI) - Pois não.

O SR. EDMILSON RODRIGUES (PSOL - PA) - Eu falava com o Deputado Domingos, ali na saída, que, às vezes, dá vontade de chorar, porque todas as áreas estão carentes de recursos e todos os argumentos são sobre áreas importantes para o desenvolvimento do País.

O SR. PRESIDENTE (Marcelo Castro. MDB - PI) - É verdade. É isso mesmo.

O SR. EDMILSON RODRIGUES (PSOL - PA) - Às vezes, há propostas de emendas que são ligadas a dois ou três Estados, para infraestrutura de estradas, mas que também estão dentro de um sistema nacional.

Qual é a questão que apresento? Há umas emendas que exigem 2 bilhões ou 3 bilhões de reais e outras que aparecem com 80 milhões de reais. Não é justo nós nos colocarmos numa camisa de força antecipada. Então, há algo que eu queria sugerir.

Nós não definimos que seriam quatro emendas? Mas há uma dificuldade de se restringirem, em quatro emendas, questões tão importantes. Às vezes, você pode priorizar um número um pouco maior, preservando aquilo que é essencial para o País, mas salvando áreas que não têm um apelo tão grande, porque não estão ligadas à dinâmica das grandes corporações, como é o caso de obras de empreiteiras, estradas e outras áreas.

As minhas emendas são voltadas para a garantia do Bolsa Permanência. Mais de 5 mil estudantes precisam disso, porque são quilombolas, são indígenas, são filhos de trabalhadores rurais. Mas isso será aprovado como uma das quatro emendas? Talvez não, embora todos aqui concordarmos que é importante.





CONGRESSO NACIONAL
Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização

Sr. Presidente, eu fiz uma visita nesse final de semana, até com o Ciro Gomes. Eu sou do PSOL e recebi, com muito carinho, esse líder político do PDT numa aldeia tembé-tenetehara. É de chorar! Inclusive, a esposa dele chorou, as lideranças choraram, porque lá falta tudo. Se um indígena fica doente, com câncer, e vai para a CASAI, em Belém, lá não tem comida para dar. Como você não tem comida para dar? Essa é uma situação muito grave.

Portanto, por que não discutirmos uma situação não de afrouxamento — porque existe um limite orçamentário, e não vamos poder inventar —, mas de certa flexibilização, para o Relator, com a sua sensibilidade social, ter capacidade de abarcar um número maior de emendas. Às vezes, ele pode não dar 2 bilhões de reais para uma emenda de infraestrutura, mas pode dar 1 bilhão de reais.

O SR. PRESIDENTE (Marcelo Castro. MDB - PI) - Deputado, nós precisamos começar a audiência pública.

O SR. EDMILSON RODRIGUES (PSOL - PA) - Sim. Eu queria fazer só esse apelo, porque lá eu não tive a oportunidade de fazê-lo, mas houve Deputado que falou quatro vezes.

O SR. PRESIDENTE (Marcelo Castro. MDB - PI) - Nós já estamos quase sendo descorteses com os convidados.

O SR. EDMILSON RODRIGUES (PSOL - PA) - Eu sei, Presidente. Mas lá houve pessoas que falaram quatro vezes, e eu, que me inscrevi, não tive essa oportunidade.

O SR. PRESIDENTE (Marcelo Castro. MDB - PI) - V.Exa. está coberto de razão.

Com a palavra o Senador Luiz do Carmo.

O SR. LUIZ DO CARMO (MDB - GO) - Sr. Presidente, eu queria sugerir que fizéssemos a votação da LOA e do PPA amanhã, para que se possa fazer um relatório mais benfeito.

O SR. PRESIDENTE (Marcelo Castro. MDB - PI) - Muito boa a sugestão! Fica, então, convocada a nossa reunião para amanhã, dia 16, às 14h30min.

Declaro suspensa a presente reunião, para que possamos iniciar a audiência pública, e já faço o convite à Senadora Kátia Abreu para presidir os trabalhos.

(A reunião é suspensa.)





CONGRESSO NACIONAL
Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização

Em 16.10.2019

O SR. PRESIDENTE (Dagoberto Nogueira. PDT - MS) - Declaro reiniciada a 12ª Reunião Ordinária da Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização, destinada à apreciação das matérias constantes da pauta.

Havendo concordância do Plenário, proponho a dispensa da leitura da ata, por ter sido distribuída antecipadamente.

Caso haja alguma retificação, peço aos Srs. Parlamentares que se manifestem.

Coloco em votação a ata da 11ª Reunião Ordinária, realizada em 8 de outubro de 2019.

A ata está em votação na representação da Câmara dos Deputados.

Os Srs. Deputados que a aprovam permaneçam como se encontram. *(Pausa.)*

Aprovada.

A ata está em votação na representação do Senado Federal.

Os Srs. Senadores que a aprovam permaneçam como se encontram. *(Pausa.)*

Aprovada.

Ordem do Dia.

Apreciação das sugestões de emendas a serem apresentadas pela Comissão à Lei Orçamentária para 2020 (PLN 22/19).

Relator: Senador Luiz do Carmo.

Foram sugeridas 35 emendas pelos membros da CMO.

Passo a palavra ao Senador Luiz do Carmo, para apresentar as emendas sugeridas.

Nós vamos começar pela LOA.

O SR. LUIZ DO CARMO (MDB - GO) - Sr. Presidente, o relatório é extenso. Se V.Exa. me permitir, eu gostaria de ir direto ao voto.

O SR. PRESIDENTE (Dagoberto Nogueira. PDT - MS) - Pois não, Relator.

O SR. LUIZ DO CARMO (MDB - GO) - Votamos pela apresentação ao PLOA 2020, por esta Comissão, das seguintes propostas de emendas, conforme o detalhamento a seguir.

Ministério da Educação — Administração Direta: Apoio ao Funcionamento das Instituições Federais de Educação Superior, 1 bilhão de reais.

Fundação Nacional de Saúde: Implantação de Melhorias Sanitárias Domiciliares para Prevenção e Controle de Doenças e Agravos em Localidades





CONGRESSO NACIONAL
Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização

Urbanas de Municípios com População de até 50 mil habitantes, 200 milhões de reais.

Ministério do Desenvolvimento Regional — Administração Direta: Implantação de Infraestrutura para Segurança Hídrica, 1 bilhão de reais.

Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento — Administração Direta: Fomento ao Setor Agropecuário, 250 milhões de reais.

Esse é o voto.

O SR. PRESIDENTE (Dagoberto Nogueira. PDT - MS) - As sugestões de emendas da CMO à LOA 2020 estão em discussão.

O SR. WELLINGTON FAGUNDES (PL - MT) - Sr. Presidente...

O SR. PRESIDENTE (Dagoberto Nogueira. PDT - MS) - Pois não, Senador Wellington.

O SR. WELLINGTON FAGUNDES (PL - MT) - Sr. Presidente, eu quero voltar a insistir em um ponto. Na última reunião, parece-me que o Relator Luiz do Carmo não estava presente. Mas eu quero tomar a liberdade, Senador, de trazer a minha preocupação, principalmente com a questão da infraestrutura hoje no País.

O nosso País é um país rodoviário. É claro que precisamos de investimento em todas as áreas de infraestrutura, mas o fato de o Brasil ser um país rodoviário, o volume de recurso que está sendo proposto no PLOA 2020 é ínfimo, sobretudo para manutenção das nossas estradas.

Eu trago aqui uma preocupação. Já tive oportunidade de falar sobre isso na Comissão e lá no Palácio do Planalto, ontem, com o Ministro da Infraestrutura. As nossas estradas, de modo geral, não têm uma boa avaliação. O número de mortos em acidentes hoje nas estradas brasileiras é maior do que o de mortos em muitas guerras. Como a nossa economia está calcada basicamente no transporte rodoviário basicamente, eu penso que nesta Comissão seria fundamental que déssemos uma sinalização de que estamos preocupados com uma área em que se mata muito e que atravanca o desenvolvimento do País.

Se voltarmos a realizar operação tapa-buracos no Brasil, acho que vamos voltar a ter um número muito maior não só de acidentes como também de mortes no País. Isso impacta a saúde, impacta a educação. E é sabido que todos nós temos obrigação também de destinar parte dos recursos para a educação, tanto no caso de emendas individuais quanto no caso de emendas coletivas.





CONGRESSO NACIONAL
Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização

Considerando esses aspectos, eu quero fazer um apelo. É importante que esta Comissão aprove uma emenda principalmente para a manutenção das nossas estradas.

Eu disse que as nossas estradas, sobretudo as troncais, poucas no Brasil, são mais ou menos como Sonrisal. Quando jogamos uma gota de água no Sonrisal, ele começa a se dissolver. Sem manutenção minimamente razoável, num período de chuva, praticamente todas essas estradas ficarão deterioradas.

Trago essa preocupação à Comissão. E me refiro ao período imediato, não estou falando em planejamento futuro. O Governo está falando em novas arrecadações, em cessão onerosa. Mas eu quero aproveitar o momento em relação a dois aspectos. O Governo deve mandar algum PLN até o final do ano. Eu gostaria de ouvir algo sobre o sentimento da Comissão.

Não estou criticando o relatório, porque é difícil para um Relator escolher quatro emendas apenas. É muito difícil. Eu gostaria de chamar a atenção de toda a Comissão e até do Brasil. Senador Luiz do Carmo, sei da dificuldade, mas penso que é fundamental que nos debrucemos sobre esta questão, a de manutenção das nossas estradas, e que tenhamos uma atenção para com ela.

O SR. PRESIDENTE (Dagoberto Nogueira. PDT - MS) - Vou passar a palavra ao Relator, para que ele responda, mas eu gostaria de fazer depois algum registro.

Tem a palavra o Relator.

O SR. LUIZ DO CARMO (MDB - GO) - V.Exa. está certo, Senador. Inclusive, a emenda que coloquei aqui foi para estradas, ligando o Xingu — passando por Mato Grosso — a Brasília através da BR-080. Esse foi um acordo construído na Comissão, para um projeto nacional, de todo mundo. Então, houve um acordo. Não temos como ir contra acordo.

O SR. WELLINGTON FAGUNDES (PL - MT) - Nós temos uma emenda de caráter nacional exatamente para manutenção das estradas. Não é para a área central, é para o Brasil inteiro.

O SR. PRESIDENTE (Dagoberto Nogueira. PDT - MS) - Senador, primeiro quero registrar a importância da sua preocupação, principalmente porque vamos entrar agora no período das águas. Do jeito que estão as nossas estradas... Eu imagino como estão no seu Estado, imagino pelo meu. Em todos os Estados, elas estão dessa forma. Mas, como houve o acordo referente a essas quatro emendas





CONGRESSO NACIONAL
Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização

relatadas pelo Senador Luiz do Carmo, combinamos de montar uma comissão e falar com o DNIT e com o Ministério da Fazenda sobre essa nossa preocupação.

Agora chegaram a esta Casa 20 PLNs. Eu não os vi ainda, porque estão lá com o Senador Marcelo, para que ele possa fazer a distribuição, mas tenho a impressão de que eles corrigem isso. Então, essa preocupação de V.Exa. vai ser atendida, não neste momento, porque não temos mais tempo. Ela é mais do que justa, e se refere a uma questão nacional. Se nós, desta Comissão, não estivermos atentos a esse assunto, vamos possibilitar que se crie um caos no ano que vem.

O SR. VICENTINHO JÚNIOR (PL - TO) - Sr. Presidente...

O SR. PRESIDENTE (Dagoberto Nogueira. PDT - MS) - Só um minuto, Deputado Vicentinho. Dou-lhe a palavra logo após a manifestação do Relator.

O SR. LUIZ DO CARMO (MDB - GO) - Parece-me que ficaram com dúvidas. Vou então expor novamente o que está no parecer: para o Ministério da Educação, 1 bilhão de reais; para a FUNASA — Fundação Nacional de Saúde, 200 milhões; para o Ministério do Desenvolvimento Regional, 1 bilhão; para o Ministério da Agricultura, 250 milhões.

O SR. PRESIDENTE (Dagoberto Nogueira. PDT - MS) - Exatamente.

Tem a palavra o Deputado Vicentinho Júnior.

O SR. VICENTINHO JÚNIOR (PL - TO) - Sr. Presidente, primeiro quero agradecer a esta Comissão por entender a importância da agricultura no nosso País e por ter acatado a nossa sugestão relativa à ação 20ZV (Fomento ao Setor Agropecuário), que vai dar condições aos gestores municipais, aos Governadores, ao Congresso Nacional de continuarem a ser parceiros da agricultura no Brasil. Desde já agradeço essa atenção.

Eu pediria a atenção desta Comissão. Ontem aconteceu um debate com a consultoria da Comissão Mista de Orçamento e com o Relator Domingos Neto. Hoje, podemos inovar e melhorar ou otimizar as gestões no que tange às relatorias setoriais, tendo em vista que Ministérios foram juntados, ações foram juntadas. Este é o momento mais apropriado, portanto, para modernizarmos essa relação do Relator da LOA com os Relatores Setoriais.

O Partido Liberal e a sua consultoria — parabeno a Valéria e o Edilson — fizeram uma sugestão de texto que o Relator Domingos Neto pode vir a acatar no seu relatório preliminar, que logo mais será apresentado, o que dará condições de





CONGRESSO NACIONAL
Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização

os Relatores Setoriais atenderem pleitos dos próprios Ministérios. Orçamentos de muitos Ministérios estão ficando aprisionados naquela reserva da regra de ouro, o que possibilita ao Ministério da Agricultura, como a todos os outros, começar o ano que vem planejando ações, a não ser ações que dependam de PLNs votados nesta Comissão. Isso gera, inclusive, certa insegurança para a gestão dos Ministérios.

A sugestão, muito simples, é que no relatório do Deputado Domingos Neto conste apenas o seguinte parágrafo: *"Com fundamento no art. 144, III, da Resolução 1/2006, do Congresso Nacional, ficam os relatores autorizados a apresentar emendas para remanejamento entre as programações constantes do Órgão Orçamentário 93000 — Programações Condicionadas à Aprovação Legislativa prevista no inciso III do art. 167 da Constituição, e as respectivas unidades orçamentárias de cada área temática, sempre respeitando os valores das programações condicionadas"*.

Essa é uma sugestão que o Partido Liberal faz a esta Comissão, para que o valoroso Relator Domingos Neto possa acatá-la no seu relatório preliminar.

Era só isso, Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Dagoberto Nogueira. PDT - MS) - Deputado Vicentinho, eu peço então a V.Exa. que envie essa sugestão a esta Presidência, para que eu possa encaminhá-la ao Relator, o Deputado Domingos Neto.

O SR. CARLOS HENRIQUE GAGUIM (DEM - TO) - Sr. Presidente, como coordenador do DEM, concordo com o Deputado Vicentinho. Gostaríamos de assinar junto com ele.

O SR. PRESIDENTE (Dagoberto Nogueira. PDT - MS) - Pois não. Ele vai encaminhar a sugestão a esta Presidência. Eu pediria a V.Exa. que a assinasse em conjunto.

Eu quero saber se posso iniciar a votação agora.

O SR. BOHN GASS (PT - RS) - Eu queria fazer um posicionamento sobre as nossas emendas.

O SR. PRESIDENTE (Dagoberto Nogueira. PDT - MS) - Pois não.

O SR. BOHN GASS (PT - RS) - Eu sou membro da Comissão Mista referente à MP 897. Fui à reunião de instalação desse colegiado. Vim lá do Senado. Desculpem o meu pequeno atraso.





CONGRESSO NACIONAL
Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização

O SR. PRESIDENTE (Dagoberto Nogueira. PDT - MS) - V.Exa. tem prestígio junto a esta Presidência. Pode usar da palavra.

O SR. BOHN GASS (PT - RS) - Obrigado, Presidente Dagoberto.

Falarei sobre duas observações que eu fiz ontem. A primeira se refere a emendas que o Deputado Zeca Dirceu apresentou. Acho que se trata de desmembramento, para que não entrem como programa e, com isso, possam ser cadastradas. Eu fiz ontem o pedido. A Consultoria estava nos ajudando ontem. Peço que fiquem atentos em relação a isso. Tratam de educação infantil, de educação básica. Seria muito importante que esses dois pontos fossem incorporados. Eu só queria ver se a Consultoria conseguiu nos auxiliar nisso, Presidente Dagoberto, para que pudéssemos vê-las aprovadas, incorporadas. Foi o nosso colega Deputado Zeca Dirceu que fez essas observações.

Em relação às quatro emendas, que são de programa, ontem um elemento seria sobre o tema da agricultura. Solicitei aos nobres colegas que tivéssemos concordância quanto a um programa nacional, o PAA — Programa de Aquisição de Alimentos, que dialoga com todos os setores. Ele dialoga com quem produz, dialoga com setores referentes a merenda escolar e outros programas sociais e estimula efetivamente quem está em áreas importantes. No caso do leite, no caso de outros produtos da agroindústria, ele é muito importante.

Eu só queria saber então, Presidente Dagoberto, se esse é um dos pontos que podemos avaliar, se ele está de fato incorporado.

O SR. PRESIDENTE (Dagoberto Nogueira. PDT - MS) - Deputado Bohn Gass, vou explicar a V.Exa.

Essas quatro emendas saíram desse acordo que fizemos ontem no Colégio de Líderes. O acordo foi feito, e o Relator considerou esse acordo. Isso é da LOA. Ainda não é do PPA. O PPA vai ser avaliado posteriormente.

O SR. BOHN GASS (PT - RS) - Eu fiquei com uma dúvida. Nós votaríamos agora as quatro emendas de programa para a LOA?

O SR. PRESIDENTE (Dagoberto Nogueira. PDT - MS) - Isso, para a LOA.

O SR. BOHN GASS (PT - RS) - Poderiam explicitar quais são? Na agricultura, eram dois aspectos.

O SR. PRESIDENTE (Dagoberto Nogueira. PDT - MS) - É o acordo de ontem, sobre aquelas quatro de ontem.





CONGRESSO NACIONAL
Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização

O SR. BOHN GASS (PT - RS) - Mas o acordo não foi finalizado. Não ficou determinado se seria Fomento Agropecuário ou PAA, que são duas rubricas diferentes. Ficou convencionado ontem que uma das emendas seria para a agricultura. Até aí chegou o acordo. Mas houve dois posicionamentos: um é mais para o Fomento Agropecuário, e o outro seria para o PPA especificamente. Esses são dois registros diferenciados. Como insisti ontem, eu gostaria de ter a concordância dos colegas para votação referente ao PAA.

O SR. PRESIDENTE (Dagoberto Nogueira. PDT - MS) - Deputado Bohn Gass, eu e a assessoria não temos como lhe dar essa resposta agora. Enquanto ouço os demais Deputados, eu posso...

O SR. BOHN GASS (PT - RS) - Claro, claro!

O SR. PRESIDENTE (Dagoberto Nogueira. PDT - MS) - Então vou dar a palavra ao Deputado Edmilson. Depois ouço V.Exa.

O SR. EDMILSON RODRIGUES (PSOL - PA) - Presidente Dagoberto, quero apenas explicitar um ponto de vista e fazer um apelo ao Relator.

Sabemos que nós criamos uma metodologia, definimos um limite de emendas, por mais que haja muitas políticas necessárias. Como o Relator exerce um poder — naturalmente, ele tem que compartilhar o poder, conversar, negociar —, eu faria um apelo para que três políticas mereçam uma atenção carinhosa.

Uma é referente ao fortalecimento da ação de concessão de bolsas-permanência no ensino superior. Nós aqui legislamos para o Brasil, mas sabemos que há muita desigualdade. Se há uma conquista importante, é a de que o filho de um camponês, ou de um indígena, ou de um quilombola, ou de um ribeirinho, pode estudar numa capital ou numa cidade de porte médio onde haja uma universidade e ter condição de se manter. Nesse sentido, a bolsa-permanência foi uma conquista. A previsão orçamentária, no entanto, é de corte de 48%, em relação a 2017.

Eu estou falando para o vento. Em todo caso, os Anais registram o que digo.

Estabelecer um corte de 48%, em relação a 2017, é realmente uma perversidade, porque se tira o direito de parcelas importantes da nossa juventude e até mesmo de pessoas adultas. Poderiam se constituir em médicos, engenheiros, arquitetos, professores, mas isso fica inviabilizado porque a sua condição específica, de indígenas ou quilombolas, por exemplo, exige que se afastem de sua aldeia ou comunidade para realizarem a atividade acadêmica.





CONGRESSO NACIONAL
Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização

Quanto ao fortalecimento de proteção e recuperação da saúde indígena, o corte está em torno de 35%, comparado com o Orçamento de 2017, que foi o parâmetro que a nossa assessoria usou. Realmente é um corte muito grande, representa mais de um terço dos recursos. Ora, a população indígena envelheceu, a população indígena cresceu numericamente. A Secretaria Especial de Saúde Indígena não pode ser inviabilizada por um corte de mais de um terço, considerado o Orçamento de 2 anos atrás.

A despeito da crise a que o Brasil está submetido, que nós não queremos desconhecer, há políticas voltadas àquelas comunidades mais carentes, que precisam ter a atenção realmente carinhosa de todos nós. É esse o apelo que eu faço à relatoria.

Presidente, existe uma política voltada às pesquisas de redução do uso de agrotóxicos. A Fundação Oswaldo Cruz — FIOCRUZ, que é mundialmente reconhecida, desenvolve importantes estudos. Se quisermos implementar um programa nacional de redução nessa área, isso certamente será de interesse de pessoas do agronegócio e da agricultura familiar. Ninguém quer optar por veneno se for possível garantir de outro modo a produtividade, os lucros de quem se submete à lógica do lucro. O empresário quer lucro, quer produzir e ganhar dinheiro. Tudo bem, eu entendo isso. Agora, se ele pode abrir mão do agrotóxico, por que não dar esse passo? Só que, sem pesquisa científica, isso não é possível.

Eu fiz uma emenda propondo apenas 500 mil reais para a Fundação Oswaldo Cruz. Como sei que as quatro emendas debatidas ontem certamente vão ser consolidadas aqui, peço uma atenção carinhosa a essas e a outras propostas importantes.

Presidente Dagoberto, estive com V.Exa. na assembleia geral do povo terena no seu Estado, Mato Grosso do Sul. Foi bonito encontrar indígenas com formação superior, indígenas terenas com doutorado. Inclusive, há advogados indígenas que têm ocupado tribunais internacionais em defesa da causa.

Antes do Círio de Nazaré, Presidente Dagoberto, a principal referência política do seu partido, Ciro Gomes, esteve no Pará e foi a uma aldeia tembé, onde eu também estava, para se reunir com o povo. Foi emocionante ouvir os depoimentos, que, ao mesmo tempo em que mostram as dificuldades, as tristezas, a falta de investimento em saúde e tudo mais, mostram exemplos, como o de uma mãe





CONGRESSO NACIONAL
Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização

indígena tembé-tenetehara que bate no peito, orgulhosa, e diz: *"Com todas as dificuldades, os meus filhos não sabiam falar bem a língua nem escrever a língua portuguesa, mas a minha filha hoje já é dentista da Secretaria Nacional e está atuando com outro povo, os assurinis do Trocará. O meu filho se forma médico no ano que vem, e o meu outro filho, também no ano que vem, advogado. E a pequenina, que está só com 14 anos, também vai fazer universidade"*. Não conseguimos imaginar o sacrifício, a dificuldade de alguém para se adaptar a uma cultura totalmente diversa, quanto ao modo de pensar, à língua.

Eu fiz então essa defesa e espero que haja sensibilidade para que, mesmo sem estar nas prioridades da Comissão, possa haver algum aporte de recursos para viabilizar essas políticas.

Muito obrigado pela oportunidade, Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Dagoberto Nogueira. PDT - MS) - Muito bem, Deputado Edmilson.

Passo a palavra ao Deputado Domingos Sávio, que falará como Líder.

O SR. DOMINGOS SÁVIO (PSDB - MG) - Sr. Presidente, quero apenas reiterar aqui as palavras de V.Exa. De fato, houve uma reunião dos coordenadores, da qual participei, em que procuramos construir esse acordo coordenado pelo nosso Presidente, o Senador Marcelo. Trata-se aqui de uma escolha de Sofia. Nós temos demandas das mais variadas. A que o Deputado Edmilson menciona é extremamente justa, e também comungo da preocupação do Deputado Bohn Gass. Mas eu vejo que a rubrica que foi escolhida para contemplar o Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento é um guarda-chuva amplo na área Fomento ao Setor Agropecuário.

Portanto, nós ficamos divididos. No caso especificamente do PPA, a rubrica é outra, ficaria dentro da CONAB, da Aquisição de Alimentos, mas ficaria restrita ao programa, que é importantíssimo. Vou lutar para que pelo menos na Comissão de Agricultura, caso não se resolva isso aqui, Deputado Bohn Gass, possamos contemplá-la.

Agora, também é difícil, após o acordo feito, não contemplarmos o fomento ao setor agropecuário, que pode auxiliar pequenos produtores, pode auxiliar na melhoria de estradas rurais, pode auxiliar numa série de investimentos necessários





CONGRESSO NACIONAL
Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização

para a agricultura familiar, para o pequeno produtor, para aqueles que mais precisam da ação do Governo.

Fico feliz por estarmos contemplando aqui as universidades e os institutos federais. Na próxima sexta-feira, eu estarei em Salinas, onde temos o Instituto Federal do Norte de Minas Gerais, que faz um trabalho maravilhoso, mas precisa de mais investimentos. Estamos inaugurando o Hospital Universitário, e agora precisamos equipá-lo. Ajudei inclusive com emendas individuais, mas falta recurso para continuarmos ampliando a oferta de ensino superior, especialmente de ensino tecnológico.

Nós temos uma unidade que foi construída, pelo Governo Federal e pelo Governo do Estado, para ser uma escola técnica profissionalizante em Taiobeiras. Ela está prontinha há mais de 1 ano, mas o funcionamento é zero. Precisamos convencer o Ministério a também instalar um instituto federal em Taiobeiras, para fazermos funcionar esse prédio, que está pronto. Mas, obviamente, precisamos de recursos.

Então, essa emenda será um estímulo para cobrarmos do Governo Federal que continue ampliando a oferta de ensino superior gratuito através de universidades e institutos federais.

Manifesto o nosso apoio à FUNASA — Fundação Nacional de Saúde, para que haja melhorias sanitárias e a implantação, por meio do Ministério do Desenvolvimento Regional, de infraestrutura para a segurança hídrica. Acho que são quatro as emendas com as quais esta Comissão haverá de contribuir para o aprimoramento do nosso Orçamento. E há um detalhe: hoje há o entendimento de que a obrigação de fazer do Governo Federal só pode deixar de ser observada se houver impedimento técnico ou se houver contingenciamento.

Portanto, embora não sejam positivas, elas têm, sim, um efeito prático. E nós temos que acompanhar isso de perto, para que essas ações se materializem em benefícios concretos para a população, seja na ampliação do ensino superior — vou lutar para que haja a ampliação, em Salinas, em Taiobeiras e em vários outros locais, referente a unidades de institutos federais em Minas Gerais, e obviamente cada Deputado lutará pelo seu Estado —, seja na agricultura, especialmente no caso da agricultura familiar e do fomento ao desenvolvimento agropecuário.





CONGRESSO NACIONAL
Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização

Estarei com a Ministra e levarei a nossa proposta de um programa nacional de defesa da pecuária leiteira. Consegui aprovar essa proposta na Comissão de Agricultura, mas ela tem que ser colocada em prática. É preciso dinheiro. Não basta o verbo. Tem que haver a verba, para podermos transformar em realidade as nossas propostas.

O SR. PRESIDENTE (Dagoberto Nogueira. PDT - MS) - Pois não, Deputado Domingos Sávio.

O SR. DOMINGOS SÁVIO (PSDB - MG) - Defendo as quatro emendas na íntegra, Sr. Presidente.

Obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Dagoberto Nogueira. PDT - MS) - Nós registramos aqui o seu empenho na aprovação dessas quatro emendas.

Antes de darmos início ao processo de votação, passo a palavra ao Senador Jean Paul.

O SR. JEAN PAUL PRATES (PT - RN) - Presidente, quero apenas agradecer a todos os componentes desta Comissão Mista por manterem o acordo feito ontem, por acatarem a emenda da bancada do PT, de autoria dos Deputados Bohn Gass, Nelson Pellegrino e Zé Carlos, os quais elogio pela iniciativa. Também há a nossa emenda, justamente no mesmo sentido, para a educação superior e os institutos federais, mais especificamente para as universidades federais. Saúdo essa iniciativa de inclusão.

Também quero dizer que esse bilhão que estamos colocando não substitui o bilhão que o Governo prometeu descontingenciar ainda neste ano. Este ano, como parte do acordo sobre o PLN 4, feito em junho, se não me engano, nós ainda queremos ver o bilhão de 2019. Este é o bilhão de 2020, que estamos assegurando através dessa emenda.

Obrigado, Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Dagoberto Nogueira. PDT - MS) - Muito bem, Senador.

Vou devolver a palavra ao Deputado Bohn Gass e, em seguida, encerrar a discussão.

O SR. BOHN GASS (PT - RS) - Deputado Domingos Sávio, eu só quero repor o que se definiu na reunião de ontem, para não passar a ideia de que houve um acordo ontem.





CONGRESSO NACIONAL
Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização

Foi acordado ontem que entrariam estes pontos: o dos institutos federais, do ensino superior, da educação superior; o da questão hídrica; o das melhorias sanitárias domiciliares. Sobre o tema da agricultura, havia duas propostas. Ontem algumas pessoas insistiram no fomento, e outras pessoas — vários Deputados referendaram a minha ideia — insistiram no PAA. Isso nós não votamos ontem, nós não decidimos.

O que me causa estranheza agora é que aparece o fomento ao setor agropecuário, e a proposta que eu apresentei, a do PAA, que foi referendada por vários Deputados, não aparece. Eu sei que é preciso optar por quatro emendas, mas eu não participei dessa decisão. Não há uma decisão. Então, nós não podemos considerar que houve um acordo, por mais importante que seja o fomento ao setor agropecuário. Como disse o Deputado Domingos Sávio, ninguém aqui está discordando dessa hipótese.

O SR. PRESIDENTE (Dagoberto Nogueira. PDT - MS) - Deputado Bohn Gass, ontem, quando terminamos a reunião, nós fizemos o acordo, todo mundo concordou.

O SR. BOHN GASS (PT - RS) - Não.

O SR. PRESIDENTE (Dagoberto Nogueira. PDT - MS) - Todo mundo concordou. Foi lido novamente.

O SR. BOHN GASS (PT - RS) - Não, não, Presidente. Eu estive lá.

O SR. PRESIDENTE (Dagoberto Nogueira. PDT - MS) - O próprio Presidente Marcelo foi quem leu. Feito o acordo, terminou a reunião.

O SR. BOHN GASS (PT - RS) - Não, não. Eu fiquei lá o tempo todo. Em relação à agricultura, houve duas propostas, e não foi tomada essa decisão. Eu acompanhei a reunião todo o tempo, estive lá ontem.

O SR. LUIZ DO CARMO (MDB - GO) - Deputado, eu ainda levantei uma questão lá: "*Vai ficar agricultura mesmo?*" Todo mundo decidiu.

O SR. BOHN GASS (PT - RS) - Agricultura?

O SR. LUIZ DO CARMO (MDB - GO) - Não, esta emenda aqui, a do fomento ao setor agropecuário.

O SR. BOHN GASS (PT - RS) - Senador, vou refazer a questão. Todos concordamos com que fosse agricultura. Só que, em relação à agricultura, havia dois pontos: um era o PAA, que é ligado à agricultura, e o outro era o fomento. A opção aqui, sem a nossa participação, foi pelo fomento.





CONGRESSO NACIONAL
Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização

Eu preciso registrar a discordância sobre isso. Se nós estamos num processo de construção, queremos construir. Não se trata aqui de votação. Se quiserem, vamos então criar uma situação de voto aqui. Vamos debater, vamos reabrir esse tema e vamos votar. O Deputado Hildo Rocha, por exemplo, e vários outros, Senadores, referendaram o PAA. Não houve essa decisão.

Concordamos com que isso esteja relacionado à agricultura, Senador, mas esse tema do PAA, como não existe mais o Ministério do Desenvolvimento Agrário, está na Pasta do Desenvolvimento Social. Mas o tema é agricultura. Até aí nós fomos. Não houve nenhuma votação, não houve solicitação de voto. Eu quero reafirmar isso. A minha compreensão é clara sobre esse ponto. Vou sair amplamente prejudicado se for tomada essa decisão. Quero registrar isto com todas as letras: serei prejudicado. E nós precisamos votar daqui a pouco.

Quero lembrar a V.Exas. que eu gostaria muito que fosse contemplado o PAA, uma vez que foi referendado ontem também por vários colegas.

O SR. PRESIDENTE (Dagoberto Nogueira. PDT - MS) - Deputado Bohn Gass, vai ficar difícil, porque, de fato, houve a anuência de todos...

O SR. VICENTINHO JÚNIOR (PL - TO) - Não foi deliberado ontem no Colégio de Líderes, na Presidência, que hoje só se formalizaria a decisão tomada ali ontem? Como é que fica?

O SR. PRESIDENTE (Dagoberto Nogueira. PDT - MS) - Exatamente isso. Ficou acordado que votaríamos as quatro emendas, que faríamos esse encaminhamento. Isso foi o que ficou acertado.

O SR. VICENTINHO JÚNIOR (PL - TO) - Está certo.

O SR. PRESIDENTE (Dagoberto Nogueira. PDT - MS) - A discussão está encerrada.

As sugestões de emendas da CMO à LOA 2020 estão em votação na Câmara dos Deputados.

Os Srs. Deputados que as aprovam permaneçam como se encontram.

O SR. BOHN GASS (PT - RS) - Presidente, eu não posso... É muito difícil...

O SR. PRESIDENTE (Dagoberto Nogueira. PDT - MS) - Eu sei, Deputado Bohn Gass, mas nós vamos tentar resolver isso de outra forma. É um grande guarda-chuva, V.Exa. sabe disso.





CONGRESSO NACIONAL
Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização

O SR. BOHN GASS (PT - RS) - Não houve acordo. É preciso que haja clareza quanto a isso. Não houve acordo. Não houve acordo. Não houve acordo.

O SR. PRESIDENTE (Dagoberto Nogueira. PDT - MS) - Mas é preciso colocar isso em votação, Deputado Bohn Gass.

O SR. BOHN GASS (PT - RS) - Vai para a agricultura por uma opção que fizeram, contra uma construção que nós realizamos. Eu sei que...

O SR. PRESIDENTE (Dagoberto Nogueira. PDT - MS) - Eu vou registrar o seu voto contrário...

O SR. EDMILSON RODRIGUES (PSOL - PA) - Gostaria de orientar pelo PSOL, Presidente.

O SR. BOHN GASS (PT - RS) - Não se tem como votar de forma contrária. Na verdade, são quatro os pontos que vamos votar de forma conjunta. Quatro pontos estavam acordados ontem, e sobre um ponto ainda precisávamos de uma definição. Se eu votar contra, vai parecer que estou contra esse ponto. O problema aqui é outro.

Eu solicito que seja suspensa a reunião, para refazermos, ou melhor, para concluirmos o procedimento de ontem.

O SR. PRESIDENTE (Dagoberto Nogueira. PDT - MS) - Eu não posso mais fazer isso, Deputado Bohn Gass. Eu gostaria de atendê-lo, mas não posso fazer isso, Deputado Bohn Gass.

O SR. BOHN GASS (PT - RS) - Por que não pode?

O SR. PRESIDENTE (Dagoberto Nogueira. PDT - MS) - Porque eu já comecei a votação. Não tenho como fazer isso. Foi ontem a discussão sobre isso. Eu não posso...

O SR. BOHN GASS (PT - RS) - Repito: eu quero...

O SR. PRESIDENTE (Dagoberto Nogueira. PDT - MS) - Eu gostaria de atendê-lo, mas não tenho como.

O SR. BOHN GASS (PT - RS) - Eu quero então que V.Exas. não insistam que houve a conclusão do acordo, porque não houve.

(Não identificado) - Houve acordo.

O SR. BOHN GASS (PT - RS) - Eu vou repetir então para V.Exa., Deputado. Nós falamos ontem, eu apresentei que, no tema da agricultura, era PAA — Programa de Aquisição de Alimentos. O Deputado Hildo Rocha e vários outros





CONGRESSO NACIONAL
Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização

Deputados referendaram isso. Outros Deputados defenderam Fomento para a Agricultura. Então, ficou entendido que, sobre esses pontos, precisaria haver um diálogo com o Relator. Não houve conclusão ontem. Não foi dito algo assim: *"Então, pessoal, vamos pôr PAA ou vamos pôr Fomento para a Agricultura? Como votam os Deputados? Como os Senadores se posicionam?"* Não aconteceu isso. Eu fiquei até o final da reunião. Não aconteceu isso.

O SR. VICENTINHO JÚNIOR (PL - TO) - Posso colaborar, Presidente?

O SR. BOHN GASS (PT - RS) - Não houve a incorporação da reivindicação que nós fizemos.

O SR. PRESIDENTE (Dagoberto Nogueira. PDT - MS) - Eu entendi.

O SR. VICENTINHO JÚNIOR (PL - TO) - Quero só colaborar, Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Dagoberto Nogueira. PDT - MS) - Pois não.

O SR. VICENTINHO JÚNIOR (PL - TO) - Deputado Bohn Gass, está faltando um pouco do resto da conversa. O próprio Deputado Hildo Rocha entendeu a importância da rubrica 20ZV, tanto que se deu por satisfeito com a indicação da questão das infraestruturas hídricas, que foi o apoio dele lá. E há concordância dele, sim, com a 20ZV, dele e da maioria dos que lá estavam. A maioria dos Líderes que lá estavam concordaram com aquelas quatro indicações...

O SR. BOHN GASS (PT - RS) - Sequer foi feito um aferimento sobre isso.

O SR. LUIZ DO CARMO (MDB - GO) - A rubrica ficou aberta. Talvez V.Exa. não tenha entendido, mas isso ficou bem fechado lá. Eu não ia cometer esse erro aqui. Talvez não tenha entendido. Eu não estou dizendo que V.Exa. está errado, mas ficou bem claro lá.

O SR. VICENTINHO JÚNIOR (PL - TO) - Claríssimo.

O SR. LUIZ DO CARMO (MDB - GO) - Eu não tive dúvida a respeito disso.

O SR. PRESIDENTE (Dagoberto Nogueira. PDT - MS) - E por isso ela ficou aberta, Deputado Bohn Gass, por isso ela ficou bem aberta.

O SR. LUIZ DO CARMO (MDB - GO) - Inclusive, no PPA, estou acatando o que V.Exa. pediu, em relação a emendas do Deputado Zeca Dirceu.

O SR. BOHN GASS (PT - RS) - Não, são duas coisas diferentes. Eu não aceito isso.

O SR. LUIZ DO CARMO (MDB - GO) - É outra história, tudo bem. Para mim...





CONGRESSO NACIONAL
Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização

O SR. PRESIDENTE (Dagoberto Nogueira. PDT - MS) - Deputado Bohn Gass, eu vou ter que encerrar a votação, senão nós não vamos sair daqui.

O SR. EDMILSON RODRIGUES (PSOL - PA) - Gostaria de orientar pelo PSOL.

O SR. PRESIDENTE (Dagoberto Nogueira. PDT - MS) - Os Senadores e os Deputados...

O SR. BOHN GASS (PT - RS) - O PSOL quer orientar.

O SR. PRESIDENTE (Dagoberto Nogueira. PDT - MS) - ...que as aprovam permaneçam como se encontram.

O SR. EDMILSON RODRIGUES (PSOL - PA) - O PSOL...

O SR. PRESIDENTE (Dagoberto Nogueira. PDT - MS) - Aprovadas.

Pois não.

O SR. EDMILSON RODRIGUES (PSOL - PA) - Eu queria fazer a orientação pelo PSOL. Está prejudicada.

O SR. PRESIDENTE (Dagoberto Nogueira. PDT - MS) - Nós ainda vamos votar a do PPA. Abrirei então a palavra a V.Exa., Deputado Edmilson.

Abrirei a palavra também a V.Exa. novamente.

O SR. BOHN GASS (PT - RS) - De que adianta?

O SR. PRESIDENTE (Dagoberto Nogueira. PDT - MS) - Apreciação das sugestões de emendas a serem apresentadas pela Comissão ao Plano Plurianual para 2020-2023.

Foram sugeridas oito emendas pelos membros da CMO.

Passo a palavra ao Senador Luiz do Carmo, para apresentar as emendas sugeridas.

O SR. LUIZ DO CARMO (MDB - GO) - Sr. Presidente, eu gostaria de ir direto ao voto, se V.Exa. me permitir.

O SR. PRESIDENTE (Dagoberto Nogueira. PDT - MS) - Pois não, Senador.

O SR. LUIZ DO CARMO (MDB - GO) - Votamos pela apresentação ao PLPPA 2020-2023, por esta Comissão, das seguintes propostas de investimentos plurianuais prioritários (Anexo III), conforme o detalhamento a seguir.

Transporte Terrestre e Trânsito — Construção de Trecho Rodoviário - Divisa MA/TO - Entroncamento TO-010 (Pedro Afonso) - na BR-235/TO - no Estado do Tocantins: 100 milhões.





CONGRESSO NACIONAL
Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização

Transporte Terrestre e Trânsito — Construção de Trecho Rodoviário - Entroncamento TO-020 (Aparecida do Rio Negro) - Divisa TO/MA (Goiatins) - na BR-010/TO - no Estado do Tocantins: 282 milhões.

Transporte Terrestre e Trânsito — Duplicação da Ponte São Raimundo - na BR-116/MG - em Governador Valadares. Minas Gerais: 70 milhões.

"Em relação ao texto, acolhemos também as propostas apresentadas pelo Deputado Zeca Dirceu no sentido de desmembrar o programa Educação Básica de Qualidade em três, restaurando assim os programas Educação Infantil e Educação de Jovens e Adultos, constantes do PPA 2016-2019 e que refletem metas presentes no Plano Nacional de Educação.

Lembramos que as emendas da Comissão devem ser acompanhadas da ata desta reunião, na qual se especificam as decisões ora tomadas. Sugerimos ainda que a Secretaria da Comissão adote as providências que se fizerem necessárias à formalização e à apresentação das emendas."

O SR. PRESIDENTE (Dagoberto Nogueira. PDT - MS) - As sugestões de emendas da CMO estão em discussão.

O SR. BOHN GASS (PT - RS) - Presidente...

O SR. PRESIDENTE (Dagoberto Nogueira. PDT - MS) - O Deputado Edmilson pediu a palavra. Depois eu a passarei a V.Exa., Deputado Bohn Gass

Pois não, Deputado Edmilson Rodrigues.

O SR. EDMILSON RODRIGUES (PSOL - PA) - Eu queria expor o meu voto, Presidente. Agradeço a V.Exa.

Eu não vou aqui dizer que houve má-fé, não. Minha sensação é a de que não houve consenso em relação às minhas emendas, mas o Deputado Bohn Gass teria conseguido o convencimento. A fala do Deputado Hildo Rocha foi bem efusiva, tanto que depois conversei com o Deputado Bohn Gass e aquiesci, acabei assumindo a proposta dele como a que tinha conseguido sensibilizar, porque ela atenderia a produção agrícola em geral, mas o objetivo principal seria a questão alimentar. É claro que ela incluiria não só o agronegócio, o produtor de alimentos, mas também a agricultura familiar, permitindo que também fosse valorizada. A ideia é um pouco essa. É claro que o fomento agrícola é importante, mas eu tinha compreendido dessa forma.





CONGRESSO NACIONAL
Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização

É claro que, se o Relator afirma que não houve a intenção, que era a compreensão dele, temos que considerar e respeitar. Mas eu fiz questão de expressar esse meu entendimento exatamente porque também fiquei até o final lá, e vim para cá depois, até fazendo uma proposta de encaminhamento para viabilizar que outras ideias pudessem ser incorporadas, porque acabamos nos colocando uma camisa de força ao limitarmos o número de emendas.

Eu concluo com este raciocínio, Deputado. Imaginemos que alguém proponha, aqui mesmo, para uma obra de estrada, 300 milhões e, para outra, 70 milhões. Se o Relator tivesse a possibilidade de considerar a obra de uma terceira estrada, de 30 milhões, ele poderia reduzir um pouco, até porque é difícil executar, no ano, 300 milhões. Há então a possibilidade de atender um número maior. Mas não foi assim. Quanto ao método que se estabeleceu aqui, houve consenso. Então, não tenho como aqui o subverter.

Quero apenas expressar essa minha opinião, esse entendimento, com todo o respeito. Espero que consigamos aproveitar o máximo das sugestões, mesmo não estando isso nas emendas inicialmente absorvidas.

Obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Dagoberto Nogueira. PDT - MS) - Muito bem, Deputado Edmilson, será registrado o seu apelo. V.Exa. é uma das pessoas atuantes desta Comissão.

Tem a palavra o Deputado Bohn Gass.

O SR. BOHN GASS (PT - RS) - Eu quero agradecer a referência que o Deputado Edmilson fez, porque foi essa a construção que nós fizemos ontem.

Quero agradecer também ao Relator, que incorporou as sugestões que nós fizemos sobre o tema da educação. Isso é muito importante, porque há uma quebra sistemática do Governo Bolsonaro em relação à educação. Nós ainda não resolvemos o famoso PLN que deveria vir relativamente ao CNPq. São 330 milhões que ainda não vieram para cá. Há novos cortes agora na área. Há sensível diminuição, digamos assim, de recursos referentes a esse tema. Temos ainda a Emenda Constitucional nº 95, que causa ainda mais arrocho, congela os recursos para essa área. A educação é sangrada permanentemente.

Relator, eu quero destacar a importância de se atender essa emenda sugerida pelo nosso colega Deputado Zeca Dirceu. Ela é muito importante. Refere-se à





CONGRESSO NACIONAL
Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização

educação básica, à educação infantil. A forma que nós propusemos foi aceita por V.Exa., para a educação de jovens e adultos, como desmembramento. Na verdade, fica fora das quatro emendas, que são de programa. Permite-se inclusão sobre isso.

Faço apenas esse registro.

O SR. PRESIDENTE (Dagoberto Nogueira. PDT - MS) - Deputado Bohn Gass, vamos esperar que, desses 20 PLNs que entraram hoje, algum trate da educação. Mas farei o registro de V.Exa.

O SR. BOHN GASS (PT - RS) - Estamos ansiosos.

Eu só queria concluir dizendo que, mesmo havendo esse encaminhamento, não gostaria que essa questão fosse tratada assim: *"Ah, mas incorporamos o tema da educação para compensar o aspecto anterior sobre o PAA!"*

O SR. PRESIDENTE (Dagoberto Nogueira. PDT - MS) - Tranquilo.

O SR. BOHN GASS (PT - RS) - Na verdade, são temas diferentes. A nossa interpretação é clara. Não houve o acordo ontem. Quero manifestar isso novamente. Eu faço um esforço para sempre colaborar com esta Comissão. V.Exa. sabe do meu esforço.

O SR. PRESIDENTE (Dagoberto Nogueira. PDT - MS) - Lógico, lógico.

O SR. BOHN GASS (PT - RS) - Ontem não fui respeitado sobre uma defesa que nós fizemos. Eu preciso fazer esse registro, porque estou muito indignado com isso. O meu esforço é de colaboração. Estamos falando de alimentos no País, estamos falando de agricultura familiar, estamos falando de um programa nacional — algumas partes aqui, no entanto, não são de programas nacionais, essa questão de rodovias em algum Estado não é de programa nacional. Então, estou dentro do regramento, considerando um assunto importantíssimo para o País, e isso não foi incorporado. É algo muito dolorido. Preciso manifestar essa minha indignação. E não misturo as situações. Quanto a esse ponto, realmente preciso fazer esse registro.

Lutaremos juntos pela educação.

Espero que essa questão do CNPq esteja resolvida nos próximos dias.

O SR. VICENTINHO JÚNIOR (PL - TO) - Sr. Presidente, gostaria de fazer um registro.

O SR. PRESIDENTE (Dagoberto Nogueira. PDT - MS) - Pois não, Deputado Vicentinho.





CONGRESSO NACIONAL
Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização

O SR. VICENTINHO JÚNIOR (PL - TO) - Primeiro, registro a presença desses valorosos jovens e dessas valorosas jovens, que querem colaborar muito com a segurança pública no Brasil. Foram aprovados em concurso da PRF. *(Palmas.)*

Há pouco, em plenário que fica aqui ao lado, o Plenário 6, a Comissão de Segurança Pública fez o encaminhamento de uma de suas emendas para atender aos cursos de qualificação, para permitir que os outros 600 ainda possam ser chamados. O Relator, o Deputado Cacá Leão, colocou no seu relatório duas emendas, salvo engano, que dão garantia a esses homens e mulheres.

Eu espero, Senador Luiz do Carmo, que esta Comissão continue a fazer gestos como esse, no caso agora da LOA, do parecer do Deputado Domingos Neto.

A demanda é muito maior. Hoje, para atender mais ou menos a demanda, seria preciso algo em torno de mais 1.500 concursados. Já temos 600 no quadro de reserva, que estão esperando só os cursos de qualificação para que possam ser alocados em postos já existentes da PRF.

Eu, que sou do Tocantins, acabei de dizer ali que o posto da PRF em Guaraí é um dos postos de maior índice de apreensão de drogas no Brasil. Eu me orgulho muito do trabalho que é feito e também do que ainda poderá ser realizado por esses rapazes e moças que estão aqui ao lado.

Faço então o registro dessa presença e da possibilidade de oferecimento de mais um zelo por parte da Comissão Mista de Orçamento.

O SR. PRESIDENTE (Dagoberto Nogueira. PDT - MS) - Esta Comissão registra seu apelo. Como V.Exa. está sempre preocupado com essas questões de segurança pública, nós levaremos o encaminhamento ao Presidente.

Está encerrada a discussão.

As sugestões de emendas da CMO ao PPA 2020-2023 estão em votação na Câmara dos Deputados.

Os Srs. Deputados que as aprovam permaneçam como se encontram. *(Pausa.)*
Aprovadas.

Em votação na representação do Senado.

Os Srs. Senadores que as aprovam permaneçam como se encontram. *(Pausa.)*
Aprovadas.

Antes de declarar encerrada a reunião, queria dizer algo ao Deputado Bohn Gass.





CONGRESSO NACIONAL
Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização

Deputado Bohn Gass, eu acho mais do que justo o seu apelo e a sua indignação. V.Exa. pode ter certeza de que esta Presidência, em algum momento, corrigirá isso que foi feito. Esse é o meu compromisso com V.Exa.

Está encerrada a reunião.





CONGRESSO NACIONAL
Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização

ATA DA NONA REUNIÃO DE AUDIÊNCIA PÚBLICA, DA 1ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA, DA 56ª
LEGISLATURA, DA COMISSÃO MISTA DE PLANOS, ORÇAMENTOS PÚBLICOS E FISCALIZAÇÃO,
REALIZADA EM 15 DE OUTUBRO DE 2019.

Aos quinze dias do mês de outubro do ano de dois mil e dezenove, reuniu-se a Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização, no plenário 4, do Anexo II da Câmara dos Deputados, sob a Presidência da Senadora Kátia Abreu. Esta reunião foi convocada para debater políticas públicas para o desenvolvimento de atividades turísticas no Brasil e seus desdobramentos no Orçamento Geral da União para 2020, em atendimento ao **Requerimento n.º 22/2019-CMO**, de autoria da Senadora Kátia Abreu, aprovado na 11ª Reunião Ordinária da CMO, realizada em 08.10.2019. Foram sugeridos os seguintes convidados: Ministro de Estado do Turismo, Sr. Marcelo Álvaro Antônio; Diretor-Presidente do Serviço Brasileiro de Apoio às Micro e Pequenas Empresas – SEBRAE, Sr. Carlos Melles; Presidente do Instituto de Pesquisa Locomotiva, Sr. Renato Meirelles; e o Ex-Ministro de Estado do Turismo, Sr. Vinicius Lages. Foi registrado o comparecimento dos membros: - **Deputados titulares:** André Figueiredo, Carlos Henrique Gaguim, Celso Sabino, Lucas Gonzalez, Rodrigo de Castro, Vander Loubet e Vicentinho Júnior; - **Senadores titulares:** Kátia Abreu, Marcelo Castro e Veneziano Vital do Rêgo; - **Deputados suplentes:** Hercílio Coelho Diniz e Marx Beltrão. Foi registrado o comparecimento dos parlamentares não integrantes da Comissão, Deputados Herculano Passos e Vermelho. **ABERTURA:** às quinze horas e trinta e seis minutos, a Presidente em exercício, Senadora Kátia Abreu, declarou iniciada a reunião e convidou os palestrantes para comporem a Mesa de trabalhos. Logo após, comunicou normas para o melhor ordenamento dos trabalhos e foi aberta a lista de inscrições para o debate. A Senadora Kátia Abreu, autora do **Requerimento nº 22/2019-CMO**, apresentou Estudo sobre o Turismo, evidenciando o Diagnóstico no Brasil e no Mundo, a Cadeia Produtiva, Instrumentos de Fomento no Brasil, e a Confiança dos Empreendedores do Turismo. Em seguida, foram ouvidos os seguintes Palestrantes: o Diretor-Presidente do Serviço Brasileiro de Apoio às Micro e Pequenas Empresas – SEBRAE, Senhor Carlos Melles; o Ex-Ministro de Estado do Turismo, Senhor Vinicius Lages; e o Ministro de Estado do Turismo Interino, Senhor Daniel Nepomuceno, que discursaram sobre o tema “Políticas Públicas para o desenvolvimento de atividades turísticas no Brasil e seus desdobramentos no Orçamento Geral da União para 2020”. Em prosseguimento, a Senadora Kátia Abreu apresentou o Plano Anual do Turismo para 2020, cujos pilares compreendem Investimento em Infraestrutura Turística, Promoção e Divulgação do Turismo, Crédito e Qualificação de Mão de Obra. Encerrada a apresentação, foi iniciado o debate. Fizeram uso da palavra os Deputados Marx Beltrão, Ex-Ministro de Estado do Turismo; e Herculano Passos, Presidente da Frente Parlamentar Mista em Defesa do Turismo, que fizeram considerações sobre o tema e concluíram a exposição. **ENCERRAMENTO:** nada mais havendo a tratar, a Presidente em exercício agradeceu o comparecimento dos convidados, dos parlamentares e dos demais presentes e encerrou a reunião. Os trabalhos foram finalizados às dezessete horas e vinte e três minutos. Para constar, eu, Walbinson Tavares de Araujo, Secretário Executivo, lavrei a presente Ata, que, após a sua aprovação, será assinada pela Presidente em exercício da Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização do Congresso Nacional e encaminhada para publicação no Diário do Congresso Nacional. Os trabalhos foram gravados e, depois de traduzidos, integrarão esta Ata.

Senadora Kátia Abreu, no exercício da Presidência.
XXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXX





CONGRESSO NACIONAL
Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização

Em 15.10.2019

A SRA. PRESIDENTE (Kátia Abreu. PDT - TO) - Agradeço ao meu Presidente Marcelo Castro por assistir à nossa audiência pública.

Declaro iniciada a 9ª Reunião de audiência pública, de 2019, da Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização.

Esta reunião foi convocada com a finalidade de debater políticas públicas para o desenvolvimento de atividades turísticas no Brasil e seus desdobramentos no Orçamento Geral da União para 2020, em virtude da aprovação do Requerimento nº 22, de 2019, de autoria da Senadora Kátia Abreu — de minha autoria.

Consulto o Plenário sobre a possibilidade de aproveitarmos as presenças registradas no painel da reunião anterior. *(Pausa.)*

Em votação.

Os que aprovam permaneçam como estão. *(Pausa.)*

Aprovado.

Neste momento convido para compor a Mesa o Sr. Daniel Nepomuceno, Ministro de Estado do Turismo interino — é um prazer e uma alegria recebê-lo aqui na nossa Comissão; o Sr. Carlos Melles, ex-Deputado Federal, ex-Ministro e Diretor-Presidente do Serviço Brasileiro de Apoio às Micro e Pequenas Empresas — SEBRAE —, já conhecidíssimo aqui na nossa Casa, e, além de conhecidíssimo, queridíssimo; e o Sr. Vinicius Lages, ex-Ministro do Turismo.

Eu gostaria de informar que o Sr. Renato Meirelles, Presidente do Instituto de Pesquisa Locomotiva, fez contato conosco para justificar a sua ausência.

Para o melhor ordenamento dos trabalhos, comunico, de acordo com o estabelecido no art. 398, inciso X, do Regimento Interno do Senado Federal, que o Ministro e todos os palestrantes disporão de 30 minutos. Em seguida será aberta a fase de interpelação, na qual o Ministro poderá ser apartado, desde que o permita, conforme o prescrito no art. 398, inciso IX, do Regimento Interno do Senado Federal.

Eu gostaria de pedir ao Ministro, apesar de ser um especialista em turismo, que não seja o primeiro orador e que nos permita a ousadia de poder ouvir a todos antes, a fim de que possamos debater esse importante tema.





CONGRESSO NACIONAL
Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização

Todos aqui nesta Mesa e nesta audiência — a maioria, pelo menos — sabem da minha dedicação ao setor agropecuário brasileiro. Tenho a crença e a convicção que é um dos setores mais importantes da economia nacional e que tem dado muitas alegrias ao Brasil. Mas eu sempre tive a convicção de que o turismo é também uma segunda força inestimável para este País, mesmo porque a sua grande maioria é composta por micro e pequenas empresas tão bem representadas pelo SEBRAE, e aquelas que mais empregam no País.

Na nossa Comissão, os meus colegas, gentilmente, generosamente, permitiram que eu fosse a primeira a escolher a relatoria setorial. E eu escolhi o turismo por convicção; não foi por acaso, não foi por uma oportunidade, não foi porque sobrou o turismo para mim. Os meus colegas compreenderam o meu anseio, a minha obstinação de colocar o turismo em um patamar muito mais elevado do que está hoje.

Não apenas neste Governo, absolutamente, mas ao longo dos anos nós temos assistido a uma diminuição da importância do turismo, por um lado por parte das políticas públicas. Eu digo que essa diminuição é refletida direta e claramente por causa dos recursos alocados no orçamento, os recursos disponibilizados para financiamento. Então, é a diminuição de um dos *drivers* mais importantes do País, porque Deus já nos deu tudo pronto, o que é mais difícil. Nós não tivemos que fazer o que a Disney fez, criando, artificialmente, com todo respeito, aqueles parques temáticos. Não, com o Brasil, Deus foi muito melhor: deu a nós belezas naturais, belezas de praias, de sol, de mar, de rios, de cachoeiras, de lagos, enfim, uma infinidade de parques de que nós precisamos de uma estrutura mínima para ampliar.

Tenho certeza de que o Ministro atual e o ex-Ministro Vinicius também vão mostrar a importância do turismo para todos nós e os números que ele significa. Então, foi por crença. Eu não queria apenas — falei para o Presidente Marcelo Castro e para vários membros da CMO, Deputado Carlos Melles, que eu não queria apenas fazer um relatório setorial que mantivesse o turismo da forma que está. E também não estou na relatoria do turismo para poder privilegiar só o Estado do Tocantins. É claro que o meu Estado é um grande produto turístico, pois tem numerosos pontos turísticos. Mas eu queria ver o Brasil inteiro recebendo turistas do mundo todo, não só da América Latina, mas também dos Estados Unidos, da Europa, de um foco mais especial da Ásia, onde estão viajando demais e muito





CONGRESSO NACIONAL
Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização

pouca gente, muitos poucos chineses estão vindo para o Brasil fazer turismo. Estão vindo mais a trabalho.

Então, nós temos um potencial extraordinário de crescimento — e eu estou falando de emprego.

Agradeço também a presença do Sr. Bruno Pimentel, Assessor Parlamentar do Ministro da Economia, e do Sr. David Athayde, Coordenador-Geral da Secretaria de Política Econômica do Ministério da Economia, que vieram aqui, a meu pedido, para que pudessem também participar desta audiência pública e anotar as questões importantes e os desafios que tem o turismo no Brasil. Duas vertentes, na minha modesta opinião, agricultura e turismo, são a salvação do País — não tenho medo de dizer isso — no que diz respeito a crescimento e emprego.

Então, gostaria que abrisse os nossos trabalhos o Presidente do SEBRAE, Carlos Melles, que já é o mais experiente aqui entre todos na Mesa para lidar com o nosso querido Congresso Nacional, com a nossa CMO.

O SR. CARLOS MELLES - Obrigado. Cumprimento a Senadora Kátia Abreu que preside esta importante sessão. Eu agradeço à Senadora as palavras, mas nós temos o que costumamos falar lá no interior: nós já comemos um saco de sal juntos. É uma fraterna amiga, nós nos conhecemos e ela sempre foi determinada, obstinada, uma grande defensora do setor agropecuário. Com essa vocação e essa percepção do turismo que é nossa, coletiva, inclusive dos Deputados, nos temas que busca representar, ela se aprofunda, tem conhecimento e facilita muito o nosso trabalho. Isso é muito saudável para nós.

Quero cumprimentar o meu jovem querido Ministro adjunto, Daniel Nepomuceno, excelente Ministro que está fazendo um magnífico trabalho junto com o Ministro Marcelo. Isso nos orgulha. Cumprimento o nosso ex-Ministro e colega de trabalho da EMBRATUR, meu companheiro Vinicius Lages, os companheiros do SEBRAE, e muito especialmente os Deputados e Senadores. Tenho saudade e carinho, porque os senhores são especialíssimos, e nós convivemos ao longo desses anos aqui nesta Casa de maneira produtiva, fraterna. E cumprimento as assessorias aqui presentes, a alma desta Casa que nos ajuda tanto.

A minha apresentação e a do Vinicius é uma só. Ele vai apresentar a atuação do SEBRAE no turismo, que demonstra mais os números e que não são diferentes, Senadora. V.Exa. tem absoluta e clara percepção.





CONGRESSO NACIONAL
Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização

Presidente da Comissão Mista de Orçamento e Relator-Geral, obrigado pela presença. É uma alegria V.Exas. estarem aqui presentes.

O Ministério do Esporte e do Turismo foi criado em 1999, e, ao ser criado em 1999, tinha uma visão muito semelhante a essa que a Senadora acaba de citar. Naquela época, a indústria do turismo no mundo já tinha um faturamento de 3 trilhões de dólares, 3 trilhões e 300. Hoje a indústria tem quase 9 trilhões, 8 trilhões e 800, por aí. A fonte mais empregadora e de maior receita é a atividade turística, até porque permeia tudo e todos.

Brincamos dizendo que um frango nosso vale 1,50, mas, quando o dividimos e o fazemos na panela, pode chegar a 15. E aí já facilita o ganho. É o agregado que se dá.

Apoiamos também todo o desenvolvimento do turismo, mas era um Ministério embrionário. Portanto, eu quero deixar aqui um pouco da história, sobretudo para o Presidente da Comissão de Orçamento, o Relator e os nossos Deputados e Senadores.

Em 1999, o orçamento do Ministério do Esporte e Turismo era muito tímido. Nós convidamos, naquela época, para estruturar o Ministério, quando o Brasil fazia 500 anos de vida, a McKinsey, para nos dar os melhores e mais vitoriosos programas do mundo na área do esporte e do turismo, e a Fundação Dom Cabral para estruturar o Ministério do Esporte e Turismo. Em 2000, 2001, e em parte de 2002, fizemos um planejamento para que o Brasil pudesse ter um Pan-Americano, pudesse ser sede de uma Olimpíada, e pudesse trazer a Copa do Mundo, num programa integrado. Isso aconteceu de uma maneira formidável. Tudo o que aconteceu foi planejado nesse período.

Precisávamos potencializar o orçamento do Ministério. Trouxemos quem conhecia a área para participar. E o maior segredo disso, nossa Ministra e Senadora Kátia, foi olharmos a gestão do Ministério com os olhos daqueles que conheciam as áreas deles. No turismo, nós olhamos muito com a EMBRATUR, e, no esporte, com a Comissão Nacional de Atletas. Por isso tivemos sucesso nesses empreendimentos todos.

O que nos intriga é que o Brasil, como a Senadora falou, tem o maior potencial turístico do mundo. O Rio de Janeiro ainda abarca 30%, 35%, a cidade do Rio de Janeiro, da demanda turística, do receptivo, no mundo e do Brasil.





CONGRESSO NACIONAL
Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização

Nesse entendimento, nós ficamos, no Brasil, desde essa época, ou seja, nos últimos 20 anos, com uma cifra de 6 milhões, 6,5 milhões de turistas que recebemos do mundo. O que Nova York recebe é mais ou menos isso, ou um pouco mais do que isso, assim como outras cidades do mundo. Obviamente, nos países da Comunidade Europeia, que são muito próximos, as pessoas transitam por eles. Por exemplo, para ir da França a Portugal, passa-se pela Espanha; da Espanha para a Alemanha, passa-se pela França. Então, há uma certa estatística que, aparentemente, é maior. Dizem que na França passam mais de 70 milhões, ou 75 milhões de pessoas. Não é bem assim, não são só turistas, muitas pessoas apenas transitam pelo ambiente deles.

Em resumo, como nós estamos trabalhando, e aqui valendo muito, a Senadora Kátia está preocupada, e nós também, com o nosso ambiente de turismo. O Ministério foi dividido, Esporte e Turismo. Eles tinham uma sinergia formidável. O esporte é um atrativo de turismo encantador, e necessariamente não precisavam de ter sido separados. Foram separados, e agora temos um Ministério, e uma Secretaria de Esportes. Nesse caso do Ministério, temos a EMBRATUR, que é uma autarquia projetada para virar uma Agência Nacional de Turismo, o que, em princípio, deve ser uma boa coisa, sempre tendo a percepção e o cuidado de que, ao robustecer uma agência, não aconteceu assim com outros Ministérios, o Ministério do Turismo não pode ficar enfraquecido como está, nem a EMBRATUR pode ficar enfraquecida como está. O orçamento da EMBRATUR é pífio, perto de 100 milhões de reais. O orçamento do Ministério do Turismo está numa queda muito grande. De 2 bilhões de reais, ele está descendo muito, foi para 200 milhões de reais.

O SEBRAE tem uma parceria com o Ministério do Turismo no Programa Investe Turismo, o que nos honra muito. E pretendemos continuar nessa parceria tanto com o Ministério quanto com a EMBRATUR. Por isso, esse ambiente de discussão aqui é muito fértil. Não só fértil, Senador Izalci — obrigado pela presença —, não só muito favorável e fértil como produtivo.

Portanto, eu vou ficar por aqui, depois nós fazemos um debate, e eu coloco um pouco dessa minha vivência, da experiência que nós temos nessa área. Concorro totalmente com a Senadora: a agricultura é a base; o turismo é um complemento que pode ser melhor como negócio do que a agricultura. E não se não faz turismo





CONGRESSO NACIONAL
Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização

triste. Com lazer, felicidade, geração de empregos, sobretudo, o Brasil tem, certamente, se não o maior, um dos maiores potenciais do mundo para a atividade turística.

Obrigado, Senadora.

A SRA. PRESIDENTE (Kátia Abreu. PDT - TO) - Obrigada, Presidente Melles.

Gostaria de agradecer ao Domingos Neto, nosso Deputado, Relator-Geral do Orçamento. Muito obrigada por estar aqui assistindo atentamente à nossa audiência pública.

Quero cumprimentar o ex-Ministro do Turismo, Marx Beltrão, do Estado de Alagoas, que também desempenhou um ótimo trabalho, um excelente trabalho quando esteve à frente do Ministério do Turismo, e tem uma sensibilidade muito grande com a área.

Quero dizer a todos, antes de passar a palavra ao ex-Ministro Vinicius Lages, que, ao final, eu me atreverei a apresentar um Plano Safra para o turismo, nos moldes que a agricultura tem todos os anos. Não se assustem porque é muito menos dinheiro do que a agricultura precisa para fazer o que faz. É apenas uma tentativa de organizar um pacote para que o Brasil e os empreendedores se acostumem com isso. Por isso, o Ministro vai ficar aqui de castigo, e eu peço a ele que nos ajude.

E há o chambari do Tocantins, que foi voto total aqui, nesta Comissão. Nós trouxemos três *chefs* do Tocantins, amigos que prepararam o chambari em três modalidades, porque gastronomia e turismo andam juntos. Daqui a pouco, nós vamos servir aqui chambari tradicional, que se come com farinha ou com um pouquinho de arroz; o risoto de chambari; e o ragu de chambari, com a massa *penne*. De sobremesa, há uma cocada, mas não é de coco da Bahia, é de coco de babaçu do nosso Tocantins.

Não se diz que casamos mais fácil conquistando pelo estômago? E já vai ser servido. Não é prerrogativa, eu não tenho autorização para servir todo o bufê aqui. Mas eu vou pedir aos nossos garçons que tragam, calmamente, algumas vasilhas, que são pequenas. Todo mundo é adulto, ninguém vai fazendo bobagem aqui, estragar nenhum som. É o medo da Casa, e com razão. Temos que preservar o patrimônio público. Devagarinho, nós vamos trazendo, e vocês vão experimentando e se apaixonando pela gastronomia do Estado e pelo turismo brasileiro.





CONGRESSO NACIONAL
Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização

Tem a palavra Vinicius Lages, ex-Ministro do Turismo e um grande especialista em gastronomia.

O SR. VINICIUS LAGES - Queria iniciar evidentemente cumprimentando a Senadora Kátia Abreu, que preside esta sessão e relata o orçamento do turismo para o próximo PPA; cumprimento o meu Presidente Carlos Melles, o Ministro Daniel Nepomuceno, e em seu nome cumprimento o Ministro Marcelo Álvaro Antônio; cumprimento o Senador Marcelo Castro, demais Senadores, em nome do meu querido conterrâneo, ex-Ministro Marx Beltrão, também Deputado Federal da minha querida Alagoas, cumprimento os demais Deputados aqui presentes.

É uma honra muito grande, e eu tenho uma dupla tarefa. No convite havia um posicionamento de uma experiência recente no Executivo Federal, na pasta do Turismo, mas, compartilhando essa intervenção também com o Presidente Melles, vou falar um pouco sobre como o Serviço Brasileiro de Apoio às Micro e Pequenas Empresas vem atuando ao longo dessas últimas décadas. Sem dúvida, vou tentar responder aqui a essa dupla indagação, os desafios que nós enfrentamos de colocar o turismo efetivamente na agenda de desenvolvimento, na agenda econômica do País e pensar como financiar essa atividade, tanto do ponto de vista da participação privada, como do papel do Estado, ou do Governo.

Os números, quando nos referimos ao turismo, são espetaculares. Em nenhum dos relatórios eles deixam de nos impressionar. Considerando que na década de 50 apenas 25 milhões de pessoas viajavam internacionalmente, nós tivemos, no ano passado, cerca de 1,4 bilhão de pessoas cruzando as fronteiras de seus países. A OMT relata também que pelo menos 6 bilhões de pessoas, de habitantes do planeta Terra viajaram entre suas próprias fronteiras. É um número que impressiona.

No entanto, do ponto de vista do turismo internacional, como já foi dito, o Brasil continua, apesar dos esforços de sucessivos Ministros — eu aqui louvo o trabalho tanto dos meus sucessores, Ministro Marx Beltrão, Vinicius Lummertz, o atual Ministro Marcelo — de colocar efetivamente o turismo em uma dimensão para o entendimento da área econômica, mas, sobretudo, atuando no nível da melhoria do marco regulatório.

O Ministro Max encaminhou medidas importantes e conseguiu aprovar medidas importantes nesse sentido. O Ministro Marcelo também deu continuidade, o que mostra uma preocupação nossa, histórica, desde o Melles, quando já vislumbrava a





CONGRESSO NACIONAL
Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização

oportunidade que os grandes eventos ofereciam, mas o fato é que, apesar de todo o reconhecimento de que o Brasil tem um dos maiores potenciais turísticos do mundo, do ponto de vista da natureza, do ponto de vista da cultura, do seu estilo de vida, da riqueza, da biodiversidade brasileira, dos seus biomas, um país continental, nós não atingimos ainda o patamar de outros países, inclusive que foram retardatários na inserção internacional como destinos turísticos e a conseguiram, como Tailândia, Peru e África do Sul, só para citar três mais recentemente.

Apenas um brasileiro a cada dois viaja anualmente. Na Inglaterra, cerca de 1,3 a cada habitante viaja. Então, é um número que representa sem dúvida um potencial econômico. Renato Meirelles iria trazer que o grande sonho do brasileiro depois da casa própria é viajar. É assim na maioria dos países. Nós temos uma excelente imagem ainda, apesar de todos os desafios que nós enfrentamos. Recentemente, as manchas de petróleo, a questão das queimadas, mas sem dúvida o Brasil ainda desperta uma enorme curiosidade e interesse de visitar. Nós interpelamos por que nós não conseguimos fazer essa virada.

Eu tenho construído algumas hipóteses. Eu acho que esse debate que a Comissão aqui trava, uma ajuda do Congresso, é um esforço junto à área econômica do Governo para que possamos desfazer esses mal-entendidos e compreender o turismo como efetivamente uma atividade econômica que se equipara em potencial de gerar divisas, riqueza, empregos ao agronegócio, como foi mencionado pela Senadora Kátia Abreu e pelo Presidente Melles.

Um dos primeiros mitos e mal-entendidos é que o turismo é uma atividade simples, uma atividade hedonista, ligada ao lazer, uma atividade de entretenimento. Portanto, diferentemente das atividades industriais, ou mesmo do agronegócio, nós não paramos para fazer um investimento em produção turística de verdade. Há uma engenharia turística que supera esse entendimento de que a matéria-prima, ou insumo turístico, como uma montanha, um rio, uma bela praia fluvial do Tocantins já é um produto turístico.

Mesmo as manifestações culturais, o patrimônio das cidades históricas brasileiras não são em si um produto turístico. Nós precisamos trabalhar, desenvolver essa matéria-prima, assim como tínhamos também algumas décadas atrás um potencial agrícola gigantesco. Se nós não tivéssemos feito investimento em pesquisa, portanto, um agro tracionado pela ciência, pela assistência técnica, por um





CONGRESSO NACIONAL
Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização

financiamento sustentável de longo prazo e pela capacidade de posicionamento de mercado...

Vimos nos debatendo sobre isso há algum tempo, é claro que temos ainda um esforço enorme de produção turística, de termos destinos articulados, de produtos na prateleira bem precificados, qualificados, mas a promoção é também uma perna faltante. Eu acompanhei de perto o agronegócio por sucessivos Ministros. Eu sou engenheiro agrônomo. Então, sempre houve uma ligação com o agro. Sucessivos Ministros da Agricultura, Ministro das Relações Exteriores, Presidente da República fizeram a defesa do nosso agro em diferentes contextos. Eu também estive na China, 1 mês depois que a Senadora Kátia enquanto Ministra da Agricultura esteve naquele país, fazendo a defesa do produto brasileiro, e também na Europa.

Então nós temos que ter, da mesma forma que tivemos em outros setores, essa condição de entender que o turismo não é uma atividade simples. Ela precisa ser produzida, precisa ser gerada, precisa de pesquisa, precisa de investimento, precisa de um turismo tracionado pela ciência, pelo conhecimento, pela formação e pela educação. Ela não é uma atividade que acontece por acaso. Portanto, precisa desse investimento, e isso é muito importante.

Além disso, ele tem uma dimensão, a dimensão territorial. O turismo tem essa expressão econômica, divisas, emprego, investimento, mas ele tem uma dimensão cultural, social, ambiental e territorial que difere de muitos outros negócios, porque se dá nos espaços geográficos com diversos desafios, desde as áreas protegidas, as zonas costeiras, áreas que requerem uma articulação dos agentes públicos e privados para tornar esses espaços efetivamente destinos turísticos que possam receber fluxos consideráveis.

A Senadora relatava outro dia a visita que fez aos Lençóis Maranhenses, indagando-se por que, no querido Jalapão e em tantas áreas, Deputado Vicentinho Júnior, nós não temos também essa mesma condição. A duna e o rio, por si, não vão gerar fluxo. Eles precisam ser de engenharia como produto, precisam ser trabalhados em uma agenda de qualificação, de inovação, que articula todas as dimensões das experiências turísticas.

Sabemos que nós estamos vivendo uma das maiores crises da nossa história do ponto de vista da capacidade do Estado brasileiro de alavancar esse potencial, de, sozinho, simplesmente baseado no Orçamento-Geral da União, ter a condição





CONGRESSO NACIONAL
Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização

de transformar esse potencial, Senador Izalci Lucas, de concretizar esse potencial do ponto de vista da geração de divisas e de renda.

O turismo já gera quase 7 bilhões de dólares em divisas, é o quinto na pauta de exportações brasileiras. Conceitualmente as divisas geradas pelo turismo são consideradas uma atividade exportadora. Mas nós sabemos desse limite. E é nesse sentido que eu queria caminhar para uma conclusão, dizendo o seguinte: temos, sem dúvida, que considerar esse desafio histórico de uma crise fiscal, em que o Governo engendra grandes reformas, em que temos uma lei de liberdade econômica, em que o País começa a fazer um ajuste de contas com alguns dos equívocos do passado, do ponto de vista de política, do ponto de vista de amarrar a atividade econômica, mas o Orçamento-Geral da União sozinho não vai dar conta. É nesse sentido o diálogo.

O Presidente Melles tem participado sempre dessa discussão de como nós podemos juntos imaginar fontes alternativas. Se considerarmos a impossibilidade de qualquer impacto fiscal, restam muito poucas possibilidades para imaginarmos, Deputado Marx, uma alternativa de financiamento. As que já foram imaginadas e colocadas sobre a mesa merecem talvez, Senadora Kátia Abreu, ser uma fonte para o plano que a Senadora vai aqui compartilhar, um plano safra para o turismo brasileiro. Por exemplo, as divisas geradas representam mais de 7 bilhões de dólares. Então, se nós tivermos uma condição de fazer algum reinvestimento, a partir de metas específicas para a geração de mais divisas, teremos condições — assim como o agro foi capaz de gerar sucessivos saldos positivos — de avançar, sobretudo se investirmos em promoção.

O IOF — vocês sabem, está aí *sub judice*, está sendo discutido dentro da reforma, vai ser debatido aqui pelos senhores e, no Congresso, dentro da reforma tributária — já arrecadou, desde 1994, 600 bilhões de reais. São quase 37 bilhões de reais arrecadados a cada ano. Um dos argumentos para o IOF em operações de câmbio, em operações de aquisição de moeda em espécie estrangeira, em cartão de crédito no exterior era exatamente inibir os gastos e, portanto, diminuir o impacto, o déficit na balança de serviços do setor de turismo, que sempre vem sendo gerado. Nós só geramos 7 bilhões de dólares e já chegamos a gastar mais de 19 bilhões de dólares no exterior.





CONGRESSO NACIONAL
Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização

Então, num determinado momento, o Ministro Mantega e outros Ministros da Fazenda chegaram a colocar que o IOF tinha esse efeito inibidor. Só que, se o Estado só arrecada isso e não faz nenhum esforço de investimento na promoção, nós não temos o contraponto de atrair mais divisas para reduzir esse déficit. Então, se nós fizermos um esforço mínimo, repensando aí essa operação específica, que inclusive é em compra de moeda estrangeira para fins turísticos, teremos uma possibilidade de imaginá-la como fonte para o plano.

Poderia citar aqui as passagens. São 102 milhões de passageiros domésticos, quase 200 milhões de viagens, 8 milhões de viagens ao exterior. Temos condições de ter algum tipo de vinculação, temos os investimentos privados. O Governo vai transferir para a iniciativa privada mais de 200 bilhões de reais em ativos que hoje estão em sua mão. Existem áreas portuárias, aeroportuárias, rodovias. Mais do que a própria infraestrutura física, Senadora, Presidente Melles, o que está em jogo são o volume de dados e as oportunidades que estão em torno disso.

Mesmo em relação à cessão onerosa do petróleo, que está sendo discutida agora, na medida em que temos usos múltiplos nesses oceanos, na zona costeira, na zona de praia, nós temos que ter uma discussão que possa integrar também o que é passível de arrecadação nessas próximas PPIs, para podermos ter uma estratégia em torno dos dados. Talvez a nuvem de dados gerada nas infovias dessas rodovias, ferrovias, portos e aeroportos que vão ser privatizados valha mais do que a própria infraestrutura que está ali sendo concedida.

Há o esforço de desonerar também o Orçamento-Geral da União. O Ministro Marx liderou isso. O Presidente Melles tem insistido nisso. O Sistema S pode participar, desonerando o Orçamento-Geral da União na qualificação de empreendedores, da força de trabalho envolvida na cadeia do turismo. Nesse sentido, não há a menor necessidade do Orçamento-Geral da União. Nós já fazemos um investimento. O Presidente Melles recentemente esteve por diversas vezes, inclusive com o Ministro Marcelo, tratando do Investe Turismo, onde o SEBRAE investe cerca de 200 milhões de reais já, para poder qualificar a oferta turística brasileira.

Então, o Sistema S, o CNC, o SENAR, inclusive no tema agroalimentar, e nós do SEBRAE, podemos fazer um esforço para diminuir esse ônus que hoje existe no





CONGRESSO NACIONAL
Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização

Orçamento-Geral da União, para financiar a atividade de qualificação e o desenvolvimento da atividade econômica.

Cito a APEX e a ABDI. A APEX particularmente tem um orçamento de quase 500 milhões de reais por ano. Eu acredito sempre que o turismo, na medida em que é promovido isoladamente, tem menor impacto lá fora. Quando nós conseguimos promover café, moda, comida, suco de laranja, avião, proteína animal, conseguimos, de forma muito mais fácil...

Quando estive na China, logo após a Senadora Kátia Abreu, eu vi, eu perguntava aos chineses que compravam café, que tinham comprado, que tinham acabado de fechar acordos de compra de proteína animal, se eles tinham alguma ideia de que haviam mandado, no ano passado, 150 milhões de pessoas para viajar pelo mundo, de que haviam gasto quase 270 bilhões de dólares, e somente 70 mil haviam vindo para o Brasil. Hoje a China é o nosso maior parceiro comercial: compra o agro, compra comida, compra produtos e, é claro, pode se interessar, se nós nos organizarmos e internacionalizarmos essa cadeia.

Portanto, Presidente Melles, Ministro, Secretário Daniel, Senadora Kátia Abreu, a PEC tem um papel a fazer nesse trabalho de concertação em torno desse plano, em torno da construção do próximo orçamento. Eu acho que nós temos que entrar numa fase em que a política de turismo deve ser pensada não só em termos do Orçamento Geral da União e como uma política de Governo, mas também como uma política de Estado, Deputado Marx Beltrão, olhada a longo prazo, porque ela envolve dimensões de nível estratégico fundamentais, como a proteção e o uso sustentável do patrimônio cultural, do patrimônio da biodiversidade.

Então, nesse sentido, eu acredito que possamos também buscar, como eu tentei com a senhora no Ministério da Agricultura, atravessamos a Esplanada para conversar sobre como o agro poderia andar junto do turismo, uma maneira de o Brasil virar uma potência gastronômica. Nós somos um dos maiores produtores de alimentos no mundo e não somos ainda uma potência gastronômica. Isso que os senhores estão aí apreciando quase nenhum brasileiro conhece e pouquíssima gente no mundo conhece. Outros países fizeram isso recentemente, a partir da estratégia centrada em integrar a sua biodiversidade, a sua cultura à gastronomia, à promoção do turismo, como Peru, Tailândia e México, só para citar três países que saíram na frente. Também a Escandinávia fez isso. A Dinamarca, que é um país





CONGRESSO NACIONAL
Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização

desconhecido de muitos naquilo que produz como alimento, hoje é referência mundial do ponto de vista da gastronomia.

Então, nós temos aí uma aliança importante que os Ministérios da própria Esplanada podem se integrar, para desonerar esse esforço isolado que poderia ter o Ministério do Turismo, a EMBRATUR, para fazer com que esse potencial do turismo brasileiro pudesse crescer. O turismo é uma atividade de pequenos negócios essencialmente. Por isso o SEBRAE, desde 1994, atua e investe no turismo. Desde que iniciamos um trabalho mais estruturado, de roteirização, com a criação do Ministério do Turismo, que depois virou Ministério do Esporte e do Turismo e depois, Ministério do Turismo, até o presente, nós, sucessivamente, aprovamos no nosso PPA, no nosso plano de trabalho recursos substantivos. E o turismo é um eixo de desenvolvimento em que o SEBRAE aposta, porque ele integra mais de 50 segmentos econômicos, da alimentação ao artesanato, à cultura, à moda. E mesmo o turismo é um grande comprador das indústrias de automóveis, de tecidos, de móveis, de refrigeradores, de televisão.

Por fim, outra fonte importante, para encerrar, Senadora, como contribuição à esta discussão do financiamento, são as possibilidades de desenharmos *green bonds* ou papéis para investimentos ligados aos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável. O turismo tem pelo menos 3 dos 17 objetivos sustentáveis da ONU que são ligados ao turismo. Estive, em março, na Bolsa de Valores. Eu almoçava ao lado de fundos bilionários, que me perguntavam onde estavam os portfólios de projetos para investirmos ligados a ODS.

Eu tenho certeza de que — e os meus colegas do SEBRAE que estão aqui nesta liderança do Presidente Carlos Melles — se nós conseguíssemos organizar esse portfólio de investimento, envolvendo a diversidade de possibilidades de transformação do potencial turístico natural e cultural do Brasil, nós vamos ter também uma fonte, Senadora, ligada a fundos de investimentos em *green bonds*, que são importantes e efetivamente vetores de grande estímulo ao turismo.

Eu também encerro por aqui me colocando à disposição para interagir sobre questões específicas relativas ao SEBRAE. Sem dúvida, estou aqui muito feliz de poder participar desta sessão dedicada a este setor, ao qual eu tanto dedico energia profissional e pessoal.

Obrigado.





CONGRESSO NACIONAL
Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização

A SRA. PRESIDENTE (Kátia Abreu. PDT - TO) - Obrigada, ex-Ministro Vinicius Lages, pelas suas contribuições maravilhosas.

Eu passo a palavra para o Ministro de Estado e Turismo interino, Sr. Daniel Nepomuceno. Eu queria falar agora, antes dele, mas ele fez questão de falar antes de mim. Que isso fique bastante claro.

O SR. DANIEL NEPOMUCENO - Boa tarde a todas. Boa tarde a todos.

Eu queria, primeiro, agradecer imensamente esse convite da Senadora Kátia Abreu e cumprimentar, na pessoa da Senadora, todos os Parlamentares aqui presentes.

Quero dizer que eu estou supersurpreso porque estamos numa tarde no Congresso, em que alimenta todos os Secretários Nacionais, os nossos Chefes de Gabinetes, outros Secretários também de Pastas temáticas com a proposta de aumentar o nosso orçamento. Quem dera fosse assim todos os dias: você ser convidado para ter um exército que vai trabalhar para a sua pasta e ainda ser tratado tão bem.

Cumprimento o meu amigo, o meu colega, já pela segunda vez, Carlos Melles, um professor, uma pessoa por quem tenho o maior afeto, porque sempre, nas horas boas ou nas horas ruins, está do nosso lado. Esse é o seu diferencial, Carlos. Obrigado não só pela sua competência.

Quero parabenizar e também cumprimentar o ex-Ministro Vinicius Lages e dizer que, desde que chegamos ao Ministério, tivemos a grata surpresa de termos nos deparado com uma equipe técnica muito competente, principalmente, já com várias políticas estruturadas. São pessoas apaixonadas pelo que fazem que deram boas contribuições.

Quero cumprimentar o ex-Ministro Beltrão e dizer aqui do trabalho que ele tem feito junto aos Parlamentares. O Herculano acabou de chegar aqui — cumprimento os outros Deputados.

Quero citar nominalmente os Secretários Nacionais: Aluizer Malab, Bob Santos, Dr. Robson Napier, o Chefe de Gabinete, Hercy, Dr. Higino, Roger e a Dra. Lia. Faço questão de dizer que o Senado hoje está com mais Secretários do que na maioria dos dias do próprio Ministério. É difícil reunir essa turma, Kátia, e todos estão aqui. Isso se deve ao empenho que o Ministro Marcelo fez para que todos estivessem aqui à disposição sempre. Ele deixa toda a sua agenda de lado para





CONGRESSO NACIONAL
Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização

sempre receber os Deputados, os Senadores, e mostra a importância de estar todo o seu primeiro escalão aqui presente.

Quero justificar a ausência do Ministro, que está hoje trabalhando com o tema que vamos discutir aqui hoje, que é a busca de investimentos. Ele está em Macau, junto com a EMBRATUR, com o Presidente Gilson Machado, atrás de investidores, principalmente, um dos temas mais importantes da medida provisória que vai vir para esta Casa, que é a temática das áreas de interesse turístico, sobre as quais estamos definindo as normas gerais. Com certeza, esta área vai ser uma das engrenagens mais importantes para o desenvolvimento regional.

Antes de apresentar a equipe técnica que fez a apresentação do Ministério, eu queria, até complementando o que o Ministro Vinicius colocou, falar um pouco do nosso sentimento sobre o trabalho que foi realizado nesses 10 meses.

Ninguém tem dúvida alguma de que quem trabalha com turismo é extremamente apaixonado pela temática, de que todos nós reconhecemos o potencial que tem o Brasil, de que todos nós sabemos o quanto ele é mal explorado. E todos nós discutimos intensamente por que o País é tão pouco visitado.

O nosso desafio — e isso depende muito de ações como essas da Senadora Kátia, de, realmente, potencializar o orçamento do Ministério, o orçamento do Brasil para investimentos — está em dois pontos muito claros. Primeiro: por que viajar no Brasil é tão caro? Essa é a primeira pergunta que fazemos, desde que assumimos, Deputado Herculano. Por que é tão caro? Por que não somos competitivos no preço? Por que não somos competitivos nos nossos pacotes? E o segundo ponto é: por que o nosso ambiente de negócios não é favorável para a atração de investidores internacionais? Essas são as duas principais metas.

E eu falo internacional porque o próprio mercado interno ainda não atinou para o momento que estamos vivendo. Desde então, o trabalho do Ministro Marcelo foi intensamente nessa linha. Se estamos com orçamento curto, se a situação do País não permite gastar dinheiro público para a nossa política, nós vamos ter que melhorar o ambiente de negócios, e vamos ter que atrair investimento do mundo inteiro, porque esses fundos existem, estão sendo utilizados, e o Brasil não está competitivo nessa área.

Eu queria só colocar algumas ações que fizemos e já mostrar o resultado.

Deputado Domingos Sávio, prazer em vê-lo.





CONGRESSO NACIONAL
Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização

Então, falam-se só de notícias negativas, mas, nesta semana, tivemos a notícia de que, depois de 8 meses de um trabalho intenso, em que aumentamos a competitividade — seja com as quatro *low cost* que estão vindo para o Brasil, seja com uma empresa que será nacional, que já é nacional, e que terá, com o *master plan* aprovado, investimentos da Air Europa —, haverá a redução do preço das passagens em 16%.

Haverá o aumento do turismo estrangeiro depois da liberação do visto.

Só com a nossa ideia da concessão de terminais rodoviários para fazer o brasileiro voltar a fazer turismo confortável e seguro de ônibus, já temos o interesse de várias empresas nacionais e também internacionais para explorar esse setor.

O Ministro Tarcísio, da Infraestrutura, continua, junto com a ANAC, atraindo novos investimentos para terminais aéreos e, principalmente, fomentando empresas de *codeshare*. Isso naturalmente mostra um custo mais baixo e uma atração de novas empresas.

Dentro dessa linha, só com o anúncio da flexibilização, modernização, e de haver um acordo entre o Ministério do Meio Ambiente, o Ministério da Infraestrutura e o Ministério do Turismo para a concessão de novos portos e a atração de novos cruzeiros, já saímos de uma recessão que vem de 3 anos consecutivos. Hoje, o País tem o pior cenário de cruzeiros do mundo em recessão. Já garantimos dois novos navios, com o comprometimento de mais quatro, nesses últimos 10 meses.

E falo isso com muito orgulho, porque somos um exército pequeno, somos poucos funcionários, mas com um apetite muito grande, Senadora, e com um coração aberto e com números muito exatos para atração desses investimentos, com números muito certos para solicitar a este Congresso que realmente acredite no turismo, porque, podem ter certeza, esse recurso ali, como eu estou muito ansioso e pedi a senhora para apresentar por último, porque é exatamente ações como essas que o País merece, que os Estados merecem, que o brasileiro merece.

O mercado internacional sabe que o Brasil tem 40 milhões de brasileiros que ainda não estão no mercado. Falar dos 6,6 milhões de estrangeiros que chegam ao Brasil é uma piada. Isso realmente não significa nada, é menos do que o Louvre, é menos que várias cidades do mundo, do interior. Mas não só trabalhamos com uma reformulação de uma promoção mais inteligente e direta no exterior, mas também...

A SRA. PRESIDENTE (Kátia Abreu. PDT - TO) - O Louvre é mais do quê?





CONGRESSO NACIONAL
Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização

O SR. DANIEL NEPOMUCENO - Mais do que todos os estrangeiros que chegam ao Brasil. Fátima também é outro exemplo que pode ser colocado.

Eu estou vendo aqui o sinal, não estou escutando o que estou falando. Mas esses são números que realmente ninguém enche a boca, e realmente se vê um desgaste muito grande por várias tentativas de aumento desses indicadores e de frustrações por não ter...

Citei uma das nossas ações que foi comentada pelo Ministro Vinicius, dia 2 de novembro. A nossa gastronomia tem um lançamento nacional do programa de gastronomia do Brasil como eixo estratégico de unir todos os nossos povos, de mostrar ao mundo que essa experiência gastronômica terá sim um resultado mais rápido e uma promoção muito mais inteligente.

Eu queria agradecer já mais uma vez ao SEBRAE na figura do nosso Presidente. Há duas semanas estivemos em Madri, para o Brasil sediar e ser o primeiro país fora da Espanha, onde está sediada a Organização Mundial de Turismo, que terá um *hub* de inovação 100% voltado para nossas *startups* brasileiras.

As pessoas às vezes não entendem o que é isso. Não é mérito nosso, porque sabemos da dificuldade de quebrar essas regras, de ser disruptivo, e são poucas pessoas que acreditam — mérito seu, e isso não é bajulação, é reconhecimento, é diferente. Mas eu queria só colocar alguns números: 100 *startups* internacionais que trabalham com o turismo movimentam 12 trilhões de dólares. O que nós estamos buscando é que o Brasil seja o segundo país do mundo a ter essas incubadoras de *startups* para desenvolver o nosso turismo gratuitamente e que todas as empresas que trabalham com turismo venham para cá.

E por isso criamos uma secretaria de inovação, modernizamos esse sistema. Se você reconhece que não tem mais recurso para fazer a promoção adequada, você tem que criar a fonte desse recurso, tem que atrair esse tipo de investimento, tem que atrair pessoas que promovem isso de uma maneira gratuita, inteligente, que vá atrás do nosso cliente.

(Segue-se exibição de imagens.)

Eu queria começar a apresentação. Vai ser muito rápido, eu prometo. Acho que a grande questão aqui é mais orçamentária. Aqui estão alguns números do impacto do turismo no Brasil e no mundo. E há também outras pesquisas que também





CONGRESSO NACIONAL
Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização

herdamos, há muito conhecimento dentro do Ministério. E existe algo que as pessoas não estão entendendo nas próximas gerações.

Eu fui criado com uma cultura de que eu tinha que estudar muito, trabalhar muito, construir a minha casa, comprar o meu primeiro apartamento e educar os meus filhos — totalmente patrimonialista. O meu sobrinho que hoje tem 20 anos já não pensa tanto em patrimônio, ele já reconhece a experiência como o melhor investimento, só que aí ele ainda tem que estudar bastante. A geração nova está trocando estudo por tecnologia e também experiência, e o mercado internacional já descobriu isso. O mercado internacional descobriu que a próxima geração não vai ficar pensando em ter patrimônios e milhões em conta, ela vai querer experiência. E é aí que o Brasil vem como diferencial. Nós somos esse celeiro de experiência, nós somos um país que as pessoas querem conhecer, querem conhecer a nossa cultura.

E aí volto à questão da abertura desta conversa, como iremos atrair investimentos para a nossa infraestrutura? Como iremos fazer a promoção adequada? E como iremos fazer essa qualificação para não perder essa janela, essa oportunidade? Há poucos anos, podemos citar vários países — não estou falando de décadas, mas anos — que investiram no turismo, no caso do Peru, do Vietnã, e se vê naturalmente a economia ali, galopando 30% a mais, porque entenderam que esse é o mercado. E agora chegou este momento, estamos aptos para isso.

Voltando aqui à apresentação, o impacto do turismo no PIB mundial: 8,8 trilhões; no Brasil, 152 bilhões de reais.

Cumprimento o Ex-Ministro, Gastão Vieira.

Nossas metas. Geração de 2 milhões de empregos, ampliação de 6,6 milhões, que eu citei, que infelizmente é menos do que recebe o Museu do Louvre, para 12 milhões de turistas estrangeiros. Ampliação dos gastos de estrangeiros no Brasil, de 5,9 milhões para 19 milhões. E aí eu queria também colocar um detalhe: a balança comercial é extremamente desfavorável para o brasileiro, nós gastamos muito mais fora do que os estrangeiros gastam aqui dentro.

Quando eu falo que 9,5 milhões de brasileiros gastam quase 100 bilhões de reais fora é porque fora nós somos muito competitivos. O brasileiro gosta de viajar e gosta de gastar. E volto a dizer: temos 40 milhões que ainda não tiveram a





CONGRESSO NACIONAL
Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização

experiência de conhecer o Brasil. Por isso é importante estar numa Comissão como esta. Para todos aqueles Estados que ainda não sabem como fazer, como aumentar o seu turismo interno, nós estamos aqui para isso.

Ampliação de 60 milhões para 100 milhões de turistas brasileiros, essa é a margem que nós estamos dizendo. O próximo eslaide mostra a nossa série histórica de orçamento.

Volto a agradecer a esta Comissão, volto a agradecer à Senadora Kátia Abreu, que sempre defendeu o turismo. O momento é de pedir que este Congresso avalie esses números, para que possamos conseguir dobrar isso, conhecendo a situação do Orçamento do País este ano.

Vou acelerar um pouco a apresentação desse eslaide, que mostra a nossa dotação do ano de 2019 e o que está proposto para 2020. Todos receberão esses números aqui. Antes que eu me esqueça, quero agradecer à Dra. Lia, responsável pela nossa cartilha parlamentar, que dá todas as instruções de emendas e conhecimento técnico das nossas áreas. Aqui estão as propostas de Orçamento de 2021 até 2023.

O nosso principal programa hoje é um programa da Casa Civil, um programa do Governo Federal, não só do Ministério. O programa deixa de ser uma estratégia ou um programa do SEBRAE com o Ministério; ele envolve transversalmente todos os Ministérios. Acreditamos demais nesses eixos aqui colocados.

O Ministro Vinicius e todos aqueles que trabalharam e trabalham com o turismo sabem que o turismo até bem pouco tempo era um tripé de promoção, de qualificação e de investimento. Estamos modernizando isso, com mais atração de investimento e com uma governança estratégica — uma governança feita pelo Congresso, pelo Governo Federal, pelos Governos Estaduais e pelos Governos Municipais. É importante trabalharmos juntos.

Estivemos esta semana com o Secretário de Ecoturismo, o André. E levei, coincidentemente, o Secretário do Meio Ambiente de Minas Gerais, dizendo que a concessão — e saiu daqui há poucos minutos — de um parque nacional depende de uma conversa com o Estado, depende de uma conversa com o Município, depende de uma conversa com o Ministério. Não se trata só de um parque. É o entorno do parque que vai trazer investimento. É o entorno do parque que vai dar





CONGRESSO NACIONAL
Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização

sustentabilidade à visitação. E preciso da segurança do Estado e da mobilidade da cidade.

Então, estamos criando no Investe Turismo 30 rotas. Essas 30 rotas, muito bem georreferenciadas, com todos os indicadores, vão ter essa linha de investimento, principalmente na infraestrutura — do nosso Secretário Robson —, que vai poder transformar essa atenção em 30 áreas com o poder meteórico de atração de investimento e de fomento.

Não temos tempo para aprofundar agora esse programa, e deveríamos ter aqui mais horas para discuti-lo. São 158 Municípios. Foi um critério de anos bem trabalhados, com todos os nossos cadastros, com tudo aquilo que acreditamos que realmente possa dobrar investimentos e número de turistas em poucos meses — não estou falando nem de anos. Uma vez que terminarmos esse programa e principalmente começarmos agora...

Estamos na reta final. O Secretário Aluizer Malab e o Secretário Bob apresentaram o programa, e agora estamos fazendo o diagnóstico de infraestrutura e desenvolvimento privado e público para cada área. Já estivemos em Angra dos Reis, já estivemos na Serra da Capivara e agora estaremos nas serras catarinenses. É assim que queremos: em cada trimestre, cinco ou seis áreas, para complementarmos em poucos meses as 30 áreas.

(Intervenção fora do microfone.)

O SR. DANIEL NEPOMUCENO - A Rota das Emoções — perdão.

E vou lhe dizer, Senadora Kátia, que o Hercy conseguiu fazer um caminho para o Tocantins também. Isso não é oficial, mas dá para colocar ali agora os indicadores.

Prometo que vou acelerar a apresentação. Isso já entra na temática do Orçamento. O Fundo Geral de Turismo — FUNGETUR é algo que se torna o segundo eixo mais estratégico do Ministério, que é justamente atrair investidores internos com financiamentos a empresas privadas muito mais atrativos.

Na discussão, antes de vir para cá, debatemos o que foi feito. Alterou-se o regulamento para, principalmente, permitir o financiamento de capital de giro. As pessoas pensam que o Ministério fica buscando só autoinvestimento. Apesar de ter muito orgulho de dizer que hoje tenho dez *masterplans*, de quase 100 bilhões de reais, de companhias estrangeiras internas para aprovar, o que mais trabalhamos é





CONGRESSO NACIONAL
Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização

aquele cidadão na ponta. Ele sabe que uma camionete quatro por quatro custa 200 mil reais e precisa dela para fazer o trabalho dele. É por isso que discutimos com o mercado.

Quero agradecer ao Ministério da Economia e, principalmente, aos bancos de fomento. Hoje temos técnicos específicos, especialistas, para atender o Ministério do Turismo dentro do BNDES e contamos com a sensibilidade de todos os bancos para entender que temos que ser mais ágeis, mais rápidos, e reconhecer que essa cadeia não pode ser burocrática. Ela não existe no mercado, ela tem que aparecer no mercado. Temos que lhe facilitar esse crédito. E, ao baixarmos esses juros, mudarmos um pouco as regras, trabalharmos com prazo de carência, estamos trabalhando com injeção de desenvolvimento e indicadores econômicos na veia, na ponta.

Em 2019 foram concedidos financiamentos no valor de 86,8 milhões de reais, com expectativa de mais 124 milhões de reais até o final do ano.

Para a infraestrutura turística eu acho que esse orçamento é fundamental — volto a dizer. Temos o Ministério da Infraestrutura, que está revolucionando nesses 10 meses, mas a infraestrutura turística é muito específica. Tem que haver um critério, uma sensibilidade, para poder reconhecer qual investimento privado e público está acontecendo naquele momento ali dentro, para haver um resultado mais rápido. E quem conhece a infraestrutura turística são os técnicos que o formaram, que estão ali dentro, que há anos trabalham ali dentro.

É por isso que vimos atender esse pedido e já agradecer a proposta de vocês. O Deputado Marx Beltrão conhece muito bem a importância de uma secretaria de infraestrutura turística. O Deputado, o Senador que conhece não só a base, mas também como investir para trazer a estrutura mais rápido. Isso é muito específico. E aqui fica o nosso apelo: apostem no Ministério do Turismo, na infraestrutura e na promoção, que isso vai dar resultado.

Por último, entramos na questão das emendas. Em 2018 foram apresentadas 657 propostas no valor de 255 milhões de reais, sendo aprovadas 625, somando 250 milhões de reais. E quem as coloca ali dentro tem o retorno. Em 2019 foram apresentadas 367 propostas no valor de 182 milhões, sendo que 354, que somam 163 milhões, já tiveram análise concluída.





CONGRESSO NACIONAL
Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização

Eu parablenzo todos os técnicos e as pessoas que, realmente, dão esses resultados para quem acredita no Ministério do Turismo.

Por fim, 694 obras foram entregues, e houve um repasse total de 480 milhões.

Eu queria agradecer, mais uma vez. Acho que parte boa da tarde é agora, com a apresentação desse plano.

Eu quero dizer, mais uma vez, que o Ministro Marcelo vem com todo o seu *staff* aqui, nesta Casa, para dizer o tanto que ele é Parlamentar. Ele respeita e acredita nesse apoio, nesse reconhecimento dos senhores. Ele sabe que esse apoio e o desenvolvimento só podem andar juntos.

A SRA. PRESIDENTE (Kátia Abreu. PDT - TO) - Obrigada, Ministro. Parabéns pela apresentação. Quando ele foi falando do Orçamento, a voz dele foi baixando, baixando, quase que ninguém escutava nada. Ficou do tamanho do orçamento, a voz dele. Eu entendo isso, Ministro. Nós ficamos com vergonha mesmo.

Eu quero dizer aqui que o chefe do gabinete do Ministro Marcelo é tocanlinese, Hercy Filho, e tem nos orgulhado muito. Já assumiu o Ministério algumas vezes, substituindo o Ministro Marcelo e também o ex-Ministro. Ele está lá no Ministério já há algum tempo, pela sua capacidade técnica e não apenas por indicação política. Eu tenho muita admiração por ele e está lá nos protegendo.

Saúdo a Maria José, Superintendente da Organização das Cooperativas Brasileiras — OCB no Tocantins; a minha querida Vereadora Raimundinha, de 5 mandatos. Todo Vereador de 5 mandatos merecia ganhar uma estátua, porque não é fácil a vida desse povo, não, é muito dura!

Enfim, quero agradecer ao Presidente da Frente Parlamentar do Turismo, Herculano Passos. Eu estava com muita vontade de encontrá-lo, para que pudéssemos conversar.

(Intervenção fora do microfone.)

A SRA. PRESIDENTE (Kátia Abreu. PDT - TO) - O.k., Presidente, já coloquei o seu nome, antes de o senhor pedir.

Bom, eu quero dizer que todas as palestras, inclusive a do SEBRAE — e o Melles não disse isso— e a do Ministro estão aqui à disposição. E também a nossa apresentação.





CONGRESSO NACIONAL
Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização

O Superintendente do SEBRAE Tocantins está bem aqui. É um dos mais competentes do Brasil. É meu marido, entendeu? Ele estava escondido ali pensando que eu não ia vê-lo. Estou de olho. Não descuido nenhum minuto. *(Risos.)*

Faz uma hora que estamos em audiência pública.

Saúdo Guilherme Campos, meu querido amigo, ex-Deputado Federal e Diretor do SEBRAE-SP. Aqui está cheio de amigos da família SEBRAE. que tem ajudado demais este País.

Muito obrigada a todos pela presença.

Acostumada com o Plano Safra da agropecuária brasileira, quero dizer que é sempre um acontecimento para nós todos os anos. Aquela luta é uma luta gostosa — não é Melles? — de mostrar isso para o Brasil e para o Governo. E nós nunca falhamos, porque nós sempre falamos a verdade, que precisamos disso para custeio e para investimento, que tantas máquinas investidas vão dar resultado de tanto. E nós pagamos as contas e damos conta de pagá-las. Quando anunciam 200 bilhões para a agricultura, há muita gente que acha que é dado. Não, é emprestado. É financiado, e nós pagamos tudo de volta. Nós estamos respondendo à altura. Há vários anos a agricultura tem sustentado a economia nacional, com muito orgulho para todos os brasileiros.

Eu, repito, tenho a convicção de que o turismo pode andar no mesmo passo da agricultura. Não tenho dúvidas disso pelo tamanho do Brasil, pela sua diversidade de turismo que poucos países têm. O chinês não gosta de praia, não gosta de sol. Não tem nada, não. Vamos para o Jalapão, vamos para os Lençóis, vamos para a Amazônia, vamos para o Pantanal, para Foz do Iguaçu. Nós temos gosto para tudo. O que nós não podemos fazer é nos acomodar com o que está acontecendo.

Todo ano é uma choradeira, e dizem o seguinte: *"Uruguai e Portugal têm mais turistas do que o Brasil, 170 milhões de chineses andam no mundo e só 70 mil vieram para cá"*. Vieram um pouco mais a negócio, turismo de negócio, não foi a passeio.

Eu quero aqui lembrar o que o Vinicius disse com muita clareza, ou seja, que nós tentamos, no passado — ele no turismo e eu no agro —, fazer um casamento desse gigante do agro com o gigante do turismo. E nós pensamos na gastronomia, não tem outro jeito. Nós somos um gigante na produção de alimentos e somos um gigante na produção de gastronomia. Gastronomia traz turismo.





CONGRESSO NACIONAL
Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização

Eu, por exemplo, não viajo para comer comida ruim. Depois de uma certa idade, não comemos mais sanduíche, aquelas coisas. Nós ficamos um pouco mais exigente com a alimentação e queremos provar experiências e vivenciar a vida do outro. No Tocantins, você não tem noção da quantidade de pessoas que vêm de São Paulo e do Rio de Janeiro que querem ficar hospedadas na casa de um quilombola, de uma pessoa da agricultura familiar. Nós habilitamos as casas, porque as pessoas querem viver a vida do outro, a vida simples, do fogão de lenha, do chão batido. Isso é uma coisa fantástica. Com o dólar muito alto e o euro também nas alturas, é uma grande oportunidade para o ano que vem investirmos no plano — não vou falar safra, porque senão vai virar crítica — anual do turismo.

E que nós possamos, com a mesma ansiedade que fazemos com a agricultura todos os anos — a Comissão Mista de Orçamento, junto com a Frente Parlamentar e todo o setor, com o Ministro do Turismo, Ministro Marcelo —, construir, a cada ano, um ano melhor para o turismo no Brasil.

Cito dois dados que me impressionaram demais: 1 bilhão e meio de pessoas viajaram pelo mundo inteiro, mas só 0,7% vem para o Brasil. Nem 1% veio para o Brasil — são 6 milhões de pessoas. Enquanto isso, no *ranking* do Fórum Econômico Mundial da Competitividade no Turismo, adivinhem quem é o primeiro lugar, campeão, no quesito diversidade de recursos naturais? O Brasil. Nós ficamos em oitavo lugar no quesito cultura. Para mim tinha que ter ficado era menos, em segundo.

Em compensação, a priorização do setor no Brasil, 106º lugar. Significa que o Brasil não dá confiança para o setor turístico. E dizem o seguinte: *"Aquilo é coisa de passear, aquilo é coisa de gente que fica andando à toa"*. Não enxergaram isso como um grande *business*, como um grande negócio para este País.

A segurança pública nos atrapalha nesse *ranking*. A abertura internacional é muito baixa, 66º lugar. Ainda falam assim: *"Abra o visto para os Estados Unidos"*. *"Ah, mas eles têm que abrir para nós"*. Esses preconceitos nacionalistas não vão nos levar a nada. Nós queremos e precisamos dos americanos aqui trazendo o seu *ticket* para cá. Quem mais vem para o Brasil são as pessoas da América do Sul, e elas gastam um *ticket* médio muito pequeno em comparação aos Estados Unidos. E os Estados Unidos ainda gastam menos do que a Europa. O *ticket* médio dos





CONGRESSO NACIONAL
Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização

asiáticos é muito maior. Nós não estamos dispensando o pessoal da América do Sul, são todos bem-vindos, mas nós queremos esses outros turistas.

Por que eles gastam mais? Porque ficam mais tempo, porque estão mais longe. Então, eles gastam mais aqui. E o pessoal do entorno fica menos tempo, porque é perto, e gasta menos. Então, nós temos que trazer gente do mundo inteiro.

Eu tenho absoluta convicção de que o SEBRAE, a APEX e a EMBRATUR precisam agir rapidamente aqui dentro do País, internamente, com esse potencial enorme que o Ministro falou de 40 milhões de pessoas que estão fora desse mercado, que não sabem o que fazer, que não sabem como fazer, não sabem escolher lugar, não sabem acessar para poder achar os roteiros. Existe isso!

Agora, não é o caso da minha mãe. Ela tem 76 anos, e o *e-mail* dela, para quem quiser anotar, é verocamalapronta.com.br. Então, vocês imaginam, ela não tem mais para onde ir.

Outro dado impressionante é que 60 milhões de novos lares chineses vão viajar nos próximos 10 anos. E o que nós vamos fazer? Nós temos que fazer alguma coisa com urgência.

Então, vamos para o Plano Anual do Turismo.

(Segue-se exibição de imagens.)

Para o turismo no Brasil, nós precisamos estruturar um verdadeiro ecossistema, que está muito na moda na China e no mundo inteiro. Estruturar os ecossistemas é, por exemplo, pegar os 30 polos que o Ministério elegeu com muita competência, que são 156 Municípios, e focar nisso. Não adianta ficar procurando mais lugares.

No Tocantins, eu recebo ligação quase todos os dias, pela minha dedicação ao turismo, dizendo: "*Kátia, tem uma cachoeira aqui, tem um lago aqui*". Eu fico ansiosa, mas nós temos que focar onde já está meio caminho andado, onde tem um grande potencial. O dinheiro é curto. Nós temos que focar todas as forças nesses 156 Municípios, 30 polos, muito bem cobertos em todo o País.

Temos que transformar, como disse Vinicius Lages, um potencial em produto turístico. Falam assim: "*Jalapão, abra as portas deixa o povo vir*". Gente, isso é um ponto turístico, ainda não é um produto turístico finalizado e acabado. Falta, às vezes, comida no Jalapão. Nós estamos lutando contra o tempo, porque é um lugar maravilhoso, espetacular. Mas a grande maioria dos pontos turísticos do Brasil não





CONGRESSO NACIONAL
Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização

são produtos turísticos, e não estou citando o Jalapão para não ofender os outros Estados e dar o próprio exemplo. Nós estamos nos enganando. Sustentável, não! Se alguém virar as costas para um determinado ponto turístico, ele cai. Então, nós precisamos fazer isso rapidamente.

Em relação aos pilares do plano, é claro que a promoção do turismo é muito especial, porque ninguém sabe o que o calado quer. Nós precisamos bater na porta das pessoas, e não elas virem bater na nossa porta perguntando: *"O que tem de bom nesse Brasil para eu ir"*. Nós precisamos levar esse potencial a elas.

O Ministro vai ficar feliz agora. Esse eslaide mostra uma curva de financiamento bancário, não é dinheiro dado não, é igual ao da agricultura. Nunca houve um pacote, mas os empreendedores vão lá, a deus-dará, sem um direcionamento, sem um foco, porque, quando o Governo Federal põe a mão, o foco é outro. Nós temos recursos prontos para isso. O SEBRAE apoia os planos de negócios nos Estados. As próprias Secretarias de Turismo estimulam o foco nesses pontos que estão espalhados pelo Brasil.

Então, em 2013, nós tivemos quase 20 bilhões de financiamentos no País. Em 2017, conforme o último número, só 4 bilhões de pessoas. *"Ah, mas é a crise, Kátia"*. Mas é o contrário: a agricultura e o turismo são uma superação de crise, porque tenho que investir pouco. E eles se pagam, porque o nosso potencial é enorme. E, barateando a passagem aérea, nós estaremos salvos.

Mas nós precisamos investir em rodoviárias. Por que não? Há turismo A, B, C, D e E. Nós precisamos contar com todo mundo, não podemos dispensar ninguém. Há rodoviárias em petição de miséria, onde não dá nem para um turista descer. Então, nós precisamos pensar também nos mínimos detalhes para transformar tudo isso num produto turístico e num ecossistema decente.

Aqui eu fiz um comparativo, de propósito, entre o que significa o Plano Safra do Agronegócio e o que significa um Plano Safra do Turismo. Desculpem-me o cacoete, mas eu não consigo não comparar.

O que está proposto aqui para o Ministro, que foi falando baixinho? Quatro bilhões de reais para investimentos financiados. Mas esses 4 bilhões estão lá no banco, foi a última coisa que tiraram, solto. Eu estou falando Banco do Brasil, Caixa Econômica, que, aliás, investiu mais, Fundos Constitucionais Norte, Nordeste e Centro-Oeste e BNDES, que são as fontes. Então, dinheiro pronto, viu, meninos da





CONGRESSO NACIONAL
Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização

Economia, vocês, meus convidados. Levem isso ao Paulo Guedes. O dinheiro está disponível, o que precisa é ser empacotado e fazer um laço bem bonito, porque isso é um símbolo. Política é feita de símbolo, não é só política partidária. Nós precisamos mostrar para as pessoas que o turismo é prioridade. A meu ver, um pacote desse que está sendo oferecido pela Comissão Mista de Orçamento do Congresso Nacional — não é da Kátia Abreu, eu pretendo que seja um pacote nosso de trabalho — deve ser encampado pelas instituições, mudando, alterando. Isso aqui é apenas um início de conversa.

Então, são 4 bilhões de reais para custeio e investimento — não há nem separação nos bancos. Subvenção não existe nem estamos pedindo.

Hoje, o turismo no Brasil produz 8% do PIB, enquanto o agronegócio produz 21% do PIB. O agronegócio produz 20% dos empregos, e o turismo produz 7,5% dos empregos. Então, é quase proporcional o investimento. A agropecuária representa 21% do PIB total no Brasil e produz 20% de empregos. O turismo representa 8% do PIB total e produz 8% dos empregos no Brasil.

No que se refere ao PIB do turismo, houve um crescimento, em 2018, de 3,4%, e o PIB Brasil, 1,1%. A agricultura teve problemas internacionais, relacionados a preços, ao dólar e a mil coisas. Por isso, nós não fomos maiores do que temos o costume e a pretensão de ser: 1,8% de crescimento. O Brasil, repito, 1,1%.

Então, são 4 bilhões para custeio e investimento na área do turismo. Nós estamos produzindo isso hoje com um tantinho de dinheiro, 4 bilhões de reais, que foram disponibilizados à vontade. Alguns foram lá e tomaram sem muito direcionamento. Na agricultura, são 222 bilhões de reais, com 10 bilhões de subvenção, para concorrermos com os juros. Subvenção não é bondade nem graça de Governo com produtor rural. Subvenção é apenas para corrigir distorção do mercado, porque os nossos concorrentes lá fora não têm juros e nós ainda temos juros, apesar de estarem caindo. Então, subvenção é equalização de juros para fazer justiça a quem produz debaixo de sol e chuva.

O que nós pretendemos? Qual é a nossa proposta? Nós pegamos todos os bancos entre 2012 e 2016 e constatamos quem mais emprestou. Nós pegamos o valor máximo de cada banco, e não inventamos da nossa cabeça, pelo menos para começar. Pode ser que o banco fale assim: *"Não, isso aí para mim é pouco, eu posso te emprestar mais"*. Ótimo, mas colocando, entre 2012 e 2015, o ponto mais





CONGRESSO NACIONAL
Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização

alto de cada banco, porque teve uma curva, nós encontramos 16 bilhões de reais que podem ser separados, empacotados e colocados num plano como prioridade nesses bancos, e buscar meta de aplicação. O Governo tem como fazer isso, aparelhado pelo apoio do Sistema S, do Ministério do Turismo, nem se fala, e dos Governos dos Estados, que têm muito interesse nisso.

Então, se nós considerarmos que 1 milhão de reais investido gera 22 empregos, segundo os dados, se nós tivermos 16 bilhões de reais de crédito, se nós tivermos 600 milhões de reais — onde está o nosso Relator-Geral? Depois os senhores falem para ele? —, ao invés de 300 milhões de reais, no orçamento geral, e se nós tivermos — e teremos — 600 milhões de reais apenas do SEBRAE, esta quantia já está disponível no Investe Turismo, nós ainda nem contabilizamos aqui a CNC, que tem uma arrecadação de 7 bilhões de reais por ano e é uma grande...

(Intervenção fora do microfone.)

A SRA. PRESIDENTE (Kátia Abreu. PDT - TO) - O SENAC também está no Investe Turismo?

(Intervenções fora do microfone.)

A SRA. PRESIDENTE (Kátia Abreu. PDT - TO) - Não, neste aqui não está o Sistema S. Aqui é o SEBRAE. São 500 do Sistema S, SEBRAE. Nós ainda queremos buscar a CNC, uma grande parceira que tem um maravilhoso orçamento e que também tem feito um belíssimo trabalho para o turismo. O Melles comentava isso comigo agora há pouco: se buscarmos a CNC, nós poderemos aumentar ainda mais esses investimentos.

Então, com 17 bilhões de reais, sendo 16 bilhões de reais financiados, 16 do Sistema S, isso aqui leia-se muita promoção e capacitação porque nós ficamos, em mão de obra, recursos humanos, em 93º lugar no *ranking* do Turismo do Fórum Econômico Mundial. Isso é muito ruim para nós. As pessoas olham isso na hora de viajar. Então, nós geraríamos, Ministério da Economia, 400 mil novos empregos, no mínimo, se nós cumpríssemos esta questão.

Pode ser que esses recursos ou boa parte deles inclusive sirvam para custeio, porque existe muita gente apertada, sem capital de giro, com dificuldade de garantia. Então, esses 30 polos nesses 156 Municípios precisam ser priorizados, e os bancos precisam cumprir metas para que possamos colocar esse dinheiro na rua, colocar o bloco na rua.





CONGRESSO NACIONAL
Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização

E, mais uma vez, nós mostramos aqui os valores da agricultura, mesmo subindo o do turismo, na comparação dos empregos e tudo mais, nós estamos pedindo praticamente nada, muito pouco. Eu não vou falar com a voz baixa, mas ainda é muito pouco.

Então, a proposta é passar o nosso orçamento, Deputado Marx Beltrão, que foi Ministro, de 300 milhões de reais, que é hoje, para 600 milhões. E, antes que alguém fale das emendas parlamentares, que todo mundo tanto critica, os nossos Prefeitos e nossos Governadores estão vivendo dessas emendas, às vezes, tão malvistas e tão criticadas pelo Brasil. Pensem e avaliem se há escândalos em proporção à quantidade de recursos que vai para a base, para os 5.700 Municípios, que atende o Prefeito, que atende o Governador do Estado. Então, nós precisamos desse suporte no Orçamento Geral deste ano para o ano que vem, para 2020, para que nós possamos melhorar a nossa *performance*.

Esse eslaide, só para repetir, mostra que o melhor ano do Banco do Brasil foi 2015, com 6 bilhões de reais. Para a Caixa Econômica, o melhor ano foi 2013, com 7 bilhões de reais. No melhor ano do BNDES, ele financiou 1,6 bilhão de reais, que para estes bancos aqui não é nada. O Banco do Nordeste, no melhor ano, financiou 725 milhões de reais; e o Banco da Amazônia, 426 milhões de reais.

Vocês já imaginaram o potencial da Amazônia em termos de turismo, gente? Já imaginaram um parque temático na Amazônia, com os bichos e os sons da floresta? Viriam crianças, adultos e idosos do mundo inteiro ver isso, porque ninguém vai querer enfrentar uma onça no meio do mato, mas quer vê-la. Então, parques temáticos em Foz do Iguaçu, parques temáticos nos Lençóis Maranhenses, precisam ser financiados para grandes investidores. É isso que nós vamos trazer para o turismo.

Se eu vou conhecer o Jalapão, eu quero conhecer os fervedouros, as dunas, a Cachoeira da Formiga e a Cachoeira da Velha. Está bom. E as alternativas? O que mais eu tenho para fazer? O turista é chato. Eu que conheço a minha mãe. Ele quer fazer alguma coisa toda hora. Ele não quer parar, não quer dormir, quer aproveitar ao máximo. Então, é preciso haver segundas e terceiras alternativas para se tornar um produto turístico verdadeiro. O turista não quer só ver os pontos tradicionais, quer, por exemplo, ver moer cana no engenho do povoado quilombola Mumbuca, em São Félix, no Jalapão. Nós precisamos ter outras coisas para oferecer.





CONGRESSO NACIONAL
Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização

Foi daí que saiu o dinheiro, Melles, não foi na minha cabeça, não.

Então, o potencial de financiamento de todos os bancos de que eu falei agora há pouco, resumindo, é: 6 bilhões de reais, 800 milhões de reais, 500 milhões de reais e 1,6 bilhão de reais.

Aqui é apresentado o Orçamento da União. Aquilo é financiamento. Aquilo é o que cabe a esta Comissão. Como o Ministro e todo mundo já falou, os valores são irrisórios. O que foi pago é 119 milhões de reais, um empenhado de 280 milhões de reais e de uma dotação de 890 milhões de reais. Gente, sinceramente, isso é brincadeira, é piada diante do que nós poderemos fazer com isso tudo.

O turismo no Brasil não é um experimento: *"Será que vai dar certo?"* Não. Há garantia, na veia, de que ele vai dar certo, porque todo mundo que vem a este País sai escandalizado com a beleza, inclusive com a de lugares precários. Mesmo que não exista estrada, jeito de chegar, o povo gosta do lugar, quer ir até lá, quer ver.

Aqui eu mostro para a Comissão, especialmente para os nossos Deputados e Senadores, o que foi feito em 2019 a partir deste orçamento. O projeto de lei estimou 246 milhões de reais, a dotação foi de 527 milhões de reais, e o empenhado para apoio à infraestrutura turística foi de apenas 86 milhões de reais. Isso não é dinheiro para turismo, é brincadeira. Isso é um dinheirinho que não dá para nada, que, sinceramente, Ministro, eu acho que é melhor nem ter, porque depois isso leva a uma guerra dentro do Ministério. E é perigoso o Ministro até cair com a insatisfação dos Deputados e Senadores.

Esta é, então, a nossa proposta para esta Comissão no sentido de ampliar de 250 milhões de reais para 600 milhões de reais o orçamento do Ministério do Turismo. Então, o que nós colocamos? Praticamente aquilo de que o Ministério gostaria. Nós não inventamos muita coisa. Eu inventei algumas coisas, está bem, Ministro? Eu ando muito, e não ando de helicóptero ou avião, não. Eu ando de carro e tenho sofrido demais.

Eu sei que a preocupação com estradas vicinais existe no Ministério da Agricultura, mas é com outro foco: levar aos polos de produção. No entanto, para o acesso à grande maioria dos pontos de ecoturismo e de turismo de aventura no Brasil nós precisamos de estradas. Gente, eu estou cliente nº 1 de Dorflex, Torsilax, porque eu não aguento mais, eu sou uma senhora, eu tenho sofrido demais nas estradas.





CONGRESSO NACIONAL
Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização

Daqui para cá fui eu que me atrevi a colocar nessa proposta, conversando com os colegas. Daqui para cima está o que peguei no Ministério do Turismo, cujos valores eu alterei, é claro.

Então, precisamos de estradas vicinais de acesso aos pontos turísticos prioritários.

Soluções tecnológicas para o turismo. Vocês não têm noção da infinidade de *startups* que nós poderemos incentivar a criar aplicativos, a criar plataformas de acesso, para ficar mais fácil para a Veroca, que tem 75, 76 anos — ela vai me matar por eu estar falando a idade dela —, para facilitar a vida.

Hoje, quem tem mais de 65 anos é a prioridade no Brasil. Temos que ter um olho deste tamanho para essa faixa etária, que está se tornando a grande maioria. Eles são aposentados ou têm filhos que querem ficar livre das mães, que querem mandá-las viajar. (*Risos.*) Brincadeira! Mas essas são pessoas que querem e merecem viajar e estão ativas. Minha mãe de 76 anos samba e dança a noite inteira se deixar. Hoje nós, graças a Deus, estamos com uma vitalidade muito maior. Então, nós temos que pensar na acessibilidade. Se eu vou descer a um fervedouro, eu preciso de uma escada segura, não posso descer segurando em corda. Nós precisamos que o Corpo de Bombeiros, junto à vigilância sanitária, ordene todo esse ecossistema, esse produto.

Quanto às adaptações à Internet, o que está acontecendo? O Ministério da Ciência, Tecnologia, Inovações e Comunicações, Ministro, comprou, por 3 bilhões de reais, um satélite, e uma empresa foi licitada, inclusive, para fazer a operação. Para usar isso, não é preciso cabo óptico, mas de uma antena pequena. Então, além das soluções tecnológicas, eu estou colocando entre aos itens listados também as adaptações para um ponto turístico ter Internet, porque, sem isso, ele vai virar nada. Um ponto turístico que já está no fim do mundo, longe, se não tiver Internet para contactar com seus clientes e também com os seus fornecedores de produtos e insumos, como vai viver? Então, nós temos que dar uma olhada, Ministro, nesse programa de satélite, que é espetacular e já tem a operadora. O Governo Federal fez, depois disso aprovado, 4 mil pontos, mas em escolas e postos de saúde. Perfeito, isso está ótimo, mas ele poderia estar difundindo isso com muito mais velocidade, já que o satélite foi comprado e custou 3 bilhões de reais.





CONGRESSO NACIONAL
Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização

Aqui nós colocamos a promoção do turismo brasileiro lá fora e aqui dentro, para o qual destinamos 100 milhões de reais. É preciso fazer isso, porque, senão, nós vamos criar um ativo de hospedagem, de infraestrutura para hotéis e pousadas fantasmas. Então, nós temos que mergulhar na China para vender produto agropecuário e para vender pacote de visitas ao Brasil. A Ásia é um foco superimportante, e a Europa continuará sendo para nós também um ponto importante.

Resumindo, o que querem nos dar — e nós não vamos deixar isso acontecer — é essa bobagem aqui, muito pouco dinheiro. Finalizo dizendo que nós queremos é isto aqui. Ainda não está aqui a CNC, que, tenho certeza, vai nos ajudar e pode fazer isto aqui passar para mais 400 milhões de reais tranquilamente.

Peço desculpas se eu me alonguei. Mas essa é a nossa proposta, é claro, para ser debatida e discutida aqui.

Vamos começar com o primeiro inscrito, o Deputado Edmilson Rodrigues.
(Pausa.)

Com a palavra o Deputado e ex-Ministro do Turismo, Marx Beltrão.

O SR. MARX BELTRÃO (PSD - AL) - Colegas Deputados e Senadores, eu queria cumprimentar todos na pessoa da Senadora Kátia Abreu, ao tempo em que a parabenizo pela brilhante iniciativa de fazer este debate sobre o turismo na Comissão Mista de Orçamento.

V.Exa., Senadora, que já é considerada por muitos como a mãe da agricultura do Brasil, hoje pode se considerar a embaixadora do turismo no Brasil só por esta iniciativa. Eu escutei atentamente todas as suas apresentações. Realmente, um dos principais problemas que o nosso turismo enfrenta é a questão orçamentária. Isso é um grande problema. No tempo em que eu fui Ministro do Turismo, eu queria ter tido, como Relator Setorial de Turismo, algum Deputado ou Senador que tivesse a mesma intenção que V.Exa.

Quero cumprimentar o Presidente do SEBRAE, Carlos Melles, que faz um grande trabalho à frente do órgão; o Vinicius Lages, meu conterrâneo que já foi também Ministro do Turismo e que, por onde passa, tem deixado um legado de muito trabalho; o Daniel, Ministro interino, representando aqui o Ministro Marcelo, que tem também feito um grande trabalho, dando continuidade a tudo aquilo que foi plantado no Ministério do Turismo, assim como eu também fiz quando lá entrei.





CONGRESSO NACIONAL
Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização

Eu poderia dizer, Senadora Kátia Abreu que, no Brasil, não faltam projetos de turismo e, muito menos, diretrizes para fomentar o turismo; faltam, na verdade duas coisas. Há a pauta legislativa, sobre a qual nós temos que fazer mea-culpa aqui no Congresso, entre Deputados e Senadores. Muitas pautas legislativas que fomentam o turismo têm que ser votadas nesta Casa. Também há a questão orçamentária, que depende muito desta Comissão, mas depende muito da vontade do Governo de colocar recurso no Ministério do Turismo.

Eu não preciso falar sobre a importância do turismo e o que ele representa, porque isso já foi dito por todos. Apenas simplifico em números: enquanto o PIB da economia nacional cresceu, no último ano, 1,1%, o turismo cresceu 3,4%. Isso já mostra que o turismo tem crescido ano a ano, apesar todas as dificuldades, e dá resposta muito rápida em termos de geração de emprego.

Várias iniciativas já foram adotadas. Quando eu fui Ministro, lancei o Plano Brasil + Turismo; o Vinicius também lançou um plano quando foi Ministro; o atual Ministro já lançou o conceito *A Hora do Turismo*; agora na CMO, a Senadora Kátia apresenta o Plano Anual do Turismo, porque é muito importante que, todo ano, seja debatido o orçamento do turismo. Mas nós precisamos avançar em todas as pautas aqui no Congresso. Eu vou tentar falar sobre cada uma.

Por exemplo, há a questão do Investe Turismo, no SEBRAE. Nós iniciamos essa discussão em 2017, quando formatamos o modelo para lançarmos o Investe Turismo. E vejam quanto tempo levou para que ele pudesse ser lançado! Foram 2 anos para que ele pudesse ser lançado, ele foi lançado recentemente, há alguns meses. Quero parabenizar o Carlos Melles, que foi totalmente a favor do programa. Em nome do turismo, eu o agradeço, porque, no passado, não foi essa a receptividade que tivemos da Direção Nacional do SEBRAE.

Quero também falar que nós lançamos os vistos eletrônicos, em cuja liberação o Ministro, agora, já avançou. Isso foi excepcional e já deveria ter acontecido há muito tempo. Precisamos avançar, inclusive, com relação aos vistos para a China, que é o maior mercado exportador de turistas no mundo, os quais têm um gasto *per capita* muito alto.

Nós também lançamos o novo Fundo Geral de Turismo — FUNGETUR, com novas diretrizes, o qual, agora, o Ministro também está atualizando e colocando





CONGRESSO NACIONAL
Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização

diretrizes no tocante à linha de crédito, aqui muito discutida pela Senadora Kátia Abreu.

Quanto à abertura de capital, nós mandamos uma lei em 2017, aqui para o Congresso, para que se abrisse o capital para as companhias aéreas. Mas foi preciso que a Avianca quebrasse para nós convenceremos o Governo, em vez da lei, a editar uma medida provisória, que deu muito trabalho para ser votada no Congresso, aqui na Câmara Federal e no Senado.

Graças a Deus, isso já é tema superado. Agora, o Ministério do Turismo, juntamente com o Ministério da Infraestrutura, têm discutido com o mercado *low cost* e outras empresas. Ao longo do tempo, o nosso Brasil vai receber muitas empresas aéreas, o que vai dar competitividade ao mercado interno, com preços mais baratos, atraindo turistas internacionais.

Mas, sobre a pauta do Congresso, com relação à Lei Geral do Turismo, por exemplo, Sr. Presidente da Frente, Deputado Herculano Passos, nós levamos 2 anos para votá-la aqui no Congresso. Avançamos justamente no que foi muito debatido aqui: a questão do ambiente de negócios. No último Fórum Econômico Mundial, numa lista de 140 países, nós ocupamos a 108ª colocação no tocante ao ambiente de negócios, e a 137ª colocação em termos de dificuldade para se abrir um negócio. Portanto, nós estamos muito aquém — perdoe-me, Senadora, eu vou só complementar — de termos um ambiente de negócios favorável.

A Lei Geral do Turismo já está no Senado há cerca de cinco meses e não é pautada. Peço a V.Exa., Senadora, a gentileza de conversar com o Senador Randolfe, porque ele não está discutindo a matéria como deveria, para avançar com a lei.

Sobre a nova EMBRATUR, nós também mandamos uma lei, que já está tramitando no Congresso há 2 anos. Agora nós estamos vendo que o Governo vai ter que fazer uma medida provisória, que eu aprovo em 100%, e vai lançá-la agora, no início de novembro, para a criação da nova EMBRATUR, de que trata justamente a lei que já está tramitando no Congresso.

A SRA. PRESIDENTE (Kátia Abreu. PDT - TO) - Ela está na Câmara ou está no Senado?

O SR. MARX BELTRÃO (PSD - AL) - Ela está na Câmara ainda. Inclusive, nós já estivemos em reunião com o Presidente Maia, para que ele pudesse pautá-la.





CONGRESSO NACIONAL
Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização

Mas a coisa não anda. Por isso, eu falei, no início, que nós Deputados e Senadores temos que fazer mea-culpa com relação às pautas que têm que tramitar.

As áreas especiais de interesse turístico já vinham sendo discutidas antes mesmo de eu ser Ministro, lá atrás. Mas agora é que o Governo está lançando uma medida provisória para também trabalhar isso.

A questão dos jogos também vem sendo discutida aqui há muito tempo, mas não avança, não se chega a um consenso sobre ela. É muito importante, no Brasil, a concessão de cassinos com *resorts* integrados.

A concessão de parques temáticos também é fundamental para o crescimento do turismo de aventura e para o turismo de natureza.

Também há as leis de licenciamento ambiental. Existem leis de licenciamento ambiental que estão, há mais de 10 anos, tramitando aqui na Casa.

Nós temos que avançar nessas pautas. Por isso, Ministro Daniel, eu queria aqui, de forma muito singela e simplificada, sugerir algo. Eu já conversei com o Ministro Marcelo também e com o Gilson, Presidente da EMBRATUR, sobre o Governo lançar uma medida provisória do turismo envolvendo todas as pautas que estão trancadas e que precisam ser votadas aqui na Casa, com todos esses temas compilados num só. Precisamos ter essa questão de ambiente de negócios resolvida, assim como a questão da dificuldade de se abrir um negócio principalmente no setor de turismo. Acho que é essa a roupagem de que precisamos em termos de legislação do País.

Outro grande problema é a questão do orçamento. A Senadora Kátia Abreu e todos nós que somos da Comissão de Orçamento temos o grande papel de aumentar os recursos do Ministério do Turismo, que já chegaram a 4 bilhões de reais. Quando eu estava lá, ele era maior do que é hoje, de cerca de 600 milhões de reais, se não me falha a memória, e agora está em torno de 200 milhões de reais. Esse orçamento está caindo numa atividade que cresce, que gera emprego e renda.

Portanto, Ministro Daniel, é preciso que o Ministro Paulo Guedes se sente com o Ministro Marcelo e com o Presidente Bolsonaro. Eu já vi o Presidente Bolsonaro falar, várias vezes, da importância do turismo e, inclusive, defender o turismo em campanha. Mas o turismo não vai à frente se não tiver orçamento. Precisamos ter orçamento. E isso não depende apenas do Congresso, da CMO ou de emendas parlamentares. O Governo tem que ter, por si próprio, a iniciativa de colocar recursos





CONGRESSO NACIONAL
Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização

no Ministério do Turismo, para que o setor avance, porque o turismo dá uma resposta muito rápida e gera emprego muito rapidamente.

Eram esses dois pilares que eu colocar, Senadora. Parabéns pela iniciativa!

A SRA. PRESIDENTE (Kátia Abreu. PDT - TO) - Muito obrigada, Deputado Marx Beltrão, que demonstra experiência e total conhecimento da área. Muito obrigada pela sua manifestação.

Passo a palavra ao Deputado Herculano Passos, que é o Presidente da Frente Parlamentar Mista em Defesa do Turismo.

O SR. HERCULANO PASSOS (Bloco/MDB - SP) - Quero cumprimentar a Senadora Kátia Abreu e parabenizá-la pela iniciativa desta audiência e pela proposta de fazer com que o orçamento do Ministério do Turismo seja aumentado, o que é muito necessário.

O Deputado Marx Beltrão já falou de toda a pauta do turismo. Mas eu queria cumprimentar o Carlos Melles, Presidente do SEBRAE e nosso amigo, que está fazendo um grande trabalho.

Nesta Mesa só há Ministro: o Carlos Melles, o Vinicius Lages, o Daniel, a Kátia Abreu, o Marx Beltrão. O Marcelo estava aqui. Então, nós estamos num ambiente seletivo de gestores do Executivo e também do Legislativo, grande parte deles. É muito bom estar falando de turismo aqui.

Quero cumprimentar toda a equipe do turismo, o Bob, o Malab, o Robson, o Elcy e todos os que vieram, e mandar um abraço ao Ministro Marcelo Álvaro Antônio, que está na China, com o Gilson, tratando de assuntos importantes em relação ao turismo mundial. Em Macau, onde eles estão, está a maior concentração de cassinos do mundo, que é seis vezes maior do que em Las Vegas. Então, é um lugar de onde eles, com certeza, vão trazer essas informações. Eu tive o prazer de ir lá, para ver os cassinos, cuja legalização defendo aqui.

Mas eu queria dizer, Senadora, que a agricultura, que V.Exa. sempre defendeu e defende, está gerando cada vez menos emprego. Hoje vemos serem fabricados tratores que não precisam de tratorista. Na hora em que a economia melhorar e retomar o crescimento, com certeza, a indústria estará muito mais robotizada e informatizada. O que vai gerar cada vez mais emprego são os bens e serviços: o comércio, o turismo, os bares, os restaurantes, as agências de viagem, enfim, as 52





CONGRESSO NACIONAL
Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização

atividades econômicas que o turismo movimenta e que geram emprego. E do que o Brasil precisa hoje? De emprego e renda.

Portanto, eu acho baixo esse orçamento de 600 milhões de reais. Fui Prefeito de uma cidade cujo orçamento era de 600 milhões de reais. Ela é uma cidade pequena no nome, Itu, que tem só duas sílabas, mas é uma cidade grande, a maior do Brasil. Quero até fazer um convite, porque, no dia 1º de novembro, vamos fazer um grande fórum de turismo lá. Já levei o convite ao Ministro, a todos aqui, ao nosso Presidente do SEBRAE.

O Marx Beltrão já falou de toda a pauta. E, como eu ia falar muito sobre esse assunto, vou encurtar a minha fala, até porque já começou a Ordem do Dia e há votação nominal. Também sou coordenador da bancada de São Paulo e tenho que abrir uma reunião que está marcada para as 17 horas.

Contudo, fiz questão de vir aqui para cumprimentá-la, Senadora, pela iniciativa desta reunião. Sou amigo do seu filho Irajá, que foi Deputado conosco e também é amigo da minha filha. Lá em São Paulo, estamos sempre juntos, ele é um grande amigo meu.

O turismo, tendo uma liderança política como V.Exa. na liderança desse processo, vai, com certeza, aumentar o orçamento do Ministério do Turismo, o que será muito importante, porque não é gasto, é investimento, é investir para gerar emprego e trazer progresso e desenvolvimento para o nosso País.

Muito obrigado.

A SRA. PRESIDENTE (Kátia Abreu. PDT - TO) - Muito obrigada, Deputado Herculano Passos, pelas suas palavras gentis.

Vamos encerrar a reunião, porque os nossos Ministros estão todos com voo marcado.

Quero agradecer a presença de todos, quero agradecer a toda a minha equipe do gabinete, que foi gigante para fazer este evento, e aos chefes que vieram de Tocantins, em nome da Ana Paula, que é a Presidente da Associação de Bares e Restaurantes do meu Estado.

Muito obrigada por tudo. Enfim, muito obrigada ao Ministro, aos colegas da CMO e a todos os que puderam participar. *(Palmas.)*





CONGRESSO NACIONAL
Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização

ATA DA DÉCIMA TERCEIRA REUNIÃO ORDINÁRIA, DA 1ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA, DA 56ª
LEGISLATURA, DA COMISSÃO MISTA DE PLANOS, ORÇAMENTOS PÚBLICOS E FISCALIZAÇÃO,
REALIZADA EM 22 DE OUTUBRO DE 2019.

Aos vinte e dois dias do mês de outubro do ano de dois mil e dezenove, foi convocada ordinariamente a Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização, no Anexo II, plenário 04 da Câmara dos Deputados, com o objetivo de apreciar as matérias constantes da Pauta. Foi registrado o comparecimento dos membros: - **Deputados titulares:** Aluisio Mendes, André Figueiredo, Beto Faro, Cacá Leão, Carlos Henrique Gaguim, Celso Sabino, Dagoberto Nogueira, Domingos Neto, Edmilson Rodrigues, Felipe Francischini, Gurgel, Hildo Rocha, Hiran Gonçalves, Lucas Gonzalez, Luciano Ducci, Márcio Marinho, Marreca Filho, Misael Varella, Nivaldo Albuquerque, Paulo Azi, Rodrigo de Castro, Vander Loubet, Vicentinho Júnior e Zeca Dirceu; - **Senadores titulares:** Angelo Coronel, Elmano Férrer, Flávio Bolsonaro, Izalci Lucas, Kátia Abreu, Luiz do Carmo, Marcelo Castro, Vanderlan Cardoso e Wellington Fagundes; - **Deputados suplentes:** Adolfo Viana, Alexis Fonteyne, Aureo Ribeiro, Dra. Soraya Manato, Hercílio Coelho Diniz, João Carlos Bacelar, Júnior Mano, Juscelino Filho, Marcelo Nilo, Marx Beltrão, Nelson Pellegrino, Weliton Prado e Zé Carlos; e - **Senadores Suplentes:** Carlos Viana, Eduardo Gomes e Soraya Thronicke. Foi registrado o comparecimento dos parlamentares não integrantes da Comissão, Deputados Charles Evangelista, Claudio Cajado, Evair Vieira de Melo, Fred Costa e Pedro Lupion. Foi registrada a ausência dos membros titulares: - **Deputados:** Filipe Barros, Genecias Noronha, Gonzaga Patriota, João Roma, Josimar Maranhãozinho, Lucio Mosquini e Orlando Silva; e - **Senadores:** Jean Paul Prates e Veneziano Vital do Rêgo. **ABERTURA:** às quatorze horas e quarenta e quatro minutos, e havendo número regimental para deliberação nas duas Casas do Congresso Nacional, os trabalhos foram abertos pelo Presidente, Senador Marcelo Castro. **AVISO.** O Presidente informou que no dia 23 de outubro, às 14h30min, no plenário 2 da Câmara dos Deputados, seria realizada Reunião de Audiência Pública, com a finalidade de debater o Impacto da Ciência e da Tecnologia na economia do país, em atendimento aos **Requerimentos de n.ºs 17 e 21/2019-CMO**, de autoria do Senador Izalci Lucas. Fizeram uso da palavra o Senador Izalci Lucas e o Deputado Edmilson Rodrigues. **EXPEDIENTES.** O Presidente declarou como lidos os expedientes recebidos pela Comissão, de 15 a 22 de outubro de 2019, tendo em vista que essas informações encontram-se publicadas na página da CMO na internet. Em seguida, foram submetidas à apreciação as Atas das seguintes reuniões: 12ª Reunião Ordinária, realizada nos dias 15 e 16 de outubro de 2019; e 9ª Reunião de Audiência Pública, realizada no dia 15 de outubro de 2019. Em votação, as Atas foram **aprovadas**. **ORDEM DO DIA.** Requerimento de inversão de pauta, nos termos do art. 34, *Parágrafo único do Regimento Comum*, no sentido de apreciar inicialmente o item 05, Relatório apresentado ao **Projeto de Lei nº 45/2019-CN**. Autor: Presidente da CMO, Senador Marcelo Castro. Discutiu o Requerimento o Deputado Edmilson Rodrigues. Em votação, o Requerimento foi **aprovado**. **PAUTA.** Item 05. Relatório apresentado ao **Projeto de Lei nº 45/2019-CN**, que “Abre ao Orçamento Fiscal da União, em favor do Ministério de Minas e Energia, de Encargos Financeiros da União, de Transferências a Estados, Distrito Federal e Municípios, e de Operações Oficiais de Crédito, crédito especial no valor de R\$ 40.513.869.298,00 (quarenta bilhões, quinhentos e treze milhões, oitocentos e sessenta e nove mil e duzentos e noventa e oito reais), para os fins que especifica”, com Alteração proposta pela Mensagem Presidencial nº 545, de 21 de outubro de 2019. Relator: Senador Eduardo Gomes. Foi apresentada 01 emenda. Voto: pela aprovação do Projeto de Lei, nos termos do Substitutivo apresentado, e pela





CONGRESSO NACIONAL
Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização

aprovação da emenda nº 01. O Relator apresentou o Relatório. Discutiram a matéria os Deputados Zeca Dirceu e Claudio Cajado. O Deputado Zeca Dirceu sugeriu alteração da emenda aprovada e o Relator acatou a sugestão. Em votação, o Relatório foi **aprovado**, com a **Alteração** proposta. E assim, **onde se lê**: “Subvenção Econômica em Operações de Investimento Rural e Agroindustrial destinadas a Empresas Cerealistas (Medida Provisória nº 897, de 2019) e também à Lei nº 8.427/1992”, **leia-se**: “Subvenção Econômica em Operações de Investimento Rural e Agroindustrial (Medida Provisória nº 897, de 2019, e Lei nº 8.427/1992)”. Item 01. **ERRATA ao Relatório de Atividades nº 02/2019, do Comitê de Admissibilidade de Emendas – CAE**, que dispõe sobre as “Diretrizes e Orientações para apresentação de emendas e análise de sua admissibilidade, ao Projeto de Lei Orçamentária para 2020, **Projeto de Lei nº 22/2019-CN**. Identificou-se, após a aprovação do Relatório de Atividades do CAE pela CMO, a necessidade de suprir as seguintes omissões no que tange às emendas sujeitas à repetição: a) **Emenda da Bancada do Rio Grande do Sul – ADEQUAÇÃO DE TRAVESSIA URBANA EM SANTA MARIA – NA BR-158/287/RS – NO MUNICÍPIO DE SANTA MARIA – RS (Emenda 71220016/ LOA 2019)**; b) **Emenda da Bancada do Rio de Janeiro – REESTRUTURAÇÃO E MODERNIZAÇÃO DAS INSTITUIÇÕES FEDERAIS DE ENSINO SUPERIOR – NO ESTADO DO RIO DE JANEIRO – Reestruturação do prédio da Faculdade de Medicina UFRJ (conforme justificção da Emenda 7120003/LOA 2019)**. Autor: Comitê de Admissibilidade de Emendas - CAE. Coordenador do CAE: Deputado João Carlos Bacelar. Membros do CAE: Deputados Adolfo Viana, Aluisio Mendes, Zé Carlos, Luciano Ducci, Marreca filho, e os Senadores Luiz do Carmo, Elmano Férrer e Alessandro Vieira. O Coordenador do CAE apresentou a Errata. Em votação, a Errata foi **aprovada**. Item 02. Relatório apresentado ao **Projeto de Lei nº 24/2019-CN**, que “Abre ao Orçamento de Investimento para 2019 crédito suplementar no valor de R\$ 490.805.637,00 (quatrocentos e noventa milhões, oitocentos e cinco mil e seiscentos e trinta e sete reais), em favor das empresas Companhia Docas do Espírito Santo - Codesa, Companhia Docas do Estado de São Paulo - Codesp e Empresa Brasileira de Infraestrutura Aeroportuária - Infraero, para os fins que especifica.” Relator: Deputado Dagoberto Nogueira. Não foram apresentadas emendas. Voto: pela aprovação do Projeto de Lei, na forma proposta pelo Poder Executivo. O Relator apresentou o Relatório. Discutiu a matéria o Deputado Edmilson Rodrigues. Em votação, o Relatório foi **aprovado**. Item 03. Relatório apresentado ao **Projeto de Lei nº 27/2019-CN**, que “Altera a Lei nº 13.707, de 14 de agosto de 2018, que dispõe sobre as diretrizes para a elaboração e execução da Lei Orçamentária de 2019.” Relator: Senador Izalci Lucas. Não foram apresentadas emendas. Voto: pela aprovação do Projeto de Lei, na forma proposta pelo Poder Executivo. O Relator apresentou o Relatório. Discutiu a matéria o Deputado Edmilson Rodrigues. Em votação, o Relatório foi **aprovado**. Requerimento para Quebra de Interstício, no sentido de apreciar o Relatório apresentado ao **Projeto de Lei de nº 38/2019-CN**, a despeito do previsto no *Art. 128 da Resolução nº 01/2006-CN*, que estabelece que a apreciação dos relatórios somente poderá ocorrer após o prazo de 2 (dois) dias úteis de sua distribuição. Autor: Deputado Hiran Gonçalves. Discutiram o Requerimento os Deputados Edmilson Rodrigues, Zeca Dirceu e Hildo Rocha. Em votação, o Requerimento foi **aprovado**. Item 04. Relatório apresentado ao **Projeto de Lei nº 38/2019-CN**, que “Abre ao Orçamento Fiscal da União, em favor de Encargos Financeiros da União, crédito especial no valor de R\$ 230.000.000,00 (duzentos e trinta milhões de reais), para os fins que especifica.” Relator: Deputado Hiran Gonçalves. Não foram apresentadas emendas. Voto: pela aprovação do Projeto de Lei, na forma proposta pelo Poder Executivo. O Relator apresentou o Relatório. Discutiram a matéria os Deputados Edmilson Rodrigues e Celso Sabino. Em votação, o Relatório foi **aprovado**. Requerimento para Quebra de Interstício e Inclusão na Pauta, no sentido de apreciar o Relatório apresentado ao **Projeto de Lei nº 41/2019-CN**, a despeito do previsto no *Art. 128 da Resolução nº 01/2006-CN*, que estabelece que a apreciação dos relatórios somente poderá ocorrer após o prazo de 2 (dois) dias úteis de sua distribuição. Autor: Presidente da CMO, Senador Marcelo Castro. Em votação, o Requerimento foi **aprovado**.





CONGRESSO NACIONAL
Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização

EXTRAPAUTA. Relatório apresentado ao **Projeto de Lei nº 41/2019-CN**, que “Abre aos Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social da União, em favor dos Ministérios da Ciência, Tecnologia, Inovações e Comunicações, da Educação, da Cidadania e da Mulher, da Família e dos Direitos Humanos, crédito suplementar no valor de R\$ 1.369.984.032,00 (hum bilhão, trezentos e sessenta e nove milhões, novecentos e oitenta e quatro mil e trinta e dois reais), para reforço de dotações constantes da Lei Orçamentária vigente.” Relatora: Senadora Soraya Thronicke. Foram apresentadas 02 emendas. Voto: pela aprovação do Projeto de Lei, na forma proposta pelo Poder Executivo, e pela rejeição das emendas apresentadas. Ausente a Relatora, foi designado o Deputado Dagoberto Nogueira como relator *ad hoc*, que apresentou o Relatório. Discutiram a matéria, os Deputados Zeca Dirceu e Hildo Rocha. Em votação, o Relatório foi **aprovado**. Em sequência, o Presidente comunicou que o prazo para apresentação de emendas ao **Projeto de Lei nº 22/2019-CN**, PLOA/2020 e ao **Projeto de Lei nº 21/2019-CN**, PPA 2020/2023, seria encerrado no dia 24 de outubro, às 18 horas. **ENCERRAMENTO**: nada mais havendo a tratar, o Presidente encerrou os trabalhos às dezesseis horas e onze minutos. Para constar, eu, Walbinson Tavares de Araujo, Secretário Executivo, lavrei a presente Ata, que, após a sua aprovação, será assinada pelo Presidente da Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização do Congresso Nacional e encaminhada para publicação no Diário do Congresso Nacional. Os trabalhos foram gravados e, depois de traduzidos, integrarão esta Ata. **Senador Marcelo Castro, Presidente.**

Em 22.10.2019

O SR. PRESIDENTE (Marcelo Castro. MDB - PI) - Declaro iniciada a 13ª Reunião Ordinária da Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização, destinada à apreciação de matérias constantes da pauta.

Há quórum para deliberação nas representações das duas Casas do Congresso Nacional.

Informo a realização de reunião de audiência pública amanhã, quarta-feira, dia 23, às 14h30min, convocada com a finalidade de debater o impacto da ciência e da tecnologia na economia do País, em virtude da aprovação dos Requerimentos nºs 17 e 21, da CMO, de autoria do Senador Izalci Lucas.

Tem a palavra o nobre Senador Izalci Lucas.

O SR. IZALCI LUCAS (PSDB - DF) - Sr. Presidente, eu quero pedir a atenção dos nossos Senadores e Deputados para este tema tão importante.

A audiência pública estava marcada para a semana passada, e eu pedi para cancelá-la, a fim de que acontecesse em uma quarta-feira, para que os Deputados e Senadores pudessem participar.

Deputado Claudio Cajado, há alguns anos, nós estamos perdendo espaço na inovação. Os jovens hoje estão sem esperança, porque não têm perspectiva. A





CONGRESSO NACIONAL
Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização

ciência, a inovação e a pesquisa são fundamentais para o desenvolvimento econômico.

Sr. Presidente, eu vou esperar um pouquinho, porque há muito barulho.

(O Sr. Presidente faz soar as campainhas.)

O SR. PRESIDENTE (Marcelo Castro. MDB - PI) - Eu peço silêncio, por obséquio, porque o nobre Senador Izalci Lucas está usando a palavra.

O SR. IZALCI LUCAS (PSDB - DF) - Haverá uma audiência pública amanhã, aqui na Comissão, para tratar do impacto da ciência, tecnologia, inovação e pesquisa no desenvolvimento econômico.

Aqui nós trabalhamos o orçamento com foco só no corte. Todo o mundo fala só em cortar isso e aquilo. Nós temos que trabalhar a perspectiva de buscar uma nova solução para o País em termos de ciência, tecnologia e educação, a fim de ampliarmos os recursos.

Eu gostaria de pedir a V.Exas. que comparecessem à audiência amanhã. É importante V.Exas. entenderem o impacto disso no orçamento. É importante todos estarem presentes. Então, é um convite que eu faço a todos.

Senador Marcelo Castro, reforço que, no dia 5 de novembro, uma terça-feira, na hora do almoço, haverá uma reunião da Frente Parlamentar Mista de Ciência, Tecnologia e Inovação com a Mobilização Empresarial pela Inovação, que são as 300 maiores empresas do Brasil. Já estão confirmados os Presidentes da Câmara e do Senado e os Presidentes das Comissões de Ciência e Tecnologia da Câmara e do Senado. Todos os Senadores e Deputados estão convidados.

Obrigado, Sr. Presidente.

O SR. ALUISIO MENDES (PSC - MA) - Sr. Presidente, pela ordem.

Está difícil ouvir o colega falar aqui. Está impossível com o som dos assessores.

O SR. IZALCI LUCAS (PSDB - DF) - É um tema importante, Sr. Presidente.

Obrigado.

(O Sr. Presidente faz soar as campainhas.)

O SR. PRESIDENTE (Marcelo Castro. MDB - PI) - Quero pedir silêncio, principalmente aos assessores, por favor. Colaborem com os trabalhos.

O SR. IZALCI LUCAS (PSDB - DF) - Obrigado, Sr. Presidente.

É isso.





CONGRESSO NACIONAL
Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização

O SR. EDMILSON RODRIGUES (PSOL - PA) - Sr. Presidente, posso dar uma informação?

O SR. PRESIDENTE (Marcelo Castro. MDB - PI) - Pois não, Deputado Edmilson Rodrigues.

O SR. EDMILSON RODRIGUES (PSOL - PA) - Aproveitando o apelo do Senador Izalci Lucas, quero informar aos Srs. Deputados e aos Srs. Senadores que eu coordenei uma audiência pública acerca da reforma no sistema da Receita Federal.

A avaliação geral é que nós não devemos, por princípio, ser contra mudanças. No entanto, elas têm que respeitar a história da instituição, senão podem trazer prejuízos — no caso da Receita, os prejuízos seriam muito grandes.

Um dos pontos que chamaram a minha atenção foi o fato de a Região Amazônica ser ampliada para incluir mais a Região Centro-Oeste. Assim, do Acre, do Amazonas, de Roraima, do Amapá ou de Belém, uma empresa que se diz prejudicada teria que contratar, por exemplo, um escritório em Brasília. Isso seria um prejuízo enorme para os cidadãos, para as empresas e para a própria Receita.

Houve uma mudança. O Cintra não veio porque foi demitido na véspera. O Dr. José Tostes, um homem de carreira na Receita — quero agradecer a ele parabenizá-lo —, tem a sensibilidade de um técnico, de um profissional de carreira, mesmo estando num Governo cujo próprio partido faz oposição mais radical do que a do PSOL. A verdade é que houve essa sensibilização depois da nossa audiência e foi suspenso o processo de reforma. Os estudos serão feitos e, quando houver uma proposta, ela será debatida não só com a sociedade, mas particularmente com os auditores fiscais, com os analistas fiscais.

Então, eu queria parabenizar a Comissão, que permitiu e possibilitou o debate — agradeço inclusive na condição de autor do requerimento. Quero parabenizar a categoria de auditores, enfim, o Fisco nacional.

Obrigado, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Marcelo Castro. MDB - PI) - Pois não, nobre Deputado.

Expediente. Declaro lidos os expedientes recebidos pela Comissão até a presente data, tendo em vista que essas informações encontram-se publicadas na página da CMO, na Internet.





CONGRESSO NACIONAL
Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização

Apreciação das atas. Havendo concordância do Plenário, proponho a dispensa da leitura das atas, por terem sido distribuídas antecipadamente. Caso haja alguma retificação, peço aos Srs. Parlamentares que se manifestem. *(Pausa.)*

Coloco em votação as atas das seguintes reuniões: Ata da 9ª Reunião de Audiência Pública, realizada no dia 15 de outubro de 2019, e Ata da 12ª Reunião Ordinária, realizada nos dias 15 e 16 de outubro de 2019.

As atas estão em votação na representação da Câmara dos Deputados.

Os Srs. Parlamentares que as aprovam permaneçam como se acham. *(Pausa.)*

Aprovadas.

As atas se encontram em votação na representação do Senado Federal.

Os Srs. Parlamentares que as aprovam permaneçam como se encontram. *(Pausa.)*

Aprovadas.

Ordem do Dia.

Por sugestão do Senador Eduardo Gomes, proponho a inversão da pauta, com a justificativa de que nós Senadores iremos votar, em segundo turno, a PEC da Previdência. Por isso, a inversão seria conveniente.

O Senador Eduardo Gomes é o Relator do Projeto de Lei do Congresso Nacional nº 45, de 2019. S.Exa. propõe, então, que seja votado como primeiro item da pauta.

O SR. EDMILSON RODRIGUES (PSOL - PA) - Peço a palavra para encaminhar contrariamente, Sr. Presidente.

O SR. IZALCI LUCAS (PSDB - DF) - Eu queria pedir o mesmo em relação ao PLN 27/19, do qual sou Relator. É o item 2.

O SR. EDMILSON RODRIGUES (PSOL - PA) - Eu quero encaminhar contrariamente à inversão.

O SR. IZALCI LUCAS (PSDB - DF) - Mas, se for discutir, é melhor votar logo, senão vai atrasar mais ainda. É melhor votar e pronto, porque aí já mata tudo. Se for discutir a questão de inversão, estou vendo aqui que vai...

O SR. PRESIDENTE (Marcelo Castro. MDB - PI) - Então, vou colocar em votação.





CONGRESSO NACIONAL
Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização

O SR. DOMINGOS NETO (PSD - CE) - Nós temos uma sugestão do Líder o Governo: que se faça a inversão e se aprecie o quarto item da pauta. É algo importante para todos nós.

Mesmo que se coloque em votação o requerimento de inversão, o importante é que a façamos. Em vez de discutirmos os quatro, vamos discutir o principal, porque vai iniciar a Ordem do Dia lá.

O SR. EDMILSON RODRIGUES (PSOL - PA) - Peço a palavra para encaminhar contrariamente, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Marcelo Castro. MDB - PI) - Exatamente. Esse PLN é do interesse geral da Nação, porque é o PLN que vai propiciar que o leilão da cessão onerosa, no dia 6 de novembro, seja efetivado — é o que destina 34 bilhões de reais para ressarcir a PETROBRAS; é o que destina recursos para todos os Estados e Municípios do Brasil, conforme colocado numa longa e exaustiva negociação. Tudo isso está nesse PLN.

O Deputado Edmilson Rodrigues quer encaminhar.

V.Exa. dispõe de 1 minuto para fazer o encaminhamento.

O SR. EDMILSON RODRIGUES (PSOL - PA) - É importante que se diga que, efetivamente, nós não temos mais como evitar os leilões. O projeto do Senador José Serra virou lei. O pré-sal está totalmente vilipendiado. Nós provamos que somos um país que abre mão da soberania. Um recurso que poderia servir para melhorar as condições de vida do povo e diminuir as desigualdades, hoje, está totalmente submetido à lógica das grandes petrolíferas. A Shell, a BP e, principalmente, a Total estão com benefícios fiscais até 2040. Deu-se um passo ainda mais violento contra a soberania.

É isso o que está sendo debatido no PLN 45/19. Discute-se quanto se paga para a PETROBRAS, se ela antes detinha o domínio desses recursos da outorga onerosa, da cessão onerosa. Então, isso aqui não é exatamente o que alguns Deputados e Senadores estão argumentando, ou seja, um projeto que viabiliza o repasse para Estados e Municípios de valores até bastante significativos. Nós votaremos a favor de que Municípios e Estados recebam os recursos. O Pará, segundo a imprensa, receberá mais de 1 bilhão de reais, talvez, envolvendo aí os repasses para esferas municipais. Esses recursos vão ajudar a gerar emprego, vão ajudar na circulação de renda.





CONGRESSO NACIONAL
Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização

No entanto, infelizmente, é algo contra o qual não podemos votar. A base desse aparente ganho é a destruição da nossa soberania. Inclusive, há uma ilusão de que Estados e Municípios irão ganhar, porque, com a isenção dos impostos, inclusive das contribuições do sistema de seguridade, dos recursos do IPI, do Imposto de Renda, os recursos do Fundo de Participação dos Estados e do Fundo de Participação dos Municípios serão reduzidos drasticamente.

Ontem, no Pará, a manchete era *"O Pará receberá 1 bilhão de reais. Belém receberá cinquenta e tantos milhões de reais"*. Mas, a rigor, quanto os paraenses perderão dos repasses do Fundo de Participação dos Estados e do Fundo de Participação dos Municípios? Talvez mais do que isso. Não há motivo de festa.

Além disso, principalmente, isso vem sendo moeda de troca para a aprovação dessa reforma violenta que é a reforma da Previdência.

Eu estou encaminhando contrariamente à inversão, para exercer aqui o meu direito e o meu dever de defender os interesses soberanos da Nação e daquele que faz a Nação brasileira, que é o povo.

Obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Marcelo Castro. MDB - PI) - Eu vou colocar a inversão da pauta em votação na representação da Câmara dos Deputados.

Os Srs. Parlamentares que estiverem favoráveis à inversão da pauta permaneçam como se acham. *(Pausa.)*

Aprovada.

Em votação na representação do Senado Federal.

Os Srs. Senadores e as Sras. Senadoras que estiverem de acordo permaneçam como se encontram. *(Pausa.)*

Aprovada.

Item 1. Apreciação do relatório apresentado ao Projeto de Lei do Congresso Nacional nº 45, de 2019, que abre ao Orçamento Fiscal da União, em favor do Ministério de Minas e Energia, de Encargos Financeiros da União, de transferência a Estados, Distrito Federal e Municípios e de operações oficiais de crédito, crédito especial no valor de R\$40.513.869.298,00, para os fins que especifica. Alteração proposta pela Mensagem Presidencial nº 545, de 21 de outubro de 2019. Relator: Senador Eduardo Gomes. Voto: pela aprovação do projeto de lei, nos termos do substitutivo. Quanto à emenda apresentada, o Relator ofereceu voto pela aprovação.





CONGRESSO NACIONAL
Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização

O Relator está com a palavra para apresentação do seu relatório.

O SR. EDUARDO GOMES (MDB - TO) - Sr. Presidente, Srs. Senadores, Sras. Senadoras, Srs. Deputados, Sras. Deputadas, passo à leitura do nosso relatório:

"1. Relatório

Com base no art. 61, § 1º, inciso II, 'b', da Constituição Federal, o Presidente da República, por meio da Mensagem nº 526, de 2019 (na origem), submeteu à apreciação do Congresso Nacional o Projeto de Lei nº 45, de 2019-CN, que tinha por objetivo abrir ao Orçamento Fiscal da União, em favor do Ministério de Minas e Energia, de Encargos Financeiros da União e de operações oficiais de crédito, crédito especial no valor de R\$34.616.769.298,00, para os fins que especificava.

Posteriormente, em 21 de outubro de 2019, o Presidente da República encaminhou ao Congresso Nacional, nos termos do disposto no art. 166, § 5º, da Constituição, por meio da Mensagem nº 545, de 2019 (na origem), proposta de modificação do referido projeto."

(O Sr. Presidente faz soar as campainhas.)

O SR. PRESIDENTE (Marcelo Castro. MDB - PI) - Por favor, se for necessário conversar, por obséquio, conversem sem incomodar os demais.

O SR. EDUARDO GOMES (MDB - TO) - "Pela alteração sugerida, o valor do referido projeto passa (...) para R\$40.513.869.298,00 (quarenta bilhões, quinhentos e treze milhões, oitocentos e sessenta e nove mil, duzentos e noventa e oito reais), e a diferença, no valor de R\$5.897.100.000,00 (cinco bilhões, oitocentos e noventa e sete milhões e cem mil reais), destina-se à transferência a Estados, Distrito Federal e Municípios de parte dos valores arrecadados com os leilões dos volumes excedentes ao limite a que se refere o § 2º do art. 1º da Lei nº 12.276, de 30 de junho de 2010. Segundo o Poder Executivo, o referido acréscimo visa atender ao disposto na Lei nº 13.885, de 17 de outubro de 2019, que estabeleceu critérios de distribuição dos valores arrecadados nos mencionados leilões.

(...)

Os recursos serão aplicados para permitir:

a) no Ministério de Minas e Energia, o pagamento à Petróleo Brasileiro S.A., decorrente da revisão do contrato de cessão onerosa de que trata a Lei nº 12.276, de 30 de junho de 2010 (R\$34.600.000.000,00);





CONGRESSO NACIONAL
Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização

b) em Encargos Financeiros da União, o depósito judicial da segunda parcela da linha de crédito especial a ser disponibilizada ao Estado do Maranhão, para o pagamento dos precatórios sob responsabilidade daquele ente federativo que se encontram pendentes de adimplemento (R\$8.209.298,00);

c) em transferências a Estados, Distrito Federal e Municípios, parte dos valores arrecadados com os leilões dos volumes excedentes ao limite a que se refere o § 2º do art. 1º da Lei nº 12.276, de 30 de junho de 2010, e segundo o disposto na Lei nº 13.885, de 17 de outubro de 2019, que estabeleceu critérios de distribuição dos valores arrecadados nos mencionados leilões (R\$5.897.100.000,00); e

d) em Operações Oficiais de Crédito, a concessão de subvenção econômica em benefício das empresas cerealistas, sob a modalidade de equalização de taxas de juros, nas operações de financiamento a serem contratadas com o Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social — BNDES até 30 de junho de 2020, de acordo com o art. 43 da Medida Provisória nº 897, de 1º de outubro de 2019 (R\$8.560.000,00).

O crédito em questão será viabilizado à conta de excesso de arrecadação de Recursos de Concessões e Permissões e de anulação de dotações orçamentárias. Com relação à segunda fonte de recursos, a Exposição de Motivos (EM) que acompanhou o projeto esclarece que a programação objeto de cancelamento não sofrerá prejuízo na sua execução, já que o remanejamento foi decidido com base em projeções de suas possibilidades de dispêndio até o final do presente exercício.

O excesso de arrecadação provém de duas fontes de recursos, cujas naturezas são as seguintes: 13410111 — Bônus de Assinatura do Contrato de Concessão — Principal (reestimativa de R\$8.915.923.533,00) e 13430111 — Bônus de Assinatura de Contrato de Partilha de Produção — Parcela da União — Principal (reestimativa de R\$52.470.128.653,00). O valor do excesso de arrecadação destinado a este crédito monta R\$40.497.100.000,00.

Já os cancelamentos de dotações vigentes estão concentrados em duas programações orçamentárias, demonstradas a seguir:

a) Ação Orçamentária '0Z01 — Reserva de Contingência Fiscal — Primária — Nacional', no valor de R\$8.209.298,00, cujo montante cancelado foi integralmente direcionado à Ação '00RU — Cumprimento de decisão judicial — Linha de crédito





CONGRESSO NACIONAL
Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização

especial para o pagamento de precatórios pelo Estado do Maranhão — No Estado do Maranhão'; e

b) Ação Orçamentária '0301 — Subvenção Econômica em Operações de Investimento Rural e Agroindustrial (Lei nº 8.427, de 1992) — Nacional', no valor de R\$8.560.000,00, cujo montante cancelado foi totalmente direcionado à Ação '00RW — Subvenção Econômica em Operações de Investimento Rural e Agroindustrial destinadas a Empresas Cerealistas (Medida Provisória nº 897, de 2019) – Nacional'.

Com relação ao impacto sobre o resultado primário, a EM declara que as alterações propostas não afetam a obtenção da meta fiscal fixada para o corrente exercício, vez que:

a) R\$16.769.298,00" — com correção de texto — "referem-se ao remanejamento entre despesas primárias obrigatórias, não alterando o montante destas para o corrente exercício;

b) R\$40.497.100,00 a atendimento de despesas primárias discricionárias à conta de excesso de arrecadação de Recursos de Concessões e Permissões, tendo sido consideradas no cálculo do referido resultado, constante do Relatório de Avaliação de Receitas e Despesas de que trata o art. 9º da Lei de Responsabilidade Fiscal — LRF, elaborado em outubro de 2019, de forma extemporânea, com base no § 5º do art. 59 da LDO-2019; e

c) as despesas relativas ao item 'b' serão executadas de acordo com os limites de movimentação e empenho constantes do Anexo I do Decreto nº 9.711, de 15 de fevereiro de 2019, conforme estabelece o § 2º do art. 1º desse decreto.

No que tange ao Novo Regime Fiscal (...), a Exposição de Motivos informa que o crédito em questão se apresenta em sintonia com o novo regramento trazido pela Emenda Constitucional nº 95, de 2016, tendo em vista que:

a) parte do crédito se refere a remanejamento entre despesas primárias obrigatórias, não ampliando as dotações orçamentárias sujeitas aos limites das despesas primárias estabelecidos para o corrente exercício; e

b) a outra parte, a despesa decorrente da revisão do contrato de cessão onerosa prevista na Lei nº 12.276, de 2010, e a transferência a Estados, Distrito Federal e Municípios de parte dos valores arrecadados com os leilões não se incluem na base de cálculo e nos limites estabelecidos pela EC 95/16, conforme





CONGRESSO NACIONAL
Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização

inciso V do § 6º do art. 107 do ADCT, incluído pela Emenda Constitucional nº 102, de 2019.

Ao projeto de lei foi apresentada 1 (uma) emenda, conforme consta do Anexo A deste relatório.

É o relatório.

2. Análise

Do exame da proposição, entendemos que a proposta está formulada em conformidade com o disposto na Constituição Federal, na Lei nº 4.320, de 1964, na Lei Complementar nº 101, de 2000 (LRF), e na Lei nº 13.707, de 14 de agosto de 2018 (LDO 2019).

A proposição encontra-se articulada na modalidade apropriada de crédito adicional, isto é, crédito especial, uma vez que objetiva incluir novas programações na Lei Orçamentária vigente — LOA 2019 (...).

Conforme assinalado na Exposição de Motivos, a aprovação do crédito é neutra do ponto de vista da obtenção da meta de resultado primário, além de não interferir no limite de gasto primário estabelecido pela EC 95/16, porque, embora novas programações de natureza primária estejam sendo criadas, a origem de recursos para seu atendimento é a anulação de gastos de igual natureza. Além disso, a maior parte das despesas do crédito relativas ao pagamento à PETROBRAS e a transferência de recursos a Estados e Municípios foi excluída do teto de gastos pela EC 102/19."

O SR. PRESIDENTE (Marcelo Castro. MDB - PI) - Eu quero, mais uma vez, pedir silêncio, por favor.

O que foi que aconteceu? Todo o mundo está um pouco assanhado, falando demais.

Agradeço a colaboração.

O SR. EDUARDO GOMES (MDB - TO) - "Avaliamos, ainda, que o projeto está redigido em conformidade com os princípios e as regras de técnica legislativa, mormente no que se refere à observância da Lei Complementar nº 95, de 1998.

Vale salientar que a análise dos cancelamentos presentes no crédito indica que não são oferecidas programações de execução obrigatória decorrentes da aprovação de emendas individuais ou de bancada estadual.





CONGRESSO NACIONAL
Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização

No que se refere ao mérito, o exame das programações a serem criadas, em conjunto com as informações fornecidas na Exposição de Motivos, leva ao entendimento de que o crédito em geral é conveniente e oportuno.

A Emenda nº 1, de autoria do Deputado Bohn Gass (PT/RS), pretende dar nova redação à Ação Orçamentária '00RW — Subvenção Econômica em Operações de Investimento Rural e Agroindustrial destinadas a Empresas Cerealistas (Medida Provisória nº 897, de 2019)', deixando claro que a subvenção pode se dar tanto pelos preceitos da Medida Provisória nº 897, de 2019, quanto pela Lei nº 8.427, de 1992.

(...)

Acreditamos que a proposta facilitará a execução da dotação orçamentária a ser incluída pelo PLN, principalmente tendo em vista que a MP 897/19 não revogou a Lei nº 8.427/92, apenas a alterou. Por isso, propomos a sua aprovação. No entanto, sugerimos redação alternativa que nos pareceu mais adequada à boa técnica legislativa, alterando '(Medida Provisória nº 897, de 2019) e também à Lei nº 8.427/1992' para '(Medida Provisória nº 897, de 2019, e Lei nº 8.427/1992)', conforme apresentado no Anexo A deste relatório.

3. Voto

Diante do exposto e considerando a constitucionalidade, juridicidade e mérito da matéria, votamos pela aprovação do Projeto de Lei nº 45, de 2019-CN, com a incorporação da alteração promovida pela Emenda nº 1, na forma do substitutivo constante do Anexo B deste relatório."

É o voto, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Marcelo Castro. MDB - PI) - Em discussão o relatório do nobre Senador Eduardo Gomes.

Com a palavra o Deputado Zeca Dirceu.

O SR. ZECA DIRCEU (PT - PR) - Sr. Presidente, Sr. Relator Senador Eduardo Gomes, por mais que tenha sido acatada a emenda de autoria do Deputado Bohn Gass — inclusive, ele me pediu que estivesse aqui, porque ele é autor de um requerimento e está coordenando uma Mesa em outra Comissão —, a operação de crédito, a descrição da ação não foi alterada. A nossa assessoria técnica está entendendo que, por mais que seja um detalhe, é um detalhe importante. Assim, queríamos fazer um pedido ao Relator, para que, de fato, não ficasse a subvenção





CONGRESSO NACIONAL
Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização

exclusivamente a cerealistas, mas que ela tivesse um escopo um pouco mais amplo na sua descrição, para que não tenhamos problemas futuros na hora de executar.

O Deputado Bohn Gass lembra que a prioridade continua sendo dos cerealistas, mas, havendo disponibilidade de recursos, poderia atender a uma série de outras ações, inclusive das cooperativas.

Então, é apenas este detalhe.

O SR. PRESIDENTE (Marcelo Castro. MDB - PI) - Com a palavra o nobre Relator, para se manifestar sobre essa sugestão.

O SR. EDUARDO GOMES (MDB - TO) - Sr. Presidente, nós incorporamos a sugestão do Deputado Zeca Dirceu.

Foi consultada a consultoria técnica. É perfeitamente razoável e oportuno.

O SR. PRESIDENTE (Marcelo Castro. MDB - PI) - Muito bem.

Com a palavra o nobre Deputado Claudio Cajado.

O SR. CLAUDIO CAJADO (Bloco/PP - BA) - Sr. Presidente, primeiro, quero concordar com o teor do relatório do Senador Eduardo Gomes e da emenda apresentada.

Aproveito a oportunidade para parabenizar o novo Líder do Governo. Nós sabemos que este momento é para a discussão do projeto, mas quero me dirigir ao Senador.

V.Exa. foi escolhido pelo Presidente Bolsonaro para conduzir os trabalhos à frente da Liderança do Governo no Congresso. Aproveitando a discussão do seu relatório, quero desejar boa sorte a V.Exa.

Por ter sido V.Exa. Deputado Federal, nosso colega, 1º Secretário da Mesa, peço a todos que recebam V.Exa. com uma salva de palmas, desejando-lhe boa sorte.

(O Plenário presta a homenagem solicitada.)

O SR. PRESIDENTE (Marcelo Castro. MDB - PI) - Depositamos nele muitas esperanças.

O SR. CLAUDIO CAJADO (Bloco/PP - BA) - Sr. Presidente, se V.Exa. me permitir, eu queria elogiar o trabalho da Líder Joice Hasselmann.

O SR. PRESIDENTE (Marcelo Castro. MDB - PI) - É muito justo.

O SR. CLAUDIO CAJADO (Bloco/PP - BA) - S.Exa. fez um trabalho brilhante. Eu não tenho dúvida de que os motivos pelos quais ela não continua à frente da





CONGRESSO NACIONAL
Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização

Liderança são motivos conhecidos: a questão partidária. Tenho certeza de que o trabalho que ela fez, a liderança que ela exerceu, a seriedade na condução de todo o processo e o acesso aos colegas deixaram em nós a expectativa de um trabalho realmente bem feito e reconhecido.

O SR. PRESIDENTE (Marcelo Castro. MDB - PI) - Quero me somar a V.Exa. nesta homenagem à ex-Líder Joice Hasselmann, que sempre teve um comportamento muito decente e construtivo aqui nesta Comissão e nas outras também, em todas as oportunidades.

O SR. CLAUDIO CAJADO (Bloco/PP - BA) - Se V.Exa. permitir e os colegas concordarem, para não haver ciúme, sugiro uma salva de palmas, mesmo na ausência de S.Exa.

(O Plenário presta a homenagem solicitada.)

O SR. HIRAN GONÇALVES (Bloco/PP - RR) - Presidente Marcelo Castro...

O SR. PRESIDENTE (Marcelo Castro. MDB - PI) - Pois não, Deputado Hiran Gonçalves.

O SR. HIRAN GONÇALVES (Bloco/PP - RR) - Eu queria fazer um apelo aos colegas Deputados e Senadores, para que nós pudéssemos apreciar muito rapidamente — o meu relatório já está pronto — também o Projeto de Lei do Congresso Nacional nº 38, de 2019, que trata da remuneração de mais de 10 mil peritos.

O SR. PRESIDENTE (Marcelo Castro. MDB - PI) - Médicos.

O SR. HIRAN GONÇALVES (Bloco/PP - RR) - Não só médicos, mas também assistentes sociais e peritos autônomos.

Se pudéssemos votá-lo hoje, Sr. Presidente, eu agradeceria aos nobres Srs. Parlamentares. Eu sei que todos têm uma agenda grande, têm que ir votar a nossa reforma da Previdência, mas eu queria encaminhar esse item também.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

Muito obrigado a todos.

O SR. PRESIDENTE (Marcelo Castro. MDB - PI) - Perfeito.

Vamos colocar em votação o relatório do Senador Eduardo Gomes na representação da Câmara dos Deputados.

Os Srs. Parlamentares que o aprovam permaneçam como se acham. *(Pausa.)*

Aprovado.





CONGRESSO NACIONAL
Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização

Em votação na representação do Senado Federal.

Os Srs. Senadores e as Sras. Senadoras que o aprovam permaneçam como se encontram. *(Pausa.)*

Aprovado.

A matéria vai ao Congresso Nacional.

Item 2. Apreciação da Errata ao Relatório de Atividades do Comitê de Admissibilidade de Emendas — CAE nº 2, de 2019, que dispõe sobre as diretrizes e orientações para a apresentação de emendas ao Projeto de Lei Orçamentária para 2020 (PLN 22/19-CN) e para a análise de sua admissibilidade, em razão do art. 25 da Resolução nº 1, de 2006, do Congresso Nacional.

Com a palavra o Coordenador do CAE, Deputado João Carlos Bacelar, para apresentação da errata.

O SR. JOÃO CARLOS BACELAR (PL - BA) - Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sras. e Srs. Senadores, após a aprovação do Relatório de Atividades do Comitê...

(O Sr. Presidente faz soar as campainhas.)

O SR. PRESIDENTE (Marcelo Castro. MDB - PI) - Mais uma vez, eu peço a colaboração de todos.

Hoje está terrível! Eu acho que essa chuva de ontem em Brasília perturbou os neurônios. *(Risos.)*

O SR. JOÃO CARLOS BACELAR (PL - BA) - Sr. Presidente Senador Marcelo Castro, passo à leitura:

"Identificou-se, após a aprovação do Relatório de Atividades do Comitê de Admissibilidade de Emendas pela CMO, a necessidade de suprir as seguintes omissões no que tange às emendas sujeitas à repetição:

a) Emenda da Bancada do Rio Grande do Sul — Adequação de travessia urbana em Santa Maria, na BR-158/287/RS, no Município de Santa Maria/RS. (Emenda 71220016/LOA 2019);

b) Emenda da Bancada do Rio de Janeiro — Reestruturação e modernização das instituições federais de ensino superior no Estado do Rio de Janeiro. Reestruturação do prédio da Faculdade de Medicina da UFRJ (conforme justificção da Emenda 7120003/LOA 2019)."

Essa é a correção, Sr. Presidente.





CONGRESSO NACIONAL
Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização

O SR. PRESIDENTE (Marcelo Castro. MDB - PI) - Em discussão a errata apresentada pelo Deputado João Carlos Bacelar. *(Pausa.)*

Não havendo quem queira discuti-la, coloco-a em votação na representação da Câmara dos Deputados.

Os Srs. Parlamentares que a aprovam permaneçam como se acham. *(Pausa.)*
Aprovada.

Em votação na representação do Senado Federal.

Os Srs. Parlamentares que a aprovam permaneçam como se acham. *(Pausa.)*
Aprovada.

A errata ao relatório da CAE apresentado ao Projeto de Lei Orçamentária de 2020 está aprovada.

Item 3. Apreciação do relatório apresentado ao Projeto de Lei do Congresso Nacional nº 24, de 2019, que abre ao Orçamento de Investimento para 2019 crédito suplementar no valor de R\$490.805.637,00, em favor das empresas Companhia Docas do Espírito Santo — CODESA, Companhia Docas do Estado de São Paulo — CODESP e Empresa Brasileira de Infraestrutura Aeroportuária — INFRAERO, para os fins que especifica. Relator: Deputado Dagoberto Nogueira. Voto: pela aprovação do projeto, na forma proposta pelo Poder Executivo. Ao projeto não foram apresentadas emendas.

O Relator está com a palavra, para a apresentação do seu relatório.

O SR. DAGOBERTO NOGUEIRA (PDT - MS) - Sr. Presidente, se V.Exa. permitir, eu lerei o relatório daqui mesmo.

Como não houve emendas, vou fazer um breve relato e vou simplesmente ler o voto. Desses R\$490.805.637,00, mais de 80%, ou seja, R\$407.857.393,00 são para a INFRAERO; R\$53.621.482,00 são para a Companhia Docas de São Paulo; e R\$29.326.762,00 são para a Companhia Docas do Espírito Santo. O projeto não recebeu emendas.

"II — Voto do Relator

Do exame do projeto, verificamos que a iniciativa não contraria os dispositivos constitucionais e os preceitos legais pertinentes, em particular no que diz respeito à sua compatibilidade com as disposições da LDO 2019 e do PPA 2016-2019, e à sua conformidade com a LOA 2019.





CONGRESSO NACIONAL
Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização

Diante do exposto, somos pela aprovação do Projeto de Lei nº 24, de 2019-CN, na forma proposta pelo Poder Executivo."

Esse é o relatório, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Marcelo Castro. MDB - PI) - O relatório do nobre Deputado Dagoberto Nogueira está em discussão. *(Pausa.)*

Não havendo quem queira discuti-lo, coloco-o em votação.

O SR. EDMILSON RODRIGUES (PSOL - PA) - Peço a palavra, por 1 minuto, para orientar, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Marcelo Castro. MDB - PI) - Em votação na representação da Câmara dos Deputados.

Para orientar a bancada, tem a palavra o Deputado Edmilson Rodrigues.

O SR. EDMILSON RODRIGUES (PSOL - PA) - Quero apenas expressar a minha opinião.

É positivo investir em empresas de economia mista, desde que haja um forte controle do Estado em áreas estratégicas, como é o caso da Companhia Docas do Espírito Santo, da Companhia Docas do Estado de São Paulo, da Empresa Brasileira de Infraestrutura Aeroportuária — INFRAERO.

No entanto, o que me entristece é saber que nós vamos votar a favor do relatório do Deputado Dagoberto — não há outro caminho —, mas sabemos que a estratégia maior é a privatização de empresas lucrativas. A CODESA, há pouco mais de 2 anos, foi posta como a "menina dos olhos" daqueles que têm interesse em controlar o setor portuário brasileiro, as companhias portuárias brasileiras. Parece-me que ocorre um processo de sanear as empresas e capitalizá-las, para entregá-las ao grande capital estrangeiro, particularmente. É o que querem fazer com a ELETROBRAS.

A Dilma sofreu *impeachment* com base num crime que ela não cometeu: pedaladas fiscais. Aqui se aprovam benefícios a petroleiras. Agora o Governo quer privatizar a ELETROBRAS, que tem um patrimônio mobiliário, inclusive ativos financeiros, da ordem de quase 300 bilhões de reais. No ano passado, ela teve um lucro líquido de 13,5 bilhões de reais. No primeiro trimestre deste ano, foram 3,5 bilhões de reais de lucro. Certamente alcançaremos mais de 14 bilhões de reais ao ano. E o Temer queria vender por 12 bilhões de reais uma empresa que valia àquela





CONGRESSO NACIONAL
Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização

altura 230 bilhões de reais. Agora querem vendê-la por 16 bilhões de reais — pelo menos foi isso o que o Governo Federal anunciou.

Então, quero apenas dizer que votamos, pois não há outro caminho, mas votamos criticamente, porque sabemos que há uma estratégia perversa contra a soberania do País.

Obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Marcelo Castro. MDB - PI) - Em votação na representação da Câmara dos Deputados.

Os Srs. Parlamentares que o aprovam permaneçam como se acham. *(Pausa.)*

Aprovado.

Em votação na representação do Senado Federal.

Os Srs. Parlamentares que o aprovam permaneçam como encontram. *(Pausa.)*

Aprovado.

A matéria vai ao Congresso Nacional.

Item 4. Apreciação do relatório apresentado ao Projeto de Lei do Congresso Nacional nº 27, de 2019, que altera a Lei nº 13.707, de 14 de agosto de 2018, que dispõe sobre as diretrizes para elaboração e execução da Lei Orçamentária de 2019. Relator: Senador Izalci Lucas.

O SR. IZALCI LUCAS (PSDB - DF) - Sr. Presidente, peço a V.Exa. para ir diretamente à análise e ao voto.

O SR. PRESIDENTE (Marcelo Castro. MDB - PI) - Voto: pela aprovação do projeto de lei na forma proposta pelo Executivo. Ao projeto não foram apresentadas emendas.

O Relator está com a palavra, para a apresentação do seu relatório.

O SR. IZALCI LUCAS (PSDB - DF) - Passo à leitura:

"II — Análise

A proposição legislativa em apreço observa as determinações constitucionais, legais e regimentais pertinentes.

No mérito, a Exposição de Motivos justifica a alteração legislativa pela necessidade de aguardar a realização de leilões das áreas de cessão onerosa, marcados para o dia 6 de novembro, para definição dos valores excedentes a serem transferidos para os demais entes da Federação mediante créditos suplementares e especiais.





CONGRESSO NACIONAL
Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização

Tais transferências constam da Proposta de Emenda à Constituição nº 152, de 2019, que, entre outras mudanças, inclui o art. 115 no ADCT, para que a União transfira a Estados e Distrito Federal e a Municípios — assim que a proposição aprovada pelo Senado Federal também o seja pela Câmara dos Deputados — pelo menos parte dos valores arrecadados com os leilões dos volumes excedentes ao limite a que se refere o § 2º do art. 1º da Lei nº 12.276, de 2010, descontada a despesa decorrente da revisão do contrato de cessão onerosa de que trata a lei. A referida PEC tramita na Comissão de Constituição e de Justiça e Cidadania da Câmara dos Deputados em regime especial e ainda está sujeita à aprovação do Plenário, em duas votações, por maioria qualificada.

Nesse contexto, a preocupação com a possibilidade de a PEC ser aprovada após 14 de novembro ou com eventuais alterações que exijam novas votações no Senado Federal que extrapolem essa data respalda a busca por medidas legislativas que compatibilizem a adoção da nova emenda constitucional com os prazos para submissão dos respectivos projetos de lei de créditos suplementares e especiais ao Congresso Nacional.

Observe-se, no entanto, que a aprovação pelo Senado Federal, em 15 de outubro, do Projeto de Lei nº 5.478, de 2019, 'que estabelece critérios de distribuição dos valores arrecadados com os leilões dos volumes excedentes ao limite a que se refere o § 2º do art. 1º da Lei 12.276, de 30 de junho de 2010, e dá outras providências', já sancionado sem vetos e transformado na Lei nº 13.885, 17 de outubro 2019, fixou os parâmetros para a distribuição desses recursos. Assim, caso o leilão ocorra no dia 6 de novembro, os valores pertinentes a cada destinatário já serão conhecidos, o que permitiria a submissão dos referidos projetos de lei, pelo Poder Executivo, até 14 de novembro.

Cumpra mencionar que a pretendida extensão do prazo de envio, sem limites de conteúdos veiculados, faculta que outros temas possam ser versados dessa mesma maneira. Todavia, a justificativa enfatiza apenas o encaminhamento dos créditos referentes aos excedentes, com o que concordamos.

Forçoso também ressaltar que, com tais prazos, esta Comissão terá tempo exíguo para a apreciação desses créditos, vez que o art. 106 da Resolução nº 1, de 2006-CN, determina o dia 20 de novembro como prazo limite para a sua análise pela





CONGRESSO NACIONAL
Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização

CMO, cabendo ao Plenário do Congresso Nacional a apreciação dos projetos transcorrida essa data.

III - Voto

Isso posto, votamos pela aprovação do Projeto de Lei nº 27, de 2019-CN, na forma encaminhada pelo Poder Executivo."

Esse é o voto.

O SR. PRESIDENTE (Marcelo Castro. MDB - PI) - O relatório está em discussão.

Com a palavra o nobre Deputado Edmilson Rodrigues para discutir a matéria, por 5 minutos.

O SR. EDMILSON RODRIGUES (PSOL - PA) - O que pretende o Governo é viabilizar um tempo que lhe permita saber o montante de recursos passíveis de transferência a Estados e Municípios. Então, é 1 mês que se dá, praticamente, de diferença.

Nós, no entanto, lastimamos que a PETROBRAS tenha perdido essa titularidade sobre os recursos da outorga onerosa. Não existiria pré-sal sem uma PETROBRAS que, gloriosamente, investiu décadas em pesquisas para viabilizar a descoberta desse que poderia ser o passaporte de um futuro digno para o nosso povo.

Infelizmente, aqui se legisla para tornar legais verdadeiras violências contra a soberania e contra os direitos do povo.

Nós vimos uma ação articulada de várias instituições, e a Lava-Jato, que teve, naturalmente, um papel importante no combate à corrupção, degenerou-se, a ponto de que hoje o *The Intercept* mostra os crimes cometidos por procuradores e as conversas com o juiz, que acaba assumindo, realmente, uma ação institucional totalmente contra a ordem e o Estado de direito. Portanto, comete crime. Em grande medida, o alvo era a PETROBRAS.

A filósofa Marilena Chauí fez uma análise: "*Não duvidem, é a soberania nacional, é a PETROBRAS que está em foco*". Muitos disseram: "*Isso aí é teoria da conspiração. Não tem essa história de imperialismo*". Dito e feito. Hoje, a PETROBRAS está sendo entregue para o grande capital. Então, em vez de se combater a corrupção de alguns bilhões, que deveriam retornar aos cofres públicos, fez-se que se combateu a corrupção, e, agora, já não há mais corrupção porque se





CONGRESSO NACIONAL
Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização

aprovou a entrega do pré-sal. E o controle sobre os recursos da outorga onerosa também são perdidos por parte da PETROBRAS, que vai ter um ressarcimento parcial. Os Estados e Municípios acabam ganhando.

Desse modo, não há como votar contra isso, mas é importante usar a palavra, e eu concluo com isso, para que a população saiba que estamos sendo engabelados. Votar contra agora é inviabilizar o repasse para Estados e Municípios, e até mesmo a PETROBRAS sairia num prejuízo ainda maior. Mas tudo isso aqui é uma forma de legalização de um crime de lesa-pátria, infelizmente, acobertado, legitimado pela maioria dos partidos e Deputados do Congresso Nacional, eleitos pelo povo, mas a serviço da Texaco, da francesa Total, da inglesa BP, enfim, de outras grandes multinacionais do petróleo, entre outras corporações financeiras.

Obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Marcelo Castro. MDB - PI) - O relatório está em discussão. *(Pausa.)*

Não havendo mais quem queira discuti-lo, em votação na representação da Câmara dos Deputados.

Os Srs. Deputados e as Srs. Deputadas que o aprovam permaneçam como se acham. *(Pausa.)*

Aprovado.

Em votação na representação do Senado Federal.

Os Srs. Senadores e as Sras. Senadoras que o aprovam permaneçam como se encontram. *(Pausa.)*

Aprovado.

A matéria vai ao Congresso Nacional.

O SR. HIRAN GONÇALVES (Bloco/PP - RR) - Ainda tem o PLN 38, Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Marcelo Castro. MDB - PI) - Consulto o Plenário sobre a possibilidade de votação do relatório referente ao Projeto de Lei nº 38, a despeito do previsto no art. 128 da Resolução nº 1, de 2006, do Congresso Nacional, que estabelece que a apreciação dos relatórios somente pode ocorrer 2 dias úteis após a sua distribuição.





CONGRESSO NACIONAL
Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização

Em deliberação a dispensa do prazo de 2 dias úteis para a votação do relatório ao Projeto de Lei nº 38, de 2019, nos termos do art. 128 da Resolução nº 1, de 2006, do Congresso Nacional.

O SR. EDMILSON RODRIGUES (PSOL - PA) - Contrário, Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Marcelo Castro. MDB - PI) - Com a palavra o Deputado Edmilson Rodrigues.

O SR. EDMILSON RODRIGUES (PSOL - PA) - Presidente, o que quer o Guedes com 230 bilhões de reais? Por que o Guedes não explica o que fará com esses recursos retirados do Ministério da Educação?

O SR. PRESIDENTE (Marcelo Castro. MDB - PI) - São 230 milhões de reais.

O SR. EDMILSON RODRIGUES (PSOL - PA) - Milhões. De qualquer forma, é para tirar da educação. É verdade que não se atinge diretamente, como se atingiu com aqueles cortes absurdos, as universidades, inviabilizando os programas de pesquisa e criando um verdadeiro caos, por causa de um Ministro que é expressão da balbúrdia, da incompetência, da ignorância, um verdadeiro "sanduíche *kafka*", não é?

Agora, 230 milhões de reais, se estão disponibilizados em uma área administrativa, em uma área burocrática da educação, então, por que não se investir na própria educação?

Acabaram com programas importantes, como o programa de formação superior de professores. Mesmo no Estado de São Paulo ou no Rio Grande do Sul, ainda há carência de formação. O PARFOR acabou. Mas no Piauí, em Mato Grosso do Sul, no Pará, há disciplinas em que 80% a 90% dos professores não têm a formação específica, as turmas são multisseriadas. Muitas vezes, uma professora que tem o ensino fundamental dá aula para turmas de quatro séries. Essa é a realidade dos rincões do Brasil. Não é uma professora ou um professor, são muitos milhares. Aí zeram-se os recursos para o PARFOR.

Eu sou da Universidade Federal Rural da Amazônia, que, no Pará, foi a que mais absorveu o programa. Formou professores nas mais diversas áreas de licenciatura, ajudando na base para a qualidade social da educação pública no País, particularmente no Estado do Pará. Se há recursos, por que não retomá-los? Se há recursos, por que não pagar bolsas para estudantes?





CONGRESSO NACIONAL
Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização

Recentemente visitei quilombos e comunidades indígenas. É inadmissível perceber que, este ano, pelo menos 5 mil indígenas de lideranças quilombolas não tiveram como se manter nas universidades, por um motivo simples: não têm como sustentar a família estudando na cidade. Então, o indígena, que em tese tem o direito de ser médico, arquiteto, professor, na prática, está tendo o seu direito inviabilizado.

Sabem o que é isso? É racismo institucional. Se há 230 milhões de reais, não dá para atender a todos os bolsistas da bolsa permanência, mas vamos pelo menos salvar o direito de alguns negros quilombolas e indígenas para viabilizar que ele possa ser médico, engenheiro, o que quiser.

Na verdade, este País regulamenta e legaliza violências contra os mais humildes.

É por isso que eu sou contra a inversão e voto também contra a matéria.

Obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Marcelo Castro. MDB - PI) - Com a palavra o Deputado Zeca Dirceu para discutir sobre a quebra de interstício.

O SR. ZECA DIRCEU (PT - PR) - Sr. Presidente, por mais que seja meritória e justa a indicação a que se destina esse PLN 38, sempre que há um cancelamento que envolve a área da educação, merece, da nossa parte, uma fala de preocupação.

Nós temos de lembrar que, de forma equivocada, o Congresso Nacional, há 4 anos ou um pouco menos, permitiu que o orçamento da educação como um todo fosse congelado por 10 anos, quando aprovamos a Emenda Constitucional nº 95.

De lá para cá, o orçamento da educação, e de tantos outros, não só está congelado, como vem sofrendo reduções, como está proposto para 2020, e contingenciamentos. Em épocas em que o orçamento da educação era muito grande e crescia a cada ano, talvez isso não tivesse tanto impacto.

Neste ano, nós vimos o tamanho do impacto, a celeuma que se criou, a crise que se instaurou nas universidades, atingindo também a educação básica, as nossas escolas, as nossas creches. O Governo retrocedeu demoradamente nos contingenciamentos e nos bloqueios realizados. Vamos terminar o ano de 2019 com redução de danos, com o mínimo de condições para a educação funcionar no País, não de forma a se ampliar, a melhorar, a dar mais qualidade ao serviço ofertado à população.





CONGRESSO NACIONAL
Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização

Nós não vamos fazer aqui nenhum tipo de obstrução nem inviabilizar que a maioria tome suas decisões. Mas por eu ser membro titular da Comissão de Educação, gostaria de aproveitar o momento para fazer uma ponderação e pedir a compreensão de V.Exas. Eu sei que, nesta Casa, para os Deputados e os Senadores, a educação volta a ser a grande prioridade em nosso País. Que nós façamos as devidas mudanças, no Orçamento de 2020 — ele ainda será discutido e aprovado, terá o seu Relator Setorial —, para evitar os dissabores deste ano, o que já vem acontecendo desde a Emenda Constitucional nº 95.

O SR. PRESIDENTE (Marcelo Castro. MDB - PI) - Pois não, nobre Deputado Zeca Dirceu.

Com a palavra o nobre Deputado Hildo Rocha.

O SR. HILDO ROCHA (Bloco/MDB - MA) - Sr. Presidente, Senador Marcelo Castro, ilustres membros da Comissão Mista de Orçamento, estamos debatendo aqui a respeito do projeto de lei ao Congresso Nacional cujo Relator é o Deputado Hiran Gonçalves.

Eu vi aqui que o dinheiro vai se destinar a médicos peritos, que precisam ser remunerados por suas atividades. A população é quem mais precisa de uma perícia para se aposentar ou, como se diz no interior do Maranhão, para se encostar.

O dinheiro não está sendo tirado de nenhum programa da área de educação, mas do GND1, que está ligado a pessoal. Isso não significa que o dinheiro será tirado de programas ou de algum tipo de investimento nem da merenda escolar, nem do transporte escolar, nem de creches. Será gasto o que não se gastou. O dinheiro que não for gasto será usado para despesas. Orçamento é previsão.

Pode parecer que se está tirando dinheiro da educação para jogá-lo para a saúde ou para a assistência social, mas não é isso. Esse dinheiro é um orçamento que não será usado e que está sendo aproveitado para algo muito justo: viabilizar as perícias no País.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Marcelo Castro. MDB - PI) - Em votação a quebra de interstício.

Na Câmara dos Deputados, os Srs. Deputados que o aprovam permaneçam como se acham. *(Pausa.)*

Aprovado.





CONGRESSO NACIONAL
Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização

No Senado Federal, os Srs. Senadores que o aprovam permaneçam como se encontram. (*Pausa.*)

Aprovada a quebra de interstício.

Item 5. Apreciação do relatório apresentado ao Projeto de Lei nº 38/2019-CN, que abre ao Orçamento Fiscal da União, em favor de Encargos Financeiros da União, crédito especial no valor de R\$230.000.000,00 (duzentos e trinta milhões de reais), para os fins que especifica. Relator: Deputado Hiran Gonçalves. Voto: pela aprovação do projeto de lei, na forma proposta pelo Executivo. Ao projeto não foram apresentadas emendas.

O Relator está com a palavra para apresentação do seu relatório.

O SR. HIRAN GONÇALVES (Bloco/PP - RR) - Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados; Sras. e Srs. Senadores, eu peço permissão para ir direto ao voto.

"II. Voto do Relator

Do exame da proposição, verifica-se que a iniciativa do Poder Executivo encontra-se articulada na modalidade apropriada de crédito adicional, isto é, crédito especial, uma vez que objetiva a alocação de programação nova, não prevista na Lei Orçamentária em vigor (Lei nº 13.808, de 15 de janeiro de 2019).

Observa-se ainda que a proposta guarda conformidade com os diversos diplomas jurídicos de regência da matéria: Constituição Federal; Lei nº 4.320, de 17 de março de 1974; Lei nº 13.707, de 14 de agosto de 2018 (LDO-2019); e Lei nº 13.249, de 13 de janeiro de 2016 (PPA 2016-2019).

Encontram-se particularmente satisfeitas as disposições do art. 167, incisos V e VII, da Constituição Federal, e do art. 43, § 1º, inciso III, da Lei nº 4.320, de 13 de março de 1964.

Citados dispositivos constitucionais vedam: (i) a abertura de crédito suplementar ou especial sem prévia autorização legislativa e sem a indicação dos recursos correspondentes; e (ii) a transposição, o remanejamento ou a transferência de recursos de uma categoria de programação para outra ou de um órgão para outro sem prévia autorização legislativa.

Por seu turno, as prescrições constantes do art. 43 da Lei nº 4.320, de 17 de março de 1964, foram obedecidas, pois os recursos indicados para fazer face à programação incluída são provenientes de anulação de dotação orçamentária,





CONGRESSO NACIONAL
Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização

conforme indicado no Anexo II do projeto. É objeto de cancelamento a seguinte programação: Ação 20TP — Ativos Civis da União, no valor de 230 milhões de reais.

Nesse particular, cumpre frisar que o Relatório de Avaliação de Receitas e Despesas Primárias referente ao 4º bimestre de 2019 indicou que as despesas com Pessoal e Encargos Sociais em 2019 seriam menores do que o previsto para o exercício pela Lei Orçamentária — projeção essa mantida até a presente data. Tal informação, ao lado da execução orçamentária e financeira da programação correlata até o momento, confirma a existência de disponibilidade de recursos em montante passível de anulação que torna viável o presente crédito especial.

As disposições pertinentes à LDO-2019, em especial as constantes de seu art. 46, restam cumpridas, considerando que o crédito:

- restringe-se a um único tipo de crédito adicional (especial) (§ 1º);
- contém, em exposição de motivos, justificativa referente à necessidade das novas dotações, asseverando que as programações objeto do cancelamento proposto não sofrerão prejuízos em sua execução (§ 3º); e
- declara que as alterações decorrentes de sua abertura não afetam a obtenção do resultado primário fixado para 2018 (§ 4º).

No que se refere à compatibilidade da proposta com o PPA vigente, o crédito não contraria os dispositivos do Plano Plurianual 2016-2019.

Assim, as informações prestadas, ao lado da análise aqui exposta, indicam haver coerência nos termos do crédito especial em exame com as disposições da legislação orçamentária em vigor, bem assim denotam a correspondente adequação e compatibilidade com a LDO-2019 e com o PPA 2016-2019.

Diante do exposto, somos pela aprovação do PLN 38, de 2019-CN, na forma proposta pelo Poder Executivo."

Obrigado, Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados e Senadores.

O SR. PRESIDENTE (Marcelo Castro. MDB - PI) - Está em discussão o relatório do nobre Deputado Hiran Gonçalves.

O SR. EDMILSON RODRIGUES (PSOL - PA) - Contrário, Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Marcelo Castro. MDB - PI) - Com a palavra o Deputado Edmilson Rodrigues.

O SR. EDMILSON RODRIGUES (PSOL - PA) - Queria dizer, com muito carinho, à Associação Brasileira de Medicina Legal e Perícias Médicas que, se não





CONGRESSO NACIONAL
Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização

houvesse outro caminho, eu votaria a favor do projeto. Eu jamais votaria para manter a situação humilhante desses profissionais, ainda que médicos, mas peritos, assistentes sociais e outros profissionais que trabalham nessa área. A perícia, aliás, é uma área transdisciplinar — eu não diria nem multidisciplinar nem interdisciplinar propriamente. Quem conhece a associação dos peritos e quem puder ler sua revista periódica vai perceber que quase todos têm formação densa, acadêmica. E o conteúdo dos artigos em geral são os dados concretos do próprio trabalho pericial. Então, são trabalhos riquíssimos, que, às vezes, a universidade não consegue fazê-los no mesmo nível, porque não há recursos para a obtenção de dados. Mas a perícia, não. Então, seja na área da poluição, seja em outra área, a perícia gera dados importantes. Agora mesmo a perícia sobre essa questão das manchas de petróleo vai certamente gerar não só um trabalho pericial, mas também estudos importantes.

Dito isso, por que eu votarei contra? É porque, neste caso em particular, nós tínhamos uma solução, que era abrir crédito extraordinário. Isso por um motivo simples: a meta fiscal está sendo cumprida, Deputado Hiran Gonçalves. V.Exa. sabe o respeito que eu tenho por V.Exa. Então, nós tínhamos que propor aqui um caminho diferente. O Governo não é obrigado a tirar 230 milhões de reais da educação. O Deputado Hildo Rocha tem razão. S.Exa., não está tirando agora do programa A, B ou C, porque já foi tirado. O recurso para a formação continuada de professores está quase zerado. Eu falei nas bolsas, e também está quase zerado o recurso. No PARFOR, apenas algumas turmas já iniciadas continuam. Não há novas turmas.

De modo que, se o argumento aqui é o de que não faz falta, eu digo que faz falta, sim, porque uma série de programas dentro do MEC poderiam ser retomados. O que está sendo feito aqui é mudança no Orçamento, é verdade. Mas mudar o Orçamento significa mudar também a execução financeira, porque está se reduzindo o Orçamento em 230 milhões de reais. Mas nós poderíamos mantê-lo do jeito que está, para que essa margem orçamentária fosse usada por meio de transferência dentro do próprio Ministério de Educação, para fomentar outras áreas educacionais importantes, seja na educação básica, seja na universidade, seja nos institutos federais, que estão à míngua. Quando visitamos esses institutos, vemos que não há recurso nem para pagar a energia elétrica.





CONGRESSO NACIONAL
Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização

E mais, e eu concluo com isso, Sr. Presidente: 2,3 bilhões de reais é o que ainda está bloqueado da educação. O Governo anunciou agora que liberou o recurso e teria zerado os cortes para a universidade. Não é bem assim, porque os cortes vêm sendo feitos ao longo de vários anos. Bolsonaro apenas está concluindo uma etapa destrutiva desse período histórico golpista no País. Então, ele ampliou os cortes. Mas as instituições estão trabalhando, ao longo dos últimos 3 ou 4 anos, com, pelo menos, 30% a menos, no caso dos institutos de ciência e tecnologia.

Então, nós temos na educação 2,3 bilhões de reais que estão bloqueados. E, portanto, nós estamos ainda reduzindo em mais 230 milhões de reais do Orçamento, o que inviabiliza, inclusive, a possibilidade de surgirem recursos e, de repente, haver um *boom* na economia. Não temos como repor o Orçamento, porque ele já estará oficialmente reduzido por esta Comissão. Como há outro caminho, viabilizem os créditos ordinários ou, por que não, as despesas financeiras. Há várias outras possibilidades de solução.

Então, meus queridos peritos e peritas, vocês têm a minha solidariedade. Eu sei que essa matéria será aprovada. Como sou um educador, professor há 42 anos, dei-me o direito de argumentar e votar contra, com a certeza de que não haverá prejuízo. Se eu soubesse que haveria prejuízo a vocês, eu aqui abriria mão e, em certa medida, flexibilizaria esse princípio, que aqui serviu de base para o meu argumento, para não prejudicar uma categoria profissional, que, na verdade, são várias categorias.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Marcelo Castro. MDB - PI) - Pois não.

Com a palavra o Deputado Celso Sabino para discutir a matéria.

O SR. CELSO SABINO (PSDB - PA) - Sr. Presidente, eu quero aqui manifestar o nosso entendimento consonante com o relatório do Deputado Hiran Gonçalves. Entendemos que não só a categoria dos peritos da Justiça Federal, mas também nenhum profissional neste País, merece trabalhar sem a sua justa, merecida e digna remuneração. Entendemos que não está sendo contingenciado ou retirado recurso, ou ainda diminuído qualquer projeto ou programa do Ministério da Educação, como bem disse o Deputado Hildo Rocha.





CONGRESSO NACIONAL
Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização

Acreditamos, inclusive, que, segundo foi anunciado pelo Ministro Abraham no seu último pronunciamento, todos os recursos que haviam sido contingenciados neste ano já foram descontingenciados.

Então, se há retirada de recursos da educação historicamente, não foi neste ano, não foi talvez nos 2 anos anteriores, em que foi o Presidente Michel Temer quem presidiu o Brasil. Nós tivemos uma longa história na qual tivemos como Presidentes Lula e Dilma, que durante vários anos fizeram contingenciamentos na educação. Então, essa história não é de hoje.

Eu acredito que, se nós estamos na situação de hoje e poderíamos estar muito melhor, talvez seja em virtude dos mais de 6 bilhões de reais que foram desviados da PETROBRAS. Talvez esses 6 bilhões de reais pudessem estar sendo investidos na educação, no desenvolvimento, nos institutos federais, nas universidades federais. Nós poderíamos estar vivendo hoje, no Brasil, uma história melhor, diferente da que nós estamos vivendo hoje. Não vão ser esses 200 milhões de reais que nós vamos remanejar para pagar dignamente profissionais que estão trabalhando no País, como é o caso aqui dos peritos da Justiça Federal.

Eu venho aqui manifestar, neste momento de discussão, o nosso entendimento, a nossa consonância com o relatório do Deputado Hiran Gonçalves e com as palavras aqui proferidas pelo Deputado Hildo Rocha, de sermos favoráveis a esse entendimento, a esse PLN e ao relatório do Relator.

O SR. PRESIDENTE (Marcelo Castro. MDB - PI) - Continua em discussão o relatório do Deputado Hiran Gonçalves. *(Pausa.)*

Em votação.

Para orientar, concedo a palavra ao Deputado Edmilson Rodrigues.

V.Exa. dispõe de 1 minuto, Deputado.

O SR. EDMILSON RODRIGUES (PSOL - PA) - Sr. Presidente, eu quero sugerir ao Deputado Celso Sabino, que é um profissional da área de auditoria, que entre no *site* do Sistema Integrado de Orçamento e Planejamento — SIOP agora. Hoje, inclusive, nossa assessoria o acessou, e lá se mostra onde estão sendo cortados os 230 milhões de reais, que a meu ver é muito dinheiro. Um milhão de reais para uma universidade hoje é motivo de festa, 500 mil reais é festa — e eu tenho visitado os *campi* das universidades do Estado do Pará.





CONGRESSO NACIONAL
Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização

Então, só desse item, só dessa rubrica são 171 milhões de reais cortados. É só entrar no SIOP: 2,3 bilhões de reais estão bloqueados pelo mentiroso, balbardiador da educação brasileira, Ministro Weintraub. Não acreditemos nas palavras de um cara que não tem dado demonstração de compromisso com a educação. Tirar da educação 230 milhões de reais e dizer que isso é pouco? Não é pouco, pessoal.

Eu fui à UFOPA. Em Santarém o reitor clama! Se nós conseguirmos 200 mil reais, eles farão uma festa! Eu fui com o Prof. Maurílio a Marabá, neste final de semana. Com menos de 200 mil reais dá para equipar o laboratório do curso de engenharia civil. Eu fui homenageado, foi uma festa! Então, não se pode dizer que 230 milhões de reais não fazem falta para a educação. Fazem muita falta, e os professores, as famílias, as crianças, os universitários sabem ainda quanto mais é necessário investir em educação.

Muito obrigado.

O SR. CELSO SABINO (PSDB - PA) - Presidente, peço 1 minuto regimental. Eu fui citado pelo Deputado Edmilson.

O SR. PRESIDENTE (Marcelo Castro. MDB - PI) - V.Exa. tem a palavra.

O SR. CELSO SABINO (PSDB - PA) - Deputado, eu não disse em nenhum momento que 200 milhões de reais era pouco recurso para a educação. Eu acho que cada centavo investido na educação neste País é de suma importância. Eu falei apenas dos mais de 6 bilhões de reais que foram desviados da PETROBRAS, e que esses recursos, sim, poderiam transformar, e muito, a educação no Brasil. Nós não podemos aqui punir os peritos da Justiça Federal, negando a eles o direito inclusive alimentar ou de serviços que já foram executados.

O SR. PRESIDENTE (Marcelo Castro. MDB - PI) - O relatório está em discussão. *(Pausa.)*

Não havendo mais quem queira discuti-lo, está encerrada a discussão.

Em votação na representação da Câmara dos Deputados.

Os Srs. Parlamentares que o aprovam permaneçam como se acham. *(Pausa.)*

Aprovado.

Em votação na representação do Senado Federal.

Os Srs. Parlamentares que o aprovam permaneçam como se encontram. *(Pausa.)*

Aprovado.





CONGRESSO NACIONAL
Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização

A matéria vai ao Congresso Nacional.

O SR. HIRAN GONÇALVES (Bloco/PP - RR) - Sr. Presidente, eu queria fazer só um agradecimento aos Senadores e aos Deputados que apoiaram este projeto e dizer que, realmente, Deputado Edmilson, 230 milhões de reais é um valor significativo. Mas é importante também dizer aqui que esses peritos, que não são só médicos, mas assistentes sociais — e são mais de 10 mil —, estão há quase 1 ano sem receber por suas perícias, que custam ao poder público cerca de 200 reais.

Quando nós aprovamos aqui uma MP que trata de analisar fraudes no INSS, nós vamos ter muitas demandas na Justiça Federal de pessoas muito humildes que estão solicitando seu BPC, que têm seus direitos negados no INSS, que vão para a parte recursal na Justiça Federal. Nós temos que garantir o direito dessas pessoas de reverem aquela sua expectativa de direito.

Quero também fazer mais uma solicitação ao Sr. Presidente e às Sras. e aos Srs. Deputados e Senadores. Como se trata de restaurar a remuneração desses profissionais, que não estão recebendo nada há quase 1 ano, que pudéssemos, através de um ofício ao Presidente do Congresso Nacional, colocar esse PLN na pauta de amanhã da nossa sessão do Congresso, para já aprová-lo.

Muito obrigado, Sr. Presidente. Muito obrigado, Srs. Deputados e Senadores.

O SR. PRESIDENTE (Marcelo Castro. MDB - PI) - Deputado Hiran Gonçalves, já consta da pauta de amanhã esta matéria para ser votada no Congresso Nacional.

O SR. HIRAN GONÇALVES (Bloco/PP - RR) - Muito obrigado, Sr. Presidente.

O SR. EDMILSON RODRIGUES (PSOL - PA) - Só para não pairar dúvida, quero parabenizá-lo, Deputado, pelo esforço na elaboração do relatório. Mas também queria dizer que este debate democrático é importante.

Fiz questão de dizer que dou total apoio aos peritos, que têm o direito de serem remunerados pelo trabalho realizado. Mas o Governo, como eu mostrei no meu argumento, tinha outras formas de pagá-los, mas resolveu tirar da educação. Aí eu não tive como votar a favor. Bastava querer e nós teríamos viabilizado recursos extraordinários, por exemplo, e pagaríamos os peritos sem retirar da educação, que, aliás, poderia ganhar muito se o pré-sal não tivesse sido privatizado e entregue a multinacionais, que, além de tudo, ainda recebem benefícios fiscais na ordem de 1,1 trilhão de reais, segundo calculou um consultor desta Casa, o Paulão, que é um dos





CONGRESSO NACIONAL
Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização

maiores especialistas em petróleo do Brasil, quiçá do mundo — repito, 1,1 trilhão de reais.

Corruptos que roubaram 6, 8, 10 bilhões têm que ir para a cadeia; o problema é quando se faz uma lei para legitimar o roubo de mais de 1 trilhão de reais em favor de 3 petroleiras. Aí esse debate tem que ser feito, porque são a educação e o povo brasileiro que estão perdendo.

O SR. PRESIDENTE (Marcelo Castro. MDB - PI) - Matéria extrapauta.

Há requerimento de inclusão na pauta, de autoria do nobre Deputado Dagoberto Nogueira, do Projeto de Lei nº 41, de 2019, do Congresso Nacional.

Informo ainda que há requerimento sobre a mesa para a quebra de interstício, no sentido de apreciar as matérias.

Então, consulto o Plenário sobre a possibilidade de votação das proposições, a despeito do previsto no art. 128 da Resolução nº 1, de 2006, do Congresso Nacional, que estabelece que a apreciação dos relatórios somente poderá ocorrer após o prazo de 2 dias úteis de sua distribuição.

O SR. DAGOBERTO NOGUEIRA (PDT - MS) - Eu só queria abordar o relatório feito pela Senadora Soraya Thronicke.

O SR. PRESIDENTE (Marcelo Castro. MDB - PI) - Só vou colocar em votação o requerimento.

O SR. DAGOBERTO NOGUEIRA (PDT - MS) - Queria apresentar a justificativa antes da votação.

O SR. PRESIDENTE (Marcelo Castro. MDB - PI) - Pois não.

O SR. DAGOBERTO NOGUEIRA (PDT - MS) - O relatório foi feito pela Senadora Soraya Thronicke. Como estou vendo quais são os recursos, não vejo nenhuma dificuldade de ler o relatório, até porque, desse 1 bilhão e 300 milhões de reais, mais de 1 bilhão de reais é para a educação, assim como para o Ministério da Cidadania e o Ministério da Mulher. Então, não vejo nenhuma dificuldade e posso ler, com muito prazer, esse parecer, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Marcelo Castro. MDB - PI) - O requerimento é para inclusão na pauta e dispensa do prazo de 2 dias úteis para votação do relatório apresentado ao PL 41/2019-CN, nos termos do art. 128 da Resolução nº 1, do Congresso Nacional.

Em votação na representação da Câmara dos Deputados.





CONGRESSO NACIONAL
Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização

Os Srs. Deputados que o aprovam permaneçam como se acham. *(Pausa.)*

Aprovado.

Em votação na representação do Senado Federal.

Os Srs. Senadores que o aprovam permaneçam como se encontram. *(Pausa.)*

Aprovado.

Vamos à apreciação da matéria extrapauta.

Apreciação do relatório apresentado ao Projeto de Lei nº 41/2019-CN, que abre aos Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social da União, em favor dos Ministérios da Ciência, Tecnologia, Inovações e Comunicações, da Educação, da Cidadania e da Mulher, da Família e dos Direitos Humanos, crédito suplementar no valor de R\$1.369.984.032,00 (um bilhão, trezentos e sessenta e nove milhões, novecentos e oitenta e quatro mil e trinta e dois reais), para reforço de dotações constantes na Lei Orçamentária vigente. Relatora: Senadora Soraya Thronicke, que será substituída pelo Deputado Dagoberto Nogueira. Voto: pela aprovação do projeto de lei, na forma proposta pelo Poder Executivo. Encerrado o prazo regimental ao projeto, foram apresentadas duas emendas.

O Relator está com a palavra para a apresentação do relatório.

O SR. DAGOBERTO NOGUEIRA (PDT - MS) - Sr. Presidente, com a permissão de V.Exa., vou resumir o voto da Senadora.

O crédito especial destina-se: R\$93.042.477,00 para o Ministério da Ciência, Tecnologia, Inovações e Comunicações; R\$1.001.941.555,00 para o Ministério da Educação, Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação; R\$175.000.000,00 para o Ministério da Cidadania; R\$100.000.00,00 para o Ministério da Mulher, da Família e dos Direitos Humanos.

Foram apresentadas duas emendas pela Senadora Rose Freitas.

Vou direito ao voto.

"Diante do exposto e considerando a constitucionalidade, juridicidade e mérito da matéria, votamos pela aprovação do Projeto de Lei nº 41, de 2019-CN, na forma proposta pelo Poder Executivo."

O SR. PRESIDENTE (Marcelo Castro. MDB - PI) - A matéria está em discussão.

Com a palavra o nobre Deputado Zeca Dirceu.





CONGRESSO NACIONAL
Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização

O SR. ZECA DIRCEU (PT - PR) - Sr. Presidente, a assessoria está chamando a atenção para o fato de que, na proposta do Executivo, esses valores não aparecem como excesso de arrecadação, apenas como uma substituição.

Eu não sei se, devido à troca do Relator, isso poderia ser melhor explicado aqui, para que eu possa vir a ter a compreensão de por que não constou isso.

O SR. DAGOBERTO NOGUEIRA (PDT - MS) - A assessoria pode me ajudar? Só um minutinho, Deputado Zeca, por favor. Eu não vi a matéria.

O SR. PRESIDENTE (Marcelo Castro. MDB - PI) - Deputado, vamos esperar que a assessoria possa dar o esclarecimento. V.Exa. quer saber de onde foi cortado? A assessora Ana Cláudia vai conversar com V.Exa.

O SR. HILDO ROCHA (Bloco/MDB - MA) - A proposta que o Governo mandou, Sr. Presidente, cancela recursos da Previdência. Pelo que eu entendi, é isso.

O SR. ZECA DIRCEU (PT - PR) - Só para complementar, Sr. Presidente, a curiosidade é porque ainda há dúvida. Por isso o questionamento.

O Governo não está querendo demonstrar que está tendo excesso de arrecadação, o que nos causa espécie, primeiro, porque o noticiário que é propagado pelo Governo não é tão positivo quanto se apresenta a arrecadação do País. Não discuto o mérito da proposta, que vai ter o nosso apoio, mas questiono a malícia que parece existir por parte do Governo e o fato de esconder que está tendo excesso de arrecadação. Ficam pregando o fim do mundo, que o País está quebrado, que o Brasil está inviabilizado e, numa hora como esta, percebemos que os fatos não são bem assim.

A arrecadação está batendo recordes. Inclusive notícias dos últimos meses, em comparação a anos anteriores, dão conta do junho que mais arrecadou nos últimos 8 anos, do maio que mais arrecadou nos últimos 5 anos, enquanto o Governo fica mentindo para o povo e diz que o País está quebrado, está inviabilizado.

O SR. PRESIDENTE (Marcelo Castro. MDB - PI) - Deputado Zeca Dirceu, a Relatora não está presente. A assessoria está se desdobrando para ver, no projeto, onde houve o cancelamento. Esperamos dar a V.Exa. a resposta cabal e definitiva, mas, não sendo possível, não colocaremos o projeto em votação.

Com a palavra o Deputado Hildo Rocha.

O SR. HILDO ROCHA (Bloco/MDB - MA) - Sr. Presidente, pelo que pude compreender, até porque fui Relator do PLN 4, aquele da regra de ouro, nós





CONGRESSO NACIONAL
Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização

autorizamos o Governo a contrair empréstimo até determinada monta para a Previdência. Aumentou-se a base orçamentária para a União, mas não significa dizer que o Governo iria utilizar aquilo tudo.

Fazendo a leitura rápida do projeto, até porque ele entrou na pauta agora, pelo que pude compreender, o Governo não vai precisar do orçamento todo da Previdência, porque nós o alargamos acima do que estava previsto no ano anterior. Então, deve ser por isso, com base no PLN 4, da regra de ouro, que surgiu essa sobra de receita orçamentária. Não é dinheiro. Eu acredito que essa sobra seja com base mais ou menos nisso, lembrando que é apenas uma questão orçamentária.

Que a Receita da União melhorou a arrecadação, é claro que melhorou. Todo mundo sabe disso, só que as despesas têm sido bem maiores. Por isso o déficit primário está sendo muito grande. Nós temos que avançar nas reformas para que isso possa vir a acontecer.

O SR. PRESIDENTE (Marcelo Castro. MDB - PI) - Com a palavra o nobre Relator, Deputado Dagoberto Nogueira.

O SR. DAGOBERTO NOGUEIRA (PDT - MS) - Sr. Presidente, o Deputado Zeca Dirceu tem razão na sua colocação, porque, de fato, trata-se de aumento de arrecadação.

Como é uma proposta de crédito especial para Ministérios importantes, principalmente no que tange à educação, eu me propus a ler o relatório e acho importante nós o aprovarmos, porque senão eu não teria lido esse relatório. Mas V.Exa. tem razão.

O SR. PRESIDENTE (Marcelo Castro. MDB - PI) - Deputado Zeca Dirceu, V.Exa. está satisfeito?

O SR. ZECA DIRCEU (PT - PR) - Presidente, eu vou ter uma postura aqui de não obstruir, de não atrapalhar. O Deputado Dagoberto já foi preciso ao dizer que se trata de recursos para a área da ciência e tecnologia, para a área da educação e, se não me engano, também para a transposição do Rio São Francisco. São bandeiras nossas aqui, que já vêm de muitos e muitos anos, senão décadas. Mas eu fiz questão de fazer o questionamento para que ficasse evidente a verdade dos fatos.

Há excesso de arrecadação. A arrecadação cresce e bate recordes, comparada com os últimos 8, 7, 6, 5 anos. E as despesas, é claro, a constatação do Paulo está correta, estão crescendo. Agora, o Governo precisa explicar como a





CONGRESSO NACIONAL
Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização

despesa cresce se está tirando dinheiro da saúde, está tirando dinheiro da educação, está congelando salários.

O Ministro Paulo Guedes estava hoje nos jornais propondo reduzir salário de servidores. Ele desconhece a realidade de uma agente comunitária de saúde do interior do País; ele desconhece a realidade de um professor, de uma professora numa creche, numa escola, nos mais diferentes Municípios do Brasil.

Então, eu fiz a questão, sabendo que haveria a resposta técnica adequada. De maneira alguma, eu vou querer atrapalhar o prosseguimento e a aprovação desse texto, por mais que haja essa pequena incongruência, esse pequeno detalhe, que agora foi bem debatido.

O SR. PRESIDENTE (Marcelo Castro. MDB - PI) - Está encerrada a discussão.

Em votação na representação da Câmara dos Deputados.

As Sras. e os Srs. Deputados que o aprovam permaneçam como se acham.

(Pausa.)

Aprovado.

Em votação na representação do Senado.

As Sras. e os Srs. Senadores que o aprovam permaneçam como se encontram. *(Pausa.)*

Aprovado.

A matéria vai ao Congresso Nacional.

Informo que o prazo para a apresentação de emendas à LOA 2020 e ao PPA 2020/2023 se encerrará no dia 24 de outubro, quinta-feira, às 18 horas.

Está encerrada a presente reunião.





CONGRESSO NACIONAL
Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização

ATA DA DÉCIMA REUNIÃO DE AUDIÊNCIA PÚBLICA, DA 1ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA, DA 56ª
LEGISLATURA, DA COMISSÃO MISTA DE PLANOS, ORÇAMENTOS PÚBLICOS E FISCALIZAÇÃO,
REALIZADA EM 23 DE OUTUBRO DE 2019.

Aos vinte e três dias do mês de outubro do ano de dois mil e dezenove, reuniu-se a Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização, no plenário 2, do Anexo II da Câmara dos Deputados, sob a Presidência dos Senadores Marcelo Castro e Izalci Lucas. Esta reunião foi convocada para debater o Impacto da Ciência e da Tecnologia na economia do País, em atendimento ao **Requerimento n.º 17/2019-CMO**, de autoria do Senador Izalci Lucas, aprovado, na 7ª Reunião Ordinária da CMO, realizada em 10.09.2019 e alterado pelo **Requerimento n.º 21/2019-CMO**, do mesmo autor, e subscrito pelo Senador Elmano Férrer, aprovado na 11ª Reunião Ordinária da CMO, realizada em 08.10.2019. Foram sugeridos os seguintes convidados: Secretário Executivo do Ministério da Ciência, Tecnologia, Inovações e Comunicações, Sr. Júlio Francisco Semeghini Neto; Secretário Executivo do Ministério da Economia, Sr. Marcelo Pacheco dos Guaranys; Presidente do Conselho de Administração da Klabin S.A, Sr. Horácio Lafer Piva; Presidente da Academia Brasileira de Ciências, Sr. Luiz Davidovich; Diretor Geral do Centro Nacional do Centro de Pesquisa em Energia e Materiais, Chefe do Projeto de Construção do Acelerador Sirius, Sr. Antônio José Roque da Silva; e o Diretor-Executivo de Inovação e Tecnologia, no exercício da Presidência da Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária - EMBRAPA, Sr. Cleber Oliveira Soares. Foi registrado o comparecimento dos membros: - **Deputados titulares:** Aluisio Mendes, André Figueiredo, Cacá Leão, Carlos Henrique Gaguim, Dagoberto Nogueira, Domingos Neto, Felipe Francischini, Gonzaga Patriota, Gurgel, Hildo Rocha, Josimar Maranhãozinho, Lucas Gonzalez, Misael Varella, Paulo Azi, Rodrigo de Castro e Vicentinho Júnior; - **Senadores titulares:** Izalci Lucas, Marcelo Castro e Vanderlan Cardoso; e - **Deputados suplentes:** Dra. Soraya Manato, José Nunes, Nelson Pellegrino, Pedro Augusto Bezerra e Weliton Prado. Foi registrado o comparecimento dos parlamentares não integrantes da Comissão, Deputados Alessandro Molon, Alexandre Leite, Angela Amin, Darcísio Perondi, Evair Vieira de Melo, Fred Costa, General Peternelli, Lourival Gomes e Rodrigo Coelho. **ABERTURA:** às quinze horas e três minutos, o Presidente, Senador Marcelo Castro, declarou iniciada a reunião e convidou o Senador Izalci Lucas, autor dos **Requerimentos de nºs 17 e 21/2019-CMO** para conduzir os trabalhos. O Presidente em exercício convidou os palestrantes para comporem a Mesa de trabalhos e comunicou normas para o melhor ordenamento dos trabalhos e esclareceu que as apresentações dos expositores estariam na página da CMO na internet. Logo após, fez introdução ao tema e abriu a lista de inscrições para o debate. Em seguida, foram ouvidos os seguintes Palestrantes: o Secretário de Empreendedorismo e Inovação Substituto, do Ministério da Ciência, Tecnologia, Inovações e Comunicações, Sr. Jorge Mário Campagnolo; o Representante do Ministério da Economia, Sr. Zarak de Oliveira Ferreira; o Diretor-Executivo de Inovação e Tecnologia, no exercício da Presidência da Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária - EMBRAPA, Sr. Cleber Oliveira Soares; o Diretor-Geral do Centro Nacional do Centro de Pesquisa em Energia e Materiais, Chefe do Projeto de Construção do Acelerador Sirius, Sr. Antônio José Roque da Silva; o Diretor da Academia Brasileira de Ciências, Sr. Virgílio Augusto Fernandes Almeida; e a Diretora de Inovação do CNI, Sra. Giana Sagazio, que discursaram sobre o tema “O Impacto da Ciência e da Tecnologia na economia do País”. Encerrada as apresentações, foi iniciado o debate. Fizeram uso da palavra os Deputados Alessandro Molon e Darcísio Perondi. Finalizando, a Palestrante Sra. Giana Sagazio prestou esclarecimentos e o Deputado Darcísio Perondi teceu as ultimas considerações. **ENCERRAMENTO:** nada mais havendo a tratar, o Presidente em exercício, Senador Izalci Lucas, agradeceu o comparecimento dos convidados, dos parlamentares e dos demais





CONGRESSO NACIONAL
Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização

[illegible]

Em 23.10.2019

O SR. PRESIDENTE (Marcelo Castro. MDB - PI) - Declaro aberta a 10ª Reunião de Audiência Pública da Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização, de 2019.

Esta reunião foi convocada em virtude da aprovação dos Requerimentos nºs 17/2019 e 21/2019, de autoria do Senador Izalci Lucas, e tem a finalidade de debater o impacto da ciência e da tecnologia na economia do País.

Convido o Senador Izalci Lucas para presidir os trabalhos. *(Palmas.)*

O SR. PRESIDENTE (Izalci Lucas. PSDB - DF) - Agradeço a todos a presença, em especial ao Presidente da Comissão Mista de Orçamento.

O objetivo maior desta reunião, como eu tenho dito, Presidente Marcelo Castro, é fazer o debate sobre educação, ciência e tecnologia. Todos os Senadores e todos os Deputados colocam isso como prioridade; é unanimidade. E eu quis fazer este debate aqui na Comissão Mista de Orçamento exatamente porque aqui é que se decide para onde vão os recursos. Agora nós temos que compatibilizar o discurso com o recurso, porque educação, ciência e tecnologia, Deputado André, não se faz com discurso apenas; tem que ter recurso.

Vou dar um exemplo. Estará aqui para participar das discussões a EMBRAPA, que tem prestígio internacional. O mundo todo conhece a EMBRAPA, e todos nós nos orgulhamos de ter a EMBRAPA. Se vocês forem ver o orçamento da EMBRAPA agora, verão que não há orçamento. Esse é o motivo de esta reunião estar acontecendo aqui na CMO. Ela poderia estar acontecendo na Comissão de Ciência e Tecnologia ou em outro lugar, mas resolvemos fazê-la aqui porque é aqui que se decide para onde vão os recursos.

Deputado Caca, V.Exa. comanda o nosso orçamento há muitos anos, uma questão que já é hereditária, inclusive, vem do seu pai — provavelmente, vamos ter os seus netos aqui na Comissão Mista —, então, eu queria dizer a V.Exa. que eu





CONGRESSO NACIONAL
Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização

trouxe este debate para esta Comissão exatamente por isso. E temos que ser criativos e buscar resolver esse problema. O Deputado André é o Relator Setorial da área de Ciência, Tecnologia e Inovação. Não há outra saída. Nós vamos ter que fazer o descontingenciamento do fundo. Essa é a única solução. Eu sou o Relator da área da Educação e já estou buscando outra solução. Temos que ser criativos. Isso é importante.

Saindo daqui, eu vou pedir ao Líder para relatar uma pretensa medida que está sendo discutida para vir para cá para união da CAPES com o CNPq. Somos totalmente contra isso e vamos brigar aqui para que essa medida não seja aprovada. Já estou adiantando isso.

Vamos, então, ao que interessa, porque queremos hoje ouvir os expositores.

Além do Presidente da CMO, o Senador Marcelo Castro, que já se encontra aqui, convido para compor a Mesa o Sr. Jorge Mario Campagnolo, Diretor do Departamento de Tecnologias Estruturantes, representando o Secretário de Empreendedorismo e Inovação do Ministério da Ciência, Tecnologia, Inovações e Comunicações.

Quero adiantar que os Deputados e os Senadores foram convidados para uma reunião no dia 5 de novembro, terça-feira, na CNI, entre Frente Parlamentar Mista de Ciência, Tecnologia, Pesquisa e Inovação com a Mobilização Empresarial pela Inovação — MEI. Já confirmaram presença os Presidentes do Senado, Davi Alcolumbre, e da Câmara dos Deputados, Rodrigo Maia, além do Vice-Presidente da República, Hamilton Mourão, do Ministro da Ciência e Tecnologia e de representantes do Ministério da Economia. Será uma reunião importantíssima para percebermos a relevância da inovação para o Brasil.

Convido também para compor a Mesa o Sr. Zarak de Oliveira Ferreira, Diretor do Departamento de Programas da Área Econômica e de Infraestrutura do Ministério da Economia; o Sr. Virgílio Augusto Fernandes Almeida, Diretor da Academia Brasileira de Ciências; o Sr. Antonio José Roque da Silva, Diretor-Geral do Centro Nacional de Pesquisa em Energia e Materiais, Chefe do Projeto de Construção do Acelerador Sirius. Eu tive o privilégio de conhecer, lá em Campinas, esse projeto maravilhoso que está na fronteira do conhecimento.

Convido ainda para compor a Mesa o Sr. Cleber Oliveira Soares, Presidente em exercício da EMBRAPA; e a Sra. Gianna Sagazio, Diretora de Inovação da





CONGRESSO NACIONAL
Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização

Confederação Nacional da Indústria, representando o movimento empresarial pela inovação.

Para melhor ordenamento dos trabalhos, comunico que, de acordo com o estabelecido no art. 93, inciso II, combinado com o art. 89, inciso I, do Regimento Interno do Senado Federal, os palestrantes disporão de 10 minutos, prorrogáveis, para sua exposição. E, de acordo com o art. 94, § 2º, do Regimento Interno do Senado Federal, os membros da Comissão poderão, terminada a apresentação, interpelar os oradores, exclusivamente sobre a exposição. Conforme o estipulado no art. 94, §§ 2º e 3º, do Regimento Interno do Senado Federal, combinado com o art. 256, § 5º, do Regimento Interno da Câmara dos Deputados, os Srs. Parlamentares inscritos para interpelar os expositores poderão fazê-lo estritamente sobre o assunto da exposição, pelo prazo de 3 minutos, tendo os interpelados igual tempo para responder, facultadas a réplica e a tréplica, pelo prazo de 3 minutos.

Informo ainda que as apresentações das exposições estão disponíveis na página da Comissão.

Concedo a palavra ao Sr. Jorge Mario Campagnolo, representante do Ministério da Ciência, Tecnologia, Inovações e Comunicações.

O SR. JORGE MARIO CAMPAGNOLO - Boa tarde a todos e a todas.

Cumprimento o nobre Senador Izalci, com quem tenho trabalhado em longas batalhas pelo Marco Legal, pela Lei do Bem e outros projetos.

Senador, o que eu posso dizer é que, no mundo contemporâneo, um dos principais fatores que determinam a prosperidade de uma nação é a sua capacidade de gerar conhecimento e utilizá-lo para produzir bens, processos e serviços com alto valor agregado.

A Europa e os Estados Unidos, desde o iluminismo, dedicam grandes esforços ao entendimento da natureza e a sua utilização para o seu benefício. Países como o Japão, Taiwan, Coreia do Sul e Singapura passaram em 3 décadas da condição de subdesenvolvidos para a condição de países altamente competitivos. Não podemos esquecer que jamais um país conseguiu se desenvolver sem antes se tornar ele próprio capaz de gerar ciência e tecnologia. Então, se queremos ser desenvolvidos, nós temos que gerar a nossa ciência e tecnologia. Precisamos nos conscientizar de que só com uma ciência e uma tecnologia fortes poderemos construir uma nação econômica e socialmente desenvolvida.





CONGRESSO NACIONAL
Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização

O Brasil tem exemplos que mostram que a ciência e a tecnologia podem fazer a diferença. Já foi comentado sobre a EMBRAPA, então não vou falar da EMBRAPA, porque ela realmente é um exemplo para o País. Eu lembro a PETROBRAS, que, com muita ciência e tecnologia, se tornou líder mundial na extração de petróleo e gás em águas profundas. E o Brasil, de importador de petróleo, passou a exportador. Quer dizer, há muita ciência e tecnologia envolvida nesse processo.

Gostaria de lembrar também a EMBRAER, que se tornou a maior empresa mundial no segmento de aviação executiva. As exportações da EMBRAER respondem por mais de 70% das exportações brasileiras de produtos de alta tecnologia. Então há muita ciência e tecnologia envolvida nisso.

Também há pouco tempo, na questão do surto de microcefalia em bebês provocada pelo zika vírus, a ciência brasileira teve que responder rapidamente a uma situação que se configurou no País, em que não havia uma construção de conhecimento prévio desenvolvido. Era muito raro qualquer relato de zika na literatura mundial. A ciência brasileira, com o apoio de diversos entes de pesquisa internacionais, conseguiu avançar muito em curto período de tempo. Agora se conhece o vírus e como ele age. Isso colocou a ciência brasileira na liderança mundial das pesquisas sobre o vírus e abriu caminho para o desenvolvimento de vacinas.

A ciência e a tecnologia podem impactar fortemente no desenvolvimento econômico e social do País e desempenham importante papel na cultura da inovação e dos métodos empresariais. A inovação é um caminho sem volta e é fundamental para a competitividade econômica do País. E o Brasil tem espaço para crescer na inovação.

Em 2016, o Congresso Nacional aprovou o novo marco legal da ciência e tecnologia, que foi regulamentado em 2018 pelo Executivo. Foi criado um ambiente favorável para que as pesquisas desenvolvidas pelas instituições de ciência e tecnologia possam ser mais bem aproveitadas pelo setor empresarial. Quer dizer, criamos um ambiente favorável à ciência e tecnologia. Agora é muito importante que sejam dadas as condições para que a pesquisa atinja os mais altos graus de qualidade e excelência.





CONGRESSO NACIONAL
Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização

Precisamos formar recursos humanos de qualidade. Temos uma agência importante como o CNPq, vinculada ao Ministério e formadora de recursos humanos. É fundamental a sua manutenção, porque ciência e tecnologia precisam de talentos, precisam de recursos humanos. Então é fundamental manter orçamentos. Precisamos trabalhar para ter um financiamento estável para a ciência e a tecnologia. Projetos de pesquisa não podem ser paralisados, sob pena de inviabilizá-los definitivamente, pois não é uma obra que eu paro e depois começo. Realmente é preciso ter sequência no trabalho. Existem equipes. E quem trabalha com ciência e tecnologia sabe que é muito difícil formar equipes. Perder uma equipe pode inviabilizar todo um projeto. E perder oportunidades dentro da ciência também pode inviabilizar projetos. Então é fundamental que a ciência e a tecnologia tenham um orçamento estável ao longo do tempo.

A principal fonte de recursos da ciência e tecnologia hoje é o FNDCT — Fundo Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico. Estamos praticamente sem capacidade de investir. Com mais de 70% do Fundo contingenciado, todos os investimentos ficam praticamente inviabilizados. Precisamos realmente trabalhar num processo para achar um caminho para que o País tenha um Fundo estável e que possa dar sequência aos grandes investimentos já feitos. Já se investiu muito ao longo dos anos em ciência e tecnologia no País, mas precisamos realmente dar continuidade a esse processo.

Para encerrar, quero dizer que nós poderíamos nos espelhar em países desenvolvidos como Estados Unidos, Alemanha, Japão, que, durante as crises econômicas, investiram mais em ciência e tecnologia. Ciência e tecnologia são fatores fundamentais para melhorar a competitividade. Se um país realmente precisa crescer, precisa ser mais competitivo, e a ciência e a tecnologia podem ajudar muito nesse processo.

Senador, agradeço o convite e este espaço para tentar sensibilizar que realmente a ciência e a tecnologia precisam de financiamento mais estável para dar sequência a tudo o que já se conseguiu.

Obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Izalci Lucas. PSDB - DF) - Bem, para compatibilizar o discurso com o recurso, nós temos aqui o Presidente da Comissão Mista de





CONGRESSO NACIONAL
Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização

Orçamento, temos aqui o Relator Setorial da área de Ciência e Tecnologia e temos aqui o Relator-Geral do Orçamento. Então agradeço a todos a presença.

Para compatibilizar esse discurso, nós temos agora que ver o recurso, por isso vou passar a palavra agora para o representante do Ministério da Economia, porque não há outra solução. Está aqui no discurso dele: o orçamento da ciência e tecnologia é o Fundo Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico, que está contingenciado em mais de 6 bilhões de reais. Se nós descontingenciarmos esse Fundo, resolvem-se todos os problemas da ciência e da tecnologia, não é isso? Então, temos que ver como fazer para descontingenciar isso. O representante do Ministério da Economia, Zarak Ferreira, vai nos dizer como vamos descontingenciar esse Fundo.

Tem a palavra o Sr. Zarak de Oliveira Ferreira.

O SR. ZARAK DE OLIVEIRA FERREIRA - Boa tarde.

Primeiramente, cumprimento o Senador Izalci e os demais integrantes da Mesa. E estendo o cumprimento aos senhores e senhoras presentes, aos Deputados e Deputadas e aos Senadores e Senadoras.

Antes de começar, todos vocês sabem da dificuldade de se fazer um orçamento. Vemos isso na nossa própria casa. Ali já vemos a dificuldade de se estabelecerem prioridades e de se tentar equalizar todas as despesas que são necessárias.

Começamos o ano já com um certo estresse fiscal e com a dificuldade adicional que vem ao longo de alguns anos, ou seja, o crescimento das despesas obrigatórias, em detrimento das despesas discricionárias. Para quem não sabe, as despesas obrigatórias são as despesas com pessoal, benefícios da Previdência, despesas que têm amparo legal. E as despesas discricionárias são aquelas que o gestor tem a discricionabilidade de executar ou não.

Se pegarmos o nível das despesas, em termos reais, ao longo dos últimos 8 anos — eu falo de 2010 para cá —, vamos ver que o conjunto das despesas do setor público aumentou. O PIB aumentou a uma taxa de, mais ou menos, 2,5%, em termos reais, enquanto as despesas aumentaram a uma taxa em torno de 5,5%. Por causa disso foi constituído o teto de gastos já a partir de 2017. Na verdade, o teto de gastos veio para frear um pouco o crescimento dessas despesas. No entanto, as





CONGRESSO NACIONAL
Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização

despesas obrigatórias vêm crescendo em um ritmo muito grande ainda e vêm comprimindo as despesas discricionárias.

Muitos dizem que o problema é o teto de gastos. Mas o problema não é o teto de gastos. Se não fosse o teto de gastos, estaríamos em uma situação calamitosa este ano. O problema todo são as despesas obrigatórias, que têm crescido a uma velocidade maior que as receitas. Por isso foi necessária a reforma da Previdência, que representa uma das maiores despesas que temos.

Ao longo desse período de 2010 para cá, as despesas chamadas obrigatórias partiram de um montante de 85% do total do orçamento e hoje representam 94%. Então, temos que procurar de alguma forma tentar diminuir essas despesas. O primeiro passo foi a reforma da Previdência. Mas há várias outras despesas que estamos tratando de forma pontual, como é o caso do auxílio-doença, que está passando por uma revisão, além de outras, na tentativa de breicar um pouco isso.

A ideia, na verdade, seria que todo o orçamento fosse desvinculado e boa parte dele também desindexado, até para que o próprio Congresso, o responsável pela alocação dos recursos, tivesse essa liberdade. Hoje, o Congresso tem liberdade sobre 6% da receita, quando deveria ter liberdade de alocação sobre o total das receitas.

No início do ano, fizemos uma estimativa de receita, que é feita a cada bimestre, conforme determina a Lei de Responsabilidade Fiscal. Faz-se uma projeção das receitas e se coteja com as despesas. Feito isso, nós verificamos que houve uma frustração de receita de 2%. Então, imaginem que havia um orçamento, tirando a despesa financeira de juros, dívida e outras, de 1 trilhão e 500 milhões de reais. Desses 1 trilhão e 500 milhões de reais, no orçamento deste ano, a despesa discricionária é de 102 bilhões de reais. Então, uma frustração de 2% na receita, em vez de bloquear 2% do total da despesa, bloqueia, pela legislação, parte dos 100 bilhões de reais da despesa discricionária. Por isso, a frustração de 2%, que equivalem a quase 30 bilhões de reais, incidiu sobre os 100 bilhões de reais de despesas discricionárias, que são aquelas despesas para fazer manutenção de rodovias, prover o FNDCT, para pagamento de bolsas, etc. Há uma distorção muito grande no sistema. Nós temos realmente que ir no caminho de desvincular o orçamento e desindexá-lo, ou seja, tirar o engessamento do orçamento.





CONGRESSO NACIONAL
Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização

Nós tivemos, então, que fazer um contingenciamento. E quero deixar bem claro que, nos jornais, tem se falado muito em corte de despesas. Na verdade, não houve corte. Houve apenas um contingenciamento. O que é o contingenciamento? É simplesmente um bloqueio temporário da despesa, enquanto não se recupera a receita. É como se fosse em casa. Recebi o meu salário, mas, de repente, alguém me pediu um dinheiro ou tive outra dívida momentânea que tive que pagar. Já não posso contar com a integralidade do meu salário. Então, tenho que deixar de fazer algumas despesas naquele mês. No mês seguinte, voltando a integralidade do meu salário, volto a fazer aquela despesa. O contingenciamento, na verdade, é um bloqueio que se faz das despesas. E a cada bimestre se faz a revisão das receitas. Ao longo deste ano, na primeira avaliação, fizemos um bloqueio de 39 bilhões de reais, e incidiu um contingenciamento — e não é corte; simplesmente deixa-se de fazer aquela despesa naquele momento — em todos os órgãos. Em alguns, incidiu mais; em outros, menos.

No contingenciamento inicial do MCTIC e de todos, dado que foi um volume muito grande, praticamente a média foi em torno de 40% de bloqueio. Ao longo deste ano, nós fomos fazendo novas revisões de receita, o que possibilitou o descontingenciamento. Isso aconteceu na última avaliação, e já liberamos alguns recursos. Foi feito um relatório extemporâneo agora, já em cima desses leilões que foram feitos. Houve um ágio de quase 6 bilhões de reais em relação ao que estava previsto. Ou seja, estava previsto um leilão numa outorga de um valor de 3 bilhões de reais e foi de quase 9 bilhões de reais. Nós fizemos um relatório extemporâneo agora já considerando o leilão da cessão onerosa, mas não contemplando tudo. De forma conversadora, estamos colocando nessa projeção apenas os leilões de que realmente a PETROBRAS vai participar. Com isso, liberou-se um recurso que possibilita pagar a PETROBRAS e desbloquear algumas dotações.

No caso do Ministério da Ciência e Tecnologia, hoje o nível de contingenciamento já está bem menor. Todas as bolsas na área de ciência e tecnologia estão liberadas. Não há bloqueio de bolsas. O que há é um crédito de 250 milhões de reais, que nós fizemos. Já foram aprovados 155 milhões de reais. Estamos liberando o limite para pagamento dessas bolsas, logo que sair o decreto, provavelmente ainda esta semana. Em seguida, há um PL tramitando aqui de mais





CONGRESSO NACIONAL
Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização

100 milhões de reais, cujo limite também já está reservado. Assim que for publicado, ele será liberado.

Com isso, no âmbito do Ministério da Ciência e Tecnologia, jamais se deixou de pagar bolsas. O que estava previsto no orçamento que nós tínhamos liberado era o pagamento até setembro. Foi aprovado um crédito, ainda no mês passado, que permitiu o pagamento de setembro e está saindo outro crédito agora que permite pagamento até o final do ano.

Estão sendo liberados também agora, com o decreto, mais 180 milhões de reais, que vão possibilitar o final das obras do Projeto Sirius e permitir, já no ano que vem, se não me engano, a finalização de 12 feixes de luz.

Além disso, estão sendo desbloqueados também, para o Projeto Brasil Conectado e o Projeto Nordeste Conectado, mais 26 milhões de reais para fomento à pesquisa e inclusão digital, mais 5 milhões de reais para área de pesquisa e 10 milhões de reais para a CNEN.

Eu queria registrar aqui que, apesar do contingenciamento que foi feito, a perspectiva para o final do ano, com o leilão da cessão onerosa, é de que haja um desbloqueio integral.

Quanto à 2020, é bom deixar claro, na verdade, que ciência e tecnologia é uma das prioridades deste Governo, tanto que nós jamais criamos constrangimento. Nós sempre procuramos liberar os recursos, mesmo com toda a dificuldade.

O orçamento do ano que vem, comparado com o orçamento deste ano, é menor. Mas o orçamento todo é menor. Por quê? É aquilo que eu estava falando. Hoje, nós temos um problema fiscal sério. O orçamento das despesas discricionárias, que era de 116 bilhões de reais no ano passado, caiu para 89 bilhões de reais, ou seja, houve uma queda de 30 bilhões de reais. Então, todos os Ministérios vão ter o orçamento menor do que o do ano passado.

Quando eu falo de orçamento, falo das chamadas despesas discricionárias, com raríssimas exceções, sendo uma delas a do Ministério da Ciência e Tecnologia. Se eu considerar o valor, tirando as capitalizações das empresas, o orçamento que cresceu — não é o que mais cresceu, é o que não caiu — foi o orçamento do Ministério da Ciência e Tecnologia. Todos os outros caíram. Se eu considerar capitalizações, realmente, haveria uma queda, comparado com o orçamento deste





CONGRESSO NACIONAL
Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização

ano, mas, mesmo assim, ele fica entre os cinco maiores orçamentos, incluindo saúde, educação e ciência e tecnologia. Então, o setor é prioridade deste Governo!

Eu acho que já me estendi além do tempo.

O SR. PRESIDENTE (Izalci Lucas. PSDB - DF) - Fique à vontade. V.Sa. hoje é a figura principal desta reunião.

O SR. ZARAK DE OLIVEIRA FERREIRA - Quanto à vinculação entre desenvolvimento econômico e ciência e tecnologia, eu acho que temos uma boa formação de profissionais. Se não me engano, em termos de patentes, somos o quinto ou sexto. Temos ótimos profissionais com mestrado e doutorado. Mas, na minha visão, ainda falta o casamento com o setor privado. Quando vemos as experiências de outros países, percebemos que há um percentual altíssimo de doutores em pesquisa aplicada nas empresas, comparado com o setor público. Geralmente, o setor público é direcionado mais para a pesquisa básica e formação de profissionais, e o setor empresarial absorve o restante. Esta Casa pode contribuir, talvez, com medidas de incentivo nessa área.

Outro grande incentivo, mais uma vez, observando outros casos em que houve grande salto em ciência e tecnologia, ligado ao desenvolvimento econômico, é quando a empresa realmente está num processo de luta por sobrevivência. Ou seja, se tem que sobreviver, ela investe. E isso acontece, basicamente, quando ela está voltada para a concorrência externa, procurando mercados, ou para a concorrência interna. Quando observamos os casos de sucesso no Brasil, como é o caso dos setores aeronáutico, de petróleo e do agronegócio, percebemos que, realmente, tratava-se de empresas ligadas à competição no mercado externo ou formou-se uma agenda no passado, no caso do setor aeronáutico. Observo que o setor de petróleo e gás também é um processo de sobrevivência. Se a PETROBRAS não tivesse investido em tecnologia de exploração em águas profundas, provavelmente, não existiria mais.

Faltam realmente empresas. A abertura econômica que o Ministério da Economia está trabalhando para o período de 4 anos eu acho que vai fomentar isso, fora os acordos bilaterais que estão sendo fechados com alguns países e o acordo da União Europeia com o MERCOSUL. Isso vai acordar, sacudir as empresas, porque o investimento público é fundamental, mas se não houver o setor empresarial, fazendo inovação, realmente, não deslancharemos tanto.





CONGRESSO NACIONAL
Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização

Era o que tinha a dizer.

Obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Izalci Lucas. PSDB - DF) - Por falar em inovação, o que seria de nós sem a EMBRAPA? Se o agronegócio existe hoje, para o bem da nossa balança comercial, é graças à EMBRAPA.

Por isso, passo a palavra ao Diretor-Executivo de Inovação e Tecnologia da EMBRAPA, o Sr. Cleber Oliveira Soares.

O SR. CLEBER OLIVEIRA SOARES - Boa tarde a todos.

Cumprimento o Senador Izalci Lucas, proponente desta audiência pública; o Senador Luis Carlos Heinze, que já passou por aqui; o Presidente da Comissão Mista de Orçamento, o Senador da República Marcelo Castro; o Deputado André Figueiredo; o Deputado Cacá Leão; o Deputado Carlos Henrique Gaguim, que também já passou por aqui; o Relator-Geral da Comissão Mista de Orçamento, o Deputado Domingos Neto; e o Deputado Claudio Cajado, que também já passou por aqui. E, na pessoa da Dra. Lúcia Gatto, Diretora-Executiva de Gestão Institucional da EMBRAPA, cumprimento todos os colegas da EMBRAPA presentes e todos os parceiros.

Senador, eu trouxe algumas informações para refletirmos e pensarmos como investir em ciência e tecnologia contribui e continua contribuindo para mudanças na agricultura e na alimentação brasileira.

Eu não me canso de dizer que, quando eu era criança, algumas décadas atrás, para alguém comer frango, no Brasil, um dos dois estava doente: a pessoa ou o frango. Minha mãe colocava eu e meus irmãos para correr atrás do bicho para fazer a canja de cada dia. Hoje, o frango é o exemplo mais concreto da evolução da ciência e tecnologia no setor agropecuário, uma proteína de alto valor agregado e de custo baixo. Há 30, 40 anos, eram necessários 6 meses para o frango ir para a panela; hoje, é preciso esperar apenas de 21 a 28 dias. E o Brasil se tornou exportador de carne, além de outros produtos agrícolas.

O investimento em ciência e tecnologia é tão vital que, seguramente, no dia de hoje, quem não fez uma refeição, seguramente, fará. E para nós é motivo de orgulho, como dirigente da EMBRAPA, como representante da ciência na área agrícola do Brasil, dizer que é praticamente impossível um cidadão brasileiro não consumir, pelo menos uma vez por dia, uma tecnologia desenvolvida pelas ciências





CONGRESSO NACIONAL
Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização

agrárias do Brasil, não só pela EMBRAPA. Se não for no café da manhã, no pão, será no feijão, no arroz, na carne. E, ao chegar ao final do dia, Senador, se o senhor tomar um copo de cerveja, saiba que 92% da cevada brasileira tem nossa tecnologia.

Isso contribuiu muito para o Brasil se tornar não só o celeiro do mundo, mas também fazer grandes conquistas por meio da agricultura. O exemplo mais clássico é a conquista do Cerrado. Quem diria que, em 40 anos, o nosso Cerrado seria transformado numa grande potência agrícola do mundo! Houve transformação da agricultura brasileira, por meio da ciência, no Semiárido brasileiro. Quem diria que o Semiárido brasileiro, nos dias de hoje, produziria e exportaria frutas tropicais, frutas temperadas, com excelente valor nutricional e valor econômico agregado!

Nós evoluímos na agricultura. Hoje, o Brasil é referência em sistemas integrados de produção, reduzindo as áreas degradadas de produção de alimentos, para produzir no mesmo espaço, 365 dias por ano, grãos, carne, leite, floresta e outros desdobramos da agricultura, ao ponto de recuperarmos mais de 15 milhões de hectares, utilizando, por exemplo, o sistema de Integração Lavoura-Pecuária-Floresta.

A agricultura no Brasil evoluiu graças ao investimento em ciência e tecnologia. O País saiu de um modelo agrícola essencialmente de monocultura, até meados dos anos 90, para vivemos hoje na agricultura brasileira o modelo dos sistemas integrados. E já estamos entrando na agricultura de base biológica — e esse é o grande futuro —, graças, mais uma vez, ao investimento em ciência e tecnologia.

A agricultura brasileira é essencialmente baseada em ciência. Hoje, nós temos uma grande aliança formada, por exemplo, pela EMBRAPA; pelas organizações estaduais de pesquisa agropecuária; pela rede de assistência técnica e extensão rural; pelas universidades públicas, tanto federais quanto estaduais, que atuam no setor agrícola; pelos institutos federais de educação — hoje, são mais de 600 *campi* distribuídos por todo o Brasil e congregados por meio do Conselho Nacional das Instituições da Rede Federal de Educação Profissional, Científica e Tecnológica, o CONIF —; e pelas entidades paraprivadas ou parapúblicas, formadas, inclusive, pelo próprio Ministério da Agricultura. Hoje — pasmem todos! —, a agricultura brasileira é suportada por uma aliança muito robusta de instituições que cooperam para inovar e





CONGRESSO NACIONAL
Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização

trazer valor para a sociedade brasileira por meio tanto da agricultura quanto da alimentação.

Eu quero trazer aqui muito rapidamente também alguns grandes destaques de contribuições da ciência e da agricultura brasileira para o dia a dia do cidadão brasileiro, muitos liderados pela EMBRAPA.

Hoje, nós desenvolvemos tecnologias que incrementam a produtividade de outros setores agrícolas, como o da cana-de-açúcar, por exemplo. Lançamos, no final do ano passado, uma tecnologia que utiliza microrganismos para incrementar a sua produção em até 18%. Esse é um indicador fantástico em termos de produção e produtividade. São tecnologias que usam micro-organismos para mobilizar o fósforo imobilizado no solo e, conseqüentemente, reduzir custos de produção, otimizar sistemas de produção e melhorar a produtividade, principalmente de grãos.

Essas tecnologias contribuem para o Brasil conseguir exportar coco, por exemplo. Eu vejo aqui alguns Deputados do Nordeste, como o Deputado Cacá Leão, da Bahia, um dos maiores produtores de coco do Brasil. Hoje, graças à tecnologia de recobrimento do coco, o Brasil tem condições de exportar esse produto porque ela amplia o tempo de vida de prateleira do coco verde brasileiro para mais de 2 meses.

Há outras tecnologias com perspectiva, inclusive, de ações voltadas para a inovação social. Apesar de sermos um grande produtor de alimentos, nós importávamos, até o ano de 2017, praticamente de 80% a 85% do grão-de-bico que consumíamos no Brasil. E, graças à introdução de alguns materiais genéticos em grão-de-bico, lentilha, feijão mungo e ervilha no Brasil, nós estamos reduzindo esse índice, agregando valor e gerando renda e riqueza para os nossos produtores.

Para além da agricultura e da alimentação, graças a esse investimento em ciência e tecnologia, hoje nós podemos falar em tecnologias habilitadoras, portadoras de futuro como os nanofilmes para recobrir alimentos, as nanoaplicações para aumentar o tempo de vida útil de prateleira de ovos, dentre outras aplicações na área de biotecnologia e nanotecnologia.

Nós lançamos, na semana passada, em um Consórcio Internacional, o primeiro genoma da ferrugem da soja. É um problema seriíssimo para o Brasil, que causa prejuízos de mais de 2 bilhões de reais na sojicultura brasileira. Esse foi um





CONGRESSO NACIONAL
Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização

Consórcio Internacional que a agricultura brasileira e as instituições de ciência e tecnologia agrícola brasileiras, como a EMBRAPA, lideraram.

Estamos a todo vapor entrando na nova era da agricultura moderna, da inovação para a ciência e a agricultura brasileira. Nós fechamos um acordo com a Corteva. Estamos investindo fortemente em edição gênica, que é uma nova fronteira da biotecnologia para a edição de plantas e micro-organismos, dentre outras aplicações.

A empresa está atenta ao movimento de inovação aberta, tanto em parceria com a iniciativa privada quanto em parceria com a iniciativa pública...

(Intervenção fora do microfone.)

O SR. CLEBER OLIVEIRA SOARES - Com essa tecnologia da edição gênica nós estamos buscando soja tolerante à seca, em parceria com a Corteva. Isso está em fase de ensaios laboratoriais. Muito em breve...

(Intervenção fora do microfone.)

O SR. CLEBER OLIVEIRA SOARES - Não, ainda não. Só em caso de vegetação. Muito em breve, nós teremos notícias sobre essas tecnologias de edição gênica.

Como eu falava, temos ações voltadas para o incremento na área de inovação aberta. Hoje, a EMBRAPA e outras instituições de ciência e tecnologia têm um movimento muito forte, buscando estar presentes no ecossistema de inovação, alavancando *startups*, microempresas, *spin-offs*, não só em cadeias produtivas específicas, como as do leite, de suínos, do café e da soja, mas também em outros setores da agricultura brasileira.

Estamos atuando fortemente em uma relação de parceria tanto público-privada quanto público-pública, ou público-parapública, digamos assim. O exemplo clássico é o da Organização das Cooperativas Brasileiras — OCB, que tem uma capilaridade de mais de 220 mil produtores e é uma grande parceira nossa.

Estamos atuando muito fortemente também em capacitação, em transferência de tecnologia para os nossos produtores rurais. E estamos olhando para o futuro com muita precisão.

Nós assinamos, no início do ano, uma parceria com a Visiona, que é uma empresa do Grupo Embraer — agora é Boeing e Embraer —, para desenvolver





CONGRESSO NACIONAL
Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização

nanossatélites para dar mais precisão às nossas atividades agrícolas, pecuárias e florestais.

Investir em ciência e tecnologia, senhores e Sr. Senador Izalci, traz retorno para a sociedade brasileira. Um exemplo clássico é o investimento que se faz em ciência e tecnologia na EMBRAPA. Para cada 1 real investido na empresa no ano-base 2018, nós retornamos à sociedade 12 reais. Nós geramos um lucro social da ordem de 43 milhões de reais no ano-base 2018. Para 2019, a nossa expectativa é superar esses valores.

Mas, para isso, o essencial é a nossa relação com este Parlamento. Se não fosse esta Casa, seguramente, muitos de nós não estaríamos aqui neste momento. Há 45, 50 anos, a expectativa de vida do cidadão brasileiro era da ordem de 50, 55 anos. Hoje, a nossa expectativa de vida é de 75 anos. Ou seja, seguramente, muitos de nós não estaríamos aqui se estivéssemos naquela época, e isso se deu graças ao investimento em ciência, tecnologia e inovação agrícola, porque não é só no setor de saúde que se promove expectativa e qualidade de vida. Se não houvesse alimentação, Campagnolo — você sabe muito bem —, nós não teríamos esse incremento. Por isso, a importância de a ciência estar próxima a políticas públicas.

E aqui há vários exemplos, como o Programa Nacional de Solos — PRONASOLOS; a Política Nacional de Biocombustíveis, que saiu desta Casa, deste Parlamento; o programa do Manejo Integrado de Pragas; e o Programa Integração Lavoura-Pecuária-Floresta.

Há incentivo de desenvolvimento das culturas no Semiárido brasileiro. Quem diria que, nos dias de hoje, Srs. Parlamentares, seria possível produzir maçã e pera em pleno Semiárido nordestino! Isso se deu graças a investimentos em ciência e tecnologia. Essas imagens são do início deste ano, no Vale do São Francisco, no Município de Juazeiro.

Há outras ações e outros incrementos, como a tecnologia voltada para a ação social com materiais básicos e clássicos do dia a dia da alimentação do cidadão brasileiro, como a mandioca, rica em betacaroteno; a alface, rica em ácido fólico; e o tomate, rico em licopeno, dentre outras ações.

E o futuro está batendo à nossa porta. A empresa tem investido muito fortemente em ciências computacionais. Nós temos um portfólio robusto de





CONGRESSO NACIONAL
Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização

tecnologias com aplicativos e com a nossa plataforma ZARC — Zoneamento Agrícola de Risco Climático.

Eu gostaria de abrir um parêntese. Graças ao Zoneamento Agrícola de Risco Climático, este Parlamento tomou a decisão, há 15 anos, de investir. Com isso, nós superamos os problemas de fraude que havia no seguro-agrícola no Brasil. O Governo brasileiro, o Banco Central, o Ministério da Economia e o Ministério da Agricultura usam esta plataforma para fazerem esta política brasileira de seguro e de crédito agrícola.

Nós estamos no presente, mas olhando para o futuro, com a perspectiva de olhar com muita atenção para a agenda de sustentabilidade e de inclusão social, com a necessidade de levar tecnologia para nossos produtores rurais. Temos os olhos voltados também para uma inovação aberta, alavancando novos negócios e novos mercados, por meio da Agritec e de dígitos. Mas, para isso, o Parlamento precisa continuar patrocinando a ciência brasileira.

Hoje nós vivemos uma situação peculiar, no caso da EMBRAPA, com relação ao Plano Plurianual — PPA: um decréscimo de praticamente 50% do nosso marco referencial monetário. Nós precisamos repor este orçamento da empresa e sair dos 800 milhões de reais, no horizonte dos próximos 4 anos, para perto de 1,4 bilhão de reais.

Este gráfico ilustra muito bem o momento que estamos vivendo de decréscimo na nossa previsão orçamentária, via projeto de lei que trata da Lei Orçamentária Anual, o PLOA. Da mesma forma, no PLOA 2020, nós precisamos repor, Deputado Cacá Leão, pelo menos 226 milhões de reais no nosso orçamento. Do contrário, a empresa e a ciência agrícola brasileira vão passar por uma situação muito difícil. Este é o grande apelo que nós todos da ciência agrícola fazemos aos senhores.

Agradecemos o empenho e a dedicação deste Parlamento em não contingenciar, na LOA, as despesas da ciência e da tecnologia, incluindo as despesas vinculadas à ciência agrícola brasileira.

Para encerrar, eu queria dizer que não temos dúvida de que as grandes mudanças, em qualquer nação, em qualquer sociedade, se darão não mais pelo aspecto social, econômico ou político, e sim pelas transformações que a tecnologia e a inovação farão para nosso País. Desta forma, acreditamos que investir em





CONGRESSO NACIONAL
Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização

ciência e em tecnologia entrega valor para a sociedade, gera riqueza, renda e qualidade de vida para todos nós.

Estou à disposição de todos diante de possíveis questionamentos.

Muito obrigado. *(Palmas.)*

O SR. PRESIDENTE (Izalci Lucas. PSDB - DF) - Obrigado, Cleber Soares.

Passo a palavra ao Sr. Antonio José Roque da Silva, Diretor-Geral do Centro Nacional de Pesquisa em Energia e Materiais — CNPEM e Chefe do projeto de construção do acelerador Sirius.

O SR. ANTONIO JOSÉ ROQUE DA SILVA - Boa tarde a todos.

Senador Izalci, parabéns pela convocação! Eu acho que este é um assunto muito importante, que cabe a esta Casa debater.

Eu vou tentar ser rápido, trazendo algumas ideias para contribuir para a discussão.

Quanto à pergunta se a ciência gera impacto econômico e social, eu acho que isso está claro. Todo mundo tem como exemplo clássico que desenvolvimentos fundamentais do século passado e até do século retrasado praticamente geraram todas as tecnologias que temos hoje, como o eletromagnetismo, a mecânica quântica, a relatividade geral. Estima-se que em torno de 30% do PIB americano estão ligados a estas tecnologias. Isto é fato.

A relação entre ciência, tecnologia e desenvolvimento econômico é um fato do dia a dia. Mas este não é o ponto central hoje desta discussão. Na verdade, a questão é como os investimentos de recursos públicos, de maneira sistemática, diante da necessidade de criar programas estruturados e sistemáticos, podem gerar retornos sociais e econômicos. É importante compreender que a pesquisa é fundamental. Muitas vezes, quando se fala nisso, pensa-se simplesmente que é preciso fazer pesquisa aplicada. Aqueles exemplos anteriores não estavam preocupados diretamente com nenhuma aplicação, mas geraram a revolução que vivemos hoje.

Ao caminhar para discutir a aplicação sistemática de recursos e de programas eventualmente mais focados, quero chamar a atenção para o fato de que a pesquisa fundamental gera novos conhecimentos, com impactos não previstos. Portanto, devemos sempre garantir recursos de investimentos para o que se chama pesquisa





CONGRESSO NACIONAL
Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização

básica. Não gosto muito desta expressão, mas ela é essencial para a compreensão do mundo em que vivemos e para o avanço da nossa sociedade.

Aquelas pesquisas existiam, mas não havia investimento sistemático. O investimento sistemático começa, no fundo, após a Segunda Guerra Mundial. Um conjunto gigantesco de desenvolvimentos foi feito, sim, alguns poucos anos, chegando ao radar e à bomba atômica, que, obviamente, é o mais emblemático, e a toda a parte de foguetes, que depois gerou toda a corrida espacial, passando pela penicilina, pela maneira de produzir, de forma sistemática, aviões a jato, entre outros.

Ao fim da guerra, o Presidente à época, que era Roosevelt, encomenda ao Diretor Vannevar Bush, da Office of Scientific Research and Development — OSRD, que cuidava deste esforço de guerra, e faz perguntas relevantes. Em novembro de 1944, ele escreve uma carta e pergunta o que pode ser feito, respeitada a segurança militar, para que se possa transferir o conhecimento e a pesquisa para a sociedade, já que isso estava para resolver o problema dos militares. Ele pergunta: *"Com relação à busca pela cura de doenças, como se pode fazer esse 'esforço', que foi dedicado ao problema da guerra, e impactar a sociedade como um todo? Como o Governo"* — esta é a questão fundamental — *"pode fazer agora e no futuro para ajudar as atividades de pesquisa e fazer com que se tenha uma sociedade e uma economia melhores? Como se poderia propor um programa?"*

O Diretor Vannevar Bush juntou pessoas, pensou e propôs o que hoje é um clássico — *Ciência: a Fronteira Sem Fim*, em julho de 1945. Neste documento, que é bastante interessante, ele propõe a criação de um órgão que veio a ser posteriormente, depois de 5 anos com debates públicos, a NSF, em 1950. Ele coloca o Modelo Linear de Inovação, que foi muito utilizado e pensado, modelo que muitos ainda têm na mente. Ele descreve uma lógica na qual, dentro do modelo linear, haveria uma sequência lógica e linear da ciência básica, indo para a ciência aplicada, que vai para o desenvolvimento tecnológico, para a inovação e produtos e, eventualmente, para benefícios sociais. Esta era a lógica que ele pensava.

Se este modelo for correto, tem como se gerar riqueza e benefícios sociais. Basta colocar dinheiro na ciência básica, sem nenhuma preocupação. Eventualmente, isso vai resultar em benefícios sociais. Esta era a lógica que em se pensava por lá. Eu vou comentar mais sobre este ponto.





CONGRESSO NACIONAL
Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização

O orçamento da NSF, criada em 1950, começa, em 1951, num valor que mal dá para ver neste gráfico em relação ao que ele cresceu ao longo do tempo, mas é possível ver que é contínuo o crescimento do investimento da Nacional Science Foundation ao longo do tempo. No entanto, há uma inflexão fundamental, que se dá quando o Sputnik é lançado. Há, portanto, o lançamento do Sputnik. Nós estávamos no meio da Guerra Fria, e a corrida espacial era fundamental para a hegemonia. De certa forma, este é um grande marco para a mudança de inflexão do financiamento nos Estados Unidos, diante dos reflexos mundiais que aconteceram. Independentemente disso, ao longo do tempo, tem-se um crescimento contínuo, constante, do financiamento da NSF.

Vamos nos ater, por enquanto, aos Estados Unidos. Os gráficos são um pouco complexos. No lado esquerdo, temos o gasto total desde 1953. Este é o primeiro ponto que aparece. Em vermelho, está a parte não relacionada à defesa e, na parte cinza ou azul, a defesa. Obviamente, a parte da defesa nos Estados Unidos é o investimento federal em pesquisa e em desenvolvimento ligado a estas áreas. A parte da defesa é grande. Nós sabemos que os Estados Unidos têm um grande programa ligado à defesa, e é importante entender que isso teve um potencial enorme de puxar principalmente o setor econômico. As encomendas tecnológicas dependeram muito do orçamento da defesa.

Obviamente, ocorrem mudanças e inflexões com a queda do muro de Berlim. Aquele novo pico aparece no *nine eleven*, com as torres gêmeas. Mas, se olharmos a parte da não defesa, que corresponde à área vermelha no gráfico, vê-se que continuamente há um crescimento maior na década de 1960, que é ligada à área espacial. Em vermelho, podemos ver, digamos, as áreas gerais da ciência. A parte amarela corresponde ao espaço, dominante principalmente nos anos de 1960 e 1970. Neste caso, chama a atenção o crescimento das preocupações na área da saúde, em azul, ao longo dos tempos.

Os investimentos americanos, que se refletem um pouco no que se tem no resto do mundo, crescem enormemente em saúde, porque passam a ser uma questão importante. O Presidente da EMBRAPA disse que, para vivermos, obviamente precisamos de comida, mas a qualidade de vida aumentou muito devido aos investimentos em saúde. Isso se deu nos Estados Unidos.





CONGRESSO NACIONAL
Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização

Outro ponto para o qual quero chamar a atenção é que, se olharmos não por áreas de aplicação, mas por agências, que poderiam se traduzir no Brasil nos nossos diferentes Ministérios e diferentes órgãos destes Ministérios, veremos que o desenho é bastante complexo. Nós falamos até agora da NSF, que corresponde a este pedaço aqui no começo. Esta é a parte do Departamento de Defesa. Esta é a parte do National Institutes of Health — NIH, a parte da saúde. Aqui está a parte do departamento de energia. Estes acabam sendo os três maiores orçamentos.

Eu vejo que a existência de múltiplas agências com missões distintas dentro do Sistema Nacional de Ciência e Tecnologia é fundamental, além de ser saudável. Querer a ideia de junção de órgãos não necessariamente vai fazer sentido, o que pode causar um prejuízo gigantesco para a dinâmica do seu sistema de ciência e de tecnologia.

Passado este desenho que se formou desde o pós-guerra, com o término da Guerra Fria, obviamente há cada vez mais estudos e pressões por resultados sociais e econômicos dos investimentos públicos, o que vem aumentando não só no Brasil, mas no mundo inteiro. Há uma cobrança, de certa forma, dos resultados para a sociedade e para a economia dos investimentos sistemáticos em ciência e em tecnologia. Isso tem ocorrido no mundo todo.

Na verdade, há um claro descrédito, quase uma prova de que este modelo linear não funciona. O sistema é muito mais dinâmico do que isso. Não se trata de se começar aqui e conseguir chegar ao outro lado. As interações são complexas. Portanto, hoje existem várias tentativas de obter novos modelos. Os modelos são importantes, porque eles dizem mais ou menos como se vai investir para ter retorno.

Muitas agências do mundo, desde os anos 90, passaram a incorporar nos seus julgamentos de mérito — o julgamento de mérito é um padrão dentro do sistema de ciência e tecnologia —, além de indicadores simplesmente de mérito, outros indicadores ligados a possíveis impactos sociais e econômicos. Esta é outra questão importante, ligada à maneira de se fazer um julgamento. Pode-se fazer isso.

Neste cenário, o que chama a atenção não é a incorporação de outras dimensões. Aqui há uma questão importante: a expectativa de resultados sempre de curto prazo. Este é o absurdo desta cobrança: a ciência não dá respostas em 2 ou 3 anos. Tem-se um ciclo mais longo. Se eu precisar formar engenheiros, se eu decidir





CONGRESSO NACIONAL
Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização

que o Brasil precisa de mais engenheiros, daqui a 5 anos eu vejo o resultado desta formação de recursos humanos.

Trata-se, portanto, de programas de Estado. Não podem ser programas de um governo somente. Os ciclos são longos. Mas, sem dúvida, é importante que as pesquisas científicas tenham mais capacidade de resposta para questões importantes para o País, orientadas para a solução de seus grandes problemas, sem obviamente eliminar a curiosidade científica.

É fundamental, desta forma, que haja no desenho do financiamento horizontes de longo prazo. Não se trata de uma questão apenas de números, mas de como organizamos os programas estratégicos dentro do País.

Há um exemplo que eu gostaria de mencionar. Trata-se do Departamento de Energia, um programa estratégico que tinha uma meta econômica que gerou muita ciência básica e muita tecnologia. Eu vou ilustrar rapidamente, com alguns exemplos.

Em 2011, lançaram este programa no Departamento de Energia, com a meta de que em 2020 queriam ter um valor de quilowatt-hora para o custo do painel solar de 10 centavos de dólar, 8 centavos de dólar e 6 centavos de dólar para diferentes setores. Deste modo, pode-se colocar uma meta econômica num programa que vai gerar impacto social, tecnológico e científico.

Isto aqui é só para dizer que precisamos entender os valores de que estamos falando, para isso dar certo. Houve sucesso. Este gráfico demonstra a redução de custos, desde que o programa foi instalado, de produção de quilowatt-hora, usando a energia solar. Podemos ver que há um sucesso do programa devido a este investimento sistemático.

De que valor nós estamos falando? De 2011 a 2016, este programa investiu 2,3 bilhões de dólares. Os números têm que ser compatíveis com o desafio. Obviamente, não conseguimos ter no Brasil a mesma pujança que têm os Estados Unidos. Por isso, teremos que fazer escolhas e eleger prioridades.

É como eu digo: se eu tivesse que fazer um programa para sair da Europa e chegar à América com caravela, com 10% de chance de sucesso, eu teria que colocar pelo menos dez caravelas, e todas bem equipadas. Do contrário, se elas fossem meia-boca, nenhuma chegaria ao outro lado. Portanto, é preciso entender as





CONGRESSO NACIONAL
Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização

dificuldades e os riscos, bem como equipar bem o sistema, para que ele atinja seus objetivos de fato.

Outro programa importante: fala-se muito em nanotecnologia, como área que pode transformar a economia. O Governo americano lançou um programa já faz bastante tempo. Eu chamo atenção para o fato de que este programa responde diretamente à Presidência da República. Do ponto de vista da ciência e da tecnologia, chamo atenção para a importância da coordenação. Existem múltiplas agências e múltiplos Ministérios no Brasil. A agenda da ciência e da tecnologia está na EMBRAPA, em determinado Ministério, no Ministério da Saúde. Ela está distribuída em diferentes Ministérios. A ciência e a tecnologia são temas transversais. Portanto, é preciso coordenar os esforços.

Este é o típico exemplo nos Estados Unidos: o programa de nanotecnologia americano, que envolveu 20 departamentos e agências interdependentes. A estrutura da ciência e da tecnologia nos Estados Unidos tem um órgão permanente, o Office of Science, que ligado à Presidência, que coordena as ações. Neste sentido, coordenação é fundamental.

A existência deste papel no Ministério da Ciência e Tecnologia é de fundamental importância e deveria, de alguma forma, ser reforçado o papel da coordenação, porque o sucesso dos programas depende do investimento de recursos de todos esses órgãos, de forma conjunta, com a coordenação e o trabalho do Ministério da Economia. O fato é que, na hora em que se define um programa estratégico, se cada um olha separadamente para seu orçamento, é como se cada um estivesse puxando para um lado. Quando se somam os esforços, consegue-se atingir os valores suficientes para o sucesso de determinado programa. É fundamental que caminhemos ao lado destas ações coordenadas.

É óbvio que o Brasil teve sucesso em programas estratégicos, como foi mencionado. Eu mencionaria o PROÁLCOOL, porque houve uma decisão política de fazer um programa. Hoje o Brasil é o único país que eu conheço em que se chega a uma bomba de combustível e se enche o tanque do carro com álcool. Trata-se de uma vitória da ciência e da tecnologia, bem como das políticas públicas brasileiras. Já foi mencionado o programa de águas profundas, que é igualmente importante.

Outro ponto para o qual chamo a atenção é o sucesso econômico destes investimentos, em que é preciso olhar para estruturas mais complexas. Hoje, fala-se





CONGRESSO NACIONAL
Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização

muito em manufatura avançada. Como fazer e criar mecanismos para, de fato, dar capacidade para a indústria? Criar *clusters* tecnológicos e acoplá-los a parques, no que chamamos de ecossistemas, é fundamental para que haja sucesso nestes investimentos.

Infraestrutura é fundamental. Pegando o exemplo da iniciativa de nanotecnologia americana, vemos que os Estados Unidos criaram cinco laboratórios de infraestrutura em universidades e cinco laboratórios estratégicos nos chamados laboratórios nacionais. Neste caso, cabe mencionar a questão para a qual muitas pessoas, às vezes, não atentam: dentro do sistema de ciência e de tecnologia, tem-se grupos nas universidades, mas tem-se laboratórios nacionais. No Brasil, o equivalente são as unidades de pesquisa, que são ligadas aos Ministérios e, no caso, a organizações como o CNPEM.

Estas estruturas são fundamentais, porque atuam em missões e abrigam equipamentos diferenciados. O Brasil tem um exemplo, o Centro Nacional de Pesquisa em Energia e Materiais, que fica em Campinas, do qual eu sou Diretor-Geral. Ele possui quatro laboratórios nacionais e é uma organização social. Como ente privado, ele assina um contrato de gestão com o MCTIC e é supervisionado pelo MCTIC. Ele tem como destaque de infraestrutura um síncrotron, o único da América Latina. Estamos falando de um centro de grande importância para o País.

Hoje, quando se fala em economia de futuro, é preciso começar a entender os materiais do ponto de vista estratégico e profundo. O que isso quer dizer? Quer dizer que é preciso entender a estrutura fundamental dos materiais. Hoje, falou-se em modificação genética, o que poderá revolucionar a agricultura, as plantas, a saúde etc. Para isso, é necessário que haja ferramentas especiais que permitam enxergar nesta escala de átomos, que rege toda essa dinâmica.

Nos últimos anos, a ferramenta que se tem mostrado mais versátil e mais importante é o chamado síncrotron. O que é o síncrotron? É um conjunto de aceleradores de elétrons. Você acelera os elétrons próximo à velocidade da luz e desvia a trajetória dos elétrons com ímãs especiais. Quando a trajetória é desviada, emite-se uma luz síncrotron, uma radiação eletromagnética de várias cores. Mas o importante é que neste espectro de que falamos, nestas várias cores, há Raios X. Assim, os elétrons continuam a trajetória no acelerador e emitem na tangente esta luz síncrotron, que vai bater nos diferentes materiais: pode ser um pedaço de solo,





CONGRESSO NACIONAL
Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização

importante para a EMBRAPA; um cristal com potencial fármaco; uma rocha do pré-sal. Isso vai permitir uma análise em nível atômico e nanométrico dos materiais.

Esta ferramenta mudou o patamar das pesquisas no mundo. O CNPEM, como um todo, pode atuar em áreas importantes e estratégicas da saúde, como anticorpos monoclonais, que têm revolucionado o tratamento de câncer. Para fazer isso, seria preciso uma oportunidade enorme de um programa nacional de monoclonais que envolvesse não somente o orçamento do MCTIC, como o orçamento da saúde. Há o desafio de conseguirmos coordenar estes esforços de maneira consistente para atingirmos o sucesso.

O Sirius é o próximo. O Brasil foi pioneiro e, em 1987, começou a construir o único síncrotron da América Latina até hoje, o primeiro do Hemisfério Sul. Isso envolveu a formação de recursos humanos, o que é fundamental. Depois de 30 anos de laboratório e do desenvolvimento de tecnologia e formação de recursos humanos, o Brasil hoje está pronto para entregar o Sirius, que vai ser o equipamento mais sofisticado do mundo para fazer pesquisas em materiais.

Este investimento sistemático no País, da mesma forma que na EMBRAPA e em outros programas, permitiu que o Brasil hoje construa e desenvolva com tecnologia própria um equipamento para a análise de qualquer tipo de material competitivo mundialmente. Portanto, trata-se de um grande sucesso da ciência brasileira.

Ele tem uma obra civil sofisticada, com 68 mil metros quadrados. A obra já está concluída. Os aceleradores já estão todos montados. Vemos esta imagem dentro de um túnel de concreto, que abriga um conjunto de aceleradores, que é o que vai gerar a luz síncrotron. Temos os aceleradores montados. Este aqui é o prédio, que está 100% pronto. Este é o começo do primeiro acelerador, chamado de acelerador linear. Tem-se a aceleração dos elétrons, os elétrons são injetados no segundo acelerador, que nós chamamos de *booster*, e este aumenta a energia dos elétrons. Uma vez, nós já atingimos a energia final neste segundo acelerador, que também está pronto. Agora estamos na fase de transportar os elétrons para o acelerador principal, que é este aqui. Estamos montando as estações de trabalho, onde serão feitos os experimentos. Os recursos que o Sr. Zarak mencionou são fundamentais para podermos fazer de fato pleno uso deste equipamento. É isso que estamos montando.





CONGRESSO NACIONAL
Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização

Finalizando, eu gostaria de chamar a atenção para um ponto importante. Nós fizemos um esforço, temos tecnologia nacional, formamos recursos humanos e envolvemos as empresas brasileiras. Portanto, um grande projeto como este tem capacidade estruturante. Foram executados no País aproximadamente 85% dos gastos deste projeto, com empresas brasileiras pequenas, médias e grandes, do tamanho da Weg, que nunca tinha feito ímã de acelerador e hoje consegue produzir os melhores ímãs do mundo, até *startups* que hoje produzem detectores de Raios X. Este foi, portanto, um esforço sistemático em mecanismos semelhantes a encomendas tecnológicas, que países como os Estados Unidos principalmente souberam utilizar muito bem. Acho que o Brasil tem um grande caminho e um potencial enorme para utilizar encomendas tecnológicas.

Um desafio será, obviamente, não apenas concluir e colocar para operar, mas também sustentar uma estrutura como esta em alto padrão. Este será um grande desafio desta Nação. Eu acho que nós temos que pensar nestes modelos novos e diferenciados. Como se trata de um equipamento transversal, temos que conseguir criar modelos em que participem os diferentes Ministérios e setores contribuindo e as diferentes áreas estruturantes. Temos, contudo, que pensar sempre em planos e programas de longo prazo. Ele tem um potencial enorme para apoiar desenvolvimentos na indústria.

Para concluir, lembro que muitas vezes se diz que o recurso para a ciência e a tecnologia pode ser privado. O maior valor em geral no mundo dos investimentos em P&D, em boa parte dos países, a maior fatia é como sendo privada, mas vamos olhar não o tamanho deste número, mas onde este investimento é feito. Eu peguei um conjunto de 11 países e o dividi em 3 grupos. O grupo 1 é constituído de países que investem acima de 3% do PIB, e o valor do PIB de investimento empresarial deles é acima de 2%. O grupo 2 — Alemanha, China, Estados Unidos e França — investe entre 2% e 3% do seu GDP, do seu PIB, em P&D, sendo que o empresarial vai de 1,3% a 2%. O grupo 3, que é mais próximo de países como o Brasil, investe entre 1% e 2%, e a parte empresarial, entre 0,5% e 1,2%. Temos, portanto, três grupos.

Eu vou mostrar alguns dados sobre os três grupos. Aqui é o investimento feito nas universidades e nos grupos de pesquisa. Não se trata de investimento em ensino. É um investimento em pesquisa nos grupos de universidades. Nós temos a





CONGRESSO NACIONAL
Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização

fonte de financiamento. Lembrem-se: o grupo 1 é o mais intensivo em investimentos em P&D, do seu PIB. O grupo 2 é intermediário, e o grupo 3 seria o mais próximo do Brasil.

O que vemos aqui é que o grosso dos investimentos nestes países, seja lá qual for o grupo, nos grupos de pesquisa universitários, é principalmente do Governo ou da própria universidade, por exemplo, no salário que paga, em se tratando de universidade privada. A contribuição do setor privado para esta pesquisa é algo entre 5% e 12% — e só — no mundo. Portanto, os recursos privados não sustentam a pesquisa nas universidades. Será que este investimento sustentaria as pesquisas, por exemplo, nos laboratórios nacionais ou nos hospitais onde se faz pesquisa?

Se olharmos este gráfico, veremos que a situação é mais dramática. Onde existem investimentos em estruturas do Governo, como o Sirius, no sentido de estarem ligados a ações governamentais, vemos quase a totalidade de investimentos vinda do Orçamento federal. A parte privada gira entre 3% e 5%.

Assim, a pergunta a se fazer é: para onde está indo o dinheiro privado, se ele é uma fração substantiva do investimento em P&D? Obviamente, ele está indo para sustentar a própria pesquisa.

O que este gráfico mostra é o direcionamento do dinheiro que as empresas investem nos diferentes setores. O que está apresentado na cor azul é que elas investem praticamente entre 94% e 99% dentro delas próprias. Obviamente, ainda há um investimento do Governo nas empresas, dependendo do grupo, que vai entre 0,3% e 1%, o que muitas vezes é fundamental para viabilizar investimentos a longo prazo.

Desse modo, é importante entendermos que, apesar de vermos os números de outro país que investe 3% do PIB, sendo 2% de capital privado, este dinheiro privado está indo para as próprias empresas, o que é óbvio e saudável, mas não será este dinheiro que irá substituir, de forma alguma, investimentos em pesquisa em lugares como uma EMBRAPA, um CENPES, um Sirius ou todo o sistema universitário. Qualquer pensamento contrário a isso é equivocado. Ademais, não há nenhum país que tenha este tipo de estrutura.

Este último gráfico apresenta os números do grupo 1, com o valor do P&D empresarial. Este é o grupo mais intenso em pesquisa no mundo.





CONGRESSO NACIONAL
Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização

Aqui temos o percentual do PIB em termos de investimento público e aqui, o percentual do PIB em investimento privado. Nós já entendemos que um não substitui o outro, mas o investimento público está sustentando o próprio sistema privado.

O importante é que, no período de 10 anos, principalmente depois da crise, não houve nenhum decréscimo do investimento público, mesmo quando cresce o investimento privado. Portanto, o crescimento do investimento privado não vem ligado a um decréscimo do investimento público. Não é que um esteja substituindo o outro. O fato é que ele está simplesmente sendo necessário, tendo em vista a competitividade que essas empresas precisam ter. No entanto, é fundamental que o percentual de investimento público se mantenha constante ao longo do tempo. Como dissemos, resultados em P&D são de longo prazo.

A conclusão é que investimentos em ciência e tecnologia são fundamentais para o avanço do conhecimento, para a inserção do País numa sociedade moderna e para a respeitabilidade do País.

Hoje o Sirius traz uma respeitabilidade muito importante ao País. O Brasil demonstra para o mundo que é capaz de fazer pesquisa de ponta, como hoje se demonstra, por meio da EMBRAPA, da PETROBRAS e da EMBRAER, que o Brasil pode fazer pesquisa de ponta. É fundamental que façamos isso.

As interações são complexas e não lineares. Portanto, é importante que nos debrucemos — esta Casa pode ser fundamental para isso — para encontrar novos programas e modelos que maximizem estes retornos. Existem vários atores neste ecossistema. Não há a menor dúvida de que é fundamental formar pessoas. No entanto, isso demanda investimento de longo prazo. Como eu disse, para um engenheiro se formar, são 5 anos e um médico, 6 anos, só para terminar a graduação.

Nós temos uma transversalidade clara em ciência e tecnologia. Eu acho fundamental que criemos mecanismos de coordenação, governança e gestão, para termos sucesso em nossos programas. Temos que fazer escolhas. Não há dúvida de que passamos por crises, e crises exigem escolhas. Mas fazer escolhas não quer dizer que não possamos continuar caminhando em um sistema que foi construído ao longo de décadas. Mas temos que coordenar, da melhor maneira possível, o montante de recursos, sem duplicidade de investimentos, tendo mais eficiência. Isso é fundamental no desenho do Orçamento público.





CONGRESSO NACIONAL
Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização

Cito, ainda, a necessidade de políticas estratégicas de longo prazo. A área de bioeconomia seria, talvez, uma agenda importante para o País. Ela vai dar resultados a longo prazo, mas temos que conseguir construir esta agenda. E reitero: esta é uma agenda transversal. As prioridades, obviamente, devem constar na agenda.

É interessante lembrarmos que quem não define sua agenda vai acabar tendo seus pesquisadores trabalhando na agenda dos outros. Eu digo isso porque os outros países definem suas agendas, e estas agendas acabam entrando no universo e no cenário mundial através das grandes revistas etc. Portanto, vamos ter nossa força caminhando para resolver os problemas fundamentais dos outros. Assim, temos que resolver nossos problemas aqui e trabalhar com o setor empresarial, para definirmos estas grandes agendas.

O financiamento privado no mundo é focado em P&D, somente na parte interna das empresas e, em geral, tem a visão de curto prazo. Mas vimos que é importante termos a sustentação de mais longo prazo. Portanto, o financiamento público é essencial para satisfazer estas condições.

Peço desculpa pela extensão da minha palestra.

Muito obrigado. (*Palmas.*)

O SR. PRESIDENTE (Izalci Lucas. PSDB - DF) - Agradeço ao Sr. Antonio Roque a participação.

Passo a palavra ao Sr. Virgílio Augusto Almeida, Diretor da Academia Brasileira de Ciências.

O SR. VIRGÍLIO AUGUSTO FERNANDES ALMEIDA - Boa tarde.

Eu gostaria de cumprimentar o Senador Izalci e todos os presentes, agradecendo-lhes a presença.

Eu vim falar sobre ciência, tecnologia e inovação, em nome da Academia Brasileira de Ciências, e, em particular, expressar algumas preocupações quanto ao desenvolvimento da ciência e da tecnologia no Brasil e apresentar alguns pontos importantes.

Talvez seja interessante sumarizar minha apresentação em três pontos importantes, que são fáceis de guardar. Depois eu vou apresentar as razões por que estou colocando esses pontos. O primeiro é que todas as economias desenvolvidas avançaram com investimentos em ciência e em tecnologia, seja a Coreia do Sul,





CONGRESSO NACIONAL
Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização

seja o Japão, na Ásia. Agora, até mesmo o Vietnã vem se desenvolvendo. Assim também ocorre com as economias europeias, com os Estados Unidos e com o Canadá. Todos eles fizeram investimentos permanentes e significativos em ciência e em tecnologia.

Além disso, investimentos em ciência e tecnologia, a par de gerarem desenvolvimento econômico, geram para esses países profissões e trabalhos bem-remunerados. É disto que precisamos no Brasil: novos postos de trabalho bem-remunerados. Portanto, é essencial que tenhamos aqui empresas avançadas, com base tecnológica.

Mais um ponto importante nesta primeira colocação é que a rapidez da evolução tecnológica tem sido cada vez maior. Hoje a automação, a indústria 4.0, o uso da inteligência artificial têm-se disseminado rapidamente por todos os setores da economia e da sociedade.

Os outros dois pontos — grupos de pesquisa e excelência internacional —, o Brasil tem vários deles. Eu vou mostrar alguns exemplos. Aqui, temos uma observação muito importante para nossa discussão. Eles levam anos para ser formados, com investimentos em pessoas, em equipamentos e em laboratórios. Isso foi mostrado. Além disso, podem levar meses para ser dizimados, porque os pesquisadores vão aonde há recursos disponíveis.

O terceiro ponto, coisa que já percebemos, é a atual fuga de cérebros que ocorre no Brasil. Se pensarmos no futuro, são estes jovens que farão ou fariam o futuro do País. No entanto, hoje muitos deles mudam para países onde as condições de desenvolvimento da ciência e da tecnologia são muito mais favoráveis.

A *Folha de S.Paulo* de anteontem noticiou: "*Sem verbas, cientistas brasileiros buscam bolsas em Portugal*". Este é apenas um exemplo de vários outros fenômenos que estão acontecendo. Nas universidades federais que têm mais atuação em ciência e tecnologia, nas universidades paulistas, vários professores que tinham posições estáveis hoje estão saindo da universidade e indo para países da Europa que querem abraçar estes pesquisadores com muito bom grado. Eles foram formados no Brasil, investiu-se neles, eles são promissores, mas vão embora.

Há outro ponto importante, do cientista brasileiro Carlos Nobre, na revista *Nature* desta semana. Ele fala da importância de não se sufocar a pesquisa no Brasil, não só porque ela pode ser essencial para os grandes desafios, como o meio





CONGRESSO NACIONAL
Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização

ambiente e as mudanças climáticas, mas também para o alcance dos objetivos sustentáveis da Agenda 2030, com a qual o Brasil tem compromisso. A ciência, a tecnologia e a inovação permeiam praticamente todos os objetivos do desenvolvimento sustentável.

Nós percebemos que a preocupação da Academia vem dos números, dos fatos, Senador. Olhem aquela curva que mostra o orçamento do CNPq em bolsa e fomento. Ele cresceu e vem decrescendo constantemente. Se olharmos a preocupação com os grupos de pesquisa, com os jovens que deixam o País, jovens que seriam promissores em ciência, o CNPq e a CAPES são as agências fundamentais para a formação do futuro da ciência brasileira. Isso o País não pode perder, porque este é o grande investimento que temos.

Nós temos conversado com as grandes empresas de tecnologia. Eu sou de Belo Horizonte, onde a Google tem um grande laboratório. A principal preocupação dos empresários das grandes empresas é se há no Brasil gente qualificada, ou seja, recursos humanos bem preparados. Mais do que incentivos, mais do que outros atrativos, é a existência de uma força de trabalho qualificada que importa. Ao vermos a diminuição do orçamento do CNPq e da CAPES, esta preocupação fica ainda mais acentuada.

O CNPq e a CAPES, junto com a FINEP, formam e suportam grande parte da pesquisa no Brasil, através de recursos do Fundo Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico — FNDCT. Nós entendemos, e eu acho que a explicação do representante do Ministério da Economia foi muito sólida, bem feita, que os Parlamentares são capazes de pensar numa maneira de preservar os orçamentos da ciência e tecnologia, dentro deste contexto adverso da economia que esperamos que melhore.

Aqui temos alguns programas que o CNPq tem para a formação de jovens. Se pensarmos, todo mundo tem filhos, netos ou parentes jovens. A primeira coisa que os meninos e as meninas fazem é entrar no mundo digital. Eles são atraídos pelo desenvolvimento tecnológico, pela inovação. É disso que precisamos. Nós precisamos atrair cada vez mais os jovens brasileiros para a área da ciência, para o desenvolvimento avançado, para a formação de recursos humanos bem qualificados.





CONGRESSO NACIONAL
Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização

Temos o PIBID, uma ação de iniciação e jornada científica. O mesmo acontece com os grupos de pesquisa. Um dos grandes programas do CNPq que formulou e fundamentou vários grupos de pesquisa no Brasil foram os chamados Institutos Nacionais de Ciência e Tecnologia — INCTs. Em várias universidades brasileiras, os principais grupos de pesquisa vieram deste programa, que durava entre 4 e 6 anos. Trata-se de uma pesquisa de longo prazo que vai dar resultados — eu vou mostrar a necessidade de termos prazos mais longos — e que gerou vários resultados positivos, inclusive na atração de empresas do exterior para cá, nas áreas agrária, de energia, de engenharia, de tecnologia da informação, das tecnologias digitais, da nanotecnologia e da saúde.

Estes institutos foram um programa de sucesso, geraram resultados, e a avaliação foi extremamente positiva não só na formação de pessoal, mas também na geração de novas empresas e na absorção de pessoal.

Outros programas de sucesso no Brasil são o Programa Antártico Brasileiro — PROANTAR, com pesquisa na estação brasileira na Antártica, com programas em arquipélagos e ilhas oceânicas. Foi mencionada a importância da cooperação internacional. O Brasil tem com a União Europeia vários acordos de pesquisa. Assim, é importante mostrar que pesquisadores como a Dra. Johanna Döbereiner tiveram impacto muito grande na EMBRAPA. Ela foi uma pesquisadora de prestígio internacional e, atuando em pesquisa básica, acabou gerando os resultados que foram decisivos para vários projetos da EMBRAPA.

Mais recentemente, a Dra. Celina Turchi, da Fundação Oswaldo Cruz, em Recife, fez a conexão, pela primeira vez, entre a microcefalia e o vírus zika. Isso mostra que, à medida que o mundo se torna mais complexo, os desafios são maiores. Assim, é fundamental que o País tenha uma base científica para enfrentar estes desafios.

Estamos vendo problemas ambientais, e a ciência pode e deve colaborar com os grandes desafios práticos do País. A COPPE, da Universidade Federal do Rio de Janeiro, teve papel fundamental no desenvolvimento do pré-sal e de outras tecnologias da PETROBRAS.

O caso de sucesso da Embraer já foi citado aqui pelos vários colegas da Mesa.

Quanto às pequenas empresas, foi falado pelo Diretor do CNPEM, existe a Embraco, a WEG. Trata-se de empresas que hoje têm um padrão de tecnologia





CONGRESSO NACIONAL
Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização

mundial, são competitivas, atuam nos mercados internacionais e foram desenvolvidas aqui no País, com engenharia e ciência brasileiras.

De novo, a preocupação da Academia Brasileira de Ciências não é só quanto à formação de cientista, à formação dos futuros cientistas, mas também quanto a usar o conhecimento científico aqui instalado para resolver desafios que o País tem, sejam desafios ambientais — como, por exemplo, a questão da Amazônia —, sejam desafios nas áreas de defesa — por exemplo, foi mostrado na questão da chamada Amazônia Azul, que é a costa brasileira.

E, mais interessante, há ainda o uso da natureza ou da biodiversidade natural do Brasil para a produção, como mostrado neste exemplo, de açaí na Floresta Amazônica, e o recurso que isso traz é do País.

Mais um ponto que já foi mencionado pelos colegas é que ciência e tecnologia trazem retorno. Trazem retorno para sociedade, para as empresas. Aliás, há um estudo que mostra o retorno social para cada 1% de aumento no gasto nas áreas de infraestrutura, de defesa e de ciência e tecnologia.

Eu insisto neste ponto: investir em ciência e tecnologia não é só para avançar no conhecimento, mas também para avançar no conhecimento e trazer benefícios para o País — benefícios sociais, benefícios na área de saúde, benefícios para as empresas.

Então, ali se pode ver que o valor total gerado pela pesquisa pública é entre 3 a 8 vezes o valor do investimento. A taxa de retorno da maior parte dos projetos está entre 20% e 50%. Além disso, entre 20% e 75% das inovações poderiam não ter existido se não houvesse a pesquisa pública, que foi mencionada ali pelo CNPEM.

Nós chegamos aqui ao que preocupa muito a Academia Brasileira de Ciências: a redução desses orçamentos. E nós contamos com a inventividade e a importância do Parlamento para, junto com o Ministério da Economia, achar soluções que mantenham essa atividade da ciência para o País.

Nós vemos ali, por exemplo, no caso do CNPq, que o orçamento de 2019 é de 1 bilhão, e há um aumento de 4% para 2020, se não houver contingenciamento, como já foi explicado pelo representante do Ministério da Economia. Mas há uma preocupação com a redução do fomento, que suporta grande parte dos projetos de pesquisa nas universidades.





CONGRESSO NACIONAL
Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização

Quanto ao CAPES, houve corte no orçamento geral, corte em bolsas para a educação básica, corte em bolsas para o ensino superior e fomento.

Reforço a nossa insistência em trazer a importância de se preservar a formação de jovens brasileiros, moças e rapazes, na ciência, e de oferecer uma perspectiva de avanço científico para o Brasil, e a CAPES é fundamental nessa perspectiva. De novo: há essa preocupação, para a qual tenho certeza de que os Parlamentares estão olhando com atenção.

Agora, é interessante que outros países no mundo também passaram por crises econômicas — a exemplo do que aconteceu, em 2008, nos Estados Unidos, em países da Europa, na Coreia —, e todos eles veem na ciência, tecnologia e inovação um mecanismo para sair das crises, pelo menos, para acelerar a saída da crise.

Nós vemos isso na Índia, que vem investindo permanentemente e numa proporção importante em ciência, na China e na Rússia.

Essa imagem é de um artigo recente que saiu na revista *Science*, com o título *Como a ciência salvou a China*. O artigo mostra a evolução da China, a questão da falta de alimentos e também um ponto importante: em 1976 ou 1977, o Primeiro-Ministro Xiaoping definiu uma política chamada quatro modernizações, que eram a agricultura, a indústria, a defesa e a ciência e tecnologia. O resultado, 43 anos depois, é o que nós vemos hoje na China. É um país exuberante em termos econômicos e em termos de inovação. Então, esse foi o caminho. E a Índia tem ido nessa direção também, ela segue o caminho da China, como outros países asiáticos seguem também.

Portanto, era este o ponto que nós gostaríamos de destacar: mesmo em situações de grandes restrições econômicas, há a importância de se manter os orçamentos de ciência e tecnologia.

Aqui mostramos alguns orçamentos dos Estados Unidos.

É interessante ver que, nos Estados Unidos, mais recentemente, o governo atual fez vários cortes em pesquisa. Mas o congresso americano, num trabalho posterior junto com o governo, retornou os orçamentos de pesquisas e, inclusive, aumentou o de várias agências americanas.

Finalmente, há que se dizer que a ciência é chave nesse desenvolvimento econômico do País, para gerar empregos, para gerar empregos de qualidade, para





CONGRESSO NACIONAL
Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização

ter uma indústria mais competitiva, para ter uma economia competitiva, pronta para atuar no exterior.

É necessário e urgente salvar essa ciência brasileira. É importante que a sociedade veja o quanto a ciência pode contribuir, junto com o Governo. E, finalmente, o Parlamento, esta Casa aqui pode ser o local onde essas discussões, frente a essas restrições que são reais e que foram mostradas, podem achar soluções inovadoras, podem trazer a inovação na formulação desse orçamento brasileiro.

Muito obrigado. *(Palmas.)*

O SR. PRESIDENTE (Izalci Lucas. PSDB - DF) - Obrigado, Virgílio.

A nossa última expositora, que representa aqui a inovação, a CNI, é a Sra. Gianna Sagazio, a quem concedo a palavra.

A SRA. GIANNA SAGAZIO - Boa tarde.

Só para explicar, eu sou Diretora de Inovação da Confederação Nacional da Indústria — CNI e saúdo a todos os Parlamentares na pessoa do Senador Izalci Lucas.

Antes da minha fala, e até para reforçamos o convite que fizemos anteriormente, Senador, quero dizer que vamos realizar, no dia 5 de novembro, uma reunião da MEI, a Mobilização Empresarial pela Inovação — eu vou explicar em seguida o que é para quem não conhece —, junto com a Frente Parlamentar Mista de Ciência, Tecnologia, Pesquisa e Inovação. Nós vamos fazer excepcionalmente essa reunião em Brasília. Normalmente, nós a fazemos em São Paulo, mas nós consideramos essa reunião fundamental para que exista esse diálogo entre os empresários, entre as pessoas que estão tomando decisão no setor produtivo, junto com os Parlamentares, para discutirmos a importância da área de ciência, tecnologia e inovação para o futuro do Brasil.

Então reforço aqui esse convite. Estamos convidando o Senador Izalci Lucas e o Presidente Robson. Estendo aqui o convite ao Ministro Guedes. Acho que é importantíssimo dialogarmos sobre esse tema com a área econômica do Governo. Nós o temos convidado, e acho que seria muito importante que ele pudesse participar dessa discussão, uma vez que o setor empresarial também reconhece a importância dessa área.





CONGRESSO NACIONAL
Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização

Eu vou procurar falar rapidamente. Para quem não conhece, a MEI — Mobilização Empresarial pela Inovação é o principal fórum de diálogo hoje do setor empresarial com o Executivo e o Legislativo. Nós temos aproximadamente trezentas das principais lideranças empresariais, são CEOs, pessoas que fazem parte dos conselhos das empresas e pessoas que têm sob sua responsabilidade a maior parte do investimento em pesquisa e desenvolvimento.

A MEI existe há 11 anos e o seu principal objetivo é contribuir com o Governo brasileiro na formulação de políticas de inovação que sejam eficazes e que tragam resultado para o País.

Entendemos que, na formulação das políticas, é importante ouvir o setor empresarial que é quem de fato no final vai fazer os investimentos e também apoiar as empresas, com metodologias, com casos, com eventos, a inovar mais. Inclusive também temos um programa de imersão em ecossistemas de inovação, no mundo todo e no Brasil, exatamente para monitorarmos e compreendermos o que está acontecendo na fronteira desses ecossistemas de inovação.

Eu também queria saudar aqui os amigos e os colegas das instituições que participam da MEI, o Jorge Guimarães, da EMBRAPA, enfim todos os colegas que estão aqui.

Para a Confederação Nacional da Indústria e para a MEI, a inovação é fundamental para o desenvolvimento do País. Ela é uma agenda de futuro. Nós entendemos que precisamos falar sobre um projeto de país, reconhecendo que as reformas são importantes, mas também precisamos, em paralelo, entender que país nós queremos ser e como nós vamos chegar lá. É isso o que acontece com os países que são desenvolvidos.

No âmbito da MEI, participamos do Índice Global de Inovação, que é o principal relatório de inovação no mundo. Ele é feito pela WIPO, que é a agência das Nações Unidas para propriedade intelectual, pela Cornell University e pelo INSEAD — Instituto Europeu de Administração de Empresas. O Brasil infelizmente caiu 19 posições nos últimos 9 anos. Nós caímos duas posições do ano passado para este ano, numa escala de 129 países. Então o Brasil, que é a nona economia do mundo, está em 66ª posição no principal *ranking* de inovação do mundo. Esse assunto é tão importante que, se nós de fato não o enfrentarmos, vamos deixar de estar entre as dez economias maiores do mundo muito rapidamente.





CONGRESSO NACIONAL
Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização

Só para os senhores terem uma ideia, vou dar aqui alguns exemplos de países que priorizam a inovação. Eu estou falando de ciência, tecnologia e inovação. A China, que ocupava a 22ª posição em 2017, hoje está em 14º lugar. A China é o único país de renda média que está entre os 20 países mais inovadores do mundo. Israel ocupava a 17ª posição em 2017; hoje está entre os 10 países mais inovadores do mundo. A Índia, que foi citada, ocupava a 60ª posição em 2017; hoje está em 52º lugar. Isso reflete o quê? O reconhecimento dos países de que ciência, tecnologia e inovação são fundamentais para a economia avançar, e não só reconhecimento, como também ações e orçamentos. Não basta dizermos que isso é importante, precisamos ter ações e colocar os recursos lá para que isso possa acontecer. Eu poderia citar muitos outros países.

O Brasil investiu 1,27% do PIB em P&D — pesquisa e desenvolvimento. Esses são os últimos dados disponíveis de 2016, enquanto a média dos países da OCDE está acima de 2%. Estados Unidos, China e Coreia investem 4%, 5%. Então existe esse reconhecimento por parte dos governos e existe uma ação que corresponde ao reconhecimento dessa importância.

Nós consideramos preocupante essa situação. Eu trago aqui também os dados do FNDCT que já foram citados, mas faço questão aqui de revisitá-los. A arrecadação aumentou nos últimos anos, passando de 4,3 bilhões, em 2016, para 5,6 bilhões neste ano. Mas esse crescimento foi acompanhado do aumento da reserva de contingência, o que levou à diminuição do limite de empenho, isto é, do valor efetivamente disponibilizado para o investimento que, em 2016, era de 1,5 bilhão e, em 2019, passou para 0,59 bilhão.

Então vejam, nós estamos falando aqui da nona economia do mundo, nós estamos aqui mostrando dados de como os países têm reconhecido a importância desse setor para sair da crise, para promover o desenvolvimento, para poder oferecer empregos — empregos de qualidade —, para promover a qualidade de vida, e nós, infelizmente, estamos na contramão do que está acontecendo no mundo, porque estamos reduzindo recursos para educação, para ciência, tecnologia e inovação. Então, esse cenário é preocupante.

Do ponto de vista do setor empresarial, procuramos dar uma contribuição, porque o setor empresarial reconhece. Nós concordamos com todas as informações que foram colocadas aqui. É importante que exista a participação do Governo





CONGRESSO NACIONAL
Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização

nesses investimentos, nessa fase anterior à pesquisa aplicada. É assim que ocorre nos Estados Unidos, na China, nos países da Europa. Não existe outra forma de fazermos isso. Nós acompanhamos.

Eu queria aproveitar o momento também para reforçar a importância das instituições do ecossistema de inovação. Temos a EMBRAPA, que foi uma ideia que surgiu dentro da MEI e que abrigamos, e ela parece ser, como tem demonstrado, pelo crescimento exponencial dos projetos que têm sido feitos — não é isso, Jorge? —, uma solução inovadora para nós, porque tem um modelo que é muito rápido, muito eficaz e com que conseguimos, de fato, atender à demanda empresarial. Então, eu queria dizer que a EMBRAPA é fundamental para o nosso futuro, e a EMBRAPA também.

E eu queria também reforçar o papel do CNPq, da CAPES, da FINEP e do BNDES. Queremos que o BNDES volte a ter prioridade para apoiar inovação. Precisamos falar sobre as taxas. Muita gente diz que o setor empresarial precisa investir mais. Eu trago aqui um dado, e posso depois fornecê-lo com detalhes: hoje, no Brasil, quem mais investe em P&D é o setor empresarial. Se tirarmos da conta geral as bolsas que são fornecidas, veremos que quem mais tem investido em P&D é o setor empresarial. Então, eu acho que dados como esses têm que ser trazidos até para desmistificarmos algumas coisas que são ditas e que, de fato, não correspondem ao que está acontecendo no Brasil. Reforço, então, o papel dessas instituições.

Nós da CNI temos uma parceria com o CNPq, que é o Inova Talentos, e já falamos disso aqui algumas vezes. Esse é um programa em que as empresas pagam as bolsas para pesquisadores, e isso abre uma possibilidade enorme. Nós já colocamos centenas de pesquisadores nas empresas, com esse programa que é uma parceria do setor empresarial com o CNPq. São as empresas que pagam essas bolsas, não é o Governo. Achamos que esse tipo de modelo pode ser ampliado, temos interesse nisso, e eu reforço o convite para que a área econômica converse conosco lá na MEI para vermos de que forma podemos colaborar cada vez mais.

A subvenção econômica é importantíssima para alavancar investimento privado. Esse é um instrumento nobre que os países mais desenvolvidos e inovadores praticam amplamente. No Brasil, é um recurso que praticamente não existe mais. A diminuição desses recursos está diretamente associada à redução do





CONGRESSO NACIONAL
Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização

valor disponibilizado pelo FNDCT. Como ele teve o orçamento reduzido, isso tem inviabilizado novas chamadas e editais.

Então, só para termos uma noção dessa queda, em 2010 foram liberados 391 milhões para subvenção e, em 2018, 51 milhões. Eu sempre coloco como referência: somos a nona economia do mundo! Os Estados Unidos investiram mais de 500 bilhões, em números absolutos, em pesquisa e desenvolvimento. É lógico que isso tem uma correlação! A China investiu mais de 400 bilhões, e nós temos 50 milhões, em 2018, para subvenção?! Não vamos sair da crise assim!

Então, queremos dialogar, queremos construir juntos. Eu trago aqui as prioridades da Mobilização Empresarial pela Inovação, entre as quais está o estímulo ao aumento da qualidade de educação. Infelizmente, ficamos muito mal colocados no PISA. Acreditamos que é importante melhorar a qualidade da educação em todos os níveis.

A MEI deu uma contribuição recente, como a proposta de modernização do ensino de engenharia. Essa proposta foi acolhida e desenvolvida pelo MEC, na época em que o Paulo Barone estava na Secretaria de Educação Superior, e pelo Conselho Nacional de Educação. Em janeiro deste ano, tivemos a implementação das novas diretrizes curriculares de engenharia, que trazem a visão do setor empresarial, que em última instância vai contratar a maior parte dos engenheiros e engenheiras.

Esse é só um exemplo do tipo de contribuição que podemos dar. Achamos que é fundamental desenvolver um planejamento, uma visão de longo prazo para o País, incluindo uma visão de ciência, tecnologia e inovação com projetos que sejam estratégicos para o País. E aí, o Sirius, o CNPEM, os nossos laboratórios são referência mundial e podem contribuir muito nesse sentido.

Outra prioridade é a construção de um sistema de governança de ciência, tecnologia e inovação para coordenar as políticas nacionais de inovação. Como já foi dito aqui hoje, inovação é transversal. Em todos os países desenvolvidos — China, Estados Unidos, Israel, os países da Europa — quem fala sobre inovação são os presidentes. Eles têm escritórios, *offices*, ligados a eles diretamente, que escrevem a estratégia de inovação que depois desce para o sistema, como o senhor mostrou, para os departamentos, etc. Mas a inovação é tão estratégica que quem fala sobre isso são os próprios presidentes.





CONGRESSO NACIONAL
Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização

Então, achamos que essa é uma boa prática e que também deveríamos fazer.

Precisamos reestruturar o sistema de financiamento à inovação. As empresas têm dificuldade para pegar recursos. Os senhores acompanham isso, nós temos os dados e, se quiserem, podemos fornecê-los, mas esses dados são públicos. Houve queda no BNDES, inclusive, de consultas. Não estou falando nem da própria efetivação dos contratos. As empresas não estão nem fazendo consultas, porque não existe prioridade do banco para isso, as taxas são praticamente taxas de mercado, o que é impraticável para quem está fazendo investimento em inovação, tendo em vista ser um investimento de risco, de longo prazo. Então, nós precisamos conversar sobre isso, porque, senão, não vai acontecer.

Nós precisamos criar indicadores e realizar o monitoramento e a avaliação das políticas. Para isso, nós temos que ter os indicadores. Inclusive, na MEI, nós lançamos recentemente, além do GT de STEAM — Science, Technology, Engineering, Arts and Math, um GT de indicadores, que é liderado pelo Laércio Cosentino, da Totvs. É importante também assegurar a continuidade da Lei do Bem, diante dessas restrições fiscais, e oferecer segurança jurídica para os projetos de longo prazo.

Então, para o setor empresarial, inovação é fundamental. Nós acreditamos que é preciso que o Brasil dê prioridade à inovação, à educação, à ciência e tecnologia, e essa inovação de fato se traduz em ações e em recursos sustentados ao longo do tempo, porque nós também não podemos ter essa insegurança se vai ter o recurso ou não, ou passar o ano inteiro batalhando por 300 milhões para assegurar as bolsas, e no final do ano nós assegurarmos. Isso não é compatível com a sofisticação do Brasil, tanto em termos de recursos humanos quanto de setor empresarial. Nós poderíamos estar tendo um desempenho muito melhor de economia se, de fato, fosse dada prioridade a essa área. E nós queremos dialogar e construir juntos.

Obrigada. (*Palmas.*)

O SR. PRESIDENTE (Izalci Lucas. PSDB - DF) - Nós estamos com a sessão do Congresso em andamento, inclusive eu sou o Relator do item que já está sendo debatido. Mas nesta reunião está inscrito o nosso Líder da Oposição, o Deputado Alessandro Molon, a quem vou conceder a palavra e, em seguida, ao Deputado Darcísio Perondi.





CONGRESSO NACIONAL
Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização

Tem a palavra V.Exa., Deputado Alessandro Molon.

O SR. ALESSANDRO MOLON (PSB - RJ) - Muito obrigado, Sr. Presidente. Eu prometo ser breve, até pelo tempo da sessão do Congresso, mas antes de mais nada eu quero cumprimentar V.Exa. pela realização desta audiência pública e, mais do que isso, pelo papel que V.Exa. tem tido no Congresso Nacional em defesa da ciência e tecnologia. A voz de V.Exa., que aqui na Casa se fazia ouvir em defesa desse setor, agora se faz ouvir no Senado, e V.Exa. continua um firme defensor desse setor. E esse é um dos pontos — certamente, há muitos outros — que pode unir todo o Congresso Nacional, e que nos une aqui nessa audiência pública: a defesa desse setor, que é crucial, como vários expositores mostraram, para o futuro do País.

Neste momento, a ciência e tecnologia têm sofrido uma série de percalços e mesmo de preocupações, que eu acho que poderiam ser evitadas. Para além da enorme restrição de recursos, que deve ser superada — e o será com a ajuda do Congresso, com a divisão dos recursos da cessão onerosa —, o nosso Congresso Nacional, em acordo com o Governo, pediu ao Governo que descontingenciasse todos os recursos da educação e da ciência e tecnologia.

Essa é uma vitória para o País, e ela foi construída com a nossa luta aqui na Casa, com a minha luta, com a luta de V.Exa., do Deputado Perondi e de outros, para que esse setor pudesse fechar o ano. Mas não é apenas o descontingenciamento que é um grande desafio nosso, é também afastar do horizonte algumas nuvens que preocupam a todos nós e, sobretudo, aos cientistas. Primeiro, a ideia equivocada de se retirar da FINEP a Secretaria Executiva da FNDCT. Tentou-se isso na MP 870. O Congresso Nacional derrotou essa tentativa, e volta-se a falar agora em colocar a FINEP e o FNDCT no BNDES. Essa é uma ideia equivocada. Não tenho dúvida de que é uma ideia bem intencionada. Não quero aqui atacar as motivações, mas a FINEP nasceu do BNDES, que lá atrás entendeu que a FINEP tinha uma missão que não deveria estar no banco. Por isso foi criada a FINEP. Por isso a Secretaria Executiva do FNDCT cabe à FINEP.

Aproveito para agradecer a presença dos representantes do Governo aqui e pedir que digam ao Governo que nós, do Congresso Nacional, vemos isso com muita preocupação. Já evitamos essa mudança na MP 870 e, se houver qualquer





CONGRESSO NACIONAL
Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização

outra tentativa, nós vamos lutar contra. Essa é uma preocupação que poderia ser tirada do nosso horizonte.

Há outra preocupação, qual seja a de uma ideia também equivocada, que vem se comentando ainda como boato, e que esperamos não seja verdadeira, que é se fundir o CNPq e a CAPES. Essa é uma ideia errada. O Brasil não tem agências de fomento à pesquisa demais, e sim tem de menos. Os Estados Unidos da América, que são tão admirados pelo Presidente da República — de fato, são um grande país, e há muitas razões para serem admirados —, têm dez agências de fomento e não uma. São dez! Então, não faz sentido essa ideia de fundir CNPq e CAPES. São instituições com missões diferentes, complementares.

Por favor, não gastem tempo, energia e a atenção dos nossos cientistas com isso. Tenho participado de reuniões em universidades, e a primeira preocupação é essa. Já basta a preocupação com dinheiro. Vamos tirar do horizonte a preocupação de fusão CNPq e CAPES, isso está criando uma perturbação enorme no ambiente acadêmico brasileiro, uma preocupação desnecessária. Vamos tirar isso do horizonte. Vamos fortalecer as nossas agências de fomento. Vamos garantir recursos para o ano que vem.

Vamos fazer, Deputado Perondi, Senador Izalci, o que o congresso norte-americano fez. A proposta era de reduzir recursos. Vamos nos unir, dando mais recursos. Lá republicanos e democratas se uniram para aumentar os recursos da ciência e tecnologia. Vamos fazer a mesma coisa aqui. Não é contra o Governo, é para o bem do País. O Governo, talvez, agora resista, mas lá na frente vai nos agradecer. A ciência, tecnologia e inovação são a saída para o Brasil. A CNI está aqui defendendo, a Academia Brasileira de Ciências. Temos bons exemplos, como a EMBRAPA e outras instituições que deram certo.

Nós estamos perdendo cérebros. Vamos evitar que isso ocorra. Vamos aumentar os recursos, fortalecer a ciência e tecnologia, construir, Senador Izalci Lucas, com a liderança de V.Exa. aqui, na CMO, um cinturão em torno do orçamento de ciência e tecnologia. Vamos tirar de outras áreas. Dessa área não vamos permitir que se tire, porque estamos garantindo o futuro do Brasil. Isso não é assunto de Governo e Oposição. Não deve ser assunto de direita e esquerda. Deve ser assunto do Parlamento inteiro. Estou aqui movido por esse espírito. Quero me colocar ao lado de V.Exa., ao lado do Deputado Darcísio Perondi, de todos aqueles que





CONGRESSO NACIONAL
Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização

quiserem defender a ciência e tecnologia, e celebrar uma grande união nacional em torno desse tema. Outros temas também podem e devem nos unir, como, por exemplo, a luta em defesa do meio ambiente. Vamos, com essa união, salvar esses setores e salvar o futuro do País. Essa é a missão de todos nós aqui. Esse é o tamanho do nosso desafio e somente unindo as nossas forças é que vamos garanti-lo.

Isso é o que me traz aqui, por isso fiz questão de ficar e falar.

Quero agradecer a todos. Faço um cumprimento especial ao Prof. Virgílio, que foi muito importante na aprovação do marco civil da Internet, matéria que aprovamos por unanimidade aqui na Casa, com todos os partidos. Também aquilo nos uniu. Isso mostra que a ciência pode ser um elemento de união do País e de construção de um futuro melhor para esta grande Nação, que é o Brasil.

Muito obrigado, Senador. Parabéns!

Muito obrigado a todos que vieram e fizeram as suas exposições. (*Palmas.*)

O SR. PRESIDENTE (Izalci Lucas. PSDB - DF) - Eu que agradeço a V.Exa.

Quero reforçar o compromisso da Frente Parlamentar Mista de Ciência, Tecnologia, Pesquisa e Inovação, uma Frente que não é de direita nem de esquerda, não é Governo nem Oposição. Só conseguimos avançar no marco regulatório de ciência e tecnologia porque sempre tratamos desse assunto como um partido da ciência e tecnologia.

Parabenizo V.Exa. pelo pronunciamento. Queremos sim o apoio integral da Oposição, no sentido de trabalharmos o Orçamento. O objetivo desta audiência pública hoje, na Comissão Mista de Orçamento, uma vez que já sabemos que a área de ciência e tecnologia é unanimidade, que a área de educação é unanimidade — todo mundo apoia —, é compatibilizar o discurso com os recursos. Esse é o papel principal desta audiência pública. Agradeço a V.Exa.

O SR. ALESSANDRO MOLON (PSB - RJ) - Senador, muito obrigado. Eu vou pedir desculpas a V.Exa. e ao Deputado Darcísio Perondi por não poder ouvi-lo, mas sou o próximo expositor de uma audiência pública no Plenário 7 e por essa razão não ficarei. Peço desculpas a todos. Saibam que eu ficaria, com todo prazer, para ouvir o Deputado Perondi e V.Sas.

O SR. PRESIDENTE (Izalci Lucas. PSDB - DF) - Tem a palavra o Deputado Darcísio Perondi.





CONGRESSO NACIONAL
Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização

Eu vou relatar o próximo item do Congresso.

O SR. DARCÍSIO PERONDI (Bloco/MDB - RS) - Parabéns, Senador Izalci Lucas! V.Exa. é um dos melhores Senadores que este Congresso tem e de quem devemos nos orgulhar. Estamos juntos já há 12 anos ou mais? Por quantos mandatos V.Exa. esteve aqui?

O SR. PRESIDENTE (Izalci Lucas. PSDB - DF) - Há 12 anos e meio, aqui e no Senado.

O SR. DARCÍSIO PERONDI (Bloco/MDB - RS) - Estamos juntos há quase três mandatos. O Senador Izalci é focado, estudioso e lutador. Olhem o seminário que S.Exa. fez, de altíssimo nível.

Eu vou começar com perguntas cujas respostas vão ser bem curtas. Que fim teve o Inova Brasil, que o Governo da Dilma lançou? Os empresários pegaram ou não pegaram? Eu fui ao lançamento — aliás, eu era o único Deputado presente —, no qual havia mil empresários. Alguém me responde isso.

Eu queria que alguém me respondesse por que a universidade pública não está representada nessa Mesa. Ou ela está?

O SR. VIRGÍLIO AUGUSTO FERNANDES ALMEIDA - Eu sou professor de universidade pública.

O SR. DARCÍSIO PERONDI (Bloco/MDB - RS) - O senhor foi muito bem. Eu não o conhecia.

O SR. ANTONIO JOSÉ ROQUE DA SILVA - Eu também sou.

O SR. DARCÍSIO PERONDI (Bloco/MDB - RS) - Eu andei muito pelo mundo com a INTERFARMA: fui ao Instituto de Tecnologia de Massachusetts — MIT, ao Vale do Silício, à Inglaterra, etc., onde o entrosamento da universidade pública com o empresariado é de invejar. Primeiro, os reitores são completamente abertos. Se eu estou inventando alguma coisa e preciso de um empresário, o reitor me dá um pedaço da universidade, um cantinho da universidade, e eu vou fazer parceria com aquele empresário.

Nós já vencemos isso? Isso faz uns 3 anos. Será que vencemos? Eu gostaria de exemplos. Não é essa a tendência, ainda mais com a visão esquerdista que ainda predomina nas nossas universidades. Isso é uma coisa que precisa acontecer, mas aqui no Brasil não acontece, acho, por duas razões: pela posição dos reitores e pelos nossos empresários.





CONGRESSO NACIONAL
Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização

A Gianna está otimista. Tomara que seja verdade, Gianna!

Tenho uma outra pergunta, que eu estava procurando e não a encontrei, mas agora me lembrei dela. Há mais investimento privado do que público em pesquisas no Brasil. Você deixou de fora as bolsas, mas não pode deixá-las. Se você inclui, nessa sua pesquisa, a PETROBRAS, a ELETROBRAS, então essa pesquisa tem que dizer que a PETROBRAS, a ELETROBRAS e a EMBRAPA estão dentro, senão é brincadeira!

No MIT, o professor que faz a relação dos projetos do MIT com o empresariado mundial é um cara do Rio de Janeiro, um fluminense — como faz 3 anos, esqueci o nome dele. Ele nos atendeu lá. Nós éramos 12 Deputados. Eu perguntei quantas empresas brasileiras faziam parte do clube do MIT. Eu pago uma pipoca muito gostosa que tem ali fora para quem acertar. Duas: a Natura, que é privada, e a PETROBRAS, que eu tenho dúvida se participava. Do mundo, pequenas e grandes empresas participavam daquele clube.

Do pouco que eu acompanhei — agora estou voltando a olhar mais para isso —, acho que o empresário brasileiro é imediatista. Isso não foi dito aqui, mas eu quero dizer: o empresário é imediatista! Quem faz ciência e pesquisa sabe que ciência e pesquisa têm cemitério grande — têm cemitério grande! Eu tenho certeza de que o empresário brasileiro é imediatista.

Eu não ouvi o Zarak. Eu sou Vice-Líder do Governo, sou do MDB, e estou à disposição. Tu fizeste exposição na tela?

(Intervenção fora do microfone.)

O SR. DARCÍSIO PERONDI (Bloco/MDB - RS) - Não? Depois eu vou te visitar.

Alguém falou de Portugal, de fuga de cérebros. Claro que estão fugindo cérebros. Se nós tivéssemos feito a reforma da Previdência no tempo de FHC... Se o Lula tivesse sido mais agressivo na reforma da Previdência... Ele tinha maioria, mas não tinha cabeça para isso. A Dilma acordou só no fim. O que comeu o dinheiro da educação e o dinheiro do Brasil foi a Previdência. A folha é muito alta. Felizmente, hoje é um dia histórico, e nós temos que bater palmas: o Senado encerrou hoje a reforma da Previdência, que é o maior gasto, disparado, crescente, geométrico. Hoje, a cada 100 reais, 80 reais vão para previdência e assistência. Se não fizéssemos essa reforma, em 5 anos, 110 reais estariam indo para a Previdência. Não daria nem para nós falarmos.





CONGRESSO NACIONAL
Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização

Adorei o que o Antonio José disse. A EMBRAPA é um negócio excepcional — excepcional! Parece-me que, nos últimos anos, não está partidarizada. Ela foi muito partidarizada, mas pegou independência.

Não conhecia o Virgílio.

Quero que tenham a noção de que precisamos de dinheiro e de que o dinheiro fiscal estava indo embora porque não tivemos coragem de fazer a reforma. Nem o Governo a mandou nem esta Casa teve coragem. O Presidente Michel a mandou, mas não pôde fazê-la. O Bolsonaro mandou uma proposta mais dura, e nós a votamos.

Eu sou otimista. A médio prazo, começará a ter dinheiro. Digo a médio prazo porque nós ficaremos no cheque especial, que é o déficit primário, ainda por mais 3 anos, provavelmente. É claro que essa é uma das saídas, mas tem que se olhar para o fiscal, senão não há caminho.

Os senhores estão sofrendo, sim, com o orçamento. Eu fui o Relator da Emenda Constitucional do Teto dos Gastos. Sou médico, mas, nos últimos 10 anos, comecei a gostar de economia — ler, ler, ler. Apresentei-me para ser o Relator, ganhei a relatoria e mergulhei nos números fiscais do País durante 6 meses. Fiz uma universidade dos números em 6 meses.

Nós sabíamos — os consultores, eu e o próprio Governo — que haveria um sofrimento ao longo dos primeiros anos: seria aquela caixinha mais a inflação. Essa é a realidade do orçamento. Não sei se o Zarak colocou isso, mas essa é a realidade. Mas nós vamos vencer essa realidade. A reforma da Previdência hoje e a reforma tributária mostram uma luz.

Eu sou parceiro do Deputado Molon. Vamos nos juntar, nós nos separamos, Senador Izalci Lucas — V.Exa. está lá e eu estou aqui. Vamos tomar um café e voltar a trabalhar juntos. Trabalhamos bastante tempo juntos. O Deputado Molon trabalha muito pela convergência também. Ele é duro no debate, apesar de ter sido delicado aqui. Eu achei que ele seria mais duro com nós que defendemos o Governo, mas ele foi muito elegante. Vamos ver se nos juntamos para brigar. V.Exa., que faz parte da Comissão de Orçamento, sabe se há tempo ainda para pelearnos o orçamento deste ano para o ano que vem, Senador Izalci?

O SR. PRESIDENTE (Izalci Lucas. PSDB - DF) - Há sim, é o dia 5.





CONGRESSO NACIONAL
Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização

O SR. DARCÍSIO PERONDI (Bloco/MDB - RS) - Há outro detalhe para fechar com otimismo. O que o controle de gastos — leia-se "teto de gastos" — provocou? Nós dizíamos isto quando do convencimento da importância do teto de gastos: que o Congresso recuperaria o protagonismo, a predominância em cima das prioridades. Isso está acontecendo desde o ano passado. Eu fui contra, mas votei a favor. A emenda impositiva de bancada, por exemplo, é uma excrescência. A emenda de bancada também é uma excrescência. Mas, se o Deputado pega, todo mundo pega e eu não pego, eu danço na minha base. Isso é uma excrescência! O teto dos gastos estimulou.

O dinheiro agora é curto. Então, é preciso ter mais poder de mobilização, mais pressão no Parlamento, com visitação constante nos gabinetes, com o fortalecimento das Frentes Parlamentares. Isso vale para toda esta Mesa aqui, tanto durante a fase de emendas individuais e de bancada como esta fase agora.

Eu não sou membro, mas sou Vice-Líder do Governo e estou à disposição, Senador Izalci Lucas. Puxe essa turma aí e me puxe também. E eu "bico" aqui. Como Vice-Líder, eu posso falar, pego a autorização do Líder e posso ajudar.

Então, hoje esta Casa passou a ter predominância, e o Brasil vai entrar, sem dúvida nenhuma, num processo de reformas, que começou, com muita força, no Governo Michel, com *Uma ponte para o futuro*, e o Bolsonaro — que bom! — o manteve. Com mais agressividade, nós vamos entrar num circuito virtuoso, porque não se trata só de resolver a questão fiscal, mas também de resolver a educação, sem dúvida, e a ciência e tecnologia.

Aí vou concordar com você, Gianna — eu não sei onde vi isso, se nas minhas andanças por aí fora ou aqui, pois participamos de tantos seminários! —, nós vamos dar saltos criando novos produtos, para termos aqui e até vendermos lá fora. Isso passa — encerro com uma homenagem — pelos extraordinários cientistas que estão nesta Mesa.

Parabéns a vocês pelo que fazem pelo Brasil!

Senador Izalci Lucas, eu quero ajudar, vai depender de V.Exa. O Deputado Alessandro Molon também quer ajudar, vai depender de V.Exa. A nossa agência é mais pesada do que a sua, que é Senador.

Obrigado.





CONGRESSO NACIONAL
Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização

O SR. PRESIDENTE (Izalci Lucas. PSDB - DF) - No dia 5 de novembro, terça-feira, nós almoçaremos juntos e resolveremos.

Eu vou passar a palavra rapidamente para a Gianna, mas antes eu quero só registrar que estão no item que vou relatar. Já estão debatendo o projeto que eu vou relatar lá no Congresso, que vai resolver um abacaxi, mas tudo bem.

Quero agradecer a presença de todos aqui da EMBRAPA, essa empresa que nos orgulha muito. Há vários representantes e servidores aqui da EMBRAPAII — eu sempre a chamei de EMBRAPAII, mas ouvi alguém falando de outro jeito. O Jorge Guimarães está aqui conosco. Parabéns pelo sucesso da empresa! Está aqui o Gustavo, representante da ANDIFES. Há representantes da CAPES, do CNPq, da ABIPTI. Está aqui também o Diretor do MIT.

Eu quero aqui agradecer a todos pela presença, em especial aos componentes da Mesa, pela excelente exposição feita aqui para nós. Quero agradecer a presença ao Governo, por meio do Ministério da Economia e do Ministério da Ciência, Tecnologia, Inovações e Comunicações, que agora vão caminhar mais juntos.

Deputado Perondi, eu estive ontem na abertura da Semana Nacional de Ciência e Tecnologia. O Ministro Mandetta estava lá e disse que, só na área de fármacos, lá no Ministério da Saúde, há um déficit na balança de 26 bilhões de dólares. Se nós estivéssemos investindo mais recursos em pesquisa e inovação, provavelmente estaríamos exportando medicamentos, ainda mais agora com o Sirius.

Então, eu vi o Ministério da Economia falar tecnicamente.

O SR. DARCÍSIO PERONDI (Bloco/MDB - RS) - Inventar sal não é tão fácil assim, não é tão fácil assim.

O SR. PRESIDENTE (Izalci Lucas. PSDB - DF) - Mas, com o Sirius, agora vai ser mais fácil.

O SR. DARCÍSIO PERONDI (Bloco/MDB - RS) - É verdade? Ele resolve? O problema é sal.

O SR. PRESIDENTE (Izalci Lucas. PSDB - DF) - Faltam ainda 400 milhões de reais. Eu ouvi falar em 180 milhões de reais, o que já ajuda um pouco.

Eu fiquei preocupado, Zarak, com a questão das bolsas. Nós superamos essa dificuldade, vamos pagar as bolsas, mas não funciona assim. Só bolsa não resolve, é preciso ter o fomento. Nós tínhamos combinado aqui, na Comissão Mista de





CONGRESSO NACIONAL
Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização

Orçamento, e foi um acordo feito na votação do PLN 4, que o CNPq receberia 330 milhões de reais de suplemento para pagar essas bolsas. Acontece que foram liberados 250 milhões da Lava-Jato, mas os 80 milhões para completar os 330 milhões foram tirados do fomento e não dá para funcionar sem o fomento, a matéria-prima. Então, precisamos da suplementação do fomento. É a mesma coisa para o Orçamento do ano que vem: não tem sentido o fomento sair de cento e poucos milhões, que já é muito pouco, para 18 milhões. Quer dizer, é impossível fazer pesquisa no Brasil com isso.

Como foi dito aqui, acho, na Frente Parlamentar e agora nesta reunião da CMO, a próxima audiência pública também vai tratar do tema de recursos humanos, que é outro problema que nós temos no instituto de pesquisa. A turma é da nossa idade aqui, daqui a pouco todo mundo está aposentando, e cadê os jovens? Não dá para abrir um concurso e transferir todo o conhecimento que existe hoje para os jovens. É preciso haver a transição. Nós vamos discutir esse problema. Metade dos nossos pesquisadores já estão em idade de se aposentarem e há um déficit violento nos institutos de pesquisa em termos de pessoal.

Deputado Darcísio Perondi, reforçando aqui, eu já disse isso pela Frente Parlamentar, mesmo sendo também Vice-líder do Governo, estou sabendo que já estão revisando medidas provisórias. A frente já se posicionou contrariamente à fusão da CAPES e do CNPq. Parece que a questão FINEP e BNDES já saiu um pouquinho do radar deles, mas a questão CAPES e CNPq está muito adiantada. Então, quero reforçar isto toda vez que tenho oportunidade de falar: nós vamos bloquear, impedir essa fusão aqui no Congresso. A frente vai encampar essa bandeira, como eu disse. O próprio Ministro da Ciência e Tecnologia já se manifestou contrariamente também.

Portanto, não dá para fazer economia de palito com esse negócio. Não que eu conheça bem o sistema, mas eu tenho acompanhado e vejo as dificuldades. Acho que o nosso sistema é muito bom, por isso não podemos tentar economizar. Diziam que havia um aluguel muito caro e não sei o quê. Acho que não é motivo para fazer isso, mas quero agradecer.

Eu já perguntei aqui na Mesa, eu também não me lembro, sobre a Inova Brasil. Ninguém se lembra disso aqui, não sei se a Gianna pode responder para o Deputado Darcísio Perondi.





CONGRESSO NACIONAL
Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização

A SRA. GIANNA SAGAZIO - Na época...

(Intervenções fora do microfone.)

A SRA. GIANNA SAGAZIO - Não, vou ser muito breve. Eu queria reforçar o convite para que o senhor vá à CNI, no dia 5 de novembro, à nossa reunião conjunta. Nós enviamos uma carta conjunta do...

(Intervenção fora do microfone.)

A SRA. GIANNA SAGAZIO - É. Mas o que eu queria dizer sobre as empresas? Nós estamos fazendo um estudo inédito sobre as maiores empresas no Brasil que participam da MEI — Mobilização Empresarial pela Inovação, com dados oficiais do Governo e do IBGE, junto com o IPEA, que nós vamos lançar nessa reunião do dia 5. As empresas que participam da MEI investem em P&D no nível das empresas da OCDE. Este é um dado que nós vamos apresentar na reunião.

Então, o grande desafio do Brasil, Deputado, eu diria, é nós levarmos a ciência, tecnologia e inovação, é darmos acesso às médias e pequenas empresas, porque as grandes empresas que operam no Brasil, tanto as brasileiras quanto as internacionais, são empresas que operam globalmente. Nós temos aqui grandes empresas internacionais que têm centros de P&D no Brasil, que estão fazendo investimentos altíssimos. A IBM acabou de lançar um centro de inteligência artificial. Eu poderia dar muitos exemplos, mas não vou ter tempo para isso.

Precisamos conhecer com mais profundidade o que acontece. Citando aqui o MIT — Massachusetts Institute of Technology, do qual o senhor falou, nós, CNI e MEI, temos uma parceria com o MIT. Nós fizemos os cem laboratórios que temos; temos vários Institutos SENAI de Inovação em parceria com o MIT — eu não sei se o senhor sabia disso; e nós desenvolvemos várias ações junto com eles — não só com o MIT, mas também com a Fraunhofer e várias outras instituições dos Estados Unidos, de Israel, do mundo inteiro.

Então, nosso grande desafio é fazer com que isso chegue à maior parte das empresas, que são as médias e pequenas empresas.

Só para finalizar, depois podemos aprofundar mais, é importante que estejamos juntos, Deputado. Digo isso porque aqui todos nós temos um objetivo de país. O setor empresarial quer estar junto do Governo, quer estar junto da academia, porque, se estivermos juntos, talvez consigamos vencer esses grandes desafios que temos pela frente.





CONGRESSO NACIONAL
Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização

Obrigada.

O SR. PRESIDENTE (Izalci Lucas. PSDB - DF) - Obrigado, Gianna.

Temos que encerrar.

O SR. DARCÍSIO PERONDI (Bloco/MDB - RS) - Antes de encerrar, Presidente, eu vi a observação do Virgílio (*inaudível*) sobre o orçamento do CNPq em relação às bolsas. Eu vi a época de ouro... Em 2010, quando havia superávit primário, nós tivemos investimento pesado na reserva cambial, que hoje é de 376 bilhões de reais, aliás, de dólares. E até se discute se precisa ser desse tamanho ou não, mas não dá tocar, não é, Zarak? Isso porque o mercado pode ficar nervoso. Mas, à época, estava sobrando dinheiro, foi um período de *commodities* fantásticas, e o Governo, dada a circunstância, resolveu fazer um colchão de reservas.

Naquela época, o número de bolsas era quase igual ao do momento dramático fiscal que estamos vivendo agora. Só quero fazer uma lembrança, pois, enquanto a senhora estava falando, caiu-me a ficha, caiu-me a ficha. Quer dizer, não é só agora que estamos sofrendo. Naquela época de ouro — que era de ouro! —, em que se deu 500 bilhões de reais para o BNDES a juro subsidiado mais baixo do que o PRONAF, as empresas brasileiras e algumas externas pegaram parte do dinheiro, até aplicaram, mas não geraram emprego. Então, foi uma época fantástica, o emprego estava lá em cima, etc., mas o número de bolsas, gente, era quase a mesma coisa. Surpreendi-me agora com esse dado, só que isso não quer dizer nada. Nós temos que lutar para dobrar o número de bolsas, não é? E eu sou parceiro.

Mas é interessante dizer isso.

O SR. PRESIDENTE (Izalci Lucas. PSDB - DF) - Obrigado, Deputado Darcísio Perondi.

O SR. DARCÍSIO PERONDI (Bloco/MDB - RS) - A senhora colocou com muita delicadeza.

Obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Izalci Lucas. PSDB - DF) - Agradeço a todos os convidados, a todos os presentes.

Declaro encerrada esta audiência pública.





CONGRESSO NACIONAL
Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização

ATA DA DÉCIMA PRIMEIRA REUNIÃO DE AUDIÊNCIA PÚBLICA, DA 1ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA, DA 56ª LEGISLATURA, DA COMISSÃO MISTA DE PLANOS, ORÇAMENTOS PÚBLICOS E FISCALIZAÇÃO, REALIZADA EM 31 DE OUTUBRO DE 2019.

Os trinta e um dias do mês de outubro do ano de dois mil e dezenove, reuniu-se a Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização, no plenário 2, do Anexo II da Câmara dos Deputados, sob a Presidência do Deputado Orlando Silva. Esta reunião foi convocada com a finalidade de debater a proposta de orçamento para concessão de bolsas do CNPq e CAPES referente ao orçamento de 2020, em atendimento ao **Requerimento n.º 20/2019-CMO**, de autoria do Deputado Orlando Silva, e subscrito pelos Deputados Bohn Gass e Edmilson Rodrigues, aprovado na 11ª Reunião Ordinária da CMO, realizada em 08.10.2019. Foi registrado o comparecimento dos membros: - **Deputados titulares:** Felipe Francischini, Gurgel, João Roma e Orlando Silva; - **Senador titular:** Izalci Lucas; - **Deputados suplentes:** Adolfo Viana, Bohn Gass, Hercílio Coelho Diniz, Pedro Augusto Bezerra e Weliton Prado; e – **Senador Suplente:** Soraya Thronicke. Foi registrado o comparecimento dos parlamentares não integrantes da Comissão, Deputados Evair Vieira de Melo e Liziane Bayer.

ABERTURA: às dez horas e dezenove minutos, o Presidente em exercício, Deputado Orlando Silva, declarou iniciada a reunião e convidou os Palestrantes para comporem a Mesa de trabalhos. Logo após, comunicou normas para o melhor ordenamento dos trabalhos e esclareceu que as apresentações dos expositores estariam na página da CMO na internet. O Deputado Bohn Gass e o Senador Izalci Lucas solicitaram a palavra e manifestaram-se sobre o tema. Os expositores fizeram suas apresentações e foi utilizado projetor de multimídia. E assim, foram ouvidos os seguintes Palestrantes: Presidente da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior – CAPES, Sr. Anderson Ribeiro Correia; Presidente do Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico – CNPq, Sr. João Luiz Filgueiras de Azevedo; Presidente da Associação Nacional dos Pós-Graduandos – ANPG, Sra. Flávia Calé; Presidente da Sociedade Brasileira para o Progresso da Ciência – SBPC, Sr. Ildeu de Castro Moreira; e o Diretor do Instituto de Economia da Universidade Estadual de Campinas, Sr. André Martins Biancarelli, que discorreram sobre o tema “proposta de orçamento para concessão de bolsas do CNPq e CAPES referente ao orçamento de 2020”. Encerrada as apresentações, o Autor do **Requerimento nº 20/2019-CMO**, Deputado Orlando Silva, pronunciou-se sobre o tema. Finalizando, a palavra foi concedida a todos os Palestrantes, que fizeram considerações finais e concluíram a exposição. **ENCERRAMENTO:** nada mais havendo a tratar, o Presidente em exercício agradeceu o comparecimento dos convidados, dos parlamentares e dos demais presentes e encerrou a reunião. Os trabalhos foram finalizados às doze horas e um minuto. Para constar, eu, Walbinson Tavares de Araujo, Secretário Executivo, lavrei a presente Ata, que, após a sua aprovação, será assinada pelo Presidente em exercício da Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização do Congresso Nacional e encaminhada para publicação no Diário do Congresso Nacional. Os trabalhos foram gravados e, depois de traduzidos, integrarão esta Ata. **Deputado Orlando Silva, no exercício da Presidência.**





CONGRESSO NACIONAL
Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização

Em 31.10.2019.

O SR. PRESIDENTE (Orlando Silva. PCdoB - SP) - Declaro iniciada a 11ª Reunião de Audiência Pública de 2019 da Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização.

Esta reunião foi convocada com a finalidade de debater a proposta de orçamento para concessão de bolsas do CNPq e CAPES, referente ao Orçamento de 2020, em atendimento ao Requerimento nº 20, de 2019, da Comissão Mista de Orçamento, de minha autoria, aprovado na 11ª Reunião Ordinária, em 8 de outubro de 2019.

Neste momento convido para compor a Mesa o Sr. Anderson Correia, Presidente da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior — CAPES, que já vem vindo; o Sr. João Luiz Filgueiras de Azevedo, Presidente do Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico — CNPq; a Sra. Flávia Calé, Presidente da Associação Nacional de Pós-Graduandos — ANPG; o Sr. Ildeu de Castro Moreira, Presidente da Sociedade Brasileira para o Progresso da Ciência — SBPC; o Sr. André Biancarelli, Diretor do Instituto de Economia da Universidade Estadual de Campinas. Sejam muito bem-vindos!

Para melhor ordenar os trabalhos, comunico que, de acordo com o estabelecido no art. 93, inciso II, combinado com o art. 89, inciso I, do Regimento Interno do Senado Federal, os palestrantes disporão de 10 minutos, prorrogáveis, para sua exposição. E, de acordo com o art. 94, § 2º, do Regimento Interno do Senado Federal, os membros da Comissão poderão, terminada a apresentação, interpelar os oradores exclusivamente sobre a exposição.

Conforme estipulado no art. 94, §§ 2º e 3º do Regimento Interno do Senado Federal, combinado com o art. 256, § 5º do Regimento Interno da Câmara dos Deputados, os Srs. Parlamentares inscritos para interpelar os expositores poderão fazê-lo estritamente sobre o assunto da exposição, pelo prazo de 3 minutos, tendo os interpelados igual tempo para responder, facultadas a réplica e a tréplica, pelo prazo de 3 minutos.

Informo ainda que as apresentações dos expositores estão disponíveis na página da Comissão.

Ao cumprir os ritos formais da abertura, agradeço a todos os convidados a presença e, antecipadamente, peço desculpas pelo atraso do início desta reunião.





CONGRESSO NACIONAL
Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização

Estive até com o André aqui, às 9h30min, com a equipe da CAPES, que já estava presente, mas fui obrigado a fazer a abertura de outra audiência pública, cujo requerimento era de minha autoria, na Comissão de Trabalho, de Administração e Serviço Público, e aguardar a chegada do Relator do projeto de lei objeto daquela audiência pública, o que me impediu de chegar aqui no tempo desejado.

Agradeço muito a cada um dos convidados a presença. Há uma expectativa bastante grande, por parte de pesquisadores, da comunidade científica brasileira, acerca do diálogo que envolva o CNPq e a CAPES. Agradeço ainda aos representantes da SBPC, da ANPG e do Prof. André Biancarelli a presença. Espero que esta audiência pública, que está sendo transmitida pela Internet, sirva como informação para a sociedade brasileira e como instrução para melhor encaminhamento por parte da CMO para o tema. Deputado Bohn Gass, que aqui se faz presente, que acompanha com muito cuidado e zelo essa matéria, que nós possamos oferecer boas alternativas quando da fase final de tramitação da Lei Orçamentária de 2020. Esta audiência pública pode servir de instrumento para que o Parlamento brasileiro ofereça melhores condições para a pesquisa no Brasil.

Inicialmente, concedo a palavra ao Presidente da CAPES.

O SR. BOHN GASS (PT - RS) - Se V.Exa. me permite, Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Orlando Silva. PCdoB - SP) - Pois não, Deputado Bohn Gass.

O SR. BOHN GASS (PT - RS) - Presidente, eu quero parabenizá-lo por esta iniciativa. No dia da sessão para fazer a defesa, eu fiz a defesa, fui signatário também junto com V.Exa. Esta Comissão tem tudo a ver para fazer este debate. Nós não queremos encerrar o ano de 2019 sem fazer esse debate. Inclusive, disse isso naquele momento.

Já estamos debatendo o Orçamento para 2020, mas aqui nos importa, e fiz questão de vir aqui participar — não posso participar todo o tempo, mas da primeira parte eu quero participar — do tema que nós trabalhamos junto com a SBPC, com as universidades. Nós ainda não temos a confirmação, Deputado Orlando Silva, completa do valor das pesquisas do CNPq. Creio que os representantes do Governo podem nos auxiliar nisso.

Os dados aqui nos dizem que faltariam para este ano 330 milhões. Construímos inclusive aqui um acordo para que o ano fosse encerrado com a





CONGRESSO NACIONAL
Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização

totalidade do recurso, sem corte e sem contingenciamento. A informação que nós temos é que está vindo o PLN de 93 milhões para cá. Ainda há um hiato aí até os 330 milhões. Eu quero ser bem direto porque os representantes do Governo podem auxiliar-nos nisso. Essa é uma cobrança. A Comissão como um todo da CMO está empenhada para ter a integralidade do plano para este ano. Além dos temas gerais, que são os recursos da educação, eu queria destacar CNPq e CAPES, bolsas para termos a totalidade.

Há outro ponto que quero levantar aqui — levantei isso na presença dos Ministros, o próprio Guedes, o Weintraub, quando estava aqui. Eu não tive a informação precisa, mas volta e meia esse tema está na imprensa, e voltou esta semana: o orçamento base zero, orçamento base zero! O Governo sinalizou esta semana de novo, Deputado Orlando Silva, que não tem os mínimos constitucionais garantidos na Constituição. Imaginem se hoje o Governo já não repassa tudo que está na educação para os programas, imaginem se isso está fora da Constituição.

Então, trago essa preocupação para debatermos, porque isso para mim é central e não podemos abrir mão. Presidente, tenho certeza de que isso faz parte do debate da sua solicitação quando foi feito o requerimento.

O SR. PRESIDENTE (Orlando Silva. PCdoB - SP) - Inspiradora a reflexão do Deputado Bohn Gass. Tenho certeza de que a sua perspectiva será acolhida pelos representantes do Governo. Agradeço.

Passo a palavra ao Presidente da CAPES, Sr. Anderson Correia.

O SR. ANDERSON RIBEIRO CORREIA - Deputado Orlando Silva, obrigado pela presença e pelo convite evidentemente, demais Parlamentares também presentes. Acredito que este momento é muito importante para que possamos esclarecer a questão orçamentária e a Comissão dar assessoria final ao Parlamento para poder fechar os orçamentos da CAPES e do CNPq. Saúdo o Presidente do CNPq, o Prof. João Azevedo; nosso colega, o Prof. Ildeu, Presidente da SBPC; a Flávia Calé, membro do Conselho Superior da CAPES e Presidente da ANPG; e o Prof. André, do Instituto de Economia da UNICAMP, Diretor do Instituto de Economia — IE.

Eu vou colocar rapidamente a nossa situação indo direto ao ponto.

(Segue-se exibição de imagens.)





CONGRESSO NACIONAL
Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização

Não é preciso apresentar a CAPES, todos a conhecem bem. Vou ficar de pé porque acho que é mais fácil para orientar como está o nosso orçamento de 2019 e de 2020, quais são as ações necessárias para que possamos fechar o orçamento para o ano que vem.

A LOA de 2019 da CAPES é de 4.251 bilhões de reais; discricionárias 3.906 bilhões; obrigatórias — pessoal da CAPES — 95 milhões, uma emenda que foi colocada ano passado, para 2019, para esse ano. O contingenciamento inicial foi de 819 milhões, mas já recebemos 270 milhões desse contingenciamento. Há ainda 549 milhões contingenciados. Então, o nosso limite de empenho para este ano é de 3.7 bilhões de reais. Ainda há uma possibilidade desse contingenciamento. A CAPES conta com isso, o Ministério da Educação está ciente da situação, assim como o Ministério da Economia.

A premissa para este ano é que nenhum bolsista ativo seja prejudicado. Podemos ter 100% de segurança que nenhum bolsista o será — nenhum. Evidentemente que nas renovações tivemos que fazer alguns ajustes. O descontingenciamento desse valor em setembro, aliado a mais 600 milhões previstos para 2020, que está em negociação, nos permitiu incluir bolsistas nos cursos de nota 7, 6 e 5 — essas são notas da avaliação da pós-graduação — e nos cursos nota 4. Fizemos uma avaliação daqueles têm tendência para nota 5. Essa foi a situação de 2019, desse final de ano.

Para 2020, o pré-PLOA que veio para o Congresso foi de 2,481 bilhões, evidentemente bem abaixo das necessidades iniciais, mas isso é um pré-PLOA. Discricionárias, 2.1 bilhões; obrigatórias, 91 milhões; recursos condicionados à aprovação legislativa, 279 milhões, reserva de contingência, 5.335 milhões; total de 2.481, 2,5 bilhões.

Em face de negociações e discussões com Economia, Casa Civil e Congresso houve então uma proposta de mais 600 milhões a serem adicionados a esse orçamento, que serão oficializados, segundo informação que recebi, agora nesse início de novembro. Isso deve ser enviado ao Congresso. Emendas parlamentares aprovadas na Comissão de Educação mais 600 milhões. Total geral até o momento 3.681 bilhões. Esse é o orçamento em negociação até o momento.

A CMO precisa, Deputado Orlando Silva, ficar atenta a essa informação para que consigamos integralizar 100% da emenda parlamentar. Se essas emendas





CONGRESSO NACIONAL
Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização

parlamentares não forem completamente oficializadas pela CAPES, nós vamos ter um trabalho muito importante a ser feito.

Ainda há algumas avaliações, mas, enquanto nós não fechamos esses valores, estamos mantendo a mesma linha de liberação de bolsas dos programas nota 7, 6, 5 e 4, com tendência de crescimento. Essa é a liberdade que nós temos em função do orçamento que ainda está em discussão na CMO.

Como eu mencionei, este é valor que a economia está para oficializar ao Congresso.

Há duas emendas parlamentares. A primeira emenda é no valor de 300 milhões de reais para a educação básica. A entrada dela vai garantir uma série de novos editais para o ano que vem importantíssimos.

Vou dar alguns exemplos:

Garantia da continuidade do Edital/2018 5, do sistema UAB, que tem 40 mil vagas, que significa a continuidade de 40 mil alunos na educação básica;

Manutenção de todas as novas turmas dos mestrados profissionais para professores em serviço na rede pública e a inclusão de dois novos mestrados profissionais que já estavam sendo demandados, o PROFGeografia e o PROFInclusão, entrando nessa área da inclusão;

Lançamento dos editais do PIBID e Residência Pedagógica, que forma grande parte dos professores de todo o País, com a garantia de 50 mil vagas já de imediato no ano que vem;

Lançamento do Projeto Forma Brasil, que é um programa ligado ao Ministério da Educação, formando professores em serviço;

Lançamento do Programa de Incentivo à Excelência Docente. Esse programa visa a trazer os melhores alunos de pedagogia e licenciatura que têm notas boas no ENEM, para que eles sejam incentivados a fazer parte da docência e trazer bons profissionais.

Essa é uma das emendas, Deputado Orlando Silva, e a integralidade dela é essencial para todos esses programas. Então, ela precisa entrar na prioridade máxima do Congresso.

A segunda emenda foi proposta pela Comissão Externa da Comissão de Educação, uma Comissão paralela, composta por 7 ou 8 Deputados, focada em bolsas da pós-graduação, mestrado e doutorado, seja no Brasil ou no exterior. Essa





CONGRESSO NACIONAL
Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização

aprovação vai garantir a continuidade de todos os bolsistas no ano que vem e também de programas da internação.

Deputado Orlando Silva, seria esse o resumo da nossa situação orçamentária.

Senador Izalci Lucas, obrigado pela presença.

O SR. PRESIDENTE (Orlando Silva. PCdoB - SP) - Senador Izalci, V.Exa. terá direito a uma apresentação individualizada feita pelo Presidente da CAPES. Foi uma apresentação muito objetiva em que ele falou sobre o contingenciado de mais de meio bilhão, que ainda está contingenciado. É importante que haja a sua liberação ainda este ano. E ele nutre a expectativa de que as emendas da Comissão de Educação da Câmara sejam impositivas, sob pena de inviabilizar a atividade da CAPES.

O SR. IZALCI LUCAS (PSDB - DF) - Se V.Exa. me permite, isso foge do Regimento, do padrão.

O SR. PRESIDENTE (Orlando Silva. PCdoB - SP) - Mas V.Exa. tem a prerrogativa da simpatia e da competência.

O SR. IZALCI LUCAS (PSDB - DF) - Obrigado.

Como tenho que abrir a sessão lá no Senado que haverá agora de manhã, serei breve. Quero só informar o seguinte — e vou pedir o apoio de V.Exa. que tem a Liderança aqui na Câmara: eu apresentei um projeto na sexta-feira à noite mudando a lei do salário-educação. Eu havia apresentado uma PEC, mas não precisava ser uma PEC, bastava um projeto de lei. Enfim, como dois terços do salário-educação já são transferidos para os Estados e Municípios e estão fora do teto, e o outro terço que vai para a União não compõe o teto, na prática a União só repassa.

Eu já combinei no Senado e nós estaremos votando, na terça-feira, tanto na Comissão de Educação quanto na CAE, que é terminativo. Então, na terça, resolveremos essa questão no Senado, que depois virá para a Câmara. Vou conversar com o Deputado Rodrigo Maia, e aí eu peço o apoio de V.Exa., porque com a aprovação desse projeto se consegue injetar em torno de 9 bilhões no orçamento da educação. E aí, evidentemente, que eu como Relator Setorial de Educação vou aproveitar e resolver essas questões da bolsa e outros problemas da educação, como a educação profissional, a educação infantil, enfim, uma série de problemas que temos no Orçamento.





CONGRESSO NACIONAL
Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização

Então, aprovado esse projeto, e espero que V.Exa. possa convencer os seus pares a nos apoiar, a questão da educação e da bolsa da CAPES ficam resolvidas. Ficarão faltando só o CNPq com relação ao descontingenciamento do Fundo Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico.

Como V.Exa. está presidindo, eu queria muito pedir o apoio das Oposições. Eu sei que a educação não tem partido, e eu tenho certeza que V.Exa. vai ajudar a aprovar esse projeto.

O SR. PRESIDENTE (Orlando Silva. PCdoB - SP) - Agradeço, Senador Izalci Lucas. E reafirmo que, na condição de Relator Setorial de Educação para o Orçamento 2020, é fundamental a sustentação das emendas aprovadas na Comissão de Educação, sob pena, ainda que nós mantenhamos as emendas votadas na Comissão de Educação, de não atingirmos o nível de 2019.

O Senador Izalci tem muita capacidade para encontrar saídas que viabilizem o cumprimento das metas orçamentárias da educação.

O SR. BOHN GASS (PT - RS) - Deputado Orlando Silva, Senador Izalci Lucas, nós somos tão favoráveis a não ter o teto do congelamento dos 20 anos que nós votamos contra à época. E eu fico feliz que os Deputados e Senadores que à época votaram a favor do congelamento estejam agora empenhados em revê-lo, porque o congelamento que foi votado na Emenda 95 criou esse caos.

Nós à época já alertávamos isso, e votamos contra. E somos agora parceiros para, obviamente, sermos parceiros de toda a iniciativa.

O SR. PRESIDENTE (Orlando Silva. PCdoB - SP) - Vamos debater após ouvir a fala dos convidados, senão os convidados vão ficar imaginando que nós gostamos apenas de debater entre nós.

O SR. IZALCI LUCAS (PSDB - DF) - Como eu fui citado, porque tem o art. 74 do Regimento da Câmara, acho.

O SR. PRESIDENTE (Orlando Silva. PCdoB - SP) - O senhor foi citado elogiosamente. (*Risos.*)

Elogiosamente.

O SR. IZALCI LUCAS (PSDB - DF) - Quando aprovamos o teto, já estava quase certo que aprovaríamos a reforma da Previdência, e isso ficou incompatível. Agora que aprovamos a reforma da Previdência, consequentemente virá o reflexo disso a partir de 2021. Mas não vamos entrar nesse debate.





CONGRESSO NACIONAL
Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização

O SR. PRESIDENTE (Orlando Silva. PCdoB - SP) - Senador Izalci, sempre inspirador e provocativo. *(Riso.)*

A par da informalidade, quero valorizar muito a presença do Senador Izalci, por ser o responsável pelo setor que tem impacto direto nesse tema. Mesmo sabendo que V.Exa. fará a abertura dos trabalhos na Mesa do Senado, é muito importante a sua presença aqui porque esse gesto sinaliza o interesse do Senado Federal e do Parlamento brasileiro na busca de soluções para enfrentar o drama que atinge a Ciência e Tecnologia no Brasil.

Passo a palavra ao Sr. João Luiz Filgueiras de Azevedo, Presidente do CNPq.

O SR. JOÃO LUIZ FILGUEIRAS DE AZEVEDO - Bom dia a todos. Deputado Orlando Silva, demais Parlamentares, senhoras e senhores, eu vou talvez começar não pelas minhas transparências, mas falando do orçamento deste ano porque eu havia entendido que iríamos discutir o orçamento do ano que vem. Por isso não trouxe nenhuma transparência relativa ao orçamento deste ano. Mas fomos provocados pelo Deputado que falou da questão dos 330 milhões, então, se os senhores me permitirem, vou começar falando da questão dos 330 milhões que é de 2019, para que possamos resolver essa questão de 2019.

Com relação ao ano de 2019, havia um déficit — o senhor está absolutamente correto — da ordem de 330 milhões. O que aconteceu? Isso são, *grosso modo*, 4 meses de bolsas do CNPq. A folha mensal de bolsas é da ordem de 82,5 milhões, *grosso modo*, porque também há uma oscilação. Se multiplicarmos isso por 4, dará 330. Portanto, são 4 meses — setembro, outubro, novembro e dezembro.

No mês de setembro, conseguimos que o Ministério da Economia descontingenciasse recursos do próprio CNPq que estavam contingenciados e esses recursos foram passados para a rubrica de bolsas, vamos dizer assim. Então o mês de setembro acabou sendo pago com recursos do próprio CNPq de outra rubrica. Claro que isso tem uma consequência, e antes que o senhor fale qualquer coisa ou vou falar da consequência também daqui a pouco. Isso tem uma consequência, mas tudo bem. Foi tirado de outra rubrica e foi passado para a rubrica de bolsas, e isso pagou as bolsas de setembro.

Com relação às bolsas de outubro, novembro e dezembro foram aqueles 250 milhões lá do petrolão passados para o Ministério da Ciência e Tecnologia. Uma parcela desses recursos, da ordem de 157 milhões, que estavam no orçamento do





CONGRESSO NACIONAL
Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização

MCTIC — não no orçamento do CNPq — contingenciados também. Eles foram descontingenciados e transferidos para o CNPq — isso são os 157 milhões, o restante de 97 milhões vieram com o PLN 41, que acabou de ser aprovado.

Na realidade, isso fecha as contas de bolsa do CNPq. O CNPq poderá pagar integralmente todas as suas bolsas este ano sem qualquer problema. É claro que houve uma consequência. A consequência foi que 82 milhões que estavam destinados a fomento foram transformados em bolsas e, portanto, esse fomento deixará de ser feito. Talvez os projetos mais impactados foram a Chamada Universal em 2018 e os chamados INCTs. Os INCTs não foram impactados assim porque, entre outras coisas, essencialmente todo o recurso do CNPq que estava contingenciado foi descontingenciado já. Há um pouquinho lá, recursos da ordem de 8 milhões, que o CNPq ia gastar consigo mesmo. Era para a administração do CNPq, atualização de equipamentos computacionais, coisas desse tipo. Esses continuam contingenciados. Todo o resto foi descontingenciado. E, dessa parcela de fomento descontingenciado, grande parte vai para os INCTs. Mesmo assim, uma parcela dos INCTs foi perdida com os recursos que eram fomento e viraram bolsa.

Com relação às bolsas, está tudo resolvido sob o ponto de vista de que temos os recursos hoje para pagar todas as bolsas, inclusive até o mês de dezembro. Quer dizer, no meu entendimento, os recursos do PLN foram aprovados, mas não chegaram ainda ao CNPq. Mas foram aprovados.

Agora vou falar do Orçamento do ano que vem.

(Segue-se exibição de imagens.)

Vejam, isto aqui é o que está na Proposta de Lei Orçamentária 2020, que está tramitando aqui no Congresso.

Há duas colunas aqui. A Proposta de Lei Orçamentária já prevê um projeto de lei, como aconteceu este ano, lá no final de maio, começo de junho, em que o Congresso aprovou, se não me engano, 248 bilhões para o Governo. Então, ela prevê o que está no PLOA propriamente dito e a possibilidade de mais recursos, caso haja, no ano que vem também, um projeto de lei que seja aprovado para essas rubricas.

Nós dividimos aqui em cinco rubricas: as bolsas: a administração própria do CNPq; o recurso de fomento; a parcela de cooperação internacional; e a divulgação e popularização da ciência.





CONGRESSO NACIONAL
Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização

Se isto aqui for aprovado, estes seriam os valores. Nós, neste momento, não estamos ainda fazendo a conta com isso. Estamos fazendo a conta com o que está no PLOA. Na parcela de bolsas houve uma recomposição. Ela está um pouco próxima do que precisaríamos, pelas nossas contas, mas não está lá ainda. E mesmo aquele outro valor lá também não está.

O grande problema, no fundo, está na questão de fomento, em que os recursos de fomento estão bem abaixo do que o CNPq teria necessidade.

Eu tenho mais eslaides aqui, mas vamos em frente.

Isto aqui está só comparando a LOA de 2019 com o PLOA do ano que vem. Realmente, houve um aumento na rubrica de bolsas e também houve bastante diminuição, notadamente no fomento, que está bem abaixo do que precisaríamos.

O que fizemos também no CNPq foi um exercício, vamos dizer assim, de olhar tudo aquilo que deveríamos ter pago este ano, notadamente do fomento. Como já disse, em relação às bolsas, o problema foi resolvido, vamos pagar todas as bolsas. Portanto, fizemos um exercício de olhar tudo aquilo que havíamos planejado pagar este ano e o que havia sido planejado pagar o ano que vem. Vejam, os INCTs são projetos de 5, 6 anos de duração, que começaram no final de 2016. Então, eles vão até 2018. A Chamada Universal 2018 foi aprovada no final de 2018, tem uma duração de 3 anos. Então, ela vai até o final de 2021. Tudo isso são projetos que requerem recursos de fomento e que já estavam em andamento em 1º de janeiro de 2019.

Como eu dizia, o que fizemos foi um exercício de olhar para o que achamos que precisaria de recursos. E é mais ou menos isso que eu tenho aqui.

Vejam, como eu falei, o valor das bolsas não está muito longe, talvez, do que nós precisaríamos. Eu vou só fazer o comentário de que isso não contempla uma coisa sobre a qual eu tenho certeza de que a Flávia vai falar, porque se manter o valor não haverá possibilidade, não haverá espaço para o aumento de valor da bolsa. Eu tenho certeza de que ela vai falar disso, porque ela tem falado comigo várias vezes sobre isso.

A preocupação neste momento está na questão do fomento e está na questão dos recursos do Fundo Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico — FNDCT. Como provavelmente a maioria dos senhores e das senhoras sabe, os recursos do FNDCT estão em grande parte contingenciados. A FINEP é





CONGRESSO NACIONAL
Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização

administradora do FNDCT, e o que a FINEP consegue de fato liberar é muito pouco, tanto que este ano, para o fomento do CNPq até esse momento, não recebemos nada da parcela de fomento que viria do FNDCT.

Eu tenho outro *slide* que vai estar aqui disponível, e vou só passar por ele rapidamente, que detalha como chegamos a esses números aqui das nossas necessidades. De qualquer forma, o *slide* está aqui e é um monte de números, não vale a pena nós ficarmos gastando tempo com isso, mas ele está mostrando como chegamos naquela necessidade de fomento de orçamento próprio do CNPq e do FNDCT.

Voltando aqui, o ponto é que, para nós realizarmos as ações que já estão em grande parte em andamento e de fato cumprir com os compromissos assumidos, a nossa estimativa é a de que a necessidade de orçamento está nessa ordem aqui, ou seja, é 1,47 bilhão.

Nós sabemos que já há uma emenda aprovada, ou pelo menos em tramitação aqui, da Deputada Margarida, para a rubrica de bolsas, e há uma emenda do Senador Izalci — que estava aqui conosco até há pouco —, também para a emenda parlamentar para a questão do fomento. Nós sabemos que isso está acontecendo, mas confesso que eu acho que essas coisas ainda estão em tramitação aqui na Casa, elas não estão aprovadas ainda.

Pessoal, era isto que eu tinha a dizer. Eu cumpri meu tempo certinho. Muito obrigado pela atenção de vocês. (*Palmas.*)

O SR. PRESIDENTE (Orlando Silva. PCdoB - SP) - Obrigado, Prof. João Luiz de Azevedo.

Passo a palavra para a Sra. Flávia Calé, Presidente da ANPG.

A SRA. FLÁVIA CALÉ - Bom dia a todos e todas.

Eu acho que o discurso que se construiu da escassez e da crise, que na minha opinião é uma crise induzida, é um projeto tão difícil de ser expresso para a população que você só consegue implementá-lo diante de crises. Há um projeto de desmonte da educação e do nosso sistema nacional de ciência e tecnologia, e o discurso da escassez e da crise tem legitimado esse tipo de iniciativas.

Gostaria de ir direto ao ponto. Eu poderia fazer um preâmbulo maior, mas se der tempo nós voltaremos a isso e a falar um pouco do papel das universidades e das pesquisas.





CONGRESSO NACIONAL
Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização

De que maneira esse discurso da escassez tem impactado no nosso sistema de pós-graduação e nosso sistema de ciência e tecnologia? Na diminuição do nosso sistema. O Prof. Anderson falou sobre a manutenção de bolsas ativas. Eu quero dizer que muitos pós-graduandos que já estavam selecionados, que passaram em primeiro, em segundo lugar nos seus programas e tinham direito a bolsa, não tiveram acesso a essas bolsas, porque elas foram retiradas do sistema.

São cerca de 8 mil bolsas na CAPES e 7 mil bolsas no CNPq a menos no nosso sistema. Então, nós temos uma diminuição no nosso sistema de pós-graduação, o que é nocivo para o nosso desenvolvimento, porque nós não chegamos ainda ao patamar desejável para que consigamos sustentar o desenvolvimento brasileiro.

Segunda questão. O discurso da escassez impacta no nosso sistema na discussão em torno dos programas notas 3 e 4, que também foram esvaziados de financiamento nesse debate sobre o orçamento, porque eu acredito que o sistema de pós-graduação tem atribuições diferentes. Os programas nota 7 de excelência, que realizam pesquisas de fronteira, são programas que cumprem determinado papel nesse sistema, determinado tipo de pesquisa. E há outros programas, como os notas 5, 4, 3, que cumprem outro tipo de papel nesse sistema de pós graduação, como o de qualificação do sistema público, de qualificação do sistema educacional, de qualificação do sistema de ciência e tecnologia, de qualificação do sistema de saúde. Há patamares diferentes e atribuições diferentes.

Cito um exemplo: esses programas 3 e 4 no interior do País têm um impacto importante que não necessariamente é de internacionalização, mas é impacto social. A Escola de Artes, Ciências e Humanidades — EACH, da USP, que é uma referência no debate de pós-graduação, teve um *campus* avançado construído recentemente na Zona Leste de São Paulo, e todos os programas de lá são 3 e 4. Isto é na USP, na Zona Leste, e eles cumprem um papel diferenciado. Nós não podemos penalizar esses programas, por conta do discurso da escassez, ou utilizar o discurso da escassez para reestruturar o nosso sistema de pós-graduação sem levar em consideração sua complexidade e os seus desafios.

Terceira questão. O discurso da escassez busca promover a desestruturação do nosso sistema de fomento. É preciso que esta Câmara e o Senado... O Senador Izalci fez uma excelente fala recentemente, num ato que foi realizado aqui na





CONGRESSO NACIONAL
Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização

Câmara e no Senado, no Salão Negro, sobre essa questão da fusão da CAPS e do CNPq. Isso é muito grave. Pior é que também, no mesmo bolo, acaba-se com a FINEP e leva o FNDCT para o BNDES, porque a CAPES cumpre o papel de financiamento e de fomento da pós-graduação e o CNPq tem outras atribuições. O orçamento que está sendo proposto para o CNPq o torna apenas pagador de bolsas, financiador de bolsas, quando ele tem o papel fundamental de financiar a infraestrutura de pesquisa no País.

Infraestrutura é fundamental, porque a falta dela bloqueia o desenvolvimento. Recentemente, até a Copa do Mundo, nós não tínhamos Internet suficiente na Região Amazônica. Hoje o Brasil não tem infraestrutura para a instalação do 5G, porque se você monta uma estrutura 5G, você desmonta no interior do Brasil toda uma rede de comunicação. Essa infraestrutura é necessária não só para o desenvolvimento econômico, mas também para o desenvolvimento da pesquisa do CNPq e da FINEP. Essas agências têm importância. Por isso é fundamental lutarmos pelo orçamento delas.

Presidente, quero também pautar as nossas reivindicações do ponto de vista do orçamento. O Prof. Anderson falou sobre as emendas conquistadas na Comissão de Educação. Existe também uma emenda votada na Comissão de Ciência e Tecnologia para o CNPq, no valor de 300 milhões de reais. Na CAPES foi 300 milhões para a educação básica e 300 milhões para pós-graduação. Então, quero reafirmar a necessidade de esses valores entrarem na lei orçamentária na sua versão final, que foi fruto de muito suor e de muita batalha de toda a comunidade científica educacional. Esse é um primeiro pleito.

Quanto à manutenção, temos que lutar para que se mantenha o orçamento, pelo menos no patamar do que se iniciou em 2019, com exceção do CNPq, que precisa agregar os 300 milhões. Caso contrário, isso significaria a diminuição do nosso sistema.

Outro dia, conversando com o Reitor da USP, o Prof. Vahan, ele me deu um exemplo cuja imagem me parece muito forte. Ele disse que, em Israel, para ser reconstruída a guerra, o primeiro investimento feito foi a universidade. Ele falava de professores dando aula sobre escombros na Coreia, porque é isso que pode reestruturar um país da crise. Eu acho que essa imagem deveria ser muito nítida e orientar a nossa atuação, porque não existe saída da crise brasileira sem





CONGRESSO NACIONAL
Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização

investimento em educação e em ciência, em um mundo altamente tecnológico, onde a guerra comercial tem como pano de fundo justamente o padrão tecnológico que vai reger acumulação do capital durante o século XXI.

Então, vou me posicionar claramente contra a fusão de CAPES e CNPq, uma agenda que fatalmente vai bater, se for levada a cabo nesta Casa. O Prof. Azevedo falou sobre o custo do reajuste de todas as bolsas, sem consideração dos cortes feitos até aqui e das bolsas que saíram do sistema. As nossas bolsas não têm reajuste há 6 anos. O último reajuste foi em 2013.

Isso é muito nocivo para um país, porque bolsas significam remuneração de um trabalho. Noventa por cento da pesquisa nacional é feita na pós-graduação e tem relação direta com o trabalho. São horas dedicadas de trabalho de pós-graduandos diretamente. Uma bolsa de 1.500 reais não sustenta uma pessoa, não sustenta alimentação e transporte, no caso do mestrado. Para o doutorado, 2.200 reais também não. Essas pessoas são penalizadas muitas vezes, porque ingressam mais tarde no mercado de trabalho e estão em fase de formação, ao mesmo tempo em que exercem um trabalho laboral.

A bolsa de estudo deveria ser encarada como a remuneração de um trabalho fundamental. Ela deve ser valorizada, porque a cada cérebro que nós perdemos para o exterior, que vai para outras nações desenvolvê-las, significa dinheiro público investido na formação de um cérebro, que não se forma em 1 ou 2 anos, mas em 10 ou talvez mais, porque se conta desde a graduação. Há investimento público ali que vai desenvolver outros países, outras nações. É disso que estamos falando.

O desenvolvimento só é capaz se você tiver instrumental. É preciso infraestrutura e mentes capacitadas para promover o desenvolvimento brasileiro, para retomar a geração de emprego e para sairmos dessa crise econômica. Então, a nossa agenda do reajuste de bolsa custa um pouco mais de 900 milhões. Eu vou colocar aqui 1 bilhão para reajustar todas as bolsas em um patamar de 6 anos. Estamos abertos a discutir o tamanho desse reajuste em patamares, em progressão, mas é importante constar esta discussão no orçamento, e temos uma proposta a fazer.

Existe na LOA uma discussão sobre o reajuste dos militares. Eu não sou contra o reajuste dos militares, acho que é um setor estratégico e precisa de reajuste. Mas a nossa proposta é que esse reajuste não ocorra no início do ano, e, sim, no meio





CONGRESSO NACIONAL
Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização

do ano, porque isso libera um orçamento que pode também financiar um lugar tão fundamental quanto o dos militares, que são os cérebros brasileiros, que são os pesquisadores brasileiros que podem efetivamente... Cada pesquisa que é paralisada, cada bolsista que não entra, cada pesquisa que não vai adiante perdemos um pouco da nossa soberania, perdemos um pouco da nossa capacidade de intervenção no mundo.

Eu queria sugerir isso para a apreciação dos Deputados da Comissão Mista de Orçamento. Nós não estamos querendo prejudicar ninguém, mas queremos dividir um pouco essa responsabilidade com todo mundo sobre os rumos de nosso País, o que significa conseguirmos investir em pesquisa.

Obrigada.

O SR. PRESIDENTE (Orlando Silva. PCdoB - SP) - Agradeço à Presidente da ANPG, Flávia Calé, a participação.

Convido para fazer uso da palavra o Prof. Ildeu de Castro Moreira, Presidente da Sociedade Brasileira para o Progresso da Ciência, SBPC.

O SR. ILDEU DE CASTRO MOREIRA - Bom dia a todos e a todas.

Queria agradecer muito ao Deputado Orlando Silva e à Comissão o convite para estar aqui presente e discutir esse tema de tanta importância. Saúdo o Deputado Bohn Gass, colegas aqui da Mesa, Anderson, João, Flávia, colega da universidade.

Como o Deputado Bohn Gass mencionou 2019, eu só queria ressaltar um ponto ou dois. Para 2019 está se conseguindo com o CNPq fechar o pagamento das bolsas, só que, como destacou o Presidente do CNPq, ficaram faltando 82 milhões de reais que haviam sido inclusive acordados. Esses 82 milhões impactaram recursos para os INCTs, impactaram recursos para outras atividades de fomento do CNPq. Portanto, o acordo não foi inteiramente cumprido até agora.

Lembro também aquilo que dizia o Anderson, que o contingenciamento da CAPES neste ano ainda precisaria da ordem de 550 milhões, para a recuperação do contingenciamento, caso fosse feito ainda para 2019. Isso significa — e vou comentar em seguida — que várias bolsas deste ano, como disse a Flávia, foram tirados do sistema. Como o Presidente da CAPES chamou atenção, não foram retiradas bolsas de pesquisadores, de bolsistas ativos, mas o sistema perdeu um número significativo de bolsas. Portanto, a nossa preocupação é para este ano e





CONGRESSO NACIONAL
Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização

para o ano que vem. Quer dizer, o orçamento do ano que vem, que é o nosso ponto central, também não deve ficar baseado no patamar mais baixo que já atingimos. Estamos discutindo, de certa maneira, a continuidade de um patamar muito baixo, tanto para bolsas quanto para fomento, para a iniciativa de ciência e tecnologia, que eu vou tentar mencionar.

(Segue-se exibição de imagens.)

Eu vou passar algumas informações rápidas, pois não haveria obviamente sentido falar sobre o que já foi aqui mencionado. Apenas chamo atenção para o fato de que as bolsas são importantes dentro de um sistema de ciência e tecnologia, mas há várias outras questões. Trata-se daquilo para o qual a Flávia, o João e o Anderson chamavam a atenção: o fomento à pesquisa e a educação de qualidade. Essas bolsas, no caso da CAPES, impactam diretamente a licenciatura, a formação de professores da educação básica. Portanto, há uma repercussão em todo o ensino superior e na educação básica.

As bolsas são um mecanismo fundamental criado no Brasil décadas atrás. Eu tenho a certeza de que as muitas pessoas que encontramos em todos os postos do País, no Governo, em várias esferas, estão ali porque receberam uma bolsa do CNPq ou da CAPES. Nosso Ministro da Economia, por exemplo, recebeu bolsa do CNPq. Isso mostra que o oferecimento de bolsas no Brasil é um mecanismo fundamental que a ciência brasileira construiu para formar gente qualificada. Se nós o desconstruirmos, certamente haverá grandes prejuízos no futuro.

Temos, de fato, muitos outros desafios que eu não vou mencionar.

A pós-graduação brasileira e as bolsas provenientes do CNPq são responsáveis pelo crescimento significativo da produção científica brasileira nas últimas décadas, que atingiu o 13º lugar na escala mundial, o que é significativo, embora saibamos que este impacto também deve ser discutido. Há outros indicadores. A ciência produzida no Brasil deve ter um impacto maior na sociedade, tanto do ponto de vista do sistema produtivo e da inovação tecnológica, como da gestão pública e das inovações sociais. Isso é mérito de um sistema construído ao longo de 6 décadas.

O Presidente da CAPES já mencionou vários aspectos, entre eles o número de cursos de pós-graduação e a expansão das universidades. Às vezes, alguns usam o argumento de que nós já temos pesquisadores demais e, quando vamos nos





CONGRESSO NACIONAL
Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização

comparar com outros países que têm a dimensão, o potencial e o PIB do Brasil, vemos que nosso País é um dos que tem menos pesquisadores por milhão de habitantes. Portanto, o Brasil está aqui embaixo: possui de 170 mil a 200 mil pesquisadores altamente qualificados. A China, no entanto, tem dez vezes mais; a Argentina tem uma proporção maior do que o Brasil, embora também esteja num momento de crise acentuada. Outros países, como Israel e Coreia, que são frequentemente mencionados, têm uma altíssima proporção de pesquisadores por habitante. Em Israel, quase 10% da força de trabalho está ligada à atividade de ciência e tecnologia avançadas. É um exemplo a mencionar. Seria o caso de imitarmos alguma coisa que eles estão fazendo. Aliás, Deputado Orlando, seria muito interessante chamar para uma discussão os embaixadores desses países para mostrarem o que eles fizeram para chegar a este nível porque, às vezes, nós os citamos, mas acabamos esquecendo alguns aspectos essenciais da educação, da ciência e da tecnologia.

Aqui temos dados recentes da OCDE que apontam que o Brasil ainda tem um nível muito baixo de ascensão ao ensino superior, inclusive quando nos comparamos com outros países da América Latina. No caso da pós-graduação brasileira, apenas 0,84% da população tem mestrado, contra 14% da população de países da OCDE. No doutorado, a proporção é de 0,11% dos nossos jovens entre 25 e 34 anos com doutorado, e há um valor quase 8 vezes maior nos países da OCDE. O fato é que temos doutores e mestres de menos.

Estamos vivendo um problema na esfera dos empregos, da utilização da força de trabalho qualificada. Deveríamos ter mais interação com a iniciativa privada. Os concursos na máquina pública estão paralisados há anos, o que dificulta a absorção da massa de formandos. Estamos vivendo, portanto, um momento conjuntural difícil. Porém, este fato não pode ser usado como argumento para desmontarmos um sistema de formação de pessoal qualificado em que as bolsas do CNPq e da CAPES são essenciais.

Aqui temos os orçamentos. Este caso diz respeito ao Ministério da Ciência e Tecnologia, apenas para dar um orçamento mais geral do investimento: nós tivemos uma queda muito acentuada nos últimos anos, estamos num patamar muito baixo. Para o ano que vem, o orçamento do Ministério da Ciência e Tecnologia, Inovações





CONGRESSO NACIONAL
Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização

e Comunicações para investimentos está na ordem de 3,5 bilhões — um terço do que era havia alguns anos e bem menos do que era em 2017.

Falando em nome da SBPC, que reúne mais de uma centena de entidades científicas, eu, com certeza, falo de várias outras entidades que fazem parte da nossa iniciativa de ciência e tecnologia no Parlamento: a Academia Brasileira de Ciências, o CONFIES, o CONFAP, a ANDIFES, o CONIF. Nós participamos ativamente das audiências realizadas neste Congresso, trazendo aos Deputados sugestões de modificação do orçamento para o ano que vem. Eu vou chegar a elas. Uma das sugestões consiste em mudar este quadro, porque há um impacto direto nas bolsas, por exemplo, do CNPq.

O Fundo Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico — FNDCT está com 90% dos recursos contingenciados. Temos o edital universal, essencial para a formação do jovem pesquisador, aquele que está sendo formado: ele tem a bolsa e consegue virar doutor, mas, depois de todas essas penas, quando ele vai fazer o primeiro projeto de pesquisa para atuar em certa área, não há recurso. A bolsa é, certamente, algo que toca muito, é fundamental, e nós estamos discutindo estes aspectos. No entanto, a bolsa não pode ser vista descolada de um contexto que permite que o bolsista, uma vez formado, trabalhe na área de ciência em que ele se formou.

O orçamento do CNPq e sua importância já foram mencionados. Eu chamo a atenção para os Institutos Nacionais de Ciência e Tecnologia. Trata-se de um programa extremamente importante, mas que vem sofrendo. Em breve, teremos uma avaliação dos INCTs, uma iniciativa muito importante. Eu faço parte de um INCT e percebo que eles estão vivendo dificuldades, por causa do corte de recursos que tivemos neste ano, além dos cortes que se desenham para 2020, como já apontaram.

Temos bolsas da categoria Iniciação Científica Júnior: os jovens que ganham estas bolsas por meio da Olimpíada Brasileira de Matemática nas escolas públicas. A CGE realizou um grande estudo há alguns anos que mostra a importância das bolsas do Programa de Iniciação Científica para a formação de mestres e doutores no País. Boa parte dos mestres e doutores provém de estudantes que fizeram a iniciação científica. Portanto, o Programa de Iniciação Científica Júnior, no ensino





CONGRESSO NACIONAL
Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização

médio, e o Programa de Iniciação Científica, na graduação, são fundamentais para a pós-graduação e para a pesquisa brasileiras.

Os valores das bolsas que estamos discutindo aqui são muito pequenos, se olharmos a dimensão dos orçamentos destinados a outras áreas no País, o que significa que as bolsas do CNPq caíram muito nos últimos anos.

Os dados que temos aqui estão à disposição para os interessados analisar mais.

Este quadro mostra o número de estudantes que receberam bolsa do CNPq nos últimos anos: em 2001, já havia um crescimento, e continuou crescendo. Aqui temos o Programa Ciência sem Fronteiras, cujo número de bolsistas no exterior aumentou bastante, atingindo 20 mil. Isso também aconteceu na CAPES. No entanto, mais uma vez, o programa foi descontinuado.

Aqui podemos perceber uma queda no número de bolsas.

O João fez uma defesa muito competente dos recursos do CNPq. Nós estamos discutindo aqui para manter este nível, que é de aproximadamente 80 mil bolsas. Notem que nós já tivemos valores muito mais altos. É claro que se pode discutir que havia um programa específico, mas certamente havia muito mais bolsas nos anos anteriores: cerca de 120 mil bolsas do CNPq; agora estamos no patamar de 80 mil. Estamos aqui digladiando para manter as 80 mil e para pagá-las, como aconteceu neste ano.

Portanto, nossa preocupação é muito clara: os recursos do orçamento de 2020 devem levar estes aspectos em conta, visando a buscar uma recuperação. A queda dos recursos da CAPES, do CNPq, da FINEP e nos investimentos do Ministério é abrupta. Esta é a hora de começarmos a inverter esta situação para o orçamento de 2020. Nossa solicitação é que sejam feitas correções relativamente pequenas, que não afetam significativamente o orçamento, mas que são importantes para mudarmos este grande decréscimo de recursos para a ciência brasileira.

Eu gostaria de mostrar que a FINEP sofreu um decréscimo muito grande: 90% dos recursos contingenciados do FNDCT. Nós entendemos que isso ocorreu contra o espírito da lei, porque a lei diz que os recursos para o FNDCT, os chamados fundos setoriais, vêm de setores econômicos para a pesquisa e o desenvolvimento. Eles são colocados na reserva de contingência: para o ano que vem, são 5 bilhões de reais.





CONGRESSO NACIONAL
Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização

Desta forma, sugerimos à Comissão Mista de Orçamentos e ao Congresso Nacional que olhem para o FNDCT, porque sua função está sendo desviada, e ele pode ser utilizado, evidentemente, para cobrir todo o déficit que estamos levantando aqui.

A reserva de contingência cresceu abruptamente. Em 2020, ela estará em 4,2 bilhões de reais, o que não se sustenta num país que quer o mínimo de inovação. Este recurso vai para a inovação das empresas, para a subvenção econômica. Fala-se muito sobre a inovação tecnológica em países como Israel e Coreia, mas, se o país tira os instrumentos para fazer isso, de que inovação estaremos falando? Teremos um discurso vazio. Percebam o orçamento do FNDCT. No ano que vem, a FINEP terá 600 milhões de reais.

Eu estou insistindo nestes pontos, que não estão ligados, como eu mencionei, diretamente à bolsa, mas são fundamentais para a infraestrutura das universidades e dos laboratórios. Se não há bolsistas, não há laboratório. Quando há bolsista e laboratório, não há insumo. O bolsista não tem nenhum recurso para fazer nenhuma das atividades que a pesquisa exige, por exemplo, pesquisa de campo.

Concluindo, chamo a atenção para um ponto importante, Anderson: a discussão das bolsas para os Programas 3 e 4 da CAPES. É claro que existe todo um processo na CAPES para se rediscutir o processo de avaliação — é necessário que isso seja feito. É importante valorizar a qualidade, mas dois terços dos programas de pós-graduação brasileiros estão praticamente nos níveis 3 e 4, o que não significa necessariamente que são de nível inferior, pois muitos deles são iniciantes, muitos estão em regiões do País que vivem condições muito mais difíceis. No entanto, eles são essenciais para o País diminuir as imensas desigualdades que existem nas oportunidades de acesso à educação e às ciências no País. Portanto, este ponto tem que ser visto com muito cuidado.

Muitas bolsas que se destinam a esses programas estão sendo descontinuadas. Eu acho que este fato deve ser revisto e alterado. Por isso, é fundamental que a CAPES retorne o orçamento aos valores deste ano.

Nós fizemos uma conta, na qual pode haver algum erro de aproximação menor. Em todo caso, se levarmos em conta as bolsas deste ano, que foram retiradas do sistema ou que não foram implementadas no sistema, somando-se o CNPq e a CAPES, o número é da ordem de 17 mil bolsas, como foi mencionado pela Flávia.





CONGRESSO NACIONAL
Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização

Esta questão é, portanto, crítica. Nós estamos falando de milhares de bolsas, e uma porcentagem significativa já está fora do sistema neste ano.

Vejam como caíram significativamente, nos últimos anos, os recursos das agências FINEP, CAPES e CNPq! O que nós dizemos? Por que não cortar? Este foi um argumento que nós trouxemos, dias atrás, numa carta das entidades para os Parlamentares na nossa Marcha pela Ciência.

Primeiro, o valor para a ciência e a tecnologia dentro do Orçamento é de 0,24%. Assim, nós estamos discutindo um valor muito pequeno dentro do Orçamento geral da União. Se olharmos no gráfico os juros e a amortização da dívida, em amarelo, observamos que parte significativa do recurso que a população brasileira constrói é destinado. Portanto, o valor é muito pequeno, pelo impacto potencial que tem. Todos os países dizem que é relevante apostar em ciência e em tecnologia.

Nós temos mencionado vários exemplos de que a ciência e a tecnologia já contribuíram para o pré-sal, para o agronegócio, para muitas iniciativas. Eu não vou lembrar isso novamente, porque os dados já são conhecidos. Eu chamo a atenção para o orçamento da EMBRAPA para 2020, que está reduzido em 45%. Alguns dizem que a pesquisa tem que ter um retorno aplicado imediato, e a EMBRAPA faz isso o todo tempo. Em cada real empregado na EMBRAPA, segundo estudo feito pela própria EMBRAPA, retornaram 12 reais para a sociedade nos últimos anos. É enorme o impacto no agronegócio, na pecuária. O trabalho que a EMBRAPA tem feito é muito importante. No entanto, como uma instituição de pesquisa com esta qualidade, com este *pedigree*, terá seu orçamento do ano que vem reduzido à metade?

Nós não entendemos, não concordamos com esta redução, que é absolutamente drástica, tendo em vista uma instituição fundamental para a pesquisa brasileira. Além disso, muitas outras instituições serão afetadas, como o FINEP, o CNPq e a CAPES, com as reduções que estão colocadas.

Alguns argumentam dizendo como a ciência brasileira tem criado coisas novas. Mas eu não vou me dedicar a isso. A Associação Brasileira de Saúde Coletiva — ABRASCO fez um estudo sobre o impacto dos cortes na pós-graduação e na saúde coletiva. Como a saúde dos brasileiros será prejudicada, se estes cortes nas bolsas e na pós-graduação permanecerem neste ano e nos anos seguintes?





CONGRESSO NACIONAL
Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização

Alguns países cresceram muito. Eu sempre apresento este gráfico do Banco Mundial que mostra o Brasil, a Coreia do Sul e a China em 1995. Eles tinham praticamente o mesmo PIB, o mesmo investimento em ciência e em tecnologia. Olhem a diferença! O que gerou esta diferença? Recente artigo da revista *Nature* diz que a China está se tornando uma superpotência — ela é uma superpotência — em função da ciência e da tecnologia que desenvolve. Nós estamos cortando esta possibilidade para um país que reconhecidamente tem tanta possibilidade e tanta riqueza.

Vou mostrar agora os recursos investidos. Em 1995, a China investia menos que o Brasil em ciência e tecnologia. Agora observamos a disparidade no uso dos recursos. Gráficos recentes dos Estados Unidos mostram o investimento em ciência e em tecnologia. Aliás, quando Donald Trump tentou reduzir o recurso em 2018, o Congresso americano foi contra e aumentou o recurso para a ciência, a tecnologia, a pesquisa básica e o meio ambiente.

Portanto, é importante destacar que o Congresso tem esta possibilidade, já que tem assumido esta tarefa, pelo menos em outros países, Deputado Orlando. O Congresso tem o dever, a obrigação e o poder constituído pela Constituição brasileira de alterar o Orçamento significativamente.

Nós estamos discutindo aqui muitas emendas. As emendas são muito importantes, e nós defendemos que sejam mantidas. No entanto, elas corrigem apenas uma parte pequena do grande desmonte que estamos vivendo na ciência e na tecnologia brasileiras, com o corte de recursos extremamente acentuado.

Eu estava mencionando o artigo recente da revista *Nature* de como a ciência criou uma superpotência. Isso se mostra bem.

Eu lembro que o § 1º do art. 218 da Constituição brasileira diz que a pesquisa científica básica e a pesquisa tecnológica receberão tratamento prioritário do Estado, tendo em vista o bem público, o progresso da ciência, da tecnologia e da inovação. Esta é uma determinação importante dentro da Constituição brasileira. Que tratamento prioritário é este que reduz em 90% o dinheiro para investimentos no principal fundo do País para a inovação e a tecnologia? Não se coaduna com a Lei Maior do País este corte acentuado que estamos vivendo.

Vejam que o povo brasileiro diz que é importante aumentar os investimentos. O Ministério realizou recentemente uma pesquisa, oficial, portanto, em que mostra que





CONGRESSO NACIONAL
Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização

66% dos brasileiros dizem que os investimentos têm que aumentar; 24% dizem que é preciso manter os investimentos. De 90% dos brasileiros, apenas 6% dizem que os investimentos têm que diminuir, e estão diminuindo.

Há, portanto, um descompasso nos discursos. Esta Casa deve responder a esta posição majoritária da população brasileira. Isso inclui até o atual Presidente da República, que, em carta endereçada à SBPC e à Academia Brasileira de Ciências, se comprometeu com este aumento. Disse ele que será prioritário o recurso para a ciência, a tecnologia e a inovação. Aliás, ele adotou um lema que é nosso, da comunidade científica histórica, dizendo que recurso em ciência e em tecnologia não é gasto, mas sim investimento. O Presidente se comprometeu para que o Brasil atinja o patamar de 3% do PIB com a ciência e a tecnologia.

Portanto, é importante lembrarmos isso, porque se trata de um compromisso de campanha. Eu acho que nós temos que cobrar de todos os candidatos a cargos públicos que prometem algo. É nosso papel como cidadãos cobrar o cumprimento das promessas feitas.

São esses os argumentos que temos levantado em defesa das bolsas e dos recursos para a ciência e a tecnologia.

Eu termino dizendo que no CNPq nós tivemos um abaixo-assinado para mostrar como estes fatos têm repercussão. Já temos mais de 1 milhão de assinaturas em defesa do CNPq, buscando sua manutenção e a não fusão com a CAPES. Trata-se de uma ideia que está circulando. Nós achamos que as duas agências têm papéis, objetivos, finalidades e estruturas diversas e devem ser mantidas assim.

É claro que elas podem e devem ser melhoradas, como é claro que a avaliação da CAPES tem que ser revista. É claro que o CNPq tem que rever muitas das suas atividades, pois aprimorar é fundamental. Mas não é possível comprometer o sistema da ciência e da tecnologia, que vem funcionando há 70 anos e tem uma repercussão importante na ciência brasileira.

Nós entregamos este 1 milhão de assinaturas ao Presidente da Câmara dos Deputados, além dos vários documentos que já produzimos.

Eu insisto que estas emendas que estão colocadas na Comissão de Educação — a emenda de 300 milhões para o CNPq e a emenda de 600 milhões para a CAPES — são fundamentais. Nós estaremos aqui todo o tempo batalhando por elas.





CONGRESSO NACIONAL
Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização

No entanto, nós estamos num patamar lá embaixo. Nós precisamos discutir o que o Senador Izalci mencionou. Precisamos pensar em mais recursos para a CAPES. O Presidente já apontou este aspecto. O Senador Izalci apontou a possibilidade concreta de fonte para isso. O FNDCT está com 90% do seu recurso contingenciado, 4,2 bilhões, o que, a nosso ver, não se sustenta. Isso significa que podemos fazer uma recomposição mínima.

Nossa defesa é a recomposição do orçamento de 2017 para a ciência e a tecnologia. Não estamos falando de 10 anos atrás, porque o valor seria muito maior, para que a ciência e a tecnologia do País tenham uma sobrevida.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Orlando Silva. PCdoB - SP) - Agradeço ao Prof. Ildeu pela apresentação.

Passo a palavra ao Prof. André Biancareli, Diretor do Instituto de Economia da Universidade Estadual de Campinas.

O SR. ANDRÉ BIANCARELI - Bom dia a todas e a todos.

Deputado Orlando Silva, agradeço a V.Exa. o convite para participar desta audiência.

Cumprimento os demais Parlamentares, os colegas da Mesa, os professores, a Flávia. É uma satisfação representar o Instituto de Economia da UNICAMP neste debate. Eu não falo em nome da UNICAMP, mas em nome do instituto.

Todos estamos bastante envolvidos no debate deste assunto, que está muito intenso. Eu vou tentar passar uma visão de professor de economia e de professor da UNICAMP, algo que talvez acrescente determinados pontos. Eu vou ser mais rápido em relação ao que já tiver sido mencionado.

(Segue-se exibição de imagens.)

Falando sobre economia e sobre a relação com a ciência, a tecnologia e a inovação, talvez seja este um dos pouquíssimos exemplos na vasta e muito controversa literatura econômica de que há certo consenso quanto à importância deste tema, diante dos dispêndios com os investimentos em ciência, tecnologia e inovação, para o crescimento e o desenvolvimento do País.

Os economistas, na literatura da teoria econômica, geralmente separam as análises de curto ou de longo prazo entre o lado da demanda e o lado da oferta. Neste debate, geralmente se enfatiza mais o lado da oferta, o impacto do sistema da





CONGRESSO NACIONAL
Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização

ciência e da tecnologia para o lado da oferta, o lado mais estrutural e de longo prazo na economia. Meu argumento é que nós temos relações com os dois lados. Do ponto de vista do desenvolvimento econômico, na enorme e diversa literatura a respeito deste tema, não há grandes divergências entre as diferentes correntes, apesar de os caminhos para chegarmos à importância deste tema para o desenvolvimento econômico de longo prazo serem diferentes.

A tradição estruturalista latino-americana parte da ideia de que o progresso técnico explica a diferença entre as nações do sistema centro/periferia, que está baseado na distribuição desigual do progresso técnico.

Uma tradição longuíssima e muito importante de estudos na área da economia da inovação, da economia schumpeteriana, trabalhos recentes da Profa. Mariana Mazzucato, de missões tecnológicas do Estado empreendedor, para um lado mais neoclássico, de economia mais convencional, teoria do capital humano, modelo de crescimento com progresso técnico endógeno, foco nos impactos da ciência e da tecnologia na produtividade, os caminhos são vastos. Não preciso me alongar muito para justificar, do ponto de vista teórico, a importância deste setor.

Do ponto de vista da evidência do que os economistas adoram chamar de fato estilizado é que há uma clara associação — esta é uma das várias formas de mostrar isto — entre o percentual de investimento em pesquisa e em desenvolvimento e o grau de desenvolvimento de uma nação, como já foi apontado nas apresentações anteriores.

O lado da demanda da economia ou das oscilações conjunturais de curto prazo geralmente é menos comum nesta discussão. Entretanto, eu acho importante para esta discussão específica que estamos fazendo é que, nos países desenvolvidos em geral, os orçamentos e os programas públicos, no caso do apoio à ciência e à tecnologia, são mais protegidos das oscilações cíclicas. Alguns casos, como a Alemanha, que recentemente chamou muita atenção, são usados como política anticíclica. Quando a economia está em crise, quando ela precisa de estímulo, organiza-se um pacote específico e agressivo de investimentos na área. Assim, a relação do sistema público de ciência e tecnologia com o ciclo econômico tende a ser de estabilidade ou até de remar contra a maré em vários lugares importantes.

Como todo o dispêndio em economia, como numa aula de macroeconomia muito breve, gasto público em ciência, em tecnologia e em inovação é uma injeção





CONGRESSO NACIONAL
Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização

de demanda. Mas, como poucos outros, talvez o investimento público em infraestrutura se compare à ampliação das possibilidades de crescimento futuro, que também afeta o lado da oferta. Do ponto de vista dinâmico dos efeitos deste tipo de dispêndio no próprio nível da atividade econômica, os valores, em geral, são pequenos, se comparados a outras variáveis de gastos, como consumo, investimento e exportações. No entanto, os efeitos multiplicadores são enormes.

Temos aqui o exemplo de um estudo recente, de 2017, que estima o impacto, no PIB, da elevação de 1% nos gastos públicos em cada categoria — saúde, educação, defesa, infraestrutura, ciência, tecnologia e inovação. O resultado é bastante expressivo: 1% de elevação do gasto público nesta rubrica gera o crescimento de 10% no PIB, numa mostra de países do G-20.

Há ainda o último aspecto no plano conceitual para o qual eu queria chamar a atenção, algo que tem tudo a ver com nossa discussão. Estou falando da questão dos custos. Fazer conhecimento e produzir pesquisa de qualidade é custoso. Apesar das rubricas e do tamanho do orçamento deste tema não serem muito significativos em nenhum orçamento público, é caro. Por isso, a comparação muito em voga com o ensino privado ou com faculdades privadas, que estão preocupadas com outra coisa: boa, média, péssima qualidade. Não importa a qualidade. Uma coisa é formar pessoas, outra é produzir ciência. Neste caso, a articulação entre ciência, tecnologia e pós-graduação tem outro viés e deve ser medida com outra regra.

Esta comparação não é adequada, nem do ponto de vista econômico. Universidades com o foco na pesquisa de ponta e na pós-graduação têm custo, por matrícula, muito mais alto em qualquer lugar do mundo. Aliás, temos aqui umas estimativas do Reitor da UNICAMP, junto com o Prof. Brito e a pesquisadora Fernanda De Negri, que estimam o percentual de financiamento público nas melhores universidades do mundo, as mais destacadas, sempre acima de 50%. Portanto, a ideia de que o setor privado financia a pesquisa de ponta tem muitas nuances para se afirmar categoricamente. Em nenhum lugar do mundo, na ponta da ciência mundial, o setor privado é o principal responsável. Isso não existe.

Saiu, na revista da FAPESP de julho passado, uma comparação do custo por matrícula em universidades que têm peso muito grande na pós-graduação, comparando a USP, a UNESP e a UNICAMP com várias das melhores do mundo, para combater a ideia de que estas universidades são muito caras.





CONGRESSO NACIONAL
Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização

Esta base de comparação é mais adequada. Eu a acho bem interessante. O custo por matrícula, por exemplo, no Massachusetts Institute of Technology — MIT, que tem porcentagem de matrícula na pós-graduação de 60%, é várias vezes maior do que o da UNICAMP e da UNESP. Estes dados, que eu reputo muito interessantes, mostram nosso desempenho na pós-graduação e quanto isso, no fundo, não custa tão caro assim, em vista de uma comparação adequada.

Tratemos do financiamento da pesquisa e da pós-graduação no Brasil. Temos aqui os representantes, os estudiosos e os presidentes dos principais órgãos, e eu não vou ensinar coisas que as pessoas, em geral, sabem mais do que eu. Mas há alguns fatos estilizados, para chegarmos a alguns outros recados que eu quero mencionar. Evidentemente, no Brasil, muito mais que em outros lugares, há praticamente uma exclusividade de fontes públicas de financiamento. Para isso, existe uma institucionalidade antiga, além de complexa, cujos principais atores são, obviamente, o CNPq, a CAPES, a FINEP e as fundações estaduais de amparo à pesquisa, que são complementares, com foco e missões específicas. Compará-las ou até transformá-las numa coisa só soa, digamos, como uma violência institucional. Esta ideia chama a atenção. Aliás, eu não vi nenhuma pessoa do setor defender a fusão nem a incorporação de uma por outra.

Como já foi dito, este sistema tem uma história muito antiga, muito mais antiga até que o próprio Ministério, e méritos. É interessante notar que nesta história há a presença de flexibilidade para se adaptar aos desafios, tanto do ponto de vista da demanda, como dos recursos. Eu acho que estas instituições têm demonstrado isso. A ideia de rigidez institucional, aqui, precisa ser contestada. Uma coisa é esta; outra é trabalhar pela sua desconstrução.

No caso brasileiro, mesmo com os avanços — aqui foi muito citado o FNDCT — ou mesmo com a ideia um pouco mais ampla dos fundos setoriais, quando surgiram no fim dos anos de 1990 e início de 2000, era justamente proteger as fontes de financiamento das oscilações conjunturais. Mas, mesmo assim, por causa do contingenciamento, inclusive do ponto de vista de um FNDCT controverso e da legalidade a respeito disso, é óbvio que o caráter do financiamento à pesquisa e ao desenvolvimento no Brasil é muito cíclico, pró-cíclico, ao contrário do que eu dizia, em vários outros lugares do mundo.





CONGRESSO NACIONAL
Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização

Nós todos sabemos disso. Os Deputados e Senadores desta Comissão de Orçamentos sabem mais do que eu, evidentemente, que isso decorre da rigidez orçamentária. Este tipo de rubrica é vítima frequente do processo de ajuste fiscal. Não há novidade aqui. Isso acaba, ao longo da história, revelando uma baixa prioridade estratégica.

Aqui temos alguns números conhecidos de todos: a evolução cola bonitinho no ciclo econômico, na arrecadação, no desempenho do PIB e em outras rubricas de gasto público. Houve um pico, entre 2014 e 2015, dependendo da métrica, ao tempo em que houve uma queda acentuada desde então. Mas há uma elevação. Aqui está muito vinculada — estes dados são do Prof. Pacheco, de quem eu tive uma apresentação — ao FNDCT e aos recursos do CNPq, particularmente, que estão sofrendo bastante.

Aqui temos a soma do CNPq, CAPES e FINEP. Tudo com um pico ali em 2014, por esta métrica.

Portanto, temos uma tendência negativa de vinculação muito estrita ao ciclo econômico.

Posto isso, eu gostaria de dizer, ainda como professor e pesquisador da UNICAMP, que, de longe ou de dentro, mas não exatamente de dentro das instituições, a ideia é que a crise atual é de outro patamar. O momento de 2019 é outro tipo de problema, é outra natureza, é o prosseguimento daqueles que vinham antes. No entanto, é outro patamar. Houve um contingenciamento muito preocupante e danoso para as universidades federais. Há um conjunto de sinalizações contraditórias, do ponto de vista oficial, sobre o papel da educação, das universidades, da própria pesquisa. Trata-se de questionamentos que, em geral, devem ser feitos sob qualidade e foco.

Há a ideia do Programa Future-se, outra discussão bastante complexa, mas que ajuda a perturbar o quadro. Em geral, há, por parte de fontes oficiais e não oficiais, na sociedade e na política brasileira, uma hostilidade ao conhecimento e à universidade, que vai, sim, muito além da questão orçamentária, dos recursos. Eu acho que este é um desafio de fundo, no qual esta discussão deve ser colocada.

Eu ouvi as palavras do Presidente do CNPq. Conforta a ideia sobre o pagamento imediato das bolsas do CNPq. As notícias são relacionadas a bolsas que estavam ameaçadas de não ser honradas neste ano. Além disso, lembrem-se os





CONGRESSO NACIONAL
Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização

bloqueios sucessivos à realocação de bolsas da CAPES, o contingenciamento do fomento, as liberações seletivas.

Chegamos aqui ao Orçamento de 2020, que já foi apresentado por todos. Eu tenho os mesmos números. Pode ser que minhas fontes estejam um pouquinho desatualizadas em relação ao que os presidentes mostraram, mas os dados estão aqui. Há o percentual de corte da CAPES. Se eu estiver errado, os senhores me corrijam depois. Temos uma agenda ou um ponto que eu gostaria de levantar e deixar registrado para a discussão.

Do total noticiado em emendas — talvez isso seja um pouquinho diferente do que foi dito —, do processo orçamentário, da aprovação de emendas, eu acho que tem que ser trazido. Mas, de fato, deve-se contar com o que se pode ver. Um orçamento que chega a 3 bilhões e 650 milhões de reais não está tão longe da necessidade original, que é perto de 4 bilhões de reais. De fato, vai ser verificado o ponto de vista dos recursos orçamentários? Esta é uma questão. Qual o tipo de emenda? Trata-se de uma emenda autorizativa, obrigatória?

Independentemente das emendas, eu acho que há problemas graves que estão na agenda desta discussão que merecem ser levados em conta: o bloqueio dos Programas 3 e 4, que já foi mencionado; e seus impactos regionais, ou seja, se isso tem alguma relação com a ideia aventada pela CAPES de vincular bolsas com o IDH municipal daquele centro e se isso não é relativamente contraditório. Fico com essa impressão, com essa dúvida.

Há, ainda, a ideia do teto de bolsas, de acordo com as notas do programa, que vai na mesma direção. Há uma intenção explícita de reduzir o tamanho do sistema de pós-graduação no Brasil e a priorização de centros de excelência? Não há clareza sobre isso, mas há sinalizações nesta direção. Há contradições com a ideia de vincular o IDH?

Há o corte nas bolsas de pró-reitoria, nas bolsas emergenciais, algo que independe da solução para as emendas. Há, igualmente, a ideia de fusão da CAPES com o CNPq que preocupa a todos e questiona a missão desta agência.

Em relação ao CNPq, pelo que eu olhei de longe, os dados são mais ou menos os mesmos. Em relação à agenda, a previsão do orçamento de bolsas até sobe um pouco, mas, como tivemos dificuldades neste ano, haverá contingenciamento? Haverá recursos para o pagamento integral destas bolsas?





CONGRESSO NACIONAL
Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização

Segundo, há uma quase extinção da verba de fomento. Em várias áreas das humanidades, dependendo do tipo de pesquisa, é um pouco menos. Porém, na área das exatas e da saúde, isso é mortal, porque basicamente há bolsa, mas não há dinheiro para viabilizar a pesquisa.

Há fusão com a CAPES? Qual é a missão? É a mesma coisa. Há subordinação ao MEC? Se isso significa a esperança ou confiança no financiamento privado, não há muita evidência na literatura a este respeito. É também possível atenuar os estragos no orçamento do CNPq com emendas? De que tipo? Em qual montante? Para qual fim? Há uma notícia de uma emenda aqui da Comissão, de 300 milhões de reais, para ser verificada.

Eu queria pedir a autorização para me estender um pouco mais, para dar a ideia de quais são os efeitos disso, independentemente do que seja feito com o orçamento. Estou aqui me somando à demanda por emendas para recompor os recursos.

Na teoria econômica, particularmente em macroeconomia, usa-se muito um conceito emprestado da Física, Prof. Ildeu, de histerese. Trata-se, na verdade, de uma distorção num corpo, numa situação: mesmo que o impulso negativo ou positivo seja retirado, ele não volta ao seu estado anterior. O elástico que estica muito não volta. Este exemplo cabe bem aqui. Na verdade, a ideia de descontinuidade no sistema da ciência e da tecnologia gera perdas dificilmente recuperáveis em projetos, em temas de pesquisa, em centros de pesquisa e em programas de pós-graduação e, falando como professor, essencialmente nas pessoas envolvidas nos projetos de pesquisa e nos programas de pós-graduação. Há incerteza, ansiedade e desmotivação, queda no interesse pela pós-graduação e a tal "fuga de cérebros".

Eu elenquei algumas manchetes de artigos recentes sobre a "fuga de cérebros", a frágil saúde mental das universidades, por que a fuga de cérebros ameaça o Brasil na crise e o que diz o Presidente da Academia Brasileira de Ciências sobre este assunto. Temos evidências sobre a busca de bolsas em Portugal, ainda que anedóticas, mas não há uma sistematização destes dados. Isso deve demorar um pouquinho, mas deve sair.

Eu trouxe algumas evidências, também seletivas, da queda do interesse pela pós-graduação, em primeiro lugar, na minha instituição. Estes dados são de inscritos





CONGRESSO NACIONAL
Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização

nas três entradas próprias de pós-graduação no Instituto da Economia da UNICAMP: doutorado em economia, doutorado em desenvolvimento econômico e mestrado em desenvolvimento econômico. Há quedas de 20%, no programa de 2020 para 2019. Estes dados aqui se referem a inscrições no Exame Nacional de Mestrado em Economia da ANPEC — Associação Nacional dos Centros de Pós-Graduação em Economia. Há também uma queda bastante acentuada, maior do que 20%.

Há os dados aqui do Instituto de Filosofia e Ciências Humanas da UNICAMP. Na última coluna, verifica-se que houve um acréscimo pontual no doutorado em Sociologia. Alguém poderia explicar isso? Não sei se a Sociologia explica um pouco a crise, mas há um acréscimo pontual. Mas há uma queda no interesse sempre superior a 20% no doutorado e, em História, há um aumento no mestrado.

Aqui há o que foi possível coletar com os programas de pós-graduação da UNICAMP. Há uma vasta predominância dos Programas 5, 6 e 7 na UNICAMP. Portanto, não é uma questão de qualidade do programa.

Eu não sei exatamente qual é a nota de cada um destes, mas aqui há uma amostra um pouco aleatória de dados que já concluíram as inscrições. Há sempre quedas expressivas no interesse nas matrículas dos processos seletivos de pós-graduação que estão em curso, com a comparação adequada, que são os do segundo semestre do ano passado.

Apesar de tudo, talvez seja uma análise um pouco impressionista, eu acho que o interesse, a importância estratégica, a qualidade e o impacto social da ciência brasileira têm ganhado destaque no noticiário, e este dado da pesquisa da CGE indica a importância social deste quadro.

As instituições que têm financiamento deste tema têm história, competência, flexibilidade e cumpriram, evidentemente com falhas, mas cumpriram um papel histórico fundamental. Como acabou de ser dito aqui, eu acho que a cobrança por qualidade, eficiência, abertura para a sociedade e a justificativa social disso são muito positivas. Mas isso não deveria ou não poderia se traduzir em estratégia, ou mesmo que sem estratégia, num processo de destruição deste patrimônio brasileiro que é o Sistema Nacional de Ciência e Tecnologia e Inovação — SNCTI.

A posição do Poder Executivo no Brasil, em meio às contradições do discurso, vai-se tornando muito clara em relação a este tema.





CONGRESSO NACIONAL
Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização

A pergunta que fica sobre o assunto, no momento em que agradeço a V.Exas., mais uma vez, o convite, é: qual a posição do Poder Legislativo brasileiro, neste caso, em relação à comparação com o orçamento de Ciência e Tecnologia dos Estados Unidos, enviado pelo Poder Executivo, tendo sido invertido o sinal pelo Parlamento americano? Este é um bom exemplo.

Este é o recado final que fica.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Orlando Silva. PCdoB - SP) - Agradeço ao Prof. André Biancarelli.

Eu considero que foram cinco belíssimas exposições.

Agradeço a participação de cada um dos nossos convidados. Estas exposições já estão publicadas no *site* da Comissão Mista de Orçamentos e disponíveis não apenas para os Parlamentares, mas para todos os especialistas, para os interessados e para toda a sociedade brasileira.

Eu quero crer que a última provocação feita pelo Prof. André Biancarelli é a resposta que esta Comissão deve dar. O Prof. Ildeu tem insistido muito, o que foi reafirmado pelo Presidente da CAPES, pelo Presidente do CNPq e pela Presidenta da ANPG, na confiança e na expectativa de que o Parlamento brasileiro, o Poder Legislativo, cumpra com a sua missão constitucional que envolve responsabilidades sérias em torno do Orçamento. Esta responsabilidade e o papel complementar que o Parlamento tem na definição do Orçamento diante da proposta inicial do Poder Executivo darão a dimensão que o Parlamento brasileiro tem quanto ao papel da ciência e da tecnologia.

Eu sou daqueles que crê que hoje vivemos um dos momentos mais dramáticos da ciência no País. Curiosamente, a percepção do Prof. André é também a que eu tenho. Eu sinto que há uma preocupação crescente por parte do Parlamento, não por acaso, a opção, Presidente Anderson, da Comissão de Educação, pela indicação destas emendas à CAPES. Trata-se de uma sinalização clara de que há uma consciência no ambiente da Comissão de Educação. Mesmo na Comissão de Ciência e Tecnologia, Comunicação e Informática — CCTCI, há consciência da necessidade de o Parlamento dar suporte ao trabalho da ciência no Brasil.

Agora, o principal é não termos emendas que promovem remendos, mas o Parlamento tomar medidas mais estruturais que estabilizem o financiamento da





CONGRESSO NACIONAL
Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização

pesquisa no Brasil. Portanto, eu sou otimista com relação às iniciativas que o Parlamento pode ter neste campo.

Eu valorizei muito a chamada Iniciativa para a Ciência e Tecnologia no Parlamento, quando a sociedade civil brasileira, a sociedade científica e as entidades que representam o setor se articularam e reuniram dezenas de entidades. O diálogo tem sido muito positivo, pluripartidário. Há Parlamentares dos mais diversos espectros políticos que se somam a esta iniciativa em prol da ciência. Creio que isso tende a uma repercussão positiva no que diz respeito ao Orçamento.

A meu ver, isso é mais importante. Por quê? Porque o mundo vive um processo de transição nas suas formas de produção econômica. A ideia de vivermos uma quarta revolução técnico-científica impõe tarefas e iniciativas no campo da ciência a diversos países, igualmente ao Brasil, para que possamos nos manter conectados com a economia internacional e não nos desconectarmos da economia internacional.

O Brasil tem uma particularidade. Nosso modelo, diferentemente de outras experiências, sustenta no Estado, no poder público e, particularmente, nas universidades, o grosso da pesquisa científica, da inovação e do desenvolvimento. Não somos um modelo em que isso se dá numa relação imbricada com o mercado. Não foi este o caminho que alcançamos, feliz ou infelizmente, o que nos impõe o dever de cuidar bem do Orçamento público, cuidar bem das agências de fomento, cuidar bem das universidades brasileiras.

Portanto, agradeço muito a participação de todos os convidados.

Acredito que o Congresso brasileiro deve reafirmar sua posição. Uma das respostas às provocações feitas nas apresentações é que devemos, sim, reafirmar o caráter estratégico da ciência e da tecnologia no Brasil. Este é um desafio importante, que tem que ganhar forma no Orçamento.

Das tarefas apresentadas aqui pelos expositores, quero registrar, sem prejuízo das outras, que precisamos fazer cumprir o acordo firmado nesta Comissão que envolve os recursos do CNPq para 2019.

Sei que faltam poucas semanas para encerrar o ano, mas eu quero crer que esse é o desafio, porque há uma dimensão política, é educativo para a política. Eu fui um dos que participaram da construção do acordo. Não bastam os 250 milhões





CONGRESSO NACIONAL
Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização

de reais que foram encaminhados. É necessário fazer cumprir o acordo integralmente e reconstituir o orçamento do CNPq.

Em que pese estarmos a poucas semanas do final do ano, eu quero crer que seja educativo que a CAPES tenha todo o recurso previsto no Orçamento de 2019 também à disposição. Ainda há pouco mais de 500 milhões de reais que deveriam ser oferecidos a essa instituição. Assim como no caso da CAPES, eu considero ser muito importante nós recompormos o Orçamento ao nível de 2019. Nem estamos propondo avançar para patamares superiores, mas quero crer que a meta de restabelecer o nível de 2019 seja um desafio importante que a CMO possui e que o Plenário do Congresso Nacional, ao final da votação da Lei Orçamentária de 2020, precisa cumprir, recompondo o orçamento da CAPES ao nível de 2019 e, no caso do CNPq, no mínimo, os recursos previstos para o fomento.

Foi feliz a Presidente Flávia Calé ao expressar que o CNPq não pode se restringir a uma agência pagadora de bolsas. Daí a importância de haver uma visão mais ampla e mais sistêmica do papel que esse conselho possui.

É importante registrar a pauta da ANPG com relação a caminhos para garantir o reajuste de bolsas, que, desde 2013, têm seus valores congelados. Considero — isso foi apresentado por vários dos painelistas aqui — que nós deveríamos colocar luz no FNDCT.

Eu vou propor ao Presidente da Comissão Mista de Orçamentos, nesta Casa, e talvez — estou refletindo — à Comissão de Fiscalização Financeira e Controle da Câmara dos Deputados que nós instituamos um grupo para estudar a utilização dos recursos do FNDCT, já que há uma lei que estabelece a sua constituição, as suas fontes e a regra de aplicação. Eu aceito a provocação feita pelo Prof. Ildeu e quero crer que, na CMO, haja uma Subcomissão, mas, seguramente, na Comissão de Fiscalização Financeira e Controle, cabem iniciativas para nós fazermos com que o FNDCT sirva não apenas para o manejo contábil do Orçamento da União, mas também para o cumprimento de seus objetivos.

Foram esses temas que alcançaram a minha vista aqui nesta reunião. Eu agradeço uma vez mais a todos.

Foi muito importante a presença do Senador Izalci Lucas, já que ele será Relator Setorial da educação, e muitos temas têm a ver com a pena dele. Ele é que vai escrever a peça que virá para exame coletivo na CMO.





CONGRESSO NACIONAL
Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização

Não estando presentes outros Parlamentares, não há inscrição de Deputados e Senadores. Consulto a Mesa: algum dos presentes gostaria de fazer uso da palavra?

O SR. ANDERSON RIBEIRO CORREIA - Peço 1 minuto só.

O SR. PRESIDENTE (Orlando Silva. PCdoB - SP) - Então, o Prof. Anderson é quem gostaria de fazer uso da palavra.

Ao final, encerraremos esta reunião.

O SR. ANDERSON RIBEIRO CORREIA - Deputado, há dois pontos que eu quero comentar. Um é com relação ao que o Prof. André colocou aqui na exposição sobre a CAPES.

Lembro que o senhor colocou na sua apresentação que houve contingenciamento de fomento na CAPES. Não houve. Foi colocado que, na CAPES, houve bloqueio do fomento. Não houve. Nós mantivemos todo o fomento, 100%, integral neste ano, em relação ao Programa de Apoio à Pós-Graduação — PROAP, ao Programa de Excelência Acadêmica — PROEX, ao custeio do Programa Institucional de Internacionalização — CAPES-PrInt. Enviamos o equivalente a 2 anos já. Então, eu gostaria que o senhor pudesse corrigir depois, senão fica na Câmara essa informação.

Também com relação aos programas nota 3, quando nós fizemos a avaliação, nós poupamos um percentual expressivo do bloqueio, em programas da Amazônia, em função da assimetria. O senhor pode colocar isso na sua apresentação? Senão, passa a impressão de que a CAPES não está preocupada com a revisão de assimetrias.

Com relação ao modelo de redistribuição de bolsas que o senhor coloca também na apresentação, com algumas questões, eu sugiro que o senhor converse com seu Pró-Reitor de Pós-Graduação, que é membro do Fórum de Pró-Reitores que aprovou esse modelo. O seu Pró-Reitor ou Pró-Reitora faz parte do Fórum de Pró-Reitores de Pós-Graduação no Brasil que aprovou o modelo que vai ser empregado no ano que vem, com teto para bolsas que usa o IDH. Eu sei que o senhor tem a sua posição pessoal, mas sugiro que leve isso para a Reitoria, porque a sua Pró-Reitoria fez parte dessa aprovação.

Finalmente, o senhor apresentou uma queda da procura nos programas de pós-graduação da UNICAMP em 20%. Eu explico isso facilmente. Nos últimos 2





CONGRESSO NACIONAL
Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização

anos, nós tivemos uma elevação expressiva do número de programas de pós-graduação no Brasil, muito mais que 20%. A quantidade de programas aumentou no País a quantidade de vagas. Evidentemente, na competição, se você aumenta o volume de programas de pós-graduação e se você não tem acréscimo na demanda de alunos interessados nos programas, naturalmente, alguns programas vão perder alunos. O senhor podia analisar essa questão.

Hoje nós temos 7 mil cursos de pós-graduação. Se fôssemos olhar isso 10 anos atrás, teríamos menos da metade. Não dá para aumentar indefinidamente os programas sem ter depois essa análise. Só para alguns programas e algumas áreas, isso não é completo.

Se o senhor pudesse complementar e colocar isso na apresentação, seria interessante.

O SR. PRESIDENTE (Orlando Silva. PCdoB - SP) - Com a palavra o Prof. Azevedo.

O SR. JOÃO LUIZ FILGUEIRAS DE AZEVEDO - Obrigado, Deputado.

O Prof. Ildeu mencionou uma coisa que eu não falei, porque não era o tema que estávamos discutindo. Ele falou da avaliação dos INCTs. Acho importante enfatizar isso. Nos dias 19, 20 e 21 de novembro, aqui em Brasília, haverá uma grande reunião de avaliação dos INCTs, que são os Institutos Nacionais de Ciência e Tecnologia, os maiores projetos apoiados pelo CNPq. Realmente vai haver uma grande reunião de avaliação. Vai ser algo muito interessante.

Menciono apenas que vamos conseguir pagar a parcela do CNPq dos recursos que deveriam ir para os INCTs, Ildeu. Já conseguimos o recurso. Vamos conseguir pagar. O que não vamos conseguir aportar são os recursos do Fundo Nacional de Desenvolvimento Científico — FNDCT, porque nós não recebemos os recursos do FNDCT.

Faço outro comentário rapidamente. A Flávia falou que 7 mil bolsas foram eliminadas do CNPq. O Ildeu falou em 9.800 bolsas. Esses números não estão batendo com os números que temos. Os nossos números estão em torno de quatro mil e poucas. "Eliminadas" não é um bom nome, na realidade; prefiro "retiradas do sistema". Desse número que eu falei, 4 mil são bolsas de Iniciação Científica — IC ou Iniciação Científica Júnior — IC-Jr. que vamos reabrir amanhã para indicação.





CONGRESSO NACIONAL
Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização

Com os recursos que chegaram, as bolsas de IC e IC-Jr. amanhã serão reabertas. São em torno de 4 mil bolsas: 2 mil de IC e 2 mil de IC-Jr. Vai reabrir tudo amanhã.

O que precisa ser mencionado é o seguinte: o CNPq está passando pelo que chamamos de reorientação das chamadas do CNPq para áreas estratégicas, para solução de problemas nacionais. A nossa visão é: não basta formar professores. Em que pese o que o Ildeu falou, que continuamos precisando de professores e de pesquisadores — é verdade, não estamos negando isso —, estamos dizendo o seguinte: *"É preciso orientar isso para a solução dos grandes problemas nacionais"*.

O CNPq, na realidade, está implementando uma série de programas que também buscam, digamos assim, aproximar os nossos pesquisadores das empresas e dos problemas reais do setor empresarial brasileiro. O objetivo é continuar a fazer ciência, é óbvio — ninguém está negando isso —, mas também é preciso investir um pouco no sentido da inovação, porque, no final das contas, isso é o que vai fazer geração de riquezas e ajudar o desenvolvimento do País.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Orlando Silva. PCdoB - SP) - Para prosseguir o debate, tem a palavra o Prof. Ildeu.

O SR. ILDEU DE CASTRO MOREIRA - Foi muito boa a observação do João. Fizemos uma projeção em cima de vários programas do CNPq que, de repente, foram descontinuados em função do quadro. Mas vamos rever, evidentemente. Queremos os dados absolutamente precisos do que impactou, de fato, este ano a redução de bolsas no CNPq. Vamos discutir e acertar isso.

Chamo a atenção para o seguinte, Deputado: é fundamental essa questão da fuga de cérebros, a diminuição de número de jovens indo para a pós-graduação. Acho que é fundamental termos órgãos como o Centro de Gestão e Estudos Estratégicos — CGEE, um órgão de pesquisa do Ministério que poderia fazer esse tipo de pesquisa. A Comissão pode solicitá-lo para fazer esse tipo de levantamento.

Eu gostaria também de anunciar que vamos fazer, no dia 12 de novembro, no Congresso Nacional, na Câmara, no Senado, um movimento das nossas entidades científicas, da nossa iniciativa, como você mencionou. Estaremos aqui no dia 12 novamente para discutir o Orçamento de 2020, para podermos atuar de maneira mais concertada, como vínhamos fazendo.

Muito obrigado pelo seu apoio.





CONGRESSO NACIONAL
Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização

O SR. PRESIDENTE (Orlando Silva. PCdoB - SP) - Obrigado, Prof. Ildeu.

Com a palavra a Sra. Flávia, por 30 segundos.

A SRA. FLÁVIA CALÉ - Diante de um cenário tão difícil, uma pauta de reajuste pode parecer fora de contexto. Eu só queria reafirmá-la, porque faz parte dessa valorização da pesquisa, da carreira acadêmica, da retenção de cérebros.

Buscar um caminho para o reajuste, ainda que seja parcial, seria muito importante.

Peço ao Deputado Orlando ajuda mesmo para irmos adiante nesse projeto.

O SR. PRESIDENTE (Orlando Silva. PCdoB - SP) - Obrigado, Presidente.

Com a palavra o Prof. André, que foi mais gentil e não perdeu a chance.

O SR. ANDRÉ BIANCARELI - Desculpe-me. Vou falar muito brevemente. Quero só responder as observações do Presidente Anderson sobre o que está na apresentação.

Sobre o fomento da CAPES, eu corrijo mesmo. Pode ser que eu tenha pegado de uma fonte desatualizada, sobre o PROEX e o PROAP, com atraso. Mas certamente não houve isso.

Em relação ao modelo de redistribuição, primeiro, eu quero dizer que não falo em nome da Pró-Reitoria de Pós-Graduação da UNICAMP, falo em meu nome pessoal. Pelo menos da minha parte, pode ser fruto de desinformação, mas, a princípio, não há uma posição em relação a essas ideias. Se elas estão formalizadas, eu é que não conheço, mas não há uma crítica direta a isso. A minha dúvida é sobre a sinalização, ao mesmo tempo, de priorização de programas 5, 6 e 7, com algum prejuízo dos programas 3 e 4, e se isso não poderia ser contraditório com o IDH. Eu não tenho nenhuma opinião formada sobre olhar o IDH Municipal.

Em relação às evidências de menor interesse nas pós-graduações, até pelo bem do método científico, evidentemente eu apresentei que essas são evidências anedóticas muito preliminares. Concordo que o CGEE seria uma boa investigação sistemática com método, com escopo. Foi quase *ad hoc*, mas pelo menos chamou a atenção, pelo menos no caso da UNICAMP, esse aparente menor interesse.

Obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Orlando Silva. PCdoB - SP) - Agradeço uma vez mais aos convidados, aos que nos acompanharam.





CONGRESSO NACIONAL
Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização

Este debate é aberto. Seguramente, essa inquietação final revela que teremos muita coisa para aprofundar sobre essa matéria. Eu quero crer que haverá outras oportunidades para que ocorra esse aprofundamento.

Agradeço uma vez mais aos Parlamentares, ao público e à equipe de suporte da CMO.

Está encerrada esta reunião.





CONGRESSO NACIONAL
Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização

ATA DA DÉCIMA SEGUNDA REUNIÃO DE AUDIÊNCIA PÚBLICA, DA 1ª SESSÃO LEGISLATIVA
ORDINÁRIA, DA 56ª LEGISLATURA, DA COMISSÃO MISTA DE PLANOS, ORÇAMENTOS
PÚBLICOS E FISCALIZAÇÃO, REALIZADA EM 05 DE NOVEMBRO DE 2019.

Aos cinco dias do mês de novembro do ano de dois mil e dezenove, reuniu-se a Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização, no plenário 2, do Anexo II da Câmara dos Deputados, sob a Presidência do Deputado Filipe Barros. Esta reunião foi convocada com a finalidade de ouvir representantes da Agência Nacional de Transportes Terrestres – ANTT, do Ministério da Infraestrutura, e ainda, representantes do Tribunal de Contas da União, para discutir os indícios de irregularidades graves (IGP) apontados pelo Tribunal de Contas da União, por meio do Acórdão nº 2.554/2019 -TCU-Plenário, em obras e serviços de engenharia sob a responsabilidade dos Órgãos supracitados, constantes do Projeto de Lei Orçamentária para 2020, com vistas a subsidiar as deliberações acerca do bloqueio ou desbloqueio de contratos, convênios, etapas, parcelas ou subtrechos relativos a subtítulos nos quais forem identificados indícios de irregularidades graves, por solicitação do Deputado Filipe Barros, Coordenador do Comitê de Avaliação das Informações sobre Obras e Serviços com Indícios de Irregularidades Graves - COI, desta Comissão, em atendimento ao disposto no *art. 119, §§ 1º e 2º do texto da Lei de Diretrizes Orçamentárias para 2020, Projeto de Lei nº 05/2019-CN, aprovado pelo Congresso Nacional e pendente de promulgação*. Foi registrado o comparecimento dos membros:

- **Deputados titulares:** Carlos Henrique Gaguim, Filipe Barros, Gonzaga Patriota, Hildo Rocha e Vicentinho Júnior;
- **Deputados suplentes:** Bohn Gass, Hercílio Coelho Diniz, Leônidas Cristino e Zé Carlos; e
- **Senadora Suplente:** Soraya Thronicke.

ABERTURA: às dez horas e dezessete minutos, os trabalhos foram abertos pelo Presidente em exercício, Deputado Filipe Barros, que comunicou a finalidade da audiência pública. Logo após, comunicou normas para o melhor ordenamento dos trabalhos e abriu a lista de inscrições para o debate. Em prosseguimento, convidou para comporem a Mesa de trabalhos o primeiro grupo, que foi formado pelo Sr. Jairo Misson Cordeiro, Secretário de Fiscalização de Infraestrutura Portuária e Ferroviária do Tribunal de Contas da União; Sr. Alexandre Porto M. de Souza, Superintendente de Infraestrutura e Serviços de Transporte Ferroviário de Cargas – SUFER da Agência Nacional de Transportes Terrestres – ANTT; e pelo Sr. Marcos Felix, Assessor Especial do Ministério da Infraestrutura, que prestaram esclarecimentos sobre a Obra da Ferrovia Transnordestina. Os expositores realizaram a apresentação e houve indicação das irregularidades apontadas pelo TCU e das medidas saneadoras. Não houve oradores inscritos para o debate. O Deputado Filipe Barros, Coordenador do COI, fez questionamentos sobre a obra aos representantes do TCU, do Ministério da Infraestrutura e da ANTT e obteve os devidos esclarecimentos. Finalizada a apresentação, o Presidente em exercício agradeceu a participação dos expositores. Em sequência, foi convidado o segundo grupo para composição da Mesa de trabalhos, formado pelo Sr. Luiz Fernando Ururahy de Souza, Secretário de Fiscalização de Infraestrutura Rodoviária e de Aviação do TCU; e pelo Sr. Evandro Torquato Sobrado, Gerente de Fiscalização e Investimentos de Rodovias - GEFIR/SUINF da ANTT, que prestaram informações sobre as Obras de Construção da BR-040/RJ e as Obras de Ampliação de Capacitação da BR-290/RS. Na exposição destas obras, houve indicações das irregularidades levantadas pelo TCU e das medidas corretivas. Não houve oradores inscritos para o debate. O Deputado Filipe Barros, Coordenador do COI, fez indagações sobre as obras, e os representantes da ANTT e do TCU prestaram os devidos esclarecimentos. Finalizando, o Presidente em exercício agradeceu a participação do grupo.

ENCERRAMENTO: o Presidente em exercício, agradeceu o comparecimento dos representantes do Tribunal de Contas da União, da Agência Nacional de Transportes Terrestres - ANTT, do Ministério da Infraestrutura, bem como dos demais





CONGRESSO NACIONAL
Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização

Senado Federal, os membros da Comissão poderão, terminada a apresentação, interpelar os oradores exclusivamente sobre a exposição.

Conforme estipulado no art. 94, §§ 2º e 3º, do Regimento Interno do Senado Federal, combinado com o art. 256, § 5º, do Regimento Interno da Câmara dos Deputados, os Srs. Parlamentares inscritos para interpelar os expositores poderão fazê-lo estritamente sobre o assunto da exposição, pelo prazo de 3 minutos, tendo os interpelados igual tempo para responder, facultadas a réplica e a tréplica, pelo prazo de 3 minutos.

A lista de inscrição para o debate está aberta.

Neste momento, convido para tomarem assento à mesa o Sr. Jairo Misson Cordeiro, Secretário de Fiscalização Portuária e Ferroviária do TCU, o Sr. Alexandre Porto, Superintendente de Ferrovias da ANTT, e o Sr. Marcos Felix, Assessor Especial do Ministro da Infraestrutura. *(Pausa.)*

Passo a palavra ao representante do TCU, o Sr. Jairo Cordeiro.

O SR. JAIRO MISSON CORDEIRO - Bom dia a todos! É uma honra poder estar aqui representando o Tribunal de Contas da União nesta gestão do Ministro e seu Presidente Mucio, que preza sempre por esse contato com o Parlamento, tendo em vista que o TCU auxilia o Poder Legislativo no controle externo da administração pública.

A Secretaria de Fiscalização de Infraestrutura Portuária e Ferroviária é a unidade técnica do Tribunal de Contas da União que trata de transporte ferroviário e aquaviário. Hoje, eu vim falar sobre um empreendimento, que já consta do quadro de bloqueio e que, há algum tempo, vem sendo fruto de diversas análises e auditorias do TCU: a Ferrovia Transnordestina.

O Tribunal tem alguns processos tratando do tema dessa ferrovia. Em 2016, o Congresso Nacional deu entrada a uma solicitação ao TCU sobre cinco temas da ferrovia, que são basicamente: a legalidade do contrato de concessão — e me refiro aqui à concessão da Malha II, de que vou falar depois que foi cindida, dividida, em 2014 —; os atrasos na destinação dos recursos e na atuação da ANTT para recuperação dos atrasos que já vinham ocorrendo à época, em 2016; a governança da VALEC, já que é sócia minoritária da concessionária, contemplando como ela fazia a avaliação de riscos antes do aporte de recursos a essa concessão; os termos de ajustamento de conduta que a ANTT celebrava com a concessionária, tendo em





CONGRESSO NACIONAL
Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização

vista que, até então, eles se mostravam pouco efetivos; e a estrutura de governança de todo o empreendimento. Desses cinco pontos, que, repito, foram objeto de uma solicitação do Congresso Nacional ao TCU, o Tribunal já se pronunciou em quatro deles.

Atualmente, está pendente apenas o primeiro, que seria a legalidade do contrato de concessão da Malha II. Esse processo foi instruído, no mérito, pela unidade técnica em 2017. Então, em agosto de 2017, a unidade técnica já havia feito um pronunciamento apontando a ilegalidade de alguns pontos do contrato, principalmente da cisão que havia ocorrido e de uma concessão de forma irregular da Malha II. Após esse pronunciamento da unidade técnica, foi montado um grupo de trabalho no âmbito do Poder Executivo que analisou a situação e fez algumas propostas para o então Ministério dos Transportes, Portos e Aviação Civil.

As concessionárias também entraram com memoriais no TCU, e a ANTT apresentou uma nova documentação, basicamente informando que já havia iniciado um processo para decretar a caducidade das concessões. A novidade que houve é que, em maio deste ano, a unidade técnica analisou toda essa documentação que foi apresentada, tanto a do grupo de trabalho da Transnordestina, quanto a que foi encaminhada pelas concessionárias e a que foi encaminhada pela Agência Nacional de Transportes Terrestres. Além disso, fez também diligências na ANTT para saber em que estágio estavam esses processos de caducidade.

Após analisar toda essa documentação, a unidade técnica reafirmou a sua proposta pela invalidade da cisão da malha que ocorreu em 2014 e também da subconcessão para uma empresa diferente da concessionária original de 1997, para uma outra pessoa jurídica, e de uma extensão de prazo que foi concedido para a Malha II sem qualquer análise de manutenção de equilíbrio econômico-financeiro do contrato. Basicamente, a posição da unidade técnica na instrução que foi realizada em maio deste ano é a mesma do pronunciamento de agosto de 2017.

Essa instrução está agora no gabinete do Ministro Relator, que é o Ministro Walton Alencar Rodrigues. Esse processo está aguardando uma deliberação do Ministro ou que ele o leve ao plenário para que seja julgado. Esse é o último ponto daqueles questionamentos que foram enviados para o Tribunal de Contas da União pela Comissão Externa criada para o acompanhamento da Transnordestina. Aguarda-se que o Tribunal encaminhe uma resposta final para o Congresso.





CONGRESSO NACIONAL
Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização

Esses são os pontos principais.

Eu fico à disposição.

O SR. PRESIDENTE (Filipe Barros. PSL - PR) - Obrigado, Jairo.

Passo a palavra ao representante da ANTT, o Sr. Alexandre Porto.

O SR. ALEXANDRE PORTO MENDES DE SOUZA - Primeiramente, eu queria dar bom dia a todos e agradecer o convite do Deputado Filipe Barros para estar presente. É uma honra poder estar aqui, prestando esclarecimentos à sociedade.

Cumprimento o Jairo, colega do Tribunal de Contas, que exerce o nosso controle, e o colega Marcos Felix, do Ministério da Infraestrutura.

Antes de entrar em alguns pontos, eu queria fazer um breve contexto da Transnordestina, lembrando que a desestatização da Malha Nordeste, cujos estudos foram feitos pelo BNDES, se deu por concessão na década de 90. Na época, a única malha que se entendeu economicamente inviável, entre aquelas que constituíam a Rede Ferroviária Federal, foi a Malha Nordeste. A viabilidade se daria apenas com a construção do que se chamava de "Nova Transnordestina", que era um trecho ferroviário que deveria ser construído pelo poder concedente para que aquela empresa pudesse buscar a sua viabilidade econômica. Acontece que o poder concedente — no caso, por meio do DNIT — não conseguiu fazer a obra, e o contrato, no nosso entendimento, entra num processo de desequilíbrio. A concessionária manifesta o interesse de fazer a obra pela agência, e a agência autoriza a realização dos projetos. Em 2013, diante das dificuldades que a concessionária tinha e pelo regulador não ter um instrumento para cobrar o cumprimento da obra, é feita a cisão da Malha Nordeste em duas malhas: a malha velha, a qual chamamos Malha I; e a Malha II, que é malha Nova Transnordestina, feita por um novo contrato de concessão. Foi feita a cisão da malha em duas concessões.

Esses atos estão sendo apurados pelo Tribunal de Contas — o Jairo bem colocou alguns TCs que estão em andamento naquele órgão de controle. A agência vai apresentar todas as suas justificativas e os esclarecimentos no que for necessário.

É importante dizer que a Transnordestina não é uma obra pública. Ela é uma obra de uma concessionária, a partir de recursos obtidos com financiamento público, diferentemente de uma obra pública, via DNIT, via VALEC, e esse é um dos pontos.





CONGRESSO NACIONAL
Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização

No Acórdão nº 2.554, que é citado no ofício aqui da Comissão, não consta TLSA como IGP. Acho que precisamos trazer esse esclarecimento.

Com relação à cautelar que o Tribunal de Contas trouxe, via Acórdão nº 671408, ele suspende todo repasse de recursos de financiamento público até que a concessionária apresente todos os elementos de projeto necessários para que agência possa definir o valor exato da obra. Imediatamente, essa cautelar entra em vigor. Não há mais repasses de financiamento público para a execução da obra desde 2017, e aguardamos ainda o encaminhamento dos projetos para apreciação pela agência.

A concessionária encaminhou vários projetos, e aguardamos o encaminhamento de toda a obra para que possamos dar resposta ao acórdão do Tribunal de Contas.

É importante dizer que, nesses períodos, quando houve a cisão da malha e a assinatura do novo contrato de concessão, havia prazos para a conclusão das obras que foram descumpridos. A agência, no exercício de sua missão institucional de administrar e fiscalizar esses contratos, imediatamente instaurou os processos administrativos para apurar a conduta da concessionária.

Depois de 2 anos de trabalho, concluiu-se que, realmente, a concessionária deu causa a não execução das obras. Em que pese a sua argumentação de que ela não obteve os recursos do financiamento, quando olhamos a matriz de risco do contrato e toda a defesa e o contraditório, a agência concluiu que ela teve culpabilidade pela não entrega das obras nos prazos estabelecidos. E, no decorrer dessa apuração, foram instaurados dois processos de caducidade na agência: um deles foi aprovado na diretoria colegiada recentemente e encaminhado ao Ministro de Estado da Infraestrutura, propondo que seja decretada a caducidade da concessão da Malha Nordeste, a malha antiga. O processo da malha nova de caducidade também encontra-se bastante avançado na agência reguladora. Nós já temos o relatório concluído pelos servidores que compõem a comissão, já temos o parecer jurídico, e hoje o processo encontra-se distribuído a um diretor relator, para que seja colocado de volta na agência reguladora.

Com a aprovação desse relatório, o processo também é encaminhado ao Ministério da Infraestrutura, com a proposição de caducidade, cabendo àquele órgão verificar qual é a melhor opção para o problema em questão.





CONGRESSO NACIONAL
Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização

Então, numa breve síntese, é isso o que eu tinha para colocar e, realmente, coloco-me à disposição aqui para quaisquer esclarecimentos.

O SR. PRESIDENTE (Filipe Barros. PSL - PR) - Obrigado, Alexandre.

Passo a palavra ao representante do Ministério da Infraestrutura, Marcos Felix.

O SR. MARCOS FELIX - Bom dia a todos. Inicialmente, obrigado pelo convite, pela oportunidade de tentar esclarecer esse assunto.

Como bem colocaram os meus antecessores, o problema da Transnordestina é complexo e cheio de nuances. A Transnordestina começa lá no final da década de 90, com a concessão de toda a malha ferroviária acima do Rio São Francisco, que se mostrou, logo de início, uma concessão difícil. Ela teve até um acaso logo no início, um problema climático, que fez perder uma parte da malha e passou por diversos desafios, inclusive esse citado pelo Alexandre Porto, de dar maior visibilidade à concessão, por meio de investimentos do poder concedente.

Esses investimentos foram iniciados de forma um tanto quanto criativa para o momento, fazendo com que houvesse essa iniciativa de controle pelo Tribunal de Contas, apontando alguns problemas nas escolhas que foram tomadas pela administração ao longo desses últimos anos.

Esse problema entrou no radar do Ministério da Infraestrutura logo no começo deste Governo, e nós passamos a conversar com todos os atores envolvidos, com o Tribunal de Contas, com a concessionária, com os investidores, com todas as partes envolvidas no processo da concessionária, a fim de tentar encontrar uma solução para o problema, e essa solução pode ocorrer de diversas formas, desde a caducidade dos contratos de concessão até uma solução de mercado para concessão. São soluções que ainda estamos analisando, estudando, procurando uma que dê maior retorno para a sociedade, que tenha um maior interesse público.

Estou aberto a questionamentos, se houver.

O SR. PRESIDENTE (Filipe Barros. PSL - PR) - Antes de iniciar o debate, consulto os representantes dos órgãos gestores e do TCU se querem fazer questionamento de um para outro. *(Pausa.)*

Está iniciado o debate. Como não há oradores inscritos, a equipe técnica aqui da CMO nos preparou alguns questionamentos, que passo a fazê-los.

Ao representante do Tribunal de Contas, eu gostaria de confirmar a ocorrência ou não de mudanças nos principais apontamentos do tribunal que embasaram a





CONGRESSO NACIONAL
Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização

paralisação em 2018. Primeiro: existe posição de mérito já julgada acerca da legalidade global do contrato de concessão da Nova Transnordestina, diante dos questionamentos delineados nos Acórdãos nºs 67, de 2017, e 2.532, de 2017? Existe constatação da disponibilidade do projeto executivo atualizado da obra e de sua aprovação pela ANTT?

Questionamentos ao representante do Ministério da Infraestrutura: no ano passado, quando a CMO decidiu manter a paralisação dos recursos públicos na obra, até hoje detectamos muito poucas modificações na situação. Ao que podemos apurar, nenhum dos pontos questionados pelo Congresso teve qualquer avanço. Não há modelagem econômica sustentável para a continuidade do projeto nem solução para o aporte de novos recursos privados. Não há projeto executivo aprovado pela ANTT e não há sequer segurança jurídica sobre a validade do próprio contrato de concessão da Nova Transnordestina.

Como fato novo, vimos apenas uma retomada de pequena intensidade do trecho de obras em andamento, exclusivamente com recursos privados do concessionário, porém, segundo relatado à Comissão de Fiscalização Financeira e Controle da Câmara dos Deputados, os recursos empregados, cerca de 250 milhões de reais, seriam suficientes apenas para mobilização e retomada das obras até o final de 2019.

Pergunto: o Ministério considera que existe alguma viabilidade econômica na continuidade do projeto? Sob quais condições entende ser aceitável a aplicação de mais recursos públicos no projeto?

Pergunto ainda: para formar decisão governamental em implementar qualquer medida futura em relação à ferrovia, qual é a proposta do Ministério para viabilizar uma ação coordenada dos diferentes agentes públicos — ANTT, VALEC, BNDES, FNDE e etc. —, que até hoje atuavam cada um sem saber o que os demais faziam nem quanto dinheiro colocavam. Que tipo de medida de governança na prática estão sendo adotadas para organizar a ação federal em relação à Nova Transnordestina?

Questionamento ao representante da ANTT: as perguntas para a agência se referem ao seu papel de reguladora direta da concessão e do contrato. Primeira: a concessionária entregou os projetos até julho de 2019, conforme estava previsto? Qual a situação atual dos projetos executivos entregues pela concessionária? Que parcela de obra eles cobrem? Já há alguma definição acerca do montante total





CONGRESSO NACIONAL
Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização

necessário para finalizar o projeto? Qual o valor desse montante? Quanto do valor ainda a ser aportado caberia ao parceiro privado e quanto caberia aos parceiros públicos — recursos onerosos e não onerosos.

Ainda sobre esses projetos executivos, qual o resultado da avaliação da ANTT? Estão aprovados ou sujeitos a mudanças substanciais ou não foram ainda avaliados? Qual a previsão de conclusão dessa avaliação? Quais as dificuldades da agência para realizar esse trabalho de avaliação e o que seria necessário para superá-las? Em relação à retomada parcial por parte do concessionário verificado em 2019, qual o seu efeito na execução do contrato de concessão?

Por fim, pergunto qual o estado atual dos dois processos administrativos que apuram descumprimento das obrigações contratuais originais de concessão na malha antiga por parte da concessionária da obra e dos sucessivos termos de ajustamento de conduta também descumpridos?

Vou passar ao Jairo, para responder aos questionamentos.

O SR. JAIRO MISSON CORDEIRO - Obrigado pelas perguntas. Três perguntas foram colocadas aqui para o TCU. Em relação à primeira, se houve alguma evolução desde a situação dos acórdãos que cautelarmente suspenderam os aportes públicos na Transnordestina, então, para o TCU — e a unidade técnica refez agora a instrução em maio de 2019 —, não houve evolução para os apontamentos anteriores que já haviam sido colocados.

Então, desde agosto de 2017, quando houve um pronunciamento da unidade técnica e depois retornou para ser analisado com novos documentos, o relatório final do grupo de trabalho, os memoriais que foram apresentados pelas concessionárias e pela ANTT, não houve nenhuma evolução. Mas também cabe ressaltar que não há uma decisão final do TCU, não há uma posição do Plenário do Tribunal de Contas da União. O relatório encontra-se no gabinete do Ministro Walton Alencar Rodrigues, que é quem fará o voto e levará a matéria à apreciação do colegiado do TCU.

A terceira questão era a situação da análise dos projetos pela agência. Também não temos essa informação. A agência encontra-se com os projetos. A concessionária havia feito ao TCU a solicitação de que os projetos fossem entregues de forma faseada, mas a manifestação da unidade técnica é a de que cabe à agência avaliar a melhor forma de receber esses projetos e analisá-los.





CONGRESSO NACIONAL
Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização

Então, não temos mais informações sobre isso. Talvez o Alexandre Porto possa falar um pouco mais.

O SR. PRESIDENTE (Filipe Barros. PSL - PR) - Obrigado, Jairo.

Passo a palavra ao Alexandre.

O SR. ALEXANDRE PORTO MENDES DE SOUZA - Basicamente as perguntas se referem à questão dos projetos. Nós temos uma medida cautelar, colocada pelo Tribunal de Contas, por meio do Acórdão nº 1.408, e seu recurso foi analisado pelo Acórdão nº 167, de 2107, em que ele estabelece a suspensão de repasses dos financiadores públicos até que a agência conclua a análise do orçamento da obra. Para que a agência possa fazer a análise do orçamento da obra, é necessário que tenhamos o projeto executivo, com todos seus elementos de engenharia, completo, para que aí, sim, o órgão regulador possa conhecer o valor exato da obra.

A concessionária realmente fez um esforço na elaboração desses projetos executivos. Ela apresentou esses projetos para a agência de forma faseada: fazia um lote e entregava o projeto; depois fazia outro lote e entregava o projeto. Quando recepcionamos diversos protocolos, percebemos que é preciso haver uma compilação disso. É necessário colocar tudo na mesma data-base, é necessário que a técnica orçamentária esteja presente em todos os elementos.

A concessionária foi notificada recentemente, por meio de um ofício da Superintendência de Ferrovias, para que reapresente o conjunto como um todo. De nada adianta analisarmos o orçamento de um lote específico, porque a cautelar do Tribunal de Contas é para o orçamento da obra toda. Então, de nada adianta ficarmos analisando no varejo esses projetos que a concessionária encaminhou para a agência. Por isso, a agência manda à concessionária uma notificação para que ela reapresente esse orçamento, de forma completa e unificada, a fim de que aí, sim, possamos nos debruçar sobre a análise, para concluir qual seria o valor da obra.

A outra pergunta que foi colocada é a respeito dos processos administrativos de inadimplemento. Como eu disse anteriormente, temos dois processos de inadimplemento em curso, um da malha antiga, a malha velha, e o outro da malha nova, a Nova Transnordestina. O da malha velha já foi concluído pela agência — recentemente, acho que na semana passada, foi aprovado na diretoria colegiada —, e foi encaminhada a proposição de decretação de caducidade da Malha Nordeste,





CONGRESSO NACIONAL
Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização

da sua malha 1, a malha antiga, ao Ministério da Infraestrutura. Cabe agora ao Ministério da Infraestrutura, bem como à Presidência da República, definir qual seria a melhor saída para o problema que se apresenta.

Com relação ao processo da malha nova, o processo já se encontra bastante avançado. Foi dado um prazo à concessionária para tentar corrigir. Isso ela descumpriu novamente. Com isso, foi aberta uma comissão de servidores. Foi dada ampla defesa e contraditório à concessionária, cuja explicação não foi acolhida pela agência. Dessa forma, o processo segue para aprovação na Diretoria. Hoje ele se encontra com o Ministro Relator, o Dr. Weber, o nosso Diretor, para que ele apresente o voto no colegiado. Uma vez aprovado isso na Casa, será encaminhado ao Ministério da Infraestrutura.

Acho que dessa forma vamos respondendo todos os questionamentos que nos foi colocado.

O SR. PRESIDENTE (Filipe Barros. PSL - PR) - Obrigado, Alexandre.

Passo a palavra ao Sr. Marcos Felix.

O SR. MARCOS FELIX - É importante observar que o problema da Transnordestina é um problema de concessão de um serviço público de transporte ferroviário, e como tal deve ser tratado.

Essa ferrovia tem questões idiossincráticas, vamos dizer assim, questões locais, mas, ainda assim, é um desafio de regulação no âmbito da agência reguladora, que passou por um escrutínio do controle externo e tem questões ainda em análise no Tribunal de Contas.

O papel do Ministério da Infraestrutura, nesse caso, é secundário. Ele viria depois de uma decisão, de uma deliberação da agência, que ainda está sendo tomada de forma faseada: primeiro, na Malha I; depois, eventualmente, na Malha II.

Não é verdade que não se tem feito nada; ao contrário disso, o Ministério, ainda que tenha um papel secundário na solução da questão, que viria depois de uma deliberação da agência, está se antecipando ao problema. Desde o começo do ano, estamos investigando o caso, tentando conciliar com os atores interessados, para se conseguir, de maneira mais célere possível, uma solução para a questão. Então, desde o começo do ano, estamos conversando com todos os envolvidos — com a agência reguladora, com a concessionária, com os financiadores, com os órgãos de controle — para identificar o problema e, quando chegar o momento de





CONGRESSO NACIONAL
Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização

nos manifestarmos formalmente, termos uma solução célere para a questão. E, não por outra razão, já conseguimos um certo avanço.

Essa obra estava parada há quase 2 anos e houve agora uma retomada do investimento pelo investidor privado, sem financiamento público — é bom lembrar isso. O investidor privado, sinalizando o interesse na continuidade da obra e na viabilidade da obra, começou a aportar recursos próprios na ferrovia em dois segmentos, no Estado do Ceará e no Estado do Piauí, e vem procurando gerar uma solução de mercado para a questão.

Ainda é cedo para definirmos o resultado que se obterá de todas essas tratativas, mas o esforço é significativo da parte do Ministério da Infraestrutura para que se tenha uma solução ótima para a questão.

O SR. PRESIDENTE (Filipe Barros. PSL - PR) - Obrigado, Marcos.

Não há nenhum outro inscrito para o debate. Então, eu agradeço a presença dos três componentes da Mesa.

Neste momento, já convido para se sentar à mesa o Sr. Evandro Torquato Sobrado, Gerente de Fiscalização e Investimentos de Rodovias da ANTT; e o Sr. Luiz Fernando Ururahy de Souza, Secretário de Fiscalização de Infraestrutura Rodoviária e de Aviação Civil do TCU.

Agora nós iremos discutir a BR-040 e a BR-290.

Passo a palavra ao representante do TCU, o Sr. Luiz Fernando Ururahy de Souza.

O SR. LUIZ FERNANDO URURAHY DE SOUZA - Bom dia, Deputado Filipe Barros; bom dia, Evandro. É uma satisfação estar aqui mais uma vez representando o Tribunal. Quero apenas reforçar o que o Jairo falou da missão do Tribunal de prestar auxílio às Casas Legislativas no controle externo da administração pública.

A ideia é falar hoje sobre duas obras. Apesar de falarmos de contratos de concessão de rodovias, nós nos referimos a elas como obras porque receberam aportes da União para que fossem executadas. A primeira delas é a BR-040, no trecho entre Rio de Janeiro e Juiz de Fora, que tem uma concessão ainda vigente a cargo da Concer. Especificamente, a obra diz respeito à nova subida da Serra de Petrópolis, a qual recebeu recursos da União. Na verdade, ela foi orçada por um pouco mais de 1 bilhão de reais. Parte desse valor seria suportado pelas tarifas que são pagas no pedágio e parte por um aporte da União que foi feita.





CONGRESSO NACIONAL
Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização

Esse aporte da União atraiu a competência fiscalizatória do Tribunal. Então, nós solicitamos, na época, os projetos executivos, numa fiscalização realizada no ano de 2016. Esses projetos, salvo engano, foram entregues à agência em 2011 e 2012 e foram detectados basicamente à época, em 2016, três irregularidades classificadas como graves com indicativo de paralisação. A primeira diz respeito especificamente ao projeto básico e executivo desatualizado e deficiente; a segunda trata do sobrepreço no fluxo de caixa marginal, decorrente de superestimativa de alíquota e da base de cálculo; a terceira, do sobrepreço no orçamento específico da obra. À época, esses sobrepreços atingiam algo em torno de 300 milhões de reais, aproximadamente.

Pois bem. O Tribunal, após ouvir a agência e a concessionária, determinou uma série de medidas saneadoras em relação a essas irregularidades que passavam por um detalhamento melhor do projeto e por cálculos mais refinados que demonstrassem a assertividade ou não dos valores que estavam em discussão em relação ao sobrepreço.

Em 2017, esse projeto foi encaminhado ao Tribunal. Foi feita uma análise e se verificou que esse projeto de 2017 era substancialmente diferente do projeto que havia sido encaminhado ao Tribunal, que era aquele projeto de 2011. O Tribunal fez uma nova análise sobre esse novo projeto e continuou identificando problemas de sobrepreço e problemas no projeto em si, num valor menor, porém ainda significativo de mais de 200 milhões de reais.

Finalmente, por conta dessa análise feita em 2017, em 2018 prolatou-se um novo acórdão fazendo basicamente determinações muito parecidas para que se melhorasse também esse novo projeto e esclarecesse alguns pontos em relação a esse sobrepreço. Isso foi em 2018. Agora, em 2019, foi feita uma atualização do andamento dessa solicitação de melhoria do projeto, e a agência informou que já está avançada em relação a esses documentos. A princípio, eles devem estar finalizados em dezembro deste ano. Até o momento, o Tribunal não recebeu nada em relação às medidas saneadoras colocadas. Então, recentemente, um novo acórdão manteve a classificação como irregularidade grave com paralisação para essas irregularidades da BR-040.

Passo agora a falar da BR-290, no Rio Grande do Sul, uma concessão, um contrato que terminou em julho de 2018, e que também recebeu aportes de recursos





CONGRESSO NACIONAL
Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização

do Orçamento para a construção da quinta faixa em um trecho da concessão próximo a Porto Alegre. Foi feita uma fiscalização, que se iniciou em 2017, e, em 2018, foi feita uma proposta de classificação de irregularidades graves com paralisação em relação a duas irregularidades: superfaturamento no cálculo da remuneração das obras e superfaturamento decorrente de preços excessivos frente ao mercado de quantitativos inadequados nos projetos que foram executados utilizando recursos da União.

Superfaturamento por quê? Porque praticamente todo o valor dessa obra já foi pago à concessionária, e o que era inicialmente sobrepreço já se configurou em superfaturamento. Só que esse contrato terminou em julho de 2018, e ainda ocorrem tratativas entre a concessionária e a ANTT. Então, até por cautela, manteve-se a classificação de irregularidade grave com paralisação, apesar de o contrato já ter se encerrado. Ainda pode haver pagamentos nesse plano de trabalho em que houve a alocação de recursos para essa obra. Vejam que, especificamente em relação a esse empreendimento, não houve ainda uma deliberação do Ministro-Relator sobre a classificação ou não como IGP. Ela entrou no quadro bloqueio ainda como uma proposta.

A última instrução da unidade técnica foi feita em julho deste ano, após novas oitivas da ANTT e da concessionária. Isso aconteceu porque, entre 2017 e 2018, foram incorporadas a esse processo informações da Operação Cancela Livre, que apontaram uma série de problemas nessa concessão.

Então, foram feitas novas oitivas da ANTT e da concessionária, e, nessa instrução de julho deste ano, mantiveram-se as indicações de irregularidades graves com paralisação para os dois superfaturamentos que já existiam, e a equipe ainda apontou mais outros dois. Já havia uma discussão anterior, mas, infelizmente, não foi possível chegar a um valor porque não havia elementos. Com esses novos elementos da operação de que eu falei, foi possível chegar a um valor de superfaturamento, o que aumentou um pouco o valor inicial que havia sido apontado.

Então, essa é a situação, em resumo, dessas duas obras que ainda se encontram no quadro de bloqueio.

O SR. PRESIDENTE (Filipe Barros. PSL - PR) - Obrigado, Luiz.

Passo a palavra ao Evandro, da ANTT.





CONGRESSO NACIONAL
Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização

O SR. EVANDRO TORQUATO SOBRADO - Bom dia a todos, especialmente aqui à figura do Deputado Filipe. É um prazer estar aqui com os senhores.

Estou à disposição para as perguntas ao final da minha fala ou quando o Deputado assim quiser. Eu gostaria de comentar algumas coisas. Acredito que repetir o histórico falado pelo Luiz Fernando seria uma redundância. Ele trouxe uma riqueza de detalhes ímpar aqui.

De uma maneira geral, nós estamos falando sobre duas obras, duas concessões nas quais houve aporte do Governo, de uma maneira muito simplificada. Acredito que as semelhanças param por aí.

Em relação à Concer, que é a concessionária da BR-040, no Rio de Janeiro, que trata da nova subida da serra, foram apontadas as irregularidades pelo TCU. A ANTT se prontificou a estudar essa questão um pouco mais a fundo, inclusive fazendo um Termo de Execução Descentralizada — TED junto com a Universidade Federal de Santa Catarina, onde eles estão levantando, minuciosamente, posso dizer, todos os serviços executados e comparando com os dois projetos mencionados aqui pelo colega Luiz Fernando. São dois projetos, um aprovado e o outro apresentado em 2017.

Posso dizer que o Laboratório de Transportes e Logística, o LABTRANS — assim o denominam a equipe lá da Universidade de Santa Catarina —, tem feito um trabalho muito minucioso, repito. Eles estão inclusive escaneando toda a obra e trazendo todo o material de levantamento. Hoje inclusive eles estão a campo, fazendo sondagens, porque foi identificada uma particularidade de solo mole, e eles estão verificando a existência desse solo mole lá no Rio de Janeiro, fazendo sondagens. O trabalho está indo muito bem e nós estamos com a perspectiva de finalizá-lo em dezembro realmente. Assim que ele for finalizado, vamos estudar, vamos ter um tempo para digeri-lo, porque é muito detalhado, e vamos responder ao TCU e a quem mais for necessário sobre essas condições que a obra foi executada parcialmente.

Esta obra está paralisada. O contrato desta concessão está em vigência, mas há uma perspectiva de encerrar dentro de 1 ano e meio mais ou menos. Então, a concessionária fatalmente não terminará essa obra. Isso ficará a cargo da futura concessão — (sanadas as irregularidades), entre parênteses. A EPL é uma empresa





CONGRESSO NACIONAL
Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização

que está estudando essa nova concessão e já foram disponibilizados para ela todos os elementos que nós temos. Só não temos ainda o trabalho da LABTRANS.

Em relação à CONCEPA — essa é uma concessão finalizada no Rio Grande do Sul —, realmente houve esses apontamentos do TCU. Eu gostaria só de complementar que nós, como a ANTT, já esclarecemos e atendemos todas as solicitações do TCU. O que faltar podemos complementar, mas nós entendemos que já atendemos tudo. Trata-se de um contrato que está em aberto em relação não a sua vigência, mas à apuração dos valores finais. Estamos aguardando também alguns estudos, porque nós temos questões de vida útil de pavimento remanescente. Nós temos órgãos do Governo nos auxiliando nesse estudo para que seja feito, depois, o encerramento correto, com a devida apuração dos valores.

Eu acredito que, de uma maneira bem resumida, esse é o estágio em que estamos.

O SR. PRESIDENTE (Filipe Barros. PSL - PR) - Obrigado, Evandro.

Antes de iniciar o debate, consulto aos representantes dos órgãos gestores e do TCU se querem fazer questionamentos de um para o outro. *(Pausa.)*

Como nós não temos oradores inscritos, da mesma forma que no quadro anterior, a equipe técnica da CMO preparou alguns questionamentos que eu passo a fazer.

O primeiro questionamento que eu farei é sobre a BR-040, do Rio de Janeiro, ao representante do Tribunal de Contas. Entendemos que persiste a controvérsia acerca da legalidade da própria estratégia de se remunerar a construção de uma obra rodoviária fazendo aportes direto ao concessionário da rodovia, sem licitação, iniciada no Acórdão nº 738, de 2017, e ainda não resolvida definitivamente. Existe alguma definição nova de mérito para essa questão?

Outra pergunta. Mesmo se for aprovado o projeto pela ANTT, entendemos que a solução da irregularidade depende ainda de uma profunda revisão de preços no contrato, aceita pela concessionária, para que a execução dessa obra devesse continuar, certo? Nesse caso, estando a concessionária já desmobilizada para as obras, haveria algum cenário em que não fosse mais vantajoso reliciar o remanescente da obra, já que ele será feito com recursos públicos?

Ao Evandro, representante da ANTT, tenho duas perguntas. Primeiro, nós entendemos que a agência contratou com a Universidade Federal de Santa Catarina





CONGRESSO NACIONAL
Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização

uma profunda análise de engenharia do contrato, envolvendo tanto o desenho, *as built*, do que foi construído, quanto um parecer sobre a adequação das tecnologias utilizadas. Qual é a previsão atual de conclusão desse trabalho?

Após a conclusão dos trabalhos da Universidade Federal de Santa Catarina, qual o prazo para que a ANTT, após manifestação da CONCER, finalize os procedimentos para o completo atendimento das deliberações que lhe foram dirigidas no bojo do Acórdão nº 1452, de 2018, do Plenário do TCU?

Segundo, peço que esclareça quais são os próximos passos do regulador a partir do recebimento dessas informações: pretende repactuar o contrato para prosseguir com a concessionária realizando a obra ou vai utilizá-la como base para um acerto final de contas da obra com a concessionária e para elaborar projeto de relicitação ou de inclusão em edital de nova concessão?

Tem a palavra o Sr. Luiz Fernando Ururahy de Souza.

O SR. LUIZ FERNANDO URURAHY DE SOUZA - A primeira pergunta diz respeito ao problema de legalidade de aportes da União e à contratação direta, digamos assim, das obras, porque o entendimento do Tribunal é de que foi uma contratação direta dentro de um contrato de concessão, já que tanto o projeto quanto o orçamento foram apresentados pela concessionária e ela realizaria as obras, seja por utilização de empresas de engenharia, que eram partes relacionadas a ela, aos controladores da sociedade de propósito específico, seja via contratação eventual de outra construtora para executar as obras.

De qualquer maneira, o entendimento é de que se trata de uma contratação direta. Isso ocorreu nas concessões, nesses dois casos, seja da BR-040, seja da BR-290, mas ainda não há, em nenhum deles, uma definição de demérito sobre esse assunto. Isso já foi discutido em mais de uma instrução nos processos, porque existem outros processos tratando de outros problemas, tanto na BR-290, quanto na BR-040, mas ainda não houve especificamente uma decisão.

Quanto à segunda pergunta, realmente, esse último projeto que foi apresentado em 2017 é bem melhor do que o que havia inicialmente. Inclusive nós apontamos isso na instrução. Mas ainda permanecem problemas de preços. E, assim, uma opinião: essa concessão termina agora, contratualmente, em 2021. Então, faltam 2 anos para ela ser encerrada. Eu não vejo possibilidade de a concessionária realizar essa obra dentro desse contrato. Falta pouco tempo, e está





CONGRESSO NACIONAL
Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização

bloqueado. Para o desbloqueio, ainda vai ser necessário um tempo grande. E o contrato vai ser encerrado. Isso já foi inclusive fruto de conversas do Tribunal com a ANTT.

O que fazer? Uma solução seria fazer uma licitação autônoma para a construção dessa obra. Seria uma possibilidade. Não há impedimento para isso. Outra seria incluí-la no próximo contrato de concessão. E eu acho que é isso o que está se delineando nos estudos que estão sendo feitos pela EPL para a próxima concessão.

O SR. PRESIDENTE (Filipe Barros. PSL - PR) - Obrigado, Luiz.

Passo a palavra para o Evandro.

O SR. EVANDRO TORQUATO SOBRADO - Em relação aos trabalhos da Universidade Federal de Santa Catarina, como eu já havia falado, eles têm a previsão de concluir os trabalhos agora no final de dezembro, inclusive com levantamentos de campo, (*ininteligível*). Entregue à ANTT, nós demandaremos algum prazo para analisar, visto que, conforme o que o Luiz Fernando mencionou, temos questões de quantitativos a serem analisadas, questões de preço e de soluções também. Eu posso estimar um prazo de trabalho da ANTT. Com uma certa folga, nós demandaremos mais uns 6 meses. Mas isso é uma estimativa.

Em relação aos próximos passos — isso também está vinculado à entrega desse trabalho —, concluído esse levantamento da Universidade Federal de Santa Catarina, eu acredito que nós estaremos às vésperas do encerramento do contrato. Vale lembrar ou relembrar aqui que a concessionária tem alegado — ela entrou com uma ação judicial também — que não recebeu todo o aporte previsto pelo Governo, o aporte dessa contratação de obra. Ela recebeu só uma parcela disso, o que levou ao desequilíbrio completo do contrato. Essa é a alegação dela. Não faço defesa de nenhum mérito aqui.

Então, é uma concessionária, em tese, deficitária. Ela não tem apresentado condições de executar esse serviço e, com a aproximação do término desse contrato, fatalmente ela não terminará essa obra. As soluções que nós temos hoje no rol dos manuais e das leis não nos permitem vislumbrar que essa concessão terminará essa obra.

Sobre esses próximos passos que me foram questionados, eu vejo que isso envolve uma política de Governo. É sabido por todos, ainda mais na Comissão de





CONGRESSO NACIONAL
Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização

Orçamento, que faltam recursos. Eu não vejo hoje, a não ser que essa seja a política do Governo, a existência de recursos livres para fazer uma licitação autônoma. O fato é que, a pedido do Ministério, a Empresa de Planejamento e Logística — EPL já está estudando a inclusão dessa obra na nova concessão. É óbvio que isso não permeia a decisão da ANTT, mas do Ministério e da política de Governo.

O SR. PRESIDENTE (Filipe Barros. PSL - PR) - Obrigado, Evandro.

Faço agora questionamentos acerca da ampliação da capacidade da BR-290. Eu quero inicialmente ressaltar duas coisas essenciais. A primeira é que todas as contratações do Tribunal nas auditorias anteriores foram corroboradas e até ampliadas, com o recebimento de provas da Polícia Federal na Operação Cancela Livre, que apura justamente desvios e fraudes nessa obra. A segunda é que o bloqueio se refere ao contrato de concessão anterior, de prazo expirado, e não afeta a atual concessão, que é de outra empresa e não tem qualquer relação com os fatos aqui tratados.

Primeiro, passo às perguntas ao Tribunal de Contas. Na fiscalização deste ano, o Tribunal aponta que a concessão expirou e que a garantia de execução do contrato não é suficiente para reaver os prejuízos causados. Assim, a União será credora de significativo montante em face da CONCEPA, de sorte que inexistente mecanismo hábil para recuperar os valores desviados, a não ser o processo de execução judicial. Eu peço uma ampliação dessa informação. Já temos uma estimativa dos grandes números desse encontro de contas? Quanto se estima que a concessionária tem de ressarcir à União? E quanto está disponível em créditos passíveis de recuperação por via administrativa?

Ainda nessa linha, eu quero confirmar a lógica da recomendação do bloqueio orçamentário. Entendi que isso deve constar do quadro de bloqueio, para que não haja nenhuma possibilidade de pagamento da empresa dentro de um acerto de contas ou similar, evitando agravar prejuízo já incorrido. É isso mesmo?

Minhas perguntas à ANTT são também sobre o encontro final de contas e a recuperação do prejuízo. Como está o andamento do processo administrativo de encontro de contas final do contrato de concessão com essa empresa anterior? Em que fase do processo estamos atualmente? Existe algum saldo de débitos e créditos da União já apurado, considerando os prejuízos discutidos nesta audiência? A ANTT tem uma posição final de mérito sobre os apontamentos de irregularidades aqui





CONGRESSO NACIONAL
Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização

lançados para embasar a sua intervenção no processo de encontro de contas? A ANTT concorda com a avaliação do superfaturamento realizado pela equipe técnica do TCU, em decorrência do superfaturamento no cálculo de remuneração das obras, do superfaturamento decorrente de preços excessivos frente ao mercado e de quantitativos inadequados, do superfaturamento decorrente dos serviços de instalação de telas de passagem e do superfaturamento no transporte de material para bota-fora, em que foi apontado o montante total de dano de R\$115.290.585,73, referente ao mês de março de 2019? Qual será o tratamento dado pela ANTT aos superfaturamentos apontados pela equipe técnica do TCU? Existe algum impedimento material, como a escassez de recursos humanos ou a falta de assessoria técnica, para que a Agência possa conduzir esse encerramento da concessão?

Passo a palavra ao Luiz.

O SR. LUIZ FERNANDO URURAHY DE SOUZA - Complementando ainda a resposta sobre a legalidade dos aportes feitos em relação à BR-040, existe um processo específico no Tribunal que está tratando desse assunto. Eu não tenho o número no momento, mas depois eu posso passar para a Comissão, já que foi objeto da pergunta, caso exista interesse em acompanhar a questão. Ainda não existe decisão de mérito.

Em relação aos problemas de valores na BR-290, a última instrução realmente apontou o valor de superfaturamento de 115 milhões. Como quase todo o recurso destinado a essa obra da quinta faixa foi pago, realmente não há outro caminho na esfera administrativa que não seja, no nosso entender, a instalação de um processo de tomada de contas especial. Tanto é que essa foi a proposta da nossa última instrução, já que quase todo o recurso foi liberado. Eu não sei o valor de garantia que ainda haveria, mas creio que não seja suficiente para fazer face a esse valor de 115 milhões que está sendo discutido. Isso é praticamente metade do valor que foi aportado pela União. Então, é um valor expressivo.

Em relação à manutenção da IGP, realmente esse é o posicionamento. Apesar de o contrato ter findado, ainda existem algumas discussões administrativas em relação ao encontro de contas. Então, creio que seja interessante mantê-la no quadro, porque ainda pode haver pagamentos dentro desse contrato. Isso, a princípio, parece não fazer muito sentido, já que existe uma discussão de valores da





CONGRESSO NACIONAL
Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização

ordem de 115 milhões de superfaturamento. Como ainda pagaríamos um valor provavelmente bem menor, a título de encontro de contas?

O SR. PRESIDENTE (Filipe Barros. PSL - PR) - Obrigado, Luiz.

Tem a palavra o Evandro.

O SR. EVANDRO TORQUATO SOBRADO - Fui questionado a respeito do saldo desse grande encontro de contas, como foi mencionado. Na minha exposição, eu acabei mencionando que nós na ANTT ainda não terminamos esse encontro de contas. Tivemos uma intercorrência no meio do caminho, que foi a Operação Cancela Livre, que nos trouxe elementos até então desconhecidos. Contra fatos não há argumentos, e nos resta analisá-los e verificar o que isso realmente impactou.

Eu volto a frisar que todas as solicitações, todos os entendimentos do Tribunal de Contas foram atendidos. Inclusive, instauramos processos administrativos, de maneira a instaurar uma possível penalização. Eu não posso falar que houve a penalização, porque existe o direito à ampla defesa e ao contraditório. Nós estamos analisando alguns detalhes técnicos, com apoio da EPL, por exemplo, no caso da vida útil remanescente do pavimento. O contrato determina que a concessão deveria entregar com uma vida útil remanescente de 8 anos, se não me falha a memória. Isso, a princípio, parece uma conta simples, mas nós pedimos apoio à EPL para que, de maneira isenta, use os dados técnicos que temos para nos apontar qual é a vida útil remanescente. Isso, pelo que entendo, ainda estava em final de cálculo, ainda não foi entregue.

Então, realmente nós não temos uma decisão ainda sobre qual é esse saldo. Eu já mencionei esses achados apontados, que nós atendemos. Foi até surpresa ver as manifestações em relação a esses documentos apontados. O pessoal já respondeu no inquérito.

Sobre a falta de material e a escassez de recursos, se eu falar que elas não existem, no mínimo eu estarei sendo demagogo. Sempre há necessidade de complementação de recursos humanos, financeiros e técnicos. A Agência tem hoje 21 concessões. Na minha gerência, hoje existe um total de 5 ou 6 servidores para tomar conta de 21 concessões, com todas as suas peculiaridades e detalhes. Sim, há falta de recursos, mas a ANTT está se empenhando para, da maneira que pode e consegue, solucionar e dirimir todas as deficiências.





CONGRESSO NACIONAL
Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização

Eu não sei se faltou alguma resposta, mas estou à disposição, caso se necessite de complemento.

O SR. PRESIDENTE (Filipe Barros. PSL - PR) - Obrigado, Evandro.

Existe mais algum questionamento? (*Pausa.*)

Uma vez que não há nenhum inscrito, eu quero agradecer a presença do Luiz e do Evandro, assim como agradecer a presença da Mesa anterior e também dos técnicos da CMO.

Antes de encerrar a reunião, lembro que na quinta-feira, dia 7, neste plenário, às 10 horas, daremos continuidade à solicitação do COE, com a reunião de audiência pública na qual serão ouvidos representantes do TCU, do DNIT e do Ministério do Desenvolvimento Regional.

Agradeço a presença de todos e declaro encerrada a presente reunião.





CONGRESSO NACIONAL
Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização

ATA DA DÉCIMA QUARTA REUNIÃO ORDINÁRIA, DA 1ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA, DA 56ª
LEGISLATURA, DA COMISSÃO MISTA DE PLANOS, ORÇAMENTOS PÚBLICOS E FISCALIZAÇÃO,
REALIZADA EM 05 DE NOVEMBRO DE 2019.

Aos cinco dias do mês de novembro do ano de dois mil e dezenove, foi convocada ordinariamente a Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização, no Anexo II, plenário 02 da Câmara dos Deputados, com o objetivo de apreciar as matérias constantes da Pauta. Foi registrado o comparecimento dos membros: - **Deputados titulares:** Aluisio Mendes, André Figueiredo, Beto Faro, Cacá Leão, Carlos Henrique Gaguim, Edmilson Rodrigues, Felipe Francischini, Gonzaga Patriota, Gurgel, Hildo Rocha, Lucas Gonzalez, Luciano Ducci, Márcio Marinho, Misael Varella, Nivaldo Albuquerque, Vander Loubet e Vicentinho Júnior; - **Senadores titulares:** Luiz do Carmo e Marcelo Castro; e - **Deputados suplentes:** Bohn Gass, Gilberto Abramo, Hercílio Coelho Diniz, João Carlos Bacelar, Weliton Prado e Zé Carlos. Foi registrado o comparecimento dos parlamentares não integrantes da Comissão, Deputados Claudio Cajado e Heitor Freire. Foi registrada a ausência dos membros titulares: - **Deputados:** Celso Sabino, Dagoberto Nogueira, Domingos Neto, Filipe Barros, Genecias Noronha, Hiran Gonçalves, João Roma, Josimar Maranhãozinho, Lucio Mosquini, Marreca Filho, Orlando Silva, Paulo Azi, Rodrigo de Castro e Zeca Dirceu; e - **Senadores:** Angelo Coronel, Elmano Férrer, Flávio Bolsonaro, Izalci Lucas, Jean Paul Prates, Kátia Abreu, Vanderlan Cardoso, Veneziano Vital do Rêgo e Wellington Fagundes. **ABERTURA:** às quinze horas, e havendo número regimental os trabalhos foram abertos pelo Presidente, Senador Marcelo Castro, que informou não haver *quórum* regimental para deliberação na representação do Senado Federal. **ENCERRAMENTO:** nada mais havendo a tratar, o Presidente encerrou os trabalhos às quinze horas e um minuto. Para constar, eu, Walbinson Tavares de Araujo, Secretário Executivo, lavrei a presente Ata, que, após a sua aprovação, será assinada pelo Presidente da Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização do Congresso Nacional e encaminhada para publicação no Diário do Congresso Nacional. Os trabalhos foram gravados e, depois de traduzidos, integrarão esta Ata. **Senador Marcelo Castro, Presidente.**
XXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXX

Em 05.11.2019, às 14h30min.

O SR. PRESIDENTE (Marcelo Castro. MDB - PI) - Há número regimental para abertura dos trabalhos.

Declaro aberta e iniciada a 14ª Reunião Ordinária da Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização, destinada à apreciação das matérias constantes da pauta.

Não há quórum para deliberação.

Está encerrada a presente reunião.





CONGRESSO NACIONAL
Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização

ATA DA DÉCIMA TERCEIRA REUNIÃO DE AUDIÊNCIA PÚBLICA, DA 1ª SESSÃO LEGISLATIVA
ORDINÁRIA, DA 56ª LEGISLATURA, DA COMISSÃO MISTA DE PLANOS, ORÇAMENTOS
PÚBLICOS E FISCALIZAÇÃO, REALIZADA EM 07 DE NOVEMBRO DE 2019.

Aos sete dias do mês de novembro do ano de dois mil e dezenove, reuniu-se a Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização, no plenário 2, do Anexo II da Câmara dos Deputados, sob a Presidência do Deputado Cacá Leão. Esta reunião foi convocada com a finalidade de ouvir representantes do Departamento Nacional de Infraestrutura de Transportes – DNIT, do Ministério do Desenvolvimento Regional, e ainda, representantes do Tribunal de Contas da União, para discutir os indícios de irregularidades graves (IGP) apontados pelo Tribunal de Contas da União, por meio do Acórdão nº 2.554/2019 -TCU-Plenário, em obras e serviços de engenharia sob a responsabilidade dos Órgãos supracitados, constantes do Projeto de Lei Orçamentária para 2020, com vistas a subsidiar as deliberações acerca do bloqueio ou desbloqueio de contratos, convênios, etapas, parcelas ou subtrechos relativos a subtítulos nos quais forem identificados indícios de irregularidades graves, por solicitação do Deputado Filipe Barros, Coordenador do Comitê de Avaliação das Informações sobre Obras e Serviços com Indícios de Irregularidades Graves - COI, desta Comissão, em atendimento ao disposto no art. 119, §§ 1º e 2º do texto da Lei de Diretrizes Orçamentárias para 2020, Projeto de Lei nº 05/2019-CN, aprovado pelo Congresso Nacional e pendente de promulgação. Foi registrado o comparecimento dos membros: - **Deputados titulares:** Cacá Leão, Carlos Henrique Gaguim, Edmilson Rodrigues, João Roma e Lucas Gonzalez; - **Deputados suplentes:** Dra. Soraya Manato e João Carlos Bacelar. Foi registrado o comparecimento do parlamentar não integrante da Comissão, Deputado José Nelto. **ABERTURA:** às dez horas e dezenove minutos, os trabalhos foram abertos pelo Presidente em exercício, Deputado Cacá Leão, que comunicou a finalidade da audiência pública. Logo após, comunicou normas para o melhor ordenamento dos trabalhos e abriu a lista de inscrições para o debate. Em seguida, foram iniciadas as apresentações, e foi utilizado projetor de multimídia. Inicialmente, o Presidente em exercício convidou para comporem a Mesa de trabalhos o primeiro grupo, que foi formado pelo Sr. Luiz Fernando Ururahy de Souza, Secretário de Fiscalização de Infraestrutura Rodoviária e de Aviação, do Tribunal de Contas da União; Sr. Andre Kuhn, Diretor Executivo, Sr. Alisson Jobim Pereira Nascimento, Coordenador de Acompanhamento de Obras e Sr. Irasmon Gomes de Melo, Auditor, do Departamento Nacional de Infraestrutura de Transportes – DNIT. Neste grupo, os expositores, Sr. Luiz Fernando Ururahy de Souza e Sr. Irasmon Gomes de Melo, prestaram esclarecimentos sobre as Obras de Adequação de Trecho Rodoviário, na BR-116/BA e Obras de Construção da BR-235/BA – KM 282,0 a KM 357,4, e houve indicações das irregularidades apontadas pelo TCU e das medidas saneadoras. Finalizada a apresentação, o Presidente em exercício agradeceu a participação dos palestrantes. Em prosseguimento, foi convidado o segundo grupo para composição da Mesa de trabalhos, formado pelo Sr. Marcelo Orlandi Ribeiro, Diretor da Secretaria de Fiscalização de Infraestrutura Hídrica de Comunicações e de Mineração do TCU; e pelo Sr. Thiago Soares Arima, Coordenador Geral de Supervisão de Obras do Departamento de Obras Hídricas da Secretaria Nacional de Segurança Hídrica, do Ministério do Desenvolvimento Regional, que prestaram esclarecimentos sobre a Obra do Canal Adutor do Sertão Alagoano. Os expositores realizaram a apresentação e houve indicação das irregularidades encontradas pelo TCU e das medidas corretivas. Não houve oradores inscritos para o debate. O Deputado Cacá Leão fez questionamentos sobre a obra aos representantes do TCU e do Ministério do Desenvolvimento Regional e obteve os devidos esclarecimentos. Em continuidade, a palavra foi concedida ao Deputado João Carlos Bacelar, que pronunciou-se sobre as Obras da BR-116/BA e da BR-235/BA. Concluído o segundo grupo, o Presidente em exercício agradeceu a participação dos expositores. Em sequência, foi anunciado o





CONGRESSO NACIONAL

Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização

terceiro grupo para composição da Mesa de trabalhos, composto pelo Sr. Bruno Martinello Lima, Secretário de Fiscalização de Infraestrutura Urbana do TCU; Sr. Rodrigo Moreira, do Ministério do Desenvolvimento Regional; e pelo Sr. Andre Dias Menezes de Almeida, Controlador Adjunto da Prefeitura da Cidade de São Paulo, que prestaram esclarecimentos sobre as Obras do Corredor de Ônibus – SP - Radial Leste – Trecho 1; Corredor de Ônibus – SP - Radial Leste – Trecho 2; Corredor de Ônibus – SP - Aricanduva; Corredor de Ônibus – SP – Capão Redondo – Vila Sônia. Os palestrantes realizaram a apresentação e houve indicação das irregularidades levantadas pelo TCU e das medidas saneadoras. Não houve oradores inscritos para o debate. Por fim, a palavra foi concedida novamente a todos os palestrantes deste grupo, que fizeram considerações finais sobre as Obras do Corredor de Ônibus – SP - Aricanduva, e do Corredor de Ônibus – SP – Capão Redondo – Vila Sônia, e concluíram a exposição. Encerrada a apresentação, o Presidente em exercício agradeceu a participação dos expositores. Em seguida, foi convidado o quarto grupo para composição da Mesa de trabalhos, formado pelo Sr. Bruno Martinello Lima, do TCU e Sr. Rodrigo Moreira, do Ministério do Desenvolvimento Regional, que prestaram esclarecimentos sobre a Obra do BRT de Palmas/TO, evidenciando das irregularidades apuradas pelo TCU e as medidas corretivas. Finalizada a apresentação, o Presidente em exercício agradeceu a participação dos palestrantes. Ao final dos trabalhos, o Deputado João Carlos Bacelar fez as últimas considerações sobre as Obras da BR-116/BA e projetou fotografias desta obra.

ENCERRAMENTO: nada mais havendo a tratar, o Presidente em exercício, agradeceu o comparecimento dos representantes do Departamento Nacional de Infraestrutura de Transportes – DNIT, do Ministério do Desenvolvimento Regional, da Prefeitura de São Paulo, e do Tribunal de Contas da União, bem como dos parlamentares e dos demais presentes, e encerrou a reunião. Os trabalhos foram finalizados às onze horas e trinta e dois minutos. Para constar, eu, Walbinson Tavares de Araujo, Secretário Executivo, lavrei a presente Ata, que, após a sua aprovação, será assinada pelo Presidente em exercício da Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização do Congresso Nacional e encaminhada para publicação no Diário do Congresso Nacional. Os trabalhos foram gravados e, depois de traduzidos, integrarão esta Ata.

Deputado Cacá Leão, no exercício da Presidência. xxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxx

Em 07.11.2019, às 10 horas.

O SR. PRESIDENTE (Cacá Leão. Bloco/PP - BA) - Bom dia a todas e a todos.

Declaro iniciada a 13ª Reunião de Audiência Pública da Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização.

Esta reunião foi convocada com a finalidade de ouvir representantes do Ministério do Desenvolvimento Regional; do Departamento Nacional de Infraestrutura de Transportes — DNIT; do Governo do Estado de Alagoas; e, ainda, representantes do Tribunal de Contas da União.

Conforme a Lei nº 13.707, de 14 de agosto de 2018, § 1º do seu art. 122, que dispõe sobre as diretrizes para elaboração e execução da Lei Orçamentária de 2019, a Comissão Mista poderá realizar audiência pública com vista a subsidiar as deliberações acerca do bloqueio e desbloqueio de contratos, convênios, etapas,





CONGRESSO NACIONAL
Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização

parcelas ou subtrechos relativos a subtítulos nos quais forem identificados indícios de irregularidades graves.

Por esse motivo, esta Comissão convocou esta audiência pública com a finalidade de ouvir representantes de órgãos gestores e do Tribunal de Contas da União, para discutir os indícios de irregularidades graves apontadas pelo TCU, por meio do Acórdão nº 2.554, de 2019, sob a responsabilidade de diversos órgãos e entidades.

Hoje ouviremos os representantes da Agência Nacional de Transportes Terrestres — ANTT e do Ministério da Infraestrutura.

Para melhor ordenamento dos trabalhos, comunico que, de acordo com o estabelecido no art. 93, II, combinado com o art. 89, I, do Regimento Interno do Senado Federal, os palestrantes disporão de 10 minutos, prorrogáveis, para sua exposição; e que, de acordo com o art. 94, §2º, do Regimento Interno do Senado Federal, os membros da Comissão poderão, terminada a apresentação, interpelar os oradores exclusivamente sobre a exposição.

Conforme estipulado no art. 94, §§ 2º e 3º, do Regimento Interno do Senado Federal, combinado com o art. 256, § 5º, do Regimento Interno da Câmara dos Deputados, os Srs. Parlamentares inscritos para interpelar os expositores poderão fazê-lo estritamente sobre o assunto da exposição, pelo prazo de 3 minutos, tendo os interpelados igual tempo para responder, facultadas a réplica e a tréplica pelo prazo de 3 minutos.

A lista de inscrição para os debates está aberta.

Neste momento convido para se sentar à mesa o Sr. Luiz Fernando de Souza, Secretário de Fiscalização de Infraestrutura Rodoviária e de Aviação do Tribunal de Contas da União; o Sr. Irasmon Gomes de Melo, Auditor do Departamento Nacional de Infraestrutura de Transportes — DNIT; o Sr. André Kuhn, Diretor Executivo e substituto do Diretor-Geral do Departamento Nacional de Infraestrutura de Transportes — DNIT; o Sr. Alisson Jobim Pereira Nascimento, Coordenador de Acompanhamento de Obras. *(Pausa.)*

Passo a palavra ao representante do TCU, Sr. Luiz Fernando Souza.

O SR. LUIZ FERNANDO SOUZA - Exmo. Sr. Deputado Cacá Leão, Presidente da Mesa; demais colegas que a integram — André Khun, Irasmon e Alisson, do DNIT; senhoras e senhores que assistem a esta audiência pública, mais uma vez é





CONGRESSO NACIONAL
Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização

uma satisfação estar aqui representando o TCU em sua missão de prestar auxílio às Casas Legislativas em relação ao controle externo da administração pública.

A ideia hoje é falar sobre duas obras que acontecem em rodovias no Estado da Bahia. E aí eu pergunto a V.Exa. se posso falar sobre as duas.

O SR. PRESIDENTE (Cacá Leão. Bloco/PP - BA) - Pode.

O SR. LUIZ FERNANDO SOUZA - O.k. Então, a ideia é falar da BR-116 e da BR-235.

Em relação à BR-116, o caso é o seguinte: essa obra teve um indicativo de irregularidade grave, com paralisação no final de 2018, e acabou sendo incluída no Anexo VI da LOA deste ano por iniciativa da própria Comissão antes mesmo de o tribunal expedir o aviso de que ela estava classificada como IGP.

Na ocasião, o que se discutia eram três irregularidades afetas a problemas do projeto, que foi desenvolvido pela construtora que executa a obra, já que essa é uma contratação integrada, prevista na Lei do Regime Diferenciado de Contratações Públicas — RDC.

Posteriormente, algumas medidas começaram a ser tomadas, já no início deste ano, pelo DNIT em relação a uma revisão desse projeto, conforme os questionamentos do TCU. Até em vista disso, em setembro deste ano, a própria Comissão, já que o DNIT vinha elaborando esses estudos, resolveu por bem retirar essa obra do Anexo VI da LOA, como eu falei, agora, recentemente, em setembro.

Porém, no mês de outubro, o Relator da matéria no TCU, Ministro Weder, como ainda não foram remetidos ao tribunal esses estudos de adequação do projeto ao que havia sido apontado, também houve por bem manter a classificação dessas irregularidades, já que até o momento as medidas saneadoras não foram apresentadas.

Observo que, na ocasião, o Ministro havia feito um questionamento também em relação à elaboração do orçamento e que isso até o momento não tinha sido apresentado. Ele considerou isso também como uma irregularidade grave, o que acabou agravando essa irregularidade para paralisação.

É claro que esse orçamento deve vir acompanhando essas alterações do projeto. E nesse acórdão ele estipulou um prazo para que o DNIT apresente essa documentação ao tribunal.





CONGRESSO NACIONAL
Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização

Creio que, com a apresentação desses documentos, o caso se resolva. Espera-se que haja a retirada dessa sinalização de IGP nessa obra. Esse, resumidamente, é o caso da BR-116.

Já o da BR-235 eu diria que é um caso mais simples. Por quê? Na verdade, o que houve foi uma indicação de irregularidade grave com retenção de valores. Essa obra da BR-235 já está terminada. O que se discute por meio dessa retenção cautelar é um valor relacionado a transporte de material, tendo em vista um questionamento em relação a localização de jazida de material. Esse valor está retido. O valor retido a princípio cobre o que se discute. O DNIT já apresentou a manifestação em relação a esse ponto. Isso está na unidade técnica, já em fase final de instrução, para dar uma solução a esse processo. Então, é importante ressaltar que não há uma obra paralisada, tendo em vista que a obra já está terminada. Há somente uma discussão de pagamento de valores relativos a esse caso.

Resumidamente, isso é o que há em relação a essas obras.

Permaneço à disposição para os questionamentos.

O SR. PRESIDENTE (Cacá Leão. Bloco/PP - BA) - Agradeço ao Luiz Fernando.

Passo a palavra ao representante do DNIT.

O SR. ANDRÉ KUHN - Bom dia, Deputado Cacá Leão. Eu queria agradecer a V.Exa. a oportunidade de nos manifestarmos na Câmara dos Deputados.

Eu também queria agradecer ao Luiz Fernando a apresentação.

Em relação às duas obras, nós do DNIT estamos com uma relação muito boa com o TCU. Em várias situações, fizemos várias reuniões, apresentamos questões técnicas específicas a essas duas obras.

(Segue-se exibição de imagens.)

Eu vou começar pela BR-235. Como foi falado pelo representante do TCU, Luiz Fernando, a BR-235 é uma obra que já foi concluída. A única ressalva que nós temos em relação a ela é a retenção de recursos para cobrir as possíveis irregularidades que estão sendo apresentadas pelo TCU. Nós já apresentamos formalmente as questões técnicas. Concordamos com o que foi levantado como irregularidade. Quantificamos o que deve ser glosado nessa parcela. E, após a análise da equipe técnica do TCU e uma decisão posterior, nós temos recursos suficientes para cobrir essas possíveis irregularidades.





CONGRESSO NACIONAL
Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização

O caso da BR-235 eu vou explicar um pouco mais rápido, até mesmo porque o problema está praticamente solucionado. Na sociedade não vai haver tanto impacto, tendo em vista que essa obra já foi concluída. A única questão é quanto do que foi retido vai ser pago à empresa que executou essa obra.

Eu vou me ater um pouco mais ao caso da BR-116 na Bahia. O que acontece? Essa obra foi contratada por uma contratação integrada. Isso quer dizer o quê? A empresa é responsável pelo projeto e pela execução da obra. É importante eu passar para as senhoras e os senhores quais são os aspectos que estão sendo discutidos em relação ao que foi feito de projeto e ao que foi questionado pelo TCU.

Com alguns posicionamentos nós concordamos — esses pontos já estão sendo corrigidos —, mas cabe ressaltar que, na contratação integrada, a empresa é responsável pela elaboração do projeto e pela obra, e todo o trabalho dela é feito com base num anteprojeto desenvolvido anteriormente à divulgação do edital. A empresa vencedora e as outras empresas estudaram esse projeto, estudaram o edital, apresentaram suas propostas. Durante a elaboração desse projeto, houve uma questão de interpretação por parte das empresas e da comissão de licitação. Nesse projeto, era para ser executada uma obra numa região ondulada, e não numa região plana. Porém, no edital de licitação, foi feita uma referência ao fato de que as especificações desse projeto deveriam atender a uma situação de região plana.

Explico resumidamente essa diferença. Se eu tenho uma região ondulada, eu tenho menos restrições técnicas em relação a raio de curvatura, a inclinação da pista. Com isso, eu consigo reduzir um pouco o volume de terraplenagem e, consequentemente, reduzir o valor dessa obra. Porém, por uma falha de edital — e nós concordamos nisso com o TCU —, foi registrada no edital referência a uma região plana, e não ondulada. Os parâmetros de uma região plana exigem curvas maiores, com raios maiores e inclinações menores. Isso gera um movimento de terraplenagem maior. Consequentemente, se a empresa adotar um projeto com essa solução de região plana, como o TCU colocou que deveria ser, o impacto financeiro é significativo.

Aí podem me perguntar: *"Mas, André, e o que aconteceu lá no edital?"*. Bem, a interpretação da equipe técnica é que o projeto era para ser feito com região ondulada. A interpretação dos licitantes foi a mesma. Não houve nenhum questionamento durante o processo licitatório sobre essa questão técnica, tanto que





CONGRESSO NACIONAL
Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização

a variação de preço nas propostas não oscilou significativamente entre a primeira, a segunda e a terceira colocadas. Porém, tendo em vista o levantamento do TCU, gerou-se um impasse. E agora? Se nós fizermos um ajuste pleno desse projeto com uma região plana, o impacto financeiro é significativo. Qual é a nossa preocupação? A empresa não aceitar isso, a questão sair da esfera administrativa e ir para a esfera judicial, e essa obra se arrastar por mais algum tempo de forma inconclusa.

Então, nós estamos ajustando esse projeto na medida do possível. Vamos apresentar isso dentro do prazo previsto que o TCU nos deu para fazer os ajustes que consideramos mais adequados e vamos tentar entrar num acordo com o Tribunal de Contas sobre uma solução intermediária em relação a esse aspecto.

Outros aspectos foram levantados. O primeiro aspecto foi o que mencionei, a questão da geometria, que é fruto dessa diferença entre região plana e região ondulada. Em relação ao projeto executivo de pavimentação, a premissa do RDCI é que a empresa tem certa liberdade para definir o projeto e, com a definição desse projeto, inovar tecnologicamente ou apresentar soluções diversas. Houve um questionamento sobre a solução apresentada pela empresa, e a equipe do DNIT está analisando os questionamentos do TCU para ver os possíveis ajustes e atender isso também. O terceiro ponto, indiscutível, diz respeito às passarelas. O anteprojeto previa passarela englobando as marginais, e, no projeto que a empresa apresentou, elas não são englobadas. Isso é indiscutível, já foi corrigido, e a empresa tem que atentar para isso. Então isso já está acertado.

Qual é a nossa grande preocupação? Como é uma obra paralisada por irregularidade grave, parte dos serviços de terraplenagem executados estão se perdendo com o tempo. E qual é a consequência disso? A partir do momento em que eu tenho a perda desse serviço, na hora em que essa obra recomeçar, eu vou ter que refazer parte do trabalho. Isso não só causa um prejuízo financeiro, mas também prejudica a população local que utiliza essa via, onde a imprimação já está se desfazendo e parte do aterro está sendo corroído pelas chuvas. Qual é a consequência disso? Eu vou ter que estender mais o prazo de execução e vou ter um custo maior para refazer esses serviços. A nossa grande preocupação é resolver essa questão o mais rápido possível.

Para isso, nós temos feito várias tratativas com o TCU. Fizemos reuniões, estamos finalizando essa análise técnica. Estamos tendo um *feedback* muito bom da





CONGRESSO NACIONAL
Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização

equipe técnica do TCU, através das reuniões. E qual é a minha convicção? A de que vamos resolver essa pendência no prazo mais curto possível e retomar essa obra, que é importantíssima para a região.

Muito obrigado a todos.

Eu me coloco à disposição para responder a qualquer questionamento.

O SR. PRESIDENTE (Cacá Leão. Bloco/PP - BA) - Antes de iniciar os questionamentos, pergunto aos representantes dos órgãos gestores e do TCU se querem fazer questionamentos um para o outro. *(Pausa.)*

Eu agradeço ao Luiz Fernando, ao Irasmon, ao André e ao Alisson, que estão aqui presentes.

Essas duas obras falam diretamente com o meu fígado. Eu, como representante do Estado da Bahia e membro desta Comissão, fico feliz e satisfeito em saber que já chegamos a um desfecho praticamente conclusivo na questão da BR-235. E quero fazer um apelo a vocês para que intensifiquem ainda mais os diálogos, que, pelo que estou vendo, já são bons, na questão da BR-116. Ocorre um problema sério. Estamos falando da macrorregião da segunda maior cidade do Estado da Bahia, a cidade de Feira de Santana. É um problema de tráfego incrível o que se tem ao longo dos últimos anos. Eu não diria que essa obra o soluciona completamente, mas diminui bastante esse impacto. Então, como Parlamentar do Estado da Bahia, membro desta Comissão e, nesta oportunidade, coordenador deste trabalho, quero pedir que tanto o TCU quanto o DNIT se empenhem ainda mais.

Esta Comissão está à disposição para ajudar, para contribuir no que for preciso, no que for possível, para que consigamos solucionar esses problemas.

Agradeço ao DNIT, agradeço ao TCU. Acredito que estejamos todos satisfeitos com as explicações aqui apresentadas. *(Pausa.)*

Neste momento, convido para se sentar à mesa o Sr. Marcelo Orlandi Ribeiro, Diretor da Secretária de Fiscalização de Infraestrutura Hídrica, de Comunicação e de Mineração do Tribunal de Contas da União — TCU e o Sr. Thiago Soares Arima, Coordenador-Geral de Supervisão de Obras do Departamento de Obras Hídricas da Secretaria Nacional de Segurança Hídrica do Ministério do Desenvolvimento Regional — MDR.





CONGRESSO NACIONAL
Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização

Passo a palavra ao Sr. Marcelo Orlandi Ribeiro, representante do TCU, para suas considerações.

O SR. MARCELO ORLANDI RIBEIRO - Bom dia a todos os presentes nesta Comissão. Bom dia, Sr. Deputado Cacá Leão. Bom dia, colega Thiago Arima, do MDR.

Eu estou representando o Tribunal de Contas da União, especificamente a Secretaria que trabalha com obras hídricas. Felizmente, nós só temos uma obra que apresenta indícios de irregularidades, com proposta de paralisação. De fato, ela está paralisada. Refiro-me à obra do Canal do Sertão Alagoano.

Temos uma pequena apresentação, para falar do nosso trabalho.

(Segue-se exibição de imagens.)

Inicialmente, vou comentar sobre o espectro do trabalho realizado. Nós fizemos um levantamento dos tipos de obras hídricas que temos fiscalizado desde 2003 no FISCOBRAS, nosso plano anual de fiscalização de obras. De 110 obras fiscalizadas, temos uma divisão entre adutoras, barragens, canais e perímetros públicos de irrigação. Até o ano de 2017, estas 110 obras totalizaram em torno de 330 processos. Este número precisa ser atualizado, tendo em vista que nós já fizemos trabalhos no ano passado e neste ano.

Nesta imagem, nós temos uma divisão das obras, em que há, notadamente, uma grande concentração de fiscalizações nas obras do Projeto de Integração do Rio São Francisco — PISF. À época, nós tínhamos 25 processos. Logo em seguida, vem o Canal Adutor do Sertão Alagoano, com 14 processos, e este é o tema da nossa apresentação.

No FISCOBRAS deste ano, nós tivemos 8 fiscalizações, que estão apresentadas nesta imagem e somam algo na ordem de 3,5 bilhões de reais. O Ramal do Agreste Pernambucano apresenta 1,13 bilhão de reais. O Canal Adutor é uma das obras de maior vulto. De fato, a de maior vulto é a Adutora do Agreste, que é uma continuidade do Ramal do Agreste Pernambucano. Estas obras utilizam águas do PISF também. Da mesma forma, o Canal Adutor do Sertão Alagoano, que é nosso objeto de IGP, também utiliza águas do PISF. O valor é de aproximadamente 450 milhões de reais, especificamente no lote em questão, o lote 5, sobre o qual vamos falar. O valor total fiscalizado, como eu disse, representa algo em torno de 3,5 bilhões de reais.





CONGRESSO NACIONAL
Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização

Entro agora especificamente no aspecto da nossa apresentação: o Canal do Sertão Alagoano. Como o próprio nome diz, a obra é realizada no Estado de Alagoas. Trata-se de uma obra de descentralização de recursos, em que o órgão repassador é o Ministério do Desenvolvimento Regional, a contratante é a Secretaria de Estado da Infraestrutura de Alagoas — SEINFRA, e o contrato em análise é o do trecho 5. Estou falando do Contrato nº 58, de 2010, no valor de 447 milhões de reais.

Esta obra ainda não foi iniciada, o que denota certa facilidade na situação fática da questão. Foi apontado pela equipe da auditoria do TCU e referendado em acordão um potencial prejuízo de cerca de 48 milhões de reais ao Erário, algo que chamamos de sobrepreço. Considerando-se como ponto de partida os 447 milhões de reais, o sobrepreço chega a algo em torno de 12%.

Este eslaide mostra a localização física da obra. Aqui está o Rio São Francisco. A obra já retira água imediatamente do rio. O canal adutor tem cinco trechos: o primeiro, o segundo e o terceiro já estão executados. A obra já se encontra pronta. O quarto trecho está em execução, com percentual de execução em torno de 80%. O trecho cinco, que é o objeto da nossa IGP, não teve sua obra iniciada, como eu já apontei anteriormente.

Este eslaide apenas reforça a questão do sobrepreço de 48 milhões de reais, que representa algo em torno de 12% do preço referencial apontado pelo TCU. Nós apontamos este sobrepreço no FISCOBRAS realizado em 2010, quando foi apontado este sobrepreço, que foi referendado pelo Acórdão nº 2.957, de 2015. Portanto, é preciso que o órgão executor atenda às determinações constantes deste acordão.

O que este acórdão deliberou na sua decisão de mérito? Deliberou a necessidade de se repactuar o contrato referente ao trecho cinco, para que pudessem ser retomados os repasses de recursos federais. A repactuação do contrato reside na adequação dos preços contratuais aos preços de mercado apontados no acordão. Ao adequar esses preços, o sobrepreço de 48 milhões de reais deve ser elidido. Depois desta repactuação, o TCU vai monitorar e avaliar se, de fato, o sobrepreço foi elidido, por meio de um processo que já está instaurado, o Processo nº 006.727.2017-4. Por este processo, já estamos monitorando a repactuação do trecho quatro — o trecho quatro foi repactuado e está em execução.





CONGRESSO NACIONAL
Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização

As últimas declarações do TCU sobre a situação da obra estão no Acórdão nº 2.060/2017-TCU-Plenário, que indica que ainda não houve uma repactuação efetiva no trecho cinco. Os FISCOBRAS posteriores, de 2018 e de 2019, continuam no mesmo sentido. Nós fomos a campo e auditamos a SEINFRA de Alagoas, que ainda não executou a repactuação do contrato. Portanto, permanece a situação que aponta a irregularidade grave, com o propósito de paralisação.

Por meio do Processo nº 003.632.2015-6, nós apontamos a deficiência do projeto básico, o que ainda não foi analisado pelo Plenário do TCU. Trata-se de um apontamento da equipe técnica que apresenta como encaminhamento que a SEINFRA, para que possa ser usado recurso federal, anule o edital que deu origem ao contrato do trecho cinco e faça outro edital, considerando a atualização do projeto básico apresentado ao TCU. Por meio da análise deste projeto básico atualizado, nós verificamos que existe uma grande modificação contratual, com supressões da ordem de 33% e acréscimos de 29%, o que descumpra os limites da lei de licitações, ensejando a nulidade do contrato, até mesmo por causa da mudança de objeto, com esta monta de alterações.

Aqui temos a conclusão do nosso relatório do FISCOBRAS, em que indicamos as TCEs que foram instauradas para os trechos de um a três, que também tiveram sobrepreço e conseqüente superfaturamento, e a situação do trecho cinco, que é o objeto da nossa apresentação, indicando a manutenção da IGP até que o contrato seja repactuado ou a licitação, anulada.

Era o que tínhamos a apresentar.

Fico à disposição do colega do MDR.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Cacá Leão. Bloco/PP - BA) - Agradeço ao Sr. Marcelo Ribeiro.

Passo a palavra ao Sr. Thiago Arima, Coordenador-Geral de Supervisão de Obras do Departamento de Obras Hídricas da Secretaria Nacional de Segurança Hídrica do MDR.

O SR. THIAGO SOARES ARIMA - Bom dia, Sr. Presidente. Bom dia aos presentes.

A obra do Canal do Sertão Alagoano é de extrema importância para a população de Alagoas no enfrentamento da situação de escassez de água por que o





CONGRESSO NACIONAL
Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização

Sertão do Estado passa. A obra em si é composta de oito trechos. Como o colega Marcelo Ribeiro, do TCU, disse, estão pactuados com o Ministério os trechos de um a quatro, e os trechos um, dois e três já estão concluídos. O trecho quatro já se encontra com um avanço físico significativo, e não existe instrumento formalizado para o trecho cinco, ou seja, não há recursos federais destinados ao trecho cinco.

O Ministério tem tido ciência dos apontamentos feitos pelo TCU e vem acompanhando o cumprimento das determinações do TCU por parte do Governo do Estado de Alagoas para que, no seu cumprimento, avalie a possibilidade de formalização de um instrumento para o trecho cinco. Isso, no entanto, ainda depende de decisão do próprio Governo do Estado. Portanto, como não há recursos federais a serem aplicados para a obra em questão, nós entendemos que não há mais nenhum esclarecimento que possa ser prestado.

O SR. PRESIDENTE (Cacá Leão. Bloco/PP - BA) - Agradeço aos representantes que se manifestaram. Indago se alguém deseja questionar algum ponto. *(Pausa.)*

A assessoria preparou um questionamento. Eu vou fazê-lo ao TCU e ao MDR.

O que se discute sobre a obra são os custos e os benefícios de uma nova licitação, visto que o relatório do tribunal dá conta de que o Governo do Estado ainda manifesta interesse em continuar o contrato atual de alguma maneira. O dilema é praticamente igual ao do ano passado, e a pergunta é muito parecida com a que o Comitê fez no ano passado.

Do lado dos custos, pergunto: qual é a projeção mais atual disponível ao tribunal para a conclusão dos cronogramas de obras do trecho imediatamente anterior ao trecho cinco? Há relato da unidade técnica do TCU, de 29 de julho de 2009, de que os trechos de um a três estão concluídos, enquanto o trecho quatro possui 76% de execução. Qual seria a média observada em outras auditorias de empreendimentos hídricos de duração do procedimento de licitação de uma obra do porte do trecho cinco do canal, considerando-se que o projeto executivo já está pronto e disponível?

Do lado dos benefícios, pergunto: a avaliação da adequação dos preços do novo projeto feita pelo TCU considerou como parâmetros os sistemas referenciais de preços da administração pública? É possível observar uma diferença sistemática





CONGRESSO NACIONAL
Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização

entre esses preços referenciais e os preços reais obtidos em uma licitação concorrencial?

Outro ponto que devemos lembrar é que, em 2017, foi deflagrada uma fase pública da chamada Operação Caribdis, da Polícia e da Justiça Federal, sobre corrupção nas obras do canal, que, até onde sabemos, envolveu apenas contratos de outros trechos do canal que não o trecho cinco. Não localizamos novas referências públicas a este processo judicial desde então.

Pergunto: as apurações do tribunal tiveram notícia de algum reflexo destas investigações sobre a licitação ou o contrato relativos ao trecho cinco?

O SR. MARCELO ORLANDI RIBEIRO - Eu anotei alguns questionamentos. Não sei se vou abordar todos, mas fiquem à vontade para apontá-los novamente.

Com relação à possibilidade de haver nova licitação do trecho cinco e quanto tempo isso demandaria, existe um tempo mínimo em que o órgão licitante tem que tornar o edital público. Este tempo mínimo, para a concorrência, seria de 30 dias. Mas, para se preparar o edital e analisar as propostas apresentadas, costuma dar algo em torno de 6 meses.

Nós até comentamos anteriormente aqui na mesa que não seria um grande prejuízo, em termos de prazo, se se realizasse uma nova licitação. De fato, existe um projeto atualizado. Este projeto seria o maior entrave para a execução de uma nova licitação. Já está pronto, disponível, e poderia ser utilizado pela SEINFRA de Alagoas para licitar novamente o trecho cinco. Aliás, esta é uma proposta apresentada pela unidade técnica.

Com relação aos preços, nós apontamos que existe uma desconformidade com o preço de mercado — há um sobrepreço na forma como o contrato está hoje. Havendo nova licitação, não tem como sabermos o novo preço. Portanto, propõe-se que na nova licitação se sigam os preços apontados no Acórdão nº 2.957, o último acórdão em que o TCU indica os preços referenciais. Os preços são de 2010. Assim, é necessário que eles sejam utilizados para uma data-base mais atual, para o ano de 2019 ou para o ano de 2020, para o ano em que for realizada esta licitação.

De fato, trata-se de um novo edital, um novo orçamento-base, em que será preciso utilizar os preços referenciais dos sistemas oficiais de preço, notadamente o SICRO, para chegar a este tipo de orçamento.





CONGRESSO NACIONAL
Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização

Quanto à operação realizada pela Polícia Federal, nós não temos novas informações sobre o impacto que ela trouxe para o trecho cinco. Quanto aos levantamentos feitos desde 2017, nós nos debruçamos somente na repactuação do trecho cinco. Portanto, isso permanece igual, como consta no processo em que está sendo tratado.

Não sei se deixei passar algum questionamento.

O SR. PRESIDENTE (Cacá Leão. Bloco/PP - BA) - Agradeço ao senhor.

Da mesma forma, quero fazer um questionamento ao Thiago. No mesmo sentido de fazer uma avaliação custo-benefício, pergunto qual é a última projeção do executor para a data de conclusão do trecho imediatamente anterior ao trecho cinco e como foi obtida esta estimativa.

Em se tratando dos benefícios, pergunto ao Ministério sua posição acerca da opção colocada ao gestor entre procurar obter novos preços em uma licitação competitiva, a partir de um projeto executivo refeito e mais adequado à realidade, ou seguir em frente com um contrato formulado com preços teóricos de sistemas referenciais.

Haja vista existir outro processo no TCU ainda pendente de deliberação pelo colegiado do tribunal, em que a unidade técnica propõe encaminhamento no sentido de determinar ao MDR que se abstenha de celebrar com o Governo do Estado de Alagoas instrumento de repasse de recursos federais destinados ao contrato do trecho cinco do Canal Adutor do Sertão Alagoano, até que seja realizada nova licitação para o trecho em questão, uma vez que o atual certame se baseou em projeto básico com graves deficiências, o Ministério entende haver viabilidade de prosseguimento do ajuste atual do trecho cinco do Canal Adutor do Sertão Alagoano?

Outra pergunta, agora em relação à Operação Caribdis: os senhores têm alguma informação sobre o envolvimento de qualquer aspecto da licitação ou do contrato relativos ao trecho cinco?

O SR. THIAGO SOARES ARIMA - Com relação à previsão de término do trecho quatro, que é o trecho imediatamente anterior ao trecho cinco, em havendo disponibilidade financeira, a previsão é que ele seja concluído até fevereiro de 2020.

Com relação à realização de um novo processo licitatório para o trecho cinco, do ponto de vista técnico, como o colega Marcelo disse e o próprio Governo do





CONGRESSO NACIONAL
Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização

Estado aponta, existe um projeto atualizado em melhores condições, que tem um detalhamento mais adequado, com grande probabilidade de que o novo processo licitatório resulte em uma contratação mais vantajosa para o Governo do Estado de Alagoas.

Como não temos ingerência sobre o Estado, nós aguardamos que ele tome uma decisão, inclusive a de atender à determinação do TCU, para que se defina o que será feito. No entanto, realmente um novo processo licitatório tem o potencial de gerar uma contratação mais vantajosa para a administração.

Com relação à operação da Polícia Federal, nós também não temos nenhuma notícia ou fato novo a respeito dos impactos na contratação do trecho cinco do Canal do Sertão Alagoano.

O SR. PRESIDENTE (Cacá Leão. Bloco/PP - BA) - Passo a palavra ao Deputado João Carlos Bacelar, que deseja fazer um questionamento.

O SR. JOÃO CARLOS BACELAR (PL - BA) - Sr. Presidente Cacá Leão, Sras. e Srs. Deputados, eu queria manifestar um posicionamento quanto ao processo anterior junto ao DNIT. Minha agenda atrasou um pouco hoje em virtude das chuvas, e a audiência que eu tinha no Ministério da Economia atrasou demais. Assim, acabei chegando atrasado à Comissão de Orçamentos.

É importante frisar, Deputado Cacá Leão, que é um Deputado da Bahia, a obra do trecho da BR-116. Nossa assessoria nos informa que estiveram aqui há poucos instantes o Dr. André, Diretor Executivo do DNIT, o Dr. Nicolas e toda a equipe do TCU envolvida na paralisação das obras da BR-116, lote 5, na Bahia. Esta obra é fundamental para o vetor de escoamento rodoviário que liga o Sul ao Norte do País.

V.Exa., Deputado Cacá Leão, como Parlamentar da Bahia, muito bem votado, conhece bem a nossa malha rodoviária e sabe que a paralisação de uma obra como esta causa um grave impacto e um dano econômico ao Estado da Bahia, impactando até mesmo a Região Metropolitana de Salvador, no que diz respeito a engarrafamentos e fluxo de veículos.

Faz 1 ano que eu estive nesta Comissão, junto com o Dr. Maurício, Superintendente do DNIT no Estado, para fazer um apelo naquela época para que a obra não fosse incluída no anexo de metas como obra com indícios de irregularidades. A obra não tinha indícios de irregularidades naquele momento. O que existia era um questionamento da posição ou da geometria no anteprojeto, e





CONGRESSO NACIONAL
Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização

esta pseudodistorção de geometria não impactava o orçamento. Além disso, não houve questionamentos acerca do processo licitatório por parte de nenhum concorrente dentro do RDC Integrado, que é feito após vencido o certame licitatório. Não havia nenhum questionamento por parte de nenhum concorrente em relação a este ou a outros processos que estavam sendo feitos no Brasil naquele momento.

O Dr. Tarcísio, atual Ministro da Infraestrutura — um excelente Ministro! —, foi quem implantou o RDC Integrado, como forma de dar celeridade às obras que precisavam ser contratadas. Naquele momento, o Brasil estava vivendo um *boom* de crescimento, em que havia muitas obras. O DNIT não tinha capacidade técnica à altura para termos tantos investimentos naquele momento. Mesmo assim, deu vencimento. O Dr. Tarcísio foi muito competente e implantou o RDC Integrado, que hoje é um sucesso no Brasil, pela agilidade que possui.

As obras estão acontecendo. Hoje só não estão mais céleres em virtude da condição econômica do País. Mas tenho certeza absoluta de que, quando sairmos desta inanição financeira, estas obras vão tomar um ritmo acelerado.

Especificamente em relação à BR-116, lote 5, eu defendi aqui, arduamente, 1 ano atrás, que seria um crime para o País paralisar aquela obra. Paralisar uma obra tão importante, com um gargalo rodoviário, seria um crime! Na época, o Relator, o Deputado Covatti, não acatou nosso apelo. Às 16 horas, com indício de irregularidades, ele colocou isso no anexo de meta, e a obra foi paralisada por 1 ano. Hoje faz 1 ano que a obra foi paralisada, gerando um grave dano econômico para o Estado da Bahia, para os Municípios de Serrinha, Feira de Santana, Teofilândia, Santa Bárbara, Euclides da Cunha, até a divisa com o Estado de Pernambuco, na Ponte do Ibó.

Nós trabalhamos muito para tentar tirar isso, até porque eu recebi votos nesta região, portanto sou cobrado diuturnamente por parte dos prefeitos, das lideranças políticas, dos empresários e da sociedade de forma geral, para que esta obra retorne imediatamente. Hoje, pelo que fui informado pela minha assessoria, existiu aqui praticamente um denominador comum entre o TCU e o DNIT, através do Dr. André, que é o Diretor Executivo do DNIT, pessoa de finíssimo trato e capacitada tecnicamente para fazer este debate aqui.

O apelo que faço a S.Exa. é que tenhamos uma solução definitiva ainda neste ano nesta Comissão de Orçamento. Se deixarmos para discutir este quadro no ano





CONGRESSO NACIONAL
Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização

que vem, haverá um prejuízo por mais 2 anos para o Estado da Bahia. Além disso, fica inviável tocar uma obra como esta indo e parando, indo e parando, indo e parando. Mobilização e desmobilização custam muito caro não só para o Erário, mas também para o executante.

Eu queria, Sr. Presidente, citar um dado para V.Exa. O DNIT — o TCU também precisa estar em acordo e esta Comissão também precisa estar ciente — demorou para aprovar a terraplanagem da obra: entre a data da entrega do projeto básico e a aprovação do Executivo, foram 534 dias. Foram quase 2 anos para aprovar esta obra. Trata-se de uma obra complexa, importante, mas ela tem que ser resolvida. Eu acho que esta Comissão tem a prerrogativa de resolver esta situação ou questionamento.

Portanto, eu faço um apelo a V.Exa. para que tenhamos rapidez na resolução desta situação. O Estado não aguenta mais, a região, muito menos. Não podemos deixar paralisada uma obra tão importante. Precisamos tomar uma decisão técnica. Eu queria depois chamar aqui não só o TCU, mas também o DNIT, para vermos que saída técnica é possível adotar. Precisamos encontrar uma saída técnica e votá-la ainda neste ano no Legislativo.

Nós não podemos mais deixar que esta obra seja prorrogada. Do contrário, haveria um dano muito grande para o Brasil. Como engenheiro, eu diria que o que acaba com uma empresa, o que acaba com a economia é o efeito sanfona: sobre e desce, sobre e desce. Nós não podemos mais deixar isso acontecer. Eu acho que temos que ter responsabilidade.

Deputado Cacá Leão, eu acho que nós aqui temos que sugerir que, na hora em que o projeto for liberado pelo órgão, ele tem que ser totalmente auditado pelo TCU. Emitiu a ordem de serviço? O TCU tem que estar de comum acordo com a ordem de serviço, assinando junto à ordem de serviço, para que a paralisação não venha a causar um dano maléfico, pior ainda, para o País e, no caso, para a Bahia.

Eu levei esta sugestão ao Presidente José Múcio, o Presidente do TCU: *"Presidente, nós sabemos a importância dos órgãos fiscalizadores, queremos que os órgãos fiscalizadores continuem com a autonomia de fiscalizar, de dar transparência às obras brasileiras, até para que o custo ao Erário seja mantido, e a população saia ganhando. Mas a paralisação de uma obra e sua retomada custam duas vezes mais".*





CONGRESSO NACIONAL
Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização

Portanto, eu sou favorável a que, antes de darmos uma ordem de serviço a uma obra de grande porte, de grande vulto, esta ordem de serviço seja analisada pelo TCU e seja dada, se possível, uma ordem de serviço incomum: o órgão contratante junto com o órgão fiscalizador. Isso dirime qualquer dúvida, evitando que a obra seja paralisada ou que cause outro grande dano.

Estas são as minhas considerações, Deputado Cacá Leão. Eu queria fazer este apelo a V.Exa., como baiano e como representante da região. Que tenhamos sensibilidade política e técnica, já que hoje aqui houve uma explanação do TCU junto com o DNIT, por dois grandes técnicos: o Dr. Nicolas é um técnico de alta relevância; o Dr. André Kuhn é outro grande técnico — é o Diretor Executivo do DNIT e, automaticamente, do Ministério da Infraestrutura.

Eu acho que não pairam mais dúvidas sobre esta obra. Assim, faço mais uma vez este apelo a V.Exa. para podermos resolver definitivamente esta paralisação e retomar a obra e o crescimento econômico da Bahia e do Brasil.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Cacá Leão. Bloco/PP - BA) - Faço coro às palavras de V.Exa., Deputado João Bacelar. Sei da sua luta nesta Comissão por tantas obras, inclusive por esta. Fiquei bastante satisfeito com a apresentação do TCU e do DNIT, que disseram já terem encontrado um caminho.

Eu acho, como V.Exa., que esta Comissão precisa fazer sua parte. Eu também não concordei com a inclusão desta obra no Anexo 6 no ano passado. Vamos fazer com que não conste novamente neste ano, para que tenhamos ainda no ano de 2019 uma solução para este problema grave, enfrentado por todo o nosso Estado, principalmente a região que liga o Estado de Pernambuco ao Município de Feira de Santana.

Agradeço ao Sr. Marcelo e ao Sr. Thiago a apresentação que fizeram.

Neste momento, convido para sentar-se à mesa o Sr. Bruno Martinello Lima, Secretário de Fiscalização de Infraestrutura Urbana do TCU; o Sr. Rodrigo Moreira, Coordenador-Geral do Departamento de Mobilidade do Ministério do Desenvolvimento Regional; e o Sr. André Dias Menezes de Almeida, Controlador Adjunto na cidade de São Paulo.

Tem a palavra o Sr. Bruno Martinello Lima, representante do TCU.





CONGRESSO NACIONAL
Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização

O SR. BRUNO MARTINELLO LIMA - Bom dia a todos. Meus cumprimentos ao Exmo. Deputado Cacá Leão, aos demais Parlamentares aqui presentes, aos colegas da Mesa. Agradeço a oportunidade de trazer informações relevantes sobre obras essenciais para nosso País.

Vou pedir licença para ficar em pé para fazer a apresentação.

(Segue-se exibição de imagens.)

Este corredor da radial leste, no trecho 1, foi o primeiro numa série de fiscalizações que nós fizemos na Prefeitura de São Paulo, em termos de contratos de corredores estruturantes na cidade. Trata-se de um contrato entre a Secretaria Municipal de Infraestrutura Urbana e um consórcio de mobilidade urbana, formado pela construtora OAS e a EIT Engenharia.

Na época da fiscalização, ainda em 2015, o contrato estava com cerca de 1% de execução, bem no seu início ainda. Por meio do Acórdão nº 1.923, o TCU confirmou uma irregularidade grave, com a indicação de paralisação, basicamente por dois motivos: um, o sobrepreço, decorrente de preços excessivos, no montante de 46 milhões, um montante superexpressivo, cerca de mais de 20% da amostra analisada, em mais de 10% do contrato formalizado; o outro, restrição à competitividade.

Tanto este contrato, como o de outros corredores decorreram de uma pré-qualificação, que foi realizada pela Prefeitura, sem que houvesse justificativas suficientes para a adoção deste mecanismo que a lei permite, sim, mas desde que devidamente justificado, para situações muito específicas, o que não era o caso dos corredores de ônibus.

Além da utilização indevida da pré-qualificação, critérios restritivos, tanto de habilitação, quanto de julgamento, levaram à indicação pelo tribunal destas irregularidades graves. Tanto do ponto de vista do contrato, quanto do ponto de vista do edital da licitação, existiam irregularidades graves. Assim, desde 2016, esta obra consta do quadro de bloqueio das Leis Orçamentárias Anuais. Basicamente neste ano, em 2019, a Prefeitura realizou a rescisão contratual. Por meio de despacho do Ministro-Relator Bruno Dantas, há mais ou menos 10 dias, referendado pelo Plenário, o TCU decidiu retirar a classificação de IGP pela rescisão do contrato. A última informação que nós temos é esta. O aviso já deve ter vindo ao Congresso com relação à retirada desta classificação, por conta da rescisão do contrato, já que





CONGRESSO NACIONAL
Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização

foi a mesma medida adotada por outros contratos. Portanto, o TCU seguiu a mesma linha que vinha entendendo na sua jurisprudência.

O SR. PRESIDENTE (Cacá Leão. Bloco/PP - BA) - Agradeço ao Sr. Bruno Lima.

Passo a palavra ao Sr. Rodrigo Moreira de Carvalho, do MDR.

O SR. RODRIGO MOREIRA DE CARVALHO - Bom dia a todos os presentes.

Sr. Presidente, é correta a apresentação do TCU. Eu tenho apenas um ponto a acrescentar. O termo de compromisso foi distratado também. Nós encaminhamos até como resposta à preliminar do FISCOBRAS a cópia do termo de distrato. Aliás, o termo envolvia o trecho 1 e o trecho 2. Em 2018, o trecho 2 já havia tido o contrato de execução rescindido. No começo deste ano, foi rescindido o do trecho 1, que foi o mais difícil. Isso aconteceu por processo judicial.

Além de não existirem mais os contratos de execução de obras, não existe mais o termo de compromisso entre a União e a Prefeitura. Portanto, o problema acabou. Não existe mais vínculo.

O SR. PRESIDENTE (Cacá Leão. Bloco/PP - BA) - Passo a palavra ao Sr. André Dias de Almeida, representante da cidade de São Paulo.

O SR. ANDRÉ DIAS MENEZES DE ALMEIDA - Bom dia a todos.

Agradeço ao Exmo. Deputado Cacá Leão a oportunidade de fazer uma breve manifestação. Vou ser muito rápido mesmo porque, como já foi exposto aqui, a situação já está de fato consolidada. Tanto o contrato foi rescindido em março deste ano, como o termo de compromisso com o Ministério do Desenvolvimento foi rescindido agora em julho deste ano. Portanto, não há a questão do repasse de recurso federal. Esta situação já está resolvida.

Independentemente disso, a Prefeitura, por orientação do Prefeito Bruno Covas, não só neste caso, mas em outros que também tiveram repasse federal para a execução de obras do corredor de ônibus — mesmo as que ainda não estejam atualmente classificadas no Anexo VI da Lei Orçamentária —, teve a mesma indicação de irregularidades no começo das fiscalizações feitas pelo TCU, com problemas nos editais de pré-qualificação e nos contratos que seguiram estes editais.

Não só no caso do Corredor Radial Leste 1 e 2, como também no Corredor Aricanduva e no Corredor Capão Redondo, houve a rescisão dos contratos. Estas





CONGRESSO NACIONAL
Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização

obras só serão retomadas com um modelo diferente. Os editais não serão aproveitados. Serão feitos novos editais, partindo-se da premissa de que a contratação do projeto executivo será feita separadamente da contratação da execução da obra. Todas estas informações serão prestadas pela Secretaria de Infraestrutura Urbana ao comitê, que faz referência ao trabalho do TCU, pedindo estas informações e dando prazo até 13 de novembro para a resposta. Isso será encaminhado oportunamente.

Era apenas isso que eu gostaria de falar.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Cacá Leão. Bloco/PP - BA) - Agradeço ao Sr. André de Almeida.

Indago aos participantes da Mesa se existe o interesse de fazerem algum tipo de questionamento.

O SR. RODRIGO MOREIRA DE CARVALHO - Eu gostaria, Sr. Presidente, de fazer apenas um acréscimo. No documento que o Bruno nos encaminhou, referente ao resultado do FISCOBRAS 2019, não constavam o Corredor Capão Redondo e o Corredor Aricanduva, até porque, nestes casos, a situação já estava resolvida.

O que acontece? O contrato de execução já estava distratado, ambos os contratos. Nós já havíamos encaminhado os termos de rescisão enviados pela Prefeitura, e ainda está em processo um ajuste dos contratos para a execução apenas de projetos, dos termos de compromisso entre a União e a Prefeitura. Por ora, vai haver o repasse só para os projetos. No futuro, havendo disponibilidade e condições, pode ser que, sim, haja recurso para a obra. Mas os termos de compromisso estão em processo de termo aditivo para a redução de meta, apenas para projetos.

Na época, nós entendíamos que o documento pelo qual a Caixa afere — nós o chamamos de SPA — a documentação técnica já havia sido encaminhada para o Ministério e que estava em processo de análise. Ele já foi analisado e já foi devolvido à Caixa. Agora o que está em processo é o próprio termo aditivo, contratual, do termo de compromisso para a redução de meta. O assunto está resolvido.

Por outro lado, a convocação para esta Comissão considerou estes termos de compromisso e contratos de execução na pauta, o que causou estranheza a nós, do





CONGRESSO NACIONAL
Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização

Ministério. Já era uma situação resolvida. Não faz o menor sentido. Não sei se é por conta do edital de licitação, que não foi revogado. Se é preciso revogá-lo eu não sei. O próprio contrato já foi rescindido. Talvez reste alguma iniciativa da Prefeitura de tornar sem efeito o edital de licitação, para resolver o assunto de vez, com relação ao Aricanduva e ao Capão.

O SR. ANDRÉ DIAS MENEZES DE ALMEIDA - Gostaria de acrescentar que, de fato, ainda existe uma previsão de repasse, não no caso do Radial Leste 1 e 2, para os quais não há mais nenhum repasse, mas, para o Capão Redondo, que será no valor de 5,4 milhões de reais, e para o Aricanduva, no valor de 4,8 milhões de reais, especificamente para os projetos executivos, que vão ser licitados de maneira separada da execução da obra.

Estes dois casos não estavam mais classificados como irregularidades graves que justificassem uma paralisação. Isso consta do trabalho do TCU. Nós pretendemos ainda, nestes dois casos, até dezembro deste ano, já lançar um novo termo de referência para a contratação. Nós nos comprometemos a encaminhar todos os documentos que forem necessários para demonstrar que foi feito este novo modelo de contratação, eliminando as irregularidades inicialmente apontadas.

O SR. BRUNO MARTINELLO LIMA - Apenas esclareço que, por parte do TCU, essas duas obras não constam mais como irregularidade grave com indicação de paralisação. De fato, houve a rescisão do contrato. Embora haja um risco, em termos jurídicos, de essa licitação ser aproveitada, há indicação de que isso não vai acontecer. E o tribunal tem acompanhado para que isso não ocorra, já que uma das indicações de irregularidades é no edital. Então, eventualmente, se a Prefeitura fosse utilizá-lo, novamente o Tribunal entraria com alguma outra medida.

O SR. PRESIDENTE (Cacá Leão. Bloco/PP - BA) - Agradeço a participação ao André e lhe peço que leve ao Prefeito Bruno Covas, que foi nosso colega aqui na Câmara de Deputados, nosso abraço e nossos votos de pronto restabelecimento.

O Rodrigo e o Bruno permanecerão conosco para o próximo debate, que trata do BRT da cidade de Palmas, no Tocantins.

O SR. ANDRÉ DIAS MENEZES DE ALMEIDA - Muito obrigado.

Eu agradeço a todos. *(Pausa.)*

O SR. PRESIDENTE (Cacá Leão. Bloco/PP - BA) - Passo a palavra ao Bruno Martinello Lima, Secretário de Fiscalização de Infraestrutura do TCU.





CONGRESSO NACIONAL
Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização

O SR. BRUNO MARTINELLO LIMA - Peço licença, mais uma vez, para fazer a apresentação.

(Segue-se exibição de imagens.)

Com relação à obra do BRT de Palmas, foi uma fiscalização que nós fizemos em 2016, ainda no edital de licitação dessa obra realizada pela Secretaria Municipal de Transporte de Palmas. Havia um edital de contratação na modalidade RDC, com um orçamento sigiloso.

À época, esse edital de licitação teve a abertura de propostas, e, na habilitação de empresas, existia um termo de compromisso com o antigo Ministério das Cidades para o financiamento de parte desse empreendimento no valor aproximado de 220 milhões de reais. E a IG-P, por meio do Acórdão 1.923, foi dada basicamente pela deficiência nos estudos de viabilidade técnica.

Adentrando um pouquinho mais, especificamente, o que estava faltando? Não havia dados suficientes com relação à demanda da população de Palmas por transporte público. Os estudos foram fundamentados com dados da cidade do Rio de Janeiro, algo que causou bastante perplexidade. Faltavam estudos de outras alternativas que não fosse a do modal do BRT. Então, não se avaliaram outras possibilidades em termos de custo-benefício de cada solução. Também havia a falta de comprovação da viabilidade econômica desse empreendimento. Quanto ele iria custar? Quem iria financiar isso? Como ele seria financiado? Haveria a disponibilidade de recursos orçamentários e financeiros por parte de quem iria operar esse sistema, no caso, a Prefeitura de Palmas?

Desde 2016, essa obra consta do quadro de bloqueio, e, por meio da decisão, do Acórdão 456, do Ministro André Luís, houve a determinação de que o Ministério fizesse a rescisão desse termo de compromisso, o que foi prontamente atendido.

Então, nós nos encontramos na posição de que o Tribunal ainda não avaliou o caso após essa rescisão. A unidade técnica já tem um parecer pela retirada da irregularidade grave, mas o Tribunal não se manifestou ainda por meio de seus Ministros. Então, o processo aguarda julgamento, embora a medida corretiva já tenha sido adotada pelo Ministério do Desenvolvimento Regional.

Era isso.

O SR. PRESIDENTE (Cacá Leão. Bloco/PP - BA) - Agradeço ao Bruno e passo a palavra agora ao Rodrigo Moreira, Coordenador-Geral de Gestão de





CONGRESSO NACIONAL
Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização

Empreendimentos do Departamento de Projetos de Mobilidade e Serviços Urbanos do MDR.

O SR. RODRIGO MOREIRA DE CARVALHO - Como colocado, o termo de compromisso já foi rescindido. Não existe mais vínculo entre a União e esse empreendimento. Então, a situação está resolvida. É uma pena que as coisas tenham acontecido dessa forma, mas a situação está resolvida.

O SR. PRESIDENTE (Cacá Leão. Bloco/PP - BA) - Agradeço aos representantes.

Indago se alguém tem interesse em fazer alguma espécie de questionamento.

Pois não, Deputado João Carlos Bacelar.

O SR. JOÃO CARLOS BACELAR (PL - BA) - Deputado Cacá Leão, eu tenho aqui um *pen drive* com as fotos da BR-116, lote 5. Eu queria apenas ilustrar, para que fique registrado nos Anais desta Casa, o impacto causado pela paralisação de uma obra como essa. Então, se V.Exa. permitir, vou fazer um demonstrativo fotográfico de como está a obra, onde ela foi paralisada e os danos que isso vem causando, uma vez que a erosão já está comprometendo boa parte da terraplanagem feita.

O SR. PRESIDENTE (Cacá Leão. Bloco/PP - BA) - Permito sim, Deputado.

O SR. JOÃO CARLOS BACELAR (PL - BA) - Isso tem que ser feito, inclusive ilustrativamente, para que outros processos mais à frente — sei que este vai ser resolvido — sejam muito bem discutidos, exaustivamente, aqui nesta Comissão, antes de serem incluídos no anexo de metas de obras com indícios de irregularidade.

(Segue-se exibição de imagens.)

Eu me recordo de que um dos apelos feitos ao Deputado Covatti era que não se podia deixar acontecer o que está acontecendo hoje. O Deputado disse inclusive que tinha receio de o CPF dele ser comprometido em virtude de qualquer expectativa. Eu disse: *"Se V.Exa. não tem condições de ser Relator de uma matéria tão importante como essa, deixe o cargo para quem tem condições de discutir tecnicamente e resolver, mas não podemos deixar isso acontecer na Bahia"*. Isso é o que vemos na fotografia em exibição.

Isso é um exemplo que mostra a necessidade de nós, incluídas as pessoas do TCU aqui presentes, termos responsabilidade política e técnica ao paralisarmos uma





CONGRESSO NACIONAL
Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização

obra, sabendo o custo da paralisação de uma obra como essa. O técnico que apontou indício de irregularidade em uma obra dessa deveria percorrer o campo para ver o custo absurdo que a paralisação tem para o Brasil.

Creio que aqui temos, Deputado Cacá Leão, uma grande valia, desde momento até quando viermos a resolver essa situação.

Vemos que a terraplanagem já tinha sido feita, já estava imprimada. Já se estava para colocar a capa asfáltica. Hoje, o mato já está cobrindo tudo. Pode-se ver na rodovia, mais acima, o mato já passando dos automóveis, onde vai ser feita a duplicação desse trecho.

Aí estão as valetas de drenagem da obra já sendo comprometidas pelo mato.

Agora vemos parte da terraplanagem já comprometida, em cima da erosão, porque entrou o período de inverno deste ano, e o serviço feito estava descoberto.

Vejam aí outra foto da parte de drenagem. Já há lixo sendo jogado no local.

Os bueiros feitos já estão ficando entupidos.

Vejam o mato aí cobrindo a parte de imprimação.

Enfim, Sr. Presidente, isso é um absurdo para o País. Acho que esta Comissão de Orçamento tem a grande responsabilidade de não deixar isso acontecer mais. Antes de paralisar uma obra, é preciso discutir exaustivamente suas condições. Além disso, deveria ser, sim, apontado o CPF de quem paralisou essa obra.

Essas são as minhas considerações.

Agradeço a V.Exa. a sensibilidade política que tem demonstrado. V.Exa. é um dos jovens Parlamentares brilhantes da Bahia e do Brasil, e sei que, como Relator da LDO, vai ajudar muito o Brasil.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Cacá Leão. Bloco/PP - BA) - Agradeço, Deputado João Carlos Bacelar. Novamente faço coro às palavras de V.Exa. Eu também considero absurda essa paralisação. Isso não vai se repetir no relatório deste ano.

Agradeço o comparecimento dos senhores convidados, dos Parlamentares e do público.

Está encerrada a presente reunião.





CONGRESSO NACIONAL
Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização

ATA DA DÉCIMA QUINTA REUNIÃO ORDINÁRIA, DA 1ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA, DA 56ª
LEGISLATURA, DA COMISSÃO MISTA DE PLANOS, ORÇAMENTOS PÚBLICOS E FISCALIZAÇÃO,
REALIZADA EM 19 E 20 DE NOVEMBRO DE 2019.

Aos dezenove e vinte dias do mês de novembro do ano de dois mil e dezenove, foi convocada ordinariamente a Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização, no Anexo II, plenário 02 da Câmara dos Deputados, com o objetivo de apreciar as matérias constantes da Pauta. Foi registrado o comparecimento dos membros: - **Deputados titulares:** Aluisio Mendes, André Figueiredo, Cacá Leão, Carlos Henrique Gaguim, Celso Sabino, Dagoberto Nogueira, Domingos Neto, Genecias Noronha, Gonzaga Patriota, Gurgel, Hildo Rocha, Hiran Gonçalves, Josimar Maranhãozinho, Lucas Gonzalez, Luciano Ducci, Lucio Mosquini, Márcio Marinho, Misael Varella, Nivaldo Albuquerque, Paulo Azi e Vicentinho Júnior; - **Senadores titulares:** Angelo Coronel, Elmano Férrer, Izalci Lucas, Kátia Abreu, Luiz do Carmo, Marcelo Castro, Vanderlan Cardoso e Wellington Fagundes; - **Deputados suplentes:** Adolfo Viana, Bohn Gass, Dra. Soraya Manato, Hercílio Coelho Diniz, Jaqueline Cassol, João Carlos Bacelar, José Nunes, Roman, Samuel Moreira, Silvio Costa Filho e Weliton Prado; e - **Senadores Suplentes:** Carlos Viana, Mecias de Jesus, Oriovisto Guimarães e Soraya Thronicke. Foi registrado o comparecimento dos parlamentares não integrantes da Comissão, Deputados Claudio Cajado, Delegado Pablo, Fred Costa, Heitor Freire e Zé Neto. Foi registrada a ausência dos membros titulares: - **Deputados:** Beto Faro, Edmilson Rodrigues, Felipe Francischini, Filipe Barros, João Roma, Marreca Filho, Orlando Silva, Rodrigo de Castro, Vander Loubet e Zeca Dirceu; e - **Senadores:** Flávio Bolsonaro, Jean Paul Prates e Veneziano Vital do Rêgo. **ABERTURA:** às quatorze horas e cinquenta e cinco minutos, e havendo número regimental para deliberação nas duas Casas do Congresso Nacional, os trabalhos foram abertos pelo Presidente, Senador Marcelo Castro. **AVISO.** O Presidente informou que no dia 20 de novembro, às 14h30min, no plenário 2 da Câmara dos Deputados, haveria Reunião Conjunta de Audiência Pública com o Presidente do Banco Central do Brasil – BACEN, Senhor Roberto Campos Neto, que apresentaria a Avaliação do cumprimento dos objetivos e metas das políticas monetária, creditícia e cambial, evidenciando o impacto e o custo fiscal de suas operações e os Resultados demonstrados nos balanços do Banco Central do Brasil, referente ao 1º semestre do exercício de 2019. Participariam, ainda, as seguintes Comissões: de Finanças e Tributação - CFT; de Desenvolvimento Econômico, Indústria, Comércio e Serviços - CDEICS; de Fiscalização Financeira e Controle - CFFC, da Câmara dos Deputados; de Assuntos Econômicos – CAE e de Transparência, Governança, Fiscalização e Controle e Defesa do Consumidor do Senado Federal. Em atendimento ao disposto no art. 9º, § 5º da Lei Complementar nº 101, de 4 de maio de 2000 – Lei de Responsabilidade Fiscal. **EXPEDIENTES.** O Presidente declarou como lidos os expedientes recebidos pela Comissão, de 22 de outubro a 19 de novembro de 2019, tendo em vista que essas informações encontram-se publicadas na página da CMO na internet. Em seguida, foram submetidas à apreciação as Atas das seguintes reuniões: 13ª Reunião Ordinária, realizada no dia 22 de outubro de 2019; 10ª Reunião de Audiência Pública, realizada em 23.10.2019; 11ª Reunião de Audiência Pública, realizada em 31.10.2019; 12ª Reunião de Audiência Pública, realizada em 05.11.2019; 14ª Reunião Ordinária, realizada em 05.11.2019; e 13ª Reunião de Audiência Pública, realizada em 07.11.2019. Em votação, as Atas foram **aprovadas.** **ORDEM DO DIA.** O Presidente informou que na Reunião do Colegiado de Representantes das Lideranças Partidárias com assento na Comissão, realizada naquele dia, houve acordo para apreciação das seguintes matérias Extrapauta: Relatórios apresentados aos **Projetos de Lei de nºs 42, 48, e 50/2019-CN.** E assim,





CONGRESSO NACIONAL

Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização

submeteu à apreciação o Requerimento para Quebra de Interstício e Inclusão na Pauta destas matérias, a despeito do previsto no *Art. 128 da Resolução nº 01/2006-CN*, que estabelece que a apreciação dos relatórios somente poderá ocorrer após o prazo de 2 (dois) dias úteis de sua distribuição. Autor: Presidente da CMO, Senador Marcelo Castro. Discutiram o Requerimento os Deputados Aluisio Mendes e Bohn Gass. Em votação, o Requerimento foi **aprovado**. EXTRAPAUTA. Relatório apresentado ao **Projeto de Lei nº 42/2019-CN**, que “Abre aos Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social da União, em favor de diversos órgãos do Poder Executivo, crédito suplementar no valor de R\$ 2.124.281.608,00 (dois bilhões, cento e vinte e quatro milhões, duzentos e oitenta e um mil e seiscentos e oito reais), para reforço de dotações constantes da Lei Orçamentária vigente.” Relator: Deputado Vicentinho Júnior. Foram apresentadas 16 emendas. Voto: pela aprovação do Projeto de Lei, nos termos do Substitutivo apresentado, com as alterações promovidas pelo Ofício nº 627/2019/GME-ME, de 18 de novembro de 2019, do Ministro de Estado da Economia; com indicação pela **inadmissibilidade** da Emenda nº 02; pela **aprovação** das Emendas de nºs 05, 06, 09 e 14; pela **aprovação parcial** da Emenda nº 15, e pela **rejeição** das demais emendas. O relator apresentou o Relatório. Discutiu a matéria o Deputado Bohn Gass. O Presidente declarou **inadmitida** a Emenda nº 02. Em votação, o Relatório foi **aprovado**. EXTRAPAUTA. Relatório apresentado ao **Projeto de Lei nº 48/2019-CN**, que “Abre aos Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social da União, em favor de diversos órgãos do Poder Executivo, crédito suplementar no valor de R\$ 3.822.560.000,00 (três bilhões, oitocentos e vinte e dois milhões e quinhentos e sessenta mil reais), para reforço de dotações constantes da Lei Orçamentária vigente.” Relator: Deputado Carlos Henrique Gaguim. Foram apresentadas 58 emendas. Voto: pela aprovação do Projeto de Lei, nos termos do Substitutivo apresentado; pela **aprovação** das Emendas de nºs 02, 03, 04, 32, 33, 34 e 56; pela **aprovação parcial** da Emenda nº 28, e pela **rejeição** das demais emendas. O relator apresentou o Relatório. Não houve discussão. Em votação, o Relatório foi **aprovado**. EXTRAPAUTA. Relatório apresentado ao **Projeto de Lei nº 50/2019-CN**, que “Abre ao Orçamento Fiscal da União, em favor dos Ministérios da Infraestrutura e do Desenvolvimento Regional, e de Transferências a Estados, Distrito Federal e Municípios, crédito especial no valor de R\$ 5.846.700.000,00 (cinco bilhões, oitocentos e quarenta e seis milhões e setecentos mil reais), para os fins que especifica.” Relator: Senador Luiz do Carmo. Foram apresentadas 11 emendas. Voto: pela aprovação do Projeto de Lei, na forma proposta pelo Poder Executivo, com indicação pela **inadmissibilidade** das Emendas de nºs 02 e 03, e pela **rejeição** das demais emendas. O relator apresentou o Relatório. Não houve discussão. O Presidente declarou **inadmitidas** as Emendas de nºs 02 e 03. Em votação, o Relatório foi **aprovado**. Em sequência, houve manifestações sobre a matéria aprovada e pronunciamentos diversos, e fizeram uso da palavra os Deputados Vicentinho Júnior, Claudio Cajado, Representante da Liderança do Governo na CMO, Bohn Gass, Aluisio Mendes, Zé Neto, e os Senadores Izalci Lucas e Carlos Viana. Às 15h41min, o Presidente anunciou que iria suspender os trabalhos. Antes, porém, convocou a continuação da reunião ordinária para o dia seguinte, às 11 horas, no plenário 2 da Câmara dos Deputados. No dia 20 de novembro, às 11h34min, os trabalhos foram reabertos pelo Presidente, Senador Marcelo Castro. PAUTA. Item 01. Relatório apresentado ao **Projeto de Lei nº 25/2019-CN**, que “Abre aos Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social da União, em favor dos Ministérios da Educação, da Justiça e Segurança Pública, da Infraestrutura, do Desenvolvimento Regional e da Mulher, da Família e dos Direitos Humanos, crédito suplementar no valor de R\$ 52.141.807,00 (cinquenta e dois milhões, cento e quarenta e um mil e oitocentos e sete reais), para reforço de dotações constantes da Lei Orçamentária vigente.” Relator: Deputado Celso Sabino. Foram apresentadas 06 emendas. Voto: pela aprovação do Projeto de Lei, na forma proposta pelo Poder Executivo, e com indicação pela **inadmissibilidade** das emendas de nºs 01 a 06. Ausente o relator, foi designado o Deputado Dagoberto Nogueira como relator *ad hoc*, que apresentou o Relatório. Não houve discussão. O Presidente declarou **inadmitidas** as emenda de nºs 01 a 06. Em votação,





CONGRESSO NACIONAL
Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização

o Relatório foi **aprovado**. Em seguida, o Senador Wellington Fagundes solicitou a apreciação do Relatório apresentado ao **Projeto de Lei nº 40/2019-CN**. E o Presidente informou que, em Reunião do Colegiado de Representantes das Lideranças Partidárias com assento na Comissão – CRLP, houve acordo, apenas, para votação dos Relatórios apresentados aos **Projetos de Lei de nºs 25, 26, 29, 33, 35, 37 e 43/2019-CN**, constantes da Pauta, e os Relatórios aos **Projetos de Lei de nºs 39, 46 e 47/2019-CN**, matérias extrapauta. Item 02. Relatório apresentado ao **Projeto de Lei nº 26/2019-CN**, que “Abre ao Orçamento Fiscal da União, em favor dos Ministérios da Educação, da Justiça e Segurança Pública, do Desenvolvimento Regional e da Cidadania, crédito especial no valor de R\$ 28.179.387,00 (vinte e oito milhões, cento e setenta e nove mil e trezentos e oitenta e sete reais), para os fins que especifica.” Relator: Deputado André Figueiredo. Foram apresentadas 07 emendas. Voto: pela aprovação do Projeto de Lei, na forma proposta pelo Poder Executivo, e com indicação pela **inadmissibilidade** das emendas de nºs 01 a 07. Ausente o relator, foi designado o Deputado Misael Varella como relator *ad hoc*, que apresentou o Relatório. Não houve discussão. O Presidente declarou **inadmitidas** as emenda de nºs 01 a 07. Em votação, o Relatório foi **aprovado**. Item 04. Relatório apresentado ao **Projeto de Lei nº 29/2019-CN**, que “Abre ao Orçamento de Investimento para 2019, em favor das empresas Companhia Docas do Espírito Santo, Empresa Gerencial de Projetos Navais e Itaguaçu da Bahia Energias Renováveis S.A. crédito especial no valor de R\$ 4.075.480,00 (quatro milhões, setenta e cinco mil e quatrocentos e oitenta reais), para os fins que especifica.” Relator: Deputado Márcio Marinho. Não foram apresentadas emendas. Voto: pela aprovação do Projeto de Lei, na forma proposta pelo Poder Executivo. O relator apresentou o Relatório. Não houve discussão. Em votação, o Relatório foi **aprovado**. Item 07. Relatório apresentado ao **Projeto de Lei nº 33/2019-CN**, que “Abre aos Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social da União, em favor de diversos órgãos do Poder Executivo, de Encargos Financeiros da União e de Operações Oficiais de Crédito, crédito suplementar no valor de R\$ 561.637.910,00 (quinhentos e sessenta e um milhões, seiscentos e trinta e sete mil e novecentos e dez reais), para reforço de dotações constantes da Lei Orçamentária vigente.” Relator: Deputado Lucio Mosquini. Foram apresentadas 15 emendas. Voto: pela aprovação do Projeto de Lei, nos termos do Substitutivo apresentado, com indicação pela **inadmissibilidade** das emendas de nºs 01, 02, 10, 12, 13 e 14, pela **aprovação** das emendas de nºs 07 e 08, e pela **rejeição** das emendas de nºs 03, 04, 05, 06, 09, 11 e 15. O relator apresentou o Relatório. O Presidente declarou **inadmitidas** as emendas de nºs 01, 02, 10, 12, 13 e 14. Não houve discussão. Em votação, o Relatório foi **aprovado**. Item 09. Relatório apresentado ao **Projeto de Lei nº 35/2019-CN**, que “Abre ao Orçamento Fiscal da União, em favor dos Ministérios da Agricultura, Pecuária e Abastecimento; da Educação; da Justiça e Segurança Pública e do Desenvolvimento Regional, crédito especial no valor de R\$ 9.010.000,00 (nove milhões e dez mil reais), para os fins que especifica.” Relatora: Senadora Daniella Ribeiro. Não foram apresentadas emendas. Voto: pela aprovação do Projeto de Lei, na forma proposta pelo Poder Executivo. Ausente a relatora, foi designado o Deputado Aluisio Mendes como relator *ad hoc*, que apresentou o Relatório. Não houve discussão. Em votação, o Relatório foi **aprovado**. Item 11. Relatório apresentado ao **Projeto de Lei nº 37/2019-CN**, que “Abre aos Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social da União, em favor dos Ministérios da Agricultura, Pecuária e Abastecimento, da Ciência, Tecnologia, Inovações e Comunicações, da Educação, da Saúde, da Infraestrutura, do Desenvolvimento Regional, da Cidadania e da Mulher, da Família e dos Direitos Humanos, crédito suplementar no valor de R\$ 144.825.834,00 (cento e quarenta e quatro milhões, oitocentos e vinte e cinco mil e oitocentos e trinta e quatro reais), para reforço de dotações constantes da Lei Orçamentária vigente.” Relator: Deputado Leônidas Cristino. Foram apresentadas 04 emendas. Voto: pela aprovação do Projeto de Lei, na forma proposta pelo Poder Executivo, e com indicação pela **inadmissibilidade** das emendas de nºs 01 a 04. Ausente o relator, foi designado o Deputado Dagoberto Nogueira como relator *ad hoc*, que apresentou o Relatório. Não houve discussão. O





CONGRESSO NACIONAL

Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização

Presidente declarou **inadmitidas** as emendas de nºs 01 a 04. Em votação, o Relatório foi **aprovado**. Item 12. Relatório apresentado ao **Projeto de Lei nº 43/2019-CN**, que “Abre ao Orçamento Fiscal da União, em favor do Ministério do Desenvolvimento Regional, crédito especial no valor de R\$ 4.000.000,00 (quatro milhões de reais), para o fim que especifica.” Relator: Senador Vanderlan Cardoso. Foi apresentada 01 emenda. Voto: pela aprovação do Projeto de Lei, na forma proposta pelo Poder Executivo, e com indicação pela **inadmissibilidade** da emenda nº 01. Ausente o relator, foi designado o Deputado Genecias Noronha como relator *ad hoc*, que apresentou o Relatório. Não houve discussão. O Presidente declarou **inadmitida** a emenda nº 01. Em votação, o Relatório foi **aprovado**. Em prosseguimento, o Presidente submeteu ao Plenário Requerimento para Quebra de Interstício e Inclusão na Pauta, no sentido de apreciar os Relatórios apresentados aos **Projetos de Lei de nºs 39, 46, e 47/2019-CN**, a despeito do previsto no *Art. 128 da Resolução nº 01/2006-CN*, que estabelece que a apreciação dos relatórios somente poderá ocorrer após o prazo de 2 (dois) dias úteis de sua distribuição. Autor: Presidente da CMO, Senador Marcelo Castro. Em votação, o Requerimento foi **aprovado**. EXTRAPAUTA. Relatório apresentado ao **Projeto de Lei nº 39/2019-CN**, que “Abre ao Orçamento Fiscal da União, em favor do Ministério da Defesa, crédito especial no valor de R\$ 3.162.567,00 (três milhões, cento e sessenta e dois mil e quinhentos e sessenta e sete reais), para o fim que especifica.” Relator: Senador Angelo Coronel. Foi apresentada 01 emenda. Voto: pela aprovação do Projeto de Lei, na forma proposta pelo Poder Executivo, e com indicação pela **inadmissibilidade** da emenda nº 01. Ausente o relator, foi designado o Deputado Dagoberto Nogueira como relator *ad hoc*, que apresentou o Relatório. Não houve discussão. O Presidente declarou **inadmitida** a emenda nº 01. Em votação, o Relatório foi **aprovado**. EXTRAPAUTA. Relatório apresentado ao **Projeto de Lei nº 46/2019-CN**, que “Abre ao Orçamento Fiscal da União, em favor do Conselho Nacional de Justiça, crédito especial no valor de R\$ 7.700.000,00 (sete milhões e setecentos mil reais), para o fim que especifica.” Relator: Deputado Genecias Noronha. Não foram apresentadas emendas. Voto: pela aprovação do Projeto de Lei, na forma proposta pelo Poder Executivo. O relator apresentou o Relatório. Não houve discussão. Em votação, o Relatório foi **aprovado**. EXTRAPAUTA. Relatório apresentado ao **Projeto de Lei nº 47/2019-CN**, que “Abre ao Orçamento Fiscal da União, em favor dos Ministérios da Economia e da Defesa, crédito suplementar no valor de R\$ 470.491.903,00 (quatrocentos e setenta milhões, quatrocentos e noventa e um mil e novecentos e três reais), para reforço de dotações constantes da Lei Orçamentária vigente.” Relator: Deputado João Carlos Bacelar. Não foram apresentadas emendas. Voto: pela aprovação do Projeto de Lei, na forma proposta pelo Poder Executivo. Ausente o relator, foi designado o Deputado Misael Varella como relator *ad hoc*, que apresentou o Relatório. Não houve discussão. Em votação, o Relatório foi **aprovado**. Logo após, o Presidente lembrou que naquele dia, às 14h30min, no plenário 2 da Câmara dos Deputados, haveria Reunião Conjunta de Audiência Pública com o Presidente do Banco Central do Brasil – BACEN, Senhor Roberto Campos Neto. **ENCERRAMENTO**: nada mais havendo a tratar, o Presidente encerrou os trabalhos às doze horas e quatro minutos. Para constar, eu, Walbinson Tavares de Araujo, Secretário Executivo, lavrei a presente Ata, que, após a sua aprovação, será assinada pelo Presidente da Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização do Congresso Nacional e encaminhada para publicação no Diário do Congresso Nacional. Os trabalhos foram gravados e, depois de traduzidos, integrarão esta Ata. **Senador Marcelo Castro, Presidente.**
XXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXX





CONGRESSO NACIONAL
Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização

Em 19.11.2019, às 14h30min.

O SR. PRESIDENTE (Marcelo Castro. MDB - PI) - Há quórum regimental para a abertura dos trabalhos. Declaro, portanto, iniciada a 15ª Reunião Ordinária da Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização, destinada à apreciação das matérias constantes da pauta.

Há quórum para a deliberação nas representações das duas Casas do Congresso Nacional.

Aviso.

Informo que está prevista para ocorrer amanhã, dia 20 de novembro, quarta-feira, às 14h30min, neste plenário, a Reunião Conjunta de Audiência Pública com o Presidente do Banco do Brasil, o Sr. Roberto Campos Neto, que discorrerá sobre a avaliação do cumprimento dos objetivos e metas das políticas monetária, creditícia e cambial, evidenciando o impacto e o custo fiscal de suas operações e os resultados demonstrados no balanços do Banco Central do Brasil referentes ao primeiro semestre do exercício de 2019, em atendimento ao estabelecido no § 5º do art. 9º da Lei Complementar nº 101, de 4 de maio de 2000, a Lei de Responsabilidade Fiscal.

Serão convidadas a participar as seguintes Comissões da Câmara dos Deputados: Comissão de Finanças e Tributação; Comissão de Desenvolvimento Econômico, Indústria, Comércio e Serviços; e Comissão de Fiscalização Financeira e Controle; Comissões do Senado Federal: Comissão de Assuntos Econômicos; e Comissão de Transparência, Governança, Fiscalização e Controle e Defesa do Consumidor.

Expediente.

Declaro como lidos os expedientes recebidos pela Comissão até a presente data, tendo em vista que estas informações se encontram publicadas na página da CMO na Internet.

Apreciação das atas.

Havendo concordância do Plenário, proponho a dispensa da leitura das atas, por terem sido distribuídas antecipadamente.

O SR. ALUISIO MENDES (PSC - MA) - Peço a dispensa da leitura da ata, Sr. Presidente.





CONGRESSO NACIONAL
Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização

O SR. PRESIDENTE (Marcelo Castro. MDB - PI) - Concedida.

Caso haja alguma retificação, peço aos Srs. Parlamentares que se manifestem.

(Pausa.)

Coloco em votação as atas das seguintes reuniões: 13ª Reunião Ordinária, realizada em 22 de outubro de 2019; 10ª Reunião de Audiência Pública, realizada em 23 de outubro de 2019; 11ª Reunião de Audiência Pública, realizada em 31 de outubro de 2019; 12ª Reunião de Audiência Pública, realizada em 5 de novembro de 2019; 14ª Reunião Ordinária, realizada em 5 de novembro de 2019; e 13ª Reunião de Audiência Pública, realizada em 7 de novembro de 2019.

As atas estão em votação na representação da Câmara dos Deputados.

Os Srs. Deputados que as aprovam permaneçam como se encontram. *(Pausa.)*

Aprovadas.

As atas estão em votação na representação do Senado Federal.

Os Srs. Senadores que as aprovam permaneçam como se acham. *(Pausa.)*

Aprovadas.

Comunico ao Plenário que, tendo em vista o acordo no Colégio de Líderes, proponho a inclusão na pauta dos relatórios apresentados aos Projetos de Lei nºs 42, 48 e 50, de 2019, do Congresso Nacional. Informo, ainda, que há requerimento sobre a mesa para a quebra de interstício, no sentido de apreciar as matérias.

Consulto o Plenário sobre a possibilidade de votação destas proposições, a despeito do previsto no art. 128 da Resolução nº 1, de 2006, do Congresso Nacional, que estabelece que a apreciação dos relatórios somente poderá ocorrer após o prazo de 2 dias úteis de sua distribuição.

Em deliberação a inclusão na pauta e a dispensa do prazo de 2 dias úteis para a votação dos relatórios apresentados dos Projetos de Lei nºs 42, 48 e 50, de 2019, nos termos do art. 128 da Resolução nº 1, de 2006, do Congresso Nacional.

Os Srs. Deputados que os aprovam permaneçam como se encontram. *(Pausa.)*

O SR. ALUISIO MENDES (PSC - MA) - Sr. Presidente, a título de esclarecimento, quais são os PLN que serão votados agora?

O SR. PRESIDENTE (Marcelo Castro. MDB - PI) - São os PLNs 42, 48 e 50.

O SR. ALUISIO MENDES (PSC - MA) - O.k., Sr. Presidente. Obrigada.

O SR. BOHN GASS (PT - RS) - Sr. Presidente, eu quero fazer um registro.





CONGRESSO NACIONAL
Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização

O SR. PRESIDENTE (Marcelo Castro. MDB - PI) - Pois não, Deputado Bohn Gass.

O SR. BOHN GASS (PT - RS) - Sr. Presidente, não tendo sido cumprido o prazo de divulgação do relatório, eu quero registrar que nossa concordância com a possibilidade desta votação se dá por não votarmos nenhum outro PLN.

O SR. PRESIDENTE (Marcelo Castro. MDB - PI) - Com certeza, Deputado.

O SR. BOHN GASS (PT - RS) - Senão, nós não teríamos feito esse acordo.

O SR. PRESIDENTE (Marcelo Castro. MDB - PI) - Foi o acordo feito.

O SR. BOHN GASS (PT - RS) - O segundo aspecto que eu gostaria de levantar, Sr. Presidente, diz respeito ao projeto que nós votamos na sessão do Congresso Nacional em que só poderiam ser enviados para o Congresso projetos de lei nacional que fossem referenciados na cessão onerosa.

Lembro ainda, Senador Izalci, que V.Exa. estava na tribuna, foi o Relator, quando nós solicitamos que só poderiam vir para cá projetos que rezassem sobre o tema da cessão onerosa. Outros projetos não poderiam passar a data do dia 15 de outubro, que se estendeu até 14 de novembro.

Eu quero registrar que o PLN 48 não trata da cessão onerosa. Quero frisar este ponto, para que fique bem registrado. O PLN 50 trata da cessão onerosa.

Um dos motivos para termos feito este acordo é porque eu quero construir com os colegas Deputados e Senadores a organização... Eu considero muito grave o que aconteceu por parte da Presidência da República, por parte do Governo Bolsonaro, com relação à Mensagem nº 569, referente à Lei de Diretrizes Orçamentárias. Ele vetou um conjunto de temas que nós aprovamos à unanimidade, nesta Comissão, entre Senadores e Deputados.

Eu trago aqui os vetos. Eles se referem ao fortalecimento e à dinamização da agricultura familiar. Eu tenho certeza de que nós construímos um acordo para votar e incluir estes itens na Lei de Diretrizes Orçamentárias. Outro item diz respeito ao fortalecimento do SUS, levando-se em conta que a saúde está atacada; às políticas para as mulheres, promoção, igualdade e enfrentamento da violência; aviação civil, ciência, tecnologia e inovação — quantos debates nós fizemos sobre os recursos atinentes ao fim das pesquisas da CAPES e do CNPq! Mais: comunicação para o desenvolvimento e a inclusão e democracia — eu estou lendo apenas os tópicos dos itens vetados pelo Presidente. Há mais: cultura, dimensão essencial do





CONGRESSO NACIONAL
Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização

desenvolvimento, desenvolvimento territorial e regional, energia elétrica, esporte, cidadania e desenvolvimento, consolidação do sistema SUAS, de Assistência Social, gestão política e econômica, garantia e estabilidade do sistema financeiro nacional e melhoria do meio ambiente, pesquisa e inovações agropecuárias, promoção dos direitos humanos, simplificação da vida, mobilidade urbana e trânsito.

Eu não vou ler todos os itens, mas eu quero dar sinal, Sr. Presidente Marcelo Castro e colegas Deputados, de que nós precisamos derrubar estes vetos. Se não conseguirmos construir esta possibilidade, eu quero exatamente ter o tempo. Nós não vamos votar os outros projetos hoje, para termos tempo de debater estes vetos. Nós precisamos derrubar estes vetos, sob pena de termos aqui totalmente desrespeitada nossa função, concedida pelo povo: a função de avaliar, propor, construir com as próprias Lideranças do Governo, concordando com nossas votações. Chegam à mão do Presidente, e ele as veta. V.Exas. sabem a dificuldade que há em derrubar vetos.

Portanto, eu quero, a partir deste momento, conversar com todos os colegas Senadores e Deputados da Comissão Mista de Orçamentos, porque este orçamento representa recursos para os Municípios, para o desenvolvimento de programas nos Estados.

O SR. PRESIDENTE (Marcelo Castro. MDB - PI) - Eu peço silêncio, por favor.

O SR. BOHN GASS (PT - RS) - Espero que cheguemos a um entendimento para realmente derrubarmos os vetos, sob pena de a nossa Comissão ser totalmente desrespeitada. Trata-se de decisões do Congresso Nacional que passaram primeiro pela nossa Comissão Mista de Orçamentos.

Portanto, Sr. Presidente, eu queria fazer este registro, um dos motivos pelos quais nós concordamos em fazer os votos exclusivamente nos três pontos de hoje. Os demais nós não votaremos até que tenhamos uma sinalização da possibilidade de derrubar os vetos. Seriam projetos em benefício de programas sociais numa economia que não cresce.

Não sei se V.Exas. perceberam, mas notícia do *Valor Econômico* dá conta de que o Instituto Fiscal Independente, do Senado Federal, colocou que, se não houver outra medida até 2021, não haverá recursos. O teto de gastos que foi votado aqui vai inviabilizar a estrutura administrativa do Estado brasileiro.





CONGRESSO NACIONAL
Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização

Há mais medidas. Todas as medidas anunciadas até agora deram com os burros n'água, desde a Emenda à Constituição nº 95, a reforma trabalhista, a reforma previdenciária e as novas reformas, tanto a federativa, como a dos fundos e a de emergência, que foi anunciada, vão dar no mesmo sentido: não vão aquecer a economia, já que o dólar está como nunca esteve. No leilão do pré-sal, que era para ser um sucesso, porque o Governo teria criado credibilidade no exterior, não confiaram. Portanto, foi um fracasso. A Carteira Verde e Amarela agora, de novo, só pega o andar de baixo, não pega o andar de cima.

A reforma tributária, Deputado Dagoberto, que seria exatamente para ter recursos de onde tem, não é feita: bate em cima do consumo da população. Não é razoável, portanto, o que o Governo apresenta aqui.

Desta forma, eu quero construir nesta Comissão o entendimento de que derrubemos os vetos. Nós precisamos dar um sinal ao Governo Bolsonaro de que ele está errado. Ele está entregando o País, não está dando credibilidade, internamente o desemprego cresce, a economia não reage, o dólar está como nunca esteve, e o povo está cada vez mais pobre. Isso não pode continuar no nosso País.

O SR. PRESIDENTE (Marcelo Castro. MDB - PI) - Dando continuidade, vou recapitular os PLNs cuja quebra de interstício nós estamos propondo. São os PLNs 42, 48 e 50.

Em votação na representação da Câmara dos Deputados.

Os Srs. Deputados que os aprovam permaneçam como se encontram. *(Pausa.)*
Aprovados.

Em votação na representação do Senado Federal.

Os Srs. Senadores que os aprovam permaneçam como se encontram. *(Pausa.)*
Aprovados.

Ordem do Dia.

Apreciação do relatório apresentado ao Projeto de Lei nº 42, que abre ao orçamento fiscal e da Seguridade Social da União, em favor de diversos órgãos do Poder Executivo, crédito suplementar no valor de R\$2.124.281.608,00, para o reforço das dotações constantes da Lei Orçamentária vigente. O Relator é o Deputado Vicentinho Júnior.

Ao projeto foram apresentadas 16 emendas.

Voto.





CONGRESSO NACIONAL
Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização

Pela aprovação do Projeto de Lei nº 42, com as alterações promovidas pelo Ofício nº 627/2019/GME-ME, do Ministério da Economia, na forma do substitutivo.

Quanto às 16 emendas apresentadas, o Relator indicou à inadmissibilidade a Emenda nº 2, ofereceu voto pela aprovação das Emendas nºs 5, 6, 9 e 14, aprovação parcial da Emenda nº 15 e rejeição das demais. O prazo para a apresentação de destaque está iniciado e será finalizado ao término da discussão, conforme estabelece o inciso I do art. 60 do Regulamento Interno da CMO.

O Relator está com a palavra, para a apresentação do seu relatório.

O SR. VICENTINHO JÚNIOR (PL - TO) - Sr. Presidente, boa tarde. O senhor é tão competente, que até já leu o voto. Mas peço permissão a V.Exa. para ir direto ao voto, apenas para repeti-lo.

Antes de tudo, quero agradecer à Presidência desta Comissão a confiança. Para mim, esta é a Comissão mais importante do Congresso Nacional e da nossa República, porque é nela que se definem as ações do momento e as ações para o ano próximo, para podermos atender a todas as áreas.

Como temos muitos Parlamentares, tanto Deputados e Deputadas Federais, como Senadores e Senadoras, foram apresentadas bastantes emendas, mas nós atentamos apenas para as que tinham cunho nacional, para não regionalizar ou, às vezes, preterir o pedido de um colega ou atender ao pleito de um Estado ou Município, em detrimento de outros.

Eu peço permissão para ir direto ao voto, lembrando que este PLN abrange tanto as áreas de infraestrutura, como a BR-235, que passa pelo seu Estado do Piauí e pelo meu Estado, Tocantins, cortando o Brasil de leste a oeste, como as ações sociais ligadas ao Ministério da Cidadania, como o Programa Minha Casa, Minha Vida e os programas de combate à violência contra mulheres, bem como a aquisição de maquinários para o combate à seca em todo o Nordeste do nosso Brasil.

Vou direto ao voto.

"Diante do exposto, manifestamo-nos pela:

1. Aprovação do Projeto de Lei nº 42, de 2019, do Congresso Nacional, com as alterações propostas pelo Ofício nº 627/2019/GME-ME, do Ministério da Economia, e pela aprovação das Emendas nºs 5, 6, 9 e 14, pela aprovação parcial da Emenda nº 15, no valor de 30 milhões de reais, na forma do substitutivo em anexo.





CONGRESSO NACIONAL
Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização

2. Inadmissibilidade da Emenda nº 2.

3. Rejeição das demais emendas."

Este é o nosso voto, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Marcelo Castro. MDB - PI) - O relatório do nobre Deputado Vicentinho Júnior está em discussão.

Antes, porém, concedo a palavra ao Deputado Bohn Gass.

O SR. BOHN GASS (PT - RS) - Sr. Presidente, eu gostaria de agradecer ao Deputado que incluiu uma emenda que eu havia apresentado, que busca normatizar a identificação da origem do superávit, ou seja, de onde provém o recurso, para termos total transparência. Agradeço muito ao nobre Deputado que incorporou nossa emenda.

Aproveito para fazer um alerta em relação ao PLN 32, que nós não vamos apreciar hoje. Anuncio, de antemão, que não faremos nenhum acordo para aprová-lo se o Governo não incorporar exatamente o que o nobre Deputado incorporou: a identificação da origem do recurso. Neste caso, o recurso origina-se do superávit financeiro, no entanto o Governo não tem dado transparência, neste ponto, ao PLN 32. A proposição não se encontra na pauta de hoje, mas alerta ao Governo que providencie a alteração porque, se quiser ter nosso voto para aprová-lo, ele precisa fazer esta alteração.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Marcelo Castro. MDB - PI) - Não havendo mais quem queira discutir, estão encerrados a discussão e o prazo para a apresentação de destaques.

Em conformidade com o disposto no § 2º do art. 147 da Resolução nº 1, de 2006, do Congresso Nacional, declaro inadmitida a Emenda nº 2, indicada pelo Relator no seu voto.

Não foram apresentados destaques.

Em votação o relatório na representação da Câmara dos Deputados.

Os Srs. Parlamentares que o aprovam permaneçam como se acham. *(Pausa.)*

Aprovado.

Em votação o relatório na representação do Senado Federal.

Os Srs. Parlamentares que o aprovam permaneçam como se acham. *(Pausa.)*

Aprovado.





CONGRESSO NACIONAL
Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização

A matéria vai ao Congresso Nacional.

Passamos à apreciação do relatório apresentado ao Projeto de Lei nº 48, de 2019, do Congresso Nacional, que abre aos Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social da União, em favor de diversos órgãos do Poder Executivo, crédito suplementar no valor de R\$3.822.560.000,00, para o reforço das dotações constantes da Lei Orçamentária vigente. O Relator é o Deputado Carlos Henrique Gaguim.

Ao projeto foram apresentadas 58 emendas. O voto é pela aprovação do projeto de lei, na forma do substitutivo proposto. Quanto às 58 emendas apresentadas, o Relator ofereceu voto pela aprovação das Emendas nºs 2, 3, 4, 32, 33, 34 e 56; pela aprovação parcial da Emenda nº 28; e pela rejeição das demais.

O prazo para a apresentação de destaque está iniciado e será finalizado ao término da discussão, conforme estabelece o inciso I do art. 60 do Regimento Interno da CMO.

Tem a palavra o Deputado e Relator Carlos Henrique Gaguim, para a apresentação do relatório.

O SR. CARLOS HENRIQUE GAGUIM (DEM - TO) - Sr. Presidente, quero agradecer a V.Exa. a confiança e o trabalho que vem desenvolvendo, na pessoa do Wagner e do Walbson.

O Governo está abrindo crédito para diversas áreas. Como já foi lido no voto, diante do exposto, nós nos manifestamos pela aprovação do relatório e das emendas que foram aprovadas e pela rejeição das demais emendas apresentadas.

O SR. PRESIDENTE (Marcelo Castro. MDB - PI) - O relatório está em discussão.

Não havendo quem queira discuti-lo, a discussão e o prazo para a apresentação de destaques e de emendas estão encerrados.

Não houve apresentação de destaques.

Em votação o relatório na representação da Câmara dos Deputados.

Os Srs. Parlamentares que o aprovam permaneçam como se acham. *(Pausa.)*

Aprovado.

Em votação o relatório na representação do Senado Federal.

Os Srs. Parlamentares que o aprovam permaneçam como se acham. *(Pausa.)*

Aprovado.





CONGRESSO NACIONAL
Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização

A matéria vai ao Congresso Nacional.

Passamos à apreciação do relatório apresentado ao Projeto de Lei nº 50, de 2019, do Congresso Nacional, que abre ao Orçamento Fiscal da União, em favor do Ministério da Infraestrutura e do Desenvolvimento Regional, a transferência aos Estados, ao Distrito Federal e aos Municípios de crédito especial no valor de R\$5.846.700.000,00, para os fins que especifica. O Relator é o Senador Luiz do Carmo.

Ao projeto foram apresentadas 11 emendas. Voto pela aprovação, na forma proposta pelo Executivo. Quanto às 11 emendas apresentadas, o Relator indicou à inadmissibilidade as Emendas nºs 2 e 3, e ofereceu voto pela rejeição das demais.

O prazo para a apresentação de destaque está iniciado e será finalizado ao término da discussão, conforme estabelece o inciso I do art. 60 do Regimento Interno da CMO.

O Senador e Relator Luiz do Carmo está com a palavra, para a apresentação do relatório.

O SR. LUIZ DO CARMO (MDB - GO) - Sr. Presidente, quero agradecer a confiança a mim depositada para a relatoria do projeto e me manifestar pela sua aprovação. Trata-se de um projeto muito importante, na medida em que trata da distribuição de recursos do pré-sal. Não apenas os Municípios, mas também os Estados aguardam esses recursos, que vêm em boa hora. Se este projeto for votado hoje no Congresso Nacional, eu acho que ainda neste ano os Prefeitos e os Governadores recebem o dinheiro.

Portanto, sou favorável à aprovação do projeto.

O SR. PRESIDENTE (Marcelo Castro. MDB - PI) - O relatório está em discussão.

Não havendo quem queira discuti-lo, a discussão e o prazo para a apresentação de destaques estão encerrados.

Em conformidade com o disposto no § 2º do art. 146 da Resolução nº 1, de 2006, do Congresso Nacional, declaro inadmitidas as Emendas nºs 2 e 3, indicadas pelo Relator no seu voto. Não foram apresentados destaques.

O relatório está em votação na representação da Câmara dos Deputados.

Os Srs. Parlamentares que o aprovam permaneçam como se acham. *(Pausa.)*

Aprovado.





CONGRESSO NACIONAL
Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização

O relatório está em votação na representação do Senado Federal.

Os Srs. Parlamentares que o aprovam permaneçam como se acham. *(Pausa.)*

Aprovado.

A matéria vai ao Congresso Nacional.

Tem a palavra o Deputado Vicentinho Júnior.

O SR. VICENTINHO JÚNIOR (PL - TO) - Eu gostaria de fazer um reconhecimento público aos nossos consultores e amigos Walbson, a seu lado, e Wagner, que sempre transita muito bem por esta Comissão, bem como aos consultores Valéria e Edilson, do Partido Liberal. Eu fiquei em falta com eles. Sem eles, dificilmente conseguiríamos avançar. Não fosse pelos seus conhecimentos técnicos, dificilmente conseguiríamos produzir peças tão bem feitas para atender a toda a Nação.

Portanto, quero, de pronto, agradecer a todos os consultores e, por tabela, ao nosso Líder.

O SR. PRESIDENTE (Marcelo Castro. MDB - PI) - Concedo a palavra ao nobre Senador Izalci Lucas.

O SR. IZALCI LUCAS (PSDB - DF) - Sr. Presidente, eu gostaria de fazer um registro.

Como V.Exa. sabe, eu acabei assumindo a relatoria parcial da Educação. Depois de muita conversa e muito debate, nós encontramos uma fórmula para sair do teto, em torno de 9 bilhões de reais, e, assim, aumentar os recursos para a Educação, no que diz respeito ao salário-educação.

Dois terços do salário-educação vão para os Estados e Municípios.

(O Sr. Presidente faz soar as campainhas.)

O SR. PRESIDENTE (Marcelo Castro. MDB - PI) - Peço, por favor, um pouco de silêncio aos nobres colegas.

O SR. IZALCI LUCAS (PSDB - DF) - Dois terços do salário-educação, que vão direto para os Estados e Municípios, estão fora do teto. Um terço chega à União e vai para os Estados e Municípios.

Nós apresentamos um projeto que transfere diretamente este um terço, mas também os mesmos percentuais, as mesmas diretrizes e os mesmos valores de todos os programas, sem mexer em absolutamente nada.





CONGRESSO NACIONAL
Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização

A Comissão de Educação já tinha conversado com o Presidente da Câmara para agilizar estes pontos, e nós realizamos uma audiência pública ontem. Por incrível que pareça, depois da aprovação por parte dos membros do Governo e, inclusive, do Ministério da Economia, que mandou uma PEC neste mesmo sentido, eu recebi ontem, 2 horas antes da reunião da audiência, o comunicado do Ministério da Educação de que era contra o projeto. Hoje, na CAE, eu o retirei de pauta, porque não havia mais tempo para aprová-lo.

Eu gostaria que ficasse registrado que nós perdemos a oportunidade de incluir no orçamento da educação mais 9 bilhões e 300 milhões de reais. Assim, infelizmente, ficamos sem opção. Daqui a pouco, só poderemos carimbar o orçamento que veio para cá, que é insuficiente. Todos sabem, e V.Exa. mais que todos, da insuficiência dos recursos para a educação.

Queria registrar o esforço que nós fizemos, mas, infelizmente, não avançamos.

O SR. PRESIDENTE (Marcelo Castro. MDB - PI) - Concedo a palavra ao nobre Deputado Claudio Cajado, Líder do Governo na CMO.

O SR. CLAUDIO CAJADO (Bloco/PP - BA) - Sr. Presidente, é claro que nós corroboramos o acordo firmado hoje pelo Colégio de Líderes. Agradeço ao Líderes da Oposição, da base do Governo, aos Relatores Vicentinho, ao Senador Lauro e ao Deputado Gaguim. Esperamos avançar na pauta amanhã. Acredito que há diversos PLNs importantíssimos referentes à educação, à segurança pública, à área social. Nós sabemos que esta Comissão trabalha pautada pelo diálogo e pelo entendimento, e nós queremos promover o entendimento.

Eu conclamo os demais Líderes a avançarmos na pauta e escolhermos mais alguns itens. Solicito a V.Exa. que lidere este processo, porque nós já estamos chegando ao fim do ano. Portanto, temos pouquíssimo tempo para votar na Comissão e no Plenário do Congresso, enviar as matérias à sanção, liberar os recursos e os limites para os Ministérios poderem complementar as políticas públicas fundamentais para o povo brasileiro.

Portanto, fica nosso apelo para que os entendimentos continuem avançando e, assim, nós possamos exaurir a pauta ainda nesta semana.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Marcelo Castro. MDB - PI) - Falou a voz do bom senso, como sempre.





CONGRESSO NACIONAL
Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização

Concedo a palavra ao nobre Deputado Bohn Gass.

O SR. BOHN GASS (PT - RS) - Sr. Presidente Senador Marcelo Castro, há pouco eu estava falando com o Senador Izalci que eu estava de fato preocupado com a sugestão que ele havia apresentado. Ao repassar os recursos da educação para os Estados e Municípios, no que tange à compra de merenda escolar, o nosso famoso Programa Nacional de Alimentação Escolar, não se transferiria, com o repasse, a obrigatoriedade da compra de pelo menos 30% da merenda escolar da agricultura familiar. Nós tínhamos esta preocupação.

Eu contactei as cooperativas, os sindicatos, os agricultores da agricultura familiar, que vieram participar da audiência — nós conversamos com o nobre Senador.

Eu fiquei feliz com a não efetivação da proposta apresentada porque, neste momento, há a exigência de esta lei não ser usada. Esta era é a preocupação.

No caso de os Estados e Municípios receberem o recurso, não havendo a lei que estabelece a obrigatoriedade de compra de 30% da merenda escolar, não bastaria a alteração feita aqui de que seriam seguidas as diretrizes nacionais, porque há a obrigatoriedade da compra. Eu quero dizer que esta compra é um elemento fundamental para a agricultura familiar. Além de comprar diretamente, estimular o agricultor, ela dialoga sobre o produto comprado na base territorial, regional. Ela é salutar e educativa. Não se trata apenas de renda para o agricultor. Esta medida é educativa, do ponto de vista das escolas que podem trabalhar com esta possibilidade.

Portanto, é muito importante que esta sugestão não entre em vigor. Neste ano, continuará a compra com base nesta regra. Mas eu alerto para que não tramite nesta Casa nenhuma iniciativa no sentido de retirar esta legislação. Aliás, eu faço um apelo aos nobres colegas Senadores e Deputados para mantermos estas compras públicas, já que elas servem de reforço à agricultura familiar, que produz alimento para a população.

À época, eu fui autor de um projeto que buscava criar programas de estímulo à agricultura familiar e à compra da merenda escolar e aos demais programas, para que eles realmente fossem mantidos.





CONGRESSO NACIONAL
Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização

Este é o registro que eu queria fazer, Sr. Presidente, para que esta iniciativa não prejudique na ponta os agricultores que fazem venda direta para a alimentação escolar.

Muito obrigado.

O SR. IZALCI LUCAS (PSDB - DF) - Sr. Presidente, eu gostaria de fazer um esclarecimento importante sobre este mesmo assunto.

Primeiro, o objetivo do projeto era simplesmente abrir o teto no valor de 9,3 bilhões. A redação final aprovada na Comissão de Educação mantinha os programas, os percentuais, os valores, as diretrizes. Eu disse, na audiência anterior, que eu aceitaria qualquer redação — o único objetivo era sair do teto — que não prejudicasse em nada. Isso foi feito.

O problema é que as pessoas falam sobre o que não conhecem. A discussão, aqui no Congresso, sobre a educação é prioridade para todo mundo, mas, na hora de fazer, infelizmente deixa de ser. A redação final não acabava com o programa, não diminuía os percentuais, não retirava absolutamente nada. Qual era o meu objetivo? Meu objetivo era buscar uma solução. O objetivo de outros Parlamentares era como agirem para que não fosse aprovado algum projeto.

Nós perdemos a oportunidade de ter uma abertura de 9,3 bilhões no Orçamento, porque nós manteríamos o PNAE da mesma forma, com dinheiro diretamente da escola. O parâmetro era 2019. Portanto, não haveria nada disso.

No entanto, a PEC foi encaminhada para cá, e nós vamos debater este assunto. Já está na PEC, não se trata de um projeto de minha autoria. Quanto à nova lei, nós vamos ter que debater este assunto. Ninguém defende mais a agricultura familiar ou dinheiro diretamente da escola do que eu. Portanto, é lamentável que esta discussão não tenha sido feita com o espírito de buscar uma saída, e não de impedir que pudéssemos aumentar os recursos da educação.

Infelizmente, nós não estamos compatibilizando o discurso com o recurso. Infelizmente, nós perdemos esta janela de oportunidade. Agora, no fim, mesmo com o apoio do Ministério da Educação, eu sinceramente não entendi, porque não vi a redação final.

O SR. PRESIDENTE (Marcelo Castro. MDB - PI) - Concedo a palavra ao nobre Deputado Aluisio Mendes.





CONGRESSO NACIONAL
Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização

O SR. ALUISIO MENDES (PSC - MA) - Sr. Presidente, primeiro, eu quero cumprimentá-lo pela maestria com que V.Exa. tem conduzido este colégio e feito com que esta votação acontecesse hoje. Trata-se de um espírito público de conciliação. Gostaria de cumprimentar nosso colega Cajado, Líder do Governo na CMO. Realmente é difícil tentar ajudar quem não quer receber ajuda. A despeito disso, o Deputado Cajado tem conseguido ajudar o Governo para que a pauta avance nesta Comissão.

Eu gostaria de fazer um apelo a V.Exa., Sr. Presidente. É uma pena que nosso colega Domingos Neto não se encontre aqui. Eu sou Sub-Relator do Orçamento e estou preocupado com o prazo exíguo que temos para apresentar o relatório. Nós temos que esperar o Deputado Domingos Neto apresentar o relatório preliminar, para apresentarmos nosso relatório. O tempo está se esgotando, e eu não vejo nenhuma celeridade nesta questão.

Portanto, eu peço a V.Exa. que converse com nosso Relator-Geral, o Deputado Domingos Neto, para que, no mais breve espaço de tempo possível, possa apresentar o relatório preliminar e, assim, nós consigamos concluir nosso relatório. O ano está acabando, o tempo está se exaurindo. Minha preocupação é não conseguirmos concluir o trabalho ainda neste ano.

Esta é a minha preocupação, Sr. Presidente.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Marcelo Castro. MDB - PI) - Deputado Aluisio Mendes, todos nós estamos preocupados, porque o Governo vai mandar uma mensagem modificativa do PLOA que ele enviou para cá. Evidentemente, o Deputado Domingos Neto só vai poder fazer o relatório preliminar para demarrar todo o processo do Orçamento depois que esta mensagem chegar. Era para ela ter chegado na semana passada, mas mudaram para esta semana. Era para ter chegado hoje, mas já há um burburinho de que só vem na próxima semana.

Vejam V.Exas. quanto nós estamos avançando no prazo para fazermos o relatório preliminar, os relatórios setoriais, o relatório geral, para aprovar na CMO, no Congresso Nacional, e ir passando. Está complicado.

O SR. ALUISIO MENDES (PSC - MA) - Sr. Presidente, dada a sua experiência e a sua importância nesta Comissão, é pertinente que V.Exa. cobre celeridade do Governo.





CONGRESSO NACIONAL
Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização

Está aqui nosso Líder Claudio Cajado. Se o Governo está protelando a alteração do PLOA que mandou para cá, o que impede nosso Relator-Geral de fazer o relatório preliminar, eu vejo muita dificuldade de concluirmos o trabalho neste ano.

Eu soube da informação de que o relatório chegaria na semana passada, mas não chegou. Já soube que não chega nesta semana. Desta forma, nós vamos perder mais uma semana, diante de um tempo que já está exíguo.

Muito obrigado.

O SR. BOHN GASS (PT - RS) - Sr. Presidente, muitas vezes, quando nós obstruímos, o Governo reclama que as coisas estão atrasadas porque a Oposição faz obstrução.

Há, portanto, uma prova evidente de que o problema não está na Oposição, quando atrasa a votação de algum projeto. O problema está no Governo, que tem enviado os projetos tardiamente. Eu quero concluir que o Governo não está mandando os projetos com antecedência porque, de fato, não encontra condições para resolver o grave problema em que se encontra a economia do nosso País.

A cada semana, o Governo altera a projeção do PIB, da inflação. Os dados de megaleilões que ele anuncia não acontecem — são frustrantes. O Governo anuncia crescimento econômico por meio das reformas, mas isso não está acontecendo. Os empregos que o Governo diz que seriam gerados não aconteceram. Os únicos contratados são fragilizados, são precarizados.

O Governo deve estar numa sinuca de bico muito difícil, porque não consegue resolver aquilo com que se comprometeu. As medidas que o Governo toma só acentuam a crise, só aumentam as dificuldades e a instabilidade interna e externa. Não geram credibilidade. O dólar está nas nuvens, o desemprego e a recessão acontecem de modo exponencial. O que seria bom para aquecer a economia, que seria o reajuste dos salários, para as pessoas consumirem, para aquecer o comércio e a indústria e gerar emprego, está sendo congelado. Os recursos estão sendo congelados.

Várias medidas que nós aprovamos para melhorar a economia o Governo vetou.

Portanto, eu insisto nesta pauta prioritária em que eu trabalhei. É preciso derrubar os vetos do Presidente, que são nefastos à economia e às políticas sociais





CONGRESSO NACIONAL
Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização

que nós aprovamos aqui. É um desrespeito a todos os Parlamentares que integram esta Comissão e o Congresso Nacional.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Marcelo Castro. MDB - PI) - Tem a palavra o nobre Deputado Zé Neto.

O SR. ZÉ NETO (PT - BA) - Sr. Presidente, eu sou da Comissão de Desenvolvimento Econômico, onde, Senador Marcelo Castro, amanhã nós apresentaremos um requerimento para tratar de três temas, eu diria, estratégicos. A quem nós vamos convidar? A CBIC, a CNI, os representantes do atacado e do varejo, da agricultura, da agroindústria. Vamos convidar a representação do setor laboral, a CUT. Nós vamos sentar para ouvir o seguinte: o que vem pela frente? Três temas: fomento, política econômica de abertura de mercado e investimento público.

Há pouco, eu estava conversando com um Deputado sobre investimento público. O Orçamento para o ano que vem, se não tivermos cuidado, se tornará ainda mais chocho com relação ao investimento público.

Os países da OCDE, Senador Marcelo Castro, estão encerrando o ano, em média, com 3,49% dos seus PIBs. Países como os Estados Unidos estão com 3,9% do seu PIB só em investimento público. O Brasil encerrou o ano passado com 0,20%. Neste ano, o percentual vai ser ainda menor.

Nós estamos nas mãos de agiotas. Com esse Ministro que temos — eu não quero ser agressivo moralmente, eu falo com base no nosso conhecimento de mercado, da vida prática, do dia a dia na nossa economia, mas eu não tenho outra palavra a usar: é uma agiotagem o que está fazendo com o Brasil. Sobraram 20 bilhões.

A construção civil está parada. O esforço da construção civil em São Paulo a que estamos assistindo gerou "boomzinho" pequeno, essa mexidinha de valores. Só em São Paulo, porque no resto do País cortaram os recursos de programas como o Minha Casa, Minha Vida.

Eu moro em Feira de Santana, Município em que nos últimos 12 anos, até o Governo Temer, nos 12 anos dos Governos Lula e Dilma, nós tivemos 5,6 bilhões em investimentos públicos. Eu pergunto: hoje, numa cidade com o porte de 670 mil habitantes, que investimento aconteceu de Temer para cá? Nenhum! Nada! A tendência é esta.





CONGRESSO NACIONAL
Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização

É esta a nossa economia?! Sobram 20 bilhões na semana passada, e o anúncio que tivemos foi o seguinte: *"Sobraram 20 bilhões, economia do Estado"*. Ele reduziu o déficit e, mais uma vez, cortou os investimentos públicos, Deputado Marcelo Castro. O orçamento que vamos fazer para o ano que vem tem que estar atento aos mecanismos que teremos para preservar os investimentos públicos, especialmente os investimentos públicos estratégicos e fundamentais para o crescimento e a manutenção deste País.

Portanto, eu tenho que manifestar esta preocupação. Eu venho para esta Comissão, à qual não pertenço, mas acompanharei os trabalhos. Nós temos vários gargalos no Brasil inteiro. Os investimentos nas estradas acabaram. Hoje nós temos um dos maiores gargalos no Nordeste. Ele está na minha cidade, no contorno de Feira de Santana. É o trajeto que liga a BR-324 à BR-116 Norte, na chamada Transnordestina. Quando se vem de Salvador, passa-se nesse contorno. Às vezes, em 14 quilômetros, gastam-se 2 horas. E se fez ali um investimento de quanto, meu Deus? Nós conseguimos, por meio de uma emenda impositiva de bancada de Deputados, em torno de 14 milhões de reais do Orçamento. Mas isso não dá para nada! Está previsto, no Orçamento, cerca de 60 milhões de reais, e nós conseguimos 14 milhões de reais. Vamos trabalhar para ver se nós conseguimos dinheiro, pelo menos, para um desses gargalos, que é a minha cidade.

Estou puxando um pouco para o lado da minha cidade para dizer, de forma geral, o que acontece no País, em que os investimentos já foram parcos no último Orçamento. Este País não vai sair do buraco sem investimento público. Em nenhum país do mundo acontece isso, em nenhuma economia moderna! E quando sobra um dinheirinho, como sobraram 20 bilhões de reais, Deputado Cajado, fazem o quê? Ao invés de se pegar o dinheiro para destiná-lo a investimento público, a fim de reaquecer a economia na construção civil, faz-se outra coisa.

Diga-se de passagem, lembrando o que esse Ministro fez com relação ao FGTS, para mim, já estavam todos mancomunados. Mais de 55% do recurso que foi para as mãos das pessoas que receberam os 500 reais voltaram para os bancos, porque essas pessoas pagaram o cartão de crédito e a dívida bancária. Parece-me que fizeram uma pesquisa e descobriram: *"Olhe, se você der até 500 reais, a turma vai pagar débito de banco e cartão de crédito"*. Então, resolveram: *"Vamos botar lá"*.





CONGRESSO NACIONAL
Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização

Fizeram isso, ao invés de pegar esses 40 bilhões de reais e colocar na construção civil, para poder gerar emprego e renda e fazer a nossa economia rodar.

Sr. Presidente, eu queria pedir a atenção de V.Exa. para esse pleito do anel viário de Feira de Santana. Nós apresentamos uma emenda da bancada da Bahia da ordem de 13,4 milhões de reais, e há outras emendas que foram apresentadas agora de forma mais objetiva. Eu queria saber se poderíamos trabalhar para que essas emendas, pelo menos, chegassem a 53,4 milhões de reais, a fim de que iniciemos a obra desse importante anel viário, que liga a BR-324 à BR-116 Norte, a chamada Transnordestina, na nossa Bahia, em Feira de Santana.

Era isso. Eu agradeço a V.Exa. a atenção.

O SR. PRESIDENTE (Marcelo Castro. MDB - PI) - Com a palavra o nobre Senador Carlos Viana.

O SR. CARLOS VIANA (PSD - MG) - Muito obrigado, Presidente.

Eu quero dizer aqui da minha satisfação em fazer parte desta Comissão, que vem tomando decisões muito importantes, para que, no ano que vem, o Brasil possa experimentar novamente os ventos do desenvolvimento. As medidas foram duras, durante todo este ano, mas 2020 promete ser um ano muito melhor para todos os brasileiros, principalmente para os trabalhadores.

Quero aqui citar, em especial, o Projeto de Lei nº 48, aprovado pelo Congresso agora há pouco, fruto do trabalho conjunto de Senadores e Deputados, que coroam um esforço que eu particularmente tenho feito desde o dia em que tomei posse em nome do povo de Minas Gerais.

Eu tenho falado sobre a necessidade de que meu Estado seja incluído nos projetos do Governo Federal para o combate à seca e à melhoria da qualidade de vida do homem no Semiárido mineiro. Desde fevereiro, nós temos trazido aqui o clamor do nosso povo do norte de Minas. São 96 Municípios que sofrem com a seca, especialmente da cidade de Montes Claros, que já vive um racionamento de água, uma cidade com quase 400 mil habitantes. Isso é de importância fundamental para o desenvolvimento do norte de Minas Gerais.

Quero dar os parabéns aos Srs. Deputados e Senadores hoje e dizer da minha alegria, mais uma vez, de ter participado da aprovação do crédito suplementar de 50 milhões de reais para a Barragem de Jequitaí, no norte de Minas Gerais. Se reiniciada e concluída essa obra, como esperamos que seja feito nos próximos anos,





CONGRESSO NACIONAL
Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização

poderá resolver o problema de abastecimento de, pelo menos, 16 cidades e de uma população de quase 600 mil pessoas em todo o entorno, fora a riqueza gerada com a irrigação e também com os projetos de desenvolvimento que para lá serão levados.

Portanto, em nome do povo de Minas Gerais, em nome do povo do norte de Minas, em especial da cidade de Jequitaiá, quero dar os parabéns a esta Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização, que aprovou essa matéria hoje! Há anos estamos esperando essa notícia para Minas Gerais.

Quero dar os parabéns também a toda a bancada mineira, de Deputados e Senadores que se uniram, para que nós pudéssemos trazer de volta o desenvolvimento ao nosso Estado! Esses 50 milhões de reais que estão sendo aprovados para o ano que vem para a retomada das obras da Barragem de Jequitaiá são um grande alento, um vento de esperança para a população do norte de Minas.

Não se trata de quantia suficiente, porque nós precisamos de mais, Sr. Presidente, mas é um primeiro passo muito importante. E eu, como Senador em primeiro mandato, digo que estamos cumprindo com o nosso objetivo e, naturalmente, respondendo às pessoas com aquilo que queremos.

Parabéns, Sr. Presidente Marcelo Castro, que vem de um Estado que também sofre muito com a seca! O povo do norte de Minas Gerais, em especial o povo de Jequitaiá, agradece essa aprovação e esse dinheiro, que entra como crédito suplementar de toda bancada de Minas Gerais para o norte do nosso Estado.

Um grande abraço e o nosso muito obrigado, Presidente!

O SR. PRESIDENTE (Marcelo Castro. MDB - PI) - Nós é que agradecemos, Senador Carlos Viana.

Nós vamos suspender esta reunião e convocar outra para amanhã, quarta-feira, dia 20, às 11 horas, neste plenário.

A reunião está suspensa.

(A reunião é suspensa.)





CONGRESSO NACIONAL
Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização

Em 20.11.2019, às 11 horas.

O SR. PRESIDENTE (Marcelo Castro. MDB - PI) - Declaro reiniciada a 15ª Reunião Ordinária da Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização, destinada à apreciação da matéria constante na pauta.

Ordem do Dia.

Item 1. Apreciação do relatório apresentado ao Projeto de Lei nº 25, de 2019, do Congresso Nacional, que abre aos Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social da União, em favor dos Ministérios da Educação, da Justiça e Segurança Pública, da Infraestrutura, do Desenvolvimento Regional e da Mulher, da Família e dos Direitos Humanos, crédito suplementar no valor de R\$52.141.807,00 para reforço de dotações constantes da Lei Orçamentária vigente. Relator: Deputado Celso Sabino. Voto: pela aprovação do projeto de lei na forma proposta pelo Poder Executivo. Quanto às seis emendas apresentadas, o Relator indicou para inadmissibilidade as Emendas nºs 1 a 6.

O Relator está ausente. Passo, então, a palavra ao Deputado Dagoberto, para relatar a matéria.

Com a palavra o Deputado Dagoberto Nogueira.

O SR. DAGOBERTO NOGUEIRA (PDT - MS) - Sr. Presidente, como o relatório é extenso, se V.Exa. permitir, eu vou ler apenas a análise das emendas técnicas e o voto.

"II. 1 Análise das emendas técnicas

As seis emendas apresentadas ao presente PLN de Crédito Suplementar propõem acréscimo de novas despesas nos Estados de origem dos autores das emendas, indicando, como compensação, o cancelamento de programação relativa à emenda de bancada da execução obrigatória (RP 7) de outro Estado, constante no anexo de aplicação, infringindo o art. 6º, § 4º, alínea "e", combinado com os arts. 61 e 62 e art. 68, § 4º, da Lei nº 13.707/2018 (LDO 2019).

A Emenda nº 2 também contraria o disposto no art. 109, inciso III, alínea "a", da Resolução nº 1, de 2006-CN, pois propõe nova programação em projeto de lei de crédito suplementar.

O Demonstrativo 1, em anexo, apresenta as emendas que devem ser inadmitidas.





CONGRESSO NACIONAL
Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização

III. Voto

Diante do exposto, votamos pela:

1. Aprovação do Projeto de Lei nº 25, de 2019-CN, na forma encaminhada pelo Poder Executivo; e

2. Inadmissibilidade das Emendas nºs 1, 2, 3, 4, 5 e 6."

Esse é o voto, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Marcelo Castro. MDB - PI) - O relatório está em discussão. *(Pausa.)*

Não havendo quem queira discuti-lo, declaro encerrada a discussão.

Em conformidade com o disposto no § 2º do art. 146 da Resolução nº 1, de 2006, do Congresso Nacional, declaro inadmitidas as Emendas nºs 1 a 6, indicadas pelo Relator no seu voto.

O relatório está em votação na representação da Câmara dos Deputados.

Os Srs. Deputados que o aprovam permaneça como se encontram. *(Pausa.)*

Aprovado.

Em votação na representação do Senado Federal.

Os Srs. Senadores e as Sras. Senadoras que o aprovam permaneçam como se encontram. *(Pausa.)*

Aprovado.

O relatório foi aprovado.

A matéria vai ao Congresso Nacional.

O SR. WELLINGTON FAGUNDES (PL - MT) - Sr. Presidente, pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (Marcelo Castro. MDB - PI) - Pois não, Senador Wellington Fagundes.

O SR. WELLINGTON FAGUNDES (PL - MT) - Gostaria de fazer uma indagação. Eu gostaria de saber se nós temos condições de votar o PLN 40, cujo relatório eu já entreguei.

O SR. PRESIDENTE (Marcelo Castro. MDB - PI) - Nós fizemos uma reunião hoje, Senador Wellington, e os Líderes não incluíram o PLN 40 para votação.

O SR. WELLINGTON FAGUNDES (PL - MT) - Sr. Presidente, se eu fizer o pedido aqui e não houver nenhuma objeção, V.Exa. pode colocá-lo em votação?

O SR. PRESIDENTE (Marcelo Castro. MDB - PI) - Sem nenhuma dúvida.





CONGRESSO NACIONAL
Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização

O SR. WELLINGTON FAGUNDES (PL - MT) - Se não houver nenhuma objeção, V.Exa. pode colocá-lo em votação?

O SR. PRESIDENTE (Marcelo Castro. MDB - PI) - Desculpe, V.Exa. tem que acordar com os Líderes.

O SR. WELLINGTON FAGUNDES (PL - MT) - Mas todos os Líderes estão presentes. *(Risos.)*

Se for assim, Presidente, nós vamos ter que suspender a sessão, porque os Líderes não estão presentes.

O SR. PRESIDENTE (Marcelo Castro. MDB - PI) - Vamos ao próximo item.

Item 2. Apreciação do relatório apresentado ao Projeto de Lei nº 26, de 2019, do Congresso Nacional, que abre ao Orçamento Fiscal da União, em favor dos Ministérios da Educação; da Justiça e Segurança Pública; do Desenvolvimento Regional; e da Cidadania, crédito especial no valor de R\$28.179.387,00, para os fins que especifica. Relator: Deputado André Figueiredo. Não estando presente, nomeio como Relator o Deputado Misael Varella. Voto: pela aprovação do projeto de lei na forma proposta pelo Poder Executivo. Quanto às sete emendas apresentadas, o Relator indicou para inadmissibilidade as de nºs 1 a 7.

Para a apresentação do relatório, concedo a palavra ao Relator, Deputado Misael Varella.

O SR. MISAEL VARELLA (PSD - MG) - Sr. Presidente, com sua permissão, vou direto ao voto do Relator.

"III. Voto do Relator

Do exame da proposição, verifica-se que a iniciativa do Poder Executivo encontra-se articulada na modalidade apropriada de crédito adicional, isto é, crédito especial, uma vez que objetiva incluir categoria de programação na Lei Orçamentária vigente — LOA 2019 (Lei nº 13.808, de 15 de janeiro de 2019). Observa-se ainda que a proposta está formulada em conformidade com o disposto na Constituição Federal; na Lei nº 4.320, de 1964; na Lei Complementar nº 101, de 2000 (LRF); na Lei nº 13.707, de 14 de agosto de 2018 (LDO 2019); e na Lei nº 13.249, de 13 de janeiro de 2016 (PPA 2016-2019).

Indico, no demonstrativo anexo, as Emendas nºs 1 a 7 para serem declaradas inadmitidas pelo Presidente da CMO, nos termos do art. 146 da Resolução nº 1/06-CN.





CONGRESSO NACIONAL
Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização

Em face do exposto, por considerar que o projeto de crédito especial em exame não colide com os dispositivos constitucionais e legais relativos à alocação de recursos, submeto a este colegiado o meu voto pela indicação de inadmissibilidade das Emendas nºs 1 a 7 e pela aprovação do Projeto de Lei nº 26, de 2019-CN, na forma encaminhada pelo Poder Executivo."

O SR. PRESIDENTE (Marcelo Castro. MDB - PI) - O relatório está em discussão. *(Pausa.)*

A discussão está encerrada.

Em conformidade com o disposto do § 2º do art. 146 da Resolução nº 1, de 2006, do Congresso Nacional, declaro inadmitidas as Emendas nºs 1 a 7, indicadas pelo Relator no seu voto.

Em votação o relatório na representação da Câmara dos Deputados.

Os Srs. Deputados que o aprovam permaneçam como se acham. *(Pausa.)*

Aprovado.

Em votação o relatório na representação do Senado Federal.

Os Srs. Senadores que o aprovam permaneçam como se encontram. *(Pausa.)*

Aprovado.

O relatório está aprovado e vai ao Congresso Nacional.

Item 3. Apreciação do relatório apresentado ao Projeto de Lei nº 29, de 2019, do Congresso Nacional, que abre ao Orçamento de Investimento para 2019, em favor das empresas Companhia Docas do Espírito Santo, Empresa Gerencial de Projetos Navais e Itaguaçu da Bahia Energias Renováveis S.A., crédito especial no valor de R\$4.075.480,00, para os fins que especifica. Relator: Deputado. Ao projeto não foram apresentadas emendas. Voto: pela aprovação do projeto de lei, na forma proposta pelo Executivo.

Concedo a palavra ao Relator Deputado Márcio Marinho, para a apresentação do seu relatório.

O SR. MÁRCIO MARINHO (REPUBLICANOS - BA) - Sr. Presidente, Senador Marcelo Castro, passo à leitura.

"Da Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização, sobre o Projeto de Lei nº 29, de 2019-CN, que abre ao Orçamento de Investimento para 2019, em favor das empresas Companhia Docas do Espírito Santo (CODESA), Empresa Gerencial de Projetos Navais (EMGEPRON) e Itaguaçu da Bahia Energias





CONGRESSO NACIONAL
Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização

Renováveis S.A. (IBER), crédito especial no valor de R\$4.075.480,00, para os fins que especifica."

Sr. Presidente, deste valor, serão destinados R\$1.382.600,00 ao Ministério de Infraestrutura, para a Companhia Docas do Espírito Santo; R\$692.880,00 ao Ministério da Defesa, para a Empresa Gerencial de Projetos Navais; e R\$2.000.000,00 ao Ministério de Minas e Energia, para a Itaguaçu da Bahia Energias Renováveis S.A.

Vou direto ao voto do Relator.

"II. Voto do Relator

Do exame da proposição, verifica-se que a iniciativa do Poder Executivo encontra-se articulada na modalidade apropriada, crédito especial, uma vez que objetiva alocação de programações novas, não previstas na Lei Orçamentária em vigor.

Dessa forma, as informações prestadas demonstram que há coerência entre o crédito em análise e as disposições da legislação orçamentária vigente.

Ante o exposto, somos pela aprovação do Projeto de Lei nº 29 de 2019-CN, na forma proposta pelo Poder Executivo.

Sala da Comissão, em 20 de novembro de 2019."

Esse é o nosso relatório, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Marcelo Castro. MDB - PI) - O relatório está em discussão. *(Pausa.)*

A discussão está encerrada.

O relatório está em votação na representação da Câmara dos Deputados.

Os Srs. Deputados que o aprovam permaneçam como se acham. *(Pausa.)*

Aprovado.

Em votação na representação do Senado Federal.

Os Srs. Senadores que o aprovam permaneçam como se encontram. *(Pausa.)*

Aprovado.

A matéria vai ao Congresso Nacional.

Item 4. Apreciação do relatório apresentado ao Projeto de Lei nº 33, de 2019, do Congresso Nacional, que abre aos Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social da União, em favor de diversos órgãos do Poder Executivo, de Encargos Financeiros da União e de Operações Oficiais de Crédito, crédito suplementar no valor de





CONGRESSO NACIONAL
Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização

R\$561.637.910,00, para reforço de dotações constantes da Lei Orçamentária vigente. Relator: Deputado Lucio Mosquini. Voto: pela aprovação do projeto de lei, na forma do substitutivo apresentado. Quanto às 15 emendas apresentadas, o Relator indicou para inadmissibilidade as Emendas nºs 1, 2, 10, 12, 13 e 14 e ofereceu voto pela rejeição das Emendas nºs 3 a 6, 9, 11 e 15 e aprovação das Emendas nºs 7 e 8.

O prazo de destaques está iniciado e será finalizado ao término da discussão, conforme estabelece o inciso I do art. 60 do Regulamento Interno da CMO.

O Relator está com a palavra para a apresentação do relatório.

O SR. LUCIO MOSQUINI (Bloco/MDB - RO) - Sr. Presidente, se V.Exa. me permite, vou direto ao voto, para ganharmos tempo.

"III. Voto do Relator

Do exame da proposição, verifica-se que a iniciativa está formulada em conformidade com o disposto na Constituição Federal; na Lei nº 4.320, de 1964; na Lei Complementar nº 101, de 2000 (LRF); na Lei nº 13.707, de 14 de agosto de 2018 (LDO 2019); e na Lei nº 13.249, de 13 de janeiro de 2016 (PPA 2016-2019).

No tocante às emendas apresentadas ao PLN 33/2019, decido, no mérito, acolher as Emendas nºs 00007 e 00008, conforme substitutivo apresentado, e rejeitar as Emendas nºs 00003 a 00006, 00009, 00011 e 00015. Ademais, indico ao Presidente da Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização as Emendas de nºs 00001, 00002, 00010, 00012, 00013 e 00014 para serem declaradas inadmitidas, conforme demonstrativo anexo, nos termos do art. 146 da Resolução nº 1, de 2006-CN.

Em face do exposto, submeto a este colegiado o meu voto pela aprovação do Projeto de Lei nº 33, de 2019-CN, na forma apresentada pelo substitutivo."

O SR. PRESIDENTE (Marcelo Castro. MDB - PI) - O relatório está em discussão. (*Pausa.*)

A discussão e o prazo para a apresentação de destaques estão encerrados.

Em conformidade com o disposto no § 2º do art. 146 da Resolução nº 1, de 2006, do Congresso Nacional, declaro inadmitidas as Emendas de nºs 1, 2, 10, 12, 13, e 14, indicadas pelo Relator no seu voto.

Não foram apresentados destaques.

O relatório está em votação na representação da Câmara dos Deputados.





CONGRESSO NACIONAL
Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização

Os Srs. Deputados que o aprovam permaneçam como se acham. *(Pausa.)*

Aprovado.

Em votação na representação do Senado Federal.

Os Srs. Senadores que o aprovam permaneçam como se encontram. *(Pausa.)*

Aprovado.

A matéria vai ao Congresso Nacional.

Item 5. Apreciação do relatório apresentado ao Projeto de Lei nº 35, de 2019, do Congresso Nacional, que abre ao Orçamento Fiscal da União, em favor dos Ministérios da Agricultura, Pecuária e Abastecimento; da Educação; da Justiça e Segurança Pública e do Desenvolvimento Regional, crédito especial no valor de R\$9.010.000,00, para os fins que especifica. Relatora: Senadora Daniella Ribeiro. Ao projeto não foram apresentadas emendas. Voto: pela aprovação do projeto de lei, na forma proposta pelo Executivo.

Peço ao Deputado Aluisio Mendes para relatar a matéria na ausência da Senadora Daniella Ribeiro.

O SR. ALUISIO MENDES (PSC - MA) - Sr. Presidente, peço autorização a V.Exa. para ler apenas o voto da Senadora Daniella Ribeiro.

"III. Voto da Relatora

Diante do exposto, manifestamo-nos pela aprovação do Projeto de Lei nº 35, de 2019-CN, na forma proposta pelo Poder Executivo."

É o voto, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Marcelo Castro. MDB - PI) - O relatório está em discussão. *(Pausa.)*

A discussão está encerrada.

O relatório está em votação na representação da Câmara dos Deputados.

Os Srs. Deputados que o aprovam permaneçam como se acham. *(Pausa.)*

Aprovado.

Em votação na representação do Senado Federal.

Os Srs. Senadores que o aprovam permaneçam como se encontram. *(Pausa.)*

Aprovado.

A matéria vai ao Congresso Nacional.

Item 6. Apreciação do relatório apresentado ao Projeto de Lei nº 37, de 2019, do Congresso Nacional, que abre aos Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social da





CONGRESSO NACIONAL
Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização

União, em favor dos Ministérios da Agricultura, Pecuária e Abastecimento; da Ciência, Tecnologia, Inovações e Comunicações; da Educação; da Saúde; da Infraestrutura; do Desenvolvimento Regional; da Cidadania; e da Mulher, da Família e dos Direitos Humanos, crédito suplementar no valor de R\$144.825.834,00, para reforço de dotações constantes da Lei Orçamentária vigente. Relator: Deputado Leônidas Cristino. Voto: pela aprovação do projeto de lei, na forma proposta pelo Poder Executivo. Quanto às quatro emendas apresentadas, o Relator indicou pela inadmissibilidade as Emendas de nºs 1 a 4.

Não estando presente o Relator, passo a palavra ao nobre Deputado Dagoberto Nogueira para relatar a matéria.

O SR. DAGOBERTO NOGUEIRA (PDT - MS) - Sr. Presidente, como houve acordo entre os Líderes, peço autorização a V.Exa. para ler apenas o voto.

"III. Voto

Diante do exposto, votamos pela:

a) indicação para inadmissão das Emendas de nºs 00001 a 0004; e

B) aprovação do Projeto de Lei nº 37, de 2019-CN, na forma encaminhada pelo Poder Executivo."

É o voto, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Marcelo Castro. MDB - PI) - O relatório está em discussão. *(Pausa.)*

A discussão está encerrada.

Em conformidade com o disposto no § 2º do art. 146 da Resolução nº 1, de 2006, do Congresso Nacional, declaro inadmitidas as Emendas de nºs 1 a 4, indicadas pelo Relator no seu voto.

O relatório está em votação na representação da Câmara dos Deputados.

Os Srs. Deputados que o aprovam permaneçam como se acham. *(Pausa.)*

Em votação na representação do Senado Federal.

Os Srs. Senadores que o aprovam permaneçam como se encontram. *(Pausa.)*

Aprovado.

A matéria vai ao Congresso Nacional.

Item 7. Apreciação do relatório apresentado ao Projeto de Lei nº 43, de 2019, do Congresso Nacional, que abre ao Orçamento Fiscal da União, em favor do Ministério do Desenvolvimento Regional, crédito especial no valor de





CONGRESSO NACIONAL
Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização

R\$4.000.000,00, para o fim que especifica. Relator: Senador Vanderlan Cardoso.
Voto: pela aprovação do projeto de lei, na forma proposta pelo Poder Executivo.
Quanto à emenda apresentada, o Relator indicou pela inadmissibilidade.

Estando ausente o Relator, passo a palavra ao nobre Deputado Genecias Noronha para relatar a matéria.

O SR. GENECIAS NORONHA (SOLIDARIEDADE - CE) - Sr. Presidente, vou me ater ao voto:

"3 Voto

Diante do exposto e considerando a constitucionalidade, a juridicidade e o mérito da matéria, votamos pela aprovação do Projeto de Lei nº 43, de 2019-CN, nos termos do texto encaminhado pelo Poder Executivo."

O SR. PRESIDENTE (Marcelo Castro. MDB - PI) - O relatório está em discussão. *(Pausa.)*

A discussão está encerrada.

Em conformidade com o disposto no § 2º do art. 146 da Resolução nº1, de 2006, do Congresso Nacional, declaro inadmitida a Emenda de nº 1 indicada pelo Relator no seu voto.

O relatório está em votação na representação da Câmara dos Deputados.

Os Srs. Deputados que o aprovam permaneçam como se acham. *(Pausa.)*

Aprovado.

Em votação na representação do Senado Federal.

Os Srs. Senadores que o aprovam permaneçam como se acham. *(Pausa.)*

Aprovado.

A matéria vai ao Congresso Nacional.

Tendo em vista acordo no Colegiado de Líderes, proponho ao Plenário a inclusão na pauta dos relatórios apresentados aos Projetos de Lei nºs 39, 46 e 47, de 2019, do Congresso Nacional.

Informo ainda que há requerimento sobre a mesa para quebra de interstício, no sentido de apreciar as matérias.

Consulto o Plenário sobre a possibilidade de votação dessas proposições, a despeito do previsto no art. 128 da Resolução nº 1, de 2006, do Congresso Nacional, que estabelece que a apreciação dos relatórios somente poderá ocorrer após o prazo de 2 dias úteis de sua distribuição.





CONGRESSO NACIONAL
Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização

Em deliberação a inclusão na pauta e a dispensa do prazo de 2 dias úteis para a votação dos relatórios apresentados aos PLNs 39, 46 e 47, de 2019, nos termos do art. 128 da Resolução nº1, de 2006, do Congresso Nacional.

Os Srs. Deputados que as aprovam permaneçam como se encontram. *(Pausa.)*

Aprovadas.

Os Srs. Senadores que as aprovam permaneçam como se encontram. *(Pausa.)*

Aprovadas.

Passamos, então, à matéria extrapauta.

Apreciação do relatório apresentado ao Projeto de Lei nº 39, de 2019, do Congresso Nacional, que abre ao Orçamento Fiscal da União, em favor do Ministério da Defesa, crédito especial no valor de R\$3.162.567,00, para o fim que especifica. Relator: Senador Angelo Coronel. Ao projeto foi apresentada uma emenda. Voto: pela aprovação do projeto de lei na forma proposta pelo Poder Executivo. Quanto à emenda apresentada, o Relator indicou pela inadmissibilidade.

Estando ausente o Relator, vou designar o Deputado Dagoberto Nogueira para fazer a leitura do relatório.

O SR. DAGOBERTO NOGUEIRA (PDT - MS) - Sr. Presidente, da mesma forma, quero pedir para que eu possa ler apenas o voto, uma vez que houve acordo no Colégio de Líderes.

"3 Voto do Relator

Diante do exposto, votamos pela inadmissão da Emenda nº 1, do Senador Chico Rodrigues, e pela aprovação, na forma do texto encaminhado pelo Executivo, do Projeto de Lei do Congresso Nacional nº 39, de 2019, da Presidência da República, que abre ao Orçamento Fiscal da União, em favor do Ministério da Defesa, crédito especial no valor de R\$3.162.567,00, para o fim que especifica."

É o voto, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Marcelo Castro. MDB - PI) - O relatório está em discussão. *(Pausa.)*

A discussão está encerrada.

Em conformidade com o disposto no § 2º do art. 146 da Resolução nº 1, de 2006, do Congresso Nacional, declaro inadmitida a Emenda nº 1, indicada pelo Relator no seu voto.

O relatório está em votação na representação da Câmara dos Deputados.





CONGRESSO NACIONAL
Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização

Os Srs. Deputados que o aprovam permaneçam como se acham. *(Pausa.)*

Aprovado.

Em votação na representação do Senado Federal.

Os Srs. Senadores que o aprovam permaneçam como se encontram. *(Pausa.)*

Aprovado.

A matéria vai ao Congresso Nacional.

Apreciação do relatório apresentado ao Projeto de Lei nº 46, de 2019, do Congresso Nacional, que abre ao Orçamento Fiscal da União, em favor do Conselho Nacional de Justiça, crédito especial no valor de R\$7.700.000,00, para o fim que especifica. Relator: Deputado Genecias Noronha. Ao projeto não foram apresentadas emendas. Voto: pela aprovação do projeto de lei, na forma proposta pelo Poder Executivo.

O Relator está com a palavra para a apresentação do seu relatório.

O SR. GENECIAS NORONHA (SOLIDARIEDADE - CE) - Sr. Presidente, vou direto ao voto.

"II. Voto do Relator

(...)

Do exame da proposição, verificamos que a iniciativa do Poder Executivo não contraria dispositivos constitucionais e demais normas legais pertinentes à matéria.

Diante do exposto, somos pela aprovação do PLN 46, de 2019-CN, na forma proposta pelo Poder Executivo."

O SR. PRESIDENTE (Marcelo Castro. MDB - PI) - O relatório está em discussão. *(Pausa.)*

A discussão está encerrada.

O relatório está em votação na representação da Câmara dos Deputados.

Os Srs. Deputados que o aprovam permaneçam como se acham. *(Pausa.)*

Aprovado.

Em votação na representação do Senado Federal.

Os Srs. Senadores que o aprovam permaneçam como se encontram. *(Pausa.)*

Aprovado.

A matéria vai ao Congresso Nacional.

Apreciação do relatório apresentado ao Projeto de Lei nº 47, de 2019, do Congresso Nacional, que abre ao Orçamento Fiscal da União, em favor do Ministério





CONGRESSO NACIONAL
Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização

da Economia e da Defesa, crédito suplementar no valor de R\$470.491.903,00, para reforço de dotações constantes da Lei Orçamentária vigente. Relator: Deputado João Carlos Bacelar. Ao projeto não foram apresentadas emendas. Voto: pela aprovação do projeto de lei, na forma proposta pelo Poder Executivo.

Como o Relator está ausente, solicito que o Deputado Misael Varella faça a leitura do relatório.

O SR. MISAEEL VARELLA (PSD - MG) - Com a permissão de V.Exa., Sr. Presidente, vou direto ao voto.

"III. Voto do Relator

Do exame da proposição, entendemos que a iniciativa do Poder Executivo não contraria os dispositivos constitucionais e demais normas legais pertinentes à matéria.

Assim sendo, somos pela aprovação do PLN 47, de 2019-CN, na forma apresentada pelo Poder Executivo."

O SR. PRESIDENTE (Marcelo Castro. MDB - PI) - O relatório está em discussão. (*Pausa.*)

A discussão e o prazo para apresentação de destaques estão encerrados.

O relatório está em votação na representação da Câmara dos Deputados.

Os Srs. Deputados que o aprovam permaneçam como se acham. (*Pausa.*)

Aprovado.

Em votação na representação do Senado Federal.

Os Srs. Senadores que o aprovam permaneçam como encontram. (*Pausa.*)

Aprovado.

A matéria vai ao Congresso Nacional.

Aviso. Informo que está prevista para ocorrer hoje, dia 20 de novembro, quarta-feira, às 14h30min, neste plenário, a reunião conjunta de audiência pública com o Presidente do Banco Central do Brasil, Sr. Roberto Campos Neto, que discorrerá sobre a avaliação do cumprimento dos objetivos e metas das políticas monetária, creditícia e cambial, evidenciando o impacto e o custo fiscal de suas operações, e os resultados demonstrados nos balanços do Banco Central do Brasil, referentes ao primeiro semestre do exercício de 2019, em atendimento ao estabelecido no § 5º do art. 9º da Lei Complementar nº 101, de 4 de maio de 2000 — Lei de Responsabilidade Fiscal.





CONGRESSO NACIONAL
Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização

Serão convidadas a participar as seguintes Comissões:

- Da Câmara dos Deputados: Comissão de Finanças e Tributação; Comissão de Desenvolvimento Econômico, Indústria, Comércio e Serviços; e Comissão de Fiscalização Financeira e Controle.

- Do Senado Federal: Comissão de Assuntos Econômicos; e Comissão de Transparência, Governança, Fiscalização e Controle e Defesa do Consumidor.

Declaro encerrada a presente reunião.





CONGRESSO NACIONAL
Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização

ATA DA SEGUNDA REUNIÃO CONJUNTA DE AUDIÊNCIA PÚBLICA, DA 1ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA, DA 56ª LEGISLATURA, REALIZADA NO DIA 20 DE NOVEMBRO DE 2019, PELAS COMISSÕES: MISTA DE PLANOS, ORÇAMENTOS PÚBLICOS E FISCALIZAÇÃO – CMO, DO CONGRESSO NACIONAL; DE FINANÇAS E TRIBUTAÇÃO - CFT; DE DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO, INDÚSTRIA, COMÉRCIO E SERVIÇOS - CDEICS; DE FISCALIZAÇÃO FINANCEIRA E CONTROLE - CFFC, DA CÂMARA DOS DEPUTADOS; DE ASSUNTOS ECONÔMICOS – CAE E DE TRANSPARÊNCIA, GOVERNANÇA, FISCALIZAÇÃO E CONTROLE E DEFESA DO CONSUMIDOR – CTFC, DO SENADO FEDERAL.

Aos vinte dias do mês de novembro do ano de dois mil e dezenove, reuniram-se as seguintes Comissões: do Congresso Nacional, Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização (CMO/CN); do Senado Federal, de Assuntos Econômicos (CAE/SF) e de Transparência, Governança, Fiscalização e Controle e Defesa do Consumidor do Senado Federal (CTFC/SF); da Câmara dos Deputados, de Finanças e Tributação (CFT/CD); de Desenvolvimento Econômico, Indústria, Comércio e Serviços (CDEICS/CD); e de Fiscalização Financeira e Controle (CFFC/CD), no plenário 2, do Anexo II da Câmara dos Deputados. A reunião foi convocada para receber o Presidente do Banco Central do Brasil – BACEN, Senhor Roberto Campos Neto, para discorrer sobre o tema: avaliação do cumprimento dos objetivos e metas das políticas monetária, creditícia e cambial, evidenciando o impacto e o custo fiscal de suas operações e os resultados demonstrados nos balanços do Banco Central do Brasil referente ao 1º semestre do exercício de 2019, em atendimento ao disposto no art. 9º, § 5º da Lei Complementar nº 101, de 4 de maio de 2000 – Lei de Responsabilidade Fiscal. Foi registrado o comparecimento dos seguintes parlamentares: - **Deputados:** Gurgel, titular da CMO/CN, Lucas Gonzalez, titular da CMO/CN e Paulo Azi, titular da CMO/CN; Dra. Soraya Manato, suplente da CMO/CN, Júnior Mano, suplente da CMO/CN e Roman, suplente da CMO/CN; Denis Bezerra, titular da CFT/CD e Sergio Souza, titular da CFT/CD; Márcio Labre, titular da CCFC/CD, Marcel Van Hattem, titular da CCFC/CD e Eduardo Braide, suplente da CCFC/CD; Emanuel Pinheiro Neto, titular da CDEICS/CD; - **Senadores:** Marcelo Castro titular da CMO/CN e suplente da CAE/SF. Compareceram, ainda, os Deputados Claudio Cajado e Rodrigo Coelho, parlamentares não integrantes das Comissões participantes. **ABERTURA:** às quatorze horas e quarenta e sete minutos, a reunião foi iniciada sob a direção do Presidente da Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização do Congresso Nacional, Senador Marcelo Castro. Tomaram assento à Mesa de trabalhos o Senhor Roberto Campos Neto, Presidente do Banco Central do Brasil – BACEN, o Presidente da Comissão de Finanças e Tributação – CFT, da Câmara dos Deputados, Deputado Sergio Souza; e o Sr. Arthur Andrade, Chefe do Departamento de Contabilidade, Orçamentária e Execução Financeira do Banco Central do Brasil. O Presidente comunicou a finalidade da reunião, as normas para o melhor ordenamento dos trabalhos e anunciou a abertura da lista de inscrições para o debate. Em prosseguimento, fazendo uso de projetor de multimídia, o Presidente do Banco Central do Brasil, Senhor Roberto Campos Neto, discorreu inicialmente sobre a Economia Internacional, e depois sobre a Economia Nacional, pronunciando-se sobre a Economia Doméstica, Atividade Econômica Doméstica, Mercado de Crédito e Capitais, Agenda de Reformas no Âmbito do Banco Central, e o Resultado demonstrado no Balanço do Banco Central do Brasil, referente ao 1º semestre do exercício de 2019. Encerrada a apresentação, o Presidente anunciou o início do debate. A palavra foi concedida ao Deputado Lucas Gonzalez, que fez questionamentos ao Palestrante. O Presidente do BACEN respondeu aos questionamentos e concluiu a exposição. **ENCERRAMENTO:** não havendo mais oradores inscritos, o Presidente agradeceu o comparecimento do Presidente do Banco Central do Brasil, da sua equipe técnica, dos parlamentares, e dos demais presentes e encerrou a reunião, às quinze horas e quarenta e nove minutos. Para constar, eu, Walbinson Tavares de Araujo,





CONGRESSO NACIONAL
Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização

Secretário Executivo, lavrei a presente Ata, que, após a sua aprovação, será assinada pelo Presidente da Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização do Congresso Nacional e encaminhada para publicação no Diário do Congresso Nacional. Os trabalhos foram gravados e, depois de traduzidos, integrarão esta Ata. **Senador Marcelo Castro, Presidente.**

XXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXX

Em 20.11.2019, às 14h30min.

O SR. PRESIDENTE (Marcelo Castro. MDB - PI) - Declaro iniciada a segunda reunião conjunta de audiência pública de 2019 desta Comissão, com a participação das seguintes Comissões: da Câmara dos Deputados, Comissão de Finanças e Tributação, Comissão de Desenvolvimento Econômico, Indústria, Comércio e Serviços e Comissão de Fiscalização Financeira e Controle; do Senado Federal, Comissão de Assuntos Econômicos e Comissão de Transparência, Governança, Fiscalização e Controle e Defesa do Consumidor; e, do Congresso Nacional, Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização.

O tema a ser debatido será a avaliação do cumprimento dos objetivos e metas das políticas monetária, creditícia e cambial, evidenciando-se o impacto e o custo fiscal de suas operações e os resultados demonstrados nos balanços do Banco Central do Brasil referentes ao primeiro semestre do exercício de 2019, em atendimento ao estabelecido no § 5º do art. 9º da Lei Complementar nº 101, de 4 de maio de 2000, a Lei de Responsabilidade Fiscal.

Anuncio a presença do Dr. Roberto Campos Neto, Presidente do Banco Central do Brasil, que já está compondo esta Mesa. Convido para integrá-la também o Sr. Arthur Andrade, Chefe do Departamento de Contabilidade, Orçamentária e Execução Financeira.

Convido ainda para compor a Mesa o Presidente da Comissão de Finanças e Tributação da Câmara dos Deputados, Deputado Sergio Souza, do MDB do Paraná; o Presidente da Comissão de Desenvolvimento Econômico, Indústria e Comércio e Serviços da Câmara dos Deputados, Deputado Bosco Saraiva, do Solidariedade do Amazonas; o Presidente da Comissão de Fiscalização Financeira e Controle da Câmara dos Deputados, Deputado Léo Motta, do PSL de Minas Gerais; o Presidente da Comissão de Assuntos Econômicos do Senado Federal, Senador Omar Aziz; e o Presidente da Comissão de Transparência, Governança, Fiscalização e Controle e





CONGRESSO NACIONAL
Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização

Defesa do Consumidor do Senado Federal, Senador Rodrigo Cunha, do PSDB de Alagoas.

O Presidente do Banco Central do Brasil disporá de 30 minutos para fazer a sua exposição, de acordo com o estabelecido no art. 398, inciso X, do Regimento Interno do Senado Federal. Em seguida, será aberta a fase de interpelação, conforme prescrito pelo art. 398, inciso IX, do Regimento Interno do Senado Federal.

De acordo com o estipulado no art. 398, inciso X, do Regimento Interno do Senado Federal, os Srs. Parlamentares inscritos para interpelar o expositor poderão fazê-lo estritamente sobre o assunto da exposição, pelo prazo de 5 minutos, tendo o interpelado igual tempo para responder, facultadas a réplica e a tréplica, pelo prazo de 2 minutos.

Informo que a lista de inscrição para debate está aberta.

Concedo a palavra ao Presidente do Banco Central do Brasil, o Dr. Roberto Campos Neto.

O SR. ROBERTO CAMPOS NETO - Exmo. Sr. Senador Marcelo Castro, Presidente da Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização; Exmo. Sr. Senador Omar Aziz, Presidente da Comissão de Assuntos Econômicos do Senado Federal; Exmo. Sr. Senador Rodrigo Cunha, Presidente da Comissão de Transparência, Governança, Fiscalização e Controle e Defesa do Consumidor do Senado Federal; Exmo. Sr. Deputado Sergio Souza, Presidente da Comissão de Finanças e Tributação da Câmara dos Deputados; Exmo. Sr. Deputado Bosco Saraiva, Presidente da Comissão de Desenvolvimento Econômico, Indústria, Comércio e Serviços da Câmara dos Deputados; Exmo. Sr. Deputado Léo Motta, Presidente da Comissão de Fiscalização Financeira e Controle da Câmara dos Deputados, é uma honra comparecer ao Congresso Nacional, a esta Comissão Mista e às demais Comissões Temáticas pertinentes para discorrer sobre os objetivos e as metas das políticas monetária, creditícia e cambial, evidenciando o impacto e o custo das operações do Banco Central e os resultados demonstrados em seu balanço, em atendimento ao estabelecido no § 5º do art. 9º da Lei Complementar nº 101, de 4 de maio de 2000, a Lei de Responsabilidade Fiscal.

Antes de abordar os demonstrativos e o resultado do Banco Central, apresentarei minha avaliação sobre as condições atuais e as perspectivas do cenário internacional e da economia doméstica; a visão do Banco Central sobre os





CONGRESSO NACIONAL
Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização

desafios da política monetária e os avanços recentes da nossa Agenda BC#, enfatizando as ações já implementadas em nosso plano para a modernização do mercado financeiro doméstico.

(Segue-se exibição de imagens.)

Então eu vou começar a apresentação falando um pouco da parte internacional. Aqui nós podemos ver um gráfico da perspectiva de crescimento mundial. Vimos num período de revisões sucessivas de crescimento mundial para baixo, tanto em 2019 quanto em 2020, num período de mais de 6 meses de revisões para baixo, apontando que o ano que vem, quando nós falamos em crescimento mundial, grande parte do delta positivo de crescimento que sustenta o número global vem da Ásia, mais particularmente da Índia e da Indonésia. Então, há um crescimento maior na Ásia, um crescimento bastante baixo no mundo desenvolvido e um crescimento baixo também na América Latina.

Na América Latina nós vamos ter, no ano que vem, uma recuperação do Brasil. A Argentina também, que passou por um período difícil, também deve se recuperar. Então, o crescimento da área deve ser um pouco maior. Os recentes episódios no Chile fizeram com que os agentes precificassem, ou fizessem uma revisão de crescimento para baixo este ano no Chile, mas ainda não está claro se vão afetar o ano que vem.

Falando ainda um pouco, antes de entrar nas reservas, do crescimento mundial, eu acho que é importante destacar os desafios que nós temos na parte comercial, na parte do comércio mundial. Em recente reunião no Banco Mundial, o Presidente Mundial da OMC apontou que o crescimento mundial de comércio em 6 ou 7 meses tinha baixado de 2,8% de crescimento para um pouco mais de 1% de crescimento, uma queda bastante grande que influencia o crescimento de vários países e também tem influência no nosso crescimento.

Um tema muito importante também, além da guerra comercial, da tensão comercial, é o geopolítico. Nós estamos vendo em diversas partes do mundo a polarização política. Tudo isso tem afetado os investimentos de uma forma mais definitiva. Nós vamos abordar esse tema no futuro.

No que diz respeito ao Brasil, nós temos uma proteção grande em termos de reservas cambiais. Aqui nós, o Banco Central, temos insistido no ponto de que entendemos que a forma mais eficiente de olhar as reservas é olhar o conceito





CONGRESSO NACIONAL
Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização

líquido, ou seja, olhar o que temos à vista mais o que temos na posição futura. Essa é realmente a proteção que nós temos.

Eu sempre uso este exemplo: se o País tivesse 100 bilhões de reserva e tivesse vendido no futuro em 120 bilhões, as pessoas entenderiam que este é um país seguro em termos de reserva cambial? Não. Se no limite vale o exemplo, obviamente ele é uma questão de intensidade. Então, eu sempre digo que nós gostamos de olhar o conceito de reserva líquida.

Nós vemos que o Brasil tem uma quantidade de reserva bastante grande. Nós temos feito uma maximização, e eu vou falar um pouco depois sobre a forma de intervenção e sobre como nós entendemos que é possível ganhar eficiência fazendo a intervenção da forma como temos conduzido.

Parte doméstica e inflação. Curiosamente, nas reuniões — inclusive eu estive ontem na Comissão de Assuntos Econômicos —, a pergunta sobre inflação aparece com menor frequência, o que para um banqueiro central é uma ótima notícia. Isso significa que as pessoas não estão tão preocupadas com inflação, apesar de que, em todas as pesquisas populares de itens que preocupam a população, sempre aparece a volta da inflação, embora ela esteja baixa. Isso mostra que a memória inflacionária do povo brasileiro ainda é bastante alta. Então, é muito importante continuar ganhando essa batalha. E é um ganho por vez. É importante insistir em que a inflação baixa é o que traz o crescimento estável e contínuo no longo prazo. Assim, a inflação está bastante ancorada.

E aqui eu queria mencionar os dois principais pontos dessa parte econômica. Primeiro, eu tenho dito que o Banco Central tem a capacidade de fazer a intervenção na SELIC, que é o juro de curto prazo, e tem feito isso. Mas nós pensamos no plano de Governo, que é essa reinvenção com dinheiro privado, ou seja, é sair do círculo vicioso que existia de sempre financiar projeto de longo prazo com dinheiro público, financiamento que gerava endividamento fiscal, o que, por sua vez, gerava risco, que, por sua vez, fazia com que a curva longa subisse mais ainda. Ficava-se sempre nesse círculo vicioso, dependendo do financiamento público. Nós sempre dissemos que o ideal seria uma curva de juros longa baixa o suficiente para que fosse possível haver financiamento privado a juros de mercado. Eu queria enfatizar esse primeiro ponto.





CONGRESSO NACIONAL
Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização

Nós podemos ver essa primeira curva de juros do ano 0 ao ano 10. E nós vamos fazer um exercício dinâmico. Isso é o dia a dia, a passagem dos dias. Nós vemos que, no ano de 2016, houve um efeito já de ganho de credibilidade, houve uma pequena queda na parte curta, mas houve uma queda grande na parte longa, ou seja, houve um ganho de credibilidade, por entender que o fiscal seria melhor para frente. Eu acho que, em grande parte disso, foi fiscal.

Depois, houve um movimento em que a SELIC curta caiu muito. Quando pegamos o fim do movimento, no fim do Governo passado, nós vemos que a SELIC caiu muito, mas a taxa longa continuou muito alta. Existia uma incerteza de como seria o novo Governo, de como seria o planejamento fiscal.

Como o que mais influencia a parte longa é a expectativa de equilíbrio das contas no longo prazo, nós podemos ver que houve um movimento na parte curta, e a parte longa continuou alta. Por que isso é relevante? Porque grande parte dos investimentos brasileiros que são importantes, como infraestrutura, investimentos em uma empresa que vai planejar algo em longo prazo, não é feita com base na SELIC, é feita na parte de juros mais longa. Então, se há juros muito altos na parte longa, eu tenho que recorrer ao dinheiro subsidiado. Quanto mais subsídio você tem, mais alta a parte longa fica.

Esse choque de credibilidade fiscal que tem sido dado recentemente com o avanço na aprovação da reforma da Previdência e com os outros avanços que nós estamos tentando fazer como Governo de uma forma geral é que produziu este último efeito, que eu acho o mais importante, representado pela curva laranja: não só caiu a SELIC, mas a parte longa também caiu, muito mais do que a SELIC. Então, o grande movimento aqui não foi a queda da SELIC, mas a melhora da credibilidade, que fez com que a taxa longa caísse.

Por que isso é relevante? Porque o retorno de grande parte dos projetos que são importantes para o Brasil está entre a linha laranja e a linha vermelha. Se eu tenho um retorno abaixo da taxa de juros, eu não tenho como financiar com juros de mercado. Começamos a ter uma situação no Brasil em que conseguimos financiar os projetos relevantes para o País cada vez mais com dinheiro privado. Esse é um movimento bastante relevante que eu gostaria de deixar registrado.

Na parte de política monetária, o último movimento do COPOM cortou a SELIC para 5%. Nós, na linguagem, deixamos indicado que entendemos que é possível





CONGRESSO NACIONAL
Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização

fazer mais um movimento de igual magnitude, obviamente com todos os *disclaimers*, e que entendemos que qualquer movimento adicional tem que ser feito com cautela.

Na parte de crescimento, que eu acho que é a variável mais importante, que é o que o mercado tem seguido e que eu sinto que causa uma certa ansiedade, o crescimento na ponta está melhorando, tanto no índice IBC-Br quanto nos índices de componentes. Mas é importante categorizar que o crescimento neste ano sofreu três grandes choques: o choque da Argentina, que foi uma queda grande nas exportações e que nos custou 0,18% de crescimento; o choque global que eu mencionei anteriormente, que nos custou 0,30% de crescimento; e o desastre de Brumadinho, que representou uma queda muito grande na indústria extrativa e nos custou 0,20%. Então, na verdade, nós estamos convergindo para um crescimento perto de 1% neste ano, mas ele seria de 1,60% no ano, se não tivessem ocorrido esses três choques mencionados.

Este talvez seja o segundo gráfico, depois daquele da linha laranja, que eu gostaria de deixar bem registrado. Para nós não é só importante crescer. Obviamente, crescer é muito importante, mas a qualidade do crescimento também é importante. Este gráfico mostra o crescimento do PIB em distintos governos, com a passagem do tempo, desde o primeiro Governo de Fernando Henrique até o Governo atual, o Governo Bolsonaro. O Brasil é representado pela barrinha azul. Nós podemos ver que houve movimentos de crescimento no Brasil que foram acompanhados, em grande parte, por um grande crescimento mundial e em grande parte também por um grande crescimento de mercado emergente. Por exemplo, no primeiro mandato do Presidente Lula, tivemos a sensação de que o Brasil estava muito bem, que estava crescendo muito, mas, quando olhamos a distância do crescimento do Brasil para o crescimento de mercado emergente e quando olhamos a distância do crescimento do Brasil para o crescimento mundial, vemos que o Brasil teve uma *performance* não tão boa. E, quando olhamos o gráfico de baixo, nós vemos também que parte desse crescimento foi impulsionada por dinheiro público. Quanto de dinheiro público foi aplicado na economia para que esse crescimento fosse possível?

Podemos ver que, quando o fiscal começou a apertar, a barrinha laranja começou a existir, que corresponde ao impulso parafiscal, uma forma criativa de o Governo colocar dinheiro na economia.





CONGRESSO NACIONAL
Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização

Então vemos que, olhando de hoje, em retrospectiva, em períodos que pareciam que o crescimento havia sido muito bom, na verdade ele não só não foi muito bom, se comparado com o mundo, como além disso ele teve um grande impulso fiscal.

Agora, quando nós paramos e qualificamos o crescimento que estamos esperando para o futuro próximo, nós temos uma situação muito parecida com a do primeiro Governo de Fernando Henrique, mas estamos, basicamente, sem impulso fiscal. O que significa isso? Significa que o crescimento é basicamente um crescimento privado. Por que isso é importante? Porque o crescimento com alocação de dinheiro privado tem uma qualidade melhor do que o crescimento em que se injeta um grande volume de recurso público. As evidências mostram que, quando o crescimento é muito fomentado com o dinheiro público, ele tende a ter uma alocação de recursos inferior. Em alguns momentos da nossa história, nós crescemos até de forma acelerada, apesar da produtividade em queda, porque foi feita uma grande injeção de dinheiro público. Então a mensagem é que o crescimento agora não só vai ser de melhor qualidade, com vai dar a sensação de crescimento melhor, mas também deve vir, em algum momento, acompanhado de melhor produtividade, simplesmente porque a alocação de dinheiro feita pelo setor privado é superior àquela feita pelo setor público.

Eu estou completando o oitavo mês à frente do Banco Central. Nós promovemos várias mudanças e sempre entendemos que um dos canais de crescimento seria pelo canal de crédito, aperfeiçoando e melhorando o canal de crédito. Nós conseguimos ver que o canal de crédito está funcionando relativamente bem. O crescimento de crédito de recursos livres é da ordem de 13% e o crescimento total é de 5,8%, o que representa exatamente a troca do financiamento público pelo privado. Então estou desacelerando o crescimento de crédito público, o que é em parte intencional, e substituindo-o pelo dinheiro privado, que nós achamos que tem uma alocação melhor de recurso na economia.

Esta é uma tabela que mostra as mudanças no custo de crédito por modalidade de crédito. Hoje existe uma grande ansiedade com os dois produtos de crédito que são linhas emergenciais e que têm taxas muito elevadas: o crédito rotativo de cartão e o cheque especial. Podemos ver que, em quase todas as outras modalidades, a queda de juros foi expressiva. Inclusive a queda na ponta é maior do





CONGRESSO NACIONAL
Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização

que esse número, pois esse número é a média de setembro, e, como já estamos em novembro, conseguimos ver que houve uma queda adicional. Por exemplo, a taxa média de juros do capital de giro caiu de 25% para 15% e já está quase em 14%; já há taxa para financiamento de veículos a 11%, vindo de 21%; na parte de imobiliário, que é muito importante, já vemos alguns bancos com taxas abaixo de 7%, vindo de 15%, 16%, 17%. Então, há várias modalidades de crédito com juros pela metade, sendo que em alguns casos já estão abaixo disso na ponta. Mas, quando olhamos o cheque especial, vemos que houve uma queda — mais recentemente ele até subiu um pouco na ponta. Na parte do cartão de crédito, os juros eram astronomicamente altos — de 491% —, mas continuam bastante altos.

Vou tocar um pouco no ponto dos produtos emergenciais, mas gostaria de categorizar que para 85%, 90% da massa de crédito os juros vêm caindo. Os produtos emergenciais se destacam nesse sentido.

O gráfico da esquerda mostra todas as categorias de crédito de uma forma concatenada. Podemos ver que houve um grande choque de crédito neste País, com um crescimento de 10% e uma queda de 5%. É difícil olhar algum país que tenha passado por alguma crise e tido um choque de crédito tão grandes. Eu tive dificuldade de conseguir um exemplo igual a esse. Isso mostra, em parte, porque a nossa recessão foi tão profunda nos últimos anos do Governo Dilma.

O gráfico da direita é uma análise por modalidade de crédito do que nós podemos fazer, de onde é mais importante atuar. Todas as modalidades de crédito são importantes e cumprem sua função, mas podemos salientar as bolinhas vermelhas, que representam o crédito em infraestrutura e o crédito em financiamento imobiliário. O financiamento imobiliário já é o maior, mas é importante que ele cresça. Na verdade, no Brasil, ele é bastante pequeno. Se examinarmos, por exemplo, balanços de bancos de países desenvolvidos, veremos que 40% ou 50% do balanço é de crédito imobiliário. No Brasil, ele é inferior a 10% — está em 8% ou 9%. Ou seja, existe espaço para ele crescer bastante.

Quando nós examinamos a parte de infraestrutura, vemos que o Brasil tem um investimento em infraestrutura, um financiamento em infraestrutura e um crédito associado a essa modalidade que é muito baixo. Também é difícil achar um país que tenha investido tão pouco em infraestrutura nos últimos anos.





CONGRESSO NACIONAL
Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização

Então, parte das medidas que nós tomamos — algumas já estão surtindo efeito — foi para fazer com que essas bolinhas vermelhas subissem em direção ao quadrante superior direito, o que significa fechar o *gap* de crédito bancário.

Eu vou falar um pouco sobre as medidas em seguida, que foram o foco no momento, salientando, obviamente, que temos um programa mais ousado para frente.

Mostramos também o efeito dos juros mais baixos sobre a economia. As pessoas começam a diversificar investimentos. O número de pessoas que atuavam na Bolsa de Valores no Brasil foi estável em 500 ou 550 mil durante muito tempo, por mais de 10 anos, e recentemente temos visto um crescimento bastante acelerado, o que significa que as pessoas estão buscando um rendimento melhor. Isso é um financiamento bom no mundo privado. Vai proporcionar a abertura de capital de novas empresas — diversificação. Esse é um movimento que entendemos que vai se acelerar no ano de 2020.

Olhando a parte de debêntures, que é a parte de renda fixa, naquele movimento de substituição de dinheiro público pelo privado, vemos um crescimento bastante acentuado. Nós entendemos que deverá continuar havendo um crescimento em 2020, principalmente na modalidade de debêntures incentivada para a infraestrutura.

O agregado de crédito é uma forma diferente de olhar a mesma ideia. Nós podemos ver que o crédito direcionado teve mais uma forte queda este ano, o que foi intencional, já que queremos tirar o Governo e colocar o privado no lugar. Mas, quando nós olhamos o bolo total, vemos que ele continua subindo. Ou seja, essa substituição está sendo feita de maneira bastante saudável.

Falando um pouco do *spread* bancário — este é um gráfico que sempre mostramos nas apresentações —, é importante enfatizar que, quando olhamos as variáveis macroeconômicas do País, tanto a captação, quanto a inflação e a inadimplência, vemos que elas não são muito distantes da média de mercado emergente, é até bastante próxima, mas, quando olhamos nosso *spread* bancário, vemos que ele é muito diferente. Estamos falando de um *spread* de 18,5% com um comparativo de 3,8%. As duas últimas linhas ajudam, em parte, a explicar essa diferença: temos uma recuperação de crédito muito ruim no Brasil — recuperamos só 14,6%, enquanto a média é de 52,7%. O tempo que se leva para recuperar esse





CONGRESSO NACIONAL
Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização

pouco crédito é muito superior também: são em média 4 anos, contra uma média de 1,7 ano.

Às vezes nós analisamos uma operação de crédito e a separamos em duas partes, a anterior à concessão do crédito e a seguinte à concessão. A parte anterior à concessão de crédito é um problema muito ligado ao que os economistas chamam de informação assimétrica. Se eu tenho menos informações sobre quem vai pegar dinheiro emprestado comigo, eu cobro mais caro. Então, o mercado precisa achar veículos para que a informação seja mais disseminada, para que essa assimetria abaixe e o custo de crédito abaixe. Nesse sentido, já temos o cadastro positivo, que já está implementado e vai começar a ter efeito a partir do ano que vem, e temos o *open bank*, também um projeto importante nesse sentido.

Olhando o crédito depois de inadimplido, também há dois grandes problemas. O primeiro é a organização de garantias. Precisamos organizar as garantias para que quem deu crédito entenda que a garantia está lá, que é uma garantia real, que não foi usada duas vezes. Enfim, organizar as garantias é importante. O segundo ponto, muito importante também, é que hoje a recuperação de crédito é um processo judicial que leva bastante tempo. Nós precisamos aperfeiçoar esse processo de recuperação de crédito.

Falando da Agenda BC#, por que é tão importante fazer essa parte microeconômica? Frequentemente sou questionado por que estamos gastando tanto tempo com a parte micro, quando deveríamos estar falando cada vez mais da parte macro. Eu sempre respondo o seguinte: passamos muito tempo controlando quanta água passava no cano, e agora nós estamos querendo trocar o encanamento. O que significa trocar o encanamento? Significa fazer reformas macroeconômicas para que esse canal de política monetária seja mais forte.

Há um estudo do FMI que mostra a eficiência que pode ser obtida com essas medidas. Vemos aqui que o *gap* de produtividade é parecido nos diversos setores.

O Brasil tem uma produtividade bastante baixa, como vemos no gráfico da esquerda, e pior do que ter uma produtividade baixa é ter uma produtividade que, além de baixa, dependeu, durante os últimos anos, de um bônus demográfico que não existe mais. Então, para ter a mesma produtividade ruim e baixa, nós precisamos melhorar muito, porque o bônus demográfico não vai existir no futuro da forma como existiu no passado.





CONGRESSO NACIONAL
Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização

Em termos de como fechar esse *gap* de produtividade, o estudo do FMI mostra que o setor financeiro é o setor que tem o maior potencial para fechar esse *gap* de produtividade, e por isso é tão importante a Agenda BC# do Banco Central.

Vemos também que, como a reforma é basicamente uma agenda de inclusão, de barateamento do custo de crédito e de criação de competição, ela acaba por maximizar as duas dimensões de impacto na produtividade e de popularidade da reforma.

Falando um pouco da Agenda BC# — não haverá tempo para falar sobre todas as medidas —, quero começar a mostrar os impactos do que já foi feito. Nas últimas vezes em que eu estive nesta Comissão e na Comissão de Assuntos Econômicos, eu expliquei um pouco o que nós queríamos fazer. Algumas coisas que nós fizemos já estão causando impacto, e eu queria ressaltar o que nós fizemos e o que faremos mais para frente.

Relativamente às quatro dimensões — inclusão, competitividade, transparência, educação —, temos nosso painel de controle em que vemos as medidas que foram tomadas e o que está ocorrendo em cada uma delas. Nós acompanhamos isso semanalmente — é importante evoluir. Nós entendemos que grande parte da dificuldade não é a confecção, mas a execução, de modo que é importante ter acompanhamento durante a execução.

Começando a falar um pouco sobre a execução, a parte do Cadastro Positivo levou tempo maior do que grande parte das pessoas esperava. Já temos a parte da regulamentação. Autorizamos os *bureaux* de crédito recentemente, e isso agora começa a fazer efeito. Estamos em uma fase de cadastramento muito acelerada — eu mesmo recebi dos *bureaux* de crédito pedidos de cadastramento. Acho que agora o cadastramos começa a avançar de forma mais definitiva — nós autorizamos as primeiras quatro agências.

Falando um pouco sobre as linhas emergenciais, eu acho que esse é um elemento, a tomar pelas perguntas feitas ontem na Comissão de Assuntos Econômicos, que cria grande ansiedade nas pessoas e no Parlamento de forma geral.

Duas modalidades de crédito são emergenciais e são responsáveis pelo crédito alto: cheque especial e rotativo. Vou me concentrar aqui um pouco no cheque especial, mas a lógica do produto é mais ou menos parecida. O importante é





CONGRESSO NACIONAL
Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização

ênfatizar que é um produto muito regressivo no sentido de quem está pagando o custo é quem está embaixo da pirâmide. É como se quem tivesse embaixo tivesse pagando pelo luxo de quem está em cima.

Neste eslaide eu mostro, na parte esquerda, que grande parte dos usuários do cheque especial são pessoas que ganham até 2 salários mínimos e que 67% só têm até a educação média. Portanto, há o problema de ser um produto mais aderente na renda mais baixa e de ser um produto mais usado por quem tem menos educação e, por consequência, menos educação financeira também, de forma geral.

Na parte da direita, mostramos outro estudo adicional que demonstra o comprometimento de renda que esse produto gera; não só quem usa mais e quem usa menos, mas o quanto ele gera de comprometimento de renda. Nós conseguimos ver que ele é realmente bastante regressivo no sentido de que quem ganha até 2 salários mínimos — os 10% mais endividados — tem 21% de endividamento no cheque especial. Se você tem 21% do seu endividamento com uma taxa de juros que roda em 340% ao ano, em média, você não aguenta muito tempo. Então, nesse produto nós precisamos fazer uma reengenharia no sentido de diminuir sua regressividade e de favorecer quem está na parte de baixo da pirâmide. Nós temos um plano para esse produto que deve ser divulgado antes do final do ano.

A parte da educação financeira tem uma dimensão muito importante. Também temos um plano de educação financeira que vai ser divulgado em breve e que vai atender um pouco a essa parte de evitar com que os clientes fiquem na faixa dos superendividados em produtos que são produtos equivocados.

A parte da iniciativa de mercado de capitais também começou a ter algum resultado. Nós adotamos algumas medidas na parte de crédito rural que já geraram resultados. Podemos ver, por exemplo, que toda a lógica é baseada naquela linha laranja que eu mostrei no começo da apresentação. Se a taxa de juros longa cai, as grandes empresas que têm crédito incentivado na parte longa muitas vezes não precisam mais daquele incentivo, porque agora os juros estão baixos o suficiente para conseguirem se financiar com o dinheiro de mercado. Já há dinheiro ficando empossado, dinheiro que não está sendo usado, porque a taxa de mercado caiu a um nível tão baixo, que as pessoas não precisam mais de subsídios. Isso é excelente, porque o plano era exatamente pegar o dinheiro que era aplicado no





CONGRESSO NACIONAL
Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização

subsídio do grande e passar cada vez mais para o médio e para o pequeno — mas de forma diferente do que foi feito no passado: o Brasil tinha muitos programas para ajudar o pequeno, mas, para ele continuar sendo ajudado, ele tinha de ficar pequeno o tempo todo. Criava-se, portanto, uma descontinuidade do custo do pequeno para o médio e do médio para o grande. Queremos fazer o contrário: que o pequeno vire médio e que o médio vire grande. As medidas do crédito rural já mostram isso acontecendo. O PRONAF já quase dobrou o desembolso do ano passado para este ano, e seguiremos progredindo nisso.

Outro produto muito importante é o *home equity*. Da última vez, eu falei o que era *home equity*. Basicamente, é usar a sua casa, que é um estoque de capital, para baixar os juros dos seus empréstimos, ou para pegar um empréstimo com juros mais baratos. Temos um sistema imobiliário bastante pouco alavancado — são 12 ou 13 trilhões em imóveis e só 500 bilhões financiados. Ou seja, é um sistema em que na média as pessoas têm, em grande parte, a casa paga, de modo que esse é um produto interessante. Quando nós anunciamos o produto, muitos disseram que haveria um estigma e que as pessoas não usariam muito esse produto. Isso não está se mostrando verdade. Nós fizemos um volume grande desse produto no último mês.

Outro mito associado a esse produto é que as pessoas vão pegar o dinheiro emprestado para consumir. Vão consumir a casa e, no final, vão ficar sem ela e endividadas. Isso também não se mostra verdade. O que vemos estar acontecendo com esse produto são empréstimos geralmente para investir ou em uma empresa existente de alguém que está em dificuldade, ou para montar uma empresa do começo, ou para baratear a categoria de juros de crédito que a pessoa já tenha com juros mais altos. Enfim, o produto está atendendo a função e está tendo um crescimento relativamente mais acelerado do que nós imaginamos. Na última vez em que estive aqui, mostrei um gráfico que imaginava que esse produto poderia abaixar os juros para 16%. Vemos que já há banco fazendo a 13%. O produto está mais acelerado e mais barato do que nós imaginávamos. Fomos surpreendidos positivamente: as taxas já chegam à casa de 13%.

Na linha daquela bola laranja de financiamento imobiliário, 1 é o *home equity*, um produto que nós enfatizamos; o outro é o tema de mudar a forma de financiar o imóvel. O imóvel no Brasil sempre foi financiado a uma taxa TR, a Taxa Referencial,





CONGRESSO NACIONAL
Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização

uma taxa muito complicada porque não é fácil de ser replicada e, se ela não é replicada, não se consegue vender aquele empréstimo para outro investidor, que é o que chamamos de securitizar. Um sistema financeiro imobiliário em que não há securitização não cresce. Todos os sistemas imobiliários do mundo que cresceram com crédito privado cresceram com securitização: o banco faz o empréstimo, aglomera o empréstimo, depois ele vende para investidor, abre espaço, faz mais empréstimo e segue nesse ritmo. Nós, então, entendíamos que era importante fazer esse novo financiamento. Esse é um componente. O segundo componente é que, quando se transfere a taxa de TR para IPCA, como a curva do IPCA é mais plana, a prestação média cai. Nós entendíamos que a prestação média podia cair entre 20%, 22%. E como a taxa de juros caiu também quase 30%, no que a prestação inicial cai quase 30%, milhões de famílias que não tinham acesso ao crédito imobiliário passam a fazer parte do mundo do crédito imobiliário. Nós temos visto o setor reagindo fortemente.

Quando pensamos o produto a primeira vez, fui questionado, mas não sabíamos qual seria a demanda. Imaginávamos que poderíamos fazer 1 bilhão em um ano, e acabamos fazendo 2 bilhões em um mês e meio. O crescimento do produto está acelerado e já está gerando resultados: já conseguimos ver, por exemplo, a venda de imóveis subindo bastante recentemente. O setor imobiliário vai ser, em parte, um grande contribuinte da melhora da economia, porque ele gera bastante emprego, porque há toda uma cadeia de indústria associada à construção civil que vai ser levada junto. Enfim, essa é também uma medida que já foi tomada e que já está surtindo efeito.

Quanto ao cooperativismo, que também mencionei logo quando vim aqui pela primeira vez, nós tomamos algumas medidas. Nós entendíamos que cooperativismo tinha dificuldades de ter *funding*, que eles precisavam de repasses dos bancos para fazer a atividade. Nós fizemos então algumas modificações, para que o cooperativismo pudesse ter mais *funding*. Nós vemos notícias de jornais dizendo que os grandes bancos estão fechando agências, mas as cooperativas estão abrindo agências. Ou seja, essa também é uma medida que nós tomamos que já está tendo funcionamento prático. O cooperativismo tem uma função importante, porque quem é participante de cooperativa, principalmente no mundo agro, principalmente o pequeno agricultor, passa a ter um conhecimento melhor de como





CONGRESSO NACIONAL
Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização

controlar insumos, o que representa uma parte da educação financeira e da eficiência. Enfim, também essa medida já está tendo impacto positivo.

Anunciamos recentemente a parte de microcrédito também, que é uma modalidade de crédito que nós acreditamos que é muito importante. Era um plano no começo, agora já é uma realidade — está na última MP anunciada. Basicamente o trabalho foi falar com plataformas de crédito e com agente de microcrédito no Brasil e em outros lugares do mundo e entender quais eram as restrições para que ele acontecesse. Eliminamos grande parte das restrições nessa medida. Vamos fazer um aumento de direcionamento. De novo, nossa ideia é diminuir o grande e incentivar mais o pequeno e o médio, porque o grande não precisa mais de dinheiro subsidiado. Estamos trabalhando no sentido de continuar esse movimento de incentivo ao pequeno e ao médio, e esse é um produto muito bom para isso.

Falando um pouco só de microcrédito, ele é um produto bastante rentável. As plataformas brasileiras de microcrédito têm uma rentabilidade entre 30% e 40% e uma inadimplência relativamente baixa de 1,7%. A inadimplência do microcrédito, não só no Brasil como no mundo, não passa de 2%. É um produto que nós entendemos ser fácil de fomentar e, com as novas medidas, devemos ter um crescimento bastante acelerado. Espero na próxima vez já poder reportar o efeito dessa medida também.

O *open banking* é outra iniciativa muito importante, porque elimina uma das grandes barreiras de entrada para os pequenos no sistema financeiro que é ter acesso aos dados de clientes. Vamos parar e pensar que o negócio bancário, no final das contas, está se transformando em um serviço financeiro de informação e de dados. Se eu não tenho dados sobre o meu cliente, é muito difícil eu oferecer os produtos corretos e precificar o crédito de forma adequada. Então, esse vai ser um grande marco. Nós já terminamos o primeiro arcabouço, vai começar a ser implementado de forma faseada a partir de 2020. Alguns países levaram 4 anos, 5 anos para implementar o sistema. Nós já vamos ter alguma coisa em 2 anos, de modo que estamos indo bem nesse sentido.

Pagamentos instantâneos é outro projeto bastante importante que nós trouxemos de 2021 para 2020. No final do ano que vem já deve estar funcionando. O que significa pagamento instantâneo? Significa que todos vão poder pagar a todos. O dinheiro vai sair de uma conta e entrar na outra, independentemente de ser





CONGRESSO NACIONAL
Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização

comércio, de ser entre pessoas ou entre instituições, vai levar uma fração de um pouco mais de um segundo, e vai poder ser feito 7 dias por semana, 24 horas por dia. Isso vai fazer com que algumas coisas aconteçam. O custo transacional do pequeno comerciante deve diminuir. A demanda por dinheiro em espécie vai cair, porque será possível fazer a transação de forma mais eficiente e mais rápida, assim como vai diminuir todo o tema de demanda à moeda digital, porque ele serve aos princípios que a moeda digital serve, que é ser barato, rápido, eficiente e transparente. É um processo muito importante. Os Estados Unidos recentemente anunciaram que querem pagamentos instantâneos para 2024. Nós devemos ter o sistema pronto no final do ano que vem. É um projeto de tecnologia que acompanhamos sempre. O importante é seguir na execução do projeto.

Outra medida muito importante diz respeito a uma anomalia brasileira é o fato de nós termos depósitos compulsórios bastante elevados. Primeiro precisamos entender por que os depósitos compulsórios são elevados. Em grande parte, é porque nosso sistema de assistência de liquidez não é tão aprimorado. Como eu repeti inúmeras vezes hoje, nós estamos num movimento de trocar o dinheiro público pelo privado. Que cada vez mais o balanço dos bancos tenha mais dinheiro privado e menos dinheiro público é o que nós queremos. Nós não queremos que os bancos existam para financiar o Governo — essa foi grande parte da história bancária recente do País. Nós queremos que o Governo esteja para financiar as pessoas, as empresas, os projetos. O fato é que, como com o balanço dos bancos vai ficar mais dinheiro privado e menos dinheiro público, é importante fazer com que esse crédito privado tenha valor de liquidez numa situação de emergência. Assim, o projeto consiste, basicamente, de mapear todos os créditos privados que há nos bancos, começando pelos mais simples, como a debênture, e indo para baixo na cadeia, para que, num momento de emergência, o Banco Central possa fazer um empréstimo emergencial para o banco e ter a carteira de crédito privado dele como colateral. O que acontece nesse novo sistema de assistência de liquidez é que nós podemos viver com o nível de compulsório muito mais baixo, ou seja, podemos liberar dezenas de bilhões de reais na economia. Também esse projeto está em fase de implementação — começamos mapeando as debêntures —, e eu devo também acompanhar sua execução nas próximas reuniões.





CONGRESSO NACIONAL
Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização

O crescimento das *fintechs* também é sempre um tema muito importante para nós. Eu gostaria de enfatizar que nós temos 13 entidades já autorizadas a operar crédito via plataforma digital. A base ainda é relativamente baixa, mas está crescendo 300% ao ano. Nós temos 13 entidades operando e 20 esperando autorização. Conversando com os advogados que fazem o processo de autorização, constatamos que há mais 60 entidades para entrarem na fila. Enfim, vai haver mais competição via plataformas digitais.

Falando um pouco sobre autonomia, e já chegando ao fim, eu gostaria de ressaltar que a autonomia é um projeto muito importante para o Banco Central que vai dar credibilidade adicional para o Brasil. No primeiro gráfico que apresentei havia a linha laranja de juros mostrando que os juros longos caíram. Com a autonomia do Banco Central, esses juros tendem a cair mais. Ou seja, vamos conseguir acelerar muito mais a credibilidade. A inflação tende a ser mais baixa e também menos volátil, mais estável, nos países que têm mais independência.

Aqui há um gráfico mostrando, com a linha laranja, o que aconteceu quando o mercado entendeu que o Banco Central da Argentina tinha perdido a independência. Podem ver que houve rápida depreciação da moeda.

Aqui estão algumas manchetes sobre esse projeto, que acredito estar maduro para ser aprovado pela Casa. Nós entendemos que ele é bastante importante. Eu não consegui cobrir aqui todos os nossos projetos, mas eu trouxe a evolução dos projetos que já implementamos. Eles já estão trazendo alguns efeitos para a economia.

Por fim, há o projeto de simplificação cambial. Quando primeiro o anunciei, as pessoas entendiam que era um projeto muito complexo. O PL já está pronto na Casa para ser aprovado. É um projeto muito importante — em reuniões recentes com a OCDE, ficou claro que é um dos projetos mais importantes para a OCDE. Mas, muito além disso, é um projeto que vai baratear bastante a importação e a exportação, porque vai fazer com que as plataformas globais que fazem negócios com *ticket* pequeno sejam mais viáveis no Brasil, como, por exemplo, *Spotify* e outras empresas dessa natureza. Também vai permitir que não precise ser banco para fechar câmbio. Qualquer um vai poder fechar câmbio. Retirando o monopólio do fechamento de câmbio, o sistema financeiro passa a ser mais livre. Isso melhora





CONGRESSO NACIONAL
Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização

o tema do *correspondent bank*, ou seja, do agente bancário externo e, de uma forma geral, simplifica muito o processo na exportação e importação.

Por último, falarei um pouco sobre os resultados do Banco Central. No semestre, o resultado líquido das reservas foi de 7 bilhões negativos. Isso já conta os efeitos de carregamento da parte local, de ganho de capital, e do carregamento da parte internacional. Aí vemos a diferenciação da rentabilidade, o custo de captação e os *swaps* cambiais. Nas demais operações — basicamente a carteira de títulos — tivemos um resultado de 21 bilhões de reais. No primeiro semestre, o resultado líquido do Banco Central foi, portanto, de 13 bilhões de reais. Saliento que, na linha de cima, o resultado de 7 bilhões de reais é muito volátil, porque depende do câmbio do momento. Esse mesmo resultado de 7 bilhões de reais negativo no primeiro semestre está no segundo semestre mais ou menos em 40 bilhões de reais, hoje. No segundo semestre deve haver recuperação e um resultado muito acima em função da moeda.

Eu gostaria de salientar esse componente volátil, o componente das reservas, e falar um pouco também desta tabela final, uma tabela padrão que nós trazemos. A primeira linha é o custo da remuneração, ou seja, quanto custou a disponibilidade, 50 bilhões de reais. Estamos vendo ali o custo líquido das reservas cambiais, que está associado ao gráfico anterior, e a rentabilidade da carteira de títulos contra a taxa SELIC efetiva paga.

Eu fico por aqui e estou à disposição para responder às perguntas dos Srs. Senadores e Senadores, Deputados e Deputadas.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Marcelo Castro. MDB - PI) - Vamos ao primeiro orador inscrito. O Deputado Lucas Gonzalez tem a palavra.

O SR. LUCAS GONZALEZ (NOVO - MG) - Presidente Marcelo, obrigado. Já que não há concorrência, vou fazer com calma minhas perguntas ao Presidente Roberto Neto.

Sr. Roberto, que bom vê-lo de novo na Câmara. Parabéns pelo trabalho que tem feito o senhor e sua equipe!

O primeiro ponto — o senhor esteve aqui um tempo atrás e depois eu estive lá com o senhor e a sua equipe também — é uma técnica em que bato muito. Vi que o Ministro Paulo Guedes recentemente falou sobre educação financeira na revista,





CONGRESSO NACIONAL
Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização

salvo engano, *Negócios*. Eu queria saber se podemos aprofundar um pouco essa temática — particularmente acredito muito na relevância dela —, a pauta da educação financeira, em especial ao jovem, que leva esse conhecimento à sua família e transforma a realidade financeira de empréstimo. Isso acontece muitas vezes quando a sua família se encontra num quadro financeiro complicado e esse jovem começa a aprender sobre educação financeira na sala de aula, na escola, e via plataformas do Banco Central e outros institutos. Eu queria que o senhor nos desse mais detalhes, aprofundasse a questão da educação financeira.

O outro ponto o senhor citou no final: salvo engano, o PLP 112. Ele chegou na Casa no meio do ano, mais ou menos — não me lembro da data exatamente. Sei da relevância dele, sei da importância dele. Já notei sinais de colegas Deputados que o enxergam também com bons olhos. Mas, na prática, acabamos não vendo, digamos, um avanço. Eu queria saber o que nós aqui, como CMO, podemos fazer para darmos, Presidente Marcelo, o devido andamento a esse PLP tão importante para a autonomia do Banco Central.

Eu gostaria de saber outra coisa, Sr. Roberto. Nós estamos completando quase 1 ano de queda constante de juros, com as menores taxas da história. Estamos com a inflação controlada já há um tempo considerável, o que é um marco na história do nosso País. Mas nós temos um indicador não tão positivo na minha opinião: o dólar, que é o maior dos últimos tempos. Então, o que tem sido feito na sua visão para equilibrar um pouco mais a nossa política cambial?

Por último, eu gostaria de saber também se o Banco Central tem protagonizado alguma coisa no sentido de atrair mais investidores ao mercado financeiro. O Brasil ainda é muito tímido no que tange à Bolsa de Valores, no que tange a pessoas físicas investindo. O que pode ser feito? Eu sei que isso, em sua maior parte, se deve ao momento da sociedade civil, mas eu acredito que, em especial, as famílias brasileiras têm muito a ganhar se criarem o hábito de investir um pouco mais, ainda que seja um investimento muito baixo. Preconceito talvez não seja a melhor palavra, mas existe um receio do mercado de capitais, que precisa ser vencido.

Esses são os meus pontos.

Obrigado.

O SR. ROBERTO CAMPOS NETO - Muito obrigado, Deputado Lucas.





CONGRESSO NACIONAL
Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização

Em relação à educação financeira, que é uma das dimensões que estamos trabalhando, há vários planos, mas eu vou enfatizar um pouco qual é a ideia geral e aonde nós queremos chegar.

Voltado aos jovens, nós temos um programa para implementar a educação financeira na escola. Trata-se de um programa sobre o qual não deve haver nenhuma notícia mais definitiva até o começo do ano que vem, mas nós estamos trabalhando nele.

Existe um programa muito importante específico para os superendividados. O mais emergencial é tirar as pessoas do superendividamento. Devemos anunciar esta semana ainda um mutirão junto com os bancos, que vão manter abertas suas agências além do expediente para fazer uma renegociação de dívida para o Ano Novo e para o Natal. E essa renegociação de dívida vai estar atrelada a um conteúdo de educação financeira. É uma oportunidade para as pessoas renegociarem a dívida e entenderem um pouco por que se endividaram. Vai haver exposição com algum material de educação financeira.

Outro fato superimportante é que, quando nós enfatizamos o crédito para baixo da pirâmide, tanto no cooperativismo quanto no microcrédito, isso também é um programa que gera educação financeira, porque, a hora que a pessoa deixa de ser um funcionário, um empregado ou um autônomo e passa a ter capacidade de ter algum tipo de planejamento financeiro — e geralmente essas plataformas prestam também um serviço de aconselhamento —, essa pessoa acaba sendo inserida na educação financeira. Essa modalidade de crédito que nós chamados de microcrédito é muito boa, porque ela gera educação financeira e gera emprego. Educação financeira mais emprego é igual a poupança. Essa é uma carência hoje no País.

Na parte de educação financeira, Minas está sendo piloto de um programa que nós queremos ampliar. O Banco Central ainda está testando as diversas formas de fazer com que o conteúdo de educação financeira chegue às pessoas. Cursos de educação financeira disponíveis existem vários, mas nós notamos que as pessoas têm ainda resistência a eles. Então, é preciso um incentivo. Eu acho que o mutirão vai nesse sentido.

Nós queremos criar também, já junto com os birôs de crédito, uma forma de precificar isso, no sentido de que quem faça o curso de educação financeira tenha um *rating* — ou seja, uma classificação de crédito — superior, para que a pessoa





CONGRESSO NACIONAL
Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização

tenha um incentivo. Também buscamos implementar cursos de educação financeira atrelados a ganhos de pontos que gerem desconto nos produtos financeiros, porque, no final das contas, quem tem mais educação financeira tem menor inadimplência.

Todos esses programas estão em curso. Esta semana nós vamos anunciar um. E nós temos vários para o ano que vem. Então, em relação a educação financeira, era isso que tinha a dizer.

No PLP 112/2019, o PLP da autonomia, que realmente está na Casa, nós fizemos algumas modificações. O projeto é do Deputado Maldaner, e nós entendemos que é bastante bom. Vale lembrar que, no início do Governo, o Presidente Bolsonaro já sinalizou que era favorável à autonomia, uma coisa que não aconteceu nos outros Governos. O projeto está na Casa, e, pelas conversas que tenho com o Presidente Rodrigo Maia, existe o entendimento de que hoje o Brasil tem maturidade para votá-lo. Existe o entendimento também de que ele pode ser votado em breve, em algum momento em breve. É uma prerrogativa do Legislativo. É superimportante esse projeto para o Brasil. Eu acho que é um projeto naquela linha de que o custo dele, em termos de popularidade, é baixo. É um projeto que vai trazer melhoras, porque ele vai dar mais credibilidade ao Brasil, vai fazer entrar mais dinheiro. E ele tem um grande efeito na parte microeconômica. Então, acho que é um projeto que está maduro para ser votado, e nós estamos aguardando um entendimento do Legislativo.

Em relação à pergunta sobre a desvalorização cambial recente apesar dos baixos juros e da baixa inflação, eu acho que é importante enfatizar e qualificar um pouco o que é que tem acontecido com o câmbio este ano no Brasil.

Há vários fatores agrupados, mas eu acho que é importante explicarmos que, embora nós tenhamos um movimento de câmbio recente no qual, dependendo da janela pela qual se olha, o câmbio no Brasil realmente tem uma desvalorização um pouco acima da dos seus pares, essa foi uma desvalorização no sentido contrário à que sempre aconteceu no passado, quando a desvalorização vinha acompanhada de uma piora no prêmio de risco brasileiro. Geralmente nós tínhamos desvalorizações que vinham acompanhadas de uma queda na Bolsa, uma elevação da curva de juros de longo prazo, um aumento do CDS, uma piora da percepção do Risco Brasil. Este ano aconteceu o contrário: nós tivemos uma desvalorização com uma melhora da percepção de risco.





CONGRESSO NACIONAL
Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização

Então, quando nós pesquisamos o mercado de câmbio brasileiro tentando entender e qualificar o que estava acontecendo nele, ficou muito claro que o fato de aquela linha laranja que eu mostrei no começo da apresentação, que é a taxa de juros longa, ter caído bastante estava fazendo com que acontecesse uma dinâmica diferente da do passado, ou seja, as empresas estavam pré-pagando dívida fora para emitir dívida dentro. Em razão do custo que uma empresa com um negócio local tem para fazer uma emissão de dívida fora num mesmo preço, essa empresa prefere sempre ter a emissão local. Há o custo de fazer o *hedge* da moeda. Para a agência de *rating*, quando você tem dívida em moeda diferente, você tem que ter informações adicionais, e isso tem um custo. O próprio balanço da empresa é mais complexo quando você tem descasamento da moeda. Então, o que aconteceu foi que as empresas começaram a entender que os juros longos no Brasil estavam numa taxa tal que, com o custo de captação internacional e o custo local, valia a pena fazer essa substituição. Grande parte, obviamente, foi feita pela própria PETROBRAS.

Quando olhamos a parte de balança comercial de alguns agentes que fazem comércio exterior, vemos que estão segurando os recursos fora. Parte disso se deve ao fato de o dólar ter ficado mais forte no mundo, mas nós entendemos que grande parte do componente não se deve ao movimento de *hedge*. No Brasil, nós temos o câmbio à vista e o câmbio futuro. O câmbio futuro é um instrumento no qual se tem mais demanda quando existe uma piora de percepção de risco. Por quê? Porque pessoas ou empresas que têm uma exposição querem fazer o *hedge*, querem se proteger, então elas vão a um mercado que tem mais liquidez e que tem um acesso em que não é preciso pagar o carregamento, não é preciso pagar o custo de ter esse *hedge*, ou em que o custo transacional é mais barato. Então, vemos uma demanda muito grande nos juros futuros.

Este ano aconteceu o contrário. Tínhamos uma pressão muito grande no à vista, que vinha exatamente das pessoas ou das empresas que precisavam comprar o à vista e mandar para fora para pré-pagar a dívida. Então a pressão era no à vista, e não no futuro. Quando nós vimos que realmente a pressão nos componentes era diferente da do passado, nós mudamos também a forma de intervir. Nós pensamos: *"Bom, se a pressão é no à vista, vamos vender o câmbio à vista e vamos recomprar o futuro"*.





CONGRESSO NACIONAL
Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização

Existe uma interpretação equivocada, na nossa opinião, de que o Brasil vendeu 23 bilhões de reservas. Há até algumas matérias nesse sentido. Na verdade, liquidamente nós vendemos o à vista e recompramos o futuro. Se eu tenho hoje um ativo que eu vendi no futuro, tecnicamente eu não o tenho mais. Existem algumas nuances sobre como funciona a dinâmica, mas, basicamente, nós entendemos que o conceito líquido é o mais importante.

Então, parte da explicação é esse fenômeno da recompra, que está associado até a uma melhora da percepção do Brasil. Parte da explicação é global: as moedas se desvalorizaram, de certa forma, em relação ao dólar, porque os Estados Unidos ainda estão com um crescimento maior do que a média. Outra parte é um tema de comércio: há uma volatilidade maior do câmbio, porque há uma incerteza comercial maior.

Além disso, mais recentemente aconteceu um fenômeno no Brasil: nós tínhamos a cessão onerosa, e o mercado entendia que ia haver um forte ingresso de moedas pelos leilões, mas o resultado foi um pouco abaixo do esperado. Como os agentes financeiros se posicionaram para uma entrada que não se realizou, houve uma saída daquela posição, e isso gerou também uma depreciação.

Eu disse, inclusive — e acho que fui até mal interpretado —, que o importante para nós é como o câmbio alimenta o canal de inflação. E eu disse que o importante é ver se esse movimento de câmbio está fazendo com que a expectativa de inflação à frente esteja sendo elevada, porque isso acaba contaminando a curva de expectativa na inflação, e, se isso estiver acontecendo, obviamente nós temos que agir. E eu me referi, obviamente, aos juros, não ao câmbio. Fui mal interpretado quando disse isso na CAE. Nós acreditamos muito no princípio da separação: juros são usados para política monetária, enquanto o câmbio é flutuante. Nós fazemos intervenção quando existem *gaps* de liquidez, e as medidas macroprudenciais são usadas para crises financeiras, ou seja, para a solidez do sistema financeiro.

Então, sobre a parte do câmbio, acho que basicamente foi isso que aconteceu.

Em relação à parte de atrair mais investidores e melhorar o mercado financeiro, uma parte grande da agenda, que nós chamamos de IMK, que é um grupo de mercado financeiro, basicamente estuda como é que nós podemos fazer com que o sistema fique mais desintermediado, dependa menos de banco, e as pequenas e médias empresas tenham mais acesso ao mercado de capitais. Nós fizemos um





CONGRESSO NACIONAL
Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização

mapeamento de todos os custos inerentes a se estar no mercado financeiro brasileiro e os estamos atacando. *Sandbox*, que já está pronto, é um deles. Há um conjunto de medidas que são direcionadas para *private equity*. Há outras que são para fundo imobiliário. Uma grande parte das medidas é para se poder fazer também o *hedge* de longo prazo, que é outro produto que nós anunciamos. Então, isso é importante.

Quanto à parte de relacionamento com investidores estrangeiros, nós montamos no Banco Central um grupo, sob a diretoria da Diretora Fernanda, que vai fazer um acompanhamento dos investidores estrangeiros. Quando eu cheguei ao Banco Central, eu percebi que nós tínhamos um grupo bastante grande de gente que atendia as agências de *rating*. E, obviamente, a questão que sempre fica é: é muito bom ter um relacionamento bom com agências de *rating*, mas o importante de ter um *rating* bom é ter investimentos. Então, nós vamos direcionar parte desse grupo para o atendimento a investidores. Inclusive, já começamos a viajar para falar com investidores, e a ideia é que tenhamos relatórios mais acessíveis, que falem a linguagem do investidor, e que o Banco Central sirva mais ou menos como um centro onde os investidores podem entender como funciona o mercado brasileiro.

Portanto, eu nos dividiria nestes dois grupos: o IMK, que é o grupo que está olhando a parte do mercado financeiro, e esse outro grupo, que está mais voltado ao atendimento dos investidores estrangeiros.

Obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Marcelo Castro. MDB - PI) - Agradeço, pelo comparecimento, ao Presidente do Banco Central do Brasil, o Dr. Roberto Campos Neto; à sua equipe técnica; aos Presidentes das Comissões envolvidas; e aos demais Parlamentares presentes.

Declaro encerrada a presente reunião.





CONGRESSO NACIONAL
Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização

ATA DA DÉCIMA QUARTA REUNIÃO DE AUDIÊNCIA PÚBLICA, DA 1ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA, DA 56ª LEGISLATURA, DA COMISSÃO MISTA DE PLANOS, ORÇAMENTOS PÚBLICOS E FISCALIZAÇÃO, REALIZADA EM 28 DE NOVEMBRO DE 2019.

Aos vinte e oito dias do mês de novembro do ano de dois mil e dezenove, reuniu-se a Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização, no plenário 4, do Anexo II da Câmara dos Deputados, sob a Presidência do Deputado Orlando Silva. Esta reunião foi convocada para debater a importância da realização do CENSO em 2020, em atendimento ao **Requerimento n.º 07/2019-CMO**, de autoria do Deputado Orlando Silva, aprovado na 2ª Reunião Ordinária da CMO, realizada em 21.05.2019 e alterado pelo **Requerimento nº 14/2019-CMO**, do mesmo autor, e subscrito pelo Deputado Bohn Gass, aprovado na 6ª Reunião Ordinária da CMO, realizada em 03.09.2019. Foram sugeridos, inicialmente, os seguintes convidados para o debate: Presidente do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística IBGE, Sra. Susana Cordeiro Guerra; ex-Presidente do IBGE, responsável pelo Censo 2010, Sr. Eduardo Nunes; Professor de Geografia da Universidade Federal do Rio de Janeiro - UFRJ, Sr. Claudio Egler; Ence IBGE, Sr. Paulo de Martino Januzzi; Diretor de Pesquisa/IBGE, Sr. Claudio Crespo; Doutora em Educação, Professora Associada I da Universidade Federal do Recôncavo da Bahia e Tutora do PET Afirmação: Aceso e Permanência de Jovens das Comunidades Negras Rurais no Ensino Superior, Sra. Dyane Brito; e a Coordenadora da ASSIBGE, Sra. Luanda Botelho. Foi registrado o comparecimento dos membros: - **Deputados titulares:** Carlos Henrique Gaguim, Gurgel, Hildo Rocha e Orlando Silva. Foi registrado o comparecimento do parlamentar não integrante da Comissão, Deputado Vinicius Farah. **ABERTURA:** às dez horas e trinta e oito minutos, o Presidente em exercício, Deputado Orlando Silva, declarou iniciada a reunião e convidou os palestrantes para comporem a Mesa de trabalhos. Logo após, comunicou normas para o melhor ordenamento dos trabalhos, esclareceu que as apresentações dos expositores estariam na página da CMO na internet e destacou a importância da realização do CENSO em 2020. Em continuidade, os expositores fizeram suas apresentações e foi utilizado projetor de multimídia. E assim, foram ouvidos os seguintes palestrantes: a Representante da Executiva Nacional da ASSIBGE, Sra. Dione Conceição de Oliveira; o Doutor em Sociologia, Pós-doutorado em Ciência Política e Pesquisador do Centro de Estudos da Metrópole da Universidade de São Paulo – USP, Sr. Rogério Jerônimo Barbosa; e a Mestre e Doutora em Ciência Política, e Pesquisadora Associada do Instituto de Comunicação e Informação Científica e Tecnológica em Saúde da Fundação Oswaldo Cruz - FIOCRUZ, Sra. Débora Castanheira Pires, que discorreram sobre o tema “a importância da realização do CENSO em 2020”. Encerrada as apresentações, o Autor do **Requerimento nº 07/2019-CMO**, Deputado Orlando Silva, pronunciou-se sobre o tema e concluiu a exposição. **ENCERRAMENTO:** nada mais havendo a tratar, o Presidente em exercício agradeceu o comparecimento dos convidados, dos parlamentares e dos demais presentes e encerrou a reunião. Os trabalhos foram finalizados às onze horas e trinta e seis minutos. Para constar, eu, Walbinson Tavares de Araujo, Secretário Executivo, lavrei a presente Ata, que, após a sua aprovação, será assinada pelo Presidente em exercício da Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização do Congresso Nacional e encaminhada para publicação no Diário do Congresso Nacional. Os trabalhos foram gravados e, depois de traduzidos, integrarão esta Ata.

Deputado Orlando Silva, no exercício da Presidência. xxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxx





CONGRESSO NACIONAL
Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização

Em 28.11.2019, às 10 horas.

O SR. PRESIDENTE (Orlando Silva. PCdoB - SP) - Declaro aberta a 14ª Reunião de Audiência Pública, de 2019, da Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização.

Esta reunião foi convocada com a finalidade de debater a importância da realização do Censo 2020, em atendimento aos Requerimentos nºs 7 e 14, de 2019, de minha autoria.

Neste momento convido para comporem a Mesa: a Sra. Dione Conceição de Oliveira, representante da Executiva Nacional da Associação dos Servidores do IBGE — ASSIBGE; o Sr. Rogério Jerônimo Barbosa, doutor em Sociologia, pós-doutor em Ciência Política e pesquisador do Centro de Estudos da Metrópole da Universidade de São Paulo — USP; e a Sra. Débora Castanheira Pires, pesquisadora associada do Instituto de Comunicação Científica e Tecnológica em Saúde da Fundação Oswaldo Cruz — FIOCRUZ.

Para melhor ordenamento dos trabalhos, comunico que, de acordo com o estabelecido no art. 93, inciso II, combinado com o art. 89, inciso I, do Regimento Interno do Senado Federal, os palestrantes disporão de 10 minutos para sua exposição, mas eu vou conceder pelo menos 15 minutos a cada um. E, de acordo com o art. 94, § 2º, do Regimento Interno do Senado, os membros da Comissão poderão, terminada a apresentação, interpelar oradores exclusivamente sobre a exposição. Conforme estipulado no art. 94, §§ 2º e 3º do Regimento Interno do Senado, combinado com o art. 256, § 5º, do Regimento Interno da Câmara dos Deputados, os Srs. Parlamentares inscritos para interpelar os expositores poderão fazê-lo estritamente sobre o assunto da exposição pelo prazo de 3 minutos, tendo os interpelados igual tempo para responder, facultada a réplica e a tréplica pelo prazo de 3 minutos. Informo ainda que as apresentações dos expositores estão disponíveis na página da Comissão.

Cumprida a parte protocolar, digamos assim, da abertura da reunião, quero agradecer imensamente a presença dos nossos convidados para participar desta audiência pública, que está sendo transmitida pelos canais digitais da Casa, para que a população brasileira tenha informação acerca de um tema-chave.





CONGRESSO NACIONAL
Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização

O Brasil já há 1 século realiza os levantamentos, as pesquisas relativas ao censo. Causou-nos preocupação a atitude um pouco negligente, digamos assim, por parte do Governo Federal, no que diz respeito a um levantamento de informações que é absolutamente fundamental para que nós possamos instruir políticas públicas de um lado e, de outro lado, o País se ver plenamente, conhecer a sua realidade econômica e social.

Eu sei que está na moda no Governo presente a destruição de várias instituições, como é por exemplo o caso recente da Fundação Palmares. Para minha surpresa, o Presidente conseguiu a façanha de localizar um homem racista para presidir uma organização que tem como objetivo preservar a cultura afro-brasileira.

De todo modo, a dimensão que tem o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística — IBGE, e diria mesmo, uma instituição que ganha a forma do censo realizado pelo Brasil, exige preservação, cuidado, atenção, para que nós possamos, independentemente do Governo de turno, não perder um acúmulo histórico que foi produzido na pesquisa brasileira.

Então eu quero de início manifestar essa minha preocupação, porque foi o que instruiu o apoio, inclusive de todos os membros da Comissão Mista de Orçamento, ao requerimento que deu ensejo a esta audiência pública.

Eu queria começar esta audiência pública ouvindo a Sra. Dione Conceição de Oliveira, a quem concedo a palavra.

A senhora tem até 15 minutos para sua exposição.

A SRA. DIONE CONCEIÇÃO DE OLIVEIRA - Bom dia a todas e todos.

Em primeiro lugar, em nome do sindicato, em nome dos trabalhadores do IBGE, eu gostaria de agradecer ao Deputado Orlando Silva por ter feito o requerimento desta audiência. Para nós é muito importante poder vir defender a realização do censo demográfico, com o orçamento adequado, com orçamento que pede essa que é a maior operação de pesquisa, o maior levantamento de pesquisa que realizamos, tendo em vista o tamanho deste País e a importância fundamental que essa pesquisa tem para a elaboração de políticas públicas, para o monitoramento do planejamento em diversas áreas. Agradeço, igualmente, aos outros membros desta Mesa, a Débora e o Rogério, por terem vindo aqui defender o censo demográfico e o IBGE.





CONGRESSO NACIONAL
Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização

Não posso deixar de registrar o quão lamentável é a ausência do IBGE nesta Mesa. Num momento em que estamos aqui defendendo a instituição, defendendo a realização do censo demográfico, a instituição se omite, a direção da instituição se omite na defesa do censo. Ficamos nos perguntando até que ponto realmente essa instituição, essa direção entende que o IBGE é um órgão de Estado e entende a essencialidade, efetivamente, dessa pesquisa, uma vez que se furta a vir fazer esta defesa aqui. Estamos aqui cumprindo o nosso papel, representando os técnicos da instituição. Esses sim entendem que são servidores do Estado e têm a obrigação de defender essa pesquisa, defender a realização do censo nas condições que são adequadas para a sua produção.

Num primeiro momento, ressaltamos o quanto é demorado o processo de planejamento do censo. No caso do Censo 2020, o planejamento começou em 2015, depois da notícia de que não teríamos a contagem de população, o que já foi um grave problema da nossa história — a suspensão da contagem de população —, por razão orçamentária. Então, já temos um prejuízo nas estimativas de população quando há a ausência de um levantamento que é fundamental para recompor as estimativas de população. Isso torna o Censo 2020 mais fundamental ainda, porque vamos ficar com uma lacuna enorme, irreparável, nas estimativas se não realizarmos o Censo 2020.

Nesse processo de planejamento, foi ouvida a sociedade em diferentes momentos, com consulta pública, com encontros de usuários, foram realizados fóruns. Houve um momento de escuta da sociedade para saber o que seria importante levantar no Censo Demográfico 2020, quais seriam os temas. A partir disso, chegou-se a um questionário. Na verdade, dois questionários: o questionário básico e o questionário da amostra. O questionário básico, para quem não tem familiaridade, é ao que 90% dos domicílios respondem; o questionário da amostra, que é mais complexo, é respondido por 10% dos domicílios.

Com o novo Governo e a posse da nova Presidente, começou a ser implementado um conjunto de alterações no planejamento do censo demográfico, o que significou de imediato um corte do orçamento. A previsão orçamentária para 2020 era de 3,1 bilhões, mas esse orçamento foi cortado em 28%, e agora estão previstos 2,3 bilhões. Então foi um corte significativo para o censo.





CONGRESSO NACIONAL
Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização

O valor de 2,3 bilhões é exatamente o que foi orçado e atualizado em termos monetários para a contagem de população, e fica gritante a impossibilidade da sua realização, do cumprimento da operação censitária, tendo em vista a complexidade dessa operação. O censo não é uma contagem de população. Então, já fica a prova de quão insuficiente é o orçamento de 2,3 bilhões.

Além disso, na previsão na Lei Orçamentária Anual está o valor de 1,4 bilhão, sendo que cerca de 850 milhões, em verbas condicionadas. Então, é fundamental que, nesta audiência, nós sensibilizemos os Parlamentares para a importância de recompor o orçamento do censo, porque esses 855 milhões estão em verbas que dependem da autorização do Congresso, então não estão previstas efetivamente. É claro que 1,4 bilhão é um valor que pode ser contingenciado, mas ele está previsto no Orçamento com clareza; os 855 milhões estão como verbas condicionadas.

Então, como objetivo desta audiência, queremos defender a emenda que foi feita pela Comissão do Idoso, da Câmara dos Deputados, de 1,2 bilhão, que aproximaria um pouco mais o orçamento daquele que seria o orçamento real do censo, que é de 3,1 bilhões. Então, deixamos claro essa defesa.

Esse projeto foi muito alterado. É importante falar que, em termos de planejamento do censo, a alteração de um projeto que tenha um processo longo de maturação é gravíssima e muito perigosa. Nós temos, na América Latina, experiências muito próximas e recentes, que provam isso. Temos o caso do Chile e o do Paraguai. Tanto no caso do Chile, quanto no caso do Paraguai, essa remodelagem improvisada do censo, ocorreu pela mudança de modelo do levantamento, porque, nesses dois países, faz-se uma coisa que é chamada "censo de fato", e o planejamento mudou para "censo de direito", o que nós fazemos no Brasil.

O censo de fato é como se fosse uma grande operação voluntária, em que os voluntários vão à casa das pessoas, contam a população, com um questionário bem enxuto, e essa operação é feita basicamente em 1 dia. Nesses países, fez-se uma mudança de planejamento com um prazo muito curto para a realização do censo, com pouca estrutura, com orçamento incerto, com remuneração baixa, situação que estamos visualizando no caso brasileiro.

O que ocorreu nesses dois casos foi uma subenumeração da população. No caso do Paraguai, a subenumeração é de um quarto da população. Então, o censo





CONGRESSO NACIONAL
Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização

paraguaio subestimou a população em um quarto. No caso do Chile, a situação foi mais amena, mas foi também bastante grave, a população foi subestimada em cerca de 10%. O que significou nesses dois casos? Significou que todo o dinheiro gasto, todo o orçamento gasto nessas duas operações foi jogado na lixeira. É isso que não queremos que ocorra aqui no Brasil.

Mesmo que o orçamento seja insuficiente, ele pode ser todo jogado no lixo, se essa operação ficar pelo caminho, ou se for concluída, com fragilidades, ou seja, não representará efetivamente a população. Durante a remodelagem do planejamento do censo, foram retiradas várias perguntas do questionário, sob a justificativa de que esses temas seriam captados em outras fontes, em registros administrativos, ou em pesquisas domiciliares por amostra.

Eu não vou estender-me nessa argumentação, mas é importante frisar que o censo demográfico é a única base de dados que vai chegar a todos os Municípios brasileiros. No caso dos grandes Municípios, temos informações intramunicipais, recorte no Município. Então, não tem registro administrativo, nem pesquisa amostral que dê esses resultados para nós. No corte de perguntas, tais como, o valor do aluguel; no caso de frequentar a escola, qual é a rede, rede pública ou rede privada; a eliminação completa do bloco de imigração internacional, por exemplo, essas informações não vão ser substituídas, não vão ser contempladas em outras bases de dados.

Então, é um prejuízo gravíssimo que vai impactar, inclusive no caso da imigração internacional e migração interna, a estimativa de população, que é base para a distribuição dos recursos para o Fundo de Participação dos Municípios, Fundo de Participação dos Estados e outros recursos distribuídos para os Municípios. O imprevisto custa muito caro, como vimos que custou caro no caso do Paraguai e no caso do Chile.

Já temos notícias vindas de Minas Gerais, da cidade de Poços de Caldas, onde está sendo realizado o censo experimental. No processo de planejamento do censo, além das consultas, temos as provas-piloto. Tivemos duas provas-piloto, e agora está ocorrendo o censo experimental. O censo experimental é um grande ensaio do censo, é um ensaio geral, é para ocorrer como ocorreria o censo. Ele ocorre em uma cidade. No caso, está correndo em Poços de Caldas.





CONGRESSO NACIONAL
Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização

Então, temos algumas notícias de que esse projeto já está dando errado. Por isso, é tão fundamental — e dá tempo de fazer isso — que resgatemos o projeto técnico, voltemos com as perguntas que foram retiradas e já foram testadas nessas duas provas-piloto. Então, não há empecilho em retornar com as perguntas e resgatarmos o projeto orçamentário. E essa emenda que estamos defendendo aqui aproxima muito a previsão orçamentária.

Em Poços de Caldas, o que tem sido verificado é um desastre, no caso da coleta pela Internet. Por quê? Um dos argumentos para a redução do orçamento operacional do censo é o de que a coleta pela Internet seria ampliada. Só que, primeira coisa, esse projeto de levantamento pela Internet, que foi aplicado no censo experimental, já havia sido testado em 2018, quando ocorreu o teste de Internet, em que foram a campo três alternativas. Já se sabia que essa alternativa que foi aplicada no censo experimental não funcionaria. Já se sabia que ela não funcionaria, porque é uma alternativa que depende do confronto de cadastro de endereços do IBGE com o cadastro da Receita. No caso do censo experimental, foi usado o cadastro da Receita. Confrontam-se os cadastros e manda-se um *e-ticket* para o informante, para ele preencher pela Internet.

Só que existem imperfeições nos cadastros. Não se tem um batimento perfeito disso. Esperava-se, com esse modelo de levantamento em Poços de Caldas, uma coleta de 20% pela Internet. A Presidente do IBGE anunciou, em uma das suas cartas semanais, a resposta de 2,3% como uma grande vitória. Isso é um fragoroso fracasso. E é um fracasso que tem responsabilidade, porque é um gasto que já foi aplicado, sabendo-se que dava errado. Isso foi testado, como pedem e orientam as normas internacionais e o Item 10 do Código de Boas Práticas das Estatísticas — os senhores podem pesquisar, está na Internet —, que diz que, no processo de estatística, cada mudança, cada pesquisa tem que ter suas fases testadas. Isso foi testado. Essa parte do planejamento foi cumprida e foi superada. Essa modalidade seria fracassada, e foi fracassada. A decisão naquele momento foi de que se utilizasse o modelo de coleta aplicado no Censo Demográfico 2010, que seria como uma alternativa complementar para quem não tivesse respondido presencialmente. Esse é o primeiro fracasso.

Outro fracasso que é extremamente grave e representa um dos grandes cortes no orçamento é relativo ao número de entrevistadores, de supervisores e a





CONGRESSO NACIONAL
Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização

remuneração dada a esses profissionais. No corte orçamentário realizado pela Direção do IBGE, cortaram-se 20% dos gastos com pessoal. Isso é gravíssimo, porque significa que menos entrevistadores, mal remunerados, vão a campo. Já lá no censo experimental, fica claro que esses profissionais vão fazer menos coleta à noite, nos fins de semana e nos feriados. E isso é fundamental numa pesquisa domiciliar, principalmente nos centros, em que há um tempo curto de realização. Então, o resgate do orçamento que recomponha principalmente essa parte do gasto com pessoal é fundamental e imprescindível para a realização adequada e correta do censo.

Só para concluir, precisamos entender que não é com improvisos que se realiza o censo, não é com mudanças intempestivas, mas com promessas de realização mais eficientes, com mais qualidade. O processo que cumpre a qualidade é todo testado, os técnicos e o planejamento do censo previram isso. Esse redesenhar permanente é absolutamente prejudicial para uma pesquisa como o censo demográfico.

Temos que nos contrapor a esses improvisos, resgatar o que já foi planejado, o que já foi testado — o questionário que já foi testado — e o orçamento que prevê as fases e as partes de realização do censo que são imprescindíveis, como o número de entrevistadores, a remuneração dos entrevistadores, o gasto com publicidade, toda a logística, que, essa sim, garante a qualidade, inclusive o mapeamento desses domicílios para que o entrevistador chegue aos lugares certos e não fiquem domicílios sem entrevista.

É esse o apelo que fazemos aqui para seguirmos tendo políticas públicas de qualidade, sabendo onde e como aplicá-las. Para isso, precisamos de um censo demográfico realizado e de qualidade.

O SR. PRESIDENTE (Orlando Silva. PCdoB - SP) - Muito obrigado, Sra. Dione Conceição de Oliveira.

Passo a palavra ao Dr. Rogério Jerônimo Barbosa, por até 15 minutos.

O SR. ROGÉRIO JERÔNIMO BARBOSA - Enquanto os eslaides estão sendo projetados, eu queria agradecer a oportunidade de estar aqui com os senhores.

Eu sou usuário do censo demográfico como pesquisador há pelo menos 11 anos, não só do censo demográfico, mas de diversas outras pesquisas do IBGE, principalmente a Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios — PNAD, a Pesquisa





CONGRESSO NACIONAL
Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização

de Orçamentos Familiares — POF, a Pesquisa Mensal de Emprego — PME, que foram substituídas pela PNAD Contínua, que é uma excelente pesquisa. Não imaginei que eu pudesse eventualmente sair em defesa do IBGE. É uma honra estar aqui. Agradeço a oportunidade de falar com os senhores e pelo convite.

Eu acho que existem altas expectativas sobre o censo demográfico. E boa parte das coisas que se diz sobre o censo tem a ver com a ideia de que ele não poderia fazer tudo o que estava sendo proposto e se esperava dele e de que o censo é caro porque se espera demais dele.

A minha linha de argumentação vai ser justamente na defesa de que o censo é um pouco insubstituível e que nós não temos as mesmas informações, da mesma forma que nós precisamos, vindas de outras fontes.

A estrutura da apresentação vai ser basicamente esta: primeiro, vou mapear as principais controvérsias atuais que estão circulando em torno desse tema; depois vou discutir sobre essa existência de fontes alternativas e a necessidade de coleta das informações no mesmo lugar, o que eu chamo aqui de distribuições conjuntas e que vai ficar explicado depois.

(Segue-se exibição de imagens.)

A principal controvérsia acabou ficando muito focada nos questionários. No início deste ano, quando a nova Presidência do IBGE assumiu, houve uma pressão para que o custo do censo fosse reduzido. Como a parte visível do censo é o questionário, as pessoas veem o tamanho do questionário e têm a impressão de que maior parte da composição do custo do censo demográfico vem daí. Mas o custo logístico de preparação da operação é muito maior. E esses custos estão todos disponíveis publicamente. Eu não sou do IBGE, então acessei os dados públicos, num documento chamado Metodologia do Censo Demográfico de 2010.

Os custos de contratação são grandes, os custos de impressão, preparação, enfim, toda a infraestrutura; já os questionários e o tempo de resposta, na verdade, como está demonstrado lá, têm um baixo custo.

Foram feitos cortes nos questionários, especialmente sobre os bens duráveis — agora só se pergunta sobre máquina de lavar. Uma série de perguntas foram cortadas. Perguntas sobre o valor do aluguel e sobre a rede de ensino para os estudantes são do questionário longo, que só é aplicado em uma a cada dez casas. No questionário básico, que é aplicado em todas as casas, agora há uma discussão





CONGRESSO NACIONAL
Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização

sobre a renda dos indivíduos, que não é mais coletada para todos os indivíduos. Então, não se tem mais como compor a renda domiciliar. E há ainda a ideia de cortar a informação de migração com data fixa do questionário básico. Vou falar um pouquinho sobre cada um desses pontos.

As informações sobre os bens duráveis nos permitem fazer a composição dos índices multidimensionais de pobreza, pois, quando a pessoa já tem um acesso à renda, isso não significa que ela consegue de fato viver tendo satisfeitas as suas necessidades básicas. Além disso, as rendas nas pesquisas domiciliares são sistematicamente subestimadas, então certas correções são necessárias. E no Censo 2010 os bens duráveis foram utilizados para corrigir a renda das famílias que declaram renda zero. É até uma informação de checagem e complementação.

Outra informação é o valor do aluguel, o que, pela primeira vez, não vai ser perguntado. Essa informação é fundamental em âmbito municipal e intramunicipal, quer dizer, é bom saber os bairros e os lugares onde há déficit habitacional para que políticas sejam feitas. Não adianta saber que no Brasil há 6 milhões de pessoas morando de forma inadequada, o que importa é saber o que e onde deve ser feito. A informação coletada no âmbito intramunicipal é mais importante do que essa estatística agregada, e é isso que o censo demográfico permite.

A rede de ensino tem a ver com essa informação sobre os estudantes na rede particular ou pública. Eu vou voltar a esse ponto mais adiante.

E a renda domiciliar que agora deixou de ser coletada no questionário básico, coloca uma série de dificuldades. A primeira delas é que nós esbarramos agora no limite de redução da pobreza no Brasil. Nós sabemos as taxas agregadas, elas são atualizadas quase que mensalmente com a PNAD Contínua. A questão é a seguinte: o que nós devemos fazer para reduzir a pobreza ainda mais? Onde devemos agir?

O Programa Brasil sem Miséria lançou mão da geolocalização no universo dos setores censitários, usando o questionário básico, para mapear onde deveriam ser colocados CRAS para atender as populações e cadastrando-as no Cadastro Único para que, por exemplo, programas como o Bolsa Família pudessem chegar até lá.

Ao remover a informação da renda domiciliar, nós não temos mais como identificar os pobres em âmbitos intramunicipais. Então, a política pública de chegar até esse limite onde não se conseguiu reduzir a pobreza fica comprometida. E com o





CONGRESSO NACIONAL
Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização

aumento da pobreza recente, isso é um problema ainda maior. Acho que são esses os pontos principais relativos ao questionário que eu gostaria de salientar.

O problema maior, na realidade, é que a ideia de cortar o questionário logo mudou de justificativa, já não era mais uma questão orçamentária, porque se percebeu que os cortes no questionário não iam trazer muita economia. Então, justificou-se com base em argumentos metodológicos, como, por exemplo, melhorar a qualidade da cobertura, tornar a entrevista mais rápida, fazer, de fato, enumerações melhores.

O problema é que as verdadeiras coisas relacionadas à cobertura não têm a ver com questionário, e sim, por exemplo, com um problema de desatualização do Cadastro de Endereços — CNEFE, que a Dione já mencionou. A desatualização do Cadastro de Endereços significa que o IBGE não sabe chegar até os domicílios, quantos domicílios existem e qual o tamanho da operação que precisa ser planejada, ou seja, pode haver subcontratação de pessoal. Logo, o problema de cobertura fica, realmente, instalado e não tem nada a ver com um questionário longo.

Outro problema tem a ver com essa etapa de coleta na Internet. No censo experimental, houve 15 dias antes da entrada dos pesquisadores em campo, para que as pessoas respondessem digitando os seus *tokens* para fazer o preenchimento *on-line*. Esse preenchimento baixíssimo faz com que não acreditemos que essa etapa, de fato, vá vingar. Ainda que a Internet seja muito mais difundida no Brasil, o uso dela para esse tipo de coisa não é difundido, e, numa cidade como Poços de Caldas, que é relativamente rica perto do panorama brasileiro, não houve taxas de resposta adequadas, ou seja, o problema de cobertura se instala também por aí.

Existe uma crise das pesquisas domiciliares de forma geral. As pessoas não querem mais responder tantos questionários, e o problema é que elas querem responder ainda menos via Internet. Então, há um problema que não é atacado aí pela coleta da Internet e que poderia, eventualmente, tentar ser minimizado com verbas para publicidade. E a verba de publicidade é uma das que está sendo mais cortada do orçamento para o censo demográfico. Então, se queremos lidar com o problema da crise das pesquisas domiciliares, temos que investir mais em publicidade.





CONGRESSO NACIONAL
Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização

No censo experimental, há um campo agora a ser preenchido, e não vai ser acessível ao público, de coleta dos CPFs dos indivíduos — eu não sei se de todos os indivíduos do domicílio ou se só da pessoa que atendeu à porta, porque pode não ter todo mundo na casa aquele momento, e quem estiver pode não saber informar o CPF todo mundo — para que, depois, seja conectado a outros dados. O problema é que não existe nenhuma instituição que se comprometeu, de fato, a ceder os dados ao IBGE para que pudéssemos puxar isso depois e complementar as informações do censo. Então, como essa coisa não está garantida, cortar perguntas para depois esperar que elas cheguem por fontes externas não é nada sábio. Quer dizer, diminuir o censo para depois complementá-lo com o que não sabemos que pode acontecer é muito arriscado.

Por fim, há o problema de domicílios fechados também, o que se agrava com a diminuição do número de recenseadores. Em 2010, foram contratadas 203 mil pessoas — é uma operação de guerra. Agora está planejada, com um edital na Internet, a contratação de 180 mil recenseadores. Isso quer dizer que há menos gente para aplicar questionário, com mais risco de ter domicílios fechados do que antes, porque as pessoas estão se recusando a responder. E os recenseadores estão sendo menos bem pagos e podem sequer voltar aos domicílios fechados. É um problema não se remunerar bem as pessoas que vão garantir a qualidade da pesquisa. E, de novo, isso não tem nada a ver com questionário.

Vamos analisar as fontes alternativas.

A RAIS/CAGED é bastante conhecida e feita pelo Ministério do Trabalho. O problema é que só cobre o mercado formal. Então, mesmo que tivéssemos o CPF dos indivíduos, não veríamos os mais de 40% que trabalham informalmente.

A Declaração do Imposto de Renda não traz informações sociodemográficas e só traz renda das pessoas mais ricas. Então, não se tem, na verdade, informação para todo mundo.

O Cadastro Único só cobre a base. Podíamos também puxar pelo CPF e tudo mais, mas a quantidade e a qualidade das informações só estariam restritas a uma parte da população.

A PNAD não cobre todos os Municípios e não substitui o censo de maneira alguma, apesar de ser uma pesquisa excelente. E, mesmo quando cobre alguns





CONGRESSO NACIONAL
Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização

Municípios, como, por exemplo, as capitais, não tem representatividade intramunicipal, ou seja, para políticas públicas isso fica comprometido.

O censo da educação básica e superior não tem informações socioeconômicas, tem características dos alunos fornecidas pela administração. Então, por exemplo, os dados sobre cor e raça são fornecidos pela administração; os dados sobre idade não são sempre atualizados; não cobre a da população fora da escola.

Avaliações da educação básica não são obrigatórias para as escolas privadas, não cobrem a população fora da escola também, e são as crianças que informam os dados socioeconômicos dos pais. Então, também é uma qualidade de informação socioeconômica bem inferior. Isso se aplica também ao ENEM.

Habitação. Com a inexistência de dados do valor sobre aluguel, o uso de registros administrativos poderia ser uma alternativa? Não, porque os cadastros de imóveis são totalmente descentralizados. Precisariamos correr atrás de Município por Município e fazer uma série de tentativas de parceria. Isso não é garantido. Além de tudo, existe uma prevalência, de acordo com a POF, do IBGE, de mais de 50% de pessoas vivendo em acordos informais de aluguel. Então, mesmo que tivéssemos cadastro de imóveis, isso não é coberto.

Os preços anunciados na Internet também não são uma estimativa boa, porque são agregados, eu não sei os contratos fechados, mas também porque os preços, de fato, acordados que estão nos contratos, quando é via contrato, são diferentes dos anunciados. Acho que todo mundo que já procurou aluguel na Internet sabe como isso funciona. Há também um viés de cobertura, porque nem todos os bairros anunciam dessa forma.

Vou pular essa parte do registro civil e focar em outro ponto.

Eu queria que os senhores olhassem essa tabelinha, que é diferente. Imaginem um questionário que tenha três perguntas, o item 1, 2 e 3. As perguntas podem ser, por exemplo: tem Internet? Tem banheiro em casa? Qual é a sua renda? Os senhores percebem que três domicílios possuem o item 1, três possuem o item 2 e três possuem o item 3, mas não são as mesmas pessoas. O domicílio 1 tem dois itens, mas não tem o terceiro. O domicílio 2 não tem o primeiro e tem os outros dois. Quer dizer, a taxa de ter essa coisa aqui é 60% em todos os casos, 3 de 5 possuem.





CONGRESSO NACIONAL
Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização

Agora, olhem esse outro quadro no próximo eslaide. Também é 30%, só que as mesmas pessoas não têm tudo. Os domicílios 4 e 5 não tem nenhum dos itens. Ou seja, olhando só para a taxa agregada, eu não sei a incidência conjunta das deficiências dos domicílios. Se eu tenho informações de outros lugares e tento usá-las de forma complementar, mas não as coeto para as mesmas pessoas, não consigo ver isso acontecendo, ou seja, não consigo ver a incidência sobreposta de deficiências nos domicílios. É só o censo demográfico que coleta determinadas informações, permitindo ver essa incidência conjunta de diversas necessidades dos domicílios ao mesmo tempo.

Então, mesmo que houvesse fontes sobre aluguel, se não temos para as mesmas pessoas a informação do aluguel e como se vive, qual a renda familiar, qual é a composição, se tem mais gente morando, eu não sei se a pessoa está morando em uma condição precária ou não. Se eu sei que a pessoa está na rede pública ou na rede privada pelo censo escolar, mas não sei a renda da família, isso não me diz se, na verdade, a criança está vivendo uma situação mais ou menos apertada, até para pagar a escola privada ou para se deslocar para a escola pública. Então, essas informações coletadas individualmente são de extrema importância, e é só assim que conseguimos focalizar a política e, de fato, fazer o orçamento valer.

Eu só quero dizer uma curiosidade. Nós não somos, na verdade, inéditos em problemas desse tipo no censo demográfico. O Censo 1900 teve problemas e foi a campo de novo, em 1906, na capital, que era o Rio de Janeiro, e foi um grande problema. Então, ele não é comparável. Em 1910, não houve censo por falta de orçamento, e, em 1930, houve a interrupção do censo. E o Censo 1960 era uma grande revolução prometida, pois iriam adquirir um computador eletrônico, pela primeira vez, para processar os dados, o Universal Automatic Computer — UNIVAC, e houve conversas para comprá-lo em Comissões como esta da época, em 1958, 1959, mas, quando o orçamento foi liberado, já era tarde demais. A operação de processamento dos questionários efetivamente coletados não conseguiu ir a cabo, e o Censo 1960 ficou engavetado por um bom tempo e só começou a ser processado em 1965. Parte dos questionários se deteriorou, e nós não temos todos os Estados processados completamente. Tiveram que fazer uma amostra. E é isto o que nós temos do Censo 1960: um grande vácuo. Em uma das principais décadas da história brasileira, quando inúmeras coisas aconteceram, entre 1960 e 1970, nós não





CONGRESSO NACIONAL
Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização

tínhamos mais um mapeamento. Quando as políticas começaram a ser orientadas por evidência, houve um *lag*, e, só em 1974, o último volume foi publicado.

Então, não podemos correr o risco de tentar fazer uma inovação de processamento, liberando o orçamento para fazer isso de última hora, de forma que repitamos uma experiência malfadada como a de 1960, ou pior, a do Chile, que aconteceu agora, ou a do Paraguai, que teve uma subenumeração de um quarto.

Era isso o que eu tinha para falar.

Obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Orlando Silva. PCdoB - SP) - Muito obrigado, Dr. Rogério Jerônimo Barbosa, pelas informações.

E eu passo a palavra à Sra. Débora Castanheira Pires, representante da FIOCRUZ.

A SRA. DÉBORA CASTANHEIRA PIRES - Eu também tenho uma apresentação.

O SR. PRESIDENTE (Orlando Silva. PCdoB - SP) - A Dra. Débora tem uma apresentação. Pergunto se está instalada. *(Pausa.)*

Se a senhora preferir e quiser falar de pé, fique à vontade, assim como se quiser um microfone remoto também.

A SRA. DÉBORA CASTANHEIRA PIRES - Não, está bem assim.

Bom dia! Eu quero agradecer pelo convite. É com muito prazer que estou aqui defendendo o censo, com o que, por também ser pesquisadora, trabalho diariamente.

(Segue-se exibição de imagens.)

A minha fala vai no mesmo sentido da do colega de mostrar como o censo é insubstituível para o planejamento em saúde e gera custos em vidas humanas, se não o fizermos direito em tempo. Eu acho que já foi muito falado dos problemas que podem gerar, se não tivermos um censo feito com planejamento e orçamento adequados, de cobertura geográfica; contagem populacional, que já não foi feita; e de adiamento, o que gera custos em termos de oportunidade da informação.

Eu vou falar sobre saúde, mas eu vou voltar um pouquinho aqui para falar como esperamos que as políticas públicas sejam planejadas, todas elas, mas, principalmente, as de saúde, no meu caso. Por que eu vou fazer isso? Porque eu acho que o fato de estarmos discutindo sobre a realização do censo faz parte de um





CONGRESSO NACIONAL
Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização

problema maior que é a incorporação incompleta das evidências no planejamento de políticas públicas no Brasil. É a falta de valorização dos dados para dar base aos gastos e à avaliação que vamos fazer.

Como esperamos que seja elaborada a política pública? Esperamos que a identificação do problema seja feita com base em informações confiáveis — qual é o problema, onde está e a quem afeta —, assim como a busca de soluções. A alocação de recursos, é claro, deve ser feita da forma mais eficiente, para, depois, haver uma avaliação. Tudo isso só conseguimos fazer, no Brasil, com os dados do censo. Como já foi bem tratado aqui, não temos dados administrativos ou outros tipos de dados que cheguem ao âmbito municipal.

Vale a pena realizar o censo? Sem dúvida, vale a pena. O custo pode parecer alto, mas é mais do que compensado pelos ganhos em economia e eficiência nos gastos por 10 anos.

Há exemplos disso em outros países, e há exemplo no Brasil também. O Fundo de Participação dos Estados, em 2016, distribuiu 70 bilhões de reais, sendo que 1,8 bilhão de reais teria sido alocado incorretamente se não tivéssemos feito o Censo 2010. A projeção da população antes do censo não teria sido corrigida. Assim, o recurso teria sido alocado de maneira absurdamente errada — 2,5% é muita coisa.

Quanto a ser viável substituir o censo por outras vias, já vimos que não é.

Aqui apresento alguns exemplos de utilização do censo para o planejamento, porque o utilizamos para tudo. As pessoas não têm a dimensão de que o censo é utilizado para a distribuição de recursos; para informar políticas de transporte, de saneamento, quantidade de escolas, creches e hospitais necessários, políticas de previdência, composição do mercado consumidor e de trabalho, *royalties* do petróleo. Tudo é feito com base nas contagens populacionais, estimativas do censo e outras perguntas. Se não tivermos isso, geraremos, na verdade, um caos administrativo. Como conseguimos administrar um país, se não temos informação alguma sobre ele?

Não vou tratar da questão da migração, dos povos indígenas e do desenvolvimento regional. Eu vou falar mais sobre a área de saúde.

Por que o censo é tão importante para a saúde? A primeira coisa e a mais óbvia é a alocação de recursos físicos e humanos. Como eu vou saber quantas





CONGRESSO NACIONAL
Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização

vacinas eu tenho que enviar para cada Município, se eu não sei o número de crianças daquele Município com um mínimo de certeza? Como eu vou definir o número de mamógrafos, o número de unidades de saúde em cada região — e isso é intramunicipal? Como eu vou definir tudo isso se eu não sei a quantidade de pessoas que vivem lá por faixa etária? Então, isso é o mais óbvio na saúde, mas há outras coisas em que temos que pensar.

Por que ele é tão essencial? Desde a década de 2000, por uma questão administrativa, o SUS tem passado por um processo de descentralização da gestão e do planejamento. Isso significa que a maior parte dos recursos é executada e o planejamento é feito em âmbito municipal. Os Municípios recebem o recurso e planejam como vão utilizá-lo. E é justamente aí que vamos perder, porque o censo é a única fonte de informações para os Municípios. Os recursos em saúde serão distribuídos, mas não saberemos se eles estão sendo alocados corretamente, porque nem os Municípios vão saber o que fazer.

É claro que temos outras pesquisas em saúde, mas, além de elas não chegarem ao âmbito municipal nem intramunicipal, obviamente, têm suas amostras baseadas nos dados do censo. Se eu não tiver um censo bem feito, na verdade, gero um problema, que é uma bola de neve de desinformação em saúde. Assim, eu começo a planejar errado. Tenho acesso a outra pesquisa, como a Pesquisa Nacional de Saúde, que vai me trazer dados baseados numa mostra errada, e eu continuo planejando errado. Qual é o problema disso? É que em saúde é muito fácil ver o resultado. Se não envio vacinas suficientes, tenho epidemia de doenças; se não tenho mamógrafos suficientes, aumento o número de casos de câncer; se não envio o número correto de exames citopatológicos, haverá câncer de colo do útero, sim. É muito rápido, de 2 a 3 meses já se vê a diferença. Imaginem anos e anos acumulando-se desinformação.

Temos também muitos dados administrativos da saúde. O DATASUS, por exemplo, dispõe de uma quantidade enorme de dados administrativos, o qual chamamos de Sistema de Informação em Saúde. Ele substitui o censo para o planejamento em saúde? Eu aponte aqui alguns quesitos. Eles são desagregáveis no âmbito municipal. Alguém poderia me dizer: *"Se eles são desagregáveis, eu poderia utilizá-los"*. Mas eles não têm informações precisas sobre nascimento e morte — são precisas, mas não tão precisas —, não levam em conta a composição





CONGRESSO NACIONAL
Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização

da população e não têm informações sobre os determinantes sociais de saúde. Vamos falar de cada um deles.

Se eu usar exclusivamente o SIS, por exemplo — aqui é um exemplo —, tenho lacunas no registro de nascimento e morte. Em 2017, estima-se que 5,1% das crianças nascidas no Brasil não receberam registro no mesmo ano ou nos 3 meses do ano posterior ao nascimento. O grande problema é: o bolo da vacinação é feita nos 2 primeiros anos de vida, e 5,1% é muita criança para não estar vacinada, porque não há os dados sobre a existência dessas crianças.

Nosso outro grande problema é que o censo dá todos os denominadores em saúde. Os sistemas de informações em saúde são autorreferenciáveis. Então, consigo calcular com eles as proporções. Por exemplo, consigo calcular uma proporção de internação — eu sei quantas pessoas foram internadas por uma doença específica. Isso é importante, porém, não supre a necessidade de planejarmos a partir do risco de alguém ter uma doença. Por que ele não supre? Porque, se eu tiver um surto de dengue, a minha proporção de internações por doenças cardiovasculares vai ter diminuído, mas isso não quer dizer que eu esteja resolvendo o problema que leva a uma internação de doenças cardiovasculares. Isso quer dizer apenas que houve um surto de dengue. Então, para calcular o risco, eu preciso fazer o cálculo de acordo com a população, para eles serem independentes um do outro: as internações, a mortalidade e todas as outras coisas.

Por último, qual é a questão dos determinantes sociais de saúde? O que eles são? São os fatores sociais, econômicos, culturais, étnico-raciais, psicológicos e comportamentais que influenciam a ocorrência de problemas de saúde. Os sistemas de informação em saúde não têm essas informações. As pesquisas amostrais têm essas informações, mas elas não chegam ao âmbito municipal. Só o censo vai me dar o material para eu conseguir planejar isso em âmbito municipal.

Vou dar um exemplo do que isso pode gerar: o número de habitações subnormais ajuda a identificar onde existe maior chance de epidemia de dengue de alta intensidade. Então, só se eu souber exatamente onde está concentrado o número de habitações subnormais — em alguns lugares, como no Rio de Janeiro, é fácil identificar onde estão as habitações subnormais, mas não em todos os lugares —, consigo planejar ações de prevenção e controle dos vetores e de tudo mais.





CONGRESSO NACIONAL
Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização

Neste eslaide vemos um mapa de como isso foi feito. As áreas em vermelho são as que têm as habitações subnormais e informam com precisão as áreas em que houve a última epidemia de dengue no Rio de Janeiro.

A saúde da pessoa com deficiência. As fontes sobre a saúde da pessoa com deficiência são muito esparsas, não combinam entre si, não têm os mesmos quesitos e não contêm as mesmas perguntas. Então, eu não consigo ter nenhuma comparabilidade nem entre Estados. Onde temos informação sobre a pessoa com deficiência? Só no censo. É isto mesmo: só existe no censo.

Outra questão pela qual o censo é tão importante para a saúde é porque temos que nos preparar para o envelhecimento da população brasileira. De acordo com as estimativas do censo, em 2018, pessoas com 65 anos ou mais representavam 9,2% da população, mas, em 2048, esse número já deve saltar para 21%. O que isso tem a ver com saúde? O aumento de pessoas nas faixas etárias mais elevadas leva também ao aumento das doenças características das faixas mais elevadas, que são as doenças crônicas não transmissíveis.

Se olharmos este gráfico, veremos que a faixa de cima, em amarelo mais clarinho, e a faixa laranja representam as neoplasias e as doenças do aparelho circulatório. As doenças mais prevalentes são as doenças crônicas não transmissíveis. Os senhores podem notar que esse gráfico vai só até 2009. Agora, isso está ainda mais extenso. Passamos de uma grande quantidade de doenças infecciosas e parasitárias para termos quase apenas neoplasias e doenças do aparelho circulatório. As causas externas de violência aumentaram muito também.

O que acontece? Esse tratamento é muito caro. É tão caro que o Banco Mundial, por exemplo, considera que a pressão orçamentária e as limitações provocadas por isso são o principal desafio do Brasil com relação ao controle fiscal nos anos vindouros. É muito caro tratar as pessoas com doenças crônicas não transmissíveis e suas limitações.

Portanto, temos que nos preparar, temos de saber onde as pessoas estão envelhecendo, onde o processo de envelhecimento é mais adiantado, onde essa população idosa é mais vulnerável, porque a população idosa mais vulnerável tem mais chances de desenvolver limitação e, portanto, precisar de um tratamento muito mais caro. Há outras questões que também precisamos saber: onde estão as crianças do País para conseguirmos aproveitar o que nos resta do bônus





CONGRESSO NACIONAL
Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização

demográfico e para investirmos em educação, já que estamos com menos crianças nascendo? E onde temos de investir em infraestrutura produtiva, porque, com a população economicamente ativa envelhecendo, temos de saber onde haverá gente na idade certa para trabalhar.

Era isso que eu tinha dizer.

Obrigada pela atenção. Espero ter contribuído.

O SR. PRESIDENTE (Orlando Silva. PCdoB - SP) - Muito obrigado, Débora.

Eu gostaria de agradecer muito aos três painelistas.

Fica claro que há o risco iminente de o Brasil passar a fazer um voo cego. Se não houver informações, poderão ser criados mais obstáculos para a estruturação de políticas públicas adequadas aos verdadeiros dilemas do Brasil. Isso é lamentável, porque ocorre justo no momento em que há mais instrumentos tecnológicos para aperfeiçoar a apuração das informações. Nós poderemos fazer a roda da história brasileira andar para trás, no que diz respeito ao conhecimento do País sobre si próprio.

Tenho a sensação de que há quem imagine que não fazer um levantamento teria como efeito a inexistência de problemas da realidade dura em nosso País. Está claro que o prejuízo não é apenas do Estado, mas também das políticas públicas, que poderiam ser produzidas a partir de um levantamento objetivo. Trata-se também de prejuízo para a produção científica de conhecimento, porque essas informações são absolutamente fundamentais para a elaboração de pesquisas.

Eu observei que a primeira crítica ao censo foi sustentada por uma lógica fiscalista: o problema são as contas e o custo. Eu considero que os painelistas demonstraram que o custo pode ser muito superior ao que se estima de despesa por parte do Governo, levando-se em conta danos que podem ser produzidos para o atendimento das necessidades da população brasileira.

Esta audiência pública vai-se traduzir em uma reunião de trabalho com o Deputado Domingos Neto, do PSD do Ceará. S.Exa. é o Relator-Geral do Orçamento.

Eu gostaria de comunicar aos nossos painelistas que todas as informações apresentadas serão traduzidas, em reunião de trabalho com o Deputado Domingos Neto, para que possamos insistir na tese apresentada pela Sra. Dione Conceição de Oliveira. Dessa forma, poderemos nos apropriar da emenda apresentada pela





CONGRESSO NACIONAL
Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização

Comissão do Idoso, que é uma das Comissões Permanentes da Casa, para trabalharmos a recomposição, no limite da nossa possibilidade de recursos, a fim de que o censo se dê com as condições adequadas.

Há um limite de nossa parte, no que se refere à gestão do IBGE, porque não há solução que supere a disposição ou a indisposição que o comando de algumas instituições eventualmente tenham, no que diz respeito à aplicação do censo nos termos mais adequados.

Em audiência pública recente, houve um debate sobre a situação do CNPq e da CAPES. Percebemos nitidamente que havia uma lassidão — para usar uma palavra leve — por parte dos dirigentes de algumas instituições, no que diz respeito ao elemento básico, que é o financiamento para a pesquisa no Brasil. Ainda assim, aqui na Comissão Mista do Orçamento, temos realizado gestões para garantir a recomposição do orçamento da CAPES e do CNPq, para que a atividade regular desses órgãos não seja impactada por essa lógica fiscalista.

Gostaria de comunicar aos nossos convidados que o mesmo faremos com relação ao IBGE e ao Censo 2020. Esse trabalho será feito junto ao Relator-Geral do Orçamento. Eu comunicarei aos demais colegas quando o debate da peça final da LOA 2020 estiver na audiência pública da Comissão Mista do Orçamento, de modo que possamos influenciar a Comissão para que haja a recomposição das condições necessárias para que o Censo de 2020 ocorra.

Algum dos três painelistas gostaria de se manifestar? *(Pausa.)*

Agradeço a todos que participaram desta audiência presencialmente e a todos que a acompanharam remotamente pela Internet, já que esta audiência foi transmitida ao vivo pelos canais digitais da Casa.

Agradeço aos convidados, ao público e aos demais Parlamentares o comparecimento.

Esta reunião está encerrada.

Muito obrigado.





CONGRESSO NACIONAL
Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização

ATA DA DÉCIMA SEXTA REUNIÃO ORDINÁRIA, DA 1ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA, DA 56ª LEGISLATURA, DA COMISSÃO MISTA DE PLANOS, ORÇAMENTOS PÚBLICOS E FISCALIZAÇÃO, REALIZADA EM 03 DE DEZEMBRO DE 2019.

Aos três dias do mês de dezembro do ano de dois mil e dezenove, foi convocada ordinariamente a Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização, no Anexo II, plenário 02 da Câmara dos Deputados, com o objetivo de apreciar a matéria constante da Pauta. Foi registrado o comparecimento dos membros: - **Deputados titulares:** Aluisio Mendes, André Figueiredo, Carlos Henrique Gaguim, Celso Sabino, Dagoberto Nogueira, Domingos Neto, Gurgel, Hiran Gonçalves, Lucas Gonzalez, Luciano Ducci, Márcio Marinho, Misael Varella, Nivaldo Albuquerque, Paulo Azi e Vicentinho Júnior; - **Senadores titulares:** Elmano Férrer, Izalci Lucas, Jean Paul Prates, Kátia Abreu, Marcelo Castro e Vanderlan Cardoso; - **Deputados suplentes:** Bohn Gass, Dra. Soraya Manato, Efraim Filho, Hercílio Coelho Diniz, João Carlos Bacelar, Júnior Mano, Juscelino Filho, Leônidas Cristino, Marx Beltrão, Pedro Augusto Bezerra, Ricardo Teobaldo, Samuel Moreira e Silvio Costa Filho; e - **Senadores Suplentes:** Mecias de Jesus, Soraya Thronicke e Zequinha Marinho. Foi registrado o comparecimento dos parlamentares não integrantes da Comissão, Deputados Claudio Cajado, Evair Vieira de Melo e Fred Costa. **ABERTURA:** às quatorze horas e quarenta e nove minutos, e havendo número regimental, os trabalhos foram abertos pelo Presidente, Senador Marcelo Castro. **AVISO.** O Presidente informou aos parlamentares e assessores que, de acordo com o disposto no art. 60, inciso I, do *Regulamento Interno da CMO*, o prazo de destaques inicia-se com a apresentação do relatório no plenário. Entretanto, para melhor ordenamento dos trabalhos dos parlamentares e organização na Secretaria da CMO, o Presidente propôs que o referido prazo de destaques, aos relatórios apresentados ao PLOA 2020 e ao Relatório do PPA 2020-2023, seja iniciado com a publicação do relatório, na página da CMO na internet, e finalizado ao término da discussão da matéria. **EXPEDIENTES.** O Presidente declarou como lidos os expedientes recebidos pela Comissão, de 19 de novembro a 03 de dezembro de 2019, tendo em vista que essas informações encontram-se publicadas na página da CMO na internet. Em seguida, foram submetidas à apreciação as Atas das seguintes reuniões: 15ª Reunião Ordinária, realizada nos dias 19 e 20 de novembro de 2019; 2ª Reunião Conjunta de Audiência Pública, realizada no dia 20 de novembro de 2019; e 14ª Reunião de Audiência Pública, realizada no dia 28 de novembro de 2019. Entretanto, não havendo *quórum* regimental para deliberação na representação da Câmara dos Deputados, o Presidente sugeriu iniciar a leitura do Relatório da Receita. **ORDEM DO DIA.** Pauta. Item 01. Apreciação do **Relatório da Receita** apresentado ao **Projeto de Lei nº 22/2019-CN**, que “Estima a receita e fixa a despesa da União para o exercício financeiro de 2020”, PLOA/2020. Relator da Receita: Senador Zequinha Marinho. Não foram apresentadas emendas. Voto: pela aprovação do Projeto de Lei Orçamentária para o exercício financeiro de 2020, no que concerne às estimativas de receitas, nos termos apresentados pelo Poder Executivo, e com as alterações propostas pelo Relator, que constam da relação apresentada sob a forma de emendas aprovadas, sendo 02 emendas de Relator. O Relator apresentou o Relatório da Receita. Discutiu a matéria o Deputado Bohn Gass. Foi atingido o quórum para deliberação nas duas Casas do Congresso Nacional. Nos termos do *parágrafo único do art. 25 da Resolução nº 1/2006*, do Congresso Nacional, o Presidente solicitou autorização do Plenário para dispensar a manifestação do Comitê de Admissibilidade de Emendas – CAE, quanto às emendas de Relator. Em votação, a Dispensa da manifestação do CAE foi **aprovada**, na representação da Câmara dos Deputados, com abstenção





CONGRESSO NACIONAL
Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização

Pergunto aos senhores membros se podemos passar à Ordem do Dia para fazermos a leitura do relatório da receita. Depois, quando houver número, deliberamos. *(Pausa.)*

Como todos ficaram em silêncio, vou entender isso como uma concordância tácita.

Ordem do Dia.

Roteiro com destaques.

Item 1. Apreciação do relatório da receita apresentado ao Projeto de Lei nº 22, de 2019, do Congresso Nacional, que estima a receita e fixa a despesa da União para o exercício financeiro de 2020. O Relator é o Senador Zequinha Marinho.

O voto é pela aprovação do projeto de lei orçamentária para o exercício de 2020, no que concerne às estimativas de receitas, nos termos apresentados pelo Poder Executivo, com as alterações propostas pelo Relator, que constam da relação apresentada sob a forma de emendas aprovadas, sendo duas emendas de Relator. No prazo regimental, não foram apresentadas emendas à receita.

Com a palavra o Relator, Senador Zequinha Marinho, para apresentar o seu relatório.

O SR. ZEQUINHA MARINHO (PSC - PA) - Boa tarde a todos.

Sr. Presidente desta Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização, Senador Marcelo Castro, Sr. Relator-Geral, Deputado Domingos Neto, demais membros desta Comissão, autoridades e pessoas que nos assistem, considerando a extensa pauta de atividades, faremos a exposição sucinta do relatório da receita.

"O Sr. Presidente da República encaminhou ao Congresso Nacional, em 30 de agosto do corrente ano, o Projeto de Lei do Congresso Nacional nº 22, de 2019, que estima a receita e fixa a despesa da União para o exercício financeiro de 2020.

Por indicação das lideranças partidárias e designação do Sr. Presidente desta Comissão Mista, Senador Marcelo Castro, fomos brindados com a honrosa tarefa de avaliar e relatar a receita para o Orçamento da União do próximo ano.

Nosso relatório contou com o auxílio do Comitê de Avaliação da Receita. Dessa forma, agradeço aos Deputados Genecias Noronha, Vander Loubet, Orlando Silva, Hiran Gonçalves, Hercílio Coelho Diniz, Carlos Henrique Gaguim e Misael Varella e aos Senadores Carlos Viana e Mecias de Jesus, que o integram.





CONGRESSO NACIONAL
Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização

O relatório observa as exigências do art. 34 da Resolução do Congresso Nacional nº 1, de 2006. Assim, (a) examina a conjuntura macroeconômica e o endividamento e o impacto de ambos sobre as finanças públicas; (b) analisa a evolução da arrecadação das receitas e da sua estimativa no projeto, com ênfase na metodologia e nos parâmetros utilizados; (c) avalia as receitas próprias das entidades da administração indireta, em especial as pertencentes às agências reguladoras; (d) compara receitas reestimadas com as do projeto, por natureza e fonte dos recursos; (e) evidencia pareceres às emendas à receita e de renúncia de receitas, variações de recursos decorrentes da reestimativa das receitas, discriminadas por natureza e fonte de recursos; e (f) verifica o atendimento de normas constitucionais e legais pertinentes à receita, especialmente quanto à compatibilidade do projeto com o plano plurianual, as diretrizes orçamentárias pertinentes e a Lei Complementar nº 101, de 2000.

A Mensagem Modificativa da Proposta Orçamentária para 2020, diferentemente da mensagem original, apresentou despesas primárias abaixo do teto constitucional de gastos primários. Dessa forma, cabe ao Congresso Nacional, mais propriamente a este relatório da receita, identificar recursos que permitam a alocação, mediante emendas parlamentares, de quase 7 bilhões de reais em novos gastos primários. Receitas primárias que excedam esse teto estarão vinculadas à cobertura de despesas financeiras.

Além da atualização dos efeitos estimados sobre a receita da promulgação da reforma previdenciária, a Mensagem Modificativa incorpora várias alterações legislativas supervenientes à proposta originária orçamentária original, como as medidas provisórias de transações com devedores da União, DPVAT e Verde Amarela.

Dessa maneira, as previsões macroeconômicas para 2020 são de PIB estimado de 7,6 trilhões de reais, inflação de 3,5%, dólar americano em 4 reais e taxa SELIC de 4,4%.

Sr. Presidente, Sr. Relator-Geral, esse cenário do quadro macroeconômico, em conjunção com as expectativas de impacto das alterações legislativas, determinou a redução das previsões de receita primária bruta em 7,4 bilhões de reais na Mensagem Modificativa em relação à mensagem original. Assim as receitas





CONGRESSO NACIONAL
Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização

primárias para 2020 foram estimadas em 1,6 trilhão de reais pela proposta modificativa.

A conclusão deste relatório é que a estimativa da receita primária, constante da Modificativa do Projeto de Lei Orçamentária de 2020 — PLOA, está fundamentada em hipóteses plausíveis de comportamento das variáveis macroeconômicas e outros indicadores.

Entretanto, consideramos tímidos os parâmetros constantes da Mensagem Modificativa, em particular no que concerne às receitas previstas com dividendos e participações. Estamos convencidos de que, em 2020, haverá pagamentos de dividendos além dos 25% obrigatórios por lei, assim como crescimento dos resultados observados.

Por conseguinte, as receitas primárias de dividendos da União para 2020, Fonte 197, são reestimadas de 6,5 bilhões de reais para 13,5 bilhões de reais, valor substancialmente inferior aos mais de 20 bilhões de reais já arrecadados neste ano, até 30 de novembro.

A propósito, este relatório da receita pautou-se pelo conteúdo da Mensagem Modificativa, cujos dados de receita primária relativos a 2019 coincidiram com o 'Relatório de Avaliação de Receitas e Despesas' extemporâneo de novembro. As receitas com 'Dividendos e Participações' previstas por esse relatório extemporâneo eram de 16,1 bilhões de reais, montante que foi atualizado para 20,8 bilhões de reais no relatório de avaliação relativo ao quinto bimestre de 2019.

O acréscimo de 7 bilhões de reais nas receitas primárias para 2020 aumenta em 0,4% a previsão de receita primária bruta da Mensagem Modificativa para o próximo ano.

Metade desses 7 bilhões de reais foram reestimados na Natureza de Receita 'Juros sobre o Capital Próprio - Principal' e a outra metade, em 'Dividendos - Principal'. Essa distribuição observa os respectivos excedentes de arrecadação de 6,9 bilhões de reais e 5,5 bilhões de reais, até o momento, em relação às previsões iniciais para o corrente ano.

Com os acréscimos, essas receitas ficam estimadas em 9,8 bilhões de reais e 3,6 bilhões de reais, respectivamente, bastante aquém dos 13,4 bilhões de reais e 6,3 bilhões de reais arrecadados neste ano, até 30 de novembro.





CONGRESSO NACIONAL
Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização

Por fim, senhores, destacamos as assistências recebidas das Consultorias de ambas as Casas, na pessoa da Consultora-Geral Ana Claudia Castro Silva Borges, do Diretor Wagner Primo Figueiredo Júnior e dos Consultores Renan Bezerra Milfont, João Henrique Pederiva, José Fernando Cosentino Tavares e Márcia Rodrigues Moura. Meus elogios também à assistência da Comissão Mista, na pessoa do Secretário Walbinson Tavares de Araujo, e ao meu gabinete, na pessoa de Paulo Sérgio Ferreira de Almeida.

Como disse, nossa exposição oral é sucinta.

Dessa forma, estamos à disposição para esclarecimentos adicionais e contamos com a aprovação deste relatório da receita pelos integrantes desta Comissão.

Muito obrigado!"

O SR. PRESIDENTE (Marcelo Castro. MDB - PI) - O relatório da receita está em discussão.

Tem a palavra o nobre Deputado Bohn Gass.

O SR. BOHN GASS (PT - RS) - Obrigado, Presidente.

Nobre Relator, colegas da nossa Comissão, olhando os números que foram apresentados pelo Governo, eu quero chamar a atenção aqui ao menos para um aspecto. O Governo coloca para o ano que vem o PIB de 2,32%, descontada a inflação. Se ele projeta a variação da inflação em 3,5%, seria um crescimento de 5,82%.

Ora, eu tenho acompanhado este ano, desde que o superministro de Chicago... Talvez ele tenha sido o homem que ajudou a quebrar o Chile. Ele foi assessor do Pinochet, o Guedes foi assessor do Pinochet. O Chile está quebrado, e o povo está lá fazendo suas manifestações. Bom, esse super-homem de Chicago anunciou um PIB para este ano. Cada vez que o instituto econômico que analisa a perspectiva de crescimento econômico fazia um parecer, ele dizia: "*Diminui a expectativa de crescimento do Brasil*". Então, se há alguém que errou nas expectativas de crescimento econômico, esse alguém se chama Paulo Guedes, o posto de gasolina do Bolsonaro.

Agora, eu vou fazer uma pergunta aos colegas Deputados e Senadores: em sua consciência... Esse trimestre cresceu — acho que os dados do último trimestre saíram hoje — 0,6%. Então, no acumulado, nós temos, mais ou menos, 1 ponto de





CONGRESSO NACIONAL
Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização

PIB este ano. Quando o PIB crescia 2,7% no Governo da Presidente Dilma, ilustre Presidente, Ministro à época, eu me lembro de uma ocasião em que os Deputados subiam à tribuna e diziam: *"Esse Pibinho da Presidente Dilma..."*; *"A Dilma tem que ser tirada, porque o Pibinho..."*. E era de 2,7%. Bom, agora nós temos um Pibão de 1%, e a economia não cresce, e o dólar está nas nuvens. Puxaram o saco do Trump a dar com o pau. Entregaram a base de Alcântara, entregaram a EMBRAER, entregaram as nossas petrolíferas, fizeram absolutamente tudo, inclusive votaram na retaliação a Cuba e contra a Palestina, que é algo que envergonha a nossa diplomacia brasileira.

E o que o Trump fez agora com o Brasil? Taxou aço e alumínio. Legal! Aí, o Presidente até queria ligar para o Trump: *"Eu tenho um canal de contato com o Trump"*. Eu pergunto aos senhores: o Bolsonaro já ligou para o Trump, para uma explicação ao menos? Entregou tudo para eles.

Então, pessoal, eu quero que a economia cresça mais do que 2,32%. Mas eu pergunto: em sua consciência, vocês acreditam que essa expectativa desse orçamento apresentado pelo Governo é real? Este ano ele mentiu e nos iludiu um monte de vezes. O Ministro Guedes estava sentado aqui, Deputados, e eu questionei: *"O ajuste fiscal da Emenda Constitucional nº 95 vai gerar emprego?"* Eu dizia que não. *"Vai crescer a economia?"* Eu dizia que não. E o Ministro dizia: *"Nós temos que fazer as reformas fiscais"*. Aí, fizeram a Emenda Constitucional nº 95. Hoje já estão arrependidos, porque não se consegue gastar com educação e saúde, que estão um caos. Fizeram a reforma trabalhista, a reforma da Previdência. Fizemos as terceirizações, e há outras medidas agora. E o discurso sempre foi em torno de quatro temas: primeiro, que iriam gerar empregos, mas não geraram; segundo, que a economia iria crescer, mas não cresceu; terceiro, que haveria estabilidade jurídica; quarto, que investidores externos viriam para o Brasil. Senador Jean Paul, o leilão do pré-sal da PETROBRAS foi o exemplo mais clássico de que não vai vir investidor, ainda mais em um Governo que não tem a confiança do mercado, não tem credibilidade.

Portanto, nós temos que ter cuidado na peça que vamos votar, porque agora as nossas digitais vão estar no Orçamento, nessa previsão que foi feita para o ano que vem — as nossas digitais!





CONGRESSO NACIONAL
Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização

O câmbio aqui aponta 4 reais o dólar, mas hoje está mais do que isso: 4,27 reais. Não há sinal da economia que possa dizer que haverá uma queda para a média, porque aqui é uma média anual de 4 reais o dólar. A taxa SELIC, ele aponta em 4,4%, a média, mas hoje ela está em 5%. Então, ela deverá baixar e manter essa baixa durante o ano inteiro para ter a média de 4,4%.

Eu estou levantando esses questionamentos, porque nós temos o descumprimento da Regra de Ouro em 361 bilhões de reais para o ano que vem. Então, vamos precisar, para o ano que vem, votar de novo aquilo que não queríamos ter votado este ano: a possibilidade de financiar não a geladeira, mas a alface que vai na geladeira, porque aqui é financiar custeio.

Estou muito preocupado, porque, de fato, não há sinais de crescimento econômico, não há sinais de consumo, ainda mais não havendo um controle dos preços. As pessoas compram menos. Isso está muito evidenciado nas recentes atividades econômicas do Brasil. E o receituário — concluo com isso, Presidente — apresentado pelo superministro Paulo Guedes, que agora já está se metendo até a fazer observações políticas sobre a intervenção, o AI-5, parece que abandonou o Ministério da Economia... Parece que já tem gente, até o Bolsonaro disse isso, que pressionou o Presidente para afastar o Paulo Guedes! Olhem o quadro em que nós estamos! Como é que eu vou pedir confiança dos investidores, confiança na economia, se pessoas vão ao Presidente e pedem o afastamento do Ministro Paulo Guedes? Meteu-se na área da ditadura, do Ato Institucional nº 5, e não tem soluções para a área econômica! E as que ele apresentou deram errado para a economia brasileira.

Então, de fato, acho que temos que debater com mais profundidade a matéria, porque V.Exa., Senador, fez um relatório a partir dos dados que o Governo apresentou. Compreendo bem a situação de V.Exa., mas eu preciso questionar a base de dados que o Governo nos oferece, porque até agora todos os números que o Governo apresentou deram errado.

O SR. PRESIDENTE (Marcelo Castro. MDB - PI) - Não havendo mais quem queira discutir a matéria, a discussão está encerrada.

Tendo em vista que o Comitê de Admissibilidade de Emendas — CAE não se manifestou quanto às emendas do Relator, conforme dispõe o parágrafo único do art. 25 da Resolução nº 1, de 2006, do Congresso Nacional, solicito a autorização do





CONGRESSO NACIONAL
Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização

Plenário para a votação do Relatório da Receita apresentado ao Projeto de Lei Orçamentária para 2020.

A solicitação de autorização de votação do Relatório da Receita sem manifestação do CAE está em votação na representação da Câmara dos Deputados.

Os Srs. Deputados que a aprovam permaneçam como se acham. *(Pausa.)*

Em votação na representação do Senado.

Os Srs. Senadores que o aprovam permaneçam como se encontram. *(Pausa.)*

O SR. BOHN GASS (PT - RS) - Sr. Presidente, posso deixar registrada a minha abstenção?

O SR. PRESIDENTE (Marcelo Castro. MDB - PI) - Pois não.

O SR. BOHN GASS (PT - RS) - A minha abstenção, por favor. Eu me abstenho.

O SR. PRESIDENTE (Marcelo Castro. MDB - PI) - Com a abstenção do Deputado Bohn Gass.

O Relatório da Receita está em votação na representação da Câmara dos Deputados, já que não houve destaques.

Os Srs. Deputados que o aprovam permaneçam como se acham. *(Pausa.)*

Aprovado.

Em votação no Senado Federal.

Os Srs. Senadores que o aprovam permaneçam como se encontram. *(Pausa.)*

Aprovado.

Coloco em votação as atas das seguintes reuniões: 15ª Reunião Ordinária, realizada nos dias 19 e 20 de novembro de 2019; 2ª Reunião Conjunta de Audiência Pública, realizada em 20 de novembro de 2019; 14ª Reunião de Audiência Pública, realizada em 28 de novembro de 2019.

Em votação na representação da Câmara dos Deputados.

Os Srs. Deputados que as aprovam permaneçam como se encontram. *(Pausa.)*

Aprovadas.

Em votação no Senado Federal.

Os Srs. Senadores que as aprovam permaneçam como se encontram. *(Pausa.)*

Aprovadas.





CONGRESSO NACIONAL
Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização

Comunico aos membros da CMO que o relatório preliminar da LOA será apresentado hoje e vai ficar para apresentação de emendas até as 20 horas de hoje. Amanhã, às 14h30min, votaremos o relatório do parecer preliminar.

Declaro encerrada a presente reunião.





CONGRESSO NACIONAL
Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização

ATA DA SEXTA REUNIÃO EXTRAORDINÁRIA, DA 1ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA, DA 56ª LEGISLATURA, DA COMISSÃO MISTA DE PLANOS, ORÇAMENTOS PÚBLICOS E FISCALIZAÇÃO, REALIZADA EM 04 DE DEZEMBRO DE 2019.

Aos quatro dias do mês de dezembro do ano de dois mil e dezenove, foi convocada extraordinariamente a Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização, no Anexo II, plenário 02 da Câmara dos Deputados, com o objetivo de apreciar a matéria constante da Pauta. Foi registrado o comparecimento dos membros: - **Deputados titulares:** Aluisio Mendes, André Figueiredo, Beto Faro, Cacá Leão, Carlos Henrique Gaguim, Celso Sabino, Dagoberto Nogueira, Domingos Neto, Edmilson Rodrigues, Felipe Francischini, Filipe Barros, Gonzaga Patriota, Gurgel, Hiran Gonçalves, João Roma, Lucas Gonzalez, Márcio Marinho, Marreca Filho, Misael Varella, Nivaldo Albuquerque, Orlando Silva, Paulo Azi, Rodrigo de Castro, Vander Loubet, Vicentinho Júnior e Zeca Dirceu; - **Senadores titulares:** Elmano Férrer, Izalci Lucas, Jean Paul Prates, Marcelo Castro, Vanderlan Cardoso e Veneziano Vital do Rêgo; - **Deputados suplentes:** Adolfo Viana, Alexis Fonteyne, Alice Portugal, Bohn Gass, Dra. Soraya Manato, Flaviano Melo, Hercílio Coelho Diniz, João Carlos Bacelar, José Nunes, Juscelino Filho, Marcelo Nilo, Marx Beltrão, Pedro Augusto Bezerra, Ricardo Teobaldo, Roman e Zé Carlos; e - **Senadores Suplentes:** Mecias de Jesus, Oriovisto Guimarães, Soraya Thronicke e Zequinha Marinho. Foi registrado o comparecimento dos parlamentares não integrantes da Comissão, Deputados Adriana Ventura, Claudio Cajado, Delegado Pablo, Domingos Sávio, Evair Vieira de Melo, General Peternelli, Gilson Marques, Heitor Freire, Liziane Bayer, Marcel Van Hattem, Paulo Ganime, Vinicius Poit e Wilson Santiago. Foi registrada a ausência dos membros titulares: - **Deputados:** Genecias Noronha, Hildo Rocha, Josimar Maranhãozinho, Luciano Ducci e Lucio Mosquini; e - **Senadores:** Angelo Coronel, Kátia Abreu, Luiz do Carmo e Wellington Fagundes. **ABERTURA:** às quatorze horas e cinquenta e nove minutos, e havendo número regimental para deliberação nas duas Casas do Congresso Nacional, os trabalhos foram abertos pelo Presidente, Senador Marcelo Castro. **EXPEDIENTES.** O Presidente declarou como lidos os expedientes recebidos pela Comissão, de 03 a 04 de dezembro de 2019, tendo em vista que essas informações encontram-se publicadas na página da CMO na internet. Em seguida, foi submetida à apreciação a Ata da seguinte reunião: 16ª Reunião Ordinária, realizada no dia 03 de dezembro de 2019. Em votação, a Ata foi **aprovada.** **ORDEM DO DIA.** O Presidente informou ao Plenário que, tendo em vista o recebimento da **Mensagem Modificativa ao PLOA 2020, a tramitação da PEC 48/2019,** e a possibilidade de elaboração de **emendas para Transferência Especial,** houve a necessidade de reabertura do Sistema de Elaboração de Emendas – *Lexor*, até o dia 29 de novembro do corrente ano. Entretanto, para os ajustes, os autores tiveram que retirar os lotes de emendas do *Lexor* e posteriormente reenviá-los por meio do Sistema. Os Deputados Arlindo Chinaglia, Aline Gurgel, Bia Kicis, Da Vitoria, Dimas Fabiano, Leila Barros, Ruy Carneiro, Samuel Moreira e Senadores Weverton e Rodrigo Pacheco, na montagem do lote de emendas para reenvio, equivocaram-se, o primeiro não incluiu todas as emendas e os demais colocaram valor total abaixo dos R\$ 15.940.454,00, destinados às emendas individuais de todos os congressistas. Todos encaminharam expedientes a esta Presidência solicitando as adequadas correções. Neste sentido, o Presidente consultou o Plenário sobre a possibilidade de receber no Sistema *Lexor* os necessários ajustes das emendas ao **Projeto de Lei nº 22/2019-CN – PLOA/2020,** dos citados parlamentares. Em votação, a Autorização para Reabertura do Sistema *Lexor*, foi **aprovada.** Apreciação do Requerimento para Quebra de Interstício, no sentido de apreciar o **Relatório Preliminar com Emendas** apresentado ao **Projeto de Lei nº 22/2019-CN – PLOA/2020,** a despeito do previsto no *Art. 128 da Resolução nº 01/2006-CN,* que estabelece que a apreciação dos





CONGRESSO NACIONAL

Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização

relatórios somente poderá ocorrer após o prazo de 2 (dois) dias úteis de sua distribuição. Autor: Deputado Domingos Neto. Em votação, o Requerimento foi **aprovado**. PAUTA. Item 01. Apreciação do **Relatório Preliminar** com **Emendas** apresentado ao **Projeto de Lei nº 22/2019-CN**, que “Estima a receita e fixa a despesa da União para o exercício financeiro de 2020” - PLOA 2020. Relator-Geral: Deputado Domingos Neto. Foram apresentadas 66 emendas. Voto: pela aprovação do **Relatório Preliminar** com **Emendas**, nos termos apresentado pelo Relator-Geral, no qual constam alterações decorrentes da **aprovação parcial** das emendas de nºs 01, 02, 03, 05, 11, 12, 23, 39, 40, 49 e 62; pela **prejudicialidade** das emendas de nºs 16, 17, 18, 19, 20, 21, 22, 59, 60, 61, 63, 64 e 65; e pela **rejeição** das demais emendas. O Relator-Geral apresentou o **Relatório Preliminar** com **Emendas**. Houve manifestações dos Deputados Claudio Cajado, Representante da Liderança do Governo na CMO; Domingos Sávio, Lucas Gonzalez, Edmilson Rodrigues, Wilson Santiago, Beto Faro, e do Senador Mecias de Jesus. Discutiu a matéria o Deputado Edmilson Rodrigues. O Relator-Geral prestou esclarecimentos ao parlamentar. Foi encerrada a discussão e o prazo para apresentação de destaques. Foram apresentados 09 destaques. Em votação, o **Relatório Preliminar** com **Emendas** foi **aprovado**, na representação da Câmara dos Deputados com voto contrário do Deputado Edmilson Rodrigues, e aprovado na representação do Senado Federal, ressalvados os destaques. Pronunciaram-se sobre destaques o Senador Oriovisto Guimarães e os Deputados Gilson Marques e Adriana Ventura. Apreciação dos 09 destaques apresentados. 1. Proposta do Presidente para votação em globo dos destaques, por tipo de voto do Relator-Geral, ressalvado o destaque nº 04, do Deputado Lucas Gonzalez, para votação em separado. Em votação, a Proposta foi **aprovada**. 2. Destaques de nºs 01, 02, 03, 05, 06, 07, 08 e 09, com voto do Relator-Geral pela **rejeição**. Em votação em globo, as matérias objetos dos destaques foram **rejeitadas** na representação a Câmara dos Deputados, com voto contrário da Deputada Dra. Soraya Manato. Não foram apreciadas na representação do Senado Federal, conforme dispõe o § 1º do art. 43, do *Regimento Comum*. 3. Destaque solicitado para votação em separado: Destaque nº 04, do Deputado Lucas Gonzalez, à Emenda 0004, de sua autoria. Voto do Relator-Geral: pela **rejeição**. Teceram considerações sobre a votação nominal do destaque, os Deputados Lucas Gonzalez, Claudio Cajado, Representante da Liderança do Governo na CMO; Marcel Van Hattem, Líder do Partido NOVO; Dagoberto Nogueira e o Senador Oriovisto Guimarães. Logo após, o Presidente anunciou Requerimento, de autoria do Deputado Marcel Van Hattem, Líder do NOVO, solicitando votação nominal do Destaque nº 04. Em sequência, o autor solicitou a retirada do Requerimento, e o Presidente **deferiu** o pedido. Em continuidade, defenderam a aprovação do destaque os Deputados Alexis Fonteyne, Marcel Van Hattem, Lucas Gonzales e Edmilson Rodrigues. Em votação, a matéria objeto do destaque foi **rejeitada** na representação da Câmara dos Deputados, com votos contrários dos Deputados Felipe Francischini, Filipe Barros, Edmilson Rodrigues, Lucas Gonzalez e Dra. Soraya Manato. Proclamado o resultado da votação, o Deputado Lucas Gonzalez solicitou **verificação da votação**, com o apoio dos Deputados Felipe Francischini, Filipe Barros, Edmilson Rodrigues e Dra. Soraya Manato, conforme estabelece o art. 136 da *Resolução nº 01/2006-CN*, sendo **concedida** pelo Presidente. Houve orientação sobre a votação no painel eletrônico: a favor do destaque voto sim, e contrário ao destaque voto não. Às 16h31min, o Deputado Cacá Leão assumiu a condução dos trabalhos e prestou informações ao Deputado Lucas Gonzalez. Às 16h33min, o Presidente reassumiu a condução da reunião e concedeu à palavra ao Deputado Orlando Silva. Processada a votação nominal, Votaram SIM: Felipe Francischini, Filipe Barros, Dra. Soraya Manato, Lucas Gonzalez e Edmilson Rodrigues. Votaram NÃO: Cacá Leão, Hiran Gonçalves, Domingos Neto, Misael Varella, Vicentinho Júnior, João Roma, Márcio Marinho, Carlos Henrique Gaguim, Paulo Azi, Rodrigo de Castro, Marx Beltrão, José Nunes, Flaviano Melo, Juscelino Filho, Nivaldo Albuquerque, Dagoberto Nogueira, Orlando Silva, Zeca Dirceu, Beto Faro, Gonzaga Patriota, Marreca Filho, Bohn Gass e Marcelo Nilo. Encerrada a votação nominal, o Presidente proclamou o resultado da votação, às 16h35min: total de votos SIM: 05, total de votos NÃO: 23; total de VOTANTES: 28. O Presidente confirmou a **rejeição** do destaque nº 04. Não foi apreciado na representação do Senado Federal,





CONGRESSO NACIONAL
Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização

[illegible]

Em 04.12.2019, às 14h30min.

O SR. PRESIDENTE (Marcelo Castro. MDB - PI) - Há quórum regimental para a abertura dos trabalhos.

Declaro iniciada a 6ª Reunião Extraordinária da Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização, destinada à apreciação de matérias constantes da pauta.

Há quórum para deliberação nas representações das duas Casas do Congresso Nacional.

Expediente.

Declaro como lidos os expedientes recebidos pela Comissão até a presente data, tendo em vista que essas informações encontram-se publicadas na página da CMO na Internet.

Apreciação da ata.

Havendo concordância do Plenário, proponho a dispensa da leitura da ata por ela ter sido distribuída antecipadamente. Caso haja alguma retificação, peço aos Srs. Parlamentares que se manifestem. *(Pausa.)*

Coloco em votação a ata da 16ª Reunião Ordinária, realizada em 3 de dezembro de 2019.

A ata está em votação na representação da Câmara dos Deputados.

As Sras. e os Srs. Parlamentares que a aprovam permaneçam como se acham. *(Pausa.)*

Aprovada.

A ata está em votação na representação no Senado Federal.

As Sras. e os Srs. Senadores que a aprovam permaneçam como se encontram. *(Pausa.)*

Aprovada.

Apresentação de emendas.





CONGRESSO NACIONAL
Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização

Informo ao Plenário que, tendo em vista o recebimento da mensagem modificativa ao PLOA 2010, a tramitação da PEC 48/19 e a possibilidade de elaboração de emendas para transferência especial, houve a necessidade de reabertura do Sistema de Elaboração de Emendas — LEXOR até o dia 29 de novembro do corrente ano.

Entretanto, para os ajustes, os autores tiveram que retirar os lotes de emendas do LEXOR e, posteriormente, enviá-las por meio do sistema.

Os Deputados Arlindo Chinaglia, Aline Gurgel, Bia Kicis, Da Vitoria, Dimas Fabiano, Leila Barros, Ruy Carneiro e Samuel Moreira e os Senadores Weverton Rocha e Rodrigo Pacheco, na montagem do lote de emendas para reenvio, equivocaram-se: o primeiro não incluiu todas as emendas; e os demais colocaram valor total abaixo dos R\$15.940.454,00 destinados às emendas individuais de todos os Congressistas.

Todos encaminharam expediente a esta Presidência solicitando as adequadas correções. Neste sentido, consulto o Plenário sobre a possibilidade de receber, no Sistema LEXOR, os necessários ajustes das emendas ao Projeto de Lei nº 22, de 2019-CN, PLOA 2020, dos citados Parlamentares.

Solicito ao Plenário que se manifeste quanto ao pedido dos Parlamentares.

Em votação na representação da Câmara dos Deputados.

Os Parlamentares que o aprovam permaneçam como se acham. *(Pausa.)*

Aprovado.

Em votação na representação do Senado.

Os Srs. Senadores que o aprovam permaneçam como se encontram. *(Pausa.)*

Aprovado.

Consulto o Plenário sobre a possibilidade de votação desse relatório, a despeito do previsto no art. 128 da Resolução nº 1, de 2006, do Congresso Nacional, que estabelece que a apreciação dos relatórios somente pode ocorrer após o prazo de 2 dias úteis de sua distribuição.

Em deliberação a dispensa do prazo de 2 dias úteis para votação do relatório preliminar, com emendas, ao Projeto de Lei do Congresso Nacional nº 22, de 2019 — PLOA 2020, nos termos do art. 128 da Resolução nº 1, de 2006, do Congresso Nacional.





CONGRESSO NACIONAL
Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização

Não terão encaminhamento de votação os requerimentos de dispensa de interstício.

Os Srs. Deputados que o aprovam permaneçam como se acham. *(Pausa.)*

Aprovado.

As Sras. e os Srs. Senadores que o aprovam permaneçam como se encontram. *(Pausa.)*

Aprovado.

Item 1. Relatório preliminar, com emendas, apresentado ao Projeto de Lei nº 22, de 2019, do Congresso Nacional, que estima a receita e fixa a despesa da União para o exercício financeiro de 2020. Relator-Geral: Deputado Domingos Neto.

Foram apresentadas 66 emendas.

O Relator está com a palavra, para a apresentação do seu relatório.

O SR. DOMINGOS NETO (PSD - CE) - Sr. Presidente Marcelo Castro, nobres pares da Comissão de Orçamento, peço, pela extensão do relatório, permissão para ler o resumo que nós preparamos:

"(...) submetemos à Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização (CMO) o parecer preliminar sobre o Projeto de Lei nº 22, de 2019-CN, que *'estima a receita e fixa a despesa da União para o exercício financeiro de 2020'* (PLOA 2020) (...).

(...), este parecer preliminar compõe-se de parte geral e parte especial. A parte geral apresenta visão geral do projeto, já considerando as alterações da mensagem modificativa; examina o cenário macroeconômico e as metas fiscais consideradas em sua elaboração; trata da compatibilidade da proposta orçamentária com o PPA e as diretrizes orçamentárias; analisa as despesas previstas no projeto; e cuida das obras com indícios de irregularidades graves. (...).

A parte especial define regras que deverão orientar o processo de apreciação e alteração do Projeto de Lei Orçamentária no âmbito do Congresso Nacional, tais como: "autorização aos Relatores para apresentação de emendas; atendimento das emendas apresentadas; e elaboração dos relatórios setoriais e final.

Antes de iniciar a leitura de trechos da parte especial, gostaria de destacar algumas das autorizações para emendas do Relator-Geral e falar sobre o critério utilizado para os cortes de programação no parecer preliminar.





CONGRESSO NACIONAL
Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização

"Em nosso parecer preliminar, propomos uma relação de autorizações para que o Relator-Geral apresente emendas. Com isso, pretendemos viabilizar o atendimento dos pleitos recebidos por esta relatoria com vistas ao aprimoramento da proposta orçamentária encaminhada pelo Poder Executivo" e também tendo em vista que nós estamos regulamentando a emenda constitucional do orçamento impositivo.

Nesse sentido, destaco a autorização para reforço de dotações de investimentos constantes do projeto ou inclusão de obras que garantam a efetiva entrega de bens e serviços à sociedade. Conforme evidenciado em tópico específico da parte geral deste parecer, houve significativa redução nos investimentos ao longo dos últimos anos, e o montante previsto para 2020 encontra-se muito aquém do que o nosso País necessita. Dessa forma, incluímos autorização para emenda de Relator-Geral com vistas a preservar a capacidade de investimento dos Estados e garantir a continuidade dos projetos em andamento.

O nosso relatório também propõe autorização para que o Relator-Geral destine recursos para o Fundo Especial de Financiamento de Campanha — FEFC. Trata-se de demanda formulada por meio de ofício a esta relatoria, assinado por Presidentes de partido e por Líderes partidários que representam a maioria dos Parlamentares, solicitando a recomposição dos recursos do FEFC constantes da proposta orçamentária originalmente encaminhada pelo Executivo. Na mensagem modificativa do Projeto de Lei Orçamentária Anual, o Poder Executivo destinou R\$ 1,3 bilhão do valor das emendas impositivas de bancada para o FEFC sem aumentar o valor proposto originalmente para o referido fundo, como poderia se esperar de dispositivo da Lei de Diretrizes Orçamentárias — LDO 2020. Assim, considerando o valor inicialmente proposto, houve redução de R\$ 1,8 bilhão no Fundo Especial de Financiamento de Campanha — FEFC.

Outro ponto que julgamos pertinente é a inclusão de autorização para considerar os efeitos decorrentes de proposições legislativas em tramitação no Congresso Nacional que tenham relevante impacto social, econômico e fiscal, nas estimativas da Lei Orçamentária de 2020, haja vista que Líderes partidários do Congresso Nacional" e os Presidentes das duas Casas "têm manifestado, repetidamente, a importância do controle das finanças públicas e a disposição de aprovar rapidamente alterações na legislação.





CONGRESSO NACIONAL
Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização

Durante a análise da mensagem modificativa, identificamos que o Poder Executivo reclassificou como obrigatórias algumas despesas originalmente discricionárias. Essa reclassificação se baseou na inclusão de programações na relação de despesas que não serão objeto de limitação de empenho constante na LDO 2020 (Seção I do Anexo III).

Contudo, a relação da LDO compreende, além das despesas obrigatórias, outras que o Congresso Nacional julgou importante preservar do contingenciamento, apesar da inexistência de norma constitucional/legal anterior que cria obrigação (de pagar) da União com pessoas físicas ou jurídicas, capaz de gerar direitos e pretensões individualizados. As despesas reclassificadas pelo Executivo enquadram-se neste último grupo, razão pela qual reclassificamos essas despesas como discricionárias (RP 2).

Essa reclassificação também possibilitará o aumento dessas despesas por meio do atendimento de emendas apresentadas. Despesas obrigatórias só podem ser modificadas quando constatado erro ou omissão. Por essa razão, as emendas Parlamentares que destinaram recursos para as despesas reclassificadas teriam que ser inadmitidas se prevalecesse o entendimento de que estas despesas são obrigatórias.

X.2. Cortes realizados no parecer preliminar

A fim de viabilizar recursos para o atendimento de emendas, propomos, em nosso parecer, a realização de corte prévio linear de 3,9% nas programações discricionárias (RP 2) de outras despesas correntes (GND 3), investimentos (GND 4) e inversões financeiras (GND 5) do Poder Executivo, considerando apenas as fontes de recursos passíveis de utilização nas emendas.

Esse corte também incidiu sobre as programações reclassificadas como obrigatórias pelo Poder Executivo na mensagem modificativa. Como explicamos no item anterior, trata-se de despesas discricionárias ressalvadas do contingenciamento, sem legislação anterior que cria obrigação de pagamento.

(...)"

A seguir, serão expostos os principais pontos da parte especial do parecer preliminar.

"I - Da apreciação de Emendas Individuais e Coletivas





CONGRESSO NACIONAL
Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização

1. Cabe aos Relatores apreciar as emendas individuais e coletivas apresentadas ao PLOA 2020 nos termos regimentais.

(...)

5. É vedada a aprovação de emendas que contrariem disposições constitucionais, legais e regulamentares, em especial as disposições deste parecer e as restrições estabelecidas no Relatório de Atividades do Comitê de Exame da Admissibilidade de Emendas (...).

(...)

II - Das Emendas de Relator

9. É vedada a apresentação de emendas de Relator que incluam dotações em subtítulos novos ou aumentem dotações em subtítulos constantes do PLOA 2020, ressalvados os casos permitidos pela Resolução 1, de 2006, do Congresso Nacional, e por este parecer.

(...)

11. Com fundamento no art. 144, I, da Resolução nº 1, de 2006, do Congresso Nacional, que trata da correção de erros e omissões de ordem técnica e legal, fica o Relator-Geral autorizado a apresentar emendas para incorporar ao Orçamento os efeitos de proposições legislativas em tramitação no Congresso Nacional.

12. Com fundamento no art. 144, III, da Resolução 1, de 2006, do Congresso Nacional, fica o Relator-Geral autorizado a apresentar emendas para:

I. alocação nas dotações previstas no art. 16-C da Lei nº 9.504, de 1997 (Fundo Especial de Financiamento de Campanha);

II. cancelamentos de dotações prévios à atuação dos Relatores Setoriais (...);

III. ajustes relacionados às programações de que trata o art. 21 da LDO 2020", que trata da regra de ouro;

"IV. reforço de dotações de investimentos constantes do projeto ou inclusão de obras que garantam a efetiva entrega de bens e serviços à sociedade;

V. alocação em programações que tenham caráter nacional e se destinem:

a. ao desenvolvimento e fortalecimento da economia da cultura;

b. às ações e serviços públicos de saúde;

c. à implantação, ampliação e melhoria de sistemas públicos de abastecimento de água e de esgotamento sanitário em Municípios com população de até 50 mil habitantes;





CONGRESSO NACIONAL
Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização

d. à garantia do cumprimento da missão constitucional de defesa nacional, em consonância com as diretrizes da Estratégia Nacional de Defesa, bem como à proteção, à ocupação e ao desenvolvimento de áreas localizadas nas faixas de fronteira, incluindo melhorias na infraestrutura local;

e. à realização de estudos, projetos e investimentos de infraestrutura logística, social, urbana e hídrica;

f. à promoção do desenvolvimento regional e territorial, no Ministério do Desenvolvimento Regional;

g. à construção, à reforma e ao reaparelhamento de aeroportos de interesse regional;

h. ao apoio à política nacional de desenvolvimento urbano;

i. à expansão e ao funcionamento de instituições federais de ensino superior, instituições federais de educação profissional e tecnológica, prestação de ensino nos colégios militares, e ao desenvolvimento da educação básica;

j. à implantação e modernização de infraestrutura para esporte educacional, recreativo e de lazer, e à ampliação e qualificação do acesso da população ao esporte e ao lazer;

k. ao desenvolvimento e promoção do turismo;

l. às ações abrangidas pelo Programa Moradia Digna;

m. ao atendimento de despesas de que trata o art. 107, § 6º, do ADCT", ou seja, as não sujeitas ao teto de gasto, "e ao ajuste do resultado primário;

n. às ações de defesa civil;

o. ao apoio à modernização das instituições de segurança pública e ao fortalecimento da Política Nacional de Segurança Pública;

p. à estruturação, ampliação e modernização de meios para combate à corrupção, a prevenção e repressão de atos ilícitos e a fiscalização do cumprimento da lei;

q. à defesa sanitária animal e vegetal, à pesquisa e inovação agropecuária, à assistência técnica e às ações de fomento ao setor agropecuário voltadas para a melhoria da qualidade e o aumento da produção, inclusive com vistas ao aumento das exportações e ao cumprimento de acordos internacionais;

r. à consolidação do Sistema Único de Assistência Social;





CONGRESSO NACIONAL
Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização

s. à implantação, ampliação e melhoria de sistemas públicos de abastecimento de água e de esgotamento sanitário;

t. à redução de danos ambientais, especialmente os associados a vazamentos de óleo na costa brasileira;

u. às ações de ciência e tecnologia;

v. à concessão de bolsa de estudo;

w. ao Programa de Aquisição de Alimentos;

x. às subvenções econômicas das renegociações das operações de crédito rural decorrentes da prorrogação da Lei nº 13.340, de 2016;

y. ao desenvolvimento de assentamentos rurais e à assistência técnica e extensão rural. (...).

(...)

IV - Da Reserva de Recursos

17. A constituição da reserva de recursos e sua distribuição (...) estão demonstradas no Anexo II – Demonstrativo da Reserva de Recursos, deste parecer.

18. A dotação inicial da reserva de recursos é de R\$24.095.928.429,00, oriundos de:

I. reestimativa de receita: R\$7.000.000.000,00

II. reserva de contingência para atendimento de emendas impositivas individuais (...): R\$9.468.630.152,00;

III. reserva de contingência para atendimento de emendas impositivas de bancada(...): R\$5.927.298.277,00;

IV. cancelamento prévio (...) de R\$700.000.000,00, conforme Anexo II-A, observadas as restrições constitucionais e legais.

(...)

20. Do montante da reserva de recursos são deduzidos R\$22.595.928.429,00, destinados ao atendimento de:

I. emendas individuais que destinem recursos para órgãos do Poder Executivo: R\$9.458.986.943,00;

II. emendas de bancada estadual de execução obrigatória que destinem recursos para órgãos do Poder Executivo: R\$5.927.298.275,00; e

III. emendas de Relator-Geral (...), sendo:





CONGRESSO NACIONAL
Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização

a. R\$1.800.000.000,00 para recomposição das programações do Fundo Especial de Financiamento de Campanha (...); e

b. R\$5.409.643.211,00 para as demais.

(...)

21. O saldo da reserva de recursos, após dedução do valor indicado no item 20, corresponde a R\$1.500.000.000,00 e será repartido (...), conforme demonstrado a seguir:

I. 55%, equivalentes a R\$825.000.000,00, distribuídos na razão direta do número de emendas coletivas apresentadas no âmbito de cada área temática, para atendimento segundo critérios estabelecidos pelos Relatores Setoriais;

II. 25%, correspondentes a R\$375.000.000,00, distribuídos pelas bancadas estaduais para atendimento das respectivas emendas", conforme critérios da Resolução nº 1, de 2006, demonstrados no Anexo III.D - Emendas de Bancada: Distribuição da Reserva de Recursos;

III. 20%, no valor de R\$300.000.000,00, distribuídos entre as emendas de bancada e de Comissão, conforme definições do Relator-Geral."

21.1. Essas distribuições de recursos "não se aplicam a emendas (...) que sejam de bancada estadual de execução obrigatória ou coletiva de remanejamento, nem àquelas que destinem recursos a órgãos situados fora da abrangência do Poder Executivo.

(...)

V - Dos Recursos dos Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social Passíveis de Utilização pelos Relatores Setoriais

24. Observadas as vedações e restrições estabelecidas" neste parecer preliminar, são passíveis de utilização pelos Relatores Setoriais, além da reserva de recursos deste parecer, "recursos decorrentes do cancelamento de dotações relativas a despesas com investimentos (GND 4) e com inversões financeiras (GND 5) constantes dos orçamentos fiscal e da Seguridade Social, respeitados" os seguintes limites no conjunto de programações orçamentárias que compõem cada área técnica:

"(...)

I. limites globais de 20% dos totais programados em GND 4 e GND 5;





CONGRESSO NACIONAL
Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização

II. limite por subtítulo de 40%", sendo que este limite "aplica-se também aos cancelamentos necessários ao atendimento de emendas de remanejamento.

(...)

27. Excluem-se da possibilidade de cancelamento pelos Relatores Setoriais as dotações consignadas a outras despesas correntes (GND 3), exceto para:

I. atendimento de emendas de remanejamento, desde que limitado o cancelamento a 20% (vinte por cento) da dotação de cada subtítulo;

II. atendimento de emendas de apropriação destinadas a órgão situado fora da abrangência do Poder Executivo, desde que o cancelamento em GND 3 tenha sido indicado pelo autor da emenda e seja limitado a 20% da dotação do subtítulo;

III. correção de erros e omissões (...).

28. Os saldos dos recursos não utilizados pelos Relatores Setoriais, remanescentes nas respectivas reservas de recursos setoriais, serão transferidos para o Relator-Geral.

VI - Dos Recursos do Orçamento de Investimento Passíveis de Utilização pelos Relatores Setoriais

29. No acolhimento de emenda à despesa apresentada ao orçamento de investimento, são passíveis de...

(O Sr. Presidente faz soar as campainhas.)

O SR. PRESIDENTE (Marcelo Castro. MDB - PI) - Quero pedir aos presentes que, por favor, colaborem com o Relator e façam um pouco de silêncio.

Eu agradeço.

O SR. DOMINGOS NETO (PSD - CE) - Obrigado, Presidente. Continuo:

"29. No acolhimento de emenda à despesa apresentada ao orçamento de investimento, são passíveis de utilização pelos Relatores Setoriais recursos decorrentes do cancelamento de até 20% das dotações da respectiva unidade orçamentária, respeitado o limite de 40% por subtítulo.

29.1. O disposto no item 29 não se aplica ao caso em que o investimento deva ser suportado pelo aumento da participação da União no capital da empresa, situação em que a emenda será apresentada aos orçamentos fiscal e da Seguridade Social.

VII - Dos Recursos Passíveis de Utilização pelo Relator-Geral e dos Ajustes Necessários





CONGRESSO NACIONAL
Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização

30. Além da possibilidade de utilização dos recursos previstos (...)” já mencionados “no art. 66, parágrafo único, da Resolução nº 1, de 2006, do Congresso Nacional, o Relator-Geral pode cancelar dotações consignadas para outras despesas correntes (GND 3), investimentos (GND 4) e inversões financeiras (GND 5).

(...)

33. O Relator-Geral pode apropriar recursos decorrentes de:

I. correções de inadequações” constatadas nas dotações destinadas a despesas que devam ser executadas com recursos de operações de crédito e suas contrapartidas;

“II. cancelamento de recursos no âmbito de cada empresa do orçamento de investimento, se os Relatores Setoriais não utilizarem integralmente o limite global (...)” estabelecido neste parecer.

34. Observadas a vinculação constitucional ou legal de recursos e a meta de resultado primário estabelecida na LDO 2020, o Relator- Geral fica autorizado a promover ajustes técnicos necessários (...):

(...)

Das Emendas Apresentadas ao Relatório Preliminar

Ao relatório preliminar foram apresentadas 66 emendas. Grande parte das emendas destina-se ou à anulação de cancelamento prévio ou à inclusão de autorização para emenda de Relator-Geral.

Não aprovamos as emendas que pretendiam a anulação de cortes prévios realizados pelo parecer preliminar. Vale ressaltar, contudo, que os recursos provenientes do corte serão utilizados para atendimento de emendas, podendo retornar para as mesmas áreas que tiveram suas programações reduzidas.

Após a análise dessas emendas, somos pela aprovação do parecer preliminar na forma ora apresentada, na qual constam as alterações decorrentes da aprovação parcial das Emendas nºs 1 a 3, 5, 11, 12, 23, 39, 40, 49 e 62, na forma do relatório apresentado; pela prejudicialidade das Emendas nºs 16, 17, 18, 19, 20, 21, 22, 59, 60, 61, 63, 64 e 65 e pela rejeição das demais emendas.” Esse é o resumo do parecer preliminar, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Marcelo Castro. MDB - PI) - Agradeço ao nobre Relator.

O relatório preliminar está em discussão.





CONGRESSO NACIONAL
Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização

O SR. EDMILSON RODRIGUES (PSOL - PA) - Eu me inscrevo, Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Marcelo Castro. MDB - PI) - O prazo de destaques está iniciado e será finalizado ao término da discussão, conforme estabelece o inciso I do art. 60 do Regimento Interno da CMO.

O SR. CLAUDIO CAJADO (Bloco/PP - BA) - Sr. Presidente, peço permissão para falar pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (Marcelo Castro. MDB - PI) - Pela ordem, tem a palavra o nobre Deputado Claudio Cajado.

O SR. CLAUDIO CAJADO (Bloco/PP - BA) - Presidente, eu queria ver se os colegas membros da Comissão, Deputadas e Deputados, Senadores e Senadoras, poderiam usar da palavra na apresentação dos destaques. Minha sugestão é que votemos o relatório preliminar e façamos a discussão dele quando dos destaques.

Digo isso pelo seguinte: o Presidente Rodrigo Maia convocou Sessão Extraordinária para às 13 horas, e em breve haverá Ordem do Dia. Se não votarmos hoje o relatório em função do início da Ordem do Dia no plenário da Câmara, nós teremos um atraso muito grande no calendário que nós mesmos votamos.

Então, para a economia das nossas discussões, eu proporia, Presidente, se for da concordância dos demais Líderes da Comissão, que nós aprovemos o relatório e deixemos a discussão para o momento dos destaques.

O SR. DOMINGOS SÁVIO (PSDB - MG) - Pelo PSDB, encaminhamos favoravelmente à proposta do Líder Cajado.

O SR. EDMILSON RODRIGUES (PSOL - PA) - O PSOL encaminha contra.

O SR. PRESIDENTE (Marcelo Castro. MDB - PI) - Concedo a palavra ao Deputado Lucas Gonzalez.

O SR. LUCAS GONZALEZ (NOVO - MG) - Presidente, antes da questão de ordem do Deputado Cajado, V.Exa. falou rapidamente sobre os destaques. Eu queria relembrar que o destaque do NOVO já foi entregue e será devidamente debatido após a discussão e aprovação ou não do relatório.

O SR. PRESIDENTE (Marcelo Castro. MDB - PI) - Com certeza.

O SR. LUCAS GONZALEZ (NOVO - MG) - Mas, dando sequência ao que o Deputado Cajado disse, eu queria pedir a V.Exa. que esclarecesse ao Plenário se a Ordem do Dia iniciada na Câmara dos Deputados afeta a CMO, porque, ao que me parece, não afeta. Eu só queria pedir a V.Exa. que esclarecesse essa questão.





CONGRESSO NACIONAL
Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização

O SR. PRESIDENTE (Marcelo Castro. MDB - PI) - Não. Em havendo sessão ordinária da Câmara dos Deputados, quando é estabelecida a Ordem do Dia, ela afeta os nossos trabalhos. Então, seria de todo conveniente que aprovássemos logo o relatório preliminar, se houver concordância do Plenário, e deixássemos para o momento da apreciação dos destaques as discussões exaustivas sobre os destaques e sobre todos os assuntos que forem pertinentes.

O SR. EDMILSON RODRIGUES (PSOL - PA) - Mas, Presidente, eu tenho uma visão global crítica.

O SR. PRESIDENTE (Marcelo Castro. MDB - PI) - Pois não, Deputado Edmilson Rodrigues.

O SR. EDMILSON RODRIGUES (PSOL - PA) - Eu queria propor que seguissemos o Regimento.

O SR. PRESIDENTE (Marcelo Castro. MDB - PI) - Tudo bem. Não havendo concordância...

O SR. DOMINGOS SÁVIO (PSDB - MG) - Cada um faz como quer. Mas, como V.Exa. vai abrir a palavra depois, quando da apreciação dos destaques, nós do PSDB não vamos nos manifestar agora, vamos nos manifestar no momento oportuno.

Acho que discordar é um direito do Deputado Edmilson Rodrigues, mas fazemos um apelo aos demais colegas para que deixem o encaminhamento para um momento mais oportuno.

O SR. WILSON SANTIAGO (Bloco/PTB - PB) - Sr. Presidente, quero apenas fazer uma sugestão.

O SR. PRESIDENTE (Marcelo Castro. MDB - PI) - Pois não, Deputado Wilson Santiago.

O SR. WILSON SANTIAGO (Bloco/PTB - PB) - Sr. Presidente, acho que todos nós estamos conscientes de que está se esgotando o prazo para se aprovar esse Orçamento. Não podemos perder um dia.

O SR. PRESIDENTE (Marcelo Castro. MDB - PI) - É verdade.

O SR. WILSON SANTIAGO (Bloco/PTB - PB) - Perdendo um dia, todo o Congresso Nacional será prejudicado, porque deixará de apresentar o Orçamento.

Então, nós, devemos, sim — digo isto a título de sugestão —, deixar um pouco a vaidade de lado e discutir esse assunto quando da apreciação dos destaques. Se





CONGRESSO NACIONAL
Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização

todo mundo for falar aqui, nós não teremos nem os 10 dias que faltam para votar toda a matéria que está pendente aqui nesta Comissão e no plenário.

O SR. BETO FARO (PT - PA) - Sr. Presidente, abra a palavra para o Deputado Edmilson. Ele fala, e depois nós votamos.

O SR. PRESIDENTE (Marcelo Castro. MDB - PI) - Se todos estiverem de acordo, tudo bem.

O SR. MECIAS DE JESUS (REPUBLICANOS - RR) - Sr. Presidente, quero acompanhar o Vice-Líder do Governo, o Deputado Cajado, no sentido de que possamos avançar nessa matéria, até em função do que se discute aqui. O nosso prazo é exíguo, e nós teremos tempo para discutir principalmente no momento dos destaques. V.Exa. não está negando o direito de discutir.

O SR. PRESIDENTE (Marcelo Castro. MDB - PI) - É claro que não. E aqui nós só fazemos algo se for de consenso, se houver acordo.

Tem a palavra o Deputado Edmilson Rodrigues para se manifestar sobre o assunto.

O SR. EDMILSON RODRIGUES (PSOL - PA) - Presidente, em primeiro lugar, nós não estamos aqui num ambiente de jardim de infância. Há um jogo de pressão grande. Eu não gosto de generalizar. Quem me conhece sabe que eu tenho uma forma às vezes até emocionada de falar, mas nunca sou grosseiro, nunca ofendo pessoalmente ninguém.

O SR. PRESIDENTE (Marcelo Castro. MDB - PI) - É evidente.

O SR. EDMILSON RODRIGUES (PSOL - PA) - Eu defendendo teses. Mas isso, em alguma medida, ajuda a adiar projetos destrutivos da cidadania e da soberania nacional. Não se ter votado ainda a privatização do sistema de água e esgoto é uma certa vitória do povo.

Infelizmente, não houve quórum. Ainda não se votou esse relatório preliminar, e ainda nem se definiu a votação da LOA. Por um tipo de movimento de pressão, que tem relação com promessas do Executivo de pagamento de emendas a Deputados e Senadores, nós já aprovamos aqui, com o meu voto contrário, com meus argumentos contrários, o PLN 18. O Congresso Nacional o aprovou. Portanto, é lei, está autorizado em termos orçamentários. O Presidente tem que autorizar e determinar ao Guedes que pague. Já é lei. Não seria mais uma corrupção tão explícita. Formalmente, é legal.





CONGRESSO NACIONAL
Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização

Mas eu não participei disso. Eu votei contra a reforma da Previdência. E, se tivesse que votar a favor, votaria por convicção, não exigindo o pagamento de emendas, porque eu já tenho, como qualquer Deputado e Senador, direito à emenda no processo normal, regulamentar. Dentro da LOA, cada Deputado tem 15 milhões de reais para indicar em que aplicar. As bancadas também têm esse direito. Queria só deixar claro isso.

Eu luto para fortalecer o Parlamento, mas eu vejo que, no item 9, o Relator se autodefine com um poder que permite muitas coisas. Dou como exemplo — e este será, talvez, o meu destaque — o item 11. O Relator incluiu isto do item 10 ao item 13. O item 11 diz que o Relator está autorizado a apresentar emendas para incorporar ao Orçamento os efeitos até das proposições legislativas em tramitação no Congresso, com fundamento em artigo da Resolução nº 1, de 2006, do Congresso Nacional. Mas quais são as proposições?

Eu não quero, por exemplo, que uma empresa que, no balanço de 30 de setembro de 2019, tenha ativos financeiros e um patrimônio líquido de 240,75 bilhões de reais — refiro-me à ELETROBRAS — seja privatizada. Mas o Governo quer vender por 16 bilhões de reais uma empresa de 240 bilhões de reais. Há um bando de Deputados falando aqui em vaidade, em compromisso com a votação, em pressa de votar, como se tivesse pressa mesmo, quando, na prática, está dificultando a votação. Eu quero debater esse tema, por exemplo, e não quero que se crie um fato consumado. Já estão até previstos no Orçamento os 16 bilhões de reais. Isso é o que veio do Executivo.

Há questões de abonos salariais, questões de gatilhos. Há vários projetos dessa natureza. Nós estamos dando um poder extraordinário, mas isso não significa necessariamente um fortalecimento do Parlamento. Por exemplo, os Deputados e Senadores só tiveram acesso a este relatório às 13 horas. É muito difícil analisar profundamente um relatório nesse prazo.

Deputado Domingos, V.Exa. sabe que eu lhe tenho todo o respeito, mas o que estou falando aqui falaria de qualquer Relator. Acho que nós temos que criar condições de maior transparência, porque, sinceramente, isto aqui dá um poder. Se eu digo, por exemplo, *"Tudo bem, Domingos, eu voto, mas eu queria a garantia de uma emenda parlamentar para construir um hospital lá na cidade onde eu nasci, porque eu vou dizer lá que fui eu que levei e vou ganhar méritos com isso"*, eu estou





CONGRESSO NACIONAL
Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização

dando esse poder. Isso não quer dizer que V.Exa. vai aceitar esse tipo de negociata, mas eu estou dando esse poder, em tese, se aprovarmos isto do jeito como está.

Eu acho que — e olhe que eu sou oposição ao Governo Bolsonaro — está liberado o pagamento de todas as despesas financeiras, porque há todo um compromisso com o grande capital financeiro. O País está ajoelhado, submisso, com a sua soberania totalmente sequestrada.

Eu quero debater e mudar a peça enviada pelo Executivo, porque eu creio que algumas coisas podem trazer desequilíbrios que não são justos para com o povo brasileiro. Eu não sei, por exemplo, se certos investimentos, cortes em direito de trabalhadores e em abonos, gatilhos ou privatizações são positivos para o País. Quais são as consequências? Como nós não debatemos, eu estou apenas, em tese, dizendo que tudo é possível, pelo fato de o relatório estar assim. Nós vamos contar com, pelo menos, 5 bilhões ou 6 bilhões de reais livres para, digamos, uma alocação, conforme a vontade do Relator. Não sei.

Eu fiz questão de dizer isso porque é assim que está no relatório. Quem o lê sabe que assim pode ser. Não estou dizendo que será assim ou que o Relator queira fazer assim. Mas, como ele é Relator e foi ele que escreveu, fiz questão de ser muito sincero e debater como um homem de um partido radical de oposição, que não faz concessão. Aliás, é um partido que fez oposição aos Governos Lula e Dilma e surgiu de divergências em relação à reforma da Previdência no Governo Lula. Nós não participamos do Governo Lula nem do Governo Dilma. Alguns dizem: "*A Esquerda governou por 14 anos*". Hoje pela manhã, um Deputado do PSD e um do PP falaram: "*Vocês mamaram nas tetas do Estado durante 13 anos*". Eu tenho a honra de dizer que sou da verdadeira Oposição, radical, mas programática, de esquerda, porque eu não sirvo a projetos fascistas em hipótese alguma.

É com essas palavras sinceras que me despeço.

O SR. DOMINGOS NETO (PSD - CE) - Permita-me tirar suas dúvidas. O que nós estamos votando aqui não é o Relatório Geral, nós estamos votando o relatório preliminar. A autorização que V.Exa. criticou está aqui descrita porque existem diversos temas em trâmite no Congresso Nacional, que podem ser aprovados ou não. A autorização é para que isso possa ser feito no cálculo, e é esta Comissão que vai aprovar ao final.





CONGRESSO NACIONAL
Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização

Imagine: no caso da própria ELETROBRAS, que V.Exa. mencionou, se existe um erro no cálculo, nós precisamos alterar. É preciso que haja autorização, no relatório preliminar, para essa alteração. Além disso, todo tipo de ajuste legislativo e reforma acontece durante o período de 1 ano. No caso de muitos deles, nós faremos aqui uma avaliação política do que pode e do que não pode ser aprovado. Colocar isso no Orçamento, na votação da lei, traz para o Congresso, que também é o responsável pela votação desses projetos que estão aqui sendo previstos, a possibilidade de não ter que, no ano que vem, votar um monte de PLNs para mudar a mensagem por causa de ações que nós já sabíamos que iriam acontecer nesse período. Trata-se de algo apenas autorizativo.

O SR. VANDERLAN CARDOSO (PP - GO) - Sr. Presidente...

O SR. DOMINGOS NETO (PSD - CE) - Só quero deixar claro que nós vamos ter que discutir o que vai ser previsto até a votação do Orçamento, no dia 18. E os que aprovam são os mesmos que vão debater essas legislações em trâmite. É simplesmente isso.

O SR. PRESIDENTE (Marcelo Castro. MDB - PI) - Deputado Edmilson, V.Exa. concordaria, então, que votássemos o relatório preliminar e continuássemos este debate no momento da discussão dos destaques, diante dos apelos feitos e dos esclarecimentos do Relator? Nós estamos votando só o relatório preliminar, não estamos concluindo nada ainda.

O SR. EDMILSON RODRIGUES (PSOL - PA) - Presidente, V.Exa. merece todo o meu carinho e respeito, sinceramente.

O SR. PRESIDENTE (Marcelo Castro. MDB - PI) - A recíproca é verdadeira.

O SR. EDMILSON RODRIGUES (PSOL - PA) - O Relator, em sua resposta, falou em PLNs. Acho que é para isso que existe PLN, para se discutir cada caso.

De toda forma, em respeito ao esforço feito e a V.Exa., eu vou concordar que se vote, ressaltados, é claro, os destaques.

O SR. PRESIDENTE (Marcelo Castro. MDB - PI) - Perfeito.

Então, encerrada a discussão, vamos colocar em votação o relatório preliminar do Deputado Domingos Neto.

Em votação na representação da Câmara dos Deputados.

As Sras. e os Srs. Parlamentares que o aprovam permaneçam como se acham. *(Pausa.)*





CONGRESSO NACIONAL
Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização

Aprovado.

Em votação na representação do Senado Federal.

Os Srs. Parlamentares que o aprovam permaneçam como se encontram.

(Pausa.)

Aprovado.

O SR. EDMILSON RODRIGUES (PSOL - PA) - Presidente, eu votei contra, mas...

O SR. PRESIDENTE (Marcelo Castro. MDB - PI) - Aprovado com voto contrário do Deputado Edmilson Rodrigues, como sempre.

A assessoria está examinando os destaques. Nós estamos com a lista de inscritos para a discussão. Em primeiro lugar, está inscrito o Senador Oriovisto Guimarães, nosso grande Relator do PPA.

O SR. LUCAS GONZALEZ (NOVO - MG) - Presidente, se me permite, antes eu queria conhecer o procedimento de inscrição e saber se vai ser garantida a palavra a todos os inscritos.

O SR. PRESIDENTE (Marcelo Castro. MDB - PI) - Vai ser garantida a palavra a todos, até a hora em que ninguém mais estiver querendo a palavra.

O SR. LUCAS GONZALEZ (NOVO - MG) - Então, por favor, quero me inscrever.

O SR. MARCEL VAN HATTEM (NOVO - RS) - Também me inscrevo, Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Marcelo Castro. MDB - PI) - V.Exa. já está inscrito aqui.

A SRA. ADRIANA VENTURA (NOVO - SP) - Também me inscrevo.

O SR. PRESIDENTE (Marcelo Castro. MDB - PI) - Tem a palavra o nobre Senador Oriovisto Guimarães.

O SR. ORIOVISTO GUIMARÃES (PODEMOS - PR) - Sr. Presidente, quero cumprimentar todos os presentes, em especial o Deputado Domingos Neto, pelo relatório.

Sr. Presidente, uso a palavra para falar sobre o Destaque nº 5, que é uma emenda que eu fiz e que foi devidamente rejeitada. Eu pedi, então, que ela fosse destacada. De que se trata? Trata-se de um fato, no mínimo, muito estranho. Foi ontem às 5 horas da tarde que apareceu essa novidade no relatório, e o prazo para emendas era até as 8 horas da noite, então tivemos só 3 horas.





CONGRESSO NACIONAL
Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização

Salvo melhor juízo, pela questão do tempo, eu gostaria de dizer que o item 12.1 do relatório preliminar visa autorizar o Relator — portanto, autorizar um único Deputado — a elevar sem limites os recursos públicos destinados ao financiamento das eleições municipais de 2020 por meio do fundo eleitoral. Sr. Presidente, esse item, da forma como está redigido, da forma como está no relatório, permitirá ao nobre Deputado Domingos Neto elevar não para 3,8 bilhões, não para aumentar em quase 100%, como já se declarou. A *Folha de S.Paulo* já publicou que o Congresso pretende ampliar para 3,8 bilhões de reais o fundo eleitoral, quase o dobro do que havia sido indicado pelo Governo.

Isso é uma coisa, Sr. Presidente, que não pode ficar nas mãos de um único Parlamentar. Essa decisão tem que ser de toda a CMO e, além dela, de todo o Congresso Nacional. Como elevar o fundo eleitoral de 2 bilhões de reais para 3,8 bilhões de reais numa época em que falta absolutamente tudo neste País, numa época em que o Governo tem pífios 2% do que recebe para aplicar em despesa de capital, numa época em que há centenas de emendas prioritárias de Deputados que pedem estrada, posto de saúde e tantos benefícios para o povo? Deixar nas mãos de um único Parlamentar a decisão de elevar o valor de 2 bilhões de reais para 3 bilhões de reais é um absurdo. Isso depõe contra o Congresso Nacional e faz com que nós políticos sejamos vistos como pessoas que trabalham contra a população, quando, na verdade, a população nos deu o mandato para trabalhar a favor dela.

Entre todas as necessidades do País, eu acho que aumentar o fundo eleitoral é a última delas — é a última delas. Antes vem a educação, antes vem a saúde, antes vem a infraestrutura, antes vem a segurança. Nós não temos dinheiro para nada disso, mas vamos colocar mais 1,8 bilhão de reais para campanha política? Não faz o menor sentido. Os 2 bilhões de reais que vieram do Governo já têm uma correção monetária, que eu acho que é o que se deve fazer. Já há um aumento de quase 300 milhões de reais. Mas dar uma carta-branca ao Deputado Relator para que depois ele possa passar esse valor para 3,8 bilhões de reais é demais.

Eu acho que temos de votar essa emenda. Eu peço, na minha emenda, que se suprima o item 12.1 do relatório preliminar do Projeto de Lei Orçamentária Anual — PLOA 2020.

Esse é meu pedido, Sr. Presidente.





CONGRESSO NACIONAL
Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização

O SR. PRESIDENTE (Marcelo Castro. MDB - PI) - Muito bem, nobre Senador Oriovisto.

Gostaria de esclarecer que, apesar de estarmos dando esse poder ao Relator Domingos Neto, será votado aqui o que ele propuser. Nós poderemos aqui, na CMO, aprovar ou não. É isso que nós vamos fazer. Não vai sair daqui nada que seja só da cabeça dele. Tudo que ele fizer no relatório dele vai ter que passar pelo crivo da CMO e, depois, pelo Congresso Nacional.

O SR. ORIOVISTO GUIMARÃES (PODEMOS - PR) - Sr. Presidente, V.Exa. me permite uma tréplica?

O SR. PRESIDENTE (Marcelo Castro. MDB - PI) - Pois não, com todo o prazer.

O SR. ORIOVISTO GUIMARÃES (PODEMOS - PR) - No Projeto de Lei de Diretrizes Orçamentárias, nós discutimos a mesma questão. Houve uma tentativa semelhante; o Relator, cujo nome não me lembro agora, foi questionado, e o trecho foi retirado.

Este assunto é tão óbvio e tão claro que eu pediria encarecidamente ao Deputado Domingos Neto que concordasse com a minha observação para que nós nem discutíssemos mais isso aqui. Já foi discutido uma vez aqui na CMO, por ocasião das diretrizes orçamentárias. Voltam à carga, depois voltam à carga de novo. Isso sai nos jornais, denigre a classe política. Nós não podemos mais sequer discutir isso.

Por isso, eu peço que se retire de uma vez por todas esse assunto de pauta. Já há uma correção de 300 milhões de reais, já está bom demais. Não precisamos pensar em mais dinheiro para campanha eleitoral.

O SR. PRESIDENTE (Marcelo Castro. MDB - PI) - O segundo orador inscrito é o Deputado Gilson Marques.

O SR. GILSON MARQUES (NOVO - SC) - Presidente, esse projeto é de muita importância, porque ele define em que serão alocados os recursos do ano seguinte. Todo ano é feita essa programação.

Vivemos um momento em que a todo instante tentamos convencer as pessoas de que nós precisamos fazer economia e de que o dinheiro público é de todo mundo. Usamos essa justificativa na votação da reforma da Previdência, na discussão da regra de ouro hoje na CCJ e na apreciação de outras muitas matérias de contingenciamentos e economia. Na contramão disso, conforme disse o nobre





CONGRESSO NACIONAL
Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização

Senador que me antecedeu, estamos aumentando o fundo eleitoral em 1,8 bilhão de reais.

Vejam bem, eu não utilizei, não vou utilizar, o Partido Novo não deseja fundo eleitoral e é contra fundo eleitoral e fundo partidário, tanto que não os usa, até porque quem tem que financiar isso são as pessoas que concordam com aquele partido ou aquela ideologia. Não pode haver um pagamento compulsório, obrigatório, para que o montante seja distribuído entre todos os Parlamentares e partidos. Aliás, todo mundo, mesmo que não saiba, financia ao mesmo tempo o PT e o PSL, o que não faz sentido algum.

Vencida esta discussão, se se admitir fazer fundo eleitoral e fundo partidário, é o custo da democracia — um baita custo. Thomas Sowell diz que por mais que um político fale em solidariedade, ele jamais será solidário com o pagador de imposto. Isso é lamentável, porque, mesmo que se admita esse custo da democracia, a ser pago pelo bolso dos outros, ainda assim é um absurdo, porque não há limite. Eram 2 bilhões de reais. Ontem, queriam aprovar propaganda eleitoral partidária. Graças a Deus, não conseguiram — parabéns aos Senadores que a derrubaram. A Câmara está passando vergonha. Acontece que não há limite! O valor era de 2 milhões de reais; agora, é de 3,8 bilhões de reais. Mesmo que se admita isso, que se decida que isso é o.k., no ano que vem o valor pode ser de 5 bilhões ou de 6 bilhões de reais. Quantas casas populares, quantos remédios, quanto material escolar é possível comprar com 3,8 bilhões de reais? Há gente morrendo em fila do hospital, mas, não, quer-se aprovar fundo eleitoral, fundo partidário. Para quê? Para eleger pessoas que vêm ao Congresso e, de novo, querem aumentar o próprio dinheiro para fazer campanha. É um círculo vicioso que não tem fim!

De uma vez por todas, este Congresso tem que botar a mão na consciência e entender que governar é alocar recursos, é escolher prioridades. E prioridade é saúde, é segurança, é educação. Se nem para isso há dinheiro, nós vamos pagar santinho, bandeiraço, helicóptero, televisão, rádio, entre outras coisas? A política passou a ser um negócio altamente lucrativo. Os partidos e os Parlamentares negociam a vinda em troca de levarem o fundo eleitoral, o fundo partidário. Virou um negócio! A política não pode ser um negócio. A política tem que ser a representação da população. Pergunte a qualquer um, por exemplo, ao rapaz que está servindo água, se ele prefere ter educação melhor ou se ele prefere que o político tenha mais





CONGRESSO NACIONAL
Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização

dinheiro para fazer propaganda para roubar mais dele ainda. É inadmissível. Isto aqui é um absurdo!

Nós temos que juntar forças. A boa política, a nova política, é isto: é cuidar do dinheiro do pagador de imposto, porque é o dinheiro do pagador de imposto que sustenta esta classe política. Nós somos servidores, servimos à população. Se o Parlamentar ou o Estado se serve e se lambuza de dinheiro público, não está representando a população, não está fazendo o serviço para o qual foi eleito. Aliás, está fazendo justamente o contrário, porque está tirando a saúde, está matando as pessoas, e, o que é pior, de forma legal, previsível, eu diria premeditada, porque isso está no Orçamento do ano seguinte, ano eleitoral. É inadmissível!

Eu peço aos caros Parlamentares que concordam com esse absurdo que é o fundo eleitoral, o fundo partidário, que, pelo menos, estabeleçam um limite razoável, porque 3,8 bilhões de reais é um escárnio, é um escárnio a uma população que precisa trabalhar mais e pagar mais para se aposentar, num país em que estão contingenciados os gastos com saúde, segurança e educação, em que há emendas não cumpridas há anos, em que há gente morrendo em estradas. "Não" a esta proposta!

Por isso, Presidente, de novo eu insisto com os Parlamentares. Estou aqui com a maioria da bancada do Partido Novo para me ajudar nessa briga.

Parabenizo de novo o nobre Senador.

Muito obrigado, Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Marcelo Castro. MDB - PI) - Tem a palavra a nobre Deputada Adriana Ventura.

A SRA. ADRIANA VENTURA (NOVO - SP) - Obrigada, Sr. Presidente. Eu gostaria de saudar a todos desta Comissão.

Eu sou da bancada do Partido Novo também, e nossa posição é muito clara. Inclusive, eu não vou repetir o que o meu colega Deputado Gilson Marques falou — e o fez de uma maneira bem incisiva. Quero também elogiar a fala do Senador que nos antecedeu.

Na verdade, eu quero falar agora sobre as falácias do fundo eleitoral, porque muitas vezes nós somos acusados de agir com demagogia e hipocrisia. Somos chamados de partido dos banqueiros, mas eu fui eleita e não recebi 1 centavo de banqueiro nenhum. Eu não estou aqui defendendo banqueiro nem rico nenhum.





CONGRESSO NACIONAL
Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização

E eu gostaria de afirmar, com todas as letras, de maneira bem transparente, que eu acho que o fundo eleitoral é o que mais promove desigualdade no nosso País. Esse dinheiro é usado de uma maneira não clara e não transparente. A desculpa usada é que isso promove acesso e democracia; a desculpa usada é que isso permite um tratamento igualitário, mas de igualitário não tem nada. Sabemos que esse dinheiro público é usado sem nenhuma regra clara de distribuição. Nós sabemos que, por exemplo, um Deputado Federal pode receber 2,5 milhões de reais para fazer uma campanha, o que é um absurdo, enquanto outro concorrente do mesmo partido não ganha quase nada, ganha 10 mil, 20 mil ou 50 mil, para ficar quieto. Isso não é promover acesso, isso não é democracia, isso não é promover igualdade.

Outra coisa que eu também gostaria de falar é que nós sabemos que, nas eleições de hoje, o fator dinheiro é um dos grandes determinantes de sucesso. Está na hora de mudarmos essa forma de financiamento. Está na hora de nós pararmos de achar que estamos dando oportunidade e trazendo acesso ao sistema eleitoral. Essa é uma maneira desleal, é uma maneira desigual de fazer isso. Além disso, é um jogo de cartas marcadas, porque a única coisa que esse aumento de fundo eleitoral faz é promover a perpetuação no poder. Hoje, quem recebe e quem manda nesse dinheiro determina quem vai ser eleito e quanto cada um vai receber, garantindo essa perpetuação ingrata de quem faz a lei, aprova a lei e decide o que se vota e o que se ganha.

Então, quanto mais dinheiro for aprovado para esse fundo, mais desigualdade haverá. Como meu colega Deputado Gilson Marques falou muito bem, isso é um poço sem fundo. O valor era 1,6 bilhão de reais; ameaçaram aumentar, baixaram; o valor virou 2 bilhões de reais e, agora, é de 3,8 bilhões de reais. Isso é um escárnio. É um absurdo usar o dinheiro do povo brasileiro para isso. Quais são as nossas prioridades aqui? Daqui a pouco nós vamos discutir lá no plenário saneamento: 100 milhões de brasileiros não têm acesso a coleta de esgoto, e nós estamos aqui aumentando fundo eleitoral. Isso é uma vergonha!

Esta Casa precisa achar um modelo adequado, outro caminho. Com a crise que vivemos, com um mundo de desempregados e com o Brasil nos últimos lugares do Programa Internacional de Avaliação de Alunos — PISA, a nossa responsabilidade aqui é definir prioridades.





CONGRESSO NACIONAL
Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização

Meu último pedido nesta minha fala é que a prioridade seja o que importa e que a prioridade seja promover educação e saúde para a nossa população. Tenhamos a transparência e a coragem — este é o pedido que eu faço para os senhores que fazem parte desta Comissão — de pelo menos fazer uma votação nominal. Não se escondam através de uma votação simbólica. Eu falo isso como Parlamentar, eu falo isso como uma cidadã brasileira que quer saber como cada um desta Comissão votou. Se nós vamos sangrar a população, que todo mundo aqui tenha a coragem de mostrar o rosto.

Muito obrigada, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Marcelo Castro. MDB - PI) - Obrigado, nobre Deputada.

Vamos ao próximo inscrito.

O SR. LUCAS GONZALEZ (NOVO - MG) - Presidente, eu quero fazer a proposta que havia feito a V.Exa.

O SR. PRESIDENTE (Marcelo Castro. MDB - PI) - Pois não, nobre Deputado Lucas Gonzalez.

O SR. LUCAS GONZALEZ (NOVO - MG) - Para darmos sequência aos trabalhos da Comissão, cumprindo o acordo que foi feito na sala de Líderes, e avançarmos no tempo, nós já pinçamos o destaque do Partido Novo, que será votado em separado. Na votação do destaque do Partido Novo especificamente, meu colega Deputado Alexis Fonteyne, membro da Comissão, e eu, como titular do NOVO, junto com o Líder, defenderemos o nosso destaque.

Essa é a proposta.

O SR. PRESIDENTE (Marcelo Castro. MDB - PI) - Perfeito.

Srs. Parlamentares, o art. 139, § 2º, da Resolução nº 1, de 2006, do Congresso Nacional, estabelece que não será aceita solicitação para votação em separado de destaque após aprovação de requerimento para votação em globo dos destaques.

Sendo assim...

O SR. LUCAS GONZALEZ (NOVO - MG) - Presidente, eu pedi que fosse pinçado o nosso destaque.

O SR. CLAUDIO CAJADO (Bloco/PP - BA) - Sr. Presidente, seria possível, então, pinçar esse destaque para que seja votado nominalmente, em separado, e votar os demais em globo, sem votação nominal?

O SR. LUCAS GONZALEZ (NOVO - MG) - Esse é o nosso acordo.





CONGRESSO NACIONAL
Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização

O SR. CLAUDIO CAJADO (Bloco/PP - BA) - Pronto, fazemos o acordo assim, Presidente. *(Pausa.)*

O SR. LUCAS GONZALEZ (NOVO - MG) - Sr. Presidente, eu quero reiterar o acordo.

O SR. PRESIDENTE (Marcelo Castro. MDB - PI) - Sendo assim, solicito autorização do Plenário para proceder à votação em globo dos destaques, à exceção do Destaque nº 4, de autoria do nobre Deputado Lucas Gonzalez, do NOVO.

A proposta para votação em globo dos destaques por tipo de voto do Relator está em votação na representação da Câmara dos Deputados.

Os Srs. Parlamentares que a aprovam permaneçam como se acham. *(Pausa.)*

Aprovada.

Em votação na representação do Senado Federal.

Os Srs. Parlamentares que a aprovam permaneçam como se acham. *(Pausa.)*

Aprovada.

Passamos à votação em globo do voto do Relator pela rejeição dos destaques — então, todos os destaques estão sendo votados em globo, à exceção do Destaque nº 4.

Em votação na representação da Câmara dos Deputados.

Os Srs. Parlamentares que aprovam permaneçam como se acham. *(Pausa.)*

Aprovado.

O SR. ORIOVISTO GUIMARÃES (PODEMOS - PR) - Sr. Presidente, peço só um esclarecimento: quando V.Exa. coloca em votação todos os destaques, V.Exa. está englobando o meu destaque, o Destaque nº 5?

O SR. PRESIDENTE (Marcelo Castro. MDB - PI) - Sim.

O SR. ORIOVISTO GUIMARÃES (PODEMOS - PR) - Então, eu vou ter que votar contra todos os destaques.

O SR. PRESIDENTE (Marcelo Castro. MDB - PI) - O destaque de V.Exa. é igual ao do Deputado Lucas Gonzalez.

O SR. ORIOVISTO GUIMARÃES (PODEMOS - PR) - Então está bem.

O SR. PRESIDENTE (Marcelo Castro. MDB - PI) - Em votação na representação do Senado Federal.

Os Srs. Parlamentares que aprovam permaneçam como se acham. *(Pausa.)*





CONGRESSO NACIONAL
Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização

Aprovado.

A SRA. DRA. SORAYA MANATO (PSL - ES) - Sr. Presidente, peço que registre o meu voto contrário, porque eu também tenho um destaque.

O SR. PRESIDENTE (Marcelo Castro. MDB - PI) - Pois não.

Os destaques, então, foram rejeitados.

Remanesceu o Destaque nº 4, de autoria do nobre Deputado Lucas Gonzalez. Conforme acordo, os membros do NOVO têm a palavra para defender o seu destaque. O Líder, o Deputado Marcel Van Hattem, está inscrito, assim como o Deputado Alexis Fonteyne e o autor, o Deputado Lucas Gonzalez. Conforme o acordo, vai ser liberada a fala para a defesa do destaque.

O SR. LUCAS GONZALEZ (NOVO - MG) - V.Exa. vai fazer a votação nominal de ofício, Presidente, como foi falado pelo Líder do Governo, o Deputado Cajado?

O SR. PRESIDENTE (Marcelo Castro. MDB - PI) - Nós vamos votar o requerimento de solicitação de votação nominal.

O SR. CLAUDIO CAJADO (Bloco/PP - BA) - Eu estou na expectativa de que V.Exa. tenha um número de apoio.

O SR. LUCAS GONZALEZ (NOVO - MG) - Eu fiz o acordo para nós avançarmos na proposta.

O SR. CLAUDIO CAJADO (Bloco/PP - BA) - Pelo que eu estou vendo, V.Exa. terá o apoio.

O SR. LUCAS GONZALEZ (NOVO - MG) - Perfeitamente.

O SR. CLAUDIO CAJADO (Bloco/PP - BA) - Mas vamos discutir. Inclusive, Presidente, eu sugiro a quem queira discutir o relatório do Deputado Domingos que o faça neste momento, para nós otimizarmos o uso do tempo. Votando este destaque, nós suspenderíamos, encerraríamos a reunião.

O SR. PRESIDENTE (Marcelo Castro. MDB - PI) - Perfeito.

Tem a palavra o Deputado Alexis Fonteyne.

O SR. ALEXIS FONTEYNE (NOVO - SP) - Presidente, como foi muito bem falado pelo Senador Oriovisto Guimarães, pelo Deputado Gilson Marques e pela Deputada Adriana Ventura, este montante que nós estamos apreciando aqui, ao qual o Partido Novo é absolutamente contrário, é um valor muito, mas muito alto, em um país que está precisando de absolutamente tudo.





CONGRESSO NACIONAL
Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização

Se o valor promovesse, pelo menos, mais oportunidades a entrantes para a política, para podermos melhorar a representatividade, nós teríamos uma boa razão para aprová-lo. Mas não é isso o que acontece. Esses recursos continuam indo para Deputados ou para outros que já estão na política, não havendo qualquer destinação para renovação. Nós sabemos como acontece, dentro dos partidos políticos, a definição dos recursos para as campanhas. Então, nós não estamos promovendo nenhuma inclusão. Não está havendo uma igualdade na distribuição desse recurso. Sabemos que o dinheiro vai para os atuais mandatários, aqueles que já têm representação dentro dos partidos.

Além disso, Presidente, nós temos que observar a facilidade com que se aprovam bilhões e bilhões de reais para campanhas políticas. Não é nem de longe o que acontece com o saneamento básico, a educação, a segurança, que precisam de recursos, têm necessidade deles, e é uma peleja conseguir esses recursos. Não é possível que aproveemos esse tipo de recurso para mais campanhas eleitorais. É um saco sem fundo, como se falava; é um buraco negro de recursos públicos indo para campanhas. A população concorda com isso? Aqueles que nós representamos sabem que V.Exas. estão aprovando isso? O Partido Novo é absolutamente contra. O que precisamos fazer é defender o dinheiro público com respeito, para que seja muito bem destinado.

Portanto, o Partido Novo não concorda com a destinação desses recursos e solicita que os Deputados e Senadores que estão aqui presentes votem contra a aprovação disso.

Muito obrigado.

O SR. MARCEL VAN HATTEM (NOVO - RS) - Sr. Presidente, peço a palavra pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (Marcelo Castro. MDB - PI) - Pois não, nobre Deputado Marcel.

O SR. MARCEL VAN HATTEM (NOVO - RS) - Sr. Presidente, foi falado há pouco pelo Deputado Cajado que deveríamos agilizar a votação, que haveria votação nominal, e ninguém mais debateu o assunto. Havia, na hora, Deputados que nos apoiariam e que já não estão mais aqui, foram para uma CPMI, a das *fake news*.





CONGRESSO NACIONAL
Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização

Eu acredito, Sr. Presidente, que V.Exa. já poderia deixar consignado que a votação vai ser nominal, sem se votar o requerimento, porque isso foi dito na mesa. Nós, desde o início, estamos colaborando, assim como V.Exa., que, aliás, é sempre muito generoso com o tempo. Não obstruímos nada. Na vez passada, a reunião foi mais tumultuada. Desta vez, nós estamos procedendo da melhor forma possível. Eu só gostaria de pedir a V.Exa. sensibilidade, para que já anunciasse que a votação será nominal, senão nós vamos ter que, de novo, ir chamar aqueles que aqui estavam para nos apoiar, quando já foi dito que a votação seria nominal.

Peço isso só para todos aqui nos tranquilizarmos e não precisarmos fazer toda uma mobilização, que, a meu juízo, é completamente desnecessária, tendo já sido consignada a votação nominal pela Mesa Diretora.

O SR. CLAUDIO CAJADO (Bloco/PP - BA) - Peço a palavra pela ordem, Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Marcelo Castro. MDB - PI) - Pois não, Deputado Cajado.

O SR. CLAUDIO CAJADO (Bloco/PP - BA) - Quando eu usei da palavra, eu não fiz o acordo para que houvesse votação nominal, porque V.Exa. e o Deputado Lucas mesmo disseram que havia apoio para isso.

Porém, se V.Exa. fizer um acordo de procedimento para a discussão — eu vejo que, à exceção do Partido Novo, talvez do Cidadania e de algum outro partido, nós poderíamos fazê-la com a inscrição de dois Deputados a favor e dois Deputados contrários —, nós encerraríamos a discussão e procederíamos à votação nominal.

O SR. MARCEL VAN HATTEM (NOVO - RS) - Nós ainda temos dois inscritos, de qualquer maneira: o Deputado Lucas Gonzalez, que é o autor, e eu, que vou falar como Líder. Não sei se o Deputado Paulo Ganime gostaria de falar ainda pelo NOVO. Foi consignado que todos os Deputados do NOVO fariam. Se o Deputado Paulo Ganime puder falar, para nós está ótimo. Eu não sei se alguém vai querer falar contra. Há três Deputados para falar. E eu não preciso de 5 minutos. Estou aqui para a votação nominal.

O SR. EDMILSON RODRIGUES (PSOL - PA) - Eu gostaria de me manifestar sobre o destaque do Partido Novo.

O SR. MARCEL VAN HATTEM (NOVO - RS) - Contra ele?

O SR. EDMILSON RODRIGUES (PSOL - PA) - A favor do destaque.





CONGRESSO NACIONAL
Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização

O SR. MARCEL VAN HATTEM (NOVO - RS) - O tempo de 3 minutos é suficiente?

O SR. CLAUDIO CAJADO (Bloco/PP - BA) - V.Exa. pede isso em relação à votação na Câmara, não é?

O SR. MARCEL VAN HATTEM (NOVO - RS) - Na Câmara.

O SR. CLAUDIO CAJADO (Bloco/PP - BA) - Só na Câmara, com dois oradores favoráveis e dois contrários. É esse o acordo. Trata-se de um acordo.

O SR. MARCEL VAN HATTEM (NOVO - RS) - Está bem, nós vamos pedir a votação nominal, e só dois falam a favor.

O SR. CLAUDIO CAJADO (Bloco/PP - BA) - O.k.

O SR. MARCEL VAN HATTEM (NOVO - RS) - O Senado resolve sobre a votação no Senado. Se no Senado houver apoio para a votação nominal... Mas, na Câmara, isso já está resolvido.

O SR. ORIOVISTO GUIMARÃES (PODEMOS - PR) - O Senado também quer a votação nominal, Sr. Presidente.

O SR. CLAUDIO CAJADO (Bloco/PP - BA) - Mas não há apoio. O acordo é em relação à votação na Câmara. No Senado, não há acordo.

O SR. LUCAS GONZALEZ (NOVO - MG) - Só para deixar claro...

O SR. PRESIDENTE (Marcelo Castro. MDB - PI) - O Regimento determina que um Líder pode requerer a votação nominal. Está aqui o requerimento do Deputado Marcel solicitando votação nominal. O Regimento manda que eu submeta ao Plenário o requerimento daquele Líder que pediu. Então, eu sou obrigado a submeter o requerimento à votação.

O SR. MARCEL VAN HATTEM (NOVO - RS) - Se houver acordo para fazer a votação nominal do destaque, nós retiramos o requerimento sem problema. Esse é o ponto. Retirado o requerimento, faz-se a votação do destaque nominalmente.

O SR. PRESIDENTE (Marcelo Castro. MDB - PI) - Consulto os Líderes sobre a existência de acordo para votação nominal. Se houver acordo, não o objeto em nada. *(Pausa.)*

O SR. MARCEL VAN HATTEM (NOVO - RS) - Ninguém se manifestou contrariamente. Creio que há acordo, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Marcelo Castro. MDB - PI) - Tem a palavra o Deputado Dagoberto Nogueira.





CONGRESSO NACIONAL
Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização

O SR. DAGOBERTO NOGUEIRA (PDT - MS) - Eu acho que vai ser decidido no voto se vai haver ou não votação nominal.

O SR. MARCEL VAN HATTEM (NOVO - RS) - Não, mas o acordo é para nós retirarmos...

O SR. PRESIDENTE (Marcelo Castro. MDB - PI) - A minha obrigação como Presidente é cumprir o Regimento.

O SR. DAGOBERTO NOGUEIRA (PDT - MS) - Mas ele não está requerendo? Ponha em votação de acordo com quem requereu.

O SR. PRESIDENTE (Marcelo Castro. MDB - PI) - O que o Regimento manda? Que eu submeta à representação da Câmara...

O SR. LUCAS GONZALEZ (NOVO - MG) - Não há acordo, Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Marcelo Castro. MDB - PI) - Não há acordo. Não havendo acordo, eu sou obrigado a submeter...

O SR. LUCAS GONZALEZ (NOVO - MG) - Deixe-me esclarecer. Havia nove destaques sobre a mesa e vários inscritos para falar. Inclusive, poderíamos usar o Regimento para que dois Deputados falassem contra e dois Deputados a favor de cada um dos destaques, o que levaria algumas horas desta sessão.

Fizemos um acordo para votar em globo a rejeição de oito destaques, o que foi aprovado aqui, em 5 minutos, para sobrar apenas o destaque do Partido Novo na condição de ser votação nominal. E esse acordo foi feito. Agora, V.Exa. está voltando atrás para ver se não vai ter votação nominal.

O SR. PRESIDENTE (Marcelo Castro. MDB - PI) - Não, pelo amor de Deus! Eu não estou voltando atrás em nada.

O SR. MARCEL VAN HATTEM (NOVO - RS) - Então, já retira o nosso requerimento e...

O SR. LUCAS GONZALEZ (NOVO - MG) - E já faz votação nominal.

O SR. PRESIDENTE (Marcelo Castro. MDB - PI) - Em nenhum momento eu falei aqui em votação nominal. Eu tenho que cumprir o Regimento. Não há outra maneira de eu fazer isso.

O SR. DAGOBERTO NOGUEIRA (PDT - MS) - Sr. Presidente, foram eles que requereram.

O SR. CLAUDIO CAJADO (Bloco/PP - BA) - Foi uma sugestão. Não houve acordo para ter a votação nominal no quatro, até porque a sugestão que dei, e me





CONGRESSO NACIONAL
Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização

parece que não há consenso, é que nós faríamos desse destaque de sua autoria uma discussão, para encerrarmos todas as discussões posteriores. Porém, não está havendo consenso no plenário.

Então o Presidente vai botar em votação, para ver se isso procede ou não, e V.Exa. vai dar a sequência normal.

O SR. LUCAS GONZALEZ (NOVO - MG) - Então, por que eu fui até à Mesa propor o acordo para já irmos ao voto dos oito em globo?

O SR. CLAUDIO CAJADO (Bloco/PP - BA) - Para que o quatro ficasse na exceção. Saiu do bloco do acordo geral.

O SR. LUCAS GONZALEZ (NOVO - MG) - Deputado Cajado, isso já estava pensado. Já tem o apoio também...

O SR. CLAUDIO CAJADO (Bloco/PP - BA) - O quatro ficou fora do global. Vai ser uma discussão específica.

O SR. MARCEL VAN HATTEM (NOVO - RS) - De qualquer maneira, chegou o nosso apoio aqui.

Mas, Sr. Presidente, eu quero lamentar que, no momento em que nós demos todo o acordo para dar celeridade, o Deputado Claudio Cajado falou em votação nominal — podem consultar as notas taquigráficas —, e ninguém disse nada em contrário. Fizeram a votação em globo e, quando chegou a vez do nosso destaque, mudou-se o entendimento. Mas tudo bem. Vamos adiante, porque chegou o nosso apoio. Está tudo certo. Está tudo certo. Vamos adiante. Está resolvido.

O SR. PRESIDENTE (Marcelo Castro. MDB - PI) - Eu ia exatamente propor a V.Exa. um prazo, um tempo, para chegarem os apoios de que V.Exa. precisa, mas, em nenhum momento — e eu quero que isso fique claro para o Plenário —, eu falei aqui, eu concordei com votação nominal, porque...

O SR. MARCEL VAN HATTEM (NOVO - RS) - Talvez V.Exa. não tenha ouvido o que disse o Deputado Claudio Cajado. Talvez outros não mais.

O SR. PRESIDENTE (Marcelo Castro. MDB - PI) - Eu ouvi! Eu ouvi o que S.Exa. disse!

O SR. CLAUDIO CAJADO (Bloco/PP - BA) - Espere aí. Não bote palavras em minha boca, Deputado Marcel. Eu disse que achava que teria nominal, porque V.Exas. deveria ter os apoios. Eu não fiz o acordo em cima da votação nominal. Eu achava que sim.





CONGRESSO NACIONAL
Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização

O SR. PRESIDENTE (Marcelo Castro. MDB - PI) - Está esclarecido que eu não fiz acordo. Eu estou cumprindo o Regimento, só que...

O SR. LUCAS GONZALEZ (NOVO - MG) - Havia uma expectativa de um possível acordo. Vamos adiante.

O SR. PRESIDENTE (Marcelo Castro. MDB - PI) - Então vamos em frente.

Requerimento de autoria do Deputado Marcel para votação nominal do Destaque nº 4. Então eu vou submeter...

O SR. MARCEL VAN HATTEM (NOVO - RS) - Eu requeiro a retirada desse requerimento, para que nós façamos diretamente com o apoio à votação do destaque, à verificação depois do voto.

O SR. PRESIDENTE (Marcelo Castro. MDB - PI) - Tudo bem. Então eu vou colocar em votação.

O SR. MARCEL VAN HATTEM (NOVO - RS) - Só gostaria de, antes, usar a palavra para discutir o destaque.

O SR. PRESIDENTE (Marcelo Castro. MDB - PI) - Em votação o Destaque nº 4, na representação da Câmara...

O SR. MARCEL VAN HATTEM (NOVO - RS) - Só que há antes a discussão. Há duas discussões. O Lucas e eu ainda estamos inscritos para discutir o destaque, antes da votação. Foi garantido que todos poderiam discutir o destaque.

O SR. PRESIDENTE (Marcelo Castro. MDB - PI) - Não, tudo bem.

O SR. MARCEL VAN HATTEM (NOVO - RS) - Eu vou discutir o destaque, o Lucas vai discutir. Se mais alguém quisesse, poderia usar...

O SR. PRESIDENTE (Marcelo Castro. MDB - PI) - O acordo de que participei é que eu deixaria...

O SR. MARCEL VAN HATTEM (NOVO - RS) - Isso.

O SR. PRESIDENTE (Marcelo Castro. MDB - PI) - ...discutir à vontade, até os esclarecimentos.

Então, com a palavra o Deputado Marcel Van Hattem.

O SR. MARCEL VAN HATTEM (NOVO - RS) - Obrigado, Presidente.

Eu gostaria de dizer que o Partido Novo segue vigilante — por isso, a bancada inteira está aqui, durante esta reunião da Comissão Mista de Orçamento que V.Exa. preside —, para, mais uma vez, dizer que não concordamos com a existência do Fundo Eleitoral; muito menos, neste momento de crise, que ele seja ainda





CONGRESSO NACIONAL
Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização

aumentado para 3,8 bilhões de reais. O valor gasto em campanhas políticas, na eleição passada, de 1,7 bilhão, já foi absurdo. E a população demonstrou, inclusive nas urnas, que esse dinheiro aplicado em campanhas eleitorais muitas vezes não se reverte, diria eu até felizmente, em votos, pois muitos não se reelegeram, ou se elegeram com todo esse dinheiro público investido, enquanto tantos outros, em épocas de redes sociais, de campanha mais próxima do cidadão, conseguiram chegar a esta Casa Legislativa, a Câmara dos Deputados, e também ao Senado.

Mas, não obstante os dados, não obstante a vida real, vê-se, mais uma vez, uma tentativa de aumentar o fundo. Consta do relatório que temos em mãos, do Deputado Domingos Neto, o ponto 12, inciso I — que queremos retirar —, permitindo que haja alocação de outras dotações para o fundo eleitoral, ampliando-o em mais 1,8 bilhão. E viemos a saber, inclusive, que os recursos que serão aplicados no Fundo Eleitoral virão dos dividendos, dos lucros das estatais.

Em primeiro lugar, isso confirma aquilo que o NOVO sempre disse: não precisava mudar o percentual das emendas de bancada, que continua o mesmo, com ou sem veto, porque não era ali que estaria a possibilidade de mudança do Fundão. A possibilidade vinha do *caput*, que falava em “*ao menos equivalente à soma dos dois incisos*”, permitindo, portanto, que se buscasse dinheiro de qualquer outra fonte para incluir no Fundão. Mas, talvez não surpreendentemente, Deputado Alexis, esse dinheiro vem dos lucros das estatais. Justamente a última defesa que fazem aqueles que defendem as estatais é de que elas dão lucro, portanto, não poderiam ser privatizadas, são estratégicas. Estratégicas para quê? Para gerar lucro e reverter em campanha política. Antes, roubavam das estatais — e aí estão as operações a comprovar — para pagar campanha política. Agora, a transferência dos lucros das estatais está sendo legalizada por esta Comissão.

Nós somos contra e pedimos o voto favorável ao destaque do NOVO, para que esse fundo não seja aumentado. Queremos a sua extinção e por isso, inclusive, já propusemos projeto de lei.

O SR. PRESIDENTE (Marcelo Castro. MDB - PI) - Com a palavra o nobre Deputado Lucas Gonzalez.

O SR. LUCAS GONZALEZ (NOVO - MG) - Sr. Presidente, obrigado.





CONGRESSO NACIONAL
Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização

Antes do encaminhamento sobre o destaque, quero deixar claro também que V.Exa. conduziu tudo de forma muito clara, muito objetiva. Talvez tenha havido um erro também da minha parte.

Portanto, talvez houvesse, em parceria com o Deputado Claudio Cajado, Líder do Governo aqui na Comissão do Orçamento, uma expectativa de um possível acordo de votação nominal de ofício. Houve essa discordância. Então fica aqui tudo tranquilo para darmos sequência.

Em relação ao nosso destaque, Presidente, a minha colega Adriana Ventura, o Deputados Marcel Van Hattem, Alexis Fonteyne, Gilson Marques e outros colegas do Partido Novo já falaram dos nossos argumentos e posicionamentos totalmente contra o Fundo Eleitoral. O Fundo Eleitoral enviado pelo Governo é de 2 bilhões de reais, e, como se já não fosse uma aberração, está sendo aumentado para 3,8 bilhões de reais! E é importante que cada brasileiro e cada brasileira ao redor deste País continental, que passa por tantos desafios na saúde, educação, segurança, empregabilidade, saiba que nós nesta tarde estamos decidindo — e o NOVO não, com o apoio de outros Parlamentares — destinar 3,8 bilhões de reais para os partidos políticos, dando um sinal claro de que as eleições municipais são mais importantes para nós aqui nesta Comissão do que o povo brasileiro.

O NOVO é contrário a isso. Por isso, nós defendemos de forma veemente e seremos incansáveis, Presidente, nos próximos 3 anos, no próximo mandato e depois do próximo mandato — talvez não meu, mas de outros colegas do Partido Novo, e tenho certeza de que também de outros partidos —; seremos incansáveis em acabar com essa aberração chamada Fundo Eleitoral de 3,8 bilhões de reais, que poderiam ser destinados para tantas outras coisas e estão sendo destinados para partidos políticos.

Presidente, é uma vergonha, porque sou mais o novo aqui nesta Comissão ou um dos mais novos, e um dos propósitos que me motivaram para a vida pública e para a vida política é resgatar a honra do que é ser um político no Brasil, a honra do que é servir ao povo brasileiro, a honra do que é representar a democracia no nosso País.

E aqui nós estamos votando para destinar 3,8 bilhões de reais para os nossos partidos. Estamos fomentando essa tristeza que é representar o povo brasileiro no Congresso Nacional, uma vez que alimentamos só a nós mesmos. Nós temos a





CONGRESSO NACIONAL
Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização

oportunidade de resgatar a honra do que é ser um político num País chamado Brasil, e isso se dá aprovando o destaque do Partido Novo contra o Fundo Eleitoral de 3,8 bilhões de reais.

O NOVO, repito, será incansável para acabarmos com Fundo Eleitoral.

Obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Marcelo Castro. MDB - PI) - Sendo assim, vamos colocar em votação.

O SR. EDMILSON RODRIGUES (PSOL - PA) - Presidente...

O SR. PRESIDENTE (Marcelo Castro. MDB - PI) - Pois não, Deputado.

O SR. EDMILSON RODRIGUES (PSOL - PA) - Quero orientar o voto, então. Pode ser? Por 1 minuto?

Apenas quero dizer que, com argumentos diferentes, o PSOL apoia a proposta do NOVO. Eu creio que a democracia é necessária e tem valor estratégico. A democracia, no entanto, é cara.

Não podemos fazer concessão ao senso comum e alimentar a criminalização da Justiça, do Ministério Público e da política, porque é muito fácil dizer: "*O Deputado ganha 1 milhão por mês.*" Aí coloca o salário de tudo quanto é funcionário, os gastos gerais com mandato mais o salário de Deputado. Isso acaba jogando a população contra a política.

A criminalização interessa a quem quer um regime autoritário, fascista. Não quero dizer que é o caso do NOVO, mas de quem tem uma visão radical em termos liberais. Nós achamos que, por ser necessária, exige investimento público, porque o financiamento privado de campanha tem gerado uma situação em que os políticos servem às empresas, e não ao povo. Daí a importância do financiamento público.

Agora, num momento de crise, ampliar em 1,8 bilhão os recursos do fundo, realmente, não tem nenhuma justificativa.

Nesse sentido, nós apoiamos aqui e encaminhamos a favor do destaque do NOVO.

Obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Marcelo Castro. MDB - PI) - Vamos, então, colocar em votação o destaque do Partido Novo. É o Destaque nº 4, de autoria do nobre Deputado Lucas Gonzalez.





CONGRESSO NACIONAL
Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização

Na representação da Câmara dos Deputados, os Srs. Parlamentares que rejeitam o destaque permaneçam como se acham. Evidentemente, os que são a favor se manifestem. *(Pausa.)*

Rejeitado o destaque.

O SR. LUCAS GONZALEZ (NOVO - MG) - Verificação, Presidente.

O SR. FILIPE BARROS (PSL - PR) - Apoiado pelo PSL, Presidente.

Verificação.

O SR. EDMILSON RODRIGUES (PSOL - PA) - Verificação, Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Marcelo Castro. MDB - PI) - Quem apoia a verificação?

O SR. FILIPE BARROS (PSL - PR) - O PSL, o PSOL e o NOVO.

O SR. EDMILSON RODRIGUES (PSOL - PA) - Apoiado pelo PSOL.

O SR. PRESIDENTE (Marcelo Castro. MDB - PI) - Vamos dizendo os nomes aí.

O SR. LUCAS GONZALEZ (NOVO - MG) - Lucas Gonzalez pediu verificação. O Deputado Alexis Fonteyne, suplente da Comissão, apoia. O PSOL apoia, o PSL apoia.

O SR. CLAUDIO CAJADO (Bloco/PP - BA) - Qual parte do PSL apoia? *(Risos.)*

O SR. PRESIDENTE (Marcelo Castro. MDB - PI) - Nós precisamos...

O SR. LUCAS GONZALEZ (NOVO - MG) - São necessários um mais quatro. *(Pausa.)*

Não, o Líder representa os três do PSL.

O SR. FILIPE BARROS (PSL - PR) - NOVO, um; PSOL, um; PSL, três. São cinco. *(Pausa.)*

O SR. PRESIDENTE (Marcelo Castro. MDB - PI) - Edmilson Rodrigues...

O SR. LUCAS GONZALEZ (NOVO - MG) - Aproveito para agradecer ao Deputado Filipe Barros e ao Deputado Edmilson Rodrigues pelo apoio ao nosso destaque e também ao Senador Oriovisto Guimarães.

O SR. PRESIDENTE (Marcelo Castro. MDB - PI) - Perfeito.

Então, para melhor atendimento aos arts. 136 da Resolução nº 1, de 2006, do Congresso Nacional, e 293, inciso X, do Regimento Interno do Senado Federal, o requerente, Deputado Lucas Gonzalez, e os quatro apoiadores, Felipe Francischini,





CONGRESSO NACIONAL
Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização

Filipe Barros, Soraya Manato e Edmilson Rodrigues, deverão assinalar voto que conte com o quórum, isto é, não poderão registrar obstrução.

Está aberta a votação nominal na Câmara dos Deputados.

O SR. LUCAS GONZALEZ (NOVO - MG) - Presidente, só para esclarecer: quem vota a favor do destaque do NOVO vota...

O SR. PRESIDENTE (Marcelo Castro. MDB - PI) - Vota "sim".

O SR. LUCAS GONZALEZ (NOVO - MG) - "Sim".

Obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Marcelo Castro. MDB - PI) - Vai ser no painel.

O SR. FILIPE BARROS (PSL - PR) - Sr. Presidente, quero deixar registrado que eu gosto muito de ser membro desta Comissão, porque esta Comissão proporciona momentos emocionantes para todos nós. É uma união do NOVO, do PSL e do PSOL. *(Risos.)*

O SR. PRESIDENTE (Marcelo Castro. MDB - PI) - É inacreditável, mas aconteceu!

O SR. DOMINGOS NETO (PSD - CE) - Eu quero só deixar registrado que, dentre os três que são signatários, o PSL, assinado pelo seu Presidente, foi signatário do ofício que solicitou a recomposição do fundo — só para ficar registrado.

O SR. PRESIDENTE (Marcelo Castro. MDB - PI) - Esclarecendo, a votação será no painel. Os Parlamentares que forem a favor do destaque votarão "sim". Os Parlamentares que forem contrários ao destaque obviamente votarão "não". *(Pausa.)*

O SR. ZECA DIRCEU (PT - PR) - Presidente, para auxiliar quem está chegando, pode repetir novamente o procedimento de votação?

O SR. PRESIDENTE (Marcelo Castro. MDB - PI) - Quem vota a favor do destaque apresentado pelo Partido Novo, de autoria do nobre Deputado Lucas Gonzalez, vota "sim". Quem for contrário ao destaque obviamente vota "não".

(Pausa prolongada.)

O SR. PRESIDENTE (Marcelo Castro. MDB - PI) - Como a votação está parada em 24, eu consulto, então, se devemos encerrar.

(Manifestação no plenário: "Não"!)

Por mim, tudo bem. Vamos continuar votando, então.

O SR. LUCAS GONZALEZ (NOVO - MG) - Encerrar ou cancelar, Presidente?





CONGRESSO NACIONAL
Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização

O SR. CLAUDIO CAJADO (Bloco/PP - BA) - Deputado Lucas, olhe o jogo de palavras, viu? V.Exa. está ficando esperto nesses jogos de palavras.

O SR. LUCAS GONZALEZ (NOVO - MG) - É só uma dúvida, Cajado. Estou aprendendo com V.Exa.

(Pausa prolongada.)

O SR. LUCAS GONZALEZ (NOVO - MG) - Presidente, já pode proclamar o resultado, se quiser.

O SR. PRESIDENTE (Cacá Leão. Bloco/PP - BA) - Estamos aguardando o Presidente retornar. Quando S.Exa. voltar, toma a decisão.

(Pausa prolongada.)

O SR. LUCAS GONZALEZ (NOVO - MG) - Deputado Cacá, estamos esperando o Presidente chegar? É que, se abrir a Ordem do Dia, cancelamos isto aqui hoje.

Eu acho que, caso isso aconteça, vai ser lamentável. *(Pausa.)*

O SR. DAGOBERTO NOGUEIRA (PDT - MS) - Deputado Cacá, o Deputado Júnior Mano está chegando aqui em 10 minutos. Pediu para aguardá-lo, para que participe da votação.

O SR. LUCAS GONZALEZ (NOVO - MG) - Não precisa.

O SR. PRESIDENTE (Cacá Leão. Bloco/PP - BA) - Já está iniciado o processo de votação. Segundo o processo regimental, não afeta.

O SR. LUCAS GONZALEZ (NOVO - MG) - Presidente, já há quórum. Eu queria saber se V.Exa. pretende proclamar o resultado e, caso contrário, o que aconteceria com relação à fase de votação se abrir a Ordem do Dia na Câmara.

O SR. ORLANDO SILVA (PCdoB - SP) - Presidente...

O SR. PRESIDENTE (Marcelo Castro. MDB - PI) - Tem a palavra o nobre Deputado Orlando Silva.

O SR. ORLANDO SILVA (PCdoB - SP) - Sr. Presidente, eu quero aproveitar a oportunidade de se ter um quórum bastante elevado da Comissão Mista de Orçamento e, inclusive, a presença do Relator do Orçamento, o Deputado Domingos Neto, para fazer um registro.

Na semana passada, esta Comissão realizou uma audiência pública, ouvindo especialistas, representantes dos trabalhadores do IBGE, pesquisadores da Universidade de São Paulo, da UNICAMP, que baseiam seus trabalhos nos dados





CONGRESSO NACIONAL
Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização

do IBGE. E eu considerei muito importante, Deputado Domingos Neto, a preocupação relativa ao Censo de 2020.

O Brasil tem no censo a sua principal base de informação para o desenvolvimento de políticas públicas e, nos termos em que o Orçamento está projetado para 2020, nós podemos abrir mão de ter um censo preciso, que consiga mapear informações que serão úteis para...

O SR. LUCAS GONZALEZ (NOVO - MG) - Pela ordem, Sr. Presidente.

O SR. ORLANDO SILVA (PCdoB - SP) - Um minuto só; eu vou concluir...

O SR. LUCAS GONZALEZ (NOVO - MG) - Eu só quero um esclarecimento sobre o que acontece com a Ordem do Dia.

O SR. ORLANDO SILVA (PCdoB - SP) - Eu estou me pronunciando. Peço 1 minuto, Presidente.

O SR. LUCAS GONZALEZ (NOVO - MG) - Mas eu perguntei antes, Deputado Orlando Silva.

O SR. ORLANDO SILVA (PCdoB - SP) - Eu acho um desrespeito.

O SR. PRESIDENTE (Marcelo Castro. MDB - PI) - V.Exa. está com a palavra assegurada.

O SR. ORLANDO SILVA (PCdoB - SP) - Eu acho um desrespeito a interrupção da fala de um colega. É um desrespeito a interrupção da fala de um colega.

Presidente, eu vou ser breve. Gostaria apenas de valorizar a audiência pública feita por esta Comissão. É um tema sensível, porque, como disse, é base para a elaboração de políticas públicas; ao mesmo tempo, é base para a pesquisa de vários campos da ciência humana do Brasil.

E eu queria, Deputado Domingos Neto, deixar registrada essa preocupação. Eu queria que V.Exa. levasse em conta que, daqui até o plenário, há um processo de chegada, e eu espero que o IBGE possa ter a sua trajetória, a sua tradição valorizada, e que o Censo de 2020 se dê com as necessidades cumpridas, para que nós possamos atender à necessidade do nosso País.

O SR. PRESIDENTE (Marcelo Castro. MDB - PI) - Vou encerrar a votação.

A votação está encerrada.

Votaram 28 Parlamentares.

"Não", 23; "sim", 5.

O destaque está rejeitado.





CONGRESSO NACIONAL
Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização

Não vai ao Senado Federal.

Portanto, está encerrada a presente reunião.





CONGRESSO NACIONAL
Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização

ATA DA DÉCIMA SÉTIMA REUNIÃO ORDINÁRIA, DA 1ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA, DA 56ª
LEGISLATURA, DA COMISSÃO MISTA DE PLANOS, ORÇAMENTOS PÚBLICOS E FISCALIZAÇÃO,
REALIZADA NOS DIAS 10, 11 E 17 DE DEZEMBRO DE 2019.

“Retificada conforme solicitado na data da aprovação, em 10.03.2020”

Aos dez, onze e dezessete dias do mês de dezembro do ano de dois mil e dezenove, foi convocada ordinariamente a Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização, no Anexo II, plenário 02 da Câmara dos Deputados, com o objetivo de apreciar as matérias constantes da Pauta. Foi registrado o comparecimento dos membros: - **Deputados titulares:** Aluisio Mendes, André Figueiredo, Beto Faro, Cacá Leão, Carlos Henrique Gaguim, Dagoberto Nogueira, Domingos Neto, Edmilson Rodrigues, Felipe Francischini, Filipe Barros, Gonzaga Patriota, Gurgel, Hildo Rocha, Hiran Gonçalves, João Roma, Lucas Gonzalez, Luciano Ducci, Lucio Mosquini, Márcio Marinho, Marreca Filho, Misael Varella, Nivaldo Albuquerque, Orlando Silva, Paulo Azi, Rodrigo de Castro, Vander Loubet, Vicentinho Júnior e Zeca Dirceu; - **Senadores titulares:** Angelo Coronel, Elmano Férrer, Izalci Lucas, Jean Paul Prates, Kátia Abreu, Luiz do Carmo, Marcelo Castro, Soraya Thronicke, Vanderlan Cardoso, Veneziano Vital do Rêgo e Wellington Fagundes; - **Deputados suplentes:** Adolfo Viana, Alexis Fonteyne, Aureo Ribeiro, Bohn Gass, Dra. Soraya Manato, Efraim Filho, Gilberto Abramo, Hercílio Coelho Diniz, João Carlos Bacelar, Joice Hasselmann, José Nunes, Júnior Mano, Juscelino Filho, Leônidas Cristino, Marx Beltrão, Pedro Augusto Bezerra, Ricardo Teobaldo, Roman, Ronaldo Carletto, Weliton Prado e Zé Carlos; e - **Senadores Suplentes:** Carlos Viana, Eduardo Gomes, Mecias de Jesus, Oriovisto Guimarães, Randolfe Rodrigues e Zequinha Marinho. Foi registrado o comparecimento dos parlamentares não integrantes da Comissão, Deputados Alessandro Molon, Claudio Cajado, Delegado Pablo, Evair Vieira de Melo, Fábio Ramalho, Félix Mendonça Júnior, Fred Costa, General Peternelli, Liziane Bayer, Marcel van Hattem, Marcelo Calero, Pinheirinho, Professora Dorinha Seabra Rezende, Vermelho e Zé Neto.

ABERTURA: às quatorze horas e cinquenta e sete minutos, e havendo número regimental para deliberação nas duas Casas do Congresso Nacional, os trabalhos foram abertos pelo Presidente, Senador Marcelo Castro. **EXPEDIENTES.** O Presidente declarou como lidos os expedientes recebidos pela Comissão, 04 a 10 de dezembro de 2019, tendo em vista que essas informações encontram-se publicadas na página da CMO na internet. Em seguida, foi submetida à apreciação a Ata da 6ª Reunião Extraordinária, realizada no dia 04 de dezembro de 2019. Em votação, a Ata foi **aprovada.** **ORDEM DO DIA.** PAUTA. Item 01. Conforme o disposto no *art. 25 da Resolução nº 1, de 2006, do Congresso Nacional*, o Presidente submeteu à apreciação o **Relatório do Comitê de Admissibilidade de Emendas – CAE**, que trata sobre o Exame de admissibilidade das emendas apresentadas ao **Projeto de Lei nº 21/2019-CN**, que “Institui o Plano Plurianual da União para o período de 2020 a 2023” (PPA 2020 – 2023). Autor: Comitê de Admissibilidade de Emendas - CAE. Coordenador do CAE: Deputado João Carlos Bacelar. Membros do CAE: Deputados Adolfo Viana, Aluisio Mendes, Zé Carlos, Luciano Ducci e Marreca Filho, e os Senadores Luiz do Carmo, Elmano Férrer e Alessandro Vieira. Voto: dentre as emendas apresentadas ao Projeto de Lei do Plano Plurianual 2020 a 2023, sejam consideradas **inadmitidas** as emendas de nºs 1218.0002, 1935.0004, 2023.0001, 2023.0002, 2023.0003, 2331.0003, 2705.0002, 2769.0001, 2833.0002, 2833.0003, 2855.0003, 2855.0004, 2862.0003, 2862.0004, 2909.0001, 2979.0004, 2979.0005, 3093.0001, 3093.0002, 3093.0003, 3095.0001, 3691.0001, 3702.0006, 3702.0007, 3735.0001, 3735.0002, 3744.0002, 3744.0003, 3779.0001, 3787.0001, 3788.0003, 3794.0001, 3794.0003, 3801.0001, 3894.0001, 3894.0002, 3894.0003, 3920.0001, 3921.0001, 3921.0002, 3921.0003, 3971.0001, 3971.0002, 3971.0003, 3974.0002, 3977.0001, 3977.0002, 3989.0001, 3989.0003,





CONGRESSO NACIONAL

Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização

4023.0001, 4023.0003, 4029.0002, 4033.0001, 4060.0001, 4077.0002, 4078.0001, 4078.0002, 4079.0003, 4096.0001, 4096.0002, 4098.0001, 4109.0001, 4109.0003, 4134.0003, 4139.0002, 4139.0003, 4163.0003, 4178.0001, 4186.0003, 5001.0001, 5001.0003, 5003.0001, 5007.0001, 5008.0002, 5008.0003, 5010.0003, 5010.0005, 5011.0001, 5017.0001, 5017.0002, 5017.0003, 5020.0001, 5022.0001, 5024.0003, 5027.0002, 5029.0001, 5033.0003, 6000.0005, 6001.0003, 6002.0002, 6003.0001, 6003.0002, 6005.0001, 6005.0002, 6006.0001, 6006.0002, 6006.0003, 6008.0001, 6011.0001, 6011.0002, 6012.0001, 6013.0001, 7102.0001, 7102.0005, 7103.0003, 7104.0001, 7104.0005, 7110.0001, 7110.0004, 7110.0005, 7117.0002, 7121.0003, 7124.0001, 7127.0001, 7127.0006, 7127.0007, 7128.0004, 9060.0001, 9224.0001 e 9229.0001. As demais emendas devem ser consideradas admitidas. O Coordenador do CAE apresentou o Relatório com Alteração. Discutiu a matéria o Deputado Vicentinho Júnior. Em votação, o **Relatório com Alteração** foi **aprovado**. Item 02. Relatório apresentado ao **Projeto de Lei nº 21/2019-CN**, que “Institui o Plano Plurianual da União para o período de 2020 a 2023” (PPA 2020 – 2023). Relator: Senador Oriovisto Guimarães. Foram apresentadas 542 emendas. Voto: pela aprovação do Projeto de Lei nos termos do Substitutivo apresentado, que contempla 06 emendas de Relator. Das 542 emendas apresentadas, o Relator ofereceu voto pela **aprovação** de 55 emendas; pela **aprovação parcial** de 268; pela **prejudicialidade** de 29; pela **rejeição** de 67 emendas; e indicou pela **inadmissibilidade** 123 emendas, de nºs 1218.0002, 1277.0001, 1277.0003, 1935.0004, 2023.0001, 2023.0002, 2023.0003, 2331.0003, 2705.0002, 2769.0001, 2776.0007, 2833.0002, 2833.0003, 2855.0003, 2855.0004, 2862.0003, 2862.0004, 2909.0001, 2979.0004, 2979.0005, 3093.0001, 3093.0002, 3093.0003, 3095.0001, 3691.0001, 3702.0006, 3702.0007, 3735.0001, 3735.0002, 3744.0002, 3744.0003, 3779.0001, 3787.0001, 3788.0003, 3794.0001, 3794.0003, 3801.0001, 3894.0001, 3894.0002, 3894.0003, 3920.0001, 3921.0001, 3921.0002, 3921.0003, 3971.0001, 3971.0002, 3971.0003, 3974.0002, 3977.0001, 3977.0002, 3989.0001, 3989.0003, 4023.0001, 4023.0003, 4029.0002, 4033.0001, 4060.0001, 4077.0002, 4078.0001, 4078.0002, 4079.0003, 4096.0001, 4096.0002, 4098.0001, 4109.0001, 4109.0003, 4134.0003, 4139.0002, 4139.0003, 4163.0003, 4178.0001, 4186.0003, 5001.0001, 5001.0003, 5003.0001, 5007.0001, 5008.0002, 5008.0003, 5010.0003, 5010.0005, 5011.0001, 5017.0001, 5017.0002, 5017.0003, 5020.0001, 5022.0001, 5024.0003, 5027.0002, 5029.0001, 5033.0003, 6000.0005, 6001.0003, 6002.0002, 6003.0001, 6003.0002, 6005.0001, 6005.0002, 6006.0001, 6006.0002, 6006.0003, 6008.0001, 6011.0001, 6011.0002, 6012.0001, 6013.0001, 7102.0001, 7102.0005, 7103.0003, 7104.0001, 7104.0005, 7110.0001, 7110.0004, 7110.0005, 7117.0002, 7121.0003, 7124.0001, 7127.0001, 7127.0006, 7127.0007, 7128.0004, 9060.0001, 9224.0001 e 9229.0001. O Relator apresentou o Relatório. Em seguida, através de **Complementação de Voto**, retirou da **inadmissibilidade** as emendas de nºs 1277.0001, 1277.0003 e 2776.0007. E proferiu voto pela **aprovação parcial** das duas primeiras e pela **aprovação** da terceira. Discutiram a matéria o Senador Izalci Lucas e os Deputados Vicentinho Júnior, Edmilson Rodrigues, Hildo Rocha e Hercílio Coelho Diniz. Foi encerrada a discussão, bem como o prazo para apresentação de destaques. Foram apresentados 02 destaques. Em votação, o **Relatório** e a **Complementação de Voto** foram **aprovados**, na representação da Câmara dos Deputados com voto contrário do Deputado Edmilson Rodrigues, e aprovado na representação do Senado Federal, ressalvados os destaques. Apreciação dos 02 destaques apresentados. **Destaque nº 01**, do Deputado Hercílio Coelho Diniz, à Emenda 6000.0001, da Comissão Mista de Orçamento - CMO. Foi **prejudicado**, por ter sido atendido. **Destaque nº 02**, do Deputado Jose Mario Schreiner, à Emenda 5010.0002, da Comissão de Agricultura e Pecuária da Câmara dos Deputados. Voto do Relator: pela **aprovação**. Em votação, a matéria objeto do destaque foi **aprovada**. Item 03. Conforme o disposto no *art. 25 da Resolução nº 1, de 2006, do Congresso Nacional*, o Presidente submeteu à apreciação o **Relatório do Comitê de Admissibilidade de Emendas – CAE**, que trata sobre o “Exame de admissibilidade das emendas Coletivas apresentadas ao **Projeto de Lei nº 22/2019-CN**, que “Estima a receita e fixa a despesa da





CONGRESSO NACIONAL
Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização

União para o exercício financeiro de 2020” - PLOA/2020. Autor: Comitê de Admissibilidade de Emendas - CAE. Coordenador do CAE: Deputado João Carlos Bacelar. Membros do CAE: Deputados Adolfo Viana, Aluisio Mendes, Zé Carlos, Luciano Ducci e Marreca Filho, e os Senadores Luiz do Carmo, Elmano Férrer e Alessandro Vieira. Voto: dentre as emendas de bancada estadual e de comissão apresentadas ao Projeto de Lei Orçamentária Anual para 2020, sejam consideradas **inadmitidas** aquelas que integram o Anexo I deste Relatório, as emendas de nºs 5013.0004, 5017.0002, 5017.0003, 5017.0006, 5017.0008, 5029.0001, 5029.0003, 5031.0002, 5031.0003, 5035.0002, 6003.0003, 6003.0004, 7122.0019 e 7125.0021. As demais emendas coletivas devem ser consideradas admitidas, observados os ajustes solicitados pelo CAE e solicitados pelos autores no Sistema Sisel. O Relatório foi apresentado pelo Coordenador do CAE. Não houve discussão. Foram apresentados 02 destaques. Em votação, o Relatório foi **aprovado**, ressalvados os destaques. Apreciação dos 02 destaques apresentados. **Destaque nº 01**, do Deputado Sérgio Souza, à Emenda 5017.0002, da Comissão de Finanças e Tributação da Câmara dos Deputados. Voto do Relator: pela **rejeição**. Em votação, a matéria objeto do destaque foi **rejeitada** na representação da Câmara dos Deputados, com votos contrários dos Deputados Vicentinho Júnior, Aluisio Mendes, Orlando Silva e Nivaldo Albuquerque. Não foi apreciada na representação do Senado Federal, conforme dispõe o § 1º do art.43, do *Regimento Comum*. **Destaque nº 02**, do Deputado Sérgio Souza, à Emenda 5017.0003, da Comissão de Finanças e Tributação da Câmara dos Deputados. Voto do Relator: pela **rejeição**. Em votação, a matéria objeto do destaque foi **rejeitada** na representação da Câmara dos Deputados. Não foi apreciada na representação do Senado Federal, conforme dispõe o § 1º do art.43, do *Regimento Comum*. Em sequência, fez uso da palavra o Deputado Dagoberto Nogueira, para esclarecer que no Orçamento para 2020, a CMO está aumentando os recursos orçamentários destinados às Áreas da Saúde e da Educação. Logo após, o Deputado Aluisio Mendes sugeriu votação em globo para os Relatórios Setoriais e o Presidente informou que os mesmos seriam votados individualmente, conforme determina o art. 75, da *Resolução nº 01/2006-CN*. Em prosseguimento, **Requerimento para Quebra de Interstício**, no sentido de apreciar os Relatórios Setoriais apresentados ao **Projeto de Lei nº 22/2019-CN**, a despeito do previsto no Art. 128 da *Resolução nº 01/2006-CN*, que estabelece que a apreciação dos relatórios somente poderá ocorrer após o prazo de 2 (dois) dias úteis de sua distribuição. Autor: Senador Marcelo Castro, Presidente da CMO. Discutiram o Requerimento os Deputados Edmilson Rodrigues e Orlando Silva. Em votação, o Requerimento foi **aprovado**. **Relatórios Setoriais** apresentados ao **Projeto de Lei nº 22/2019-CN**, PLOA/2020, que “Estima a receita e fixa a despesa da União para o exercício financeiro de 2020”. O Presidente informou que os Relatórios Setoriais seriam apreciados seguindo a ordem em que foram entregues na Secretária da CMO. Item 15. **Relatório Setorial da Área Temática XII – Meio Ambiente**. Relator Setorial: Senador Jaques Wagner. Ausente o Relator Setorial, foi designado o Senador Jean Paul Prates como relator *ad hoc*, que apresentou o Relatório e a Complementação de Voto. Às 16h19min, o Deputado Dagoberto Nogueira, 1º Vice-Presidente, assumiu a condução dos trabalhos. Discutiu a matéria o Deputado Edmilson Rodrigues. Às 16h24min, o Presidente reassumiu a direção dos trabalhos. Não foram apresentados destaques. Em votação, o **Relatório Setorial** e a **Complementação de Voto** foram **aprovados**, na representação da Câmara dos Deputados com voto contrário do Deputado Edmilson Rodrigues, e aprovado na representação do Senado Federal. Item 17. **Relatório Setorial da Área Temática XIV – Minas e Energia**. Relator Setorial: Deputado Márcio Marinho. Ausente o Relator Setorial, foi designado o Deputado Gilberto Abramo como relator *ad hoc*, que apresentou o Relatório. Não houve discussão. Não foram apresentados destaques. Em votação, o **Relatório Setorial** foi **aprovado**. Item 16. **Relatório Setorial da Área Temática XIII – Presidência e Relações Exteriores**. Relator Setorial: Deputado Aluisio Mendes. O Relator Setorial apresentou o Relatório. Não houve discussão. Não foram apresentados destaques. Em votação, o **Relatório Setorial** foi **aprovado**. Item 12. **Relatório Setorial da Área Temática IX – Justiça e Segurança**





CONGRESSO NACIONAL
Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização

Pública. Relatora Setorial: Deputada Dra. Soraya Manato. A Relatora Setorial apresentou o Relatório. Discutiram a matéria os Deputados Cacá Leão e Edmilson Rodrigues. Não foram apresentados destaques. Em votação, o **Relatório Setorial** foi **aprovado**. Às 16h56min, o Presidente informou que havia iniciado a Ordem do Dia no plenário do Congresso Nacional, mas havia permissão do Presidente daquela Casa, Senador Davi Alcolumbre, para continuidade as votações na CMO. Item 06. **Relatório Setorial da Área Temática III – Desenvolvimento Regional.** Relator Setorial: Senador Eduardo Gomes. O Relator Setorial apresentou o Relatório e a Complementação de Voto. Discutiram a matéria os Deputados Orlando Silva, Edmilson Rodrigues e Alessandro Molon. Foram apresentados 03 destaques. Em votação, o **Relatório Setorial** e a **Complementação de Voto** foram **aprovados**, ressalvadas as obras com indícios de irregularidades graves e os destaques. Nos termos do *art. 70 inciso II da Resolução nº 1/2006-CN*, as obras com indícios de irregularidades graves foram **aprovadas**. Apreciação dos 03 destaques apresentados, de autoria da Deputada Flávia Moraes, às emendas da Bancada de Goiás, sendo o **Destaque nº 01**, à Emenda 7110.0002; **Destaque nº 02**, à Emenda 7110.0003; e o **Destaque nº 03**, à Emenda 7110.0008. Os quais foram **prejudicados**, por terem sido atendidos. Item 09. **Relatório Setorial da Área Temática VI – Agricultura.** Relator Setorial: Deputado Vicentinho Júnior. O Relator Setorial apresentou o Relatório. Não houve discussão. Foram apresentados 04 destaques. Em votação, o **Relatório Setorial** foi **aprovado**, ressalvados os destaques. Apreciação dos 04 destaques apresentados, de autoria da Senadora Soraya Thronicke, às emendas da Comissão de Agricultura e Reforma Agrária do Senado Federal, sendo o **Destaque nº 01**, à Emenda 6012.0001; **Destaque nº 02**, à Emenda 6012.0002; **Destaque nº 03**, à Emenda 6012.0003; e o **Destaque nº 04**, à Emenda 6012.0004. Voto do Relator Setorial: pela **rejeição**. Em votação, as matérias objetos dos destaques foram **rejeitadas** na representação da Câmara dos Deputados. Não foram apreciadas na representação do Senado Federal, conforme dispõe o § 1º do *art.43, do Regimento Comum*. Item 10. **Relatório Setorial da Área Temática VII – Turismo.** Relatora Setorial: Senadora Kátia Abreu. A Relatora Setorial apresentou o Relatório. Não houve discussão. Foi apresentado 01 destaque. Em votação, o **Relatório Setorial** foi **aprovado**, ressalvado o destaque. Apreciação do destaque apresentado. **Destaque nº 01**, da Deputada Flávia Moraes, à Emenda 7110.0013, da Bancada de Goiás. Voto da Relatora Setorial: pela **rejeição**. Em votação, a matéria objeto do destaque foi **rejeitada** na representação da Câmara dos Deputados. Não foi apreciada na representação do Senado Federal, conforme dispõe o § 1º do *art.43, do Regimento Comum*. Item 13. **Relatório Setorial da Área Temática X – Economia.** Relator Setorial: Deputado Bohn Gass. O Relator Setorial apresentou o Relatório. Às 17h44min, o Deputado André Figueiredo assumiu a condução dos trabalhos. Discutiram a matéria os Deputados Orlando Silva e Edmilson Rodrigues. Às 17h51min, o Presidente reassumiu a direção dos trabalhos. Não foram apresentados destaques. Em votação, o **Relatório Setorial** foi **aprovado**. Item 11. **Relatório Setorial da Área Temática VIII – Defesa.** Relator Setorial: Senador Angelo Coronel. O Relator Setorial apresentou o Relatório. Logo após, apresentou correção de erro formal no detalhamento da Emenda de nº 8008.0005, passando seu RP de 8 para RP1. Discutiu a matéria o Deputado Edmilson Rodrigues. Não foram apresentados destaques. Em votação, o **Relatório Setorial** e a **Correção** foram **aprovados**. Item 08. **Relatório Setorial da Área Temática V – Cidadania, Esporte e Cultura.** Relator Setorial: Deputado Marx Beltrão. O Relator Setorial apresentou o Relatório. Discutiu a matéria o Deputado Edmilson Rodrigues. Foi apresentado 01 destaque. Em votação, o **Relatório Setorial** foi **aprovado**, ressalvado o destaque. Apreciação do destaque apresentado. **Destaque nº 01**, da Deputada Flávia Moraes, à Emenda 7110.0006, da Bancada de Goiás. Voto do Relator Setorial: pela **rejeição**. Em votação, a matéria objeto do destaque foi **rejeitada** na representação da Câmara dos Deputados. Não foi apreciada na representação do Senado Federal, conforme dispõe o § 1º do *art.43, do Regimento Comum*. Item 07. **Relatório Setorial da Área Temática IV – Educação.** Relator Setorial: Senador Izalci Lucas. O Relator Setorial apresentou o Relatório. Discutiu a matéria o





CONGRESSO NACIONAL
Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização

Deputado Edmilson Rodrigues. Foi apresentado 01 destaque. Em votação, o **Relatório Setorial** foi **aprovado**, ressalvado o destaque. Apreciação do destaque apresentado. **Destaque nº 01**, da Deputada Flávia Morais, à Emenda 7110.0009, da Bancada de Goiás. Voto do Relator Setorial: pela **rejeição**. Em votação, a matéria objeto do destaque foi **rejeitada** na representação da Câmara dos Deputados. Não foi apreciada na representação do Senado Federal, conforme dispõe o § 1º do art.43, do Regimento Comum. Item 18. **Relatório Setorial da Área Temática XV – Poderes**. Relator Setorial: Deputado Luciano Ducci. O Relator Setorial apresentou o Relatório. Não houve discussão. Foi apresentado 01 destaque. Em votação, o **Relatório Setorial** foi **aprovado**, ressalvado o destaque. Apreciação do destaque apresentado. **Destaque nº 01**, do Deputado Herculano Passos, à Emenda 7125.0021, da Bancada de São Paulo. Voto do Relator Setorial: pela **rejeição**. Em votação, a matéria objeto do destaque foi **rejeitada** na representação da Câmara dos Deputados. Não foi apreciada na representação do Senado Federal, conforme dispõe o § 1º do art.43, do Regimento Comum. Item 14. **Relatório Setorial da Área Temática XI – Ciência e Tecnologia e Comunicações**. Relator Setorial: Deputado André Figueiredo. O Relator Setorial apresentou o Relatório. Não houve discussão. Não foram apresentados destaques. Em votação, o **Relatório Setorial** foi **aprovado**. Item 19. **Relatório Setorial da Área Temática XVI – Mulheres, Família e Direitos Humanos**. Relator Setorial: Senador Wellington Fagundes. O Relator Setorial apresentou o Relatório. Às 19h25min, o Deputado Pedro Augusto Bezerra assumiu a direção da reunião. Não houve discussão. Não foram apresentados destaques. Em votação, o **Relatório Setorial** foi **aprovado**. Às 19h26min, o Presidente reassumiu a condução dos trabalhos. Item 04. **Relatório Setorial da Área Temática I – Infraestrutura**. Relator Setorial: Deputado Nivaldo Albuquerque. Ausente o Relator Setorial, foi designado o Deputado Pedro Augusto Bezerra como relator *ad hoc*, que apresentou o Relatório. O Presidente declarou **inadmitida** a emenda nº 2858.0013, indicada pelo Relator Setorial. Não houve discussão. Não foram apresentados destaques. Em votação, o **Relatório Setorial** foi **aprovado**, ressalvadas as obras com indícios de irregularidades graves. Nos termos do art. 70 inciso II da Resolução nº 1/2006-CN, as obras com indícios de irregularidades graves foram **aprovadas**. Às 19h43min, o Presidente anunciou que suspenderia os trabalhos, e convocou a continuação da reunião ordinária, para o dia seguinte, às 15 horas, no plenário 2 da Câmara dos Deputados. Às 15h24min do dia 11 de dezembro, os trabalhos foram reiniciados pelo Presidente, Senador Marcelo Castro. Em prosseguimento, informou que conforme o disposto no art. 16, § 3º, da Resolução nº 1, de 2006-CN, é permitido ao Presidente da CMO, ouvido o Plenário, dispensar a designação de relatores para as matérias de que tratam os incisos III, alíneas a, c, d e e, e IV do art. 2º da supracitada Resolução. Sendo assim, o Presidente propôs ao Plenário o arquivamento das seguintes matérias que não foram apreciadas pela CMO: **Aviso nº 20/2019-CN**, que “Encaminha, em cumprimento ao art. 148 da Lei nº 13.707 de 14 de agosto de 2018 (LDO 2019), as Demonstrações Financeiras do Banco Central referentes ao 1º semestre de 2019.” **Mensagem nº 08/2019-CN**, que “Encaminha o Relatório de Avaliação de Receitas e Despesas Primárias referente ao 3º bimestre de 2019.” **Mensagem nº 09/2019-CN**, que “Encaminha, em cumprimento ao art. 59 da Lei nº 13.707 de 14 de agosto de 2018 (LDO 2019), o Relatório de Avaliação de Receitas e Despesas referente ao 4º bimestre de 2019.” **Mensagem nº 11/2019-CN**, que “Encaminha, em cumprimento ao disposto no art. 59 da Lei nº 13.707, de 2018, o Relatório de Avaliação de Receitas e Despesas Primárias, extemporâneo de outubro de 2019.” **Mensagem nº 10/2019-CN**, que “Encaminha, em cumprimento ao art. 132 da Lei nº 13.707 de 14 de agosto de 2018 (LDO 2019), o Relatório de Avaliação do Cumprimento das Metas Fiscais referente ao 2º quadrimestre de 2019.” **Aviso nº 14/2019-CN**, que “Encaminha, em cumprimento ao art. 59 da Lei Complementar nº 101, de 4 de maio de 2000, c/c o art. 5º, inciso I, da Lei nº 10.028, de 19 de outubro de 2000, o Relatório de Gestão Fiscal do Tribunal de Contas da União referente ao 1º quadrimestre de 2019.” **Aviso nº 21/2019-CN**, que “Encaminha, em cumprimento ao art. 59 da Lei Complementar nº 101, de 4 de maio de 2000, c/c o art. 5º, inciso I, da Lei nº 10.028, de 19





CONGRESSO NACIONAL
Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização

de outubro de 2000, o Relatório de Gestão Fiscal do Tribunal de Contas da União referente ao 2º quadrimestre de 2019.” **Aviso nº 17/2019-CN**, que “Encaminha cópia do Acórdão nº 1853/2019-TCU-Plenário, referente ao acompanhamento dos Relatórios de Gestão Fiscal do 3º quadrimestre de 2018, publicados pelos Poderes e Órgãos Autônomos Federais, com base no art. 54 da Lei de Responsabilidade Fiscal. (TC 009.306/2019-6).” **Ofício nº 02/2019-CN**, que “Encaminha, em cumprimento ao § 6º do art. 1º da Lei nº 11.948/2009, ao § 8º do art. 1º da Lei nº 12.096/2009 e ao § 3º do art. 2º da Lei 12.453/2011, o Relatório Gerencial Trimestral do BNDES, referente ao 2º trimestre de 2019.” **Ofício nº 03/2019-CN**, que “Encaminha, em cumprimento ao § 6º do art. 1º da Lei nº 11.948/2009, ao § 8º do art. 1º da Lei nº 12.096/2009 e ao § 3º do art. 2º da Lei 12.453/2011, o Relatório Gerencial Trimestral do BNDES, referente ao 3º trimestre de 2019.” Em votação, a **Proposta** pelo arquivamento das matérias supracitadas foi **aprovada**. Em sequência, o Presidente deu prosseguimento à Pauta da reunião. Item 05. **Relatório Setorial da Área Temática II – Saúde**. Relator Setorial: Deputado Hildo Rocha. O Relator Setorial apresentou o Relatório. Discutiu a matéria o Deputado Cacá Leão. Não foram apresentados destaques. Em votação, o **Relatório Setorial** foi **aprovado**. Concluída a apreciação da matéria, o Presidente parabenizou à todos os Relatores Setoriais pela aprovação dos 16 Relatórios. Em seguida, fez uso da palavra o Deputado Claudio Cajado, Representante da Liderança do Governo na CMO, que teceu considerações sobre os trabalhos na CMO e elogiou os seus membros. Às 15h51min, o Presidente anunciou que suspenderia os trabalhos, e convocou a continuação da reunião ordinária para a semana seguinte, às 11 horas, no plenário 2 da Câmara dos Deputados. No dia 17 de dezembro, às 11h56min, os trabalhos foram reabertos pelo Presidente, Senador Marcelo Castro. EXPEDIENTES. O Presidente declarou como lidos os expedientes recebidos pela Comissão, de 10 a 17 de dezembro de 2019, tendo em vista que essas informações encontram-se publicadas na página da CMO na internet. Requerimento para inclusão na pauta, no sentido de apreciar os **Relatórios de nºs 01 e 02, e Adendos, do Comitê de Avaliação das Informações sobre Obras e Serviços com Indícios de Irregularidades Graves - COI**, nos termos do *art. 214, parágrafo único, inciso III, do Regimento Interno do Senado Federal*. Autora: Deputada Dra. Soraya Manato. O Presidente **deferiu** a inclusão das matérias na Pauta. ESCLARECIMENTOS. O Presidente informou que o Comitê de Avaliação das Informações sobre Obras e Serviços com Indícios de Irregularidades Graves – **COI**, foi constituído e foi designado como Coordenador o Deputado Filipe Barros. E de acordo com os *arts. 24, I e art.122 da Resolução 01/2006-CN*, o Comitê elaborou o Relatório nº 01 e nº 2/COI/CMO/2019, e Adendos. Para elaborar o Relatório nº 02 e Adendo, o Comitê encaminhou aos órgãos gestores pedidos de informações sobre as obras. Os órgãos encaminharam suas respostas que estão disponíveis na página da CMO. Em seguida, foram realizadas reuniões de audiências públicas, nos dias 05 e 07 de novembro, com representantes do TCU e dos órgãos gestores de obras com indícios de irregularidades graves, que deveriam constar do Anexo VI da LOA 2020. Ainda, de acordo com a *Resolução 01/2006-CN, o art. 20*, dispõe que os relatórios elaborados pelos comitês devem ser apreciados pelo colegiado e em seguida encaminhados para deliberação pelo plenário da CMO. Entretanto, após convocação do então Coordenador do COI, Deputado Filipe Barros, o Comitê não alcançou quórum regimental para aprovação dos Relatórios. Por fim, o Presidente informou que, no dia 11 de dezembro, o Deputado Filipe Barros foi desligado da CMO e foi designada a Deputada Dra. Soraya Manato, para o cargo de Coordenadora do **Comitê de Avaliação das Informações sobre Obras e Serviços com Indícios de Irregularidades Graves – COI**. Diante do exposto e tendo em vista o trabalho dispensado pelo Coordenador do COI; pelos Representantes do TCU e dos órgãos gestores; pelas Consultorias de Orçamento da Câmara dos Deputados e do Senado Federal, e pela Secretaria da CMO, o Presidente propôs à apreciação dos **Relatórios do COI de nºs 01 e 02/2019**, e dos seus respectivos **Adendos**. EXTRAPAUTA. Conforme o disposto no *art. 24 da Resolução nº 1, de 2006, do Congresso Nacional*, o Presidente submeteu à apreciação do Plenário o **Relatório nº 01/2019**, do **Comitê de Avaliação das**





CONGRESSO NACIONAL
Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização

Informações sobre Obras e Serviços com Indícios de Irregularidades Graves - COI, sobre “Informações encaminhadas pelo Tribunal de Contas da União, pendentes de deliberação da CMO em 29/11/2019, em atendimento ao disposto no art. 122 da Resolução nº 1/2006-CN, aos seguintes Avisos do Congresso Nacional”: **Aviso nº 15/2019-CN**, referente a Implantação do Corredor de Ônibus Radial Leste, Trecho 2 – SP. Voto: propor o desbloqueio, nos termos do projeto de decreto legislativo apresentado, da execução física, orçamentária e financeira Edital 02/2012; e pelo arquivamento da matéria. **Aviso nº 22/2019-CN**, referente a Obras do Lote 3 do Canal Adutor Vertente Litorânea Paraibana - PB. Voto: propor o desbloqueio, nos termos do projeto de decreto legislativo apresentado, da execução física, orçamentária e financeira do Contrato 6/2011; e pelo arquivamento da matéria. - **Aviso nº 24/2019-CN**, referente a Implantação do Corredor de ônibus Leste – Aricanduva – SP. Voto: propor o desbloqueio, nos termos do projeto de decreto legislativo apresentado, da execução física, orçamentária e financeira do Edital Pré-Qual 03/2012 e do Edital 030120130; e pelo arquivamento da matéria. **Aviso nº 26/2019-CN**, referente a Obras de Adequação da Travessia Urbana de Juazeiro/BA – BRs 235/407/BA. Contrato 01177/2014. Voto: pelo arquivamento da matéria. **Aviso nº 27/2019-CN**, referente as Obras de Construção da BR–040/RJ. Voto: manter o bloqueio, da execução física, orçamentária e financeira do Termo Aditivo 12/2014 ao Contrato de Concessão PG-138/95-0 (subtítulo que já integra o Anexo VI da LOA/2019); e pelo arquivamento da matéria. **Aviso nº 28/2019-CN**, referente a Obras de Adequação de Trecho Rodoviário –Divisa PE/BA (Ibó) – Feira de Santana - na BR–116/BA – Lote 5. Voto: propor o bloqueio, nos termos do projeto de decreto legislativo apresentado, da execução física, orçamentária e financeira do Contrato SR-05/00878/2014, restringindo-se o bloqueio à execução de novos trechos, não se bloqueando os serviços necessários à preservação dos segmentos já iniciados; e pelo arquivamento da matéria. **Aviso nº 30/2019-CN**, referente a Obras do Corredor de Ônibus Radial Leste – Trecho 1 - SP. Voto: propor o desbloqueio, nos termos do projeto de decreto legislativo apresentado, da execução física, orçamentária e financeira do Contrato 043/SIURB/13 e do Edital 01/2012; e pelo arquivamento da matéria. **Aviso nº 31/2019-CN**, referente a Obras do Corredor de Ônibus – Capão Redondo-Vila Sônia – SP. Voto: propor o desbloqueio, nos termos do projeto de decreto legislativo apresentado, da execução física, orçamentária e financeira do Contrato 046/SIURB/2016, do Edital 32120130 e do Edital Pré-Qual n. 05/2012; e pelo arquivamento da matéria. **Aviso nº 34/2019-CN**, referente as Obras do Trecho 5 do Canal Adutor do Sertão Alagoano. Voto: manter o bloqueio, da execução física, orçamentária e financeira do Contrato 58/2010 (subtítulo que já integra o Anexo VI da LOA/2019); e pelo arquivamento da matéria. Relator: Comitê de Avaliação das Informações sobre Obras e Serviços com Indícios de Irregularidades Graves – COI. Não foram apresentadas emendas. Coordenadora do COI: Deputada Dra. Soraya Manato. Membros do COI: Deputados Josimar Maranhãozinho, Zeca Dirceu, Leônidas Cristino, Gonzaga Patriota e Marx Beltrão, e os Senadores Angelo Coronel, Eduardo Gomes e Soraya Thronicke. A Coordenadora do COI apresentou o **Relatório nº 01** e o **Adendo**. Discutiram a matéria os Deputados João Carlos Bacelar, Carlos Henrique Gaguim, Cacá Leão, Filipe Barros, Fábio Ramalho, Hiran Gonçalves, Claudio Cajado, Representante da Liderança do Governo na CMO; Dagoberto Nogueira, Bohn Gass, Vicentinho Júnior, Orlando Silva, Edmilson Rodrigues, Professora Dorinha Seabra Rezende e o Senador Carlos Viana. A Coordenadora do COI prestou esclarecimentos aos parlamentares. Em votação, o Relatório e o Adendo foram **aprovados**, na representação da Câmara dos Deputados com votos contrários dos Deputados Carlos Henrique Gaguim, João Carlos Bacelar, Orlando Silva e Vicentinho Júnior. Proclamado o resultado da votação, o Deputado Vicentinho Júnior, solicitou **Verificação de Votação**, com apoio dos Deputados Carlos Henrique Gaguim, Cacá Leão, Dagoberto Nogueira, João Carlos Bacelar e Orlando Silva, conforme dispõe o *art. 136 da Resolução nº 1/2006, do Congresso Nacional*, sendo **concedida** pelo Presidente. Enquanto se processava a votação eletrônica, o Deputado Claudio Cajado propôs que houvesse a retirada do pedido de verificação, e que fosse permitido a





CONGRESSO NACIONAL
Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização

apresentação de destaque para a parte polêmica do Relatório. Houve concordância do Plenário e da Coordenadora do COI. Em seguida, o Deputado Vicentinho Júnior, autor do Requerimento de Verificação, retirou o pedido e o Presidente interrompeu a votação eletrônica, e determinou o seu cancelamento. Foi apresentado 01 destaque. Em sequência, foi colocado em votação o **Relatório nº 01 do COI** e o **Adendo**, que foram **aprovados**, ressalvado o destaque. Apreciação do Destaque nº 01, do Deputado João Carlos Bacelar, para supressão do **Aviso nº 28/2019-CN**, referente a Obras de Adequação de Trecho Rodoviário –Divisa PE/BA (Ibó) – Feira de Santana - na BR-116/BA – Lote 5, constante do Relatório nº 01 do COI, que propõe o bloqueio, nos termos do projeto de decreto legislativo apresentado, da execução física, orçamentária e financeira do Contrato SR-05/00878/2014, restringindo-se o bloqueio à execução de novos trechos, não se bloqueando os serviços necessários à preservação dos segmentos já iniciados; e pelo arquivamento da matéria. Voto da Coordenadora do COI: pela **rejeição**. Em votação, a matéria objeto do destaque foi **aprovada**. EXTRAPAUTA. Conforme o disposto no art. 24 da Resolução nº 1, de 2006, do Congresso Nacional, o Presidente submeteu à apreciação do Plenário o **Relatório nº 02/2019**, do **Comitê de Avaliação das Informações sobre Obras e Serviços com Indícios de Irregularidades Graves - COI**, que “Propõe Atualização do Anexo VI – Subtítulos Relativos a Obras e Serviços com Indícios de Irregularidades Graves” constantes do **Projeto de Lei nº 22/2019-CN** (Projeto de Lei Orçamentária Anual para 2020). Relator: Comitê de Avaliação das Informações sobre Obras e Serviços com Indícios de Irregularidades Graves – COI. Não foram apresentadas emendas. Coordenadora do COI: Deputada Dra. Soraya Manato. Membros do COI: Deputados Josimar Maranhãozinho, Zeca Dirceu, Leônidas Cristino, Gonzaga Patriota e Marx Beltrão, e os Senadores Angelo Coronel, Eduardo Gomes e Soraya Thronicke. Voto: pela aprovação deste Relatório, com proposta de atualização do Anexo VI do **Projeto de Lei nº 22/2019-CN**, Projeto de Lei Orçamentária Anual para 2020, nos termos do Anexo 2 deste Relatório, que contempla o bloqueio da execução física, orçamentária e financeira de obras e serviços a seguir especificados, limitado exclusivamente aos empreendimentos, contratos, convênios, editais e outros elementos semelhantes nominados na coluna "Objeto" (em qualquer programa de trabalho orçamentário), do quadro de bloqueio constante do voto: Obras de construção da BR-040/RJ; Obras de ampliação de capacidade da BR-290/RS; Obras de Adequação de Trecho Rodoviário na BR-116/BA - Trecho 5; BRT de Palmas/TO; Aplicação de recursos federais de várias origens na Ferrovia Transnordestina; Canal Adutor do Sertão Alagoano - Alagoas. E ainda, com proposta de providência adicional à CMO: I) Solicitar ao Tribunal de Contas da União que não aplique a classificação de indício de irregularidade grave com recomendação de retenção parcial de valores – IGR em situações nas quais estejam ausentes as condições demarcadas no art. 118, inc. V, Lei nº 13.898, de 11 de novembro de 2019 (LDO/2020) para esse enquadramento, a saber, a autorização do contratado para retenção de valores a serem pagos, ou a apresentação de garantias suficientes para prevenir o possível dano ao erário, condições estas que estão ausentes nas sucessivas deliberações no âmbito do processo TC. 025.760/2016-5. A Coordenadora do COI apresentou o **Relatório nº 02** e o **Adendo**. Foi iniciada a discussão e fez uso da palavra o Deputado João Carlos Bacelar. Às 13h33min, o Senador Izalci Lucas assumiu a condução da reunião e concedeu à palavra ao Deputado Zé Neto. Às 13h39min, o Presidente reassumiu a condução dos trabalhos e foi facultada a palavra aos Deputados José Nunes, Claudio Cajado e Carlos Henrique Gaguim. A Coordenadora do COI prestou esclarecimentos aos parlamentares. Foi apresentado 01 destaque. Em votação, o **Relatório nº 02** e o **Adendo**, foram **aprovados**, ressalvado o destaque. Apreciação do Destaque nº 01, do Deputado João Carlos Bacelar, para supressão da obra de Adequação de Trecho Rodoviário na BR-116/BA, trecho 5, Contrato SR-05/00878/2014, constante do Relatório **nº 2/COI/CMO**, inserida no quadro de bloqueio da execução física, orçamentária e financeira, proposta para o anexo VI da Lei Orçamentária Anual para 2020. Voto da Coordenadora do COI: pela **rejeição**. Em votação, a matéria objeto do destaque foi **aprovada** na representação da Câmara dos Deputados,





CONGRESSO NACIONAL
Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização

com voto contrário da Deputada Dra. Soraya Manato. Em votação na representação do Senado Federal, foi **aprovada**. Requerimento para Quebra de Interstício e Inclusão na Pauta, no sentido de apreciar a Proposta de **Alteração Nº 1** do Parecer Preliminar apresentado ao **Projeto de Lei nº 22/2019-CN** - PLOA/2020, a despeito do previsto no Art. 128 da Resolução nº 01/2006-CN, que estabelece que a apreciação dos relatórios somente poderá ocorrer após o prazo de 2 (dois) dias úteis de sua distribuição. Autor: Senador Marcelo Castro, Presidente da CMO. Em votação, o Requerimento foi **aprovado**. EXTRAPAUTA. Proposta de **Alteração Nº 1** do Parecer Preliminar apresentado ao **Projeto de Lei nº 22/2019-CN** (PLOA/2020). Tendo em vista a necessidade de ajuste das disposições sobre autorizações para apresentação de emendas pelo Relator-Geral constantes do Parecer Preliminar sobre o **Projeto de Lei nº 22/2019-CN** - PLOA 2020, aprovado nesta Comissão em 04/12/2019, bem como das modalidades de emendas de Relator-Geral, fica autorizada a seguinte alteração: 1) Na Parte Especial, item 12.V, onde se lê: a. *ao desenvolvimento e fortalecimento da economia da cultura*; b. *às ações e serviços públicos de saúde*; c. *à implantação, ampliação e melhoria de sistemas públicos de abastecimento de água e de esgotamento sanitário em municípios com população até 50.000 habitantes*; d. *à garantia do cumprimento da missão constitucional de Defesa Nacional, em consonância com as diretrizes da Estratégia Nacional de Defesa, bem como à proteção, à ocupação e ao desenvolvimento de áreas localizadas nas faixas de fronteira, incluindo melhorias na infraestrutura local*; e. *à realização de estudos, projetos e investimentos de infraestrutura logística, social, urbana e hídrica*; f. *à promoção do desenvolvimento regional e territorial, no Ministério do Desenvolvimento Regional*; g. *à construção, à reforma e ao reaparelhamento de aeroportos de interesse regional*; h. *ao apoio à política nacional de desenvolvimento urbano*; i. *à expansão e ao funcionamento de instituições Federais de Ensino Superior, Instituições Federais de Educação Profissional e Tecnológica, prestação de ensino nos colégios militares, e ao desenvolvimento da educação básica*; j. *à implantação e modernização de infraestrutura para esporte educacional, recreativo e de lazer, e à ampliação e qualificação do acesso da população ao esporte e ao lazer*; k. *ao desenvolvimento e promoção do turismo*; l. *às ações abrangidas pelo Programa Moradia Digna*; m. *ao atendimento de despesas de que trata o art. 107, § 6º, do ADCT, e ao ajuste do resultado primário*; n. *às ações de defesa civil*; o. *ao apoio à modernização das instituições de segurança pública e ao fortalecimento da Política Nacional de Segurança Pública*; p. *à estruturação, ampliação e modernização de meios para combate à corrupção, a prevenção e repressão de atos ilícitos e a fiscalização do cumprimento da lei*; q. *à defesa sanitária animal e vegetal, à pesquisa e inovação agropecuária, à assistência técnica e às ações de fomento ao setor agropecuário voltadas para a melhoria da qualidade e o aumento da produção, inclusive com vistas ao aumento das exportações e ao cumprimento de acordos internacionais*; r. *à consolidação do Sistema Único de Assistência Social*; s. *à implantação, ampliação e melhoria de sistemas públicos de abastecimento de água e de esgotamento sanitário*; t. *à redução de danos ambientais, especialmente os associados a vazamentos de óleo na costa brasileira*; u. *às ações de ciência e tecnologia*; v. *à concessão de bolsa de estudo*; w. *ao Programa de Aquisição de Alimentos*; x. *às subvenções econômicas das renegociações das operações de crédito rural decorrentes da prorrogação da Lei nº 13.340/2016*; y. *ao desenvolvimento assentamentos rurais e à assistência técnica e extensão rural*. Leia-se: a. *ao desenvolvimento e fortalecimento da cultura e do patrimônio histórico*; b. *às ações de saúde*; c. *à implantação, ampliação e melhoria de sistemas públicos de abastecimento de água, de esgotamento sanitário e de resíduos sólidos*; d. *à garantia do cumprimento da missão constitucional de Defesa Nacional, em consonância com as diretrizes da Estratégia Nacional de Defesa, bem como à proteção, à ocupação e ao desenvolvimento de áreas localizadas nas faixas de fronteira, incluindo melhorias na infraestrutura local*; e. *à realização de estudos, projetos e investimentos de infraestrutura logística, social, urbana e hídrica*; f. *à promoção do desenvolvimento regional e territorial, no Ministério do Desenvolvimento Regional*; g. *à construção, à reforma e ao reaparelhamento de aeroportos de*





CONGRESSO NACIONAL
Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização

*interesse regional; h. ao apoio à política nacional de desenvolvimento urbano; i. à expansão e ao funcionamento de instituições Federais de Ensino Superior, Instituições Federais de Educação Profissional e Tecnológica, prestação de ensino nos colégios militares, e ao desenvolvimento da educação básica; j. à implantação e modernização de infraestrutura para esporte educacional, recreativo e de lazer, e à ampliação e qualificação do acesso da população ao esporte e ao lazer; k. ao desenvolvimento e promoção do turismo; l. às ações abrangidas pelo Programa Moradia Digna; m. ao atendimento de despesas de que trata o art. 107, § 6º, do ADCT, e ao ajuste do resultado primário; n. às ações de defesa civil; o. ao apoio à modernização das instituições de segurança pública e ao fortalecimento da Política Nacional de Segurança Pública; p. à estruturação, ampliação e modernização de meios para combate à corrupção, a prevenção e repressão de atos ilícitos e a fiscalização do cumprimento da lei; q. à defesa sanitária animal e vegetal, à pesquisa e inovação agropecuária, à assistência técnica e às ações de fomento ao setor agropecuário voltadas para a melhoria da qualidade e o aumento da produção, inclusive com vistas ao aumento das exportações e ao cumprimento de acordos internacionais; r. à consolidação do Sistema Único de Assistência Social; s. à implantação, ampliação e melhoria de sistemas públicos de abastecimento de água e de esgotamento sanitário; t. à redução de danos ambientais, especialmente os associados a vazamentos de óleo na costa brasileira; u. às ações de ciência e tecnologia; v. à concessão de bolsa de estudo; w. ao Programa de Aquisição de Alimentos; x. aos subsídios e subvenções econômicas; y. à gestão e ao desenvolvimento de assentamentos rurais e à assistência técnica e extensão rural; z. a projetos de irrigação aa. à proteção à vida, à mulher, ao fortalecimento da família e à promoção de políticas de promoção e proteção aos Direitos Humanos; bb. à gestão e às políticas relacionadas ao trabalho, à previdência e à economia, indústria e comércio, inclusive para constituição de reservas relacionadas com o impacto de proposições em tramitação; 2) Na Parte Especial, item 34, inc. II, onde se lê: **II. recompôr dotações**; Leia-se: **II. recompôr o corte prévio autorizado neste parecer**; Autor: Deputado Domingos Neto. A Proposta de Alteração foi apresentada pelo Relator-Geral. Discutiram a matéria os Deputados Claudio Cajado e Carlos Henrique Gaguim. Em votação, a Proposta de Alteração foi **aprovada**. Requerimento para Quebra de Interstício e Inclusão na Pauta, no sentido de apreciar o **Relatório do Comitê de Admissibilidade de Emendas – CAE**, e o **Relatório Final** apresentado ao **Projeto de Lei nº 22/2019-CN – PLOA 2020**, a despeito do previsto no **Art. 128 da Resolução nº 01/2006-CN**, que estabelece que a apreciação dos relatórios supracitados, somente poderá ocorrer após o prazo de 2 (dois) e 3 (três) dias úteis, respectivamente, de suas distribuições. Autor: Senador Marcelo Castro, Presidente da CMO. Discutiram o Requerimento os Deputados Claudio Cajado e Carlos Henrique Gaguim. Em votação, o Requerimento foi **aprovado**. **EXTRAPAUTA**. Conforme o disposto no **art. 25 da Resolução nº 1, de 2006, do Congresso Nacional**, o Presidente submeteu à apreciação do Plenário o **Relatório de Atividades do Comitê de Admissibilidade de Emendas – CAE**, que trata sobre o “Exame de admissibilidade das emendas de **Relator-Geral** e de **Texto** apresentadas ao **Projeto de Lei nº 22/2019-CN**, que “Estima a receita e fixa a despesa da União para o exercício financeiro de 2020” - PLOA/2020. Autor: Comitê de Admissibilidade de Emendas - CAE. Coordenador do CAE: Deputado João Carlos Bacelar. Membros do CAE: Deputados Adolfo Viana, Aluisio Mendes, Zé Carlos, Luciano Ducci e Marreca Filho, e os Senadores Luiz do Carmo, Elmano Férrer e Alessandro Vieira. Voto: pela admissão de todas as emendas de **Relator-Geral** e de **Texto** apresentadas ao PLOA/2020. O Relatório foi apresentado pelo Coordenador do CAE. Não houve discussão. Em votação, o Relatório foi **aprovado**. Em seguida, fizeram uso da palavra os Deputados Claudio Cajado e João Carlos Bacelar, que pronunciaram-se sobre os Relatórios do COI, anteriormente aprovados, em relação a Obra de Adequação de Trecho Rodoviário na BR-116/BA, trecho 5, Contrato SR-05/00878/2014. Às 14h10min, o Presidente anunciou a suspensão dos trabalhos e convocou a continuação da reunião ordinária, para o mesmo dia, às 16 horas. Às 17h51min, do dia 17 de dezembro, o Presidente reabriu a reunião. **EXTRAPAUTA. Relatório Final***





CONGRESSO NACIONAL
Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização

apresentado ao **Projeto de Lei nº 22/2019-CN**, que “Estima a receita e fixa a despesa da União para o exercício financeiro de 2020”, (Projeto de Lei Orçamentária Anual para 2020). Relator-Geral: Deputado Domingos Neto. Foram apresentadas 8.808 emendas. Voto: pela aprovação do Projeto de Lei na forma do Substitutivo proposto, que contempla as alterações decorrentes das propostas de parecer pela aprovação e pela aprovação parcial das emendas apresentadas. Foi apresentado Requerimento para retirada de pauta, nos termos do art. 235, inciso III, alínea “d”, item 7, combinado com o art. 252, inciso IV, ambos do Regimento Interno do Senado Federal, e combinado com o art.151 do Regimento Comum do Congresso Nacional, no sentido de retirar da pauta o **Relatório Final** apresentado aos **Projeto de Lei nº 22/2019-CN – PLOA/2020**. Autores: Deputados Alexis Fonteyne, Lucas Gonzalez e Marcel van Hattem. O Deputado Alexis Fonteyne apresentou o Requerimento. Discutiu a matéria o Deputado Orlando Silva. Em votação, o Requerimento foi **rejeitado**, na representação da Câmara dos Deputados, com voto contrário do Deputado Alexis Fonteyne. Não foi apreciado na representação do Senado Federal, conforme dispõe o § 1º do art.43, do Regimento Comum. O Relator-Geral apresentou o **Relatório Final**, a **Complementação de Voto** e a **Errata**. A discussão foi aberta assim como o prazo para apresentação de destaques. O Deputado Claudio Cajado, Representante da Liderança do Governo na CMO, propôs a retirada dos Requerimentos para obstrução da matéria, e que fosse permitido a votação em separado do destaque apresentado pelo Partido Novo, e fosse concedido tempo dobrado ao Líder para defesa do destaque. O Deputado Marcel van Hattem concordou com a proposta e retirou os Requerimentos de Adiamento de Votação e de Votação Nominal do **Relatório Final**. Foi iniciada a discussão e fizeram o uso da palavra os Deputados Cacá Leão, Edmilson Rodrigues, Carlos Henrique Gaguim e Aluisio Mendes. Às 18h27min, o 1º Vice-Presidente, Deputado Dagoberto Nogueira assumiu a condução da reunião e facultou à palavra ao Senador Eduardo Gomes. Às 18h29min, o Presidente reassumiu a condução dos trabalhos e concedeu a palavra aos Deputados Alexis Fonteyne, Bohn Gass, Vicentinho Júnior, Claudio Cajado, Orlando Silva, e ao Senador Izalci Lucas. Às 18h59min, o 1º Vice-Presidente, Deputado Dagoberto Nogueira retomou a direção dos trabalhos e transferiu a palavra aos Deputados Hiran Gonçalves e Hildo Rocha. Às 19h06min, o Presidente reassumiu a condução da reunião e encerrou a discussão e o prazo para apresentação de destaques. Foi apresentada **Contestação** relativa à fixação da despesa e à admissibilidade de emendas ao Projeto de Lei Orçamentária para 2020, nos termos do art. 148 da Resolução nº 01/2006-CN – Descumprimento do art. 166, § 3º, inciso II, alínea “a” da Constituição Federal. Prevalência da norma constitucional sobre a LDO e o Parecer Preliminar. Autores: Deputados Bohn Gass, Edmilson Rodrigues, Dagoberto Nogueira, Orlando Silva, Beto Faro e Gonzaga Patriota. O Deputado Bohn Gass apresentou a Contestação. O Presidente **deferiu** a Contestação. O Deputado Domingos Neto pronunciou-se sobre a matéria. O Deputado Edmilson Rodrigues discutiu a matéria. Em votação, a **Contestação** foi **rejeitada** na representação da Câmara dos Deputados, com votos contrários dos Deputados André Figueiredo, Bohn Gass, Dagoberto Nogueira, Edmilson Rodrigues, Orlando Silva e Vander Loubet. Não foi apreciado na representação do Senado Federal, conforme dispõe o § 1º do art.43, do Regimento Comum. Foram apresentados 21 destaques. Em votação, o **Relatório Final**, a **Complementação de Voto** e a **Errata** foram **aprovados** na representação da Câmara dos Deputados, com votos contrários dos Deputados Bohn Gass, Edmilson Rodrigues, Orlando Silva e Vander Loubet, ressalvados os destaques. Em votação, na representação do Senado Federal foram **aprovados**, ressalvados os destaques. Apreciação dos 21 destaques apresentados.1. Proposta do Presidente para votação em globo dos destaques, por tipo de voto do Relator-Geral, ressalvado o destaque nº 02, do Deputado Alexis Fonteyne, para votação em separado. Em votação, foi **aprovada**. 2 - Destaque com voto do Relator-Geral pela **aprovação**. Destaque nº 21, do Deputado Gurgel, à Emenda 4013.0005, do mesmo autor. Em votação, a matéria objeto do destaque foi **aprovada**. 3 - Destaques com voto do Relator-Geral pela **rejeição**: 03 a 20. Em votação em globo, as matérias objetos dos destaques foram **rejeitadas** na representação da Câmara dos Deputados.



CONGRESSO NACIONAL
Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização

Não foram apreciadas na representação do Senado Federal, conforme dispõe o § 1º do art.43, do Regimento Comum. 4 - Destaque solicitado para votação em separado. Destaque nº 02, do Deputado Alexis Fonteyne, à Emenda 8100.1599, do Relator-Geral. Voto do Relator-Geral: pela **rejeição**. Defendeu a aprovação do destaque o Deputado Marcel van Hattem. Em votação, a matéria objeto do destaque foi **rejeitada** na representação da Câmara dos Deputados, com votos contrários dos Deputados Alexis Fonteyne, Filipe Barros e Lucas Gonzalez. Proclamado o resultado da votação, o Deputado Lucas Gonzalez solicitou **verificação da votação**, mas sem o apoio necessário, conforme determina o art. 136 da Resolução nº 01/2006-CN, não foi **concedida** pelo Presidente. O Presidente confirmou a **rejeição** do destaque nº 02. Não foi apreciado na representação do Senado Federal, conforme dispõe o § 1º do art.43, do Regimento Comum. 5 – Destaque **retirado** pelo autor. Destaque nº 01, do Deputado André Figueiredo, à Emenda 5011.0001, da Comissão de Ciência e Tecnologia, Comunicação e Informática. (Autorizador Deputado Félix Mendonça Júnior). PAUTA. Item 20. Relatório apresentado à **Mensagem nº 06/2016-CN**, que “Encaminha, em cumprimento ao art. 15 da Lei nº 12.593, de 18 de janeiro de 2012, o Relatório Anual de Avaliação do Plano Plurianual 2012-2015, referente ao ano-base 2015.” Relator: Senador Jaques Wagner. Não foram apresentadas emendas. Voto: pelo conhecimento da matéria e envio para o arquivo. Ausente o relator, foi designado o Senador Izalci Lucas como relator *ad hoc*, que apresentou o Relatório. Não houve discussão. Em votação, o Relatório foi **aprovado**. Finalizando, houve pronunciamentos dos Deputados Dagoberto Nogueira e Claudio Cajado, sobre a conclusão dos trabalhos na CMO. **ENCERRAMENTO:** concluída a apreciação do Relatório Final apresentado ao **Projeto de Lei nº 22/2019-CN**, Proposta Orçamentária para 2020, o Presidente encerrou os trabalhos. Antes, agradeceu aos membros da CMO, aos parlamentares, aos servidores e adolescentes da Secretaria da CMO, à Diretoria Geral da Câmara dos Deputados, à Coordenação de Áudio Visual, à Taquigrafia, às Consultorias de Orçamento da Câmara dos Deputados e do Senado Federal, às Assessorias das Lideranças da Câmara dos Deputados e do Senado Federal, aos jornalistas, às copeiras, aos garçons, e enfim, a todos os que com o seu trabalho e dedicação contribuíram para o bom êxito no fechamento dos trabalhos desta Comissão, durante o exercício de 2019. O Presidente encerrou os trabalhos, às vinte horas e sete minutos do dia dezessete de dezembro de 2019. Para constar, eu, Walbinson Tavares de Araujo, Secretário Executivo, lavrei a presente Ata, que, após a sua aprovação, será assinada pelo Presidente da Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização do Congresso Nacional e encaminhada para publicação no Diário do Congresso Nacional. Os trabalhos foram gravados e, depois de traduzidos, integrarão esta Ata. **Senador Marcelo Castro, Presidente.** xxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxx

Em 10.12.2019, às 14h30min.

O SR. PRESIDENTE (Marcelo Castro. MDB - PI) - Declaro iniciada a 17ª Reunião Ordinária da Comissão de Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização, destinada à apreciação das matérias constantes da pauta.

Há quórum para deliberação na representação das duas Casas do Congresso Nacional.

Expediente.





CONGRESSO NACIONAL
Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização

Declaro como lidos os expedientes recebidos pela Comissão até a presente data, tendo em vista que essas informações encontram-se publicadas na página da CMO, na Internet.

Apreciação da ata.

Havendo concordância do Plenário, proponho a dispensa da leitura da ata por ter sido distribuída antecipadamente. Caso haja alguma retificação, peço aos Srs. Parlamentares que se manifestem.

Coloco em votação a ata da 6ª Reunião Extraordinária, realizada em 4 de dezembro de 2019.

A ata está em votação na representação da Câmara dos Deputados.

Os Srs. Parlamentares que a aprovam permaneçam como se acham. *(Pausa.)*

Aprovada.

A ata está em votação na representação do Senado Federal.

Os Srs. Parlamentares que a aprovam permaneçam como se encontram. *(Pausa.)*

Aprovada.

Ordem do Dia.

Exame do Comitê de Admissibilidade de Emendas — CAE quanto às emendas apresentadas.

Conforme dispõe o parágrafo único do art. 25 da Resolução nº 1, de 2006, do Congresso Nacional, solicito autorização do Plenário para votação do relatório apresentado ao projeto de lei orçamentária de 2019. Coordenador do Comitê de Admissibilidade de Emendas — CAE: Deputado João Carlos Bacelar.

Está com a palavra o Coordenador do CAE, o Deputado João Carlos Bacelar, para apresentação do relatório.

O SR. JOÃO CARLOS BACELAR (PL - BA) - Sr. Presidente, Senador Marcelo Castro; Sr. Vice-Presidente, Deputado Dagoberto Nogueira; Sras. e Srs. Senadores e Deputados, primeiro, vou ler o texto do PPA — Plano Plurianual.

"Conforme o art. 25 da Resolução nº 1, de 2006, do Congresso Nacional, cabe ao Comitê de Admissibilidade de Emendas — CAE propor a inadmissibilidade das emendas apresentadas, inclusive as de Relator, aos projetos de lei orçamentária anual, de diretrizes orçamentárias e do plano plurianual. Os relatórios de





CONGRESSO NACIONAL
Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização

admissibilidade devem ser votados pela CMO antes da apreciação do mérito das respectivas matérias, salvo deliberação em contrário do Plenário da CMO.

O exame da admissibilidade de emendas corresponde ao exame preliminar, anterior ao de mérito, que verifica a compatibilidade da proposição com as normas constitucionais, legais e regimentais, nos termos do art. 146 da Resolução nº 1/2006-CN. Esse dispositivo determina que a emenda à proposição em tramitação na CMO que contrariar a norma constitucional, legal ou regimental será inadmitida, caso aprovada na CMO a proposta do Comitê de Admissibilidade (...).

O Comitê, no uso de suas atribuições, levou em consideração o Relatório de Atividades — Diretrizes e Orientações disponibilizado no *site* da CMO, diretrizes essas que permitem a interpretação sistêmica do conjunto de normas de admissibilidade aplicáveis às emendas parlamentares (Constituição Federal, Plano Plurianual, LDO, Resolução nº 1, de 2006, do Congresso Nacional).

Em relação à admissibilidade de emendas do Plano Plurianual, este Comitê tomou por referência as disposições da Constituição Federal e aquelas do parecer preliminar apresentado à CMO, mantido o referencial de sua estrutura tal como formulada no texto do projeto de lei do Plano Plurianual 2020-2023 (PLPPA 2020-2023).

(...)

Considerando os critérios técnicos apontados, foram consideradas inadmitidas todas as emendas listadas no Anexo 1.

II. Voto

Diante do exposto, propomos que, dentre as emendas apresentadas ao projeto de lei do Plano Plurianual, sejam consideradas inadmitidas aquelas que integram o Anexo 1 ao presente relatório. As demais emendas devem ser consideradas admitidas.

(...)

Considerando os ofícios apresentados na CMO, excluí do relatório as Emendas nºs 12770001, do Deputado Wellington Roberto; 12770003, do Deputado Wellington Roberto; 27760007, do Deputado Alessandro Molon; que devem ser consideradas como admitidas, uma vez que suprimos os elementos que faltavam.

Do outro lado, foram incluídas as Emendas nºs 3974002, 41630003 e 906001, que devem ser consideradas inadmitidas.





CONGRESSO NACIONAL
Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização

O SR. VICENTINHO JÚNIOR (PL - TO) - Presidente, uma questão de ordem. Peço um esclarecimento ao Relator, o Deputado João Carlos Bacelar. Nós temos o Destaque de nº 50170002, a pedido do Deputado Osires Damaso, do Estado do Tocantins, que não ouvi ser citado na fala de S.Exa. Esse número já foi citado?

O SR. JOÃO CARLOS BACELAR (PL - BA) - Ao PPA ou ao relatório?

O SR. VICENTINHO JÚNIOR (PL - TO) - Ao relatório das emendas de Comissão.

O SR. JOÃO CARLOS BACELAR (PL - BA) - Da LOA ou do PPA?

O SR. VICENTINHO JÚNIOR (PL - TO) - Da LOA. A LOA não entrou ainda?

O SR. JOÃO CARLOS BACELAR (PL - BA) - Estou ainda no PPA.

O SR. VICENTINHO JÚNIOR (PL - TO) - É a do PPA, desculpe-me.

Essa referida emenda já foi lida aí ou não?

O SR. JOÃO CARLOS BACELAR (PL - BA) - Não tem destaque ao nosso relatório. Tem destaque ao PPA.

O SR. VICENTINHO JÚNIOR (PL - TO) - O.k. Está bem.

O SR. JOÃO CARLOS BACELAR (PL - BA) - Deputado Vicentinho, V.Exa. tem alguma dúvida? Se tiver, pode tirá-la aqui junto à nossa Consultoria. *(Pausa.)*

O SR. PRESIDENTE (Marcelo Castro. MDB - PI) - O relatório da CAE está em discussão. O prazo para destaque está iniciado e será finalizado ao término da discussão.

O SR. VICENTINHO JÚNIOR (PL - TO) - Sr. Presidente, está havendo alguma divergência de informação entre a Assessoria do partido e a da Comissão. Estão me orientando que seria este o momento de defender o Destaque nº 50170002, da Comissão de Finanças e Tributação, ao PPA. Eu só queria um esclarecimento, porque há uma dúvida entre consultorias aqui.

Eu peço só um minutinho, Sr. Presidente, porque parece que este é o momento, para não ficar prejudicado esse destaque.

(Pausa prolongada.)

O SR. VICENTINHO JÚNIOR (PL - TO) - Está superado. Pode continuar na LOA, Presidente. Fui aqui informado.

O SR. PRESIDENTE (Marcelo Castro. MDB - PI) - A discussão e o prazo para apresentação de destaques estão encerrados.





CONGRESSO NACIONAL
Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização

O relatório do Comitê de Admissibilidade de Emendas está em votação na representação da Câmara dos Deputados.

Os Srs. Parlamentares e as Sras. Parlamentares que o aprovam permaneçam como se acham. *(Pausa.)*

Aprovado.

Está em votação na representação do Senado Federal.

As Sras. Senadoras e os Srs. Senadores que o aprovam permaneçam como se encontram. *(Pausa.)*

Aprovado.

O relatório do CAE apresentado ao projeto de lei do Plano Plurianual para 2020-2023 está aprovado.

Item 2. Apreciação do relatório apresentado ao Projeto de Lei nº 21, de 2019, da Presidência da República, que institui o Plano Plurianual da União para o período de 2020 a 2023.

O Relator é o Senador Oriovisto Guimarães. *(Manifestação na plateia: Ô, Ô, Ô, 13º para o BPC!)*

Voto. *(Manifestação na plateia: Está na Comissão! Está na Comissão! Está na Comissão!)*

Voto. *(Manifestação na plateia: Sem 13º não vai ter fundão! Sem 13º não vai ter fundão! Sem 13º não vai ter fundão!)*

Voto. Pela aprovação do projeto, nos termos do substitutivo apresentado que contempla as seis emendas de Relator, nos termos solicitados pelo Poder Executivo.

Quanto às 542 emendas apresentadas, o Relator ofereceu voto pela aprovação de 55 emendas, pela aprovação parcial de 268, pela prejudicialidade de 29 e rejeição de 67, e indicou para inadmissibilidade 123 emendas.

O Relator está com a palavra para apresentação do relatório. O prazo de destaque será finalizado ao término da discussão, conforme estabelece o inciso I do art. 60 do Regimento Interno da CMO.

Está com a palavra o Relator, o Senador Oriovisto Guimarães.

O SR. ORIOVISTO GUIMARÃES (PODEMOS - PR) - Sr. Presidente, eu me permito fazer a leitura de forma resumida, pois o parecer todo é extremamente extenso. Só para que se tenha uma ideia, é um volume impossível de ser lido aqui, mas o relatório resumido que preparei acho que vai satisfazer a todos.





CONGRESSO NACIONAL
Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização

O resumo, então, para leitura deste parecer da CMO.

"O Presidente da República, em atendimento ao disposto no art. 165, § 1º, da Constituição, enviou ao Congresso Nacional, por meio da Mensagem nº 396, de 2019, o Projeto de Lei nº 21, de 2019-CN, que institui o Plano Plurianual para o período de 2020 a 2023 (PPA 2020-2023).

Designado Relator do projeto, coube-nos a honrosa e desafiadora tarefa de propor parecer sobre a apreciação do projeto de lei, conforme previsto no art. 102 da Resolução nº 1, de 2006-CN.

O parecer preliminar, aprovado pela Comissão Mista de Orçamento, fixou condições, restrições e limites, bem como as orientações básicas referentes à estrutura e ao conteúdo do Plano Plurianual para o período de 2020 a 2023.

Em obediência ao parecer preliminar, mantivemos a estrutura e a metodologia do plano que foi elaborado, tendo em vista a incorporação de três aspectos: 1) simplificação, explicitando no projeto de lei apenas o previsto na Constituição; 2) realismo fiscal, decorrente do arcabouço legal vigente e do contexto atual de restrição de recursos públicos; e 3) integração com os planejamentos estratégicos dos Ministérios e com a avaliação de políticas públicas, permitindo efetivar o ciclo orçamentário no Governo Federal.

Foram apresentadas 548 emendas ao projeto. Dentre elas, 154 tratavam de aperfeiçoamento no texto..."

(O Sr. Presidente faz soar as campainhas.)

O SR. PRESIDENTE (Marcelo Castro. MDB - PI) - Eu peço que façam silêncio, por favor. O Relator está com a palavra.

Agradeço a colaboração.

O SR. ORIOVISTO GUIMARÃES (PODEMOS - PR) - "Foram apresentadas 548 emendas ao projeto. Dentre elas, 154 tratavam de aperfeiçoamento no texto e 394 emendas tratavam de emendas à despesa, nos termos do parecer preliminar.

Receberam parecer da CAE — Comitê de Admissibilidade de Emendas pela inadmissão um total de 123 emendas, sendo 96 relacionadas a investimentos prioritários.

A demanda de recursos por meio de emendas ultrapassou 100 bilhões de reais.





CONGRESSO NACIONAL
Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização

Dentre as aptas a serem acolhidas por não representarem duplicidade ou estarem marcadas para inadmissão, totalizaram 68 bilhões de reais, algumas das quais com o objeto prejudicado em razão de outros atendimentos.

Ainda assim, em face do cenário macroeconômico expressivamente restritivo, afigura-se medida de responsabilidade fiscal pertinente à proposição para que os novos investimentos incluídos em seção própria do Anexo III fossem condicionados ao valor global projetado para cada um dos programas, resultando em cerca de 37 bilhões para o atendimento a 216 emendas e ao compromisso dos proponentes com emendas impositivas nos orçamentos dos exercícios financeiros correspondentes.

Quanto às emendas que propuseram acréscimos de metas, procuramos atender às demandas parlamentares, mas sempre com a preocupação de não comprometermos a coerência que deve existir entre as metas propostas, que são atributos dos objetivos. Especialmente quando se tratou de metas quantitativas, foi preciso um grande cuidado para que elas expressassem com razoabilidade os recursos alocados nos programas.

As seis emendas do Relator foram oferecidas tão somente para ajustes solicitados pelo Executivo ou para ajustes da programação em virtude de emendas parlamentares que desmembraram programas.

As seis emendas do Relator foram oferecidas tão somente para ajustes solicitados pelo Executivo ou para ajustes da programação, em virtude de emendas parlamentares que desmembraram programas.

O PLPPA 2020-2023 trouxe como prioridade a atenção à primeira infância.

Esta relatoria entende e valoriza as ações direcionadas à primeira infância, fundamentais para o desenvolvimento do País. Nesse contexto, apesar do cenário fiscal desfavorável, viabilizamos o direcionamento de mais recursos para o período de vigência do PPA, garantindo, dessa forma, a programação adequada de valores para a ampliação do atendimento aos exercícios financeiros de referência, de sorte a tornar exequíveis metas propostas pelo Poder Executivo — para que se tenha ideia, foram mais de 360 milhões.

Ademais, na análise da relatoria, verificou-se que o projeto do plano atende aos regramentos constitucionais e também às demais normas que tratam direta ou indiretamente da matéria.





CONGRESSO NACIONAL
Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização

Diante do exposto, somos pela aprovação do Projeto de Lei nº 21, de 2019, do Congresso Nacional, conforme anexos, nos termos do substitutivo que estamos apresentando e das emendas indicadas nos apensos a este relatório."

Finalmente, quero manifestar meus agradecimentos especiais ao Senador Marcelo Castro, Presidente da Comissão Mista de Orçamento, por ter me designado para o cargo de Relator do PPA 2020-2023; ao Sr. Walbinson de Araújo, Secretário da Comissão Mista de Orçamento, pelo apoio na operacionalização no âmbito da CMO; à Sra. Ana Cláudia Borges, Consultora-Geral de Orçamento do Senado Federal, pelo suporte operacional para a elaboração do relatório final do PPA, em especial, fornecendo a equipe; ao Sr. Otávio Gondim, Coordenador de equipe de consultores que assegurou a elaboração do relatório final do PPA; e à equipe — Flávio Luz, Júlia Rodrigues e Fidelis Fantin.

Sr. Presidente, para esclarecimentos finais, nós recebemos, aprovado pelo CAE, o Comitê de Admissibilidade de Emendas, as Emendas 12770001, 12770003 e 27760007. A duas delas nós vamos dar aprovação parcial, pelo espaço fiscal existente. E a Emenda 12770003 vamos acatar na íntegra. Já fizemos os ajustes com a Consultoria e vamos aceitá-las.

Era isso, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Marcelo Castro. MDB - PI) - O relatório está em discussão.

O SR. IZALCI LUCAS (PSDB - DF) - Sr. Presidente...

O SR. PRESIDENTE (Marcelo Castro. MDB - PI) - Com a palavra o Senador Izalci Lucas.

O SR. IZALCI LUCAS (PSDB - DF) - Sr. Presidente, foi apresentado agora o Destaque nº 2, com relação à EMBRAPA.

O SR. PRESIDENTE (Marcelo Castro. MDB - PI) - Por favor, colaborem, fazendo silêncio, com os nossos trabalhos. Obrigado.

O SR. IZALCI LUCAS (PSDB - DF) - O destaque é uma emenda da Comissão de Agricultura. A proposta do PPA 2020-2023 reduz de 2,2 bilhões de reais, de 2016 para 2019, para 802 milhões de reais do valor global do Programa Finalístico 2203 - Pesquisa e Inovação Agropecuária, cuja execução cabe ao Ministério da Agricultura.

Essa redução, Presidente e Relator, compromete o programa e as atividades da EMBRAPA, tendo em vista que, a partir daí, são financiadas as despesas de





CONGRESSO NACIONAL
Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização

custeio e investimentos na pesquisa agropecuária. Foi rejeitada a emenda que propõe manter o nível de investimento do Programa 2021 a 2023 em 1,350 bilhão de reais. Então, pedimos apoio.

Se hoje temos um orçamento, se temos algum recurso, devemos muito à EMBRAPA. A nossa balança comercial, as exportações e a produtividade do País devem hoje à EMBRAPA. Então, não podemos deixar a EMBRAPA nessa situação de redução de 2,2 bilhões de reais para 800 milhões de reais.

Peço a V.Exa. e a todos os membros da Comissão que pensem um pouco na EMBRAPA. Muita gente não conhece o Brasil, mas conhece a EMBRAPA. Sei que V.Exa. reconhece isso, mas eu gostaria muito de pedir o apoio para esse destaque, que é muito importante para o País, para a EMBRAPA e, em especial, para a ciência, tecnologia e inovação.

O SR. VICENTINHO JÚNIOR (PL - TO) - Presidente Marcelo, tenho uma questão de ordem.

Faço coro com o Senador Izalci, ao reconhecer a importância da EMBRAPA.

Como Relator-Setorial da Agricultura, tentamos ao máximo, orientados pela Ministra Tereza Cristina, preservar esse orçamento para que um órgão tão importante de pesquisa e inovação no setor agropecuário não pare e padeça, como está acontecendo. Então, se possível, Senador Oriovisto, acate esse destaque, pois ele é muito importante para a nossa EMBRAPA, no Brasil.

O SR. PRESIDENTE (Marcelo Castro. MDB - PI) - Continua a discussão.

Com a palavra o nobre Deputado Edmilson Rodrigues.

O SR. EDMILSON RODRIGUES (PSOL - PA) - Presidente, inicialmente, não há como ser a favor do relatório. Eu lastimo que se empobreça uma cultura construída por esta Comissão, cultura que não é patrimônio de um partido ou de partidos A, B ou C, mas de todos os partidos que compõem o Congresso Nacional, na mais importante Comissão Permanente do Congresso Nacional.

Com o afã de simplificação, realismo fiscal, integração de planejamento e avaliação de políticas públicas, constitui-se um relatório totalmente frágil, impreciso, com poucas metas e ainda com muita indefinição acerca dessas metas, confusão entre números de Governo e o que é meta programática.

A nossa assessoria bebeu na fonte de duas instituições importantes, a Consultoria para o Orçamento do nosso Congresso Nacional e o próprio TCU, que





CONGRESSO NACIONAL
Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização

analisaram essa peça do Senador Oriovisto. Entre outras coisas, há baixo índice de regionalização das metas num País tão desigual e previsão de alteração unilateral de metas. Nós estamos fazendo já no plano plurianual uma lei que vai permitir ao Presidente atual e ao futuro Presidente no seu primeiro ano de gestão alterar metas e alterar, inclusive, as prioridades de investimento. Isso é algo inadmissível! É melhor fazer um artigo que diga: *"Aprovado o PPA, faça o Executivo o que bem entender deste País, dos recursos nacionais e dos programas que historicamente se constituíram como centrais para desenvolver este País"*. Inexistem critérios qualitativos, entre outros problemas levantados por órgãos técnicos — não estou falando aqui só da assessoria do PSOL. Mas eu queria me ater à desidratação do PPA. Imaginem só, no PPA de 2016 a 2019 nós tínhamos 54 programas temáticos, que se desdobram em 304 objetivos e 1.136 metas. Agora, há 66 programas, e apenas 61 metas quantificadas. Isso é preguiça? Não, isso não é preguiça. Deixa-se esse tema sem definição, para que o Executivo faça o que quiser do Plano Plurianual. E não dá para brincar com coisa séria, com todo respeito ao nosso Relator.

Peço que vejam a Nota Técnica da Consultoria de Orçamento do Congresso: *"Considerando a complexidade dos problemas que cada um dos 66 programas se propõe a enfrentar, como empregabilidade, educação básica de qualidade, segurança pública, etc., não parece razoável assumir que, apenas com o cumprimento de uma meta sintética por programa, eles se resolverão"*.

Presidente, eu não estou ouvindo a minha voz. Acho que é problema de velhice precoce ou porque há um barulho geral. Assim, fica difícil, e nós acabamos gritando, porque não se ouve nada.

(O Sr. Presidente faz soar as campainhas.)

O SR. PRESIDENTE (Marcelo Castro. MDB - PI) - Eu quero, mais uma vez, solicitar a colaboração de todos para que façam silêncio, na medida do possível, a fim de ouvirmos os oradores.

Agradeço a colaboração que todos sempre têm dado à condução dos trabalhos aqui nesta Comissão.

Muito obrigado.

O SR. EDMILSON RODRIGUES (PSOL - PA) - Sr. Presidente, gostaria, se possível, que fossem restituídos alguns segundos ou minutos do meu tempo.





CONGRESSO NACIONAL
Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização

O SR. PRESIDENTE (Marcelo Castro. MDB - PI) - V.Exa. terá 1 minuto a mais.

O SR. EDMILSON RODRIGUES (PSOL - PA) - Em relação ao tema da fragilidade do desenho dos programas, eu teria muita coisa a levantar. Mas, em relação ao Programa 1058 - Mudança do Clima, não há como enfrentar o problema de modo superficial, genérico, como foi apresentado.

Em relação ao Programa Moradia, é estabelecida uma meta de 1.822.063 beneficiários, sem definir o que é efetivamente investimento para construção de moradia e o que é melhoria, ou seja, há redução do déficit quantitativo e qualitativo, como se coloca aqui, sem se estabelecer, inclusive, qual é o déficit habitacional brasileiro. É possível planejar e fazer um Plano Plurianual sem mencionar aquilo que há de dados, ainda que atrasados, de 2015, que é a última referência oficial que se tem da Fundação Pinheiro?! Há cerca de 6,400 milhões de moradias. Mas isso não está previsto aqui.

Presidente, no caso do Programa 5018 - Atenção Especializada à Saúde, o objetivo é promover a ampliação da oferta de serviços e atenção especializada, com vista à ampliação do acesso à redução das desigualdades regionais, em tese. Todavia, a meta trata apenas da ampliação de índices de transplantes de órgãos sólidos.

Ora, a saúde está vivenciando um caos, Presidente. V.Exa., que é autoridade nisso, porque foi Ministro e é médico, sabe que 80% dos atendimentos hospitalares poderiam ser evitados se houvesse uma atenção básica, de forma mais sistemática, fortalecida. E nós vamos colocar como única meta, dessas poucas metas aqui definidas, que são 61, a de transplante de órgãos?! Isso é fundamental, mas não dá para aceitar essa pobreza de relatório que foi apresentada, porque, na verdade, nega-se a necessidade de o Congresso Nacional estabelecer programas, análises qualitativa e quantitativa, metas sem preguiça, sem economia de metas.

Nós temos que saber o que vai mudar. Sabemos que, quando se faz um planejamento para 4 anos, nem todos os problemas habitacionais vão ser resolvidos nesses 4 anos, mas temos que dizer qual é o déficit quantitativo, qual é o déficit qualitativo e qual é a meta que vamos cumprir sobre habitação, saúde, educação ou qualquer tema.

Desse jeito aqui não dá para levar a sério. Voto contra, se tiver que votar nesse relatório.





CONGRESSO NACIONAL
Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização

Obrigado.

O SR. ALUISIO MENDES (PSC - MA) - Peço a palavra, para uma questão de ordem, Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Marcelo Castro. MDB - PI) - Pois não, Deputado Aluisio Mendes.

O SR. ALUISIO MENDES (PSC - MA) - Eu queria consultar V.Exa. Eu conversei com vários colegas que são Relatores Setoriais — embora isso não esteja previsto regimentalmente, nesta Casa tudo pode funcionar por um grande acordo — se nós poderíamos votar os relatórios setoriais de forma global. Consultei os Relatores, e eles não fizeram nenhuma objeção.

Vou esperar o Presidente prestar atenção. *(Pausa.)*

Presidente...

O SR. PRESIDENTE (Marcelo Castro. MDB - PI) - Tudo bem.

O SR. ALUISIO MENDES (PSC - MA) - Eu acho que V.Exa. poderia consultar o Plenário, eu consultei todos os Relatores presentes e não há objeção. Vamos dar celeridade a isso.

O SR. PRESIDENTE (Marcelo Castro. MDB - PI) - Na hora oportuna, se não houver discordância e estiverem todos de acordo...

O SR. ALUISIO MENDES (PSC - MA) - V.Exa. poderia fazer já uma consulta e, no momento oportuno, pautaria de maneira global.

O SR. PRESIDENTE (Marcelo Castro. MDB - PI) - Tem que ser na hora, porque vão ter que votar.

Tem a palavra o Deputado Hildo Rocha. É para uma questão de ordem, não é?

O SR. HILDO ROCHA (Bloco/MDB - MA) - Não, para discutir.

O SR. PRESIDENTE (Marcelo Castro. MDB - PI) - Tudo bem.

Para discutir, tem a palavra o Deputado Hildo Rocha.

O SR. HILDO ROCHA (Bloco/MDB - MA) - Obrigado, Presidente Marcelo Castro.

Sr. Senador Oriovisto Guimarães, Relator do PPA 2020/2023, parablenizo V.Exa. pelo trabalho realizado, no sentido de apresentar um PPA bem democrático, um PPA que atenda as necessidades da população, ouvindo e atendendo os pleitos dos Senadores e Senadoras, dos Deputados e Deputadas.





CONGRESSO NACIONAL
Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização

O Deputado Hildo Rocha apresentou três emendas ao PPA 2020/2023. Quero agradecer demais a V.Exa. por ter acatado a nossa indicação, pois uma delas vai possibilitar a duplicação e adequação do trecho da BR-010 que vai da cidade de Açailândia até a cidade de Estreito.

Essa estrada foi feita ainda na década de 50 e concluída na década de 60 pelo Juscelino Kubitschek, mas hoje aumentou muito o tráfego. Nós temos naquela área a maior indústria de celulose da América Latina. E onde há a maior indústria de celulose da América Latina, obviamente há plantações. E essas plantações de madeira, de eucalipto, obviamente são transportadas de várias regiões.

Essa BR tem muito tráfego e, em virtude disso, muitos acidentes também. Então é necessário que ela seja duplicada porque foi projetada numa época em que havia poucos carros, poucos caminhões, caminhões diferentes, e hoje é muito maior. Agradeço a V.Exa. por ter aceito a nossa indicação.

Outra proposta que eu fiz, e V.Exa. aceitou, é sobre a BR-222, dividida em dois trechos, um que vai do entroncamento da BR-135, na cidade de Itapecuru-Mirim, até a cidade de Chapadinha. Hoje, essa é uma nova fronteira agrícola do Nordeste brasileiro. A região de Chapadinha é uma das maiores produtoras de soja do Nordeste brasileiro.

Para que V.Exa. tenha ideia, hoje, boa parte da produção de soja e milho está sendo transportada não por essa BR, mas pela que vai até a cidade de Barreirinhas, danificando os Lençóis Maranhenses. E no momento em que a BR-222 for duplicada, logicamente o trânsito vai sair das dunas dos Lençóis Maranhenses de Barreirinhas. Toda essa produção de soja e milho é transportada para o Porto de Itaqui e vai para a Ásia, exportada para a China.

Assim também em relação à BR, cuja emenda V.Exa. acatou — V.Exa. foi sábio, abençoado por Deus, iluminado —, que sai da cidade de Miranda do Norte até Buriticupu. Buriticupu e Santa Luzia são grandes produtoras de soja hoje. A maior produtividade de soja do Maranhão hoje se dá nessa região de Buriticupu. Essa estrada é muito sinuosa. Foi aproveitada uma estrada que já existia. E esse trecho da BR-222 precisa realmente de adequação.

Quero lhe parabenizar pelo trabalho primoroso e de alta qualidade, a V.Exa. e aos construtores que lhe ajudaram a produzir esse PPA. O Maranhão sente-se contemplado com a sua relatoria.





CONGRESSO NACIONAL
Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização

Muito obrigado, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Marcelo Castro. MDB - PI) - Vamos pegar todas as observações, e depois V.Exa. responde a elas.

Tem a palavra o Deputado Hercílio Coelho Diniz, por favor.

O SR. HERCÍLIO COELHO DINIZ (Bloco/MDB - MG) - Senador Marcelo Castro, boa tarde.

Quero me dirigir ao nosso Relator, o Senador Oriovisto Guimarães.

Boa tarde, Senador Oriovisto Guimarães, Relator do nosso Plano Plurianual. Gostaria de fazer uma solicitação a V.Exa., ou melhor, um apelo para que pudesse dar atenção ao Destaque nº 1, de minha autoria, autorizado pelo Senador Marcelo Castro, uma indicação da Comissão Mista de Orçamento para realização de uma obra na BR-116, no Município de Governador Valadares. A BR-116, Rodovia Rio-Bahia, liga vários Estados, e essa ponte já está com mais de 70 anos de construção, com um tráfego de mais de 30 veículos por dia e acidentes constantes, que causam um transtorno muito grande ao tráfego e a toda população.

Essa obra já deveria ter sido feita há mais de década, mas, infelizmente, até então não foi realizada. Queria fazer um apelo a V.Exa. para que possa dar uma atenção a esse destaque e atendê-lo.

No mais, quero parabenizá-lo pelo excelente relatório apresentado.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Marcelo Castro. MDB - PI) - Tem a palavra o nobre Relator Senador Oriovisto Guimarães para falar sobre os destaques.

O SR. ORIOVISTO GUIMARÃES (PODEMOS - PR) - Sr. Presidente, eu queria esclarecer aos nobres Deputados e Senadores desta Comissão que foram muitos meses de trabalho meu e de toda a equipe que me ajudou na elaboração do relatório deste PPA. Tive o cuidado de fazer esse trabalho em permanente contato com o Ministério da Economia, de forma que eu posso assegurar aos senhores que tudo que está aqui foi feito com a máxima responsabilidade, e tenho o compromisso com o Ministério da Economia de não vetar nenhum dos itens destacados aqui.

Só para que tenham uma ideia, nos investimentos prioritários nós acrescentamos 37 bilhões — isso foi mais do que triplicar o que veio do Ministério da Economia.





CONGRESSO NACIONAL
Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização

A minha orientação para toda a equipe do Senado, da Câmara e do Ministério da Economia foi a de atender a todas as emendas. Meu objetivo era atender a todas as emendas. Só não pude atender as emendas que foram bloqueadas pelo Comitê de Admissibilidade de Emendas, o CAE. Quando o CAE diz que não pode por razões constitucionais, ou pelo motivo que se coloca, eu nada posso fazer como Relator. O CAE é soberano nisso. A ideia sempre foi aprovar as emendas que eu recebi e que passaram pelo crivo do CAE.

Ninguém melhor do que os Deputados sabe o que é importante para a sua região. Longe de mim querer opor-me a isso. Quando um Deputado pede, quando um Senador pede, a minha intenção é sempre acatar, colocar aqui no relatório e prestigiar. Nós conseguimos criar um critério novo, com muita discussão com o Ministério da Economia, que permitiu a inclusão como prioritária de mais de uma centena de emendas, condicionadas — é claro — à existência de verbas, à existência de emendas e de outras emendas que poderão surgir ao longo dos 3 anos.

É preciso não esquecer que é a primeira vez que se faz um PPA no qual, em todos os anos deste Governo, está previsto déficit primário ao final do ano. Este é um Governo que está literalmente sem combustível. Não é à toa que nós recebemos já mais três PECs seriíssimas, a PEC Emergencial, a PEC do Pacto Federativo e a PEC dos Fundos. Inclusive, eu fui o Relator da PEC Emergencial, realmente algo complexo, com 89 interferências na Constituição, em análise na Comissão de Constituição e Justiça do Senado. Depois, virá para a Câmara analisar.

Nós fizemos tudo que está aqui com a maior responsabilidade. Não podíamos colocar coisas que ferissem o teto de gastos. Não podíamos colocar coisas que fossem contra a Constituição, mas tudo que pudemos aprovar, aprovamos. Quero dizer que o que não faltou aqui foi trabalho e responsabilidade — podem ter certeza disso.

Quero dizer ao meu colega Senador Izalci que eu tenho a maior admiração pela EMBRAPA. Eu sou um fã da EMBRAPA. Sei que o Brasil é o que é, em termos de uma potência agrícola, graças à EMBRAPA. Longe de mim querer, por vontade minha, impedir qualquer coisa que possa permitir que a EMBRAPA continue sendo a fonte de pesquisa científica, de evolução deste País, maravilhosa que é. Pediria somente, em relação aos destaques, esses outros que estão aqui, que nós





CONGRESSO NACIONAL
Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização

tivéssemos um tempo para estudá-los, coisa de 10 a 15 minutos. Depois de aprovado o relatório, deixássemos os destaques para o final, porque eu vou envidar todos os esforços para aprovar tudo. Se não houver um empecilho insuperável, nós aprovaremos todos. Podem ter certeza disso, já contem com a minha boa vontade.

Também quero dizer que nós já alteramos a meta que veio do Executivo quanto à emissão de carbono. Já colocamos os padrões da ONU para isso aqui.

Sobre a habitação, nós ampliamos a meta, reconhecendo a importância do tema.

Então, eu pediria, Sr. Presidente, que nós votássemos o relatório e que me desse algum tempo para, junto com a Assessoria, estudar os destaques. Em seguida, eu falarei sobre eles.

O SR. PRESIDENTE (Marcelo Castro. MDB - PI) - Tudo bem.

Foram apresentados dois destaques.

O relatório PPA 2020-2023 e a complementação de voto estão em votação na representação da Câmara dos Deputados, evidentemente ressalvados os destaques.

Os Srs. Parlamentares que o aprovam permaneçam como se acham. *(Pausa.)*

Aprovado.

Em votação na representação do Senado Federal.

Os Srs. Parlamentares que o aprovam permaneçam como se encontram. *(Pausa.)*

Aprovado.

O relatório foi aprovado.

Agora vamos apreciar os destaques.

O SR. ORLANDO SILVA (PCdoB - SP) - Sr. Presidente, peço a palavra, por oportunidade.

O SR. PRESIDENTE (Marcelo Castro. MDB - PI) - Pois não, Deputado Orlando Silva.

O SR. ORLANDO SILVA (PCdoB - SP) - Eu vi que o item 6 da pauta é o relatório sobre desenvolvimento regional.

O Senador Eduardo Gomes não está presente, e nós precisaríamos fazer uma consulta a ele sobre esse relatório, pois é um tema sensível.





CONGRESSO NACIONAL
Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização

O SR. EDMILSON RODRIGUES (PSOL - PA) - Sr. Presidente, eu quero registrar o meu voto contrário, por favor.

O SR. ORLANDO SILVA (PCdoB - SP) - Se for preciso, V.Exa. ajusta a pauta, para que nós possamos fazer uma construção com o Senador. Certo, Sr. Presidente?

O SR. PRESIDENTE (Marcelo Castro. MDB - PI) - Não entendi.

O SR. ORLANDO SILVA (PCdoB - SP) - Nós precisamos ter uma conversa com o Senador Eduardo Gomes sobre um detalhe no relatório dele.

O SR. PRESIDENTE (Marcelo Castro. MDB - PI) - Sem problemas.

O SR. ORLANDO SILVA (PCdoB - SP) - Queria deixar consignado, faço esse apelo a V.Exa., que nós não apreciemos sem que haja o tempo de um diálogo com o Senador.

Eu e o Deputado Edmilson Rodrigues precisamos fazer uma consulta a ele.

O SR. PRESIDENTE (Marcelo Castro. MDB - PI) - V.Exa. e o Deputado Edmilson Rodrigues estão atendidos agora, foram atendidos no passado e serão atendidos no futuro, com toda a presteza e solicitude.

O SR. EDMILSON RODRIGUES (PSOL - PA) - Obrigado. *(Risos.)*

O pessoal levar a sério isso. *(Risos.)*

O SR. ORLANDO SILVA (PCdoB - SP) - Vai parar na Comissão de Ética do PSOL, hein, Presidente. *(Risos.)*

O SR. PRESIDENTE (Marcelo Castro. MDB - PI) - Passaremos à apreciação dos destaques em que foi solicitada votação em separado.

Destaque nº 1.

Concedo a palavra ao autor do destaque, o Deputado Hercílio Coelho Diniz.

V.Exa. tem a palavra, por 3 minutos, para defender o seu destaque.

O SR. HERCÍLIO COELHO DINIZ (Bloco/MDB - MG) - Boa tarde a todos.

Como eu disse há pouco ao Senador Oriovisto Guimarães, o destaque se refere a uma ponte na BR-116, a Rodovia Rio-Bahia. Vários Estados são cortados por essa rodovia. Trata-se de uma ponte com mais de 70 anos de construção, uma ponte bastante estreita, com um tráfego diário em torno de 30 mil veículos/dia, e constantemente nós temos ali vários acidentes. Ela está no perímetro urbano, e há um transtorno muito grande ali não só para a cidade como também para o tráfego rodoviário, que é pesado.





CONGRESSO NACIONAL
Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização

Essa é uma demanda de algumas décadas e já deveria ter sido atendida.

Então, faço um apelo a V.Exa. no sentido de atender esse destaque, porque a região de fato precisa, é uma obra muito necessária, uma obra de âmbito nacional.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Marcelo Castro. MDB - PI) - Com a palavra o Senador Oriovisto Guimarães.

O SR. ORIOVISTO GUIMARÃES (PODEMOS - PR) - Deputado, a notícia é boa. Verifiquei com a assessoria: o que houve foi só uma mudança de título, por isso está gerando essa confusão. O destaque foi aprovado, os 70 milhões pedidos estão no PPA.

O destaque foi contemplado. V.Exa. pode ficar tranquilo.

O SR. PRESIDENTE (Marcelo Castro. MDB - PI) - O destaque foi aprovado...

O destaque foi prejudicado.

O SR. ORIOVISTO GUIMARÃES (PODEMOS - PR) - O destaque foi prejudicado, porque já havia sido atendido.

O SR. PRESIDENTE (Marcelo Castro. MDB - PI) - Então, foi prejudicado o destaque, porque ele já havia sido contemplado, houve o esclarecimento.

Vamos ao segundo destaque, de autoria do nobre Senador Izalci Lucas.

Vamos ao segundo destaque, de autoria do nobre Senador Izalci Lucas.

Com a palavra o Deputado Izalci Lucas, para a defesa de seu destaque.

O SR. IZALCI LUCAS (PSDB - DF) - Presidente, se há alguma instituição que é unanimidade no Congresso é a EMBRAPA. Eu nunca vi, nos meus 12 anos aqui no Congresso, alguém votar contra qualquer medida para a EMBRAPA. É uma instituição séria e não precisa de discurso para defendê-la, porque basta ver o que ela fez durante esses anos todos. É uma referência para nós e é um orgulho para o Brasil ter a EMBRAPA.

Então, precisamos manter o volume de investimento previsto, de 2021 a 2023, nos moldes que estava contemplado, mais 1 bilhão e 350 milhões de reais até 2023. Essa é a emenda da Comissão de Agricultura à qual estamos fazendo esse destaque.

Eu pediria não só ao Relator, que também reconhece a importância da EMBRAPA, mas também a todos os colegas, para que nos ajudassem a buscar uma solução para incluir essa emenda no PPA.





CONGRESSO NACIONAL
Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização

O SR. PRESIDENTE (Marcelo Castro. MDB - PI) - Com a palavra o nobre Senador Oriovisto Guimarães, para falar sobre o destaque.

O SR. ORIOVISTO GUIMARÃES (PODEMOS - PR) - Sr. Presidente, Senador Izalci, como já lhe disse, fizemos aqui consultas à nossa assessoria. Essa ampliação de 1,2 bilhão de reais ao programa da EMBRAPA é um valor extremamente significativo, mas encontramos uma brecha no corte de 6 bilhões de reais que o Executivo fez no programa de gestão. Com isso, abriu-se espaço.

Então, a minha opinião é de que podemos, sim, acatar o seu destaque e incluir esse 1,2 bilhão de reais para a EMBRAPA.

O SR. IZALCI LUCAS (PSDB - DF) - O Brasil agradece, Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Marcelo Castro. MDB - PI) - Vamos, então, colocar em votação, com parecer favorável do Relator ao destaque da EMBRAPA, apresentado pelo Senador Izalci Lucas.

Em votação na Câmara dos Deputados.

Os Srs. Parlamentares que estejam de acordo permaneçam como se acham. *(Pausa.)*

Aprovado.

Em votação na representação do Senado Federal.

Os Srs. Parlamentares que estejam de acordo permaneçam como se encontram. *(Pausa.)*

Aprovado.

O PPA está aprovado.

Item 3. Conforme o disposto no art. 25 da Resolução nº 1/2006 do Congresso Nacional, passaremos à apreciação do relatório apresentado pelo Comitê de Admissibilidade de Emendas — CAE, sobre o exame de admissibilidade das emendas apresentadas aos relatórios setoriais do PLN nº 22/2019, projeto de lei orçamentária anual para 2020. Autor: Comitê de Admissibilidade de Emendas — CAE, coordenador do CAE, Deputado João Carlos Bacelar.

Com a palavra o coordenador do CAE, Deputado João Carlos Bacelar, para a apresentação do relatório.

O SR. JOÃO CARLOS BACELAR (PL - BA) - Sr. Presidente, passo à leitura do relatório.

"I. Relatório





CONGRESSO NACIONAL
Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização

Conforme art. 25 da Resolução nº 1/2006-CN, cabe ao Comitê de Admissibilidade de Emendas — CAE propor a inadmissibilidade das emendas apresentadas, inclusive as de Relator, aos projetos de lei orçamentária anual, de diretrizes orçamentárias e do plano plurianual. Os relatórios de admissibilidade devem ser votados pela CMO antes da apreciação do mérito das respectivas matérias, salvo deliberação em contrário do Plenário da CMO.

O exame de admissibilidade de emendas corresponde ao exame preliminar, anterior ao de mérito, que verifica a compatibilidade da proposição com as normas constitucionais, legais e regimentais, nos termos do art. 146 da Resolução nº 1, de 2006, do Congresso Nacional. Esse dispositivo determina que a emenda a proposição em tramitação na CMO que contrariar norma constitucional, legal ou regimental será inadmitida, caso aprovada na CMO a proposta do Comitê de Admissibilidade (arts. 15, XI, e 25 da Resolução nº 1/2006-CN).

O Comitê, no uso de suas atribuições, levou em consideração o Relatório de Atividades — Diretrizes e Orientações disponibilizado no *site* da CMO, diretrizes essas que permitem uma interpretação sistemática do conjunto de normas de admissibilidade aplicáveis às emendas parlamentares (Constituição Federal, Plano Plurianual, LDO, Resolução nº 1/2006-CN).

Além de orientar a elaboração de emendas quanto à sua admissibilidade, o Comitê exerceu seu papel de analisar as emendas apresentadas e sugerir soluções, sempre que possível, capazes de sanear os vícios que as tornavam inadmissíveis.

Do exame técnico preliminar de admissibilidade das emendas coletivas apresentadas ao projeto de lei orçamentária para o exercício de 2020, foram identificados inúmeros casos de inadmissibilidade. Sendo que, na maior parte dos casos, foi comunicada a possibilidade de ajustes, devidamente comunicado aos coordenadores de bancadas e Presidentes de Comissões Permanentes.

Os pedidos de correção pelos autores foram apresentados no sistema informatizado próprio da CMO (SISEL). Nesse esforço de saneamento, a maior parte dos pedidos foram considerados viáveis, uma vez que suplantaram as inconsistências técnicas e regimentais.

Com a chegada da Mensagem nº 617, de 2019, seis bancadas estaduais promoveram mudanças nas emendas (incluindo a bancada do Maranhão, que não





CONGRESSO NACIONAL
Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização

havia apresentado emendas ao PLOA original). Diante disso, foi promovida nova análise das emendas, com novos ajustes.

No final, encerrados os prazos concedidos pela Comissão, e depois de intenso trabalho na busca de soluções saneadoras, reduziu-se o montante inicial de emendas coletivas com indicação pela inadmissibilidade àquelas mostradas no Anexo I ao presente Relatório.

(...)

II. Voto

Diante do exposto, propomos que, dentre as emendas de bancada estadual e de comissão apresentadas ao PLOA 2020, sejam consideradas inadmitidas apenas aquelas que integram o Anexo 1 ao presente Relatório. As demais emendas coletivas devem ser consideradas admitidas, observados os ajustes propostos pelo CAE e solicitados pelos autores no sistema SISEL."

O Anexo está publicado.

Esse é o relatório, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Marcelo Castro. MDB - PI) - O relatório do CAE está em discussão.

O prazo para destaques será finalizado ao término da discussão, conforme estabelece o inciso I do art. 60 do Regimento Interno da CMO.

Não havendo quem queira discuti-lo, a discussão e o prazo para apresentação de destaques estão encerrados. *(Pausa.)*

Parece que há um destaque.

O SR. VICENTINHO JÚNIOR (PL - TO) - Sr. Presidente, esse destaque que está agora na pauta é o Destaque nº 2, da CFT, é isso?

O SR. PRESIDENTE (Marcelo Castro. MDB - PI) - Deve ser. São dois destaques.

O SR. VICENTINHO JÚNIOR (PL - TO) - Há um nosso, subscrito pelo colega Deputado Sergio Souza, mas de autoria do Deputado Osires Damaso.

O SR. PRESIDENTE (Marcelo Castro. MDB - PI) - Foram apresentados dois destaques.

O relatório do Comitê de Admissibilidade de Emendas está em votação na representação da Câmara dos Deputados, ressalvados os destaques.

Os Srs. Parlamentares que o aprovam permaneçam como se acham. *(Pausa.)*





CONGRESSO NACIONAL
Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização

Aprovado.

Em votação na representação do Senado Federal, ressalvados os destaques.

Os Srs. Senadores que o aprovam permaneçam como se acham. *(Pausa.)*

O relatório do CAE apresentado ao Projeto de Lei Orçamentária Anual para 2020 está aprovado, ressalvados os destaques.

Vamos agora apreciar os destaques.

O Destaque nº 1 é de autoria do Deputado Sergio Souza.

O SR. VICENTINHO JÚNIOR (PL - TO) - É esse que eu tenho a missão honrosa de defender, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Marcelo Castro. MDB - PI) - Com a palavra o nobre Deputado Vicentinho Júnior para fazer a defesa do destaque.

O SR. VICENTINHO JÚNIOR (PL - TO) - Sr. Presidente, o que me traz hoje a esta Comissão para fazer a defesa desse destaque é, primeiro, o autor dele, o Deputado Osires Damaso, do PSC de Tocantins, e, segundo, o momento pelo qual está passando esta Comissão e seus membros.

Aqui presto a minha solidariedade ao Deputado Dagoberto. Eu acho que o momento que o Brasil passa pede pacificação e respeito para sairmos de onde estamos, e não agressões, fruto de desinformação, que muitas vezes saem desta própria Casa, por membros daqui de dentro, e os populares nas ruas se dão ao direito de agredir, por desinformação, repito. Estão dizendo que esta Comissão procura recursos para o fundo eleitoral tirando da saúde e da educação. Mas tenho certeza de que o nosso Relator, Deputado Domingos Neto, vai vir aqui, com muita lucidez e clareza, trazer as fontes, os números e a verdade dos fatos. Então, Deputado Dagoberto, em primeiro lugar, registro minha solidariedade a V.Exa.

Sr. Presidente, faço isso para dizer que esse destaque da CFT trata de recursos e objetivos relacionados à educação. Eu sei que o mérito da Comissão não trata especificamente do tema educação, mas foi um recurso apreciado pela Comissão e aprovado por 100% de seus titulares, que permite apoio, expansão, reestruturação e modernização de instituições federais de ensino superior. Eu fui coordenador do CAE, honrosamente, por algumas vezes nesta Comissão, e, quando a importância da matéria era maior do que, às vezes, o mérito dela em Comissão específica, o Comitê fez as suas excepcionalidades e aprovou, entendendo que





CONGRESSO NACIONAL
Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização

eram gestos a serem feitos pela Comissão Mista de Orçamento, através do nosso querido CAE.

Então, eu pediria a aprovação do Destaque nº 1 à Emenda nº 5017.0002, por se tratar de assunto pertinente à educação. Podemos aqui dizer que a Comissão Mista de Orçamento trata, sim, com muito carinho e zelo, das pautas de educação, saúde e áreas afins, que se fazem tão necessárias.

O SR. PRESIDENTE (Marcelo Castro. MDB - PI) - Com a palavra o nobre Relator do CAE, Deputado João Carlos Bacelar. *(Pausa.)*

O SR. ALUISIO MENDES (PSC - MA) - Sr. Presidente, eu quero também defender esse destaque, antes de o Relator se posicionar.

O SR. PRESIDENTE (Marcelo Castro. MDB - PI) - No destaque, só podem falar o autor e o Relator.

O SR. ALUISIO MENDES (PSC - MA) - Como Líder, eu não posso falar, Presidente?

O SR. JOÃO CARLOS BACELAR (PL - BA) - Sobre o parecer da inadmissibilidade das emendas da Comissão de Finanças e Tributação — CFT que destinam o recurso para a educação superior e profissional e tecnológica, este Comitê inadmitiu as emendas da CFT, em observância ao item 45.1 do relatório de diretrizes e admissibilidade de emendas aprovado pela CMO.

45. A emenda de comissão deverá cumulativamente:

45.1. ter caráter institucional, entendido como tal a compatibilidade da ação proposta com suas competências regimentais.

Diante disso, qualquer exceção a esse dispositivo passa necessariamente pelo Presidente e Plenário desta CMO, a quem cabe fazer e observar as normas regimentais.

É pela rejeição.

O SR. VICENTINHO JÚNIOR (PL - TO) - Presidente, questão de ordem.

O SR. PRESIDENTE (Marcelo Castro. MDB - PI) - O parecer é pela rejeição, porque o destaque não tem compatibilidade com a proposta das competências da referida Comissão.

Então, está em votação o destaque na representação da Câmara dos Deputados.





CONGRESSO NACIONAL
Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização

Os Srs. Parlamentares que concordam com o parecer do Relator permaneçam como se encontram. *(Pausa.)*

Rejeitado o destaque.

O SR. ALUISIO MENDES (PSC - MA) - Gostaria que consignasse o meu voto contrário.

O SR. VICENTINHO JÚNIOR (PL - TO) - O nosso também.

O SR. PRESIDENTE (Marcelo Castro. MDB - PI) - Deputados Aluisio Mendes, Vicentinho Júnior e Orlando Silva.

Vamos passar ao segundo destaque, de autoria também do nobre Deputado Sergio Souza.

Quem vai defender o destaque? *(Pausa.)*

Não havendo quem queira defendê-lo, fica prejudicado o destaque.

Então, está aprovado o relatório do CAE sem destaques.

Passaremos, em seguida, às relatorias setoriais. Antes, vamos passar a palavra ao nobre colega Vice-Presidente desta Comissão, Deputado Dagoberto Nogueira, que, neste final de semana, por uma interpretação equivocada — não vamos entrar nos detalhes —, foi agredido no aeroporto da sua cidade.

Nós gostaríamos que S.Exa. fizesse os esclarecimentos necessários em sua defesa, em defesa da Comissão e em defesa do Parlamento brasileiro.

Com a palavra o nobre colega Dagoberto.

O SR. DAGOBERTO NOGUEIRA (PDT - MS) - Sr. Presidente, nobres colegas, eu ontem fui abordado em Campo Grande por uma pessoa ou irresponsável ou desavisada, acusando esta Comissão e o Congresso Nacional de irresponsabilidade, de nós estarmos tirando dinheiro da saúde e da educação para a formação do fundo. Nesse episódio, ele cita uma palavra do Ministro Mandetta de que estaríamos tirando 500 milhões de reais da saúde para compor esse fundo.

Ora, Sr. Presidente, primeiro, conversando com o Relator Domingos Neto hoje, ele nos apresentou o Orçamento da forma como está sendo feito. Esse Orçamento veio do Executivo com o valor de 102 bilhões e 441 mil reais. Nesta Casa, no Senado, nós já ampliamos, pelos Relatores, mais 20 bilhões e 597 mil reais, ou seja, nós estamos elevando o Orçamento que veio do Executivo de 102 bilhões de reais para 121 bilhões de reais.





CONGRESSO NACIONAL
Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização

O mais importante é que o Ministro Mandetta diz que nós tiramos 500 milhões de reais da saúde. Nós não tiramos 500 milhões de reais da saúde. Não quero dizer que o Ministro está desinformado, até porque não está convivendo entre nós, mas, se estivesse aqui hoje, estaria nos agradecendo, porque foi ampliado o recurso à saúde em 14 vezes mais do que ele está dizendo que nós estamos tirando. Ou seja, está sendo destinado mais 7 bilhões e 95 milhões de reais para a saúde, além daquilo que veio do Executivo. Nós não estamos tirando. Nós estamos ampliando 14 vezes mais do que ele disse que nós estávamos tirando. E ainda, ampliamos em 1 bilhão e 243 milhões de reais os recursos para a educação.

Portanto, eu quero dizer a esse desavisado, que ele pelo menos espere a votação que vai ocorrer na quinta-feira. Ele disse que isso já estaria consolidado, e nós sequer votamos ainda. Ele deve esperar para poder saber como estamos compondo e quais serão esses valores.

Eu vi a determinação do Presidente Marcelo Castro no sentido de que nós fizéssemos o entendimento entre os Líderes de partido, entre os Presidentes de partido, entre o Presidente da República, e encontrássemos um número justo, que contemplasse esta Casa e a maioria do povo brasileiro.

Portanto, eu quero dizer a esse desinformado que pelo menos espere a votação, para que não ocorra mais a mesma situação. Nós não somos irresponsáveis. Nenhum partido político, nenhum Deputado, nenhum Senador jamais tiraria dinheiro da saúde ou da educação para construir esse fundo.

Era essa a explicação que eu queria dar, para que mais nenhum irresponsável aborde qualquer Parlamentar. Nós temos responsabilidade para com este País.

É só isso, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Marcelo Castro. MDB - PI) - Nós agradecemos e parabenizamos V.Exa. por dar essas explicações, que são necessárias para que a sociedade entenda o nosso trabalho nesta Casa.

Como V.Exa. disse, nós sempre trabalhamos aqui no sentido de reforçar aquilo que veio do Executivo, muito especialmente nas áreas de saúde e de educação, que são do interesse e do compromisso de todos nós.

O SR. GILBERTO ABRAMO (REPUBLICANOS - MG) - Presidente, V.Exa. me permite falar por 1 minuto apenas.

O SR. PRESIDENTE (Marcelo Castro. MDB - PI) - Pois não, nobre Deputado.





CONGRESSO NACIONAL
Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização

O SR. GILBERTO ABRAMO (REPUBLICANOS - MG) - Eu acho que, se existe algum irresponsável, é o próprio Ministro, porque, a partir do momento em que ele divulga dados cujas informações não são exatas, isso mostra total falta de competência em conduzir a sua Pasta e não saber os recursos que estarão sendo destinados a ela. A população muitas vezes não tem a informação exata e se deixa levar por esse tipo de pessoa que não tem compromisso algum com o País e é totalmente irresponsável.

O SR. PRESIDENTE (Marcelo Castro. MDB - PI) - Nós vamos passar agora à análise e votação dos relatórios setoriais.

O SR. ALUISIO MENDES (PSC - MA) - Tenho uma questão de ordem, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Marcelo Castro. MDB - PI) - O nobre Deputado Aluisio Mendes tem a palavra.

O SR. ALUISIO MENDES (PSC - MA) - Sr. Presidente, suscitei uma questão de ordem há pouco, quando consultei aqui os Relatores Setoriais sobre a possibilidade de esta Comissão votar de forma global os relatórios. Eu acho que, dessa forma, nós ganharíamos em produtividade, em tempo. Eu sei que regimentalmente isso não está previsto, mas, nesta Casa, nesta Comissão, tudo, por acordo, é possível. Nós todos ganharíamos em tempo na aprovação de todos os relatórios, já que não há questionamentos sobre eles, de forma global. Gostaria que V.Exa. analisasse essa possibilidade e a colocasse em votação.

Gostaria também de externar ao meu colega Dagoberto Nogueira a minha solidariedade a esse fato grave e lastimável. Solidarizo-me com V.Exa. e, mais do que isso, concordo com o que disse o meu colega aqui. A irresponsabilidade de um Ministro de externar uma informação que não é verdadeira — isso está muito comum no País hoje, essas informações desencontradas e mentirosas — causa esse tipo de constrangimento. Nós temos que ter mais responsabilidade pelo que nós falamos. Como disse o nobre colega Dagoberto Nogueira, vamos esperar a votação para que nós possamos nos manifestar sobre isso. E a informação que V.Exa. trouxe aqui sobre o aporte de recursos na saúde — e também na educação — é verdadeira. Então, quem diz que esta Casa está tirando dinheiro da educação e da saúde para formar um fundo eleitoral mente e deve responder por isso.





CONGRESSO NACIONAL
Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização

O SR. PRESIDENTE (Marcelo Castro. MDB - PI) - Tem a palavra o nobre Deputado Edmilson Rodrigues.

O SR. EDMILSON RODRIGUES (PSOL - PA) - Sr. Presidente, eu só tenho uma preocupação, porque a votação em globo dos relatórios...

O SR. PRESIDENTE (Marcelo Castro. MDB - PI) - Deputado, nós não vamos poder admitir isso. No nosso Regimento é explícito que os relatórios setoriais são votados individualmente. Essa regra nunca foi quebrada nesta Comissão. Nós podemos colaborar votando-os rapidamente.

O SR. EDMILSON RODRIGUES (PSOL - PA) - Perfeito.

O SR. PRESIDENTE (Marcelo Castro. MDB - PI) - Então, naqueles relatórios em que houver consenso, o Relator fala, entramos em discussão, ninguém discute, e, rapidamente, esgotamos essa pauta. Vamos seguir o nosso Regimento para não abrir essa exceção.

O SR. EDMILSON RODRIGUES (PSOL - PA) - Está bem. Perfeito.

O SR. PRESIDENTE (Marcelo Castro. MDB - PI) - Eu preciso consultar o Plenário sobre a quebra de interstício, porque os relatórios apresentados teriam que ter um prazo de 2 dias para poderem ser votados. Muitos deles não têm esse prazo.

Então, eu coloco em votação na Câmara dos Deputados se estaria de acordo para votarmos esses relatórios na data de hoje, quebrando o interstício.

O SR. EDMILSON RODRIGUES (PSOL - PA) - Sr. Presidente, em homenagem a V.Exa., eu vou apoiar a quebra de interstício, mas é bem verdade que, ao recebermos relatórios com 100, 400, 500 páginas há poucas horas, no máximo 24 horas, mesmo com uma assessoria dedicada e competente, é impossível uma análise de forma mais precisa. Em todo caso, não haverá muita solução adiando um pouco mais.

O SR. PRESIDENTE (Marcelo Castro. MDB - PI) - Eu só estou colocando isso, Deputado Edmilson Rodrigues, porque nossos prazos estão exíguos demais, e houve acordo também no Colégio de Líderes.

Em votação na Câmara dos Deputados...

O SR. ORLANDO SILVA (PCdoB - SP) - Sr. Presidente, permita-me?

O SR. PRESIDENTE (Marcelo Castro. MDB - PI) - Pois não, Deputado Orlando Silva.





CONGRESSO NACIONAL
Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização

O SR. ORLANDO SILVA (PCdoB - SP) - Eu vou ser favorável à quebra de interstício, em homenagem a V.Exa., para que os trabalhos possam ser agilizados. Mas eu quero só deixar consignado que, apesar de acompanhar os relatórios setoriais, porque eu sei do rigor com que eles foram preparados, eu até já me antecipei e relatei ao Senador Eduardo Gomes qual é a minha preocupação. O que eu pretendia no debate do relatório setorial de... Se bem que eu posso falar quando do exame do relatório específico, não é isso?

O SR. PRESIDENTE (Marcelo Castro. MDB - PI) - Exatamente. Nós vamos votar um por um.

O SR. ORLANDO SILVA (PCdoB - SP) - Está bem, Sr. Presidente.

O SR. EDMILSON RODRIGUES (PSOL - PA) - Então, quero um esclarecimento.

O SR. PRESIDENTE (Marcelo Castro. MDB - PI) - Pois não.

O SR. EDMILSON RODRIGUES (PSOL - PA) - Há três relatórios, o da Infraestrutura, o da Saúde e o de Mulheres, Família e Direitos Humanos, que, pelo menos até o início desta reunião, não haviam sido apresentados. Como isso vai ser feito?

O SR. PRESIDENTE (Marcelo Castro. MDB - PI) - Não serão votados enquanto não forem entregues e distribuídos ao Plenário.

O SR. EDMILSON RODRIGUES (PSOL - PA) - Obrigado.

O SR. VICENTINHO JÚNIOR (PL - TO) - Sr. Presidente, qual vai ser o critério da ordem das relatorias, porque muitos aqui têm outros compromissos, mesmo fora da Comissão.

O SR. PRESIDENTE (Marcelo Castro. MDB - PI) - Vou explicar já.

O SR. VICENTINHO JÚNIOR (PL - TO) - Por favor.

O SR. PRESIDENTE (Marcelo Castro. MDB - PI) - Vamos quebrar o interstício primeiro.

Em votação na representação da Câmara dos Deputados.

Os Srs. Parlamentares que estejam de acordo com a quebra de interstício permaneçam como se acham. *(Pausa.)*

Aprovada.

Em votação na representação do Senado Federal.





CONGRESSO NACIONAL
Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização

As Sras. e os Srs. Senadores que estejam de acordo com a quebra de interstício permaneçam como se encontram. (*Pausa.*)

Aprovada.

Agora, vamos então aos relatórios setoriais.

Pelo cronograma que nós estabelecemos, a data de hoje seria para serem aprovados os relatórios das áreas do Turismo, da Justiça e Segurança Pública, da Ciência e Tecnologia e Comunicações, do Meio Ambiente, da Presidência e Relações Exteriores, de Minas e Energia, dos Poderes e das Mulheres, Família e Direitos Humanos; amanhã, os demais. Então, nós estamos propondo que votemos o máximo que pudermos hoje. E em que ordem? Na ordem em que esses relatórios foram apresentados à CMO.

Nós vamos começar por aqueles relatórios que seriam lidos hoje e que foram apresentados em primeiro lugar. Portanto, tem primazia sobre todos o relatório do Turismo, o qual a Senadora Kátia Abreu pediu para relatar posteriormente, porque ela não pôde comparecer agora. Em segundo lugar, foi apresentado o do Meio Ambiente, do Senador Jaques Wagner, que não está presente, mas que indicou *ad hoc* o Senador Jean-Paul Prates, a quem dou a palavra para apresentar o relatório.

O SR. JEAN PAUL PRATES (PT - RN) - Sr. Presidente, obrigado.

Parabenizo a todos pelo trabalho.

Sr. Presidente, peço escusas pela ausência do Senador Jaques Wagner, nosso colega de bancada, que se encontra na COP 25, em Madrid, evento, inclusive, correlacionado com o trabalho desta relatoria na Área Temática XII — Meio Ambiente.

"1. Relatório

1.1 Introdução

Nos termos dos arts. 84, XXIII, e 165, *caput* e § 5º, da Constituição da República, foi submetido à apreciação do Congresso Nacional, por meio da Mensagem nº 395/2019 (modificada pela Mensagem nº 617/2019), o Projeto de Lei nº 22, de 2019-CN, que 'Estima a receita e fixa a despesa da União para o exercício financeiro de 2020'. Por designação do Presidente da Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização (CMO), Senador Marcelo Castro (MDB/PI), coube-me a missão de apreciar, como Relator-Setorial, a proposta orçamentária





CONGRESSO NACIONAL
Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização

relativa à Área Temática 12 (AT-12), que abrange o Ministério do Meio Ambiente (MMA) e unidades orçamentárias a ele vinculadas. (...)”

Apenas para lembrar, as unidades são as seguintes: Ministério do Meio Ambiente, IBAMA, ICMBio, Jardim Botânico do Rio de Janeiro, Fundo Nacional de Meio Ambiente, Fundo Nacional sobre Mudança do Clima. Não mais fazem parte do Ministério a ANA — Agência Nacional de Águas e o Serviço Florestal Brasileiro, hoje integrantes, respectivamente, do Ministério do Desenvolvimento Regional e do Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento.

“Os números mostrados nas tabelas dos relatórios mostram as restrições por que passa o setor de meio ambiente, comprometendo a preservação dos recursos naturais. No ano de 2019, vimos situações que podem se repetir com maior frequência caso as limitações se mantenham. Podemos citar, por exemplo, os casos da contaminação do litoral por petróleo e as queimadas na Amazônia.

A contaminação dos ecossistemas litorâneos por petróleo, notadamente na Região Nordeste, demonstra como a falta de recursos pode prejudicar a adequada resposta a situações de emergência ambiental. Várias comunidades foram atingidas, com efeitos sobre a atividade turística e pesqueira. Os prejuízos tangíveis e imateriais devem perdurar por gerações, na medida em que as áreas mais severamente atingidas devem custar a se recuperar.

As queimadas na Amazônia também revelam como o aperto financeiro da área de meio ambiente pode resultar na devastação irreversível de biomas. A Floresta Amazônica concentra riquezas inigualáveis em termos de biodiversidade e de recursos hídricos. A sua deterioração pode afetar de maneira preocupante o regime de chuvas em todo o País, levando à escassez de água nas regiões mais populosas. Além disso, a emissão exagerada de gás carbônico em decorrência das queimadas contribui para o aquecimento global, o que agrava as dificuldades decorrentes de catástrofes ambientais (falta de água potável, inundações, ondas de calor etc.).

(...)

1.4.1 Das Emendas Individuais e Coletivas

Foram apresentadas, nesta área temática, 40 emendas à despesa, assim distribuídas: 6 emendas de Comissão e 34 emendas individuais. (...)”





CONGRESSO NACIONAL
Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização

O Parecer Preliminar, na sua Parte Especial, prevê que o Relator-Setorial pode realizar cortes para atender as emendas. "Apesar dessa possibilidade, preferimos preservar as programações constantes no projeto de lei.

De qualquer modo, contamos com montante oriundo da reserva de recursos aprovada no Parecer Preliminar. Esse valor foi distribuído pelas seis emendas de Comissão apresentadas na área de acordo com o seguinte critério:

- identificação das ações orçamentárias objeto das emendas: 214M (Prevenção e Controle de Incêndios Florestais nas Áreas Federais Prioritárias) e 214O (Gestão do Uso Sustentável da Biodiversidade e Recuperação Ambiental);
- identificação aproximada das proporções dessas ações na proposta encaminhada pelo Executivo; ação 214M, 70%; ação 214O, 30%;
- distribuição do valor por essas ações segundo essa proporção;
- distribuição dos números resultantes igualmente pelas emendas.

Por fim, considerando as limitações de atendimento de emendas impostas aos Relatores Setoriais, indico ao Relator-Geral a aplicação de recursos em programações do MMA.

1.4.4 Das Emendas Individuais

As emendas individuais apresentadas a este setor foram atendidas, no valor total solicitado, por meio da reserva de recursos. Para seu adequado acolhimento, a relatoria interpretou diligentemente a intenção dos autores, sendo necessário, em alguns casos, promover ajustes de ordem técnica ou legal, solicitados pelos próprios Parlamentares ou identificados pelos consultores designados para ajudar esta relatoria. Isso foi realizado para adequar as emendas à boa técnica orçamentária, cuidando-se em preservar ao máximo as finalidades enunciadas em cada proposição.

(...)

Complementação de voto.

Em virtude da detecção de erro material na classificação funcional da Emenda 40.820.016, de autoria Senadora Leila Barros, após a entrega à publicação do relatório setorial da área temática XII (Meio Ambiente), fez-se necessário o ajuste dessa emenda, conforme documento entregue à CMO.

2. Voto do Relator





CONGRESSO NACIONAL
Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização

Ante o exposto, votamos pela aprovação da proposta orçamentária para o exercício financeiro de 2020, no que concerne às unidades orçamentárias constantes da área temática XII (Meio Ambiente), nos termos apresentados pelo Poder Executivo, com as alterações decorrentes das emendas aprovadas."

É o relatório, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Dagoberto Nogueira. PDT - MS) - Em discussão o relatório.

Com a palavra o Deputado Edmilson Rodrigues.

O SR. EDMILSON RODRIGUES (PSOL - PA) - Fiz questão de me inscrever, Sr. Presidente, primeiro, para dizer que há de se reconhecer o esforço da relatoria de tentar recompor perdas. Mas antes de haver a emenda que limita gastos na área social, mas deixa livre os gastos financeiros, as políticas sociais em geral e as políticas ambientais vêm sofrendo cortes.

No caso da política de meio ambiente, alguns programas tiveram cortes muito significativos. Então, não é, digamos, sem relevância que a relatoria tenha recebido uma proposta, por exemplo, no item 1058, Mudança de Clima, de 36,3 milhões de reais, o que representa 95% dos 7 bilhões de reais anteriores. Veja só, é um corte muito significativo. Portanto, tentar acrescentar quase 9 bilhões de reais a mais foi um esforço grande, porque é claro que há uma limitação estrutural da proposta.

A minha questão toda é para dizer que é difícil você votar numa proposta quando ela realmente acaba legitimando uma lógica de corte em áreas fundamentais. Vejam, item 1041, Conservação e Uso Sustentável da Biodiversidade e dos Recursos Naturais. Novamente há um esforço da relatoria de acrescentar mais 8 bilhões; no entanto, continua sendo muito abaixo dos investimentos anteriores. O Programa de Gestão e Manutenção do Poder Executivo sofreu corte. Falamos sobre as subfunções. Quase todas elas são fundamentais, como, por exemplo, preservação e conservação ambiental, controle ambiental, recuperação de áreas degradadas, desenvolvimento científico, e todas elas sofrem muito corte. No caso do desenvolvimento científico, a relatoria não conseguiu fazer acréscimo e até realizou um pouco de corte.

Apesar de eu reconhecer o esforço, creio que é necessário fazer esta fala crítica a essa lógica, porque o Congresso Nacional não pode obedecer a isto que o Senador Oriovisto Guimarães falou, como se fosse uma coisa fabulosa, exemplo de





CONGRESSO NACIONAL
Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização

republicanismo: *"Tudo o que eu fiz aqui foi negociado com o Guedes"*, com Ministério da Economia, em outras palavras. O fato de os Poderes terem harmonia, de a relação ser harmônica como princípio, não significa que um Poder, o Legislativo, o Congresso Nacional, no caso, tenha que se submeter à lógica financista do Ministro Guedes. Então, quando diz *"eu coloquei aqui porque não será vetado"*, o Relator, o Congresso Nacional tem que definir aquilo que é bom para o País, para a Nação e dizer: *"Vetem, que nós vamos derrubar o veto"*. É um esforço, dentro de limites que estão impostos.

Presidente, questionei uma vez o Senador Jucá. Eu estava entrando aqui, nem o conhecia pessoalmente, mas ele é um cara simpático, parecia até que me conhecia desde criança. Ele disse: *"E aí, Deputado Edmilson!"* Até estranhei ele me conhecer. Eu disse: *"Jucá, por que, rapaz, não se toca na questão da dívida pública?"* É bem verdade que nem pagar tudo estamos pagando, mas o fato de não pagar implica rolagem que está transformando a dívida numa coisa que vai inviabilizar o País daqui a pouco. O Brasil vai virar uma Grécia, mesmo sendo ele a oitava economia do mundo. Mas disse o Senador: *"Edmilson, isso aí já vem definido. Nós não temos como interferir"*. Eu não consigo entender isso.

Por isso, não se faz auditoria da dívida. Existem coisas que estão na Constituição que nunca são realizadas: auditoria da dívida — está lá no Ato das Disposições Constitucionais Transitórias —, imposto sobre fortunas. Agora Guedes resolve taxar desempregado, tirar 7,5% do seguro-desemprego, e talvez tenha apoio dos Senadores e Deputados, e as grandes fortunas não são taxadas.

Apesar então de reconhecer o esforço, eu vou expressar o meu voto contra. Não é contra o Relator, em particular, e o relatório, é contra essa política geral de destruição do País.

O SR. PRESIDENTE (Marcelo Castro. MDB - PI) - Não havendo mais quem queira discutir o parecer do Relator, declaro que a discussão e o prazo de apresentação de destaques estão encerrados.

O Relatório Setorial da Área Temática XII — Meio Ambiente, com a complementação de voto do Relator, está em votação na representação da Câmara dos Deputados.

Os Srs. Parlamentares que o aprovam permaneçam como se acham. *(Pausa.)*

Aprovados.





CONGRESSO NACIONAL
Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização

Em votação na representação do Senado Federal.

Os Srs. Parlamentares que o aprovam permaneçam como se encontram.

(Pausa.)

Aprovado o relatório da área de meio ambiente.

A relatoria foi do Senador Jaques Wagner, tão brilhantemente defendido aqui pelo Senador Jean Paul Prates.

Item 17. Relatório Setorial da Área Temática XIV — Minas e Energia.

O Relator-Setorial, o Deputado Márcio Marinho, encontra-se ausente, mas designou como seu substituto, Relator *ad hoc*, o Deputado Gilberto Abramo.

O Relator-Setorial está com a palavra, para a apresentação do seu relatório.

Eu pediria ao nobre Deputado que viesse à mesa para falar para todos os seus colegas.

O SR. GILBERTO ABRAMO (REPUBLICANOS - MG) - Sr. Presidente, a programação orçamentária do Ministério de Minas e Energia alcança o montante de 108,8 bilhões, sendo cerca de 6,4 bilhões destinados ao orçamento fiscal e da seguridade social, e 112,4 bilhões destinados ao orçamento de investimentos das empresas estatais. Nesses valores estão incluídos os recursos com execução condicionada à aprovação de créditos suplementares e especiais, em cumprimento ao inciso III do *caput* do art. 167 da Constituição Federal.

Os recursos propostos para o conjunto das unidades orçamentárias dos orçamentos fiscal e da seguridade social" do MME são de 6,4 bilhões, "os quais, em comparação ao PLOA 2019, que previu quase R\$ 10 bilhões, representam uma redução de 3,6 bilhões (35,7%). Tal redução expressiva se deve essencialmente à alocação de R\$ 3,5 bilhões no PLOA 2019 para a participação da União no capital da ELETROBRAS. Em 2020 a única previsão de participação da União no capital de empresas é de R\$ 3 milhões, na Empresa Brasileira de Administração de Petróleo e Gás Natural S.A. — Pré-Sal Petróleo S.A. (PPSA)

(...)

Orçamento de investimento.

O Orçamento de Investimento do Ministério de Minas e Energia contempla 44 empresas estatais. Os investimentos dessas empresas correspondem a R\$ 112,4 bilhões, valor que é 3% superior ao previsto no PLOA 2019", valor de 3,4 bilhões. "O maior acréscimo ocorre nas dotações da Unidade Orçamentária 32282 (...) PNBV,





CONGRESSO NACIONAL
Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização

cuja dotação saiu de R\$ 411,1 milhões no PLOA 2019 para R\$ 7,3 bilhões no PLOA 2020. (...)

(...)

Das emendas apresentadas.

No âmbito da Área Temática XIV, foram apresentadas três emendas coletivas, de autoria da Comissão de Minas e Energia da Câmara dos Deputados. Não foram apresentadas emendas de bancada estadual ou individuais.

(...)

Assim, para atendimento das emendas coletivas foram utilizados apenas os recursos provenientes da Reserva de Recursos distribuídos a esta relatoria, por força regimental, que totalizam R\$ 6,2 milhões." Esta relatoria setorial não efetuou cancelamentos na programação do Ministério de Minas e Energia para atendimento das emendas.

"Tendo em vista a escassez de recursos com os quais esta relatoria contou e não obstante todos os esforços por nós direcionados para garantir um atendimento satisfatório das emendas apresentadas na área temática, optamos por distribuir igualmente os recursos entre as emendas apresentadas.

(...)

Diante do que foi aqui relatado, propõe-se a aprovação do Projeto de Lei nº 22, de 2019-CN, na parte relativa à programação das unidades orçamentárias da Área Temática XIV — Minas e Energia, com as alterações propostas neste relatório decorrentes das emendas aprovadas por esta relatoria."

O SR. PRESIDENTE (Marcelo Castro. MDB - PI) - O relatório está em discussão. *(Pausa.)*

Não havendo quem queira discuti-lo, está encerrada a discussão.

O Relatório Setorial Da Área Temática XIV — Minas e Energia está em votação na representação da Câmara dos Deputados.

Os Srs. Parlamentares que o aprovam permaneçam como se acham.

O SR. EDMILSON RODRIGUES (PSOL - PA) - Quero orientar. Permita-me usar a palavra por 1 minuto.

O SR. PRESIDENTE (Marcelo Castro. MDB - PI) - Já se encerrou a discussão, Deputado.

Aprovado o relatório na representação da Câmara dos Deputados.





CONGRESSO NACIONAL
Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização

Em votação o relatório na representação do Senado Federal.

Os Srs. Parlamentares que o aprovam permaneçam como se encontram.

(Pausa.)

Aprovado.

Item 16. Relatório Setorial da Área Temática XIII — Presidência e Relações Exteriores.

Relator-Setorial: Deputado Aluisio Mendes, do PSC do Maranhão.

Vou conceder a palavra ao Relator-Setorial, para apresentação do relatório. O prazo de destaque será finalizado ao término da discussão, conforme estabelece o inciso I do art. 60 do Regimento Interno da CMO.

Tem a palavra o Deputado Aluisio Mendes.

O SR. ALUISIO MENDES (PSC - MA) - Sr. Presidente, primeiro eu queria parabenizar V.Exa. pela condução dos trabalhos da CMO este ano; o nosso Vice, o Deputado Dagoberto; o Relator-Geral, o Deputado Domingos Neto; todos os companheiros da CMO, que, sem dúvida, fizeram um brilhante trabalho, dadas todas as intercorrências que tivemos este ano para votar o Orçamento.

Eu queria aproveitar a oportunidade também, Sr. Presidente, para parabenizar toda a equipe técnica da CMO, uma equipe de excelente qualidade. Eu já sou membro da CMO pelo terceiro ano e não me canso de me surpreender com a qualidade técnica dos servidores desta Comissão. Ao parabenizar o Consultor Sergio Tadao, que me auxiliou na confecção do relatório, eu parabenizo todos os servidores da Comissão Mista de Orçamento.

Sr. Presidente, Sras. e Srs. Congressistas, passo a ler o relatório.

"A Área Temática XIII — Presidência e Relações Exteriores compõe-se da programação orçamentária da Presidência da República, Ministério das Relações Exteriores, Controladoria-Geral da União, Gabinete da Vice-Presidência da República e Advocacia-Geral da União (...).

(...)

Encerrado o prazo, foram totalizadas 16 emendas nesta área temática, das quais quatro coletivas, apresentadas por Comissões Permanentes, e 12 individuais.

(...)

O total de recursos repassados a esta relatoria foi de R\$11.628.457,00 para atender ao conjunto das emendas individuais e coletivas.





CONGRESSO NACIONAL
Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização

(...)"

A Relatoria-Geral repassou os 3,2 milhões "necessários ao atendimento integral das 12 emendas individuais apresentadas neste setor, acrescidos de R\$ 128 mil decorrentes da Emenda nº 9191.0005 apresentada indevidamente em outro setor, as quais foram admitidas.

Quanto ao mérito, cada emenda cumpre o juízo de oportunidade e conveniência exercido pelos autores, não cabendo a esta relatoria manifestar-se sobre o ponto.

(...)

Foram apresentadas quatro emendas coletivas de apropriação, que foram admitidas pelo Comitê de Admissibilidade de Emendas — CAE.

A relatoria-geral repassou R\$ 8.291.457,00 para atender parcialmente às emendas coletivas de apropriação.

Utilizando de prerrogativa prevista nos itens 24 e 25 do Parecer Preliminar, esta relatoria efetuou cancelamentos de dotações relativas a investimentos (GND 4) em montante de R\$ 5 milhões.

Assim, o valor total utilizado para atendimento das emendas coletivas foi de R\$13.291.457,00.

Atendemos igualitariamente com R\$ 2,07 milhões cada uma das quatro emendas apresentadas ao setor com os recursos repassados pelo Relator-Geral e acrescentamos R\$ 2,5 milhões nas Emendas nºs 5027.0004 e 5035.0004 com os cortes em investimento efetuados com base no parecer preliminar.

Esta relatoria utilizou a totalidade dos recursos disponíveis, de modo que não há fontes remanescentes para atender eventuais destaques. Todavia, as emendas coletivas de apropriação aqui consideradas poderão, ao final, receber maiores somas, no caso de alocação de recursos pelo Relator-Geral nos termos do art. 57, inciso III e § 2º, da Resolução nº 1, de 2006-CN.

Voto do Relator.

Diante do exposto, votamos pela aprovação do Projeto de Lei nº 22, de 2019-CN, na parte referente à Área Temática XIII — Presidência e Relações Exteriores, com as alterações propostas neste relatório."

Esse é o meu voto, Sr. Presidente.





CONGRESSO NACIONAL
Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização

O SR. PRESIDENTE (Marcelo Castro. MDB - PI) - O relatório está em discussão. *(Pausa.)*

Não havendo quem queira discuti-lo, a discussão e o prazo de destaques estão encerrados.

Em votação na representação da Câmara dos Deputados.

Os Srs. Parlamentares que o aprovam permaneçam como se acham. *(Pausa.)*

Aprovado.

Em votação na representação do Senado Federal.

Os Srs. Senadores que o aprovam permaneçam como se encontram. *(Pausa.)*

Aprovado.

Item 12. Relatório Setorial da Área Temática IX — Justiça e Segurança Pública.

Relatora-Setorial: Deputada Dra. Soraya Manato.

Vou conceder a palavra à Relatora-Setorial, para apresentação do relatório. O prazo de destaque será finalizado ao término da discussão, conforme estabelece o inciso I do art. 60 do Regimento Interno da CMO.

Tem a palavra a nobre Deputada Soraya Manato.

O SR. VICENTINHO JÚNIOR (PL - TO) - Sr. Presidente, peço a palavra para apresentar uma questão bem simples.

O SR. PRESIDENTE (Marcelo Castro. MDB - PI) - Pois não, Deputado.

O SR. VICENTINHO JÚNIOR (PL - TO) - Como está a ordem dos demais relatórios? Preciso saber se terei tempo de sair para participar de uma audiência e voltar a tempo. Qual é a ordem dos próximos relatórios?

O SR. PRESIDENTE (Marcelo Castro. MDB - PI) - Estamos tentando cumprir aquela ordem que estabelecemos, dando preferência aos Relatores que estão presentes.

Estão presentes V.Exa., o Senador Izalci, o Deputado Nivaldo, o Deputado Marx Beltrão e o Senador Eduardo Gomes, que são Relatores. Nós vamos seguir a ordem. V.Exa. é um dos primeiros.

Tem a palavra a nobre Deputada Soraya Manato.

A SRA. DRA. SORAYA MANATO (PSL - ES) - Boa tarde a todos.

Obrigada, nobre Presidente Marcelo Castro.





CONGRESSO NACIONAL
Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização

Eu queria, antes de ler o meu relatório, parabenizar o Fidelis Fantin, Consultor de Orçamento e Fiscalização Financeira da Câmara dos Deputados que me auxiliou na montagem deste relatório.

"Parecer (...) da relatoria da Área Temática IX — Justiça e Segurança Pública sobre o Projeto de Lei nº 22, de 2019-CN, que 'estima a receita e fixa a despesa da União para o exercício financeiro de 2020', na parte referente ao Ministério da Justiça e Segurança Pública.

(...)

1. Relatório

1.1 Introdução

Nos termos do art. 165, *caput* e § 5º, da Constituição Federal, combinado com o art. 35, § 2º, inciso III, do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias, o Presidente da República submeteu à apreciação do Congresso Nacional o Projeto de Lei nº 22, de 2019-CN, que estima a receita e fixa a despesa da União para o exercício financeiro de 2020.

Por designação do Presidente da Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização (CMO), coube a esta relatoria a missão de apreciar a proposta orçamentária da Área Temática IX — Justiça e Segurança Pública, que trata do programa de trabalho do Ministério da Justiça e Segurança Pública, conforme consta do Anexo I do Parecer Preliminar aprovado por esta Comissão, e propor relatório setorial incorporando as emendas à despesa apresentadas em favor da programação do referido órgão.

Neste relatório, examinamos a execução orçamentária recente, conforme disposto no art. 70, inciso I, alínea 'b', da Resolução nº 1, de 2006-CN, e no item 40 da Parte Especial do Parecer Preliminar. Ademais, fizemos constar outros aspectos obrigatórios definidos pelos normativos vigentes, a exemplo dos efeitos de créditos especiais e extraordinários abertos nos últimos 4 meses do exercício de 2019.

1.2 Análise da proposta setorial e da execução orçamentária recente

A Proposta Orçamentária para 2020 consigna dotação total de R\$ 17,1 bilhões para o Ministério da Justiça e Segurança Pública, objeto de análise da Área Temática IX.

(...)





CONGRESSO NACIONAL
Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização

Vale observar, no Quadro 1" — está aqui no parecer escrito —, "os valores nominais das propostas orçamentárias para o Ministério, entre os anos de 2015 e 2020, estando também disponíveis os valores por grupo de natureza da despesa (GND). Descontada a reserva de contingência, temos que, do PLOA 2019 para o PLOA 2020, há um acréscimo em torno de R\$ 140 milhões (...). Para 2020, há redução nos Investimentos e na Reserva de Contingência, com aumento nas rubricas de Pessoal e Encargos Sociais e de Outras Despesas Correntes.

O Quadro 2 apresenta as dotações totais, estando em vermelho as aplicações disponíveis e em azul os valores destinados a Reserva de Contingência (reserva de recursos), cuja principal finalidade é economizar para efeito de resultado fiscal.

(...)

O orçamento total do Ministério da Justiça e Segurança Pública corresponde a aproximadamente 0,22% do Produto Interno Bruto (PIB) estimado do País para o ano de 2020. Esse percentual não se confunde com o total de despesas com segurança pública, visto que os gastos dos Estados são os que concentram maior montante de despesas nessa área. O total dos gastos com segurança pública, somando-se os orçamentos da União, dos Estados e dos Municípios, corresponde, na média dos anos recentes, a uma proporção da ordem de 1,5% do PIB, percentual que pode ser considerado alto se comparado a uma média mundial (da ordem de 1%).

Assim como também tem ocorrido em outras áreas, é necessária uma análise sobre como dar maior eficiência e efetividade ao gasto público, pois o aumento puro e simples das despesas não representa necessariamente melhores resultados para a população. É necessário também repensarmos nossas leis — inclusive penais — e avaliar se não estamos desperdiçando recursos e atenção em ações que não melhoram a segurança da população e ainda consomem os escassos recursos públicos.

(...)

A par do disposto no art. 167, inciso III, da Constituição (Regra de Ouro), parte da programação orçamentária de diversos órgãos estão condicionados a aprovação de crédito suplementar por maioria absoluta.

O Quadro 4 apresenta os valores das programações das unidades orçamentárias vinculadas ao Ministério da Justiça e Segurança Pública, inclusive os





CONGRESSO NACIONAL
Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização

valores condicionados constantes das programações do órgão orçamentário denominado Programações Condicionadas à Aprovação Legislativa prevista no inciso III do art. 167 da Constituição (...)."

Valores por UO: 12 bilhões e 980 milhões não condicionados; 4 bilhões e 80 milhões condicionados; e 17 bilhões e 60 milhões no total.

"1.3 Emendas apresentadas"

(...) Recebemos "470 emendas, todas de apropriação; não tendo sido apresentada emenda do tipo 'remanejamento'. Das emendas coletivas, 33 são de bancada estadual e 16, de Comissão (totalizando 49 emendas coletivas). As emendas individuais totalizaram 421.

No atendimento dos pleitos foram utilizados, especialmente, os critérios de prioridade ao combate à criminalidade, necessidades setoriais e regionais e a expectativa de execução de cada ação. Nesse contexto, as ações que visam a apoiar os investimentos na área de segurança pública receberam especial atenção, considerando-se principalmente os esforços do Ministério na integração das esferas federal, estadual e municipal no combate à criminalidade.

1.3.1 Emendas individuais

As emendas individuais apresentadas foram integralmente aprovadas, atendidas por meio de repasses advindos de reserva própria de recursos, em montante de R\$221.033.112,00.

Não tivemos casos de emendas individuais inadmitidas. Algumas emendas, contudo, tiveram a classificação ajustada tecnicamente, a fim de melhor ajuste com o objeto da emenda, a exemplo das Emendas nºs 3986.0006 e 4142.0013, sem que o ajuste, porém, provocasse alteração na finalidade da proposição.

1.3.2 Emendas coletivas

1.3.2.1 De apropriação

No atendimento das emendas coletivas, esta relatoria utilizou os recursos que lhe foram disponibilizados, em conformidade com a regra estabelecida no art. 57 da Resolução nº 1, de 2006, do Congresso Nacional, no montante de R\$66.331.658,00 para as emendas não impositivas apresentadas ao setor. Da reserva disponibilizada, destinamos R\$19.271.413,00 para emendas de bancada com RP 2 e R\$27.635.801,00 para as emendas de Comissão. Esta relatoria também utilizou a reserva de recursos para a recomposição de programações atingidas pelo





CONGRESSO NACIONAL
Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização

cancelamento prévio imposto pelo Parecer Preliminar, com reposição de um valor global de R\$19.424.444,00, nas programações da Administração Direta, Arquivo Nacional, Polícia Federal, FUNAI e Conselho Administrativo de Direito Econômico.

Para atendimento das programações em RP 7 (emendas impositivas de bancada), foi utilizada parcela de reserva própria no valor global de R\$474.047.698,00.

(...)

1.3.3 Emendas de Relator

Esta relatoria (...) apresentou cinco emendas de Relator (...), com a finalidade exclusiva de recompor parte das programações afetadas pelos cancelamentos prévios promovidos pelo Parecer Preliminar, nos termos do item 18.IV, conforme Anexo II-A.

As emendas de Relator foram apresentadas no intuito de atender aos apelos do órgão para minimizar os prejuízos ao seu funcionamento em decorrência da redução provocada em sua proposta orçamentária por esses cancelamentos.

Do total de cancelamentos, no valor de R\$25.414.842,00, esta relatoria, por meio das emendas citadas, promoveu recomposições no valor global de R\$19.424.444,00.

1.3.4 Cancelamentos

Ciente dos prejuízos aos órgãos decorrentes de eventuais cortes nas programações constantes do projeto de lei, esta relatoria não promoveu qualquer cancelamento nas programações propostas.

1.3.5 Valores totais de atendimento

Os valores totais de atendimento foram, portanto, de R\$761.412.468,00 com atendimento de emendas individuais e coletivas e para as emendas de recomposição.

Em termos globais, a programação do Ministério da Justiça e Segurança Pública passou de R\$17.059.994.199,00 para um total de R\$17.795.991.825,00.

(...)"

Como não foi possível atender a totalidade dos pedidos de recomposição da programação cancelada pela relatoria-geral, "sugerimos, portanto, ao Relator-Geral, que verifique a possibilidade de recompor as programações do órgão que não puderam ser recompostas por esta relatoria, em montante de R\$5.990.398,00.





CONGRESSO NACIONAL
Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização

2. Voto

Diante do exposto, somos pela aprovação do Projeto de Lei nº 22, de 2019-CN, na parte referente ao Ministério da Justiça e Segurança Pública, com as alterações decorrentes das emendas aprovadas e das aprovadas parcialmente, conforme discriminado em anexo."

O SR. PRESIDENTE (Marcelo Castro. MDB - PI) - Em discussão o relatório da nobre Deputada Soraya Manato.

Há orador inscrito.

Tem a palavra o nobre Deputado Cacá Leão.

O SR. CACÁ LEÃO (Bloco/PP - BA) - Sr. Presidente, vou ser bastante breve.

Quero parabenizar a Deputada Soraya Manato pelo brilhante relatório e agradecer-lhe por ter atendido ao pleito dos remanescentes do concurso da Polícia Rodoviária Federal. É um pleito justo, pelo qual se vem lutando durante todo o ano de 2019, e a Deputada Soraya Manato brilhantemente o acatou no seu relatório. Isso permitirá que os remanescentes desse concurso sejam convocados no ano de 2020.

Parabéns, Deputada, pelo brilhante relatório!

O SR. PRESIDENTE (Marcelo Castro. MDB - PI) - Tem a palavra o nobre Deputado Edmilson Rodrigues.

O SR. EDMILSON RODRIGUES (PSOL - PA) - Presidente, eu me somo ao Deputado Cacá Leão quanto ao elogio acerca da PRF, que é necessária para todo o País, para as áreas de fronteira, para a segurança nas estradas, para o combate ao tráfico de armas, de drogas. Ela tem cumprido o seu papel, mas está com quadro insuficiente, não só no atual Governo. No meu Estado mesmo, muitos postos da PRF foram eliminados, um Estado que é continental e que necessita dessa presença nas estradas, nos portos. É uma questão fundamental, portanto, aproveitar o concurso feito, aproveitar os concursados, treiná-los e inseri-los na Polícia Rodoviária Federal.

Queria parabenizá-la. No entanto, Deputada, eu queria ver se é possível, até numa emenda complementar, avaliando-se a questão com os especialistas, verificar se o recurso não ficou muito pequeno ou insuficiente. V.Exa. aposta aqui na subfunção policiamento, e há um acréscimo bastante significativo, de quase 700 milhões, nessa área.





CONGRESSO NACIONAL
Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização

Sabemos que o serviço de inteligência, muitas vezes, deixa de exigir tanto o policiamento ostensivo ou outros meios de policiamento, inclusive no sistema penitenciário. Falo isso de um modo geral. Estão previstos R\$169.660,750,00. Mas, como sugestão, digo que talvez merecesse um aporte maior, nesse esforço. Se for possível, poderia fazer uma emenda complementar e debater com o Relator-Geral.

Eu queria colocar duas questões que, para mim, são fundamentais. Realmente há uma linha do Governo de não mais querer demarcar terras indígenas. Sabemos, no entanto, que isso tem representado um desgaste para o País. Creio que o Congresso Nacional, a despeito de termos ou não participação na base de apoio do Governo, creio que deveríamos dar sinalização positiva em algumas áreas, mesmo que tenhamos que propor um caminho diferente do que propõe o Governo. Vou lhe dar um exemplo no caso de duas ações. A ação de proteção e promoção dos direitos indígenas o Governo, não V.Exa., desidratou. Eu sei que não dá para mexer em tudo, mas creio que é possível fazer isso nessa e na área de regularização, demarcação e fiscalização. Se o Governo não vai demarcar novas terras, não temos como obrigá-lo, porque ele foi eleito e tem poder para isso; no entanto, ele tem obrigação de fiscalizar.

Nós vimos dois indígenas guajajaras serem mortos anteontem. Há 1 mês, vimos outro líder ser morto. Então, é necessária a ação do Estado. Se não aportarmos recursos, mesmo mantendo o programa, é claro que isso trará dificuldades, e depois teremos que aprovar aqui PLN para fazer remanejamento. Agora o Ministro Moro teve que decidir a respeito do envio da Força Nacional ao Maranhão, onde, em menos de 1 mês, mataram três líderes. Ontem foram mortos dois caciques. Eu até disse ontem, fazendo uma comparação, que o cacique, em sua aldeia, equivale ao Presidente da Câmara Municipal ou ao Prefeito. A aldeia é a cidade indígena. Quando se mata o cacique, mata-se o principal líder. Então, não é uma coisa inocente, é planejada. Matar dois caciques de aldeias realmente é um crime de ódio contra o povo indígena, de negação dos direitos indígenas, mas é também de afirmação de um preconceito inaceitável.

É isso, Relatora.

Eu queria também dizer que — não é uma questão individual —, em quase todos os itens, torna-se clara a redução dos investimentos. Isso é muito sério.





CONGRESSO NACIONAL
Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização

Eu sonho com um mundo onde não haja presídios, mas isso é uma utopia. Hoje, concretamente, um dos principais problemas é este: as penitenciárias estão abarrotadas. Hoje pela manhã, com a presença do Diretor Marcelo — esqueci o sobrenome —, do DEPEN, o Departamento Penitenciário Nacional, discutimos a questão das mulheres no Ceará e no Pará. Relatos feitos mostravam que lugares onde cabiam 15 mulheres estavam 45, 60 mulheres. Não pode dar certo um sistema como esse. Então, construir penitenciárias ou modernizar o sistema existente é uma necessidade. Quando se reduz investimento, isso fica inviabilizado. Eu sei os limites de uma relatoria, mas estou levantando esses pontos apenas para que não achemos que isso é natural. Creio que temos de enfrentar essa questão.

Eu acho que o Poder Legislativo, o Congresso Nacional, às vezes, tem que afrontar, sabe? Tem que conversar harmonicamente com o Governo, com o Executivo, mas tem que mostrar que nem tudo pode ser aceito como passível de cortes.

Muito obrigado.

A SRA. DRA. SORAYA MANATO (PSL - ES) - Deputado Edmilson, uma parte da FUNAI foi recomposta no meu relatório. Quanto ao restante das demandas, conversaremos com o Relator-Geral. Vamos ver o que podemos fazer.

Obrigada.

O SR. PRESIDENTE (Marcelo Castro. MDB - PI) - O relatório da nobre Deputada Soraya Manato continua em discussão. *(Pausa.)*

Não havendo mais quem queira discuti-lo, declaro encerrado o prazo de discussão.

Não foram apresentados destaques.

O relatório está em votação na representação da Câmara dos Deputados.

Os Srs. Parlamentares que o aprovam permaneçam como se acham. *(Pausa.)*

Aprovado.

O relatório está em votação na representação do Senado Federal.

Os Srs. Senadores que o aprovam permaneçam como se encontram. *(Pausa.)*

Aprovado.

Item 6. Relatório Setorial da Área Temática III — Desenvolvimento Regional.

Relator-Setorial: Senador Eduardo Gomes.

Convido o Relator-Setorial para vir à mesa apresentar o seu relatório.





CONGRESSO NACIONAL
Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização

O prazo de destaques será finalizado ao término da discussão, conforme estabelece o inciso I do art. 60 do Regimento Interno da CMO.

Tem a palavra o nobre Senador Eduardo Gomes.

O SR. VICENTINHO JÚNIOR (PL - TO) - Sr. Presidente, V.Exa. disse que a próxima leitura seria a minha. Eu só abro mão de fazer uso da palavra agora pelo carinho, pelo zelo e pela competência do nosso Líder do Governo, o Senador Eduardo Gomes.

O SR. PRESIDENTE (Marcelo Castro. MDB - PI) - (*Riso.*) Sem nenhuma dúvida...

O SR. BOHN GASS (PT - RS) - Pergunto se eu posso também, na sequência...

O SR. PRESIDENTE (Marcelo Castro. MDB - PI) - Eu quero comunicar aos membros da CMO que a Ordem do Dia começou, mas foi ressaltado o trabalho da CMO pelo Presidente do Congresso Nacional. Mesmo com a Ordem do Dia em vigência, nós vamos poder votar.

O SR. EDUARDO GOMES (MDB - TO) - Sr. Presidente, Srs. Senadores, Sras. Senadoras, Srs. Deputados, Sras. Deputadas, primeiro quero registrar a satisfação de reencontrar aqui na Comissão de Orçamento o nosso querido amigo Prefeito Firmino, Prefeito de Teresina.

Quero cumprimentar o Deputado Vicentinho Júnior, meu amigo tocantinense, que me cedeu a vez para que eu fizesse agora a leitura do relatório, que será absolutamente sucinto.

Vou iniciar de pronto a leitura sintetizada daquilo que foi discutido com os Líderes a respeito da admissão das emendas, do que foi discutido com a Consultoria de Orçamento.

Passo então à leitura do voto.

"2. Voto do Relator

Ante o exposto, voto pela aprovação da proposta orçamentária para o exercício financeiro de 2020, no que concerne as unidades orçamentárias constantes na área temática III, nos termos apresentados pelo Poder Executivo, com as alterações decorrentes das emendas aprovadas e com a indicação para votação em separado, conforme disposto no art. 70, II, da Resolução nº 1, de 2006, do Congresso Nacional, das Programações 15.453.2219.10SS.0001 (Sistemas de Transporte





CONGRESSO NACIONAL
Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização

Público Coletivo e Urbano — Nacional), e 18.544.2221.10CT.0027 (Construção do Canal Adutor do Sertão Alagoano, no Estado de Alagoas).

Sala da Comissão.

Senador Eduardo Gomes".

Quero fazer, Sr. Presidente, observação também sobre as informações pertinentes recebidas por intermédio do Deputado Orlando Silva e do Deputado Edmilson Rodrigues, que fizeram uma observação sistemática, importante e relevante sobre o Programa Minha Casa, Minha Vida — Faixa 1.

Sr. Presidente, este é o relatório.

O SR. PRESIDENTE (Marcelo Castro. MDB - PI) - O relatório está em discussão.

O SR. ORLANDO SILVA (PCdoB - SP) - Sr. Presidente...

O SR. PRESIDENTE (Marcelo Castro. MDB - PI) - Com a palavra o nobre Deputado Orlando Silva.

O SR. ORLANDO SILVA (PCdoB - SP) - Presidente, eu antecipo meu voto favorável ao relatório apresentado pelo Senador Eduardo Gomes, mas quero, publicamente, transmitir a mensagem que fiz pessoalmente ao Senador Eduardo Gomes.

Esse relatório é responsável por fixar a previsão de investimento por intermédio do Fundo de Desenvolvimento Social em habitação popular no valor de 238 milhões. Esse montante previsto para o Programa Minha Casa, Minha Vida será insuficiente, até mesmo para manter os empreendimentos já contratados e as obras já em execução.

Hoje o Deputado Edmilson Rodrigues e eu recebemos uma carta do Movimento Popular por Moradia, reivindicando que nós recompuséssemos o orçamento com pelo menos mais 350 milhões, montante que nos aproximaria inclusive da emenda aprovada na Comissão de Desenvolvimento Urbano e que seria suficiente apenas para a manutenção das obras já contratadas.

Por isso, Sr. Presidente, eu quero renovar publicamente o apelo que fiz pessoalmente ao Senador Eduardo Gomes, para que possamos construir junto com o Relator-Geral do Orçamento, Deputado Domingos Neto, um encaminhamento para que nós possamos acrescentar recursos e garantir a sobrevivência ao Programa Minha Casa, Minha Vida, garantido os empreendimentos já contratados. Há um déficit





CONGRESSO NACIONAL
Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização

habitacional brutal, por exemplo, na cidade de São Paulo, onde 1 milhão de famílias vivem em condições precárias, à beira de córregos, em encostas. Qualquer chuva ameaça a vida dessas pessoas.

Portanto, a moradia digna que nós escrevemos na Constituição Federal como um direito precisa ser materializada. Por isso o Programa Minha Casa, Minha Vida é tão importante e esta Comissão deve recompor o orçamento, garantido o direito à moradia para o nosso povo.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Marcelo Castro. MDB - PI) - Para discutir o relatório, tem a palavra o nobre Deputado Edmilson Rodrigues.

O SR. EDMILSON RODRIGUES (PSOL - PA) - Sr. Presidente, não encontrei os dados que eu tinha aqui. Mas, de modo geral, nós alcançamos, Senador Eduardo, até mais de 20 bilhões de investimentos no Minha Casa, Minha Vida. O programa já começou com cerca de 4 bi, que é mais ou menos o valor de 2019. Só que a Mensagem trouxe uma proposta, em linhas gerais, de 2,4 bi, que é mais ou menos 12% do pico.

Então, mesmo que considerássemos que houve em alguns momentos um crescimento, digamos, fora do normal — às vezes por se tratar de um período pré-eleitoral, porque isso faz parte do jogo político —, na verdade, o corte é muito brutal.

Se nós considerarmos que, no ano passado, o Ministro Canuto, a quem tenho dirigido propostas e tenho manifestado de forma bastante respeitosa e positiva... Ele é um Ministro que vem de carreira e tem demonstrado certo compromisso com a manutenção do programa, mas, em determinado momento, ele precisava de pelo menos uns 4 bilhões de reais para pagar o que já estava executado, mas nós não conseguimos repor.

Houve aprovação de um PLN aqui — aquele dos 249 bilhões —, em que fizemos um acordo com o Governo; nesse acordo estavam a área da educação, de ciência e tecnologia, estavam obras do Rio São Francisco — a transposição —, mas também, para o Minha Casa, Minha Vida, havia 1 bilhão. Ao invés de se garantir o que foi acordado, tem sido contingenciado ainda mais.

A educação recompôs-se, e se fez a propaganda de que havia se retirado todo o bloqueio. Na verdade, para a educação fundamental, ainda há 2,3 bilhões bloqueados, e isso ocorre no País que está internacionalmente visto como um dos





CONGRESSO NACIONAL
Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização

que têm os mais baixos índices de qualidade educacional, conforme dados do PISA agora publicados.

Então, Senador — V.Exa. está, inclusive, conversando com o Relator-Geral —, eu estava brincando com o Deputado Vicentinho Júnior que Tocantins está todo empoderado, cheio de Relatores! Está bombando!

Mas eu sei que V.Exa. sensibilidade social tem, e é necessário recompor, porque os 2,4 bi já eram pouco, historicamente falando. E ficar com 1,9 realmente é muito baixo.

Nessa reunião de hoje com os movimentos sociais, falamos que recompor com 300 milhões ainda é muito pouco. Mas a Comissão de Desenvolvimento Urbano aprovou uma emenda, por unanimidade, que previa 600 milhões para o Minha Casa, Minha Vida. Ela não foi zerada, mas ficou em 100 mil reais.

Então, considerando que foi dirigida pelo Marcos Feliciano, pessoal, alguém tem dúvida de que é alguém do Governo? Com a minha presença, com presença de petistas, em uma Comissão plural, como é o Congresso Nacional, e aprovamos por unanimidade... Então, ter sido reduzida a 100 mil, realmente...

E essa é uma área importante. Na minha avaliação, como arquiteto e urbanista, há muitos prédios que, se reformados e refuncionalizados para a moradia, exigirão menos investimento, mas gerarão, ainda assim, capital para as empresas de construção e emprego para operários da construção civil; portanto isso cumpriria a função social duplamente, além da função econômica.

Então, está feito o apelo. Sei que V.Exa. já manifestou vontade de mudar. Espero que consigamos ter essa vitória.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Marcelo Castro. MDB - PI) - Para discutir o relatório, tem a palavra o nobre Deputado Alessandro Molon.

O SR. ALESSANDRO MOLON (PSB - RJ) - Sr. Presidente, quero cumprimentá-lo, quero cumprimentar o Relator e o Relator-Setorial, Senador Eduardo Gomes.

Senador Marcelo, eu venho somar-me à manifestação do Deputado Orlando Silva e do Deputado Edmilson Rodrigues para apoiar o pleito de se ampliarem os recursos para o Programa Minha Casa, Minha Vida, para a conclusão das obras já contratadas.





CONGRESSO NACIONAL
Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização

Trata-se de um pleito importante. O déficit habitacional do nosso País é enorme: 7 milhões de moradias. Portanto, há muitos brasileiros que ainda não têm casa, de forma que pelo menos a manutenção das obras contratadas seria de grande importância.

Por isso deixo aqui registrado o apoio da Liderança da Oposição na Câmara a esse pleito do Deputado Orlando Silva e do Deputado Edmilson Rodrigues, agradecendo a compreensão e o apoio do Senador Eduardo Gomes, do Relator e do Presidente da Comissão de Orçamento.

Obrigado, Presidente.

O SR. EDUARDO GOMES (MDB - TO) - Sr. Presidente, peço a palavra para fazer uma complementação de voto.

O SR. PRESIDENTE (Marcelo Castro. MDB - PI) - O nobre Relator quer fazer uma complementação de voto. Tem V.Exa. a palavra.

O SR. EDUARDO GOMES (MDB - TO) - Primeiro, Sr. Presidente, agradeço aos Deputados Alessandro Molon, Orlando Silva e Edmilson Rodrigues pelas intervenções. Gostaria de dizer que essa é uma função do Governo, do próprio Ministro Canuto, e que há a preocupação com a recomposição de recursos para esse programa.

O Ministério do Desenvolvimento Regional é muito complexo e abriga agora vários Ministérios, como é a característica deste Governo. Eu tenho a certeza de que, remanescendo desse relatório esse ponto específico, todo o nosso esforço será, junto com o Relator-Geral e as outras instâncias, no sentido de, não só neste momento, mas durante o ano de 2020, recompor essa necessidade básica.

Quero apresentar, Sr. Presidente, Sras. e Srs. Senadores, Sras. e Srs. Deputados, os relatórios de complementação de voto, com o seguinte registro:

"Complementação de Voto

Após a entrega do Relatório Setorial relativo à Área Temática III — Desenvolvimento Regional, detectamos a necessidade dos ajustes mencionados a seguir:

1) Em virtude da aprovação do Relatório do Comitê de Admissibilidade de Emendas pela Comissão Mista de Orçamento, que propôs a inadmissibilidade de 4 (quatro) emendas do Setor III, faz-se necessária a alteração descrita no Anexo 1.





CONGRESSO NACIONAL
Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização

2) Em virtude da detecção de erro material da Unidade Orçamentária da Emenda nº 71090009, de autoria da bancada do Espírito Santo, faz-se necessária a alteração descrita no Anexo 2."

Ainda, Sr. Presidente, há informação sobre a não aprovação de três destaques da bancada de Goiás, que foram prontamente atendidas no relatório setorial.

Portanto, esta é a informação, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Marcelo Castro. MDB - PI) - Estão encerrados a discussão e o prazo de apresentação de destaques.

Coloco em votação o relatório e a complementação de voto do Relator, ressalvados os destaques e ressalvadas as obras com indícios de irregularidades graves.

Em votação na representação da Câmara dos Deputados.

Os Srs. Parlamentares que o aprovam permaneçam como se encontram.

(Pausa.)

Aprovado.

Em votação na representação do Senado Federal.

Os Srs. Senadores que o aprovam permaneçam como se acham. *(Pausa.)*

Aprovado.

Nos termos do art. 70, inciso II da Resolução nº 1, de 2006, do Congresso Nacional, anuncio a votação das obras com indícios de irregularidades graves indicadas pelo Relator, ressalvados os destaques, na representação da Câmara dos Deputados.

Os Srs. Parlamentares que o aprovam permaneçam como se acham. *(Pausa.)*

Aprovado.

Em votação na representação do Senado.

Os Srs. Senadores que o aprovam permaneçam como se acham. *(Pausa.)*

Aprovado.

Passemos aos destaques.

O nobre Relator nos comunica que os destaques feitos já foram atendidos. Portanto, se não houver discordância, nós consideramos prejudicados os destaques.

A SRA. FLÁVIA MORAIS (PDT - GO) - Presidente, os Destaques nº 1, 2 e 3 são da minha autoria?

O SR. PRESIDENTE (Marcelo Castro. MDB - PI) - Exatamente.





CONGRESSO NACIONAL
Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização

A SRA. FLÁVIA MORAIS (PDT - GO) - Queria pedir ao Relator que pudesse acrescentar um pouco mais. Nós colocamos um valor maior, pois o nosso Estado vive, hoje, uma situação muito difícil. Gostaríamos de pedir ao Relator, portanto, que pudesse rever a situação de Goiás e acrescentasse um pouco mais.

É o pedido que faço, para que reavalie esses destaques que nós apresentamos.

O SR. PRESIDENTE (Marcelo Castro. MDB - PI) - V.Exa. concorda que está atendida e que, quanto aos destaques, não há necessidade?

A SRA. FLÁVIA MORAIS (PDT - GO) - Gostaria de pedir a V.Exa. que olhasse com carinho.

O SR. EDUARDO GOMES (MDB - TO) - Sr. Presidente, sobre esses destaques, eu sei que há mérito na solicitação, feita pela Deputada, de ampliação de recursos. Ocorre que foram os destaques de bancada com maior valor de atendimento entre todos os Estados brasileiros: foram três emendas atendidas, sendo 25 milhões de reais cada uma. Eu fico receoso de que queiram pegar um pouquinho do dinheiro dos destaques. Portanto, peço a compreensão de V.Exa., pois sei que há mérito na solicitação.

O SR. ORLANDO SILVA (PCdoB - SP) - Esse é o passado goiano do tocantinense, que acabou estimulando...

O SR. EDUARDO GOMES (MDB - TO) - Nós temos o mesmo espírito guerreiro.

A SRA. FLÁVIA MORAIS (PDT - GO) - Eu gostaria de agradecer a deferência que teve o Relator com o nosso Estado, de registrar o nosso destaque e de reconhecer o que foi colocado para Goiás.

O SR. PRESIDENTE (Marcelo Castro. MDB - PI) - Ótimo! Então, vamos considerar os destaques atendidos e prejudicados.

Foi aprovado o relatório do Ministério do Desenvolvimento Regional, com o brilhante voto do nosso Senador Eduardo Gomes, Líder do Governo, que aqui fez o seu relatório.

Item 9. Relatoria Setorial da Área Temática VI — Agricultura.

Relator-Setorial: Deputado Vicentinho Júnior, do PL de Tocantins.

O SR. EDMILSON RODRIGUES (PSOL - PA) - Enquanto isso, Presidente, poderia me informar se o item 4, da educação, vai entrar em pauta ainda hoje?





CONGRESSO NACIONAL
Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização

O SR. PRESIDENTE (Marcelo Castro. MDB - PI) - Vai, sim.

O SR. EDMILSON RODRIGUES (PSOL - PA) - Obrigado.

O SR. ORLANDO SILVA (PCdoB - SP) - Presidente, em homenagem ao Deputado Bohn Gass, poderia ser o item seguinte o da economia?

O SR. PRESIDENTE (Marcelo Castro. MDB - PI) - Após o item da Senadora Kátia Abreu.

O SR. ORLANDO SILVA (PCdoB - SP) - É claro.

O SR. PRESIDENTE (Marcelo Castro. MDB - PI) - Não é por ser Senadora...

O SR. ORLANDO SILVA (PCdoB - SP) - Mas é por ser a Senadora Katia Abreu.

A SRA. KÁTIA ABREU (PDT - TO) - Obrigada, Deputado Orlando. Mas eu acho que o meu prêmio é porque fui a primeira a entregar o relatório setorial, então estou recebendo essa homenagem por isso.

O SR. PRESIDENTE (Marcelo Castro. MDB - PI) - É verdade.

O Relator-Setorial, nobre Deputado Vicentinho Júnior, está com a palavra para a apresentação do relatório.

O prazo de destaques será finalizado ao término da discussão, conforme estabelece o inciso I do art. 61 do Regimento Interno da CMO.

Com a palavra o nobre Deputado Vicentinho Júnior.

O SR. VICENTINHO JÚNIOR (PL - TO) - Eu quero registrar, Presidente, inclusive fazendo coro com a fala do Deputado Orlando Silva do porquê de o Tocantins existir, que é para que, em uma data como esta, pudesse dar a sua colaboração ao País. Hoje temos aqui três Relatores Setoriais, o brilhante Senador Eduardo Gomes; a nossa sempre competente e elegantíssima Senadora Kátia Abreu, e não sei em que outro Estado teria alguém tão bela quanto a que aqui se encontra; e este esforçado Deputado Federal, na condição de Relator da área temática da agricultura.

Também registro que, depois de ver o Deputado Edmilson fazer várias defesas de seus destaques, eu distribuí alguns chocolates para adoçar o dia dele. Espero que ele não faça a este Relator nenhum tipo de interpelação.

Passo a ler o relatório.

"Da Relatoria da Área Temática VI — Agricultura, sobre o Projeto de Lei Orçamentária Anual de 2020, PLOA 2020, constante do Projeto de Lei nº 22, de





CONGRESSO NACIONAL
Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização

2019, do Congresso Nacional, encaminhado por intermédio da Mensagem Presidencial nº 395, de 2019, que estima a receita e fixa a despesa da União para o exercício financeiro de 2020, na parte referente ao Ministério Agricultura, Pecuária e Abastecimento, e suas unidades orçamentárias. (...).

I. Relatório

1. Introdução (...).

Por designação do Presidente da Comissão Mista de Orçamento, na forma do art. 15 da Resolução nº 1, de 2006-CN, recebemos a missão de examinar e relatar as peças orçamentárias concernentes à Área Temática VI — Agricultura, do Projeto de Lei Orçamentária Anual de 2020, compreendendo as matérias relativas ao Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento, e suas unidades orçamentárias. (...).

A proposta orçamentária para 2020 das unidades orçamentárias que integram a Área Temática VI — Agricultura, totaliza R\$ 15,6 bilhões. Desse total, R\$ 10,4 bilhões estão efetivamente alocados e R\$ 5,2 bilhões (cerca de 33% do total) condicionados à aprovação de um crédito orçamentário, por maioria absoluta, em função da chamada Regra de Ouro. (...).

6.1 Considerações gerais

A Relatoria da Área Temática V — Agricultura, Pesca e Desenvolvimento Agrário recebeu 439 emendas para análise, todas de apropriação. Foram apreciadas 400 emendas individuais e 39 coletivas, sendo 26 de bancadas estaduais e 13 de Comissões. (...).

6.5 Análise do mérito das emendas.

Considerando que as bancadas estaduais contam com parcela de recursos de execução obrigatória em decorrência da Emenda Constitucional nº 100, de 2019, entendemos que seria também importante prestigiar as emendas apresentadas pelas Comissões, pelo seu caráter amplo e com possibilidade de aplicação em todo o território nacional, como forma de correção de eventuais desequilíbrios alocativos.

Como os recursos foram extremamente reduzidos (...), decidimos atender menos ações orçamentárias, segundo prioridade do próprio Ministério, evitando a pulverização de recursos em inúmeras demandas. (...).

6.6 Fontes de recursos.





CONGRESSO NACIONAL
Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização

Esta Relatoria contou com um total de 720 milhões e 200 mil reais recebidos pelo Relator-Geral para o atendimento das demandas apresentadas, sendo:

R\$ 316,2 milhões para as emendas individuais (...);

R\$ 354,7 milhões para as emendas de bancadas estaduais consideradas de execução obrigatória (...);

R\$ 49,7 milhões para as emendas de bancadas e de Comissões (...).

Além desses recursos, o parecer preliminar autoriza os Relatores Setoriais a promoverem cortes nas dotações para investimentos e inversões financeiras das programações a cargo da área temática.

Nesse sentido, cumpre ressaltar que esta relatoria estaria autorizada a promover cancelamentos de até R\$ 27,8 milhões. Após analisar cada uma das dotações passíveis de corte, porém, avaliamos a importância de assegurar o bom funcionamento e obtenção dos objetivos de cada unidade orçamentária e optamos por um cancelamento de apenas R\$ 6,4 milhões (correspondente a 4,5% da base de cálculo) (...).

6.8 Indicações à Relatoria-Geral

Pela importância da atividade agropecuária para a economia, geração de divisas, criação de empregos e desenvolvimento social no País, indicamos ao Relator-Geral, nobre Deputado Domingos Neto, a necessidade de aporte de recursos em algumas demandas essenciais para garantir a continuidade de evolução desse setor, com destaque para:

a) fomento ao setor agropecuário (...);

b) assistência técnica e extensão rural (...) — para dar fomento e zelo à nossa agricultura familiar;

"c) sistema de defesa sanitária agropecuária (...) — entendendo que não basta a Ministra Tereza Cristina rodar o Brasil e o mundo abrindo mercado, sem dar qualidade e segurança à carne brasileira e aos produtos oriundos da pecuária brasileira;

"d) pesquisas desenvolvidas pela EMBRAPA (...) — e aqui faço coro com o Senador Izalci, que mais cedo fez uma defesa desse importante órgão; e aqui, salvo engano, temos alguns servidores da valorosa EMBRAPA;

"e) Cadastro Ambiental Rural (...) — o nosso CAR;





CONGRESSO NACIONAL
Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização

"f) valorização das carreiras de fiscais agropecuários do MAPA e de servidores do INCRA (...)."

E, desde sempre, nesta Comissão Mista de Orçamento, nós sempre temos defendido, junto com o Deputado Cleber Verde, esse zelo aos desprestigiados e merecidos servidores do INCRA.

"II. Voto do Relator

Do exposto, somos pela aprovação da proposta orçamentária para o exercício de 2020 na forma do PLN 22, de 2019-CN, relativa aos órgãos e unidades orçamentárias da Área Temática VI – Agricultura, encaminhada pelo Poder Executivo por meio da Mensagem Presidencial nº 395, de 2019, (modificada pela Mensagem nº 617, de 2019) com as alterações decorrentes das emendas cuja aprovação total ou parcial estamos propondo."

Esse é o nosso voto, Sr. Presidente.

Quero aqui registrar o meu agradecimento, primeiro, a V.Exa., ao nosso partido e ao meu Líder de partido, Deputado Wellington Roberto, por nos colocar na condição de Relator-Setorial da Área Temática VI – Agricultura.

Registro aqui o trabalho valoroso do servidor Wellington, porque, sem o apoio dele, da Valéria, do Partido Liberal, do Edmilson e do Maurílio, do nosso gabinete, dificilmente conseguiríamos fazer um relatório que pacificasse um texto ao meio, atendendo a uma necessidade do Governo Federal e do Brasil. Precisamos dar condições para que a Ministra Tereza Cristina continue desenvolvendo esse trabalho maravilhoso que vem fazendo à frente do Ministério.

Então, agradeço a cada um de vocês que nos ajudou a fazer esse brilhante relatório.

O SR. PRESIDENTE (Marcelo Castro. MDB - PI) - Em discussão o relatório do nobre Deputado Vicentinho Júnior. *(Pausa.)*

Não havendo quem queira discuti-lo, declaro encerrada a discussão.

São quatro destaques.

Vou colocar em votação o relatório, ressalvados os destaques.

Em votação na representação da Câmara dos Deputados.

Os Srs. Parlamentares que o aprovam permaneçam como se acham. *(Pausa.)*

Aprovado.

Em votação na representação do Senado Federal.





CONGRESSO NACIONAL
Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização

Os Srs. Parlamentares que o aprovam permaneçam como se acham. *(Pausa.)*

Não havendo quem defenda os destaques, e o autor não estando presente, declaro que os destaques estão prejudicados.

O relatório está aprovado, com o brilhantismo do nobre Deputado Vicentinho Júnior.

Passemos ao Item 10.

Relatório Setorial da Área Temática VII — Turismo.

Relatora-Setorial: Senadora Kátia Abreu.

A Relatora-Setorial está com a palavra para a apresentação do seu relatório.

O prazo de destaque será finalizado ao término da discussão, conforme estabelece o inciso I do art. 60 do Regulamento Interno da CMO.

Com a palavra a nobre Senadora Kátia Abreu.

A SRA. KÁTIA ABREU (PDT - TO) - Obrigada, Sr. Presidente.

Colegas Senadores e Deputados, obrigada por terem votado em mim já no início dos nossos trabalhos para que eu pudesse fazer a relatoria setorial do turismo. Agradeço a confiança, o apoio do Ministro do Turismo, ao Ministério da Economia e a todos os colegas que aqui contribuíram para que fizéssemos esse relatório.

Na verdade, não temos grandes novidades nesse relatório setorial, a não ser o recurso disponibilizado a mais pelo Relator-Geral. Mas, no seu relatório geral, temos o compromisso maior de investir no turismo do Brasil, e não no turismo do meu Tocantins apenas.

Não é especificamente pela pessoa do Ministro, que é um grande Ministro, uma pessoa bastante atuante, mas é pelo segmento econômico, a importância que tem o turismo para o Brasil hoje, especialmente para o interior do Brasil. Além das praias, do mar, o ecoturismo, o turismo sustentável, o turismo de aventura estão gritando por ajuda, clamando por apoio, como um componente de renda importante nos Estados do Brasil.

Então, foi com esse espírito que trabalhei nesta relatoria com o Relator-Geral para que nós pudéssemos ter um valor significativo não só no Orçamento Geral da União, mas contando também com o financiamento dos bancos disponíveis no Brasil para financiar os empreendedores de turismo, especialmente as micro, pequenas e médias empresas do turismo espalhadas por todo o território nacional.





CONGRESSO NACIONAL
Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização

Presto as minhas homenagens a todos os proprietários de pousadas; aos proprietários de pontos turísticos, bares, restaurantes; aos guias turísticos; às agências de turismo; a todos aqueles que vêm lutando nesse mundo de meu Deus, sem infraestrutura, sem estradas adequadas para levar o turista onde ele quer e precisa ir. Minhas homenagens a todos os investidores, a todos os trabalhadores e a todos os empreendedores do turismo no Brasil.

" I. Relatório

3. Atuação da Relatoria Setorial

Junto à esta Área Temática, foi apresentado um total de 231 emendas de apropriação. Não foram apresentadas emendas de remanejamento.

As emendas de apropriação compreendem 219 emendas individuais e 12 coletivas, sendo 5 emendas de comissões e 7 de bancadas estaduais.

Das emendas de bancadas, foram apresentadas 4 emendas integralmente impositivas (RP 7) e 2 emendas parcialmente impositivas (RP 2 e RP 7).

Não foram apresentadas emendas ao orçamento de investimento das empresas estatais subordinadas aos órgãos integrantes deste setor. (...).

As emendas individuais propostas nesta área temática têm por objetivo, em sua grande maioria, a assistência financeira da União para iniciativas locais, tais como: apoio a projetos de infraestrutura turística, promoção e *marketing* do turismo, qualificação e certificação no turismo, etc. (...).

Considerando as disposições do parecer preliminar, esta relatoria recomenda a aprovação de todas as emendas individuais. (...).

Considerando as aspirações que fundamentaram os pleitos das bancadas estaduais, esta relatoria procurou ter em conta um conjunto de critérios de modo a buscar uma equilibrada distribuição dos recursos. Dessa forma, para a alocação dos recursos às emendas de apropriação das bancadas estaduais, levamos em consideração alguns critérios, como o valor solicitado e a ação envolvida. (...).

Os recursos disponíveis ficaram muito aquém do que seria preciso para se atender de modo razoável as numerosas e relevantes demandas. No entanto, apesar das dificuldades e da pequena disponibilidade de tempo para manter os necessários contatos com os agentes e setores interessados, esta relatoria espera ter alcançado seus objetivos realizando a distribuição mais justa e objetiva possível.





CONGRESSO NACIONAL
Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização

Quanto ao parecer sobre as emendas coletivas, recomendamos a nossos pares a aprovação integral das emendas impositivas de bancada estaduais: 71030001" — Alagoas, no valor de 17 milhões —"; 71040015" — Amazonas, com 12,5 milhões —"; 71140007" — Minas Gerais, 15,5 milhões — "; e 71190010" — Piauí, 16 milhões —", e a aprovação parcial das emendas de bancadas" — dos Estados de Goiás, Paraíba e São Paulo, além das emendas da Comissão de Desenvolvimento Regional e Turismo, do Senado, e da Comissão de Turismo, da Câmara —": 71100013; 71160005; 71250017; 50070001; 50070002; 50070003; 50070004; e 60110002 " — no valor de 16 milhões, disponibilizados pelo relatório preliminar. (...).

"De acordo com as informações encaminhada pelo Tribunal de Contas da União (Acórdão nº 2.554, de 2019) ao Congresso Nacional, até o momento, na programação das unidades orçamentárias que integram esta área temática, não constam obras que sejam objeto de questionamentos. (...).

Pelo exposto, somos pela aprovação do Projeto de Lei nº 22, de 2019 — CN, relativamente às unidades orçamentárias afetas a esta área temática, com as alterações decorrentes das emendas aprovadas.

Sala da Comissão Mista, 7 de dezembro de 2019.

Senadora Kátia Abreu

Relatora-Setorial".

Muito obrigada, Sr. Presidente.

Agradeço aos colegas Senadores e Senadoras. Por fim, faço uma homenagem ao turismo do meu Estado, ao turismo do Estado do Tocantins, do Jalapão, das Serras Gerais, do Encontro das Águas, das nossas praias do Rio Tocantins e do Rio Araguaia.

Quero dizer para todos aqueles que ainda não tiveram o privilégio de conhecer o turismo do Tocantins que não sabem o que estão perdendo. Não podem partir dessa vida sem conhecer o Estado do Tocantins e todos os seus pontos turísticos, que são fascinantes e inesquecíveis.

Muito obrigada.

O SR. PRESIDENTE (Marcelo Castro. MDB - PI) - O relatório da nobre Senadora Kátia Abreu está em discussão. *(Pausa.)*





CONGRESSO NACIONAL
Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização

Não havendo quem queira discuti-lo, a discussão e o prazo de destaques estão encerrados.

Há um destaque da Deputada Flávia Moraes.

O parecer é pela rejeição.

Vamos colocá-lo em votação.

Em votação na representação da Câmara dos Deputados.

Os Srs. Parlamentares que concordam com o Relator permaneçam como se acham. *(Pausa.)*

Em votação na representação do Senado Federal.

Os Srs. Senadores que estão de acordo com o relatório da Senadora permaneçam como se encontram. *(Pausa.)*

Rejeitado o destaque.

O relatório da Senadora Kátia Abreu está aprovado.

Nós agradecemos à Senadora Kátia Abreu o brilhante trabalho realizado e aceitamos o convite indireto para visitarmos os pontos turísticos do belo Estado do Tocantins.

Item 13.

Relatório da Área Temática X — Economia.

Relator-Setorial: Deputado Bohn Gass.

O Relator-Setorial está com a palavra para a apresentação do seu relatório.

O prazo de destaque será finalizado ao término da discussão, conforme estabelece o inciso I do art. 60 do Regulamento Interno da CMO.

Com a palavra o nobre Deputado Bohn Gass.

O SR. BOHN GASS (PT - RS) - Presidente, Senador Marcelo Castro, colegas Deputados e Senadores, passo a ler o relatório setorial de modo resumido, como os demais que já apresentaram aqui e também fizeram dessa forma.

"Da Relatoria da Área Temática 10 – Economia, sobre o Projeto de Lei nº 22, de 2019-CN, que estima a receita e fixa a despesa da União para o exercício financeiro de 2020, na parte referente aos seguintes Órgãos Orçamentários: Ministério da Economia, Encargos Financeiros da União, Transferências a Estados, Distrito Federal e Municípios, Operações Oficiais de Crédito e Dívida Pública Federal.

1. Relatório





CONGRESSO NACIONAL
Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização

1.1. Introdução

(...).

Por designação do Presidente da Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização (CMO), coube a esta relatoria a missão de: (i) apreciar a proposta orçamentária da Área Temática X – Economia, (...) e (ii) propor relatório setorial incorporando as emendas à despesa apresentadas às programações dos referidos órgãos.

Importante salientar que, com a reforma administrativa realizada pelo atual Governo, levada a efeito mediante a Medida Provisória nº 870, de 1º de janeiro de 2019, convertida na Lei nº 13.844, de 18 de junho de 2019, o Ministério da Economia assumiu as atribuições dos extintos Ministérios do Planejamento, Desenvolvimento e Gestão; da Fazenda; da Indústria, Comércio Exterior e Serviços; e do Trabalho. Nesse passo, a Área Temática X – Economia incorpora, em larga medida, no presente exercício, programações orçamentárias até então examinadas pelas extintas setoriais de Fazenda e Planejamento, de Indústria, Comércio e Micro e Pequenas Empresas, e de Trabalho, Previdência e Assistência Social. (...).

1.3 Emendas apresentadas à programação das unidades orçamentárias as áreas temáticas

No âmbito da Área Temática X, foram apresentadas 287 (duzentos e oitenta e sete) emendas, das quais 280 (duzentos e oitenta) de apropriação, 4 (quatro) de remanejamento e 3 (três) de cancelamento de despesa — estas últimas de nºs 40860019, 41570020 e 92290009, não serão tratadas neste relatório, uma vez seu exame é da competência do Relator-Geral, nos termos do art. 72 da Resolução nº 1, de 2006, do Congresso Nacional.

Quanto ao autor, 270 (duzentos e setenta) emendas são do tipo individual, apresentadas por Deputados ou Senadores, e 17 (dezessete) são coletivas, todas oriundas de Comissões de ambas as Casas do Congresso Nacional.

1.3.1. Emendas Individuais

À exceção das emendas transferidas a outro setor ou daquelas objeto de remanejamento de valores entre emendas de mesma autoria, as emendas individuais apresentadas foram aprovadas integralmente; seu atendimento pelo valor solicitado (montante global de R\$ 669.832.546,00) foi possível em virtude de repasses efetuados pela relatoria-geral.





CONGRESSO NACIONAL
Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização

(...)

1.3.2. Emendas Coletivas

De início, no que toca à admissibilidade, cumpre informar que as Emendas nºs 50170006 e 50170008 — ambas de remanejamento e de autoria da Comissão de Finanças e Tributação — foram indicadas preliminarmente para inadmissão no relatório do Comitê de Admissibilidade de Emendas (CAE).

(...)

As 15 (quinze) emendas restantes totalizaram o valor solicitado de R\$ 2.538.605.741,00 — R\$ 90.000.000,00 em duas emendas de remanejamento e R\$ 2.448.605.741,00 em treze emendas de apropriação.

1.3.2.1. De Apropriação

Para promover o atendimento das emendas coletivas, esta relatoria lançou mão de parte da reserva de recurso setorial, constituída mediante:

a) recursos que lhe foram disponibilizados em conformidade com a regra estabelecida no art. 57 da Resolução nº 1, de 2006, do Congresso Nacional, no montante de R\$ 26.947.236,00;

b) recursos oriundos de cancelamento de programações do PLOA, no valor de R\$ 46.519.116,00, permitido pelo item 25, I e II, da Parte Especial do Parecer Preliminar (...).

Na apreciação das emendas coletivas, tendo em conta a persistente crise do emprego no País, esta relatoria optou trabalhar com foco em políticas públicas voltadas à empregabilidade, modernização e promoção de condições dignas de trabalho. Contudo, não foi possível atender adequadamente todas as emendas, de modo que a regra geral foi pelo atendimento parcial, com priorização das ações relativas à fiscalização de obrigações trabalhistas, segurança e saúde no trabalho, fomento à inclusão produtiva, gestão do Sistema Nacional de Emprego — SINE, qualificação profissional de trabalhadores, além de destinar recursos para a realização do Censo Demográfico de 2020. A Tabela 16 detalha o atendimento setorial para tais finalidades (...)."

Aí segue a tabela:

No Censo Demográfico, Agropecuário, nós fizemos o atendimento de R\$ 10.000.00,00; na Fiscalização de Obrigações Trabalhistas e Inspeção em Segurança e Saúde no Trabalho, R\$ 10.000.00,00; no Fomento à Inclusão Produtiva, R\$





CONGRESSO NACIONAL
Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização

5.000.00,00; nos Estudos, Pesquisas e Geração de Informações sobre Trabalho, Emprego e Renda, R\$ 3.000.00,00; na Gestão do Sistema Nacional de Emprego, R\$ 3.000.00,00; na Qualificação Social e Profissional de Trabalhadores, R\$ 2.000.00,00; na Promoção do Desenvolvimento de Micro e Pequenas Empresas, Microempreendedor Individual, Potencial Empreendedor e Artesanato, R\$ 1.010.00,00.

"1.3.2.2. De Remanejamento

As Emendas nºs 50170005 e 50170007, de autoria da Comissão de Finanças e Tributação da Câmara dos Deputados, pretendem beneficiar, respectivamente, a Fundação Getúlio Vargas (R\$ 40.000.000,00) e Projetos de Modernização da Gestão Administrativa e Fiscal dos Municípios em âmbito nacional (R\$ 50.000.000,00). Para tanto, ambas apontam como fonte compensatória recursos de custeio destinados à Administração da Unidade no Ministério da Economia.

As proposições guardam indiscutível mérito. (...)

Não se pode olvidar, contudo, a severa restrição orçamentária que experimentam os órgãos de toda a administração pública, e em particular o Ministério da Economia, no que concerne às dotações para manutenção de suas atividades.

Sopesando tais circunstâncias e valores, acolho parcialmente ambas as emendas, atendendo-as no valor de R\$ 5.000.000,00 (cinco milhões de reais) cada.

(...)

1.4.5. Emendas de Relator-Setorial

De acordo com o art. 52, inciso II, "b" da Resolução nº 1, de 2006, do Congresso Nacional, o Relator-Geral promoveu cancelamento prévio de programações constantes do PLOA 2020, como informa o item 18.IV da Parte Especial do Parecer Preliminar.

No que tange especificamente à unidade orçamentária 25301 - Fundação Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística, integrante desta Área Temática, os cortes promovidos foram da ordem de R\$ 50,9 milhões. Particularmente, foram reduzidas as dotações em GND 4 destinadas às ações 20U7 - Censos Demográfico, Agropecuário e Geográfico (corte de R\$ 5.832.889,00) e 20U6 - Pesquisas e Estudos Estatísticos - Nacional (corte de R\$ 63.667,00).





CONGRESSO NACIONAL
Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização

O Censo Demográfico, que possui quase 150 anos de história em nosso País, é de extrema importância em razão de que fornece informações atualizadas indispensáveis para traçar um retrato fiel e abrangente da realidade nacional, permitindo, assim, o desenho e a implementação de investimentos e políticas públicas de maneira mais eficiente e eficaz. Os valores alocados na proposta orçamentária para a realização do Censo 2020 já estão muito aquém do necessário para a empreitada.

Nesse sentido, considerando a relevância do tema para a sociedade, apresentamos, com fulcro no disposto pelo art. 144, inciso II, da Resolução nº 1, de, 2006, do Congresso Nacional e pelos Itens 10.II e 13.II.c da Parte Especial do Parecer Preliminar, emendas destinadas a recompor integralmente as programações em GND 4 acima referidas, perfazendo R\$ 5.896.556,00.

Do mesmo modo, patrocinamos, via emenda de Relator, a integral recomposição do valor do corte prévio que incidiu sobre as inversões financeiras (GND 5), fonte 100, da Ação 00M2 - Integralização de Cotas em Fundos de Garantia de Operações de Crédito Educativo (vinculada à unidade orçamentária 74902 - Recursos sob Supervisão do Fundo de Financiamento ao Estudante do Ensino Superior/FIES - Ministério da Educação), no valor de R\$ 4.199.379,00. É mesmo desnecessário discorrer sobre a importância do FIES como política voltada à viabilização do direito fundamental ao ensino superior; suas dotações devem ser preservadas.

(...)

1.6. Indicações à Relatoria-Geral

Em face da escassez de recursos disponíveis ao atendimento das emendas, e dada a magnitude dos valores envolvidos, muitas foram as demandas que deixaram de receber dotações compatíveis com sua importância na promoção do desenvolvimento nacional.

(...) Indicamos ao Relator-Geral, portanto, que o saldo da Reserva de Recursos, no valor de R\$ 29.300.417,00, não utilizado por esta Relatoria Setorial, seja alocado conforme adiante para programações que se destinem às seguintes finalidades:





CONGRESSO NACIONAL
Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização

a) Programa de Aquisição de Alimentos, no valor de R\$ 10.000.000,00 (dez milhões de reais) conforme autorizado pelo Item 12.V.w da Parte Especial do Parecer Preliminar;

b) Ações de assistência técnica e extensão rural, no valor de R\$ 12.300.417,00 (doze milhões, trezentos mil, quatrocentos e dezessete reais), de acordo com o permissivo constante do 12.V.q da Parte Especial do Parecer Preliminar;

c) Fomento e Fortalecimento da Economia Solidária, no montante de R\$ 5.000.000,00 (cinco milhões de reais), consoante autorização dada pelo Item 12.V.h da Parte Especial do Parecer Preliminar; e

d) Apoio e fortalecimento das atividades do Instituto Nacional de Metrologia, Qualidade e Tecnologia — INMETRO, no valor de R\$ 2.000.000,00 (dois milhões de reais), lançando mão da autorização inserta no Item 12.V.u da Parte Especial do Parecer Preliminar.

A par da restrição de recursos que premiu os trabalhos desta Relatoria (...).

Diante disso, apresentamos ao Relator-Geral sugestões para que, dentro de suas possibilidades, avalie a destinação de recursos adicionais às programações desta Área Temática, especialmente para a ação 20U7 — Censos Demográfico, Agropecuário e Geográfico.

Por fim, apelamos à sensibilidade do Relator-Geral para que sejam recompostas as dotações previamente canceladas na área de educação, bem como garantidos recursos que permitam a execução adequada do Programa Minha Casa Minha Vida e do Programa de Aquisição de Alimentos.

2. Voto

Diante do exposto, somos pela aprovação do Projeto de Lei nº 22, de 2019-CN, na parte referente aos órgãos orçamentários da Área Temática X — Economia, com as alterações decorrentes das emendas aprovadas e aprovadas parcialmente, conforme discriminado em anexo, e pela inadmissibilidade das emendas 50170006 e 50170008.

Sala da Comissão, dezembro de 2019.

O SR. PRESIDENTE (Marcelo Castro. MDB - PI) - Obrigado, Deputado Bohn Gass.

Abre-se o processo de discussão.

Está inscrito o Deputado Orlando Silva.





CONGRESSO NACIONAL
Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização

O SR. ORLANDO SILVA (PCdoB - SP) - Obrigado, Presidente.

Em primeiro lugar, eu quero cumprimentar o Deputado Bohn Gass pelo relatório que apresentou. Eu percebi no detalhamento das recomposições que ele fez que foi ao limite das possibilidades que tinha para recompor o Orçamento no setor que ele relata, o setor da economia.

Mas eu me inscrevi, Sr. Presidente, para trazer um testemunho de uma audiência pública realizada pela Comissão Mista de Orçamento para discutir o Censo de 2020.

Aqui, nesta Comissão, nós tivemos a representação de pesquisadores — uma pesquisadora da FIOCRUZ, um pesquisador da USP —, que têm no seu cotidiano, na sua rotina, o tratamento de informações oferecidas pelo Censo. Havia também a representação da associação dos trabalhadores do IBGE. Infelizmente, o comando do IBGE não se fez presente.

O que nós vimos, Presidente, é que o Brasil corre o risco de um grande mico em 2020, pelo estrangulamento do orçamento para o Censo. Nós já temos no Brasil experiência de realizar Censos. Em 1872, quando da época do Império, o Brasil realizou o seu primeiro Censo. Com exceção de 1910 e 1991, a cada década foram realizados Censos, que são levantamentos básicos para a estruturação de políticas públicas, levantamentos básicos para que o País conheça os seus desafios, ofereça informações essenciais para que nós possamos ter uma melhor gestão por parte do Governo Federal, dos Estados e dos Municípios.

A sensação, Deputado Bohn Gass, vendo o brutal corte feito para o custeio do Censo 2020, é que o Governo Bolsonaro imagina que, sem fazer o levantamento, poderia ocultar os problemas do País. Mas não se trata disso, porque os problemas existem, e nós podemos quebrar uma série histórica de levantamentos que são tão importantes, como disse, para a pesquisa e para a gestão pública.

Então, Deputado Bohn Gass, ao tempo em que saúdo V.Exa. pelo esforço, que é nítido, para recomposição do orçamento do Censo, eu quero protestar pelo descaso com que o Governo Federal tratou esse instrumento de políticas públicas. Imaginaram, especularam, de algum modo, que poderão ser colhidos dados pela Internet. Ora, essa coleta será assistemática, essa coleta não produzirá um dado seguro. O corte de pessoal e o corte feito na logística poderão comprometer o Censo de 2020.





CONGRESSO NACIONAL
Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização

Esta é a mensagem que eu quero deixar registrada quando da votação do relatório setorial, porque essa foi a conclusão da audiência pública promovida pela CMO com especialistas para discutir o Censo de 2020.

Eu espero que no começo do ano, já que a dinâmica do Orçamento de 2020 será uma dinâmica diferente, nós tenhamos oportunidade de, quem sabe, votar um crédito suplementar, recompondo recursos para garantir a logística e o pessoal, porque já foi feito piloto, já foram feitos testes, e, como o IBGE é uma instituição com muita experiência, é só o Governo não atrapalhar que o Censo será um sucesso. Mas, a seguir à conduta feita em 2019, o Brasil corre o risco de um grande mico. É bom dizer que o Paraguai já viveu mico, porque estrangulou orçamento do seu levantamento. Eu espero que nós não repitamos a má experiência do nosso vizinho.

Parabéns, Deputado Bohn Gass.

Meus protestos pelo estrangulamento do Censo 2020.

O SR. BOHN GASS (PT - RS) - Presidente, eu quero testemunhar o esforço e a presença do Deputado Orlando Silva nas audiências públicas e nos debates que realizamos com as pessoas vinculadas diretamente a essa área do Censo.

Agora será feito o Censo decimal. Todas as Prefeituras, para fazerem o planejamento das suas carências de habitação, de saneamento, de arruamento, enfim, de um conjunto de temas, precisarão ter os dados do Censo, mas houve uma queda muito grande dos recursos orçamentários do Censo.

Então, nós nos dedicamos, Deputado Orlando Silva, a três tarefas para melhorar essa realidade.

Primeiro, fizemos uma recomposição do corte que havia sido feito, de 5 milhões e 832 mil e 878 reais. O nosso primeiro esforço foi recompor o corte em relação ao Censo — eu sei que o Deputado Edmilson também tem participado diretamente desse debate.

Em segundo lugar, do pouco recurso que nos foi disponibilizado, nós colocamos 10 milhões de reais, por meio da emenda tínhamos a possibilidade de fazer. Foi uma das maiores partes da alocação de recursos de que nós poderíamos dispor. Ou seja, os recursos que foram autorizados por parte do Relator-Geral nós direcionamos para o Censo.

Em terceiro lugar, nós ainda fizemos uma solicitação para que o Relator possa, talvez, no debate geral, ainda ter algum recurso disponível. Inclusive, o próprio





CONGRESSO NACIONAL
Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização

Coordenador, o Líder do Governo, nos informou dessa possibilidade, a fim de que nós possamos, junto com o Relator-Geral, além destes dois esforços, o da recomposição e o da alocação de recursos, construir mais recursos para o Censo. O IBGE — Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística precisa disso.

Quero dizer ao Deputado Orlando Silva, que foi parceiro, lutou por isso, que eu acompanhei boa parte das audiências com o sindicato dos trabalhadores do IBGE que atuam na área, e encontramos essa forma de valorizar esse tema, essa área tão estratégica para o planejamento do Brasil.

O SR. PRESIDENTE (Marcelo Castro. MDB - PI) - Com a palavra o nobre Deputado Edmilson Rodrigues, para discutir o relatório.

O SR. EDMILSON RODRIGUES (PSOL - PA) - Gostaria apenas de parabenizar o Relator.

Nós fomos procurados pelo sindicato dos servidores do IBGE. Muitos professores universitários, muitos cientistas também nos procuraram.

Conversando com técnicos do IPEA — Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada, também ouvimos deles a ponderação, o apelo para que não deixássemos isso acontecer, mas nós não temos total poder de impedir certas coisas. Fizemos o esforço de aprovar, nos passos regimentais, a matéria e agora vemos consolidados no relatório do Deputado Bohn Gass os recursos necessários para o Recenseamento 2020. Isso tem importância estratégica, não porque essas pessoas nos procuraram, mas porque se faz justiça com a sociedade brasileira.

Nenhum Governo pode ser virtuoso sem conhecer a realidade do País. Não é possível estabelecer, por exemplo, programas, metas programáticas ou as ações necessárias ao cumprimento dessas metas sem conhecer os problemas do País. Se na cidade X de São Paulo 100% da população já tem acesso à água potável dos sistemas públicos de água e esgoto, ou mesmo de um sistema privatizado — isso não importa —, não há por que dar prioridade para a ampliação do sistema onde já há universalização.

No entanto, em São Paulo e em todo o País, onde houver necessidade, há de se aportarem recursos. Da mesma forma, o déficit habitacional quantitativo e qualitativo não é igual em todas as regiões do País, em todas as cidades do País. Se nós temos um déficit de 1 milhão de residências na Região Metropolitana de São Paulo e de 300 mil residências na Região Metropolitana de Belém, há de se ter





CONGRESSO NACIONAL
Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização

esses dados, para se saber qual é a necessidade de investimento e qual é o tempo necessário e possível para zerar esse déficit. Só que, para que se tome essa decisão de estabelecimento de metas, há de se conhecer a realidade.

O Censo periódico que se faz por amostra de domicílio só é possível ser feito se nós tivermos um recenseamento feito com toda a metodologia já consolidada ao longo dos anos. Então, novos dados foram inseridos porque são necessários para o conhecimento da realidade nacional.

Portanto, eu creio que essa recomposição, Deputado Bohn Gass, é uma declaração de respeito ao povo brasileiro.

Como cidadão brasileiro, como Deputado, eu quero agradecer a V.Exa. e esperar que seja respeitada a decisão desta Comissão: que o Congresso aprove e que o Governo não tente obstruir essa decisão, vetando-a. E, se ele vetar, eu espero também que nós, que vamos aprovar por unanimidade, tenhamos unidade para derrubar o veto.

É claro que, num relatório, sempre há dificuldades para recompor tudo. Eu vi aqui dois itens em particular, que é uma retirada de 21,28 milhões de reais da função educação, e 20.810.561 reais do programa de educação superior, graduação, pós-graduação, ensino, pesquisa e extensão. Vi o esforço de V.Exa. para recompor o FIES e até mesmo para, além do relatório, indicar áreas importantes para a economia como o Minha Casa, Minha Vida, que já foi debatido aqui no item *Desenvolvimento Regional*.

Em todo caso, parabéns! Vamos aprovar. Sucesso!

O SR. PRESIDENTE (Marcelo Castro. MDB - PI) - Não havendo mais quem queira discutir a matéria, a discussão e o prazo para destaques estão encerrados.

Não há destaque.

Submeto o relatório à representação da Câmara dos Deputados.

Os Srs. Parlamentares que o aprovam permaneçam como se acham. *(Pausa.)*

Aprovado.

Em votação no Senado Federal.

Os Srs. Parlamentares que o aprovam permaneçam como se encontram. *(Pausa.)*

Aprovado.

Eu queria fazer uma observação...





CONGRESSO NACIONAL
Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização

O SR. BOHN GASS (PT - RS) - Sr. Presidente, eu só gostaria de fazer a conclusão do meu agradecimento.

O SR. PRESIDENTE (Marcelo Castro. MDB - PI) - Pois não.

Parabenizo V.Exa. pelo excelente relatório que fez.

O SR. BOHN GASS (PT - RS) - Eu queria agradecer a oportunidade que tive de ser Relator dessa área. Agradecer a V.Exa.; ao Daison e a sua equipe; à Beth; ao Mário Capp, que nos acompanharam neste relatório.

Resumidamente, eu queria dizer o seguinte: há cortes e contingenciamentos presentes toda hora no Orçamento. Nós fizemos de fato um esforço para fazer essa recomposição. E a recomposição do orçamento do Censo foi de mais de 5 milhões de reais; a do orçamento da pesquisa, de 63 mil reais; a do orçamento do crédito educativo do FIES, de mais de 4 milhões de reais.

E nós colocamos, atendendo a Comissões que vieram debater conosco e que aprovaram recursos, na área do Censo, 10 milhões de reais; Fiscalização de Obrigações Trabalhistas e Inspeção em Segurança e Saúde no Trabalho, 10 milhões de reais; Fomento à Inclusão Produtiva, 5 milhões de reais; Estudos, Pesquisa e Geração de Informações sobre Trabalho, Emprego e Renda, do DIEESE — é importante esse órgão ter esse recurso —, 3 milhões de reais; Gestão do Sistema Nacional de Emprego — SINE, 3 milhões de reais; Qualificação Social e Profissional de Trabalhadores, 2 milhões de reais; Promoção do Desenvolvimento de Micro e Pequenas Empresas, Microempreendedor Individual, Potencial Empreendedor e Artesanato, também mais de 1 milhão de reais.

Ainda sugerimos deixar um saldo do recurso da temática, na faixa de 10 milhões de reais, para o Relator-Geral, a fim de que, tecnicamente, ele possa incluí-lo no PAA, que é o Programa de Aquisição de Alimentos, que é tão importante para a produção alimentar neste País.

Para a ATER — Assistência Técnica e Extensão Rural, que tem recebido cortes drásticos a cada ano do Orçamento federal, colocamos mais de 12 milhões de reais; para a Economia Solidária, que é tão importante para gerar renda para as pessoas, 5 milhões de reais; para o INMETRO, 2 milhões de reais.

Por último, eu queria falar sobre o grande debate em relação ao fundo eleitoral público, que nós defendemos e estamos mantendo neste Orçamento. O fundo eleitoral privado é a mãe da corrupção e permite que os ricos financiem alguns para,





CONGRESSO NACIONAL
Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização

depois, se valerem das benesses e cobrarem em triplo do Estado, fomentando a corrupção. Nós defendemos o fundo público, porque ele faz a democracia acontecer.

Nesse sentido, é bom que se diga para o Brasil que o orçamento que veio para educação e saúde vai sair maior desta Comissão, em razão das nossas emendas apresentadas aqui. Nós não vamos aceitar que se tire da educação ou da saúde.

Quero dizer, e o Relator-Geral já está de acordo, que esta Comissão vai votar para que tenhamos mais recursos para a educação e para a saúde do que o que veio no Orçamento por parte do Governo. O orçamento da educação e da saúde sairá maior. O nosso esforço será nesse sentido, e são essas as emendas que estamos apresentando. Quero agradecer por isso.

Vamos continuar lutando para que não haja cortes e tenhamos recursos para voltar a fazer o Brasil crescer, gerar empregos e desenvolvimento. Vamos incluir o Brasil, de fato, em outra rota, diferente da que infelizmente estamos seguindo agora com os cortes e com os contingenciamentos.

Foi uma alegria, uma satisfação e um aprendizado ser Relator desse setor da economia neste Orçamento para 2020.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Marcelo Castro. MDB - PI) - Havendo concordância do nobre Senador Izalci Lucas, do nobre Deputado Marx Beltrão e do nobre Deputado Luciano Ducci, nós vamos passar a palavra para o nobre Senador Angelo Coronel, que está presidindo a CPMI da Fake News e, em função disso, pede a compreensão dos nobres colegas para ele poder fazer a leitura do seu relatório.

Vamos agora ao item 11. Relatório Setorial da área temática 8 — Defesa, cujo Relator-Setorial é o Senador Angelo Coronel.

O Relator-Setorial está com a palavra para a apresentação do seu relatório. O prazo para destaque será finalizado ao término da discussão, conforme estabelece o inciso I do art. 60 do Regulamento Interno da CMO.

Tem a palavra o nobre Senador Angelo Coronel.

O SR. ANGELO CORONEL (PSD - BA) - Sr. Presidente, passo à leitura.

"Por designação do Presidente da Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização — CMO, coube a esta Relatoria a missão de apreciar a proposta orçamentária da Área Temática 8 — Defesa (...).

(...)





CONGRESSO NACIONAL
Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização

1.2.1. Informações Gerais

A Proposta Orçamentária para 2020 consigna dotação total de R\$ 115,2 bilhões para os órgãos da Área Temática 8 (...).

(...)

O setor apresenta grande concentração de despesas, especialmente no grupo Pessoal e Encargos Sociais (R\$ 86,1 bilhões), que representa quase 75% do total. (...).

Em que pese o fato de o grupo Investimentos (R\$ 7,4 bilhões) representar apenas 6,45% do total do setor, é importante observar que este é um dos setores com maior valor destinado a investimentos na esfera federal (...).

No Ministério da Defesa, destacamos as seguintes ações com base no montante dos investimentos:

1. Recomposição do núcleo do poder naval da Marinha do Brasil — construção das corvetas Classe Tamandaré: R\$ 1.400.000.000;
2. Aquisição de aeronaves de caça e sistemas afins — Projeto FX-2: R\$ 950.870.000;
3. Construção de submarinos convencionais: R\$ 726.874.649;
4. Aquisição de cargueiro tático militar de 10 a 20 toneladas — Projeto KC-390: R\$ 584.760.696;
5. Operação do Sistema de Controle do Espaço Aéreo Brasileiro — SISCEAB: R\$ 420.007.214;
6. Construção de submarino de propulsão nuclear: R\$ 327.612.997;
7. Implantação de estaleiro e base naval para construção e manutenção de submarinos convencionais e nucleares: R\$ 325.012.354;
8. Implantação do Projeto Guarani: R\$ 299.506.522;
9. Obtenção de meios da Marinha: R\$ 253.062.980;
10. Modernização estratégica e operacional do Exército Brasileiro: R\$ 223.254.288;
11. Implantação do Sistema Integrado de Monitoramento de Fronteiras — SISFRON: R\$ 214.100.000;
12. Aquisição de helicópteros para emprego das Forças Armadas: R\$ 197.500.000;





CONGRESSO NACIONAL
Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização

13. Desenvolvimento de cargueiro tático militar de 10 a 20 toneladas (Projeto KC-X), R\$ 166.430.000;

14. Implantação do sistema de defesa estratégico Astros 2020: R\$ 155.423.267.

(...)

1.3. Emendas Apresentadas

No âmbito da Área Temática 8, foram apresentadas 360 emendas, sendo todas de apropriação (ou seja, não há emenda de remanejamento). Das emendas coletivas, 17 são de bancada estadual, 6 de Comissão da Câmara dos Deputados, 3 de Comissão Mista do Congresso Nacional e 6 de Comissão do Senado Federal, totalizando 32 emendas coletivas. Foram apresentadas 328 emendas individuais, sendo 267 de deputados e 61 de senadores.

(...)

1.3.1. Emendas Individuais

As emendas individuais apresentadas foram integralmente aprovadas, atendidas por meio de repasses efetuados pela Relatoria-Geral.

Não tivemos casos de emendas individuais com proposta pela inadmissão. Algumas emendas exigiram adequações de modo a se tornarem admissíveis. (...)

O exíguo intervalo de tempo estabelecido para a elaboração deste relatório não permitiu que as adequações e alterações processadas por esta Relatoria fossem comunicadas antecipadamente aos autores. Por isso, recomenda-se que os interessados analisem com atenção o atendimento de suas emendas. Havendo discordância quanto aos ajustes técnicos realizados, os autores das emendas devem, mediante destaque ou mesmo por solicitação endereçada ao Presidente da CMO, solicitar as devidas alterações.

1.3.2. Emendas Coletivas

Para o atendimento das emendas coletivas, esta Relatoria Setorial, ciente dos prejuízos que reduções nas dotações provocam no planejamento dos órgãos, não promoveu cancelamentos nas programações constantes do projeto de lei, com exceção do corte solicitado pelo Comando do Exército para reforço do SISFRON.

1.3.2.1. De Apropriação





CONGRESSO NACIONAL
Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização

Assim como normalmente ocorre com as emendas individuais, houve a necessidade de promover enquadramentos e ajustes em elementos de classificação de emendas coletivas. (...)

No atendimento das emendas coletivas, esta Relatoria utilizou os recursos que lhe foram disponibilizados, em conformidade com a regra estabelecida no art. 57 da Resolução nº 1, de 2006, do Congresso Nacional, no montante de R\$ 41.457.286. Merece destaque a significativa redução do montante destinado ao setor em comparação ao processo orçamentário do exercício anterior. Em 2019, quando esta Relatoria Setorial abrangia não apenas a Defesa, mas também a área de Justiça e Segurança Pública, foi a ela destinada o montante de R\$ 316.438.356. Ademais, impende registrar que o corte promovido pelo Relator-Geral nesta área temática, aprovado pela CMO em 4 de dezembro de 2019 por meio do Parecer Preliminar, atingiu, aproximadamente, R\$ 200 milhões. Considerando que cerca de R\$ 13 milhões foram usados para recomposição parcial desse corte (recomposições relacionadas ao SISFRON, ao Sistema de Defesa Cibernética e à aquisição do avião cargueiro KC-390), a margem para atuação deste Relator-Setorial tornou-se ainda mais reduzida.

Em virtude de conflito com o art. 43 da Resolução nº 1, de 2006, do Congresso Nacional, propomos a inadmissão das Emendas 60030003 e 50310003, apresentadas, respectivamente, pela Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania do Senado Federal e pela Comissão de Fiscalização Financeira e Controle da Câmara dos Deputados. Essas emendas não se coadunam com as competências regimentais do colegiado. A primeira emenda é direcionada à implantação do Sistema de Defesa Cibernética para a Defesa Nacional, já a segunda, ao apoio logístico à pesquisa científica na Antártica.

(...)

1.4. Obras e Serviços com Indícios de Irregularidades Graves

Não foram identificados subtítulos afetados por indícios de irregularidades graves informados pelo Tribunal de Contas da União, razão pela qual não serão indicados subtítulos para votação em separado (...).

(...)

1.6. Orçamento de Investimento das Empresas Estatais Não Dependentes





CONGRESSO NACIONAL
Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização

No âmbito da Área Temática 8, o Orçamento de Investimento é constituído apenas pela Empresa Gerencial de Projetos Navais (EMGEPRON), vinculada ao Ministério da Defesa, visto que as demais empresas ligadas ao Ministério se encontram enquadradas no Orçamento Fiscal.

(...)

1.8. Observações Finais

Ciente dos prejuízos aos órgãos decorrentes de cortes nas programações constantes do projeto de lei, esta Relatoria se comprometeu a não os realizar, buscando, como regra, atender as emendas apenas com os recursos disponibilizados pela Relatoria-Geral. O único corte realizado pela Relatoria Setorial é decorrente de solicitação do Comando do Exército, que indicou as contrapartidas necessárias para reforço do SISFRON. No mesmo sentido de fortalecimento desse importante sistema de defesa de nossas fronteiras, esta Relatoria Setorial dedicou significativa parcela dos reduzidos recursos que recebemos da Relatoria-Geral para recompor o corte prévio aprovado por meio do Parecer Preliminar", totalizando o acréscimo ao SISFRON de 69 milhões de reais.

"Considerando os escassos recursos à disposição desta Relatoria Setorial, conclamamos ao Relator-Geral para aprofundar o trabalho que realizamos em prol do Sistema Integrado de Monitoramento de Fronteiras. Temos que ter em mente que o SISFRON é um projeto estratégico para o País, que fortalece a capacidade de ação do Estado Brasileiro na faixa de fronteira, uma área de 16.886 quilômetros de extensão" totalmente vulnerável. "Trata-se de um conjunto integrado de recursos tecnológicos, tais como sistemas de vigilância e monitoramento, tecnologia da informação, guerra eletrônica e inteligência que, aliados a obras de infraestrutura, vão reduzir vulnerabilidades na região fronteira.

A implementação do SISFRON é fundamental para a prevenção e repressão de crimes — como o tráfico de drogas, armas e pessoas, o contrabando e o descaminho — nesta área tão vulnerável do território brasileiro, por intermédio de sua integração com as Forças Armadas, os Órgãos Governamentais e Estados da Federação na Defesa Nacional. Ademais, o sistema contribui para o aumento da capacitação, sustentabilidade e autonomia da base industrial de defesa do País."

Eu sempre saliento, Sr. Presidente, que nós temos que combater a causa, e não o efeito. Combater a entrada de drogas e armas clandestinas nas nossas





CONGRESSO NACIONAL
Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização

fronteiras é de suma importância para a segurança nacional, porque, no Brasil, não fabricamos armas de grosso calibre, vamos assim considerar. No Brasil, não temos drogas sintéticas. No Brasil, também não se fabrica cocaína que atenda à demanda brasileira. Elas entram pela fragilidade das nossas fronteiras. Nada como aportar recursos ao SISFRON para que o Exército Brasileiro e as Forças Armadas contenham a entrada de drogas e armas pelas fronteiras hoje vulneráveis do nosso Brasil.

"2. Voto

Diante do exposto, somos pela aprovação do Projeto de Lei 22/2019, do Congresso Nacional, na parte referente aos órgãos da Área Temática 8 — Defesa, com as alterações oriundas das emendas aprovadas e aprovadas parcialmente, conforme discriminado nos anexos deste Parecer, e pela inadmissibilidade das emendas de apropriação 60030003 e 50310003.

Sala da Comissão, 10 de dezembro de 2019.

Senador Angelo Coronel, do PSD-BA, Relator-Setorial de Defesa."

Sr. Presidente, Sras. e Srs. Parlamentares, quero agradecer à nossa assessoria, ao Sérgio Costa, ao Diogo Antunes e ao Orlando de Sá que nos deram substância para que esse relatório fosse feito.

Por fim, gostaria de fazer a correção de um pequeno erro formal no relatório, especificamente no detalhamento da Emenda nº 808.005: onde se lê "RP8" leia-se "RP1".

Obrigado, Sr. Presidente, Srs. Parlamentares e os colegas que me cederam o tempo, já que estou com outra demanda deste Congresso.

O SR. PRESIDENTE (Marcelo Castro. MDB - PI) - O relatório está em discussão.

Com a palavra o nobre Deputado Edmilson Rodrigues.

O SR. EDMILSON RODRIGUES (PSOL - PA) - Sr. Presidente, em relação ao projeto de segurança, eu, que sou de oposição ao Governo, confesso que fiquei feliz com o compromisso de não se contingenciarem recursos dos projetos estratégicos do País, porque, na verdade, já há um contingenciamento histórico, que não se iniciou no atual Governo — por questão de justiça, é preciso dizer que o Governo Lula investiu muito, e muitos projetos tiveram início, outros tiveram uma intensificação naquele período, mas, já no período da Dilma, houve um processo de





CONGRESSO NACIONAL
Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização

redução de investimentos em todos esses projetos que são efetivamente estratégicos.

Na opinião que ouvimos de alguns generais, quando vemos o Projeto Guarani, relacionado aos tanques, com o arrefecimento do investimento nos últimos anos, já projetamos para mais 10 ou 20 anos a conclusão do projeto.

Ora, pessoal, falamos em 20 anos. Estamos vendo uma briga entre os Estados Unidos e a China, envolvendo o Brasil e outros países, porque a China deu um salto e domina, através da Huawei, a tecnologia 5G. Com toda a potência econômica — e por que não dizer tecnológica? —, os Estados Unidos ficaram para trás, e agora nós estamos sendo pressionados a não avançar tecnologicamente, para não sofrer retaliação econômica do Governo norte-americano — que, aliás, já está taxando o nosso minério.

Eu dou esses exemplos para mostrar que não podemos entregar a alavanca do nosso sistema de segurança a nenhuma força estrangeira. É por isso que sou contra privatizar sistema de água e esgoto. É por isso que sou contra privatizar o sistema de energia, e principalmente sou contra vender por 16 bilhões uma empresa como a ELETROBRAS, que tem um patrimônio, entre ativos financeiros e patrimônio imobiliário, de mais 240 bilhões.

É como pensar que não se tem que investir nas Forças Armadas e na política de segurança, porque, se entregarmos áreas estratégicas, como petróleo e energia em geral, a qualquer momento em que houver um conflito — e eu espero que nunca haja —, teríamos que enfrentar uma guerra. A guerra serve de motivo de orgulho para alguns, mas não para mim. A guerra trucidou significativa parcela da população guarani do Paraguai a serviço da Inglaterra. A Guerra do Paraguai, para mim, não é orgulho nacional. Mas, se nós nos envolvermos realmente numa guerra, o que espero que nunca ocorra, qual será a nossa condição, se a China dominar a transmissão de energia — e pode dominar a geração de energia —, ou se os Estados Unidos, através das suas grandes corporações, dominarem parte do sistema?

As Forças Armadas desenvolvem ciência e tecnologia e têm projetos tecnológicos de altíssimo nível.

Eu briguei com o antigo Presidente do Senado. As pessoas não conseguiam entender, e eu até fiquei roco, porque ele cortou o microfone. Quem era Senador e





CONGRESSO NACIONAL
Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização

Deputado deve se lembrar disso, que foi no ano passado. O Deputado Eunício, que até era simpático comigo quando estava fora da Mesa Diretora do Congresso, fez uma emenda que retirava 56 milhões do projeto de submarino nuclear da Marinha e não nos deu o direito de lê-la. Como eu poderia votar uma emenda sem conhecê-la? Eu protestei! A minha bancada e o meu Líder, Ivan Valente, protestamos. E, como o Presidente manteve a posição de colocá-la em votação sem o nosso conhecimento, eu tive que perder a voz. Mas o Presidente teve que cumprir o Regimento, e nós salvamos os recursos para esse projeto, que já havia perdido muitos milhões!

Então, eu quero parabenizá-lo, Senador. Infelizmente, não são todas as áreas que têm essa vontade de viabilizar a continuidade dos programas. É por isso que me confundi no início, mas já antecipo ao Deputado Izalci que estou falando de contingenciamento: "não" à ciência e tecnologia, "não" à área da segurança e "não" à área da saúde e da educação. A nossa convicção é a de que este é o melhor caminho para o Brasil.

Muito obrigado.

Parabéns!

O SR. PRESIDENTE (Marcelo Castro. MDB - PI) - Não havendo mais quem queira discutir a matéria, encerro o prazo de discussão e de apresentação de emendas.

Não foram apresentados destaques.

O relatório setorial da Área Temática 8 — Defesa e o voto complementar do Relator estão em votação na representação da Câmara dos Deputados.

Os Srs. Deputados que o aprovam permaneçam como se acham. *(Pausa.)*

Aprovado.

Em votação na representação do Senado Federal.

Os Srs. Senadores que o aprovam permaneçam como se encontram. *(Pausa.)*

Aprovado.

O nobre Relator, o Senador Angelo Coronel, foi parabenizado pelo belíssimo parecer que apresentou, garantindo os recursos para a defesa das nossas fronteiras.

Vamos passar ao item 8, Área Temática 5 — Cidadania, Esporte e Cultura, cujo Relator-Setorial é o nobre Deputado Marx Beltrão.





CONGRESSO NACIONAL
Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização

O prazo de destaques será finalizado ao término da discussão, conforme estabelece o inciso I do art. 60 do Regulamento Interno da CMO.

O Relator-Setorial, Deputado Marx Beltrão, está com a palavra, para apresentação do relatório.

O SR. MARX BELTRÃO (PSD - AL) - Sr. Presidente, Senador Marcelo Castro, antes de tudo, eu queria agradecer a confiança da minha bancada, o PSD, por me indicar para Relator-Setorial de uma Pasta tão importante e tão complexa como é o Ministério da Cidadania, e também muito sensível, até porque estamos falando da vida das pessoas mais pobres do País e, sobretudo, das pessoas mais necessitadas. As ações do BPC — Benefício de Prestação Continuada, do Bolsa Família, do Fundo Nacional de Assistência Social, da cultura, do esporte, da segurança alimentar, da primeira infância, dos investimentos em água para os produtores rurais pertencem a essa Pasta, e nós fizemos um relatório para tentar atender a todo o Brasil, claro, com um olhar especial para o meu Estado de Alagoas.

Vamos ao relatório, até porque, Presidente, ele é muito comprido. Por isso, eu fiz um resumo de três páginas, para ganharmos tempo aqui.

"I. Relatório

Trata-se da análise e da avaliação da programação orçamentária do Projeto de Lei nº 22, de 2019, que 'estima a receita e fixa a despesa da União para o exercício financeiro de 2020', referente à Área Temática V — Cidadania, Cultura e Esporte, prevista no art. 26, da Resolução nº 1, de 2006, que compreende a programação do órgão Ministério da Cidadania, incluindo seus órgãos, entidades e fundos.

O montante global alocado a essa Área Temática é de R\$96,3 bilhões, sendo que 65% estão alocando no Fundo Nacional de Assistência Social, unidade orçamentária responsável pelo pagamento do Benefício de Prestação Continuada — BPC a idosos e a pessoas com deficiência.

Salientamos, desde logo, que não foram identificadas obras com indícios de irregularidades na programação dessa Área Temática nas informações encaminhadas pelo Tribunal de Contas da União, razão pela qual deixamos de fazer menção a essa questão ao longo deste relatório.

(...)

4.2 - Emendas apresentadas





CONGRESSO NACIONAL
Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização

No âmbito da Área Temática V, foram apresentadas 1.237 emendas, sendo 1.200 individuais e 37 coletivas (...).

(...) Percebe-se que a maior parte das emendas, 59,6%, beneficia a administração direta do Ministério da Cidadania, destinando-se ao atendimento das ações relativas à primeira infância, ao esporte e à segurança alimentar, dentre outras. Ao Fundo Nacional de Assistência Social (FNAS) foram apresentadas 25,5% das emendas, na ação 219G — Estruturação das Redes de Serviços do Sistema Único de Assistência Social. (...).

(...)

4.3 - Atendimento das emendas

As emendas impositivas individuais foram atendidas integralmente nos valores solicitados (...)."

As emendas impositivas de bancada estadual sofreram redução proporcional em função da mensagem modificativa do PLOA 2020, que alterou o valor da reserva de contingência.

No que tange às demais emendas coletivas, esta relatoria mobilizou R\$25,9 milhões para complementar o saldo de R\$55,9 milhões, disponibilizado por meio da reserva de recursos para alocação às emendas coletivas não impositivas.

"Os atendimentos das emendas coletivas firmaram-se no mérito das programações propostas pelos autores, nas prioridades apresentadas pelos Ministérios envolvidos e na análise de mérito, conveniência e oportunidade por parte desta Relatoria Setorial. Lamentamos, em todo caso, a exiguidade dos recursos a nós repassados para o atendimento das emendas de bancada e de comissão.

(...)

6 - Indicações à Relatoria-Geral

6.1 - Recomposição e reforço das dotações do Ministério da Cidadania

O Ministério da Cidadania é responsável pela implementação de políticas públicas fundamentais para a população brasileira, como por exemplo, o Sistema Único de Assistência Social, o Programa de Atenção à Primeira Infância, as ações de cultura, esporte, segurança alimentar e prevenção ao uso de drogas. A insuficiência de recursos para essas programações poderá gerar prejuízo às políticas públicas.





CONGRESSO NACIONAL
Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização

O Parecer Preliminar da CMO autoriza o Relator-Geral a atender, mediante emenda de Relator, recompor dotações canceladas, bem como a alocação em programações que tenham caráter nacional e se destinem à consolidação do Sistema Único de Assistência Social. Portanto, reforçamos neste momento a importância de a Relatoria-Geral acrescentar recursos" a essas ações.

"Conforme visto anteriormente, a Proposta Orçamentária destina dotações para programações relativas ao Programa Bolsa Família, à primeira infância, ao esporte e à cultura condicionadas à aprovação de projeto de lei de crédito adicional, por maioria absoluta do Congresso Nacional. Do total de recursos alocados ao Setor V — 96,3 bilhões, 10% encontram-se nesta situação. Preocupa-nos, em especial, a situação do Bolsa Família, que possui 30% de sua dotação, equivalente a 9 bilhões, condicionada à aprovação do referido projeto de lei.

É relevante apontar as possíveis consequências para a execução orçamentária do Programa Bolsa Família. Segundo a Lei nº 10.836/2004, que o instituiu, a quantidade de beneficiários e de benefícios financeiros do Programa deverão ser compatibilizados com a disponibilidade orçamentária. Não há, portanto, diferentemente do que ocorre com benefícios previdenciários e assistenciais, direito subjetivo dos beneficiários a sua percepção. Logo, as dotações para 2020 podem ficar restritas apenas àquelas autorizadas no PLOA, ou seja, pouco mais da metade do montante projetado segundo os atuais critérios.

(...)

Nesses termos, indicamos à Relatoria-Geral a necessidade de ajustar as programações afetas" à cidadania, cultura e esporte "que vieram condicionadas na Proposta Orçamentária, livrando-as do risco de sofrerem prejuízos em sua execução por conta de insuficiência de autorização dos montantes necessários. Reforçamos que atenção especial deve ser dispensada aos 9 bilhões condicionados do Programa Bolsa Família."

II. Voto

Diante do exposto, somos pela aprovação do Projeto de Lei nº 22, de 2019-CN, relativamente à programação da Área Temática V — Cidadania, Cultura e Esporte, nos termos apresentados pelos Poder Executivo, com as alterações decorrentes das emendas apresentadas e aprovadas."





CONGRESSO NACIONAL
Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização

O SR. PRESIDENTE (Marcelo Castro. MDB - PI) - Em discussão o relatório do nobre Deputado Marx Beltrão. *(Pausa.)*

Com a palavra o nobre Deputado Edmilson Rodrigues.

O SR. EDMILSON RODRIGUES (PSOL - PA) - Preocupa-me muito algo que é o drama do trabalho da CMO — e talvez por isso eu jamais serei aquinhado com uma relatoria, mesmo setorial. Eu sei que quem está na base do Governo tem mais dificuldade nisso. No entanto, eu tenho que levantar o problema, considerando o trabalho árduo feito pelo Relator e sua assessoria.

Nós contamos aqui com menos 2,84 bilhões de investimento num programa que cumpre papel fundamental no esforço de reduzir a miséria, a fome e a desigualdade social no País, mas ainda muito insuficiente. Refiro-me ao Programa Bolsa Família.

Na verdade, dos 14 milhões de famílias que já foram beneficiadas, hoje nós teríamos 800 mil famílias a menos; são 13,2 milhões de famílias apenas. De acordo com um estudo sobre o que representou o programa, de 2015 até agora, não chegou a meio por cento do Produto Interno Bruto — 0,46%, 0,44%, 0,42%. Em 2018, representou 0,43%; em 2019, 0,45%. Só que agora o corte é brutal realmente.

Nós sabemos que há um comprometimento cada vez maior na relação entre dívida pública e PIB e que já alcança patamares realmente muito arriscados para o País. Eu creio que esse é um tema que não se enfrenta. A Auditoria Cidadã da Dívida tem levantado essa questão. Mas eu confesso que mesmo os partidos de esquerda têm abandonado o tema da dívida pública.

Nós conseguimos aprovar aqui, em 2015 e 2016, nesta Comissão, a necessidade da auditoria da dívida, de cumprirmos o art. 26 do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias. Tanto a Dilma quanto o Temer vetaram.

O Governo diz: *"Nós já realizamos a auditoria através do TCU"*. Isso é balela, porque são muitos os contratos. Na verdade, juros sobre juros estão inviabilizando o País. Nós não somos a Grécia, somos uma economia com algum grau de flexibilidade, mas em economia não há uma elasticidade ilimitada, porque os recursos não são necessariamente ilimitados, porque há avanço das forças produtivas, e há muitos recursos a serem apropriados ainda pela humanidade e transformados. Há ainda a possibilidade de tudo isso se reverter em geração de riqueza social, mas nós estamos falando de um país como o nosso, que é a oitava





CONGRESSO NACIONAL
Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização

economia do mundo e que tem o segundo maior grau de desigualdade social do mundo, segundo informações recentes.

Eu sei dos limites da relatoria, mas acho que V.Exa. ganharia. Sei que é difícil também porque existem os laços partidários, as obrigações programáticas, a participação no Governo. Eu não criminalizo nada disso. Há ônus e bônus para apoiar o Governo. Mas eu tenho que expressar, como Oposição, a minha crítica a aceitarmos essa linha radical, eu diria até sanguinária, do Guedes: a linha do tudo ao financeiro, e do nada ao social.

Aquela Emenda 95, que todo mundo diz que é a do teto de gastos, serve para despesas primárias. Quando o Governo diz que não vai cortar recursos em segurança pública, em ciência e tecnologia, isso nem é totalmente verdadeiro, porque muito já foi cortado. Se em 2020 não forem contingenciados os recursos, já será uma vitória. No entanto, com o patamar atual, mesmo que não sejam contingenciados, em 17 quilômetros de fronteira seca do País — mais que isso, aliás —, com o contingente de soldados que hoje são mantidos lá, por causa dos cortes financeiros das Forças Armadas, nós podemos contar com o aumento da criminalidade.

Só se prende pobre desdentado. É uma vergonha o que a *Record*, a *Globo* e outros órgãos de comunicação mostram. Ligamos a TV e ouvimos: "*Ah! Prenderam um traficante*". Esperamos ver um traficante e vemos um pobre preto. Aí mostram a apreensão: 200 reais e 6 pacotinhos de *crack*. E não se põe a mão nos chefes do narcotráfico e do tráfico de armas. Por um motivo simples: se é difícil conter a entrada do contrabando de armas e drogas pelas fronteiras secas — e temos fronteiras com Colômbia, Venezuela, Bolívia, Peru etc. —, imaginem como é difícil conter por vias marítimas e pelos rios caudalosos, inclusive pelo Amazonas. Não há controle.

Às vezes esquecemos que fazemos fronteira com a Guiana, com a antiga Guiana Inglesa, com a antiga Guiana Francesa, com o Estado ultramarino francês, a Guiana Francesa. Até tráfico de pessoas este Congresso já denunciou, e não consegue conter. No meu Estado mesmo são muitas as denúncias de mulheres, de jovens trans, de jovens *gays* que, com menos de 18 anos de idade, viram escravos, perdem os documentos e passam a ser vítimas da exploração sexual em garimpos nesses países fronteiriços ao nosso.





CONGRESSO NACIONAL
Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização

Então, nós precisamos investir realmente em algumas áreas. Mas na área social, no combate à fome e a pobreza, investir é realmente fundamental.

O benefício do Bolsa Família é muito pequeno, mas nós sabemos qual é o seu significado. Eu nunca me esqueço de um avô que, cerca de 12 anos atrás, foi preso, aos setenta e poucos anos de idade, porque tinha batido no neto. Quando lhe perguntaram por que ele havia batido no neto, ele disse que não havia batido, que tinha encostado alguma coisa quente na palma da mão do neto. *"Mas por que você fez isso com essa criança de 10 anos?"*. *"Porque ele já tinha roubado na escola. E eu não quero o meu neto bandido. Agora ele tirou 10 reais"*. Eu fiquei pensando: 10 reais! Qualquer pessoa de classe média que vá assistir a um *show*, que vá a um restaurante — não com a família, mas com dois ou três amigos — e tome uma cerveja ou uma dose de uísque e peça um prato, não vai gastar menos de 300 reais. Agora, 12 anos atrás, o que significavam 10 reais? Hoje 10 reais ainda significam poder comprar 1 dúzia de ovos. Nas feiras de Belém, com 4 reais se compra uma farinha "baguda", que não é da melhor qualidade, mas mata a fome da família por alguns dias. O Bolsa Família é isto: ele tirou as pessoas da fome, ainda que não possam se alimentar com produtos da melhor qualidade.

Eu quero reconhecer o seu trabalho, mas não posso votar, porque queria que ousássemos aqui e disséssemos: *"Vamos recompor esses valores"*. Não é possível que, em pleno processo de desemprego, o Estado brasileiro pague a dívida, pague juros e conceda aumento de benefícios fiscais. Nós estamos aprovando na LOA do ano que vem 365 bilhões de reais em benefícios fiscais, e o Governo, quando diz que vai cortar, quer cortar do Super-SIMPLES, quer arrebentar com as pequenas e microempresas — não dá para entender isso — e esvaziar um programa, desmontar um programa tão importante. Isso não importa.

Os programas sociais tiveram início com aqueles Cheque-Moradia e Cheque-Gás de Fernando Henrique. Foram aprimorados por Lula, insuficientemente. Ficaram longe da ideia de Suplicy, longe da experiência de Cristovam Buarque, que pagava um salário mínimo.

Aliás, o ex-Prefeito Edmilson Rodrigues bancou, numa cidade pobre, o Bolsa Escola de um salário mínimo e tirou muita gente da miséria, evitou que muitos entrassem no mundo da violência.





CONGRESSO NACIONAL
Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização

Então, por que um Estado tão poderoso economicamente como o Brasil, mesmo em situação de crise, abandona um programa social que paga 100 reais ou cento e poucos reais para uma família que está passando fome, no momento em que há quase 13 milhões de desempregados e 38 milhões no mercado informal da economia?

Eu tinha que expressar esta opinião, com todo o respeito. V.Exa. sabe o quanto eu o respeito, mas eu tinha que manifestar a minha indignação contra o estado de coisas imposto pelo radicalismo liberal comandado pelo Guedes.

Obrigado.

O SR. MARX BELTRÃO (PSD - AL) - Deputado Edmilson Rodrigues, com o respeito que tenho por V.Exa., eu gostaria de concordar com muita coisa que afirmou, principalmente sobre a importância do Programa Bolsa Família, mas gostaria também de deixar claro que nem eu, nem meu partido fazemos parte do Governo. Nós trabalhamos em prol do crescimento do nosso País. Nós não somos nem da Esquerda, nem da Direita. Nós somos pelo crescimento do País e respeitamos todas as pessoas que precisam do Bolsa Família.

Certamente, a relatoria setorial tem as suas limitações para recompor o orçamento do Bolsa Família, que foi de 32,5 bilhões na LOA de 2019. Para 2020, a previsão está em 29,5 bilhões. Certamente, o Relator-Geral, que é do meu partido, o PSD, fará a devida recomposição.

Nós temos um papel fundamental com relação à PEC sobre a constitucionalização do Bolsa Família. Dessa forma vamos fazer com que acabe o discurso ideológico sobre o Bolsa Família. Ele passaria a ser obrigação de qualquer governo que venha pela frente, seria garantido na Constituição.

O SR. PRESIDENTE (Marcelo Castro. MDB - PI) - Não havendo mais quem queira discutir o relatório, encerramos a discussão e a apresentação de emendas.

Há um destaque.

Vamos colocar o relatório em votação, ressalvado o destaque, na representação da Câmara dos Deputados.

Os Srs. Deputados que o aprovam permaneçam como se encontram. *(Pausa.)*

Aprovado.

Em votação na representação do Senado.

Os Srs. Senadores que o aprovam permaneçam como se encontram. *(Pausa.)*





CONGRESSO NACIONAL
Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização

Aprovado.

O parecer do Relator é pela rejeição do destaque.

Em votação na Câmara dos Deputados.

Os Srs. Deputados que estiverem de acordo com o Relator permaneçam como se encontram. *(Pausa.)*

Rejeitado o destaque.

Não vai ao Senado.

Está, portanto, aprovado o relatório do Deputado Marx Beltrão, da Área Temática de Cidadania, Esporte e Cultura.

Vamos agora ao próximo item.

Item 7. Relatório Setorial da Área Temática IV — Educação. Relator-Setorial: Senador Izalci Lucas, do PSDB do Distrito Federal.

O prazo para apresentação de destaques será finalizado ao término da discussão, conforme estabelece o inciso I do art. 60 do Regulamento Interno da CMO.

O Relator-Setorial, o nobre Senador Izalci Lucas, está com a palavra para a apresentação do relatório sobre a importante área da educação.

O SR. IZALCI LUCAS (PSDB - DF) - Sr. Presidente, Sras. e Srs. Parlamentares, em primeiro lugar, antes de fazer a leitura do relatório, quero agradecer ao meu partido por ter-me indicado para esta relatoria. Desde o momento em que assumi esta responsabilidade, busquei alternativa para aumentar o orçamento. Foi importante a experiência que tive de apresentar um projeto de lei. O grande problema do Orçamento de 2020 é o teto de gastos públicos. Tendo em vista que aprovamos o teto de gastos, temos certa dificuldade em ampliar o Orçamento. Busquei alternativa como o salário-educação, que está previsto inclusive na Proposta de Emenda à Constituição nº 188, que nós vamos discutir daqui a pouco, já com o relatório pronto inclusive. Nós vamos travar esse debate.

Com relação a 2020, eu apresentei um projeto de lei. Tive o cuidado de dar a todos os que participaram da audiência pública, na qual houve várias contestações e informações equivocadas, a possibilidade de fazermos uma redação conjunta, para que pudéssemos simplesmente abrir o teto, o que daria 9 bilhões e 300 milhões a mais no Orçamento. Infelizmente — eu constatei isso —, nós ainda não conseguimos compatibilizar, na educação, o discurso com o recurso. Aqui no





CONGRESSO NACIONAL
Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização

Congresso Nacional, a educação ainda vive muito de discurso. Se tivesse sido realmente colocada como prioridade, nós teríamos aprovado o projeto a tempo de colocar no Orçamento mais 9 bilhões. Infelizmente, pudemos constatar que há muito discurso. Nós não conseguimos aprovar o projeto. Várias audiências públicas foram solicitadas, para ganharmos tempo, mas, enfim, não conseguimos aprovar o PL. Ele já tinha sido aprovado na Comissão de Educação, iria para a CAE — Comissão de Assuntos Econômicos, onde a tramitação era terminativa, e viria para a Câmara, a fim de ser aprovado. Infelizmente, isso não foi possível.

Sr. Presidente, o que nós temos para ler hoje aqui? Um orçamento setorial limitado àquilo que foi mandado para esta Casa, a um orçamento pífio, menor do que o dos anos anteriores. Se corrigirmos o que foi feito em 2018 e compararmos com o de 2020, veremos que houve um decréscimo muito grande no orçamento. É lamentável. Mas quero registrar que ficamos 1 mês tentando aprovar esse projeto e, infelizmente, não conseguimos. É evidente, como foi dito aqui, que o relatório setorial não tem autonomia ainda, que grande parte será adicionada pelo Relator-Geral. Espero que ele complemente bastante aquilo que não foi possível fazer no relatório setorial.

Sr. Presidente, peço a V.Exa. permissão para fazer a leitura do relatório, simplificada, porque o relatório é bastante extenso. Farei um resumo.

"Da Relatoria da Área Temática IV — Educação sobre o Projeto de Lei nº 22, de 2019-CN, que estima a receita e fixa a despesa da União para o exercício financeiro de 2020, no tocante ao Ministério da Educação.

I. Relatório

(...)

Por designação do Presidente da Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização — CMO, tenho a honrosa missão de analisar e relatar a proposta orçamentária da Área Temática IV, composta pelo órgão 26000 — Ministério da Educação — MEC.

2 - Análise da proposta

(...)

O PLOA 2020 destinou 118,2 bilhões de reais ao Ministério da Educação — MEC, sendo 102,3 bilhões de reais alocados diretamente no órgão '26000 — Ministério da Educação', e 15,9 bilhões de reais ao órgão '93000 — Programações





CONGRESSO NACIONAL
Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização

Condicionadas à Aprovação Legislativa prevista no Inciso III do art. 167 da Constituição' (...)", que é a Regra de Ouro. "Neste Relatório, serão considerados os recursos alocados nos dois órgãos, ou seja, os 118,2 bilhões de reais.

(...)

Ao se confrontarem os recursos à disposição do MEC para 2020 com o valor autorizado para 2019 e com o programado em 2019 (PLOA 2019), notam-se reduções de 1,3% e de 3,1%, respectivamente.

(...)

5 - Das emendas apresentadas

Foram apresentadas 1.153 (mil, cento e cinquenta e três) emendas às programações da Área Temática IV, sendo 1.076 (mil e setenta e seis) individuais e 77 (setenta e sete) coletivas.

(...)

5.1 - Dos recursos para o atendimento às emendas

Para atendimento das emendas individuais apresentadas nesta Área Temática IV, foram utilizados os recursos destinados a essa finalidade, conforme disposto no (...) parecer preliminar (...). Já para atender as emendas coletivas de apropriação, esta relatoria utilizou os recursos transferidos pelo Relator-Geral (...), sendo 781,6 milhões de reais para as emendas impositivas de bancada e 91,2 milhões de reais para as demais " — emendas para despesas discricionárias de bancada e de Comissão.

(...)

É importante ressaltar que este Relator decidiu não efetuar remanejamentos na programação orçamentária do MEC. Convém lembrar, entretanto, como mencionado no item 4 deste relatório, que foi efetuado um corte prévio no orçamento" daquele Ministério, "por determinação do parecer preliminar aprovado por esta Comissão Mista de Orçamento.

5.2 - Dos critérios de atendimento das emendas

Todas as emendas individuais foram analisadas, ajustadas, quando necessário, e atendidas exatamente pelo valor solicitado. Também foram atendidas as solicitações de remanejamento de valores entre emendas de mesmo autor.





CONGRESSO NACIONAL
Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização

Já as emendas indicadas pelas bancadas como de execução obrigatória — denominadas impositivas — foram ajustadas e atendidas com recursos repassados em conformidade com (...) o parecer preliminar (...).

Quanto às demais emendas coletivas de apropriação, tanto de bancadas quanto de Comissões, diante dos escassos recursos disponibilizados para esta importante Área Temática, decidimos priorizar a emenda que reforça a dotação para o desenvolvimento da educação básica em todo o País, entendendo que se trata do pilar fundamental para o desenvolvimento dos cidadãos. As demais foram aprovadas com valor simbólico, de modo que possam ser reforçadas na próxima fase do processo orçamentário.

(...)

5.4 - Emendas de Relator

No âmbito desta Área Temática não foram apresentadas emendas de Relator.

6 - Indicações ao Relator-Geral"

Nós solicitamos ao Relator-Geral que analise a viabilidade de efetuar:

(...)

"a) a recomposição das dotações canceladas no parecer preliminar constante do Anexo II-A, órgão 26000 — Ministério da Educação;

b) o reforço no acolhimento das emendas de bancada de natureza não impositiva e de Comissões apresentadas à programação do Ministério da Educação;

c) a alocação de recursos adicionais no Ministério da Educação, nos termos autorizados no item 12.V do parecer preliminar.

(...)

Além disso, também pedimos a atenção do Relator-Geral para as solicitações que recebemos" — constantes do item 6 do relatório —, "mas que, infelizmente, por restrições do parecer preliminar à atuação dos relatores setoriais ou por escassez de recursos, não conseguimos atender adequadamente. (...)."

Essas foram as recomendações que fizemos ao Relator-Geral.

"II. Voto do Relator

Diante do exposto, nosso voto é no sentido de que esta Comissão Mista aprove o Projeto de Lei nº 22, de 2019-CN, com as alterações decorrentes das emendas aprovadas e das aprovadas parcialmente, relativamente à programação orçamentária do Ministério da Educação — Área Temática IV."





CONGRESSO NACIONAL
Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização

Esse é o voto, Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Marcelo Castro. MDB - PI) - Em discussão o parecer do nobre Relator Izalci Lucas.

Tem a palavra o nobre Deputado Edmilson Rodrigues, para discutir a matéria.

O SR. EDMILSON RODRIGUES (PSOL - PA) - Presidente, o Relator fez um esforço para recompor ao máximo, ainda que nós tenhamos aqui, se comparado com o que foi autorizado efetivamente em 2019, como despesa autorizada, uma perda de 1,3%. Ela é aparentemente pequena. O problema é que ela incide sobre algumas áreas de forma muito grave.

Eu queria ver se V.Exa. ainda faz um esforço junto ao Relator-Geral, Senador Izalci, porque, em relação à concessão de bolsas de estudos no ensino superior, o corte chega a 21,1%. É um pouco mais que um quinto. É realmente muito significativo. Já era tão insuficiente o número de bolsas, particularmente de bolsas na educação, como as da CAPES — Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior, voltadas à iniciação científica, à formação em nível de pós-graduação, mestrado, doutorado, que elas acabam sofrendo, digamos, um revés muito significativo. Eu creio que a queda de investimentos da ordem de 44,8% é insuportável.

Eu sei que é difícil para um relator mudar esse quadro, mas acho que nós temos que enfrentar. Porque o que nós temos de importante aqui é uma história de vida, todos nós, e uma história de luta política também.

Eu estive com o então Deputado Izalci, hoje Senador, comandados pela Senadora Rose, que era Presidente da CMO àquela altura, e vi o bom combate que ele fez em relação ao projeto de Orçamento da Presidente Dilma, que já sofria a influência da ideologia neoliberal, quando ela cometeu a asneira de trair os movimentos sociais que a apoiaram no segundo turno e colocou Levy antes da posse em segundo turno, quando ela começou logo, ainda em dezembro, a tomar a iniciativa de enviar medidas provisórias que tentavam, entre aspas, "resolver" o equilíbrio fiscal acabando com o seguro-defeso, com o seguro-desemprego, com o auxílio-doença. Enfim, os mais pobres, os mais desgraçados da Terra é que sempre são alvos, como são agora. O atual Presidente quer taxar o desempregado e cobrar contribuição previdenciária compulsória de quem recebe seguro-desemprego.





CONGRESSO NACIONAL
Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização

Então, realmente, educação não se faz só com a manutenção das atividades docentes e administrativas. Sem investimento, como nós vamos avançar? O investimento é em novos prédios, é na modernização de prédios. Todos os dias nós vemos reportagens, nos vários órgãos de comunicação, inclusive nos órgãos oficiais, sobre a situação precária da estrutura.

Presidente, cito como exemplo os nossos Estados do Norte e do Nordeste. Se nós formos a qualquer região do interior do Piauí ou do Pará, veremos o quanto é necessário investir. Como é que se aceita cortar quase 45% dos investimentos?

Se V.Exas. entrarem no meu perfil no Facebook, verão que eu estou intermediando uma reunião entre representantes da Biopalma, empresa ligada à Vale, e os índios tembé. Os indígenas, sentindo-se atingidos por um projeto de plantio de dendê, resolveram entrar na plantação, pegar um trator e derrubar alguns hectares de árvores, para exigir o cumprimento da lei sobre aquela Zona de Amortecimento, que a empresa não cumpriu.

Ao mesmo tempo em que se apropriaram das máquinas eles disseram: *"Nós entregaremos as máquinas. Não vamos roubar, não. Mas queremos negociar com a empresa alguma contrapartida"*. Então, eu como Deputado fui chamado a participar, porque sou amigo dos indígenas, e a empresa também tem em mim uma segurança. Jamais uma empresa vai ter em mim a prática da chantagem, de vender dificuldade para cobrar depois facilidades eleitorais ou qualquer tipo de facilidade, como muitos fazem.

Eu estou falando isso porque me lembrei do meu povo irmão tembé tenetehara. Uma das suas reivindicações era a de que a empresa construísse um espaço no qual pudesse funcionar a escola de nível fundamental e médio, que hoje — e eu a visitei recentemente — é de palha, feita há alguns anos. Quando chove, sendo uma arquitetura indígena, como já falta cobertura, o Sol inferniza a vida de alunos e de professores indígenas lá dentro. O que eles dizem? *"A SEDUC assume, a Secretaria de Educação já mantém, mas nós queremos o prédio"*.

É uma tristeza, é uma vergonha que o Estado brasileiro necessite que empresas façam obras de infraestrutura em escolas. A empresa tem que pagar imposto, e o Estado tem que fazer escola, mas nós estamos invertendo tudo. Dá-se isenção fiscal, benefícios fiscais. A Lei Kandir é um exemplo disso. A Lei Kandir é criminosa contra o País. Tudo o que o Pará exporta é isento. Outros Estados





CONGRESSO NACIONAL
Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização

também perdem muito, mas outros Estados pelo menos têm indústria de transformação. No Pará, do lingote do alumínio à madeira e ao dendê... Fala-se em energia limpa. Nós produzimos dendê, produzimos soja, produzimos gado, e nada fica. Até o boi é exportado em pé. Eu não sei que modelo econômico é esse. São esses agentes econômicos que são beneficiados com os maiores incentivos fiscais, e nós reclamamos que não temos recursos para investir.

Eu falo isso porque este é um lugar de debate sobre projeto nacional de desenvolvimento. Mesmo que eu saiba das limitações da relatoria, acho que aqui nós temos que incitar o bom combate.

Senador Izalci, eu concluo apenas fazendo um apelo a V.Exa.: que tente recompor recursos de investimento para zerar essa perda no que se refere a bolsas. A Bolsa Permanência, por exemplo. Significa que uma liderança da periferia, uma liderança indígena ou quilombola, para estudar numa capital, numa cidade grande, tem que deixar a produção. Mesmo que seja aquele sistema de cursos periódicos, ela tem que abandonar a família. Como vai ficar meses fora, sem receber uma bolsa que a mantenha? Não há condição. Nós estamos fazendo um trabalho de inversão de um processo que havia avançado nos últimos anos — nas últimas décadas, eu diria.

Por fim, Relator, seria de fundamental importância que nós pudéssemos ouvir de V.Exa. que recursos da educação não podem ser contingenciados. Se já há um corte de quase metade dos investimentos, se já há redução do previsto em relação a 2019, que é muito abaixo do histórico dos últimos anos para a educação, que pelo menos definamos que não aceitaremos a guerra que foi feita em 2019, que envergonhou até a base do Governo.

Realmente, o que esse Ministro tem feito... Amanhã ele vem à Casa. Eu espero que ele tenha uma postura, pela primeira vez na vida, de respeito. Sinceramente, não aceitarei que ele achincalhe o Congresso Nacional. Espero que ele não venha, mas, se vier, que não tente afrontar os educadores, as universidades e os Deputados e Senadores, como fez semana passada, quando disse: *"Universidade é um verdadeiro agronegócio na produção de cannabis, de maconha"*. Ele é um criminoso! É professor de uma universidade federal de São Paulo, mas não sei como passou em concurso, porque foi reprovado nove vezes seguidas! É um semianalfabeto que confunde Kafka com cafta! É um semianalfabeto! Ainda se dá ao





CONGRESSO NACIONAL
Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização

direito de desrespeitar as universidades brasileiras e o Congresso todas as vezes que vem ao Congresso Nacional. Eu quase me nego a assinar a proposta do PSOL de convocá-lo, mas foi aprovada a convocação. Então, estou antecipando: que respeite!

Não se sabe como vai ser o ano que vem, quem será Ministro, se o Bolsonaro será Presidente, se não será. Eu não sei. A verdade é que, na educação, independentemente de governo, fosse de Dilma, fosse de Lula, não se pode tocar. No máximo se deve avançar no investimento em educação. Fala aqui um professor universitário há 37 anos, um professor da rede pública há mais de 40 anos. Então, tenho o direito de falar — também como o Deputado mais votado do meu Estado. Quem quiser vagabundear que vagabundeie, quem não quiser ouvir que não ouça, mas aqui vou usar a palavra sempre que for necessário para defender o interesse do cidadão brasileiro e, particularmente, do meu Estado.

Tenho dito.

Obrigado.

O SR. IZALCI LUCAS (PSDB - DF) - Bem, eu primeiro lugar, Deputado Edmilson, eu quero dizer que não termina aqui este orçamento da educação. No próprio relatório nós fizemos algumas recomendações ao Relator-Geral, sobre aquilo de que não podemos abrir mão. Lamento porque o Relator-Geral terá agora 5 bilhões e alguma coisinha para fazer o remanejamento e alocar para áreas prioritárias. Eu recomendei — e inclusive está destacado — a CAPES, que teve mais de 1 bilhão de corte e, como nós sabemos, já não tem reajuste há 6 anos. No ano de 2019, o orçamento só duraria até setembro. Agora o orçamento é menor do que o de 2019 e ainda tem corte. Então, nós precisamos adicionar, no mínimo, no mínimo, algo em torno de 600 milhões ainda para a CAPES, se não quisermos ver um colapso na ciência e na educação. Isso já foi recomendado.

O que eu quero lamentar é que a Oposição, no Senado... Aliás, não só no Senado, porque houve participação de Deputados também no dia da votação. Eu apresentei um projeto que prevê a transferência para Estados e Municípios — um terço — do que vem para a União para a questão da merenda escolar, do transporte rural, do Programa Dinheiro Direto na Escola. Eu disse no projeto o seguinte: que, para 2020, os recursos seriam transferidos para os mesmos projetos, com as mesmas diretrizes, com os mesmos percentuais, exatamente como foi feito em





CONGRESSO NACIONAL
Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização

2019. Com isso, nós abriríamos 9 bilhões e 300 milhões para o orçamento da educação, só para a educação. Aqui ainda não foi contemplada a educação profissional. Nós aprovamos a reforma do ensino médio — e fui o Presidente da Comissão —, segundo a qual, a partir do ano que vem, de 2020, as escolas públicas terão que oferecer educação profissional, e não há praticamente nada para isso no orçamento, para novos investimentos em qualificação profissional, de professores, na educação infantil.

Como eu disse, há 3.500 obras paralisadas, de creches, da educação infantil. Tudo isso poderia ser facilmente resolvido com esses 9 bilhões e 300 milhões de reais. Mas, por causa de questão ideológica, por causa de discurso demagogo, não conseguimos aprovar um projeto simples. Já tinha conversado com o Presidente Rodrigo Maia, e aprovamos o projeto no Senado. Infelizmente, descobrimos que é muito fácil fazer discurso, mas que, na hora de trabalhar,...

Não é o caso de V.Exa., Deputado Edmilson Rodrigues.

O SR. EDMILSON RODRIGUES (PSOL - PA) - Eu não conheço esse projeto. Ele não chegou à Câmara dos Deputados.

O SR. IZALCI LUCAS (PSDB - DF) - Não chegou porque estávamos votando ainda no Senado. Eu tinha acertado...

O SR. EDMILSON RODRIGUES (PSOL - PA) - Quero conhecê-lo.

O SR. IZALCI LUCAS (PSDB - DF) - Agora não adianta mais, porque ele só servia para o Orçamento. Mas V.Exa. vai conhecer a PEC 188, que tem um artigo que prevê a transferência direta para Estados e Municípios do salário-educação — é exatamente o que fiz —, dentro dos mesmos parâmetros, para os mesmos projetos, com as mesmas diretrizes e com os mesmos percentuais. O objetivo é um só: liberar do teto de gastos o valor de 9 bilhões e 300 milhões de reais.

É lamentável, mas perdemos o cavalo arriado, como se diz. O momento de fazer era agora. Infelizmente, por demagogia, por excesso de discurso, não conseguimos aprovar o projeto. Quero registrar isso porque fiquei revoltado. Foram 30 dias de trabalho para abrir essa possibilidade — e eu conheço o assunto —, e, infelizmente, não deu certo.

O SR. EDMILSON RODRIGUES (PSOL - PA) - O novo Líder da Oposição chegou aí.





CONGRESSO NACIONAL
Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização

O SR. IZALCI LUCAS (PSDB - DF) - Vou trabalhar agora com o Relator-Geral, fazer com que ele adicione ao Orçamento as recomendações deste parecer. O parecer é este e peço apoio para juntos trabalharmos com o Relator-Geral essa recomposição.

Quero reforçar, já que o Deputado André Figueiredo deve ser o próximo Relator a falar, da Área Temática de Ciência e Tecnologia, que não podemos abrir mão, que de fato não pode haver contingenciamento nessas áreas — ciência, tecnologia e educação. Espero conseguir aprovar essa matéria no Relatório Geral e também proibir o contingenciamento de recursos para as áreas de ciência, tecnologia e educação.

Era isso, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Marcelo Castro. MDB - PI) - Não havendo mais quem queira discutir o relatório, declaro encerradas a discussão e a apresentação de destaques.

Foi apresentado um destaque.

Vamos colocar em votação o parecer do Senador Izalci Lucas, na área da educação.

Em votação na representação da Câmara dos Deputados, ressalvado o destaque.

Os Srs. Deputados que o aprovam permaneçam como se acham. *(Pausa.)*

Aprovado.

Em votação na representação do Senado Federal.

Os Srs. Senadores que o aprovam permaneçam como se encontram. *(Pausa.)*

Aprovado.

Passamos à votação do destaque.

O parecer do nobre Senador é pela rejeição.

O SR. IZALCI LUCAS (PSDB - DF) - Sr. Presidente, quero aproveitar a oportunidade para dar uma explicação.

É uma emenda da bancada de Goiás. A Deputada Flávia Moraes me ligou por diversas vezes e hoje inclusive. Eu disse a ela que, como Relator-Setorial, não poderia acatar, porque não tinha recursos para isso, mas que nós poderíamos trabalhar em conjunto e pedir ao Relator-Geral que atenda às demandas da bancada de Goiás. Eu estou recomendando vários outros pedidos que recebi. Então, só vou





CONGRESSO NACIONAL
Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização

reforçar ao Relator-Geral que nos ajude a contemplar esse pedido também. Vamos rejeitar — a proposta é a de rejeitar —, mas vamos trabalhar com o Relator-Geral e ver se ele atende alguma coisa.

O SR. PRESIDENTE (Marcelo Castro. MDB - PI) - Vou colocar em votação o parecer do Relator ao destaque na representação da Câmara dos Deputados.

Os Srs. Deputados que estão de acordo com o parecer do Relator permaneçam como se acham. *(Pausa.)*

Rejeitado.

O destaque não vai ao Senado Federal.

Vamos ao próximo item, o 18. Relatório Setorial da Área Temática XV — Poderes. Relator-Setorial: Deputado Luciano Ducci.

O prazo para a apresentação de destaques será finalizado ao término da discussão, conforme estabelece o inciso I do art. 60 do Regulamento Interno da CMO.

O Relator-Setorial, o nobre Deputado Luciano Ducci, está com a palavra para a apresentação do relatório.

O SR. LUCIANO DUCCI (PSB - PR) - Sr. Presidente, Senador Marcelo Castro, membros da Comissão, senhoras e senhores, gostaria, primeiramente, de agradecer aos consultores da CMO, ao Fantin, ao Tadao, ao Tollini e ao Rodrigo, pela excelência do serviço prestado a este Relator e a esta Comissão.

Quero pedir licença, Sr. Presidente, para fazer um resumo do parecer.

"A Área Temática XV — Poderes compõe-se da programação orçamentária integral dos órgãos do Poder Judiciário, do Poder Legislativo, do Ministério Público da União e da Defensoria Pública da União. (...)

(...)

Todos os órgãos desta área temática estão cumprindo os limites estabelecidos pelo Novo Regime Fiscal para 2020. (...)

(...)

Dessa forma, o atendimento de emendas nesses órgãos orçamentários somente poderia ocorrer mediante remanejamentos internos em cada um deles, visto que tais órgãos foram contemplados com dotações equivalentes aos limites fixados" na Emenda Constitucional nº 95, de 2016.

(...)





CONGRESSO NACIONAL
Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização

"Encerrado o prazo, foram totalizadas oito emendas nesta área temática, das quais três coletivas e cinco individuais — destas, quatro são de apropriação e uma, de cancelamento. Das coletivas, duas foram apresentadas por Comissões Permanentes e uma, por bancada estadual.

(...)

Das 4 emendas individuais de apropriação, 2 (...) tiveram seus valores remanejados para emendas dos respectivos autores em outra área temática, e as outras 2 (...), por terem sido apresentadas indevidamente nesta área temática, foram transferidas, respectivamente, para as Áreas Temáticas IX e XIII. A emenda que propõe cancelamento de despesa (...) será analisada pelo Relator-Geral, conforme prevê o art. 72 da Resolução nº 1, de 2006. Solicitamos ao Relator-Geral a rejeição dessa emenda, pois objetiva cancelar dotação destinada à reposição de urnas eletrônicas, pela Justiça Eleitoral, que serão necessárias para a realização das eleições municipais de 2020.

Das 3 emendas coletivas apresentadas, 1 — nº 7125.0021 — não compete a esta relatoria setorial, tendo sido submetida à avaliação do Relator-Geral, nos termos dos itens 41.III e 41.IV do parecer preliminar. As 2 que restaram — nºs 5013.0004 e 5035.0002 — estão com indicação pela inadmissibilidade no relatório do Comitê de Admissibilidade de Emendas.

(...)

Apresentamos 4 emendas de Relator, com base no art. 144 da Resolução nº 1, de 2016, para correção de erros ou omissões, conforme solicitações dos titulares dos respectivos órgãos do Poder Judiciário:

- a Emenda de nº 8015.0001, para atender ao Ofício (...) nº 07/2019, de 6 de novembro de 2019, do Ministro João Batista Brito Pereira, que solicita a inclusão de dotação no valor de 1 milhão de reais, para a construção do Edifício Sede do Fórum Trabalhista de Apucarana, Paraná, com cancelamento compensatório equivalente incidente na ação 4256 — Apreciação de Causas na Justiça do Trabalho —, do próprio Tribunal Regional Eleitoral do Trabalho da 9ª Região;

- a Emenda de nº 8015.0002, para atender ao Ofício (...) nº 4762/2019, de 20 de novembro de 2019, da Ministra Rosa Weber, que solicita suplementação de dotações de 50 milhões de reais ao Projeto de Implantação da Biometria, com





CONGRESSO NACIONAL
Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização

cancelamento compensatório de mesmo valor incidente na ação 20GP (...) do próprio Tribunal Superior Eleitoral;

- a Emenda de nº 8015.0003 visa atender ao Ofício (...) nº 4883/2019, de 28 de novembro de 2019, da Ministra Rosa Weber, para custear a aquisição de imóvel contíguo ao antigo Edifício Sede do Tribunal Regional de Alagoas no valor de 180 mil reais, com cancelamento compensatório em montante equivalente incidente na ação 20GP — Julgamento de Causas e Gestão Administrativa —, do próprio Tribunal Regional Eleitoral de Alagoas; e

- a Emenda de nº 8015.0004, para atender ao Ofício (...) nº 4926/2019, de 3 de dezembro de 2019, da Ministra Rosa Weber, que solicita o remanejamento de 4 milhões de reais, da Reforma do Edifício Sede do Tribunal Regional Eleitoral da Bahia para a reforma do Anexo III do Edifício Sede do mesmo tribunal.

(...)

Diante do exposto, votamos pela aprovação do Projeto de Lei nº 22, de 2019-CN, na parte referente à Área Temática XV — Poderes, com as alterações propostas neste relatório."

Esse é o nosso parecer, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Marcelo Castro. MDB - PI) - O parecer do nobre Deputado Luciano Ducci está em discussão. *(Pausa.)*

Não havendo quem queira discuti-lo, o prazo de discussão está encerrado, assim como o prazo para a apresentação de destaques.

Não houve apresentação de destaques.

Em votação na representação da Câmara dos Deputados.

Os Srs. Deputados que o aprovam permaneçam como se encontram. *(Pausa.)*

Aprovado.

Em votação na representação do Senado Federal.

Os Srs. Senadores que o aprovam permaneçam como se encontram. *(Pausa.)*

Aprovado.

A Assessoria informa que há um destaque.

O parecer foi aprovado, ressalvado o destaque.

Destaque nº 1, da bancada de São Paulo, o autor é o Deputado Herculano Passos.

Passo a palavra ao Relator para dar o seu parecer.





CONGRESSO NACIONAL
Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização

(Intervenção fora do microfone.)

O SR. PRESIDENTE (Marcelo Castro. MDB - PI) - O parecer do Relator é pela rejeição.

Submeto o parecer do Relator à apreciação na representação da Câmara dos Deputados.

Os Srs. Parlamentares que votam de acordo com o parecer do Relator permaneçam como se encontram. *(Pausa.)*

Aprovado.

O destaque foi rejeitado, portanto não vai ao Senado Federal.

Está aprovado o relatório do nobre Deputado Luciano Ducci, sem destaques.

Vamos à próxima área temática, Item 14.

Relatório Setorial da Área Temática XI – Ciência e Tecnologia e Comunicações.

O Relator-Setorial é o Deputado André Figueiredo, do PDT do Ceará.

O Relator-Setorial está com a palavra para a apresentação do relatório.

O prazo de destaque será finalizado ao término da discussão, conforme estabelece o inciso I do art. 60 do Regulamento Interno da CMO.

Com a palavra o nobre Deputado André Figueiredo.

O SR. ANDRÉ FIGUEIREDO (PDT - CE) - Obrigado, Sr. Presidente.

Relatório Setorial da Área Temática XI – Ciência e Tecnologia e Comunicações.

"Em atendimento ao disposto no art. 35, § 2º, inciso III, do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias — ADCT, o Excelentíssimo Senhor Presidente da República encaminhou ao Congresso Nacional, por meio da Mensagem nº 395, de 30 de agosto de 2019, o Projeto de Lei nº 22, de 2019-CN (...), que "Estima a receita e fixa a despesa da União para o exercício financeiro de 2020" (...). Posteriormente, por meio da Mensagem nº 617 (...), de 26 de novembro de 2019, foi encaminhada proposta de modificação do PLN nº 22/2019, que se encontra incorporada a este Relatório.

No âmbito do Poder Legislativo, cabe à Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização — CMO examinar e emitir parecer sobre o Projeto, de acordo com o art. 166, § 1º, inciso I, da Constituição Federal. Assim sendo, coube a nós a honrosa missão de analisar e relatar a proposta orçamentária





CONGRESSO NACIONAL
Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização

da Área Temática XI – Ciência e Tecnologia e Comunicações, composta pelo Ministério da Ciência, Tecnologia, Inovações e Comunicações — MCTIC (...)."

Da proposta do Poder Executivo.

A proposta orçamentária do MCTIC alcança um montante de R\$ 13,86 bilhões, sendo R\$ 12,99 bilhões destinados ao Orçamento Fiscal e da Seguridade Social e R\$ 0,87 bilhões destinados ao orçamento de investimento das empresas estatais. Nesses valores estão incluídos os recursos com execução condicionada à aprovação de créditos suplementares e especiais em cumprimento ao inciso III do *caput* do art. 167 da Constituição Federal.

"No PLOA 2020, a soma dos orçamentos fiscal e da seguridade das unidades orçamentárias da Área Temática alcança o montante de R\$ 12,99 bilhões. Esse valor se mostra cerca de R\$ 868,7 milhões inferior (-6,3%) em relação ao valor autorizado em 2019 (...). Destaca-se que a programação do MCTIC passou a contar com as dotações da TELEBRAS, unidade orçamentária que até o PLOA 2019 fazia parte do orçamento de investimentos. Se excluirmos os efeitos da inclusão da TELEBRAS no Orçamento Fiscal e da Seguridade Social, a redução atinge o percentual de 11,6%.

(...)

3.2 - Orçamento de Investimento.

As estatais vinculadas ao Ministério da Ciência, Tecnologia, Inovações e Comunicações que compunham o orçamento de investimento eram três: Financiadora de Estudos e Projetos — FINEP, Empresa Brasileira de Correios e Telégrafos – ECT e Telecomunicações Brasileiras S.A. — TELEBRAS. Em 2020, o PLOA passa a contemplar a TELEBRAS no Orçamento Fiscal e da Seguridade Social.

No PLOA 2020, a Financiadora de Estudos e Projetos — FINEP prevê investimentos que totalizam R\$ 34,8 milhões (...).

(...)

Por sua vez, a Empresa Brasileira de Correios e Telégrafos – ECT prevê investimentos que totalizam R\$ 833,2 milhões (...).

(...)

6 - Das emendas apresentadas.





CONGRESSO NACIONAL
Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização

Foram apresentadas 149 emendas à programação da Área Temática XI, sendo 136 emendas individuais, quatro emendas de bancadas estaduais e nove emendas de Comissões, assim distribuídas.

(...)

Para atendimento das emendas individuais apresentadas, foram utilizados os recursos destinados a essa finalidade, conforme disposto no item 18.II do Parecer Preliminar, Parte Especial. Por sua vez, para atender às emendas coletivas de apropriação, esta relatoria utilizou os recursos transferidos pelo Relator-Geral, conforme previsto no item 21.I, do mencionado parecer, no total de R\$ 37,4 milhões. Não foram efetuados cancelamentos na programação desta Área Temática para atendimento das emendas.

(...)

8 - Indicações ao Relator-Geral.

(...)

Tendo em vista a escassez de recursos com os quais esta Relatoria contou e não obstante todos os esforços por nós direcionados para garantir um atendimento satisfatório das emendas apresentadas na Área Temática, é forçoso reconhecer que as necessidades de aporte de recursos em ações estratégicas são grandes. Algumas das demandas certamente deixaram de receber dotações compatíveis com sua importância na promoção do desenvolvimento do País.

(...) Nesse sentido, recomendamos ao Relator-Geral destinar maiores recursos à programação do MCTIC, com base na prerrogativa prevista na alínea 'u' do item 12 da Parte Especial do Parecer Preliminar.

Sem diminuir a importância das demais ações, recomendamos, em especial, a destinação adicional de R\$ 150 milhões para o pagamento de bolsas de pesquisa (...), de R\$ 300 milhões para o fomento à pesquisa e ao desenvolvimento científico (...) e R\$ 50 milhões para a política produtiva e inovação tecnológica (...).

(...)

Por fim, (...) recomendamos ao Relator-Geral avaliar se a empresa TELEBRAS deve ou não ser mantida no Orçamento Fiscal e da Seguridade Social. Sendo a resposta "não", recomendamos que a empresa passe a figurar no Orçamento de Investimento das Empresas Estatais.

II. Voto do Relator





CONGRESSO NACIONAL
Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização

Pelo exposto, votamos pela aprovação do Projeto de Lei nº 22, de 2019-CN, na forma apresentada pelo Poder Executivo, relativamente aos órgãos orçamentários integrantes da Área Temática XI com as alterações decorrentes das emendas aprovadas."

É o relatório, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Marcelo Castro. MDB - PI) - O relatório do nobre Deputado André Figueiredo está em discussão. *(Pausa.)*

Não havendo quem queira discuti-lo, declaro encerrado o prazo de discussão e de apresentação de emendas.

Não foram apresentados destaques.

Submeto à votação na representação da Câmara dos Deputados o relatório do Deputado André Figueiredo, nas áreas de Ciência e Tecnologia e Comunicação.

Os Srs. Parlamentares que estejam de acordo permaneçam como se acham. *(Pausa.)*

Aprovado.

Em votação na representação do Senado Federal.

Os Srs. Senadores que o aprovam permaneçam como se encontram. *(Pausa.)*

Aprovado.

O relatório do nobre Deputado está aprovado.

Vamos à próxima área temática, Item 19.

Relatório Setorial da Área Temática XVI – Mulheres, Família e Direitos Humanos.

O Relator-Setorial é o Senador Wellington Fagundes.

O Relator-Setorial está com a palavra para a apresentação do relatório.

O prazo de destaque será finalizado ao término da discussão conforme estabelece inciso I do art. 60 do Regulamento Interno da CMO.

Com a palavra o nobre Senador Wellington Fagundes.

O SR. WELLINGTON FAGUNDES (PL - MT) - Sr. Presidente, Senador Marcelo Castro, companheiros desta Comissão, Senadores, Senadoras, Deputados e Deputadas, vou direto ao relatório, porque já está publicado na Internet o nosso parecer completo.

"1. Relatório

1.1. Introdução





CONGRESSO NACIONAL
Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização

Nos termos do artigo 165, *caput* e § 5º, da Constituição Federal, combinado com o art. 35, § 2º, inciso III, do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias, o Presidente da República submeteu à apreciação do Congresso Nacional o Projeto de Lei (PLN) 22, de 2019, que estima a receita e fixa a despesa da União para o exercício financeiro de 2020.

Por designação do Presidente da Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização (CMO), coube a esta Relatoria a missão de apreciar a proposta orçamentária da Área Temática 16 – Mulheres, Família e Direitos Humanos, que abrange apenas o órgão Ministério da Mulher, da Família e dos Direitos Humanos (...).

(...)

1.2. Análise da Proposta Setorial e da Execução Orçamentária Recente

1.2.1. Informações Gerais

A Proposta Orçamentária para 2020 consigna dotação total de R\$ 429,9 milhões para os órgãos da Área Temática 16, Ministério da Mulher, da Família e dos Direitos Humanos, sendo aproximadamente R\$ 330 milhões para a administração direta do Ministério e outros R\$ 30 milhões para o Fundo Nacional da Criança e do Adolescente e para o Fundo Nacional do Idoso.

Ademais, consta da proposta orçamentária um montante de 72 milhões em dotações consignadas em programações condicionadas à aprovação legislativa, prevista no inciso III, do art. 167 da Constituição Federal.

Desde já, informamos que não foram identificados subtítulos afetados por indícios de irregularidades graves informados pelo Tribunal de Contas da União, razão pela qual não serão indicados subtítulos para votação em separado, nos termos do art. 70, inciso II, da Resolução 1/2006, do Congresso Nacional.

1.3. Emendas Apresentadas

No âmbito da Área Temática 16, foram apresentadas 390 emendas, sendo todas de apropriação (ou seja, não há emenda de remanejamento). Das emendas coletivas, 6 são de bancada estadual, 7 de Comissão da Câmara dos Deputados, 3 de Comissão Mista do Congresso Nacional e 3 de Comissão do Senado Federal, totalizando 19 emendas coletivas. Foram apresentadas 371 emendas individuais, sendo 330 de Deputados e 41 de Senadores.





CONGRESSO NACIONAL
Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização

Ademais, com a finalidade de recompor as dotações afetadas pelo corte prévio do Relator-Geral, foram apresentadas 12 emendas de Relator-Setorial, cujo valor total se aproxima a 5 milhões.

1.3.1. Emendas Individuais

As emendas individuais apresentadas foram integralmente aprovadas, atendidas por meio de repasses efetuados pela Relatoria-Geral.

Não tivemos casos de emendas individuais com proposta pela inadmissão. Algumas emendas exigiram adequações de modo a se tornarem admissíveis. As programações apresentadas como atípicas foram enquadradas nas classificações apropriadas, assim como outras receberam denominação de subtítulo ou ação mais adequada.

(...)

1.3.2. Emendas Coletivas

Para o atendimento das emendas coletivas, esta relatoria setorial, ciente dos prejuízos que reduções nas dotações provocam no planejamento dos órgãos, não promoveu cancelamentos nas programações constantes do projeto de lei. Ao contrário, este Relator utilizou dos recursos disponibilizados pelo Relator-Geral para recompor as dotações afetadas pelo corte prévio.

1.3.2.1. De Apropriação

Assim como normalmente ocorre com as emendas individuais, houve a necessidade de promover enquadramentos e ajustes em elementos de classificação de emendas coletivas. Esses procedimentos visaram adequar as respectivas emendas aos parâmetros técnicos e legais aplicáveis, a fim de sanar vícios que, caso mantidos, implicariam inadmissibilidade à luz de dispositivos constitucionais e legais, especialmente em relação à Lei de Diretrizes Orçamentárias e à Resolução 1/2006 do Congresso Nacional.

No atendimento das emendas coletivas, esta Relatoria utilizou os recursos que lhe foram disponibilizados, em conformidade com a regra estabelecida no art. 57 da Resolução 1/2006 do Congresso Nacional, no montante de R\$ 35.238.693,00.

(...)

1.3.2.2. De Remanejamento

Não foi apresentada emenda de remanejamento.

(...)





CONGRESSO NACIONAL
Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização

1.7. Observações Finais

Com vistas a privilegiar uma maior efetividade das políticas mediante uma maior flexibilidade na aplicação dos recursos, propomos alterar o cadastro de ações das Ações Orçamentárias 14UF (Construção, Reforma, Equipagem e Ampliação de Unidades de Atendimento Socioeducativo), 14XS (Implementação da Casa da Mulher Brasileira e dos Centros de Atendimento das Mulheres) e 21AR (Promoção e Defesa de Direitos para Todos), para permitir a aplicação de recursos tanto de GND 3 quanto de GND 4.

2. Voto

Diante do exposto, somos pela aprovação do Projeto de Lei 22/2019, do Congresso Nacional, na parte referente aos órgãos da Área Temática 16 – Mulheres, Família e Direitos Humanos, com as alterações oriundas das emendas aprovadas e aprovadas parcialmente, conforme discriminado nos anexos deste parecer.

Sala da Comissão

Senador Wellington Fagundes (PL/MT)

Relator-Setorial."

O SR. PRESIDENTE (Pedro Augusto Bezerra. Bloco/PTB - CE) - O relatório está em discussão. *(Pausa.)*

Não havendo quem queira discuti-lo, está encerrada a discussão.

Está encerrado também o prazo de apresentação de destaques. Não foram apresentados destaques da Área Temática XVI – Mulheres, Família e Direitos Humanos.

Está em votação na representação da Câmara dos Deputados.

Os Srs. Deputados que o aprovam permaneçam como se encontram. *(Pausa.)*

Aprovado por unanimidade dos votos.

Em votação na representação do Senado Federal, ressalvados os destaques.

Os Srs. Senadores que o aprovam permaneçam como se encontram. *(Pausa.)*

Aprovado.

O SR. PRESIDENTE (Marcelo Castro. MDB - PI) - Então, aprovado o relatório do nobre Senador Wellington Fagundes, sobre a Área Temática XVI – das Mulheres, Família e Direitos Humanos.





CONGRESSO NACIONAL
Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização

O SR. WELLINGTON FAGUNDES (PL - MT) - Sr. Presidente, eu só quero fazer um agradecimento a toda a nossa equipe da Consultoria, ao Consultor João, à Tiok Abigail, que está aqui também representando a minha Assessoria, a Valéria Crosara, do PR, e a toda a equipe que esteve nos ajudando nessa relatoria.

Quero aqui salientar que tivemos muitos diálogos, muitos debates junto ao Ministério, onde, com a presença da Ministra Damares, com os técnicos, tivemos uma discussão sobre a melhor forma de atendimento, principalmente das ações que o Ministério vai desempenhar.

Eu quero aqui também congratular e parabenizar toda a equipe do Ministério. É claro que gostaríamos de ter recursos mais abundantes, para fazermos essa distribuição, principalmente a um Ministério de suma importância no atendimento social, assim como diz o próprio nome do Ministério, que atende basicamente a esta questão das mulheres, da família e também dos direitos humanos. Trata-se de um Ministério que tem amadurecido nas suas ações, mas já com avanços muito grandes.

Houve um compromisso, inclusive da Ministra Damares, de implantar, principalmente nesse ano vindouro, unidades da Delegacia da Mulher praticamente em todos os Municípios brasileiros. É claro que não serão construções novas, mas principalmente ações do Ministério naquelas delegacias já existentes. Também há previsão para implementação das Casas da Mulher Brasileira e de espaços para que possamos dar oportunidade principalmente à nossa juventude, não só na socialização, mas também na ressocialização, com programas que possam atender principalmente as crianças brasileiras.

Ainda temos hoje um alto índice de assassinatos de crianças, cuja maioria é de crianças pobres, negras, que vivem, às vezes, sem a atenção do Estado.

A nossa preocupação era a de exatamente fazer um relatório, em comum acordo com o Ministério, para que possa ser implementado esse trabalho não só das crianças, da juventude, mas também e principalmente da família.

Eu sempre tenho dito que, se temos uma família equilibrada, com toda assistência e apoio governamental nas políticas de educação, nas políticas sociais, com certeza, teremos também as nossas crianças muito mais bem cuidadas.

Portanto, Sr. Presidente, agradeço a oportunidade e, inclusive, a confiança de V.Exa., para que eu possa estar aqui como Relator-Setorial. Vamos aprovar o





CONGRESSO NACIONAL
Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização

Orçamento, que é muito importante, com o empenho de todos. Pela primeira vez, teremos um Orçamento verdadeiramente impositivo, ou seja, com uma maior participação do Congresso Nacional, a legítima representação da população brasileira.

É isso, Sr. Presidente.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Marcelo Castro. MDB - PI) - Nós é que agradecemos o trabalho e o esforço de V.Exa., que fez um relatório exemplar numa área tão importante e sensível como é a Área Temática Mulheres, Família e Direitos Humanos.

Vamos, então, ao Item 4 da pauta, que é o Relatório Setorial da Área Temática I – Infraestrutura

O Relator-Setorial é o Deputado Nivaldo Albuquerque, que nomeou como seu substituto *ad hoc* o Deputado Pedro Bezerra.

O Relator-Setorial está com a palavra para a apresentação do relatório.

O prazo de destaque será finalizado ao término da discussão, conforme estabelece o inciso I do art. 60 do Regulamento Interno da CMO.

Com a palavra o nobre Deputado Pedro Bezerra.

O SR. PEDRO AUGUSTO BEZERRA (Bloco/PTB - CE) - Muito obrigado, Sr. Presidente.

Passo direto à leitura do relatório.

"I. Relatório

Em cumprimento ao disposto no art. 84, inciso XXIII, da Constituição Federal, combinado com o art. 35, § 2º, inciso III do Ato das Disposições Constitucionais Transitória, o Presidente da República (...), submete à apreciação do Congresso Nacional o Projeto de Lei nº 22, de 2019-CN, que "Estima a receita e fixa a despesa da União para o exercício financeiro de 2020". Posteriormente, por meio da Mensagem nº 617 (na origem), de 26 de novembro de 2019, foi encaminhada a proposta de modificação do PLN nº 22/2019, que se encontra incorporada a este Relatório.

Por designação do Presidente da Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização — CMO (...), coube-nos a honrosa tarefa de analisar a





CONGRESSO NACIONAL
Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização

programação orçamentária das unidades que compõem a Área Temática I – Infraestrutura.

(...)

I.3. Das demandas apresentadas.

I.3.1 Considerações gerais

Foram examinadas 106 (cento e seis) emendas apresentadas à programação orçamentária do órgão componente da Área Temática I – Infraestrutura, sendo 89 (oitenta e nove) emendas coletivas e 17 (dezessete) emendas individuais (...).

(...)

I.3.3. Da admissibilidade das emendas

De acordo com o art. 25 da Resolução nº 1, de 2006-CN, cabe ao Comitê de Admissibilidade de Emendas — CAE (...), propor a inadmissibilidade das emendas apresentadas ao projeto de lei orçamentária. (...) assim, o CAE manifestou-se pela inadmissibilidade da Emenda Coletiva nº 50290003 em relatório apresentado à CMO (...)", posição esta que foi seguida por esta Relatoria que proferiu "parecer pela inadmissão da emenda (...).

Quanto ao exame de admissibilidade das emendas individuais, o (...) CAE (...) propôs que essa atividade fosse realizada conjuntamente com as Relatorias Setoriais. Como resultado desse exame, apontamos como admissíveis todas as emendas individuais apresentadas à Área Temática I, à exceção da Emenda nº 28580013, pelo fato de a proposição contrariar o art. 50, inciso II, da Resolução nº 1, de 2006-CN (...).

I.3.4. Dos recursos utilizados para o atendimento das emendas

Para o atendimento das emendas apresentadas à Área Temática I, utilizaram-se:

a) recursos da Reserva de Recursos (...) transferidos pelo Relator-Geral (...), no valor de R\$ 25.920.409,00, que representam o montante exato para aprovação das emendas individuais;

b) recursos da Reserva de Recursos transferidos pelo Relator-Geral (...), no valor de R\$ 568.121.680,00, destinados às despesas objeto de emendas de bancada estadual classificadas com identificador de resultado primário (RP) igual a 7, de execução obrigatória (...);





CONGRESSO NACIONAL
Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização

c) recursos da Reserva de Recursos (...), no valor de R\$ 130.590.452,00, para atendimento de emendas coletivas de comissão permanente, assim como das despesas objeto de emendas de bancada estadual classificadas com RP igual a 2;

d) recursos decorrentes de cancelamento parcial de dotações constantes da proposta orçamentária do Ministério da Infraestrutura no PLOA 2020, referentes a despesas com investimentos (GND 4) e RP 2, nas Fontes 100, 111 e 174, no valor total de R\$ 199.409.548,00 (...); e

e) recursos decorrentes de cancelamento parcial de dotações da proposta orçamentária (...) indicadas pelas próprias emendas de remanejamento apresentadas à Área Temática, no valor total de R\$ 55.000.000,00, para seu atendimento (...).

(...)

1.3.5 Do atendimento das emendas

A exiguidade de recursos disponíveis para a aprovação das emendas apresentadas não é fato novo verificado durante o processo de apreciação da peça orçamentária no Congresso Nacional.

Na busca por uma alocação de recursos o mais eficiente possível, procuramos ouvir os autores das emendas coletivas, para tentar identificar aquelas por eles consideradas prioritárias, haja vista a evidente impossibilidade de se atender a todas nos volumes solicitados.

(...)

No atendimento das emendas coletivas de remanejamento, levou-se em consideração que elas somente podem ser aprovadas com a anulação das dotações indicadas na própria emenda. A esse respeito vale apontar que diferentes emendas de remanejamento indicaram cortes compensatórios em uma mesma dotação, o que reduziu a nossa possibilidade de aprovar as emendas de remanejamento em valores mais elevados.

(...)

No que tange aos pleitos consubstanciados nas emendas de apropriação das bancadas estaduais e das comissões permanentes, façam-se as seguintes considerações.

(...)





CONGRESSO NACIONAL
Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização

Os valores da Reserva de Recursos transferidos a esta Relatoria com base no citado item 21.I, no montante aproximado de R\$ 130 milhões, mostraram-se bastante inferiores ao montante total dos valores pleiteados, que atingiu R\$ 9,447 milhões. Em razão disso, vimo-nos compelidos a buscar recursos complementares a partir de cortes em dotações da proposta das unidades orçamentárias que compõem esta Área Temática, nos termos e dentro dos limites estabelecidos pelo Parecer Preliminar. Ainda assim, esta Relatoria optou por realizar tais cancelamentos em montante substancialmente inferior aos limites autorizados, no intento de não inviabilizar a execução das programações originalmente previstas e destinadas a obras e serviços em todas as unidades federativas.

Por conseguinte, para o atendimento das emendas de apropriação de comissão permanente, assim como das despesas com RP 2 pleiteadas pelas emendas de apropriação de bancada estadual, promoveu-se um cancelamento linear de tão somente 3,3% — cerca de R\$ 199,4 milhões — nas dotações da proposta orçamentária do Ministério da Infraestrutura classificadas em GND 4 (investimentos) e RP 2, em fontes de financiamento “não vinculadas” e compatíveis com as emendas apresentadas — mais especificamente nas Fontes 100, 111 e 174.

(...)

I.4.1 Obras e serviços com indícios de irregularidades graves

(...) observamos que o Comitê de Avaliação das Informações sobre Obras e Serviços com Indícios de Irregularidades Graves — COI não logrou, até a apresentação deste Relatório Setorial, publicar orientações concernentes à análise de referidas obras e serviços. Não obstante, no Aviso nº 746, GP/TCU, de 25 de outubro de 2019, que encaminha (...) cópia do Acórdão nº 2554/2019, proferido pelo Plenário daquela Corte de Contas (...).

O mencionado Acórdão traz listagem dos relatórios das fiscalizações encaminhadas ao Congresso Nacional, no qual consta que, até o momento, há na Área Temática I indicação de Irregularidade Grave, feita pelo TCU (...).

(...)

Não compete a esta Relatoria Setorial adentrar o mérito da recomendação de paralisação, porquanto constitua competência exclusiva do COI, mas tão somente destacar para o conhecimento da CMO a ocorrência de situações da espécie. Por conseguinte, com fulcro no que determina (...) do Parecer Preliminar, indicamos para





CONGRESSO NACIONAL
Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização

votação em separado os seguintes subtítulos, constantes da proposta ou incluídos por emendas aprovadas por esta Relatoria, que apresentam indícios de irregularidades graves apontados pelo TCU:

I. 26.782.3006.13X7.0029 - Adequação de Trecho Rodoviário - Divisa PE/BA (Ibó) - Feira de Santana - na BR-116/BA - No Estado da Bahia (...);

II. 26.782.3006.7XJ6.0029 - Adequação de Trecho Rodoviário - Feira de Santana - Teofilândia - na BR-116/BA (...), decorrentes da aprovação parcial da Emenda nº 71060016 por esta Relatoria; e

III. 26.782.3006.7F51.0029 - Construção de Trecho Rodoviário - Divisa PI/BA - Divisa BA/SE - Na BR-235/BA - No Estado da Bahia (...).

(...)

II. Voto

Diante do exposto, somos pela aprovação da parte do Projeto de Lei nº 22, de 2019-CN, relativa à programação das unidades orçamentárias da Área Temática I – Infraestrutura, com as alterações propostas neste Relatório Setorial e decorrentes das emendas aprovadas por esta Relatoria."

O SR. PRESIDENTE (Marcelo Castro. MDB - PI) - Em conformidade com o disposto no § 2º do art. 146 da Resolução nº 1, de 2006, do Congresso Nacional, declaro inadmitida a Emenda nº 28580013, indicada pelo Relator no seu voto.

O relatório está em discussão. *(Pausa.)*

Não havendo quem queira discuti-lo, declaro encerrado o prazo de discussão e de emendas.

Não há destaque.

O Relatório Setorial da Área Temática I – Infraestrutura está em votação na representação da Câmara dos Deputados, ressalvadas as obras com indícios de irregularidades graves.

Os Srs. Deputados e as Sras. Deputadas que o aprovam permaneçam como se acham. *(Pausa.)*

Aprovado.

Em votação na representação do Senado Federal.

As Sras. e os Srs. Senadores que o aprovam permaneçam como se encontram. *(Pausa.)*

Aprovado.





CONGRESSO NACIONAL
Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização

Nos termos do art. 70, inciso II, da Resolução nº 1, de 2006, do Congresso Nacional, anuncio a votação das obras com indícios de irregularidades graves.

Em votação na representação da Câmara dos Deputados.

Os Srs. Parlamentares que as aprovam permaneçam como se acham. *(Pausa.)*

Aprovadas.

Em votação no Senado Federal.

Os Srs. Parlamentares que as aprovam permaneçam como se encontram. *(Pausa.)*

Aprovadas.

O relatório, com o brilhante parecer do nobre Deputado Nivaldo Albuquerque, com o auxílio do Deputado Pedro Augusto Bezerra, está aprovado.

Vamos suspender a sessão, convocando reunião para amanhã, às 15 horas, para votarmos o último relatório, que é o da área da saúde.

(A reunião é suspensa.)

Em 11.12.2019, às 15 horas.

O SR. PRESIDENTE (Marcelo Castro. MDB - PI) - Declaro reiniciada a 17ª Reunião Ordinária da Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização, destinada à apreciação das matérias constantes da pauta.

Arquivamento de matérias.

Segundo o § 3º do art. 16 da Resolução nº 1, de 2006, do Congresso Nacional, é permitido ao Presidente da CMO, ouvido o Plenário, dispensar a designação de Relatores para as matérias relacionadas no inciso III, alíneas "a", "c", "d" e "e", e no inciso IV do art. 2º da mesma resolução. Sendo assim, proponho ao Plenário o arquivamento das matérias que não foram apreciadas.

Para conhecimento do Plenário, as matérias aqui referidas são as seguintes: Demonstrações Financeiras do Banco Central, Aviso nº 20, de 2019, do Congresso Nacional; Relatório de Avaliação de Receitas e Despesas, Mensagens nºs 8, 9 e 11, de 2019, do Congresso Nacional; Relatório de Avaliação do Cumprimento das Metas Fiscais/Superávit Primário, Mensagem nº 10, de 2019, do Congresso Nacional; Relatório de Gestão Fiscal do TCU, Avisos nºs 14 e 21, de 2019, do Congresso Nacional; Relatório de Gestão Fiscal, Aviso nº 17, de 2019, do Congresso Nacional;





CONGRESSO NACIONAL
Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização

Relatório Gerencial Trimestral do BNDES, Ofícios n°s 2 e 3, de 2019, do Congresso Nacional.

O envio das matérias para o arquivo está em votação na representação da Câmara dos Deputados.

Os Srs. Parlamentares que o aprovam permaneçam como se acham. *(Pausa.)*
Aprovado.

Em votação na representação do Senado Federal.

Os Srs. Parlamentares que o aprovam permaneçam como se encontram.
(Pausa.)

Aprovado.

Ordem do Dia

Informo que na reunião deliberativa realizada ontem, dia 10 de dezembro, este colegiado concluiu a apreciação do PPA 2020 e de quinze dos dezesseis relatórios setoriais.

Dando continuidade aos trabalhos, passaremos à apreciação do Relatório da Saúde, finalizando, desta forma, a votação dos Relatórios Setoriais apresentados à LOA 2020.

Item 5 da pauta.

Relatório Setorial da Área Temática II – Saúde.

O Relator-Setorial é o Deputado Hildo Rocha, do MDB do Maranhão.

O Relator-Setorial está com a palavra para apresentação do relatório.

O prazo de destaques será finalizado ao término da discussão, conforme estabelece o inciso I do art. 60 do Regulamento Interno da CMO.

Tem a palavra o Relator.

O SR. HILDO ROCHA (Bloco/MDB - MA) - Senador Marcelo Castro, Presidente da Comissão de Orçamento, Sras. e Srs. Deputados, Sras. e Srs. Senadores, quero fazer aqui um resumo do relatório que coube a mim elaborar, por designação do Presidente, o Senador Marcelo Castro.

Eu quero iniciar agradecendo aos Consultores, que nos ajudaram bastante para que nós chegássemos ao relatório que foi produzido, o Rafael, o Mário e o Marcel.

Passo à leitura do relatório.

"I. Relatório





CONGRESSO NACIONAL
Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização

Nos termos do art. 165, *caput* e § 5º, e do art. 84, XXIII, da Constituição Federal, combinado com o art. 35, § 2º, III, do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias, a Presidência da República submete à apreciação do Congresso Nacional, por meio da Mensagem nº 395/2019, posteriormente modificada pela Mensagem nº 617/2019 (ambas na origem), o Projeto de Lei nº 22, de 2019, que "*estima a receita e fixa a despesa da União para o exercício financeiro de 2020*", compreendendo os Orçamentos Fiscal, da Seguridade Social e de Investimento das empresas em que a União, direta ou indiretamente, detenha a maioria do capital social com direito a voto.

Por designação da Presidência da Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização, coube-me a missão de relatar a proposta orçamentária relativa à Área Temática II – Saúde, que compreende a programação do Ministério da Saúde, respectivas unidades orçamentárias a ele vinculadas, direta ou indiretamente, e Agências Reguladoras com atuação na área temática da saúde.

(...)

Programação para a Área de Saúde

No âmbito do Orçamento da Seguridade Social, a proposta de orçamento para 2020 consigna valores tanto no Órgão 36000 — Ministério da Saúde quanto no Órgão 93000 — Programações Condicionadas à Aprovação Legislativa, previstas no inciso III do art. 167 da Constituição, além das Agências Reguladoras. O volume total de despesas é da ordem de R\$ 134,2 bilhões (...). Constam ainda no PLOA 2020, vinculados ao Ministério da Saúde, no Orçamento de Investimento, R\$ 190,6 milhões, relativos à Hemobrás.

(...)

4.3 Recursos Mínimos a Serem Aplicados em ASPS no PLOA 2020

Nos termos do que dispõe o art. 110, inciso II, do ADCT, para o exercício de 2020, a aplicação mínima em ASPS deve corresponder ao valor (...) de R\$ 121,2 bilhões.

É importante mencionar que, antes da vigência dessa disposição constitucional para o cálculo do piso, foi editada a Lei nº 12.858, de 2013, que destinou à saúde parcela das receitas da União provenientes dos *royalties* e da participação especial pela exploração de petróleo e gás natural. Referida lei dispôs, em seu art. 4º, que





CONGRESSO NACIONAL
Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização

esses recursos seriam aplicados em acréscimo ao mínimo obrigatório previsto na Constituição Federal.

(...)

No PLOA 2020, essas despesas alcançam R\$ 728,3 milhões. Ainda assim, o valor constante em ASPS, na fase setorial, após as emendas, não alcançou o piso, sendo necessário o aporte em ASPS de pelo menos 1,6 bilhão na relatoria geral.

Das Emendas

(...)

Das emendas apresentadas, 3.157 foram de apropriação e apenas uma coletiva de remanejamento, conforme definição constante dos arts. 38 e 39 da Resolução nº 1, de 2006-CN. Dentre as de apropriação, 3.053 são emendas individuais (...), 93 de autoria de bancadas estaduais e 11 de Comissões da Câmara, do Senado, ou Mistas do Congresso Nacional (...).

(...)

Admissibilidade das Emendas

Nos termos do art. 25 da Resolução nº 1, de 2006-CN, o Comitê de Admissibilidade de Emendas — CAE se manifestou pela admissibilidade das emendas coletivas apresentadas ao Setor, observados os ajustes propostos pelo Comitê, encaminhados pelos respectivos autores (...).

No que diz respeito às emendas individuais, não houve pronunciamento do referido Comitê. Entretanto, em conformidade com o art. 70, III, 'c', da Resolução nº 1, de 2006-CN, no sentido de que as relatorias indiquem as emendas com parecer pela inadmissão, considero que, após os ajustes promovidos pelos autores e por este Relator, todas as emendas individuais apresentadas a esta Área Temática adequaram-se à legislação vigente e às orientações constantes do Relatório de Atividades do CAE.

5.3 Recursos para atendimento de Emendas

No atendimento das emendas individuais e coletivas, foram mobilizados cerca de R\$7,89 bilhões, dos quais R\$7,43 bilhões advieram da Reserva de Contingência (...).

(...)

5.3.1 Emendas individuais





CONGRESSO NACIONAL
Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização

No que diz respeito às emendas individuais, com exceção de quatro que foram consideradas retiradas pelos autores, devido ao remanejamento integral do valor solicitado a outras emendas, todas as demais foram aprovadas, o que implicou a utilização de R\$5,43 bilhões.

5.3.2 Emendas Coletivas

5.3.2.1 Emendas de Bancada com Obrigatoriedade de Execução (RP7)

A Emenda Constitucional nº 100, de 2019, garante a obrigatoriedade (...) de emendas de bancada de Parlamentares de Estado ou do Distrito Federal, no montante de até 1% (um por cento) da receita corrente líquida realizada no exercício anterior. No âmbito da Saúde, houve 79 emendas, que receberam recursos específicos da ordem de R\$1,99 bilhão.

5.3.2.2 Demais Emendas Coletivas

Para atender aos demais pleitos de apropriação das bancadas e Comissões, foram utilizados R\$460,8 milhões. Mesmo diante da escassez de recursos, busquei ouvir a todos os que me procuraram, sempre perseguindo o equilíbrio e a justiça nas alocações.

Para as emendas de Comissão", prevaleceu o critério de mérito na alocação de recursos, sendo que "destinamos o montante de R\$50 milhões". (...) Quanto à distribuição foi "conferida preferência à Fundação Nacional de Saúde, na área de melhorias sanitárias domiciliares (ação 7652).

Quanto às emendas de bancadas, considerando que parte significativa foi apresentada com obrigatoriedade de execução (RP7), buscamos priorizar as emendas sem tal natureza com a utilização do restante dos recursos disponíveis, que foram alocados segundo critério de mérito das propostas.

(...)

Quanto ao atendimento da emenda de remanejamento (...), tendo em vista propor acréscimos a programações já reforçadas por outras emendas, procuramos dar acolhimento que não comprometesse as dotações a serem canceladas. Dessa forma, o atendimento foi efetuado no valor de R\$3 milhões.

(...)

5.5 Correções e ajustes em emendas (...)

(...)





CONGRESSO NACIONAL
Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização

Em alguns casos, observadas as normas legais e regimentais que regem a matéria, os pareceres das emendas" sugerem "ajustes e correções com o propósito de adequá-las à boa técnica orçamentária e sanar erros ou defeitos de elaboração que eventualmente possam constituir óbice à aprovação ou ulterior execução. Assim, foram realizadas adequações de funcional-programática, ação, subtítulo, GND, modalidade de aplicação e meta. (...)

Recomenda-se que os autores verifiquem atentamente como se acham aprovadas as respectivas propostas, a fim de que possam tempestivamente provocar" sua "revisão, caso não atendam a intenção parlamentar. (...)

(...)

7 Correção de Erros e Omissões — Emendas de Relator

Conforme determina a Resolução nº 01, de 2006-CN, os Relatores somente poderão apresentar emendas à programação da despesa com a finalidade de corrigir erros e omissões de ordem técnica ou legal.

A análise da programação do Setor apontou algumas inadequações técnicas conforme itens subsequentes.

7.1 Ajuste de Classificador de Despesa — Royalties"

A análise da programação do Setor apontou inadequação técnica na classificação do Identificador de Uso de código 6 (IU6), na fonte 142, que se refere a compensações financeiras pela produção de petróleo, gás natural e outros hidrocarbonetos fluidos.

"O inciso VII do § 10 do art. 6º da Lei de Diretrizes Orçamentárias para 2020 (Lei nº 13.898, de 2019) determina que o Identificador de Uso (IU) de código 6 identifique despesas com ações e serviços públicos de saúde, de acordo com o art. 2º e o art. 3º da Lei Complementar nº 141, de 2012. Portanto, o referido identificador deve ser atribuído às despesas passíveis de integrar os recursos a serem considerados na aplicação mínima do piso constitucional (...).

Entretanto, conforme tratado no item 4.3 deste relatório (...) a utilização de tais recursos deve se dar em '*acréscimo ao piso constitucional*'."

Por isso, "(...) com base no item 10.I, alínea 'c' da Parte Especial do Parecer Preliminar, apresentamos emendas de Relator (8002-0001 e 8002-0002) (...)" para adequação da classificação das despesas financiadas na saúde com tais recursos.

"7.2 Ajuste de Classificador de Despesa — ANVISA"





CONGRESSO NACIONAL
Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização

A recém-sancionada lei das agências reguladoras, que é a "Lei nº 13.848, de 2019, promoveu a desvinculação orçamentária da ANVISA do Ministério da Saúde. (...)"

Por sua vez, o art. 12 da LC nº 141, de 2012, determina que os recursos da União a serem aplicados em ASPS devem ser repassados ao Fundo Nacional de Saúde e às demais unidades orçamentárias que compõem o órgão Ministério da Saúde.

Dessa forma, a desvinculação orçamentária da ANVISA do Ministério da Saúde deve ensejar a reclassificação das dotações conferidas à Agência, da ordem de R\$690,3 milhões, hoje classificadas no PLOA como ASPS.

"(...) a fim de adequar a proposta orçamentária ao que determina a Lei Complementar nº 141, de 2012, e a citada Lei das Agências Reguladoras, com base no item 10.I, alínea 'c' da Parte Especial do Parecer Preliminar, apresentamos emendas de Relator (8002-0003 a 8002-0011) para reclassificação do identificador de uso das programações da ANVISA de '6' para '0'.

7.3 Ajuste no Descritor de Ação

A programação referente a saneamento em pequenas comunidades e em comunidades tradicionais (ação 7656) é classificada na subfunção afeta a saneamento rural. Entretanto, o descritor da ação constante do PLOA 2020 deixa de mencionar áreas rurais. A fim de manter a compatibilidade com a subfunção '511 - Saneamento Básico Rural' e garantir coerência da série histórica, propomos a manutenção do descritor atualmente vigente."

Tem a seguinte redação: *"Implantação, ampliação ou melhoria de ações e serviços sustentáveis de saneamento básico em pequenas comunidades rurais (localidades de pequeno porte) ou em comunidades tradicionais (remanescentes de quilombos). (...)*

8 Indicações ao Relator-Geral

8.1 Acréscimos sugeridos para reajuste do MAC

(...) o volume de recursos constante da ação '8585 — Atenção à Saúde da População para Procedimentos em Média e Alta Complexidade' é praticamente o mesmo autorizado para 2019."





CONGRESSO NACIONAL
Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização

Essas despesas consistem em programação permanente que financia os serviços e viabiliza a habilitação de unidade de saúde. Assim, a ausência de correção pode comprometer o funcionamento da atividade para o exercício de 2020.

"Tendo em vista a relevância da programação para o Sistema Único de Saúde e a natureza da despesa de caráter obrigatório e permanente, com fundamento no Parecer Preliminar (...)" indicamos um acréscimo nos valores previstos no total de R\$800 milhões na RP1, conforme disposto na Tabela XII deste relatório, de forma a amenizar diferenças de alocação por Unidades da Federação com a aproximação das médias regionais e viabilizar o adequado cumprimento das normas legais.

"8.2 Reforço e Dotações Afetas a Sistemas Públicos de Abastecimento de Água

É sabido que o Brasil enfrenta diversos problemas de saúde pública e, para além das questões relacionadas às ações e serviços públicos de saúde, destaca-se o papel fundamental das ações de saneamento básico para a redução de riscos à saúde e a promoção e a proteção do bem-estar da população.

O risco à saúde pública está ligado a fatores ambientais que podem ser, se não eliminados, ao menos minimizados com o uso adequado de serviços de saneamento (...).

(...)

O Parecer Preliminar (Parte Especial, II, 12, IV, 'c') prevê a possibilidade de o Relator-Geral apresentar emendas que se destinem à implantação, ampliação e melhoria de sistemas públicos de abastecimento de água e de esgotamento sanitário em Municípios com população até 50 mil habitantes.

Assim, a fim de viabilizar o atendimento dessa relevante demanda da saúde pública brasileira, indico ao Relator-Geral reforço à ação 10GD — Implantação, Ampliação e Melhoria de Sistemas Públicos de Abastecimento de Água em Municípios com população até 50.000 habitantes, exclusive em Regiões Metropolitanas (RM) ou Regiões Integradas de Desenvolvimento Econômico (RIDE), funcional programática 10.512.2222.10GD.0001, localizador "Nacional", MA 90, GND 4, sequencial 001677, no valor de R\$300 milhões.

8.3 Reforço de Dotações Afetas à Vigilância Epidemiológica

(...) as despesas afetas à vigilância epidemiológica (subfunção 305), no Fundo Nacional de Saúde, foram significativamente reduzidas para 2020. Tendo em vista a





CONGRESSO NACIONAL
Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização

relevância da matéria, indicamos ao Relator-Geral, com base no Parecer Preliminar (...), a correção em R\$300 milhões dos valores alocados ao sequencial 001955.

II. Voto do Relator

Diante de todo o exposto, votamos no sentido de que esta Comissão Mista:

I - aprove o Projeto de Lei nº 22, de 2019-CN, no que concerne à Agência Nacional de Vigilância Sanitária — ANVISA, à Agência Nacional de Saúde Suplementar — ANS e às unidades orçamentárias do Ministério da Saúde, com os ajustes técnicos e emendas de Relator de que trata o item 7 deste relatório e as alterações decorrentes das emendas individuais e coletivas aprovadas;

II - autorize o Relator-Geral a implementar as indicações constantes do item 8 deste relatório."

Esses são o nosso relatório e o nosso voto, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Marcelo Castro. MDB - PI) - Em discussão o relatório do Deputado Hildo Rocha.

Tem a palavra o nobre Deputado Cacá Leão.

O SR. CACÁ LEÃO (Bloco/PP - BA) - Eu quero apenas elogiar o Deputado Hildo Rocha pelo relatório. Ele é um dos Deputados mais competentes que esta Casa tem. Tudo o que pega para fazer ele faz benfeito, e não seria diferente no caso deste relatório setorial da saúde.

Eu tenho certeza absoluta de que o relatório de V.Exa., Deputado Hildo, vai engrandecer bastante o relatório do Deputado Domingos Neto.

O SR. PRESIDENTE (Marcelo Castro. MDB - PI) - Não houve destaques.

Então, está encerrado o prazo de discussão e de apresentação de destaques.

O relatório setorial da Área Temática II — Saúde está em votação na representação da Câmara dos Deputados.

Os Srs. Deputados e as Sras. Deputadas que o aprovam permaneçam como se encontram. *(Pausa.)*

Aprovado.

Em votação na representação do Senado Federal.

As Sras. Senadoras e os Srs. Senadores que o aprovam permaneçam como se encontram. *(Pausa.)*

Aprovado.





CONGRESSO NACIONAL
Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização

Depois de um esforço muito grande, ontem e hoje, conseguimos aprovar, acredito que em tempo recorde, os 16 relatórios setoriais. Foram apresentados os relatórios de todas as áreas temáticas e aprovados.

Aproveito para parabenizar todos os que contribuíram com esse resultado, formando consensos desde o início dos nossos trabalhos. Acho que estamos chegando ao final desses relatórios setoriais com êxito. O último a ser votado foi o relatório da saúde, inequivocamente, o mais complexo, o mais difícil de todos. A área nevrálgica e mais importante do Orçamento, sem desmerecer as outras, é a área da saúde. E o brilhante parecer do nobre Deputado Hildo Rocha veio coroar todo esse trabalho que nós fizemos aqui na votação desses relatórios.

O Deputado Cláudio Cajado pede a palavra.

Tem V.Exa. a palavra.

O SR. CLAUDIO CAJADO (Bloco/PP - BA) - Sr. Presidente, quero cumprimentar V.Exa.; o Deputado Dagoberto, 1º Vice-Presidente; o Deputado Hildo Rocha, Relator-Setorial da Saúde; o Walbinson e os demais assessores; e as Parlamentares e os Parlamentares aqui presentes.

Quero dizer, Presidente, que, nesta Comissão, nós esperávamos um pouco mais de emoção, para não dizer tumulto. Mas talvez pela fleuma de V.Exa., pela tranquilidade que nos passa apenas através do olhar, foi diferente, e eu nunca vi uma Comissão de Orçamento tão tranquila quanto esta. V.Exa. estreou estreando! Se fosse baiano, seria a perfeição da natureza sobre a Terra, em termos de humanidade.

E digo que eu fico feliz, Presidente, porque a carga que nós temos, com a responsabilidade de elaborar a LDO, o PPA e o Projeto de Lei Orçamentária anual não é fácil. Porém, eu percebo claramente que houve um grande entendimento, principalmente entre a base do Governo Bolsonaro e as Oposições. Eles não estão aqui presentes, mas eu não poderia furtar-me de agradecer aos Líderes da Oposição, do PT, do PCdoB e do PSOL. Todos eles tiveram elevado interesse pela Nação, pelos brasileiros, pelas brasileiras, na concepção das políticas públicas que nós estamos formatando. E terça-feira, com a votação do relatório final aqui na Comissão e, posteriormente, no Plenário do Congresso Nacional, cujas reuniões já estão marcadas, iremos coroar esse trabalho para que o Brasil avance, diminuindo as desigualdades, melhorando a qualidade de vida do seu povo e, principalmente,





CONGRESSO NACIONAL
Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização

com aquilo que nós iremos decidir aqui, priorizando as áreas para que essas políticas cheguem até o povo, até a base.

Eu fico agradecido com o trabalho de todos nós. Mas, se não tivéssemos V.Exa. como Presidente; se não tivéssemos o Relator que temos; se não tivéssemos um entendimento de forma muito elevada, sem "toma lá, dá cá", sem negociações espúrias, pelo contrário, com dignidade, com responsabilidade e altivez...

Portanto, que fique registrada nos Anais desta Comissão esta nossa fala, este nosso pronunciamento, parabenizando a direção da Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização, seus membros e, principalmente, a distinta decisão que iremos tomar na terça-feira, coroando, como eu disse, todo o trabalho durante o exercício de 2019.

O SR. PRESIDENTE (Marcelo Castro. MDB - PI) - No que concerne às palavras elogiosas a mim dirigidas, nobre Deputado Claudio Cajado, vou considerar que sejam em função da nossa amizade.

Na verdade, esse é um trabalho coletivo, e eu entendo que contribuiu muito para ele a situação fiscal crítica pela qual está passando o nosso País. Acho que, neste momento, a responsabilidade dos homens públicos cresce. Sem nenhuma dúvida, acredito que esse sentimento de chamar para si — Congresso Nacional — a responsabilidade pelo destino do País, para tirá-lo da grave situação pela qual está passando, foi o que nos motivou para que pudéssemos ser vitoriosos naquilo que era nosso mister, que era nossa função aqui como membros da CMO.

Recordo-me aqui da votação do PLN 4, quando nós quebramos a Regra de Ouro pela primeira vez na história, um fato inédito. Eu estou há mais de 20 anos no Congresso e nunca vi uma votação igual àquela que nós vimos na votação do PLN 4. Ainda me recordo de que havia 461 Deputados votantes, e não houve nenhum voto "não" ou "abstenção". Todos votaram "sim". E, se não me falha a memória, 61 Senadores estavam presentes. E foram 61 votos "sim", nenhum voto "não" ou "abstenção". Isso mostra que, nessas horas, a responsabilidade cresce, e todos se sentem com o dever de agir, seja da Oposição, seja do Governo. A questão é que todos nós somos brasileiros e trabalhamos para ver o nosso País melhor. E, evidentemente, todo o esforço é necessário para tirá-lo da crise em que se encontra.





CONGRESSO NACIONAL
Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização

Sendo assim, vou dar os nossos trabalhos findos por hoje. Vou suspender a nossa reunião e convocar a continuação da reunião para o dia 17 de dezembro...
(Pausa.)

Então, fica convocada a continuação da reunião no dia 17 de dezembro, terça-feira, às 11 horas, neste Plenário.

Está suspensa a presente reunião.

Em 17.12.2019, às 11 horas.

O SR. PRESIDENTE (Marcelo Castro. MDB - PI) - Declaro reiniciada a 17ª Reunião Ordinária da Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização, destinada à apreciação das matérias constantes da pauta.

Peço aos presentes silêncio o quanto possível, para que possamos iniciar nossos trabalhos.

Expediente.

Declaro como lidos os expedientes recebidos pela Comissão até a presente data, tendo em vista que essas informações encontram-se publicadas na página da CMO, na Internet.

Ordem do Dia.

De acordo com o art. 214, inciso III, do Regimento Interno do Senado Federal, comunico ao Plenário a inclusão na pauta dos Relatórios nºs 1 e 2 e dos adendos apresentados pelo Comitê de Avaliação das Informações sobre Obras e Serviços com Indícios de Irregularidades Graves — COI, tendo em vista acordo de Lideranças.

Informo que o Comitê de Avaliação das Informações sobre Obras e Serviços com Indícios de Irregularidades Graves — COI foi constituído por esta Presidência, tendo sido designado como Coordenador o Deputado Filipe Barros.

De acordo com o art. 24, I e art. 122 da Resolução nº 1, de 2006-CN, o Comitê elaborou os Relatórios nº 1 e nº 2, do COI/CMO, de 2019, e adendos.

Para elaborar o Relatório nº 2 e adendo, o Comitê encaminhou aos órgãos gestores pedidos de informações sobre as obras. Os órgãos encaminharam suas respostas, que estão disponíveis na página da CMO.





CONGRESSO NACIONAL
Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização

Em seguida, foram realizadas, nos dias 5 e 7 de novembro, audiências públicas com o TCU e os órgãos gestores de obras com indícios de irregularidades graves que deveriam constar do Anexo VI da LOA 2020.

Ainda de acordo com a Resolução nº 1, de 2006-CN, o art. 20 dispõe que os relatórios elaborados pelos comitês devem ser apreciados pelo colegiado e, em seguida, encaminhados para deliberação pelo Plenário da CMO.

Entretanto, após convocação do então Coordenador, o Deputado Filipe Barros, o Comitê não alcançou quórum regimental para a aprovação dos relatórios.

Informo também que, no dia 11 de dezembro, o Deputado Filipe Barros foi desligado da CMO, e esta Presidência designou como Coordenadora do Comitê de Avaliação das Informações sobre Obras e Serviços com Indícios de Irregularidades Graves — COI a nobre Deputada Dra. Soraya Manato.

Diante do exposto e tendo em vista o trabalho dispensado pelo coordenador, pelo TCU, pelos órgãos gestores, pelas consultorias de Orçamento da Câmara dos Deputados e do Senado Federal e pela Secretaria da CMO, proponho a apreciação dos relatórios por este colegiado.

Extrapauta.

Apreciação do Relatório nº 1/COI/CMO e do adendo, de 2019, apresentados pelo Comitê de Avaliação das Informações sobre Obras e Serviços com Indícios de Irregularidades Graves — COI, por meio dos quais o Tribunal de Contas da União encaminhou ao Congresso Nacional informações sobre obras e serviços com indícios de irregularidades graves, em atendimento ao disposto no art. 122 da Resolução nº 1, de 2006-CN, acerca dos seguintes avisos do Congresso Nacional: Avisos nºs 15, 22, 24, 26, 27, 28, 30, 31 e 34, de 2019-CN.

Relator: Comitê de Avaliação das Informações Sobre Obras e Serviços com Indícios de Irregularidades Graves — COI.

Coordenadora do COI: Deputada Dra. Soraya Manato (PSL/ES).

Ao relatório e ao adendo não foram apresentadas emendas.

A Coordenadora do COI está com a palavra, para apresentação do relatório e do adendo. Com a palavra a nobre Deputada Dra. Soraya Manato.

A SRA. DRA. SORAYA MANATO (PSL - ES) - Sr. Presidente, passo a ler o relatório e o adendo:

"Relatório nº 1/COI/CMO, de 2019, e respectivo adendo.





CONGRESSO NACIONAL
Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização

Sr. Presidente, dada a extensão do relatório e considerando que ele foi publicado com a antecedência regimental e está disponível aos Parlamentares presentes, na sua totalidade, proponho ler o relatório e voto de forma resumida.

Relatório

O presente relatório tem por objetivo analisar os avisos encaminhados pelo Tribunal de Contas da União (TCU) ao Congresso Nacional que se encontravam pendentes de apreciação pela CMO em 29, de novembro de 2019. A apreciação destes avisos por este Comitê decorre do previsto no art. 122 da Resolução nº 1, de 2006-CN.

Esta Comissão promoveu, atendendo requerimento do COI, audiências públicas para debater a matéria nos dias 5 de novembro de 2019 e 7 de novembro de 2019. Foram convidados a participar desses eventos os representantes do TCU responsáveis pelas fiscalizações realizadas e também os gestores dos órgãos/entidades encarregados da execução do empreendimento. De igual modo, foram solicitadas manifestações escritas dos órgãos gestores das obras que assim o desejassem. Reconhecendo a dificuldade de agendas dos Parlamentares da CMO neste período de Orçamento, realizamos todo o esforço para assegurar a máxima participação dos membros do Comitê no debate e nas decisões, por meio das reuniões convocadas e da divulgação pública dos documentos a todos os senhores membros.

O Anexo 1 a este relatório e ao respectivo adendo descreve os empreendimentos objetos dos avisos sob análise, o resumo dos indícios de irregularidades informados pelo TCU, as informações prestadas pelos gestores e a proposta do COI para encaminhamento da questão

Voto

Inicialmente, cabe a este Comitê informar que muitos dos avisos analisados neste relatório estão, há meses, pendentes de apreciação pela Comissão e, conseqüentemente, sem decisão definitiva sobre o bloqueio da execução física, orçamentária e financeira dos contratos, convênios, etapas, parcelas ou subtrechos com indícios de irregularidades graves e com recomendação de paralisação pelo Tribunal de Contas da União. Este atraso prejudica a análise por parte do Congresso Nacional, como titular do controle externo, dos achados apontados pelo Tribunal, bem como prejudica a eficácia das decisões tomadas por esta Comissão.





CONGRESSO NACIONAL
Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização

Feitos esses registros, este Comitê, após examinar os apontamentos feitos pelo TCU, as medidas corretivas adotadas ou a adotar pelos gestores, conforme consignado no Anexo I, e a importância socioeconômica dos empreendimentos, decide:

- Arquivar o AVN 26/19-CN, que trata da adequação da travessia urbana em Juazeiro — BRs-235/407-BA. Contrato 01177/2014;

- Propor o desbloqueio, nos termos do projeto de decreto legislativo anexo a este parecer, da execução física, orçamentária e financeira do seguinte objeto:

- Corredor de ônibus - SP- Radial Leste -Trecho 2. Edital 002/2012;
- Canal Adutor Vertente Litorânea Paraibana - Lote 3. Contrato 6/2011;
- Corredor de ônibus - Aricanduva - SP. Edital Pré-Qual 03/2012 e Edital 030120130;
- Corredor de ônibus - SP - Radial Leste - Trecho 1. Contrato 043/SIURB/13 e Edital 01/2012;
- Corredor de ônibus - Capão Redondo-Vila Sônia - SP. Contrato 046/SIURB/2016. Edital 32120130 e Edital Pré-Qual 5/2012.

- Manter o bloqueio da execução física, orçamentária e financeira dos seguintes subtítulos que já integram o Anexo VI da LOA/2019:

- obras de construção da BR-040/RJ - Termo Aditivo 12/2014 ao Contrato de Concessão PG-138/95-00;
- obras do Trecho 5 do Canal Adutor do Sertão Alagoano - Contrato 58/2010.

- Propor o bloqueio, nos termos do projeto de decreto legislativo anexo a este parecer, da execução física, orçamentária e financeira das obras de adequação de trecho rodoviário na BR-116/BA - Lote 5 - Contrato SR05/00878/2014, restringindo-se o bloqueio à execução de novos trechos, não se bloqueando os serviços necessários à preservação dos segmentos já iniciados, a fim de garantir que não deteriore em razão dos efeitos das intempéries a que estão sujeitos — o que não significa tornar o trecho já executado apto à utilização pelo usuário —, até que a execução do empreendimento seja plenamente retomada no Lote 5 da BR-116/BA (o que depende de o DNIT adotar as medidas corretivas sob sua responsabilidade e de o TCU as avaliar), sendo imprescindível a prévia verificação analítica, por parte





CONGRESSO NACIONAL
Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização

do DNIT, da conformidade dos serviços excepcionais a executar e da razoabilidade de seus preços.

Por fim, este Comitê submete este relatório à apreciação do Plenário desta Comissão, na forma prevista nos arts. 24 e 122 da Resolução nº 1, de 2006-CN.

O SR. PRESIDENTE (Marcelo Castro. MDB - PI) - O relatório e o adendo da nobre Deputada Dra. Soraya Manato estão em discussão.

O SR. BOHN GASS (PT - RS) - Sr. Presidente...

O SR. PRESIDENTE (Marcelo Castro. MDB - PI) - Com a palavra o nobre Deputado João Carlos Bacelar.

O SR. JOÃO CARLOS BACELAR (PL - BA) - Sr. Presidente, Sra. Deputada Dra. Soraya, sobre a BR-116, Lote 5, na Bahia, eu queria dizer que nós aqui desta Comissão votamos e tiramos essa obra da relação de obras com indícios de irregularidades. O Relator foi o Deputado Carlos Henrique Gaguim, que apresentou o relatório.

Eu queria fazer algumas considerações. Essa é uma das obras mais importante do Estado da Bahia. E, diga-se de passagem, o TCU é um órgão auxiliar da Comissão de Orçamento do Congresso Nacional.

Eu vou aqui fazer um histórico da CMO com relação a essa obra.

Em 2014, o TCU analisou o edital da BR-116, na Bahia, e o liberou para contratação. Portanto, ele é corresponsável pelo edital.

Após 3 anos de projeto e 1 ano de obra, o TCU resolveu fiscalizar o trecho e decidiu pedir a paralisação do contrato.

Em flagrante desrespeito à LDO de 2017 e ao Regimento do TCU, o órgão enviou para a CMO, em outubro de 2018, pedido de paralisação da obra sem antes ouvir o DNIT, o contratado, o que é vedado.

Nessa mesma reunião do ano passado, apesar das afirmações do DNIT de que o projeto era excelente, a CMO, após confirmar no seu órgão auxiliar, incluiu a obra no Anexo VI, em 18 de dezembro de 2018, ou seja, 1 ano atrás.

Seis dias após a inclusão, o TCU enviou para a CMO um acórdão informando a necessidade de conclusão das obras iniciadas, para evitar prejuízo ao Erário. Ora, incluir no anexo? O contrato estava paralisado, sem verba. Como se poderia continuar tal obra?





CONGRESSO NACIONAL
Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização

O TCU, dando-se conta do imbróglio em que se metera, afirmou que nunca pedira a paralisação das obras, que isso foi feito por iniciativa e prerrogativa da CMO e não a pedido dele. Mas basta ouvir as gravações da CMO em 2018 para se verificar o oposto.

Há 1 ano, veio aqui o Superintendente do DNIT e disse exatamente o oposto do que havia sido colocado. Naquele momento, eu, o Deputado Cacá Leão e todos aqui da Bahia estávamos presentes e contra-argumentamos que aquilo seria um crime para a estrutura rodoviária, um crime para o Estado da Bahia, um crime para o Brasil.

Digo isso como representante da microrregião de Irecê, de Serrinha, de Teofilândia, de Euclides da Cunha e de diversos outros Municípios que são afetados no coração por essa obra. Essa rodovia é um dos corredores de tráfego ligando o Norte ao Sul do País. Então, o TCU tem que ouvir, sim, esta Comissão. Eu, particularmente, estive no órgão algumas vezes, com o Presidente José Mucio e com os técnicos.

Há 2 meses, vieram aqui os membros do TCU. Houve uma audiência pública com a presença do Diretor-Executivo do DNIT, o Dr. André Kuhn, junto com os técnicos do TCU, através da figura do Dr. Nicola, Gerente da SECEX, que cuida das obras.

Aqui nesta mesa, foi discutida e pacificada essa situação. Então, cadê a autonomia da Comissão de Orçamento? Cadê a autonomia do Congresso Nacional? Cadê a autonomia desta Casa?

Esta Casa precisa ser respeitada, Sra. Deputada. Esta é a Casa das Leis, e as leis são feitas para serem cumpridas e respeitadas. Está nos Anais desta Casa o acordo firmado 2 meses atrás, entre o TCU e entre o Ministério do Transporte, através do DNIT.

Estive hoje, de manhã cedo, no DNIT, junto com o Dr. André Kuhn, o Diretor-Executivo, que, provisoriamente, está na Diretoria-Geral, porque o General sofreu um acidente e está internado. E o Dr. André ratificou com os técnicos tudo que nós estamos dizendo. Seria um crime para o País paralisarmos essa obra novamente. Essa obra é a matriz econômica do Estado da Bahia e é um corredor do tráfego para o Nordeste.

Sr. Presidente, quero acabar de fazer a cronologia desse processo.





CONGRESSO NACIONAL
Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização

Em 2018, o TCU cassou o próprio acórdão e responsabilizou diretamente a CMO pelo imbróglio.

O Congresso Nacional, em setembro 2019, por decreto legislativo, excluiu a obra do Anexo VI e, no relatório, aprovado por unanimidade, determinou a imediata retomada da obra, para evitar maiores prejuízos.

Coincidentemente, 2 horas após a Comissão votar a exclusão da obra do Anexo VI e determinar sua imediata retomada, os técnicos do TCU pediram novamente a paralisação da obra. Nós votamos e aprovamos aqui nesta Casa, e, logo em seguida, o TCU veio pedir de novo a paralisação da obra? O TCU precisa respeitar esta Casa.

Com todo respeito ao Presidente, o Ministro José Múcio, com todo respeito aos outros Ministros do TCU, que, inclusive, tem muita independência, registro que ele é um órgão auxiliar da Comissão de Orçamento do Congresso Nacional. Nós não abriremos mão dessa prerrogativa.

O TCU alegou que a contratada não entregou o orçamento da obra, apesar do RDC — Regime Diferenciado de Contratações Públicas.

Deputado Cacá Leão, V.Exa. sabe muito bem que foi o Ministro Tarcísio que, quando estava no DNIT, implantou o RDC. Esse regime passa as obrigações para a contratada, ou seja, a contratada tem obrigação legal não só com a constituição do projeto, mas também com a sua execução. O TCU tem de respeitar o RDC.

O TCU alegou que a contratada não entregou o orçamento da obra, apesar do RDC, tanto que isso não foi exigido no edital do contrato nem pelo DNIT. Imaginem, Sras. e Srs. Deputados e Senadores, mandar parar uma obra por falta de papel. Isso é um absurdo para o País!

Novamente, o TCU veio pedir à CMO a paralisação da obra sem antes ouvir o DNIT e a contratada, desrespeitando, outra vez, o próprio Regulamento e a LDO de 2018.

A obra está em processo de deterioração, como eu mostrei em fotos, na reunião passada. Está nos Anais desta Casa. Não admitiremos isso. É um prejuízo gigantesco para a Bahia, Sr. Presidente. Estão aqui as fotos. Se quiserem, mostro novamente o estado de deterioração da rodovia. Isso é um absurdo!





CONGRESSO NACIONAL
Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização

Portanto, se, hoje, nós aprovarmos esse relatório e paralisarmos novamente essa obra, vamos um tiro no coração do RDC, vamos dar um tiro no coração da infraestrutura brasileira.

São essas as minhas palavras e as minhas considerações. Exigimos que o TCU respeite esta Casa, porque, se esta Casa não tiver o respeito do TCU, é melhor acabarmos com a Comissão de Orçamento.

Muito obrigado.

O SR. CARLOS HENRIQUE GAGUIM (DEM - TO) - Sr. Presidente, questão de ordem. Eu fui o Relator dessa matéria.

O SR. PRESIDENTE (Marcelo Castro. MDB - PI) - Tem a palavra o nobre Deputado Carlos Henrique Gaguim.

O SR. CARLOS HENRIQUE GAGUIM (DEM - TO) - Sr. Presidente, eu gostaria de concordar com as palavras do Deputado Bacelar e falar para os baianos que nós não aceitamos isso.

Estudamos esse processo durante 4 meses. Ele não teve nada de irregularidade, está perfeito. É uma obra que vai beneficiar milhares de pessoas, baianos e brasileiros.

Então, Deputado Bacelar e Deputados da Bahia, todos podem contar com o Deputado Gaguim para vermos a situação dessa obra. Nós temos de arrumar dinheiro para a conclusão dessa obra. Esse é o nosso objetivo. E contem com o Deputado Gaguim!

O SR. PRESIDENTE (Marcelo Castro. MDB - PI) - Com a palavra o nobre Deputado Cacá Leão.

O SR. CACÁ LEÃO (Bloco/PP - BA) - Presidente, eu quero fazer coro com o Deputado João Carlos Bacelar e o Deputado Gaguim e fazer um apelo à Deputada Dra. Soraya Manato.

Deputada Soraya, esse assunto foi bastante debatido nesta Comissão. Inclusive, na época, o Deputado Filipe Barros, que era o Coordenador do COI, não pôde participar da reunião, e eu presidi, a pedido dele, a audiência pública com os membros do TCU e com os membros do DNIT, para tratar especificamente dessa obra e de outras obras que haviam sido paralisadas no ano anterior.





CONGRESSO NACIONAL
Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização

O Deputado Gaguim já havia resolvido esse problema num PLN brilhantemente relatado por ele. Também naquela época, nós tivemos a oportunidade de ouvir o DNIT e o TCU.

É de extrema importância a continuidade dessa obra para o Estado da Bahia. A bancada da Bahia alocou recursos através das suas emendas de bancada, para a continuidade e a conclusão da obra, e esta Comissão não pode fazer com que o relatório do COI mantenha essa obra paralisada no ano de 2020.

Portanto, eu venho apelar para V.Exa. em nome do Estado da Bahia e dos baianos, para que retire do seu relatório esse dispositivo que trava e impede a continuidade dessa obra, visto que o assunto já foi bastante debatido, já esteve em discussão numa audiência pública. O próprio DNIT e o próprio TCU, há cerca de 60 dias, concordaram que já estava em fase bastante adiantada a solução dos problemas que foram apresentados.

O SR. CARLOS VIANA (PSD - MG) - Peço a palavra pela ordem, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Marcelo Castro. MDB - PI) - Pois não, nobre Senador.

O SR. CARLOS VIANA (PSD - MG) - Eu abraço todos os Senadores e Senadoras.

Quero seguir o mesmo raciocínio dos colegas da Bahia. Os Srs. Parlamentares estão cobertos de razão. A Comissão precisa ser respeitada, as decisões tomadas aqui têm de ser levadas em consideração. O TCU, com todo o respeito que temos por ele, é um órgão auxiliar do Parlamento, que pode nos indicar corretamente o caminho. Mas as decisões têm de ser tomadas aqui na nossa Comissão.

Sobre as obras, eu quero, em nome de toda Minas Gerais, também manifestar aqui a minha preocupação com relação à obra da BR-381, uma obra importantíssima para Minas Gerais e que está atrasada há 20 anos. E os valores do Orçamento de hoje, de cento e poucos milhões de reais, são insuficientes para darmos sequência à obra no ano que vem inclusive, que é o ano da concessão, como está previsto pelo Ministério da Infraestrutura. O edital já está pronto e será lançado no primeiro semestre.

Mas o Governo tem um trato conosco, Srs. Senadores e Deputados, de que pelo menos os três lotes que estão previstos na obra sejam terminados dentro do prazo, inclusive para que a concessão tenha um valor maior, existam mais





CONGRESSO NACIONAL
Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização

interessados e Minas Gerais possa ter a duplicação da BR-381 como realidade nos próximos anos.

Eu tenho trabalhado nisso e, desde o início deste ano, tenho chamado a atenção para isso. O Ministério da Infraestrutura se colocou à disposição.

Essa rodovia faz a ligação de toda a produção brasileira do Sul para o Nordeste, passando por Minas Gerais. Por isso, dentro dessa votação do Orçamento, Deputada Dra. Soraya e Sr. Presidente Marcelo Castro — vou colocar isso também para o Deputado Domingos Neto —, espero que tenhamos, não vou dizer todo o valor, ao menos um aumento para essa obra, para que possamos mantê-la em andamento o mais rápido possível e possamos garantir que o edital do ano que vem seja bem-sucedido.

Essa é uma questão de valorização do patrimônio público. Se vamos colocar para concessão uma obra de que não se certeza se será continuada e se o acordo feito com o Governo para sua duplicação será cumprido, naturalmente haverá menos interessados na concessão. Com isso, as pessoas continuarão utilizando uma rodovia que hoje é precária. Vem um período de chuva muito intensa e um período de alta estação, e, naturalmente, duas regiões do leste de Minas Gerais, o Vale do Aço e o Mucuri, ficarão em prejuízo.

Então, faço aqui um apelo para que a Comissão reveja o Orçamento para a BR-381, para garantirmos ao povo de Minas Gerais a importância e a atenção necessárias.

São essas as minhas palavras.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Marcelo Castro. MDB - PI) - Nós é que agradecemos, nobre Senador Carlos Viana.

Passo a palavra ao nobre Deputado Filipe Barros.

O SR. FILIPE BARROS (PSL - PR) - Presidente, Senador Marcelo Castro, demais Deputados e Deputadas, Senadores e Senadoras, como eu era o Coordenador do COI e fui destituído pela então Líder do PSL, que deixou de ser Líder ontem, participei desses debates.

Inclusive, como bem disse o meu amigo Deputado Cacá Leão, eu não pude participar do debate específico dessa obra, por isso, pedi-lhe, até pelo fato de ele ser da Bahia, que presidisse a audiência pública com o Tribunal de Contas.





CONGRESSO NACIONAL
Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização

Apenas para colaborar com o debate que está sendo feito nesta Comissão agora, eu registro que não tenho dúvida da importância dessa obra em específico. É fato público e notório a sua importância. Contudo, é fundamental pontuar que o Tribunal de Contas da União apontou indícios de irregularidades apenas em um dos lotes dessa obra. A obra toda tem seis lotes e, só para um dos lotes, o TCU apontou indícios de irregularidades, tendo pedido o bloqueio apenas desse lote da obra toda.

Inclusive, o TCU disse que os demais lotes poderiam continuar com as obras sem prejuízo algum e que, nesse lote que apresenta indícios de irregularidades, os próprios órgãos poderiam realizar obras relacionadas à manutenção daquilo que já foi feito, para evitar a depredação. Ele também disse que, assim que fossem sanadas essas irregularidades, a obra desse lote poderia continuar. É importante pontuarmos isso, porque não é a obra toda que está sendo bloqueada, mas apenas um dos lotes, e a obra conta com seis lotes diferentes. Nesse lote em que está sendo indicado o bloqueio, mesmo nele, ainda é possível fazer obras de conservação do que nela já foi feito e, assim que forem sanados esses indícios, a obra desse lote poderá continuar.

Eu fiz questão de pontuar esses fatos porque eles constam do relatório do Tribunal de Contas e também para subsidiar os nossos colegas em relação a esse assunto.

Obrigado, Sr. Presidente.

O SR. FÁBIO RAMALHO (Bloco/MDB - MG) - Presidente Marcelo Castro...

O SR. PRESIDENTE (Marcelo Castro. MDB - PI) - Com a palavra o nobre Deputado Fábio Ramalho.

O SR. FÁBIO RAMALHO (Bloco/MDB - MG) - Obrigado. Presidente, primeiro eu quero cumprimentar esta Comissão de Orçamento, os nobres colegas Senadores e Deputados e toda a Mesa Diretora.

Quero afirmar que o Tribunal de Contas tem de aprender a respeitar esta Casa. No ano passado, o Tribunal de Contas esteve aqui com o Deputado Covatti Filho e com o Deputado Mário Negromonte Jr. e lhes informou que a Polícia Federal estava aqui. Esta Casa tem de ser respeitada.

O SR. JOÃO CARLOS BACELAR (PL - BA) - E acuou os Deputados aqui.

O SR. FÁBIO RAMALHO (Bloco/MDB - MG) - E os acuou aqui. No que se refere a essa obra que está paralisada, eles estão com vergonha. Eles estão com





CONGRESSO NACIONAL
Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização

vergonha de retirar a verdade da obra. Inclusive, a Comissão de Fiscalização da Câmara dos Deputados esteve lá e não viu nenhuma irregularidade. Mas há, sim, irregularidade, e vou falar de uma: houve um roubo, um assalto em uma obra da Aeronáutica em Minas Gerais, cujo orçamento era de 200 milhões, mas onde se gastou mais de 1 bilhão! Se o Tribunal de Contas quiser procurar irregularidade, vá a essa obra da Aeronáutica em Minas Gerais. Lá, sim, há um assalto e um roubo! Quando se paralisa uma obra de 50 milhões aqui, ela volta por 200 ou 300 milhões. Quero que o Tribunal de Contas apresente quantas obras foram paralisadas e quanto elas custaram depois. O que for roubo, quem quer que o tenha feito tem que ser preso.

Mas não podem os técnicos burocratas ficarem aqui sentados com pessoas morrendo nas estradas. A BR-381 de Minas Gerais, Presidente, Deputado Cacá e todos os membros, precisa de mais recursos. A BR-381 de Minas Gerais é a estrada onde mais gente morre no mundo! E ela precisa hoje de 270 milhões para ser finalizada.

Então, faço um apelo a esta Comissão para que reveja os números do orçamento destinado à BR-381, para que ela não seja paralisada. E há outra obra em Minas Gerais, a BR-367, que eu pedi ao Relator que mudasse, pois está pronto para se licitar o trecho de Salto da Divisa até Almenara. Iniciada na época de um dos maiores Presidentes da República que já tivemos neste País, que foi Juscelino Kubitschek, começa em Diamantina e se liga a Porto Seguro. Faltam construir 50 quilômetros, e há 60 anos aguarda-se para ser finalizada.

Faço esse apelo, neste momento, ao Deputado Misael, ao Senador Viana, que já a defenderam, e com eles faço um só coro: Minas está presente aqui. Agradeço ao Cacá pelo brilhante relatório, ao Presidente Marcelo, ao nosso amigo Dagoberto, à Deputada Soraya, que chegou aqui e já sabe como se faz as coisas.

Quero dizer a V.Exas. que nós temos que ser respeitados. Este Congresso tem que ser respeitado por todos.

Meus agradecimentos a todos.

O SR. PRESIDENTE (Marcelo Castro. MDB - PI) - Com a palavra o nobre Deputado João Carlos Bacelar.

O SR. JOÃO CARLOS BACELAR (PL - BA) - Sr. Presidente, eu queria ilustrar mais uma vez para o Plenário o estado dessa obra. Se V.Exa. permitir, eu queria





CONGRESSO NACIONAL
Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização

mostrar aqui um memorial fotográfico do trecho da obra, feito pela Superintendência do DNIT da Bahia, e o prejuízo que os técnicos do TCU querem dar à Nação brasileira, primeiro, desrespeitando esta Casa, colocando novamente no anexo de obras com indícios de irregularidades uma obra que já foi aprovada aqui, desrespeitando o Deputado Gaguim e todos nós que votamos aqui a favor de retirá-la do anexo de metas.

Portanto, Deputada Dra. Soraya, apelo mais uma vez para V.Exa. no sentido de mostrar esse memorial fotográfico da obra, porque eu acho que mais translúcido e transparente do que isso é impossível. Aqui ninguém quer esconder, ninguém quer tolher o direito de fiscalização dos órgãos de controle, mas não admitiremos, como disse o Deputado Fábio Ramalho, intervenção do TCU aqui. Se o TCU desrespeitar esta Casa é melhor fechar a Comissão de Orçamento do Congresso Nacional.

Então, eu queria mostrar aqui um memorial fotográfico que o Superintendente do DNIT me enviou, por favor.

O SR. HIRAN GONÇALVES (Bloco/PP - RR) - Sr. Presidente, V.Exa. me concede 1 minuto?

O SR. CLAUDIO CAJADO (Bloco/PP - BA) - Sr. Presidente, peço a palavra pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (Marcelo Castro. MDB - PI) - Concedo, com imenso prazer, a palavra ao nobre Deputado Hiran Gonçalves.

O SR. HIRAN GONÇALVES (Bloco/PP - RR) - Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, eu quero agradecer ao Relator por ter garantido os recursos na ordem de 328 milhões de reais para que remunerem de maneira digna os nossos peritos autônomos da Justiça Federal.

Eu só queria fazer esse registro e agradecer à Comissão pelo apoio à manutenção do texto original do Relator.

Muito obrigado, Sr. Presidente. Agradeço a todos os Deputados e Senadores desta Comissão.

O SR. ORLANDO SILVA (PCdoB - SP) - Sr. Presidente...

O SR. PRESIDENTE (Marcelo Castro. MDB - PI) - Com a palavra o nobre Deputado Carlos Cajado.

O SR. CLAUDIO CAJADO (Bloco/PP - BA) - Eu não tenho nem primo chamado Carlos, Sr. Presidente. O meu nome é Claudio.





CONGRESSO NACIONAL
Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização

Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, eu peço à Relatora Dra. Soraya Manato que faça apenas uma observação. Eu não participei da discussão na qual alguns Parlamentares aqui expuseram a respeito dessa obra no passado, mas eu queria aqui solicitar a S.Exa. que informe se houve alteração de fato novo em relação ao decidido no passado no tocante à decisão que está sendo objeto de discussão e votação neste momento.

O TCU pode ter feito na análise técnica uma observação a mais, mudado o teor da fiscalização ou das justificativas. Eu queria esse esclarecimento do fato anterior que os Deputados e Senadores levantaram em relação à situação atual.

A SRA. DRA. SORAYA MANATO (PSL - ES) - Na realidade, V.Exas. decidiram manter a obra, inclusive há um PLN. Ocorre que o TCU manteve a decisão dele em função da continuidade das irregularidades. Por exemplo, projeto executivo de pavimentação em desconformidade com as premissas do instrumento convocatório, projeto executivo de geometria em desconformidade com as premissas do instrumento convocatório, projeto executivo de obras complementares e de concepção das passarelas em desconformidade com as premissas do instrumento convocatório. Por exemplo, as passarelas tinham de estar em lugares de maior fluxo de pedestres. Foram colocadas em 800 metros antes ou 1.000 metros depois, em locais de difícil acesso para as pessoas.

Houve ausência de orçamento detalhado no projeto do Executivo. No projeto, constavam dados como elas estivessem no mesmo plano, mas há um desnível, e isso implica um valor.

As irregularidades persistem. Por isso o TCU deu parecer mantendo isso. Esse é o grande problema. Nada mudou da análise anterior para esta.

O SR. CLAUDIO CAJADO (Bloco/PP - BA) - A empresa justificou por que não fez as obras de acordo com o edital? Houve essa justificativa da empresa ou não? Se não houve, manteve-se a situação anterior até a situação atual, mantendo o posicionamento do TCU em relação a essas irregularidades que foram constatadas. É isso?

(Intervenção fora do microfone.)

O SR. CARLOS HENRIQUE GAGUIM (DEM - TO) - Sr. Presidente, isso foi aprovado pelo DNIT. Está nos Anais da Casa que isso foi aprovado pelo DNIT. O Diretor do DNIT esteve aqui, e eu estive lá várias vezes. Isso é uma obra importante





CONGRESSO NACIONAL
Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização

para a Bahia. Não sou baiano, mas considero que a obra seja importante para o Brasil.

A SRA. DRA. SORAYA MANATO (PSL - ES) - Na realidade, o DNIT aprovou o projeto na licitação original. Como foram surgindo problemas depois, o DNIT quer rever toda a obra. Mas, na realidade, o que está bloqueado é esse trecho de 50 quilômetros. Em setembro, a partir de uma decisão, ele foi liberado — aliás, a obra toda —, mas também não fizeram nada na obra.

Segundo o assessor disse, para a obra há dinheiro, mas o próprio Deputado Gaguim disse que não há dinheiro para tocá-la.

O SR. CARLOS HENRIQUE GAGUIM (DEM - TO) - Dentro do Orçamento há previsão para se fazer a obra. Está se trabalhando dentro do Orçamento.

O SR. PRESIDENTE (Marcelo Castro. MDB - PI) - Srs. Parlamentares, a nobre colega Deputada Dra. Soraya Manato já está devidamente informada e esclarecida, e ela é a dona do relatório. Ela vai tomar a decisão, e nós vamos colocá-lo em votação. Não há outro caminho a seguir.

Antes disso, eu vou passar a palavra ao nobre Deputado Bohn Gass, que se inscreveu.

Peço desculpas por ter colocado os baianos na sua frente.

O SR. BOHN GASS (PT - RS) - As obras baianas.

O SR. PRESIDENTE (Marcelo Castro. MDB - PI) - Eu o fiz porque estavam discutindo um assunto específico.

O SR. BOHN GASS (PT - RS) - Nós queremos que as façam lá na Bahia e as façam em qualquer outro lugar, porque há muitas obras paradas País afora.

E sempre há aquela linha: se há uma irregularidade, é preciso separar o tema da irregularidade e fazer a correção, para que as atividades não sejam interrompidas.

Sr. Presidente, eu queria aproveitar este ponto para falar de dois temas sobre os quais eu já fiz registro na reunião, antes dos Líderes. Vai me economizar fazer esta observação em relação ao ponto seguinte se eu a fizer neste momento.

Primeiro, eu quero a atenção dos colegas Senadores e Deputados, Senadoras e Deputadas para o tema do censo do IBGE. Esse é um tema muito importante porque se trata do censo decenal, por meio do qual o Governo vai fazer um levantamento, País afora, sobre população; sobre pessoas que moram de aluguel ou





CONGRESSO NACIONAL
Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização

em casa própria; sobre arruamento, sobre todas as possibilidades de levantamento de empregabilidade. Enfim, nós temos um conjunto de temas que são base para que a Prefeitura — pois vai ter eleições no ano que vem — possa fazer seus planos de trabalho, assim como os Governos Estaduais e o Governo Federal.

E o que está acontecendo? O Censo foi feito atualizando os recursos na metodologia, que é ampla, para poder fazer um levantamento que tenha confiabilidade. Nós precisamos prezar para que o Censo do IBGE não perca a credibilidade que ele vem tendo. Com o orçamento cortado — precisariam de 3 bilhões e 100 milhões —, a proposta inicial é de 1 bilhão e 372 milhões, com uma suplementação de 830 milhões, se aprovada a regra de ouro, então nós vamos chegar a dois terços, vamos chegar a 2 milhões. Falta, portanto, 1 bilhão e 100 milhões.

Qual é a consequência concreta? A direção atual do IBGE reduz as perguntas. Havia 112 perguntas na pesquisa de amostras, mas vai para 76 perguntas. É óbvio que isso vai causar uma precarização na coleta de dados. Além disso, vai reduzir o número de recenseadores. Talvez, vai ter casa que nem vai ser visitada, e vai ter pergunta que nem vai ser feita. Essa precarização de algo tão estratégico para o País, para o planejamento, não é razoável, e nós não podemos aceitar isso.

Eu quero realmente insistir nisso. Eu fiz parte no relatório setorial e repus parte dos valores que foram cortados. Na parte em que eu tinha a autorização do Relator-Geral para alocar recursos, nós o fizemos no nosso relatório, mas eles são insuficientes.

Então, Senador Marcelo Castro, daqui a pouco V.Exas. vão pedir para que nós façamos um acordo para que possamos suspender a sessão e depois retornarmos, porque o relatório só foi entregue agora.

O SR. PRESIDENTE (Marcelo Castro. MDB - PI) - Com certeza.

O SR. BOHN GASS (PT - RS) - Peço, portanto, que V.Exas. colaborem para que haja a alocação de recursos. Inclusive, a emenda que nós fizemos na última sessão do Congresso —, e eu quero agradecer ao Deputado Cacá Leão, que a incorporou ao texto —, o Governo confirmou, o Senador Davi Alcolumbre confirmou. Fiz questão de ler a redação da emenda naquele momento, mas ainda não fizeram a transcrição e a incluíram na redação final. E, na sessão no Congresso, eu vou





CONGRESSO NACIONAL
Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização

levantar a questão, para que façamos a devida correção, porque foi absolutamente registrado pela Taquigrafia. Esse era o primeiro ponto.

O segundo ponto, Sr. Presidente, e eu encerro a minha fala com isso, é sobre o que o Relator incorporou. Atenção, porque é muito grave.

O SR. PRESIDENTE (Marcelo Castro. MDB - PI) - Eu queria pedir aos presentes, por obséquio, que façam um pouco mais de silêncio, porque há um orador fazendo uso da palavra.

(O Sr. Presidente faz soar as campainhas.)

O SR. BOHN GASS (PT - RS) - Eu falei já com o Relator e expus a nossa preocupação na reunião dos Líderes. Foram colocados para o ano que vem no relatório aproximadamente 6 bilhões, que seriam recursos oriundos de uma economia que o Governo quer fazer com uma medida que sequer nós aprovamos nesta Casa, a Emenda Constitucional nº 186, de 2019, que, entre outras tantas questões do ajuste fiscal, incorpora a possibilidade de os Estados, os Municípios e a União, ao reduzirem as horas trabalhadas dos servidores, dos funcionários públicos, poderem também diminuir em até 25% seus salários.

Nós somos contra isso. Nós não podemos sequer aprovar essa emenda constitucional, não queremos a redução do salário dos servidores públicos. E nós aqui já estamos aprovando, inclusive, projeto que pretende usar recursos provenientes da diminuição de salário de servidor.

Reduzir salário de servidor significa reduzir serviço público. Pode ficar uma escola fechada; pode ficar um posto de saúde sem atendimento, pode ficar um médico sem poder ir à periferia para atender as pessoas; pode comprometer o Programa Mais Médicos. É um conjunto de áreas, como a da segurança, por exemplo, a segurança que está tão caótica; é o problema dos professores do Rio Grande do Sul que estão em paralisações e em greves, e nós vamos concordar com o Governo, considerando essa PEC que sequer foi votada?

Eu quero manifestar que votaremos contra exatamente, primeiro, por não estar aprovada, e, segundo, porque não concordamos com ela.

O ajuste fiscal que o Governo vem fazendo todo ele deu errado. Fez reforma trabalhista, fez terceirização, fez precarização, fez trabalho intermitente, fez absolutamente a Emenda Constitucional nº 95. E, em todas elas, o Governo prometia quatro coisas: que geraria emprego, não gerou; o que gerou está





CONGRESSO NACIONAL
Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização

precarizado; que a economia cresceria, e não cresceu; que daria estabilidade e segurança jurídica, não deu; e, por último, o Governo divulga, acho que até pagando com dinheiro público, mentiras na mídia, dizendo que atrairia investidores. Ora, o leilão do pré-sal foi a mostra mais clara de que os investidores não têm confiança nesse Governo e não estão investindo aqui.

Na verdade, estão tirando direitos, congelando salário, diminuindo o salário, é disso que se trata, na expectativa de que isso atrairia investidores. Não atrairá.

Então, é essa insistência que nós vamos fazer. Nossa posição é radicalmente contra. Eu queria o compromisso de que nós iremos definir isso, porque, caso contrário, nós não poderemos sequer fazer a votação no dia de hoje.

O SR. VICENTINHO JÚNIOR (PL - TO) - Sr. Presidente, quero fazer uma questão de ordem para tentar colaborar com a nossa Comissão.

O SR. PRESIDENTE (Marcelo Castro. MDB - PI) - Pois não, nobre Deputado.

O SR. VICENTINHO JÚNIOR (PL - TO) - Eu queria dialogar com a Deputada Dra. Soraya Manato.

Deputada Soraya, esta é uma Comissão do bom senso e do consenso. Depois de ouvir todos os Parlamentares aqui ao lado e na Mesa, está claro que, da forma como está no relatório, com pareceres favoráveis, inclusive do DNIT, pelo andamento da obra da BR-116, eu aconselharia apreciar a questão da retirada da BR-116 do seu relatório, porque, senão, pode ser que prejudique o seu relatório como um todo. E até para que os trabalhos também prossigam, porque logo logo teremos de votar aqui o relatório do Deputado Domingos Neto, e estão se apegando muito ao tema da BR-116. Então, retire e deixe para mais à frente, para outro momento, se necessário for, para esse debate ter continuidade.

O SR. PRESIDENTE (Marcelo Castro. MDB - PI) - Concedo a palavra ao nobre Deputado Orlando Silva.

O SR. ORLANDO SILVA (PCdoB - SP) - A Deputada Soraya vai se manifestar sobre o encaminhamento desse tema em debate?

A SRA. DRA. SORAYA MANATO (PSL - ES) - Na realidade, é o seguinte: houve a avaliação técnica e eu vou manter o meu relatório no sentido de me resguardar também, porque existe essa avaliação.

O SR. ORLANDO SILVA (PCdoB - SP) - O.k.





CONGRESSO NACIONAL
Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização

A SRA. DRA. SORAYA MANATO (PSL - ES) - Foi uma avaliação bem intensa, feita por vários meses, houve várias audiências. Então, na realidade, eu vou manter meu relatório.

O SR. ORLANDO SILVA (PCdoB - SP) - Perfeito.

A SRA. DRA. SORAYA MANATO (PSL - ES) - Infelizmente, a princípio não vou poder atendê-los.

O SR. ORLANDO SILVA (PCdoB - SP) - Presidente, na verdade eu pedi a palavra porque o acordo feito pelo Colégio de Líderes na CMO foi que nós iríamos abrir a reunião, votar a quebra de interstício, votar o parecer preliminar, suspender a reunião para que pudéssemos nos aprofundar na análise do relatório final e voltar no meio da tarde para a votação do relatório. Eu estou de acordo com esse encaminhamento, um pacto firmado na reunião de Líderes.

Eu quero apenas registrar, Presidente, que há um tema relativo ao Fundo de Desenvolvimento Social, que é a base para o Programa Minha Casa, Minha Vida — Entidades. Eu sugeri ao nosso Relator que, no parecer preliminar, fosse mantida a hipótese de expansão do orçamento destinado a essa ação. Como eu vou ter que sair, porque está acontecendo não só a sessão ordinária da Câmara mas também uma reunião de trabalho da Comissão Especial que examina a PEC que trata da prisão em segunda instância, Comissão de que eu faço parte, onde vamos definir o cronograma de trabalho, eu não vou poder estar aqui quando da votação dessa matéria. Eu só quero ter a garantia de que será, no parecer preliminar, caso eu não esteja presente, assegurada a manutenção do espaço de diálogo com o Relator.

Presidente, queria que ficasse consignada no registro da nossa reunião essa minha preocupação. Falei isso no Colégio de Líderes e falo aqui, para que não haja prejuízo, após votado o parecer preliminar, de seguir avaliando a garantia, na verdade, de 600 milhões de reais, o que significará apenas a manutenção das obras já contratadas, das obras em andamento.

O Programa Minha Casa, Minha Vida sofreu um corte bastante grande, mas o Congresso tem que atuar pelo menos para que as obras iniciadas não sejam paralisadas, pelo dano que isso pode produzir.

O SR. PRESIDENTE (Marcelo Castro. MDB - PI) - Nós vamos encerrar a discussão.





CONGRESSO NACIONAL
Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização

O SR. EDMILSON RODRIGUES (PSOL - PA) - Presidente, V.Exa. me concede só 1 minuto?

O SR. PRESIDENTE (Marcelo Castro. MDB - PI) - Pois não, Deputado Edmilson Rodrigues.

O SR. EDMILSON RODRIGUES (PSOL - PA) - Presidente, é quase impossível convocar reuniões para além desta semana. Eu, pessoalmente, apesar de todo o clima natalício, acho que seria de fundamental importância termos condições de analisar de forma mais detida essas mais de 4 mil páginas entregues agora. A despeito da forma democrática, respeitosa e competente da sua direção, Senador Marcelo Castro, a verdade é que nós chegamos ao momento de votação sem conhecer de forma mais detalhada o relatório.

Preocupa-nos quando se destinam 20 bilhões de reais a menos para as áreas de saúde e educação, Deputada Dorinha; quando o Minha Casa, Minha Vida, que já alcançou mais de 20 bilhões de reais, neste ano fecha com menos de 4 bilhões, sem se executar o que estava previsto. A mensagem chegou com 2,4 bilhões de reais, e o relatório setorial apresentou um corte de 400 milhões, sobrando menos de 10% do que já foi investido. Ou seja, este é o fim de um programa em uma área tão importante para gerar emprego e para garantir o direito à moradia.

Realmente é muito sério termos que votar apressadamente. No entanto, há um acordo de Lideranças com a ideia de suspender a reunião para termos pelo menos condição de fazer uma leitura bem rápida e decidirmos aqui.

Pessoalmente, eu fico muito triste ao ver um relatório — que ainda precisa ser analisado previamente — destrutivo, não só por culpa dos Relatores, mas por uma linha política do Governo, que dá tudo ao grande capital financeiro e destrói as políticas sociais, inclusive programas importantes e fundamentais ao desenvolvimento econômico e social do nosso País, independentemente de qual Governo os tenha criado.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Marcelo Castro. MDB - PI) - A discussão do adendo do relatório da nobre Deputada Dra. Soraya Manato está encerrada.

A SRA. PROFESSORA DORINHA SEABRA REZENDE (DEM - TO) - Sr. Presidente, eu quero pedir a palavra.

O SR. JOÃO CARLOS BACELAR (PL - BA) - Sr. Presidente, peço a palavra.





CONGRESSO NACIONAL
Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização

O SR. PRESIDENTE (Marcelo Castro. MDB - PI) - Pois não, Deputada Professora Dorinha Seabra Rezende.

A SRA. PROFESSORA DORINHA SEABRA REZENDE (DEM - TO) - Sr. Presidente, na verdade, eu gostaria de me somar ao apelo feito pelo Deputado Orlando Silva. Como Secretária da Mulher na Câmara, a minha preocupação é com o texto específico em relação à questão da mulher. Nós inclusive construímos e apresentamos uma emenda atípica em relação à violência contra a mulher. Acho que nenhum de nós se furta a entender que existe hoje um aumento significativo dessa violência. Eu gostaria de ter condição, mesmo votando, de fazer essas alterações.

O SR. PRESIDENTE (Marcelo Castro. MDB - PI) - Com toda certeza, Deputada.

O nosso Relator, o Deputado Domingos Neto, está com a assessoria na CMO para receber todos os apelos e esclarecer todas as dúvidas e senões que haja no Orçamento, para que, às 15 horas, possamos votar um relatório de consenso, com todos os problemas esclarecidos.

O relatório do Comitê de Avaliação das Informações sobre Obras e Serviços com Indícios de Irregularidades Graves — COI e o adendo estão em votação na representação da Câmara dos Deputados.

Os Srs. e as Sras. Parlamentares que o aprovam permaneçam como se acham. *(Pausa.)*

Aprovado.

O SR. JOÃO CARLOS BACELAR (PL - BA) - Rejeitado! *(Manifestação no plenário: Rejeitado.)*

O SR. PRESIDENTE (Marcelo Castro. MDB - PI) - Deputado Cacá Leão, há 31 Parlamentares registrados no painel. Então é preciso que haja 16 votos para poder derrotar o relatório da Deputada.

O SR. VICENTINHO JÚNIOR (PL - TO) - Peço verificação, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Marcelo Castro. MDB - PI) - Não! Não haverá verificação. Tinha que haver os 16 votos para derrotar.

O SR. VICENTINHO JÚNIOR (PL - TO) - O Plenário da Comissão está claro, Sr. Presidente. V.Exa. não pode colocar essa conta para o painel. Quantas vezes





CONGRESSO NACIONAL
Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização

votamos aqui de acordo com os presentes nesta Comissão e não de acordo com o painel, Sr. Presidente?!

O SR. ORLANDO SILVA (PCdoB - SP) - Presidente, para não haver votação nominal, tem que haver o contraste dos presentes na Comissão. Isso é elementar.

O SR. VICENTINHO JÚNIOR (PL - TO) - Exato. Todas as votações aqui foram feitas pelos presentes na Comissão, Sr. Presidente.

O SR. JOÃO CARLOS BACELAR (PL - BA) - Sr. Presidente, nós estamos discutindo aqui inclusive a importância da Comissão de Orçamento no Brasil.

O SR. PRESIDENTE (Marcelo Castro. MDB - PI) - V.Exas. têm o direito de pedir verificação de voto.

O SR. JOÃO CARLOS BACELAR (PL - BA) - Peço verificação.

O SR. PRESIDENTE (Marcelo Castro. MDB - PI) - Quem são os apoiadores?

O SR. JOÃO CARLOS BACELAR (PL - BA) - O PL.

O SR. CARLOS HENRIQUE GAGUIM (DEM - TO) - O DEM.

O SR. CACÁ LEÃO (Bloco/PP - BA) - O PP.

O SR. PRESIDENTE (Marcelo Castro. MDB - PI) - Um, dois, três, quatro...

O SR. ORLANDO SILVA (PCdoB - SP) - Se precisar, o PCdoB apoia, Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Marcelo Castro. MDB - PI) - Quem são os Deputados que estão pedindo?

O SR. VICENTINHO JÚNIOR (PL - TO) - O Deputado Vicentinho Júnior.

O SR. JOÃO CARLOS BACELAR (PL - BA) - O Deputado João Carlos Bacelar.

O SR. CARLOS HENRIQUE GAGUIM (DEM - TO) - O Deputado Carlos Henrique Gaguim.

O SR. CACÁ LEÃO (Bloco/PP - BA) - O Deputado Cacá Leão.

O SR. ORLANDO SILVA (PCdoB - SP) - O Deputado Orlando Silva.

O SR. PRESIDENTE (Marcelo Castro. MDB - PI) - Deputados Vicentinho Júnior, João Carlos Bacelar, Carlos Henrique Gaguim, Cacá Leão e Orlando Silva.

Então está concedida a votação nominal. *(Pausa.)*

O SR. VICENTINHO JÚNIOR (PL - TO) - Sr. Presidente, o painel ainda não está liberado para votação.





CONGRESSO NACIONAL
Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização

O SR. PRESIDENTE (Marcelo Castro. MDB - PI) - Nós pedimos aos Parlamentares que venham votar. Se S.Exas. não votarem, vai cair a sessão e não vamos conseguir outro quórum.

Então, peço às assessorias e aos Srs. Parlamentares que se movimentem para trazer Parlamentares para fazermos a votação nominal.

Quem votar "sim" votará a favor do Relatório da nobre Deputada Dra. Soraya Manato; quem votar "não" vota contra o Relatório.

Se o Relatório for derrotado, vamos nomear um Relator *ad hoc*.

O SR. WELLINGTON FAGUNDES (PL - MT) - Se ele for derrotado, não vai ao Senado. Então, nós Senadores teremos um bom tempo.

O SR. PRESIDENTE (Marcelo Castro. MDB - PI) - Nós Senadores estaremos fora dessa disputa.

(Pausa prolongada.)

O SR. FILIPE BARROS (PSL - PR) - Está aberto o painel, Sr. Presidente?

O SR. VICENTINHO JÚNIOR (PL - TO) - Sr. Presidente, caso caia a sessão, o que é que vai ...?

O SR. FILIPE BARROS (PSL - PR) - Presidente, quero só deixar registrado que estou aguardando a atualização do painel. Está constando ali que não sou membro, e, com a nova Liderança do PSL, eu volto a ser membro desta Comissão.

(Pausa prolongada.)

O SR. PRESIDENTE (Marcelo Castro. MDB - PI) - Está iniciada a votação nominal na Câmara dos Deputados.

Os Srs. e as Sras. Parlamentares que votarem "sim" estarão votando de acordo com o relatório da Deputada Dra. Soraya Manato, do Comitê de Avaliação das Obras com Indícios de Irregularidades Graves — COI; quem votar "não" estará votando contra o relatório.

(Processo de votação.)

O SR. PRESIDENTE (Marcelo Castro. MDB - PI) - Com a palavra o nobre Deputado Claudio Cajado, ilustre Líder do Governo nesta Casa, para propor um acordo.

O SR. CLAUDIO CAJADO (Bloco/PP - BA) - Sr. Presidente, eu queria levantar aqui uma questão de ordem, cujo precedente já ocorreu na Comissão em outras oportunidades. A Deputada Dra. Soraya Manato apresenta um relatório em





CONGRESSO NACIONAL
Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização

consonância com o livre-arbítrio de S.Exa. e com base em fatos que foram expostos no próprio relatório, mas isso criou uma polêmica em um item. E percebo que, se formos à votação, poderemos comprometer não apenas esse item do relatório, mas também todo o relatório. A sugestão — e peço a compreensão dos Parlamentares, Senadores e Senadoras, Deputados e Deputadas aqui presentes — seria nós fazermos um destaque desse item específico da BR-116. O Deputado Vicentinho Júnior retiraria a solicitação de votação nominal e, posteriormente à votação consensualizada do relatório da Deputada Dra. Soraya Manato, ressalvado o destaque da BR-116, nós procederíamos a uma outra votação, que seria ou não nominal, agilizaríamos os nossos procedimentos, e V.Exa. cancelaria o andamento da votação deste momento.

O SR. PRESIDENTE (Marcelo Castro. MDB - PI) - Perfeito.

Pergunto aos presentes, principalmente à nossa Relatora, a Deputada Dra. Soraya Manato, se estão de acordo com a proposta feita pelo nobre Deputado Claudio Cajado. *(Pausa.)*

A SRA. DRA. SORAYA MANATO (PSL - ES) - Sr. Presidente, conversamos com todos para que houvesse uma pacificação. Eu concordo, então, com essa proposta. *(Pausa.)*

O SR. PRESIDENTE (Marcelo Castro. MDB - PI) - Vou tomar o silêncio de todos como concordância.

Portanto, passo a palavra ao nobre Deputado Vicentinho Júnior, que solicitou votação nominal, para que ele retire essa sua solicitação.

O SR. VICENTINHO JÚNIOR (PL - TO) - Primeiro, parabênizo a Deputada Soraya pela grandeza de entender que esta Comissão se movimenta por acordos e bons entendimentos pelo Brasil. Parabéns pela grandeza, Deputada!

Com isso, nós retiramos o pedido de votação nominal, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Marcelo Castro. MDB - PI) - Agora falta a apresentação do destaque, Deputado Vicentinho. *(Pausa.)*

(Intervenções fora do microfone.)

O SR. PRESIDENTE (Marcelo Castro. MDB - PI) - A votação está cancelada.

A SRA. DRA. SORAYA MANATO (PSL - ES) - Então vocês vão aprovar o relatório inteiro e destacar a BR-116. Concordam? *(Pausa.)*





CONGRESSO NACIONAL
Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização

O SR. VICENTINHO JÚNIOR (PL - TO) - Sr. Presidente, só um momentinho, para preparar o destaque aqui, porque foi feito esse acordo agora. Então, é isto: aprovar o seu relatório, destacada a BR-116/BA.

O SR. PRESIDENTE (Marcelo Castro. MDB - PI) - Então, V.Exa. proponha aí, por favor, o destaque da BR-116 do relatório da Deputada Soraya.

O SR. VICENTINHO JÚNIOR (PL - TO) - Estamos preparando agora o destaque, para, como eu disse, aprovar o relatório da Deputada Soraya, destacada a BR-116/BA.

Esse acordo foi rápido, mais curto que coice de porco.

O SR. PRESIDENTE (Marcelo Castro. MDB - PI) - Tranquilo.

Então, vamos colocar em votação o relatório da Deputada Soraya Manato, do COI, e o seu adendo, ressalvada a BR-116 no trecho da Bahia.

Em votação o relatório na Câmara dos Deputados, ressalvado o destaque.

Os Srs. Parlamentares que o aprovam permaneçam como se acham. *(Pausa.)*

Aprovado.

Em votação na representação do Senado Federal.

Os Srs. Parlamentares que o aprovam permaneçam como se encontram. *(Pausa.)*

Aprovado.

Vamos ao destaque.

Em votação o destaque, apresentado pelo nobre Deputado Vicentinho Júnior, da BR-116 no trecho da Bahia.

O SR. CLAUDIO CAJADO (Bloco/PP - BA) - Não tem que apresentar parecer para o destaque?

O SR. PRESIDENTE (Marcelo Castro. MDB - PI) - A nobre Deputada Soraya Manato tem o direito de fazer o relatório do destaque.

A SRA. DRA. SORAYA MANATO (PSL - ES) - Eu estou de acordo com o relatório que foi analisado durante esses meses todos e apresentado pelos técnicos da Câmara e do Senado, mas meu voto é contrário ao destaque.

O SR. PRESIDENTE (Marcelo Castro. MDB - PI) - Tudo bem.

Então vamos à votação do destaque.

Os Srs. Parlamentares que forem favoráveis ao destaque se manifestem, e aqueles que forem contrários ao destaque permaneçam como se acham. *(Pausa.)*





CONGRESSO NACIONAL
Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização

O SR. FILIPE BARROS (PSL - PR) - Espere, Presidente. Ser favorável ao destaque significa o quê?

O SR. PRESIDENTE (Marcelo Castro. MDB - PI) - Significa aprovar o destaque da BR-116 na Bahia.

Quem for favorável ao destaque...

O SR. CLAUDIO CAJADO (Bloco/PP - BA) - Presidente, quero apenas explicar: quem votar "sim" exclui de obras as irregularidades, que passa a valer. Quem votar "não" mantém a obra com indícios de irregularidades, no quadro anexo de índice de irregularidades, e ela continua paralisada. Portanto: "sim", a obra retoma; "não", a obra permanece paralisada.

(Intervenções simultâneas ininteligíveis.)

O SR. PRESIDENTE (Marcelo Castro. MDB - PI) - Então, os Srs. Deputados que forem favoráveis ao destaque apresentado pelo nobre Deputado Vicentinho Júnior se manifestem. *(Pausa.)*

Destaque aprovado.

Vamos colocar em votação na representação do Senado Federal.

Os Srs. Senadores que o aprovam permaneçam como se encontram. *(Pausa.)*

Aprovado.

O destaque está aprovado.

Vamos ao segundo item da extrapauta.

Conforme no disposto no art. 24 da Resolução nº 1, de 2006, do Congresso Nacional, submeto à apreciação do Plenário o Relatório nº 2/COI/CMO e o Adendo, de 2019, apresentados pelo Comitê de Avaliação das Informações sobre Obras e Serviços com Indícios de Irregularidades Graves — COI, que propõe atualização do Anexo VI, Subtítulos Relativos a Obras e Serviços com Indícios de Irregularidades Graves, integrante do Projeto de Lei nº 22, de 2019-CN (PLOA 2020). Relator: Comitê de Avaliação das Informações sobre Obras e Serviços com Indícios de Irregularidades Graves — COI. Coordenadora do COI: Deputada Dra. Soraya Manato, PSL-ES.

Voto pela aprovação do relatório, "com proposta de atualização do Anexo VI do PLN 22, de 2019, do Congresso Nacional (Projeto de Lei Orçamentária Anual para 2020), nos termos do Anexo 2 a este relatório", que seja submetido "à apreciação do Plenário da Comissão, na forma prevista no art. 24 da Resolução nº 1, de 2006, do





CONGRESSO NACIONAL
Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização

Congresso Nacional, com a seguinte proposta de providência adicional à Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização do Congresso Nacional".
(Pausa.)

Com a palavra a Coordenadora do COI, para apresentação do seu relatório e do adendo.

A SRA. DRA. SORAYA MANATO (PSL - ES) - Sr. Presidente, dada a extensão do relatório, e considerando que foi publicado com a antecedência regimental e está disponível aos Parlamentares presentes na sua totalidade, proponho ler o relatório e o voto de forma resumida:

"Relatório

Este Relatório contém as propostas do Comitê de Avaliação das Informações sobre Obras e Serviços com Indícios de Irregularidades Graves — COI para atualização do 'Anexo VI — Subtítulos Relativos a Obras e Serviços com Indícios de Irregularidades Graves' integrante do Projeto de Lei do Congresso Nacional — PLN 22, de 2019.

O Comitê teve convocadas suas reuniões por seu Coordenador, nos dias 5 de novembro de 2019 e 27 de novembro de 2019. As propostas se fundamentam nas informações prestadas pelo Tribunal de Contas da União ao Congresso Nacional, por meio do Acórdão nº 2.554, de 2019-TCU-Plenário, bem como nos esclarecimentos prestados pelos gestores por meio de ofícios e nas audiências públicas promovidas pelo COI/CMO, em 5 e 7 de novembro de 2019. Anteriormente, em busca de informações precisas, foram emitidos ofícios aos órgãos gestores federais solicitando formalmente quais as providências tomadas com o objetivo de sanar as irregularidades apontadas pelo TCU. Reconhecendo a dificuldade de agendas dos Parlamentares da CMO, neste período de orçamento, realizamos todo o esforço para assegurar a máxima participação dos membros do Comitê no debate e nas decisões, por meio das reuniões convocadas e da divulgação pública dos documentos a todos os senhores membros.

II. Voto.

Considerando as informações prestadas pelo TCU, pelos gestores, bem como as obtidas em audiência pública, e levando em consideração a metodologia de trabalho do COI e as determinações do projeto de lei de diretrizes orçamentárias para 2020, propomos o bloqueio da execução física, orçamentária e financeira das





CONGRESSO NACIONAL
Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização

seguintes obras e serviços limitado exclusivamente aos empreendimentos, contratos, convênios, editais e outros elementos semelhantes nominados na coluna 'objeto' (em qualquer programa de trabalho orçamentário), conforme abaixo especificado."

O SR. PRESIDENTE (Marcelo Castro. MDB - PI) - Em discussão o relatório da nobre Deputada Dra. Soraya Manato.

A SRA. DRA. SORAYA MANATO (PSL - ES) - Ainda não terminei. *(Risos.)*

O SR. PRESIDENTE (Marcelo Castro. MDB - PI) - Perdão! Desculpe, nobre Deputada! Foi só uma pausa. *(Risos.)*

A SRA. DRA. SORAYA MANATO (PSL - ES) - Continuando:

"Obra/Serviço

Obras de construção da BR-040/RJ. Objeto: Termo Aditivo nº 12/2014, de 30 de dezembro de 2014, ao Contrato PG-13 8/95-00, de 31 de outubro de 1995 - Obras de implantação de novo trecho da BR-040-RJ, para a subida da Serra de Petrópolis, Companhia de Concessão Rodoviária Juiz de Fora, Rio de Janeiro.

Obras de ampliação de capacidade da BR-290/RS. Termo Aditivo 13 ao Contrato PG-016/97-00, que inseriu conjunto de obras na BR-290/RS - Concessionária da Rodovia Osório Porto Alegre.

Adequação de Trecho Rodoviário na BR-116/BA. Contrato SR-05/00878/2014. Contratação integrada dos projetos básico e executivo de engenharia e execução das obras de duplicação, implantação de vias laterais, adequação de capacidade, restauração com melhoramentos e obras de arte especiais na Rodovia BR-116/BA, Lote 05, exceto os serviços necessários à preservação dos segmentos já iniciados, a fim de garantir que não deterioreem em razão dos efeitos das intempéries a que estão sujeitos — o que não significa tornar o trecho já executado apto à utilização pelo usuário —, até que a execução do empreendimento seja plenamente retomada (o que depende de o DNIT adotar as medidas corretivas sob sua responsabilidade e de o TCU as avaliar), sendo imprescindível a prévia verificação analítica, por parte do DNIT, da conformidade dos serviços excepcionais a executar e da razoabilidade de seus preços.

BRT de Palmas/TO. Edital 1/2015 - Regularização ambiental, projeto básico, projeto executivo e execução das obras de implantação do corredor de transporte BRT e do sistema inteligente de transporte, na região sul de Palmas/TO.





CONGRESSO NACIONAL
Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização

Aplicação de recursos federais de várias origens na Ferrovia Transnordestina. Acordo de Acionistas TLISA. Empreendimento.

Canal do Sertão/Alagoas. Contrato 58/2010-CPL/AL. Execução das obras e serviços de Construção do Canal Adutor do Sertão Alagoano, entre o km 123,4 e o km 150, correspondendo ao Trecho 5, Construtora Queiroz Galvão S.A.

As razões para inclusão dos elementos acima especificados encontram-se detalhadas no Anexo I a este relatório.

De outro lado, propomos que não sejam incluídos no Anexo VI da LOA 2020 as obras/serviços abaixo especificados, que também foram discutidos neste relatório.

Obra/Serviço.

Obras de construção da BR-235/BA. Contrato 05 00202/2014 - Execução das obras de construção da BR-235/BA no segmento km 282 ao km 357,4.

Controle do corredor de ônibus - SP/Radial Leste, Trecho 1. Contrato 043/SIURB/13 - Execução de Obras do Programa de Mobilidade Urbana, compreendendo a elaboração de projetos executivos e execução das obras do empreendimento 1 - Corredor Leste - Radial 1, Consórcio Mobilidade Urbana SP. Edital 01/2012 - Edital de Pré-qualificação para o Corredor Leste Radial 1 — Trecho 1.

Diante do exposto, votamos pela aprovação deste relatório e respectivo adendo, com proposta de atualização do Anexo VI do PLN 22/2019 do Congresso Nacional (Projeto de Lei Orçamentária Anual para 2020), nos termos do Anexo 2 a este relatório, e o submetemos à apreciação do Plenário desta Comissão, na forma prevista no art. 24 da Resolução n.º 1/2006 do Congresso Nacional, com a seguinte proposta de providência adicional à Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização do Congresso Nacional:

1) solicitar ao Tribunal de Contas da União que não aplique a classificação de indício de irregularidade grave com recomendação de retenção parcial de valores - IGR em situações nas quais estejam ausentes as condições demarcadas no art. 118, inciso V, da Lei n.º 13.898, de 11 de novembro de 2019 (LDO/2020) para esse enquadramento, a saber, a autorização do contratado para retenção de valores a serem pagos, ou a apresentação de garantias suficientes para prevenir o possível dano ao erário, condições estas que estão ausentes nas sucessivas deliberações no âmbito do processo TC 025.760/2016-5."





CONGRESSO NACIONAL
Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização

O SR. PRESIDENTE (Marcelo Castro. MDB - PI) - Em discussão o relatório da nobre Deputada Soraya Manato.

Com a palavra o nobre Deputado João Carlos Bacelar.

O SR. JOÃO CARLOS BACELAR (PL - BA) - Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sras. e Srs. Senadores, eu queria, primeiramente, parabenizar a Deputada Dra. Soraya Manato, Deputada de primeiro mandato mas muito eficiente, com todo o respeito a V.Exa., ao Manato, nosso amigo, seu esposo e também Deputado de muitos anos nesta Casa. Esta Casa foi feita para o espírito do acordo, o espírito do bem comum e, acima de tudo, para o Brasil.

Em relação à BR-116 na Bahia, há 1 ano, quando nesta Comissão o Deputado Covatti Filho presidia a coordenação que a senhora preside hoje, nós dialogamos com ele sobre o fato de que seria uma temeridade para o País colocar essa obra com indício de irregularidade: mostramos aqui um memorial de fotos, mostramos a condição técnica da obra, e o superintendente da Bahia veio e fez explanação técnica. Naquele momento, em cima dos factoides políticos, dessa onda do apagão das canetas, que estamos vivendo no País, e dessa onda de denunciismo, o Deputado não teve maturidade suficiente para analisar os fatos e pegou as 16 obras que tinham indícios de irregularidades e as encaminhou para o Anexo de Metas. Nós contra-argumentamos, Deputada Dra. Soraya Manato, mas infelizmente não fomos vencedores aqui, e ele colocou as 16 obras no Anexo de Metas. Isso causou prejuízos gigantescos para a Bahia.

A BR-116 é uma obra não litorânea que corta o País de norte ao sul. E, depois da Ponte do Ibó, na divisa Bahia/Pernambuco, o volume do tráfego praticamente mais do que duplicou, o que impacta Salvador, na Região Metropolitana, e todo o Estado da Bahia, principalmente no Município de Feira de Santana, onde há um anel rodoviário ligando as BRs-116, 324, 116 Sul. Ou seja, isso fez com que tivéssemos um grande caos rodoviário no País! Foi 1 ano de atraso, 1 ano em que houve muitas mortes no Município do Prefeito Luciano, que é a cidade de Euclides da Cunha. Ele estava ali agora e acabou de dizer, na frente de V.Exa., quantas mortes ocorrem no Município dele e também do Deputado José Nunes, cuja esposa foi Prefeita dessa cidade. Ou seja, Euclides da Cunha está em peso aqui, através das presenças do ex-Prefeito, do Deputado José Nunes, que representa a esposa que foi Prefeita, ele também Prefeito. E a Bahia sabe da importância dessa obra.





CONGRESSO NACIONAL
Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização

Há 2 meses, foi votada aqui a admissibilidade do parecer do Deputado Gaguinho, que tem responsabilidade como Parlamentar e como ex-Governador do Tocantins. E é inadmissível que, depois de votado esse parecer, o TCU coloque de novo no Anexo e sugira isso à senhora, induzindo-a ao erro. Mas a senhora foi aqui muito correta e muito assertiva em votar o destaque em separado, para não prejudicar o seu relatório e a Comissão de Orçamento.

O Deputado José Neto, que acaba de chegar aqui na Comissão, sabe da importância da BR-116 no Município dele, Feira de Santana, onde ele foi o Deputado Federal mais votado. Ela impacta todo o centro urbanístico, o contorno, o entorno, enfim, toda a cidade é impactada por essa obra. Então, ela é de suma importância.

Se a senhora quiser verificar a veracidade do que estou dizendo, pode olhar os Anais da Casa, se tiver tempo, o memorial fotográfico e também o depoimento do Diretor-Executivo do DNIT, André Kuhn, que hoje está na Diretoria-Geral provisoriamente, porque o general está acamado, em função de acidente que sofreu. Ele veio aqui e fez a defesa técnica da obra, pelo DNIT. Em paralelo, a GECEX, através do Dr. Nicola do TCU, também fez a defesa técnica, e disseram que a obra não tem indício de irregularidade. Então, o técnico que assinou isso e remeteu novamente a esta Comissão está cometendo o verdadeiro abuso de autoridade! Enquanto eu estiver nesta Casa, enquanto eu for Deputado Federal pela Bahia, enquanto eu defender o meu País, Deputada Soraya, não admitirei que a Casa seja desrespeitada, que foi o que tentaram aqui hoje.

Deputada pelo Espírito Santo, Estado que faz divisa com a Bahia, V.Exa. sabe da importância da BR-101, que já foi duplicada no Espírito Santo, mas não o foi ainda na Bahia, e teve hoje um espírito de grandeza, um espírito de Brasil. Quantas mortes nós já tivemos ali no extremo sul da Bahia, porque a BR não foi duplicada, como foi lá no Espírito Santo, porque foi concedida? Ou seja, o seu Estado hoje é atendido em termos de duplicação, e o nosso Estado da Bahia, não, apesar de ter dimensão continental. E nós não admitiremos que um técnico do TCU venha aqui desrespeitar esta Casa!

Deputada Soraya, essas são as nossas posições.

Fiz questão de essa ser uma das nossas bandeiras políticas. A minha família já luta pela BR-116 há mais de 30 anos. Meu tio era Deputado Federal aqui, quando começou a BR-116, o ex-Deputado Rui Bacelar, que depois foi Senador pelo Estado





CONGRESSO NACIONAL
Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização

da Bahia. Era engenheiro do DERBA, na Bahia. O meu pai também foi Deputado Federal. Então, eu tenho essa como uma das minhas bandeiras políticas, porque eu sou votado nesta região, que engloba: Feira de Santana, Euclides da Cunha, Serrinha, Teofilândia, Biritinga, Barrocas, região essa que é toda atingida e de onde várias vidas foram ceifadas. A senhora ouviu isso do Prefeito de Euclides da Cunha, também do Deputado José Nunes, ex-Prefeito e marido da ex-Prefeita, e vai ouvir do Deputado Zé Neto, de Feira de Santana. Ou seja, o que tentaram fazer hoje aqui foi acovardar esta Comissão. Mas esta Comissão não se vai acovardar com qualquer técnico do TCU! Aqui, não há nenhuma irregularidade. O que temos é um parecer do Diretor-Geral do DNIT, que, há 2 meses, veio nos dizer que não havia, e hoje de manhã ele o corroborou para mim.

Então, eu vim aqui hoje fazer essa defesa, da forma como a estou fazendo, porque estou respaldado tecnicamente pelo contratado. E o contratado é o DNIT, um órgão de responsabilidade, cujo Diretor-Executivo à época era o Dr. Tarcísio, que foi quem introduziu o RDC. Hoje, o Dr. Tarcísio é Ministro da Infraestrutura do Brasil e, diga-se de passagem, o melhor Ministro avaliado neste Governo do Presidente Bolsonaro. Ou seja, tanto o Ministro, como o general do DNIT e o Dr. André Kuhn, Diretor-Executivo, com quem estive hoje de manhã, têm ciência da nossa defesa. E isso me respalda a dizer que nós não iremos nos acovardar nunca com nenhuma decisão unânime desta Casa. E o TCU tem que respeitar a decisão desta Casa! O técnico, que assinou esse parecer, está cometendo um verdadeiro abuso de autoridade ao Presidente, à senhora, à Bahia, a mim e a todos do Brasil.

Essas as minhas palavras, Deputada Soraya, a quem parablenizo pelo seu grande ato aqui. Eu não complementei o seu relatório e muito menos o relatório-geral da União que estamos votando nesta Casa.

Muito obrigado a todos.

O SR. PRESIDENTE (Izalci Lucas. PSDB - DF) - Parabéns, Deputado João Bacelar pela defesa. Eu participei também da Comissão Mista de Orçamento, que tratou dessa obra na Legislatura passada, e V.Exa. sempre defendendo os interesses da Bahia e do Brasil.

Só por curiosidade, eu saí daqui há cerca de meia hora e o João Bacelar estava falando da mesma coisa, ou não? É outro debate, outro relatório? É que eu saí e voltei, e V.Exa. estava se manifestando.





CONGRESSO NACIONAL
Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização

O SR. JOÃO CARLOS BACELAR (PL - BA) - É outro relatório.

O SR. PRESIDENTE (Izalci Lucas. PSDB - DF) - O.k.

Com a palavra o Deputado Zé Neto.

O SR. ZÉ NETO (PT - BA) - Sr. Presidente, Senador Marcelo Castro, Deputada Soraya Manato, meu querido amigo, conterrâneo e Relator do projeto de lei das diretrizes orçamentárias, o Deputado Cacá Leão, a minha fala vai na direção do que foi dito aqui agora pelo Deputado João Bacelar — e os Deputados José Nunes e Félix Mendonça Júnior estão aqui também conosco —: nós precisamos fazer coro em defesa da designação de recursos para a BR-116 Norte e para a parte do contorno de Feira, que inclusive tem uma emenda geral da ordem de 53 milhões, mas que precisa ser confirmada. E eu peço o apoio desta Comissão, porque são duas importantes intervenções. A primeira, Senador Marcelo Castro, diz respeito à Transnordestina. Quem não conhece no Brasil, quem não ouviu falar, quem não sabe da importância da BR-116 Norte, que nós chamamos de Transnordestina? Existe a BR-116 Sul, que é a Rio-Bahia, que, exatamente em Feira, transforma-se na Transnordestina. Ela é o grande vetor de desenvolvimento das nossas Regiões Norte e Nordeste do País.

Senador, a situação é tão grave, que inclusive nós estamos esperando a primeira etapa ser entregue. Espero que ano que vem ela seja entregue. Essa etapa atenderá apenas a 67 quilômetros. A parte que precisa ser trabalhada é a que gera acidentes permanentemente. Inclusive um dos maiores e mais graves acidentes que vitimou dezenas de jovens aconteceu exatamente na BR-116 Norte. Eles iam para um concurso de fanfarras e eram da cidade de Euclides da Cunha, que o Deputado José Nunes, que está aqui ao lado, conhece bem. Nós temos um seminário marcado lá com o DNIT, para discutir as obras da BR-116 Norte. É preciso que todos da Bahia estejamos lá, e acabo de ver ali também o Deputado Claudio Cajado, também da Bahia. Essa é uma luta independente de partido; essa é uma luta independente de ideologia. Estamos falando dos Estados nordestinos que são atendidos por essa importante rodovia. Ela é que faz a ligação Rio-Bahia. Então, imaginem a dimensão logística e a dimensão econômica dessa rodovia!

Senador, estamos na fase final de discriminação de valores, com definição final do Orçamento. Então, eu peço atenção à liberação de recursos para a conclusão da duplicação da BR-116 Norte e apelo para que os recursos sejam designados. Nós





CONGRESSO NACIONAL
Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização

temos emendas parlamentares, inclusive diretas, para o contorno de Feira de Santana, que não chegam a 15 milhões de reais, mas temos também, evidentemente, essa emenda que está posta no Orçamento e que vai dar um *upgrade* importante. Poderemos chegar a mais de 60 milhões de reais, se aqui for confirmada a emenda. Precisamos dar muita atenção à Região Nordeste, tão sofrida.

Lembro que esses dois vetores, a BR-116 Norte e a BR-116 Sul, junto com a BR-324 e a BR-101, todas essas rodovias importantes, desaguam em Feira de Santana, que é o maior entroncamento rodoviário do Nordeste e um dos maiores do Brasil. Passam por uma dessas importantes rodovias 71% de todas as cargas — todas as cargas! — que ligam o Norte ao Sul do País. Nós, que somos nordestinos, sabemos que a BR-116 Norte precisa ser tratada com carinho e, acima de tudo, com a compreensão de que precisamos de recursos para evoluir nas suas obras.

Era o que eu tinha a dizer.

Espero, Senador, que possamos, com isso, ter o aceno positivo desta importante Comissão da Casa Legislativa.

O SR. PRESIDENTE (Marcelo Castro. MDB - PI) - Com a palavra o nobre Deputado José Nunes.

O SR. JOSÉ NUNES (PSD - BA) - Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sras. e Srs. Senadores, na verdade, esta é uma reunião muito importante desta Comissão, porque traz ao debate essa questão da BR-116.

Essa BR, nobre Presidente, começa no Rio Grande do Sul e termina no Ceará. Trata-se da maior BR deste País, por onde são transportadas, como disse o Deputado Zé Neto, 70% das cargas que saem do Sul para o Nordeste, de forma que se torna também uma das mais importantes. Ela é importante não só para a Bahia, mas também para todo o Brasil.

Com a conclusão da ponte de Ibó, há 4 anos ou 5 anos, o tráfego na região de Feira de Santana até Ibó, passando por minha cidade, Euclides da Cunha, praticamente triplicou, causando grandes transtornos, causando acidentes, fazendo com que se perca muito tempo. O Deputado João Bacelar sabe — ele trafega por ali também e é um grande defensor, juntamente com todos os baianos — que antes da ponte de Ibó nós gastávamos algo em torno de 2 horas num trajeto de 150 quilômetros. Hoje se gasta até 4 horas no trajeto de Feira de Santana a Tucano —





CONGRESSO NACIONAL
Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização

gasta-se tempo e arrisca-se a vida. Realmente, isso traz grandes transtornos. E paralisar uma obra dessa envergadura, dessa importância seria um crime não só contra a Bahia, mas contra o Brasil. Nós temos que alocar recursos no Orçamento, sim.

Hoje eu quero parabenizar a Deputada Dra. Soraya Manato, que cedeu para se fazer essa inversão, aprovar o Orçamento e, por destaque, colocar em votação essa matéria sobre a BR-116. Também foi muito importante a iniciativa do Deputado Claudio Cajado, que sugeriu aprovar o relatório e fazer essa inversão. Fico muito feliz em dizer — como Deputado que mora naquela região da BR-116, que transita por lá quase semanalmente — que é um passo importante dado por esta Comissão no sentido de destinar recursos do Orçamento. Eu passo por lá e vejo a obra toda semana, e realmente seria uma coisa fora do comum. A retomada, anos depois, dessa obra, certamente iria causar um prejuízo muito grande para o nosso País. O prejuízo seria de vidas, o prejuízo seria de tempo, e o prejuízo seria também financeiro, porque toda obra que é paralisada, quando da sua retomada, chega a custar duas, três vezes mais. Portanto, é muito importante que haja a continuidade da obra de imediato.

Muito obrigado, Sr. Presidente, Srs. Deputados, Srs. Senadores.

O SR. PRESIDENTE (Marcelo Castro. MDB - PI) - Tem a palavra o nobre Deputado Claudio Cajado.

O SR. CLAUDIO CAJADO (Bloco/PP - BA) - Sr. Presidente, eu ouvi aqui diversos pronunciamentos e não poderia deixar de fazer uma defesa do TCU. O Tribunal de Contas da União é um órgão que tem técnicos extremamente competentes, sérios, dedicados, comprometidos e, acima de tudo, fazem da sua função um mister de dedicação. Estive, recentemente, com o Presidente do TCU levando algumas questões com relação à fiscalização, principalmente dos recursos públicos, e ouvi muitos pronunciamentos duros em relação ao caso específico da BR-116.

A sugestão que eu dei, de poder destacar essa questão da BR-116, foi no intuito de não prejudicar o bojo do competente relatório da Deputada Dra. Soraya Manato, ou seja, por causa de uma parte, o todo seria comprometido.

O SR. PRESIDENTE (Marcelo Castro. MDB - PI) - Com certeza.





CONGRESSO NACIONAL
Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização

O SR. CLAUDIO CAJADO (Bloco/PP - BA) - Eu não corroboro críticas ao TCU, muito menos a membros dos seus quadros.

Obviamente, cada Parlamentar aqui tem suas questões, suas justificativas. O Deputado João Carlos Bacelar saiu porque foi votar. Deputado Vicentinho Júnior, V.Exa. também foi autor do pedido de votação. Foi levantado aqui na discussão que o próprio DNIT, não sei se em âmbito estadual ou federal, reconheceu as justificativas da empresa. Isso procede?

Então, eu pediria a V.Exa. ou ao próprio Deputado João Carlos Bacelar que pegasse esse relatório e, mesmo ele já tendo sido votado, o anexasse, para que constem documentalmente as informações aqui expostas, porque o Congresso Nacional e a Comissão de Orçamento, ao votarem pela manutenção da obra, contrariando o TCU, precisam ter suas justificativas. E a justificativa foi de que o DNIT reconheceu que a empresa fez as justificativas. Eu não vi essas justificativas. Foi dito, porém, elas não estão aqui.

Eu sugeriria a alguns Parlamentares que tenham conhecimento mais profundo da matéria que pudessem anexar isso, para concluir esse roteiro, ao relatório votado, porque ficaria a Comissão completamente resguardada, na sua inteireza, ao contrariar o TCU.

Ouvi também muitos discursos que não se pode deixar de respeitar o Congresso. Eu não vejo dessa forma. Acho que nós da Comissão de Orçamento temos a obrigação de atuar dentro dos limites da assessoria, que principalmente o TCU nos empresta. E a partir do momento em que fica colocada em dúvida a capacidade do TCU como órgão auxiliar do próprio Congresso Nacional e, em especial, da Comissão Mista de Orçamento de nos auxiliar tecnicamente, isso é uma sinalização extremamente ruim.

Eu não quero, então, que passe sem essa exemplar observação, como se fosse uma decisão da Comissão contra o TCU. Não é isso, pelo contrário. A Comissão tem autonomia? Tem. O Parlamento tem autonomia? Tem. Agora, diante do que foi levantado — eu vi que o destaque teve votação majoritária para que pudesse prevalecer em detrimento do relatório —, eu sugeriria que os Deputados que têm conhecimento no DNIT sobre essas justificativas pudessem fazer a anexação delas ao relatório.





CONGRESSO NACIONAL
Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização

O SR. CARLOS HENRIQUE GAGUIM (DEM - TO) - Quero só fazer uma complementação, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Marcelo Castro. MDB - PI) - Pois não, Deputado Carlos Henrique Gaguim.

O SR. CARLOS HENRIQUE GAGUIM (DEM - TO) - Eu estou aqui com o parecer do Superintendente do DNIT da Bahia:

Outrossim, informamos que os serviços foram executados dentro de todos os requisitos técnicos recomendáveis e de acordo com a exigência, prazos contratuais, não tendo nada que desabone a referida firma.

Sr. Superintendente do DNIT, Amauri Souza Lima.

Outro relatório que tenho aqui, ao contrário do que o relatório primeiro disse, ressalta que houve economia de 61 milhões aos cofres públicos. Os projetos executados foram aprovados pelo DNIT. Foi emitido atestado de capacidade técnica em 2018 — atestado técnico do DNIT. E foi promulgado em setembro. Aí já foi a nossa, que nós promulgamos.

Quero dizer que não tenho contato com a firma, não conheço a firma, não sou da Bahia. Entretanto, pelo que me foi passado pelos companheiros, pelos documentos que analisei e pela audiência pública aqui, isso fez com que eu votasse pela retomada dessas obras. Essa foi a minha posição.

A SRA. DRA. SORAYA MANATO (PSL - ES) - Sr. Presidente, em relação ao que o Deputado Claudio Cajado disse, eu tenho aqui uma informação do DNIT, que vou ler rapidamente:

"Pelo Ofício nº 111658/2019/ASPAR/GAB - DG/DNIT SEDE, de 08/11/2019 e seus anexos, o DNIT exalta os benefícios da obra, que atenderá a necessidade do aumento de capacidade e segurança da rodovia (tráfego de mais de 10 mil veículos por dia) e trará melhorias de emprego e renda na região lindeira. Em termos de providências, aponta que já notificou oficialmente o consórcio contratado para que apresente a revisão de projeto até 28/11/2019, tendo adotado as medidas prescritas pelo TCU no Acórdão 2.473/2019.

Em sua apresentação na audiência pública promovida pelo COI em 07/11/2019, o representante da autarquia reconheceu que uma reavaliação do edital permite dizer que nele havia inconsistências (nomeadamente, a especificação no edital de uma obra “em região plana” enquanto no anteprojeto constava “região





CONGRESSO NACIONAL
Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização

ondulada”), o que causou grande parte da divergência ora constatada (embora não tivesse sido questionado na oportunidade por qualquer dos licitantes). O DNIT está reavaliando a geometria da via e a questão da pavimentação, e confia chegar a soluções que viabilizem a continuidade da obra (ressalvando que a mudança de localização das passarelas não será aceita). Aponta apenas o problema de deterioração do trecho iniciado”.

O SR. PRESIDENTE (Marcelo Castro. MDB - PI) - A discussão do relatório em nome da Deputada Dra. Soraya Manato e do adendo está encerrada.

Vamos colocar em votação o relatório da Deputada na representação da Câmara dos Deputados, à exceção, ressalvado o destaque do nobre Deputado João Carlos Bacelar.

Em votação na representação da Câmara dos Deputados o relatório da nobre Deputada Dra. Soraya Manato e o adendo, ressalvado o destaque de autoria do nobre Deputado João Carlos Bacelar.

Os Srs. Parlamentares que o aprovam permaneçam como se acham. *(Pausa.)*

Aprovado.

Em votação na representação do Senado Federal.

Os Srs. Parlamentares que o aprovam permaneçam como se encontram. *(Pausa.)*

Aprovado.

Vamos à votação do destaque do nobre Deputado João Carlos Bacelar, excetuando a BR-116.

Eu peço à nobre Deputada Dra. Soraya Manato que se manifeste sobre o destaque.

A SRA. DRA. SORAYA MANATO (PSL - ES) - Eu sou pela aprovação do relatório e reprovação do destaque. E quero lembrar bem que o destaque é uma prerrogativa dos Parlamentares. Isso não tem nada a ver com eu concordar ou não.

Obrigada.

O SR. PRESIDENTE (Marcelo Castro. MDB - PI) - Perfeitamente.

Em votação o destaque na representação da Câmara dos Deputados.

Os Srs. Parlamentares que o aprovam permaneçam como se encontram. *(Pausa.)*

Destaque aprovado.





CONGRESSO NACIONAL
Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização

Em votação na representação do Senado Federal.

Os Srs. Parlamentares que o aprovam permaneçam como se encontram.

(Pausa.)

Aprovado.

O destaque foi aprovado, com o voto contrário da nobre Deputada Dra. Soraya Manato.

Comunico ao Plenário que, tendo em vista acordo no Colégio de Líderes, proponho a inclusão na pauta da alteração do parecer preliminar apresentado ao Projeto de Lei nº 22, de 2019, do Congresso Nacional, PLOA 2020.

Informo ainda que há sobre a mesa requerimento para quebra de interstício no sentido de apreciar a matéria.

Consulto o Plenário sobre a possibilidade de votação dessa proposição, a despeito do previsto no art. 128 da Resolução nº 1, de 2006, do Congresso Nacional, que estabelece que a apreciação dos relatórios somente poderá ocorrer após o prazo de 2 dias úteis, de sua distribuição.

O SR. CARLOS HENRIQUE GAGUIM (DEM - TO) - Concordamos, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Marcelo Castro. MDB - PI) - Em deliberação a inclusão na pauta e a dispensa do prazo de 2 dias úteis para a votação da alteração do parecer preliminar apresentado ao PLN 22/2019 - LOA 2020, nos termos do art. 128 da Resolução nº 1, de 2006, do Congresso Nacional.

As Sras. e os Srs. Parlamentares que estão de acordo permaneçam como se encontram. (Pausa.)

Aprovado.

Em votação na representação do Senado Federal.

As Sras. e os Srs. Parlamentares que o aprovam permaneçam como se encontram. (Pausa.)

Aprovado.

Extrapauta.

Apreciação da alteração ao parecer preliminar apresentado ao Projeto de Lei nº 22, do Congresso Nacional, LOA 2020, que "estima a receita e fixa a despesa da União para o exercício financeiro de 2020", aprovado em 4 de dezembro. Relator: Deputado Domingos Neto.





CONGRESSO NACIONAL
Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização

Com a palavra o Relator para apresentação da alteração ao parecer preliminar.

O SR. DOMINGOS NETO (PSD - CE) - Sr. Presidente, eu queria pedir vênha para não ter que fazer a leitura do relatório, porque, na realidade, as alterações são simples. Que possa existir autorização, sobretudo para a emenda de Relator para a Previdência, para a emenda de Relator para as mulheres, algumas áreas que tinham ficado fora da autorização de suplementação orçamentária por emenda de Relator. Eu estou solicitando que, até o final, possamos atender em adendo de plenário.

O SR. CARLOS HENRIQUE GAGUIM (DEM - TO) - Concordamos, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Marcelo Castro. MDB - PI) - Peço ao nobre Deputado João Carlos Bacelar que se manifeste sobre o CAE.

O SR. JOÃO CARLOS BACELAR (PL - BA) - Sr. Presidente, Senador Marcelo Castro, Sr. Relator...

O SR. PRESIDENTE (Marcelo Castro. MDB - PI) - Só um instante, nobre Deputado. Houve um equívoco.

A alteração do parecer preliminar da LOA 2020 está em discussão.

O prazo para destaques será finalizado ao término da discussão.

Não havendo quem queira discuti-lo...

O SR. CLAUDIO CAJADO (Bloco/PP - BA) - Sr. Presidente...

O SR. PRESIDENTE (Marcelo Castro. MDB - PI) - Tem a palavra o nobre Deputado Claudio Cajado.

O SR. CLAUDIO CAJADO (Bloco/PP - BA) - A Liderança do Governo, no intuito de poder acelerar os trabalhos, só pede ao Relator o compromisso para, ao serem alocadas essas emendas, termos conhecimento delas na sua integralidade antes da votação.

O SR. DOMINGOS NETO (PSD - CE) - Sem problemas. Inclusive a emenda da Previdência é uma solicitação do Governo que estou atendendo.

O SR. CARLOS HENRIQUE GAGUIM (DEM - TO) - Sr. Presidente, como Líder do Governo na Câmara, temos essa mesma posição e concordamos com V.Exa.

O SR. PRESIDENTE (Marcelo Castro. MDB - PI) - A discussão e o prazo para apresentação de destaques estão encerrados.

A alteração ao parecer preliminar da LOA 2020 está em votação na representação da Câmara dos Deputados.





CONGRESSO NACIONAL
Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização

Os Srs. Parlamentares que a aprovam permaneçam como se acham. *(Pausa.)*

Aprovada.

Em votação na representação do Senado Federal.

Os Srs. Parlamentares que a aprovam permaneçam como se encontram.
(Pausa.)

Aprovada.

A alteração ao parecer preliminar está aprovada.

Comunico ao Plenário que no dia 26 de novembro, em reunião do Colegiado das Lideranças Partidárias com assento na CMO, foi aprovado o cronograma detalhado de tramitação da LOA 2020. De acordo com o cronograma, foi prevista a votação do relatório final para hoje, dia 17 de dezembro.

Conforme o acordo das Lideranças, proponho a inclusão na pauta do relatório final apresentado ao Projeto de Lei nº 22, de 2019, do Congresso Nacional, LOA 2020 e do relatório do CAE.

Consulto o Plenário sobre a possibilidade de votação dessas proposições, a despeito do previsto no art. 128 da Resolução nº 1, de 2006, do Congresso Nacional, que estabelece que a apreciação do relatório final somente poderá ocorrer após o prazo de 3 dias úteis de sua distribuição, e de 2 dias úteis nos casos das demais proposições.

Em deliberação a inclusão na pauta e a dispensa do prazo de 3 dias úteis para votação do relatório apresentado ao PLN 22/2019, e de 2 dias úteis para votação do relatório do CAE, nos termos do art. 128 da Resolução nº 1, de 2006, do Congresso Nacional.

O SR. CLAUDIO CAJADO (Bloco/PP - BA) - Peço a palavra para discutir.

O SR. PRESIDENTE (Marcelo Castro. MDB - PI) - Para discutir, tem a palavra o Deputado Claudio Cajado.

O SR. CLAUDIO CAJADO (Bloco/PP - BA) - Sr. Presidente, apenas quero deixar registrado que vamos concordar com a quebra de interstício na confiança do acordo. Como eu disse ao Relator, precisamos ter conhecimento das emendas, e o mesmo vale para essa quebra de interstício. Nós estamos aqui fazendo um amplo acordo, com o intuito de agilizar os trabalhos, porém, eu já peço a V.Exa. que tenhamos tempo para podermos analisar todo o relatório, quando ele for apresentado.





CONGRESSO NACIONAL
Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização

Nós tínhamos combinado, lá no Colégio de Líderes, que a sessão seria suspensão e retornaria às 15 horas, depois que votarmos o relatório do CAE, do COI, a quebra de interstício e a relatoria preliminar. Porém, eu acho que vai ficar muito prensado. Eu pediria a V.Exa. que mude de 15 horas para outro horário, no intuito de podermos analisar e as assessorias poderem ter conhecimento pleno, o que, por enquanto, nós não temos.

O SR. PRESIDENTE (Marcelo Castro. MDB - PI) - Qual a sugestão de horário?

O SR. CLAUDIO CAJADO (Bloco/PP - BA) - O que V.Exa. acha?

O SR. PRESIDENTE (Marcelo Castro. MDB - PI) - O Congresso Nacional está convocado para às 16 horas.

O SR. CLAUDIO CAJADO (Bloco/PP - BA) - Pois é, mas para às 16 horas não dá.

O SR. CARLOS HENRIQUE GAGUIM (DEM - TO) - Vamos dar continuidade, Deputado.

O SR. CLAUDIO CAJADO (Bloco/PP - BA) - Não! Eu concordo, nós estamos fazendo um acordo, e a intenção é votar tudo, mas precisamos ter o relatório completo...

O SR. PRESIDENTE (Marcelo Castro. MDB - PI) - Às 16 horas, na CMO, estaria bom?

O SR. CLAUDIO CAJADO (Bloco/PP - BA) - Sr. Presidente, se não estiver, adiamos.

O SR. PRESIDENTE (Marcelo Castro. MDB - PI) - Perfeito.

Em votação na representação da Câmara dos Deputados.

Os Srs. Parlamentares que o aprovam permaneçam como se acham. *(Pausa.)*

Aprovado.

Em votação na representação do Senado Federal.

Os Srs. Parlamentares que o aprovam permaneçam como se acham. *(Pausa.)*

Aprovado.

Extrapauta.

Conforme o disposto no art. 25 da Resolução nº 1, de 2006, do Congresso Nacional, submeto à apreciação do Plenário o Relatório de Atividades CAE/CMO do Comitê de Admissibilidade de Emendas — CAE quanto ao exame da





CONGRESSO NACIONAL
Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização

admissibilidade das emendas à Relatoria-Geral, apresentada ao Projeto de Lei nº 22, de 2019, do Congresso Nacional, Projeto de Lei Orçamentário para 2020.

O Deputado João Carlos Bacelar, do PL da Bahia, é o Coordenador do CAE.

Voto: todas as emendas apresentadas ao Relator-Geral sejam consideradas admitidas.

O Coordenador do CAE está com a palavra para a leitura do relatório.

O SR. JOÃO CARLOS BACELAR (PL - BA) - Sr. Presidente, Senador Marcelo Castro, Sr. Vice-Presidente, Deputado Dagoberto Nogueira, Sras. e Srs. Deputados, Sras. e Srs. Senadores, o voto é:

"II. Voto

10. Diante do exposto, propomos que todas as emendas de Relator-Geral e de texto apresentadas ao PLOA 2020 sejam consideradas admitidas".

É o voto.

O SR. PRESIDENTE (Marcelo Castro. MDB - PI) - Em discussão o relatório do nobre Deputado João Carlos Bacelar.

Não havendo quem queira discuti-lo, em votação.

Em votação na representação da Câmara dos Deputados.

Os Srs. Parlamentares que o aprovam permaneçam como se encontram.
(Pausa.)

Aprovado.

Em votação na representação do Senado Federal.

Os Srs. Parlamentares que o aprovam permaneçam como se encontram.
(Pausa.)

Aprovado o relatório do CAE.

O SR. CLAUDIO CAJADO (Bloco/PP - BA) - Sr. Presidente, V.Exa. me permite a palavra pela ordem, por 1 minuto?

O SR. PRESIDENTE (Marcelo Castro. MDB - PI) - Pois não.

O SR. CLAUDIO CAJADO (Bloco/PP - BA) - Deputado João Carlos Bacelar, quando V.Exa. votou, eu levantei uma questão à guisa de complementação da votação que tivemos no Comitê de Obras Irregulares. Talvez o Deputado Gaguim ou o Deputado Vicentinho tenham mais profundidade no assunto. Foi levantado aqui, não sei se foi por V.Exa. ou pelo Deputado Vicentinho, que o próprio DNIT já tinha





CONGRESSO NACIONAL
Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização

reconhecido que muitas daquelas colocações que o Tribunal de Contas da União havia feito já estariam sanadas.

Sugiro a V.Exa. que pegue esse relatório atualizado pelo DNIT e o incorpore ao relatório, para não ficar apenas uma discussão — aqui temos que respeitar a autonomia do Congresso Nacional —, quando, na verdade, existem fatos novos que foram trazidos e que justificaram a manutenção da decisão do Congresso Nacional, em especial da Comissão de Orçamento, quanto àquela obra, que é importante, reconhecemos que é fundamental, mas temos que ter todo o cuidado de não estarmos com justificativas que não procedem e que foram levantadas na discussão.

Se V.Exa. puder fazer um ofício e anexar ao relatório, isso dará mais força e legitimidade à posição que a CMO teve, em especial na votação do destaque que foi aprovado.

O SR. PRESIDENTE (Marcelo Castro. MDB - PI) - Com a palavra o nobre Deputado João Carlos Bacelar.

O SR. JOÃO CARLOS BACELAR (PL - BA) - Deputado Claudio Cajado, considero muito V.Exa. pela experiência, pela assiduidade e frequência aqui na Comissão de Orçamento, mas também como Vice-Líder do Governo, liderando todos nós nesta Comissão.

Tive hoje a prudência de, antes de vir para esta Comissão, me sentar com o Diretor-Geral Substituto do DNIT, que é o atual Diretor Executivo, Dr. André Khun, que veio à Comissão e fez a defesa prévia da obra junto ao Superintendente da Bahia, Dr. Amauri, e que isso viesse a me respaldar para tal defesa. Eu não seria, em hipótese alguma, imprudente a ponto de vir aqui fazer a defesa da forma que fiz se não tivesse o respaldo do DNIT.

Vou acatar a sugestão de V.Exa. Irei agora comunicar ao Dr. André, Diretor-Geral Substituto nessa cidade, que vamos dar mais robustez ao relatório. Peço ao Relator-Geral, ao Presidente, a todos nós que votamos, inclusive a V.Exa., que não paire nenhuma dúvida sobre a legitimidade da nossa votação — pela segunda vez, diga-se de passagem.

O que me deixou muito constrangido aqui foi a contestação da primeira votação. Na hora em que nós votamos aqui, com total legitimidade, 2 meses atrás, quando foi feita a explanação técnica do DNIT e do TCU, eu acreditava que aquilo já estaria resolvido. A nova Direção ficou muito indignada com essa posição feita.





CONGRESSO NACIONAL
Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização

Então, isso foi posto hoje de manhã na reunião preparatória da Comissão. Mas eu acho que V.Exa. tem razão. Eu vou solicitar isso mais uma vez. E que não paire nenhuma dúvida de que não há protecionismo ou de que não há qualquer outro ato que não seja um ato republicano, um ato lícito, como nós fazemos, de acordo com nossa missão de Deputados Federais e de Senadores aqui nesta Comissão.

Eu acho que esta Comissão tem que ser respeitada, Senador Marcelo Castro. V.Exa. tem muitos anos aqui. V.Exa. é um dos professores que nós tivemos aqui quando chegamos — eu, o Deputado Cacá Leão, o Deputado Gaguim, com a sua experiência de ex-Governador de Tocantins, e outros mais novos.

Isso gera uma insegurança jurídica muito grande. Eu dou uma sugestão mais além, Senador Marcelo Castro: acho que, quando se for dar uma ordem de serviço para uma obra — disse isso no DNIT hoje de manhã —, essa ordem de serviço deveria ser assinada de comum acordo com o TCU. O Regime Diferenciado de Contratações — RDC permite que o risco da engenharia seja do contratado. Essa foi a leitura do RDC. E vemos aqui — nós, Deputados aplicados, Senadores aplicados, que estamos sempre nesta Comissão — que existe uma certa barreira contra o RDC no Brasil pelos órgãos de controle. Só que quem foi o criador do RDC foi o atual Ministro da Infraestrutura, o Dr. Tarcísio de Freitas. Ele quis dinamizar, quis dar ritmo acelerado às obras da Copa do Mundo, e não queria de forma alguma, naquele momento, ludibriar os órgãos de controle nem muito menos dar a insegurança jurídica que estamos vivendo hoje.

Se os órgãos de controle têm alguma sugestão a mais, que eles participem da ordem de serviço, porque uma paralisação dessas prejudica muito o Estado. Deputado Claudio Cajado, V.Exa., que é baiano, sabe o quanto o Estado da Bahia, o Nordeste é prejudicado. Se fosse relicitada essa obra, no mínimo ela seria 50% mais cara. E, se viesse a ser chamado o segundo colocado — o segundo colocado tem a prerrogativa hoje de aceitar ou não, de acordo com seu preço, dentro das regras do RDC —, essa obra seria 22% mais cara. Então, Deputado Cacá Leão, essa paralisação aqui custou muito à economia da Bahia, à economia da Região Nordeste, que nós representamos, à economia do Brasil. Se ela viesse a ser relicitada, teria um custo de quase 50% a mais, contando com a desmobilização e a mobilização da nova obra. E, se fosse chamado o segundo colocado, seriam 22% a mais.





CONGRESSO NACIONAL
Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização

Não houve nenhum questionamento por parte do edital. Eu sou engenheiro e sei o que estou dizendo: não houve nenhum questionamento por parte do edital. Nenhuma empresa que disputou o processo questionou se a geometria era plana ou ondulada. Foi aí que apareceu o problema. Nenhuma empresa que disputou o certame apontou nenhuma dúvida na hora do edital, ou seja, o edital passou com vários concorrentes sem questionamento. E é do contratado dentro do RDC promover o projeto. É ele que corrige as distorções e aponta o projeto para o órgão contratante, que é o DNIT, que aprova ou não aprova.

Se na hora o DNIT aprovou com rigor — o Dr. Tarcísio naquela época era Diretor Executivo do DNIT e hoje é o melhor Ministro do Governo Bolsonaro —, eu acho que isso não gera nenhuma suspeita para que um técnico do TCU venha questionar isso. Esse é o primeiro ponto.

Segundo ponto, nós votamos aqui nesta Comissão, ou seja, houve o apoio legislativo do Relator, o Deputado Gaguim, que tem responsabilidade técnica e maturidade política para poder julgar um processo conflituoso como esse, maturidade também na defesa que fez. Ele é do Tocantins, divisa com o Estado da Bahia, e sabe do rigor técnico da obra.

Esse excesso de regras e de leis é que está entretendo o Brasil; ou o apagão das canetas, como foi o caso do Relator anterior, que não quis discutir, o Deputado Covatti Filho, há 1 ano; e aqui um pouco da Deputada, que depois teve a maturidade de aceitar e destacar, a Dra. Soraya Manato, que foi muito feliz. Quero, Deputada, parabenizá-la pelo relatório, porque, se V.Exa. não fosse flexível e não nos escutasse, os Deputados e Senadores desta Comissão que têm um pouco mais de experiência, nós comprometeríamos o seu relatório e o relatório geral da União.

Essas são as minhas considerações. Vou solicitar agora ao Dr. André esse reforço adicional para que não pare nenhuma dúvida e para dê legitimidade, mais uma vez. E que o TCU e seus técnicos compreendam a importância desta Comissão e a responsabilidade que todos nós temos como Senadores e Deputados Federais.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Marcelo Castro. MDB - PI) - Feito isso, nós vamos suspender a reunião e reiniciar os trabalhos às 16 horas, faltando apenas votar o relatório final do nobre Relator Domingos Neto.

Está suspensa a presente reunião.





CONGRESSO NACIONAL
Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização

(A reunião é suspensa.)

Em 17.12.2019, às 16 horas.

O SR. PRESIDENTE (Marcelo Castro. MDB - PI) - Declaro reiniciada a 17ª Reunião Ordinária da Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização, destinada à apreciação das matérias constantes da pauta.

Extrapauta.

Apreciação do relatório final apresentado ao Projeto de Lei nº 22, de 2019, do Congresso Nacional, que "estima a receita e fixa a despesa da União para o exercício financeiro de 2020" (LOA 2020), e a complementação de voto.

Há requerimento sobre a mesa.

Sr. Presidente, nos termos do art. 235, inciso III, letra "d", 7, combinado com o art. 252, inciso IV, ambos do Regimento Interno do Senado Federal, combinado com o art. 151 do Regimento Comum do Congresso Nacional, requeiro a V.Exa. a retirada de pauta da proposição Relatório Geral do PLOA 2020.

Sala das sessões.

O requerimento é assinado pelos membros do NOVO.

Tem a palavra o nobre Deputado Alexis Fonteyne, representando o NOVO, para defender o seu requerimento.

O SR. ALEXIS FONTEYNE (NOVO - SP) - Presidente, basicamente, a solicitação para a retirada de pauta do relatório do PLOA é pela falta de tempo para análise.

Estamos falando de todo o Orçamento do ano 2020, uma matéria superextensa, que, teoricamente, nós temos 3 dias para analisar, e foi quebrado o interstício no final desta manhã. É uma matéria muito extensa e muito importante. São recursos que vão ser destinados pelo Governo e que, minimamente, nós gostaríamos de saber o destino, de ter responsabilidade sobre esses recursos.

Essa é a grande razão do nosso pedido. O texto é gigantesco, mais de 300 páginas, e pouco tempo para análise.

Portanto, solicitamos essa retirada.

O SR. ORLANDO SILVA (PCdoB - SP) - Pela ordem, Sr. Presidente.





CONGRESSO NACIONAL
Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização

O SR. PRESIDENTE (Marcelo Castro. MDB - PI) - Para falar contra o requerimento, tem a palavra o Deputado Orlando Silva.

O SR. ORLANDO SILVA (PCdoB - SP) - Presidente, o trabalho da Comissão Mista de Orçamento é um trabalho de um ano inteiro. A elaboração dessa peça que vai ser votada em minutos é fruto de um ano inteiro de trabalho.

Nós vamos votar agora o fruto de um ano inteiro de trabalho, que passou pela Lei de Diretrizes Orçamentárias, quando nós fixamos as referências, os marcos que orientam a elaboração do Orçamento, que eu diria que foi impactado pela votação da Emenda à Constituição que tratou do orçamento impositivo, apresentando uma série de inovações que vão repercutir no Orçamento da União a partir do ano que vem.

E, antes de votar o relatório final, Presidente, nós votamos item a item, setor a setor, examinando pormenorizadamente as matérias que compõem o relatório final.

Portanto, não é correto dizer que, de repente, estamos votando uma matéria muito extensa, porque essa matéria tem sido construída há meses.

Eu quero, Sr. Presidente, para concluir, dizer que é muito importante que votemos, porque nós vamos marcar a história do Parlamento brasileiro. Essa edição da CMO, essa peça do relatório final, efetivamente, fez com que o Congresso brasileiro, particularmente a Câmara dos Deputados — eu posso falar por este Poder — cumprisse a sua missão.

Nós temos a missão de elaborar o Orçamento da União, não apenas ratificar a proposta que vem do Poder Executivo.

Inclusive, eu quero cumprimentar o Relator, Deputado Domingos Neto, porque nós conseguimos tirar do texto uma série de pegadinhas que o Governo colocou, como receitas superestimadas que, ao revisar, nós conseguimos, na palavra do Relator, "furar o piso" e produzir mais recursos. Isso permitiu ao Congresso Nacional ampliar todas as dotações orçamentárias do setor de serviços — saúde, educação, segurança, desenvolvimento urbano.

Portanto, nós temos que celebrar, nesta noite, o trabalho do ano inteiro, a produção de um belo relatório, fortalecendo e valorizando o papel do Parlamento.

Por isso, eu sou contra o requerimento de retirada de pauta, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Marcelo Castro. MDB - PI) - Em votação o requerimento de autoria do nobre Deputado Alexis Fonteyne, do NOVO.





CONGRESSO NACIONAL
Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização

Vou colocar em votação na Câmara dos Deputados.

Os Srs. Parlamentares que estejam de acordo com o requerimento se manifestem. Os demais permaneçam como se encontram. *(Pausa.)*

Rejeitado o requerimento, com voto contrário do Deputado Alexis.

Passamos, então, à matéria.

Relator-geral, Deputado Domingos Neto, do PSD do Ceará.

Foram apresentadas 8.805 emendas.

Voto.

"Pela aprovação do PLN 22, de 2019, do Congresso Nacional, Projeto de Lei Orçamentária Anual para 2020, na forma do substitutivo apresentado, que contempla as alterações decorrentes das propostas de parecer, pela aprovação; e pela aprovação parcial das emendas apresentadas."

Informo que o prazo de destaque será finalizado ao término da discussão, conforme estabelece o inciso I do art. 60 do Regulamento Interno da CMO.

O Relator-Geral está com a palavra, para apresentação do relatório final e da complementação de voto.

Tem a palavra o nobre Relator, Deputado Domingos Neto.

O SR. DOMINGOS NETO (PSD - CE) - Sr. Presidente, eu peço licença a V.Exa. para que, na leitura do relatório, eu me atenha ao que é fundamental, sobre o que nós, inclusive, já falamos hoje nas reuniões com todos os Líderes dos diversos partidos.

Nosso relatório partiu de alguns princípios. Primeiro, o de poder implementar o orçamento impositivo, aprovado pelo Congresso Nacional nas Emendas Constitucionais nºs 100 e 102. Segundo, o de tentar, em vez de aumentar despesas e correr risco de ter que discutir sobre teto de gastos, fazer uma quebra de piso, vendo quais são as despesas de manutenção da máquina, que hoje tornam o Estado muito pesado, cuja redução vai permitir a redistribuição de recursos para áreas-fim — como diz mesmo no texto constitucional da Emenda do Orçamento Impositivo —, para a entrega de bens e serviços à sociedade, levando esses recursos para a saúde, a educação, a infraestrutura, o desenvolvimento regional.

Outro ponto é que nós também olhamos, Presidente, com muito detalhe, o histórico de execução orçamentária do Governo em diversas ações.





CONGRESSO NACIONAL
Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização

Recorrentemente, várias dotações eram aprovadas no Orçamento, e a sua execução, no outro ano, era em valor muito abaixo do aprovado.

Elas serviam quase como uma reserva para que, durante o ano, pudessem ser remanejadas para outras áreas via PLN.

Sr. Presidente, partindo destes princípios, conseguimos construir um Orçamento que vai ampliar as despesas discricionárias, ou seja, a entrega, na ponta, de bens e serviços à sociedade em praticamente todas as áreas mais importantes. Destinamos mais de 8 bilhões para o desenvolvimento regional, que inclui o saneamento, o abastecimento de água, a habitação, obras importantes como a transposição do São Francisco, programas como o Minha Casa, Minha Vida. Aumentará em mais de 5 bilhões o Orçamento da saúde, que hoje é um grave problema nacional. O Congresso, através desta proposta orçamentária, tem condição de fazer com que essas áreas possam resolver os problemas do País.

Além disso, o aumento do investimento em relação ao que veio na Mensagem Modificativa do Governo nos permitiu retirar da despesa condicionada à aprovação de crédito suplementar, do PLN da regra de ouro, despesas como: benefícios previdenciários urbanos; Bolsa Família no valor de 8,5 bilhão de reais; o PROEX. Nós estamos tirando também o PSI e o Programa Emergencial de Reconstrução de Municípios Afetados por Desastres Naturais. Estes recursos estão sendo retirados do recurso condicionado.

Sr. Presidente, o *caput* do artigo 4º se refere à nossa pauta de orçamento impositivo. O trabalho da Comissão e do Congresso num orçamento impositivo é diferente do seu trabalho num orçamento autorizativo, em que o texto considera que o Governo pode remanejar o que o Congresso decidiu quase livremente, num limite muito alto, de modo que, por vezes, o que fazemos aqui não tem efetividade na ponta. Para que isso possa acontecer, é preciso a autorização do autor ou que isso ocorra via PLN.

Nas alocações de recursos do Relator-Geral, todas essas áreas já estão atendidas: saúde, educação, desenvolvimento urbano, turismo, agropecuária, agricultura, segurança pública, proteção social básica, combate à criminalidade e à corrupção.

"À despesa foram apresentadas 8.792 emendas individuais e coletivas, sendo 7.140 de deputados, 1.043 de senadores, 437 de bancada estadual e 172 de





CONGRESSO NACIONAL
Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização

comissão. A tabela 9 informa quantas dessas emendas foram aprovadas ou aprovadas parcialmente, rejeitadas ou inadmitidas, bem como os montantes dos atendimentos, que totalizaram R\$ 18,2 bilhões."

Vou ler apenas as considerações finais.

"XVII - Considerações Finais

A cada ano são maiores os desafios do Congresso na apreciação das peças orçamentárias. Dadas as restrições fiscais impostas pelo baixo crescimento econômico, pelo endividamento crescente e pelas limitações decorrentes do teto de gastos estabelecido pela EC nº 95/2016, tem sido necessário um exame cada vez mais detalhado e rigoroso de cada item de receita e despesa, de forma a mensurar com precisão os recursos para cada finalidade.

A correção de parâmetros e estimativas e trabalho realizado pelo Comitê de Avaliação da Receita permitiram a revisão de despesas obrigatórias constantes do PLOA 2020, assim como a incorporação da reestimativa de arrecadação com dividendos e participações. "

Vou avançar, Sr. Presidente, porque já tratei desse tema na reunião de Líderes.

Ao fim, o que estamos atendendo em adendo de plenário já foi disponibilizado, para que todos tenham acesso, mas o instrumento principal posto em nosso relatório é o fortalecimento do papel do Congresso nas decisões de como alocar o recurso do nosso contribuinte, aumentando o investimento, reduzindo o custo da máquina e levando mais bens e serviços para a ponta.

"Em face do exposto, somos pela aprovação do PL 22, de 2019-CN, Projeto de Lei Orçamentária Anual para 2020, na forma do substitutivo que ora apresentamos, o qual contempla as alterações decorrentes das propostas de parecer pela aprovação e pela aprovação parcial das emendas apresentadas."

O SR. PRESIDENTE (Marcelo Castro. MDB - PI) - Em discussão o parecer do nobre Relator, Deputado Domingos Neto.

Com a palavra o primeiro inscrito, Deputado Cacá Leão.

O SR. CACÁ LEÃO (Bloco/PP - BA) - Sr. Presidente, gostaria de parabenizar o Deputado Domingos Neto pelo brilhante relatório e pela dedicação a esse tema durante todo este ano.





CONGRESSO NACIONAL
Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização

Deputado Domingos Neto, eu tive a oportunidade de ser Relator do Orçamento e sei o quão difícil é tentar atender todas as demandas. V.Exa. saiu muito maior do que chegou. Conversou, dialogou, atendeu a todos, dentro do possível, sempre demonstrando as dificuldades.

V.Exa. deixa, não para esta Casa, mas para o Brasil, um brilhante relatório, que traz verdadeiramente a impositividade do Orçamento, fazendo com que este Parlamento seja destaque a partir de agora na execução dos recursos do Governo Federal.

Para finalizar as minhas palavras, gostaria de agradecer-lhe por ter acatado no seu adendo de plenário uma emenda que nós apresentamos para permitir a convocação dos 614 remanescentes do concurso da Polícia Rodoviária Federal, como também do PL relativo à reestruturação, equiparação ou extensão de vantagens ou aumento de remuneração de cargos integrantes do plano de carreira de cargo de atividades técnicas e auxiliares de fiscalização federal agropecuária.

Parabéns! (*Palmas.*)

O SR. PRESIDENTE (Marcelo Castro. MDB - PI) - Vamos ao próximo inscrito.

Concedo a palavra ao Deputado Claudio Cajado. (*Pausa.*)

O SR. DOMINGOS NETO (PSD - CE) - Sr. Presidente, a única coisa que eu esqueci de falar é que eu apresentei um projeto de resolução aqui, na Câmara — e o Presidente Marcelo Castro também o apresentará no Senado — para que as Comissões Temáticas tenham que acompanhar a execução orçamentária dos Ministérios que fiscalizam.

Isso faz com que, no acompanhamento da execução orçamentária, a Comissão, ao final, tenha insumos das Comissões Temáticas para melhorar seus relatórios setoriais e o relatório geral.

O SR. PRESIDENTE (Marcelo Castro. MDB - PI) - Concedo a palavra ao Deputado Claudio Cajado.

O SR. CLAUDIO CAJADO (Bloco/PP - BA) - Sr. Presidente, eu quero me reservar o direito de fazer o comentário sobre o relatório do Deputado Domingos Neto logo após a preliminar que vou levantar em relação ao acordo que nós estamos propondo ao Partido Novo, especialmente com referência ao destaque sobre o fundo eleitoral.





CONGRESSO NACIONAL
Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização

O Líder do NOVO, Deputado Marcel Van Hattem, está aqui, e eu pediria a S.Exa. que pudesse retirar o *kit* obstrução e votar o relatório do Deputado Domingos Neto, ressaltando o destaque. Nós faríamos um acordo, e eu já deixo claro pela liderança do Governo que ele poderia usar o dobro do tempo na Comissão e também no Plenário do Congresso.

Nós faríamos no Plenário do Congresso um acordo para que, excepcionalmente, ele pudesse usar o dobro do tempo regimental, porque nós sabemos que o NOVO tem uma postura muito clara em relação ao fundo eleitoral e respeitamos isso, apesar de discordarmos. Penso que essa discordância é majoritária dentro da Comissão e no Plenário, porém nós temos que respeitar.

Pedimos ao Deputado Marcel Van Hattem que possamos agilizar os procedimentos do Plenário da Comissão, já que a sessão do Congresso já se iniciou. Estão todos os Parlamentares — Deputadas e Deputados, Senadoras e Senadores — fazendo um apelo à Liderança do Governo. O Líder Eduardo Gomes está aqui, veio prestigiar a nossa Comissão no momento em que nós estamos votando o relatório geral, e eu pediria, Deputado Marcel Van Hattem, que V.Exa. pudesse atender este nosso pleito, e nós pudéssemos agilizar. Já são 18 horas.

O relatório do Deputado Domingos Neto, Deputado Marcel, não está discriminado em termos de varejo e, sim, no atacado. Se V.Exa. pegar o relatório e os adendos que foram expostos agora, verá que está tudo genérico, para ser posteriormente direcionado por meio de ofício aos Ministérios, com a participação da impositividade que estamos votando — que, para mim, é a grande novidade deste Orçamento — é a impositividade da emenda de Relator e da emenda de bancada e a obrigatoriedade da emenda de Comissão, fora as emendas impositivas individuais.

Então, não há margem para, digamos assim, o individualismo, para o que nós costumávamos fazer na discussão, principalmente com as bancadas. Isso está eliminado neste Orçamento. Ficaram bilhões estabelecidos de forma impositiva, e nós não temos muito o que discutir. Essa é a realidade.

Portanto, eu pediria a V.Exa., Deputado Marcel Van Hattem, que nos atendesse nesse pleito. Agilizariamos muito a votação aqui, iríamos direto para o Congresso ainda hoje e concluiríamos a votação.





CONGRESSO NACIONAL
Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização

Só finalizando, quero depois fazer a referência ao item que o Relator acatou, que foi um pedido do Governo, sobre os 6 bilhões que serão de receita vinculada, condicionada à aprovação da PEC da Emergência. Depois eu falarei sobre isso.

O SR. PRESIDENTE (Marcelo Castro. MDB - PI) - Deputado Claudio Cajado, qual é a sua proposta, concretamente, ao Deputado Marcel Van Hattem? Poderia repeti-la?

O SR. CLAUDIO CAJADO (Bloco/PP - BA) - Tiraria o *kit* obstrução, votaríamos o relatório do Deputado Domingos Neto, ressaltando o destaque do fundo eleitoral, e S.Exa. o Deputado Marcel Van Hattem falaria pelo dobro do prazo regimental.

O SR. PRESIDENTE (Marcelo Castro. MDB - PI) - Com a palavra o nobre Deputado Marcel Van Hattem, para responder ao pleito do nobre Deputado Claudio Cajado, Líder do Governo nesta Comissão.

O SR. MARCEL VAN HATTEM (NOVO - RS) - Obrigado, Sr. Presidente.

Caros colegas Congressistas, Deputados e Senadores, entendo que nesta questão do fundo eleitoral, Deputado Cajado, já obtivemos uma grande vitória, que computo como uma vitória da própria sociedade.

Todos os Deputados sabem, independentemente de partido político, que houve um grande apelo das pessoas, seja pelas redes sociais, seja presencialmente, aqui, para que o valor do fundo eleitoral não fosse o de 3,8 bilhões de reais.

Quero, portanto, saudar o Relator desse projeto de lei orçamentária, o Deputado Domingos Neto, por ter incluído na sua proposta orçamentária o valor de 2 bilhões de reais. Ou seja, a proposta que originalmente o Governo mandou, de 2,5 bilhões de reais, foi corrigida em mensagem modificativa, em virtude, aliás — para relembrar —, de uma observação que o Partido Novo fez sobre os equívocos no cálculo da lei que estabelece o valor do fundo eleitoral. Essa mensagem modificativa enviada ao Congresso Nacional acabou fixando o valor do fundo em 2 bilhões de reais.

Analisando mais a fundo o relatório e a situação a que nós chegamos após a derrubada do veto do Presidente da República em relação ao art. 16-C, inciso II da lei que estabelece o fundo, quando o Presidente tentava manter o limite de 30% das emendas de bancada com o seu veto, e esta Casa, por maioria de votos, derrubou, não cabendo mais percentual nenhum, entendemos agora que cabe uma





CONGRESSO NACIONAL
Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização

nova emenda ao relatório e à proposta de lei orçamentária, reduzindo ainda mais o fundo.

É por isso que o NOVO está propondo um destaque a esse relatório, para que o fundo chegue ao valor de 765.195.267 reais. O ideal seria que fosse zero — assim o NOVO entende —, mas, dentro do que estabelece a lei, esse valor está pouco acima do mínimo definido como o valor do fundo.

É por isso que nós estamos apresentando esse destaque ao relatório e acatamos a sugestão do Líder do Governo para que esse destaque possa ser votado em separado, após o relatório, retirando, assim, o *kit* obstrução. Dessa forma, garantiremos que a importante peça orçamentária possa tramitar sem problemas nesta Comissão e, depois, no Plenário do Congresso Nacional, ressaltando, porém, que buscamos aqui a sensibilidade dos demais pares para que tenhamos uma votação nominal do destaque aqui e no Plenário do Congresso Nacional.

Já contamos com o apoio dos 60 Parlamentares necessários no Plenário para a redução do fundo. Estamos buscando — isso será feito *a posteriori*, durante a discussão — também o apoio no Plenário para que tenhamos votação nominal desse nosso destaque, reduzindo ainda mais o valor do fundo eleitoral. De qualquer maneira, neste momento, nesta Comissão Mista de Orçamento, o que nos cabe é votar o relatório, retirando o *kit* obstrução e solicitando o apoio dos demais Parlamentares.

Gostaríamos de pedir, mais adiante, que V.Exa. provoque este Plenário, Sr. Presidente, para que tenhamos também a votação nominal deste destaque do NOVO, reduzindo ainda mais o fundo eleitoral.

Mais uma vez, para finalizar, congratulamos o Relator por essa importante vitória da sociedade, por ter reduzido o fundo a 2 bilhões de reais, sendo que estávamos prestes a deliberar sobre o fundo de 3,8 bilhões de reais. Clamamos pela sensibilidade deste Plenário para que esse fundo seja reduzido ainda mais, para um nível muito próximo do mínimo estabelecido por lei, que é de 765 milhões de reais, a fim de que, quem sabe, na próxima proposta orçamentária, para a próxima eleição, possamos chegar ao nível de 0, que é do que a sociedade brasileira precisa e é o que a sociedade deseja e pede.





CONGRESSO NACIONAL
Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização

Faço ainda questão de saudar o nosso Deputado suplente na Comissão, Deputado Alexis Fonteyne, presente à reunião, que também está acompanhando os trabalhos da CMO.

Obrigado, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Marcelo Castro. MDB - PI) - Pois não, nobre Deputado Marcel Van Hattem.

O SR. CLAUDIO CAJADO (Bloco/PP - BA) - Sr. Presidente, o acordo não previa votação nominal.

O acordo de que eu falei, Deputado Marcel Van Hattem, não consistia em haver nominal aqui. Eu penso que, se fizermos a votação... Vamos deixar para o Plenário. Já são 18 horas. Os Deputados e os Senadores estão esperando no Plenário para votar.

O SR. MARCEL VAN HATTEM (NOVO - RS) - Deputado Claudio Cajado, na verdade, eu estive à espera de V.Exa. depois. Por isso, fui conversando...

O SR. ORLANDO SILVA (PCdoB - SP) - Sr. Presidente, nós estamos em regime de discussão? Há inscrição para discussão? Não vai haver acordo. Isso já está claro.

O SR. MARCEL VAN HATTEM (NOVO - RS) - Não, já há acordo. Está feito, Deputado. Eu vou aceitar o acordo, sem problema. O acordo está feito.

O SR. CLAUDIO CAJADO (Bloco/PP - BA) - Pronto. Obrigado, Deputado Marcel Van Hattem.

O SR. MARCEL VAN HATTEM (NOVO - RS) - Eu só gostaria de ressaltar que nós buscaremos apoio. Se não tivermos apoio para destaque aqui, nós vamos a Plenário. Se houver, faremos a votação nominal aqui. Nós não estamos pedindo apoio para destaque nominal, não.

O SR. PRESIDENTE (Marcelo Castro. MDB - PI) - O Deputado Marcel Van Hattem, então, retira os requerimentos de adiamento de votação e de votação nominal do relatório geral. Remanesce o requerimento de votação nominal do destaque — se houver apoio, evidentemente.

Então, vamos continuar a discussão.

Está inscrito agora o Deputado Edmilson Rodrigues.

O SR. EDMILSON RODRIGUES (PSOL - PA) - Sr. Presidente, faço questão de refletir sobre a peça orçamentária, haja vista que, possivelmente, no Plenário,





CONGRESSO NACIONAL
Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização

teremos dificuldade de analisar essa que é a lei mais importante de um Estado e deveria ser uma lei compatível com a condição de um Estado democrático.

Nós vivemos uma situação de profunda desigualdade social. Todos nós, independentemente das diferenças de visão de mundo e das diferenças ideológicas e partidárias, somos obrigados a reconhecer que há segmentos sociais vivendo situações de grande vulnerabilidade. Há muita miséria, muita fome, analfabetismo, crianças violentadas. Isso sem falar na violência contra a natureza, com desmatamento, fogo, rinhas de animais — de cães, inclusive, como aconteceu na República do Paraná. Parabéns à Polícia, que conseguiu colocar na cadeia alguns criminosos.

Mas a verdade é que uma democracia e um Estado democrático exigiriam prioridade no Orçamento às políticas e aos programas sociais. O que ocorre aqui — com todo o respeito a nós mesmos e aos Relatores, porque nem tudo se explica pelo Relator, já que muitos limites lhe são impostos — é que a lógica do Orçamento é a lógica fiscalista. Não é nem sequer uma lógica assistencialista. Mesmo que porventura se veja crescimento nos recursos previstos para a área social, isso, ao invés de ser festejado, tem que ser lamentado por todos nós que temos algum grau de sensibilidade social, porque, no fundo, o que é aparente crescimento é apenas crescimento em números absolutos.

Relativamente, os recursos para a área social são bem menores do que a espiral de crescimento da miséria. Portanto, fala-se em 1 milhão de famílias a menos no Programa Bolsa Família.

Esta é a triste realidade. O Orçamento prevê pagamento de juros e serviços da dívida, que são insignificantes diante do montante da dívida, que é estratosférico e cresce de forma incontrolável, tornando o Brasil quase inviável. Só não viramos uma Grécia porque somos uma grande Nação, um grande território, com muitos recursos, mas a relação entre PIB e endividamento já é muito preocupante. Então, pagam-se 400 bilhões. Aparentemente, é pouco, diante da dívida, mas aqui nós estamos falando em investimentos na área da educação em torno de cento e poucos bilhões, 118 bilhões. Então nós estamos legislando em favor do grande capital financeiro!

Eu falei outras vezes: não se pode, por princípio, ser contra benefícios fiscais, mas não é justo, em um País tão miserável, com tanta criança passando necessidade, com tanto desempregado, com tanto idoso vivendo nas ruas, com





CONGRESSO NACIONAL
Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização

tanta gente vivendo em condição subumana, haver benefícios fiscais da ordem de 330 bilhões, conforme o relatório, para favorecer grandes oligopólios financeiros, grandes mineradoras, grandes empresas instaladas na Zona Franca, por exemplo, que é um problema que não se pode resolver no curto prazo. Grandes empresas petrolíferas — três —, anualmente, levam 50 bilhões dos recursos públicos!

Alguns dirão: "*É necessário benefício fiscal para o desenvolvimento*". Sabe quanto representam 330 bilhões? São 20% da arrecadação federal! Isso chega a ser um crime! É um crime para quem fala em estabilidade financeira, em ajuste fiscal e, na verdade, impõe uma injustiça social brutal, inexplicável para um Estado democrático!

Sr. Presidente, V.Exa. me permite utilizar mais 1 minuto, para concluir?

O SR. PRESIDENTE (Marcelo Castro. MDB - PI) - Pois não, nobre Deputado.

O SR. EDMILSON RODRIGUES (PSOL - PA) - Assim, apenas resumidamente, as universidades perderão: Universidade Federal do Rio de Janeiro, 34%; Universidade Federal Fluminense, 34%; Universidade Federal de Minas Gerais, uma das maiores, 29%; a Universidade Federal do Pará, uma universidade pobre, mas a maior em número de estudantes, vai perder 12% de seus recursos, entre outras. Todas perdem.

Quanto se perde em saúde educação? Mais de 20 bilhões! Só a educação perde 12 bilhões em relação a 2019! O CNPq perde 50% em relação a um ano crítico que foi 2015. A CAPES, que garante bolsa, financiamento, fomento a pesquisas, a mestradados tem um orçamento que representa 65% em relação ao ano passado, 35% em relação a 2015.

Então, que desenvolvimento nós estamos viabilizando, cortando gastos sociais e favorecendo o grande capital financeiro?

Nós vamos votar contra, Presidente, mas não estamos obstruindo. Queremos apenas demonstrar nossa disposição de lutar contra esse sistema.

O SR. PRESIDENTE (Marcelo Castro. MDB - PI) - Passo a palavra ao próximo orador inscrito, o nobre Deputado Carlos Henrique Gaguim.

O SR. CARLOS HENRIQUE GAGUIM (DEM - TO) - Eu só vou falar 2 minutinhos, Sr. Presidente.

Quero parabenizar V.Exa. e o nosso Relator Domingos Neto, esse jovem que trabalhou incansavelmente.





CONGRESSO NACIONAL
Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização

Parabéns ao Cacá e ao meu grande amigo Hildo Rocha, que foi o Relator Setorial da saúde e fez um excelente trabalho!

Parabéns ao Wagner, da CMO, e ao Líder Eduardo Gomes, esse jovem que revolucionou a política!

Eduardo Gomes em breve será o nosso Ministro, pode escrever aí. Ele, com a sua articulação, fez com que os nossos PLNs fossem votados pela primeira vez na história. Todos os Municípios estão recebendo os seus benefícios, principalmente os da saúde. Em nenhuma cidade deste País a saúde deixará de ser contemplada com os recursos do Governo Federal do nosso Presidente.

Como Vice-Líder do Governo nesta Casa e como Coordenador do DEM, parablenho a todos. Vamos votar essa matéria importante para o País.

Parabéns ao Tocantins por ter Eduardo Gomes como Líder do Governo Bolsonaro!

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Dagoberto Nogueira. PDT - MS) - Com a palavra o Deputado Aluisio Mendes.

O SR. ALUISIO MENDES (PSC - MA) - Muito obrigado, Presidente.

Eu queria aproveitar, primeiro, para parabenizar V.Exa.; o nosso Presidente Senador Marcelo Castro; o nosso Relator da LDO, Cacá Leão; o nosso jovem nobre colega Deputado Domingos Neto pelo brilhante trabalho que fez; os funcionários desta Comissão.

Parabéns aos Parlamentares desta Comissão, Deputados e Senadores, que aprovaram com maturidade o Orçamento mais importante dos últimos anos. O Orçamento passa de uma peça decorativa e de ficção a um Orçamento que efetivamente será executado na sua plenitude. Isso ocorre graças ao trabalho maduro que esta Comissão desenvolveu durante esses meses.

Eu queria agradecer particularmente ao Relator, Deputado Domingos Neto, por ter acatado uma sugestão minha com relação à Polícia Federal, instituição da qual faço parte e que é tão respeitada e tão importante hoje para a sociedade brasileira. O Deputado acatou uma emenda de mais de 50 milhões de reais a mais no Orçamento da Polícia Federal. Nesse montante está embutido um valor para a construção da nova sede da Polícia Federal no Estado do Maranhão, que é única unidade de Federação onde a Polícia Federal não tem sede própria; usa um prédio





CONGRESSO NACIONAL
Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização

alugado, o que não condiz com a importância e com a necessidade dessa instituição tão importante para a segurança do nosso País.

Então, agradeço ao Domingos Neto por ter acatado a nossa sugestão.

Agora é realidade: nós teremos um Orçamento que precisará ser integralmente executado da maneira que sair do Congresso Nacional, após a nossa votação.

Parabéns a toda a Comissão e a todos os membros da Mesa!

Obrigado, Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Dagoberto Nogueira. PDT - MS) - Com a palavra o Senador Eduardo Gomes.

O SR. EDUARDO GOMES (MDB - TO) - Sr. Presidente Dagoberto Nogueira, nosso Deputado Federal, grande amigo; Sr. Senador Marcelo Castro, Presidente desta Comissão; Líderes; meu querido Deputado Cacá Leão, Relator do projeto de Lei de Diretrizes Orçamentárias; nosso grande Relator-Geral do Orçamento, do projeto de lei da LOA, Deputado Domingos Neto; Líderes de todos os partidos, farei um breve registro.

Primeiro, quero agradecer a toda a Consultoria; à Assessoria da Comissão de Orçamento; ao nosso Vice-Líder Carlos Henrique Gaguim; ao nosso Líder na Comissão de Orçamento Claudio Cajado; aos Líderes da Oposição.

Sr. Presidente, quero deixar registrada uma observação importante neste dia de hoje: primeiro, sobre a evolução da discussão sobre a peça orçamentária, que é o primeiro Orçamento, o de 2020, com esse grau de impositividade que vem sendo votado nesta Comissão aos poucos. Então, 2020 será um ano de aprendizado; 2020 será um ano de convivência entre as expectativas e a execução da receita real, mas principalmente um ano de interdependência democrática entre os Poderes e de evolução nas relações das contas públicas no Estado brasileiro, nos órgãos de controle.

Então, Sr. Presidente, eu quero agradecer a compreensão de todos os Líderes, bem como o apoio.

Agradeço principalmente ao Presidente Bolsonaro, que montou o seu Ministério escolhendo pessoas de sua confiança, com capacidade técnica. Aos poucos, o Ministério da Economia e os Ministérios afins tiveram na Comissão Mista de Orçamento o amparo para a discussão, para o debate e para a construção dessa peça orçamentária.





CONGRESSO NACIONAL
Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização

Eu até vou responder aqui o elogio do Deputado Gaguim dizendo que uma das pré-condições é que Líder não seja Ministro nunca; tem que ser Líder aqui.

Então, eu quero agradecer o apoio e dizer que vai ser um exercício permanente a construção da independência do orçamento impositivo. Agradeço também a clareza de um Governo que veio aqui várias vezes, através do Ministro Paulo Guedes, através da equipe econômica, discutindo, discordando, mas convergindo para a aprovação histórica do primeiro orçamento impositivo da República Federativa do Brasil. É uma evolução. Ainda há muito a ajustar, mas nós demos o primeiro passo, sob o comando do grande Senador Marcelo Castro.

Muito obrigado a todos.

O SR. PRESIDENTE (Marcelo Castro. MDB - PI) - Nós é que agradecemos as palavras de V.Exa.

Passo agora ao nobre Deputado Alexis Fonteyne.

O SR. ALEXIS FONTEYNE (NOVO - SP) - Sr. Presidente, muito obrigado.

Eu acho que todas as discussões nesta Comissão Mista do Orçamento ultimamente sobre a questão do fundo têm tudo a ver com essa mudança que foi o financiamento público de campanha. Até então, imagino que esta Comissão, da qual eu não fazia parte nos últimos anos, discutia basicamente o Orçamento da União, questões sobre investimentos, e agora as discussões são mais acaloradas.

É óbvio que o Partido Novo não quer e não aceita que seja feito o financiamento público. Não faz muito sentido a economia girar, recolher impostos, isso ir para o Tesouro e ter que ser destinado — esses recursos escassos, difíceis, que saem do suor dos empresários, que saem do suor do trabalhador brasileiro — para financiar campanhas.

Por isso, nós até vamos sugerir para 2022, obviamente, uma reforma para que volte o financiamento privado, mas não o financiamento privado que havia; o financiamento privado em que a empresa pode escolher um partido ou uma ideologia, e não um festival de partidos, não tendo um apoio ideológico, mas querendo ter influência sobre os partidos.

Eu gostaria também de parabenizar o Relator Domingos Neto. É um trabalho de Hércules fazer um relatório desse.

Devo também parabenizar toda a Casa, os Assessores, que devem ter ajudado fartamente esse trabalho, que não é fácil.





CONGRESSO NACIONAL
Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização

Novamente nós insistimos muito nessas discussões que estão sendo feitas pelo Partido Novo, que são muito baseadas na natureza do financiamento. É importante voltarmos para o financiamento privado, que é, na nossa opinião, o que de fato vai possibilitar uma renovação política.

Nós, os 8 Deputados Federais e os 12 Deputados Estaduais do Partido Novo, fomos eleitos com financiamento de pessoas físicas, porque obviamente não tivemos financiamento das pessoas jurídicas. Mas, voltando atrás com relação a isso, nós podemos renovar. Nós temos uma visão de que o financiamento público renova pouco e ainda direciona demais os recursos para aqueles que têm poder de decisão dentro dos partidos políticos.

Fechando a discussão aqui, nós estamos com uma emenda para tentar reduzir ainda mais esses recursos. Isso é importante para o Partido Novo. É uma das nossas bandeiras. Nós ainda vamos tentar votar isso. O nosso Líder, o Deputado Marcel Van Hattem, daqui a pouco, vai discutir e defender essa matéria. Nós percebemos claramente como as redes sociais reagiram mal ao primeiro número, 3,8 bilhões de reais. Há uma pressão social. As pessoas não aceitam que esses recursos saiam dos impostos delas para financiar campanhas. Houve uma redução, que já é reconhecida como positiva pelo Partido Novo, assim como pela sociedade, mas nós ainda queremos mais. Nós gostaríamos que menos e menos recursos saíssem dos cofres públicos com esse fim.

Também houve a sugestão de que fosse usado o lucro das estatais para financiar campanhas. Desculpem, senhores, mas as estatais não são nossas; as estatais são do Estado, são dos cidadãos brasileiros. Nós não temos o direito de pegar lucro de estatais para financiar campanhas eleitorais.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Marcelo Castro. MDB - PI) - Comunico à Casa que está havendo votação nominal na representação da Câmara dos Deputados na sessão do Congresso. Os que quiserem votar podem ir e depois voltar.

Com a palavra o Deputado Bohn Gass.

O SR. BOHN GASS (PT - RS) - Sr. Presidente, eu quero falar sobre três aspectos.

Primeiro, quero fazer um reconhecimento ao Relator, o Deputado Domingos Neto, e aos colegas Deputados que fizeram um esforço enorme para que, nas





CONGRESSO NACIONAL
Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização

pequenas partes em que era possível remanejarmos recursos... Porque a maior parte dos mais de 3 trilhões e 500 bilhões de reais, praticamente 2 trilhões, está destinada a despesas financeiras: juros para pagamento de rentistas, etc. Não é dinheiro para o povo, vamos dizer assim. Dinheiro para o povo é a menor parte do Orçamento!

Talvez o grande debate — o Deputado Edmilson Rodrigues já lembrou isso — seja sobre o fato de que a maior parte dos recursos vai para quem já tem muito dinheiro.

Esse é exatamente o grande problema orçamentário. É mais ou menos o que seria o financiamento privado, em que os ricos é que colocam dinheiro. Então, vai voltar aquela velha história: os ricos colocam dinheiro; poucos vão poder ser candidatos, a maioria do povo não pode ser candidato; depois, os empresários que patrocinam os políticos vão cobrar a conta e vão ter trilhões — o retorno deles vai ser quintuplicado; e o povo vai ficar sem orçamento. Eu acho que é bom que façamos esse debate, porque o financiamento privado é a mãe de toda a corrupção.

O segundo aspecto que eu quero registrar, neste primeiro tema, é o esforço que nós fizemos. Eu quero fazer esse reconhecimento. Eu mesmo fui Relator Setorial e pude perceber que, num tema tão importante para o Brasil, o censo agropecuário e o censo decenal, um levantamento completo feito pelo IBGE, o Governo tem cortado drasticamente os recursos.

Para fazermos esses censos, para as Prefeituras terem dados, para os Governos Estaduais terem dados, nós precisaríamos de 3 bilhões e 100 milhões de reais, e o Governo tem mandado recursos a quem desse valor, em torno de 1 bilhão e 300 milhões de reais. Com a regra de ouro, 800 milhões, chega a 2 bilhões e 200 milhões de reais. Nós fizemos uma emenda, já como Relator Setorial, e conseguimos — o Relator incorporou, eu tenho aqui os dados — mais 108 milhões de reais.

Então, Deputado Orlando Silva — V.Exa. acompanhou de perto isso —, foi uma conquista importante. São mais de 100 milhões. Mas esses recursos ainda são insuficientes; faltam mais de 800 milhões.

Eu quero deixar isso registrado. Inclusive o Líder do Governo vai marcar uma reunião com a Diretora do IBGE, e nós vamos retomar isso no início do ano que vem, para podermos trabalhar suplementações.





CONGRESSO NACIONAL
Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização

Acho que esse assunto não vai terminar aqui, mas eu preciso registrar que esse foi um avanço que conseguimos.

Eu coloquei recursos também para a fiscalização do trabalho escravo, do trabalho infantil; para a inclusão produtiva; o trabalho, emprego e renda, temas das Comissões; o Sistema Nacional de Emprego; a qualificação social dos trabalhadores; a microempresa e pequena empresa; a economia solidária e tantos outros.

O segundo aspecto que eu quero registrar é a derrota que o Orçamento sofreu por causa da Emenda 95, o Teto dos Gastos. E, aqui, eu vou falar o que aconteceu na saúde. Eram 129 bilhões. Aumentou um pouquinho, foi para 135 bilhões, aqui na Comissão. Mas, no ano passado, não eram 135 bilhões, eram 134 bilhões. Então, a elevação na saúde foi mínima!

Na educação, havia 102 bilhões propostos e foi para 102 bilhões e 980 milhões, quase 103 bilhões. Mas, no ano passado, eram 123 bilhões. Ou seja, houve uma perda!

No meio ambiente, houve uma redução. No ano passado, para se ter uma ideia, eram 3,6 bilhões de reais. Agora, baixou. São 2,6 bilhões de reais. Ou seja, foi 1 bilhão de reais a menos, apesar da queima na Amazônia, da lama em Brumadinho e do óleo no Nordeste!

Eu peço mais um minuto para a contestação, Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Marcelo Castro. MDB - PI) - Pois não, nobre Deputado.

O SR. BOHN GASS (PT - RS) - Os recursos para essas áreas foram reduzidos no Orçamento. Isso nós precisamos repor! Vamos fazer destaques do PT em plenário sobre isso.

E aqui eu tenho os dados, Presidente. Isso me preocupa! Nos 3 anos em que está em vigor a Emenda Constitucional nº 95, incluindo o ano que vem — 2018, 2019, 2020 —, nós já perdemos na saúde 18 bilhões e 881 milhões de reais. Ou seja, 19 bilhões de reais já foram perdidos na saúde pelo voto da Emenda Constitucional do Teto de Gastos, o congelamento! Isso nós precisamos debater com a sociedade, para reverter esse quadro.

Por último, quero apresentar a contestação, Presidente. Eu não posso aceitar...

O SR. PRESIDENTE (Marcelo Castro. MDB - PI) - V.Exa., se quiser...

O SR. BOHN GASS (PT - RS) - Posso fazer a contestação posteriormente?





CONGRESSO NACIONAL
Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização

O SR. PRESIDENTE (Marcelo Castro. MDB - PI) - Exatamente.

O SR. BOHN GASS (PT - RS) - Então eu encerro agora e vou fazer a contestação depois. Não podemos tirar dinheiro do servidor público. Isso ainda não está decidido, mas já está colocado neste Orçamento. Isso é inadmissível e, inclusive, inconstitucional!

O SR. HIRAN GONÇALVES (Bloco/PP - RR) - Presidente...

O SR. PRESIDENTE (Marcelo Castro. MDB - PI) - Tem a palavra o nobre Deputado Vicentinho Júnior.

O SR. ORLANDO SILVA (PCdoB - SP) - Sr. Presidente, eu pedi que fizesse a minha inscrição há bastante tempo.

O SR. PRESIDENTE (Marcelo Castro. MDB - PI) - Deputado Orlando Silva, V.Exa. está inscrito. V.Exa. falará no momento oportuno.

O SR. VICENTINHO JÚNIOR (PL - TO) - Ele gosta que eu cite o seu nome sempre nas minhas falas. Sou grato e tenho um carinho muito especial pelo Ministro Orlando Silva.

Sr. Presidente, tendo em vista que estamos encerrando hoje 1 ano de trabalho e que esta é a última reunião da Comissão Mista de Planos neste ano, eu começo com agradecimentos aos nossos técnicos, diga-se de passagem, os melhores que o Brasil pode ter para discutir as pautas do Brasil. Aqui ao lado estão o Wagner, o Walbinson e o Wellington, que nos ajudou na questão da agricultura.

Os meus agradecimentos ao Relator, o Deputado Domingos Neto, muito sensível.

Como bem colocado pelo Deputado Alexis, V.Exa. foi um gigante. Falei mais cedo para a Deputada Dra. Soraya Manato que é esta é a Comissão do consenso e do bom senso. Aqui as coisas andam e acontecem com o bom diálogo, com o bom debate e no seu convencimento. V.Exa., Deputado Domingos Neto, conseguiu abraçar o Brasil, um país continental, e fez um relatório muito bem feito.

Sou aqui, como bem dito pelo Deputado Cacá Leão, a voz de quase 620 brasileiras e brasileiros que aguardaram todo o ano de 2018 para ter a oportunidade de se colocarem à disposição do Brasil, através da nossa valorosa PRF, (*palmas*) moças e rapazes que estavam aqui desde o primeiro momento do ano de 2019 torcendo para que essa peça chegasse e que para que quem a fizesse fosse um rapaz, um Parlamentar tão carinhoso e brilhante como V.Exa.





CONGRESSO NACIONAL
Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização

Agradeço a V.Exa. por ter acatado, nos nossos encaminhamentos, da relatoria da agricultura, o zelo pela nossa EMBRAPA.

Presidente Marcelo Castro, não há pecuária, não há agricultura forte sem pesquisas em debate. A nossa EMBRAPA traz a vanguarda da soja, dos grãos que o Brasil hoje exporta para o mundo e consome. O Relator, o valoroso Domingos Neto, destinou mais 20 milhões à EMBRAPA. Há pouco tempo ele sumiu. Acho que fez isso para achar esses milhões e inteirar os 20 milhões, para atender a EMBRAPA. Os nossos pesquisadores ficam agradecidos. Aliás, o brasileiro agradece, porque consome. Com certeza, mais à frente vai consumir um peixe com melhor qualidade, um grão com mais qualidade, mais saudável, por causa das pesquisas feitas.

Há quem peça sempre agradecimento, e o faço em nome do Deputado Edio Lopes, que mais cedo, numa reunião de Líderes, levantou a questão do ITI — Instituto Nacional de Tecnologia da Informação, que trata da emissão de notas fiscais no Brasil como um todo, para o qual até ali faltava orçamento. Depois desse sumiço por pouco tempo, o Relator apareceu com os 10 milhões que o instituto solicitava para atender a demanda do ano de 2020, para que os seus serviços não fossem penalizados.

Quem me conhece sabe que desde o meu primeiro mandato eu luto muito pela nossa infraestrutura. Desde o PLN 42, mais pela sua bondade do que pela nossa competência, lutamos como pudemos por recursos para as BR-242 e BR-235, que liga o vosso Piauí, Presidente, ao meu Estado do Tocantins, e para as BR-010 e BR-153. Depois de ver o relatório da área da infraestrutura aqui apresentado e de ouvir os números que foram colocados pelo Relator Domingos Neto, tenho certeza de que no ano que vem o Brasil há de ver uma produção forte da pecuária e da agricultura passar pelas rodovias federais de todos os Estados, através dos orçamentos garantidos pelo Relator Domingos Neto.

Agradeço e parablenizo esse senhor, às vezes de olhar forte e sisudo, mas cujo sorriso, quando lhe damos um "legalzinho", logo vem à face. Mas ele é muito equilibrado. Ponderou a boa discussão e conseguiu conciliar a base do Governo com as Oposições, que fazem seu papel legítimo de levantar, aqui nesta Comissão, os debates. Ao final, quem ganha é o Brasil. É importante as Oposições se fazerem presentes aqui, para que o nosso Governo, do qual fazemos parte, possa entender





CONGRESSO NACIONAL
Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização

que nem sempre o tapinha nas costas resolve. Muitas vezes é o bom debate que enriquece esta Comissão.

Parabéns, Presidente! Que em outros anos possamos ter aqui Presidentes tão habilidosos e sensatos como V.Exa.

Fiquei feliz por poder voltar mais um ano a esta Comissão e poder colaborar com o meu Tocantins e com o nosso Brasil.

O SR. PRESIDENTE (Marcelo Castro. MDB - PI) - Agradecemos as palavras carinhosas do nobre Deputado Vicentinho Júnior e atribuímos isso à nossa amizade.

Tem a palavra o Senador Izalci Lucas.

O SR. IZALCI LUCAS (PSDB - DF) - Sr. Presidente, Sras. e Srs. Parlamentares, eu também quero agradecer. Primeiro, pelo apoio, aos Parlamentares do partido, que me deram esta alegria — e, ao mesmo tempo, um pouco de tristeza — de relatar o orçamento da área da educação.

Quero agradecer ao nosso Relator-Geral. Sei da dificuldade de viabilizar o Orçamento para 2020, um orçamento em que temos que enfrentar o teto de gastos e as dificuldades das reformas, que estão acontecendo agora e só terão repercussão em 2021. Mesmo assim, o Relator fez o possível para nos atender. Inclusive, de forma especial, gostaria de lhe agradecer por atender a um pedido que fiz para a Universidade de Brasília, que precisava realmente de uma complementação.

Como Relator da área de educação, gostaria de registrar que eu fiz todo o esforço possível. Por quase 1 mês trabalhei num projeto de lei, que apresentei. Chegamos a fazer uma redação, que não traria nenhum prejuízo a ninguém, a nenhum órgão, a nenhum recurso, sobre o salário-educação. Chegamos ao texto final mantendo as mesmas diretrizes, o mesmo valor, o mesmo percentual, os mesmos programas, apenas para 2020, tomando como parâmetro 2019. Isso poderia abrir a possibilidade de 9 bilhões a mais no orçamento da educação. Infelizmente, nós ainda não conseguimos compatibilizar o discurso com o recurso. O apoio à educação é unânime. Nunca ouvi um Deputado, um Senador, um Governador falar que educação não é prioridade, mas, entre o discurso e a prática, entre a ação e o recurso há uma diferença, há um abismo muito grande.

Ficou constatado que nós deixamos de aproveitar essa grande oportunidade de colocar 9 bilhões na educação este ano por questões pequenas. Primeiro, porque não houve presença maciça de Parlamentares para tentarmos viabilizar isso, e,





CONGRESSO NACIONAL
Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização

segundo, porque aqueles que compareceram pediram audiência e postergaram a aprovação. Com isso foi inviabilizado o prazo. Eu só sei que nós perdemos essa grande oportunidade.

Então, só me resta agradecer, sem querer ofender, pelas migalhas que sobraram para a educação. Na prática, nós temos um orçamento que pode comprometer muito a educação em 2020. Nós temos o desafio do ensino médio, que não tem recursos. Nós temos as escolas cívico-militares, que também não têm recursos. Para a CAPES, por mais que o Relator tenha feito um esforço para ajudá-la, ainda vão faltar muitos recursos. Nós vamos ter de cortar bolsas. Digo isso para V.Exa. entender. Na educação infantil, vão continuar paradas 3 mil obras, porque não há recursos. Essa é a realidade da educação brasileira. Temos que mudar não só a questão dos recursos, mas também o método. Está aí o resultado do PISA, e o Brasil ficou lá embaixo. É péssima a qualidade da educação no Brasil.

Vou aproveitar este momento para, mais uma vez, pedir aos Parlamentares que aproximem um pouco o discurso do recurso.

Parabenizo pelo esforço o Relator e V.Exa., Sr. Presidente, por ter conduzido muito bem a Comissão Mista do Orçamento.

Parabéns a todos!

O SR. DOMINGOS NETO (PSD - CE) - Presidente, permita-me abrir parêntese sobre a CAPES.

O SR. PRESIDENTE (Marcelo Castro. MDB - PI) - Pois não, nobre Deputado Domingos Neto.

O SR. DOMINGOS NETO (PSD - CE) - Acabei de receber uma ligação do Secretário Esteves Colnago, do Ministério da Economia. Ele me disse que já falou com o Secretário Executivo do MEC e que ligaria para o Presidente da CAPES, para garantir a eles que, na execução, terão a condição de fazer o remanejamento no ano que vem. Então, queria registrar que nós fizemos uma sugestão a ele, de algum remanejamento interno, e que ele disse que ligaria para o Secretário Executivo e para o Presidente da CAPES.

O SR. IZALCI LUCAS (PSDB - DF) - O Presidente da CAPES pediu demissão. Mas tudo bem. O próximo já vai...

O SR. DOMINGOS NETO (PSD - CE) - Estou dizendo isso para externar a nossa preocupação com a situação da CAPES.





CONGRESSO NACIONAL
Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização

O SR. IZALCI LUCAS (PSDB - DF) - Está bem. Agradeço a V.Exa.

O SR. PRESIDENTE (Marcelo Castro. MDB - PI) - Eu queria também trazer uma informação ao público, depois da fala do nosso Senador Izalci Lucas, que é a seguinte: o orçamento da educação e o orçamento da saúde que chegaram aqui à CMO, mandados pelo Executivo, receberam mais recursos, ou seja, estão saindo da CMO com um valor acrescido, considerando aquele que chegou.

Por causa das palavras de V.Exa., Senador Izalci, poderia parecer para a opinião pública que o trabalho que nós fizemos foi o de restringir o orçamento, pois V.Exa. falou de migalhas.

O SR. IZALCI LUCAS (PSDB - DF) - Houve um crescimento.

O SR. PRESIDENTE (Marcelo Castro. MDB - PI) - Quero só deixar claro que esse é o orçamento mais restritivo da história. Isso é inegável. Mas, no trabalho feito aqui pela Comissão, pelo Relator, o Deputado Domingos Neto, e pelos Relatores Setoriais, nós reforçamos todas as áreas essenciais, sobretudo as áreas sociais.

O SR. IZALCI LUCAS (PSDB - DF) - Por isso eu fiz questão, Presidente, de elogiar o Relator. De fato, ao que foi encaminhado para cá houve um acréscimo, nas despesas discricionárias, de mais de 2 bilhões, mas o que foi mandado infelizmente não era o valor necessário. Tudo bem. O próprio Ministério, quando propus a lei, no finalzinho, na hora de bater o pênalti, mandou uma nota contrária.

Então, eu só estou registrando que essa questão da educação está acima de Relator, acima de Ministério, acima do Executivo.

O SR. PRESIDENTE (Marcelo Castro. MDB - PI) - É claro, é lógico. É prioridade.

O SR. IZALCI LUCAS (PSDB - DF) - Por isso eu elogiei V.Exa. e o Relator. Mas está muito aquém daquilo que nós precisamos.

O SR. PRESIDENTE (Marcelo Castro. MDB - PI) - É claro.

Tem a palavra o nobre Deputado Claudio Cajado.

O SR. CLAUDIO CAJADO (Bloco/PP - BA) - Presidente, gostaria apenas de dizer ao Relator que nós ficamos muito felizes pelo atendimento. O grande problema foi o que o Deputado Bohn Gass expôs. Porém, pelo exposto no relatório, atendendo ao pedido do Governo, não haverá consequência danosa, porque, se a receita não se efetivar, obviamente, o corte na despesa de pessoal não permanecerá.





CONGRESSO NACIONAL
Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização

Obviamente, essas questões estão sendo impostas ao Executivo. Elas estão sendo impostas. Penso que este orçamento vai ser um pouco de tentativa e erro, porque é a primeira vez que estamos dando impositividade de volumes consideráveis à execução orçamentária.

Eu penso que, se todos os Estados da Federação e os Municípios brasileiros tomarem como base o orçamento que nós estamos votando hoje, Deputado Marcelo Castro, o Piauí...

O SR. PRESIDENTE (Marcelo Castro. MDB - PI) - Pode ter certeza, nobre Deputado, de que seremos inspiração para o Brasil inteiro. *(Risos.)*

O SR. CLAUDIO CAJADO (Bloco/PP - BA) - Eu me reservo o direito de ver como será essa experiência.

O SR. PRESIDENTE (Marcelo Castro. MDB - PI) - Será boa.

O SR. CLAUDIO CAJADO (Bloco/PP - BA) - Eu quero agradecer ao Deputado Domingos Neto, que atendeu ao pleito nosso, do Governo. Com base nisso, nós estamos agradecidos aos Parlamentares como um todo.

Vou aproveitar, Sr. Presidente, para agradecer à Oposição, que foi muito diligente, muito comprometida com o andamento dos trabalhos. A base do Governo, de igual forma. Agradeço ao Deputado Cacá Leão, como Relator, ao Deputado Domingos Neto e ao Senador Oriovisto Guimarães, que foi o Relator do PPA.

Agradeço a V.Exa., Senador Marcelo Castro, que dirigiu a Mesa, ao lado do Vice-Presidente, o Deputado Dagoberto Nogueira. Eu conheço vice que só anda com casca de banana no bolso, mas esse daí, Sr. Presidente, quando via uma, limpava. *(Risos.)*

O Deputado Dagoberto enobreceu muito os nossos trabalhos, ao lado do Senador Marcelo Castro.

Agradeço também ao Walbinson, que representa aqui todos os funcionários da Comissão, cuja excelência é indiscutível no trato com os Parlamentares e na eficiência dos resultados do trabalho.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Marcelo Castro. MDB - PI) - Muito bem, nobre Deputado Claudio Cajado.

Tem a palavra o nobre Deputado Orlando Silva.

O SR. ORLANDO SILVA (PCdoB - SP) - Finalmente, Sr. Presidente.





CONGRESSO NACIONAL
Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização

Sr. Presidente, também somo a minha voz à daqueles que reconhecem a vossa liderança na condução dos trabalhos da Comissão Mista de Orçamento no ano inteiro, ao lado do Deputado Dagoberto Nogueira, assim como reconheço o esforço feito pelo Deputado Domingos Neto na preparação desse relatório.

Entretanto, apesar de reconhecer o trabalho e o esforço de V.Exas., eu devo dizer que a bancada do PCdoB se preocupa muito com o resultado que nós vamos oferecer ao País a partir de 2020. Eu dediquei, Sr. Presidente, todo o esforço que pude, toda a argumentação que tive oportunidade de oferecer ao Deputado Domingos Neto, para que nós enfrentássemos um tema: o tema da habitação popular.

Venho de uma cidade, Sr. Presidente, que tem 1.260 favelas, que tem 3 milhões de pessoas vivendo em favelas, que tem um déficit habitacional de 474 mil unidades. A fila da habitação na Prefeitura já ultrapassou 1 milhão de paulistanos, que requereram acesso a moradia. As condições são precárias para quem mora na beira da Represa de Guarapiranga, na beira da Represa Billings, para aqueles que moram em encostas e em morros na Serra da Cantareira, que, a cada dia, vê em seu território avançarem habitações populares improvisadas.

Quero deixar registrado, Deputado Domingos Neto, que a minha expectativa é a de que, até a votação final, no plenário, nós tenhamos a oportunidade de acrescentar recursos para a habitação popular. Sei que o Relator acrescentou algum recurso. Agradeço pelo gesto feito, mas registro: se nós pudermos, seria muito importante chegarmos ao limite, ampliarmos o financiamento. Nós temos no Programa Minha Casa, Minha Vida 10% daquilo que já foi esse programa nos seus melhores dias. Além do direito à habitação, que está escrito na Constituição, a indústria da construção civil é um dos setores que mais geram emprego, que empregam extensivamente. Então, além de enfrentar um desafio social, essa seria uma medida de impacto na geração de emprego. O desemprego é o maior flagelo que atinge a nossa população.

Portanto, eu quero deixar registrado que, apesar de reconhecer todo o empenho, todo o esforço, observo que o resultado é insuficiente para atender uma série de demandas, particularmente o tema da habitação.

Uma segunda questão, Sr. Relator: eu considero que o Congresso Nacional erra, a Câmara dos Deputados erra e esta Comissão erra, se não fazem o debate





CONGRESSO NACIONAL
Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização

sobre o financiamento eleitoral. O lugar mais conveniente é o lugar do senso comum. Falar que a população brasileira não aceita financiar campanha eleitoral nos leva a uma pergunta: a população brasileira aceita o Congresso Nacional? Se fizermos uma enquete junto à população, talvez o resultado seja de que é melhor fechar o Congresso Nacional, eu não tenho a menor dúvida, ou fechar o Supremo, graças ao desgaste que se produziu quanto à atividade política. Quando nós não defendemos a atividade política, nós não defendemos a democracia. A atividade política é basilar para a democracia.

O Supremo decidiu que não deve haver financiamento privado de campanhas. Por quê? Porque está provado que o financiamento privado de campanhas foi a base da grande corrupção que atacou o Brasil e desgastou a política. Se o Supremo já disse que não pode haver financiamento privado, o financiamento público foi constituído no Brasil. Tentar zerar o financiamento eleitoral é funcional para um punhado de "riquinhos" que coloca a mão no bolso, paga a campanha e, sabe-se lá Deus como, vai recuperar o dinheiro que foi gasto. Já foi demonstrado no Brasil que muitos empresários entregam o dinheiro para campanhas com uma das mãos e recebem muito mais com a outra.

Nós temos que ter responsabilidade ao debater o financiamento de campanhas. É uma opção que o Brasil fez. Em respeito à Suprema Corte, Presidente, a uma decisão da Suprema Corte, esta Casa aprovou o financiamento público de campanhas, como acontece em muitos países.

A mesma valentia com que vejo alguns aqui criticarem o financiamento público de campanhas eu queria ver para criticarem o patrimonialismo de novo tipo, o "patrimonialismo 4.0", que tem a forma de subsídios, que vão para o bolso dos empresários. Não são 2 bilhões, são centenas de bilhões de reais que, todos os anos, são transferidos do orçamento público para o financiamento da incompetência e da incapacidade de muitos setores da economia brasileira. Aqui não há valentia, até porque seriam aqueles que, provavelmente, financiariam as campanhas desses paladinos da defesa do dinheiro público, que, insisto, sabe-se lá Deus como recuperam o dinheiro que colocam. O povo não entende como se colocam milhões do próprio bolso graciosamente.

Portanto, Presidente, esse punhado de "riquinhos" que chegam à política como novidade, na verdade, querem restabelecer o antigo, que é a relação espúria entre a





CONGRESSO NACIONAL
Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização

política e o capital — novidade nenhuma —, querem financiamento de empresa. Quem paga a banda escolhe a música. Seguramente, estabelecer a regra desses com aparência de novos é restabelecer a ordem em que o capital financeiro é que tem força real e decide os rumos do Brasil. Aliás, tanto é assim que conseguem manter os seus privilégios no orçamento público, Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Dagoberto Nogueira. PDT - MS) - O próximo orador inscrito é o Deputado Hiran Gonçalves.

O SR. HIRAN GONÇALVES (Bloco/PP - RR) - Sr. Presidente, Deputado Dagoberto, eu queria transmitir a V.Exa. e ao nosso querido amigo Marcelo Castro os meus parabéns pela condução dos trabalhos. Aliás, o Presidente Marcelo utilizou toda a sua paciência, toda a sua sabedoria e toda a sua tolerância de psiquiatra para cuidar de todas as aspirações da nossa Comissão.

Queria parabenizar o meu querido colega progressista Cacá Leão, que foi o Relator da LDO, e também o querido amigo Domingos Neto, que garantiu recursos — eu falei sobre isso pela manhã, Deputado Domingos, mas acho que V.Exa. não estava presente — para a remuneração dos peritos autônomos da Justiça Federal. Isso garante àquelas pessoas que procuram BPC — Benefícios de Prestação Continuada no INSS, quando não tiverem a sua expectativa de direito assegurada, submeterem-se na Justiça Federal a perícia que poderá rever essa questão da expectativa que as pessoas mais pobres deste País têm quando ficam temporariamente incapacitadas para o trabalho.

Queria agradecer também, em nome da ANTEFFA — Associação Nacional dos Técnicos de Fiscalização Federal Agropecuária, aqui representada, por ter ficado garantida no Orçamento a reestruturação da carreira. Eu sou Deputado oriundo de um Estado limítrofe com países que vivem uma situação de grande vulnerabilidade, como Venezuela e Guiana, onde há, por exemplo, infestação de mosca da carambola, e sei da importância desses técnicos para a fiscalização agropecuária no meu Estado.

Quero agradecer a todos pelo trabalho. Vamos em frente! Apesar de toda a restrição, eu acho que o relatório é digno de elogios por todas as bancadas integrantes da CMO.

Parabéns a todos!





CONGRESSO NACIONAL
Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização

O SR. PRESIDENTE (Dagoberto Nogueira. PDT - MS) - O próximo orador inscrito é o Deputado Hildo Rocha.

O SR. HILDO ROCHA (Bloco/MDB - MA) - Deputado Dagoberto Nogueira, que preside a reunião neste momento, colegas Deputados, aqui se discutiu a respeito do fundo eleitoral. O Deputado Orlando terminou de falar a respeito desse assunto. Há partidos que defendem que a campanha eleitoral deve ser bancada com dinheiro de empresas, que acham que ela não deve ser bancada com dinheiro público. O dinheiro público iguala todos os candidatos, todos os partidos. São os mesmos que defenderam ontem que se dê, nos próximos 10 anos, 107 bilhões apenas para um setor, o setor da informática no Brasil, em incentivos. Se nós adotássemos o valor de 2,5 bilhões para cada eleição, em 10 anos, tendo em vista que haveria duas eleições, seriam 5 bilhões, 20%, para gastar com a democracia.

Determinadas empresas — e isto foi demonstrado na Lava-Jato — financiavam as candidaturas para que trabalhassem, dentro do Congresso Nacional, na Câmara e no Senado, em favor delas, para ganharem concorrências, para ganharem licitações, muitas delas fraudulentas. Vimos no que deu. Agora defendem que volte o que era feito antes? Será que é isso o que estão querendo? Eu não acho correto.

Com relação ao relatório do grande Deputado e nosso amigo Domingos Neto, eu quero parabenizá-lo e dizer que tive a responsabilidade, designado pelo Senador Marcelo Castro, de ser o Relator Setorial da área da saúde.

O setor da saúde está recebendo 4 bilhões acima do piso. Eu quero saber se hoje algum jornal ou alguma televisão vai dizer que o Congresso Nacional está aumentando em 4 bilhões e 400 milhões a receita para a saúde. Isso é o que nós estamos fazendo hoje. Nós estamos aumentando o gasto com atenção básica, Sr. Presidente. Em 2019, o gasto com atenção básica foi de 30 bilhões. Para o ano de 2020, vai ser de 36 bilhões, 20% a mais. Para a assistência hospitalar foram 63 bilhões neste ano, e estão autorizados 69 bilhões para o próximo ano. Para a epidemiologia, que tinha sido cortada pelo Governo, nós aumentamos os recursos em mais de 120 milhões.

Foi um trabalho do Deputado Hildo Rocha e do Deputado Domingos Neto, a quem agradeço por ter feito a complementação. Ele honrou aquilo com que se comprometeu com o Deputado Hildo Rocha.





CONGRESSO NACIONAL
Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização

Parabéns pelo seu trabalho, que foi muito bom! V.Exa. está prestando um grande serviço ao Brasil. Logo V.Exa. vai merecer uma estátua na frente do Congresso Nacional, porque está dando ao Legislativo o seu devido poder. Esta é a Casa da representação do povo brasileiro, esta é a Casa também, quando me refiro ao Senado, das Unidades da Federação, dos representantes dos Estados e dos Municípios.

Parabenizo também o Senador Marcelo Castro, pela condução dos trabalhos. V.Exa., que é médico, com o seu trabalho, fez o orçamento da saúde do Brasil aumentar, deste ano para o ano que vem, em 4 bilhões e 400 milhões. V.Exa. trabalhou para isso, junto com o Deputado Domingos Neto e os demais membros desta Comissão.

O SR. EDMILSON RODRIGUES (PSOL - PA) - E para a saúde mental? Houve aumento?

O SR. HILDO ROCHA (Bloco/MDB - MA) - Eu tenho certeza de que o Piauí se orgulha do trabalho que V.Exa. está fazendo. Boa parte desse dinheiro vai para o Piauí. E não vai ser contingenciado da forma como era contingenciado graças ao trabalho realizado por esta Comissão.

Parabéns a todos!

Parabenizo também o Deputado Dagoberto Nogueira, que foi um bom Vice-Presidente, e todos os consultores e assessores da Comissão. Também parabenizo o grande Deputado Cacá Leão, que realizou um belíssimo trabalho com a LDO e deu liberdade ao Relator da LOA 2020 para fazer o que nós esperávamos. A população brasileira vai ficar muito satisfeita e, tenho certeza, o Presidente Bolsonaro também.

O SR. PRESIDENTE (Marcelo Castro. MDB - PI) - A discussão e o prazo para apresentação de destaques estão encerrados.

Há uma contestação sobre a mesa, a Contestação nº 1, de 2019, da CMO, ao voto do Relator do PLN 22, de 2019, pela inconstitucionalidade das emendas à despesa aprovadas com recursos decorrentes do cancelamento de dotações com pessoal e encargos sociais do PLOA 2020.

O autor da contestação é o Deputado Bohn Gass, juntamente com o Deputado Edmilson Rodrigues, o Deputado Dagoberto, o Deputado Orlando Silva, o Deputado Beto Faro e o Deputado Gonzaga Patriota.





CONGRESSO NACIONAL
Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização

Tem a palavra o Deputado Bohn Gass, para defender a sua contestação.

O SR. BOHN GASS (PT - RS) - Presidente, primeiro eu quero agradecer aos colegas Deputados signatários.

Para que fique claro, este é um tema com o qual não estamos muito habituados a trabalhar aqui. Talvez seja a primeira contestação feita nesta reunião. Então, peço a atenção de V.Exa. e da comunidade, para que a compreendam.

O que está em curso? O Governo do Presidente Bolsonaro mandou para esta Casa a Proposta de Emenda à Constituição nº 186, que está tramitando no Senado, que não foi sequer aprovada e que está na linha do regime fiscal. É uma medida fiscalista a dar com um pau, digamos assim. Trata-se de cortar, cortar, cortar. De onde? Dos programas sociais, de áreas de desenvolvimento, de investimentos. Nunca vai cortar de banqueiros, nunca vai cortar do andar de cima, só do povão. Agora, na linha do ajuste fiscal, querem criminalizar servidor público.

Pasmem, servidores públicos federais dos Estados e dos Municípios: vocês poderão ter as horas de trabalho reduzidas e, agora, ter o salário reduzido. Eu repito: o Governo Bolsonaro mandou uma proposta de emenda à Constituição para esta Casa que prevê redução de salário de servidor público. Então, um posto de saúde pode fechar por não ter servidor. Uma inspeção do Ministério do Trabalho pode não acontecer — e já estão sendo destruídos exatamente os instrumentos de fiscalização de trabalho escravo, de trabalho infantil — porque vai ser reduzida a jornada de trabalho dos servidores. Uma inspeção sanitária pode não acontecer — e temos um embargo na nossa produção, do agronegócio brasileiro — porque vai ser reduzido o salário. Uma escola pode não ter mais professor, e o aluno pode não ter mais educador na escola, porque vai haver redução de salário. Essa PEC prevê redução de salário! Pasmem!

O que o Relator fez, como já registrei aqui? Mesmo que essa emenda à Constituição não esteja aprovada, ele já a inclui, para auferir recursos do Orçamento do ano que vem. Condicionados, é óbvio, porque não está aprovado. Serão retirados — e vou ler, tenho os dados aqui — 2 bilhões, 305 milhões, 238 mil e 337 reais do Ministério da Educação! De salário nesta área. Do Ministério da Saúde, 436 milhões, 902 mil e 551 reais. Eu poderia citar todos os outros, até chegar à redução programada de 6 bilhões e 175 milhões.





CONGRESSO NACIONAL
Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização

Eu já fiz essa manifestação. Falei pessoalmente com o nobre colega Relator. Falei no Colégio de Líderes, Presidente Marcelo Castro. Pelo convencimento de que isso é inconstitucional — e sequer esta medida está aprovada —, nosso partido votará contra. Esse ajuste fiscal que quer diminuir salário de servidor público do País e prejudicar a educação e a saúde neste País não pode passar, muito menos já ser incorporado. Essa é a nossa discordância, inclusive da constitucionalidade da proposta.

Nobre Presidente, colegas Deputados e Senadores, era isso o que eu queria apresentar a V.Exas., em suma. A contestação estará disponível a todos, mas vou ler o último parágrafo:

Requer, assim, que sejam declaradas inadmitidas todas as emendas que se valerem dos recursos decorrentes de cancelamento das despesas com pessoal e encargos sociais, por ferirem dispositivo constitucional. Ademais, deve-se recompor as despesas com pessoal canceladas, visto que não existe nem erro ou omissão que possa justificar aquele cancelamento.

As pessoas perguntam: "Por que só diminuiu do Executivo, e não diminui do Judiciário, e não diminui do Legislativo?".

(Intervenção fora do microfone.)

O SR. BOHN GASS (PT - RS) - Não, a PEC não trata disso. De todos os órgãos? *(Pausa.)*

Eu só quero alertá-los sobre esse ponto. Concluo.

Neste momento, nós vamos ter congelamento de salários. Repito: o Congresso não tem mais aprovação da LDO, o Congresso negou — negou! — uma emenda que nós apresentamos, para que o salário mínimo fosse reajustado em percentual acima da inflação.

Se fizermos um levantamento do valor do salário mínimo desde que Lula assumiu, veremos que seria hoje de 573 reais, não de 998 reais. O que Lula fez foi uma coisa maravilhosa, Senador Marcelo Castro: ele reajustou o salário mínimo em percentual acima da inflação. O salário mínimo está em 998 reais, e nós achamos pouco, mas seria de 573 reais, se não tivesse sido reajustado em percentual acima da inflação.

Nós queríamos que o salário mínimo para o ano que vem tivesse reajuste acima da inflação — e há um projeto de lei tramitando na Casa sobre isso —, que





CONGRESSO NACIONAL
Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização

chegasse a pelo menos 1.052 reais. Para o povo trabalhador, 30 reais a mais é muito importante. Aí o Presidente mandou para cá uma proposta de 1.039 reais, e já saiu a proposta, que é exatamente a de 1.031 reais.

Não dá para aceitar que, além de congelar salário de trabalhador, para comprar comida, para sair dessa estagnação econômica que vemos no Brasil, nós vamos diminuir salários.

A Assessoria me informa, Deputado Domingos Neto, que é exclusivamente do Executivo. Vamos ver isso depois, mas eu tenho informação segura de que é apenas do Executivo que se está tirando isso. Nós não podemos concordar.

Eu faço essa contestação exatamente para impedir que se diminua salário de servidor para pagar o ajuste fiscal dos banqueiros, enquanto se congelam salários. É isso o que Paulo Guedes está apresentando.

O SR. PRESIDENTE (Marcelo Castro. MDB - PI) - Após ouvir o autor e de acordo com o art. 148 da Resolução nº 1, de 2006, do Congresso Nacional, esta Presidência decide, preliminarmente, pelo deferimento da contestação.

Passo a palavra ao Relator, para que emita o seu parecer.

O SR. DOMINGOS NETO (PSD - CE) - Presidente, na fala sobre banqueiro, o Deputado mesmo sabe que está mentindo.

O que está sendo feito, tendo como fonte a estimativa, está numa despesa condicionada. Inclusive, para que fique claro, está aqui o representante da Liderança do Governo, o Deputado Claudio Cajado. Nós a estamos incorporando ao texto, o texto enviado pelo Executivo, para permitir, no caso de não aprovação, a recomposição integral das dotações de origem.

O que está sendo feito aqui, Presidente? O Congresso, que tem essa agenda, é o mesmo Congresso que vota a PEC. Nós estimamos, no caso de uma PEC como essa, que tem grande impacto e que é prioridade, que seus efeitos surgirão apenas a partir de junho. Já estimamos que esse cálculo tem uma previsão temporal, que isso será fonte para despesas condicionadas. Ou seja, não aprovou, não faz a despesa.

E V.Exa. sabe, porque está no meu relatório, que essas despesas estão distribuídas pelas áreas de saúde, educação, Ministérios do Desenvolvimento Regional e da Infraestrutura, pelas mais diversas áreas. Portanto, não é verdade o que V.Exa. diz, que é para atender a banqueiro. Pelo contrário. Isso já está





CONGRESSO NACIONAL
Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização

destinado lá. A fonte é vinculada. E o texto enviado pelo Governo que cria o gatilho da recomposição automática também já está atendido.

Nesse ponto, Presidente, fica claro que a previsão de legislação em trâmite não é uma inovação. Em outros anos, o Congresso... Por exemplo, no ano passado, constava na estimativa de receita a privatização da ELETROBRAS. Então, essa é uma questão superada.

V.Exa. sabe que o que estamos fazendo é apenas apresentar a destinação, caso seja votada e aprovada a matéria. Se não, isso terá que ser feito via PLN. Estamos apenas antecipando esse passo, e pronto. Se não for aprovado, o dispositivo que faz voltar diretamente para as fontes já está posto. Então, não há prejuízo algum, no caso da não aprovação desse texto.

O que nós estamos fazendo? Se temos um orçamento impositivo, no qual nós empoderamos as decisões do Congresso e temos a expectativa de que... Nós estamos falando da PEC 186. Mas a regra pela qual nós podemos antecipar ações de medidas legislativas foi aprovada no parecer preliminar. E por quê, exatamente? Se vamos ter redução de despesa obrigatória, o que permite nova despesa discricionária, e já está tudo distribuído, como falei, em despesa condicionada, por que vamos deixar que isso seja feito por PLN no ano que vem? Quero só deixar claro, Presidente.

Em relação ao dispositivo sobre o qual o Executivo tinha dúvida, quanto à recomposição integral no caso de não aprovação, o Deputado Claudio Cajado já trouxe o texto do Executivo, que está integralmente atendido na minha complementação de voto.

O SR. PRESIDENTE (Marcelo Castro. MDB - PI) - A contestação está em votação na representação...

O SR. BOHN GASS (PT - RS) - Sr. Presidente...

O SR. PRESIDENTE (Marcelo Castro. MDB - PI) - A contestação não tem discussão,...

O SR. EDMILSON RODRIGUES (PSOL - PA) - Quero orientar o voto do PSOL.

O SR. PRESIDENTE (Marcelo Castro. MDB - PI) - ... não tem orientação, não tem encaminhamento de votação...

O SR. EDMILSON RODRIGUES (PSOL - PA) - Tem, Presidente. Como é que um partido não pode expressar a sua opinião?





CONGRESSO NACIONAL
Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização

O SR. PRESIDENTE (Marcelo Castro. MDB - PI) - Não tem.

O SR. EDMILSON RODRIGUES (PSOL - PA) - Eu sou coautor da iniciativa inclusive.

O SR. PRESIDENTE (Marcelo Castro. MDB - PI) - Eu não tenho culpa. É o Regimento.

O SR. EDMILSON RODRIGUES (PSOL - PA) - Presidente, eu não estou obstruindo. Eu poderia me somar a partidos e obstruir. Peço o mínimo de sensibilidade...

O SR. BOHN GASS (PT - RS) - Também acho, Sr. Presidente. Eu também gostaria, se houvesse essa sensibilidade, de comentar o tema por pelo menos 1 minuto. Acho que seria melhor para o andamento dos trabalhos. Não vai haver votação nominal. Cada um poderia se manifestar e depois...

O SR. PRESIDENTE (Marcelo Castro. MDB - PI) - Tudo bem.

Peço ao Deputado Bohn Gass, que tem colaborado demais com os trabalhos da Comissão desde o início, que sempre faz suas ponderações com muito comedimento, com muita razão, que sempre colaborou no sentido de que as coisas andassem em favor do nosso País, que desconsidere essa palavra do nobre Relator Domingos Neto, que tem sido um gigante no trabalho desde o início. Devemos considerar o estresse em que ele está. São vários dias e noites trabalhando incansavelmente. Emagreceu demais... (*Risos.*)

O SR. BOHN GASS (PT - RS) - Presidente, conceda-nos 1 minuto para fazermos a manifestação, a mim e ao Deputado Edmilson Rodrigues. Será melhor para o andamento dos nossos trabalhos, Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Marcelo Castro. MDB - PI) - Vou conceder-lhes 1 minuto, mas peço aos demais companheiros que não peçam 1 minuto também, porque abrimos um precedente e isso iria nos atrasar. Na verdade, estamos descumprindo o Regimento, que não permite discussão nem orientação.

Tem a palavra por 1 minuto V.Exa., para a sua tréplica.

O SR. BOHN GASS (PT - RS) - Eu queria apenas sugerir ao colega Deputado que não defenda tanto o Ministro Paulo Guedes e o Governo.

Quando falei em dar dinheiro para banqueiro com o regime fiscal, eu estava falando do Orçamento do Governo. Repito: dos 3 trilhões e meio, 2 trilhões vão para





CONGRESSO NACIONAL
Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização

lá, e nós trabalharemos aqui com apenas 1 trilhão e meio. Então, é essa a crítica. Falo isso até para posicionar bem o nosso debate com o colega.

Quanto ao outro tema, o tema da constitucionalidade, eu refaço, aí sim. É uma questão que não vou mais debater, porque já a apresentei. Aí a crítica é ao Governo. O Governo vai manter os trilhões para os banqueiros, para os grandes, e do servidor público, do trabalhador, vai tirar. Essa é a questão. Não é uma crítica ao Relator, é uma crítica ao Orçamento e à proposta do Governo.

Quero deixar bem claro, até porque, independentemente do estresse das pessoas, nós precisamos sempre colocar isso com a postura correta.

O SR. PRESIDENTE (Marcelo Castro. MDB - PI) - Tem a palavra por 1 minuto o Deputado Edmilson Rodrigues.

O SR. EDMILSON RODRIGUES (PSOL - PA) - Questão de memória: eu fui o autor, representando o PSOL, do destaque ao item 11, acrescido de 10 a 13 pelo Relator-Geral, o Deputado Domingos Neto. Qual era a argumentação? Exatamente a de que, no relatório preliminar, o item 11 estabelecia para o Relator o superpoder de inclusive considerar efeitos legislativos que ainda estão em forma de projetos, que não foram aprovados, como é o caso da PEC 186, que autoriza a redução de jornada de trabalho e, proporcionalmente, a redução de salários. Ora, nós podemos listar aqui todas as áreas. Eu achei que o Deputado Domingos Neto diria: *"O senhor sabe que eu não estou tirando dinheiro só da educação. Vamos reduzir o salário também de médicos, enfermeiros, de todas as áreas"*. Mas não. Ele usou um argumento que eu não entendi muito.

Só da educação são mais de 2 bilhões. Então, se não é para favorecer banqueiros e grandes corporações, que façamos a retirada dos benefícios fiscais, das despesas com o capital financeiro, em vez de impor redução de salário a trabalhadores em educação, num país que vive uma crise educacional e que vive uma conjuntura muito perversa, com um Ministro que não tem qualquer respeito à educação, aos educadores, com um Presidente que não sabe escrever e muito menos sabe o significado de uma expressão que tem tudo a ver com ele, com as milícias, com a corrupção, com a violência, com quem pensa só em bala e armamento, e nada tem a ver com um pensador, um gênio da humanidade, conhecido mundialmente, o Paulo Freire.





CONGRESSO NACIONAL
Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização

Por isso assinei a iniciativa proposta pelo Deputado Bohn Gass, com muita honra.

Obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Marcelo Castro. MDB - PI) - A contestação está em votação na representação da Câmara dos Deputados.

O Srs. Deputados que a aprovam se manifestem, os demais fiquem como estão. *(Pausa.)*

A contestação foi rejeitada, com o voto contrário dos Deputados Orlando Silva, Bohn Gass, André Figueiredo, Vander Loubet, Edmilson Rodrigues e Dagoberto Nogueira. A contestação foi, portanto, rejeitada na Câmara dos Deputados.

O SR. BOHN GASS (PT - RS) - Quase chegou lá.

O SR. PRESIDENTE (Marcelo Castro. MDB - PI) - A contestação está rejeitada.

A discussão e o prazo para apresentação de destaques estão encerrados.

Foram apresentados 21 destaques, e foi pedida a retirada de um deles pelo autor.

O Líder Marcel pediu para encaminhar antes da votação final do relatório — é isso, Líder?

O SR. MARCEL VAN HATTEM (NOVO - RS) - Não, eu só queria ressaltar o destaque do NOVO para ser votado depois. Até posso encaminhar antes.

O SR. PRESIDENTE (Marcelo Castro. MDB - PI) - Então, foram apresentados 21 destaques.

O relatório final, com complementação de voto, está em votação, ressaltados os destaques.

Em votação na representação da Câmara dos Deputados.

Os Srs. Parlamentares que o aprovam permaneçam como se acham. *(Pausa.)*

Aprovado, com o voto contrário dos Deputados Vander Loubet, Bohn Gass, Orlando Silva e Edmilson Rodrigues.

Em votação na representação do Senado Federal.

Os Srs. Parlamentares que o aprovam permaneçam como se encontram. *(Pausa.)*

Aprovado.





CONGRESSO NACIONAL
Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização

O relatório do nobre Deputado Domingos Neto foi aprovado, ressalvados os destaques.

Vamos, então, aos destaques.

O SR. MARCEL VAN HATTEM (NOVO - RS) - Sr. Presidente, eu gostaria de defender a separação do nosso destaque.

O SR. CLAUDIO CAJADO (Bloco/PP - BA) - Sr. Presidente, os demais destaques serão apreciados em globo?

O SR. PRESIDENTE (Marcelo Castro. MDB - PI) - Sim.

O SR. CLAUDIO CAJADO (Bloco/PP - BA) - Vamos votar agora?

O SR. PRESIDENTE (Marcelo Castro. MDB - PI) - Sim.

O SR. CLAUDIO CAJADO (Bloco/PP - BA) - Estão rejeitados ou acatados?

O SR. PRESIDENTE (Marcelo Castro. MDB - PI) - Um destaque foi pinçado pelo nobre Deputado Marcel Van Hattem.

O SR. CLAUDIO CAJADO (Bloco/PP - BA) - Sim, fruto do acordo.

O SR. DOMINGOS NETO (PSD - CE) - Nós temos dois destaques.

O SR. EDMILSON RODRIGUES (PSOL - PA) - Sr. Presidente, pela ordem. Eu tinha entendido que um único destaque tinha sido retirado.

O SR. DOMINGOS NETO (PSD - CE) - Há outro, mas eu estou recebendo...

O SR. EDMILSON RODRIGUES (PSOL - PA) - A proposta do Líder do Governo na Comissão, inclusive, fez com que o NOVO retirasse o destaque aqui, para que fosse submetido lá ao Plenário.

O SR. MARCEL VAN HATTEM (NOVO - RS) - Não. Nós retiramos a obstrução, não o destaque.

O SR. PRESIDENTE (Marcelo Castro. MDB - PI) - Deixe-me falar. V.Exa. vai entender.

O SR. MARCEL VAN HATTEM (NOVO - RS) - Nós retiramos a obstrução, não o destaque.

O SR. EDMILSON RODRIGUES (PSOL - PA) - Aqui?

O SR. MARCEL VAN HATTEM (NOVO - RS) - Aqui não, mantivemos.

O SR. PRESIDENTE (Marcelo Castro. MDB - PI) - Apreciação dos destaques.

Srs. Parlamentares, o art. 139, § 2º, da Resolução nº 1, de 2006, do Congresso Nacional estabelece:





CONGRESSO NACIONAL
Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização

Art.139.....

.....

.....

.....

§ 2º Não será aceita solicitação para votação em separado de destaque, após a aprovação de requerimento para votação em globo dos destaques.

Sendo assim, solicito autorização do Plenário para proceder à votação em globo dos destaques por tipo de voto do Relator.

O Deputado Marcel destacou o seu, então esse vai ficar fora aqui da votação em globo. Ele foi pinçado e será votado à parte.

A proposta para votação...

O SR. DOMINGOS NETO (PSD - CE) - Sr. Presidente, só há um destaque, o do Deputado Gurgel, que nós vamos acatar. Então fica prejudicado... O outro destaque é o do NOVO.

O SR. PRESIDENTE (Marcelo Castro. MDB - PI) - Qual é o destaque?

O SR. DOMINGOS NETO (PSD - CE) - Não precisamos nem votar em globo.

O SR. HILDO ROCHA (Bloco/MDB - MA) - Sr. Presidente, pela ordem.

O SR. DOMINGOS NETO (PSD - CE) - O Destaque nº 21 já está atendido.

O SR. HILDO ROCHA (Bloco/MDB - MA) - Sr. Presidente, pela ordem.

O SR. EDMILSON RODRIGUES (PSOL - PA) - Com todo o respeito, é difícil votar em destaque sem saber o que ele representa.

O SR. HILDO ROCHA (Bloco/MDB - MA) - Não temos conhecimento dos destaques, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Marcelo Castro. MDB - PI) - Como?

O SR. HILDO ROCHA (Bloco/MDB - MA) - Eu peço que distribua os destaques. Nós não temos conhecimento dos destaques.

(Intervenção fora do microfone.)

O SR. HILDO ROCHA (Bloco/MDB - MA) - São só dois destaques então?

O SR. PRESIDENTE (Marcelo Castro. MDB - PI) - Não, são 21 destaques, sendo que 1 foi retirado, 1 foi pinçado e 1 foi aprovado.

O SR. HILDO ROCHA (Bloco/MDB - MA) - Peço que a Mesa distribua os destaques para deles termos conhecimento.

O SR. PRESIDENTE (Marcelo Castro. MDB - PI) - Está na página, Deputado.





CONGRESSO NACIONAL
Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização

O SR. HILDO ROCHA (Bloco/MDB - MA) - Não está.

O SR. EDMILSON RODRIGUES (PSOL - PA) - Não, não está. Não está disponibilizado, Sr. Presidente. Aí fica difícil votar.

O SR. BOHN GASS (PT - RS) - Sr. Presidente, tenho uma sugestão, uma questão de ordem.

O SR. PRESIDENTE (Marcelo Castro. MDB - PI) - Com a palavra o nobre Deputado Bohn Gass.

O SR. BOHN GASS (PT - RS) - Sr. Presidente, não seria interessante solicitarmos que o Relator, que tem os destaques, desse o seu parecer? Eu também não tenho conhecimento dos destaques. Até podemos votar em globo, mas ao menos precisamos saber quais são os destaques.

O SR. PRESIDENTE (Marcelo Castro. MDB - PI) - Deputado Domingos Neto, se V.Exa. quiser, podemos suspender a sessão por 5 minutos.

(Intervenção fora do microfone.)

O SR. PRESIDENTE (Marcelo Castro. MDB - PI) - Não há necessidade.

O SR. DOMINGOS NETO (PSD - CE) - Sr. Presidente, o nosso encaminhamento é pelo acatamento do Destaque nº 21 e pela rejeição em globo dos demais.

O SR. PRESIDENTE (Marcelo Castro. MDB - PI) - Deixe-me esclarecer aqui...

O SR. HILDO ROCHA (Bloco/MDB - MA) - Sr. Presidente, eu queria mais uma vez ...

O SR. PRESIDENTE (Marcelo Castro. MDB - PI) - Só um instante.

O SR. HILDO ROCHA (Bloco/MDB - MA) - Eu vou pedir verificação, Sr. Presidente. Ou temos acesso ao conteúdo, ou não poderei votar sem saber o que é.

O SR. PRESIDENTE (Marcelo Castro. MDB - PI) - Deputado, seria melhor V.Exa. se reunir com os Parlamentares...

O SR. CLAUDIO CAJADO (Bloco/PP - BA) - Sr. Presidente, ele não está rejeitando os destaques? O que o Deputado Hildo está querendo saber é qual ele aceitou.

O SR. DOMINGOS NETO (PSD - CE) - O que estou aceitando é um remanejamento do mesmo autor, no mesmo valor, sem acréscimo de nada, que pediu para trocar de uma área e botar para outra. É só isso.





CONGRESSO NACIONAL
Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização

O SR. CLAUDIO CAJADO (Bloco/PP - BA) - Só esse e os demais rejeitados e pinçados do Deputado Marcel Van Hattem. Está resolvido.

O SR. PRESIDENTE (Marcelo Castro. MDB - PI) - Só para esclarecer: o Destaque nº 1 foi retirado pelo autor; o Destaque nº 2, que é de autoria do Deputado Marcel Van Hattem, foi pinçado; os Destaques de nºs 3 a 20 foram rejeitados; o Destaque nº 21 foi aprovado pelo autor, que está justificando que é apenas um remanejamento.

O SR. HILDO ROCHA (Bloco/MDB - MA) - Já entendi.

O SR. PRESIDENTE (Marcelo Castro. MDB - PI) - Vamos votar em globo os Destaques de nºs 3 a 20, que foram rejeitados pelo autor.

Solicito então ao Plenário autorização para proceder à votação em globo dos destaques.

Em votação na representação da Câmara dos Deputados.

Os Srs. Parlamentares que estejam de acordo permaneçam como se acham.

(Pausa.)

Aprovada.

Em votação na representação do Senado Federal.

Os Srs. Parlamentares que a aprovam permaneçam como se encontram.

(Pausa.)

Aprovada.

Vamos colocar agora em votação o Destaque nº 21, cujo parecer do Relator foi pela aprovação.

Em votação na representação da Câmara dos Deputados.

O SR. EDMILSON RODRIGUES (PSOL - PA) - Sr. Presidente, só para explicar: tira de onde e põe onde?

O SR. PRESIDENTE (Marcelo Castro. MDB - PI) - Ele já explicou. Não tira, só remaneja de um lugar para o outro.

O SR. HILDO ROCHA (Bloco/MDB - MA) - Só tira de custeio para investimento, é o mesmo valor. É só isso.

O SR. PRESIDENTE (Marcelo Castro. MDB - PI) - Em votação na representação da Câmara dos Deputados o Destaque nº 21, aprovado pelo Relator.

Os Srs. Parlamentares que estejam de acordo permaneçam como se acham.

(Pausa.)





CONGRESSO NACIONAL
Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização

Aprovado.

Em votação na representação do Senado Federal.

Os Srs. Parlamentares que estejam de acordo permaneçam como se encontram. *(Pausa.)*

Aprovado.

O Destaque nº 21 foi aprovado.

O SR. MARCEL VAN HATTEM (NOVO - RS) - Nós queremos encaminhar o nosso destaque.

O SR. PRESIDENTE (Marcelo Castro. MDB - PI) - Agora vamos à votação em globo dos destaques pela rejeição, os Destaques de nºs 3 ao 20.

Os Srs. Parlamentares da Câmara dos Deputados que estejam de acordo com o parecer do Relator permaneçam como se acham. *(Pausa.)*

Aprovado. Melhor dizendo, rejeitado. Aprovada a rejeição. *(Risos.)*

Em votação na representação do Senado Federal.

Perdão, não vai ao Senado. Foi rejeitado.

O SR. CLAUDIO CAJADO (Bloco/PP - BA) - Sr. Presidente, antes de V.Exa. iniciar o destaque do Deputado Marcel Van Hattem... Vai ser agora, não é?

O SR. PRESIDENTE (Marcelo Castro. MDB - PI) - Pois não, Deputado.

O SR. CLAUDIO CAJADO (Bloco/PP - BA) - Eu quero apenas dar conhecimento de que protocolei na Secretaria da Comissão o ofício enviado pelo Deputado João Carlos Bacelar a respeito do destaque que foi feito no relatório de obras irregulares, com relação ao trecho da BR-116, do quilômetro 334,23 ao quilômetro 387,41, com a justificativa do DNIT.

Eu apenas peço que conste em ata que o Deputado João Carlos Bacelar apresentou a justificativa do DNIT, corroborando os argumentos que foram expostos pelos Deputados que defenderam o destaque e, conseqüentemente, a derrubada, com a exclusão dessa obra do rol de obras irregulares.

O SR. PRESIDENTE (Marcelo Castro. MDB - PI) - Tem a palavra o nobre Deputado Marcel Van Hattem, para fazer a defesa do seu destaque, pelo prazo de 3 minutos.

O SR. MARCEL VAN HATTEM (NOVO - RS) - Cinco minutos, Presidente.

Sr. Presidente, caros colegas Deputados e Senadores, faço aqui um agradecimento ao Líder do PSL, o Deputado Filipe Barros, que está aqui para, junto





CONGRESSO NACIONAL
Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização

conosco, pedir a verificação nominal, e peço ao Deputado José Nelto, do Podemos, que possa vir o quanto antes, também, para nos auxiliar na verificação nominal que pediremos em seguida.

Sr. Presidente, nós encaminhamos um destaque para reduzir o valor do fundo eleitoral, que está em 2 bilhões de reais. O ideal é zero. A nossa defesa é que não haja dinheiro público para financiamento de campanhas. Mas, enquanto existir essa lei que obriga o financiamento público, que seja o mínimo possível. E, com esse nosso destaque, nós conseguimos retirar do orçamento mais de 1 bilhão de reais para campanhas eleitorais, colocando o patamar em 765 milhões de reais para o fundo. Ainda é muito dinheiro, Sr. Presidente, caros colegas, é muito dinheiro, que faz falta em muitas áreas, saúde, segurança, educação, e nós vamos continuar batendo nessa tecla. No entanto, é praticamente o mínimo possível, de acordo com a legislação. Por isso, o NOVO apresentou esse destaque e espera o apoio de todos os colegas Deputados.

Estamos desconstruindo muitos mitos que são espalhados sobre o fundo eleitoral. Um deles é que democratiza o acesso à política. É mentira, é mentira. Ou que evitaria que os mais ricos fossem os únicos a fazer política. É mentira, é mentira.

Vejamos o valor médio recebido por faixa de renda: aqueles que estão numa faixa de renda acima de 1 milhão de reais por ano receberam mais de 500 mil reais de dinheiro público para fazer campanha; os mais pobres, aqueles que estão numa faixa de renda menor, receberam em torno de 58 mil reais. É um mito dizer que o dinheiro público torna mais democrática a campanha eleitoral.

Mais do que isso, Sr. Presidente, o valor médio recebido por quem é novato, dentre os partidos que usam dinheiro do fundo — e o NOVO não usa — é de 86 mil reais; e o valor médio recebido por quem estava concorrendo à reeleição, segundo dados das últimas eleições aqui para o Congresso Nacional, foi de 1 milhão e 192 mil reais. O dinheiro público para bancar campanhas, que deveria ir para a saúde, segurança, educação, vai para quem é mais rico e para quem já está na política, para quem está concorrendo à reeleição. São dados claros: vai para quem é mais rico e para quem já está na política.

Por isso, Sr. Presidente, nós discordamos frontalmente, por princípio, porque não acreditamos que dinheiro público deva ir para eleições, mas os dados nos





CONGRESSO NACIONAL
Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização

mostram que a prática da divisão do fundo eleitoral agride o próprio conceito repassado por muitos de que ele democratizaria a campanha. Não é verdade. Ganha quem é mais rico; ganha quem está na reeleição. Não há transparência na divisão dos recursos.

Só mais um dado, Sr. Presidente: 10% do dinheiro do Fundo Partidário Eleitoral vai para aluguel de jatinhos, não vai para o mais básico custo das campanhas eleitorais. Vai para quem já tem muito, não vai para quem está querendo mudar a política e inovar. Portanto, o NOVO é contra a existência do fundo eleitoral e oferece esse destaque, esperando o apoio de todos aqui para que seja um valor mínimo possível, de acordo com a lei hoje existente e que seja, portanto, de 765 milhões de reais. Ainda é muito dinheiro, Sr. Presidente, mas se esse destaque for aprovado, pelo menos não serão, os 2 bilhões de reais que estão propostos no relatório. Repito, mais uma vez, são muito menos do que os 3,8 bilhões, o que era um escárnio. Dois bilhões não são aceitáveis, 765 milhões também não, mas é o possível, neste momento.

Por isso, estamos oferecendo esse destaque.

Obrigado, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Marcelo Castro. MDB - PI) - Com a palavra o nobre Relator para apresentar o seu parecer ao destaque.

O SR. DOMINGOS NETO (PSD - CE) - Sr. Presidente, já falei que nós estamos mantendo o valor da proposta.

Portanto, a fonte da suplementação de 1,3 bilhão de reais vem de emendas de bancada, uma parcela do corte que todas as bancadas estão fazendo para chegarmos ao valor de 2 bilhões de reais.

Então, o nosso parecer é contra o destaque.

O SR. PRESIDENTE (Marcelo Castro. MDB - PI) - Em votação...

O SR. FILIPE BARROS (PSL - PR) - Peço a palavra, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Marcelo Castro. MDB - PI) - Não pode.

O SR. FILIPE BARROS (PSL - PR) - Nem pela Liderança do PSL?

O SR. PRESIDENTE (Marcelo Castro. MDB - PI) - Não pode. Estamos em votação.

O SR. FILIPE BARROS (PSL - PR) - Nem pela Liderança do PSL?





CONGRESSO NACIONAL
Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização

O SR. ORLANDO SILVA (PCdoB - SP) - Não é regimental. O prazo é regimental.

Eu não tenho acordo para mudança de prazo. O prazo é regimental.

O SR. PRESIDENTE (Marcelo Castro. MDB - PI) - A defesa do destaque só é feita pelo autor.

O SR. FILIPE BARROS (PSL - PR) - E eu não posso usar a palavra pela Liderança do PSL?

O SR. PRESIDENTE (Marcelo Castro. MDB - PI) - Não, não pode. Já estamos em processo de votação.

O SR. LUCAS GONZALEZ (NOVO - MG) - Posso usar da palavra como Líder, Sr. Presidente?

O SR. PRESIDENTE (Marcelo Castro. MDB - PI) - Não, não pode. Já estamos em processo de votação.

O SR. ORLANDO SILVA (PCdoB - SP) - Eu não fiz acordo nenhum para dar tempo maior a ninguém.

O SR. PRESIDENTE (Marcelo Castro. MDB - PI) - Em votação...

O SR. FILIPE BARROS (PSL - PR) - A votação não começou ainda, Presidente.

Eu posso encaminhar também?

O SR. PRESIDENTE (Marcelo Castro. MDB - PI) - Também não tem encaminhamento.

O SR. FILIPE BARROS (PSL - PR) - Como Líder, eu não posso falar? Não posso falar como Líder?

O SR. PRESIDENTE (Marcelo Castro. MDB - PI) - Não tem encaminhamento.

Nos destaques, só falam duas pessoas: o autor do destaque e o Relator, mais ninguém.

Eu já abri aqui uma concessão e tal.

O SR. HILDO ROCHA (Bloco/MDB - MA) - Vamos ler a Resolução nº 01, colegas, antes de vir para cá.

O SR. PRESIDENTE (Marcelo Castro. MDB - PI) - Então, vamos à votação do destaque na representação da Câmara dos Deputados.

Os Srs. Parlamentares a favor do destaque do Deputado Marcel Van Hattem se manifestem.





CONGRESSO NACIONAL
Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização

O SR. LUCAS GONZALEZ (NOVO - MG) - Os que forem a favor do nosso destaque.

O SR. ORLANDO SILVA (PCdoB - SP) - Só vota quem for membro da Comissão, Sr. Presidente, ou todos os Deputados?

O SR. PRESIDENTE (Marcelo Castro. MDB - PI) - Rejeitado o destaque.

O SR. LUCAS GONZALEZ (NOVO - MG) - Peço verificação, Sr. Presidente.

O SR. FILIPE BARROS (PSL - PR) - O PSL apoia o pedido de verificação.

O SR. PRESIDENTE (Marcelo Castro. MDB - PI) - Quem está pedindo verificação?

O SR. LUCAS GONZALEZ (NOVO - MG) - O NOVO está pedindo, Deputado Lucas Gonzalez.

O SR. PRESIDENTE (Marcelo Castro. MDB - PI) - O Deputado Lucas Gonzalez... Vão dizendo os nomes.

O SR. LUCAS GONZALEZ (NOVO - MG) - Lucas Gonzalez pede verificação pelo Partido Novo.

O SR. PRESIDENTE (Marcelo Castro. MDB - PI) - Sim.

O SR. FILIPE BARROS (PSL - PR) - O PSL.

O SR. HILDO ROCHA (Bloco/MDB - MA) - Não, peço que digam o nome das pessoas.

O SR. FILIPE BARROS (PSL - PR) - Deputado Filipe Barros.

O SR. PRESIDENTE (Marcelo Castro. MDB - PI) - Deputado Filipe Barros.

O SR. MARCEL VAN HATTEM (NOVO - RS) - O Líder do NOVO, o Deputado Marcel Van Hattem.

O SR. PRESIDENTE (Marcelo Castro. MDB - PI) - Deputado Marcel Van Hattem.

O SR. FILIPE BARROS (PSL - PR) - O Vice-Líder do PSL, o Deputado Filipe Barros.

O SR. ORLANDO SILVA (PCdoB - SP) - São os membros da Comissão, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Marcelo Castro. MDB - PI) - São os membros da Comissão.

Então, Deputado Lucas Gonzalez, Deputado Filipe Barros...





CONGRESSO NACIONAL
Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização

O SR. FILIPE BARROS (PSL - PR) - Deputado Filipe Barros, pela Liderança do PSL.

Portanto, o nosso voto computa três.

O SR. ORLANDO SILVA (PCdoB - SP) - Suplente não vota.

O SR. PRESIDENTE (Marcelo Castro. MDB - PI) - Não tem número para pedido de verificação.

O SR. ORLANDO SILVA (PCdoB - SP) - Suplente votar é fraude.

O SR. FILIPE BARROS (PSL - PR) - Tem o Podemos. É NOVO, PSL e Podemos.

O SR. LUCAS GONZALEZ (NOVO - MG) - Sr. Presidente, pela ordem.

O SR. ORLANDO SILVA (PCdoB - SP) - Não é partido, é membro da CMO.

O SR. PRESIDENTE (Marcelo Castro. MDB - PI) - Não é partido, são as pessoas. Tem de ser um mais quatro.

O SR. LUCAS GONZALEZ (NOVO - MG) - Sr. Presidente, o art. 136 fala...

O SR. ORLANDO SILVA (PCdoB - SP) - Sr. Presidente, questão de ordem tem de ser depois de concluída a votação. Tem de concluir a votação antes, Sr. Presidente.

O SR. LUCAS GONZALEZ (NOVO - MG) - O art. 136 dispõe que pode ser por Líderes que os representem. Nós temos dois Líderes: o Deputado Marcel Van Hattem, Líder do NOVO; e Deputado Filipe Barros, do PSL.

O SR. PRESIDENTE (Marcelo Castro. MDB - PI) - O Partido Novo só representa um membro.

O SR. FILIPE BARROS (PSL - PR) - O PSL, três; e o Podemos, um.

O SR. LUCAS GONZALEZ (NOVO - MG) - O Podemos pediu também.

O SR. PRESIDENTE (Marcelo Castro. MDB - PI) - O Podemos não tem membro na Comissão.

O SR. LUCAS GONZALEZ (NOVO - MG) - Mas ele é Vice-Líder, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Marcelo Castro. MDB - PI) - Mas ele não é membro da Comissão.

O SR. HILDO ROCHA (Bloco/MDB - MA) - Mas não pode. A representação do Podemos aqui...





CONGRESSO NACIONAL
Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização

O SR. ORLANDO SILVA (PCdoB - SP) - Sr. Presidente, tem de concluir a votação.

(Tumulto no plenário.)

O SR. PRESIDENTE (Marcelo Castro. MDB - PI) - O destaque está rejeitado.

A matéria vai ao Congresso Nacional.

O SR. HILDO ROCHA (Bloco/MDB - MA) - Sr. Presidente, eu queria apenas aqui me referir ao que se votou ontem.

Ontem o NOVO, que está discutindo essa questão do dinheiro para as campanhas, deu 107 bilhões em 10 anos para o setor de informática.

O SR. CLAUDIO CAJADO (Bloco/PP - BA) - Deputado Hildo, não polemize, não!

Sr. Presidente, dê sequência aí.

O SR. LUCAS GONZALEZ (NOVO - MG) - Sr. Presidente, só quero informar ao Plenário que nós continuaremos nessa luta com esse destaque, logo mais, na sessão do Congresso Nacional.

O SR. PRESIDENTE (Marcelo Castro. MDB - PI) - O último item da pauta é a apreciação do relatório de avaliação do PPA.

Mensagem (CN) nº 06, de 2016, do Presidente da República, que encaminha, em cumprimento ao art. 15 da Lei nº 12.593, de 18 de janeiro de 2012, o Relatório Anual de Avaliação do Plano Plurianual 2012-2015, referente ao ano-base de 2015.

Relator: Senador Izalci, substituindo o nobre Senador Jaques Wagner.

O SR. IZALCI LUCAS (PSDB - DF) - Sr. Presidente, peço a V.Exa. para ir direto para a análise.

O SR. PRESIDENTE (Marcelo Castro. MDB - PI) - Pois não, nobre Senador.

O SR. IZALCI LUCAS (PSDB - DF) - Passo à leitura da análise, Sr. Presidente.

"2. Análise

A Lei nº 12.593, de 18 de janeiro de 2012, estabeleceu o PPA da União para o período 2012 a 2015 e conceituou: 'o PPA 2012-2015 é instrumento de planejamento governamental que define diretrizes, objetivos e metas com o propósito de viabilizar a implementação e a gestão das políticas públicas, orientar a definição de prioridades e auxiliar na promoção do desenvolvimento sustentável'. Intitulado Plano Mais Brasil, o instrumento foi estruturado conforme as seguintes dimensões:





CONGRESSO NACIONAL
Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização

- Dimensão Estratégica: é a orientação estratégica que tem como base os macrodesafios e a visão de longo prazo do Governo Federal;

- Dimensão Tática: define caminhos exequíveis para o alcance dos objetivos e das transformações definidas na dimensão estratégica, considerando as variáveis inerentes à política pública tratada. Vincula os Programas Temáticos para consecução dos Objetivos assumidos, estes materializados pelas iniciativas expressas no Plano; e

- Dimensão Operacional: relaciona-se com o desempenho da ação governamental no nível da eficiência e é especialmente tratada no Orçamento. Busca a otimização na aplicação dos recursos disponíveis e a qualidade dos produtos entregues.

(...)

O PPA 2012-2015 organizou a atuação governamental por meio de Programas Temáticos (65) e de Gestão, Manutenção e Serviços ao Estado (44). Os Programas Temáticos dizem respeito a áreas estratégicas de atuação do Estado e, por isso, são mais aderentes aos recortes específicos das políticas públicas. Eles se compõem de 471 Objetivos, que, por sua vez, expressam as escolhas do Governo para implementar cada política.

A estrutura deste PPA foi fortemente influenciada pelas principais agendas executadas no País, como o Programa de Aceleração do Crescimento (PAC), o Brasil sem Miséria (BSM), o Plano de Desenvolvimento da Educação (PDE) e o Minha Casa, Minha Vida. São recortes de políticas estratégicas que nem sempre ressoam diretamente nas peças orçamentárias, repisando, pois, a relevância de serem tratados no Relatório de Avaliação do PPA.

(...)

Com efeito, até o final do exercício de 2014, haviam sido realizados cinco encontros para discutir aspectos distintos do ciclo de gestão dos gastos e políticas públicas, tendo como cerne o PPA 2012-2015:

- I Fórum Interconselhos (...);
- II Fórum Interconselhos (...);
- III Fórum Interconselhos (...);
- IV Fórum Interconselhos (...); e
- V Fórum Interconselhos (...).





CONGRESSO NACIONAL
Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização

De tal sorte inovador e consequente, em 2014, o Fórum foi agraciado com a distinção máxima no Prêmio das Nações Unidas para o Serviço Público, na categoria de promoção da participação nas decisões públicas, segundo conceituou o Departamento de Assuntos Econômicos e Sociais da ONU.

(...)

2.1 - Dimensão estratégica

Remonta ao PPA 2004-2007 a preocupação do Governo Federal por explicitar estratégia de desenvolvimento que dessoasse de escolhas precedentes. (...)

Para o período subsequente, o PPA 2012-2015 agregou às visões anteriores o desenvolvimento sustentável, a igualdade social, a produção de conhecimento e a defesa dos direitos humanos, em busca de promover a inclusão social e promover equidade na distribuição de renda. Avalia-se que a iniciativa por explicitar a estratégia de desenvolvimento representa um ganho para a sociedade, na medida em que amplia a visibilidade sobre as grandes escolhas e promove *accountability*, responsabilizando gestores e permitindo ao cidadão acompanhar os rumos que se pretende dar ao País."

Há aqui a figura Dimensões do Desenvolvimento, Políticas Públicas e Resultados Esperados da Estratégia de Desenvolvimento Brasileira.

"Ademais, a Estratégia De Desenvolvimento desdobra-se em cinco dimensões (...):

- a) Econômica (...);
- b) Social (...);
- c) Ambiental (...);
- d) Territorial (...); e
- e) Político-institucional (...).

Nas subseções seguintes são apresentados os resultados, bem como apontados alguns desafios para a consolidação dos resultados almejados para as dimensões econômica e social, bem assim para a área de Infraestrutura.

2.1.1 - Dimensão Econômica

Fundamentos Macroeconômicos

O cenário macroeconômico que balizou a elaboração do PPA 2012-2015 foi elaborado em 2011 (...). A mensagem presidencial que encaminhou o PPA 2012-2015 ao Congresso Nacional apresentou as seguintes variáveis macroeconômicas:"





CONGRESSO NACIONAL
Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização

Há aqui a figura Parâmetros Macroeconômicos para a Elaboração do PPA 2012-2015.

"A rigor, houve um descompasso entre as taxas sobre as quais o cenário se assentou, com resultado menos alvissareiro no PIB e mais desafiador na inflação."

Há a tabela de variação real do PIB e a de variação real da inflação.

"A situação climática também trouxe prejuízos à economia, com problemas no abastecimento de água de algumas regiões e na capacidade de geração de energia hidrelétrica. (...) "

Aí seguem os gráficos. Também há alguns gráficos sobre o setor externo. Há gráficos de: Dimensão Social; Sistema de Diretos da Constituição Federal e Agendas Transversais; Políticas Sociais; Evolução do Gasto em Políticas Sociais nos Orçamento da União. Há uma tabela de indicadores do Programa 2019 do Programa Bolsa Família. Há gráfico da taxa de mortalidade infantil por Região e da taxa de frequência à escola, por faixas de idade. Fala-se da Infraestrutura, da utilização da rede de infraestrutura. Fala-se sobre Programas Temáticos do PPA 2012-2015. Há a tabela de execução dos programas do PPA, ano de 2015. E, por fim, há o voto.

"3. Voto

Diante do exposto, voto no sentido de que esta Comissão tome conhecimento da Mensagem nº 6, de 2016-CN (nº 223, de 2016, na origem), e dos documentos por ela encaminhados, bem como das apreciações consignadas neste Relatório."

Esse é o relatório e o voto, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Marcelo Castro. MDB - PI) - O relatório está em discussão. *(Pausa.)*

Não havendo quem o queira discutir, coloco-o em votação na Câmara dos Deputados.

As Sras. e os Srs. Parlamentares que o aprovam permaneçam como se acham. *(Pausa.)*

O relatório está em votação na representação do Senado Federal.

As Sras. e os Srs. Parlamentares que o aprovam permaneçam como se encontram. *(Pausa.)*

Aprovado.

O relatório vai ao arquivo.





CONGRESSO NACIONAL
Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização

Vou passar a palavra ao nobre Deputado Dagoberto Nogueira, nosso ilustre Vice-Presidente, que colaborou demais com os trabalhos desta Comissão, para fazer suas observações e seu pronunciamento.

O SR. DAGOBERTO NOGUEIRA (PDT - MS) - Sr. Presidente, eu queria inicialmente agradecer aos membros desta Comissão, que me deram a oportunidade de ser o 1º Vice-Presidente. Quero também agradecer a V.Exa. por ter me dado a oportunidade de presidir algumas reuniões desta importante Comissão.

Eu me sinto muito honrado do resultado final que esta Comissão trouxe. Sinto-me horado por esse relatório final. Isso aconteceu graças aos Sub-Relatores, que tiveram uma dedicação muito importante, que foi acatada pelo Relator-Geral, o Deputado Domingos Neto. Quero também cumprimentar o Deputado Cacá Leão, que relatou a LDO. Quero cumprimentar, enfim, todos aqueles que contribuíram para que fizéssemos esse orçamento, que é o orçamento desta Casa. Talvez, pela primeira vez, esse seja um orçamento do Legislativo, um orçamento impositivo a um Poder Executivo.

É importante dizer ainda que muitas coisas foram restabelecidas para todas as áreas. Todas elas tiveram um aumento significativo, principalmente, nas áreas mais importantes, como na saúde, na educação, na infraestrutura. O Relator, o Deputado Domingos Neto, teve essa sensibilidade de aumentar os valores em todas as áreas, sem exceção.

É importante dizer isso, Sr. Presidente, porque esses dias, fui abordado por uma pessoa desavisada. Nós não tínhamos nem votado o nosso relatório, e essa pessoa já dizia que nós tínhamos votado aqui um orçamento para o fundo eleitoral de 3,8 bilhões. No entanto, aquela previsão caiu pela metade, em torno de 2 bilhões de reais. Ou seja, a sensibilidade do Relator chegou a isso, além de atender também o funcionalismo — e aqui relato a questão da Polícia Rodoviária Federal, a fiscalização do agronegócio.

Enfim, atendemos todas as áreas, fizemos um relatório que eu tenho certeza absoluta de que vai ser um relatório para o Brasil. Deste sim, o Congresso Nacional vai ter muito orgulho deste relatório que será executado no ano que vem.

Portanto, Sr. Presidente, meus agradecimentos, meu reconhecimento à oportunidade que V.Exa. me deu de presidir algumas sessões desta importante Comissão.





CONGRESSO NACIONAL
Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização

O SR. PRESIDENTE (Marcelo Castro. MDB - PI) - Srs. Deputados, Sras. Deputadas, Sras. e Srs. Senadores, estamos chegando ao final do nosso trabalho, o mais importante desta Casa: a confecção da peça orçamentária.

É um processo orçamentário árduo, complexo, mas que nós chegamos, Deputado Domingos Neto, com a sensação do dever cumprido e de que fizemos um bom trabalho em favor do nosso País, sobretudo quando recebemos do Executivo uma peça orçamentária, e nós pudemos, com a colaboração de todos, aperfeiçoá-la, melhorando os recursos das áreas sociais, das áreas essenciais para o bom andamento da máquina pública, como a área da saúde, que recebeu recursos adicionais. As áreas da educação, da infraestrutura, da segurança, da assistência social tiveram, por parte desta Comissão, uma atenção e um carinho todo especial.

Quero aqui aproveitar para agradecer a todos, especialmente, aos membros desta Comissão, que pelas várias manifestações que eu tenho ouvido ao longo deste ano, foi uma das Comissões, Deputado Cajado, que melhor funcionaram ao longo da nossa história, sempre buscando o entendimento, o diálogo, a conciliação, o respeito às posições divergentes. Isso é que faz da democracia o mais rico de todos os sistemas políticos.

Quero fazer um agradecimento especial também aos assessores; à Coordenação de Audiovisual, à Diretoria-Geral da Câmara dos Deputados; aos taquígrafos; aos consultores de Orçamento da Câmara dos Deputados e do Senado Federal, que aqui, sem nenhum favor, devem ser os técnicos mais competentes de toda a máquina pública federal do nosso País. São pessoas dedicadas, competentes, que têm espírito público e que deram o melhor de si para que hoje nós estivéssemos concluindo este trabalho tão importante para o Brasil.

Agradeço aos assessores das Lideranças da Câmara e do Senado, às copeiras, aos garçons, aos adolescentes da Secretaria da CMO e, enfim, agradeço também à imprensa, que nos acompanhou aqui desde o início, prestando as informações fidedignas e necessárias para informar bem a sociedade brasileira sobre o andamento desta peça tão importante para a administração pública, que é a peça orçamentária.

Tivemos, nobre Deputado Dagoberto, seguramente, o mais restritivo orçamento da nossa história. Estamos no sexto ano consecutivo de déficit primário.





CONGRESSO NACIONAL
Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização

Para que a população possa entender o alcance dessas palavras, isso significa que nós estamos gastando mais do que o que estamos arrecadando, e aí as pessoas podem entender a dificuldade pela qual o País está passando. Se nós temos uma dívida interna astronômica, se nós não estamos pagando os juros dessa dívida, se nós não estamos abatendo as parcelas desta dívida, ou seja, não estamos amortizando esta dívida, e se estamos fazendo mais dívida, é evidente que essa situação não pode continuar.

Por isso é que a relação dívida e PIB já está beirando os 80%; para os juros que nós temos, evidentemente, é uma situação insustentável. Daí a necessidade imperiosa das reformas que nós fizemos em boa hora, com grande êxito, como a reforma da Previdência; vamos fazer a reforma tributária; já fizemos a reforma trabalhista; vamos fazer a reforma administrativa; vamos fazer a reforma política. E este Congresso, sem nenhuma dúvida, será consagrado como aquele Congresso que mais reformou as estruturas — vou-me permitir aqui este adjetivo — anacrônicas do nosso Estado brasileiro.

Tivemos um momento aqui decisivo, que foi a votação do PLN 4/19, em que se destacou como Relator o nobre Deputado Hildo Rocha.

Este PLN 4/19 trazia 248,9 bilhões de reais para fazer face às despesas correntes pela primeira vez na nossa história. A nossa Constituição é sábia e, nos seus artigos, determina que o Governo Federal só pode se endividar, só pode emitir títulos da dívida pública, para fazer face a investimentos, jamais para fazer face a despesas correntes.

Essa é uma analogia que se pode fazer com as famílias. A pessoa tomar um empréstimo para adquirir um apartamento, para se livrar do aluguel, para ter aquele apartamento, tudo bem, mas a pessoa fazer dívidas para pagar despesas correntes, para fazer festa de aniversário etc. e tal, isso terminará não saindo bem.

Infelizmente, o que de certa forma é uma tristeza para nós, tivemos que quebrar aquele artigo da Constituição, que é chamado de regra de ouro, que só permite o endividamento para investimento. Aqui, infelizmente, nós tivemos que fazer isso para o custeio.

Nessa votação do PLN 4/19, nós tivemos uma maneira de articulação, de diálogo e de entendimento em que conseguimos colocar 1 bilhão de reais para esse programa essencial para o País, que é o Programa Minha Casa, Minha Vida; 1





CONGRESSO NACIONAL
Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização

bilhão de reais para as universidades que tiveram os seus custeios cortados; 550 milhões de reais para a transposição do Rio São Francisco; e 330 milhões para as bolsas da CAPES e do CNPq.

Pela primeira vez na história, nós estamos fazendo um orçamento em que as emendas de bancada dos Parlamentares são impositivas. E a impositividade se expandiu para várias áreas do nosso relatório, inclusive para aquelas de emenda de Relator.

Então, isso é um empoderamento do Poder Legislativo, como nunca aconteceu na nossa história. Nós estamos aqui em passo firme recuperando o prestígio do Poder Legislativo, que tinha sido esvaziado ao longo do tempo, quando muitos orçamentos aqui nesta Casa praticamente foram carimbados por esta Comissão e pelo Plenário, reproduzindo muito mais a vontade do Executivo do que a do Legislativo. Este orçamento foi diferente. Este orçamento foi feito basicamente pelo Congresso Nacional, pela Câmara e pelo Senado.

E quero fazer aqui um elogio especial aos 16 Relatores Setoriais, das várias Áreas Temáticas, que, num tempo recorde, ínfimo e com poucos recursos, conseguiram fazer relatórios consistentes, que, sem nenhuma dúvida, trarão muitos benefícios para o nosso País.

Então, resumindo, sintetizando, nunca houve um orçamento no Brasil com tanto protagonismo do Congresso Nacional. Isso não é mérito do Presidente, não é mérito do Relator, não é mérito do Relator-Geral, do Relator da LDO, do Relator do PPA, é mérito desta Casa inteira, e eu chegaria a dizer que é da sociedade, que entende que todo orçamento verdadeiramente deve ser impositivo e que o Governo, o Executivo, só pode gastar aquilo que verdadeiramente estiver autorizado, que deve ter o compromisso de executar aquilo que foi autorizado por esta Casa.

Então, fechando aqui o meu pronunciamento, acho que o Brasil hoje está dotado de um orçamento que reflete todo o sentimento nacional, expressado pelos seus legítimos representantes do povo, os 513 Deputados e os 81 Senadores.

Vou permitir o uso da palavra pelo nobre Deputado Claudio Cajado, para encerrarmos aqui os nossos trabalhos e correr para o Congresso para votar o relatório lá, que já está em discussão.

O SR. CLAUDIO CAJADO (Bloco/PP - BA) - Sr. Presidente, todos nós esperávamos, como nos anos anteriores, que o fechamento do orçamento fosse





CONGRESSO NACIONAL
Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização

difícil, extremamente trabalhoso e estressante. Qual não foi a nossa surpresa que nada disso aconteceu. Por quê? Justamente porque este orçamento, pela sua impositividade, beneficia, e muito, a representação popular através dos Deputados e, os Estados, através dos Senadores.

Por desengano de responsabilidades futuras, eu queria deixar a minha preocupação sobre a efetividade das políticas públicas que nós estamos alocando na impositividade do orçamento, porque, quando o Governo, o Executivo, desenvolve programas, ele o faz com a perspectiva de poder, ao longo de alguns meses ou anos, concluir aquele projeto.

V.Exa. foi Ministro da Saúde, assim como o Deputado Ricardo Barros, que está aqui presente até este momento, e sabe que muitos projetos não se esgotam no período de meses, anos.

Eu me preocupo com a questão da temporalidade do mandato, de 4 em 4 anos há uma renovação, historicamente, entre 40% e 50%. V.Exa., seguramente, tem mais de seis, sete mandatos.

(Intervenção fora do microfone.)

O SR. CLAUDIO CAJADO (Bloco/PP - BA) - V.Exa. está no sexto. Eu estou no sétimo, fora o mandato de Vereador e Prefeito. Então, nós somos sobreviventes, Sr. Presidente, e sabemos que a renovação pode fazer com que haja alocação de recursos, durante o período do mandato de um Parlamentar, que não tenha sequência, quando ele perde a eleição. Então, eu tenho dúvidas sobre essa efetividade.

Porém, apesar de no Governo haver um cenário de restrição orçamentária — em 2020, a possibilidade vai ser muito menor do que em 2019 —, eu não vou julgar a decisão majoritária do Congresso Nacional. Furto-me a isso, porque não me cabe julgar decisão dos meus colegas, mas nós vamos ter que acompanhar o desenvolvimento disso.

(Intervenção fora do microfone.)

O SR. CLAUDIO CAJADO (Bloco/PP - BA) - Já aprovou o Orçamento? O que é que nós estamos fazendo aqui, Presidente? *(Risos.)*

O SR. PRESIDENTE (Marcelo Castro. MDB - PI) - Estamos encerrando os nossos trabalhos. *(Risos.)*

O SR. CLAUDIO CAJADO (Bloco/PP - BA) - Aprovou o Orçamento? *(Risos.)*





CONGRESSO NACIONAL
Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização

V.Exas. estão vendo? E se não tivesse a impositividade?

(Intervenção fora do microfone.)

O SR. CLAUDIO CAJADO (Bloco/PP - BA) - Só há um, que é o do NOVO.

Eu fiquei até surpreso. Vamos lá! Eu vou convidar V.Exa. e os demais para irmos assistir à finalização dessa peça orçamentária.

Sr. Presidente, eu penso que, no futuro, nós vamos ter que fazer uma lei que crie critérios para alocação dessas emendas impositivas com início, meio e fim dos projetos a serem alocados. Talvez tenhamos que encontrar esse momento. Mas vale a tentativa. Vamos, principalmente, coroar de êxito a decisão do Congresso.

O SR. PRESIDENTE (Marcelo Castro. MDB - PI) - Nada mais havendo a tratar, declaro encerrada a presente reunião.



Fale com o Senado
0800 61 2211

 /senadofederal
 @senadofederal

Secretaria-Geral da Mesa
Secretaria de Atas e Diários

**SENADO
FEDERAL**

